ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 61
Brasília - DF, quinta-feira, 29 de março de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 22
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 26
Ministério da Cultura 55
Ministério da Defesa 57
Ministério da Educação 57
Ministério da Fazenda 66
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 175
Ministério da Integração Nacional 177
Ministério da Justiça 179
Ministério da Saúde 181
Ministério das Cidades 240
Ministério de Minas e Energia 241
Ministério do Desenvolvimento Social 251
Ministério do Meio Ambiente 251
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 252
Ministério do Trabalho 260
Ministério dos Direitos Humanos 264
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 264
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 270
Tribunal de Contas da União 271
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 297

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.321, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera o Decreto nº 9.110, de 27 de julho de 2017, para prorrogar, em caráter excepcional, o prazo de remanejamento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.110, de 27 de julho de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam remanejados, em caráter temporário, até 31 de dezembro de 2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério das Relações Exteriores, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:
....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de março de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho
Dyogo Henrique de Oliveira

DECRETO Nº 9.322, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera o Decreto nº 9.125, de 14 de agosto de 2017, para prorrogar, em caráter excepcional, o prazo de remanejamento do cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior - DAS que menciona.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.125, de 14 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica remanejado, até 31 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, um cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS 102.2.
....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de março de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 158, de 28 de março de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Nº 159, de 28 de março de 2018. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa Inovar como Indutora do Crescimento Brasileiro em Setores Estratégicos" (Programa Inovar para Crescer).

Nº 160, de 28 de março de 2018. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, de principal, entre o Município de Santo André, no Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo André".

CASA CIVIL

COMITÊ FEDERAL DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Institui o Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes que se encontram no Estado de Roraima.

(Publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2018, Seção 1)

RETIFICAÇÃO

O COMITÊ FEDERAL DE ASSISTÊNCIA EMERGENCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes que se encontram no Estado de Roraima.

Art. 2º O Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes que se encontram no Estado de Roraima será composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos:

I - Ministério do Desenvolvimento Social, que o coordenará;

II - Ministério da Justiça, que coordenará o Subcomitê Federal nas ausências e nos impedimentos do representante a que se refere o inciso I;

III - Ministério das Relações Exteriores;

IV - Ministério do Trabalho;

V - Ministério da Saúde;

VI - Ministério dos Direitos Humanos; e

VII - Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

§ 1º O Subcomitê Federal poderá convidar para participar de suas reuniões representantes:

I - de outros órgãos do Governo federal;

II - dos Poderes Públicos;

III - dos entes federativos;

IV - da Defensoria Pública da União e das Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal;

V - do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal; e

VI - da sociedade civil e do setor privado.

§ 2º Os representantes a que se refere o § 1º não terão direito a voto nas reuniões do Subcomitê Federal.

Art. 3º Ao Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes que se encontram no Estado de Roraima compete:

I - estabelecer diretrizes e procedimentos para a interiorização dos imigrantes que se encontram no Estado de Roraima;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - apoiar a Organização das Nações Unidas na elaboração, na manutenção e na atualização de cadastro dos imigrantes.

III - articular com as unidades federativas a disponibilização de vagas de acolhimento provisório, mediante integração da rede de políticas públicas estaduais e locais;

IV - manter cadastro atualizado de vagas de abrigamento no País;

V - selecionar os imigrantes a serem interiorizados;

VI - elaborar e emitir orientações relativas à interiorização;

VII - realizar o acompanhamento dos imigrantes interiorizados;

VIII - elaborar estratégias de inserção social nos Municípios de destino dos imigrantes;

IX - articular oferta de qualificação profissional dos imigrantes interiorizados; e

X - articular o atendimento de saúde dos imigrantes para interiorização.

§ 1º O Subcomitê Federal exercerá outras competências que lhe forem atribuídas pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial.

§ 2º O Subcomitê Federal poderá contar com o apoio de organismos da Organização das Nações Unidas, da sociedade civil e do setor privado para realizar as ações de sua competência.

Art. 4º O Subcomitê Federal apresentará, mensalmente, relatório de suas atividades ao Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELISEU LEMOS PADILHA
Presidente do Comitê Federal de Assistência Emergencial

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR(10) N° 26, de 06 de novembro de 1997, publicada em 07 de novembro de 1997 e que criou o Projeto de Assentamento José Maria, código Sipra SC0092000, localizado no município de Abelardo Luz (SC), **onde se lê:** 270 (duzentos e setenta) unidades agrícolas familiares, **leia-se:** 271 (duzentos e setenta e uma) unidades agrícolas familiares.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo nº: 00100.000793/2018-76
Interessado: AR BRASIL CORRETORA E CERTIFICADORA

DEFIRO o pedido de alteração de endereço da IT BRASIL CORRETORA E CERTIFICADORA da AR BRASIL CORRETORA E CERTIFICADORA, vinculada à AC BR RFB, como segue:
Nome da IT: BRASIL CORRETORA E CERTIFICADORA
Endereço Anterior: Rua Virgílio Justiniano Ribeiro, n° 471, Sala 07, Centro, Unaí/MG
Endereço Atual: Rua Afonso Pena, nº 500, Sala 906/908, Centro Unaí/MG

WALDECK PINTO DE ARAUJO JUNIOR
Diretor-Presidente
Substituto

RETIFICAÇÃO

Processo nº: 00100.001593/2018-31
Interessado: AR CERTMIDIA

No despacho publicado no DOU, do dia 13-03-2018, por erro material.
Onde se lê: INDEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTMIDIA, vinculada à AC SAFEWEB CD.
Leia-se: DEFIRO o pedido de credenciamento simplificado da AR CERTMIDIA, vinculada à AC SAFEWEB CD.

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 27 DE MARÇO DE 2018(*)

Altera para 0% (zero por cento) as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista a deliberação de sua 154ª reunião, ocorrida em 22 de março de 2018, e o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Resolução nº 66, de 14 de agosto de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Fica alterada para 0% (zero por cento), até 31 de dezembro de 2019, as alíquotas **ad valorem** do Imposto de Importação incidentes sobre os seguintes Bens de Capital, na condição de Ex-Tarifários:

NCM	DESCRIÇÃO
8207.30.00	Ex 027 - Punções intercambiáveis com a ponta cilíndrica, fabricadas de aço rápido ou de metal duro, temperados e revestidos ou não com tratamento superficial, com função de conformar e fixar chapas metálicas ao ser inserido em uma matriz com geometria adequada para o travamento e união permanente delas.
8207.30.00	Ex 039 - Ferramentas intercambiáveis de estampagem, cujas matrizes são fabricadas em aço duro, com a função de conformar, com tolerâncias máximas e restrita a 0,2mm, operações distintas sendo: "blank" - corte, repuxo, corte, calibração, furação, flangeamento, corte com calibração com ou sem a operação de separação, para estampagens de peças para carrocerias automotivas.
8207.30.00	Ex 040 - Ferramentas de estampagem progressiva cujas matrizes são fabricadas em aço duro, com a função de conformar, com tolerâncias máximas e restrita a 0,2mm, operações distintas sendo com 22 passos, nas sequencias: corte, apuração e finalização para estampagens de peças para carrocerias automotivas.
8207.30.00	Ex 041 - Conjuntos de ferramentais produzidos em ferro fundido e aço, para fabricação de painel do teto de veículos automotivos, com e sem abertura para teto solar, não simultaneamente, dotados de 3 ferramentas, com troca automática do modelo de teto mediante acionamento manual, para realização das operações sequenciais de repuxo, corte e flange e de flange com came, medindo 2.935 x 2.150 x 1.100mm, 3.060 x 1.830 x 1.000mm e 3.075 x 2.025 x 1.000mm, respectivamente.
8404.20.00	Ex 002 - Combinações de máquinas para recuperação de vapor e geração de condensado, utilizado em sistema ciclo-combinado água/vapor, compostas de: condensador de superfície de 2 passos, com vazão de vapor a condensar de 1.269t/h, capacidade térmica de 776.604kj/s, temperatura do condensado de 39,7°C, velocidade da água de resfriamento de 2,7m/s; bombas de alimentação de água com vazão de 635,7m³/h; bombas de condensado com vazão de 597,2m³/h; sistema de monitoramento de qualidade da água/vapor; unidade de compressão de ar; gerador de vapor auxiliar à gás; válvulas de controle; instrumentação; tubulação de condução, com ou sem dispositivos de proteção contra incêndio.
8407.90.00	Ex 005 - Motores de combustão interna de 2 tempos operados com mistura de gasolina e óleo 2T na proporção de 25.1, monocilindro, deslocamento do pistão de 64,7cc, diâmetro x curso do pistão de 48,5 x 35mm, potência de 3,89HP a 8.000rpm, torque máximo de 4,10Nm a 5.000rpm, com refrigeração por meio de ventilação forçada por ar, carburador de diafragma, partida manual por meio do cordel auto retrátil.
8408.10.90	Ex 116 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por compressão (ciclo diesel), para propulsão de embarcações, de fixação interna ao casco, com 12 cilindros em "V", com potência entre 749 e 1.900HP, com rotação máxima em um ponto dentro do intervalo de 1.800 a 2.300rpm, com injeção direta de combustível do tipo mecânica ou eletrônica, e com ou sem sistema múltiplo de controle de comando eletrônico ou mecânico.
8408.10.90	Ex 117 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por compressão (ciclo diesel), para propulsão de embarcações, de fixação interna ao casco, com 6 cilindros em linha, com potência entre 200 e 900HP, com rotação máxima em um ponto dentro do intervalo de 1.800 a 2.300rpm, com injeção direta de combustível do tipo mecânica ou eletrônica e com turbo compressor.
8408.10.90	Ex 118 - Motores marítimos de pistão, alternativos, de ignição por compressão (ciclo diesel), para propulsão de embarcações, de fixação interna ao casco, com 8 cilindros em "V", com potência entre 600 e 1.200HP, com rotação máxima em um ponto dentro do intervalo de 1.800 a 2.300rpm, com injeção direta de combustível do tipo mecânica ou eletrônica.
8413.70.90	Ex 059 - Bombas centrífugas multiestágios, com mancais radiais de carbureto de tungstênio, para operação submersa em poços de petróleo em profundidade de até 4.000m, para vazão de operação de 40 até 24.000m³/d.
8413.70.90	Ex 068 - Bombas centrífugas de superfície, multiestágios, com mancais radiais de carbureto de tungstênio, com vazões de operação entre 100 e 90.000BPD, dotadas de bomba, "skid" metálico de suporte, câmara de empuxo, acoplamento flexível, acessórios, admissão e descarga.
8413.70.90	Ex 094 - Bombas centrífugas, simples estágio, tipo "back-pull-out", para operarem com polpa de celulose em média consistência entre 8 e 18%, com produção de até 6.500admt/d (tonelada de celulose seca ao ar dia) com capacidade de até 750L/s, altura manométrica até 250m, pressão de até 25bar, com tamanho de descarga a partir de 50mm até 300mm, temperatura de até 180°C, velocidade de rotação até 1.800rpm, construídas em aço inoxidável, com vedação por selo mecânico, sistema de

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	lubrificação à óleo, incluindo: base metálica com chumbadores, acoplamento com espaçador e proteção, dispositivo de controle de água de selagem, bomba de vácuo com base e acoplamento, válvula de alívio de vácuo, mangueiras, braçadeiras e válvula de controle da degasagem.
8413.70.90	Ex 097 - Bombas centrífugas de estágio único, com carcaça fabricada em ferro fundido, para serem montadas em viaturas para combate a incêndio, dotadas de: caixa multiplicadora por engrenagens, com engrenagens em aço em liga especial tratadas termicamente, capaz de suportar um torque nominal de 16.000lb x pé; rotor centrífugo (impulsor) em bronze com anéis de desgaste substituíveis, selo mecânico livre de manutenção, auto ajustável; eixo da bomba em aço inox tratado termicamente; peso inferior a 300kg e capacidade de vazão e pressão nominal a partir de: 500 até 3.000GPM quanto estiver a 150psi de pressão, atendem aos pontos de vazão e pressão nominal conforme preconizado pela NFPA 1901.
8413.70.90	Ex 103 - Bombas centrifugas especiais para processamento de biomassas sólidos de 8 a 15% com eixo horizontal bi-apoiado pendulado, rotor semiaberto, indutor na sucção e simples estagio, dotadas de partes molhadas em aço inoxidável superduplex, com diâmetro de sucção de 12" e de recalque de 8, referência de vazão de 190L/s e referência de altura manométrica 170m.c.a. com potência nominal instalada de 750CV.
8413.70.90	Ex 104 - Motobombas centrífugas, multiestágio, com intake (admissão), descarga e mancais radiais de carbureto de tungstênio, para operação submersa em poços de petróleo em profundidade de até 4.000m, com faixa de vazão compreendida entre 40 e 24.000m³/d, com motor elétrico de indução trifásico com velocidade de 3.500rpm a 60Hz acionado por cabo chato para trabalho e temperaturas acima de 200°C e selo protetor.
8413.70.90	Ex 105 - Bombas de imersão para chopeiras residenciais, comercias e semi-industriais dotadas de hélice agitadora, em conformidade com as normas EN60335-1, acionadas por motor de rotor externo de corrente alternada apto a operar em 50 e 60Hz, sendo bomba para operação em 115V ou bomba para operação em 230V, com potência nominal máxima de operação entre 50 e 185W, com grau de proteção IP44 e bobinamento com isolação B e F, dotadas de protetor térmico interno, com vazão máxima entre 12 e 15 litros/min e com altura máxima de coluna de água entre 6 e 12,5m.
8414.90.39	Ex 007 - Rotores turbo-fan para bombeamento de ar através de sucção central e descarga em fluxo radial, disposto em pás aerodinâmicas com torção tridimensional, conformado através de injeção de precisão das partes (rotor-turbo + anel flange) e unidos através do processo de solda a laser, executada em atmosfera classificada com controle de partículas em suspensão, controle de humidade e controle de temperatura, para uso em unidades evaporadoras (indoor unit) de sistemas de ar condicionado com expansão direta de alta eficiência.
8415.90.90	Ex 010 - Módulos eletrônicos para controle da unidade condensadora do condicionador de ar tipo "Split-System" (sistema com elementos separados), com tecnologia "Inverter" e compostos de placa de circuito impresso montada com componentes elétricos e eletrônicos, cabos elétricos com conectores, dissipador de calor e gabinete plástico de proteção.
8419.32.00	Ex 011 - Secadoras montadas em estrutura de alumínio com vão livre de 17m, para secagem de madeira, com sistema de recuperação de energia e perdas de transmissão nas estruturas das paredes e exaustão, sistema de dispersão de água fria a alta pressão com HPS 100bar e medição da umidade da madeira por zonas de medição dentro da câmara.
8419.32.00	Ex 023 - Unidades secadoras de papel dotadas de câmara de aquecimento do ar, a gás, com chama controlada por válvulas automáticas especiais para gás, com velocidade de operação compreendida entre 300 e 1.000m/min, largura do papel compreendida entre 2.030 e 2.440mm e temperatura de 80°C, dotadas de ventilador para o ar de combustão, bicos de ar de insuflação tipo "faca de ar" (fendas), dispositivo hidráulico de abertura e fechamento da unidade, filtro de ar, rolo guia-papel, ventiladores para circulação e insuflação do ar quente, instalados no interior da unidade, com fixação tipo "em balanço" e painel de comando.
8419.39.00	Ex 065 - Secadores de ar por adsorção de tambor rotativo, com material de fibra de vidro impregnada de dessecante, interligados internamente ao SKID do compressor, com sistema de regeneração, HOC ("heat of compression"), potência máxima de 0,15kW, sistema de secagem 100% do ar, sem purga e com ponto de orvalho até -40°C.
8419.40.90	Ex 003 - combinações de maquinas para recuperação de componentes orgânicos voláteis tipo C3 (propeno e propano), contido na corrente gasosa de efluente vinda do processo produtivo, através de tecnologia de condensação criogênica por uso de nitrogênio, com vazão aproximada de efluente processado de 690kg/h, vazão de saída do produto tipo C3 de 173kg/h e taxa de recuperação de 97%, compostas de: 1 arrefecedor para pré resfriamento dos gases efluentes; 1 separador de H_20 contida no efluente; 2 leitos adsorvedores, com função de adsorver H_2O residual e produtos contaminantes presente no efluente, através de sistema de peneiras moleculares; 1 pré-resfriador; 1 coluna de condensação para recuperação dos componentes voláteis, por meio da condensação criogênica, que usa nitrogênio líquido com vazão de 365Nm³/h e temperaturas de até -180°C como fluido refrigerante; 1 tanque para recolhimento das frações de condensado;1 bomba criogênica; 1 aquecedor elétrico para aquecimento do efluente purificado (nitrogênio) e 1 sistema de controle baseado em PLC que monitora e ajusta os parâmetros de processo, a fim de atingir a temperatura de operação necessária e 1 ciclo de trabalho estável e confiável.
8419.89.30	Ex 002 - Combinações de máquinas para processamento de amêndoas de cacau, compostas de: 1 torrador de amêndoas de cacau por fluxo de ar quente com capacidade de 100kg/ciclo com unidade de refrigeração a ar; 1 sistema de transporte pneumático a sucção; sistema de separação de cascas após a torrefação ("Winnwoer") com capacidade entre 50 e 100kg/h de amêndoas de cacau torradas; 1 moinho de construção em aço inoxidável com motor de 22kW, com moega de recepção com capacidade para 580 litros; tubulação de aço inoxidável de dupla camisa com circulação de agua quente para manter a temperatura do produto durante o transporte, composto de bombas para transporte do licor de cacau; sistema controlado por CLP.
8419.89.40	Ex 023 - Equipamentos para desalcoolização de cerveja por meio da tecnologia única de retificação e destilação a vácuo por sistema contínuo de evaporação e condensação que mantem as características essenciais de aroma e sabor das cervejas, com controle automático, capacidade de produção mínima de 2hL/h e máxima de 150hL/h, com concentração inicial de álcool na cerveja de 5% em volume, e concentração final de álcool na cerveja menor que 0,05% em volume, dotadas de placa trocadora de calor, desgasificador, coluna de retificação, evaporador, condensador e bombas de vácuo.
8419.89.99	Ex 142 - Equipamentos para umidificação controlada do papel por bocais com tecnologia de atomização de água, com o objetivo de controlar a umidade do papel no sentido transversal da produção de papel ou celulose, ou reduzir o efeito de "encanoamento" ("curling") do papel ou celulose, ou melhorar o processo de "calandragem" do papel ou celulose, compostos por estruturas de atomização de água, com ou sem gabinete de válvulas, com gabinetes de controle, com ou sem estação de operação (computador), com ou sem unidade de condicionamento de água, com unidade de suprimento de ar, com ou sem sistema de exaustão, com mecanismo de retração, com tubulações pertinentes, desmontados para transporte.
8419.89.99	Ex 222 - Equipamentos para controle da umidade da folha de papel ou celulose por meio de aquecimento através da aplicação de vapor na superfície da folha, dotados de: atuadores automáticos ou manuais, caixa metálica de aplicação de vapor, painel de sinais elétricos, painel de conexão de cabos, servidor para controle, estação de processo, com ou sem sistema de controle de temperatura do vapor e sistema de exaustão de ar.
8420.10.10	Ex 001 - Calandras para acabamento de papel, constituídas por um ou mais "nips" (par de rolos), sendo cada "nip" formado por um rolo térmico (coquilhado aquecido à água e óleo); e um rolo de abaulamento variável com revestimento macio.
8420.10.10	Ex 004 - Calandras para acabamento de papel, constituídas de um ou mais "nips" (par de rolos), sendo cada "nip" formado por um rolo térmico e um rolo de abaulamento variável.
8421.21.00	Ex 074 - Combinações de máquinas para tratamento de água, através do processo de dessalinização e ultradesmineralização, com condutividade menor que 0,08µs/cm, capacidade de produção de 15m³/h, compostas de: 2 filtros para remoção de sólidos suspensos de agua bruta extraída do mar com vazão máxima de 90m³/h cada; 2 filtros para descalcificação com vazão de 90m³/h cada; 2 unidades de osmose reversa para pré-dessalinização, dotados de 60 cartuchos com vazão de permeado de 34,5m³/h cada; 2 unidades de osmose reversa para dessalinização, dotados de 24 cartuchos com vazão de permeado de 31m³/h cada; 2 unidade de deionização do permeado com vazão de 31m³/h cada; 1 unidade de desgaseificação para redução de concentração de 2 com vazão de 15m³/h; 1 unidade de tratamento UV, dotado de 16 lâmpadas para esterilização de permeado com vazão de 15m³/h; 1 unidade de ultradeionização do permeado; 1 unidade de filtragem com membrana de 15µm para vazão de 15m³/h; bombas; instrumentações; tubulações; tanques; sistema elétrico e de controle; com ou sem dispositivos de proteção contra incêndio.
8421.29.30	Ex 009 - Filtros-prensa tipo filtração direta, sem pré-separação, para filtração de fluido de usinagem proveniente de processo de retificação de tubos de aço, visando a produção de tubos-base para eixo e comando de válvulas; superfície de filtração de 0,9m² com capacidade de filtração de 650L/min; pressão de filtração de até 2,5bar com pressão de vedação de 8,0bar; porosidade melhor que 10 micras; dotados de tanque de emulsão com volume operacional de 5.500L com 2 compartimentos separados para coleta do líquido, com sistema de bombeamento de alimentação do filtro com desempenho de 650L/min a 2,7bar e sistema de bombeamento para o processo com desempenho de 600L/min a 6,5bar; sistema de controle de temperatura com capacidade de arrefecimento de 45kW a 42°C, temperatura ambiente, e estabilidade da temperatura de 0,5K/30min e 2K/24h; e mecanismo de inclinação para saída de bolo de material filtrado.
8421.39.90	Ex 070 - Cabines isoladoras, duplas, para retenção de particulados em processos de manipulação de insumos farmacêuticos ativos de alta potência, através de filtros HEPA, com nível de exposição ocupacional inferior a 1µg/m³, dotadas de: 2 câmaras laterais para entrada e saída de produtos; 2 câmaras de trabalho independentes com 4 luvas para manipulação de produtos; filtros absolutos para proteção das válvulas de sobrepressão; ventiladores centrífugos com controle de velocidade; sistemas de limpeza interna com bico pulverizador e válvula de dreno para descarregamento de resíduo líquido; válvulas para injeção de nitrogênio; sensores de oxigênio, umidade, pressão e temperatura; CLPs com interface homem-máquina para controle de parâmetros de substâncias normais, tóxicas e explosivas; preparada para instalação de instrumentos de amostragem, pesagem ou análises.
8421.99.10	Ex 002 - Placas para precipitadores eletrostáticos (ESPs), para coleta de pó, fumos e névoas separados de correntes de gás; com espessuras de 18 ou 16 gauge, em aços carbono, inoxidável ou outros aços especiais, e com comprimento de até 14,63m.
8421.99.10	Ex 003 - Conjuntos de peças ("kit") de motor elétrico de máquina lavadora de gás (desintegrador), dotados de: rotor, estator, unidades de rolamentos, e cilindro de pulverização.
8422.30.10	Ex 075 - Máquinas automáticas capsuladoras e rotuladoras para garrafas, com sistema de lavagem, secagem e eliminação de condensação após engarrafamento a frio, com rotulagem efetuada em até 4 estações, sistema de distribuição da capsula dotado de agulhas e sistema de encapsulamento orientados por sensor óptico, com velocidade máxima de trabalho igual ou superior a 2.400garrafas/h, com painel eletrônico com tela "touchscreen".
8422.30.21	Ex 071 - Máquinas automáticas para ensacamento de ração para cães e gatos com capacidade produtiva de no máximo 1.200sacos/h, de boca aberta, com ou sem sanfonas laterais, para sacos de 0,5 até 20kg, controladas por 1 controlador lógico programável (CLP); 2 balanças eletrônicas com sistema de dosagem por gravidade e canal vibrante; tramoia de carga e descarga; estrutura de inspeção das balanças; alimentador automáticos dos sacos, com grupo de enchimento e translado dos sacos, com 2 estações de fechamento sendo cada uma com 2 barras para soldar a quente; estação de esfriamento; dispositivo empurrador giratório e esteira; detector de metal; com esteira de controle de peso com 1 balança até 20kg; dispositivo de alinhamento dos sacos; dispositivo de compactação das embalagens pequenas; dispositivo de eliminação do excesso de ar antes de selar a embalagem; grupo de enchimento e translação dos sacos até o sistema de fechamento e com a estação de esfriamento; dispositivo de alinhamento dos sacos; e dispositivo de compactação das embalagens.
8422.30.21	Ex 072 - Máquinas automáticas para embalagem de café em pó, a vácuo, para pacotes de 500g, em embalagens simples (single Wall), dotadas de filmes laminados de selagem a quente para manutenção do vácuo, com unidade formadora de pacotes com uma estação de entrada de filme, unidade de enchimento e selagem, com capacidade de produção de até 125pacotes/min.
8422.30.29	Ex 417 - Máquinas automáticas para dosagem e fechamento de latas com sistema abre-fácil (easy-peel), rotativas, com controlador lógico, operando em 2 fases: uma fase sendo dosadora de óleo comestível a vácuo, com 30 válvulas de enchimento, vácuo interno por lata de -0.3kg/cm², controle de temperatura automático, capacidade produtiva de 10latas/segundo e a outra fase sendo uma recravadeira com 6 cabeçotes para fechamento das latas com sistema abre-fácil (Easy-Peel) de diferentes tamanhos e formas, com capacidade de 500latas/min.

8422.40.90	Ex 535 - Combinações de máquinas formando uma unidade funcional para embalar medicamentos do tipo blíster, com controladores lógicos programáveis (CLPs), dotadas de painel de operação com tela tipo "touch screen", compostas de: máquina emblistadeira para formar, encher e selar cartelas de plástico/alumínio e/ou alumínio/alumínio para comprimidos e/ou cápsulas, munidas de um jogo de ferramental para um formato de comprimido, com capacidade máxima igual a 600 cartelas/min, com 1 módulo de formação de blíster com movimentos intermitente, placas verticais de pré aquecimento das bobinas, contendo um ou mais carrinhos para bobinas com um diâmetro máximo de 800mm e ajuste lateral com cone de aperto pneumático para tarugo de 76mm de diâmetro, sensor de quantidade mínima de bobina e mesa de emenda e corte de bobina, detecção automática de emenda da bobina inferior e superior, com parada automática na dosagem e zona de resfriamento, 1 módulo de movimento contínuo com área de dosagem, fechamento e selagem tipo rotativo contínuo por rolos de selagem, sistema de visão para controle do enchimento de todos os alvéolos do blíster, sistema automático para parada da máquina, sistema de refrigeração e sistema de compensação para transferência para a zona de carimbo e codificação com proteções laterais em material acrílico, trabalhando interligado com coluna de elevação estacionária para carregamento de comprimidos, 1 módulo denominado zona rápida com movimento intermitente de faca, com codificação e carimbo, estação de perfuração desativada automaticamente em caso de emenda de folha diminuindo o desgaste das facas de perfuração, estação de corte, podendo ser operado em sentidos opostos, transferência direta para a encartuchadeira por roda de sucção, com sistema de detecção e rejeição de blisters defeituosos e vazios por meio de sensor de controle; máquina encartuchadeira com desenho ergonômico, com alimentação de cartuchos retrátil, facilitando uma alta acessibilidade e fácil limpeza, dotada de sistema de transferência direta de blisters do tipo esteira de correia dentada, sistema de ajuste de altura acionado manualmente, armador de cartuchos, dobrador e colocador de bulas e insersor de cartelas, com proteção frontal em acrílico e sistema de rejeição de embalagens defeituosas, com capacidade máxima igual a 450cartuchos/min e comunicação feito por meio de painel eletrônico a quantidade de blísters; balança eletrônica dinâmica para controle em linha de peso com sistema de pesagem em movimento por esteiras de alta precisão com capacidade máxima igual a 450cartuchos/ min, tela tipo "touch screen", "software" de controle IHM, além de equipamento controlado via CLP, sistema de rejeição individual; máquina encaixotadeira automática tipo "Case Packer", com fechamento por fita adesiva, com capacidade máxima igual a 20caixas/min, controlada por servomotor, fechamento por fita de 2 polegadas, podendo aceitar sistema de rastreabilidade, estação de descarte para caixas defeituosas e etiquetagem automática.
8422.40.90	Ex 732 - Máquinas empacotadoras automáticas, tipo carrossel, para embalagem de pilhas, com 12 postos de alimentação manual, 3 estações de alimentação de bolhas, 1 estação de selagem do blister dotada de 2 cilindros opostos de 8 polegadas cada, 1 placa de selagem em alumínio de 3.900W de potência, temperatura de operação com alcance até 142°C, motor AC com velocidade variável, com capacidade produtiva superior a 9.000 embalagens/h.
8422.40.90	Ex 733 - Combinações de máquinas para o encaixotamento de bandejas de ovos em caixas de papelão ondulado, compostas de: 2 braços articulados compondo 2 linhas independentes com largura de até 1.100mm cada e capacidade de até 32.400ovos/h por linha com esteiras de entrada e saída.
8422.40.90	Ex 734 - Máquinas agrupadoras/encaixotadoras para embalagens contendo 8 cartuchos de cápsulas com café torrado e moído, chás em folha e bebidas instantâneas, operando em tensão elétrica de 380V/60Hz, com absorção máxima de energia elétrica de 12kW e pressão operacional 6bar, com velocidade de produção de até 6,5caixas/min e dimensões máximas de caixa 400 x 600 x 260mm (comprimento x largura x altura), incluindo transportadores, painéis de distribuição de energia elétrica, painel de controle com tela tipo "touchscreen", e controlador lógico programável (CLP).
8422.40.90	Ex 735 - Máquinas agrupadoras/encartuchadoras para cápsulas com café torrado e moído, chás em folha e bebidas instantâneas em caixas nos formatos de 10 unidades e 96 unidades, com capacidade de produção máxima de 500cápsulas/min, operando em tensão elétrica de 380V/60Hz, com absorção máxima de energia elétrica de 35kW e pressão operacional 6bar, incluindo transportadores, painéis de distribuição de energia elétrica e painel de controle com tela tipo "touch screen", e controlador lógico programável (CLP).
8422.40.90	Ex 736 - Máquinas para acondicionar pacotes de fitas auto-adesivas em caixas de papelão por meio de pinças auto-centrantes robotizadas, tipo portal, com velocidade máxima igual ou inferior a 10caixas/min, com sistema de fechamento automático por fita auto-adesiva e etiquetagem das caixas com respectivo controle de revisão da etiquetagem por meio de telecâmeras, dotadas de esteira de movimentação e paletização das caixas.
8422.40.90	Ex 737 - Máquinas automáticas para embalar rolos de fita auto-adesivas em filme de polietileno ou PVC, com sistema alimentador/divisor de 4 canais predisposto para fitas de 18, 24, 36, 48 e 69mm, e sistema de fechamento a quente por termoretração, com velocidade de 18fechamentos/min.
8422.40.90	Ex 738 - Máquinas automáticas horizontais eletrônicas, com controlador lógico programável (CLP), próprias para aplicação de embalagens flexíveis a base de polietileno de baixa densidade (filme plástico), dimensionadas dinamicamente conforme o tamanho do produto, com capacidade para embalar até 30pacotes/min, com capacidade de embalar produtos de até 356mm de largura, 178mm de altura, 2.134mm de comprimento e peso 9,07kg, dotadas de esteiras transportadoras de entrada com dimensões 407mm largura, x 1.829mm comprimento, 1.067mm de altura e esteiras transportadoras de saída com dimensões 508mm largura, x 2.134mm comprimento e 1.067mm de altura, ambas acionadas por servo-motores, com sensoriamento de produtos por meio de detecção fotoelétrica, unidade empacotamento, conjunto de escâneres omnidirecionais para leitura de códigos de barras, rotuladora automatizada com capacidade de impressão de até 30mm por segundo e resolução de até 300dpi, estação de fechamento e selagem individualizada dos pacotes e painel de controle com tela "touchscreen".
8422.40.90	Ex 739 - Máquinas para embalamento de peletes plásticos com capacidade de até 120sacos/h para sacarias abertas ou valvuladas de 25kg e de "big bags" de 1.000kg, com capacidade de 4.000kg/h, com silos de armazenamento, separador de partículas metálicas, com programa para preparação e impressão das etiquetas de identificação, comandadas por controlador lógico programável (CLP).
8423.30.19	Ex 004 - Sistemas de dosagem gravimétrica contínua para composição de formulações de ingredientes sólidos com densidade aparente compreendida entre 0,3 e 1,0kg/l, para alimentação do processo de extrusão de materiais termoplásticos, dotados de: 10 dosadores gravimétricos tipo "loss-in-weight" de diferentes geometrias, com rosca simples ou dupla e vazão compreendida entre 30 e 3.000kg/h, contendo funil alimentador com capacidade inferior ou igual a 450 litros, sistema de pesagem com uma ou mais células de carga digital com resolução de 1:4000000, módulo de controle de acionamento e de pesagem com duplo "loop", filtragem digital de peso, sensor de velocidade e controle inteligente de recarga e 1 controlador com capacidade para controle simultâneo de até 16 dosadores, com painel e tela sensível ao toque.
8423.30.19	Ex 005 - Sistemas de dosagem gravimétrica contínua para composição de formulações de ingredientes sólidos com densidade aparente compreendida entre 0,3 e 1,0kg/l, para alimentação do processo de extrusão de materiais termoplásticos, dotados de: 5 dosadores gravimétricos tipo "loss-in-weight" com rosca simples e vazão compreendida entre 30 e 3.000kg/h, contendo funil alimentador com capacidade compreendida entre 50 e 110 litros, sistema de pesagem com uma ou mais células de carga digital com resolução de 1:4000000, módulo de controle de acionamento e de pesagem com duplo "loop", filtragem digital de peso, sensor de velocidade e controle inteligente de recarga; e 1 controlador com capacidade para controle simultâneo de até 16 dosadores, com painel e tela sensível ao toque.
8424.30.10	Ex 050 - Máquinas horizontais para lavar e secar chapas de vidro, totalmente em aço inoxidável, com largura útil de trabalho de 1.610mm, velocidade de trabalho mínima de 2m/min e máxima igual ou inferior a 8m/min, dotadas de: pré-lavagem superior, seção de lavagem com 2 pares de escovas cilíndricas, com 2 tanques(quente e frio); seção de secagem com 2 pares de facas de ar, com 1 ventilador de alta pressão; bandeja removíveis de recolhimento dos fragmentos de vidro; com transportadores de entrada e saída com roletes motorizados revestidos de borracha.
8424.30.90	Ex 041 - Equipamentos para corte de folhas de papel por meio de jato de água, com pressão máxima de 1.500bar, para folhas com gramatura compreendida entre 40 e 500g/m², com largura de máquina (papel) compreendida entre 1.500 e 10.500mm, dotados de bicos de corte em zafira ou rubi de diâmetro compreendido entre 0,1 e 0,2mm, unidade hidráulica de alta pressão, unidade de aplicação de cola e dispositivo de movimentação dos bicos de jatos de água.
8424.89.90	Ex 231 - Máquinas para lavagem e secagem de latas metálicas, com capacidade para trabalhar latas com dimensões variadas, painel de controle e velocidade igual ou superior a 2.000latas/min.
8424.89.90	Ex 314 - Máquinas para aplicação de tinta a pó eletrostático, com central de tinta automática para troca de cor e abastecimento de tinta virgem, tempo total de troca da tinta de 5min, limpeza do circuito de aplicação eletrostática automático, limpeza externa das pistolas automáticas através de "blow-off", sistema automático anti-incêndio por injeção de CO_2, por detecção via sensores infravermelho, sistema de sucção dupla do "overspray" nas laterais do piso da cabina por sistema "twister efect", sistema automático de leitura da geometria das peças, barreira óptica para acionamento das pistolas automáticas; recuperação de pó através de sistema EPP com redução de consumo de energia; controle de aplicação de tinta por interface HDMI, pelas configurações dos parâmetros das pistolas de kV e µA, pelo controle dos reciprocadores, do filtro e do carregamento de tinta em pó, pelo peneiramento e troca de sinais por encoder do transportador; controle de fluxo de tinta em pó através de válvula proporcional com gestão automática do ar de dosagem e atomização.
8424.89.90	Ex 315 - Cabines para a aplicação e recuperação do esmalte em pó para reciclagem do pó com fluxo de ar através de centrais de controle eletrônicas com válvulas digitais e aplicadores com componentes de cerâmica antidesgaste; corpo da cabine em PVC sanduichado antiestático, fundo da cabine com sistema de aspiração longitudinal para aspirar o inteiro comprimento da cabine, sistemas de condicionamento do ar comprimido composto por desidratador criogênico para enviar à cabine ar comprimido e seco, sistema de aquecimento e umidificação do ar comprimido e painel de controle para gerenciar a temperatura e umidade do ar, painel de comando com PLC para armazenar dados de trabalho que contêm parâmetros de kV e µA; controle de aplicação de esmalte por interface HDMI, pelas configurações dos parâmetros das pistolas de kV e µA, pelo controle dos reciprocadores, do filtro e do carregamento da tinta em pó, pelo peneiramento e pela troca de sinais por encoder do transportador; aplicação do esmalte em pó por pistolas eletroestáticas com componentes em cerâmica e vidro antidesgaste e com bomba em metal temperado; filtro de sucção e recuperação com cartuchos de filtros anti-abrasão; sistema de peneiramento por peneiras planas ou rotativas; aplicação do esmalte através de reciprocadores e robôs de 3 ou 6 eixos gerenciados por PLC; controle de fluxo de esmalte em pó através de válvula proporcional com gestão automática do ar de dosagem e atomização; sistema de leitura de componentes através de fotocélulas que comandam as automatizações da cabine para interromper o fornecimento em ausência dos componentes através de fotocélulas que comandam as automatizações da cabine, alimentação do pó virgem com sistema de carga por meio de "Big Bag" de 1.000kg.
8424.89.90	Ex 316 - Máquinas para aplicação de junta líquida nas partes de junções de motores automotivos, dotadas de: mesa móvel com movimentação em 2 eixos, atuada por guias lineares e controlador; dispositivo para posicionamento da peça com precisão de retilinidade e planicidade de 0.2mm ou menos; 2 ou mais bombas de alta pressão para aplicação da junta líquida (saída 12MPa) para materiais altamente viscosos (de 50 a 120Paş) e razão de pressão 30:1, dotadas de comando bi manual de acionamento para proteção das mãos; painel de operação e painel de controle com CLP (controlador lógico programável) embutido a baixo do equipamento.
8424.89.90	Ex 317 - Máquinas para aplicação de películas de revestimento em comprimidos farmacêuticos, por pulverização, dotadas de: 1 caçamba de revestimento, totalmente perfurada, com diâmetro de 39" (990mm) e volume máximo de 150 litros; 1 caçamba de revestimento, totalmente perfurada, com diâmetro de 30" (760mm) e volume máximo de 40 litros; bomba peristáltica; barra de pulverização com 3 pistolas; sistema de recirculação da solução de revestimento; unidade de tratamento do ar de admissão com pré-filtro de alta eficiência, desumidificador, controle de vazão e temperatura; sistema de exaustão com coletor de pó e silenciador; com controlador lógico programável (CLP) e painel de interface homem-máquina.
8424.89.90	Ex 318 - Máquinas lavadoras contínuas de resinas termoplásticas em escamas, por sistema de fricção em alta rotação, separação e remoção dos contaminantes por centrifugação e por fluxo contínuo de recirculação de água em altas vazões; com capacidade máxima de até 1.500kg/h; com rotor com 84 ou 87 pás aparafusadas e posicionadas em ângulo, diâmetro de 800mm, comprimento de 1.800mm, com rotação máxima de operação entre 900 e 1.000rpm; com motor de potência de 30 ou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	37kW; com peneira metálica hexagonal com 1 ou 3 ou 5mm de abertura; com portas de acesso para inspeção e manutenção; com ou sem tanque de agitação; com ou sem válvula rotativa; com ou sem hidrociclone; com ou sem rosca de descarte para funcionamento com solução alcalina em alta temperatura; com ou sem peneira vibratória com tela de abertura de 350 a 500µm, equipadas com tanque e bomba de recirculação de água com motor elétrico de 2,0kW de potência; com controlador lógico programável.
8426.41.90	Ex 067 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus, para terreno irregular ("Roug Terrain"), acionados por motor de 6 cilindros a diesel, com 2 eixos direcionáveis e sistema caranguejo, eixos dianteiro e traseiro com tração, com limitador automático de momento de carga, lança telescópica principal com 5 seções, comprimento de lança totalmente retraída igual a 12m, totalmente estendida igual a 47m, velocidade de extensão de 35m em 160s, JIB treliçado e basculável, com comprimento de 10,1 e 17,7m e capacidade de içamento de carga de 90,7t a 2,4m de raio.
8426.41.90	Ex 070 - Guindastes hidráulicos autopropelidos sobre pneus, para terreno acidentado (Rough Terrain), acionados por motor de 6 cilindros a diesel, com 2 eixos direcionáveis, sistema caranguejo, eixos dianteiro e traseiro com tração, com limitador automático de momento de carga, lança telescópica de 4 seções, com comprimento de lança totalmente retraída igual a 10,2m, totalmente estendida igual a 33m e velocidade de extensão de 22,8m em 88s, JIB de 2 estágios com comprimento de 8 a 12,7m, capacidade máxima de içamento de 50t a 2,5m de raio.
8426.41.90	Ex 089 - Guindastes autopropulsados sobre pneumáticos do tipo "Reach Stacker", para movimentação e empilhamento de contêineres padrão ISO de 20 a 40 pés, acionados por motor a diesel com potência máxima igual ou superior a 300HP a 1.800rpm, contendo: capacidade para empilhar até 5 contêineres "HC" na primeira fila e até 5 contêineres "Standard" na segunda fila; capacidade de carga de 45, 31 e 15t nas primeira, segunda e terceira filas, respectivamente; lança telescópica hidráulica com "spreader"; sistema eletrônico de monitoramento e controle de carga; 6.500mm de distância entre-eixos.
8426.41.90	Ex 090 - Guindastes hidráulicos auto propelidos sobre pneus, para terreno acidentado (Rough Terrain), acionados por motor de 6 cilindros a diesel, com 2 eixos direcionáveis, sistema caranguejo, eixos dianteiro e traseiro com tração, com limitador automático de momento de carga, lança telescópica principal de 4 seções com sistema de sincronização por 2 cilindros, comprimento de lança totalmente retraída igual a 9,7m, totalmente estendida igual a 31m e velocidade de extensão de 21,3m em 91s, JIB de 2 seções, treliçado e basculável na extremidade, com comprimento de 7,2 e 12,8m e capacidade máxima de içamento de 31,8t a 2,4m de raio.
8427.20.10	Ex 126 - Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos, acionadas por motor à diesel com potência nominal entre 160 e 201kW, sistema hidráulico "Power on Demand" com bombas de vazão variável, transmissão eletrônica de "Powershift" com 5 velocidades, capacidade de carga entre 22.000 e 32.000kg com centro de carga 900 e 1.200mm, entre-eixos entre 3.655 e 4.825mm, dotadas de torre hidráulica e cabine inclinável para manutenção.
8427.20.10	Ex 127 - Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos, acionadas por motor à diesel com potência nominal entre 224 e 261kW, transmissão automática com 4 ou 5 velocidades, capacidade de carga entre 34.320 e 48.000kg, sendo o centro de carga entre 900 e 1.200mm, entre-eixos de 5.385 ou 5.900mm, dotadas de torre hidráulica e cabine inclinável para manutenção.
8428.20.90	Ex 011 - Despaletizadoras de embalagens cartonadas (composit can tipo Safetop) com capacidade de despaletizar até 350 latas/min de pallets de até 3,1m de altura, dotadas de: elevador de pallets cheios, robô cartesiano para desmontagem de quadro superior e de chapas divisórias, mesa acumuladora de latas; movimentador de camadas por meio de empurradores automáticos; esteiras de plataforma para saída e afunilamento em fila única de latas, controlador lógico programável e tela IHM.
8428.20.90	Ex 012 - Combinações de máquinas automáticas para movimentar, orientar, arrumar e sobrepor embalagens cartonadas ("Composit Can tipo Safe Top"), capacidade de produção de até 400 latas/min em pallets de até 3m de altura, compostas de: robô cartesiano; mesa acumuladora de latas; elevador de pallets; magazine para pallets vazios; sistema de seleção, separação e movimentação das camadas por meio de gabarito de pinos com controlador lógico programável e tela IHM; transportador de pallets acabados com sistema de movimentação e acumulo de pallets cheios por meio de correntes e rolos transportadores; sistema de transferência com capacidade para realizar curvas a 90° controladas por CLP e aplicadora automática de fitilhos nos pallets, com sistema de transporte de pallets, plataforma giratória com defasagem de 90° e munida de CLP.
8428.33.00	Ex 048 - Equipamentos para passagem de ponta de papel ou celulose, composto de esteira rolantes sobre caixas de vácuo e/ou elementos direcionadores de ar tipos "bandejas" e/ou "bico aspersor", com dispositivos auxiliares, utilizado em máquinas para fabricação de papel ou celulose.
8428.39.20	Ex 003 - Equipamentos para alimentação de cabeçotes de motores automotivos em células de usinagem, com capacidade de 32,4cabeçotes/h, dotados de estação de abastecimento manual de cabeçotes, transportadores de peças do tipo PZR ("Powered Zone Roller") com velocidade de 4,5m/min, estação de colocação de "parafuso de dados" dotada de apertadeira monofuso elétrica; estação de leitura e gravação de dados do sistema de identificação por radiofrequência ("RFID"); e controles eletroeletrônicos.
8428.39.90	Ex 185 - Combinações de máquinas para a classificação e separação de pacotes diversos, automáticas, com Controlador Lógico Programável (CLP), capacidade operacional de 4.500pacotes/h (pacotes com comprimento médio de 340mm e interdistância de 760mm), compostas de: 4 transportadores de alimentação com capacidade operacional máxima de 1.600pacotes/h (cada); 1 transportador/sincronizador com velocidade prévia à sincronização igual a 0,75m/s, e velocidade após a sincronização igual a 2m/s; 1 estação de identificação e classificação dos pacotes, com leitor de código de barras, scanner volumétrico de formas irregulares e balança de pesagem dinâmica; 1 estação de separação (sorter) de pacotes entre onze diferentes saídas, com velocidade igual a 2m/s.
8428.39.90	Ex 186 - Transportadores-classificadores de pedidos e/ou volumes diversos, computadorizados, tipo bandeja, acionados por motores, controlados por controlador lógico programável (CLP), utilizados para movimentar e classificar produtos acabados e/ou volumes diversos, visando a sua classificação e expedição automatizada ou não, dotados de sistema de separação mecânica com aproximadamente 33m de comprimento; estações de introdução/alimentação manual; bandejas com impulsor para separação dos artigos; calha de saída do separador; calha de rejeição, equipada com dispositivos de escaneamento para leitura de código de barras através de um servidor de OST, com capacidade de separação mecânica igual ou superior a 6.500bandejas/h com dimensões de 500 x 700mm.
8428.39.90	Ex 187 - Transportadores/Resfriadores de bisnagas em formato espiral com uma torre ascendente, consumo energético médio de 4kVA, eficiência de resfriamento de até 184.000pães/h, largura útil da esteira de 1,18m, sistema de recebimento de pães com aproximadamente 90°C e entrega com aproximadamente 30°, espirais em 16 níveis, sistema de transferência entre torres espirais impedindo o desalinhamento dos pães, sistema de controle eletrônico com PLC e interface com IHM.
8428.39.90	Ex 189 - Máquinas para realizar triagem e classificação de garrafas vazias, por meio de efeito óptico com sensores e câmeras CCD, dotadas de controle eletrônico e dispositivo automático de rejeição, capazes de atingir velocidades de inspeção menor ou igual a 1,5m/s.
8428.90.90	Ex 330 - Equipamentos destinados ao processamento e gerenciamento da distribuição dos tubos de amostras (sangue ou urina), para automatização de laboratórios de análises clínicas nas etapas pré e pós analíticas, para alta velocidade de triagem, dotados de: 1 esteira de 2 pistas para movimentação dos tubos e dispositivo tipo "pick & place" entre as estações e os módulos de processamento; 1 módulo de identificação consistindo de leitor de código de barras e câmera para identificação dos tubos de amostras; 4 estações fixas para o carregamento e descarregamento de tubos de amostras, podendo ser configurado com até 4 módulos para o processamento das amostras, tais como módulo de abertura de tubos primários e/ou módulo de preparação de tubos secundários e/ou módulo de fechamento dos tubos primários e/ou secundários; com painel de controle com tela tipo "touch screen".
8428.90.90	Ex 392 - Máquinas despaletizadora/transportadora de latas abre fácil ("Easy-peel") utilizadas no processo de envase de atum em conserva, com sistema de entrada de paletes, elevador para despaletização, transportador com rolos para a entrada e saída de paletes, interruptores de limite para levantar e abaixar o palete, deslocador de retirada da lata com guias de deslizamento laterais, transportador agrupos/mosaico, detector de acúmulo, transportador de descida mosaico com alinhadores, transpotador de saída de lata, unidade de acionamento pneumático de 180° para retirada de latas por fila, painel de comando com botão exterior liga/desliga e parada de emergência.
8428.90.90	Ex 462 - Máquinas paletizadoras por coluna com braço giratório automática para paletização de artigos de vidros, com capacidade de até 3 camadas/min, com flexibilidade de utilizar até 3 tipos de cabeçotes (mangueiras, vácuo e arraste) e dotada de dispositivo anti-trepidação na transferência dos artigos da mesa de formação para o cabeçote de arraste, controladas por PLC.
8428.90.90	Ex 463 - Equipamentos de armazenamento com carga e descarga por ventosas, para ladrilhos cerâmicos com dimensões máximas de 1.200 x 1.200mm e espessura compreendida de 6 a 16mm, pressão máxima de alimentação de 6bar, dotados de: transportador para conexão, transportador de formação de fila, roleira em baixo da superfície de aspiração de carga, transportador de correias (utilização em "by-pass"), robô, compartimentos de alojamento dos ladrilhos, quadro elétrico, superfície de aspiração, roleira em baixo da superfície de aspiração de descarga e transportador de reinserção na linha.
8428.90.90	Ex 464 - Máquinas automáticas para transferência e posicionamento de seringas semiacabadas, utilizadas para transferir seringas pré-envasadas posicionadas em conjuntos bandejas/nichos até a área de alinhamento e transporte para as subsequentes operações de montagem dos demais componentes das seringas, com capacidade produtiva máxima igual a 12.000 ou 24.000seringas/h (variáveis em função dos grupos de pré-alimentação instalados e das características e dimensões das seringas a serem processadas), para seringas com volumes compreendidos entre 0,5 e 20ml, transportador de alimentação dos conjuntos bandejas/nichos, estação de separação das seringas das bandejas/nichos com ponto de descarte de nichos, empilhador automático de bandejas, transportador de descarga de seringas alinhadas, PC industrial com interface homem-máquina (IHM) e "software" dedicado.
8428.90.90	Ex 465 - Sistemas para adição de pó fluxante no lingotamento contínuo com medição e controle automático da camada de pó dotados de: silo de alimentação com pressão mínima de 4bar, distribuidor de pó com 2 saídas, cabo flexível, conexões, painel elétrico, painel de operação, sensor eletromagnético com frequência de operação até 200Hz com "range" de leitura ajustável em 80 ou 160mm com precisão de 4mm e tempo de resposta na leitura de 50ms e computador com IHM.
8428.90.90	Ex 466 - Transportadores automáticos modulares para conjunto de motor e pallet com capacidade para 33motores/h, dotados de: 1 ou mais módulos de esteira de corrente de roletes livres tracionados por moto-redutor elétrico de alta eficiência com potência igual ou superior a 750W, 1 ou mais módulos de esteira de corrente de roletes livres tracionados por moto-redutor elétrico de alta eficiência com potência igual ou superior a 750W com elevadores para motor a combustão distribuídos, 1 ou mais módulos de rotação de 90° com giro atuado pneumaticamente e corrente de roletes atuada por moto-redutor de potência igual ou superior a 200W, 1 ou mais módulos de sistema de tração distribuída atuada por motores síncronos de torque uniforme mesmo em baixa frequência (inclusive em repouso) com velocidade síncrona de 72rpm e torque de partida de 0,7Nm mínimo, velocidade ajustável programada por driver.
8428.90.90	Ex 467 - Transportadores automáticos modulares, em circuito fechado, para conjunto de motor e pallet, com capacidade para 33motores/h, dotados de: 1 ou mais módulos de sistema de tração distribuída atuada por motores síncronos de torque uniforme mesmo em baixa frequência (inclusive em repouso) com velocidade síncrona de 72rpm e torque de partida de 0,7Nm mínimo, velocidade ajustável programada por "driver", 1 ou mais módulos de roletes livres, 1 ou mais módulos tracionadores para intervalo de roletes livres dotados de par de guias lineares motorizados coordenados com controlador de posição, tracionados por servomotor de corrente alternada dotado de encoder de alta resolução (17-bits, 131.072 passos), grau de proteção IP65, máxima velocidade igual ou superior a 5.000rpm, torque nominal (em regime) de 2,39Nm e torque máximo (partida) igual ou superior a 7Nm, 1 ou mais módulos de esteira de corrente de roletes livres tracionados por motorredutor elétrico de alta eficiência com potência igual ou superior a 750W, 1 ou mais módulos elevadores atuados por cilindro pneumático, 1 ou mais módulos bidirecionais capazes de girar seus motores sob o pallet em 90° e transportá-los nos sentidos longitudinal e transversal sem rotação, 1 ou mais módulos de ejeção transversal de pallets com elevador atuado por motorredutor trifásico de potência 90W ou mais e sistema mecânico, roletes livres, 1 ou mais módulos de rotação de 90° atuados por motorredutor.
8428.90.90	Ex 468 - Combinações de máquinas, compostas de: bandejas transportadoras nas dimensões de 500 x 650mm, que suportam até 15kg, velocidade de 0,5m/s e capacidade de 3.000bandejas/h, para classificação de caixas de papelão com produtos nas dimensões máximas de até 630 x 600 x 400mm (comprimento x largura x altura), alimentação do tipo indução automática, contendo 11 saídas duplas (do tipo Flipper) e 2 saídas normais, detectores de saída cheia e controlador lógico programável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8428.90.90	Ex 469 - Equipamentos para transferência de cabeçotes de motores automotivos entre células de operação, com capacidade de 32,4cabeçotes/h, dotados de pórtico para elevação e descenso dos cabeçotes e transportador de entrada do tipo PZR ("Power Zone Roller") com velocidade de 4,5m/min.
8428.90.90	Ex 470 - Alimentadores robotizados de serras circulares em máquinas afiadoras, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos controlados, sendo 2 eixos lineares e 2 eixos giratórios, com 2 ou mais carrinhos de carga para alimentação, em uma ou em até 3 máquinas.
8429.40.00	Ex 044 - Rolos compactadores de solo e/ou asfalto, autopropulsados, equipados com cilindros tandem vibratórios lisos na frente e traseira, ou equipados com pneus na traseira, com chassi articulado e peso operacional máximo entre 2.480 e 3.470kg, com estrutura (ROPS) de proteção contra capotamento, velocidade máxima de deslocamento para frente e ré de 9,4km/h, potência de superfície máxima compactada entre 9.400 e 11.280m²/h, com motor diesel de 3 cilindros refrigerado à água de 27,9kW (37,4HP) de 1.830cm³, com rotação de operação de 2.550rpm e potência operacional máxima em 2.700rpm.
8429.40.00	Ex 045 - Rolos compactadores de solo, valas e trincheiras, acionados por controle remoto via rádio ou por cabo, equipados com rolos bipartidos tipo pés de carneiro, sendo 1 dianteiro e 1 traseiro, autopropulsados, com sistema de vibração e propulsão, peso operacional entre 1.366 e 1.495kg, largura de trabalho entre 560mm e 820mm, frequência de 41,7Hz, força de compactação de 68,4kN (6.974,86kg), velocidade máxima para frente ou ré de 2,5km/h, capacidade de compactação de superfície de 990m²/h, com motor diesel de 3 cilindros com arranque elétrico refrigerado à agua, com cilindradas entre 898 e 1.028cm³, potência entre 14,8kW(19,8HP) e 15,5kW(20,7HP), com rotação em operação de 3.000rpm.
8429.40.00	Ex 046 - Rolos compactadores para solos e asfalto, autopropulsado, de duplo cilindro (tandem) vibratório e/ou com 4 pneus traseiros, com proteção contra capotamento (ROPS), dotado de motor diesel com potência mínima de 18kW, com largura de rolagem entre 1.070 e 1.200mm, raio de curva interno entre 2.570 e 2.700mm, diâmetro do cilindro máximo de 702mm, frequência de trabalho entre 61 e 66Hz, tanque de combustível com capacidade mínima de 45 litros e peso operacional entre 2.250 e 2.600kg.
8429.40.00	Ex 047 - Rolos compactadores para solos, autopropulsados, com peso operacional de 18.000kg, 5 velocidades de deslocamento, sendo 3 a frente e 2 a ré, sistema de vibração blindado com frequências de vibração de 35Hz e 2 amplitudes, baixa de 0,90mm e alta de 1,90mm, forças centrífugas de 190 e 365kN, respectivamente, e kit de conversão para "Rolo com Pata de Carneiro".
8429.59.00	Ex 050 - Máquinas para abertura de valas no solo, autopropulsadas, sobre esteiras ou pneus, com capacidade de abertura de valas com profundidade máxima de 1,83m e largura máxima de 46cm, com eixos direcionáveis independentes com bloqueio do diferencial hidráulico, velocidade máxima de transporte para a frente e para trás de 17,1km/h, motor de 120 a 130HP, sistema de freio de estacionamento aplicado por mola e liberado hidraulicamente, estrutura de proteção contra capotamento, com implemento de valetadeira, roda de corte ou lâmina de arado (plow), sistema inteligente de controle de velocidade do trator e giro do implemento para operação contínua, sistema CAN projetado em tela de diagnóstico multilíngue.

8430.41.90	Ex 053 - Máquinas perfuradoras de rochas, alimentadas a ar, dotadas de torre de perfuração com 3 martelos pneumáticos com 3,2m de altura e inclinação de -5 a 5°, carril para movimentação da torre com 4m de comprimento, com 4 macacos hidráulicos para movimentação transversal do carril e 1 macaco hidráulico centralizado no carro da torre para rotação do carril.
8430.69.90	Ex 024 - Rompedores hidráulicos para blocos de pedra, concreto ou escavação, para serem acoplados em carregadeiras compactas, retro-escavadeiras, escavadeiras ou mini-escavadeiras, câmara de energia com membrana tipo diafragma, com regulador automático de pressão, peso operacional (com suporte e ponteiro) de 65 a 5.589kg, dimensões da ferramenta/ponteiro de 37 a 202mm (diâmetro) x 270 a 795mm (comprimento útil), potência de entrada de 4 a 117kW, frequência de 870 a 1.700 golpes/min, vazão de operação de 12 a 420 litros/min, pressão de trabalho de 110 a 185bar.
8431.20.11	Ex 037 - Placas de circuito impresso para aplicação em empilhadeiras elétricas dotadas de conectores de interface TYCO, fusíveis, reles, sensor de corrente e contador, com estrutura plástica moldada e com tensão de 24VCC.
8431.20.11	Ex 038 - "Displays" de LCD para movimentação de paleteiras elétricas com painel de 7 polegadas e cabo mini USB para comunicação, dimensões de 188,5mm de comprimento e 139,8mm de altura.
8431.20.11	Ex 039 - Eixos diferenciais mecânicos para empilhadeiras autopropulsadas, com funções de transferência de torque da transmissão para as rodas, com "track" (distância entre centro técnico das rodas) de 1.000mm, semieixo estriado com módulo M=1,667, Z=25, á33=20°, X=08 e guia para acoplamento da roda de 149mm, cavidade para fixação do eixo diferencial no chassi de 37,5mm de largura e 685mm de espaçamento entre face, cavidade para fixação da torre 35mm de largura e 600mm entre face, diâmetro do boltcicle para fixação do eixo diferencial na transmissão 365mm e roscas M12 x 1,25mm, sistema de frenagem acionado por meio hidráulico atuando um cilindro de roda e sapata e lona, com sistema de freio estacionário atuado por cabo autorregulável, boltcicle para acoplamento da roda de 200mm com parafusos cravados no conjunto cubo/tambor M20 x 1,5mm, cubo acoplado no tambor sustentado por 2 rolamentos cônicos e banhado a óleo, cubo selado por retentor 100 x 72 x 16mm.
8431.20.90	Ex 001 - Aro em aço para plataformas elevatórias de pessoas, com diâmetros de 16 e 12 polegadas, furo central de encaixe no flange e 5 furos para os parafusos de fixação.
8431.20.90	Ex 002 - Conjuntos de comando de plataformas para elevação de pessoas composto por alavanca em plástico acoplada a placa eletrônica, com chicote elétrico e plug de conexão.
8431.20.90	Ex 003 - Aro em aço para plataformas elevatórias de pessoas, roda em aço de 16 polegadas de diâmetro com furo central de encaixe no flange e 5 furos para os parafusos de fixação e aro traseiro para encaixe do pino do freio.
8431.20.90	Ex 004 - Lanças telescópicas com 4 estágios de avanço, próprias para aplicação em manipuladores telescópicos, dotadas de cilindro hidráulico de avanço, esteiras de avanço acionadas mecanicamente, cabeçote de acoplamento com cilindro hidráulico de compensação, com avanço máximo entre 14 e 18m e capacidade de elevação nominal de 4.100kg.

8431.41.00	Ex 008 - Garras mecânicas para aplicação em manipuladores de materiais de 18 a 45t com capacidade volumétrica de 0,6m³ e com capacidade máxima de içamento correspondente a 20t, medindo 2,15m, cuja pressão hidráulica máxima e a vazão máxima de óleo na abertura e no fechamento da garra são respectivamente de 36MPa e 250L/min e a pressão hidráulica máxima e a vazão máxima de giro da garra são respectivamente de 15MPa e 30L/min, dotadas de: 5 pinças, 5 cilindros hidráulicos, 1 mancal giratório e 1 motor hidráulico com torque de 1,73KNm.
8431.43.90	Ex 031 - Ferramentas de ligação de 2 a 7", conectoras de canhões de perfuração em poços de petróleo e gás, de aço carbono especial, maciças, com furo central para passagem de cordão detonante e 4 cavidades laterais para anéis de borracha para vedação.
8431.43.90	Ex 032 - Equipamentos para proteção e isolamento de motor elétrico submerso, instalados em poço para extração de petróleo, com vedação por câmaras ou selos e reservatório para equalização da pressão do motor.
8432.80.00	Ex 015 - Equipamentos revolvedores de leiras de composto orgânico (compostagem) para uso agrícola, autopropulsados (sistema de propulsão independente) por motor à diesel integrado ao equipamento, com cabine articulável e pressurizada com filtro de partículas e carvão ativado, utilizados para homogeneização de resíduos orgânicos por processo de revolvimento mecânico, dotados de: rotor de revolvimento com diâmetro de 1.200mm com aletas, túnel de revolvimento com largura de 5.000mm e altura de 2.200mm e sistema de propulsão com tecnologia hidráulica composto de reservatório próprio de óleo, 3 bombas hidrostáticas e 5 motores hidráulicos; sistema de tração composto por 4 rodas motrizes com tração independente, velocidade ajustável em contínuo, independente esquerda/direita, de 0 a 4km/h; sistema de transmissão hidrostático realizado por comandos hidráulicos; sistema de regulagem de altura do chassis do equipamento com capacidade de elevação independente frontal/traseiro e sistema de transporte realizado por meio de rodas e pneus, ajustável na altura máxima de transporte de até 3.284mm e altura máxima de operação de até 4.409mrn.
8433.30.00	Ex 014 - Enleiradores rebocados de 4 rotores acionados hidraulicamente, com largura de trabalho entre 8,4 e 14,7m, com formação central de leira e regulagem hidráulica da largura da leira e da altura dos garfos recolhedores, estrutura portadora dos rotores telescópica em formato de H, com aliviamento dos rotores através de molas, com monitor de controle gerenciamento da largura/altura de trabalho e acionamento dos rotores, dotados de braços portadores e posição hipertangencial para reduzir as impurezas na leira, com levante hidráulico dos rotores, com rodados largos 3D e eixo de transporte principal.
8433.59.90	Ex 041 - Colheitadeiras de tomate dotadas de selecionador eletrônico de 40, 45, 48, 50 ou 64 canais, agitador rotativo a raios vibratórios com movimento alternado para separação dos frutos, com rampa de descarregamento, capacidade de colheita entre 25 e 65t/h.
8436.29.00	Ex 038 - Combinações de máquinas para a quebra e filtragem de ovo liquido para a produção de ovo integral ou ovo separado em gema e clara, com capacidade máxima 201.600ovos/h, compostas de: carregador de ovos automático, dispositivo de elevação e tração para alimentação do carregador com pilhas de 6 bandejas de ovos, esteiras transportadoras, sanitizador, esteira inclinada de roletes, quebradora de ovos com saída para as cascas de ovos acoplada, por transportadores para cascas de ovos tipo rosca sem fim, centrifuga para cascas de ovos, sistema de bombeamento de ovo liquido com controle continuo de fluxo através de 2 bombas centrifugas e 1 bomba de lóbulo, sistema de filtragem de clara e painéis de controle.
8438.20.19	Ex 074 - Máquinas cortadoras longitudinais de placas de recheio de confeitos de chocolate, com capacidade produtiva máxima maior ou igual a 8,7t/h, 2 configurações de corte, uma para corte de 42 fileiras com 24,3mm de largura, e outra para corte de 60 fileiras com 13,5mm de largura, sistema de troca rápida de configuração de corte, comandadas por controlador lógico programável (CLP).
8438.20.19	Ex 075 - Máquinas para o reprocessamento e mistura de confeitos de chocolate acabados ou semi-acabados (aparas de placas de recheio, placas inteiras, barras acabadas etc), de duplo eixo, com capacidade de processamento igual a 1.000kg, mecanismo elevatório para alimentação dos produtos a serem processados, grades de proteção, sistema de aquecimento indireto, detector de metais, sistema de bombeamento do material processado até a área de reutilização, sistema de recirculação, comandadas por controlador lógico programável (CLP).
8438.40.00	Ex 013 - Combinações de máquinas para produção de extrato de mosto por meio da concentração do mosto entre 5°P - 80ºP, compostas de: evaporador de mosto com capacidade de até 1.500kg/h; tanque para recebimento de mosto concentrado com capacidade de até 700L; torre de resfriamento; trocadores de calor.
8438.80.90	Ex 083 - Máquinas fracionadoras de queijo em meia forma e em cunhas similares, do tipo "Grana Padano" e semelhantes, em número variável de 2 a 32 unidades, com uma superfície de separação irregular, equipadas com 2 facas, com velocidade de corte igual ou superior a 32meias formas/h, dotadas de "software" de gestão e programação de cortes.
8439.30.90	Ex 011 - Colchões de ar para passagem em curva sem contato de folha de papel, utilizados após a impregnação do papel com amido ou tinta, em substituição a rolos guia.
8439.99.90	Ex 020 - Camisas de aço inoxidável ou de bronze, com perfurações, para rolos de sucção de máquina para fabricação de papel ou de pasta de celulose.
8439.99.90	Ex 028 - Réguas cerâmicas com dispositivo de controle de ângulo e/ou de altura composto por barra de aço, eixo e dispositivos e, aço para o perfeito funcionamento, envolvidos ao tecido sintético (tipo lona) e com comando que pode ser operado manualmente por meio de alavanca, ou de forma automática (motor eletropneumático), para uso exclusivamente no processo fabril de papel e celulose.
8439.99.90	Ex 029 - Lamelas para caixa de entrada da máquina de fabricação de papel, constituídas de PPSU (termoplástico), CFK (plástico reforçado com fibra de vidro) ou TI (titânio), com largura de 207 a 708mm, comprimento de 546 a 7.315mm e espessura de 4mm, com função de distribuir homogeneamente o fluxo de massa, harmonizar a micro turbulência e diminuir os picos e vales na formação do papel.
8439.99.90	Ex 037 - Mantas para rolo hidráulico tipo sapata estendida utilizadas em máquinas para fabricação de papel e/ou celulose, com comprimento inferior ou igual a 15.000mm, diâmetro inferior ou igual a 1.800mm e espessura inferior ou igual a 6,5mm, fabricadas sobre um cilindro de aço polido em que se deposita, pelo lado externo do cilindro, uma camada única de poliuretano e reforço de fios de poliéster simultaneamente.
8441.10.90	Ex 085 - Combinações de máquinas para colagem e laminação de capas de papel em colmeias, para formação de placas com largura máxima da 1.400mm, com velocidade de laminação de 5 m/min, compostas de: 2 desbobinadores com largura máxima da bobina de 1.450mm, 1 expansor aplicador de cola, 1 laminador secador, 1 máquina refiladora longitudinal por disco e 1 máquina de corte transversal.

8441.20.00	Ex 040 - Máquinas automáticas para confecção de sacolas de papel com alimentação por folhas (papel "kraft" ou "couchét", incluindo laminado), operando em uma só passagem, na produção de sacolas de 3 tipos, sendo: Tipo 1 - largura de 220 a 450mm, comprimento de 250 a 490mm; Tipo 2 largura de 200 a 450mm, comprimento de 250 a 490mm; Tipo 3 largura de 220 a 450mm, comprimento de 260 a 540mm, completas, com alimentador; sistema de posicionamento de guias frontais e laterais; sistema de refile de bordas; sistema de colagem reforçada de papel; sistema de colagem de alças; sistema de corte de papel servo reforçado; sistema de dobra superior; sistema automático de colagem de bordas; sistema automático de vincagem e furação; haste roscada de ajuste do sistema de presilha inferior e sistemas de alerta de sacolas caídas, com capacidade de produção igual ou superior a 40sacolas/min.
8441.20.00	Ex 041 - Máquinas automáticas para confecção de sacolas de papel com alimentador de folhas tipo "SOS", para produção de sacolas com largura de 180 a 350mm, com comprimento da sacola de 210 a 555mm, com comprimento do corte de 280 a 600mm, com unidade de formação de alça, unidade de inserção de alça e estação de formação, capacidade máxima de produção igual ou superior a 110unid./min.
8441.30.90	Ex 027 - Máquinas para auxiliar corte e colagem das folhas de papel em tubete a ser enrolado, dotadas de sistema de abertura da folha dotado de rolo para abertura da folha, unidade de perfuração acionada por moto redutor para perfurar a folha e transferir cola para a mesma, unidade de aplicação de cola com carro de deslocamento transversal, bico aplicador de cola, mangueira aquecida e unidade de cola para aplicação nos seguimentos com facas da unidade de perfuração, unidade de guia e fixação da folha, dotada de chapas e sopradores para guiar a folha desde o sistema de corte da rebobinadeira até por entre os rolos suporte.
8441.30.90	Ex 065 - Combinações de máquinas para a fabricação de embalagens tubulares para alimentos, tipo composite can "Safe Top", multifolhada, com miolo em tiras de papel, parte interna de alumínio (liner), parte externas com rótulo (label) e parte superior selada com membrana "Safe Top", com velocidade de produção ditada pela unidade de fechamento com membrana (prensa seladora) de até 400embalagens/min com diâmetro de 2,5590" (denominação americana 211), compostas de: 1 desbobinador duplo de papel com capacidade para 4 rolos de papel e 1 acumulador vertical de tiras de papel; 1 fresadora com 4 cabeçotes fresadores de papel; sistema tensionador duplo (freio) de papel, cada 1 com seu controlador lógico programável; 2 coladeiras de papel montadas uma sobre a outra; 1 desbobinador de membrana de alumínio (liner) com 2 estações de desbobinamento com acumulador vertical (pulmão); unidade de dobra, lubrificação e aquecimento do liner; 1 desbobinador de rótulo espiral com 2 estações de desbobinamento com sistema de controle de tensão e sistema de emenda automática; 1 coladeira de rótulo; unidade produtora dos tubos de papel (formadora do corpo das embalagens) com resfriador interno, da ferramenta de corte, por meio de água gelada, sistema de corte do tubo máster, controladas por controlador lógico programável e tela IHM; elevador de tubos; cortadeira de latas com CLP e tela IHM e 2 saídas munidas de esteiras; 2 separadores de embalagens (latas); 2 tombadores de latas (embalagens); mesa acumuladora com sensores e CLP; flangeadora; aplicadora de cera aquecida e prensa seladora de membrana Safe Top com CLP e tela IHM .
8441.30.90	Ex 066 - Combinações de máquinas para fabricação de caixas de papelão ondulado, com velocidade máxima igual ou inferior a 10.000chapas/h, com capacidade para chapas com espessura mínima de 1,4mm e máxima de 10mm, com dimensão mínima de 450 x 600mm e dimensão máxima de 1.540 x 3.290mm, compostas de: 1 pré-alimentador de chapas de papelão ondulado a vácuo; 1 unidade de corte e vinco com sistema de troca rápida de estampos; 4 unidades de impressão flexográfica com alta gráfica; 1 unidade de formação e ejeção dos pacotes e 1 unidade de paletização; e controle computadorizado.
8441.40.00	Ex 031 - Máquinas para moldagem e secagem de elementos isolantes em papel dielétrico (presspan) utilizado em transformadores elétricos de extra tensão, dotadas de refrigeração por fluxo de ar por meio de tubos de triodo metal-cerâmico, com controlador lógico programável (CLP), filtros elétricos, operação manual e automática, proteção contra sobrecargas e superaquecimento, com capacidade máxima de armazenamento de 1.000 programas de secagem por receitas de produção, espessura do papel compreendida entre 0,5 e 3mm, dimensões da mesa de 1.300 x 800mm, sistema de aquecimento para temperatura máxima de 120°C, cilindros hidráulicos com curso máximo de 400mm, pressão de prensagem compreendida entre 10 e 80kN, frequência de secagem de 27,12MHz +/-0,6%, potência instalada de 50kW.
8443.39.10	Ex 259 - Máquinas de impressão digital para tecidos de fibras têxteis, largura máxima de impressão de 1.800mm, largura máxima do tecido 1.820mm, com 4 filas/linhas de cabeças de impressão, cada fila/linha contendo 8 cabeças, totalizando 32 cabeças de impressão; podendo ser configurada para estampar com sistemas de até 16 cores, com resolução máxima de 600 x 600dpi, velocidade de impressão até 510m/h, com sistema de alimentação de corantes aberto, podendo utilizar qualquer corante a base de água que seja compatível com as cabeças de impressão, com secador de tecido alimentado a vapor em linha com a impressora; incluído os acessórios: exaustor de tinta, dispositivo de dobra na saída, sistema acumulador de tecido na entrada ("j-box") e "software" próprio.
8443.39.10	Ex 260 - Máquinas de impressão por jato de tinta com tecnologia "Thermal Inkjet" para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 28 segundos/página para o tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 4 cores e 1 cabeça de impressão, capacidade de impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folhas ou rolo de até 914mm de largura e bandeja para folhas, possibilidade de impressão em mídias com até 0,3mm de espessura, capacidade de digitalização em cores com velocidade de até 3,81cm/segundo e em tons de cinza de até 11,43cm/segundo, resolução máxima de digitalização/cópia de 600dpi, largura máxima de digitalização de até 914mm e espessura máxima de digitalização de até 0,8mm, memória de 1GB, conexão USB para impressão a partir de pen drive e painel com tela sensível ao toque.
8443.39.10	Ex 261 - Máquinas de impressão por jato de tinta para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 28 páginas/segundos para o tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 6 cores e 3 cabeças de impressão, impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folha ou rolos de até 1.118mm de largura, capacidade para até 2 rolos, memória virtual de 32GB baseada em 640MB de RAM e disco rígido de 160GB, conexão USB para impressão a partir de pen drive e painel com tela sensível ao toque, contendo "scanner" com velocidade de digitalização em cores até 15cm/s, tons de cinza até 33cm/s, resolução óptica 1.200dpi, largura máxima de digitalização 1.118mm, suporta mídias com espessura de até 2mm, memória de 2GB, 500GB de disco rígido com tela sensível ao toque.
8443.39.10	Ex 262 - Máquinas de impressão por jato de tinta com tecnologia "Thermal Inkjet" para impressão em papel comum fotográfico ou polipropileno, com velocidade de impressão de 53m²/h, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 6 tintas e 3 cabeças de impressão, impressão de largura mínima de linha de 0,04mm, com alimentação por folhas ou rolos de até 1.118mm de largura, capacidade para até 2 rolos, possibilidade de utilização de mídias com até 0,8mm de espessura, memória virtual de 64GB Virtual baseada em 768MB de RAM e disco rígido de 320GB, conexão USB para impressão a partir de "pen drive" e painel com tela sensível ao toque, contendo scanner com velocidade de digitalização em cores até 15cm/s, tons de cinza até 33cm/s, resoluçao óptica 1.200dpi, largura máxima de digitalização 1.067mm, suporta mídias de até 15mm, memória de 2GB, 500GB de disco rígido com tela sensível ao toque.
8443.39.10	Ex 263 - Máquinas de impressão por jato de tinta com tecnologia "thermal inkjet" para impressão em papel comum ou fotográfico, com velocidade de impressão de até 26 segundos para o tamanho A1, resolução máxima de 2.400 x 1.200dpi, com 6 cores e 3 cabeças de impressão, impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação por folha ou rolos de até 1.118mm de largura, capacidade para até 2 rolos, bandeja integrada para folhas tamanho A1, com cortador automático, capacidade de utilização de mídias com até 0,8mm de espessura, disco rígido de 500GB e 128GB virtual com base em 4GB de RAM DDR3, conexão para impressão direta a partir de unidade flash USB e painel com tela sensível ao toque.
8443.39.10	Ex 264 - Máquinas impressoras digitais, operando por jato de tinta, 4 ou mais cores, para a impressão de folhas de cartão e papelão, com ou sem laminação integrada, utilizadas no processo de manufatura de caixas, com resolução de 1.600 x 1.600dpi, velocidade máxima de impressão de 150 ou 300mm/s, largura máxima igual ou superior a 1.000mm.
8443.39.90	Ex 010 - Impressoras industriais de etiquetas de modelo de peça de motor automotivo, com método de impressão de transferência térmica; resolução de 300dpi ou mais; velocidade de impressão 152,4mm/s ou mais; leitor de código de barras a laser de longa distância com capacidade de leitura a uma distância de 200 a 1.200mm ou mais; transportador de roletes livres; saída para comunicação com o sistema de informação de controle da linha de produção; painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8444.00.10	Ex 001 - Combinações de máquinas para extrusão de resina de polipropileno, para produção de multifilamentos sintéticos têxteis, compostas de: estação de alimentação com balança gravimétrica, dispositivo de dosagem de aditivos, misturador estático e duto de transferência; extrusora monorrosca com capacidade de até 625kg/h, com dispositivo automático para troca de filtros, canais de distribuição de polímero de 8 posições de fiagem aquecidos eletricamente por vapor de óleo com potência de 60kW ; estação de fiagem com 8 câmaras de 4.755 furos cada com unidade de bombeamento; tracionador de filamento; estação de resfriamento com volume de ar de 12.000m³h.
8445.90.90	Ex 006 - Máquinas para entrelaçamento de fios e filamentos por jato de ar, com possibilidade de utilização de "spandex", aplicável a filamentos artificias e sintéticos, automáticas, com até 120 posições, velocidade de bobinamento de 700 a 4.000m/min, potência por fuso de até 700W.
8445.90.90	Ex 007 - Máquinas automáticas, para revestir fios de pipa, com capacidade produtiva máxima de 150m/min, potência de 90kW e 130Amp, trifásica, dotadas de alimentador de fios, unidade de alongamento, imersão e compressão, forno de secagem (com infravermelho), além de bobinador final.
8445.90.90	Ex 008 - Máquinas automáticas bonderizadeiras dos cabos dos fios de poliéster ou nylon, com capacidade produtiva máxima de 150m/min, potência de 180kW e 260Amp, trifásica, dotadas de alimentador de linhas, unidade de alongamento, imersão e compressão, forno de secagem (com infravermelho), além de bobinador final.
8451.80.00	Ex 076 - Máquinas têxteis para secagem e termo fixação de tecidos planos ou de malharia, dotadas de 4 a 12 seções de tratamento térmico, cada uma de 3m comprimento e regulagem por seção individual através de células de carga, com sistemas de circulação do ar, tipo "dualflow", recuperador de calor em circuito fechado ar/água, tipo "smart-RC" e equalizador de ar quente tipo Fpe, com largura útil para tecidos até 3.200mm, dotadas de: endireitador de trama automático independente com comando em tela sensível ao toque ("touch screen"), grupo abridor e espremedor de entrada e saída com bobinamento dos tecidos sem parada ("non stop") e controlado eletronicamente (PLC).
8451.80.00	Ex 077 - Máquinas para pré-encolhimento de tecidos planos por meio do processo de sanforização, para tecidos de gramatura entre 170 a 500g/m² com velocidade máxima de processo até 70m/min, largura útil até 2.400mm, largura total até 2.600mm.
8454.30.10	Ex 069 - Máquinas injetoras horizontais sob pressão, para metais não ferrosos, tipo câmara fria, com peso igual ou superior a 5.700kg, força de fechamento igual ou superior a 1.450kN, com 3 estágios de pressão, plataforma hidráulica para ajuste de altura do sistema de injeção, mecanismo de ajuste do molde, controlador lógico programável com tela LCD, porta automática.
8454.30.90	Ex 058 - Equipamentos automáticos para vazamento de ferro fundido com comando numérico computadorizado (CNC), sistema de giro virtual na bica da panela e sistema de troca rápida de panelas, com capacidade igual ou superior a 2.500kg e velocidade máxima de vazamento igual ou superior a 25kg/s, com eixos independentes e velocidades no eixo transversal X, eixo longitudinal Y e no eixo vertical Z iguais ou superiores a 150mm/s, 870mm e curso no eixo vertical Z igual ou superior a 1.210mm, equipados com sensor para controle automático do enchimento dos moldes, sistema de pesagem para determinação do momento exato da finalização do enchimento, sistema ótico de medição de temperatura e sistema alimentador de inoculantes.
8454.30.90	Ex 072 - Combinações de máquinas para vazamento vertical de vergalhões de cobre com diâmetro de 8mm, com capacidade de produção de 10.000t/ano e velocidade de produção variável de 0 a 2.500mm/min, compostas de: 1 unidade de extração vertical de vergalhões com 20 cristalizadores, mecanismo de acionamento e unidade de controle de nível; 1 conjunto de guias de rolos; 1 controlador de velocidade com 10 cabeças; 5 bobinadores de cabeça dupla; 1 unidade de medição e controle de temperatura do metal derretido e da água de resfriamento; e 1 sistema de controle elétrico com controlador lógico programável.
8455.21.90	Ex 025 - Laminadores a quente de direção axial-radial, para produção de rolamentos e anéis sem costura, forjadas em aço carbono ou inoxidável, com diâmetro externo do anel compreendido entre 500 e 5.300mm, altura compreendida entre 80 e 1.000mm, peso máximo do anel de 10.000kg, diâmetro do cilindro principal de 1.150mm, diâmetro do mandril de 300mm, força radial de 315t, curso do cilindro principal de força axial de 300t, ciclo de processo de 10min/por anel, curso horizontal

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	de cilindro axial de 5.200mm, constituídos de sistema hidráulico, sistema de lubrificação, rolo principal, mandril, rolo axial, dispositivo de centralização, sistema de medição dos anéis, motores, descarepador, cilindros, hidráulicos, sistema de refrigeração, mesa giratória, painel elétrico com controle lógico programável e painel de comando com HMI.
8455.90.00	Ex 036 - Combinações de máquinas para moldar e rolar, continuamente, a quente o alumínio de classe EC e ligas de alumínio AA-1120 em forma de vergalhão, para fabricação de cabos de transmissão de energia elétrica; taxa de produção máxima para vergalhão de alumínio de classe EC1370 de 4,5t/h e para condutores elétricos como AA1120 deverá estar na faixa de 15% menor, compostas de: 1 máquina de moldagem rotativa resfriada, do tipo roda automática, que converte o metal fundido em uma barra fundida sólida, contínua, projetada para despejar apenas na posição horizontal, conduzida por motor de corrente alternada, sistema de refrigeração através de bicos de pulverização, controle de fluxo armazenado no controlador lógico programável (CLP); 1 sensor e barra de suporte do rolete; 1 cisalhamento manual da barra com estação hidráulica; 1 cisalhamento automático da barra com 1 par de rolos de aperto, cabeça de cisalhamento, caminho do rolete e painel elétrico; 1 alinhador de barra moldada com defletor de barra, com 5 roletes; 1 pirômetro infravermelho; 2 laminadores para desbaste e acabamento; 1 unidade de produção orbital de vergalhão.
8456.11.90	Ex 018 - Equipamentos laser dotados de marcador "3 eixos" equipados com fonte CO_2, que permite corte e gravação em áreas de trabalho igual ou superior a 200 x 200mm^2, controlados por software, que permite importar arquivos de diferentes formatos gráficos (*.plt, *.dxf, *.PCX, *.BMP, *.MCL, *.JPEG, *.TIFF) com unidade resfriadora.
8456.50.00	Ex 004 - Máquinas de corte por jato de água puro ou com pó abrasivo, controlada por CNC - ICAM, com PLC - painel de controle e PLC - painel portátil e dotadas de 1 ou mais cabeças de corte, de 3 ou 5 eixos, com ou sem o controle dinâmico de quantidade de abrasivo JPC (Jet Performance Control), com ou sem o sistema apalpador para regulagem da distância entre a cabeça de corte e a superfície da peça a ser cortada, com ou sem eixo C giratório infinito (infinite rotating c - axis) que permite corte com inclinação de 0 a 60 graus, com ou sem braços basculantes para carregar as peças, velocidade máxima de posicionamento paralelo aos eixos x/y simultaneamente de até 45m/min, comprimento de corte de 2.000 até 6.000mm, largura de corte de 1.860 até 4.000mm, curso do eixo z de 200 até 250mm, distância entre eixos da (s) cabeça (s) de corte de 280 até 500mm, capacidade de peso da bancada de corte máxima de 1.000kg/m^2, potência da bomba intensificadora de 22 até 75kW, pressão máxima de trabalho de 420MPa e vazão da água de 2,0 a 7,8 litros/min, com respectivo PLC - Painel de Comando e Programa ("software") de gestão, para uso independente da máquina.
8456.50.00	Ex 005 - Máquinas de corte por jato de água de alta pressão, de comando lógico programável, para corte de carpetes moldados com dimensões de até 2.750 x 1.200 x 900mm, dotadas de uma cabine a prova de ruído contendo 3 braços robóticos de corte, suspensos, 1 mesa giratória com 2 postos, sendo um de trabalho e um de alimentação, ambos com capacidade de carga de até 550kg cada, inclinação de até 45° por acionamento pneumático, sistema de sucção a vácuo e filtro para tratamento da água de corte e retenção de aparas, sem bomba pressurizadora.
8457.10.00	Ex 337 - Centros de usinagem vertical de dupla coluna e travessa fixa, com comando numérico computadorizado (CNC) com 3 eixos controlados simultaneamente, podendo conter um 4° eixo interpolado, capazes de fresar, furar, rosquear e mandrilar metais e não metais, com distância entre colunas de 1.350mm, com curso de trabalho no eixo X de 2.100mm, eixo Y de 1.200mm, eixo Z de 800mm, podendo opcionalmente ser de 1.000mm, precisão de posicionamento de +/-0,01mm no curso total do eixo, dimensões da mesa de 2.000 x 1.100mm, capacidade máxima de carga sobre a mesa de 4.000kg, velocidade do eixo árvore acionado por engrenagens ("Gear"), com 6.000rpm ou acionado diretamente ("Direct-driven") com 10.000rpm, avanço rápido nos eixos X, Y, Z de 20, 20, 15m/min respectivamente, avanço de corte nos eixos X, Y, Z de 10.000mm/min e magazine de ferramentas com sistema de troca automática (ATC) com capacidade para 30 ou 40 ou 60 ferramentas, com peso máximo da ferramenta de 20kg, com ou sem cabeçote manual angular e/ou cabeçote universal.

8457.10.00	Ex 338 - Centros de usinagem para perfis metálicos e de PVC, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos controlados, curso do eixo X de 4.200 a 4.300mm ou 7.200 a 7.400mm, curso do eixo Y de 1.020 a 1.060mm, curso do eixo Z de 410 a 460mm, com porta-ferramentas de 7 posições, 4 a 10 morsas pneumáticas, velocidades de deslocamento em X de 90 a 110m/min Y 25 a 40m/min Z 10 a 15m/min; rotação máxima da ferramenta 19.000rpm, podendo opcionalmente trabalhar em 1 ou 2 áreas de trabalho independentes.
8458.11.99	Ex 186 - Tornos automáticos horizontais com design compacto para tornear, furar e rosquear peças metálicas, equipados com robô pórtico integrado, com capacidade de carga para 3kg x 2 garras por braço, e capacidade de usinagem simultânea, diâmetro torneável de até 165mm, especificação de corte nos eixos X (X 130mm, 24m/min) e Z (Z 145mm, 24m/min), com 2 torres porta ferramentas cilíndricas suportadas por mancais hidrostáticos com capacidade para 8 ou 12 ferramentas cada, potência máxima dos motores principais de, 7,5kW ou 11kW, controlados por único controlador numérico programável (CNC) com carga e descarga automáticas, conjunto de base do equipamento bipartida para evitar vibração harmônica.
8458.11.99	Ex 187 - Tornos automáticos horizontais com design compacto para tornear, furar e rosquear peças metálicas, equipados com robô pórtico integrado, com capacidade de carga para 15kg a 25kg com 2 garras por braço, e capacidade de usinagem simultânea, diâmetro torneável de até 350mm, especificação de corte nos eixos X (X 250mm, 20m/min) e Z (Z 265mm, 20m/min), com 2 torres porta ferramentas cilíndricas suportadas por mancais hidrostáticos com capacidade para 8 ou 12 ferramentas cada, potência máxima dos motores principais de, 22 ou 30kW, controlados por único controlador numérico programável (CNC) com carga e descarga automáticas.
8458.91.00	Ex 075 - Centros de torneamento vertical, com carga e descarga automática, comando numérico computadorizado (CNC), para tornear, furar, fresar e rosquear, com 2 cabeçotes revólveres com 11 estações cada, mais uma posição em cada pinça de trabalho, ferramentas acionadas com força de alimentação de 7,5kN em eixo X e 10kN em eixo Z, (eixo Y opcional), eixo C com resolução de 0,01° no fuso principal, cursos nos eixos X e Z iguais a 395mm (curso de trabalho) e 810mm respectivamente, com avanço rápido de 30m/min, os 2 cabeçotes dispostos a 180° para trabalho simultâneo de carga e descarga, e fuso principal com velocidade máxima de 4.500rpm.
8458.99.00	Ex 001 - Tornos portáteis computadorizados, próprios e exclusivos para torneamento de discos de freio já montados no veículo, para discos com diâmetro entre 101 e 435mm e espessura entre 5 e 44,4mm; equipados com motor monofásico de 1HP 220V 60Hz, velocidade de rotação do eixo 123rpm e avanço de 0,127mm/rotação; sistema eletrônico e mecânico de medição e compensação automática de excentricidade em relação ao paralelismo de discos de freio; montados sobre carrinho metálico com 4 rodízios e altura regulável entre 60cm a 100cm, com bandeja coletora de resíduos sólidos como limalha ou cavaco; 1 cabeça de corte com 2 insertos reguláveis por botões de ajuste (knobs), profundidade máxima de corte de 0,508mm; 1 caixa de passagens e conexões de fios; 1 cabo de alimentação de 7 metros com tomada de 3 pinos; 1 cabeça mecânica ajustável por comando mecânico e eletrônicos do computador; 2 caixas de transmissão de rotação e avanço; 1 sensor eletromecânico para desligamento de final de curso; 1 fuso para acoplamento da cabeça mecânica a flange do cubo de rodas; 1 sistema de freio para fixar a cabeça de corte e o torno na posição correta; incluindo seus acessórios de série: 5 adaptadores para cubos de rodas; 1 anel espaçador para adaptadores; 1 óculos de segurança; 1 capa protetora para o torno; 2 ganchos para suporte de pinças de freios; 1 conjunto contendo 5 jogos de 5 porcas com angulação exata e 3 jogos de 5 tubos de centralização para fixação dos adaptadores ao cubo de roda; 1 caixa de ferramentas contendo chaves para pequenas manutenções no torno portátil; 2 silenciadores para amortecimento da vibração; 1 conjunto contendo 5 pares de pontas de corte com parafusos de fixação.
8459.31.00	Ex 076 - Fresadoras com coluna móvel e estrutura monolítica, totalmente construídas em ferro fundido especial, com controle numérico (CNC), curso axial longitudinal de 8.000mm, eixo vertical de 2.500mm e eixo transversal de 1.500mm, velocidade de avanço de 35m/min, com eixos interpolados, 2 mesas das quais uma possui sistema hidrostático rotativo com dimensões de 2.000 x 2.500mm da superfície da mesa e uma capacidade de carga máxima na mesa de 30.000kg e 1.500mm de percurso de deslocamento; a outra mesa fixa de ferro fundido com dimensões de 2.500 x 3.000mm e capacidade de 15.000kg/m²; dotadas de: um sistema para a troca automática de 3 cabeças sendo uma cabeça universal com posicionamento de 2 corpos milesimal, potência de até 37kW, velocidade máxima de 5.000rpm, uma cabeça com eletromandril com eixo contínuo C e o eixo A + -115/97, velocidade dos 5 eixos contínuos de 8rpm e velocidade máxima do eletromandril de 18.000rpm e potência de 26/28kW, uma cabeça de extensão do mandril de 400mm e diâmetro de 200mm, potência de 42kW, rotação máxima de 5.000rpm; com troca automática da ferramenta com capacidade para 60 ferramentas, transportador de cavacos, tanque de refrigeração de 1.200 litros com pressão de até 40bar, sonda laser completa com "software" para controle do comprimento, diâmetro e ruptura das ferramentas, sonda para medição e alinhamento das peças.
8460.23.00	Ex 016 - Retificadoras de produção, com controle de trajetória CNC, para operações não circulares e circulares; movimento dos eixos X e Z acionados por servomotor e fuso de esferas, com menor deslocamento programável transversal dos eixos de 0,001mm e sistema de medição de posição linear com resolução de 0,1µm; eixo Z com guiamentos hidrodinâmicos, deslocamento transversal de 1.050mm e velocidade transversal máxima de 30m/min; eixo X com lubrificação permanente, guias de rolos pré-fixados (lubrificação permanente), deslocamento transversal de 310mm e velocidade transversal máxima de 15m/min; cabeçote porta-rebolo com potência de acionamento de 40kW, velocidade máxima do fuso de 8.000rpm, velocidade da superfície programável até no máximo 150m/s e unidade de balanceamento automático; sistema de coleta de névoa, preparação para sistema de filtração de refrigerante; sistema de automação interno com carregamento/descarregamento automatizado por meio de robô de 6 eixos, interface com sistema de controle de medição, ferramental (equipamento dependente de cada modelo de peça) e interface homem-máquina (IHM).
8460.31.00	Ex 168 - Máquinas automáticas para afiação de serra de fita, com comando numérico computadorizado (CNC), dotadas de 2 eixos, largura da lâmina igual ou inferior a 360mm, espessura da serra igual ou inferior a 2,8mm e velocidade de trabalho de 5 a 30dentes/min.
8460.31.00	Ex 169 - Máquinas automáticas para afiação das laterais dos dentes em serras de fita, serra de quadro e serras circulares, com comando numérico computadorizado (CNC), dotadas de 4 eixos, para serras de fita de largura maior ou igual a 9mm e inferior ou igual a 420mm, e de espessura maior ou igual a 0,6mm e inferior ou igual a 3mm; para serras circulares de diâmetro externo maior ou igual a 200mm e inferior ou igual a 600mm, e de espessura maior ou igual a 0,6mm e inferior ou igual a 3mm; para serras de quadro de largura maior ou igual a 80mm e inferior ou igual a 200mm.
8460.39.00	Ex 033 - Máquinas afiadoras automáticas (MDP) de cortadores esquerdos e direitos de corrente para motosserra, potência 20HP (15kW), frequência 50/60Hz, rotação de 2.361 a 7.083rpm, velocidade de produção de 20 a 60cortadores/min, eixos transversais rápidos X, Y e Z com cursos de 299,7, 400,3, e 430,28mm respectivamente, aceleração de 4,8m/s^2, incremento mínimo de 0,001016mm (0,00004"), força de retenção de 1.763 libras, precisão de posicionamento 0,005mm (0,0002"), precisão de repetibilidade 0,0025mm (0,00011").
8460.39.00	Ex 034 - Máquinas para afiação de serras circulares com insertos de metal duro, com diâmetro externo compreendido entre 80 e 650mm e espessura máxima de serra de 5mm, passo de dente compreendido entre 8 e 75mm, velocidade máxima de trabalho de 12dentes/min, com controle hidráulico para avanço de serras, morsa de fixação, recuo do rebolo para o movimento do cabeçote e potência máxima de 1,8kVA.
8460.90.19	Ex 062 - Máquinas automáticas para lixar pias de cozinha em aço inoxidável, controladas por comando numérico computadorizado (CNC), com capacidade para 3 tipos de lixas, coluna móvel, cabeçote de 4 eixos com alcance máximo de 1.600mm, sendo um dos eixos com 360° e liberdade e velocidade de 25rpm, altura de trabalho de até 800mm e velocidade máxima de 30m/min.
8460.90.90	Ex 095 - Equipamentos robotizados para rebarbação de cabeçotes automotivos com capacidade de 32,4 cabeçotes/h, dotados de: 2 fusos de rebarbação; robô com 6 graus de liberdade e capacidade de carga de 210kg para manuseio dos cabeçotes; transportadores do tipo PZR ("Powered Zone Roller") para entrada e saída dos cabeçotes com velocidade de 4,5m/min; estruturas e controles eletroeletrônicos.
8462.21.00	Ex 236 - Dobradeiras de tubos, de comando numérico, com 3 ou 5 eixos programáveis, resfriamento hidráulico por meio de trocador de calor óleo-ar, sistema central de lubrificação com irrigação a vários pontos de desgaste, mordente do braço móvel com movimento ascendente e descendente, braço de dobra com abertura angular até 190°, pedestal de acionamento por meio de 2 botões de ação síncrona, cortina de luz horizontal, sistema "vibra stop", totem com luzes de segurança, tela de controle colorida sensível ao toque em gabinete móvel ou pedestal, "software" com sistema de conversão de coordenadas de XYZ para YBC e vice-versa, painel de comando e de potência integrados a estrutura da máquina.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8462.21.00	Ex 238 - Máquinas para conformar, enrolar e dobrar arame de metal, para a produção automática de molas, equipada com 8 ou mais eixos controlados, podendo ser configurada com até 24 eixos CNC, dotadas de: unidade de alimentação giratória de alta precisão com 3 pares de rolos de alimentação; guia de corte e condução de arame programável individualmente e unidade de enrolamento e dobra, para processar arame com diâmetros compreendidos entre 0,8 e 3,2mm, velocidade de alimentação do arame de até 100metros/min, controlada por 1 gabinete com CNC, com IHM com monitor de toque tipo "multi-touch screen Full HD", teclado e controle manual, dotada de conjuntos de ferramentais universais para enrolar e dobrar arame de diversos diâmetros diferentes.
8463.10.10	Ex 001 - Máquinas para conformação de tubos de aço, pelo processo de estiramento, com diâmetro externo do tubo de no mínimo 90mm e máximo de 140mm e diâmetro externo após estiramento de no mínimo 40mm, dotadas de: estrutura, cabeçote com mandril, unidade giratório, unidade de deslocamento, braçadeira de trabalho, motor de eixo, tampa da máquina, painel de controle, painel de operação, unidade hidráulica, unidade de posicionamento, unidade de auto-descarregamento e unidade de descarga e resíduos, para a fabricação de sistema de exaustão automotivos com conversores catalíticos.
8464.90.19	Ex 090 - Mesas de corte e destaque, com controle numérico computadorizado (CNC), para processamento de vidro laminado ou monolítico, com comprimento máximo de corte compreendido entre 3.700 e 4.600mm, com precisão de corte de mais ou menos 0,5mm, velocidade máxima de corte de 100m/min, dotadas de braço basculante eletromecânico, para carga e descarga de chapas, posicionamento automático da ponte de corte de acordo com as medidas das chapas, com corte e destaque do vidro e corte e separação do filme PVB automáticos.
8464.90.19	Ex 152 - Combinações de máquinas para transporte, inspeção, corte, separação, rejeição/quebra, retirada e empilhamento contínuos de chapas de vidro plano, compostas de: transportador de correia e de rolos para suporte e transporte das chapas de vidro; empilhamento robotizado com velocidade de 20 a 84m/min; máquina de corte automático das chapas de vidro, com velocidade máxima de corte de 25m/min, de dimensões entre 1.800 e 3.600mm de largura, 300 e 6.300mm de comprimento e 2,7 a 19mm de espessura, com pontes de corte longitudinais e transversais e com destacamento e separação automática; soprador de ar para limpeza do vidro; dispositivo automático para rotação da chapa de vidro; células automáticas e empilhadoras robotizadas para retirada das chapas de vidro dos transportadores e empilhamento por meio de ventosas de borracha a vácuo com módulos de posicionamento e alinhamento; cavaletes giratórios para recebimento dos pacotes de vidro; descarte automático de chapas de vidro com defeitos marcados ou dimensões incorretas; aplicador automático de pó separador nas chapas de vidro; dispositivo de aplicação de solução anti-irização do vidro; medidor de espessura automático da lâmina de vidro; câmeras de inspeção de qualidade computadorizadas para verificação dimensional das chapas de vidro cortadas e detecção de cantos quebrados e irregulares no corte; centro de comando de motores; controladores lógicos programáveis (CLP's) e sistema supervisório.
8464.90.19	Ex 153 - Mesas de corte e destaque, com controle numérico computadorizado (CNC), para processamento de vidro laminado ou monolítico, corte útil 3.710, com precisão de corte de +/-0,5mm, velocidade máxima de corte de 100m/min, dotadas de braço basculante eletromecânico, para carga e descarga de chapas, posicionamento automático da ponte de corte de acordo com as medidas das chapas, com corte e destaque do vidro e corte e separação do filme PVB automático.
8464.90.90	Ex 123 - Combinações de máquinas para acabamento fino em placas decorativas em concreto arquitetônico e concreto fotocatalítico (denox), utilizadas em revestimento e pisos, com capacidade de 200m²/h, com largura de trabalho de 300 a 1.200mm e espessura da placa de 10 a 100mm, compostas de: 1 unidade de descarga das placas; 1 máquina de polimento continuo dotado de 4 ou mais cabeças com rebolos diamantados com 1.320mm de diâmetro e potência de 55kW cada; 2 máquinas chanfradoras para retificação e bisotamento das bordas, dotadas de 2 cabeçotes com rebolos diamantados de 185mm de diâmetro, velocidade média de trabalho de 24m/min; 1 empilhador dotado de dispositivo de inserção para proteção entre as placas; transportadores de rolos motorizados; painéis elétricos com controlador lógico programável (CLP).
8464.90.90	Ex 124 - Máquinas para esquadrejar e biselar revestimento cerâmico sem a utilização de água, dotadas de: 2 unidades de esquadrejamento/biselamento, com ou sem ajuste automático da largura de trabalho, controle lógico programável, transportador de alimentação, trechos de interligação com virador, sistema coletor de pó, com capacidade para processar peças de dimensões iguais ou superiores a 300 x 300mm, capacidade máxima de produção igual ou superior a 9.000m²/dia quando operando com peças de dimensões 600 x 600mm.
8465.91.20	Ex 005 - Máquinas ferramentas para serrar madeiras maciças, de comando numérico, com otimizadora eletrônica de cortes transversais, com ou sem leitor óptico de defeitos, com ou sem carregador e descarregador automáticos.
8465.92.90	Ex 019 - Plainas para desbastar madeira equipadas com eixo porta-ferramentas munido de pastilhas de aço rápido (HSS) de 4 faces de corte, de formato quadrado e convexo, medindo de 13,8mm de largura e altura cada, alinhadas no eixo lado a lado, sem interrupção linear de cada linha helicoidal de corte, intercambiáveis entre si sem necessitar de regulagem da posição das pastilhas dentro da linha de corte do eixo porta-ferramentas, de largura de trabalho mínima de 260mm e máxima de 630mm.
8465.93.90	Ex 011 - Máquinas polidoras automáticas, controladas por CNC, para polimentos de lentes oftálmicas "free-form" de diâmetro de até 92mm e de diversos materiais orgânicos, tais como CR39, policarbonato ou "trivex", entre outros, com sistema de fixação de bloco com diâmetro de 43mm, para curvas côncavas de 0 a no mínimo -14dpt.
8466.94.90	Ex 001 - Corpo para mini-aplicadores mecânicos ou pneumáticos, para crimpagem de terminais elétricos, com passo máximo de até 35mm, dotados por carcaça em ferro fundido, cames com terminais presentes ou ausentes, contador de peças de 7 dígitos e disco de ajuste graduado, com curso de até 2,70mm e precisão de 0,01mm.
8468.20.00	Ex 002 - Máquinas de corte semiautomáticas para materiais ferrosos pelo processo de aquecimento e oxidação "oxicorte", dotadas de: 2 tochas de corte com sistema de ignição elétrico automático e sistema de adição de pó de ferro; capacidade de corte de espessuras de até 1.000mm, montadas em uma estrutura do tipo (cantiveler) cursos máximos dos eixos X 26.000mm, Y 4.000mm e Z 1.000mm, estação de controle de gás e oxigénio equipado com redutores de pressão, válvulas solenoides e válvulas de segurança, sistema de limpeza automático de baixa pressão, defagulhador e dutos de sucção, operadas por meio de cabine móvel ou controle remoto com (CLP) comando lógico programável, com vidros de segurança, sistema de ar condicionado e interface homem-máquina (IHM).
8474.80.10	Ex 028 - Máquinas sopradoras de machos por sistema de cura a frio, com cabeçote de sopro duplo e utilização de ferramentais com dimensões máximas de 1.200 x 1.400 x 950mm, com ciclo mecânico completo, em vazio de no máximo 24 segundos, capacidade de sopro de 100 litros (2 x 50litros), com capacidade de ferramentais de 3,5t.
8474.80.10	Ex 035 - Máquinas sopradoras de machos com sopro e gasagem para sistema de cura a frio controlada por controlador lógico programável (CLP), para trabalhar com 2 tipos de areia ao mesmo tempo com a utilização de ferramentais com divisão horizontal com dimensões máximas de 1.150 x 1.000 x 700mm, com ciclo mecânico completo, em vazio, de no máximo 23 segundos, capacidade do sopro de 50 litros, com capacidade para ferramentais de 2t e área de sopro de 1.000 x 900mm equipadas com sistema de troca rápida de molde, volume de sopro 2 x 25 litros e força de fechamento igual a 30.000daN.
8474.80.90	Ex 129 - Combinações de máquinas para fabricação de placas decorativas em concreto arquitetônico e concreto fotocatalítico (denox), utilizadas em revestimento e pisos, com dimensões mínimas de 300 x 300mm e máxima de 1.200 x 800mm, espessura de 30 a 100mm para placas de bicamadas e 10 a 30mm para placas de monocamadas, compostas de: 1 prensa hermética com mesa giratória dotada de 6 estações de trabalho com vibrador, frequência regulada, unidade de freio e unidade de centralização do movimento do quadro do molde, extrator hidráulico das placas, com pressão máxima de trabalho de 1.400t, diâmetro do pistão de 788mm, ciclo de trabalho de 10 a 20 segundos, com unidade hidráulica; 2 dosificadores automáticos para placas monocamadas com armazenamento de matéria prima de capacidade de 400 litros com misturador/agitador de motor de 5kW; 1 alimentador principal de concreto para placas bicamadas; 1 carro transportador de bandejas de placas com sistema de transferência; unidade de empilhamento; jogos de moldes; painéis elétricos com controlador lógico programável (CLP).
8477.10.99	Ex 073 - Máquinas verticais de vulcanização por injeção de peças com o sem insertos de materiais variados e processo de carregamento e extração automática, unidade de fechamento vertical com força igual ou superior a 2.500kN, formato do molde igual ou superior a 500 x 500mm, capacidade máxima de injeção igual ou superior a 1000cm³, pressão máxima de injeção igual ou superior a 1.750bar, controladas por 3 cilindros hidráulicos, com capacidade para injetar compostos diversos, com movimentos hidráulicos e elétricos controlados automaticamente, painel de controle insensível ao toque e com sequência de ciclos programáveis.
8477.10.99	Ex 074 - Máquinas de moldar por injeção, com fechamento vertical e injeção horizontal de materiais termoplásticos, para fabricação de solados de calçados, dotadas de: controlador lógico programável (CLP) e servomotor, com 8 estações de trabalho, capacidade de injeção de até 4 cores (quatro injetores) e força de fechamento do molde de 190t.
8477.20.10	Ex 223 - Combinações de máquinas para extrusão de chapas plásticas de poliestireno expandido (EPS), para a fabricação de produtos espumados (marmitex, bandejas, hamburgueiras, discos, pranchas etc.), com capacidade de até 550kg/h, compostas de: extrusora primária refrigerada a ar, com rosca de diâmetro 130mm e razão L/D 38:1; sistema de abastecimento e controle de gás, com cabeçote triplo de bombeamento de gás, com circuito eletrônico para controle de pressão e fluxo do gás; sistema de troca tela automático; extrusora secundária, com diâmetro de rosca de 170 milímetros e razão L/D 37:1; cabeçote para uniformidade da espessura e peso do produto, puxadores, embobinadores duplos.
8477.20.10	Ex 224 - Combinações de máquinas para produção de telhas onduladas de PVC rígido com comprimento de até 5m, largura de 1.100mm com espessura de 1mm ou largura de 1.025,75mm com espessura de 0,7mm, velocidade de produção nominal compreendida entre 2,5 e 2,8m/min, compostas de: 1 extrusora de dupla rosca com capacidade de produção nominal de 400kg/h, roscas com diâmetro nominal de 92mm e razão L/D de 28:1, contendo alimentador com rosca com diâmetro nominal de 68mm e funil com revestimento em epóxi, medidor de pressão e de temperatura e painel de termoregulagem digital de 15 zonas; 2 cabeçotes planos com conexão para a extrusora e limitadores laterais; 2 carrinhos de suporte para os cabeçotes; 2 sistemas de calibração para chapas com largura nominal de 1.100mm, a vácuo com controle térmico e sistema pneumático; 2 sistemas de calibração para chapas com largura nominal de 1.025,75mm, a vácuo com controle térmico e sistema pneumático; 1 bancada de apoio para o sistema de calibração, contendo dispositivo motorizado para ajuste dos eixos X-Y-Z e unidade diatérmica com 2 circuitos independentes; 1 puxador com força de pressão nominal de 3.000kg, velocidade variável de 0,25 a 5m/min, contendo 3 pares de rolos para perfis planos e 5 fileiras de rodas de pressão para perfis corrugados; 1 guilhotina de corte com conjunto de facas e carrinho acionado por motor "brushless" com sincronismo de velocidade; 1 conjunto de facas adicional; e 1 sistema de controle com painel instalado na extrusora e PC industrial.
8477.20.90	Ex 098 - Máquinas coextrusoras tipo balão, para produção de filmes barreira de 9 camadas, com capacidade máxima de produção de 1.390kg/h, largura máxima do filme de 1.600mm, com sistema "blow" de extrusão, bobinador duplo com velocidade máxima de 120m/min, diâmetro máximo da bobina de 1.200mm, matriz com 250mm de diâmetro e potência instalada de 820kVA.
8477.20.90	Ex 099 - Combinações de máquinas para produção de tiras de autogripante em forma de ganchos em polipropileno extrusado sobre não tecido, a uma velocidade máxima de 150m/min, com 250 ganchos por cm² e dimensões de cada gancho de 0,35mm de altura e 0,35mm de largura da cabeça, compostas de: 1 desbobinador de substrato de não tecido tipo spunbond com largura dos rolos de 70mm até 250mm, com regulação de tensão de 15 até 35N/cm com balancinho, eixo de 3 polegadas motorizado e mesa de emenda com fita dupla face; 1 extrusora com capacidade de 55kg/h e diâmetro da rosca de 50mm com 3 dosadores gravimétricos; 1 unidade de formação dos ganchos utilizando uma cinta de alta precisão com comprimento de 1.920mm e 250 furos por cm², com servo motor para os 3 motores de moldagem, de-moldagem e ajuste da cinta com regulagem individualizada, equipada com 2 rolos de resfriamento; 1 calandra formadora, com 3 rolos de motorização independente, controles de resfriamento e aquecimento individuais, com distância ajustável entre os rolos, por meio de sistema de alta precisão, de 200 a 2.000micra (com tolerância de +/-20micra) para a formação da cabeça do autogripante; 1 módulo de inspeção dimensional com sistema de alinhamento tipo "Fife", câmera de inspeção para verificação das dimensionais, faca circular para corte longitudinal e detector de metal; 1 rebobinador automático tipo revolver, com eixos expansivos de 6 polegadas, acumulador e sistema de balancinho na entrada e saída para controle da tensão durante aceleração e desaceleração, com regulagem de tensão entre 1 e 30N/cm; 1 painel eletrônico central que faz a interligação e comunicação entre todas as partes e cabines elétricas que armazenam os componentes elétricos.

8477.40.90	Ex 026 - Combinações de máquinas para fabricação de contra portas e caixas internas de refrigeradores e freezers por termoformagem, por meio de chapas plásticas, com capacidade de espessura máxima de 3,5mm e dimensão de moldes (Largura x Comprimento x Profundidade) 1.000 x 2.000 x 650mm, capacidade de produção horária para contra portas (baseado em espessura de 1,5mm) em torno de 144peças/h e para caixa interna (baseado em espessura de 3,2mm) em torno de 100peças/h; máquina, compostas de: 1 estação de alimentação de chapas através de ventosas, 1 estação de posicionamento de chapas para pré-aquecimento, 1 estação de pré-aquecimento, 1 estação de aquecimento, 1 estação de termoformagem, contendo 1 bomba de vácuo com capacidade de até 800 litros/min e 1 estação de esteira para saída do produto final com opção de giro em 180°.
8477.51.00	Ex 001 - Máquinas de moldar, por vulcanização, carcaças de borracha não endurecida para a fabricação de pneus radiais de engenharia civil, com diâmetro máximo do aro de 49 polegadas, diâmetro externo máximo de 2.750mm e altura máxima de 1.200mm, constituídas de: cinta de travamento; cuba de vulcanização; módulo de aprovisionamento com pinça de alçar a carcaça; eixo central de alimentação de fluidos; sistema de pulverização de produto anticolante; grupo hidráulico; armário de comando e sistema de gestão por automatismo a base de autômato programável.
8477.59.90	Ex 109 - Máquinas de prototipagem rápida tridimensional (impressora 3D), a partir de modelos virtuais, de próteses dentárias/auriculares ou modelos de joias, operando por deposição em camadas de resina fluida fotossensível, cura através de raios ultravioleta produzidos por LED, com comprimento de onda de 385 ou 405nm, formato do arquivo de entrada STL, SLC, STM, alimentação elétrica 12VDC 10A e com volume de construção de 119 x 67 x 76mm.
8477.59.90	Ex 110 - Máquinas de prototipagem rápida tridimensional (impressora 3D), a partir de modelos virtuais, de próteses dentárias/auriculares ou modelos de joias, operando por deposição em camadas de resina fluida fotossensível, cura através de raios ultravioleta produzidos por LED, com comprimento de onda de 385 ou 405nm, formato do arquivo de entrada STL, SLC, STM, alimentação elétrica 12VDC 10A e com volume de construção de 51,8 x 29 x 75mm ou 71,1 x 40 x 75mm.
8477.59.90	Ex 111 - Máquinas de prototipagem rápida tridimensional (impressora 3D), a partir de modelos virtuais, de próteses dentárias/auriculares ou modelos de joias, operando por deposição em camadas de resina fluida fotossensível, cura através de raios ultravioleta produzidos por LED, com comprimento de onda de 385 ou 405nm, formato do arquivo de entrada STL, SLC, STM, alimentação elétrica 12VDC 10A, e com volume de construção de 96 x 54 x 200mm, 119 x 67 x 200mm ou 144 x 81 x 200mm.
8477.59.90	Ex 112 - Máquinas de prototipagem rápida tridimensional (impressora 3D) a partir de modelos virtuais, de próteses dentárias/auriculares ou modelos de joias, operando por deposição em camadas de resina fluida fotossensível, cura através de raios ultravioleta produzidos por LED, com comprimento de onda de 385 ou 405nm, com volume de construção de 51,2 x 32 x 75mm ou 64 x 40 x 75mm.
8477.80.90	Ex 460 - Combinações de máquinas sequenciais e sincronizadas para alimentação, fabricação, transporte e aplicação de tiras de borrachas STW de 23mm de largura, compostas de: 1 unidade de aplicação de tiras de borracha sobre tambor dotadas de 1 braço aplicador com movimento triaxial variável; alimentado por 1 unidade de alimentação automática de borracha; 1 unidade de processamento e laminagem da tira de borracha com sistema de controle automático de pressão controle dimensional do perfil de borracha e de temperatura; controle de temperatura por aquecimento de água por meio de 1 a 3 controladores automáticos; 1 unidade tensionadora de tiras de borracha; 1 unidade acumuladora de tiras de borracha; 1 sistema de transporte de tiras de borracha composto de estrutura metálica esteira e rolos; 1 unidade pressionadora automática de tira de borracha; controlada por controlador lógico programável (CLP) e servomecanismos; e interface Homem-Máquina.
8477.80.90	Ex 461 - Combinações de máquinas sequenciais e sincronizadas para alimentação, fabricação, transporte e aplicação de tiras de borrachas STW de 23mm de largura, compostas de: 1 unidade pressionadora automática de tira de borracha, 1 unidade de recolhimento de tiras de borracha de descarte, 1 unidade de aplicação de tiras de borracha sobre tambor dotadas de 1 a 5 braços aplicadores com movimento triaxial variável sendo cada 1destes braços alimentados por 1 unidade de alimentação automática de borracha, 1 unidade de processamento e laminagem da tira de borracha com sistema de controle automático de pressão controle dimensional do perfil de borracha e de temperatura, controlador de temperatura por aquecimento de água através de 1 até 9 controladores automáticos, 1 unidade tensionadora de tira de borracha de aplicação, 1 unidade acumuladora de tiras de borracha, 1 sistema de transporte de tiras de borracha composto de estrutura metálica esteira e rolos, controlada por controlador lógico programável (CLP) e servomecanismos e interface Homem-Máquina.
8477.80.90	Ex 462 - Combinações de máquinas sequenciais e sincronizadas para alimentação, fabricação, transporte e aplicação de tiras de borrachas STW de 23mm de largura, compostas de: 2 unidades de aplicação de tiras de borracha sobre tambor dotadas de 3 braços aplicadores com movimento triaxial variável; sendo 1 destes braços alimentado por unidade de alimentação de tiras de borracha por carretel e rebobinamento do protetor e tensionamento da tira; e os demais braços alimentados por 2 unidades de alimentação automática de borracha; 2 unidades de processamento e laminagem da tira de borracha com sistema de controle automático de pressão controle dimensional do perfil de borracha e de temperatura; controle de temperatura por aquecimento de água através de 1 a 3 controladores automáticos; 2 unidades tensionadoras de tiras de borracha; 2 unidades acumuladoras de tiras de borracha; 2 sistemas de transporte de tiras de borracha composto de estrutura metálica esteira e rolos; 2 unidades pressionadoras automáticas de tiras de borracha; controlada por controlador lógico programável (CLP) e servomecanismos; e interface Homem-Máquina.
8477.80.90	Ex 463 - Combinações de máquinas para montagem de pneu cru com diâmetro compreendido entre 13 e 18 polegadas, compostas de: tambor duplo rotativo composto de 10 a 12 segmentos entre 750 e 900mm de largura e rotação de 88rpm para aplicação do primeiro estágio e manta têxtil emborrachada, tambor duplo rotativo composto de 18 segmentos de aço escovado entre 450 e 750mm de diâmetro e rotação de 200rpm para aplicação da banda de rodagem, tambor duplo rotativo composto de 18 segmentos magnéticos de aço escovado entre 450 e 750mm de diâmetro e rotação de 200rpm para aplicação da cinta metálica, unidade de aplicação e corte transversal de manta têxtil emborrachada com velocidade de giro de 78m/min na correia superior e 102,5m/min na correia inferior com velocidade dp corte de 15m/min e aplicação de tira de borracha através de 2 braços de aplicação, unidade de alimentação por carretel e rebobinamento do protetor da tira e tensionamento da tira, unidade pressionadora automática de manta e tira de borracha, unidade de aplicação de talão emborrachado com diâmetro de abertura regulável, unidade de aplicação de tira têxtil emborrachada, unidade de aplicação de cinta metálica emborrachada com velocidade de 80m/min e corte diagonal de carcaça de aço emborrachada com velocidade de 8m/min e ângulo de corte ajustável automaticamente entre 19 e 30°, anel duplo de transferência da carcaça do pneu com 6 segmentos em cada anel e movimento de avanço/recuo sobre guias lineares a 66,6m/min, unidade de conformação do pneu cru composto por 2 eixos de diâmetro de 115 ou 130mm com 1 par de bexigas pneumáticas com circunferência entre 330,2 e 457mm e rotação de 88rpm em cada eixo, anel de movimentação da banda de rodagem composto por 13 segmentos com movimento de avanço/recuo, anel de 13 segmentos magnetizados para movimentação da cinta com movimento de avanço/recuo, unidades de indicação luminosa com ajuste de ângulos de incidência, unidade de fechamento da parede lateral sobre banda de rodagem, compostas de: 2 pares; de pinças metálicas, unidade de retirada de pneu cru por pinça, sistema de automatismo com controlador lógico programável (CLP), central de sinais de comando e controle com interface homem-máquina.
8477.80.90	Ex 464 - Máquinas automáticas para produção de rolos de fitas-adesivas em filme plásticos BOPP e PVC, com largura de 18 a 69mm, a partir de bobinas jumbo com diâmetro igual ou inferior a 1.200mm e largura igual ou inferior de 2.040mm, velocidade máxima de produção igual ou inferior a 400m/min, sistema de corte longitudinal e transversal de lamina dupla e de ambos lados, rebobinador de estação superior e inferior controlados por servomotor, alimentador de tubetes, carregador descarregador do rolos cortados com sistema separador, painel de comendo com PLC "touch-screen".
8477.80.90	Ex 465 - Máquinas para produção de sacos laminados com dispositivo valvulado, de boca-aberta, soldados por ar quente a partir de tecido tubular de polipropileno laminado, com capacidade máxima de produção de até 60sacos/min, para sacos com fundo plano, nas com dimensões de larguras entre 100 a 400mm, comprimentos de 200 a 500mm e larguras da parte sanfonada 20 a 70mm de profundidade fechado e aberto 40 a 140mm.
8477.80.90	Ex 466 - Máquinas separadoras de resíduos para resinas termoplásticas em escamas, por fluxo de ar vertical em canal de separação do tipo "ziguezague", dotadas de ciclone, válvula rotativa de 15rpm e 2 ventiladores de alta vazão com motores elétricos de 2.900rpm e potência de 7,5 ou 10kW; com ou sem estação de enchimento automático de "big bags" com 2 ciclones, com 2 portas pneumáticas e com 2 válvulas rotativas de 15rpm; com painel de controle lógico programável.
8477.80.90	Ex 467 - Máquinas para corte simultâneo de 25 fios plásticos, em peletes, dos produtos PA6, PA 66, PBT e PA com fibra de vidro de 35 a 40%, densidade sólido mínimo de 1,14g/cm^3; dimensão dos peletes: diâmetro de 2,6 a 2,8mm por largura de 3mm, variação de +/-10%, com velocidade dos fios em processo de 30 até 85m/min.
8479.10.90	Ex 065 - Máquinas varredeiras com sistema centralizado de sucção, autopropelidas, acionadas com motor único à diesel, 4 cilindros, e potência máxima de 25kW, utilizadas para limpeza urbana tais como calçadas, sarjetas e ruas, com operador a bordo, com cabine pressurizada e sistema de ar condicionado, sistema de câmera traseira em tempo integral, sistema de sonorização, largura de acesso de 1.100mm, velocidade máxima de locomoção a frente de 30km/h e máxima de marcha ré de 26km/h, articuladas no eixo central e com diâmetro de giro de 6.300mm, projetadas para alta qualidade devido a seu sistema de varrição com pulverizador de água nas escovas frontais e no duto de sucção inibindo totalmente a poeira, tanque de água com capacidade de 200 litros, sistema de reciclagem de água com capacidade de 85 litros, escovas frontais acionadas hidraulicamente por 1 "joystick", com desempenho máximo de 22.000m^2/h, reservatório em aço inox com capacidade de 800 litros, acionadas por sistema hidráulico, altura máxima de descarregamento de 1.425mm, expansível tubo de sucção traseiro com 4.000mm e diâmetro de 4 polegadas.
8479.30.00	Ex 033 - Combinações de máquinas para fabricação de placas de fibra ou partículas de madeira, com densidade das placas igual ou superior 580kg/m^3, espessura compreendida entre 6 e 40,7mm e capacidade de produção igual ou superior a 1.103m^3/dia, compostas de: unidade de formação e prensagem de colchões encolados de madeira, com controle automático de distribuição de massa, espessura e detecção de bolhas, com velocidade igual ou superior a 152mm/s; estação de corte; estação de resfriamento de placas; estação de empilhamento e climatização de placas.
8479.81.90	Ex 428 - Máquinas automáticas para produção de bobinas de baixa tensão em lâmina aplicadas em transformadores elétricos industriais tipo encapsulados, com controle automático e computadorizado de tensão no isolamento de 500N e na lâmina compreendido entre 1.500 e 40.000N, independente do diâmetro dos rolos, velocidade de enrolamento de 30m/min com controle automático de alinhamento, largura do condutor compreendida entre 300 e 1.600mm, espessura compreendida entre 0,4 e 3mm, capacidade para enrolar bobinas de cobre ou alumínio e seção máxima de 6.400mm^2.
8479.81.90	Ex 429 - Máquinas automáticas para produção de bobinas de alta tensão em lâmina aplicadas em transformadores elétricos industriais tipo encapsulados, com controle automático e computadorizado de tensão no isolamento compreendida entre 10 e 80N, e na lâmina entre 30 e 1.500N, velocidade de enrolamento de 200m/min com controle automático de alinhamento, largura do condutor compreendida entre 20 e 200mm, espessura compreendida entre 0,15 e 3mm, capacidade para enrolar bobinas em lâminas de cobre ou alumínio e seção máxima de 600mm^2.
8479.82.10	Ex 179 - Combinações de máquinas, formando corpo único, para mistura de ingredientes para produção de PVC, com capacidade máxima de produção de 7.700kg/h de PVC rígido e 6.600kg/h de PVC soft, contendo 1 misturador aquecedor com válvula de injeção para líquidos, ferramenta de mistura de 5 estágios, volume total de 2.500 litros e capacidade de processamento de 1.100kg/batelada e de 7 a 8bateladas/h de PVC rígido aquecido a 115°C e 6bateladas/h de PVC soft: 1 misturador resfriador horizontal, com volume total de 5.500 litros e capacidade de 6 a 7bateladas/h: 4 amortecedores para redução de vibração: e sistema de controle elétrico com tela sensível ao toque e controlador lógico programável.
8479.89.11	Ex 098 - Máquinas de dosagem e prensagem de elementos de retardos para produção de detonadores não elétricos, com capacidade de 360 peças por hora dependendo da quantidade de dosagens, constituídas por uma estação de carregamento e descarregamento das cápsulas, dotadas por limpar e verificar a posição dos elementos de retardos, contempla uma Interface homem máquina suspensa em uma haste giratória no equipamento, possui sistema de coleta de pó por vácuo e sistema de separação por água, contempla sistema de ajuste de força à compressão por meio de transdutores de pressão, dotada com controlador lógico programável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8479.89.11	Ex 099 - Máquinas automáticas rotativas de dosagem e prensagem de elementos de retardos para produção de detonadores não elétricos, com capacidade de 9.000 ou 4.500peças/h dependendo da quantidade de dosagens, constituída por uma mesa giratória acionada por um motor principal com controle angular de posição, composta por 24 estações responsáveis por dosar, prensar, limpar e verificar a posição dos elementos de retardos, possui sistema automático de rejeito de peças defeituosas, equipamento com grau de proteção IP65 no equipamento e painel elétrico externo IP54, contempla uma Interface homem máquina suspensa em uma haste giratória no equipamento, possui sistema de coleta de pó por vácuo e sistema de separação por água, contempla sistema de ajuste de força à compressão através de transdutores de pressão, dotada com controlador de lógico programável.
8479.89.11	Ex 100 - Prensas para inserção dos tubos das velas de ignição de motor automotivo, com alimentação manual, dotadas de estrutura com roletes livres para movimentação da peça e retorno para pallet vazio; mesa móvel com movimentação pneumática; 1 ou mais sensores fotoelétrico para confirmação do modelo de peça a ser montado com capacidade de detecção de 1 a 15mm; 1 ou mais cilindros elétricos para bloqueio da peça em caso de anormalidade; 1 ou mais sensores de proximidade com distância de sensoriamento de 7mm ou menos; 1 ou mais células de carga com capacidade de medição de 2 a 20kN; 1 ou mais conversores de pressão de ar em pressão hidráulica; integradas ao sistema de informação da linha de produção; painel de operação e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.12	Ex 107 - Dosadores de cobertura sólida para máquina de sorvete, dotados de 8 reservatórios de cobertura, com temperatura aproximada de 14ºC e potência de 110V.
8479.89.99	Ex 103 - Equipamentos para recuperação, armazenagem e filtragem de gás SF_6 (hexafluoreto de enxofre) utilizados como meio isolante em equipamentos elétricos de média e alta tensão: dotados de compressor isento de óleo (1,9m³/h a 60Hz, 50bar), compressor de vácuo para recuperação de gás SF_6 (3,3m³/h, vácuo final <5mbar), bomba de vácuo para ar (14m³/h, duplo estágio, vácuo final <1mbar), filtro de umidade, filtro de partículas, redutor de pressão, balança eletrônica para garrafas de SF_6 (com função de desligamento ajustável), indicação em bar/mbar, psi/torr (configurável no painel de 3,5"), mangueira de borracha, conexão DN20 ou DN8, configurada para pequenos volumes de gás; ou dotados de compressor isento de óleo (3,8m³/h a 60Hz, pressão final 50bar), bomba de sucção isenta de óleo para recuperação de SF6 (vazão de 3m³/h, vácuo final <1mbar), bomba de vácuo para evacuação de ar (vazão de 16m³/h, vácuo final <1mbar), operação e indicação dos principais parâmetros em 1 painel "touchscreen" de 3,5", evaporador, filtro de umidade, filtros de partícula, manômetros em bar/mbar, balança eletrônica para cilindros de SF6, mangueira de borracha, conexão DN20; ou dotado de compressor isento de óleo (6,8m³/h a 60Hz, pressão final 50bar), bomba de sucção isenta de óleo para recuperação de SF6 (vazão de 15m³/h, vácuo final <1mbar), bomba de vácuo para evacuação de ar (vazão de 40m³/h, vácuo final <1mbar), operação e indicação dos principais parâmetros em 1 painel "touchscreen" de 10", evaporador, filtro de umidade, filtros de partícula, manômetros em bar/mbar, balança eletrônica para cilindros de SF_6, mangueira de borracha, conexão DN20; ou dotados de compressor isento de óleo (13m³/h a 60Hz, pressão final 50bar), bomba de sucção isenta de óleo para recuperação de SF_6 (vazão de 35m³/h, vácuo final <1mbar), bomba de vácuo para evacuação de ar (vazão de 63m³/h, vácuo final <1mbar), operação e indicação dos principais parâmetros em 1 painel "touchscreen" de 10", mangueira de borracha, acoplamento DN20, acoplamento DN40, evaporador, filtro de umidade, filtros de partícula; instrumentos em bar/mbar; balança eletrônica para cilindros de SF_6; mangueira de borracha, conexão DN20 ou DN40, configurado para grandes volumes de gás, podendo conter, em todas as versões, controle automático com desligamento das funções individuais (recuperação, evacuação e enchimento) e controle do ponto de orvalho.
8479.89.99	Ex 353 - Obturadores infláveis para poços de petróleo e gás.
8479.89.99	Ex 380 - Combinações de máquinas para seleção de resíduos sólidos urbanos, com seguintes índices de eficiência de recuperação: plásticos (até 70% para PET, PE, PP), papéis (até 30% para Papelão, Branco, Misto e Jornal), (até 60% para embalagens cartonadas longa vida); metais (até 80% para ferrosos), (até 70% para não ferrosos), com capacidade de processamento de 40t/h, compostas de: 1 alimentador da planta com capacidade de 40t/h, comprimento horizontal de 10m e velocidade de 0,30m/s; 1 peneira rotativa com capacidade de 40t/h, com tambor cilíndrico de 2.500mm de diâmetro e 12.000mm de comprimento de malha de peneiramento, para resíduos com grânulos de 0 a 80mm e de 80 a 180mm; 1 plataforma de triagem de volumosos; 1 abre-sacos com tremonha de alimentação e "by pass" com capacidade superior a 15t/h; 1 separador balístico de 5.800mm de comprimento e 2.470mm de largura e potência de com 11kW; 2 separadores magnéticos de ferrosos com campo magnético de 400 Gauss a 480mm de distância; 2 separadores óticos com espelho rotativo infravermelho de plásticos, PET, PEAD, PP, não plásticos, tetra pack, papel e papelão ou filme, com largura de trabalho de 2.800mm; 1 plataforma de controle de qualidade; 1 plataforma de triagem manual; 8 baias para armazenamento de materiais recuperados; 1 alimentador com correntes para prensa multilateral com capacidade de 15t/h, comprimento horizontal de 15m e velocidade de 0,30m/s; 1 prensa multilateral com capacidade de 8 a 10t/h de material reciclável e potência de 45kW; componentes de sustentação, suporte e interligação do equipamento.
8479.89.99	Ex 381 - Equipamentos para aplicação de papéis decorativos tratados com resina melamínica, em painéis de fibras ou partículas de madeira de dimensões iguais ou superiores a 2.750 x 1.830mm e espessura de 3 a 50mm; prensa do tipo "prato" multi-pistões de até 40 cilindros e pressão de trabalho igual ou superior a 300N/cm², tempo de carga de até 20s e de despressurização até 5s, ciclos de prensagem igual ou superior a 100prensagens/h, barras de troca eletrostática para o papel e painel, com mesas de alimentação, transporte, empilhamento, inspeção de qualidade de placas e aparagem de papéis.
8479.89.99	Ex 382 - Combinações de máquinas para a fabricação de partes de motores para veículos automotivos, com capacidade de produção igual ou superior a 36peças/h, compostas de: forno de fusão e conservação do alumínio em estado líquido com capacidade de processamento igual ou superior a 900kg/h, com temperatura igual ou superior a 670°C; esteira para alimentação de lingotes no forno de fusão, com elevador integrado; injetora horizontal tipo câmara fria, servoacionada, com força de fechamento de 1.650t, com coletor de névoa; molde de injeção; dispositivo de fixação do molde de injeção; equipamento de troca automática de molde por comando, com capacidade igual ou superior a 6t, com velocidade igual ou superior a 330mm/s; sistema de resfriamento do molde, com vazão igual ou superior a 128 litros/min; sistema de descompressão do molde, com capacidade de descompressão igual a 46m³/h; sistema de aplicação de desmoldante composto por: robô, com 6 graus de liberdade, capacidade de carga máxima igual a 165kg, com unidade de programação portátil, dispositivo para aplicação de desmoldante e circuito de alimentação do desmoldante; 2 robôs multifuncionais para alimentação de componentes e movimentação de peças entre operações, com 6 graus de liberdade, capacidade de carga máxima igual a 165kg, com unidade de programação portátil, dotados de dispositivos; equipamento para resfriamento da peça; equipamento para remoção de canais de alimentação e massalote; máquina para gravação do código de identificação da peça; 1 ou mais dispositivos para alimentação de componentes; equipamento para remoção automática de rebarbas das peças com capacidade de carga igual ou superior a 45kg e com velocidade de rotação igual ou superior a 15.000rpm; estação para inspeção; sistema de gerenciamento de qualidade; sistema de monitoramento da temperatura do molde; 1 ou mais painéis elétricos; 1 ou mais esteiras automatizadas e/ou 1 ou mais esteiras não automatizadas; sistema de segurança de operação; 1 ou mais painéis de controle.
8479.89.99	Ex 383 - Combinações de máquinas automáticas para limpeza de superfícies, com dupla escova giratória, sistema de verificação com escanerização em 3D de superfícies geométricas tridimensionais (com uma precisão: +/-0.005mm) permitindo detectar as diferenças em comparação a uma amostra pré-definida por triangulação de lâmina de luz a laser, com câmera de filmagem linear de peças em rotação, capotagem de peças para mostrar a outra face e retornar a orientação de origem, descarga controlada de peças para uma calha distinguindo peças falhas, com controlador numérico computadorizado (CNC), com funcionamento de uma unidade central supervisiona e controlam movimentos, com interface H/M intuitivo por painel "touchscreen", compostos de1quadro elétrico contendo todos componentes elétricos necessários para o funcionamento, sendo todos estes componentes sintetizados com tempo ciclo médios de produção de 3segundos/peça e taxa de rendimento de 100%, 1 transportador de entrada, 1 embaladora automática de peças, cadência máxima 2,2 segundos/peça capaz de usar caixas plásticas e caixas de papelão, 1 transportador de saída.
8479.89.99	Ex 384 - Combinações de máquinas para montagem de cabeçotes de motores automotivos, com capacidade de 74cabeçotes/h, compostas de: estação de alimentação dos cabeçotes e posicionamento nos paletes; estação automática de instalação dos retentores das válvulas; estação de instalação das válvulas de admissão; estação de instalação das válvulas de exaustão; estação de instalação de molas e velas de ignição; 2 estações automáticas para instalação de chavetas e retentores; estação automática para checagem das chavetas; estação automática para verificação de funcionamento das válvulas e remoção de materiais estranhos; estação automática para teste de vazamento das válvulas; estação de diagnósticos e reparo; estação de descarga dos cabeçotes; estações "vazias"; paletes de montagem; estruturas de sustentação e transportadores.
8479.89.99	Ex 385 - Máquinas para a montagem de componentes em bloco de motor automotivo, tempo de ciclo de 1,8min/unidade, sistema de alimentação direta de peças, sistema automático para posicionamento de peças, repetibilidade de posicionamento de 0.01mm, velocidade de 1 a 2.400mm/s, servo cilindro de 30kN de pressão, servo cilindro de 10kN de pressão, parafusadeira com 2 eixos de alta rotação e controlador de torque, sistema de segurança, painel de controle, painel operacional, duplo gerenciamento de profundidade.
8479.89.99	Ex 386 - Máquinas automáticas de aplicação de cola e inserção de tampa, com painel de controle CLP com sistema IHM (Interação Homem Máquina), potência de 6kW, prensa pneumática de 4bar com vazão Q <15m³/h, sistema automático de aplicação da cola, câmera de verificação do fio de cola da face do FOR, deslizador de tampas, prensa elétrica de inserção da tampa, monitoramento por régua óptica e uma célula de carga, controle de excentricidade por meio de 1 transdutor para medição de deslocamento linear (LVDT) com tempo de ciclo de 20 segundos e tensão de 380V +/-5% - 25A - 60Hz.
8479.89.99	Ex 387 - Máquinas automáticas de inserção de pinos, com controle de posição e pressão do pino no FIR ("Flanged Inner Ring" - Anel Interno Flangeado) com diâmetro de 100 até 180mm, contendo 6 estações em uma mesa rotativa, estação 1 carregamento do FIR da esteira transportadora para posição inicial, estação 2 orientação da posição do FIR, estação 3 inserção automática dos pinos, estação 4 prensagem dos pinos no FIR, estação 5 controle de forças dos pinos, estação 6 controle de posição dos pinos e descarregamento do FIR para a esteira transportador, painel de controle CLP com sistema IHM (Interação Homem Máquina), potência de 6kW, prensa pneumática de 4bar com vazão Q <15m³/h do sistema de fluxo de ar, sistema linear vibratório para fornecimento de pinos, controle por câmera de vídeo da posição para inserção dos pinos, robô para inserção de pinos, sistema automático de levantamento de pinos, prensa elétrica para pressionamento de pinos com monitoramento controlada por software, controle por 1 transdutor potenciométrico para detectar o comprimento correto dos pinos inseridos, com tempo de ciclo de 20 segundos e tensão de 380V +/-5% - 25A - 60Hz.
8479.89.99	Ex 388 - Máquinas automáticas para montagem e etiquetagem de seringas com sistema de blindagem de agulhas (dispositivo de segurança), com capacidade produtiva máxima igual a 12.000 ou 24.000seringas/h (variáveis em função dos grupos de alimentação instalados e das características e dimensões das seringas a serem processadas), para seringas com volumes compreendidos entre 0,5 e 3ml, transportador de alimentação das seringas pré-envasadas, alimentador de hastes de êmbolo, alimentador de dispositivos de segurança, estação de sincronização e acoplamento das hastes de êmbolo, estação de sincronização e acoplamento dos dispositivos de segurança, estação etiquetadora dos dispositivos de segurança com impressão e verificação de dados variáveis, PC industrial com interface homem-máquina (IHM) e "software" dedicado.
8479.89.99	Ex 389 - Máquinas para inserção de fios e cabos elétricos em terminais de contato de conectores (IDC- "Insulation Displacement Connector"), dotadas de mecanismo de movimento por servo-prensas de 0 a 670N e curso de 200mm; 3 ternos de ferramenta de perfuração superior e 3 ternos de ferramental de cavidade inferior com mudança rápida; sensor de pressão com monitoramento de força de inserção de 0 a 500N; sistema de visão (CCD) de 500 milhões de pixels; sistema de gerenciamento com PC industrial e "software" dedicado, ciclo de trabalho <60seg/peça.
8479.89.99	Ex 390 - Equipamentos semiautomáticos de montagem de parafusos em facas para anel de corte de picador de lascas de madeira, para parafusar e desparafusar as facas do anel, dotados de 2 conjuntos, sendo cada conjunto dotado de 3 servos parafusadeiras para a troca de facas no anel, com limite de torque automático controlado por CLP, encoders, transdutores de torque, servo motores e servo drives, operado por IHM (Interface Homem Máquina) e por tela "touchscreen".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8479.89.99	Ex 391 - Leitos fluidizados de escala industrial para serem utilizados para secar, granular e revestir pós e/ou grânulos, dotados de recipiente de produto com capacidade de 600L, distribuição do ar através de discos sobrepostos para movimentação orbital do produto, sistema integrado de bomba peristáltica e pistola de pulverização única em posição central e inferior, filtro de produto com dispositivo para limpeza utilizando ar do processo, unidade de tratamento de ar com filtros grossos, finos e absolutos, sistema de aquecimento de ar com sensor de temperatura de ar de entrada, sensor de ar de saída e sensor de temperatura de produto, sistema de limpeza interna do equipamento automática, carregamento e descarregamento de produto pneumático, painel de controle e monitoramento com tela sensível ao toque colorida, cabine elétrica e programa para visualização e controle do processo.
8479.89.99	Ex 392 - Equipamentos para montagem dos anéis de seguimento do conjunto de pistões de motor automotivo, dotados de 4 ou mais magazines para abastecimento dos anéis para montagem automática com capacidade de 100 peças ou mais; localizadores atendendo as especificações de 0,02mm ou menos de planicidade e paralelismo; 1 ou mais sensores de proximidade de amplificador com ajuste de potenciômetro; cortina de luz em 2 planos; integrados ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída; detecção automática de falta de operação; painel de operação e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).

8479.89.99	Ex 393 - Lavadoras de peças de motor automotivo, com tecnologia de onda ultrassônica; separador de óleo por recirculação a moto bomba; com capacidade para 34 litros; feitas em material SUS 430 e SUS304; com resistência de aquecimento; controlador de temperatura e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 394 - Dispositivos mecânicos manuais para inserção e inspeção dupla simultânea dos retentores e contra pinos das válvulas do cabeçote de motor automotivo, dotados de estrutura com roletes livres para movimentação da peça e retorno de pallet vazio; guia linear para movimentação dos manípulos do dispositivo, dispositivo para travamento manual da peça com rotação em 2 ou mais diferentes ângulos; 1 ou mais sensores fotoelétrico em miniatura com capacidade de detecção de 1 a 15mm; 1 ou mais cilindros elétrico para bloqueio da peça em caso de anormalidade; 1 ou mais micro interruptores para confirmação de posição com Ø de 8,35mm e êmbolo em aço inoxidável; 1 ou mais sensores digitais de medição por contato de alta precisão; dispositivo integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída; painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 395 - Dispositivos mecânicos manuais para inserção e inspeção dupla simultânea dos retentores de óleo das válvulas do cabeçote de motor automotivo, dotados de estrutura com roletes livres para movimentação da peça e retorno de pallet vazio; guia linear para movimentação dos manípulos do dispositivo; dispositivo para travamento manual da peça com rotação em 2 ou mais diferentes ângulos; 1 ou mais sensores fotoelétrico em miniatura com capacidade de detecção de 1 a 15mm; 1 ou mais cilindros elétrico para bloqueio da peça em caso de anormalidade; 1 ou mais micro interruptores para confirmação de posição com Ø de 8,35mm e êmbolo em aço inoxidável; 1 ou mais sensores digitais de medição por contato de alta precisão; dispositivo integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída; painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 396 - Estações para inserção e teste de estanqueidade no retentor de óleo traseiro de motor a combustão interna, dotadas de prensa de precisão com 2 ou mais fusos servo controlados para inserção do retentor de óleo, com capacidade de torque de 45Nm ou mais e rotação de 430rpm ou mais com detecção de torque por transdutor, aparelho para teste de estanqueidade por pressão entre 10 a 70kPa, guias lineares para movimentação do equipamento sincronizado à velocidade da linha produção, comando bi-manual, proteção de segurança, equipamento integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída, bloqueador de peça em caso de anormalidade no processo, painel de operação e painel de controle com CPL (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 397 - Máquinas para montagem automática dos contra pinos no retentor da mola do cabeçote de motor automotivo, com compartimento para abastecimento dos retentores com capacidade de 2.000 peças e de 4.000 peças para os contra pinos; ou mais mesas deslizantes a ar com velocidade de 50 a 500mm por segundo; 02 ou mais sensores a laser com capacidade de detecção de 35 a 500mm; 1 ou mais pinças de ar compacta com capacidade de operar com pressão de 0,1 a 0,7MPa; 2 ou mais sensores a laser com capacidade de detecção de 100 a 750mm; 1 ou mais sensores de visão monocromática com foco automático e iluminação em LED branco; 1 ou mais sensores a laser com capacidade de detecção de 55 a 130mm; 1 ou mais atuadores elétricos com capacidade de curso de 100 a 400mm; 1 ou mais pinças elétricas compactas com capacidade de força de agarramento de 11 a 28N; 2 ou mais sensores de fibra refletiva com raio de curvatura mínima de 25mm; 3 ou mais cilindros guias pneumáticos; 1 ou mais sensores de proximidade com capacidade de detecção de 5mm; 1 ou mais sensores de proximidade com capacidade de detecção de 3mm; 2 ou mais sensores de fibra óptica com raio de curvatura de 2mm; 2 ou mais sensores de proximidade com capacidade de detecção de 7mm; painel de operação e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 398 - Insufladoras de ar quente para aquecimento dos pistões de motor automotivo, dotados de estrutura de roletes livres para alimentação manual; dispositivos mecânicos para posicionamento das peças; trava mecânica e anti-back; cobertura para prevenção de radiação de calor; aquecedor de ar quente com controle digital de temperatura; câmara de ar quente; 4 bicos de ar para aquecer 4 peças simultaneamente.
8479.89.99	Ex 399 - Máquinas para abastecimento semiautomático de óleo nas galerias da caixa de comando de válvulas do motor, com tempo de ciclo automático de 25 segundos ou menos, para aplicação de 150cc de óleo por ciclo por acionamento pneumático, reservatório com capacidade de 70L, estrutura de pórtico e dispositivo para encaixe na caixa de comando de válvulas do motor a combustão interna, equipamento integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 400 - Estações para gravação automática de dados alfanuméricos no bloco de motor automotivo por puncionamento ou riscagem, alimentação manual; dispositivo automático de travamento da peça; transportador de roletes livres; unidade de gravação por acionamento pneumático; com pressão de vibração de 0,3MPa, pressão de comando de 0,3MPa, velocidade de gravação de 50mm/s; integradas ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída; painel de operação com CLP (controlador lógico programável).
8479.89.99	Ex 401 - Penetradores para acionamento de motor elétrico de bomba centrífuga submersa instalada dentro de cápsula.

8479.89.99	Ex 409 - Equipamentos sacudidores para vibrar transversalmente o rolo cabeceira em relação ao sentido de marcha da máquina de fabricação de papel ou celulose, com acionamento mecânico realizado por 2 servomotores para acionamento de pares de rolos girantes de maneira sincronizada, com capacidade máxima para massas rotativas com carga menor ou igual a 10.000kg, curso de oscilação axial menor ou igual a +/-12,5mm à frequência de 10Hz.
8479.90.90	Ex 288 - Dispositivos guias (Jig) da máquina semiautomática de aparafusar aparelhos portáteis de telefonia celular, fabricados em acrílico na parte superior, UHMW (polietileno de ultra alto peso molecular) anti-arranhão na parte inferior e com tolerância de corte de mais ou menos 0,05mm.
8480.71.00	Ex 133 - Moldes de 96 cavidades para fabricação de tampas plásticas biinjeção/bi-componentes e disc-top, para embalagens de PE, PP e PET, dotados de dispositivo de extração com placa extratora com macho colapsível e sistema de gavetas, base sistema "side gate" para disco e bicos individuais com sensores térmicos, sistema de montagem automático do molde com tecnologia "In mold pick and place", sistema de refrigeração constituído por 29 circuitos de água com temperatura 11°C, pressão mínima de 6bar, capacidade de produção de até 11.500 tampas/h, ciclo de 15 segundos e dimensões de 976 x 3.374,5 x 638,6mm (largura x comprimento x altura).
8481.80.92	Ex 014 - Válvulas solenoides com diâmetro entre 1 e 6" para suportar radiação até 7,90Mrad, pressão até 175bar-g, temperaturas até 350ºC, operar em submersão de até 6 metros de profundidade (por 30 dias), resistente a operação continua durante e após abalos sísmicos, Grau IP-68, com classificação Mecânica Nuclear, CS-1 e CS-2, Classe de segurança Elétrica Nuclear 1E e Classificação Sísmica Nuclear SISM-1, classe de Pressão do corpo entre 150 e 2.500psi, corpo em aço inox 316/316L e Borneira em Dialil-Ftalato, KAPTON (materiais resistentes à radiação) para aplicação em plantas nucleares.
8481.80.95	Ex 002 - Válvulas de controle de fluxo ("Orbite") para isolamento e controle da produção de fluidos durante os intervalos produtores de poços a serem equipados com sistema de completação para instalação da "árvore de natal" molhada (ANM) a cabo.
8481.80.95	Ex 023 - Válvulas esfera de 20 ou 24 polegadas, passagem plena, classe 300#, construção conforme API 6D, corpo integralmente soldado, com ou sem sistema de injeção de selante nas sedes das vedações, extremidades biseladas para solda topo com 1m para cada lado, com "niple" api 5L grau B SCH 40, com acionamento por caixa de engrenagem, com prolongamento de 1,5m a partir do centro da válvula para manobrar (abertura e fechamento) por meio de volante lateral e 2 "vents" soldados nos "niples" um em cada lado da válvula.
8481.90.90	Ex 021 - Válvulas de retenção, com acionamento manual ou elétrico por solenoide, para cilindro de elevação aplicado em plataforma elevatória de pessoas.
8483.40.10	Ex 201 - Caixas de transmissão, exclusivas para aplicação em empilhadeiras autopropulsadas, assistidas por sistema hidráulico, com conversor de torque, semiautomáticas, com acionamento elétrico eletrônico, com embreagem de acionamento mecânico, eficiência de trabalho 0,8, maior eficiência de trabalho com 31Nm de torque, trabalho de "stall" com torque de 33,5Nm, relação de torque de "stall" k ³ 3, relação de transmissão frente-ré 18,94, fluxo de óleo da bomba de 27L/min e pressão do óleo dentro do conversor de torque de 0,5 a 0,7MPa, pressão de acoplamento do sistema de transmissão de 1,1 a 1,4MPa.
8483.40.10	Ex 202 - Redutores planetários combinados com motor hidráulico integrado de até 54cc, para acionamento de veículos de rodas e esteiras, possuindo múltiplos estágios planetários, com freio de estacionamento multiplicador de até 400Nm, prisioneiros de fixação da roda já montados, relação de redução até 1:36 e torque de saída de até 16.000Nm.
8483.90.00	Ex 027 - Coroas cônicas de 56 dentes inclinados (helicoidais), retificados para uma qualidade 6 conforme ISO 1328, com ângulo de inclinação da hélice à direita de 14° 03" 62", feito em Aço forjado (17CrNiMo6) com diâmetro externo igual ou superior a 1.800mm, altura igual ou superior a 380mm, e peso igual ou superior a 2.000kg, responsáveis pela transmissão de torque no conjunto de acionamento interno de britador giratório.
8514.10.10	Ex 082 - Combinações de máquinas para curvatura de vidros automotivos a serem laminados com altura entre 500 e 1.250mm, largura entre 1.100 e 1.800mm e espessura entre 1,6 e 3,0mm, com capacidade de produção de até 144peças/h, compostas de: transportadores de vidro; acumuladores; aplicador de pó separador; mesas de transferência, alinhamento e centralização; emparelhador; células robóticas de carregamento e descarregamento; máquina de visão de detecção de falhas/defeitos e inspeção da qualidade da pintura e logotipo; forno de curvatura de 18 zonas com aquecimento elétrico individual; dispositivo de retirada do vidro do molde de curvatura; transportador de retorno de molde; transportador de resfriamento; transportador de retirada de amostras; mesa de alinhamento e medição da curvatura; mesa de instalação de espaçadores; sensores e instrumentação; controladores lógicos programáveis; sistema supervisório; painéis de operação e centro de controle de motores (CCM).
8514.20.19	Ex 002 - Fornos de estado sólido, por indução elétrica, para secagem de composto em base aquosa aplicado em tampas de alumínio de latas de bebidas, com capacidade de secar até 2.500tampas/min, com controlador automático de temperatura de processo, codificador rotativo de tampas e sensor de movimento.
8515.80.90	Ex 100 - Máquinas de solda de topo pelo processo de faiscamento para serras de fita, para madeira, serra de fita inoxidáveis, serras bi-metálicas e ligas de tungstênio com largura igual ou superior a 3mm e igual ou inferior a 217mm, com ou sem pirômetro, com ou sem ferramenta hidráulica para retirar a rebarba, com ou sem carregamento pneumático, com fixação das lâminas manual, pneumática ou hidráulica.
8543.20.00	Ex 013 - Geradores de radiofrequência de 3,39MHz e potência de 10kW, transferência máxima de potência com carga resistiva de 50ohm, potência máxima dos amplificadores 16kW, refrigeração com água, "display" 20" x 2" alfanumérico, conector 25 pinos para controle.
8602.10.00	Ex 025 - Combinações de máquinas, de aplicação exclusivamente ferroviária de carga, para locomotivas diesel-elétricas com potência bruta de 6.000hp, compostas de: motor a diesel, 16 cilindros em "V", 4 tempos, com potência bruta de 6.000HP a 1.050rpm, com conduítes, filtros de óleo lubrificante, turbos e bombas de água e combustível; silenciador, fabricado em aço e telas de aço-liga, projetado para suportar gases de escape em altas temperaturas; dispositivo de transferência de partida de potência com 3 posições para inversão de circuitos de alimentação do alternador principal para partida do motor à diesel; conjunto de 2 baterias ferroviárias seladas de 500Ah de capacidade de carga; unidade eletrônica de controle do motor a diesel; conjunto integrado dotado de 1 alternador síncrono, 2 unidades auxiliares e seus respectivos sistemas de controle, com capacidade de 4,5MW, desenvolvido para aplicação ferroviária de carga; conjunto de diodos de potência, acompanhado de seu

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	módulo de dissipação térmica, com corrente média direta de 3.900A e temperatura de junção de 175°C, destinado à conversão da corrente alternada em contínua; inversores de frequência destinados a locomotivas de carga com esforço trator de 90.900kgf, capazes de garantir torque e aderência roda-trilho compatíveis com perfil de vias utilizadas para movimentação ferroviária de minério de ferro; sistema de arrefecimento do motor à diesel dotado de banco de radiadores de fluxo dividido, janela de ventilação forçada de ar, válvulas direcionadoras de fluxo de água, sistema de troca térmica água-óleo e estrutura metálica de fixação/montagem; central de processamento de dados e rede sem fio, utilizada para processamento de aplicações ferroviárias específicas; painéis de gerenciamento de redes de dados e protocolos de comunicação entre os diferentes subsistemas da locomotiva; painel microprocessado, com sistema redundante de transmissão/recepção de sinais de rádio para controle e distribuição de potência e de frenagem aplicados em locomotivas intercaladas na composição do trem; dispositivo com função exclusiva de comunicação via rádio sobre as condições de acoplamento e integridade física da composição; painel microprocessado exclusivo para aplicação ferroviária de carga, concentrador de entradas e saídas de sinais digitais e analógicos para controle da locomotiva, com interface às redes ARCNET, serial e Ethernet; módulos inteligentes microprocessados "smart display", com interface homem-máquina integrada, destinados ao comando de subsistemas, visualização de dados e programação de parâmetros de monitoramento; sistema para registro de eventos funcionais da locomotiva (velocidade, aplicação de freios, acionamento de buzina e de sino de advertência, etc.), destinado à investigação de causas de acidentes, fabricado conforme norma FRA 229.135, capaz de resistir a colisões e acidentes, mantendo a integridade dos dados; sistema de monitoramento ultrassônico de nível de combustível nos tanques; console de controle constituído de estrutura metálica de fixação/montagem acompanhada de válvula de aplicação de freio, comando mestre de aceleração, reversor de sentido de marcha e elementos secundários de montagem; conjunto de sopradores de ar tipo centrífugo para arrefecimento do sistema de propulsão da locomotiva, integrado a 1 sistema de filtragem do ar; exaustor de ar do tipo centrífugo, projetado para remoção de impurezas dos filtros inerciais utilizados na propulsão da locomotiva; conjunto de componentes para montagem dos truques ferroviários de carga, incluindo estrutura física de ferro fundido, sistema de suspensão, rodeiros motorizados, amortecedores e cilindros de freio pneumático; compressor de ar para aplicação ferroviária de carga, com capacidade de até 180CFM a 140psi de pressão; secador de ar ativo com 2 torres de secagem e expurgo automático da umidade; unidade eletropneumática para interface entre os comandos do operador e as válvulas de atuação do sistema de freio; painel de processamento, monitoramento e diagnóstico do sistema de freio eletrônico da locomotiva; conjunto de subcomponentes utilizados para dissipação em forma de calor da energia cinética da frenagem dinâmica do sistema de propulsão; unidade de climatização da cabine do operador da locomotiva, alimentada por uma tensão contínua de 74V, resistente às vibrações e impactos inerentes à aplicação ferroviária de carga; unidade de refrigeração instalada na cabine do operador, alimentada por uma tensão contínua de 74V, resistente às vibrações e impactos inerentes à aplicação ferroviária de carga; assentos para tripulação, desenvolvidos de acordo com a norma de segurança ferroviária internacional, capazes de resistir a colisões e tombamentos da locomotiva; sistema de câmeras de protocolo proprietário, capazes de transmitir sons e imagens à central de processamento de dados; modem de transmissão e recepção de dados para diagnóstico remoto de falhas de funcionamento da locomotiva.
8607.30.00	Ex 009 - Amortecedores gás-hidráulicos para uso exclusivo para engate de veículos ferroviários, com força de partida igual ou superior a 50kN, força de absorção final igual ou superior a 500kN e curso de deslocamento compreendido entre 60 e 200mm.
8609.00.00	Ex 014 - Contêineres para transporte de medicamento com necessidade de controle de temperatura, entre -50 a 25°C, com 3 camadas distintas de isolamento térmico, com placas de mudança de fases (PCM) removíveis, para capacidade de 2 a 1.710 litros.
9014.80.10	Ex 017 - Unidades de visualização ("displays") com sistema multifunção de plotagem gráfica avançada, combinado com tecnologia de alta definição digital para localização de peixes e GPS cartográfico, para uso em embarcações militares, comerciais, de recreio e iates, com tela colorida de 4.3 ou 6.0 ou 7.0 ou 9.0 polegadas, controladas por botão, com ou sem tela "touchscreen", com iluminação por LED, com resolução de 480 x 272 ou 400 x 800 pixels, antena de GPS de 5Hz embutida, 1 entrada e 1 saída NMEA 0183, com ou sem compatibilidade NMEA 2000, com ou sem conectividade interna "Wi-Fi", entrada para cartão de memória tipo micro SD, com sonar tradicional com tecnologia "CHIRP" com potência de transmissão de 500W (RMS).
9014.80.10	Ex 018 - Unidades de visualização ("displays") com sistema de tecnologia para localização de peixes e GPS integrado de alta sensibilidade, para uso em embarcações de pesca, militares, comerciais, de recreio e iates, com tela colorida de 3.5 ou 4.3 ou 5.0 ou 7.0 ou 9.0 polegadas, com resoluções de 480 x 320 ou 272 x 480 ou 800 x 480 pixels, com antena interna de GPS, com sonar tradicional com tecnologia "CHIRP" com potência de transmissão de 200W(RMS) ou 250W(RMS) ou 300W(RMS) ou 500W(RMS), controladas por botões, com sensor transdutor de sonar de popa.
9015.90.90	Ex 004 - Microprocessadores eletrônicos, sem dispositivos próprios de entrada e saída, constituídos por placas de circuitos eletrônicos projetados e fabricados especificamente para ferramentas de perfilagem e sistemas de aquisição de dados na exploração e produção de poços de petróleo e gás, a prova de impactos e alta vibração, contendo de 2 até 12 camadas, temperatura de trabalho de 25 até 175°C, fontes de alimentação de baixa voltagem de 3,3 até 28V, e de alta tensão de 900 até 3.000V, processamento de sinais já digitalizados através de FPGA (arranjo de portas programável em campo) e DSP (processador digital de sinal).
9016.00.10	Ex 002 - Instrumentos de pesagem não automáticos, de simples escala, classe de exatidão I, tipos analíticas semi-micro e micro, com princípio de funcionamento por compensação eletromagnética de carga, capacidades máximas de pesagens entre 2,1 e 220g, resolução entre 0,0000001g (0,0001mg) e 0,00001g (0,01mg), operados por meio de telas sensíveis ao toque (tipos - "touchscreen"), sensores para operação sem o uso das mãos, capela interna com altura ajustável e portas com abertura e fechamento automáticos, e ajuste de linearidade automática com pesos internos motorizados.
9018.11.00	Ex 002 - Eletrocardiógrafos com tela de LCD "touch screen" colorida de 5" 800 x 480 para visualização simultânea dos 12 traçados de ECG em tempo real e dos parâmetros de ajuste; Modo de operação: manual; automáticos, ritmo, selecionáveis; interface: interface de comunicação USB (2 portas); interface cartão SD; porta de rede ethernet RJ45; bateria interna recarregável de lítio com autonomia de 8,5 horas.
9018.12.90	Ex 017 - Aparelhos portáteis de varredura ultrassônica e escaneamento corporal com frequência de 2,5MHz para sondagem de composição corpórea com finalidade específica de mensurar percentual de gordura total e massa muscular, através dos índices de refração no músculo, gordura e osso com precisão milimétrica; dotados de uma sonda de ultrassom com "software" dedicado e interface via saída USB para transferência de dados, geração de imagens e relatórios completos no computador; dotados por maleta para armazenamento da sonda de ultrassom, fita métrica flexível de circunferência e gel de ultrassom.
9018.19.80	Ex 045 - Sistemas leitores de imagens obtidas em procedimentos cirúrgicos, dotados de cabeçote captador de imagens de ultra definição 4K em 1 bilhão de cores, autoclavável, selado em titânio, fonte de luz LED "xênon bright", console de gerenciamento de imagem e vídeo através de fibra óptica sobre IP com porta UHD 4K, monitor tela plana LCD de 32" com decodificador e luz de fundo, resolução de 3.840 x 2.160 pixels.
9018.19.80	Ex 046 - Monitores multiparamétrico com tela LCD colorida de 12,1" resolução 800 x 600 ou 15" resolução 1.024 x 768 ou 17" resolução 1.280 x 1.024 bateria com durabilidade de mínimo 5 horas com carregador interno, proteção IPX1, funções: ECG, respiração, SpO_2, frequência de pulso, temperatura, pressão não invasiva, pressão invasiva, débito cardíaco, gases anestésico, capnografia, BIS, respiração mecânica e ICG, possui módulos intercambiáveis pelo usuário com conexão "plug and play", possui modo DEMO protegido por senha, opcional de impressora térmica embutida, tela "touch screen" e módulo de transporte com tela LCD colorida de 5" "touch screen", tabela de tendência de 150 horas, interfaces: porta USB, VGA, conexão de rede, trava anti-furto, cartão PAM, trava de segurança do cabo de alimentação, porta de chamada de enfermeira/saída analógica/ sincronização com o desfibrilador, dissipador de calor.
9018.19.80	Ex 047 - Oxímetros de pulso com parâmetro saturação do sangue (SpO_2) e frequência de pulso (FP), Com "display" LCD matriz dot 128 x 64 com luz de fundo LED branca, apresentação numérica e forma de onda pletismográfica simultâneas e gráfico de barras; desligamento automático para economia de energia após 10 minutos de inatividade; capacidade de memória de dados de 300hs; alarme visual e sonoro com ajuste de tom; alimentação com 4 pilhas alcalinas padrão AA com autonomia de 48 horas ou bateia recarregável de Ni-MH com autonomia de no mínimo 30 horas e base carregadora 100/240V; proteção mínima de IPX2; possui gráfico e tabela de tendência de SpO_2 e FP; possibilidade de "software" para computador para transferência dos dados de medição, SpO_2: faixa de medida e alarme: 0 a 100%; resolução: 1% e exatidão: 70 a 100%: +/-2%.
9018.19.80	Ex 048 - Monitores multiparamétricos com tela de LCD colorida de 8,4"resolução 800 x 600 ou 10,4" resolução 800 x 600 ou 12,1" resolução 800 x 600 ou 15" resolução 1.024 x 768 bateria com durabilidade de mínimo 4 horas com carregador interno, proteção IPX1, funções: ECG, respiração, SpO_2, frequência de pulso, temperatura, pressão não invasiva, pressão invasiva, débito cardíaco, gases anestésicos e capnografia, com modo DEMO protegido por senha, opcional de impressora térmica embutida e tela "touch screen", tabela de tendência de 120 horas, interfaces: porta USB, VGA, cartão SD, conexão de rede, trava anti furto, trava de segurança para evitar a queda do cordão de força.
9018.50.90	Ex 033 - Facoemulsificadores com irrigação e aspiração, para cirurgias oftalmológicas.
9018.50.90	Ex 058 - Sistemas combinados para cirurgias oftalmológicas dos segmentos anterior e posterior do globo ocular com as seguintes funções, dentre outras: gerador de forças ultrassônicas com tecnologias "flash" e "Coolflash" para quebra, fragmentação e emulsificação de cataratas de todas as maturidades e durezas, com sistema operacional para configurações específicas; unidade de irrigação e aspiração com sistema de bomba híbrida, vitrectomia pneumática com até 12.000cpm (6.000ppm); com ou sem vitrectomia magnética, diatermia e endodiatermia de alta frequência (HF), 2 cilindros situados dentro do console para funções pneumáticas, dispensando necessidade de cilindros externos de gases, com fluxo de 50ml/min e vácuo de até 600mm Hg, alcançados de formas fixa, linear, exponencial ou logarítmica, dotados de console portátil (25kg) monitor frontal com tela "touchscreen" de 15", com retro iluminação LED, com ou sem carrinho com rodízios, com de haste de soro com controle de mudanças de alturas com o comando pelo console ou programável no pedal interruptor e pedal interruptor com funções programáveis e customizáveis.
9018.50.90	Ex 059 - Aparelhos a laser de femtossegundo especial para cirurgias oftalmológicas com características únicas e diferenciais, tais como: baixa energia por pulso com alta frequência de disparos e duração de pulso extremamente curta, a partir de 250fs (femtossegundos), permitindo o uso em tecidos do globo ocular de diversas densidade e durezas, (consistências e elasticidades), tornando-se, laser de transplante de córneas, cirurgia de ceratocone e adjuvante nas cirurgias refrativas de correção de graus e incisões as mais diversas em tratamentos córneo-refrativos, com comprimento de onda de 1.040nm (nanômetros), tornando seu trabalho extremamente preciso (deixa um fio de corte com espessura menor do que 2 micrômetros (2 micra) e extremamente limpo (plasma com menos liberação de bolhas de ar e moléculas de H_2O), dotados de cavidade de laser de alta potência de 3 e/ou 5W, monitor de visualização e programação intuitiva com tela de toque digital ("touch screen"), teclado, mouse, pedal interruptor.
9019.20.10	Ex 017 - Equipamentos para adição de umidade aquecida a gases respiratórios proveniente de fontes externas para administração neonatal/infantil, pediátrica e adulta, compostos de: sistema de cartucho de transferência de vapor para difusão de umidificação no gás respiratório até o aquecimento à temperatura prescrita; tubo de entrega de gás com triplo lúmen "revestido" e cânula nasal de ponta estreita para manutenção da temperatura com volume de água circulante de aproximadamente 400ml, incluindo o tubo de fornecimento e o cartucho e conexões de gás com ajustes DISS não intercambiáveis para oxigênio e ar médico.
9027.10.00	Ex 086 - Analisadores para monitoramento "on-line" de gases de processo com conceito modular utilizando a espectroscopia de absorção direta (DAS, "direct absorption spectroscopy") no infravermelho via TDL ("tunable diode laser", ou laser de diodo sintonizável), com conceito de caminho óptico dobrado, dotados de: 1 cabeçote que contém a unidade emissora (fonte de luz) e receptora (detector) em um único invólucro a prova de explosão (zona 1) em aço inoxidável 316L, acoplado a um dos seguintes tipos de sonda (interface do processo) com cristal retro-refletor na ponta: sonda "in-situ" (com purga, sem purga, sem purga com filtro, sem purga com filtro e "blowback") com caminho óptico de 20, 40 ou 80cm, sonda "wafer" (para tubulações de 2", 3", 4" ou DN 50, DN 80, DN 100), ou sonda extrativa (sem purga com caminho óptico de 20, 40, 80, 100 ou 1.000cm); com sonda operando em temperaturas de processo de até 600°C e pressão mínima de até 0,8bar (abs), com tecnologia ISM ("Intelligent Sensor Management") de diagnóstico inteligente do sensor para manutenção, com tecnologia "Spectra ID" (Spectra Identification) de identificação de picos de absorção, e certificação ATEX, FM, IECEx, e conformidade SIL 2.

9027.30.19	Ex 013 - Espectrômetros infravermelhos próximos (NIR) por transformada de "Fourier" com interferômetro tipo "RockSolid", com rolamento sem fricção, permanentemente alinhado, com divisor de feixe de substrato de quartzo, insensível a vibração e com alta estabilidade para análise de amostras sólidas ou pastosas em controle de qualidade ou garantia de qualidade, com sistema de dados integrado ao equipamento com monitor sensível ao toque ("touch screen") com "software" de controle em 10 idiomas; banco óptico controlado por microprocessador, controle de velocidade digital, seleção automática de ganho, background interno, verificação avançada de sistema; medições por reflexão em copos de amostras de 51 ou 97mm de diâmetro ou placas de petri.
9027.50.20	Ex 095 - Analisadores automáticos e computadorizados para medições turbidimetricas, 54 posições para amostras de soro, plasma, urina ou líquor, metodologia de fotometria em comprimentos de onda de 340, 380, 405, 450, 510, 540, 575, 600, 620, 660 e 700nm, carregamento contínuo, lâmpada de xênon, módulo de reação com capacidade de até 360 cubetas descartáveis, temperatura de reação de 37°C.
9027.80.20	Ex 046 - Máquinas automáticas para detecção de contaminação, por elementos petroquímicos, aromáticos e coloridos, em garrafas vazias de PET retornáveis, através de espectrômetro de massa, sensores ópticos de detecção de substâncias contaminàveis através da cor, capacidade máxima de 36.000vasilhames/h, com ou sem sistema de injeção de carbonato de cálcio, e sistema de rejeição de garrafas na entrada.

9027.80.99	Ex 178 - Equipamentos destinados ao gerenciamento de tubos de amostras (sangue ou urina), para automatização de laboratórios de análises clínicas nas etapas pré e pós-analíticas, para alta velocidade de triagem, dotado de: 1 módulo de identificação consistindo de leitor de código de barras e câmera para identificação dos tubos de amostras, 1 esteira de 2 pistas para movimentação dos tubos e dispositivos tipo "pick & place" entre as estações e os módulos de processamento com painel de controle com tela tipo "touch screen", 4 estações fixas para o carregamento e descarregamento de tubos de amostras, podendo ser configurado com até 4 módulos para o processamento das amostras, tais como módulo de abertura de tubos primários e/ou módulo de preparação de tubos secundários e/ou módulo de aliquotagem com capacidade para detectar a presença de coágulos na aspiração e dispensação da amostra para tubos secundários e posterior etiquetagem de tubos secundários (tubos de alíquotas) e/ou módulo de fechamento dos tubos primários e/ou secundários; com velocidade de aliquotagem compreendida entre 410 e 560tubos/h.
9027.80.99	Ex 187 - Equipamentos modulares destinados à automatização de diagnósticos clínicos laboratoriais, através do gerenciamento computadorizado dos dados coletados nos exames de tubos de amostras nas etapas pré e pós-analíticas, dotados de módulos de entrada e de saída com painel de controle; esteira de 2 pistas para movimentação dos tubos; identificador de tubos de amostras, equipado ou não com um ou mais módulos de separação, de centrifugação, de abertura (destampagem), de fechamento (selagem) para retampar tubos secundários, de retirada de lacres, de armazenamento e recuperação em soroteca refrigerada ou não, de conexões em diversos formatos.
9027.80.99	Ex 188 - Equipamentos modulares destinados à automatização de diagnósticos clínicos laboratoriais, através do gerenciamento computadorizado dos dados coletados nos exames de tubos de amostras nas etapas pré e pós-analíticas, dotados de módulos de entrada e de saída com painel de controle; esteira de 2 pistas para movimentação dos tubos; identificador de tubos de amostras; módulo de aliquotagem, equipado ou não com um ou mais módulos de separação; de centrifugação; de abertura (destampagem); de fechamento (selagem) para retampar tubos secundários; de retirada de lacres; de armazenamento e recuperação em soroteca refrigerada ou não; de conexões em diversos formatos.
9027.80.99	Ex 270 - Contadores "on-line" e contínuos de células vivas e/ou viáveis e partículas inertes, em águas farmacêuticas, por meio do princípio de detecção laser-fluorescência induzida de NADH (dinucléotido de nicotinamida e adenina reduzida) e riboflavina em micróbios, com limite de detecção biológica de uma célula de diâmetro máximo de 50 micrômetros, usando taxa de fluxo interna ao equipamento de 30 mililitros por minuto.
9027.80.99	Ex 271 - Analisadores potenciométricos com faixa de medição de +/-2.000mV, resolução de 0,1mV e polarização de 0 a 24mA.
9027.80.99	Ex 327 - Analisadores de imagens de partículas de 200nm a 5cm, com capacidade para analisar as formas, contar as partículas e medir o tamanho de grãos secos num intervalo de 7 a 5.000ìm, e de grãos molhados num intervalo de 1 a 3.000ìm, com tempo de medição variável de 2 a 10 minutos, por processo de dispersão mecânica e vácuo, com alimentador vibratório e câmera de alta resolução.
9030.33.90	Ex 014 - Equipamentos para realização de testes de funcionamento de módulo de proteção de circuito de bateria, com função de escrita de "firmware" e realização de testes de EEPROM, com capacidade para testar a funcionalidade de 20 ou mais circuitos de proteção, simultaneamente, em várias tensões de funcionamento aplicadas na placa controladora com precisão de +/-0,05% +1mV, de aferir o correto funcionamento dos principais componentes e de executar testes de inicialização com monitoramento de consumo de corrente com precisão de +/-0,1 +2mA.
9030.39.90	Ex 031 - Equipamentos simuladores de testes de níveis de tensão de fontes de alimentação de elevadores com "range" de 0 a 25Vdc, baterias com "range" de 0 a 13VDC, teste ôhmico com "range" igual ou superior a 0,2ohms e teste funcional das placas eletrônicas do elevador.
9030.39.90	Ex 032 - Equipamentos para confirmação da lacuna da vela de motor automotivo baseado em amostragem de pulsos elétricos com centelhamento dos eletrodos e análise do sinal com resultado estatístico, reconhecimento do tipo de peça através de RFID e capacidade para gravação do resultado do teste em memória de RFID, com saída para interligação com o sistema de controle da linha, tempo de ciclo de 25s para teste de 4 velas.
9030.39.90	Ex 033 - Equipamentos automáticos para testes de tensão aplicada, medição de descargas parciais e fator de potência em cabos de energia elétrica, tipo ressonante, com capacidade para 8 ciclos diários de trabalho na capacidade nominal com 30 minutos de operação por 1 hora de repouso, dispondo de transformador de excitação de 60kVA, transformador isolador a óleo com dupla blindagem eletrostática de 0,38kV/0,38kV e potência de 60kVA, regulador de tensão, contator e filtro de rede, reator variável HV potência 120kV/1.200kVA, dotados de: 2 reatores de 120kV/1.200kVA e nível de descargas parciais inferior a 2pC em 120kV, 1 detector de descargas parciais com discriminação de pulsos, 1 capacitor de injeção 120kV/60Hz, unidade de controle digital com interface para operação remota com registrador digital, carga básica capacitiva de 11,05nF/120kV a 1.990,4nF/40kV, sala de controle e cabine blindada.

9031.10.00	Ex 105 - Máquinas computadorizadas de balanceamento para conjuntos de rodas e pneus já montados, utilizadas para medição do desbalanceamento estático e dinâmico de rodas de aço ou alumínio com diâmetro de aro de 8 a 32 polegadas e largura máxima de aro de 20 polegadas, diâmetro máximo de pneus de 42" e peso máximo do conjunto roda/pneu montado de 70kg, precisão de medição de 1 e 5 gramas, rotação do eixo entre 0 e 200rpm, alimentação de 230VAC monofásico, eixo roscado de 40 x 225mm, equipadas com sistema vibratório contendo sensores piezelétricos com montagem mecânica que posiciona o conjunto roda/pneu dentro de um plano virtual de medição, fixação do aro da roda através de porca rápida, entrada de dados semiautomática através de braço medição de parâmetros (diâmetro da roda e seu posicionamento no eixo) para rodas com diâmetro de 8 a 25 polegadas e determinação automática do modo ideal de balanceamento por meio da medição semiautomática dos pontos de aplicação de contrapeso, modo de contrapesos escondidos, ciclo de medição do balanceamento com tempo de 4,5 segundos (para roda 195/65R15), inclui monitor 19 polegadas, capa de proteção: cones em 3 tamanhos (P/M/G) para centralização do aro; alicate para aplicação/remoção de contrapesos; peso para calibração; gabarito para medição manual da largura do aro; espaçador; copo, proteção de borracha e anel; 4 pinos e 4 protetores para armazenamento de acessórios junto ao gabinete.
9031.20.10	Ex 024 - Bancos de ensaio para realização de testes elétricos, testes de pressão, análise de ruídos e funcionamentos de componentes de motores automotivos, sem queima de combustível e sem utilização de refrigeração a água; acionados por conjunto de transmissão e motor elétrico de veículo automotivo híbrido com velocidade máxima de 4.000rpm; carenagens e portas com isolamento acústico com movimentação por cilindros pneumáticos; painel de operação, painel de controle CLP e gravador e leitor de RFID.
9031.20.10	Ex 025 - Bancos para teste de estanqueidade nos dutos de exaustão, admissão e câmaras de combustão do cabeçote de motor automotivo por pressão diferencial positiva, dotados de estrutura de roletes livres para alimentação manual; mesa móvel com dispositivo de vedação para as câmaras de combustão; acopladores específicos para vedação dos dutos de exaustão e admissão e sistema de combustível; 3 ou 4 medidores de fluxo de ar com precisão de +/-1% de fundo de escala no teste de pressão; pressão de teste de 100kpa para as câmaras de combustão, 100kpa para os dutos de exaustão e admissão, 60kpa para o sistema de combustível de baixa pressão e 600kPa para alta pressão; equipamento integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída, painel de operação e painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
9031.20.10	Ex 026 - Bancos para teste de estanqueidade das galerias de água, óleo e combustível de motor automotivo, por pressão diferencial positiva, dotados de acopladores para vedação dos dutos de exaustão, admissão, combustível e refrigeração do motor automotivo; 1 ou mais aparelhos de medição de fluxo de ar capazes de operar testes entre 2MPa a 800kPa; painel de operação e painel de comando CLP.
9031.49.90	Ex 370 - Equipamentos de medição de perfil de rodas ferroviárias, por meio de equipamentos de tecnologia óptica para medição de parâmetros de rodas (friso, cava, bandagem, diâmetro e alinhamento) e detecção de defeitos em rodas ferroviárias, podendo realizar leituras de rodeiros em movimento a uma velocidade entre 0 e 100km/h, dotados basicamente de leitores de "tags" para identificação automática de vagões, sensores de rodas, câmeras para captura de imagem das rodas, calibradores de referência, refletores de iluminação, unidades de "flash" de iluminação, módulo integrado de captura de vídeo, servidor para processamento de imagens utilizando algoritmo de visão computacional com alto grau de precisão, estrutura metálica de montagem ao lado da via e cabeamento de energia e dados.
9031.49.90	Ex 371 - Equipamentos de medição óptico multifuncional para peças de rotação simétrica de tamanho pequeno e médio, características mensuráveis: comprimentos, distâncias, medidas médias, ranhuras, batimento axial, diâmetro, batimento radial, ovalização, simetria, paralelismo, retilinidade, com capacidade de medição de distância com precisão de 3.5 + L/100[µm] e repetitividade <=2µm (4s), com capacidade de medição de diâmetro com precisão de 1.5 + L/100[im] e repetitividade de <=1.3µm (4s).
9031.49.90	Ex 372 - Equipamentos de medição ótica, dotados de câmera com resolução máxima de 1.280 x 1.024 pixels, com faixa de medição do eixo Z de 350, 750 ou 1.000mm e resolução compreendida de 0,01 a 0,0001mm.
9031.49.90	Ex 373 - Equipamentos semiautomáticos para controle de dioptria de lentes oftálmicas de prescrição, bifocais, progressivas ou convencionais, por meio de processo óptico sem contato com a superfície das lentes, dotados de: leitor de código de barras para identificação das lentes; dispositivo óptico "PPOS" para verificação do posicionamento das lentes; dispositivo de medição de espessura e mapeador para o controle das lentes "free form", faixa diâmetro (por medição de contorno): 18 a 82mm, potência máxima para eixo positivo: +12D, potência mínima para eixo negativo: -12D, cilindro: 0 a +4,00D, precisão, diâmetro 0,3mm, cilindro: 0,03D a 6,00D e 0,04D a 12,00D prisma: 0,03cm/m + 1°, medição de espessura sem contato:0,03mm, mapa de erros área coberta: 60mm de -12D a +5D e 40mm de +5D a +10D, capacidade: 75 pares de lentes/h.
9031.49.90	Ex 374 - Equipamentos computadorizados para inspeção visual de tampas de alumínio, por meio de câmera(s) interna(s), com até 4 linhas de inspeção, para detectar defeitos, contaminação, vazamentos e outras irregularidades, com dispositivo de rejeição de tampas defeituosas.
9031.80.12	Ex 027 - Equipamentos de medição óptico para peças onduladas simétricas rotativamente, para medição de comprimento, diâmetros, batimentos, elementos geométricos, bem como forma e posições, capacidade de dimensão de diâmetro mínimo de 0,2mm e máximo 80mm, resolução de diâmetro e comprimento de 0,1ìm e rotação de 0,0005°, precisão de diâmetro de (1,5 + D [mm] /200)µm e precisão de comprimento de (4 + C[mm] /200)µm, com tolerância máxima permitida da medição do comprimento de acordo com a norma DIN EN ISO 10360/VDI/VDE 2617, repetitividade com limite típico em 25 medições repetidas em superfícies polidas da peça de diâmetro com 0,5µm e comprimentos de 3µm.
9031.80.20	Ex 175 - Máquinas para a medição tridimensional, com comando CNC, curso no eixo X de 1.000mm, curso no eixo Y de 1.200mm, curso no eixo Z de 800mm, máxima indicação permitida de erro 3,2ìm (micrometros), dotadas de CPU, monitor, unidade de operação remota.
9031.80.20	Ex 176 - Máquinas de medição tridimensional tipo portal e mesa fixa, motorizadas e programáveis (CNC), com acionamento apenas elétrico e volume de medição X=500mm, Y=500mm, Z=500mm, com cabeçotes fixos de medição tátil; o cabeçote de medição tátil realiza medições por pontos ou "scanning" suportando apalpadores com comprimento axial de 30 a 150mm e radial até 65mm sem necessitar de diferentes módulos de força; escalas medição vidro cerâmica, e resolução de 0,2µm; possui 1 magazine para troca automática da configuração de apalpadores.

9031.80.20	Ex 177 - Máquinas de medição tridimensional tipo portal fixo motorizada e programável (CNC), com volume de medição X=300mm, Y=200mm, Z=200mm, ou X=500mm, Y=400mm, Z=300mm, ou X=800mm, Y=600mm, Z=300mm, com cabeçotes fixos de medição tátil e ótico, com opção de um terceiro cabeçote de medição de luz branca confocal; o cabeçote de medição tátil realiza medições por pontos ou "scanning" suportando apalpadores com comprimento axial de 30 a 150mm e radial até 65mm, o cabeçote de medição ótico para processamento de imagem e focagem automática, com zoom de 12 vezes apresentando um anel (externo) de luzes com 8 segmentos com luzes azuis e vermelhas, um anel de luzes (interno) com 8 segmentos com luzes azuis e vermelhas e luz coaxial azul e vermelha; com escalas óticas, com sistema de luz refletida e resolução de 0,2µm; possui um magazine para troca automática da configuração de apalpadores.
9031.80.20	Ex 178 - Máquinas de medição vertical de engrenagens, dentes, flancos, superfícies cilíndricas dos eixos e ferramentas de corte de produção, com comando numérico computadorizado (CNC), 3 eixos lineares e 1 eixo circular, sapatas de nivelamento com amortecimento de vibração, dotadas de apalpador eletrônico para verificação da rugosidade dos flancos, magazine de apalpador, capacidade para engrenagens com peso máximo de 300kg, ângulo da linha de flancos de entre 0 a 90°, diâmetro de inspeção das engrenagens de até 400mm, curso de medição no eixo X de +/-115mm, eixo Y de 200mm e no eixo Z de 550mm.
9031.80.99	Ex 632 - Perfilômetros com capacidade de medição bidirecional automática, "software" para medição de rugosidade e forma, com range de medição para eixo X de 325 até 425mm e para eixo Y de 325 até 425mm e filtro "cut-off" 0,08; 0,25; 0,8; 2,5; 8,0mm e automático, com PC dedicado e com "software" dedicado para análise de dados.
9031.80.99	Ex 654 - Sensores de medição próprios para parafusadeiras estacionárias, utilizados para determinar o torque, ângulo de giro, o gradiente (relação torque/ângulo) e transmitir os dados digitalmente para o painel de comando, com precisão de torque +/-0,5% do valor nominal, precisão do sinal angular de 0,25°, temperatura ambiente permitida compreendida de 0 a 55°C, tipo de proteção IP54, rotação máxima entre 2.500 e 3.000 (1/min) e peso compreendido entre 0,55 e 3,8kg.
9031.80.99	Ex 668 - Equipamentos de medição por sensor capacitivo do porcentual de teor de água (umidade) no produto fabricado pela indústria de papel e celulose (o papel), o "software" de gerenciamento pode controlar de 1 ou até 8 sensores para um mesmo sistema, com os devidos cabos, painel de controle e suporte para montagem.
9031.80.99	Ex 759 - Equipamentos para medição do conteúdo de água na seção de formação em máquina de papel ou celulose, pelo princípio de medição por microondas, comunicação em 4 - 20mA ou Ethernet, dotados de: sensores para medição, caixas de conexão.
9031.80.99	Ex 880 - Combinações de máquinas sequenciais e sincronizadas para inspecionar pneu cru de 13 a 18 polegadas, compostas de: unidade automática de retirada transferência manipulação e pesagem do pneu cru com precisão de 1 grama; unidade automática de etiquetagem de código de barras com sistema aplicador a vácuo da etiqueta; unidade de armazenamento de ar comprimido e geração e armazenamento de vácuo; unidade automática de estampagem de código de lote de produção com tinta com detector RFID; painel de operação com sinais de comando e controle; com interface Homem-Máquina.
9031.80.99	Ex 882 - Equipamentos para medições de rugosidade e perfil em uma mesma unidade de avanço, com curso de medição no eixo X de 0,1 a 130mm, faixa de medição no eixo Z de 10mm, resolução de 2nm, velocidade de medição compreendida de 0,1 a 5mm/s, velocidade de posicionamento compreendida de 0,1 a 30mm/s, força de medição compreendida de 1 a 30mN, dotados de pontas aprisionadas com contato magnético.
9031.80.99	Ex 883 - Aparelhos para medição do perfil do retentor traseiro por atuador rotativo elétrico com tempo de ciclo automático de 10 segundos ou menos, capacidade de torque de 0,25 a 2Nm e medidor de perfil a laser 2D com capacidade de medição de 100 +/-12mm no sentido de altura e 22mm ou mais no sentido de largura, resolução de medição de 0,025mm no sentido de altura e 0,035mm no sentido de largura, equipamento integrado ao sistema de informação da linha de produção capaz de emitir sinal de saída, bloqueador de peça em caso de anormalidade no processo, painel de controle com CLP (controlador lógico programável).
9031.80.99	Ex 885 - Estações de visão para inspeção dos roletes dos comandos de válvulas de motor automotivo, por meio da análise de imagens por 2 ou mais câmeras de resolução igual ou superior a 0,3MP e capacidade para imagens coloridas com controlador de processamento e iluminação direta; dispostas em pórtico fixo com disparo por barreira óptica com indicação do resultado do julgamento por monitor; com sinal para conexão com o sistema de informação de controle da linha de produção, painel de operação e controlador lógico programável.
9031.80.99	Ex 886 - Sistemas de monitoramento de poço, compatíveis com operação de bomba centrífuga submersa (BCS), responsáveis pela aquisição de dados de temperatura e pressão de reservatório medidos em referência ao padrão internacional classe S2, resistentes a condições hostis de choque, vibração, temperatura e pressão, dotados de sensor de aquisição de dados de temperatura e pressão, mandril de suporte do sensor e equipamento de superfície para análise e armazenamento dos dados obtidos, resolução de pressão de 0,0001psi e temperatura de 0,00006°C, sem interferência em sua medição e precisão devido a operação com BCSs, precisão de 0,015% de pressão e de 0,15°C de temperatura.
9031.80.99	Ex 887 - Máquinas para inspeção eletrônica, por meio de raio laser, para verificar o perfeito fechamento de tampas "Twist off" em garrafas ou frascos, com capacidade de inspeção de no máximo 20.000garrafas ou frascos/h, com potência absorvida de 200W e frequência de 50/60Hz.
9031.80.99	Ex 888 - Máquinas de inspeção eletrônica linear do bico de defeitos ou resíduos no fundo e/ou parede de garrafas ou frascos de vidro ou PET vazios, por meio de câmeras de visão artificial, controlados por 1 computador (CN), com capacidade de inspeção de no máximo 40.000garrafas/h, com sistema de expulsão de garrafas ou frascos defeituosos, com potência absorvida de 1.100W.
9031.80.99	Ex 889 - Máquinas para inspeção eletrônica da etiquetagem em garrafas ou frascos, diretamente na etiquetadora, por meio de câmeras de visão artificial e iluminadores, com capacidade de inspeção máxima de 30.000garrafas/h, com sistema de expulsão de garrafas ou frascos defeituosos, com potência absorvida de 300W.

Art. 2º Os Ex-tarifários nº 034 da NCM 8419.89.19, nº 001 da NCM 8426.19.00 e nº 004 da NCM 8701.95.90, constantes da Resolução nº 90, de 13 de dezembro de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar, respectivamente, com as seguintes alterações:

8419.39.00	Ex 118 - Combinações de máquinas para secagem de parte ativa de transformadores de potência de isolação em óleo e isolação com base celulósica, tipo "Vapour Phase", compostas de: evaporador externo de querosene metálico e cilíndrico tipo torre para vaporização de querosene com serpentina tubular interna; autoclave em aço carbono para vácuo até 0,01mbar com respectivos componentes como flanges, vedações, acessos e porta com abertura e fechamento através de sistema hidráulico; unidades de aquecimento com capacidade para gerar temperaturas até 150°C com conjunto de bombas de vácuo com suas respectivas válvulas, recipientes, tanques de separação, ventis e sensores; bombas de vácuo auxiliares e bomba de vácuo de fuso tipo "Roots" específicas dimensionadas para uma capacidade de sucção a garantir um vácuo final de 0,01mbar; sensores específicos de ponto de orvalho para medição da secagem; sistema de monitoramento informatizado e CLP específico para controle e monitoramento.

8426.19.00	Ex 001 - Pórticos aéreos para movimentação de peças entre operações, alimentar e desalimentar peças, com 2 ou mais eixos, com velocidade horizontal máxima de 180m/min e velocidade vertical máxima de 150m/min, controlados por comando CNC.

8701.95.90	Ex 004 - Tratores florestais articulados sobre rodas para baldeio de toras de madeira em plataforma de carga, com capacidade de carga igual ou superior a 10t, com tração 4 x 4 ou superior, com grua de alcance máximo igual ou superior a 7,6m e garra hidráulica para carregamento, com potência bruta do motor acima de 180HP, denominado tecnicamente "Forwarder".

Art. 3º O Ex-tarifário nº 179 da NCM 8443.39.10, constante da Resolução nº 81, de 17 de outubro de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, passa a vigorar com a seguinte alteração:

8443.39.10	Ex 179 - Máquinas impressoras digitais de produção, por jato de tinta "inkjet", 4 cores (CMYK), bobina a bobina, para a impressão de rótulos e etiquetas, com resoluções de 1.600 x 1.600dpi e/ou bil 800 x 1.600dpi, velocidade máxima de impressão de 18m/min e mínima de 9m/min, largura máxima igual ou superior a 240mm.

Art. 4º Os Ex-tarifários nºs 010 e 011 da NCM 8450.90.10, constantes da Resolução nº 51, de 5 de maio de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar, respectivamente, com as seguintes alterações:

8450.90.10	Ex 010 - Módulos eletrônicos de controle e de interface para usuário, para máquinas de lavar roupas automáticas com carregamento frontal ("Front Load") e capacidade superior a 10kg, alimentados com tensões de 127 ou 220VAC, com programas/rotinas dedicadas e pré-definidas, próprias para o controle digitai das funções de lavagem, enxágue, centrifugação e temperatura, apresentados em corpo único e dotados de invólucro plástico com tampa, placa de controle protegida por resina de poliuretano flexível e isolante, circuito eletrônico baseado em microcontrolador dedicado e memória EEPROM para controle e monitoramento de todas as funções da máquina de lavar roupas, incluindo o controle do motor com tecnologia "Direct Drive" que recebe comandos através de "driver" dedicado.

8450.90.10	Ex 011 - Painéis Integrados de controle e comando de funções para usuários, para uso em máquinas de lavar roupas automáticas com carregamento frontal ("Front Load') e capacidade superior a 10kg, montados em carcaças plásticas seladas com resina de poliuretano flexível e isolante, compostos por: botões de acionamento, chave seletora rotativa, indicador sonoro, indicadores de LED, "display" de tecnologia LCD ou LED e circuito eletrônico baseado em microcontrolador de 8-bit ou 16-bit ou 32bit e memória RAM interna acima de 2kB, podendo conter suportes plásticos e/ou borracha, etiquetas, cabos de conexão e teclado sensível ao toque.

Art. 5º Os Ex-tarifários nºs 033 e 034 da NCM 8421.99.99, nº 731 da NCM 8422.40.90, nº 255 da NCM 8443.39.10, nº 328 da NCM 8457.10.00, nº 174 da NCM 8458.11.99, nº 085 da NCM 8474.10.00, nº 023 da NCM 8479.40.00, n° 025 da NCM 8479.89.99, constantes da Resolução n° 15, de 1º de março de 2018, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar, respectivamente, com as seguintes alterações:

8421.99.99	Ex 033 - Membranas de elastômero "thermoset" ou termoplástico de dimensões entre 3.300 x 2.300mm e 3.500 x 2.500mm para placas de polipropileno de dimensões de 3.500 x 2.590mm a serem aplicadas em filtros tipo prensa com pressão máxima de operação de 12bar.

8421.99.99	Ex 034 - Mantas filtrantes de polipropileno e/ou poliamida para filtro tipo prensa, com dimensões de 3.880 x 2.420mm com tolerância de mais ou menos 120mm, espessura entre 0,6 e 1,3mm, resistência à tração entre 78 e 185N/mm (urdidura) e entre 39 e 125N/mm (trama) e permeabilidade do ar entre 0,2 e 2,5m^3/m^2min (200PA).

8422.40.90	Ex 731 - Máquinas para arqueação de carga, com fitas de arquear de largura máxima igual ou inferior a 9mm, tensão máxima de arqueação igual ou inferior a 350N, velocidade máxima de operação igual ou inferior a 65 arqueações por minuto, com ou sem dispositivo de prensagem, capazes de arquear volumes com dimensões máximas iguais ou inferiores a 1.650mm de largura e 500mm de altura.

8443.39.10	Ex 255 - Máquinas de impressão digital de 1 ou mais cores que trabalham com injeção de tintas cerâmicas, sais solúveis, pigmentos sólidos, esmaltes, tintas uvi ou efeitos, para decoração de revestimentos e/ou louças cerâmicas, com capacidade para serem integradas em uma linha de produção contínua de passagem única (single pass).

8457.10.00	Ex 328 - Centros de torneamento horizontal com comando numérico computadorizado (CNC), tela "touch screen" de 19", para tornear, furar, fresar e rosquear, com cursos máximos de torneamento dos eixos X, Y e Z de 615, 260 e 2.563mm respectivamente, eixo B com inclinação de -30 a 210° e 360° no eixo C, ambos com incremento mínimo de posicionamento de 0,0001°, interpolação simultânea de 5 eixos (X, Y, Z, B e C), magazine com capacidade de 36 ferramentas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8458.11.99	Ex 174 - Centros de torneamento horizontais para peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), para tornear, furar, fresar e rosquear (inclusive fora de centro), dotados de cabeçote superior e torre inferior com 9 ferramentas, sendo 6 posições com ferramentas rotativas, com capacidade para diâmetro máximo torneável de 658mm no cabeçote superior e 420mm na torre inferior, comprimento máximo torneável de 1.519mm, cursos dos eixos X, Y e Z iguais a 615, 260 e 1.585mm, respectivamente, eixo B com inscrição de 240° (-30° + 210°), eixo C com inclinação de 360° e precisão de posicionamento de 0,0001°, rotação máxima do fuso principal igual a 4.000rpm, com sistema de troca automática de ferramentas, magazine com capacidade de 36 ou mais ferramentas, com ferramentas rotativas, potência dos motores principal e secundário igual ou superior a 22kW, potência do motor de acionamento das ferramentas igual ou superior a 15kW, e potência do motor da torre inferior com ferramentas acionada de 3,7kW.

8474.10.00	Ex 085 - Combinação de máquinas para reciclagem da areia utilizada na fabricação de machos de areia para a fundição de partes de motores para veículos automotivos com capacidade de produção máxima igual a 330 kg por hora, composta de: 5 Bombas de criação de vácuo para transporte de areia com motor de 1,5 kW de potência; forno de aquecimento de areia por resistência elétrica com potencia máxima de 96 kW; resfriador de areia; máquina para polimento rotativo dos grãos de areia com velocidade de rotação de 2200 rpm; 2 máquinas para classificação e separação de grãos de areia de grãos de sílica por sucção com vazão de ar de 5 metros cúbicos por minuto; sistema para adição de areia nova no processo; coletor de poeira com capacidade de vazão de ar igual de 46 litros por minuto; sistema de transferência de areia para as máquinas de fabricação de machos de areia com pressão de trabalho maior ou igual a 0,4 Mpa; com ou sem peneira vibratória; painéis elétricos.

8479.40.00	Ex 023 - Máquinas reunidoras de elementos ópticos, para construção de cabos ópticos, com controle de passo digital, tensão 380V, frequência: 60Hz, trifásico, velocidade nominal de 60m/min, para 6 elementos de diâmetros 2mm, cada, ou 12 elementos de diâmetros 3,6mm, cada, com velocidade rotacional máxima de 400rpm.

8479.89.99	Ex 025 - Combinações de máquinas para montagem de baterias UPS de baixa amperagem de 4 a 14Ah, com capacidade produtiva de 4,5baterias/min, compostas de: estação de inserção de grupos de placas, com moldes e gabaritos de solda, contendo sistema de alinhamento de terminais, sistema de retirada automática de moldes e unidade de tombamento de cestas de solda; máquina automática para colocação das tampas nas baterias; unidade de soldagem das tampas a frio, com aplicação de resina; esteira transportadora; estação para colocação e solda automática dos terminais; aplicador de resina epóxi nos terminais; forno para secagem da resina dos terminais; máquina de teste de vazamento com ar comprimido; máquina de selagem dupla para baterias tipo VRLA, com ou sem unidade para enchimento automático de acído, e com painel de controle.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê Executivo de Gestão
Interina

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU de 28-3-2018, Seção 1, páginas 26 a 37, com incorreção.

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera a lista de autopeças constante dos Anexos I e II da Resolução CAMEX nº 116, de 18 de dezembro de 2014.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 2º, inciso XIV, e 5º, § 4º, inciso II, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e tendo em vista a deliberação de sua 154ª reunião, ocorrida em 22 de março de 2018, e o disposto no Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, no Decreto nº 8.278, de 27 de junho de 2014, e no Decreto nº 8.797, de 30 de junho de 2016, e a Resolução nº 61, de 23 de junho de 2015, da Câmara de Comércio Exterior, resolve, **ad referendum** do Conselho de Ministros:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 18 de dezembro de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, os seguintes ex-tarifários de autopeças:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
3917.33.00	Outros, não reforçados com outras matérias, nem associados de outra forma com outras matérias, com acessórios	16%
	Ex 001 - Conjunto linha de pressão para condução de ar comprimido, fixado por meio de conexões de engate rápido na bomba de ar secundária e na válvula de ar secundária, deve resistir a pressões mínimas de 3 bar, com temperatura de trabalho entre -40°C e +150°C, controle de pressão realizado por meio de sensor montado no conjunto, alongamento máximo de 60% após um envelhecimento de 500 horas a 150°C, deve atender aos requisitos de monitoramento de emissões on-board OBD-2 das normas americanas (ULEV/ SULEV).	2%
7009.10.00	Espelhos retrovisores para veículos	14%
	Ex 003 - Módulo de detecção de ponto cego BSD - "blind spot detection" que mede a velocidade e distância de veículos próximos, através de sensores de ondas magnéticas instalados nas extremidades traseira do veículo, e emite alarmes visuais e auditivos ao condutor, via protocolo de comunicação CAN.	2%
	Ex 004 - Lente de vidro cromatizada com tecnologia SMD "surface-mount device", para indicação de ponto cego em veículos automotores.	2%
7315.19.00	Partes	14%
	Ex 001 - Elo externo fabricado em aço normatizado, com propriedades mecânicas de alta resistência a abrasão e tração obtidas por processos especiais de tratamento térmico e superficial, conferindo níveis de dureza de 50 a 55 HRc, rugosidades abaixo de 1,0 Rz e controle dimensional rigoroso de planicidade menor que 30µm, utilizado na montagem de correntes de comando e sincronismo dos motores de combustão interna.	2%
	Ex 002 - Elo interno fabricado em aço normatizado, com propriedades mecânicas de alta resistência a abrasão e tração obtidas por processos especiais de tratamento térmico e superficial, conferindo níveis de dureza de 50 a 55 HRc e rugosidades abaixo de 1,0 Rz, utilizados na montagem de correntes de comando e sincronismo dos motores de combustão interna.	2%
	Ex 003 - Pino fabricado em aço normatizado com propriedades mecânicas de alta resistência a abrasão e cisalhamento, obtidas por processos especiais de tratamento térmico, atingindo durezas acima de 2200 HV, tratamento superficial com polimento especial conferindo rugosidades inferiores a 0,5 Rz, circularidade e retilinidade menor que 7µm, utilizados na montagem de correntes de comando e sincronismo dos motores de combustão interna.	2%
7318.21.00	Arruelas (Anilhas*) de pressão e outras arruelas (anilhas*) de segurança	16%
	Ex 001 - Massa sísmica de superfície lisa com campos vivos negativos, isento de bolhas, com rugosidade Rz20, de planicidade decimal e paralelismo centesimal, utilizada em sensores de detonação para controle da frequência de ressonância, com acabamento superficial capaz de resistir a névoa salina.	2%
7318.29.00	Outros	16%
	Ex 007 - Barra de torção aplicada em caixa de direção eletricamente assistida (eps), confeccionada em liga de aço SAE J 404 - 5160, com 7 mm de diâmetro e 103 mm de comprimento	2%
	Ex 008 - Bucha metálica para atuador de engate, feito de aço 11SMnPb30+C classe 3, com diâmetro externo entre 26,967 mm e 27,000 mm, diâmetro interno entre 20,000 mm e 20,052 mm, altura entre 32,4 mm e 35,0 mm, rugosidade interna de Ra 0,4, rugosidade externa menor que Ra 0,4, temperatura de trabalho de -30°C a +120°C, aplicado de sistemas automatizados de troca de marcha para veículos automotores.	2%
	Ex 009 - Tampão metálico composto por um corpo e uma esfera pré-montados, com diâmetro máximo no corpo entre 5,95 mm e 6,00 mm, altura máxima do subconjunto entre 8,25 mm e 8,85 mm, com temperatura de trabalho entre -30°C e 120°C, dureza da esfera maior do que 63 HRC, e pressão máxima de trabalho de 100 bar, utilizado para vedação de circuitos hidráulicos de alta pressão de sistemas automatizados de troca de marcha.	2%
7609.00.00	Acessórios para tubos (por exemplo, uniões, cotovelos, luvas (mangas*)), de alumínio.	14%
	Ex 001 - Corpo de alumínio com núcleo de válvula integrado para preenchimento de gás refrigerante R134a ou HFO1234yf com pressão de trabalho entre 0 a 35 bar, torque de instalação: 0,7 a 2,2Nm, para temperatura de trabalho de -25 a 150°C, para circuitos automotivos de ar condicionado.	2%
8409.91.14	Válvulas de admissão ou de escape	16%
	Ex 001 - Válvula de escape de gases de combustão aplicável a temperaturas em que os gases de escape encontram-se na faixa de 795°C a 850°C e pressões de trabalho de 110 a 130 bar, com haste preenchida com sódio para troca de calor, para redução da temperatura interna em gradiente que varia de 90°C a 120°C, destinada a motores de combustão interna com ignição por centelha (ciclo Otto) de veículos automotores turbo alimentados.	2%
8409.91.90	Outras	16%
	Ex 034 - Corpo do injetor de combustível, com diâmetro máximo entre 9,8 mm e 10,0 mm, comprimento nominal de 46,2 mm, espessura final mínima de 0,2mm, com massa entre 3,3 g e 3,7 g, feito com o material X6Cr17 UNI-EN 10088-2/ AISI 430 com teor de C de 0,034%, teor de Mn 0,30%, teor de Si 0,33%, teor de P 0,027%, teor de S 0,003% e teor de Cr 17,03%, com dureza entre 74 e 75 HRB, e fabricado pelo processo de estampagem profunda, utilizado em injetores de combustível de motores de combustão interna, para aplicação automotiva.	2%
	Ex 035 - Flap plástico sobreinjetado, curvado, cor preta, com comprimento máximo entre 78,8 mm e 80,0 mm e largura máxima entre 46,5 mm e 46,9 mm, com corpo interno plástico de PPA com 35% de fibra de vidro e borracha sobreinjetada de elastômero fluoretado FKM, com temperatura de trabalho entre -40 °C e 140 °C, utilizado em coletores de admissão com sistema de variação do fluxo ar, aplicado em motores de combustão interna tipo Otto.	2%
	Ex 036 - Distribuidor de combustível para linha de alta pressão de até 250bar, sendo 100bar em 750rpm e 250bar em 6.000rpm, composto por tubo de aço inox sem costura, processo de solda em cobre, Injetor de combustível de alta pressão de até 250bar, sendo 100bar em 750rpm e 250bar em 6.000rpm, para sistema de injeção direta de motores bicombustíveis, composto por eletroválvula para uma tensão entre 12 V e 90 V e corrente de até 10A, montado no cabeçote de motor a gasolina e/ou bicombustíveis , 1,5 Litros, com até 1.496 cm^3 de cilindradas, com teste de estanqueidade garantido por teste de gás hélio em 100% das peças.	2%
	Ex 037 - Distribuidor de combustível para linha de alta pressão de até 40 MPa, para motores bicombustíveis com injeção direta, com garantia de estanqueidade com gás hélio de até 1.0 MPa e pressão de estouro de até 41 MPa com pressão de óleo.	2%
8409.99.99	Outras	16%
	Ex 016 - Placa das engrenagens de distribuição em aço com juntas de vedação em borracha de silicone unidas por vulcanização, para motores de ignição por compressão de 6 cilindros, para caminhões e ônibus.	2%
8413.30.10	Para gasolina ou álcool	18%

	Ex 002 - Bomba de alta pressão, com pressurização mecânica de combustível de até 20 MPa, em rotação de 7000 rpm, para acoplamento direto na tampa do cabeçote em motores bicombustíveis com injeção direta.	2%
	Ex 003 - Módulo de pressurização de combustível flex (álcool e/ou gasolina) do sistema de alimentação do motor 2.0 com injeção combinada direta e indireta (Motor D-4S), composto por cânister integrado de carvão ativado para gases de combustível, elemento filtrante de combustível, válvula de alívio de pressão, medidor de nível	2%
	de combustível com boia e bomba elétrica sem escovas (brushless) com especificação de vazão variável sendo a vazão máxima superior a 202L/h e pressão de até 530kPa.	
8413.30.30	Para óleo lubrificante	18%
	Ex 003 - Bomba hidráulica de engrenamento interno, de baixo ruído, com paletas de controle de fluxo de óleo variável, pressão de saída: 5 +0,6 bar e com os seguintes dados de performance: 1000 rpm (motor)/pressão de saída: 1,49 bar/Vazão mínima: 5,57 l/min/torque absorvido: 0,35 Nm. 5000rpm (motor)/ pressão de saída: 4,83 bar/Vazão	2%
	mínima: 23,62 l/min/torque absorvido: 1,4 Nm.	
8413.91.90	Outras	14%
	Ex 013 - Escova de carbono do contato do motor elétrico da bomba de combustível automotivo, com 3 componentes: escova pino de carbono, terminal elétrico da bomba e o pino metálico.	2%
8414.80.90	Outros	14%
	Ex 020 - Bomba elétrica de ar comprimido para fornecimento preciso de ar ao sistema de exaustão, comandada eletronicamente pela ECU do motor, com vazão controlada entre 20 kg/h e 60 kg/h, com ponto de controle em 100% das peças com vazão >=40kg/h e corrente <=43A, com tempo de resposta de até 0,5s para 90% da vazão máxima, o ruído não deve exceder 75dB(A) em 1/3 de oitava entre 315Hz e 20kHz, deve atender aos requisitos de monitoramento de emissões on-board OBD-2 das normas americanas (ULEV/ SULEV).	2%
8415.90.90	Outras	14BK
	Ex 011 - Cabo de controle de tração dupla, com comando rotativo para acionamento e controle de abertura e fechamento dos mecanismos direcionadores de ar na "unidade de aquecimento, ventilação e condicionamento do ar automotivo" (HVAC).	2%
	Ex 012 - Sensor de luminosidade da unidade de refrigeração (ar condicionado) dotado de tecnologia eletrônica do tipo Fotodiodo Solar utilizado internamente de um housing de material PBT, com lente em PC de veículos automóveis.	2%
8418.99.00	Outras	14BK
	Ex 004 - Placa coletora condensador alumínio, com espessura de 1,2mm a 2,0mm, revestida com uma ou duas camadas de Clad, utilizada para fabricação de condensadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 005 - Placa coletora evaporador alumínio, com espessura de 1,2mm a 1,5mm, revestida com uma ou duas camadas de Clad, utilizada para fabricação de evaporadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 006 - Placa evaporador alumínio, com espessura de 1,2mm a 1,5mm, revestida com uma ou duas camadas de Clad, utilizada para fabricação de evaporadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 007 - Placa lateral condensador alumínio, com espessura de 1,2mm a 2,0mm, revestida com uma ou duas camadas de Clad, utilizada para fabricação de condensadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 008 - Placa lateral evaporador alumínio, com espessura de 1,2mm a 1,5mm, revestida com uma ou duas camadas de Clad, utilizada para fabricação de evaporadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 009 - Separador condensador alumínio, com espessura de 1,2mm a 2,0mm, revestido com uma ou duas camadas de Clad, utilizados para fabricação de condensadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 010 - Separador evaporador alumínio, com espessura de 1,2mm a 1,5mm, revestido com uma ou duas camadas de Clad, utilizados para fabricação de evaporadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 011 - Tampa condensador alumínio, com espessura de 1,2mm a 2,0mm, revestida com uma ou duas camadas de Clad, utilizada para fabricação de condensadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 012 - Tampa evaporador alumínio, com espessura de 1,2mm a 1,5mm, revestida com uma ou duas camadas de Clad, utilizados para fabricação de evaporadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 013 - Tanque coletor condensador alumínio, com espessura de 1,2mm a 2,0mm, revestido com uma ou duas camadas de Clad, utilizado para fabricação de condensadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
	Ex 014 - Tanque coletor evaporador alumínio, com espessura de 1,2mm a 1,5mm, revestido com uma ou duas camadas de Clad, utilizado para fabricação de evaporadores do sistema de ar condicionado automotivo.	2%
8421.29.90	Outros	14BK
	Ex 123 - Tubo de calibração e filtragem de partículas maiores que 35im, para injetor de combustível veicular, em aço inoxidável UNS30500 austenítico, com tratamento em cromo duro com características de estampagem profunda, contendo ou não acessórios.	2%
8421.99.10	De aparelhos para filtrar ou depurar gases, da subposição 8421.39	14BK
	Ex 004 - Manta termo resistente de duas camadas constituída por uma parte intumescente e outra não intumescente utilizada para gerar estabilidade, selagem e proteção do monolito filtrante em sistemas de exaustão, conversores catalíticos, fazendo a cobertura de monolitos classificados até como ultra-thin wall em uma temperatura de até 950°C,	2%
	utilizados em veículos comercias leves.	
8481.10.00	Válvulas redutoras de pressão	14BK
	Ex 015 - Válvulas reguladoras, limitadoras de pressão, proporcionais para transmissão de óleo hidráulica, pré-operadas, sem "feedback" elétrico de posição, com pressão máxima de operação de 350bar e vazão máxima de 400litros/minuto.	2%
	Ex 016 - Válvula duas vias controladora de pressão com conexão do tanque de combustível para o cânister, com acionamento quando o fluxo for de 40ml/min. e pressão +5,07 +-0,53 kPa.	2%
8481.20.90	Outras	14BK
	Ex 042 - Válvulas seletoras para sistema hidráulico, para pressão máxima de trabalho igual ou superior a 6.900kPa.	2%
	Ex 043 - Válvulas direcionais proporcionais, para transmissão "óleo-hidráulica", diretamente operadas, sem "feedback" elétrico de posição, pressão máxima de operação inferior ou igual a 315 bar e vazão máxima inferior ou igual a 75 litros/minutos.	2%
8481.30.00	Válvulas de retenção	14BK
	Ex 013 - Núcleo de válvula para preenchimento de gás refrigerante R134a ou HFO1234yf, com pressão de trabalho entre 0 a 35 bar, torque de instalação: 0,7 a 2,2 Nm, temperatura de trabalho entre 20 a 220°F para circuitos automotivos de ar condicionado.	2%
8481.80.92	Válvulas solenoides	14BK
	Ex 015 - Válvula solenoide de recirculação de gases do escapamento para o sistema de admissão de motores do tipo ignição por compressão (Ciclo Diesel), do tipo EGR e com corpo externo de metal e plástico	2%
	Ex 016 - Válvula solenoide normalmente aberta para gerenciamento da eficiência térmica e rápido aquecimento da transmissão automática, bloqueio da vazão de fluido de arrefecimento para o trocador de calor do aquecedor do ambiente interno durante a fase quente do agregado, controle do fluxo para o radiador de óleo da transmissão automática,	
	bloqueio do fluxo de água quente do cabeçote e controle do fluxo de água fria proveniente do radiador principal, tensão nominal: de 9 a 16 V; corrente nominal (20ºC/-40°C): 0.63 / 0.83 A; resistência (20°C /-40°C): 25.2+1.5?/19.3+1.5?; indutividade a 100Hz, 1Vss ON/OFF: 347mH; Velocidade de acionamento a 12V e 20°C = 26ms; Temperatura de	
	trabalho: -40 a +135°C, parâmetros de teste: Teste1: 600.000 ciclos de abertura e fechamento da válvula, com líquido na proporção 80%/20% (fluido de arrefecimento G13/água), temperatura média: 135+5°C, teste 2 (meio corrosivo): líquido na proporção 50%/50% (fluido de arrefecimento G13/água) c/26g de NaCl/l (sal de cozimento), vazão em volume: 2l/min; tempo de ciclo: 1 minuto aberto, 1minuto fechado; tempo de teste: 12 semanas; temperatura média ambiente: de 20+3°C a 120+3°C.	
8481.80.99	Outros	14BK
	Ex 079 - Válvula de combinação acionada eletricamente com função não-retorno para fornecimento de ar comprimido junto ao gás de escape no tubo de exaustão com motor em funcionamento, com corrente nominal de até 2,4 A, com temperatura máxima na interface com motor de 400°C e temperatura externa entre -40°C e 160°C, com controle em	2%
	100% das peças quanto a vazamento no sentido do fluxo de 8 l/h a 150hPa e 120 l/h a -150 hPa, deve atender aos requisitos de monitoramento de emissões on-board OBD-2 das normas americanas (ULEV/ SULEV).	
8481.90.90	Outras	14BK
	Ex 022 - Válvula de controle de fluxo para injetor de combustível veicular, em aço inoxidável ASTM A484, ferrítico, com tratamento em cromo dureza HRB 83 com características de soldabilidade.	2%
8482.99.90	Outras	14%
	Ex 003 - Pista de rolamento axial de esferas em aço mola, conformada por processo de rolagem com solda, com teor de C de 0,42% a 0,50%, teor de Mn de 0,50% a 0,80%, tratada termicamente e sem deformação, para aplicação com alta precisão em rolamentos de suspensão para automóveis.	2%
8483.50.10	Polias, exceto as de rolamentos reguladoras de tensão	16%
	Ex 004 - Polia do eixo do virabrequim aplicada no motor de combustão interna com ignição por centelha (Ciclo Otto) de veículos automóveis, com sistema de amortecimento de vibrações, Tecnologia TVD "Torsional Vibration Damper" (Amortecedor de Vibração de Torção) e frequência natural de vibração entre 270 Hz e 430 Hz, produzida em	2%
	ferro fundido controlado e EPDM com características especiais para alta durabilidade.	
8483.90.00	Rodas dentadas e outros órgãos elementares de transmissão apresentados separadamente; partes	14BK
	Ex 028 - Cames para controle da bomba de alta pressão em motores de combustão interna, material aço DIN EN ISO - 683-17 - 100Cr6 tratado termicamente, dureza de superfície HRC 56-61, endurecimento 520 HV1 > 0.8 mm, com diâmetro externo de 43mm com +- 0,05 de tolerância diâmetro interno de 23,94 mm + 0,013 de tolerância, brochurado, perfil	2%
	usinado de tolerância máx. 0,04 milímetros, tolerância da elevação do perfil máx. 0,04 milímetros, rugosidade da superfície Rz 4,5, tensão residual <500Mpa, tolerância de perpendicularidade entre perfil e base do came 0,005 milímetros para montagem de modulo de comando de válvulas	
8501.31.10	Motores	18%

	Ex 010 - Motor elétrico de corrente contínua, com potência nominal de 84 W, com 4 polos e 2 escovas, eixo exposto para acoplamento, conector elétrico plástico contendo 1 terminal elétrico, protegido por uma carcaça metálica com 2 furos para fixação, tensão de trabalho entre 8 V e 16 V, torque máximo de 0,5 Nm, rotação de 3700 rpm sem carga a 12 V,	2%
	resistividade elétrica entre 112 mÙ e 136 mÙ, corrente elétrica de partida máxima de 75 A sob tensão de 12 V, aplicado em sistemas automatizados de troca de marchas de veículos automotores.	
	Ex 011 - Motor elétrico sem escovas de baixa voltagem, sem hélice de ventilação acoplada ao eixo, controlado por PWM (Modulação por largura de pulso), com potência nominal de 276W quando aplicado uma tensão de 12V, torque nominal de saída de 0,49 Nm, com unidade eletrônica de controle integrada e com 3 furos para fixação dispostos em	2%
	um diâmetro de 163,3mm, para uso exclusivo da "unidade de aquecimento, ventilação e condicionamento de ar automotivo" (HVAC).	
	Ex 012 - Motor elétrico de corrente contínua com torque máximo de 44 Nm e potência de até 400W, temperatura de operação de -40°C até +90°C, com unidade de controle eletrônico integrado com protocolo de comunicação LIN V2.0 que opera em ambas as direções (sentido horário e sentido anti-horário), com detecção do ângulo do eixo de saída do	2%
	motor para garantir o movimento do limpador entre as posições de reversão, bem como retração automática para a posição de estacionamento, utilizado no conjunto do limpador de para-brisa dianteiro de veículos automotivos.	
8504.40.90	Outros	14BK
	Ex 010 - Controlador do motor, 110 kW, composto de alumínio, corrente bidirecional, com função de gerenciamento do fornecimento de energia aos motores elétricos de tração do veículo que estão embutidos às rodas, regeneração de energia elétrica para as baterias de Fosfato de Ferro-Lítio (LiFePO4) e habilitado para as funções especiais de carregamento entre	2%
	veículos, fornecimento de energia do veículo para a rede de energia elétrica ou ainda fornecimento independente de energia fora da rede.	
	Ex 011 - Controlador do motor, 150 kW, composto de alumínio, corrente bidirecional, com função de gerenciamento do fornecimento de energia aos motores elétricos de tração do veículo que estão embutidos às rodas, regeneração de energia elétrica para as baterias de Fosfato de Ferro-Lítio (LiFePO4) e habilitado para as funções especiais de carregamento entre	2%
	veículos, fornecimento de energia do veículo para a rede de energia elétrica ou ainda fornecimento independente de energia fora da rede.	
8507.60.00	De íon de lítio	18%
	Ex 003 - Célula de Bateria de Fosfato de Ferro-Lítio (LiFePO4), com capacidade individual de 864Wh, com 200 a 280Ah e 3,2V com dimensões 58*146*406mm (tolerância nas medidas de +-10%); e peso de 5,0 a 7,0 kg, do tipo usado na nos conjuntos de baterias para propulsão de veículos automotores elétricos.	2%
8511.50.10	Dínamos e alternadores	18%
	Ex 003 - Alternador para veículos com aplicação start-stop e alta eficiência energética, adaptado a baterias AGM, com durabilidade de 240.000 Km, máxima rotação de 20.000 rpm, eficiência mínima de 77% e corrente de saída de 180A a 6000rpm estabilizado a 25°C, regulador de tensão digital via protocolo LIN e inércia máxima de 40,37 kg/cm²	2%
8529.90.90	Outras	16%
	Ex 003 - Câmera digital dos tipos aplicadas na parte dianteira de veículos automotores, com lente de no máximo de 2 centímetros de diâmetro, para captura de imagens da parte dianteira do veículo para auxílio em manobras, cuja reprodução das imagens capturadas seja efetuada no kit multimídia localizado na parte central do painel de instrumentos.	2%
	Ex 004 - Kit câmera digital com suporte plástico, aplicada na parte traseira de veículos automotores, com lente de no máximo de 2 centímetros de diâmetro, alimentação de 12V e corrente de 5 A, para captura de imagens da parte traseira do veículo para auxílio em manobras, cuja reprodução das imagens capturadas seja efetuada no kit	2%
	multimídia localizado na parte central do painel de instrumentos.	
8534.00.19	Outros	12BIT
	Ex 001 - Placa de circuito impresso face simples, rígida, constituída por uma camada isolante de material celulósico e camada de tecido de fibra de vidro combinadas com resina epóxi, com trilhas condutivas de cobre ou prata as quais fazem a interconexão entre os componentes eletrônicos, para uso em produto automotivo.	2%
8534.00.39	Outros	12BIT
	Ex 001 - Placa de circuito impresso dupla face, rígida, constituída por uma camada isolante de papel celulósico e camada de tecido de fibra de vidro combinadas com resina epóxi, podendo possuir furos para interligação entre as faces através de deposição de prata nos furos, utilizada em produtos automotivos.	2%
8537.10.90	Outros	18%
	Ex 007 - Subconjunto dispositivo comando multifunção de uso volante direção automotivo, número funções variadas acoplado do lado direito e/ou esquerdo, material constitutivo poliacetal acabamento pintado, com ou sem iluminação; com ou sem conectores de interface; múltiplos números de vias e múltiplas cores com tensão 10,5V a 15V.	2%
	Ex 008 - Alavanca eletrônica de câmbio, com indexação mecânica externa para cada posição, operada manualmente para movimentação do trator agrícola na direção selecionada, equipada com sensores de efeito Hall (sem contato elétrico direto) que por meio de níveis diferentes de tensão identificam as 4 posições possíveis da alavanca (frente, ré, neutro e segurança com trava) e equipada com chicote elétrico para envio do sinal eletrônico ao módulo de controle da transmissão da máquina.	2%
	Ex 009 - Módulo eletrônico controlador mestre de entretenimento, com placas de rádio AM/FM, TV digital, ethernet, navegação para envio e recebimento de sinais de comando da tela touch screen, amplificador de rádio, temperatura interna e informações de mídia.	2%
8536.41.00	Para uma tensão não superior a 60 V	16%
	Ex 002 - Rele eletromecânico 12v de veículos automóveis de tecnologia micro ISO com dimensões do corpo variando entre 22 a 23mm comprimento, de 15 a 17mm de altura e de 15 a 16mm de profundidade, podendo ser NF ou NA ou NF+NA (normalmente fechado) x (normalmente aberto).	2%
8708.29.99	Outros	18%
	Ex 026 - Dispositivo tubular de ancoragem de cinto de segurança de veículo automóvel, com sistema pré-tensionador e gerador de gás, capaz de retrair 100 mm de cadarço em 8 ms.	2%
	Ex 027 - Tubo do pré-tensionador do retrator do cinto de segurança utilizado em veículos automóveis	2%
	Ex 028 - Mola a gás (amortecedor a gás) com acabamento em pintura orgânica anticorrosiva por imersão ou spray aplicada no tubo metálico, utilizado para sustentação de tampas traseiras de veículos.	2%
	Ex 029 - Guarnição para o teto panorâmico: conjunto em estrutura de alumínio, com sistema de abertura elétrica, anteparo confeccionado em tecido, motor de 12V e chicote elétrico para conexão. Dimensões (comprimento 1505,31; largura 823,24; abertura 950 mm; peso 52,200 kg).	2%
	Ex 030 - Conjunto painel de instrumentos frontal do veículo, composto por painel "Cluster" com LCD, travessa de proteção "cross car beam" de liga alumínio/magnésio, ar condicionado com filtro de ar integrado e sensor eletrônico de leitura de qualidade do ar para recirculação automática, botão start-stop com chicotes elétricos, coluna de direção	2%
	elétrica com sistema de ajuste telescópico, telas LCD "touch screen" de 8" ou 10", controle de sistema de iluminação, com air bags frontal e joelhos de motorista e passageiro, adaptados para receber ou não módulos de câmera 360 graus, guarnições NVH, porta-luvas com revestimento e todo o conjunto montado com molduras em diversos	
	materiais com "gap zero/zero flush", com método de ajuste com vácuo envolto.	
	Ex 031 - Console Central com apoio de braço deslizante e móvel com acesso a porta objetos, porta copos, porta objetos tipo tambor, entradas 12V e 5V (carregador USB), módulo e antena PEPS (sistema de entrada passiva), EPB (módulo de freio eletrônico), ATPC ("all-terrain progress control" e ETS (seletor de marchas giratório), painel principal de	2%
	controle de clima individual e painel de controle de rádio com possibilidade de entrada de leitor CD/DVD.	
	Ex 032 - Console Central com apoio de braço deslizante e móvel com acesso a porta objetos, porta copos, porta objetos tipo tambor, entradas 12V e 5V (carregador USB), módulo e antena PEPS (sistema de entrada passiva), EPB (módulo de freio eletrônico) e ETS (seletor de marchas giratório).	2%
8708.30.90	Outros	18%
	Ex 024 - Eixo de ajuste do embolo do freio a disco traseiro de veículo automóvel, fabricado em aço, com rosca interna especial de quatro entradas e disco soldado na extremidade que suporta força de arrancamento de no mínimo 7000N e pressão de estanqueidade de ar de 20 a 80 N/cm².	2%
	Ex 025 - Tubo de freio hidráulico automotivo de borracha vulcanizada não endurecida com processo extrusão de 3 camadas de borracha EPDM com dureza Hardness interna de 80+-5, intermediaria de 65+-5 até 75+-5 e externa de 80+-5 e 2 camadas de poliéster entre as camadas, contendo acessórios para conexões, utilizado na aplicação de veículos	2%
	automotivos.	
	Ex 026 - Caliper seco do freio de estacionamento para aplicação na árvore da transmissão com torque de saída de 2.122 Nm, preparado para um raio efetivo de disco de 120mm e capacidade de estagnação de um veículo com peso bruto total de 6 ton.	2%
8708.40.90	Partes	18%
	Ex 048 - Atuador da transmissão, com carcaça liga de Alumínio EN AC-AlSi9Cu3(Fe)-D-F, largura 227±5mm comprimento 233±5 mm altura 118±5 mm e peso 3,8 +/-0,2 kg, composto por 2 cilindros hidráulicos integrados ao conjunto, 2 sensores indutivos com conexão ISO 15170 para controle do curso de acionamento, dedo de mudança acionado pelo	2%
	cilindro de engate com articulação e sistema mecânico de bloqueio de marchas, sistema de vedação resistente ao óleo Pentosin CHF S, utilização em transmissões de veículos comerciais.	
	Ex 049 - Carcaça de Acoplamento fabricada em liga de Alumínio EN AC-AlSi9Cu3(Fe)-D-F injetada sob alta pressão com dimensões de 520±10 mm de largura por 485± 10 mm de comprimento por 500±10 mm de altura e peso líquido de 22,5 +/-5 kg, utilizadas em veículos comerciais de uso terrestre com torque máximo de 1200 Nm destinados	2%
	a aplicação de trabalho contínuo com a função de alojar interruptores, retentores, rolamentos, conjunto de eixos e engrenagens, sistema de mudança (garfos, hastes), vedar os componentes imersos ao óleo, suportar os esforços do powertrain e isolar o ruído gerado pelo conjunto de eixos e engrenagens.	
	Ex 050 - Carcaça de saída fabricada em liga de Alumínio EN AC-AlSi9Cu3(Fe) -D-F injetada sob pressão com dimensões de 440±10 mm de largura por 400± 10mm de comprimento por 140±10 mm de altura e peso líquido de 10,55 +/-3 kg, para montagem da transmissão em motores diesel com torque máximo de 1200 Nm em veículos comerciais	2%
	de uso terrestre com a função de alojar diversos e vedar componentes, suportar os esforços do powertrain e isolar o ruído.	

	Ex 051 - Carcaça II (principal) fabricada em liga de Alumínio EN AC-AlSi9Cu3(Fe)-D-F injetada sob alta pressão com dimensões de 500±10 mm de largura por 440± 10 mm de comprimento por 350±10 mm de altura e peso líquido de 25 +/-2 kg, para montagem da transmissão em motores diesel com torque máximo de 1600 Nm em veículos comerciais	2%
	de uso terrestre com a função de alojar e vedar diversos componentes, suportar os esforços do powertrain e isolar o ruído.	
	Ex 052 - Comando de embreagem eletro hidráulico, composto por carcaça forjada de Alumínio AlMgSiF31 com aplicação de oxidação anódica, com Øint. 28mm e com largura 90±1 mm comprimento 330 mm em máximo acionamento e altura de 78±3mm, montado com 1 sensor indutivo com conexão ISO 15170-A1-4.1-Ag para controle do curso de	2%
	acionamento da haste, com sistema de vedação resistente ao óleo Pentosin CHF S com utilização em transmissões para veículos comerciais.	
	Ex 053 - Seletor de marcha contendo módulo eletrônico integrado para determinar, transferir e comandar seleção manual das marchas, posição de neutro, ativar e desativar o modo automático para troca de marcha, com altura 198 a 222 mm, comprimento 109 a 119 mm, largura 82 a 92 mm, peso até 0,650 kg, resistente à temperatura -40°C a 120°C, tensão	2%
	de trabalho 24 V ou 12 V, contendo conexão elétrica até 21 pinos,aplicado em veículos comerciais médios a extra pesados, utilizado em transmissões para veículos comerciais.	
	Ex 054 - Subconjunto peça de pressão produzida por meio da união de uma carcaça plástica, esfera e mola em aço utilizada no conjunto de sincronização em transmissões para veículos comerciais.	2%
	Ex 055 - Carcaça em liga de Alumínio EN AC-Al Si9Cu3(Fe) DF injetada sob alta pressão, com dimensões de 552± 5mm de largura por 234± 25mm de comprimento por 431± 5mm de altura e peso líquido de 18± 3 kg, para montagem da transmissão, para acoplamento em motores diesel com torque máximo de 2600Nm em veículos comerciais de uso	2%
	terrestre, com função de alojar e vedar diversos componentes e suportar os esforços do powertrain e isolar o ruído.	
	Ex 056 - Conjunto de sincronização do grupo planetário com diâmetro externo 218 a 220 mm, diâmetro interno 160 a 163 mm, largura 53 a 56 mm, peso total de 3,5 a 4,5 kg, contendo uma luva de engate com denteado interno e externo com forma básica forjada, dois anéis de sincronização com camada de molibdênio e dentes conformados por	2%
	forjamento de alta precisão, seis buchas e seis molas de compressão com utilização em transmissões para veículos comerciais.	
8708.50.80	Outros	18%
	Ex 016 - Eixo direcional com atuação eletro-hidráulica conectado a suspensão pneumática para aplicação em ônibus articulados com capacidade máxima de carga vertical de 7,5 toneladas, eixo auxiliar com braço triangular metálico com olhais e bucha de borracha mais pino de aço para acoplamento, além de 2 braços superiores fundido com olhais e	2%
	bucha de borracha mais pino de aço para acoplamento, conjunto fornecido com sistema completo de freio a disco com pinça e cilindros atuadores, dimensões: comprimento total: 1.211 mm , altura total: 628 mm.	
8708.91.00	Radiadores e suas partes	18%
	Ex 008 - Trocador de calor aplicado em módulos do filtro do óleo lubrificante de motores automotivos com circulação forçada e controlada por sistema de válvulas de pressão, constituído de aço inoxidável (conforme ASTM 304 ou 409) e aço carbono (conforme ASTM 1010/1020).	2%
8708.92.00	Silenciosos e tubos de escape; suas partes	18%
	Ex 003 - Tubo de aço inoxidável entrelaçado contendo peças de conexão, utilizado para conexão de diferentes partes de sistema de escapamento, com comprimento entre 82 e 220mm e diâmetro entre 86 e 103 mm.	2%
	Ex 004 - Seção do tubo de exaustão para gases de escape provenientes da combustão, constituído de uma parte rígida em aço carbono com tratamento superficial em alumínio e outra flexível corrugado em aço inoxidável AISI304 e 409.	2%
8708.94.13	Caixas	14BK
	Ex 001 - Caixa de direção elétrica com sensor de torque, motor elétrico e unidade de controle eletrônica integrados, do tipo rack drive, com motor elétrico integrado a cremalheira	2%
9025.19.90	Outros	18%
	Ex 003 - Sensor eletrônico, próprio para medição de temperatura nos terminais da bateria de veículos automóveis, próprios para identificação de variações térmicas que indicam sobrecarga em circuitos e sistemas embarcados.	2%
9026.20.90	Outros	18%
	Ex 013 - Sensor de pressão piezoresistivo aplicado na unidade de processamento de ar eletrônico (E-APU) do sistema de freio para veículos comerciais, tensão nominal de 12V, temperatura de operação entre -40°C e 100°C, pressão entre 0 e 16 bar e consumo de corrente menor que 10 mA.	2%
	Ex 014 - Sensor de pressão do óleo de veículos automotor do tipo interruptor ON/OFF, com sinal de saída 0 V com pressão de 19.6 + - 4,90 kPa a temperatura de 80°C, e sinal de saída de 13,5 +- 0,5V para demais pressões.	2%
9029.90.10	De indicadores de velocidade e tacômetros	16%
	Ex 011 - Módulo para visualização de informações diversas, para aplicação em painel de instrumentos ou em módulos centrais de informação em veículos automotores, composto de: matriz ativa "TFT - thin film transistor" ou matriz passiva "dot matrix", "driver" para interface, componentes eletrônicos, "LED - light emitting diode" para	2%
	iluminação, montado em caixa metálica ou plástica, com cabo "FPC - flexible printed circuit" para conexão.	
	Ex 012 - Dispositivo sinalizador sonoro, confeccionado em carcaça ABS preto, cone mylar, espuma preta, feltro de proteção e fio de conexão para placa de circuito impresso, utilizado no quadro de instrumentos para veículos automotivos.	2%
	Ex 013 - Módulo para visualização de informações, próprios para aplicação em painéis de instrumentos de veículos automotores, composto de módulo tipo LCD e terminais para conexão, com voltagem de trabalho média entre 0,3 e 30 Volts, corrente média entre 5 a 800mA, tempo médio de resposta entre 0,005 e 80 segundos e taxa de frequência	2%
	média entre 110 e 550 Hz, para aplicação em painéis de instrumentos para veículos automóveis	
9032.89.11	Eletrônicos	12BIT
	Ex 003 - Sensor de Monitoração de Tensão Corrente e Temperatura.	2%
9032.89.21	De sistemas antibloqueantes de freio (travão) (ABS)	16BIT
	Ex 005 - Caixa de comando para gerenciamento do programa eletrônico de estabilidade (ESP), provida de PCB (Printed Circuit Board) com peso inferior a 0,6 kg, 12 solenóides, um microcontrolador com no mínimo 768kB de memória interna ROM (read only memory), conector de 38 ou 46 pinos, memória E2PROM, tensão nominal de trabalho de 13.5 Volts	2%
	com função de autodiagnose e capacidade de operar com protocolos CAN,Kline e Flex Ra.	
	Ex 006 - Unidade hidráulica de controle do freio com câmaras acumuladoras de 8 cm3 para circuito duplo independente e motor de retroalimentação com potência de 112 W, usada em veículos comerciais equipados com freio hidráulico e capacidade de carga 3,5 a 6 ton.	2%
9032.89.23	De sistemas de transmissão	16BIT
	Ex 016 - Módulo EST 117 com carcaças fabricadas em PA, utilizado no gerenciamento dos sistemas de proteção de seleção de marchas e mudança do grupo do redutor planetário quando em condições inadequadas de velocidade, aplicado também no controle de acionamento do sistema de tomada de força em transmissões manuais ou	2%
	automatizadas, com tensão de trabalho de 24V, corrente máxima de 4A, índice de proteção IP54 e proteção contra inversão de polaridade, sobrecarga e curto-circuito, utilizado em transmissões para veículos comerciais.	
	Ex 017 - Unidade de controle central eletrohidraulica contendo carcaças fundidas em alumínio, reservatório em PA6.6 com 1,5L de volume, tampa com controlador de nível, sistema integrado com motor e bomba, bloco de eletroválvulas composto por 8 válvulas solenoides todas com retorno por mola, válvula limitadora de pressão, sistema de vedação	2%
	resistente ao óleo pentosin CHF 11S, com o objetivo de controlar o sistema de mudança de marchas e acionamento de embreagem com utilização em transmissões para veículos comerciais.	
	Ex 018 - Módulo eletrônico de gerenciamento de informações da transmissão automática do tiptronic (com conversor de torque) do tipo 09G, com 6 velocidades.	2%
9032.89.29	Outros	16BIT
	Ex 052 - Unidade de controle eletrônico (ECU) para o gerenciamento da unidade eletrônica de processamento de ar (E-APU), tensão entre 16V e 32V, peso líquido de 0,274 kg, conector com 8 pinos, temperatura de operação entre -40°C até 90°C, aplicado no sistema de freio de veículos comerciais, com dimensão de 164,8mm (comprimento) x 98mm	2%
	(largura) x 34,3mm (altura), composta por carcaça plástica montada com componentes eletrônicos com grau de proteção IP6k9k.	
	Ex 053 - Central eletrônica responsável pelo controle dos sensores ultrassônicos, utilizados para auxílio ao estacionamento, proporcionando segurança em manobras de baixa velocidade.	2%
	Ex 054 - Conjunto Módulo Eletrônico de Controle do Rádio das frequências de rádio AM/FM/FM2, DAB Band III/L Band, SDARS, GPS, BT/WiFi (antena interna).	2%
9032.89.90	Outros	18%
	Ex 003 - Central de gerenciamento térmico de baterias utilizado em veículos autopropulsionados a energia elétrica. Utiliza fluido refrigerante R134A, R410A, circulação de ar (resfriamento) de 2500m3/h, Classe de Proteção IP6K5.	2%
9401.90.90	Outros	18%
	Ex 011 - Conjunto estrutura metálica para assentos dianteiros com trilho, de aço de alta resistência, soldados com solda a laser 3D, com mecanismos elétricos integrados, com ou sem memória, para ajuste de inclinação, altura, avanço e recuo.	2%
	Ex 012 - Conjunto estrutura metálica para assentos dianteiros com trilho, de aço de alta resistência, soldados com solda a laser 3D, com mecanismos manuais integrados, para ajuste de altura, avanço e recuo.	2%
	Ex 013 - Conjunto estrutura metálica para encosto de bancos dianteiros de aço de alta resistência, soldados com solda a laser 3D, com mecanismos elétricos integrados para ajuste do ângulo do encosto do assento e ajuste do suporte lombar.	2%
	Ex 014 - Conjunto estrutura metálica para encosto de bancos dianteiros de aço de alta resistência, soldados com solda a laser 3D, com mecanismos manuais integrados para ajuste do ângulo do encosto do assento	2%

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, até 31 de dezembro de 2019, os seguintes ex-tarifários de autopeças:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8481.20.90	Outras	14BK

	Ex 041 - Válvula solenoide de transmissão pneumática, para abertura e fechamento eletrônico do fluxo de ar comprimido na Unidade de Processamento de Ar Eletrônico (E-APU), com tensão nominal de 24V, temperatura de operação entre -40°C e 110°C, pressão de operação entre 6 e 15 bar e resistência elétrica da bobina de 11,4 +- 0,57?.	2%
8483.10.90	Outros	16%
	Ex 004 - Eixo maciço, sem solda, obtido por processo de forjamento e usinagem, de liga de aço ao carbono conforme norma JDM A0 QL-3 HT-I PER RES10561 e tratamento térmico conforme JDV 2, de seção circular, tendo a seção maior diâmetro externo de 356mm e comprimento de 85 mm, e seção menor diâmetro de 90mm e comprimento de 618mm, utilizado para	2%
	montagem do eixo principal de movimentação de pá-carregadeiras.	
8512.20.11	Faróis	18%
	Ex 005 - Faróis dianteiros automáticos para uso em veículo utilitário composto de lâmpadas bi-xenon, emissor de LED (diodo emissor de luz) para iluminação diurna, motor de corrente contínua, mola de retorno, batente de borracha, conector elétrico integrado, estrutura plástica, proteções de aço inox e luz sinalizadora de direção.	2%
9032.20.00	Manostatos (pressostatos)	18%
	Ex 004 - Pressostato utilizado na proteção de circuitos de ar condicionado veicular operando em alta pressão com mistura de refrigerante R134a; sendo que em estado líquido e óleo de compressor seu acionamento ocorre a partir de 2,21Bar de pressão no sistema e a abertura do contato se dá em 31,4bar na condição de sobre pressão no sistema.	2%

Art. 3º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, até 30 de junho de 2020, os seguintes ex-tarifários de autopeças:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8511.40.00	Motores de arranque, mesmo funcionando como geradores	18%
	Ex 002 - Motor de partida para aplicação veicular que necessita de uma durabilidade igual ou superior a 250.000 ciclos com potência maior ou igual a 1.7KW, 1.9KW ou 2.7KW, com espessura entre dentes com tolerância máxima de 0,08mm, com autocontrole no processo de fabricação do pinhão e nível de vedação sem lacre, semi selado ou selado.	2%
8527.29.00	Outros	20%
	Ex 004 - Central multimídia, para conexão com tela colorida resistiva de 7 polegadas, receptor de rádio AM/FM, navegação, interface Bluetooth, com interface com pen-drive, interface com câmera de ré, interface com barramento CAN, compatível com arquiteturas eletroeletrônicas específicas, incluindo as mensagens de diagnóstico no barramento CAN e	2%
	estratégias de proteção contra roubo. A central é configurada especificamente para certos veículos, para que o condutor possa configurar através dela algumas funções do veículo (data/hora, inibição dos alertas de estacionamento, etc.).	

Art. 4º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, até 31 de dezembro de 2019, os seguintes ex-tarifários de autopeças:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota	Quota
8414.90.39	Outras	14BK	
	Ex 049 - Carcaça da Turbina fundida em aço inoxidável resistente a temperaturas de até 1050°C, utilizada na montagem de turboalimentadores de ar para motores de combustão interna de veículos automotores.	2%	60 mil unidades
8504.40.90	Outros	16%	
	Ex 010 - Controlador do motor de veículo a propulsão elétrica, 75 kW, composto de alumínio, corrente bidirecional, com função de gerenciamento do fornecimento de energia aos motores elétricos de tração do veículo que estão embutidos às rodas, regeneração de energia elétrica para as baterias de	2%	300 unidades
	Fosfato de Ferro-Litio (LiFePO4) e habilitado para as funções especiais de carregamento entre veículos, fornecimento de energia do veículo para a rede de energia elétrica ou ainda fornecimento independente de energia fora da rede.		

Art. 5º Ficam incluídos no Anexo II da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, os seguintes ex-tarifários de autopeças:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8412.31.10	Cilindros pneumáticos	14BK
	Ex 003 - Amortecedor pneumático com regulagem infinita de amortecimento de vibrações entre suave e firme acoplada ao manipulo de regulagem do banco, para sistema de suspensão de assento utilizado em tratores agrícolas, colheitadeiras, máquinas agrícolas autopropulsadas e máquinas rodoviárias autopropulsadas, curso do	2%
	amortecedor estendido entre 226,7 mm e 232,7 mm e contraído entre 166,0 mm e 172,0 mm; diâmetro interno dos olhais de fixação entre 15,875 mm e 15,977 mm; distância entre centros dos olhais 166,1; a haste de regulagem posicionada a uma angularidade de 40 graus da haste de regulagem do amortecedor em relação ao olhal; com uma	
	distância da haste de regulagem no amortecedor em relação ao olhal inferior entre 131,1 mm e 133,6 mm.	
	Ex 004 - Amortecedor hidráulico, para sistema de suspensão de assento utilizado em tratores agrícolas, colheitadeiras, máquinas agrícolas autopropulsadas e máquinas rodoviárias autopropulsadas, distância do amortecedor estendido entre 216,5 mm e 222,5 mm e contraído entre 154,5 e 160,5 mm; diâmetro interno dos olhais de	2%
	fixação entre 15,88 mm e 15,98 mm; largura do olhal 22,1 mm; diâmetros externos do corpo do amortecedor 41,28 mm e 35,0 mm; curso do amortecedor = 62,0; esforço de tração min = 1650 kgf.	
	Ex 005 - Amortecedor pneumático, com câmara de gás para absorção de impactos frontais e traseiros, fixação por olhal e rosca, para sistema de suspensão de assento utilizado em tratores agrícolas, colheitadeiras, máquinas agrícolas autopropulsadas e máquinas rodoviárias autopropulsadas, curso do amortecedor estendido entre	2%
	214,6 mm e 221,2 mm e contraído entre 155.8 e 162.2 mm; diâmetro interno do olhal de fixação entre 15.875 mm e 15.977mm; rosca da haste DIÂM 5/16 - 24UNF - 2A; distância entre batentes 137 m, pull test 1633 MIN.	
	Ex 006 - Amortecedor pneumático, para sistema de suspensão de assento utilizado em tratores agrícolas, colheitadeiras, máquinas agrícolas autopropulsadas e máquinas rodoviárias autopropulsadas, curso do amortecedor estendido entre 227,1 mm e 233,5 mm e contraído entre 164,2 e 170,6 mm; diâmetro interno dos olhais de	2%
	fixação entre 14,375 mm e 17,375 mm; diâmetro externo entre 20,7 mm e 23,7 mm; distância entre centros do olhal contraído entre 164,2mm e 170,6 mm, bolsa de gás pressurizado para absorção dos impactos.	
8433.90.90	Outras	14BK
	Ex 011 - Eixo traseiro direcional para colheitadeiras agrícolas, versões com largura de flange a flange (bitola) ou com variação (ajuste) de bitola no mesmo eixo, compreendidas entre 2134 mm e 3455mm, com sistema de tração auxiliar hidráulico composto de dois motores hidráulicos de roda nas extremidades e válvula de controle de tração	2%
	bidirecional, onde os motores hidráulicos são esterçáveis até 80 graus, são do tipo de pistões radiais com deslocamento volumétrico compreendido entre 800 e 2000 centímetros cúbicos por revolução, e pressão de trabalho máxima de até 450 bar.	
8483.40.10	Redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade, incluindo os conversores de torque	14BK
	Ex 203 - Caixa de transmissão para tomada de força que recebe a rotação e o torque do motor diesel, agindo como um multiplicador de rotações de saída, apresentando 01 eixos de entrada principal e criando outras 04 saídas que tocam o sistema industrial do equipamento e levam potência/torque a outras transmissões incluindo	2%
	a caixa de engrenagens principal	
	Ex 204 - Unidade de acionamento de bombas hidráulicas, com design modular, composta por entrada de acoplamento em motor a combustão e quatro saídas para bombas, com torque máximo de entrada de até 1.695 Nm, potência máxima de entrada de até 522 kW e com torque máximo por saída de até 881 Nm.	2%
	Ex 205 - Caixa de transmissão manual para tomada de força para colheitadeira agrícola de alta potência com a função de aumentar o torque produzido pelo motor e transmitir rotação de força para o acionamento das demais transmissões montadas na colheitadeira.	2%
8517.62.77	Outros, de frequência inferior a 15 GHz	16BIT
	Ex 015 - Dispositivo de transmissão para RTK (real time kinematics), para aplicação em máquinas agrícolas autopropulsadas, utilizado na transmissão dos sinais de correção de posicionamento em sistemas GNSS de agricultura de precisão, com frequência de operação maior ou igual a 450 Mhz e menor que 930 Mhz.	2%
8708.40.19	Outras	14BK
	Ex 008 - Caixas de transmissão semiautomáticas, exclusivas do tipo PST - "power shift transmission", para tratores de aplicações agrícolas, controladas eletro-hidraulicamente, contendo embreagens internas, redução por trens de engrenagens divididos em 7 eixos, tomadas de potência e freio de estacionamento, produzindo diferentes	2%
	velocidades totalmente moduladas tanto na direção de avanço quanto na de reversão, com embreagem integrada para acionamento do eixo dianteiro, para utilização em tratores com motores de potência entre 245 e 400cv e rotação máxima de até 2.400 rpm.	
	Ex 009 - Caixas de transmissão semiautomáticas, exclusivas do tipo PST - "power shift transmission", para tratores de aplicações agrícolas, controladas eletro-hidraulicamente, contendo embreagens internas, redução por trens de engrenagens divididos em 5 eixos, tomada de potência e freio de estacionamento, produzindo diferentes	2%
	velocidades totalmente moduladas tanto na direção de avanço quanto na de reversão, com embreagem integrada para acionamento do eixo dianteiro, para utilização em tratores com motores de potência entre 245 e 400cv e rotação máxima de até 2.400 rpm.	
	Ex 010 - Caixas de transmissão semiautomáticas, "PowerQuad", para tratores de aplicações agrícolas, controladas hidraulicamente, contendo embreagem interna, redução por conjuntos de planetárias, produzindo diferentes velocidades totalmente moduladas tanto na direção de avanço quanto na de reversão, com bomba hidráulica	2%
	interna para seu acionamento, possibilidade de passagem de eixo para acionamento de conjunto de tomada de potência (PTO), para utilização em tratores com motores de potência entre 100 e 250cv e rotação máxima de até 2.400 rpm.	

Art. 6º Os ex-tarifários de autopeças abaixo relacionados, constantes Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8413.60.11	Ex 008 - Bomba hidráulica de engrenamento interno, de baixo ruído, com pressão máxima de trabalho de até 250bar e vazão compreendida entre 2,3 e 47,1litros/minuto, do tipo usado em produto automotivo.	2%
8414.80.21	Ex 002 Turbocompressor de ar com turbina de geometria variável, com controle da pressão obtido pela variação da área de um conjunto de palhetas guia que deslizam em sentido axial e administra o fluxo do gás de escape, acionados por atuador eletrônico externo ou pneumático, utilizado em motores diesel de combustão interna.	2%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 7º Os ex-tarifários de autopeças abaixo relacionados, incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 35, de 20 de abril de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8409.91.90	Ex 014 - Distribuidor de combustível para linha de alta pressão de até 250 bar, sendo 100bar em 750 rpm e 250bar em 6000 rpm, para motores gasolina ou bicombustíveis com injeção direta, composto por tubo de aço inox sem costura, processo de solda em cobre, garantia de estanqueidade de 100% com gás hélio e pressão de estouro superior a	2%
	830bar.	
8413.30.10	Ex 001 - Bomba de pressurização mecânica de combustível de até 250bar, sendo 100bar em 750 rpm e 250bar em 6000 rpm, para acoplamento direto em motores gasolina ou bicombustíveis com injeção direta.	2%
8483.90.00	Ex 014 -Tubos básicos de suporte para a montagem de árvores de cames em tampas de cabeçote para motores de combustão interna, com ponteiras pré-fabricadas encaixadas em uma das extremidades, materiais aço EN10305-2 E355 +C e aço 44SMn 28, usinagem final, comprimento entre 307,9 mm e 420,85mm, torque estático da ligação	2%
	de 150Nm, diâmetro dos mancais de 24,00 mm, com uma tolerância de 0,013 mm, diferentes áreas do perfil laminadas ou retificadas, exigências de concentricidade nas áreas funcionais de 0,02mm para a referência, exigência de acabamento superficial de Rz4.	

Art. 8º ex-tarifário de autopeça abaixo relacionado, incluído no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 49, de 23 de junho de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, passa a vigorar com a seguinte alteração:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8414.90.39	Ex 014 - Atuador com comando eletrônico construído com sensor indutivo de posição, temperatura de trabalho de -40°C a 160°C, tensão de alimentação de 9 V a 24 V, utilizado no sistema de controle de válvulas de alívio de pressão dos turboalimentadores de ar acionados pelos gases de escapamento dos motores de combustão interna de	2%
	veículos automotivos.	

Art. 9º Os ex-tarifários de autopeças abaixo relacionados, incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 103, de 31 de outubro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8409.99.69	Ex 001 - Unidade injetora eletrônica de alta pressão de até 2.500 bar, com uma ou duas válvulas solenoides, com diâmetro de 7mm à 11mm, sem sextavado de abertura do injetor, para motores de ignição por compressão (Diesel)	2%
8409.99.99	Ex 009 - Freio motor de compressão com atuação sobre a válvula de escape dos gases, com mola controlada eletronicamente e solenoide "dual lead" 24V.	2%

Art. 10. O ex-tarifário de autopeça abaixo relacionado, incluído no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 112, de 23 de novembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, passa a vigorar com a seguinte alteração:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8412.31.10	Ex 001 - Amortecedor pneumático com regulagem infinita de amortecimento entre suave e firme, acoplada ao manípulo de regulagem do banco, para sistema de suspensão de assento utilizado em: tratores agrícolas, colheitadeiras, máquinas agrícolas autopropulsadas e máquinas rodoviárias autopropulsadas; curso do	2%
	amortecedor estendido entre 226,7mm e 229,7mm e contraído entre 163,0mm e 169mm; diâmetro interno dos olhais de fixação entre 15,875mm e 15,977mm; distância entre centros do olhal entre 164,4mm e 167,4mm; posicionada a uma angularidade de 90 graus da haste de regulagem do amortecedor em relação ao olhal; com uma	
	distância da haste de regulagem no amortecedor em relação ao olhal inferior entre 130,6 mm e 133,6 mm.	

Art. 11. Os ex-tarifários de autopeças abaixo relacionados, incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 135, de 22 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8409.91.90	Ex 018 - Injetor de combustível de alta pressão de até 250 bar, sendo 100bar em 750 rpm e 250bar em 6000 rpm, para sistema de injeção direta de motores gasolina ou bicombustíveis, composto por eletroválvula e tensão entre 12V e 90 V e corrente de até 10 A.	2%
8414.30.91	EX 001 - Compressor de ar condicionado de sete (7) pistões com prato com deslocamento variável, de cento e sessenta cilindradas cúbicas (160 cc)	2%
8414.90.39	Ex 022 - Carcaça de compressor fundida e usinada em liga de alumínio 356 com tratamento térmico T1 ou T6 ou F(como fabricado), utilizada na montagem de turboalimentadores de ar acionados pelos gases de escapamento dos motores de combustão.	2%
8414.90.39	Ex 026 - Carcaça central com prato do compressor integrado em ferro fundido perlítico lamelar, sendo mínimo 95% perlítico, utilizada na montagem de turboalimentadores de ar acionados pelos gases de escapamento dos motores de combustão interna de veículos automotivos.	2%
8708.29.99	Ex 013 - Vidro traseiro de veículo injetado e encapsulado com proteção infravermelha e tolerância de +- 3mm.	2%
9029.90.10	Ex 009 - Módulo para visualização de informações, montado, próprio para aplicação em painéis de instrumentos de veículos automóveis, composto de módulo com matriz ativa "TFT - Thin Film Transistor" ou matrix passiva "Dot Matrix", drivers para interface, componentes eletrônicos e terminais para conexão, com voltagem de trabalho média	2%
	entre 0,5 e 8,0 Volts, corrente média entre 25 a 430mA, tempo médio de resposta entre 0,005 e 0,46 segundos, taxa de luminescência média entre 280 e 950 cd/m^2, para aplicação em painéis de instrumentos para veículos automotores.	
9401.90.90	Ex 008 - Bolsa inflável, com pressão máxima de 10bar, com função de posicionamento da altura do banco e amortecimento de vibração, regulado por amortecedor de regulagem e atuando como mola pneumática, com aplicação interna em assentos para tratores agrícolas, colheitadeiras, máquinas agrícolas autopropulsadas e máquinas	2%
	rodoviárias autopropulsadas.	
9401.90.90	Ex 009 - Tesoura pantográfica com função de amortecimento de vibrações e movimentação vertical do banco, contendo suporte dos acessórios, e aplicado em assentos de tratores agrícolas, colheitadeiras, máquinas agrícolas autopropulsadas e máquinas rodoviárias autopropulsadas, altura estendida entre 308mm e 405mm, largura entre	2%
	334,5mm e 337,5mm, profundidade entre 360,5mm e 363,5mm.	
9401.90.90	Ex 010 - Suspensão mecânica compacta de molas para absorção e amortecimento, com calibragem das molas para cargas extrapesadas e com suporte das guias soldado, utilizada em assento de Tratores agrícolas, colheitadeiras, máquinas agrícolas autopropulsadas e máquinas rodoviárias autopropulsadas; com largura dos furos entre	2%
	290,5mm e 293,5mm; profundidade entre 303,5mm e 306,5mm; altura entre 19,5mm e 20mm; melhor performance para o operador com peso entre 45 e 130 kg.	

Art. 12. Os ex-tarifários de autopeças abaixo relacionados, incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 17, de 17 de fevereiro de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8409.91.90	Ex 024 - Galeria de combustível para motores flex de combustão interna, com ou sem 4 subgalerias, de aquecimento de combustível para partida a frio, composto predominantemente de aço, com tratamento superficial Zinco-Níquel e/ou aço inox.	2%
8421.29.90	Ex 110 - Cesto coletor de partículas montado internamente em injetores de combustível para motores de combustão de ciclo otto, para retenção de micropartículas com malha micrométrica que retém partículas maiores do que 31µm.	2%
8483.40.90	Ex 018 - Conjunto do eixo balanceiro composto de eixo metálico fundido e usinado com função de contrapeso conectado através de engrenagens à árvore de manivela principal do motor para anular as vibrações, com peso de até 4,5 kg, sincronizado para operar com engrenagem do eixo balanceiro do virabrequim em acoplamento com a	2%
	geometria dos dentes de ambas as engrenagens.	
8537.10.90	Ex 004 - Unidade de controle de ar-condicionado Single e/ou Dual Zone do sistema de ventilação de veículos automóveis, com ou sem visor digital e tecnologia de acionamento das funções através de botões eletrônicos de liga/desliga, direcionamento/temperatura/velocidade do ar-condicionado com ou sem comunicação com sensores de temperatura.	2%

Art. 13. O ex-tarifário de autopeça abaixo relacionado, incluído no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 26, de 29 de março de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, passa a vigorar com a seguinte alteração:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8708.29.99	Ex 022 - Conjunto guarnição do teto para veículos, composto de forro em substrato semi-rígido de poliuretano e fibra de vidro, quebra-sol de plástico com tecido e nylon , sistema de iluminação interna e chicotes, sistema sobre a cabeça de controles, com ou sem alça pega-mão, sistema de fixação e proteção da cabeça em ABS e grades para alto-	2%
	falante, com diferentes cores de acabamento, formatos geométricos adaptados ao desenho do veículo e adaptação a teto solar se necessário, com ou sem armação de aço para vidro.	

Art. 14. Os ex-tarifários de autopeças abaixo relacionados, incluídos no Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 52, de 05 de julho de 2017, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8407.34.90	Ex 027 - Motor turbo diesel de 2.0 litros com bloco em alumínio, injeção direta, sistema de admissão variável, turbo VNT refrigerado a água, 16 válvulas, 4 cilindros em linha, sistema VCT, potência máxima de 180cv a 3.500rpm e torque máximo de 430Nm a 1.750rpm para automóveis.	2%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8407.34.90	Ex 028 - Motor turbo diesel de 2.0 litros com bloco em alumínio, injeção direta, sistema de admissão variável, turbo VNT refrigerado a água, 16 válvulas, 4 cilindros em linha, sistema VCT, potência máxima de 240cv a 3.500rpm e torque máximo de 500Nm a 1.750rpm para automóveis.	2%

Art. 15. Os ex-tarifários de autopeças abaixo relacionados, incluídos no Anexo II da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 24, de 24 de março de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, passam a vigorar com as seguintes alterações:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8412.21.90	Ex 030 - Conjunto de movimentação da esteira da máquina escavadeira dotado de um motor hidráulico de pistão axial de duas velocidades com transmissão automática High-Low, freio de parada acionado por disco de molas com liberação hidráulica, sistema de transmissão lento com velocidade entre 0 a 4 km/h e rápido entre 0 a	2%
	6 km/h, força de tração máxima de 203kN, capacidade de inclinação 70% (35 graus), pressão nominal igual ou superior a 34,3 Mpa, comprimento total igual ou inferior a 545mm e diâmetro externo igual ou inferior a 658,4mm.	
8412.21.90	Ex 032 - Conjunto de giro do chassi superior da máquina escavadeira dotado de um motor hidráulico de pistão axial com engrenagem de redução planetária, freio de parada acionado por disco de molas com liberação hidráulica, velocidade de rotação igual ou inferior a 13,5 rpm, torque de giro igual ou inferior a 68 kNm, módulo igual ou	2%
	inferior a 32 e número de dentes igual ou inferior a 14, comprimento total de 779,5mm e diâmetro externo igual ou inferior a 490mm.	

Art. 16. O ex-tarifário de autopeça abaixo relacionado, incluído no Anexo II da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, pelo art. 1º da Resolução nº 80, de 27 de setembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, passa a vigorar com a seguinte alteração:

NCM (SH 2012)	Descrição	Alíquota
8412.21.90	Ex 046 - Motor hidráulico orbital tipo geroler (gerotor) com deslocamento entre 35 e 550cm^3/rev, velocidade máxima entre 19 e 3050rpm, pressão máxima continua entre 140 e 260bar e pressão máxima intermitente entre 180 e 360bar, para uso em máquinas autopropulsadas.	2%

Art. 17. Ficam excluídos do Anexo I da Resolução nº 116, de 2014, da Câmara de Comércio Exterior, os seguintes ex-tarifários de autopeças:

NCM	Descrição	Alíquota
8407.34.90	Outros	18%
	Ex 012 - Motor flex fuel de 1.598cm3 de deslocamento com 4 cilindros de 77,0mm de diâmetro e curso de 85,8mm turbo alimentado com duplo eixo comando, injeção direta com 125kW de potência e 240Nm de torque para automóveis de passeio com a utilização de combustível gasolina e álcool etílico hidratado combustível.	2%
8412.29.00	Outros	14%
	Ex 001 - Motores hidráulicos de movimento orbital com válvulas de carretel, pressão de trabalho contínua máxima entre 41 e 155bar, pressão de trabalho intermitente máxima entre 55 e 190bar, torque contínuo máximo entre 56 e 528Nm, torque intermitente máximo entre 75 e 587Nm e velocidade máxima entre 74 e 1.150rpm, do tipo	2%
	usado em produto automotivo.	
	Ex 002 - Motores hidráulicos de movimento orbital com válvulas de disco, pressão de trabalho contínua máxima entre 115 e 205bar, pressão de trabalho intermitente máxima entre 140 e 310bar, torque contínuo máximo entre 235 e 2.700Nm, torque intermitente máximo entre 345 e 3.500Nm e velocidade máxima entre 151 e 950rpm, do	2%
	tipo usado em produto automotivo.	
	Ex 010 - Motores hidráulicos de movimento orbital com válvulas de disco, com embreagem incorporada e acionada hidraulicamente, pressão de trabalho contínua máxima entre 80 e 205bar, pressão de trabalho intermitente máxima entre 140 e 310bar, torque contínuo máximo entre 235 e 2700Nm, torque intermitente máximo entre 345	2%
	e 3500Nm e velocidade máxima entre 151 e 950 rpm.	
	Ex 011 - Motores hidráulicos de movimento orbital com válvulas de carretel, pressão de trabalho contínua máxima entre 41 e 155bar, pressão de trabalho intermitente máxima entre 55 e 190bar, torque contínuo máximo entre 56 e 580 Nm, torque intermitente máximo entre 75 e 587Nm e velocidade máxima entre 74 e 1.150rpm.	2%
	Ex 012 - Motor Hidráulico de movimento orbital, bidirecional, pressão de trabalho contínua máxima de 138BAR, pressão de trabalho intermitente máxima de 207bar, torque contínuo máximo de 317Nm, torque intermitente máximo de 489Nm e velocidade máxima 444rpm.	2%
8414.90.39	Outras	14%
	Ex 040 - Conjunto eixo rotor de turbina formado pela soldagem do rotor de turbina de 43 mm de diâmetro em material INCO 713C através de solda por feixe de elétrons, num eixo de material 42CrMo4 e balanceado, a ser utilizado na montagem de turboalimentadores de ar acionados pelos gases de escapamento dos motores de combustão	2%
	interna de veículos automotivos.	
9032.89.21	De sistemas antibloqueantes de freio (travão) (ABS)	16%
	Ex 004 - Central eletroeletrônica com eletroválvulas, motor elétrico e bomba hidráulica para controle do fluxo do fluido de freio e controle do freio de estacionamento elétrico (EPB) em automóveis e utilitários leves.	2%
9032.89.29	Outros	16%
	Ex 007 - Módulo eletrônico responsável pela interface entre o módulo de gerenciamento de pós-tratamento de gases de escapamento com tecnologia SCR, sensores e atuadores.	2%
	Ex 008 - Módulo de gerenciamento da injeção eletrônica de combustível para motores diesel com sistema PLD e controle de dosagem de ARLA do sistema de pós-tratamento dos gases de escape assistido pneumaticamente.	2%
	Ex 019 - Unidades de controle eletrônico de gerenciamento do sistema suplementar de segurança (SRS) que controla o acionamento das bolsas de ar (airbag) e o pré-tensionador do cinto de segurança, peso igual ou inferior a 0,368 kg, contendo placa de circuito impresso, conectores elétricos, unidade eletrônica, circuito elétrico de disparo,	2%
	função de autodiagnostico.	
	Ex 023 - Unidades de gerenciamento do motor de pistão alternativo de ignição por centelha (ciclo Otto) de veículos automóveis, em corpo único, que controla e monitora todo sistema de controle de sincronização e abertura variável das válvulas (variable valve timing & lift electronic control system - VTEC), sistema de injeção de	2%
	combustível, de controle eletrônico de aceleração (ETC), de ignição, de entrada de ar para combustão, de controle do batimento do motor (KCS), de geração de corrente alternada (ACG), de recirculação dos gases de exaustão (EGR), de arrefecimento do motor por meio de sensores, de sistema de transmissão automática, de peso igual ou	
	inferior a 0,695 kg, contendo placa de circuito impresso, conectores elétricos, memória, software dedicado, equipadas com uma unidade eletrônica de dados e componentes eletrônicos.	
	Ex 028 - PCU - Módulo eletrônico de gerenciamento do motor e transmissão automática para veículos de passeio	2%
	Ex 030 - Unidade de controle eletrônico (ECU) de gerenciamento de motor ("powetrain"), 12V, peso de 670g, contendo placa de circuito impresso montada com componentes eletrônicos protegida contra umidade e curtos-circuitos por caixa de liga de alumínio, utilizando interface de comunicação CAN, com conexão elétrica.	2%

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ
Presidente do Comitê Executivo de Gestão
Interina

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 18, de 27 de março de 2018, publicada no DOU de 28-3-2018, Seção 1, na página 23.

Onde se lê:

1. DO CÁLCULO DO DIREITO ANTIDUMPING DEFINITIVO

Leia-se:

9. DO CÁLCULO DO DIREITO ANTIDUMPING DEFINITIVO

Onde se lê:

2. DA RECOMENDAÇÃO

Leia-se:

10. DA RECOMENDAÇÃO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 343, DE 13 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.250, de 26 de dezembro de 2017, Instrução Normativa nº 39, de 27 de novembro de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.008401/2018-15, resolve:

Art. 1º Definir os Serviços e Seções de Vigilância Agropecuária Internacional que integram o Sistema Vigiagro na forma do Anexo I da presente Portaria.

Art. 2º Definir a localização física da Sede e abrangência dos Serviços de Gestão Regional do Vigiagro na forma do Anexo II da presente Portaria.

Art. 3º Os Serviços e Seções do Vigiagro atenderão aeroportos, portos marítimos, fluviais e lacustres, pontos de fronteira, portos secos, áreas de controle integrado e demais recintos aduaneiros localizados no município sede e imediações.

Art. 4º Poderão ser executadas as atividades de controle e fiscalização em quaisquer outros locais onde porventura possa ocorrer a entrada, a saída, o trânsito, a movimentação ou o depósito de produtos de interesse agropecuário, procedentes ou destinados ao exterior, por determinação do Coordenador-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.

Art. 5º Ficam extintas as unidades, independente de ato formal de criação, que não constem no Anexo I desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

BLAIRO MAGGI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

ÓRGÃO	UNIDADE DESCENTRALIZADA DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA	MUNICÍPIO SEDE	SIGLA
SGRV DA 1ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ANÁPOLIS-GO	ANÁPOLIS-GO	SVAAPS/SGRV1
SGRV DA 1ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE BRASILIA-DF	BRASÍLIA-DF	SVABSB/SGRV1
SGRV DA 1ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE CAMPO GRANDE-MS	CAMPO GRANDE-MS	SVACGR/SGRV1
SGRV DA 1ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE CORUMBÁ-MS	CORUMBÁ-MS	SVSCMG/SGRV1
SGRV DA 1ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE CUIABÁ-MT	CUIABÁ-MT	SVACGB/SGRV1
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE GUAJARA MIRIM-RO	GUAJARÁ-MIRIM-RO	SVAGJM/SGRV2
SGRV DA 1ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE PONTA PORÃ-MS	PONTA PORÃ-MS	SVAPMG/SGRV1
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ASSIS BRASIL-AC	ASSIS BRASIL-AC	SVAABR/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE BONFIM-RR	BONFIM-RR	SVABFM/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE EPITACIOLANDIA-AC	EPITACIOLÂNDIA-AC	SVAEPT/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE MANAUS-AM	MANAUS-AM	SVAMAM/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE OIAPOQUE-AP	OIAPOQUE-AP	SVAOYK/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE PACARAIMA-RR	PACARAIMA-RR	SVAPAC/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE BELÉM-PA	BELÉM-PA	SVABEL/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE BOA VISTA-RR	BOA VISTA-RR	SVABVB/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA AERO MANAUS-AM	MANAUS-AM	SVAMAO/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE PORTO VELHO-RO	PORTO VELHO-RO	SVAPVH/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ITAQUI-MADEIRA-MA	SÃO LUIS-MA	SVAITM/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE SANTANA-AP	SANTANA-AP	SVASTN/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE SANTAREM-PA	SANTARÉM-PA	SVASTM/SGRV2
SGRV DA 2ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE VILA DO CONDE-PA	VILA DO CONDE-PA	SVAVDC/SGRV2
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ARACAJU-SE	ARACAJU-SE	SVAAJU/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE CABEDELO-PB	CABEDELO-PB	SVACAB/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE SALVADOR-BA	SALVADOR-BA	SVASSA/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE SUAPE-PE	IPOJUCA-PE	SVASPE/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE PETROLINA-PE	PETROLINA-PE	SVAPNZ/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE AERO FORTALEZA-CE	FORTALEZA-CE	SVAFOR/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE PORTO SEGURO-BA	PORTO SEGURO-BA	SVABPS/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE RECIFE-PE	RECIFE-PE	SVAREC/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ILHEUS-BA	ILHEUS-BA	SVAIOS/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE FORTALEZA-CE	FORTALEZA-CE	SVAFZA/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE MACEIO-AL	MACEIO-AL	SVAMCZ/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE NATAL-RN	NATAL-RN	SVANAT/SGRV3
SGRV DA 3ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE PECEM-CE	SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE	SVAPEC/SGRV3
SGRV DA 4ª REGIÃO	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE GALEÃO-RJ	RIO DE JANEIRO-RJ	SVAGIG/DOF
SGRV DA 4ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE VITORIA-ES	VITÓRIA-ES	SVAVIX/SGRV4
SGRV DA 4ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA PORTO RIO DE JANEIRO-RJ	RIO DE JANEIRO-RJ	SVARIO/SGRV4
SGRV DA 4ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ITAGUAÍ-RJ	ITAGUAÍ-RJ	SVAITG/SGRV4
SGRV DA 4ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE CONFINS-MG	CONFINS-MG	SVACNF/SGRV4
SGRV DA 5ª REGIÃO	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE SANTOS-SP	SANTOS-SP	SVASNT/DOF
SGRV DA 5ª REGIÃO	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE GUARULHOS-SP	GUARULHOS-SP	SVAGRU/DOF
SGRV DA 5ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE VIRACOPOS-SP	CAMPINAS-SP	SVAVCP/SGRV5
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE DIONÍSIO CERQUEIRA-SC	DIONÍSIO CERQUEIRA-SC	SVADCQ/SGRV6
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ITAJAI-SC	ITAJAÍ-SC	SVAITJ/SGRV6
SGRV DA 6ª REGIÃO	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE FOZ DO IGUAÇU-PR	FOZ DO IGUAÇU-PR	SVAFOZ/DOF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SGRV DA 6ª REGIÃO	SERVIÇO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE PARANAGUÁ-PR	PARANAGUÁ-PR	SVAPNG/DOF
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE CURITIBA-PR	CURITIBA-PR	SVACWB/SGRV6
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE FLORIANOPOLIS-SC	FLORIANÓPOLIS-SC	SVAFLN/SGRV6
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE GUAIRA-PR	GUAÍRA-PR	SVAGUA/SGRV6
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE MUNDO NOVO-MS	MUNDO NOVO-MS	SVAMNO/SGRV6
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE SANTA HELENA-PR	SANTA HELENA-PR	SVASTH/SGRV6
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE IMBITUBA-SC	IMBITUBA-SC	SVAIMB/SGRV6
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ITAPOA-SC	ITAPOÁ-SC	SVAITA/SGRV6
SGRV DA 6ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE SAO FRANCISCO DO SUL-SC	SÃO FRANCISCO DO SUL-SC	SVASFS/SGRV6
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE QUARAÍ-RS	QUARAÍ-RS	SVAQUA/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE URUGUAIANA-RS	URUGUAIANA-RS	SVAURG/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE RIO GRANDE-RS	RIO GRANDE-RS	SVARGD/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE PORTO ALEGRE-RS	PORTO ALEGRE-RS	SVAPOA/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ACEGUÁ-BAGE-RS	BAGÉ-RS	SVABGX/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE CHUI-RS	CHUI-RS	SVACHU/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE ITAQUI-RS	ITAQUI-RS	SVAITQ/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE JAGUARAO-RS	JAGUARÃO-RS	SVAJAG/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE PORTO XAVIER-RS	PORTO XAVIER-RS	SVAXAV/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO-RS	SANTANA DO LIVRAMENTO-RS	SVALIV/SGRV7
SGRV DA 7ª REGIÃO	SEÇÃO DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA DE SAO BORJA-RS	SÃO BORJA-RS	SVASBJ/SGRV7

ANEXO II

ÓRGÃO	SIGLA	LOCALIZAÇÃO FÍSICA DA SEDE	MUNICÍPIO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
SERVIÇO DE GESTÃO REGIONAL DA 1ª REGIONAL DA 1ª REGIÃO	SGRV1/DOF	MAPA-SEDE	BRASÍLIA-DF	Estados do Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal- DF, excluindo-se o Serviço de Vigilância Agropecuária de Mundo Novo/MS
SERVIÇO DE GESTÃO REGIONAL DA 2ª REGIÃO	SGRV2/DOF	SVABEL-PA/SGRV2	BELÉM-PA	Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará e Maranhão
SERVIÇO DE GESTÃO REGIONAL DA 3ª REGIÃO	SGRV3/DOF	SFA-PE	RECIFE-PE	Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe
SERVIÇO DE GESTÃO REGIONAL DA 4ª REGIÃO	SGRV4/DOF	SVAGIG/DOF	RIO DE JANEIRO-RJ	Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espirito Santo
SERVIÇO DE GESTÃO REGIONAL DA 5ª REGIÃO	SGRV5/DOF	SVASNT/DOF	SANTOS-SP	Estado de São Paulo
SERVIÇO DE GESTÃO REGIONAL DA 6ª REGIÃO	SGRV6/DOF	SFA-PR	CURITIBA-PR	Estados do Paraná e Santa Catarina, incluindo-se a Seção de Vigilância Agropecuária de Mundo Novo/MS
SERVIÇO DE GESTÃO REGIONAL DA 7ª REGIÃO	SGRV7/DOF	SFA-RS	PORTO ALEGRE-RS	Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 28, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista a Instrução Normativa nº 6, de 23 de fevereiro de 2018, e o que consta do Processo nº 21000.037856/2017-67, resolve:

Art. 1º Estender, até o dia 21 de abril de 2018, o prazo destinado à consulta pública do projeto de Instrução Normativa que isenta o registro dos subprodutos não destinados à alimentação humana, obtidos de fontes ou tecidos animais e dos estabelecimentos que os fabricam ou processam.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa citado no caput deste artigo estará disponível na rede mundial de computadores, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento acessado pelo endereço http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas.

Art. 2º As contribuições ao texto proposto deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico: gabsda@agricultura.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 17, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao disposto no art. 46 da Lei nº 9.456/97, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de proteção da cultivar de amendoim, híbrido entre as espécies [*Arachis hypogaea* x (*A. ipaensis* e *A. duranensis*)], denominada BRS 425, protocolo n° 21806.000265/2017-69, apresentado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, com base no § 2º do art. 4º e § 3º do art. 18, ambos da Lei nº 9.456, de 1997.

Em cumprimento ao § 7º do art. 18 da Lei nº 9.456, de 1997, fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta Decisão.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 21, DE 26 DE MARÇO DE 2018

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador UPL Limited 3101/2, G.I.D.C. - Dist. Bharuch, 393 002 Ankleshwar, Gujarat Índia, Sulphur Mills Limited - Plot nº 230/231/232, G.I.D.C., Panoli, Dist. Bharuch, Gujarat Índia, Sulphur Mills Limited - Plot nº 1904, A-18/18, G.I.D.C., Panoli Industrial area, Dist. Bharuch, Ankleshwar, Gujarat Índia, Sulphur Mills Limited - Plot. Nº 1905/1928/29/30, G.I.D.C., Panoli Industrial area, Dist. Bharuch, Ankleshwar, Gujarat Índia no produto Start, registro nº 5317, conforme processo nº 21000.028086/2017-61.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão da cultura do arroz, no produto Pampa, registro nº 2512, de acordo com processo nº 21000.030872/2016-48.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Diuron Técnico Nortox registro nº 2418795, Diuron Técnico Milenia registro nº0058902, Diuron Técnico 970 BR registro nº 002194 no produto formulado Diurex Agricur 500 SC, registro nº 01098203, conforme processo nº 21000.003421/2015-57.

4. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Adama Andina B.V. Sucursal Colômbia - Calle 1C Nº 7-53, Interior Zona Franca, Barranquilla, Atlântico, Colômbia, Adama Agan Ltd. - Haashlag Street 3, P.O. Box 262, Northern Industrial Zone, 77102 Ashdod, Israel no produto Diurex Agricur 500 SC registro nº 01098203, conforme processo nº 21000.007345/2015-59.

5. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Diurex Agricur 500 SC, registro nº 01098203, conforme processo n° 21000.042021/2017-29.

6. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Syngenta Chemicals B.V. - Rue de Tymberchamps, 37, B-7180, Seneffe - Bélgica, Syngenta Crop Protection LLC - 3905 Highaway 75, St. Gabriel, LA 70776, EUA, no produto Lambdacialotrin Pré-Mistura 250 CS registro nº 19717 conforme processo nº 21000.044319/2017-73.

7. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador CJB Industries, Inc -2114 Cypress St. Valdosta, Georgia, EUA, Micro Chem Company, LLC - 258 Airport Square, Adel, GA 31620 Georgia - EUA, no produto Vitavax Thiram 200 SC registro nº 21000.023589/2017-41.

8. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Avilive Chemical Co., Ltd. nº 99 Zhengda Road, Economic Development Zone, Shandong Linyi China, Yifan Biotechnology Group Co., Ltd. nº 555, Changnan Road, Yaoxi Subdistrict, Longwan District, Zhejiang, Wenzhou City, China, Sulphur Mills Limited - Plot nº 230/231/232, G.I.D.C., Panoli, Dist. Bharuch, Gujarat Índia, Sulphur Mills Limited - Plot nº 1904, A-18/18, G.I.D.C., Panoli Industrial area, Dist. Bharuch, Ankleshwar, Gujarat Índia, Sulphur Mills Limited - Plot nº 1905/1928/29/30, G.I.D.C., Panoli Industrial area, Dist. Bharuch, Ankleshwar, Gujarat - Índia, no produto Eventra registro nº 13112, conforme processo nº 21000.045945/2017-87.

9. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Radix, registro nº8817, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura do algodão, e a inclusão do alvo biológico *Procornitermes triacifer* na cultura do milho conforme processo nº 21000.017458/2017-24.

10. De acordo com o Artigo 22, §2°, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Trulymax, registro nº 2809, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de amendoim e arroz, ea inclusão do alvo biológico - gafanhoto, e inclusão da aplicação aérea nas culturas de arroz, citros e trigo, aplicação em pré-plantio na cultura da soja para o controle da praga *Pseudoplusia includens* (lagarta-falsa-medideira), conforme processo nº 21000.028752/2017-61.

11. De acordo com o Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Soyvance Pre, registro nº 8298, para a marca comercial Amplexus, conforme processo nº 21000.035382/2017-19.

12. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Truenza registro nº 15108, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de amendoim e arroz, inclusão do alvo biológico Gafanhoto, e inclusão da aplicação aérea nas culturas de arroz, citros e trigo, aplicação em pré-plantio na cultura da soja para o controle da praga *Pseudoplusia includens* (lagarta-falsa-medideira), conforme processo nº 21000.028753/2017-14.

13. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Diuron Técnico August registro nº 14212, para a marca comercial Diuron Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010644/2018-13.

14. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Btcontrol registro nº 4816, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Chrysodeixis includens* em todas as culturas de ocorrência destes alvos biológicos, conforme processo nº 21000.042068/2017-92.

15. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto BrilhanteBR registro nº 10010, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão de alvo biológico nas culturas de algodão (*Pseudoplusia includens*), milho (*Spodoptera frugiperda*), soja (*Agrotis ípsilon*) e inclusão de modalidade de uso pré-plantio nas culturas de milho e soja, conforme processo nº 21000.044783/2017-60.

16. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Fortuna 800 WP registro nº 310, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico *Phakopsora pachyrhizi* na cultura da soja conforme processo nº 21000.052057/2017-11.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Kaligreen registro nº 9101, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de alface, maçã, melão e uva conforme processo nº 21000.032885/2017-32.

18. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho de 2014, no produto Azimut Supra, registro nº 20617, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura com suporte fitossanitário insuficiente: Cultura do Subgrupo - Trigo: Cultura de Suporte Fitossanitário Insuficiente - Algodão, Milho e Cevada conforme processo nº 21000.042597/2017-96.

19. De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Myclobutanil Técnico Indofil processo nº 21000.037337/2016-18, Tricyclazole Técnico Indofil processo nº 21000.005803/2015-15 da empresa Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda - sito à Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre E - conj. 810 - CEP: 05319-000 - São Paulo/SP para a empresa Indofil Industries do Brasil Ltda - sito à Alameda Araguaia, 751, CJ 101, 102, 103 e 106, Alphaville Industrial - CEP: 06.455.000 - Barueri/SP, de acordo com processo nº 21000.009174/2018-45.

20. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, o IBAMA reclassificou o produto Solist 430 SC registro nº 11609, da Classe Ambiental - III Produto Perigoso ao Meio Ambiente, para a Classe Ambiental - II Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

21. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração da composição quali-quantitativa do produto Spectro, registro nº 003094, conforme processo n° 21000.008919/2014-25.

22.De acordo com o Artigo 22, §1º, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Glufosinate-Ammonium 200 SL Yonon processo nº 21000.008032/2015-18, Glufosinate Yonon processo nº 21000.008240/2015-17, Glufosinate 200 SL YNG processo nº 21000.007389/2016-60 da empresa Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda - sito à Av. Queiroz Filho, 1700 - Torre E - conj. 810 - CEP: 05319-000 - São Paulo/SP para a empresa Yonon Biociências e Defensivos Agrícolas Ltda - sito à Avenida Nova Cantareira, 1005 Ap. 6 - Bairro Tucuruvi, CEP: 02331-001 - São Paulo/SP, de acordo com processo nº 21000.010973/2018-64.

23. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Imazethapyr Técnico August registro nº 14112, para a marca comercial Imazethapyr Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010646/2018-11.

24.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Lambda-Cyhalothrin Técnico August registro nº 8414, para a marca comercial Lambda-Cyhalothrin Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010650/2018-71.

25.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Diflubenzuron Técnico August registro nº 2616, para a marca comercial Diflubenzuron Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010642/2018-24.

26.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Tebuconazole Técnico August registro nº 6314, para a marca comercial Tebuconazole Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010655/2018-01.

27.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Thiadiazuron Técnico August registro nº 3313, para a marca comercial Thiadiazuron Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010656/2018-48.

28.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Quizalofop-P-Ethyl Técnico August registro nº 3313, para a marca comercial Quizalofop-P-Ethyl Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010653/2018-12.

29.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Nicosulfuron Técnico August registro nº 3016, para a marca comercial Nicosulfuron Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010651/2018-15.

30.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Imidacloprid Técnico August registro nº 3215, para a marca comercial Imidacloprid Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010648/2018-00.

31.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Propiconazole Técnico August registro nº 6915, para a marca comercial Propiconazole Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010652/2018-60.

32.De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do produto Chlorimuron-Ethyl Técnico August registro nº 34417, para a marca comercial Chlorimuron-Ethyl Técnico Avgust conforme processo nº 21000.010640/2018-35.

33.De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante Zhejiang Funong Biotech Co. Ltd. Lantian Yongqiang, 325024 Wenzhou Zhejiang China, no produto Fipronil Técnico CCAB registro nº 10712, conforme processo nº 21000.008079/2015-81.

34.De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Diuron Técnico Biesterfeld registro nº 0416, no produto formulado Dihex, registro nº 0108, conforme processo nº 21000.037318/2017-72.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 08 de março de 2018, em Ato nº 14 Seção 1, item 55, onde se lê: ... nome comum: Benzoato de Emamectina, leia-se: ... Benzoato de Emamectina + Lufenuron; onde se lê: ... nome químico: Mistura contendo 90 % de 2,6-dideoxi-3-0-metil-4-0-(2,4,6-trideoxi-3-0-metil-4-metilamino-a-L-lixo-hexopiranosil)-a-L-arabino-hexapiranosida de (1OE,14E, 16E,22Z)(1R,48,5'8,68,6'R,8R,128, 138,20R,21 R,248)-6'-[(8)-sec-butil]-21,24-dihidroxi-5'-, 11, 13,22-tetrametil-2-oxo-3,7, 19-trioxatetraciclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-1O,14, 16,22-tetraeno-6-espiro-2'-(5'-6'-dihidro-2'H-piran)-12-ila e 1 O % de 2,6-dideoxi-3-0-metil-4-0-(2,4,6-trideoxi-3-0-metil-4-metilamino-a-L-lixo-hexopiranosil)- a-L-arabinohexapiranosidade (10E, 14E, 16E,22Z)-(1R,48,5'8,68,6'R,8R,128, 138,20R,21 R,248)-21,24-dihidroxi-6'-isopropil-5', 11, 13,22-tetrametil-2-oxo-3, 7, 19-trioxatetraciclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-1O,14, 16,22-tetraeno-6-espiro-2'-(5'-6'dihidro-2'H-piran)-12-ila; leia-se: ... Mixture containing 90% of (10E,14E,16E)-1R,4S,5S,6S,6R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6-[(S)-sec-butyl]-21,24-dihydroxy-5,11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatecyclo[15.6.1.1$^{4.8}$,O$^{20.24}$]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2-(5,6-dihydro-2H-pyran)-12-yl 2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyrasonide benzoate and 10% of(10E,14E,16E)-(1R,4S,5S,6S,6R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6-isopropyl-5,11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1$^{4.8}$,O$^{20.24}$]pentacosa-10,14,22-tetraene-6-spiro-2-(,6-dihydro-2H-pyran)-12-yl 2,6 dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexopyranoside benzoate + (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropyl)phenyl]-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea.

No DOU de 16 de março de 2018, em Ato nº 16 Seção 1, item 7 onde se lê: ... Gowan Milling, LCC (Herbicide Plant) - 12557 East County 7th Street 85365 Yuma, Arizona-EUA no produto Kleios registro nº 010411, leia-se: ... Gowan Milling LLC (Herbicide Plant) - 12557 East County 7th Street 85367 Yuma, Arizona - EUA no produto Kleios registro nº 010411; item 8 onde se lê:... Gowan Milling, LCC (Herbicide Plant) -12557 East County 7th Street 85365 Yuma, Arizona-EUA no produto Actend registro nº 010911, leia-se: ... Gowan Milling LLC (Herbicide Plant) - 12557 East County 7th Street 85367 Yuma, Arizona - EUA no produto Actend registro nº 010911.

No DOU de 12 de março de 2018, em Ato nº 13 Seção 1, item 9 onde se lê: ... processo nº 21000.007770/2018-9, leia-se: ... processo nº 21000.007770/2018-91.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.617/SEI, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53800.000071/1999 e nº 53900.016413/2015-13, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTA LUZIA D'OESTE - ASCOSAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Luzia d'Oeste - RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 801/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001242/1998 e nº 53900.017138/2015-55, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Beneficente E Cultural Comunitária Nossa Gente, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Maracás / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 957/SEI, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.007141/2018-10, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO TIBAGI LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Apucarana, estado do Paraná, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Terra Rica (Morro Três Irmãos), estado do Paraná, por meio do canal 21 (vinte e um), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 956//SEI, DE 7 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.007163/2018-71, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO TIBAGI LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de APUCARANA, estado do PARANÁ, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de CORNÉLIO PROCÓPIO, estado do PARANÁ, por meio do canal 39 (trinta e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.009/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.016409/2015-55 e nº 53770.000727/2001, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 3 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Maricá / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.010/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.007823/2014-92 e nº 53770.002435/1998-01, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de julho de 2014, a autorização outorgada ao Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cabo Frio/RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.011/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.024846/2015-42 e nº 53710.000035/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de fevereiro de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Japonvar, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Japonvar/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.023/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006816/2013-36 e nº 53710.001003/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Comunidade de Jesus, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Bom Sucesso / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.024/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.046089/2012-69 e nº 53720.000036/2000, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de novembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Cultural da Área Itaqui-bacanga, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Luís / MA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.026/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.010271/2012-81 e nº 53790.001530/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de maio de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Clóvis Manica, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antônio Prado / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.027/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000658/2002-94 e nº 53900.048000/2015-06, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de maio de 2016, a autorização outorgada à Associação Cultural Novos Caminhos de Munhoz de Mello, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Munhoz de Mello/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.029/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53700.001698/1998 e nº 53900.017084/2015-28, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO COMUNITÁRIA FM - AMCRC/FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Taquarussu / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.030/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53760.000013/2001 e nº 53900.042136/2015-02, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO VALENCIANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Valença do Piauí / PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.031/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000164/1999 e nº 53900.049739/2015-27, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FIRMINÓPOLIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Firminópolis/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.033/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000258/1998 e nº 53900.016805/2015-82, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pedra Pintada, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itacoatiara / AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.034/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000948/1998 e nº 53900.049962/2015-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.036/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000408/1999 e nº 53000.001359/2014-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.112/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MOCOCA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 51 (cinquenta e um), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO ANTÔNIO BARBARÁ, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 17 (dezessete), no município de CIANORTE, estado do PARANÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003060/2018-32 e da Nota Técnica nº 3057/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.116/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BONFIM, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.068671/2017-45 e da Nota Técnica nº 3326/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.254/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53780.000136/2002 e nº 53900.050321/2015-62, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de novembro de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Almino Afonso / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.257/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000131/1999 e nº 53900.031471/2014-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Apoio Comunitário Bethel, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Aparecida de Goiânia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.258/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.002156/1998 e nº 53900.049709/2015-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de novembro de 2016, a autorização outorgada à MOVIMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - MAC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Solonópole / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.260/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001052/1999 e nº 53900.016138/2015-38, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de abril de 2015, a autorização outorgada à Associação Quinze de Agosto, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo do Rio Preto / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.261/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53610.000326/1998 e nº 53900.012814/2014-13, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 20 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Virgem dos Pobres, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ibateguara/AL.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.263/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000090/2001 e nº 53900.011113/2014-67, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 25 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio Areias do Município das Correntes, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Correntes / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.265/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000664/2002 e nº 53900.045907/2016-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 12 de abril de 2017, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ECOLÓGICA SANTO ANTÔNIO - ACESA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santo Antônio do Sudoeste / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.266/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.002037/1998 e nº 53900.050637/2015-54, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de outubro de 2016, a autorização outorgada à Associação Cultural Comunitária Nova Missão, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Mogi Mirim/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.267/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000605/1998 e nº 53000.007916/2014-61, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de maio de 2013, a autorização outorgada à Associação Casa da Cultura de Bom Jardim, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Bom Jardim / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.358/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.013163/2015-60 e nº 53770.001299/1999-32, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de Abril de 2015, a autorização outorgada à ACIR - Associação Comunitária Itaipava de Radiodifusão, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Petrópolis / RJ.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.359/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.043838/2015-03 e nº 53710.000133/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2014, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA INDIANOVA - FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Indianópolis / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.360/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.000053/1999 e nº 53900.023980/2014-45, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Marialva/PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.361/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53900.005039/2014-41 e nº 53730.000529/1998-78, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 9 de julho de 2014, a autorização outorgada à Comunidade Terceiro Milênio, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Patos / PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.363/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.000458/1999 e nº 53000.015799/2013-28, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação Comunitária Para O Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Guaratinguetá/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.364/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53720.000492/1999 e nº 53900.018431/2015-30, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de abril de 2015, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Belterra, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Belterra/PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.365/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53720.000303/1999 e nº 53000.007663/2014-25, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Cametá, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Cametá/PA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.366/2018/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53790.001312/2001 e nº 53900.029509/2014-61, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Nova Trento,, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Flores da Cunha/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.367/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000125/1999-10 e nº 53900.026027/2014-59, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de Novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Desterro, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Desterro / PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.423/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001371/1998 e nº 53000.048845/2013-75, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação Novaresendense de Difusão e Apoio - ANDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Resende/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.424/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001344/1998 e nº 53000.007107/2013-78, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Mariana / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.427/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001387/1998 e nº 53900.007550/2014-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2014, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL LAR DA PAZ (FALP), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Dores do Indaiá / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.428/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001306/1999 e nº 53900.042007/2015-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI DIOGO DE PARAMOTI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paramoti / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.430/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.000837/2001 e nº 53900.016403/2015-88, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social E Comunicação Popular de Paraipaba, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paraipaba / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.431/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000692/2001 e nº 53900.041564/2015-18, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de novembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO INDEPENDENTE - ACRDI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Sebastião do Passé / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.434/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000038/2000 e nº 53900.002972/2015-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL COUTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Couto de Magalhães de Minas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.508/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000216/2001 e nº 53900.026403/2015-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de agosto de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPANEMA FM ÁGUAS BELAS - PE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Águas Belas / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.602/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar R. A. W. COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PACAJÁ, estado do Pará, por meio do canal 47 (quarenta e sete), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO DE FÁTIMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 16 (dezesseis), no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.063006/2017-65 e da Nota Técnica nº 5741/2018/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA N° 1.724, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Homologa o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 28 de março de 2018, do agrupamento de municípios de Bauru/SP, e homologa, de forma escalonada, o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, dos agrupamentos de municípios de Presidente Prudente/SP e de São José do Rio Preto/SP.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição Federal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que transfere as competências do extinto Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, alterado pelos Decretos n.º 7.670, de 16 de janeiro de 2012, n.º 8.061, de 29 de julho de 2013 e n.º 8.753, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre SBTVD-T e estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV) e do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estabelecerá cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do SBTVD-T;

CONSIDERANDO o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços TV e RTV para o SBTVD-T, definido pela Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que foi alterada pela Portaria MCTIC nº 7.432, de 20 de dezembro de 2017 e pela Portaria MCTIC nº 1.019, de 26 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Portaria MCTIC n.º 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece como condição para o desligamento da transmissão analógica dos serviços de TV e RTV, que pelo menos 93% (noventa e três por cento) dos domicílios do município que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre, estejam aptos à recepção da televisão digital terrestre;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do art. 5º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece que cabe ao Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - GIRED, aferir o atingimento do mencionado percentual de domicílios aptos à recepção da televisão digital terrestre;

CONSIDERANDO a decisão tomada na 14ª Reunião Ordinária do GIRED, de considerar o percentual mínimo para atingimento da condição do desligamento como sendo o de 90 (noventa) pontos percentuais, tendo em vista a margem de erro de 3 (três) pontos percentuais;

CONSIDERANDO que a Portaria MCTIC nº 560 de 31 de janeiro de 2018 homologou o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, que ocorrerá em 28 de março de 2018, às 23 horas e 59 minutos, do agrupamento de municípios de São Luís/MA, devido ao atingimento do percentual estabelecido no art. 4º da Portaria 2.992/2017, que abrange os seguintes municípios do estado do Maranhão: Alcântara, Bacabeira, Bacurituba, Icatu, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, São Bento, São José de Ribamar e São Luís;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, que estabelece que a concessão de outorgas para a exploração do Serviço de RTV em caráter secundário, com a utilização de tecnologia digital, ocorrerá até a data do desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma estabelecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO que o GIRED, em sua 40ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de março de 2018, aferiu e validou o atingimento da condição para o desligamento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de TV e RTV, em tecnologia analógica, do agrupamento de municípios de Bauru/SP, conforme Ofício nº 116/2018/SEI/GPR-ANATEL, encaminhado pelo Presidente do GIRED; e

CONSIDERANDO que o GIRED, em sua 40ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de março de 2018, deliberou no sentido de recomendar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o desligamento escalonado da transmissão analógica dos serviços de TV e RTV, dos agrupamentos de municípios de Presidente Prudente/SP e São José do Rio Preto/SP, conforme disposto no Ofício nº 116/2018/SEI/GPR-ANATEL, encaminhado pelo Presidente do GIRED, resolve:

Art. 1° Homologar o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, em 28 de março de 2018, às 23 horas e 59 minutos, do agrupamento de municípios de Bauru/SP, que abrange os seguintes municípios do Estado de São Paulo: Agudos, Arealva, Avaí, Bauru, Borebi, Cabrália Paulista, Pirajuí, Piratininga e Presidente Alves.

Art. 2° Homologar o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, com início às 23 horas e 59 minutos do dia 28 de março de 2018 e término às 23 horas e 59 minutos do dia 18 de abril de 2018, dos agrupamentos de municípios de Presidente Prudente/SP e de São José do Rio Preto/SP, que abrangem os seguintes municípios do Estado de São Paulo: Adolfo, Alfredo Marcondes, Altair, Alvares Machado, Anhumas, Bady Bassitt, Bálsamo, Caiabu, Cedral, Dracena, Emilianópolis, Flora Rica, Guapiaçu, Indiana, Ipiguá, Irapuru, Jaci, José Bonifácio, Junqueirópolis, Martinópolis, Mendonça, Mirante do Paranapanema, Mirassol, Mirassolândia, Narandiba, Neves Paulista, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Palestina, Piquerobi, Pirapozinho, Potirendaba, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Sales, Santo Anastácio, Santo Expedito, São José do Rio Preto, Tarabai e Ubarana.

Art. 3º Após o início do encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, não serão concedidas autorizações para exploração do Serviço de RTV em caráter secundário, conforme estabelece o art. 2° da Portaria MC n° 6.738, de 21 de dezembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 3.175/SEI, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.000788/1999 e nº 53900.048812/2015-43, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de julho de 2016, a autorização outorgada ao INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE SOBRAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sobral / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.741/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001288/1998 e nº 53900.046473/2015-61, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de maio de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Cruz da Vitória / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 7.149/SEI, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53830.002238/1998 e nº 53900.047355/2015-70, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30 de janeiro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO MENSAGEIROS DA PAZ DE IEPÊ, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Iepê / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 169, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53504.005461/2017-11
Recorrente/Interessado: ON TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 28/2018/SEI/OR (SEI nº 2366092), integrante deste acórdão, declarar extintas, por Renúncia: a) a autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), conferida à ON TELECOMUNICAÇÕES LTDA por meio do Ato nº 6.928, de 11 de outubro de 2011, e Termo de Autorização PVST/SPV nº 6.161-Anatel, de 26 de outubro de 2011; e, b) todas as autorizações para uso de radiofrequências associadas.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 28 DE MARÇO DE 2018

Nº 170 - Processo nº 53560.001905/2008-83
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A.
Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 53/2018/SEI/OR (SEI nº 2492494), integrante deste acórdão: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado protocolizado sob o registro SEI nº 1185729 e julgá-lo prejudicado; e, b) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 171 - Processo nº 53572.000792/2008-60
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 64/2018/SEI/OR (SEI nº 2525016), integrante deste acórdão: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado, protocolizado sob o registro SEI nº 1192147 e julgá-lo prejudicado; b) não conhecer da petição extemporânea protocolizada sob o SEI nº 2537612, e, c) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 172 - Processo nº 53516.006991/2012-32
Recorrente/Interessado: CENTRO SUL TV PRODUÇÕES LTDA.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 55/2018/SEI/OR (SEI nº 2493448), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; b) reformar, de ofício, a sanção de advertência aplicada, convertendo-a em pena de multa no valor de R$ 4.000,00; e, c) manter a multa aplicada no valor de R$ 49.834,90, no município de Prudentópolis, estado do Paraná.

Nº 173 - Processo nº 53524.001733/2009-65
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 54/2018/SEI/OR (SEI nº 2492517), integrante deste acórdão: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado protocolizado sob o SEI nº 1186529 e julgá-lo prejudicado; b) conhecer do Recurso Administrativo para, no mértio, negar-lhe provimento; e, c) reformar, de ofício, a sanção com a redução dos valores de multas aplicadas de R$ 4.290.003,20 para R$ 4.019.752,80.

Nº 174 - Processo nº 53500.071743/2017-46
Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S.A.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 61/2018/SEI/OR (SEI nº 2514810), integrante deste acórdão, não conhecer do Recurso de Ofício.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.271, DE 27 MARÇO DE 2018

Processo nº 53504.005461/2017-11. Declara extinta, por renúncia, a partir de 23 de maio de 2017, a autorização de uso de radiofrequência outorgada à ON TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 02.279.256/0001-05, por intermédio do Ato nº 5.910, de 11 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial da União - DOU, de 16 de outubro de 2012, e Termo de Autorização nº 536/2012/SPV-ANATEL, de 16 de outubro de 2012, publicado no DOU, de 18 de outubro de 2012. A renúncia não desonera a empresa ON TELECOMUNICAÇÕES LTDA. de suas obrigações com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 2.015, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Expede autorização à EDP TRANSMISSAO S.A., CNPJ nº 04.705.039/0001-65 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO Nº 24/2017

PROCESSO 53500.203459/2015-83. Interessados: MHNET Telecomunicações Eirelli - EPP, Rio Grande Energia S.A - RGE. 1. Extinguir e, consequentemente, arquivar o pedido de instauração do processo de resolução de conflito sobre compartilhamento de infraestrutura; 2. Notificar as Partes acerca desta decisão.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 2.313, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53560.000444/2018-01. Expede autorização à COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A., CNPJ nº 08928273000293, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.353, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV, RTV e TVD. Proc. 53500.006002/2018-75. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal da Anatel.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018

Nº 1. 076 Processo nº 53500.003684/2018-64. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à BJPNET COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA.-ME, CNPJ/MF nº 05.756.847/0001-14, por meio do Ato nº 1697, de 08/03/2013, publicado no DOU de 22/03/2013, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9.472, de 16/07/1997.

Nº 1.084 - Processo nº 53563.002127/2017-19. Extingue, por cassação, a autorização do Serviço de Comunicação Multimídia, expedida à CONECTINET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.325.279/0001-77, por meio do Ato nº 307, de 22/01/2017, publicado no DOU de 27/01/2017, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro nos arts. 133 e 139, da Lei nº 9.472, de 16/07/1997.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.355, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV, RTV e TVD. Proc. 53500.005979/2018-75. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal da Anatel.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.293, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2018

Processo nº 53500.006644/2018-74. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PRINTSTEL ENGENHARIA LTDA, CNPJ 15.700.436/0001-60, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Candeias do Jamari/RO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.412, DE 5 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.007372/2018-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ipiaú/BA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 13 DE MARÇO DE 2018

Nº 1.663 - Processo nº 53500.008849/2018-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TVS EDUCATIVAS, CNPJ 61.914.891/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Sorocaba/SP.

Nº 1.666 - Processo nº 53500.008852/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CACHOEIRA DO SUL LTDA, CNPJ 89.784.037/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Valinhos/SP.

Nº 1.669 - Processo nº 53500.008860/2018-54. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Curitiba/PR.

Nº 1.674 - Processo nº 53500.008863/2018-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A. - EBC, CNPJ 09.168.704/0001-42, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Curitiba/PR.

Nº 1.680 - Processo nº 53500.008867/2018-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCACIONAL DE PONTA GROSSA, CNPJ 78.252.392/0001-73, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ponta Grossa/PR.

Nº 1.681 - Processo nº 53500.008868/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Batatais/SP.

Nº 1.684 - Processo nº 53500.008870/2018-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SPRING TELEVISAO S.A., CNPJ 16.936.928/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Franca/SP.

Nº 1.686 - Processo nº 53500.008871/2018-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Igarapava/SP.

Nº 1.687 - Processo nº 53500.008872/2018-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SPRING TELEVISAO S.A., CNPJ 16.936.928/0001-12, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Ribeirão Preto/SP.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.749, DE 14 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.009143/2018-40. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ROSARIENSE LTDA, CNPJ 01.634.171/0001-35, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rosário/MA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 1.847, DE 16 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.009676/2018-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA WCS DE COMUNICACAO LTDA., CNPJ 01.768.265/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Paço do Lumiar/MA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 23 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.136 - Processo nº 53500.009806/2018-26. Expede autorização à ALPHA TELECOM INTERNET E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 25.193.536/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2. 137 Processo nº 53500.007338/2018-55. Expede autorização à R. & . R. FERREIRA INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 12.438.286/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.148, DE 24 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 53500.010876/2018-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA VENEZA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA - ME, CNPJ 02.500.470/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Luís/MA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 26 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.167 - Processo nº 53500.010973/2018-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CAMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, utilizando tecnologia digital, na localidade de Barretos/SP.

Nº 2.168 - Processo nº 53500.009957/2018-84. Expede autorização à ITELECOM SOLUCOES EM COMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 27.995.213/0001-57, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.169 - Processo nº 53500.006689/2018-49. Expede autorização à C. P. A REIS EIRELI, CNPJ/MF nº 11.004.680/0001-38, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.170 - Processo nº 53500.007555/2018-45. Expede autorização à PAULO RICARDO SOUZA DO NASCIMENTO - ME, CNPJ/MF nº 29.228.474/0001-77, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.172 - Processo nº 53500.009968/2018-64. Expede autorização à ARSUL TELECOM LTDA, CNPJ/MF nº 28.006.893/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 2.180 - Processo nº 53500.010370/2018-18. Expede autorização à K.M. TELECOMUNICACOES - EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 24.940.081/0001-78, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 2.255, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 21/03/2018 a 25/03/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 28 DE MARÇO DE 2018

Nº 2.356 - Processo nº 53500.011466/2018-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bauru/SP.

Nº 2.357 - Processo nº 53500.011480/2018-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Presidente Prudente/SP.

Nº 2.363 - Processo nº 53500.011489/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO MIRANTE DO MARANHAO LTDA, CNPJ 10.363.729/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rosário/MA.

Nº 2.364 - Processo nº 53500.011491/2018-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bauru/SP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 2.365 - Processo nº 53500.011492/2018-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL SANTA BARBARA, CNPJ 00.718.526/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Luís/MA.

Nº 2.366 - Processo nº 53500.011493/2018-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI , CNPJ 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Rio Preto/SP.

Nº 2.367 - Processo nº 53500.011494/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bauru/SP.

Nº 2.407 -Processo nº 53500.011510/2018-75. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL 'PADRE LUIZ BARTHOLOMEU', CNPJ 04.475.934/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bauru/SP.

Nº 2.408 - Processo nº 53500.011511/2018-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à A. B. G. COMUNICACOES LTDA., CNPJ 03.886.692/0001-05, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Rio Preto/SP.

Nº 2.409 - Processo nº 53500.011512/2018-64. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL 'PADRE LUIZ BARTHOLOMEU', CNPJ 04.475.934/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Rio Preto/SP.

Nº 2.410 - Processo nº 53500.011513/2018-17. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV ARAUCÁRIA LTDA, CNPJ 02.346.770/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bauru/SP.

Nº 2.411 - Processo nº 53500.011514/2018-53. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ 43.665.629/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Rio Preto/SP.

Nº 2.412 - Processo nº 53500.011515/2018-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à UPAON-ACU COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 41.476.441/0001-41, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José de Ribamar/MA.

Nº 2.413 - Processo nº 53500.011517/2018-97. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA, CNPJ 06.275.598/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Rosário/MA.

Nº 2.416 - Processo nº 53500.011521/2018-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Presidente Prudente/SP.

Nº 2.417 - Processo nº 53500.011523/2018-44. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO EDUCATIVA E CULTURAL RIO VERDE, CNPJ 19.057.660/0001-37, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Rio Preto/SP.

Nº 2.418 - Processo nº 53500.011526/2018-88. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICAÇÕES L. MARTINS, CNPJ 01.565.569/0001-67, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Bento/MA.

Nº 2.419 - Processo nº 53500.011530/2018-46. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José do Rio Preto/SP.

Nº 2.420 - Processo nº 53500.011531/2018-91. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE BAURU, CNPJ 46.137.410/0001-80, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bauru/SP.

Nº 2.422 - Processo nº 53500.011536/2018-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Dracena/SP.

Nº 2.423 - Processo nº 53500.011538/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São Luís/MA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

POSTAL SAÚDE - CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS

Brasília - DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1.MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Postal Saúde encerrou o ano de 2017 com muitos desafios e um leque de ações conquistas que evidenciam as boas práticas de governança corporativa da Operadora, com padrões rígidos de ética, transparência e aprimoramento dos mecanismos de gestão. Por essa razão, vem se destacando com respeitabilidade no segmento de saúde suplementar.

Neste documento, constataremos que os resultados positivos alcançados no período se devem ao novo modelo de gestão adotado a partir de 2016, com foco na sustentabilidade do plano e nas tomadas de decisão estratégicas, possibilitando a melhoria contínua dos processos e o controle responsável dos gastos, sem perder de vista a qualidade dos serviços prestados.

Nessa perspectiva, as informações aqui contidas, além de elencar as atividades realizadas no período e apontar as expectativas para o futuro, são também uma bússola a nos indicar que estamos no caminho certo. As ações realizadas demonstram como, mesmo com cenário tão adverso enfrentado pelas operadoras de planos de saúde para controlar suas despesas, principalmente as assistenciais, a Postal Saúde tem conseguido entregar à Mantenedora e aos beneficiários resultados importantes.

Um deles foi o aumento de apenas 1,67% das despesas assistenciais, contrariando a conjuntura de inflação do mercado de saúde suplementar. Em 2017, o IPCA - Saúde (índice que mede a inflação acumulada do setor de saúde) fechou o ano em 13,53%. As operadoras de planos de saúde seguiram essa tendência e registraram um aumento igual ou superior a este índice nos gastos com a assistência médica e odontológica.

Registre-se que a ANS (Agência Reguladora de Saúde Suplementar), corroborando esta característica peculiar do setor de aumento muito superior à inflação oficial medida pelo IBGE (que em 2017 foi de 2,94%) autorizou as operadoras a majorarem seus preços em 13,55% (vide http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/consumidor/3907-ans-divulga-teto-de-reajuste-autorizado-para-planos-individuais-2017).

Vale ainda ressaltar que, conforme dados disponibilizados no portal da agência reguladora, mesmo com um pequeno aumento em suas despesas assistenciais, e com 25 % da população com mais de 59 anos, a Postal Saúde ainda apresenta menor per capita assistencial (R$ 359,13 - trezentos e cinquenta e nove reais e treze centavos), quando comparada a outras operadoras de autogestão.

O esforço realizado para manter o equilíbrio financeiro do plano de saúde refletiu positivamente também no controle das despesas administrativas, que obtiveram uma redução de 15%. É a menor despesa administrativa per capita (R$ 33,00 - trinta e três reais) entre as grandes operadoras de autogestão.

Esse resultado só foi possível após a realização de diversas ações, que incluem a revisão dos contratos com a rede credenciada, a realização de auditorias médicas e a implementação de novo política para contratação de serviços, aquisição e desfazimento de bens da Postal Saúde, com adoção do pregão eletrônico como principal forma de licitação. A essas conquistas, soma-se a manutenção dos atendimentos pela rede credenciada. Graças às negociações, a Postal Saúde também conseguiu o retorno do atendimento de saúde por vários estabelecimentos credenciados. Ao todo, a Operadora conta com mais de 20 mil estabelecimentos credenciados em todo o país.

Registre-se que o comparativo do total de despesas (assistenciais e administrativas) entre os exercícios de 2017 e 2016 registrou um acréscimo de apenas 0,01%.

TIPO DE DESPESA	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017	%
ADMINISTRATIVA	R$185.173.740,87	R$157.212.892,49	-15%
ASSISTENCIAL	R$1.682.971.266,28	R$1.711.062.506,71	1,70%
TOTAL	R$1.868.145.007,15	R$1.868.275.399,20	0,01%

Para 2018, os desafios tornam-se ainda maiores. Além de dar continuidade aos projetos já existentes, iniciaremos um novo ciclo com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico 2018-2020. Estamos certos de que, com um plano de ações bem estruturado, os bons resultados da Postal Saúde só tenderão a crescer.

Entre os projetos aprovados já está em andamento o programa "Saúde em Dia" e encontram-se em fase de elaboração outros programas de saúde, com foco no cuidado à saúde, no controle dos fatores de risco e no tratamento das doenças; o acompanhamento e discussão de ações com foco na gestão de riscos e no controle da sinistralidade; a continuidade dos retorno das Unidades de Representação Regional (URRs) para os prédios dos Correios, além de várias outras ações com foco no beneficiário.

Os resultados aqui apresentados mostram que, a passos largos e firmes, estamos caminhando para fazer da Postal Saúde referência nacional no segmento de autogestão em saúde.

2.A POSTAL SAÚDE

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, operadora de planos privados de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, classificada na modalidade autogestão, constituída em abril de 2013, é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica dos Correios é realizada pela Postal Saúde. O processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

2.1. Missão

Cuidar da saúde dos nossos beneficiários por meio de assistência médico-hospitalar e odontológica altamente qualificada.

2.2. Visão

Ser referência nacional no segmento de autogestão em saúde até 2020.

2.3. Valores

- Qualidade de serviços;
- Compromisso e respeito com os beneficiários;
- Ética e transparência nos negócios;
- Responsabilidade pelos resultados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da Postal Saúde é formada por: Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Assembleia Geral: é o órgão soberano de deliberação e dela participam, com direito a voto, a Associada Mantenedora, as Associadas Patrocinadoras e os Associados Beneficiários em situação regular.

Conselho Deliberativo: é o órgão de orientação estratégica da Postal Saúde e de superior deliberação, composto por 6 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo parte destes indicados pela Mantenedora e a outra eleita pela Assembleia Geral. No exercício de 2017, dentre reuniões ordinárias e extraordinárias o órgão realizou 21 reuniões.

Conselho Fiscal: é o órgão responsável pela fiscalização da gestão administrativa e econômico financeira, constituído por 04 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo parte destes indicados pela Mantenedora e a outra eleita pela Assembleia Geral. Estatutariamente o órgão deve reunir-se ordinariamente a cada trimestre, e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros. Em 2017, o órgão realizou 12 reuniões.

Diretoria Executiva: é o órgão de administração geral da Postal Saúde, ao qual compete propor e executar diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo. É composta por 04 membros efetivos designados pela Mantenedora. Em 2017, a Diretoria Executiva realizou 22 reuniões.

Prezando pelo princípio da transparência das decisões, as atas de reuniões dos órgãos colegiados são registradas em cartório, ficando disponíveis para consulta sem restrição. Elas também podem ser consultadas no portal da operadora.

Além dos órgãos colegiados, a caixa de assistência possui como órgão regulador a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, para maior controle, conta com Auditoria Interna, subordinada ao Conselho Deliberativo, Auditoria Independente contratada e Auditoria Interna da Mantenedora, que periodicamente realiza trabalhos de auditoria em Gestão de Saúde com foco nos processos da operadora. A título de exemplo sob este enfoque, destacamos que no exercício de 2017 houve foco no tratamento das Recomendações de Auditoria realizada pela Mantenedora, com tratamento de 89% desses pontos auditados.

4.ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS

Em 2017, a operadora realizou um importante ato de governança - eleição de dois representantes titulares e seus respectivos suplentes para Conselho Fiscal e um representante e seu respectivo suplente para Conselho Deliberativo.

O processo eleitoral teve início em janeiro e foi finalizado no mês de junho com a posse dos eleitos. Puderam se candidatar todos os Associados Beneficiários (titulares de planos de assistência à saúde administrados pela Postal Saúde, vinculados aos Correios e ao Postalis) que estivessem em gozo pleno dos seus direitos estatutários e cumprissem as disposições previstas na legislação de saúde suplementar para o cargo de administrador.

A eleição contou com a inscrição de 10 chapas, cada uma composta por candidato titular e suplente, sendo que 06 chapas disputaram as vagas para o Conselho Fiscal e 04 para o Conselho Deliberativo. Puderam votar, todos os Associados Beneficiários (titulares dos planos de assistência à saúde administrados pela Postal Saúde, vinculados aos Correios e ao Postalis).

Conforme previsto no Estatuto Social, os eleitos possuem mandato de 04 anos a contar da data da posse que ocorreu em 1º de junho.

Para os conselheiros dos dois Colegiados foi realizado encontro nos dias 30 e 31 de maio, visando ao debate e à imersão em temas afetos ao mercado de saúde suplementar, incluindo-se benchmarking com outras Operadoras. Essa iniciativa possibilitou melhor preparação dos conselheiros para a nobre tarefa de fiscalizar e atuar na melhoria da governança da Postal Saúde.

5.POSTAL SAÚDE EM NÚMEROS

5.1.População

A população média, em 2017, foi de 397.023 (trezentos e noventa e sete mil e vinte e três) beneficiários.

População Média em 2017

BRASIL

Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	15.909	78.116	94.025
Filho (a) \Enteado (a)	4.180	104.039	108.219
Pai/Mãe	2.607	51.448	54.055
Titular	27.755	112.969	140.724
Total	50.451	346.572	397.023

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

5.2.Rede Credenciada

Os beneficiários da Postal Saúde puderam contar com ampla rede credenciada distribuída pelos estados brasileiros:

Quantidade de prestadores por tipo

Tipo Prestador	Quantidade
Clínica	9.046
Hospital	1.864
Laboratório	2.277
Outros	6.986
Total	20.173

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

5.3.Consultas

Quantidade Total de Consultas

BRASIL

Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	117.335	390.129	507.464
Filho (a) \Enteado (a)	20.595	392.760	413.355
Pai/Mãe	20.669	258.758	279.427
Titular	151.374	720.957	872.331
Total	309.973	1.762.604	2.072.577

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Consulta por beneficiário ano

BRASIL

Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	7,38	4,99	5,4
Filho (a) \Enteado (a)	4,93	3,78	3,82
Pai/Mãe	7,93	5,03	5,17
Titular	5,45	6,38	6,2
Total	6,14	5,09	5,22

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Custo Médio por Consulta

BRASIL

Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	R$75,18	R$74,80	R$74,89
Filho (a) \Enteado (a)	R$77,81	R$79,76	R$79,66
Pai/Mãe	R$75,11	R$73,89	R$73,98
Titular	R$74,26	R$72,39	R$72,71
Total	R$74,90	R$74,78	R$74,80

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.4.Exames
Quantidade Total de Exames

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	568.477	1.638.376	2.206.853
Filho (a) \Enteado (a)	71.850	990.248	1.062.098
Pai/Mãe	123.819	1.331.954	1.455.773
Titular	787.899	2.203.513	2.991.412
Total	1.552.045	6.164.090	7.716.135

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Exame por beneficiário ano

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	35,73	20,97	23,47
Filho (a) \Enteado (a)	17,19	9,52	9,81
Pai/Mãe	47,49	25,89	26,93
Titular	28,39	19,51	21,26
Total	30,76	17,79	19,43

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Custo Médio por Exame

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	R$42,82	R$42,24	R$42,39
Filho (a) \Enteado (a)	R$33,25	R$29,65	R$29,90
Pai/Mãe	R$35,17	R$40,32	R$39,89
Titular	R$41,04	R$46,50	R$45,06
Total	R$40,87	R$41,33	R$41,24

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Exames por Consulta

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	4,84	4,2	4,35
Filho (a) \Enteado (a)	3,49	2,52	2,57
Pai/Mãe	5,99	5,15	5,21
Titular	5,2	3,06	3,43
Total	5,01	3,5	3,72

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

5.5.Internações
Quantidade Total de Internações

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	3.290	11.120	14.410
Filho (a) \Enteado (a)	476	7.020	7.496
Pai/Mãe	1.267	11.224	12.491
Titular	4.926	15.092	20.018
Total Geral	9.959	44.456	54.415

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Tempo Médio de Internação (em dias)

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	5,72	3,57	4,06
Filho (a) \Enteado (a)	4,33	3,69	3,73
Pai/Mãe	13,71	9,65	10,06
Titular	8,06	3,92	4,94
Total	7,82	5,24	5,72

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Custo Médio da Internação

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	R$17.340,37	R$9.228,29	R$11.080,39
Filho (a) \Enteado (a)	R$12.720,27	R$8.530,59	R$8.796,64
Pai/Mãe	R$40.955,03	R$28.292,07	R$29.576,51
Titular	R$23.615,64	R$10.782,90	R$13.940,76
Total	R$23.227,77	R$14.458,99	R$16.063,85

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.6.Odontologia
Quantidade Total de Procedimentos Odontológicos

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	43.733	197.333	241.066
Filho (a) \Enteado (a)	11.342	196.331	207.673
Pai/Mãe	955	38.278	39.233
Titular	63.926	319.314	383.240
Total	119.956	751.255	871.211

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Procedimentos Odontológicos por Beneficiário ano

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	2,75	2,53	2,56
Filho (a) \Enteado (a)	2,71	1,89	1,92
Pai/Mãe	0,37	0,74	0,73
Titular	2,3	2,83	2,72
Total	2,38	2,17	2,19

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

Custo Médio por Consulta Odontológica

BRASIL			
Beneficiário	Aposentado	Ativo	Geral
Cônjuge \ Companheiro	R$100,95	R$82,16	R$85,57
Filho (a) \Enteado (a)	R$51,96	R$43,58	R$44,04
Pai/Mãe	R$118,00	R$116,42	R$116,46
Titular	R$103,61	R$81,18	R$84,92
Total	R$97,87	R$73,41	R$76,78

Fonte: Benner Saúde - dados extraídos em 02 de janeiro de 2018

5.7.Quimioterápicos
Conforme previsto no Rol de Eventos e Procedimentos em Saúde, as operadoras devem fornecer medicação oral para o tratamento oncológico, medicamentos para controle dos efeitos adversos e adjuvantes relacionados ao tratamento quimioterápico.
No exercício de 2017, foram adquiridos e/ou ministrados na rede 79.173 (setenta e nove mil, cento setenta e três) medicamentos quimioterápicos.
5.8.Home Care
O plano de saúde dos empregados dos Correios prevê cobertura de internação domiciliar - Home Care. No exercício de 2017, 638 (seiscentos e trinta e oito) beneficiários utilizaram o serviço, com custo médio aproximado de R$ 4,4 milhões/mês e de R$ 52,6 milhões/ano. Registre-se que em 31/12/2017 haviam 203 (duzentos e três) pacientes neste regime de internação domiciliar.
5.9.Programa Benefício de Medicamento
O Postal Benefício Medicamentos (PBM) é um benefício oferecido pela Mantenedora e operacionalizado pela Postal Saúde, que garante a todos os empregados ativos, afastados por doença, aposentados por invalidez e aposentados dos Correios, devidamente cadastrados no plano CorreiosSaúde, uma ampla cobertura de medicamentos. O benefício não é extensivo aos dependentes. Os medicamentos podem ser adquiridos em qualquer farmácia do país e a cobertura é facilitada, exclusivamente, por meio de reembolso, cujo valor pago é reembolsado pela Postal Saúde, mediante solicitação do beneficiário.
Em 2017, foram realizados 16.080 (dezesseis mil e oitenta) processos de reembolso de medicamentos, ao custo total de R$. 1.218.318,00 (um milhão, duzentos e dezoito mil, trezentos e dezoito reais). O tempo médio de processamento do reembolso foi de 28 dias.
5.10.Órteses Próteses de Materiais Especiais (OPME)
Em 2017, a Postal Saúde atendeu 18.249 (dezoito mil, duzentos e quarenta e nove) beneficiários com necessidade de aquisição de OPME. Estes atendimentos resultaram em aproximadamente 110.124 (cento e dez mil, cento e vinte e quatro) materiais adquiridos, ao custo total de R$ 176.774.386,41 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seus reais e quarenta e um centavos).
Para fins de registro, a sistemática de aquisição de OPME, que prevê cotação ampla e transparente, bem como negociação com o proponente vencedor, evitou um custo a maior na ordem de R$ 63,4 milhões, com redução de 26,40% entre o valor da cotação e o valor final negociado.
5.11.Quantidade de atendimentos nos ambulatórios
Dentre atendimentos de saúde ocupacional, assistencial, enfermagem e odontologia, os 18 ambulatórios da Postal Saúde realizaram em 2017, 199.656 (cento e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis) atendimentos a beneficiários. Abaixo apresentamos demonstrativos de atendimentos por especialidade.
Quadro: Atendimentos realizados nos ambulatórios

Especialidade	Quantidade de atendimentos/mês	Quantidade de atendimento/ano
Ocupacional	3.119	37.428
Assistencial	4.296	51.552
Enfermagem	6.304	75.648
Odontologia	2.919	35.028
Total	16.638	199.656

Fonte: Gerência de Programas de Saúde

Os ambulatórios evitaram, em 2017, a realização de 199.656 (cento e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis) atendimentos na rede credenciada, nos estados em que há presença desse tipo de unidade.
5.12.Gestão do Relacionamento
5.12.1.Central de Atendimento ao Beneficiário
A Central de Atendimento ao beneficiário funciona 24h por dia, 7 dias por semana. Nesse canal os beneficiários podem solicitar informações sobre a rede credenciada em âmbito nacional; alteração cadastral; informações sobre inclusão, renovação e exclusão de beneficiários, dentre outros serviços.
No exercício de 2017 a Central de Atendimento ao Beneficiário atendeu em média 22.584 (vinte e duas mil, quinhentas e oitenta e quatro) ligações ao mês, totalizando 271.002 (duzentas e setenta e uma mil e duas) ligações atendidas no ano.
Ao final dos atendimentos, os beneficiários puderam participar da pesquisa de satisfação, a qual atingiu patamar médio de 94% satisfação.
5.12.2.Central de Atendimento ao Credenciado
Disponível de segunda a sexta, das 8h às 18h, a Central de Atendimento ao Credenciado fornece informações que facilitam a operação, tais como: auxílio no envio eletrônico de contas médicas, esclarecimento de dúvidas relacionadas a faturamento e outros serviços administrativos e assistenciais.
De janeiro a dezembro de 2017, a Central realizou 86.397 (oitenta e três mil, trezentos e noventa e sete) atendimentos - uma média mensal de 7.200 (sete mil e duzentas) ligações.
A pesquisa de satisfação relativa aos atendimentos da Central alcançou um nível médio de 92% de satisfação.
5.12.3.Central de Autorização
Disponível 24h por dia, 7 dias por semana, a Central é destinada à solicitação, ao acompanhamento e/ou cancelamento de autorização de procedimentos médico-hospitalares e odontológicos. Em 2017, a unidade realizou 258.608 (duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oito) atendimentos, com média mensal de 21.551 (vinte e uma mil, quinhentas e cinquenta e uma) ligações atendidas.
A pesquisa de satisfação relativa aos atendimentos da Central alcançou um nível médio de 92% de satisfação.
5.12.4.Ouvidoria
Outro canal de comunicação direta com o beneficiário é a Ouvidoria. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. Trata-se de um canal de segunda instância e se destina a tratar casos que não foram resolvidos ou respondidos pela Central de Atendimento e pelas Unidades de Representação Regional.
No ano de 2017, os casos trazidos à Ouvidoria reduziram-se em 39% em relação ao ano anterior. Das ouvidorias recebidas, 29% eram improcedentes. O tempo médio de resposta foi de 3,12 dias úteis.
6.AÇÕES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2017
6.1.Disponibilização do extrato de utilização e campanha "Fiscalize, o plano é seu"
Com objetivo de promover maior controle e transparência, a Operadora disponibilizou novo modelo de extrato de despesas médicas e odontológicas, garantindo aos beneficiários mais facilidade na hora de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

acompanhar suas despesas. Outra vantagem é a possibilidade de identificar as divergências em relação ao atendimento recebido. Nesse intuito, a operadora lançou a campanha "Fiscalize, o plano é seu", e vem contando com o auxílio dos beneficiários para identificar qualquer irregularidade nas cobranças.

O extrato está disponível no portal e aplicativo da operadora e no aplicativo RH 24horas da Mantenedora.

6.2.Implementação da nova Política de Contratação de Serviços, Aquisição e Desfazimento de Bens da Postal Saúde (PCAD)

Em 2017 a operadora também realizou importantes ações no âmbito administrativo, dentre elas destacamos a implementação da nova Política de Contratação de Serviços, Aquisição e Desfazimento de Bens.

Com o aprimoramento do processo, dentre outros controles, a operadora implementou o Pregão Eletrônico, onde a cotação realizada no mercado é um balizador para o preço de referência, oportunizando uma disputa em ambiente seguro entre as empresas e negociação direta com o Pregoeiro.

No exercício de 2017 foram homologados 26 (vinte e seis) Pregões Eletrônicos, sendo obtido o resultado de R$ 1.271.309,22 (um milhão, duzentos e setenta e um reais e vinte e dois centavos), levando em consideração o Valor Referência e Valor Contratado.

Registre-se que antes da implementação, a Postal Saúde realizava 3 cotações e comprava daquela que ofertasse menor valor, observados os requisitos constantes da especificação. Com o Pregão Eletrônico, além das cotações, há publicidade ampla e disputa em certame regrado pelo sistema Licitações-E disponibilizado pelo Banco do Brasil.

6.3.Mudança da marca

Com objetivo de aproximar-se ainda mais de seus beneficiários e Mantenedora, a Postal Saúde mudou sua marca em 2017. O trabalho foi desenvolvido sem custo pela área de Comunicação Institucional da Postal Saúde. O conceito da marca foi mantido, com a finalidade de não perder a identidade de mercado, porém foi remodelado, aproximando-se a estrutura de desenvolvimento da marca da Mantenedora, tornando-a mais moderna e contemporânea.

Com isso, utilizou-se as formas modernas e as cores da marca da Mantenedora, permitindo assim, que o beneficiário se aproprie da nova marca da Postal Saúde, tendo a percepção de que a Postal Saúde é uma instituição identificada com os Correios.

Marca Anterior

Nova Marca

6.4.Mudança das Unidades de Representação Regional (URRs)

Visando a um atendimento mais humanizado, por meio da reaproximação aos seus beneficiários, a Postal Saúde tomou decisão estratégica de retorno de suas Unidades de Representação Regional para os espaços disponíveis nos Correios. Até o final de 2017, 18 unidades já estavam funcionando nos espaços disponibilizados pelos Correios.

6.5.Cartilha de Utilização do Plano

A Postal Saúde preparou, divulgou e disponibilizou em seu portal uma cartilha de uso consciente do plano com dicas de como algumas ações podem contribuir para a sustentabilidade do benefício.

Além de dicas sobre consultas, exames e idas ao pronto-socorro, a cartilha incentiva a prevenção de doenças e esclarece algumas dúvidas relacionadas ao Cartão de Identificação do Beneficiário (CIB) e à Rede Credenciada.

6.6.Ações voltadas para os empregados

Com foco na gestão do capital humano, a operadora vem desenvolvendo diversas ações voltadas aos empregados. Entre os objetivos estão a qualidade de vida, a valorização das pessoas, o desenvolvimento de competências, o engajamento e a retenção de talentos.

Em 2017, foram realizadas ações como:

- Avaliação de Desempenho, com objetivo de analisar o desenvolvimento de cada empregado de forma a aperfeiçoar as principais qualidades e rever os pontos de melhoria, sempre buscando aumentar a produtividade e manter a qualidade de vida no trabalho.

- Pesquisa de Clima Organizacional, realizada pela primeira vez, desde a criação da caixa de assistência. A pesquisa contou com a participação dos empregados da Sede e das Regionais, tendo sido avaliados temas como coesão entre colegas, controle e pressão, conforto físico, recompensa e apoio do gestor e da operadora.

- Parcerias com instituições de renome como Ibmec e Estácio de Sá para concessão de descontos aos empregados nos cursos de graduação e pós-graduação, além do Banco do Brasil para contratação de crédito consignado.

- DIA D da Gestão, com objetivo de estimular a proatividade e o espírito de liderança, muitas vezes desconhecido do próprio empregado. A Postal Saúde tem promovido aos empregados que não exercem cargo de gestão a oportunidade de participar da rotina de seu gestor, por um dia. A ação permite que o empregado escolhido compreenda as dificuldades relacionadas às decisões tomadas pelo gerente, bem como as obrigações e os deveres que o cargo impõe.

- Empregado Destaque, com objetivo de valorizar o empregado no ambiente de trabalho, promovendo qualidade de vida e estimulando a boa convivência entre os colegas em suas respectivas unidades administrativas.

6.7.Campanhas institucionais e de prevenção à saúde

No exercício de 2017, a Postal Saúde realizou, por meio de seus canais de comunicação, campanhas do dia Internacional da Mulher e contra a discriminação racial, Dia Mundial da Saúde, Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Dia Mundial do Coração, Outubro Rosa, Novembro Azul, divulgação da Cartilha "Use seu plano de forma consciente".

Além das campanhas institucionais, foram divulgadas 59 matérias sobre saúde, uma média de 5 matérias ao mês.

6.8.Programa de Cinesioterapia Laboral (PCL) e Ginástica Laboral (PGL)

Destacam-se, ainda, a contratação e a gestão do Programa de Cinesioterapia Laboral (PCL), de natureza prevencionista e curativa. Nesse programa, os empregados dos Correios têm acesso, dentro de sua unidade de trabalho, ao atendimento de profissionais - médico, enfermeiro, educador físico e fisioterapeuta - que avaliam de forma integral cada indivíduo e estabelecem planos de tratamento a serem executados de duas a três vezes por semana, durante o horário de expediente.

Ficam disponíveis aos empregados participantes do PCL materiais e equipamentos de educação física e fisioterapia, alocados em um ambiente climatizado e preparado especialmente para tornar a prática dos exercícios satisfatória e eficiente.

Com isso, o Programa trata os adoecidos, mas também busca desenvolver a importância do autocuidado e da saúde como um todo. Os resultados do programa não são todos possíveis de serem mensurados (por exemplo, quantidade de dias de afastamentos evitados), mas há alguns que podem ser aferidos, como por exemplo avaliação da qualidade de vida dos empregados em relação à capacidade funcional, aspectos físicos, dor, estado geral da saúde, vitalidade, aspectos sociais, aspectos emocionais e saúde mental.

Outros Programas atualmente geridos pela Postal Saúde são o Programa de Ginástica Laboral (PGL) e o Programa de Conservação da Voz (PCV). O PGL é caracterizado por uma pausa no trabalho entre 12 a 15 minutos, três vezes por semana, com o objetivo de alongar as partes do corpo mais utilizadas na rotina laboral e relaxar a mente. O resultado esperado é a redução do adoecimento por esforços repetitivos e do estresse, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos empregados participantes.

Já o PCV segue as diretrizes da Norma Regulamentadora 17, disponibilizando, 20 horas por semana, em turnos alternados, os profissionais médicos, psicólogos, fisioterapeutas e fonoaudiólogos, que trabalham com o objetivo de prevenir o adoecimento dos teleatendentes lotados em Barbacena/MG e tratar aqueles empregados que apresentem distúrbios relacionados à atividade laborativa.

6.9.Postal 24h

Em março de 2017, a Postal Saúde lançou o Postal 24h, que consiste em oferecer ao beneficiário um serviço de orientação e informação em saúde por telefone ou videochamada, com funcionamento 24 horas por dia. O objetivo é proporcionar melhor qualidade de vida aos assistidos, orientando-os de forma confiável na conduta a ser tomada, diminuindo riscos, reduzindo custos e proporcionando maior tranquilidade com o serviço disponível a qualquer hora do dia ou da noite. As ligações são gratuitas e ilimitadas, podendo o beneficiário utilizar o serviço ligando para um número de 0800 ou por meio do aplicativo disponibilizado (o APP Postal 24h).

Os atendimentos são realizados por uma equipe de enfermeiros qualificados para realização de uma primeira avaliação segura sobre o sintoma que o beneficiário estiver apresentando. O beneficiário pode utilizar o serviço sempre que apresentar qualquer dúvida sobre a sua saúde ou estiver com algum sintoma como dor de cabeça ou no estômago - por exemplo. Também são ser fornecidas informações sobre doenças, exames e auxilio para compreender prescrição médica.

O projeto piloto está disponível, inicialmente, para os beneficiários do Distrito Federal com perspectivas de expansão para todo o Brasil, inclusive com Central de Marcação de Consultas.

6.10.Fornecimento de quimioterápicos orais em domicílio

Visando mais comodidade e conforto, no mês de dezembro a Postal Saúde passou a oferecer aos seus beneficiários a opção de entrega de medicamentos quimioterápicos orais em sua residência. Além de maior segurança, a medida também resulta em economia para a operadora e para o beneficiário quando do compartilhamento das despesas.

Nesta modalidade, somente no mês de dezembro após seu lançamento, a operadora já atendeu a 9 beneficiários, num valor total de R$ 25.404,67 (vinte e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e sessenta e sete centavos).

6.11.Inauguração do serviço odontológico nos ambulatórios

Os ambulatórios de Belo Horizonte (MG) e de Fortaleza (CE) tiveram o serviço odontológico inaugurado nos meses de julho e novembro, respectivamente. Além do atendimento mais humanizado, a iniciativa tem por objetivo a manutenção da saúde e a prevenção de doenças bucais, permitindo o diagnóstico precoce e evitando futuras complicações no tratamento.

Bem avaliado pelos beneficiários, os serviços têm batido recorde de atendimentos. Após 20 dias da inauguração, por exemplo, o ambulatório de Fortaleza já havia realizado cerca de 500 atendimentos. Entre os atendimentos realizados estão exames, remoção do tártaro bucal (tartarectomia), profilaxia, aplicação de flúor e outros procedimentos de baixa complexidade, que podem ser resolvidos de imediato, sem coparticipação do beneficiário.

6.12.Intensificação da Auditoria de Contas Médicas

A auditoria médica foi aperfeiçoada em 2017 com a implementação da modalidade de auditoria beira leito. Nessa forma de auditoria os profissionais realizam visitas aos beneficiários internados visando a qualidade do atendimento.

Além desse acompanhamento, a Auditoria realiza o fechamento de contas no próprio prestador, impedindo a cobrança de insumos em excesso e/ou desnecessários, bem como visitas técnicas para vistoria dos estabelecimentos de saúde que desejam se credenciar à Postal Saúde para atendimento aos beneficiários. Também se intensificou as visitas a beneficiários que se encontram em internação domiciliar com o intuito de avaliar a assistência prestada e acompanhar a evolução clínica do beneficiário.

Com essas ações, o custo evitado para a operadora foi de aproximadamente R$ R$ 29,2 milhões em 2017.

6.13.Campanhas de recadastramento

Em 2017, a Postal Saúde realizou o recadastramento de Titulares Aposentados, Dependentes Universitários e Dependentes Pai e/ou Mãe, tendo sido registrados:

- 7.187 Recadastramentos de universitários;
- 2.682 Recadastramentos de Pai e/ou Mãe; e
- 16.843 Recadastramentos de Titulares Aposentados.

6.14.Reconhecimento de Revistas Especializadas - EXAME e ÉPOCA

Fortalecendo os resultados positivos alcançados, a Operadora figurou entre as 500 Melhores e Maiores Empresas de 2017, com classificação em 335° lugar. Entre as 100 maiores empresas do Centro-Oeste, a operadora conquistou a 23ª colocação.

A caixa de assistência também participou do lançamento do Anuário 360º da Revista Época Negócios da Editora Globo, se destacando entre as 500 melhores empresas, com classificação em 284° lugar.

Registre-se que as revistas supracitadas para incluir determinada empresa em suas publicações realizam trabalhos de averiguação das informações. Estes reconhecimentos corroboram o fortalecimento da governança e desafia à Instituição na busca de melhores resultados para os exercícios seguintes.

6.15.Perspectivas e planos da administração para o (s) exercício (s) seguinte (s)

O Planejamento Estratégico (PE) da Postal Saúde foi revisto para o período de 2018-2020. Com isso, inicia-se um novo ciclo voltado para uma gestão por desempenho e resultados, focado na missão, visão e valores da Operadora.

Na revisão, foram estabelecidos 11 (onze) objetivos estratégicos, a saber: Obter satisfação dos clientes pelos serviços prestados; Instituir ações de promoção à saúde e prevenção de doenças; Implementar novos produtos; Assegurar o equilíbrio econômico-financeiro; Aprimorar os processos de negócio e apoio; Fidelizar a rede credenciada; Implementar a gestão de riscos; Promover o desenvolvimento das pessoas; Promover ações de valorização e reconhecimento; Prover soluções de TIC alinhadas à estratégia; e Atuar com responsabilidade social e ambiental.

Oriundos do Plano Estratégico, projetos aprovados já estão em andamento para implementação em 2018.

Com foco no beneficiário, a expectativa é implementar programas e ações em saúde, a saber: Saúde em Dia, Saúde da Mulher e Saúde Bucal.

O Saúde em Dia, direcionará cuidado ao beneficiário com perfil crônico para orientação sobre sua condição de saúde e manutenção de hábitos saudáveis. Registre-se que na Postal Saúde 1% de seus beneficiários são responsáveis por 38% da despesa assistencial.

O programa Saúde da Mulher terá atenção voltada à prevenção do câncer e de infecções sexualmente transmissíveis às beneficiárias acima de 18 anos com vida sexual ativa.

Já o Saúde Bucal será desenvolvido para oferecer procedimentos preventivos e curativos voltados à preservação da saúde bucal.

Além dos programas citados, outros projetos com ações de abrangência nacional estão previstos: Dia Mundial da Saúde, Outubro Rosa, Novembro Azul.

Ainda com foco no beneficiário, a expectativa é de que em 2018 seja lançado o Plano Família Postal, novo plano de assistência à saúde direcionado aos familiares de beneficiários ativos e aposentados da Mantenedora, não abrangidos pela elegibilidade do plano CorreiosSaúde.

Os projetos voltados para a melhoria da gestão também estão em andamento, entre os quais o Painel de Sinistralidade, que tem por objetivo analisar o comportamento da utilização assistencial com foco no aumento da eficiência dos recursos disponibilizados pela Mantenedora.

Houve ainda a reformulação do Plano de Comunicação Institucional com o redirecionamento dos canais de comunicação, tendo o beneficiário como principal foco.

7.PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

7.1.Aplicações Financeiras

Realizada em conformidade com a Resolução Normativa nº 392 de 09 de dezembro 2015, seu valor está aplicado no fundo dedicado a ANS, sendo administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF e aplicados, integralmente, em títulos do tesouro nacional, com rendimento atrelado a "SELIC/CDI". O valor principal e seu rendimento estão vinculados como forma de garantir o pagamento à rede credenciada, conforme determina a Resolução Normativa nº 393 de 09 de dezembro de 2015, ao final do exercício de 2017 o total aplicado era de R$ 143.205.399,00.

Além desde montante de ativos aplicados no fundo dedicado a ANS, no exercício de 2017, foram realizadas aplicações financeiras em outras modalidades de investimento, sendo estas, principalmente, em CDB's junto às instituições financeiras Caixa Econômica e Banco do Brasil S/A, cujo recurso ao final do exercício representado pela monta de R$ 25.597.191,37.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os rendimentos auferidos em nossas aplicações financeiras ao longo exercício atingiram a soma de R$ 17.241.315,92.

7.2.Aquisição de Máquinas e Equipamentos

Ao longo do exercício, foram realizadas aquisições de maquinas e equipamentos, que possibilitaram melhoria nas atividades administrativas e de controles internos, sendo seu investimento representado pela aquisição de R$ 41.535,75 em maquinários.

7.3.Móveis e Utensílios

Foram realizadas aquisições de móveis e utensílios, a exemplo de cadeiras e mesas, buscando atender o funcionamento administrativo de sua sede e unidades regionais, no montante de R$ 17.704,35.

7.4.Intangível

No exercício de 2017 foi realizada a aquisição do software de gestão assistencial, que possibilitou uma melhoria significativa nos controles dos processos e das informações das atividades operacionais da Postal Saúde, no montante de R$ 14.601.500,00.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em reais)

1.INFORMAÇÕES GERAIS

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios (doravante referida como "Postal Saúde", "Entidade" ou "Operadora"), é uma Associação Civil de direito privado, sem fins lucrativos, operadora de Plano de Saúde da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, na modalidade de autogestão com mantenedor, de âmbito nacional e duração indeterminada, com sede em Brasília-DF, no SBN - Quadra 01 Bloco F, 5° e 6º pavimentos, tendo como sua missão cuidar da saúde dos seus beneficiários por meio de assistência médico-hospitalar e odontológica altamente qualificada.

Em 25/set/2013, a ANS, concedeu registro à Postal Saúde como Operadora de Plano de Assistência à Saúde sob o número 41913-3 aprovando a transferência da carteira da ECT para a Postal Saúde em janeiro de 2014. Em sua gestão, todas as iniciativas são tomadas com observância aos dispositivos descritos na Lei nº 9.656/98, Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), disposições contidas em seu Estatuto Social, Regimento Interno, regulamento do plano de saúde que administra e nas decisões de seus órgãos colegiados.

Sua atuação compreende todo território nacional, sendo seu atendimento disponibilizado a seus beneficiários por meio de suas Unidades de Representação Regional e toda a rede credenciada espalhada em mais de 20 mil pontos de atendimento.

Sua gestão operacional é focada em disponibilizar o melhor atendimento aos empregados e aposentados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, além de seus próprios empregados por meio dos planos de saúde disponibilizados por ela.

Administrar essa jovem e promissora operadora de autogestão exige um modelo de gestão diferenciado, especializado nesse segmento, com avaliação permanente de seus processos, bem como a implantação de ações rápidas e eficazes para melhoria de suas ferramentas de gestão e operacionalização, este é o ideal da POSTAL SAÚDE, que atenta ao contexto social e sensível às demandas da sociedade brasileira, vive empenhada em alcançar e manter padrões de excelência no mercado de saúde suplementar brasileiro.

Nosso esforço na melhoria da atenção à saúde está atrelado ao compromisso firmado com nossos 391.604 beneficiários distribuídos conforme o Estado/Região, e por faixa etária x sexo conforme demonstrado abaixo:

Figura 1 - Total de beneficiários da Postal Saúde por região



BENEFICIÁRIOS POR ESTADO

REGIÃO NORTE	
Acre	1.281
Amapá	1.061
Amazonas	4.243
Pará	8.423
Rondônia	3.002
Roraima	769
Tocantins	2.697

REGIÃO NORDESTE	
Alagoas	4.542
Bahia	18.938
Ceará	10.374
Maranhão	6.791
Paraíba	5.259
Pernambuco	12.285
Piauí	5.764
Rio Grande do Norte	5.154
Sergipe	3.083

REGIÃO CENTRO-OESTE	
Distrito Federal	18.802
Goiás	12.972
Mato Grosso	5.233
Mato Grosso do Sul	5.489

REGIÃO SUDESTE	
Espírito Santo	7.145
Minas Gerais	41.095
Rio de Janeiro	41.506
São Paulo - SPI	43.550
São Paulo - SPM	64.404

REGIÃO SUL	
Paraná	20.729
Rio Grande do Sul	24.553
Santa Catarina	12.460

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fonte: Cadastro Agência Nacional de Saúde - ANS

Tabela 1 - Total Beneficiário Postal Saúde por faixa etária, tipo e sexo

Faixa Etária	Titular		Dependente		Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
0-18			43.903	45.726	89.629
19-23	16	40	8.918	7.554	16.528
24-28	1.110	4.259	4.126	489	9.984
29-33	3.157	9.246	8.150	1.165	21.718
34-38	5.328	13.981	11.066	2.005	32.380
39-43	4.860	14.763	10.914	2.109	32.646
44-48	3.908	12.596	10.456	2.004	28.964
49-53	3.947	13.684	10.870	1.992	30.493
54-58	3.518	13.125	11.639	2.400	30.682
59+	7.927	23.393	47.136	20.124	98.580
Total	33.771	105.087	167.178	85.568	391.604

Fonte: Cadastro Agência Nacional de Saúde - ANS

De posse da prévia apresentação organizacional da Postal Saúde, vamos demonstrar abaixo a movimentação patrimonial dos exercícios comparados 2017 e 2016, por meio das demonstrações financeiras aprovadas pela Diretoria Executiva em 02 de março de 2018.

2.FATOS RELEVANTES

No exercício de 2016, a Postal Saúde foi notificada pela ANS, por meio do ofício nº 887/16, a apresentar solução/resposta para as desconformidades econômico-financeiras, fato este que provocou na operadora uma oportunidade de melhoria no controle e gestão de suas ações.

Ao longo do exercício de 2017, muitas medidas foram adotadas com o viés de melhoria na qualidade do atendimento, assim como melhorias para a adequação econômica financeira apontada pela ANS. Os Correios, enquanto entidade Mantenedora da Postal Saúde, constituiu uma reserva financeira dedicada a garantia de lastro da operação de saúde, reduzindo assim o descompasso existente entre provisões técnicas e ativos garantidores.

Com esta medida os Correios reduziram a possibilidade de Direção Fiscal da Postal Saúde, cumprindo com questionamentos descritos no ofício 887/16, passando a ser acompanhada pelo monitoramento regular da DIOPE.

Outro fato relevante ocorrido no exercício de 2017, foi a aquisição da licença do software de gestão de saúde, que anteriormente era apenas um contrato de locação de licença. Neste exercício esse software foi incorporado aos ativos da Postal Saúde, dando mais autonomia de gestão e melhoria na implantação de novas soluções.

Considerando a atual situação financeira da Mantenedora e o alto custo do Plano de Saúde ofertado aos seus funcionários, no final de 2017, os Correios ajuizaram o processo nº 100.295/05.2017.5.00.0000 junto ao TST, com a finalidade de alterar a forma de custeio e abrangência do plano oferecido, previsto no Acordo Coletivo. Esta revisão no formato de custeio visa reequilibrar a situação econômica financeira da Postal Saúde. A estimativa é de que os funcionários passem a arcar com aproximadamente 25% das despesas do plano, incluindo uma contribuição fixa mensal, além disso, os dependentes passariam a abranger apenas os cônjuges e filhos, sendo excluída a possibilidade de inclusão/permanência dos pais dos titulares no CorreiosSaúde.

Caso haja a alteração no formato do Plano CorreiosSaúde, a Postal Saúde irá ofertar um plano com mensalidade fixa, como alternativa para os beneficiários excluídos do Plano CorreiosSaúde. Tal plano deverá abranger os familiares dos funcionários das patrocinadoras até 4º grau de parentesco.

3.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações econômico financeiras foram elaboradas e apresentadas de acordo com o plano de contas padrão, instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, por meio da Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015 e alterações consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e Reguladas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando aplicável.

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Conforme legislação vigente, a entidade que ao apresentar a DFC pelo método direto, deve destacar a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na Nota Explicativa nº 10.

4.SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1Apuração do Superávit/Déficit

O resultado é apurado em observância ao Princípio de Competência, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas quando ocorrer o efetivo direito de faturar a despesa médica, conforme regra estabelecida no item 4.2.1.2 do anexo "Capítulo I - Normas Gerais" da Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015 para os planos pós-estabelecidos;

- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviços médico-hospitalares e odontológicos pelos prestadores de serviço de saúde;

- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 6.1; e

- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviços e/ou de seu faturamento.

4.2Estimativas Contábeis

Os números apresentados nas Demonstrações Contábeis são baseados em pressupostos e estimativas da administração, com relação às expectativas futuras de recebimentos e pagamentos das transações e eventos econômicos ocorridos até o presente período. Os pressupostos e estimativas são inerentes ao processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábil e são significativamente afetados pela complexidade das atividades operacionais desempenhadas pela entidade. Os valores reais dos fluxos de caixa futuros podem divergir dos valores estimados, quando da materialização dos eventos que geraram essas estimativas, os quais são revisados periodicamente.

4.3Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos com as operações do plano de saúde são registrados quando do reconhecimento da despesa médica, sendo o custeio da operadora constituído no formato de reembolso das despesas pela Mantenedora e Patrocinadora.

4.4Títulos e Valores mobiliários

Os Títulos e Valores Mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos de seus rendimentos e ajustados ao resultado pelo seu valor justo.

4.5Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas conforme vida útil estimada. Observando o disposto nos CPC's 01, 27 e 37 e NBC TG 01, 27 e 37.

4.6Intangível

Os ativos classificados no grupo intangível são avaliados pelo custo de aquisição e amortizados no decorrer do período do benefício econômico estimado. Observando o disposto nos CPC's 01, 04 e 37 e NBC TG 01, 04 e 37.

4.7Demais Ativos

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

4.8Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 393 de 09 de dezembro 2015 e alterações posteriores. A Provisão para Eventos a Liquidar - PEL é calculada com base nas faturas dos prestadores de serviço de assistência à saúde, efetivamente apresentadas à operadora.

4.9Provisões para Ações Judiciais

As Provisões para Ações Judiciais são constituídas para situações prováveis de risco de futuros desembolsos financeiros, mensuradas com base em estimativas do valor da obrigação, conforme disposto no CPC 25.

4.10Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC

É constituída para fazer face às potenciais perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento. A referida provisão é constituída em conformidade com o Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 390 de 02 de dezembro de 2015, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a qual estabelece que em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.11Demais Passivos

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data de balanço.

4.12Ajustes retrospectivos decorrentes de Retificação das Demonstrações Contábeis.

Em decorrência da retificação de erros na política aplicada no registro de Outros Créditos a Receber no Longo Prazo, houve a necessidade da realização de ajustes retrospectivos e reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2016, em atendimento ao CPC 23.

A Postal Saúde, operadora de saúde constituída na modalidade de custeio em pós pagamento, que versa sobre o reembolso integral de suas despesas, situação descrita no art. º 5 do convênio firmado entre ela e sua Mantenedora, no exercício de 2016, registrou como Outros Créditos a Receber a Longo Prazo valores a serem ressarcidos pelos Correios, valores estes relacionados as Demandas Judiciais provisionadas com estimativa de perda provável, no montante de R$ 29.313.366,02. Contudo à época do registro do valor a ser ressarcido, a Postal Saúde não teve conhecimento do aceite por parte de seu credor para lastrear o ativo, ferindo assim os princípios dispostos no CPCs 30 e 47, que descrevem sobre a qualificação do ativo: "O mesmo deve possuir data prevista para entrada do benefício econômico e estar livre do risco do não recebimento", mesmo a Mantenedora sendo obrigada em virtude de assinatura de convênio de garantia de risco integral da operação a reconhecer as despesas de sua empresa mantida, ela não reconheceu em suas demonstrações os valores provisionados de demandas judiciais, fato pelo qual desclassificou a condição de nosso ativo registrado no exercício de 2016.

Com a ausência de reconhecimento da dívida, a Postal Saúde no exercício de 2017, período imediatamente disponível para a publicação contábil, realizou a retificação por erro de suas demonstrações. Fato este duradouro até o reconhecimento dessa despesa por parte da Mantenedora.

Com esta ação, os valores reconhecidos no exercício de 2016 passaram a ser interpretados da seguinte forma:

Figura 2 - Ativo Reapresentado

ATIVO	Notas	2017	2016 (Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE		**648.352.107,14**	**599.030.052,67**
Disponível		**1.818.098,98**	**1.746.184,02**
Realizável		**646.534.008,16**	**597.283.868,65**
Aplicações Financeiras	5.1	168.802.590,37	160.073.651,35
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	5.1.a	143.205.399,00	132.176.682,11
Aplicações Livres	5.1.b	25.597.191,37	27.896.969,24
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5.2	474.001.127,36	435.481.263,86
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		465.750.655,56	421.005.943,73
Participação Dos Beneficiários em Eventos Indenizados		8.250.471,80	14.475.320,13
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde	5.3	829.104,46	-
Créditos Tributários e Previdenciários	5.4	917.990,04	1.099.172,16
Bens e Títulos a Receber	5.5	340.939,86	382.067,83
Despesas Antecipadas	5.6	1.642.256,07	247.713,45
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**23.896.944,45**	**12.493.876,94**
Realizável a Longo Prazo		**3.553.446,86**	**2.231.459,79**
Aplicações Financeiras		-	-
Títulos e Créditos a Receber	5.7.1	1.031.408,43	1.321.729,80
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.7.2	2.522.038,43	909.729,99
Imobilizado	**5.7.3**	**5.569.701,04**	**9.849.381,64**
Imobilizado de Uso Próprio		3.662.129,87	5.202.552,02
Não Hospitalares / Odontológicos		3.662.129,87	5.202.552,02
Outras Imobilizações		1.907.571,17	4.646.829,62
Intangível	**5.7.4**	**14.773.796,55**	**413.035,51**
TOTAL DO ATIVO		**672.249.051,59**	**611.523.929,61**

* As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Figura 3 - Passivo Reapresentado

PASSIVO	Notas	2017	2016 (Reapresentado)
PASSIVO CIRCULANTE		**520.867.107,60**	**485.183.052,71**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**6.1**	**496.203.602,14**	**460.679.510,38**
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		28.105.597,59	17.652.455,67
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		468.098.004,55	443.027.054,71
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**-**	**31,61**
Contraprestações a Restituir		-	31,61
Outros Débitos Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		**-**	**387.820,03**
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	**6.2**	**7.084.506,81**	**5.172.549,95**
Débitos Diversos	**6.3**	**17.578.998,65**	**18.943.140,74**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**31.658.279,69**	**29.313.366,02**
Provisões	**6.4**	**31.658.279,69**	**29.313.366,02**
Provisões para Ações Judiciais		31.658.279,69	29.313.366,02
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**119.723.664,30**	**97.027.510,88**
Patrimônio Social	**6.5**	**97.027.510,88**	**135.061.651,95**
Superávits / Déficits Acumulados ou Resultados		**22.696.153,42**	**(38.034.141,07)**
TOTAL DO PASSIVO		**672.249.051,59**	**611.523.929,61**

* As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Figura 4 - DRA Reapresentado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		2016	Ajustes	2016 (reapresentado)
Superávit/Déficit Líquido do Exercício	(b)	(8.720.775,05)	(29.313.366,02)	(38.034.141,07)
Outros Resultados Abrangentes				
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**(8.720.775,05)**	**(29.313.366,02)**	**(38.034.141,07)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Figura 5 - DMPL Reapresentado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO		Patrimônio Social	Superávits/ Déficits Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		**124.904.132,57**	**10.157.519,38**	**135.061.651,95**
Integralização de Patrimônio Social em espécie				-
Incorporação ao Patrimônio Social		10.157.519,38	(10.157.519,38)	-
Superávit / Déficit do Exercício (Reapresentado)			(8.720.775,05)	(8.720.775,05)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		**135.061.651,95**	**(8.720.775,05)**	**126.340.876,90**
Superávit / Déficit do Exercício (Ajustes)	(b)		(29.313.366,02)	(29.313.366,02)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Reapresentado)		**135.061.651,95**	**(38.034.141,07)**	**97.027.510,88**

Figura 6 - DRE Reapresentado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Notas	2016	Ajustes	2016 (reapresentado)
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**1.857.453.124,07**	**(12.868.942,30)**	**1.844.584.181,77**
Receita com Operações de Assistência à Saúde		**1.857.453.124,07**	**(12.868.942,30)**	**1.844.584.181,77**
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	(c)	1.857.453.124,07	(12.868.942,30)	1.844.584.181,77
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		**(1.682.971.266,28)**		**(1.682.971.266,28)**
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(1.682.971.266,28)		(1.682.971.266,28)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**174.481.857,79**	**(12.868.942,30)**	**161.612.915,49**
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		**50.296.201,50**	**(16.444.423,72)**	**33.851.777,78**
Outras Receitas Operacionais	(d)	50.296.201,50	(16.444.423,72)	33.851.777,78
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(33.018.636,78)**		**(33.018.636,78)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(4.507.424,82)		(4.507.424,82)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		-		-
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		8.327.029,62		8.327.029,62
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(36.838.241,58)		(36.838.241,58)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		**(31.961.001,74)**		**(31.961.001,74)**
Despesas com Operações de Assistencia à Saúde		(10.578.125,84)		(10.578.125,84)
Outras Despesas Operacionais		(21.382.875,90)		(21.382.875,90)
RESULTADO BRUTO		**159.798.420,77**	**(29.313.366,02)**	**130.485.054,75**
Despesas Administrativas		**(185.173.740,87)**		**(185.173.740,87)**
Resultado Financeiro Líquido		**18.730.281,67**		**18.730.281,67**
Receitas Financeiras		24.794.485,29		24.794.485,29
Despesas Financeiras		(6.064.203,62)		(6.064.203,62)
Despesas Patrimoniais		**(2.075.736,62)**		**(2.075.736,62)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**(8.720.775,05)**	**(29.313.366,02)**	**(38.034.141,07)**
RESULTADO LÍQUIDO	**(b)**	**(8.720.775,05)**	**(29.313.366,02)**	**(38.034.141,07)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a)Decréscimo no Ativo Não Circulante, que passou de R$ 41.807.242,96 para R$ 12.493.876,94, e no Total do Ativo, de R$ 640.837.295,63 para R$ 611.523.929,61.

b)Impacto no resultado da operadora, onde a reversão do saldo ocasionou um acréscimo no déficit do exercício no montante de R$ 29.313.366,02. Desta forma, o Déficit de 2016 foi alterado de R$ 8.720.775,05 para R$ 38.034.141,07 e, consequentemente, o Total do Passivo e do Patrimônio Líquido, na mesma proporção. Tais efeitos podem ser observados no Balanço - Passivo, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL e na Demonstração do Resultado Abrangente - DRA.

c)Os valores registrados como Outros Créditos a Receber a Longo prazo, cuja as demandas judiciais referem-se a processos administrativos e/ou relacionados ao plano de saúde tiveram sua contrapartida nas Receitas com Contraprestações Liquidas. Desta forma, a reversão realizada impacta em redução nas Receitas com Contraprestações Liquidas no montante de R$ 12.868.942,30, reduzindo esse grupo de R$ 1.857.453.124,07 para R$ 1.844.584.181,77.

d)O valor registrado como Outros Créditos a Receber a Longo Prazo, cuja a demanda judicial referia-se a rescisão do contrato relacionado ao PBM, teve sua contrapartida em outras Receitas Operacionais. Assim, a reversão do saldo gerou um estorno nessa rubrica no montante de R$ 16.444.423,72, deduzindo o saldo de R$ 50.296.201,50 para R$ 33.851.777,78.

Desta forma em consonância ao CPC 23 no tocante a política de divulgação do resultado da entidade aos consumidores da informação, cumpri-nos o papel de retificar as informações do exercício 2016, trazendo as demonstrações ajustadas nesta Nota Explicativa para melhor avaliação de nossa entidade.

5.ATIVO

Figura 7 - Ativo Circulante

ATIVO	Notas	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		**648.352.107,14**	**599.030.052,67**
Disponível		**1.818.098,98**	**1.746.184,02**
Realizável		**646.534.008,16**	**597.283.868,65**
Aplicações Financeiras	5.1	168.802.590,37	160.073.651,35
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	5.1.a	143.205.399,00	132.176.682,11
Aplicações Livres	5.1.b	25.597.191,37	27.896.969,24
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5.2	474.001.127,36	435.481.263,86
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		465.750.655,56	421.005.943,73
Participação Dos Beneficiários em Eventos Indenizados		8.250.471,80	14.475.320,13
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		0,00	0,00
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde	5.3	829.104,46	0,00
Créditos Tributários e Previdenciários	5.4	917.990,04	1.099.172,16
Bens e Títulos a Receber	5.5	340.939,86	382.067,83
Despesas Antecipadas	5.6	1.642.256,07	247.713,45

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

5.1Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras da Postal Saúde, títulos e valores mobiliários, estão classificadas de acordo com o objetivo de destinação dos recursos e sua capacidade financeira. Os títulos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, sendo destinados, principalmente, à cobertura das provisões técnicas a serem lastreadas pelos ativos garantidores.

Tabela 2 - Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras	2017	2016
a) Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	143.205.399,00	132.176.682,11
b) Aplicações Não Vinculadas	25.597.191,37	27.896.969,24
Total	168.802.590,37	160.073.651,35

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do grupo de aplicação financeira era de R$ 168.802.590,37 distribuídos entre Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas e Aplicações Livres.

(a)Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas

Realizada em conformidade com a Resolução Normativa nº 419 de 26 de dezembro 2016, este valor está aplicado no fundo dedicado a ANS, sendo administrado pela Caixa Econômica Federal - CEF e aplicado em títulos do tesouro nacional, com rendimento atrelado a "SELIC/CDI", conforme composição abaixo:

Tabela 3 - Composição da Carteira

Composição da Carteira	
LFT	89,57%
Operações compromissadas	10,43%
Total	100,00%

O valor principal e seus rendimentos estão vinculados como forma de garantir o pagamento à rede credenciada, conforme determina a Resolução Normativa nº 419 de 26 de dezembro de 2016. Ao final do exercício de 2017, o total aplicado era de R$ 143.205.399,00, superior em 8,34% ao exercício anterior. Esta variação positiva deve-se exclusivamente ao rendimento do período.

(b)Aplicações Livres

Realizadas em conformidade com o plano de investimento adotado pela Postal Saúde. Os valores deste grupo refletem a sobra momentânea da movimentação do fluxo de caixa da entidade, sendo utilizados para garantir o fluxo de pagamento da rede credenciada e despesas administrativas.

Ao término de 2017, o saldo do grupo foi de R$ 25.597.191,37 aplicados em sua maioria em Títulos de Renda Fixa - CDB, sendo R$ 18.020.449,23, aplicados junto ao Banco do Brasil, R$ 7.576.742,14, aplicados na Caixa Econômica Federal - CEF.

Tabela 4 - Aplicações Não Vinculadas

Aplicações Não Vinculadas	2017	2016
CDB - Caixa Econômica Federal	7.573.779,39	1.477.558,08
CDB DI - Banco do Brasil	18.020.449,23	26.419.411,16
Aplicação em Poupança - CEF	2.962,75	0,00
Total	25.597.191,37	27.896.969,24

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Ressalta-se que a Postal Saúde, por ser uma entidade mantida, trabalha com valor reduzido de disponibilidade financeira, razão pela qual os repasses realizados pela Mantenedora (Correios) e Patrocinadora (Postalis) são desembolsados de forma rápida em dois grandes ciclos de pagamento que ocorrem na semana do dia 15 e do dia 25 de cada mês.

5.2Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A Postal Saúde auxilia os beneficiários de seus planos a cuidar de sua saúde, oferecendo-lhes assistência médica-odontológica disponibilizada por meio dos ambulatórios e da rede credenciada.

Neste grupo são registrados os valores a serem recebidos referente as contraprestações pecuniárias e as coparticipações a receber da Mantenedora (Correios) e Patrocinadores (Postalis/Postal Saúde).

5.2.1Contraprestação Pecuniária a Receber

Registram os recursos financeiros a ingressar pela contraprestação de assistência médico-hospitalar com o plano de assistência à saúde.

As contraprestações da Postal Saúde são registradas quando do faturamento das despesas médicas de acordo com o item 4.2.1.2 do anexo "Capítulo I - Normas Gerais" da Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015.

No registro do grupo das contraprestações a receber, temos três fontes de recebimento: Correios (Mantenedora) - responsável por arcar com o custo integral das despesas da operadora, Postalis - Fundo de Pensão dos Empregados dos Correios (Patrocinador) e os Empregados da Postal Saúde. Estas duas últimas fontes de cobrança possuem valores de custeio diferentes do plano CorreiosSaúde.

Composição do saldo em 31 de dezembro de 2017:

Tabela 5 - Contraprestação Pecuniária a receber

Contraprestação Pecuniária A receber	2017	2016
Contraprestações a Receber - Correios	465.746.892,91	418.438.153,71
Contraprestações a Receber - Postalis	4.798.974,15	2.561.327,62
Contraprestações a Receber - Postal Viver Saúde	93.272,42	88.080,62
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(4.888.483,92)	(81.618,22)
Total	465.750.655,56	421.005.943,73

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Composição do saldo em 31 de dezembro de 2017, por data de vencimento:

Tabela 6 - Valores a receber - Idade de Vencimento

Valores a receber (Idade de vencimento)	2017	2016
A vencer	165.826.769,69	-
Vencidos até 30 dias	158.526.123,98	136.747.159,97
Vencidos de 31 até 60 dias	133.135.820,22	157.355.688,17
Vencidos de 61 até 90 dias	8.484.803,15	126.903.095,59
Vencidos há mais de 90 dias	4.665.622,44	81.618,22
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(4.888.483,92)	(81.618,22)
Total	465.750.655,56	421.005.943,73

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

A variação observada refere-se à insuficiência de repasse ao término de 2017, onde a Postal Saúde terminou o exercício com um valor a receber no montante de R$ 465.750.655,56, já líquido da Provisão de Perda.

Os valores a receber da Mantenedora, não se enquadraram na regra de provisionamento de perda determinado pela Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015, pois os valores em aberto de recebimento não ultrapassaram a regra de títulos em aberto há mais de 90 dias do período de cobertura ao termino do exercício de 2017.

Para o plano Postal Viver Saúde e os valores relativos ao recebimento do patrocínio do Postalis, tiveram em sua composição parcelas devidas há mais de 90 dias, sendo os valores provisionados para perda ao final do exercício de 2017, no montante de R$ 4.888.483,92. Estes valores são devidos em decorrência do desligamento dos empregados da operadora, ocasionando a inadimplência, e da revisão na forma de cobrança dos valores de custeio dos beneficiários vinculados ao Postalis. Ressalta-se que estes valores estão sendo cobrados e recuperados, por meio de parcelamento, revertendo assim o provisionamento quando do seu recebimento. No caso do Postalis, foram encaminhadas cartas de cobrança, inclusive notificação extrajudicial, e por último, termo aditivo de contrato com a alteração no formato de custeio.

5.2.2Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

a) Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis:

Tabela 7 - Participação dos Beneficiários em Eventos a receber

Participação do Beneficiários em Eventos A receber	2017	2016
Coparticipação dos Beneficiários - Aposentados Correios	16.655.488,82	18.132.899,04
Coparticipação dos Beneficiários - Postalis	246.586,96	68.312,14
Coparticipação dos Beneficiários - Postal Viver Saúde	61.877,13	48.826,69
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(8.713.481,11)	(3.774.717,74)
Total	8.250.471,80	14.475.320,13

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Neste grupo são registrados os valores referentes à participação dos beneficiários em eventos de assistência médico-hospitalar e odontológica.

Como forma de regulação e compartilhamento das despesas sobre os eventos realizados pelos nossos beneficiários, a Postal Saúde trabalha com a cobrança de Coparticipação, levando em consideração o tipo de procedimento e aplicação de percentual atrelado ao teto do salário dos beneficiários, conforme determinado na regra do plano. Em virtude da regra do limite de desconto aplicado ao salário dos beneficiários, muitos valores de títulos em aberto foram provisionados para perda, sendo estes valores renegociados e cobrados parceladamente.

Ressalta-se que os valores provisionados são revertidos quando do seu efetivo recebimento.

b) Outros Créditos de Operações com Planos:

Tabela 8 - Outros Créditos de Operações com Planos a receber

Outros Créditos de Operações com Planos a receber	2017	2016
Parcelamento de Créditos - Aposentados Correios	2.891.161,36	1.026.740,02
Parcelamento de Créditos -Postal Viver Saúde	28.863,09	17.504,46
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(2.920.024,45)	(1.044.244,48)
Total	-	-

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Os valores referem-se ao recebimento de Parcelamentos, os quais estavam em aberto a mais de 90 dias. Por se tratar apenas de recebimento financeiro e não de revalidação do período de cobertura de atendimento dentro da competência, todos os valores parcelados pela Postal Saúde são provisionados para perda, sendo esta provisão revertida conforme o efetivo recebimento do título parcelado.

A prática de parcelamento de valores para os empregados aposentados dos Correios e ex-empregados da Postal Saúde, no exercício de 2017, foi intensificada em virtude de elevada suspensão de beneficiários inadimplentes do plano, e alteração na sistemática de cobrança, fazendo com que tivéssemos um crescimento no valor negociado quando comparados com os exercícios de 2017 e 2016.

5.3Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora

Neste grupo são registrados os valores a receber dos Correios, referentes a Operações não Assistenciais. Compõe este grupo as despesas em aberto a serem ressarcidas pelos Correios referentes aos Ambulatórios e as despesas com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, Programa de Cinesioterapia, Ginástica Laboral e Programa de Benefício de Medicamento - PBM.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 9 - Créditos Oper. de Assist. à Saúde não Relacionados c/ os Planos de Saúde da Oper.

Créditos Oper. De Assist. à Saúde não Relacionados c/ os Planos de saúde da Operadora	2017	2016
Contas a Receber - Convênio PCMSO	5.214.838,37	4.613.892,57
Contas a Receber - Convênio PBM	1.960.901,05	948.003,08
Contas a Receber - Programa de Cinesioterapia Laboral	2.690.103,81	-
Contas a Receber - Programa de Ginástica Laboral	801.612,75	-
Contas a Receber dos Ambulatórios	829.104,46	-
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(10.667.455,98)	(5.561.895,65)
Total	829.104,46	-

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

A variação observada nas subcontas deste grupo, refere-se aos novos programas de promoção a saúde implementados no exercício de 2017, os quais possuem a mesma sistemática de cobrança por meio de prestação de contas das atividades realizadas.

Ao término do exercício, todas as prestações de contas foram encaminhadas à Mantenedora, porém considerando a existência de valores em aberto há mais de 90 dias, os valores relativos as prestações de serviço foram provisionadas para perda, seguindo assim o previsto na Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015. Quando do seu efetivo recebimento, a provisão para perda será revertida.

5.4Créditos Tributários e Previdenciários

Grupo composto por valores de impostos e contribuições a recuperar ou compensar.

Tabela 10 - Créditos Tributários

Créditos Tributários	2017	2016
IRRF a compensar	183.622,05	322.741,93
Contribuição Social Retida na Fonte a compensar	117,49	112,47
Crédito de Previdência Social	163.672,43	112.605,96
Imposto Sobre Serviços - ISS a compensar	0,00	101.907,81
CSRF a compensar	306.974,81	305.313,29
PIS a Compensar	34.559,78	41.071,17
COFINS a Compensar	192.555,00	208.354,34
IRRF s/ Aplicação Financeira - Provisão	36.303,90	5.890,15
IOF s/ Aplicações Financeiras	184,58	1.175,04
Total	917.990,04	1.099.172,16

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Ao longo do exercício de 2017, após a análise dos registros que originaram os valores de créditos tributários, foi identificado que parte dos valores registrados no grupo não eram passíveis de recuperação. Diante disto, foram realizadas as baixas destes valores e ajustada a correção monetária de acordo com os valores a serem recuperados junto à Receita Federal do Brasil através dos pedidos de restituição gerados por meio do PerdComp.

Até o fechamento desta nota explicativa não havíamos recebido autorização por parte da Receita Federal do Brasil para efetivar a compensação dos créditos.

5.5Bens e Títulos a Receber

Conta responsável pelo registro dos valores de adiantamentos realizados a funcionários a título de férias, décimo terceiro, além dos adiantamentos concedidos a fornecedores administrativos, assistenciais, controle de almoxarifado e demais valores não contemplados nos grupos de ativos descritos acima.

Tabela 11 - Bens e títulos a receber

Bens e títulos a receber	2017	2016
Adiantamento a Fornecedores	4.668.191,53	21.729.658,53
Adiantamento a Funcionários	224.724,35	211.420,19
Valores Diversos a Receber	9.623,42	-
Outros Títulos a Receber	54.635,51	339.340,44
Estoque	42.037,13	36.430,21
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(4.658.272,08)	(21.934.781,54)
Total	340.939,86	382.067,83

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

A maior movimentação deste grupo referiu-se aos desembolsos realizados à rede credenciada, cujos prestadores que ainda não haviam concluído o faturamento ou em negociações dos serviços prestados. Esta medida era adotada visando a manutenção do atendimento da rede assistencial.

No exercício de 2017 foi realizado uma forte ação de cobrança e conciliação dos valores adiantados, sendo compensado mais de 17 milhões nesta competência, revertendo os valores anteriormente provisionados para perda impactando positivamente no resultado deste exercício

5.6Despesas Antecipadas

Grupo responsável pelo registro das despesas pagas antecipadamente, ainda não apropriadas, tais como: aquisição de licença de software, assinaturas e garantias de equipamento.

Tabela 12 - Despesas Antecipadas

Despesas Antecipadas	2017	2016
Seguro de Responsabilidade Civil	191.493,33	83.219,48
Licença de Uso - Software	1.077.758,61	7.832,48
Garantia Estendida	109.141,76	72.790,07
Serviço Suporte Técnico	261.289,95	83.871,42
Outras Despesas Antecipadas	2.572,42	0,00
Total	1.642.256,07	247.713,45

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

A elevação percebida neste grupo, refere-se à renovação da licença de uso por 03 (três) anos do software da Microsoft e o suporte de serviços técnicos vinculados ao nosso parque tecnológico, que além de serviço técnico teve a garantia estendida para as máquinas e componentes de Hardware, bem como, ao incremento realizado no contrato de seguro de responsabilidade civil. Ao término do exercício de 2017, o saldo registrado no grupo alcançou o montante de R$ 1.642.256,07.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.7Ativo Não Circulante
Figura 8 - Ativo não Circulante
(AF-Figura7)(

ATIVO	Notas	2017	2016 (Reapresentado)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**23.896.944,45**	**12.493.876,94**
Realizável a Longo Prazo		**3.553.446,86**	**2.231.459,79**
Aplicações Financeiras		0,00	0,00
Títulos e Créditos a Receber	5.7.1	1.031.408,43	1.321.729,80
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.7.2	2.522.038,43	909.729,99
Outros Débitos a Receber a Longo Prazo		0,00	0,00
Imobilizado	**5.7.3**	**5.569.701,04**	**9.849.381,64**
Imobilizado de Uso Próprio		3.662.129,87	5.202.552,02
Não Hospitalares / Odontológicos		3.662.129,87	5.202.552,02
Outras Imobilizações		1.907.571,17	4.646.829,62
Intangível	**5.7.4**	**14.773.796,55**	**413.035,51**

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

São classificados neste grupo as contas de bens e direitos da Postal Saúde cujas realizações se darão no longo prazo (após o término do exercício seguinte).

5.7.1Títulos de Créditos a Receber

Tabela 13 - Títulos e Créditos a Receber Longo Prazo

Títulos e Créditos a Receber	2.017,00	2.016,00
Coparticipação dos Beneficiários - Aposentados Correios	5.872.171,17	4.775.928,58
Coparticipação dos Beneficiários - Postalis	45.070,74	23.639,95
Parcelamento de Créditos - Aposentados Correios	134.688,25	37.385,97
Caução de Aluguéis	1.031.408,43	1.321.729,80
(-) Provisão para Perda Sobre Crédito	(6.051.930,16)	(4.836.954,50)
Total	1.031.408,43	1.321.729,80

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Neste grupo estão registrados os valores de coparticipação que ainda não foram cobrados em virtude da margem consignável e da regra de compartilhamento das despesas médicas registradas no acordo coletivo de nossa Mantenedora.

Completando o grupo, temos valores de caução de aluguel que só poderão ser resgatados ao término da vigência do contrato de locação, o qual ultrapassa a competência do exercício. Em virtude do retorno de nossas unidades regionais para as instalações dos Correios, os valores de caução estão sendo utilizados nas rescisões contratuais.

Os valores deste grupo foram provisionados para perda, obedecendo o que preconiza a Resolução Normativa ANS nº 390 de 02 de dezembro de 2015, que determina que os valores em aberto há mais de 90 dias do período de cobertura da operação devem ser provisionados para perda.

5.7.2Depósito Judicial

Neste grupo são registrados os valores referentes aos depósitos judiciais relativos às ações cíveis, trabalhistas realizados para garantir a execução da ação. Os depósitos judiciais são corrigidos, pela Taxa Referencial - TR, dependendo da natureza jurídica.

Tabela 14 - Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais	2017	2016
Depósitos Judiciais - Cíveis	2.491.781,00	892.587,30
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	30.257,43	17.142,69
Total	2.522.038,43	909.729,99

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

No exercício de 2017, podemos destacar neste grupo as demandas judiciais relativas as negativas de autorização de procedimentos, que somadas as demais cobranças assistenciais, administrativas e trabalhistas perfazem no grupo um montante de deposito na ordem de R$ 2.522.038,43.

5.7.3Imobilizado

Conta responsável pelo registro dos bens e benfeitorias adquiridas pela Postal Saúde ao longo de sua constituição. Como forma de avaliar os bens e benfeitorias, estas rubricas são depreciadas de forma a seguir o CPC 27 aprovado em 26/jun./2009.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 15 - Imobilizado

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Transferências	Saldo Final
Custo Aquisição	**13.270.246,77**	**59.240,10**	**(2.038.414,95)**	**-**	**11.291.071,92**
Instalações	408.033,92	-	-	-	408.033,92
Maquinas e Equipamentos	700.742,11	41.535,75	(35.264,40)	(369.475,34)	337.538,12
Equip. de Proc. Eletrônico de Dados	3.415.885,02	-	-	366.935,74	3.782.820,76
Móveis e Utensílios	3.043.410,79	17.704,35	-	2.539,60	3.063.654,74
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	5.702.174,93	-	(2.003.150,55)	-	3.699.024,38
Obras em Andamento	-	-	-	-	-
Depreciação Acumulada	**(3.420.865,13)**	**(2.939.626,12)**	**639.120,37**	**-**	**(5.721.370,88)**
Instalações	(108.145,57)	(41.168,02)	-	-	(149.313,59)
Maquinas e Equipamentos	(117.885,69)	(90.158,46)	7.241,88	89.516,32	(111.285,95)
Equip. de Proc. Eletrônico de Dados	(1.603.151,22)	(912.369,35)	-	(89.137,36)	(2.604.657,93)
Móveis e Utensílios	(536.337,34)	(527.943,90)	-	(378,96)	(1.064.660,20)
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	(1.055.345,31)	(1.367.986,39)	631.878,49	-	(1.791.453,21)
Saldo Final	**9.849.381,64**	**(2.880.386,02)**	**(1.399.294,58)**	**-**	**5.569.701,04**

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

No exercício de 2017, a Postal Saúde avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e concluiu não haver perdas por impairment. Além dessa análise também foram reavaliadas as estimativas da vida útil dos bens em conformidade com a NBC TG 01, 27 e 37, as quais segundo estudo interno apontaram um percentual de 10% como valor residual dos bens, sendo ajustadas as taxas de depreciação do exercício.

A maior variação observada no grupo é decorrente do retorno de nossas Unidades de Representação Regionais aos espaços cedidos pelos Correios. Nesse contexto houve a rescisão dos contratos de aluguéis e a baixa dos itens do imobilizados relacionados as benfeitorias realizadas nos imóveis locados. Ao final do exercício de 2017 temos um saldo no grupo de R$ 5.569.701,04.

5.7.4Ativo Intangível

Grupo responsável pelo registro dos ativos que não possuem uma existência física. Assim a Postal Saúde registra neste grupo as licenças de softwares de gestão, que ao final de 2017 representava o montante de R$ 14.773.796,55.

A maior variação observada no grupo, refere-se à aquisição do software de gestão assistencial.

Tabela 16 - Ativo intangível

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Baixa	Transferências	Saldo Final
Custo Aquisição	3.175.373,74	14.601.500,00	(202.283,11)	-	17.574.590,63
Sistemas de Computação	3.175.373,74	14.601.500,00	(202.283,11)	-	17.574.590,63
Depreciação Acumulada	(2.762.338,23)	(446.760,30)	408.304,45	-	(2.800.794,08)
Sistemas de Computação	(2.762.338,23)	(446.760,30)	408.304,45	-	(2.800.794,08)
Saldo Final	413.035,51	14.154.739,70	206.021,34	-	14.773.796,55

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Em virtude do tempo de utilização dos softwares, os mesmos são amortizados em conformidade com o CPC 04, recepcionados pela Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015.

Com relação ao Software de gestão adquirido em 2017, considerando o formato de compra e o contrato de atualização, o mesmo foi classificado como software com vida útil indefinida, não sofrendo amortização mensal. O bem terá seu valor revisado no prazo de 12 meses, através da análise de valor recuperável.

6.PASSIVO

Figura 9 - Passivo Circulante

PASSIVO	Notas	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE		**520.867.107,60**	**485.183.052,71**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	**6.1**	**496.203.602,14**	**460.679.510,38**
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		28.105.597,59	17.652.455,67
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		468.098.004,55	443.027.054,71
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**0,00**	**31,61**
Contraprestações a Restituir		0,00	31,61
Débitos de Operações de Assistência à Saúde Não Relac. ao Plano		**0,00**	**387.820,03**
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	**6.2**	**7.084.506,81**	**5.172.549,95**
Débitos Diversos	**6.3**	**17.578.998,65**	**18.943.140,74**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

6.1Provisões Técnicas

Grupo de contas responsável pelo registro dos valores avisados das despesas médicas encaminhadas pelos prestadores de serviço, que ainda não foram quitados. Compõem este registro, além das despesas em aberto dos credenciados, os valores referentes ao ressarcimento ao SUS e reembolso a beneficiários.

Estas Provisões Técnicas devem ser garantidas por ativos em conformidade ao determinado pela ANS, por meio da Resolução Normativa nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e alterações posteriores, que determina os valores mínimos que as operadoras deverão ter em suas aplicações financeiras, para atuar no mercado e garantir o fluxo de pagamento dos serviços prestados pelos credenciados.

Os registros das despesas médicas são realizados na data em que o prestador comunica a despesa para a Operadora, em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 390, de 02 de dezembro de 2015, Resolução Normativa ANS nº 227, de 19 de agosto de 2010 e Resolução Normativa ANS nº 278, de 17 de novembro de 2011.

Por ser uma Operadora de Saúde na modalidade de Autogestão com mantenedor, que opera com planos em pós-pagamento, transferindo o risco da operação para seu mantenedor, a Postal Saúde não realiza Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA. A referida provisão é realizada para garantir o pagamento das contas médicas, que a Operadora não possui conhecimento. Essa provisão ocorre apenas com operadoras com o custeio definido na modalidade de pré-pagamento.

No exercício de 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios constituíram um fundo específico, sendo este, aplicado junto ao Banco do Brasil e dado em garantia conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a Operadora e sua Mantenedora. Neste fundo foi aportado o montante de R$ 334.451.321,53. Esta ação de constituição de fundo específico, somada às aplicações já realizadas pela Postal Saúde, visa o equilíbrio financeiro da entidade garantindo assim o que preconiza a norma dos Ativos Garantidores.

Tabela 17 - Ativos Garantidores da Mantenedora

Aplicações Garantidoras - Mantenedora	2017	2016
BB Extram Excl 13 B	334.451.321,33	0,00

Abaixo estão demonstrados os valores em aberto das despesas médicas/odontológicas por idade de aviso das contas e de saldo de vencimento.

Tabela 18 - Valores a pagar

Valores a pagar (Idade de aviso)	2017	2016
Eventos conhecidos e avisados nos últimos 30 dias	169.309.141,66	154.416.900,21
Eventos conhecidos e avisados a mais de 30 dias	326.894.460,48	306.262.610,17
Total	496.203.602,14	460.679.510,38
Valores a pagar (Idade de vencimento)	**2017**	**2016**
A vencer	231.878.918,86	233.636.346,42
Vencidos até 30 dias	109.217.157,11	99.257.209,49
Vencidos de 31 até 60 dias	56.931.166,15	50.198.253,56
Vencidos de 61 até 90 dias	28.265.895,87	25.230.539,47
Vencidos de 91 até 120 dias	16.158.846,66	17.461.273,23
Vencidos a mais de 120 dias	53.751.617,45	34.895.888,21
Total	496.203.602,10	460.679.510,38

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

6.2Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Tabela 19 - Tributos e Encargos Sociais a Recolher

Tributos e Encargos Sociais a Recolher	2017	2016
Contribuições Previdenciárias	1.140.059,25	1.029.208,43
FGTS a Recolher	286.724,62	263.183,28
PIS/PASEP sobre Folha de Pagamento	45.246,60	41.848,07
Imposto de Renda Retido na Fonte - Funcionários e Terceiros	2.004.760,20	1.473.025,39
Imposto sobre Serviços Retido na Fonte	156.892,63	251.511,84
Contribuições Federais	3.336.060,27	1.975.927,64
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	114.611,34	136.295,48
Contribuição Sindical	151,90	1.549,82
Total	7.084.506,81	5.172.549,95

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Neste grupo registram-se todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, administrativos e de pessoal, tais como Imposto de Renda sobre folha de pagamento e sobre serviços de terceiros, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre cessão de mão-de-obra, ISS a recolher, dentre outros.

6.3Débitos Diversos

Registra os demais valores não classificados nas Operações de Saúde da Operadora, tais como os valores a pagar referente as despesas administrativas da operadora.

Abaixo demonstramos as rubricas contábeis que compõem o grupo - Débitos Diversos:

Tabela 20 - Débitos Diversos

Descrição	2017	2016
a) Obrigações com Pessoal	7.007.594,72	6.710.629,27
b) Fornecedores	10.252.275,45	11.944.271,40
c) Depósitos de Beneficiários e de Terceiros	0,00	6.015,71
d) Outros Débitos a Pagar	319.128,48	282.224,36
Total	17.578.998,65	18.943.140,74

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2016

a)Obrigações com Pessoal: Registra os valores de obrigações com os empregados tais como: salário, rescisão, pensão alimentícia, auxílio-creche, seguro, provisão de férias, 13º salário e demais investimentos realizados com os empregados da Postal Saúde.

b)Fornecedores: Registra os valores a pagar aos fornecedores de serviços e bens administrativos. A variação negativa entre os valores do exercício de 2017 para o exercício de 2016 se deu em virtude da redução dos serviços contratados, medida adotada com intuito de reduzir os gastos para alinhamento do orçamento disponibilizado pela Mantenedora.

c)Depósitos de Beneficiários e de Terceiros: Registra os valores recebidos indevidamente dos beneficiários, valores estes após conciliação devolvidos aos mesmos.

d)Outros Débitos a Pagar: Registra os demais gastos com a operação, como os valores de aluguéis, depósitos a identificar e demais valores de pequena monta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.4Passivo Não Circulante

Figura 10 - Passivo Não Circulante

PASSIVO	Notas	2017	2016
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**31.658.279,69**	**29.313.366,02**
Provisões	**6.4**	**31.658.279,69**	**29.313.366,02**
Provisões para Ações Judiciais		31.658.279,69	29.313.366,02

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Grupo representado pelo registro de valores a serem pagos com expectativa maior do que um exercício social, assim na Postal Saúde esse grupo de contas registra as provisões judiciais subdivididas em Tributárias, Cíveis, Trabalhistas e Multas Administrativas da ANS, conforme detalhamento abaixo:

Tabela 21 - Provisões Judiciais

Provisões para Ações Judiciais	2017	2016
a) Provisão para Ações Cíveis	25.273.901,80	26.237.569,71
b) Provisão para Ações Trabalhistas	72.720,00	65.520,00
c) Provisão para Multas Administrativas da ANS	6.311.657,89	3.010.276,31
Total	31.658.279,69	29.313.366,02

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Os valores são provisionados levando em consideração os riscos de perda provável, em conformidade ao CPC 25 adotado pela ANS em sua Resolução Normativa nº 390, de 02 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

Ressalta-se, que ao final do exercício de 2017 existiam 481 ações classificadas com risco de perda Possível, totalizando R$ 12.505.454,20. Deste total, R$ 12.187.988,84 referem-se a ações cíveis e R$ 317.465,36 a ações trabalhistas.

Abaixo segue detalhamento dos maiores processos ajuizados contra a Postal Saúde, classificados com probabilidade Provável de perda:

Tabela 22 - Provisão para Ações Cíveis

Processo	Motivo	Recebimento	Valor sob litígio	Risco	Observações	Andamento	Fase processual	Sentença
21.1.14.0005266-3	Fornecer medicamento	07/04/2014	R$ 400.000,00	Provável	Dano moral / Yervoy	Aguarda designação de audiência	Postulatória	Em Fase Processual
2593-19.2014.4.01.3307	Autorização de procedimento	12/05/2014	R$ 300.000,00	Provável	Com dano moral	Concluso para sentença	Instrutória	Em Fase Processual
1007072-09.2015.8.26.0127	Home Care	22/10/2015	R$ 287.025,05	Provável	Sem dano moral	Aguarda julgamento recurso	Recursal	Desfavorável
0036152-52.2015.8.25.0001	Autorização de procedimento	26/11/2015	R$ 260.114,43	Provável	Com dano moral	Decisão proferida	Decisória	Desfavorável
0006363-71.2016.8.25.0001	Reembolso	22/04/2016	R$ 259.817,01	Provável	Com danos morais	Sentença Proferida	Decisória	Desfavorável
0000137-23.2016.8.26.0583	Fornecer medicamento	02/05/2016	R$ 117.888,16	Provável	Com danos morais	PRAZO PARA CONTESTAÇÃO	Postulatória	Em Fase Processual
2016.01.1.038138-7	Descumprimento Contrato	20/05/2016	R$ 377.648,49	Provável	Sem danos morais	Decisão proferida	Decisória	Favorável
1011580-33.2016.8.26.0007	Autorização de procedimento	20/06/2016	R$ 140.408,10	Provável	Com danos morais	Prazo para recurso	Recursal	Desfavorável
0016702-90.2016.8.07.0001	Descumprimento Contrato	19/07/2016	R$ 598.643,43	Provável	Sem danos morais	Prazo para contestação	Postulatória	Em Fase Processual
5062815-77.2016.8.13.0024	Autorização de procedimento	19/07/2016	R$ 204.775,20	Provável	Sem danos morais	Prazo para contestação	Postulatória	Em Fase Processual
0008326-70.2017.4.01.3400	Descumprimento Contrato	31/03/2017	R$ 16.444.426,72	Provável	Com danos morais	Prazo para contestar	Postulatória	Em Fase Processual
0306980-33.2017.8.05.0080	Cirurgia com OPME	19/09/2017	R$ 286.669,66	Provável	Sem danos morais	Prazo para cumprimento de liminar	Postulatória	Em Fase Processual

Fonte: Gerência Jurídica - GEJUR

a)Provisão para Ações Cíveis

Neste grupo são registrados os valores de processos relacionados a questões assistenciais, como requerimento de danos pelos beneficiários por negativa de atendimento, e administrativas, como descumprimento de contrato.

Ao final do exercício de 2017 o valor de questionamento judicial representa o provisionamento de R$ 25.273.901,80. A variação observada no grupo se deu em virtude da reversão de provisão das estimativas de perda dos processos.

b)Provisão para Ações Trabalhistas

São registrados valores de processos relacionados a questões trabalhistas, no exercício de 2017, houve a provisão de quatro demandas judiciais no valor de R$ 72.720,00.

c)Provisão para Multas Administrativas da ANS

No exercício de 2017, com a regulamentação da Resolução Normativa nº 418 de 26 de dezembro de 2016, foi criado o subgrupo de contas relativo ao registro das despesas com provisão de multas administrativas da ANS, assim segregando os valores que anteriormente eram registrados como ações cíveis. Ao termino de 2017 temos registrado R$ 6.311.657,89.

6.5Patrimônio Social

Figura 11 - Patrimônio Social

PASSIVO	Notas	2017	2016 (Reapresentado)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		**119.723.664,30**	**97.027.510,88**
Patrimônio Social	**6.5**	**97.027.510,88**	**135.061.651,95**
Superávits / Déficits Acumulados ou Resultados		**22.696.153,42**	**(38.034.141,07)**

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Constituído de acordo com o regulamento da operadora, destina-se à manutenção de seu equilíbrio, objetivando cobertura das oscilações de custos e subsídios aos aposentados. É apurado pelo resultado positivo ou negativo entre as operações de receitas e despesas da Operadora, acrescido da remuneração das aplicações financeiras em conformidade com a Resolução Normativa ANS nº 390 de 02 de dezembro de 2015.

No exercício de 2017, com a regularização das cobranças dos valores de adiantamento, juntamente com a revisão das estimativas de vida útil dos bens imobilizados da Postal Saúde, e do registro de receita pelo ressarcimento da aquisição dos imobilizados e intangível, tivemos um superávit no exercício de R$ 22.696.153,42. Com este resultado, ao término do exercício o patrimônio da Postal Saúde foi elevado para R$ 119.723.664,30.

7.DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Figura 12 - Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Notas	2017	2016 (reapresentado)
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		**1.867.570.831,53**	**1.844.584.181,77**
Receita com Operações de Assistência à Saúde		**1.867.570.831,53**	**1.844.584.181,77**
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	7.1	1.867.570.831,53	1.844.584.181,77
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		**(1.711.062.506,71)**	**(1.682.971.266,28)**
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	7.4	(1.711.062.506,71)	(1.682.971.266,28)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		**156.508.324,82**	**161.612.915,49**
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		**36.212.515,46**	**33.851.777,78**
Outras Receitas Operacionais	7.2	36.212.515,46	33.851.777,78
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(14.613.312,25)**	**(33.018.636,78)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	7.5.1	(8.589.689,29)	(4.507.424,82)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	7.5.2	(4.602.989,82)	-
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	7.5.3	-	8.327.029,62
Provisão para Perdas Sobre Créditos	7.5.4	(1.420.633,14)	(36.838.241,58)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	**7.6**	**(13.111.286,06)**	**(31.961.001,74)**
Despesas com Operações de Assistencia à Saúde		(9.918.155,03)	(10.578.125,84)
Outras Despesas Operacionais		(3.193.131,03)	(21.382.875,90)
RESULTADO BRUTO		**164.996.241,97**	**130.485.054,75**
Despesas Administrativas	**7.8**	**(157.212.892,49)**	**(185.173.740,87)**
Resultado Financeiro Líquido		**16.349.966,01**	**18.730.281,67**
Receitas Financeiras	7.3	21.858.300,70	24.794.485,29
Despesas Financeiras	7.7	(5.508.334,69)	(6.064.203,62)
Despesas Patrimoniais	**7.9**	**(1.437.162,07)**	**(2.075.736,62)**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**22.696.153,42**	**(38.034.141,07)**
RESULTADO LÍQUIDO		**22.696.153,42**	**(38.034.141,07)**

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

7.1Contraprestações Líquidas

As contraprestações são receitas geradas à título de reembolso por parte da mantenedora e das patrocinadoras, para cobertura das despesas assistenciais realizadas pelos beneficiários, acrescidas do custo administrativo. São reconhecidas quando ocorrer o efetivo direito de faturar a despesa médica, conforme regra estabelecida no item 4.2.1.2 do anexo "Capítulo I - Normas Gerais" da Resolução Normativa nº 390 de 02 de dezembro de 2015 para os planos pós-estabelecidos.

No exercício de 2017, o resultado de nossa contraprestação líquida foi de R$ 1.867.570.831,53.

7.2Outras Receitas Operacionais

Representam os demais valores a serem recebidos pela Postal Saúde, não relacionados aos planos de saúde, a título de ressarcimentos das despesas com Ambulatórios, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, Programa de Benefício de Medicamento - PBM, Programa de Cinesioterapia, Programa de Ginastica Laboral.

Tabela 23 - Outras Receitas Operacionais

Outras Receitas Operacionais	2017	2016 (Reapresentado)
Receita com Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO	1.974.813,03	18.111.449,44
Receita com Programa de Benefício de Medicamentos - PBM	1.218.318,00	2.118.578,12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Receita Com Programa de Cinesioterapia Laboral	3.801.377,07	0,00
Receita com Programa de Ginastica Laboral	801.612,75	0,00
Outras Receitas Operacionais	28.416.394,61	13.621.750,22
Total	36.212.515,46	33.851.777,78

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Convênio PCMSO: Trata-se da disponibilização de recurso para a realização de exames e consultas periódicas com foco na atividade laboral desenvolvida pelos funcionários dos Correios.

Programa de Benefício de Medicamento - PBM: Refere-se à facilidade de aquisição de medicamentos com receituário. Estes medicamentos são adquiridos pelos funcionários dos Correios, sendo o seu valor reembolsado quando da prestação de contas da aquisição de medicamentos.

Ambulatórios: Refere-se as unidades de atendimento básica de saúde e averbação de atestado ocupacional. Estas unidades de atendimento ficam localizadas nas diretorias regionais dos Correios, sendo de responsabilidade da Postal Saúde garantir a manutenção e a contratação de profissionais para a realização dos atendimentos aos empregados dos Correios.

Programa de Cinesioterapia: Trata-se da disponibilização de recurso para a realização de atividades de fisioterapia com foco na reabilitação dos empregados dos Correios.

Programa de Ginastica Laboral: Trata-se da disponibilização de recurso para a realização de atividades físicas nas dependências dos Correios, com o intuito de reduzir lesões causadas por trabalho repetitivo.

Além dos convênios citados acima, também são registrados como Outras Receitas, os recursos recebidos para as aquisições de imobilizado/intangível, para a vinculação de Ativos Garantidores e outras receitas não classificadas nos grupos anteriores.

A soma desta rubrica gerou para a Postal Saúde no exercício de 2017 uma receita de R$ 36.212.515,46 contra os R$ 33.851.777,78 do exercício de 2016. O acréscimo deve-se, principalmente, aos novos programas implementados em 2017.

7.3Receitas Financeiras

Conta responsável por registrar, principalmente, o resultado das aplicações da operadora.

A Postal Saúde realiza aplicações financeiras referentes aos valores vinculados a título das Provisões Técnicas e aos valores de livre utilização não vinculados.

Tabela 24 - Receitas Financeiras

Receitas Financeiras	2017	2016
Receitas de Aplicações Financeiras	17.241.315,92	20.139.093,72
Outras Receitas Financeiras	4.616.984,78	4.655.391,57
Total	21.858.300,70	24.794.485,29

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Os valores vinculados são aplicados em fundo exclusivo da ANS, Caixa FI Saúde Suplementar ANS IIR, gerenciado pela Caixa Econômica Federal - CEF aplicados em 100% títulos públicos vinculados e custodiado pela SELIC. Os demais valores não vinculados são aplicados em CDB com gerenciamento do Banco do Brasil. No exercício de 2017 obtivemos resultados em nossas aplicações, com base na tendência de mercado, do montante de R$ 17.241.315,92.

Nas demais receitas que compõem o grupo, realizamos atualizações monetárias como forma de rendimento dos valores de pequena monta, além de descontos obtidos, principalmente, nas negociações junto aos prestadores no montante de R$ 4.616.984,78.

7.4Eventos Indenizáveis Líquidos

Registram os valores de todos os gastos com os procedimentos médico-hospitalares e odontológicos prestados aos beneficiários titulares e dependentes de todos os nossos planos de saúde.

Abaixo demonstramos as despesas assistenciais, por grupo de classificação em conformidade com o item 9 do anexo "Capítulo I - Normas Gerais" da Resolução Normativa ANS nº 390, de 02 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998. O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111205/41112205 (Despesas do CorreioSaúde).

Tabela 25 - Cobertura assistencial do Plano CorreiosSaúde

Rede	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Despesas com Eventos sem procedimentos	Procedimentos Odontológicos	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-		-	-
Rede Contratada	148.064.627,84	285.264.472,90	38.245.658,22	793.339.622,60	288.591.649,48	62.239.830,58	107.626,08	68.910.284,47	1.684.763.772,17
Reembolso	1.172.707,14	446.644,76	473.626,27	4.229.010,68	488.984,73	98,10	-	368.936,04	7.180.007,72
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	149.237.334,98	285.711.117,66	38.719.284,49	797.568.633,28	289.080.634,21	62.239.928,68	107.626,08	69.279.220,51	1.691.943.779,89

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998. O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111206/41112206 (Despesas do plano Viver Saúde).

Como forma de benefício a Postal Saúde disponibiliza a seus empregados o Plano Viver Saúde. O plano Viver Saúde, possui a mesma cobertura do plano CorreiosSaúde, mas forma de custeio diferenciada, com desembolso mensal realizado pelo empregado a título de redução do custeio arcado pela Patrocinadora, além da cobrança da coparticipação dos eventos.

Tabela 26- Cobertura assistencial do Plano Postal Viver Saúde

Rede	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Procedimentos Odontológicos	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	457.700,97	1.356.884,99	93.531,85	3.031.615,85	753.751,03	9.169,99	227.761,74	5.930.416,42
Reembolso	2.447,64	456,94	2.849,30	11.090,62	3.429,36		436,27	20.710,13
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	460.148,61	1.357.341,93	96.381,15	3.042.706,47	757.180,39	9.169,99	228.198,01	5.951.126,55

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

No exercício de 2017, a elevação do custo da despesa assistencial se deu em virtude do aumento de utilização do plano na ordem de 16,44%, utilização esta, superior ao comportamento do exercício de 2016 conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 27- Quantidade Eventos por Tipo de Guia

Quantidade de Evento por Tipo de Guia	2017	2016	Variação
TISS - Guia de Consulta	1.499.516	1.455.887	3,00%
TISS - Guia de Honorários Individuais	136.520	126.135	8,23%
TISS - Guia de Tratamento Odontológico	1.230.705	1.338.265	-8,04%
TISS - Guia Resumo de Internação	12.166.086	9.770.097	24,52%
TISS - Guia SADT	20.757.358	18.047.401	15,02%
Total	35.790.185	30.737.785	16,44%

Além da utilização na rede credenciada, soma-se aos eventos indenizáveis o montante de R$ 13.167.600,27, referente ao Ressarcimento ao SUS, cobrados no exercício de 2017, contra R$ 17.877.367,46 cobrados em 2016.

Embora seja observada uma elevação na utilização de procedimentos e eventos, o mesmo não reflete no crescimento do valor das despesas assistenciais da Postal Saúde, quando comparamos o exercício de 2017 e 2016, onde crescemos monetariamente apenas 1,67%. A justificativa para a despesa assistencial não acompanhar o crescimento previsto no mercado de saúde, decorre principalmente pela revisão nos contratos de serviço, auditorias médicas e redução da quantidade de beneficiário não eletivos ao plano.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.5Outras Despesas Operacionais

Responsável pelo registro das despesas não assistenciais relacionadas aos planos, bem como aquelas não vinculadas aos planos ofertados pela Postal Saúde.

Detalhamos abaixo as maiores movimentações contidas neste grupo:

7.5.1Despesas Relacionadas ao Plano

Tabela 28 - Outras Despesas Relacionadas com o Plano

Outras Despesas Relacionadas com o Plano	2017	2016
a) Despesas com Confecção	293.536,72	438.409,62
b) Reclamações Judiciais	4.374.581,15	2.731.442,04
c) Despesas com Perdas Operacionais	3.864.749,15	625.037,46
d) Demais Despesas Vinculadas ao Plano	56.822,27	712.535,70
Total	8.589.689,29	4.507.424,82

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

a)Despesa com Confecção: Registra neste grupo, todas as despesas com impressão de carteirinhas de utilização do plano (CIB) de convênios de reciprocidade.

b)Reclamações Judiciais: Registra neste grupo os processos judiciais vinculados às questões assistenciais, com possibilidade provável de perda em atenção CPC 25, adotado pela ANS em sua Resolução Normativa nº 390, de 02 de dezembro de 2015.

c)Despesas com Perdas Operacionais: Neste exercício houve, principalmente, o registro de perdas relacionadas a cobrança de coparticipação de aposentados, cuja possibilidade de cobrança foi extinta devido ao falecimento do beneficiário

d)Demais Despesas Vinculadas aos Planos: Complementando as despesas acessórias aos planos administrados pela Postal Saúde não classificados anteriormente.

7.5.2Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças

Registra-se nesse grupo as despesas com o convênio de Cinesioterapia e despesas com Ginastica Laboral, oferecidos aos funcionários dos Correios a partir de 2017. Sendo estas despesas não vinculadas aos atendimentos médicos executados pelo Plano de Saúde e cobertas por convênios específicos mantidos com nossa Mantenedora.

7.5.3(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde

Neste grupo foi registrado em 2016, o valor referente a reversão de provisão de demanda tributária relacionada a ação ordinária de tutela antecipada, de número 0064160-63-2014.4.01.3400 da 16ª Vara Federal, na qual a Postal Saúde teve ganho de causa em janeiro/2016, o que possibilitou a reversão do saldo provisionado e resgate do valor depositado em juízo, no montante de R$ 8.327.029,62

7.5.4Provisão para Perdas sobre Créditos

Neste grupo está registrada a provisão para perda de títulos vencidos há mais de 90 dias, conforme determinação da Resolução Normativa ANS nº 390 de 02 de dezembro de 2015.

A variação observada refere-se a reversão de valores provisionados para perda em 2016, referente aos adiantamentos a fornecedores/prestadores em aberto de longa data, no montante aproximado de R$ 17 milhões.

7.6Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde não relacionadas c/ Planos de Saúde da Operadora

a)Despesas com Ambulatórios: Como forma de possibilitar um atendimento personalizado, ágil e de fácil acesso aos nossos beneficiários, a Postal Saúde deu continuidade ao projeto de ambulatórios, anteriormente administrados pela Mantenedora, onde visa realizar a triagem dos atendimentos médicos, visando a redução do absenteísmo dos beneficiários.

b)Outras Despesas Operacionais: Neste grupo registramos as despesas com o custo de aquisição de medicamentos por meio do convênio PBM e despesas com o convênio PCMSO (medicina ocupacional), sendo estas despesas não vinculadas aos atendimentos médicos executados pelo Plano de Saúde, cobertos por convênios específicos mantidos com nossa Mantenedora.

7.7Despesa Financeira

Representa as despesas com a movimentação financeira dos recursos alocados nas contas da Postal Saúde, somado as taxas e despesas bancárias.

Tabela 29 - Despesas Financeiras

Despesas Financeiras	2017	2016
Despesas com Impostos S/ Aplicações Financeiras	4.186.917,30	4.664.110,14
Despesas com Juros e Multas	55.554,55	591.680,97
Despesas com Tarifas Bancárias	1.265.862,84	808.412,51
Total	5.508.334,69	6.064.203,62

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

As despesas com Imposto de Renda, taxas bancárias e IOF sobre as aplicações financeiras são as mais representativas desse grupo, sendo descontadas dos rendimentos aplicados. No exercício de 2017 em especial foi alterado o formato de cobrança dos beneficiários aposentados, que utilizam boleto bancário para efetivação do seu pagamento, com a aplicação da estratégia de parcelamento de dívida e campanha de redução de inadimplência, aumentou a quantidade de boletos gerados, o que ampliou a cobrança de tarifas bancárias. Mesmo com essa revisão no formato de cobrança, o grupo despesas financeiras teve uma redução em virtude a redução de valor aplicado no período.

7.8Despesas Administrativas

Neste grupo são registrados todos os gastos necessários para a administração da Postal Saúde. A ANS em seu plano de contas padrão dividiu os registros com a gestão do plano de saúde em 6 subgrupos de natureza administrativa.

No exercício de 2017, a Postal Saúde adotando novas práticas de gestão, revisou diversos contratos, quadro de empregados e processos, onde destaca-se a utilização de pregão eletrônico para as aquisições de bens e serviços. Com a adoção dessas medidas, com foco em otimizar o recurso aplicado pela Mantenedora, as despesas administrativas foram reduzidas em R$ 27.960.848,38, quando comparado ao exercício anterior.

Segue abaixo o comparativo anual de nossas despesas administrativas:

Tabela 30 - Despesas Administrativas

Descrição	2017	2016
a) Despesas - Pessoal Próprio	69.849.071,59	76.772.587,54
b) Despesas - Serviços de Terceiros	68.388.987,96	79.331.735,34
c) Despesas - Localização e Funcionamento	14.383.259,33	23.095.850,91
d) Despesas- Publicidade e Propaganda	0,00	667.065,81
e) Despesas - Tributos	139.475,95	1.010.123,64
f) Despesas - Multas Administrativas*	3.758.641,77	3.010.276,31
g) Despesas - Administrativas Diversas	693.455,89	1.286.101,32
Total	157.212.892,49	185.173.740,87

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

a)Despesas com Pessoal: Grupo composto pelas despesas com os funcionários próprios, como salários, 13º salário, férias, gratificações, encargos (FGTS, INSS, PIS/PASEP), benefícios oferecidos aos empregados como auxílio alimentação, auxílio creche, vale cultura e vale transporte, assistência médica e odontológica, cursos e treinamentos para desenvolvimento do empregado, bem como, os gastos com os funcionários liberados pelos Correios;

b)Despesas com Serviços de Terceiros: Grupo composto pelas despesas com auditoria contábil, auditoria médica, consultoria externa, serviços advocatícios, serviços de informática, serviços gráficos, menor aprendiz, marcas e patentes, serviços de processamento das contas médicas, serviços de conectividade, cotação de OPME, dentre outros;

c)Despesas com Localização e Funcionamento: Grupo composto por gastos com alugueis, cessão onerosa de uso dos espaços dos Correios, despesas com condução (passagens, hospedagem, combustível, táxi, estacionamento), despesas com imóveis (condomínio, água, luz, manutenção e reparos, seguro incêndio), despesas com materiais de copa e expediente (material de escritório, copa, material de uso e consumo, refeições e lanches), despesas com telefonia e internet (telefone, internet, call center - 0800), correios e telégrafos, serviços de limpeza, despesas cartoriais, chaveiro, manutenção de equipamentos, bens duráveis de pequeno valor, dentre outros;

d)Despesas com Publicidade e Propaganda: Grupo composto pelas despesas com divulgação virtual, reestruturação de site, acompanhamento das redes sociais, envio de mensagens aos beneficiários, campanhas de promoção a saúde e demais gastos com comunicação aos beneficiários.

e)Despesas Tributárias: Grupo composto pelos gastos com o pagamento de taxas estaduais, taxas de funcionamento e IPTU de nossas unidades administrativas;

f)Despesas Multas Administrativas: Grupo composto pelos gastos de multas administrativas da ANS. No exercício de 2016, essa provisão estava registrada no grupo de Despesas Administrativas diversas, ora reclassificada para fins de comparação.

g)Despesas Administrativas Diversas: Grupo composto pelos gastos com despesas judiciais, pequenas despesas com manutenção das unidades administrativas, mensalidade das entidades de saúde (Unidas e Associações de Classe) e demais despesas que não se enquadram nos grupos citados acima.

7.9Despesas Patrimoniais

Registra neste grupo as despesas referentes aos móveis e imóveis de posse da operadora.

No exercício de 2016, em virtude do processo de redução dos custos de gestão da Postal Saúde, nossa Mantenedora, através da carta 3113/2016 da GGPS/DESAU/VIGEP, aprovou a proposta de concessão onerosa de uso de espaço em imóveis dos Correios, em caráter excepcional, a valor especial correspondente a 10% do valor médio do m² apontado no laudo de avaliação. Com essa medida, as Unidades de Representação Regional da Postal Saúde vêm retornando aos espaços cedidos pelos Correios desde 2016, realizando o distrato dos contratos de aluguéis e a baixa dos custos relacionados as reformas realizadas nesses imóveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Postal Saúde está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações, relacionadas com as despesas assistenciais. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar as operações de saúde, destacam-se:

a)Risco de Taxas de Juros: A Postal Saúde está exposta a riscos relacionados às taxas de juros, em função de suas aplicações em renda fixa.

b)Risco sobre Aplicação Financeira: A Postal Saúde está sujeita ao risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Esse risco é atenuado pela restrição de suas operações junto à Instituição Financeira, sendo essas consideradas de primeira linha pelo mercado e pela concentração das aplicações em títulos públicos de renda fixa e vencimento de curto prazo em sua maioria.

c)Risco Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultante de processos internos, pessoas, sistemas inadequados ou falhas de eventos externos, que ocasionem ou não a interrupção do negócio.

d)O gerenciamento do risco operacional acompanha a alteração nos cenários de exposição a riscos a que a Postal Saúde está sujeita, refletindo o ambiente em suas operações e os compromissos com os resultados que a operadora tem para com os beneficiários, empregados, órgãos reguladores e sociedade em geral. A Postal Saúde monitora os riscos operacionais, através do procedimento de autoavaliação de riscos e controles constantes.

O gerenciamento do risco operacional acompanha a alteração nos cenários de exposição a riscos a que a Postal Saúde está sujeita, refletindo o ambiente em suas operações e os compromissos com os resultados que a operadora tem para com os beneficiários, empregados, órgãos reguladores e sociedade em geral. A Postal Saúde monitora os riscos operacionais, através do procedimento de autoavaliação de riscos e controles constantes.

A Postal Saúde participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender as necessidades próprias. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria, visando atender a Resolução Normativa ANS nº 390, de 02 de dezembro de 2015 e alterações posteriores da ANS e ao CPC 14.

Tabela 31 - Ativos Financeiros

Ativos financeiros	2017	2016
Disponível	1.818.098,98	1.746.184,02
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	168.802.590,37	160.073.651,35
Aplicações Financeiras	168.802.590,37	160.073.651,35
Recebíveis mensurados ao custo amortizado	478.762.751,47	438.531.947,10
Contraprestações a receber	474.001.052,61	435.481.263,86
Créd. Op. de Assist. à Saúde Não Relac. ao Plano	829.104,46	-
Títulos e créditos a receber (circulante e não circulante)	3.932.594,40	3.050.683,24

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Tabela 32 - Passivo Financeiro

Passivos financeiros ao custo amortizado	2017	2016
Fornecedores	10.252.275,45	11.944.271,40

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

9.COBERTURA DE SEGUROS

A Postal Saúde adotou em seu primeiro ano de operação efetiva, o seguro ofertado pelas locadoras de seus imóveis, estando estes cobertos contra incêndios e demais catástrofes da natureza. O valor desta despesa está embutido no valor pago de aluguel de suas unidades administrativas.

10.CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA

Em atendimento ao CPC 03 do Comitê de Pronunciamento Contábeis, conciliamos as Demonstrações de Fluxo de Caixa - DFC, partindo do Lucro Líquido para o Fluxo de Caixa Líquido das atividades operacionais.

Tabela 33 - Fluxo de Caixa

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2017	2016 (Reapresentado)
Resultado Líquido	22.696.153,42	(38.034.141,07)
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa gerado pelas Atividades Operacionais:	7.589.214,91	56.221.453,45
Resultado Líquido Ajustado	30.285.368,33	18.187.312,38
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(51.237.562,15)	(83.326.610,61)
(Diminuição) Aumento em Passivos Operacionais	35.676.882,83	67.942.372,20
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	14.724.689,01	2.803.073,97

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

11.EVENTOS SUBSEQUENTES

Para o exercício de 2017 não houveram eventos subsequentes relevantes que gerem ajustes nas Demonstrações Contábeis, conforme CPC 24 /IAS 10.

12.PARTES RELACIONADAS

A Caixa de Assistência dos Empregados dos Correios - Postal Saúde, possui controle direto de sua Mantenedora, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios, desta forma as operações comerciais e financeiras da operadora com a sua controladora são efetuadas a preço e condições diferenciados do mercado, contendo valores, prazos e taxas exclusivas para a parte relacionada.

Ao término do exercício a operação entre as partes gerou um saldo a pagar e um saldo a receber demonstrado nos quadros abaixo:

Tabela 34 - Valores a Receber Mantenedora

SALDO A RECEBER CORREIOS - BALANÇO POSTAL SAUDE	
Convênio Adesão - Despesas Assistenciais	453.250.553,32
Convênio Adesão - Tx. Administrativa	12.496.339,59
Convênio Adesão - Despesas Ambulatórios	829.104,46
Convênio PCMSO	5.214.838,37
Convênio PBM	1.960.901,05
Convênio Programa Cinesioterapia	2.690.103,81
Convênio Programa Ginástica Laboral	801.612,75
Total a Receber	477.243.453,35

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

Tabela 35 - Valores a Pagar Mantenedora

SALDO A PAGAR CORREIOS - BALANÇO POSTAL SAUDE	
Empregados Cedidos a Pagar	1.218.385,24
Concessão Onerosa - Correios	68.184,10
Saldo a Pagar - PBM	-
Total a Pagar	1.286.569,34

Fonte: Demonstrações Financeiras da Postal Saúde 2017

No exercício de 2018 os valores apurados na conciliação do encerramento do exercício serão repassados entre as partes.

Parecer da Auditoria Independente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS, OPERADORA DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - POSTAL SAÚDE

Relatório do auditor independente
Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Conteúdo
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Balanços patrimoniais
Demonstrações do resultado
Demonstrações do resultado abrangente
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores, Conselheiros e Associados da
CAIXA DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS, OPERADORA DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE - POSTAL SAÚDE
Brasília - DF
Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde ("POSTAL SAÚDE" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Mantenedora, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, apresenta prejuízos acumulados, elevados custos assistenciais e previdenciais com seus funcionários e responde a um volume relevante de contingências de natureza cíveis, fiscais, trabalhistas e criminais. Esses fatos indicam a possível existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Mantenedora. As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando. A continuidade operacional da Mantenedora, dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais aportes de seu controlador. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reequilíbrio econômico e financeiro do Plano de Custeio

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, tendo em vista a atual situação financeira da Mantenedora e o alto custo do Plano de Saúde ofertado aos seus funcionários, no final de 2017, a ECT ajuizou o processo nº 100.295/05.2017.5.00.0000 junto ao TST - Tribunal Superior do Trabalho, com a finalidade de alterar a forma de custeio e abrangência do plano oferecido, previsto no Acordo Coletivo. Esta revisão no formato de custeio visa reequilibrar situação econômica financeira da Postal Saúde. A estimativa é de que os funcionários passem a arcar com aproximadamente 25% das despesas do plano, incluindo uma contribuição fixa mensal, além disso, os dependentes passariam a abranger apenas os cônjuges e filhos, sendo excluída a possibilidade de inclusão/permanência dos pais dos titulares no CorreiosSaúde. Caso haja a alteração no formato do Plano CorreiosSaúde, a Postal Saúde irá ofertar um plano com mensalidade fixa, como alternativa para os beneficiários excluídos do Plano CorreiosSaúde. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de retificações de erros descritos na nota 4.12, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório em 10 de fevereiro de 2017, com modificação na opinião pelo fato dos controles auxiliares analíticos das contraprestações a receber não permitirem, à época, identificar com precisão as datas de emissão e dos respectivos vencimentos, todavia, com a implementação do novo sistema operacional, essa fragilidade foi devidamente solucionada. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2016, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 4.12, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2016. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2016, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 02 de março de 2018.
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF
Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3 - S -DF

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 700/SEI, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 5.184, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, observado o disposto no art. 29 da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.002287/2017-80, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2869/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Art.1º Extinguir, a pedido, da Rádio Paraguaçu Paulista FM Ltda., a partir de 12 de janeiro de 2017, a autorização para execução do serviço de retransmissão de televisão, mediante o uso do canal 51 (cinquenta e um), em caráter primário, no município de Tucuruí, estado de Pará, outorgada por intermédio da Portaria n.º 767, de 25 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 26 de agosto de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 1.229/SEI, DE 9 DE MARÇO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.066403/2017-99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Sociedade de Ação Comunitária Canaã, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Guararapes, n°34 "A" - Vila Ipiranga para a Avenida Felinto Muller, n°865 - Ipiranga, na localidade de Três Marias / MG. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 94/2001 publicada no Diário Oficial da União em 12 de março de 2001, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 980/2004, publicado no Diário Oficial da União em 17 de novembro de 2004, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53710.000823/1998.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 18°12'45"S e longitude 45°13'23"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

DESPACHO Nº 438/SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.012841/2018-18, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 6100/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela RÁDIO VALE DO PARNAÍBA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Luzilândia, estado do Piauí.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 458/SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.012047/2018-74, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 6353/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela SM COMUNICAÇÕES LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Vila Velha, estado do Espirito Santo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 431/SEI, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.044780/2017-77, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SCPB - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santiago-RS, utilizando o canal n.º 264 (duzentos e sessenta e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 5945/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 451/SEI, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.060861/2017-14, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de ARAÇATUBA/SP, utilizando o canal n.º 294 (duzentos e noventa e quatro), classe B1, nos termos da Nota Técnica n.º 6237/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA



Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS

DESPACHO Nº 939-E, DE 3 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Tornar sem efeito os termos da Deliberação nº. 826-E, de 19/03/2018, publicada no DOU nº 54, de 20/03/2018 na pág. 16, Seção 01, no que se refere à prorrogação do projeto audiovisual "14-0315 - O DIÁRIO DE MIKA", da proponente MENDES BENTANCOUR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Art. 2º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS FELIPE TEIXEIRA DELFINO

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 186, de 06/06/2017, publicada no DOU de 12/06/2017, Seção 1, página 9.

Onde se lê: "Comunidade Kalunga dos Morros, localizada no município de Cavalcante/GO".

Leia-se: "Comunidade dos Morros, localizada no município de Cavalcante/GO".

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 223, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180699 - Festival Visual Art Musical: Edição Campos do Jordão
ANNA CAROLINA GRASSMANN ARAUJO
CNPJ/CPF: 257.149.168-75
Processo: 01400004632201830
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 259.410,90
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto prevê a realização do Festival Visual Art Music. O projeto consistena realização de um Festival com apresentação de dança com performances e arte digital, e exposições de artes visuais.
180782 - 10º Forrozão do Galo - Evento Cultural, Folclórico, Junino do Nordeste Brasileiro.
CLUBE DAS MASCARAS O GALO DA MADRUGADA
CNPJ/CPF: 11.451.275/0001-68
Processo: 01400004862201807
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 1.074.798,50
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/08/2018
Resumo do Projeto: Realizar o evento cultural FORROZÃO DO GALO, em sua 10ª edição, promovendo o folclore com uma autentica festa junina nordestina. O evento terá como atração principal um Cortejo cênico Junino, além da montagem de diversos polos culturais: Polo Instrumental, Polo Raízes, Polo Infantil das Danças, Polo Gastronômico, Polo das Artes e o Polo Forró.
180648 - Aventuras do Super Akira
RONALDO IVAN DA CRUZ MESQUITA
CNPJ/CPF: 150.155.051-91
Processo: 01400004402201871
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 698.095,58
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Aventuras do Super Akira" é uma turnê de uma peça teatral que conta a história do Super Akira, um super-herói vindo de outro planeta. As apresentações acontecerão em escolas públicas e particulares e será uma forma de levar a cultura do teatro para crianças, pais e professores.
180518 - Concepção, confecção e montagem de Cenários para o XVII Festival de Ópera do Theatro da Paz
Academia Paraense de Música
CNPJ/CPF: 04.226.577/0001-77
Processo: 01400003736201827
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 100.752,70
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 14/12/2018
Resumo do Projeto: Concepção, criação, confecção e montagem/desmontagem de cenários para as récitas da Ópera do XVII Festival de Ópera do Theatro da Paz em 2018.
180775 - Espetáculo Teatral Ser em Cena
Ser em Cena
CNPJ/CPF: 07.051.916/0001-10
Processo: 01400004821201811
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 553.493,16
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto visa a montagem e apresentação do espetáculo teatral da Ser em Cena no final do ano de 2019. Com elenco formado por pessoas portadoras de afasia no elenco (pessoas que sofreram lesão cerebral e têm déficit de linguagem) que realizarão ensaios ao longo do ano e farão as apresentações teatrais. O objetivo é mostrar a arte como ferramenta de inclusão de pessoas com deficiência. Realização de palestra gratuita para formação de plateia: palestra gratuita sobre a inclusão de pessoas com deficiência na arte.
180785 - FESTEJA SÃO LEOPOLDO - 1ª EDIÇÃO
DOWNLOAD PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EEP
CNPJ/CPF: 17.603.449/0001-47
Processo: 01400004865201832
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 443.764,00
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: A nossa proposta cultural com "Festeja São Leopoldo - 1ª Edição", visa realizar uma programação artística e cultural, para a Região do Vale dos Sinos, envolvendo artistas dos mais diversos segmentos culturais (circo, dança, musica instrumental e teatro) de reconhecimento regional e até mesmo nacional.
180783 - Festejos Natalinos - Cultura Popular no Cariri
Midas Produções Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 00.372.031/0001-73
Processo: 01400004863201843
Cidade: Juazeiro do Norte - CE;
Valor Aprovado: R$ 316.753,79
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Festejos Natalinos - Cultura Popular no Cariri" consiste na realização de duas ações relacionadas à Folia de Reis: Encontro de Reisados (dezembro), Cortejo de Reisados (janeiro) e 2 atividades envolvendo conversas/debates com a participação de grupos de cultura popular da região, contribuindo para fortalecer, gerar renda e divulgar a cultura popular nordestina, tão intimamente ligada à religiosidade. De origem portuguesa, o Reisado teve início no Brasil no século XIX e é próprio dos festejos natalinos que anunciam a chegada dos Reis Magos para contemplar o nascimento do menino Jesus.
180773 - FESTIVAL DA CULTURA RURAL DE SANTA CATARINA
HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS ME
CNPJ/CPF: 19.212.845/0001-79
Processo: 01400004818201899
Cidade: Campos Novos - SC;
Valor Aprovado: R$ 743.735,00
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 26/11/2018
Resumo do Projeto: Realização de um festival cultural em comemoração ao cinquentenário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC. O Festival da Cultura Rural de Santa Catarina irá oferecer atrações de dança, teatro, gastronomia e artes visuais, tudo relacionado à vida no campo, com produções artísticas realizadas no meio rural. Será uma oportunidade de apresentar ao público que a cultura agrícola vai além da produção de alimentos e da lida na terra, pois também está presente nas mais diversas manifestações artísticas.
180386 - Festival Palhaças do Mundo - Encontro de Palhaças de Brasília \Edição 2018-2019
Nossa Produtora Produções Artísticas LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.243.804/0001-38
Processo: 01400003021201874
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 106.036,49
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 30/07/2018
Resumo do Projeto: O objeto desta proposta é a realização do V Festival Palhaças do Mundo - Encontro de Palhaças de Brasília - Festival Palhaças do Mundo. O festival teve início em 2018 e comemora 10 anos de existência. Dentre suas ações destacam-se : AÇÃO 1: APRESENTAÇÕES DE ESPETÁCULOS: A) Espetáculos nacionais e internacionais , B) CABARÉS Coletivos, C) SAÍDAS DE ENCANTAMENTO\AÇÕES COLETIVAS (Intervencões coletivas na rua\cidade), AÇÃO 2: PALESTRAS (Programa PALHAÇAS EM TESE\ ENCONTRO COM CURADORES), AÇÃO 3: SERIADO PALHAÇAS DO MUNDO: a) PRODUÇÃO de conteúdo, b) EXIBIÇÃO DE VÍDEOS , c) DISTRIBUIÇÃO ON LINE; AÇÃO 4: PROGRAMA EDUCATIVO: A) com oficinas de aprimoramento técnico, B) Sessões com acessibilidade voltada a escolas e instituições específicas de atendimento a portadores de necessidades especiais.
180786 - SANTANAS
bomba criativa produções ltda me
CNPJ/CPF: 13.489.956/0001-40
Processo: 01400004866201887
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 938.103,96
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 30/09/2018
Resumo do Projeto: Ocupação convergindo teatro, dança, performance, circo, artes visuais, bem-estar, ecologia e integração social. Com programação gratuita, durante 8 semanas no CAMPO DE SANTANA - Parque Imperial situado no Rio de Janeiro, frequentado por pessoas de baixa renda e moradores de rua. Em 2012 a diretora Valéria Martins realizou a primeira ocupação artística nele, estreando Coleções em campo http://vimeo.com/65839988. Desde então, nenhuma ação artística desse porte foi realizada no parque. Estimulada pelos resultados e experiências vividas, Valéria propõe um retorno a ele promovendo diversidade cênica e acessibilidade.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180574 - CEFAC Social - 1ª Edição
Santos e Zamboni Ltda
CNPJ/CPF: 22.658.935/0001-00
Processo: 01400004045201841
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.040.239,50
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de oficinas culturais de música instrumental (violão, violino, violoncelo e percurssão) para crianças, jovens e adolescentes em vulnerabilidade social das escolas públicas, com o objetivo de aumentar o potencial criativo por meio da música, destacando os benefícios no desenvolvimento dos participantes na formação da cidadania.
180788 - Expedição Amazônia Órbita
TOPAZA PELLA PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 23.738.428/0001-31
Processo: 01400004868201876
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 205.393,20
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto consiste na realização de 2 apresentações do show Instrumental "Amazônia Órbita" do músico Dante Ozzetti, com participação especial de Orquestras locais e o Trio Manari (PA), nas cidades de Belo Horizonte-MG e Piracicaba-SP. As composições do show partem de inflexões de ritmos da Amazônia, como o lundu do Marajó, marabaixo, batuque do Curiau, cacicó, vaqueiro do Marajó, samba de cacete, marambiré, entre outros. O projeto prevê ainda a realização de um workshop sobre percussão amazônica, ministrada pelo trio Manari totalmente gratuita em cada uma das cidades atendidas pelo projeto.
180726 - Grande Arraia Circuito Junino Araxá
FUNDAÇÃO CULTURAL ACIA
CNPJ/CPF: 10.548.421/0001-05
Processo: 01400004676201860
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 239.174,70
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 11/10/2018
Resumo do Projeto: Este projeto pretende realizar o "Grande Arraia do Circuito Junino de Araxá" com diversas ações culturais que contribuam para a vivência da tradicional festa popular brasileira, resgatando e consolidando expressões culturais populares por meio das quadrilhas, casamento junino, causos, comidas típicas e outros. Todas as ações serão oferecidas gratuitamente ao público e serão adotadas medidas de acessibilidade.
180633 - IV FESTIVAL INTERNACIONAL VIOLONCELOS EM FOLIA
Lumah Produções Culturais Ltda - ME
CNPJ/CPF: 19.009.079/0001-40
Processo: 01400004323201860
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 190.767,50
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Consiste na versão brasileira do festival Violoncelles en Folie, que ocorre desde 2006 na França. O Festival Internacional Violoncelos em Folia está em sua quarta edição. Oferece concertos instrumentais diários, contempla o aspecto pedagógico com formação de plateia e oficinas para estudantes de cello dos níveis básico ao avançado, além de promover a prática do violoncelo.
180772 - MUSIVOTI - FESTIVAL INTERNACIONAL DE MÚSICA DE IVOTI (IVOTI-RS)
PIU-MOSSO PROMOCAO E GESTAO CULTURAL SOCIEDADE SIMPLES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.058.613/0001-91
Processo: 01400004812201811
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Valor Aprovado: R$ 182.931,90
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 04/08/2018
Resumo do Projeto: Realização da 1ª edição do Festival Internacional de Música de Ivoti - RS (MUSIVOTI), que tem como objetivo incentivar e promover a música erudita no país, através de oficinas para estudantes de música, bem como para leigos, e de concertos diários, gratuitos, voltados para a comunidade, contribuindo para a formação de público, assim como para que o Rio Grande do Sul se consagre como polo irradiador de música de qualidade e referência cultural para o país.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

180764 - Programa de formacao para o Mercado cultural
Associação Arebeldia Cultural
CNPJ/CPF: 10.956.372/0001-40
Processo: 01400004790201890
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 363.259,38
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto preve a execucao de um programa de formacao para jovens de baixa renda, para trabalharem no mercado cultural, com transmissao e trocas de conhecimentos, experiencias e saberes. O programa tem o objetivo de oferecer caminhos para os participantes das acoes. Serao oferecidas 10 oficinas gratuitas, cinco por semestre, e ao final dos trabalhos serao realizados eventos de encerramento(show musical) onde os alunos porao em prática o que foi aprendido nas oficinas. Os alunos participarao de todas as oficinas.
180774 - Projeto Orquestra de Metais e Percussão Paranavaí
manoel feliciano
CNPJ/CPF: 022.925.079-35
Processo: 01400004819201833
Cidade: Paranavaí - PR;
Valor Aprovado: R$ 270.528,00
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto Orquestra de Metais e Percussão ,visa dar oportunidade de acesso ao universo musical de forma gratuita ,a crianças, adolescentes e jovens de comunidades carentes em idade estudantil através de instrumentos de Metais e Percussãol e corpo coreográfico. O projeto visa oferecer formação musical ao individuo como um todo através de aulas individuais e coletivas buscando assim a formação de novas plateias fomentando o gosto pela musica instrumental . O projeto visa atender os alunos, culminando ao final do período com varias apresentações em espaços públicos e com acesso gratuito a comunidade de Paranavaí e região. O projeto prevê apresentações assim divididas: - Desfiles cívicos da cidade de Paranavai e região; - Apresentações aberta em toda comunidade; - Convites realizados ao projeto para apresentações na região.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
180787 - Exposição JARDINS DO TEMPO
PERFIL CULTURAL LTDA ME
CNPJ/CPF: 50.602.937/0001-05
Processo: 01400004867201821
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.083.784,50
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O presente projeto consiste na realização da exposição individual "Jardins do Tempo", do artista brasileiro Pazé, acompanhada por um catálogo com obras selecionadas e um registro do processo de criação artística. "Jardins do Tempo" é um trabalho em múltiplas linguagens reunindo desenhos, aquarelas, fotografias, projetos arquitetônicos e instalação. A exposição resulta de uma densa pesquisa estética que tem como objetivo propor um novo olhar sobre o espaço urbano de São Paulo por meio da ampliação das áreas verdes na cidade.
180727 - Festa do Tropeiro - Exposição da cultura do movimento
MINAFRA PRODUÇÕES CULTURAIS LIMITADA
CNPJ/CPF: 11.039.355/0001-00
Processo: 01400004678201859
Cidade: Coronel Fabriciano - MG;
Valor Aprovado: R$ 88.644,00
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realizar exposição do movimento dos tropeiros com apresentações dos objetos utilizados, bem como retratar os seus costumes, a culinária típica da época, expor peças históricas finalizando com uma apresentação artísticas de música instrumental através da sonoridade da viola caipira. A exposição terá entrada franca sendo realizada em espaço público com o objetivo de promover a identidade local e preservar a memória do tropeiro.
180433 - O Legado de Martius e Spix: do século XIX ao XXI
OAK EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA.
CNPJ/CPF: 03.055.879/0001-67
Processo: 01400003288201861
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.028.511,24
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização da exposição - O Legado de Martius e Spix: do século XIX ao XXI - e do espetáculo teatral - Martius e Spix e a Viagem pelo Brasil (títulos provisórios). Além da exposição de artes visuais e espetáculo teatral, o projeto contempla a publicação de um catálogo, ativações digitais e oficinas de Arte Educação.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180759 - Festival Literário Bienal do Livro
Fagga Promoção de Eventos SA
CNPJ/CPF: 05.494.572/0001-98
Processo: 01400004750201848
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.228.385,84
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Popularização da Leitura, aproximando público ao universo da literatura, viabilizando o acesso e incentivando o contato com autores e obras em ações pré Bienal do Livro Rio 2019. Uma pequena amostra que acontecerá no shopping Village Mall no Rio de Janeiro, mostrando / antecipando o que o público irá encontrar no evento em 2019.
180769 - Olimpo Tupiniquim
GERALDO MAGELLA RODRIGUES MOREIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 086.600.036-40
Processo: 01400004800201897
Cidade: Piumhi - MG;
Valor Aprovado: R$ 480.727,88
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Olimpo Tupiniquim" consiste na edição e distribuição gratuita de 1 livro infantil.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
180611 - Festival CENA BRASIL
DIALOGOS
CNPJ/CPF: 06.152.139/0001-37
Processo: 01400004238201800
Cidade: Olinda - PE;
Valor Aprovado: R$ 269.692,60
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 10/08/2018
Resumo do Projeto: Este projeto objetiva realizar a 16ª edição consecutiva do Festival CENA BRASIL. O referido Festival reafirma suas características de consistência e regularidade, reunindo múltiplas ações culturais, cumprindo um papel estratégico na preservação e fomento da nossa cultura, na circulação e divulgação dos nossos artistas e na formação de platéia. O mesmo realizará: Shows Musicais, Oficinas (Rádio e Fotografia), Palestra, Produção de CD "Coletânea CENA BRASIL", instalação e execução da Rádio Diálogos 90.9 FM e WEB, MarchaCultural, desfiles de Afoxés e Maracatus.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
180762 - O Guardião dos Sonhos
Alessandro José de Lima
CNPJ/CPF: 870.721.811-72
Processo: 01400004765201814
Cidade: Dourados - MS;
Valor Aprovado: R$ 678.134,28
Prazo de Captação: 29/03/2018 à 28/12/2018
Resumo do Projeto: Objetiva-se com este projeto o propiciar de pedagógicas ferramentas, técnicas, dinâmicas e literaturas à transcendência de realidades de personagens e ambientes ligados à mediação de saber/aprendizagem e multiculturas: às limitações e necessidades filosófica, pedagógica, literária e cultural-artística; com as Oficinas Pedagógicas, Festa Popular & Universo de Contação de Histórias (aberturas e encerramentos), Palestras e Curso Online - EAD. Num articulado e contextualizado conjunto de aspectos, ações e saberes, via ação-reflexão-ação, empreendedorismo, criativos desafios; ao incentivo de leitura aprofundada. É folclore e cultura aos poucos assistidos e ciência humano-literária, filosófico-cultural e místico-artístico em 70% de prática à habilidade de mediar, saber e contar histórias: a Guardiões de Sonhos.

PORTARIA Nº 224, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18, § 1º)
17 8047 - UM LUGAR DE FANTASIA
MARA LUCIA DE OLIVEIRA CAVALHEIRO
CNPJ/CPF: 556.014.990-04
RS - Passo Fundo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
17 9214 - Nossa Via 2018
Idem Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 29.150.501/0001-36
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)
17 8078 - 76 anos de Foto Cine Clube Bandeirantes: recuperação de um acervo
ESTUDIO MADALENA LTDA
CNPJ/CPF: 05.509.243/0001-73
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

PORTARIA Nº 225, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
171219 - CIRCUITO INSTRUMENTAL QUARTCHÊTO
EMERSON JOAO MAICA - ME
CNPJ/CPF: 13.450.877/0001-26
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 30.000,00
Valor total atual: R$ 287.075,00
171681 - Plano Anual de Atividades Cia. Minaz 2018
Associação Minaz de Cultura
CNPJ/CPF: 08.255.596/0001-82
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.912,19
Valor total atual: R$ 2.715.689,81
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
177251 - Exposição Carnauba de Jaguaruana e do Ceará (NOME PROVISÓRIO)
A CASA MUSEU DE ARTES E ARTEFATOS BRASILEIROS
CNPJ/CPF: 03.031.145/0001-48
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 170.005,50
Valor total atual: R$ 1.236.637,50

PORTARIA Nº 226, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 1510447 - DRAGÃO FASHION BRASIL 2016, publicado na portaria nº 0750/15 de 28/12/2015, no D.O.U. em 29/12/2015, para DFB FESTIVAL 2018.

Art. 2.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 1510447 - DRAGÃO FASHION BRASIL 2016, publicado na portaria nº 0750/15 de 28/12/2015, publicada no D.O.U. em 29/12/2015.

Onde se lê: Realizar o DRAGÃO FASHION BRASIL 2016. Um grande encontro da cultura da moda e sua relação com o artesanato local e regional , mostrando manifestações nas áreas de artes plásticas, artes visuais e patrimônio cultural de artistas locais e de diversos pontos do País, buscando fortalecer os conceitos fundamentais para o fazer moda : autoria e intercâmbio, marcando o diálogo e a troca de informações entre grupos de economia criativa e mercado. Realizado durante 04 dias, no período de 04 a 07 de maiol de 2016, no Terminal Maritimo de Passageiros de Fortaleza - CE.

Leia-se: O DFB Festival se configura como o maior festival multicultural do Ceará, reunindo cultura e arte em suas mais diversas expressões: dança, música instrumental e popular, performance cênica, gastronomia, artesanato e moda. Assim, o DFB se configura como um espaço que celebra a multiplicidade e a expressão das diferentes vozes que emanam de nosso povo e sua cultura. Criado em 1999, em Fortaleza/CE, ainda sob o nome de Dragão Fashion Brasil, o DFB nasceu com a proposta de colocar a moda autoral do Ceará em pauta, servindo como celeiro de novos talentos e consolidando a moda como expressão cultural. Idealizado por Claudio Silveira, o projeto se tornou um dos maiores e mais longevos eventos de moda autoral do país, passando a assumir sua vocação plural e a agregar outros segmentos artísticos.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0001 de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, Seção 1, referente ao Projeto Carnaval da Muda - Pronac: 16-2178

Onde se lê: Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
Leia-se: Período de captação: 01/01/2018 a 31/03/2018

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0001 de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, Seção 1, referente ao Projeto ESPAÇO SIDERAL - Pronac: 17-1494

Onde se lê: Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
Leia-se: Período de captação: 01/01/2018 a 30/04/2018

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0001 de 02/01/2018, publicada no D.O.U. em 03/01/2018, Seção 1, referente ao Projeto Weihnachtsfest - Festa de Natal em Pomerode - Pronac: 17-1674

Onde se lê: Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018
Leia-se: Período de captação: 01/01/2018 a 31/03/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA EMAER Nº 12/4SC4, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Classificação do Aeródromo Público de Caracaraí (SBQI) como militar.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, de acordo com a Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, com o disposto no Parágrafo único do art. 18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, em conformidade com o disposto no §1° do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o item 4.2.6.2 da ICA 11-4/2013, que estabelece o Processo para Análise de Projetos de Construção ou Modificação de Aeródromos, Aeroportos, Helipontos e Heliportos Militares, aprovada pela Portaria nº 1.556/GC3, de 28 de agosto de 2013, e no que consta na Portaria ANAC nº 4.048/SIA, de 6 de dezembro de 2017 e do Processo 67200.004877/2017-41, resolve:

Art. 1° Classificar como militar o Aeródromo de Caracaraí (SBQI), localizado no Município de Caracaraí - RR.

Art. 2° O Aeródromo militar definido no artigo anterior ficará sob a administração da ALA 7, tendo em vista a proximidade do aeródromo com a mesma e o interesse operacional em sua manutenção para o 1°/3° GAV.

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor a partir de 29 de março de 2018.

Ten Brig Ar RAUL BOTELHO

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 99/DPC, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Suspende os efeitos da Portaria no 8/DPC, de 10 de janeiro de 2018.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria no 156/MB, de 03 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997, e

CONSIDERANDO a decisão prolatada, em 23/03/2018, pela 3a Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos do Processo no 1017105-94.2017.4.01.3400, que determinou o restabelecimento do Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Santos, Baixada Santista, São Sebastião e Terminal Marítimo Almirante Barroso do Sr. FRANCISCO MARQUES MAIA DE OLIVEIRA, bem como sua reinclusão na escala de serviço de prático, resolve:

Art. 1º Suspender os efeitos da Portaria no 8/DPC, de 10 de janeiro de 2018, publicada no DOU nº 10, Seção 1, página 14, de 15 de janeiro de 2018.

Art. 2º Restabelecer o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Santos, Baixada Santista, São Sebastião e Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) (SP) - ZP-16 do Sr. FRANCISCO MARQUES MAIA DE OLIVEIRA, CIR 443P2001199531, devendo ser reincluído na escala de rodízio única de serviço de prático.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 279, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 7/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201304880;

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade Integrada de Arapongas, a ser instalada na rua Falcão, nº 768, - até 798/799, Centro, no Município de Arapongas, no Estado do Paraná, mantida pela CESUMAR - Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. (CNPJ 79.265.617/0001-99).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 280, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 65/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201502501.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Pouso Alegre (FPA), a ser instalada na Avenida Gabriel Garcia de Azevedo, nº 145, Bairro Jardim São Fernando, no Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas (CNPJ 21.420.856/0001-96).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 281, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 62/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201507903.

Art. 2º Fica credenciada a Escola de Gestão ICTQ, a ser instalada na Rua Benjamin Constant nº 1491, Bairro Setor Central, no Município de Anápolis, no Estado de Goiás, mantida pelo Instituto de Ciência Tecnologia e Qualidade Industrial Ltda - ME. (CNPJ 10.564.067/0001-02).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 282, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 68/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201602714.

Art. 2º Fica credenciada a Faculdade de Engenharia e Agrimensura de São Paulo (FEASP), a ser instalada na Rua Araritaguaba, nº 804, Bairro Vila Maria Alta, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantida pela União Educacional e Cultural Candelaria (Unicandelaria) (CNPJ 52.699.857/0001-45).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 284, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 49/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201115650.

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Tecnologia Alfa de Umuarama, com sede na rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, nº 3.678, Centro, no Município de Umuarama, no Estado do Paraná, mantida pela Sociedade de Ensino Cidade de Umuarama Ltda.- EPP (CNPJ 81.236.267/0001-84).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 285, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 77/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 20073566.

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com sede na Rua Dr. Cesário Mota Júnior, 262, Vila Buarque, Município de São Paulo, Estado do São Paulo, mantida pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (CNPJ 63.056.469/0001-62).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 286, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 53/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200906810.

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Almeida Rodrigues - FAR, com sede na Rua Quinca Honório Leão, nº 1.030, Morada do Sol, no Município de Rio Verde, no Estado de Goiás, mantida pelo Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues Ltda. - EPP (CNPJ 04.284.276/0001-08).

Art. 3º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 287, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a revogação, a pedido, de autorização de funcionamento de unidade dos Institutos Federais e sobre a atualização da relação vigente de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância ao disposto no art. 5º, § 5º, da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, na Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012, no art. 3º, § 1º, da Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, e na Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016, resolve:

Art. 1º Fica revogada, a pedido, a autorização de funcionamento da unidade Campus Avançado Sobradinho, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB.

Art. 2º Ficam remanejados, de imediato, do IFB, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o Ministério da Educação - MEC, os Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG a ele referentes, constantes no Anexo I a esta Portaria.

Art. 3º Fica atualizada a relação vigente de unidades que compõem a estrutura organizacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme o Anexo II da presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Da IFE para o MEC

CÓD.	ÓRGÃO	CD3	CD4	FG2
26428	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	1	1	2

ANEXO II

Relação vigente de unidades que compõem a estrutura organizacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

UF	Instituição	Unidade
AC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	Campus Cruzeiro do Sul
		Campus Rio Branco
		Campus Sena Madureira
		Campus Tarauacá
		Campus Xapuri
		Campus Avançado Rio Branco Baixada do Sol
AL	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	Campus Arapiraca
		Campus Batalha
		Campus Coruripe
		Campus Maceió
		Campus Maragogi
		Campus Marechal Deodoro
		Campus Murici
		Campus Palmeira dos Índios
		Campus Penedo
		Campus Piranhas
		Campus Rio Largo
		Campus Santana do Ipanema
		Campus São Miguel dos Campos
		Campus Satuba
		Campus Viçosa
		Campus Avançado Maceió Benedito Bentes
	Universidade Federal de Alagoas	Escola Técnica de Artes
AM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	Campus Coari
		Campus Eirunepé
		Campus Humaitá
		Campus Itacoatiara
		Campus Lábrea
		Campus Manaus Centro
		Campus Manaus Distrito Industrial
		Campus Manaus Zona Leste
		Campus Maués
		Campus Parintins
		Campus Presidente Figueiredo
		Campus São Gabriel da Cachoeira
		Campus Tabatinga
		Campus Tefé
		Campus Avançado Manacapuru
AP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	Campus Laranjal do Jari
		Campus Macapá
		Campus Porto Grande
		Campus Santana
		Campus Avançado Oiapoque
BA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	Campus Alagoinhas
		Campus Bom Jesus da Lapa
		Campus Catu
		Campus Governador Mangabeira
		Campus Guanambi
		Campus Itaberaba
		Campus Itapetinga
		Campus Santa Inês
		Campus Senhor do Bonfim
		Campus Serrinha
		Campus Teixeira de Freitas
		Campus Uruçuca
		Campus Valença
		Campus Xique-Xique
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Campus Barreiras
		Campus Brumado
		Campus Camaçari
		Campus Euclides da Cunha
		Campus Eunápolis
		Campus Feira de Santana
		Campus Ilhéus
		Campus Irecê
		Campus Jacobina
		Campus Jequié
		Campus Juazeiro
		Campus Lauro de Freitas
		Campus Paulo Afonso
		Campus Porto Seguro
		Campus Salvador
		Campus Santo Amaro
		Campus Santo Antônio de Jesus
		Campus Seabra
		Campus Simões Filho
		Campus Valença Tento
		Campus Vitória da Conquista
		Campus Avançado Ubaitaba
		Polo de Inovação Salvador
CE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Campus Aracati
		Campus Acaraú
		Campus Acopiara
		Campus Baturité
		Campus Boa Viagem
		Campus Camocim
		Campus Canindé
		Campus Caucaia
		Campus Cedro
		Campus Crateús
		Campus Crato
		Campus Fortaleza
		Campus Horizonte
		Campus Iguatu
		Campus Itapipoca
		Campus Jaguaribe
		Campus Juazeiro do Norte
		Campus Limoeiro do Norte
		Campus Maracanaú
		Campus Maranguape
		Campus Morada Nova
		Campus Paracuru
		Campus Quixadá
		Campus Sobral
		Campus Tabuleiro do Norte
		Campus Tauá
		Campus Tianguá
		Campus Ubajara
		Campus Umirim
		Campus Avançado Guaramiranga
		Campus Avançado Jaguaruana
		Campus Avançado Pecém
		Polo de Inovação Fortaleza
DF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	Campus Brasília
		Campus Ceilândia
		Campus Estrutural
		Campus Gama
		Campus Planaltina
		Campus Riacho Fundo
		Campus Samambaia
		Campus São Sebastião
		Campus Taguatinga
		Campus Taguatinga Centro
ES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	Campus Alegre
		Campus Aracruz
		Campus Barra de São Francisco
		Campus Cachoeiro de Itapemirim
		Campus Cariacica
		Campus Centro Serrano
		Campus Colatina
		Campus Guarapari
		Campus Ibatiba
		Campus Itapina
		Campus Linhares
		Campus Montanha
		Campus Nova Venécia
		Campus Piúma
		Campus Santa Teresa
		Campus São Mateus
		Campus Serra
		Campus Venda Nova do Imigrante
		Campus Vila Velha
		Campus Vitória
		Campus Avançado Viana
		Polo de Inovação Vitória

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Campus Anápolis
		Campus Aparecida de Goiânia
		Campus Águas Lindas de Goiás
		Campus Cidade de Goiás
		Campus Formosa
		Campus Goiânia
		Campus Goiânia Oeste
		Campus Inhumas
		Campus Itumbiara
		Campus Jataí
		Campus Luziânia
		Campus Senador Canedo
		Campus Uruaçu
		Campus Valparaíso de Goiás
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	Campus Campos Belos
		Campus Ceres
		Campus Iporá
		Campus Morrinhos
		Campus Posse
		Campus Rio Verde
		Campus Trindade
		Campus Urutaí
		Campus Avançado Catalão
		Campus Avançado Cristalina
		Campus Avançado Hidrolândia
		Campus Avançado Ipameri
		Polo de Inovação Rio Verde
MA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	Campus Açailândia
		Campus Alcântara
		Campus Araioses
		Campus Bacabal
		Campus Barra do Corda
		Campus Barreirinhas
		Campus Buriticupu
		Campus Caxias
		Campus Codó
		Campus Coelho Neto
		Campus Grajaú
		Campus Imperatriz
		Campus Itapecuru Mirim
		Campus Pedreiras
		Campus Pinheiro
		Campus Santa Inês
		Campus São João dos Patos
		Campus São José de Ribamar
		Campus São Luís Centro Histórico
		Campus São Luís Maracanã
		Campus São Luís Monte Castelo
		Campus São Raimundo das Mangabeiras
		Campus Timon
		Campus Viana
		Campus Zé Doca
		Campus Avançado Carolina
		Campus Avançado Porto Franco
		Campus Avançado Rosário
	Universidade Federal do Maranhão	Colégio Universitário da UFMA

MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	Campus Bambuí
		Campus Betim
		Campus Congonhas
		Campus Formiga
		Campus Governador Valadares
		Campus Ouro Branco
		Campus Ouro Preto
		Campus Ribeirão das Neves
		Campus Sabará
		Campus Santa Luzia
		Campus São João Evangelista
		Campus Avançado Arcos
		Campus Avançado Conselheiro Lafaiete
		Campus Avançado Ipatinga
		Campus Avançado Itabirito
		Campus Avançado Piumhi
		Campus Avançado Ponte Nova
		Polo de Inovação Formiga
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	Campus Almenara
		Campus Araçuaí
		Campus Arinos
		Campus Diamantina
		Campus Januária
		Campus Montes Claros
		Campus Pirapora
		Campus Salinas
		Campus Teófilo Otoni
		Campus Avançado Janaúba
		Campus Avançado Porteirinha
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	Campus Barbacena
		Campus Juiz de Fora
		Campus Manhuaçu
		Campus Muriaé
		Campus Rio Pomba
		Campus Santos Dumont
		Campus São João del Rei
		Campus Avançado Bom Sucesso
		Campus Avançado Cataguases
		Campus Avançado Ubá
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	Campus Inconfidentes
		Campus Machado
		Campus Muzambinho
		Campus Passos
		Campus Poços de Caldas
		Campus Pouso Alegre
		Campus Avançado Carmo de Minas
		Campus Avançado Três Corações
		Polo de Inovação Machado
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	Campus Ituiutaba
		Campus Paracatu
		Campus Patos de Minas
		Campus Patrocínio
		Campus Uberaba
		Campus Uberlândia
		Campus Uberlândia Centro
		Campus Avançado Campina Verde
		Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico
	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Unidade Belo Horizonte
		Uned Araxá
		Uned Contagem
		Uned Curvelo
		Uned Divinópolis
		Uned Leopoldina
		Uned Nepomuceno
		Uned Timóteo
		Uned Varginha
	Universidade Federal de Minas Gerais	Colégio Técnico da UFMG
	Universidade Federal de Uberlândia	Escola Técnica de Saúde da UFU
	Universidade Federal de Viçosa	Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário da UFV
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Centro de Formação Especial em Saúde da UFTM

MS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul	Campus Aquidauana
		Campus Campo Grande
		Campus Corumbá
		Campus Coxim
		Campus Dourados
		Campus Jardim
		Campus Naviraí
		Campus Nova Andradina
		Campus Ponta Porã
		Campus Três Lagoas
MT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	Campus Alta Floresta
		Campus Barra do Garças
		Campus Cáceres
		Campus Campo Novo do Parecis
		Campus Confresa
		Campus Cuiabá
		Campus Cuiabá Bela Vista
		Campus Juína
		Campus Pontes e Lacerda
		Campus Primavera do Leste
		Campus Rondonópolis
		Campus São Vicente
		Campus Sorriso
		Campus Várzea Grande
		Campus Avançado Diamantino
		Campus Avançado Guarantã do Norte
		Campus Avançado Lucas do Rio Verde
		Campus Avançado Sinop
		Campus Avançado Tangará da Serra
PA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Campus Abaetetuba
		Campus Altamira

		Campus Ananindeua
		Campus Belém
		Campus Bragança
		Campus Breves
		Campus Cametá
		Campus Castanhal
		Campus Conceição do Araguaia
		Campus Itaituba
		Campus Marabá Industrial
		Campus Marabá Rural
		Campus Óbidos
		Campus Paragominas
		Campus Parauapebas
		Campus Santarém
		Campus Tucuruí
		Campus Avançado Vigia
	Universidade Federal do Pará	Escola de Música da UFPA
		Escola de Teatro e Dança da UFPA
PB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Campus Cabedelo
		Campus Cajazeiras
		Campus Campina Grande
		Campus Catolé do Rocha
		Campus Esperança
		Campus Guarabira
		Campus Itabaiana
		Campus Itaporanga
		Campus João Pessoa
		Campus Monteiro
		Campus Patos
		Campus Picuí
		Campus Princesa Isabel
		Campus Santa Luzia
		Campus Santa Rita
		Campus Sousa
		Campus Avançado Cabedelo Centro
		Campus Avançado João Pessoa Mangabeira
		Campus Avançado Soledade
		Polo de Inovação João Pessoa
	Universidade Federal da Paraíba	Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPB
		Escola Técnica de Saúde da UFPB
	Universidade Federal de Campina Grande	Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFCG
PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	Campus Abreu e Lima
		Campus Barreiros
		Campus Belo Jardim
		Campus Cabo de Santo Agostinho
		Campus Caruaru
		Campus Garanhuns
		Campus Igarassu
		Campus Ipojuca
		Campus Jaboatão dos Guararapes
		Campus Olinda
		Campus Palmares
		Campus Paulista
		Campus Pesqueira
		Campus Recife
		Campus Vitória de Santo Antão
		Campus Afogados da Ingazeira
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	Campus Floresta
		Campus Ouricuri
		Campus Petrolina
		Campus Petrolina Zona Rural
		Campus Salgueiro
		Campus Santa Maria da Boa Vista
		Campus Serra Talhada
	Universidade Federal do Rural de Pernambuco	Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da UFRPE
PI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	Campus Campo Maior
		Campus Cocal
		Campus Corrente
		Campus Floriano
		Campus Oeiras
		Campus Parnaíba
		Campus Paulistana
		Campus Pedro II
		Campus Picos
		Campus Piripiri
		Campus São João do Piauí
		Campus São Raimundo Nonato
		Campus Teresina Central
		Campus Teresina Zona Sul
		Campus Uruçuí
		Campus Valença do Piauí
		Campus Angical do Piauí
		Campus Avançado José de Freitas
		Campus Avançado PIO IX
		Campus Avançado Teresina Dirceu Arcoverde
	Universidade Federal do Piauí	Colégio Técnico de Bom Jesus da UFPI
		Colégio Técnico de Floriano da UFPI
		Colégio Técnico de Teresina da UFPI
PR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	Campus Campo Largo
		Campus Capanema
		Campus Cascavel
		Campus Colombo
		Campus Curitiba
		Campus Foz do Iguaçu
		Campus Irati
		Campus Ivaiporã
		Campus Jacarezinho
		Campus Jaguariaíva
		Campus Londrina
		Campus Palmas
		Campus Paranaguá
		Campus Paranavaí
		Campus Pinhais
		Campus Pitanga
		Campus Telêmaco Borba
		Campus Umuarama
		Campus União da Vitória
		Campus Assis Chateaubriand
		Campus Avançado Astorga
		Campus Avançado Barracão
		Campus Avançado Coronel Vivida
		Campus Avançado Goioerê
		Campus Avançado Quedas do Iguaçu
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Campus Campo Mourão
		Campus Cornélio Procópio
		Campus Curitiba
		Campus Dois Vizinhos
		Campus Francisco Beltrão
		Campus Londrina
		Campus Medianeira
		Campus Pato Branco
		Campus Ponta Grossa
		Campus Toledo
		Campus Apucarana
RJ	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	Campus Duque de Caxias
		Campus Engenheiro Paulo de Frontin
		Campus Nilópolis
		Campus Paracambi
		Campus Pinheiral
		Campus Realengo
		Campus Rio de Janeiro
		Campus São Gonçalo
		Campus Volta Redonda
		Campus Arraial do Cabo
		Campus Avançado Mesquita
		Campus Avançado Resende
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	Campus Bom Jesus do Itabapoana
		Campus Cabo Frio
		Campus Campos Centro
		Campus Campos Guarus
		Campus Itaperuna
		Campus Macaé
		Campus Quissamã
		Campus Santo Antônio de Pádua
		Campus Avançado Cambuci
		Campus Avançado Maricá
		Campus Avançado São João da Barra
		Polo de Inovação Campos dos Goytacazes
	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	Unidade Maracanã
		Uned Angra dos Reis
		Uned Itaguaí
		Uned Maria da Graça
		Uned Nova Friburgo
		Uned Nova Iguaçu
		Uned Petrópolis
		Uned Valença
	Colégio Pedro II	Campus Centro
		Campus Duque de Caxias

		Campus Engenho Novo I
		Campus Engenho Novo II
		Campus Humaitá I
		Campus Humaitá II
		Campus Niterói
		Campus Realengo I
		Campus Realengo II
		Campus São Cristovão I
		Campus São Cristóvão II
		Campus São Cristóvão III
		Campus Tijuca I
		Campus Tijuca II
	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Colégio Técnico da UFRRJ

RN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Campus Apodi
		Campus Caicó
		Campus Canguaretama
		Campus Ceará-Mirim
		Campus Currais Novos
		Campus Ipanguaçu
		Campus João Câmara
		Campus Macau
		Campus Mossoró
		Campus Natal Central
		Campus Natal Cidade Alta
		Campus Natal Zona Norte
		Campus Nova Cruz
		Campus Parnamirim
		Campus Pau dos Ferros
		Campus Santa Cruz
		Campus São Gonçalo do Amarante
		Campus São Paulo do Potengi
		Campus Avançado Lajes
		Campus Avançado Parelhas
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Escola Agrícola de Jundiaí da UFRN
		Escola de Saúde da UFRN
		Escola de Música da UFRN
RO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	Campus Cacoal
		Campus Colorado do Oeste
		Campus Guajará-Mirim
		Campus Ji-Paraná
		Campus Porto Velho Calama
		Campus Porto Velho Zona Norte
		Campus Vilhena
		Campus Ariquemes
		Campus Jaru
RR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	Campus Boa Vista
		Campus Boa Vista Zona Oeste
		Campus Novo Paraíso
		Campus Amajari
		Campus Avançado Bonfim
	Universidade Federal de Roraima	Escola Agrotécnica

RS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Campus Bento Gonçalves
		Campus Canoas
		Campus Caxias do Sul
		Campus Erechim
		Campus Farroupilha
		Campus Feliz
		Campus Ibirubá
		Campus Osório
		Campus Porto Alegre
		Campus Porto Alegre Restinga
		Campus Rio Grande
		Campus Rolante
		Campus Sertão
		Campus Vacaria
		Campus Viamão
		Campus Alvorada
		Campus Avançado Veranópolis
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	Campus Frederico Westphalen
		Campus Jaguari
		Campus Júlio de Castilhos
		Campus Panambi
		Campus Santa Rosa
		Campus Santo Ângelo
		Campus Santo Augusto
		Campus São Borja
		Campus São Vicente do Sul
		Campus Alegrete
		Campus Avançado Uruguaiana
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense	Campus Bagé
		Campus Camaquã
		Campus Charqueadas
		Campus Gravataí
		Campus Lajeado
		Campus Passo Fundo
		Campus Pelotas
		Campus Pelotas Visconde da Graça
		Campus Santana do Livramento
		Campus Sapiranga
		Campus Sapucaia do Sul
		Campus Venâncio Aires
		Campus Avançado Jaguarão
		Campus Avançado Novo Hamburgo
	Universidade Federal de Santa Maria	Colégio Politécnico da Universidade Federal Santa Maria
		Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria

SC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	Campus Araquari
		Campus Blumenau
		Campus Brusque
		Campus Camboriú
		Campus Concórdia
		Campus Fraiburgo
		Campus Ibirama
		Campus Luzerna
		Campus Rio do Sul
		Campus Santa Rosa do Sul
		Campus São Bento do Sul
		Campus São Francisco do Sul
		Campus Videira
		Campus Avançado Abelardo Luz
		Campus Avançado Sombrio
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	Campus Araranguá
		Campus Caçador
		Campus Canoinhas
		Campus Chapecó
		Campus Criciúma
		Campus Florianópolis
		Campus Florianópolis Continente
		Campus Garopaba
		Campus Gaspar
		Campus Itajaí
		Campus Jaraguá do Sul
		Campus Jaraguá do Sul Rau
		Campus Joinville
		Campus Lages
		Campus Palhoça
		Campus São Carlos
		Campus São José
		Campus São Miguel do Oeste
		Campus Tubarão
		Campus Urupema
		Campus Xanxerê
		Campus Avançado São Lourenço do Oeste
		Polo de Inovação Florianópolis

SE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	Campus Aracaju
		Campus Estância
		Campus Itabaiana
		Campus Lagarto
		Campus Nossa Senhora da Glória
		Campus Nossa Senhora do Socorro
		Campus Propriá
		Campus São Cristóvão
		Campus Tobias Barreto
SP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	Campus Araraquara
		Campus Avaré
		Campus Barretos
		Campus Birigui
		Campus Boituva
		Campus Bragança Paulista
		Campus Campinas
		Campus Campos do Jordão
		Campus Capivari
		Campus Caraguatatuba
		Campus Catanduva
		Campus Cubatão
		Campus Guarulhos
		Campus Hortolândia
		Campus Itapetininga
		Campus Itaquaquecetuba

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Campus Jacareí
		Campus Matão
		Campus Piracicaba
		Campus Presidente Epitácio
		Campus Registro
		Campus Salto
		Campus São Carlos
		Campus São João da Boa Vista
		Campus São José do Rio Preto
		Campus São José dos Campos
		Campus São Paulo
		Campus São Paulo Pirituba
		Campus São Roque
		Campus Sertãozinho
		Campus Sorocaba
		Campus Suzano
		Campus Votuporanga
		Campus Avançado Ilha Solteira
		Campus Avançado Jundiaí
		Campus Avançado Limeira
		Campus Avançado Mococa
		Campus Avançado Pirassununga
		Campus Avançado Tupã
TO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	Campus Araguaína
		Campus Araguatins
		Campus Colinas do Tocantins
		Campus Dianópolis
		Campus Gurupi
		Campus Palmas
		Campus Paraíso do Tocantins
		Campus Porto Nacional
		Campus Avançado Formoso do Araguaia
		Campus Avançado Lagoa da Confusão
		Campus Avançado Pedro Afonso

DESPACHO DE 28 DE MARÇO DE 2018

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 18/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu de recurso interposto em face da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 1.173, de 10 de novembro de 2017, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Fisioterapia, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Criativo de Ciências Aplicadas, no município de Caruaru, estado de Pernambuco, mantida pela Duarte Coelho Empreendimentos Educacionais Ltda. - ME, com sede no município de Recife, no estado de Pernambuco, conforme consta do Processo nº 00732.000260/2018-58 (Registro e-MEC nº 201406470).

MENDONÇA FILHO
Ministro

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria STN/FNDE n° 2/2018.

A SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 6.253, de 13 de novembro 2007, e o PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 15 do Decreto n° 9.007, de 20 de março de 2017, resolvem:

Art. 1º Alterar o artigo 11 da Portaria STN/FNDE nº 2 de 15 de janeiro de 2018, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 11. No prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Portaria, deverão os entes governamentais proceder à confirmação ou alteração da instituição financeira escolhida para manutenção das contas específicas do Fundo, adequar o CNPJ de titularidade da conta em conformidade com o disposto no § 1°, do art. 2°, desta Portaria e adotar as providências afetas à movimentação financeira dos recursos exclusivamente por meio eletrônico. (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária do Tesouro Nacional

SILVIO DE SOUSA PINHEIRO
Presidente do FNDE

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e considerando o processo nº 23000.044419/2017-25 e a Nota Técnica nº 142/2018-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, para o curso de graduação Medicina (14975), bacharelado, ministrado pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL (634), no município de Pelotas/RS, mantida pela Universidade Federal de Pelotas (410).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 98 (noventa e oito) para 106 (cento e seis).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 223, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a instauração de procedimento sancionador com aplicação de medida cautelar em face do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033) visando à aplicação de penalidades previstas no art. 73 do Decreto 9.235/2017. Processo administrativo de supervisão nº 23709.000238/2016-39.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 22, de 21/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 13/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES determina:

Art. 1º A instauração de procedimento administrativo sancionador para aplicação das penalidades previstas no art. 73, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017, em face do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), mantido pela Sociedade de Educação Cultura e Esportes de Floresta Ltda. (código e-MEC nº 1337), CNPJ nº 03.960.043/0001-07.

Art. 2º A revogação, em face do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), da medida cautelar prevista no item I do Despacho nº 135, publicado no DOU de 19/06/2017, prorrogado pelo Despacho nº 206, publicado no DOU de 17/10/2017.

Art. 3º A aplicação, em face do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), de medida cautelar de sobrestamento dos processos regulatórios que tenha protocolado junto à Seres, bem como de proibição de protocolização de novos processos regulatórios, nos termos do art. 63, incisos V e VI do Decreto nº 9.235/201.

Art. 4º A aplicação, em face do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), de medida cautelar administrativa de suspensão de novos ingressos de estudantes, em todos os cursos ofertados pela IES, suspensão esta que deverá alcançar toda e qualquer forma de ingresso, seja por vestibular, outros processos seletivos ou por transferências.

Art. 5º A aplicação, em face do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), de medida cautelar de suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil (FIES) e de participação em processo seletivo para oferta de bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como restrição à participação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Art. 6º O encaminhamento ao MEC, pelo Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação deste instrumento, de listagem de todos os diplomas expedidos pela IES a partir de 1º de janeiro de 2012, em formato digital (xls), com as seguintes colunas: nome do aluno, CPF, curso, ano de início, ano de conclusão, forma de ingresso: se por vestibular, e caso a forma de ingresso tenha sido transferência ou mediante aprovação em

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

PORTARIA Nº 947, DE 27 DE MARÇO DE 2018

A VICE-REITORA NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, regimentais e estatutárias; e considerando o que consta no processo 23107.004647/2018-55, resolve:

RETIFICAR a portaria nº 3.584, de 05 de dezembro de 2016, publicada no D.O.U. nº 234, de 07 de dezembro de 2016, Seção 1, Página 26, alterada pela de nº 07, de 03 de janeiro de 2017, publicada no D.O.U. nº 04, de 05 de janeiro de 2017, Seção 1, Páginas 19 e 20; que homologou o Resultado Final do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Carreira de Técnico-Administrativo em Educação, de Níveis Superior, Médio e Fundamental; dos campi de Brasileia, de Cruzeiro do Sul e de Rio Branco, objeto do Edital PRODGEP nº 01/2016, nos seguintes termos:

Onde se lê:

CAMPUS DE BRASILEIA

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO - AMPLA CONCORRÊNCIA		
CLASSIFIC.	NOME	PF
1	JONAS VIEIRA DE ARAÚJO	86
2	THASSIO KENNEDY SILVA OLIVEIRA	83
3	ADELCLEIDE COSTA DA SILVA	82
4	VANIA DE OLIVEIRA SILVA	82
5	DAILTON ALBUQUERQUE DE FARIAS	82
6	SUZANA MARIA SARAIVA PINTO	82
7	GUSTAVO SILVA DE FARIAS	80
8	KAROLINE SILVA OLIVEIRA	80
9	HÁDENYS RICARDO MATOS MAIA	80

Leia-se:

CAMPUS BRASILEIA

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO - AMPLA CONCORRÊNCIA		
CLASSIFIC.	NOME	PF
1	JONAS VIEIRA DE ARAÚJO	86
2	THASSIO KENNEDY SILVA OLIVEIRA	83
3	VANIA DE OLIVEIRA SILVA	82
4	DAILTON ALBUQUERQUE DE FARIAS	82
5	SUZANA MARIA SARAIVA PINTO	82
6	GUSTAVO SILVA DE FARIAS	80
7	KAROLINE SILVA OLIVEIRA	80
8	HÁDENYS RICARDO MATOS MAIA	80
9	ADELCLEIDE COSTA DA SILVA	82

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

processo seletivo simplificado para vagas remanescentes, solicita-se que sejam acrescentadas outras colunas indicando a instituição de origem do discente; e, por último, IES que registrou os diplomas.

Art. 7º A identificação e o encaminhamento ao MEC, pelo Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), nos moldes acima descritos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação da presente Portaria, dos diplomas expedidos pela IES a partir de 1º de janeiro de 2012 de cuja análise fique evidenciada a sua irregularidade a partir da identificação de uma das seguintes situações, entre outras, que violem o marco regulatório educacional:

a) oferta de educação superior sem o devido ato autorizativo;

b) oferta de educação superior em desconformidade com os atos autorizativos da IES, entre eles o quantitativo de vagas autorizadas para os seus cursos de graduação e o local autorizado para a oferta;

c) terceirização de atividade finalística educacional, sob quaisquer designações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, na oferta de educação superior

d) convalidação ou aproveitamento irregular de estudos ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior;

e) diplomação de estudantes cuja formação tenha ocorrido em desconformidade com a legislação educacional;

f) expedição de diplomas de alunos não declarados no Censo da Educação Superior.

Art. 8º O cancelamento, pelo Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da presente Portaria, dos diplomas irregulares expedidos, por meio de procedimento administrativo interno que confira a eventuais estudantes afetados o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, da listagem, nos moldes descritos no art. 6, dos diplomas cancelados.

Art. 9º O encaminhamento, pelo Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste instrumento, de solicitação de cancelamento, direcionada às universidades para as quais foram encaminhados diplomas irregulares para registro, dos respectivos atos de registro, bem como o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, de comprovação do cumprimento desta medida.

Art. 10 A publicização, pelo Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Portaria, da lista de diplomas cancelados com nome, curso, e CPF de discentes no Diário Oficial da União, em jornal local de grande circulação e no sítio eletrônico da IES, devendo tal informação estar disponível na página principal da IES pelo período mínimo de 12 (doze) meses, e o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, de comprovação do cumprimento desta medida.

Art. 11 A abstenção, por parte do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), de emitir diplomas nas circunstâncias citadas no art. 7 desta Portaria.

Art. 12 A manutenção, em face do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), da medida cautelar constante no item II do Despacho nº 135/2017, publicado no DOU em 19/06/2017, a saber, a interrupção imediata, por parte dessa IES, de eventual prática de terceirização irregular da oferta de educação superior, sob quaisquer designações.

Art. 13 A manutenção, em face do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), da medida cautelar constante no item III do Despacho nº 135/2017, publicado no DOU em 19/06/2017, a saber, a interrupção imediata de eventuais procedimentos que levem ao aproveitamento irregular de estudos, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior, ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior.

Art. 14 A interrupção imediata, pelo Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), da oferta de cursos de extensão no âmbito de programa próprio ou qualquer outro, sob quaisquer designações, dentro ou fora de sua sede.

Art. 15 A notificação do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), na forma dos arts. 74, parágrafo único; e 63, § 2º, do Decreto nº 9.235, sobre a possibilidade de apresentação de defesa no prazo de até 15 (quinze) dias, e sobre a possibilidade de apresentação de recurso ao CNE quanto à medida cautelar, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 16 A divulgação, por parte do Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (código e-MEC nº 2033), da presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à secretaria ou órgão equivalente, por sistema acadêmico eletrônico, bem como mensagem clara e ostensiva na página principal de seu sítio eletrônico e nas principais páginas de ligação aos cursos ofertados, esclarecendo as determinações da Portaria, inclusive as medidas cautelares, divulgação essa que deverá perdurar até a conclusão do presente processo administrativo, o que deve ser comprovado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da IES sobre a publicação da Portaria.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 224, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a instauração de procedimento sancionador com aplicação de medidas cautelares em face da Faculdade Centro Oeste do Paraná - FACEOPAR (código e-MEC nº 11007), visando à aplicação de penalidades previstas no art. 73 do Decreto 9.235/2017. Processo administrativo de supervisão nº 23709.000270/2016-14.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 22, de 21/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 15/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SEREs determina:

Art. 1º A instauração de procedimento sancionador para aplicação das penalidades previstas no art. 73, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017, em face da Faculdade Centro Oeste do Paraná - FACEOPAR (código e-MEC nº 11007), mantido pela Sociedade Educacional do Centro Oeste do Paraná Ltda. - ME. (e-MEC nº 3263).

Art. 2º A revogação, em face da supracitada instituição, da medida cautelar prevista no item I do Despacho nº 135, publicado no DOU de 19/06/2017, prorrogado pelo Despacho nº 206, publicado no DOU de 17/10/2017.

Art. 3º A aplicação, em face da supracitada instituição supervisionada, de medida cautelar de sobrestamento dos processos regulatórios que tenha protocolado junto à Seres, bem como de proibição de protocolização de novos processos regulatórios, nos termos do art. 63, incisos V e VI do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 4º A aplicação, em face da supracitada instituição supervisionada, de medida cautelar administrativa de suspensão de novos ingressos de estudantes, em todos os cursos ofertados pela IES, suspensão esta que deverá alcançar toda e qualquer forma de ingresso, seja por vestibular, outros processos seletivos ou por transferências.

Art. 5º A aplicação, em face da supracitada instituição supervisionada, de medida cautelar de suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil (FIES) e de participação em processo seletivo para oferta de bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como restrição à participação no Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Art. 6º O encaminhamento ao MEC, pela supracitada instituição supervisionada, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação deste instrumento, de listagem de todos os diplomas expedidos pela IES a partir de 1º de janeiro de 2012, em formato digital (.xls), com as seguintes colunas: nome do aluno, CPF, curso, ano de início, ano de conclusão, forma de ingresso: se por vestibular, e caso a forma de ingresso tenha sido transferência ou mediante aprovação em processo seletivo simplificado para vagas remanescentes, solicita-se que sejam acrescentadas outras colunas indicando a instituição de origem do discente; e, por último, IES que registrou os diplomas.

Art. 7º A identificação e o encaminhamento ao MEC, pela supracitada instituição supervisionada, nos moldes acima descritos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação da presente Portaria, dos diplomas expedidos pela IES a partir de 1º de janeiro de 2012 de cuja análise fique evidenciada a sua irregularidade a partir da identificação de uma das seguintes situações, entre outras, que violem o marco regulatório educacional:

a. oferta de educação superior sem o devido ato autorizativo;

b. oferta de educação superior em desconformidade com os atos autorizativos da IES, entre eles o quantitativo de vagas autorizadas para os seus cursos de graduação e o local autorizado para a oferta;

c. terceirização de atividade finalística educacional, sob quaisquer designações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, na oferta de educação superior;

d. convalidação ou aproveitamento irregular de estudos ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior;

e. diplomação de estudantes cuja formação tenha ocorrido em desconformidade com a legislação educacional; e

f. expedição de diplomas de alunos não declarados no Censo da Educação Superior.

Art. 8º O cancelamento, pela supracitada instituição supervisionada, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da presente Portaria, dos diplomas irregulares expedidos, por meio de procedimento administrativo interno que confira a eventuais estudantes afetados o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, da listagem, nos moldes descritos no art. 6, dos diplomas cancelados.

Art. 9º O encaminhamento, pela supracitada instituição supervisionada, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste instrumento, de solicitação de cancelamento, direcionada às universidades para as quais foram encaminhados diplomas irregulares para registro, dos respectivos atos de registro, bem como o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, de comprovação do cumprimento desta medida.

Art. 10 A publicização pela supracitada instituição supervisionada, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Portaria, da lista de diplomas cancelados com nome, curso, e CPF de discentes no Diário Oficial da União, em jornal local de grande circulação e no sítio eletrônico da IES, devendo tal informação estar disponível na página principal da IES pelo período mínimo de 12 (doze) meses, e o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, de comprovação do cumprimento desta medida.

Art. 11 A abstenção, por parte da supracitada instituição supervisionada, de emitir diplomas nas circunstâncias citadas no art. 7º desta Portaria.

Art. 12 A manutenção, em face da supracitada instituição supervisionada, da medida cautelar constante no item II do Despacho nº 135/2017, publicado no DOU em 19/06/2017, a saber, a interrupção imediata, por parte dessa IES, de eventual prática de terceirização irregular da oferta de educação superior, sob quaisquer designações.

Art. 13 A manutenção, em face da supracitada instituição supervisionada, da medida cautelar constante no item III do Despacho nº 135/2017, publicado no DOU em 19/06/2017, a saber, a interrupção imediata de eventuais procedimentos que levem ao aproveitamento irregular de estudos, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior, ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior.

Art. 14 A interrupção imediata, pela supracitada instituição supervisionada, da oferta de cursos de extensão no âmbito de programa próprio ou qualquer outro, sob quaisquer designações, dentro ou fora de sua sede.

Art. 15 A notificação da FAI/FACEOPAR, devidamente qualificada nos autos em epígrafe, na forma dos arts. 74, parágrafo único e 63, § 2º, do Decreto nº 9.235, sobre a possibilidade de apresentação de defesa no prazo de até 15 (quinze) dias, e sobre a possibilidade de apresentação de recurso ao CNE quanto à medida cautelar, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 16 A divulgação por parte da FAI/FACEOPAR da presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à secretaria ou órgão equivalente, por sistema acadêmico eletrônico, bem como mensagem clara e ostensiva na página principal de seu sítio eletrônico (http://www.faceopar.edu.br/) e nas principais páginas de ligação aos cursos ofertados, esclarecendo as determinações da Portaria, inclusive as medidas cautelares, divulgação essa que deverá perdurar até a conclusão do presente processo administrativo, o que deve ser comprovado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da IES sobre a publicação da Portaria.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 225, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a instauração de procedimento sancionador com aplicação de medida cautelar em face do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), visando à aplicação de penalidades previstas no art. 73 do Decreto 9.235/2017. Processo administrativo de supervisão nº 23709.000248/2016-74.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 22, de 21/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 17/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES determina:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º A instauração de procedimento administrativo sancionador para aplicação das penalidades previstas no art. 73, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017, em face do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), mantido pela sociedade de Educação Cultura e Esportes de Pesqueira LTDA - ME (código e-MEC nº 1321), CNPJ nº 03.970.508/0001-00.

Art. 2º A revogação, em face do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), da medida cautelar prevista no item I do Despacho nº 135, publicado no DOU de 19/06/2017, prorrogado pelo Despacho nº 206, publicado no DOU de 17/10/2017.

Art. 3º A aplicação em face do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), de medida cautelar de sobrestamento dos processos regulatórios que tenha protocolado junto à Seres, bem como de proibição de protocolização de novos processos regulatórios, nos termos do art. 63, incisos V e VI do Decreto nº 9.235/201.

Art. 4º A aplicação, em face do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), de medida cautelar administrativa de suspensão de novos ingressos de estudantes, em todos os cursos ofertados pela IES, suspensão esta que deverá alcançar toda e qualquer forma de ingresso, seja por vestibular, outros processos seletivos ou por transferências.

Art. 5º A aplicação, em face do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), de medida cautelar de suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil (FIES) e de participação em processo seletivo para oferta de bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como restrição à participação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Art. 6º O encaminhamento ao MEC, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação deste instrumento, de listagem de todos os diplomas expedidos pela IES a partir de 1º de janeiro de 2012, em formato digital (xls), com as seguintes colunas: nome do aluno, CPF, curso, ano de início, ano de conclusão, forma de ingresso: se por vestibular, e caso a forma de ingresso tenha sido transferência ou mediante aprovação em processo seletivo simplificado para vagas remanescentes, solicita-se que sejam acrescentadas outras colunas indicando a instituição de origem do discente; e, por último, IES que registrou os diplomas.

Art. 7º A identificação e o encaminhamento ao MEC, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), nos moldes acima descritos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação da presente Portaria, dos diplomas expedidos pela IES a partir de 1º de janeiro de 2012 de cuja análise fique evidenciada a sua irregularidade a partir da identificação de uma das seguintes situações, entre outras, que violem o marco regulatório educacional:

a) oferta de educação superior sem o devido ato autorizativo;

b) oferta de educação superior em desconformidade com os atos autorizativos da IES, entre eles o quantitativo de vagas autorizadas para os seus cursos de graduação e o local autorizado para a oferta;

c) terceirização de atividade finalística educacional, sob quaisquer designações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, na oferta de educação superior

d) convalidação ou aproveitamento irregular de estudos ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior;

e) diplomação de estudantes cuja formação tenha ocorrido em desconformidade com a legislação educacional;

f) expedição de diplomas de alunos não declarados no Censo da Educação Superior.

Art. 8º O cancelamento, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação da presente Portaria, dos diplomas irregulares expedidos, por meio de procedimento administrativo interno que confira a eventuais estudantes afetados o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, da listagem, nos moldes descritos no art. 6, dos diplomas cancelados.

Art. 9º O encaminhamento, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste instrumento, de solicitação de cancelamento, direcionada às universidades para as quais foram encaminhados diplomas irregulares para registro, dos respectivos atos de registro, bem como o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, de comprovação do cumprimento desta medida.

Art. 10 A publicização, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Portaria, da lista de diplomas cancelados com nome, curso, e CPF de discentes no Diário Oficial da União, em jornal local de grande circulação e no sítio eletrônico da IES, devendo tal informação estar disponível na página principal da IES pelo período mínimo de 12 (doze) meses, e o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, de comprovação do cumprimento desta medida.

Art. 11 A abstenção, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), de emitir diplomas nas circunstâncias citadas no art. 7 desta Portaria.

Art. 12 A manutenção, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), da medida cautelar constante no item II do Despacho nº 135/2017, publicado no DOU em 19/06/2017, a saber, a interrupção imediata, por parte dessa IES, de eventual prática de terceirização irregular da oferta de educação superior, sob quaisquer designações.

Art. 13 A manutenção, pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), da medida cautelar constante no item III do Despacho nº 135/2017, publicado no DOU em 19/06/2017, a saber, a interrupção imediata de eventuais procedimentos que levem ao aproveitamento irregular de estudos, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior, ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior.

Art. 14 A interrupção imediata pelo Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), da oferta de cursos de extensão no âmbito de programa próprio ou qualquer outro, sob quaisquer designações, dentro ou fora de sua sede.

Art. 15 A notificação do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), na forma dos arts. 74, parágrafo único; e 63, § 2º, do Decreto nº 9.235, sobre a possibilidade de apresentação de defesa no prazo de até 15 (quinze) dias, e sobre a possibilidade de apresentação de recurso ao CNE quanto à medida cautelar, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 16 A divulgação, por parte do Instituto Superior de Educação de Pesqueira - ISEP (código e-MEC nº 2012), da presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à secretaria ou órgão equivalente, por sistema acadêmico eletrônico, bem como mensagem clara e ostensiva na página principal de seu sítio eletrônico e nas principais páginas de ligação aos cursos ofertados, esclarecendo as determinações da Portaria, inclusive as medidas cautelares, divulgação essa que deverá perdurar até a conclusão do presente processo administrativo, o que deve ser comprovado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da IES sobre a publicação da Portaria.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

DESPACHO Nº 15, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a revogação das medidas cautelares aplicadas por meio do Despacho nº 135, de 16/06/2017, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2017, em face da Faculdade Regional Brasileira - Maceió - IBESA (código e-MEC nº 1956), mantida pelo Instituto Brasileiro de Ensino Superior Avançado (código e-MEC nº 15866) e o arquivamento do processo de supervisão nº 23709.000246/2016-85.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 18/2018 /CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, determina:

i) A revogação da medida cautelar aplicada por meio do Despacho n° 135, de 16/06/2017, publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2017, prorrogado pelo Despacho n° 206, publicado no DOU de 17/10/2017, em face da Faculdade Regional Brasileira - Maceió (código e-MEC 1956), mantida pelo Instituto Brasileiro de Ensino Superior Avançado (código e-MEC 15866), sociedade privada sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ 16.755.033/0001.

ii) O arquivamento do processo de supervisão, nos termos do art. 68, inciso III, do Decreto 9.235/2017, e do art. 15, incisos VI e IX, da Portaria n° 22, de 21 de dezembro de 2017, em face da Faculdade Regional Brasileira - Maceió (código e-MEC 1956), mantida pelo Instituto Brasileiro de Ensino Superior Avançado (código e-MEC 15866), sociedade privada sem fins lucrativos, inscrita sob o CNPJ 16.755.033/0001-81.

iii) A notificação da Faculdade Regional Brasileira - Maceió (código e-MEC 1956), mantida pelo Instituto Brasileiro de Ensino Superior Avançado (código e-MEC 15866), da presente decisão.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

DESPACHO Nº 16, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a conclusão de processo administrativo e revogação da medida cautelar aplicada por meio da Portaria nº 1.198, de 26/08/2010, publicada no Diário Oficial da União de 31/08/2010, em face da Faculdade de Ciências Médicas de Cacoal - FACIMED (Cód. 1917), mantida pela Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda (Cód. 1262), e o arquivamento do processo de supervisão nº 23000.011640/2010-21.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 22, de 21/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 14/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES determina:

I)A conclusão do Processo Administrativo instaurado contra a Faculdade de Ciências Médicas de Cacoal - FACIMED (Cód. 1917), mantida pela Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda (Cód. 1262), por meio do art. 1º da Portaria nº 1.198, de 26/08/2010, publicada no Diário Oficial da União em 31/08/2010.

II) A revogação da medida cautelar de paralisação imediata das atividades e de suspensão de novos ingressos no curso de Formação Pedagógica de Professores, aplicada pelo art. 2º da Portaria nº 1.198, de 26/08/2010, publicada no Diário Oficial da União em 31/08/2010, em face da Faculdade de Ciências Médicas de Cacoal - FACIMED (Cód. 1917), mantida pela Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda (Cód. 1262).

III) O arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.011640/2010-21, instaurado em face da Faculdade de Ciências Médicas de Cacoal - FACIMED (Cód. 1917), mantida pela Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda (Cód. 1262).

IV) A notificação da Faculdade de Ciências Médicas de Cacoal - FACIMED (Cód. 1917), mantida pela Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda (Cód. 1262), acerca do teor da presente decisão.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

DESPACHO Nº 17, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a conclusão de processo administrativo instaurado pela Portaria nº 881, de 14/07/2010, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2010 e revogação da medida cautelar aplicada por meio do Despacho nº 09/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, publicado no Diário Oficial da União em 28/01/2011, em face da Faculdade de Odontologia de Manaus (Cód. 1592), mantida pelo Centro de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação do Norte (Cód. 1044), e o arquivamento do processo de supervisão nº 23000.004240/2010-69.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, e a Portaria MEC nº 22, de 21/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 16/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES determina:

(i) A conclusão do Processo Administrativo instaurado contra a Faculdade de Odontologia de Manaus (Cód. 1592), mantida pelo Centro de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação do Norte (Cód. 1044), por meio do art. 1º da Portaria nº 881, de 14/07/2010, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2010 e pelo Despacho nº 09/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC.

(ii) A revogação da medida cautelar que determinou o sobrestamento, pelo prazo de 2 (dois) anos, de todos os processos de autorização de curso em andamento ou que viessem a ser protocolados pela Faculdade de Odontologia de Manaus (Cód. 1592), mantida pelo Centro de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação do Norte (Cód. 1044), determinada pelo item (i) do Despacho nº 09/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC.

(iii) O arquivamento do Processo de Supervisão nº 23000.004240/2010-69, instaurado em face da Faculdade de Odontologia de Manaus (Cód. 1592), mantida pelo Centro de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação do Norte (Cód. 1044).

(iv) A notificação da Faculdade de Odontologia de Manaus (Cód. 1592), mantida pelo Centro de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação do Norte (Cód. 1044), acerca do teor da presente decisão.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 18, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Diplomação irregular de estudantes no âmbito de esquema investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, de oferta irregular de educação superior naquele Estado. Determinação, às IES envolvidas, de identificação e cancelamento de diplomas irregulares expedidos, bem como de publicização da medida.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 5/2018/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, determina:

I) o encaminhamento ao MEC, pelas instituições de ensino superior (IES) descritas no Anexo deste Despacho, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação deste instrumento, de listagem de todos os diplomas expedidos pela IES a partir de 1º de janeiro de 2012, em formato digital (xls), com as seguintes colunas: nome do aluno, CPF, curso, ano de início, ano de conclusão, forma de ingresso: se por vestibular, e caso a forma de ingresso tenha sido transferência ou mediante aprovação em processo seletivo simplificado para vagas remanescentes, solicita-se que sejam acrescentadas outras colunas indicando a instituição de origem do discente; e, por último, IES que registrou os diplomas;

II) a identificação e o encaminhamento ao MEC, nos moldes acima descritos, pelas IES listadas no Anexo deste Despacho, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da publicação deste Despacho, dos diplomas expedidos pela IES a partir de 1º de janeiro de 2012 de cuja análise fique evidenciada a sua irregularidade a partir da identificação de uma das seguintes situações, entre outras, que violem o marco regulatório educacional:

a) oferta de educação superior sem o devido ato autorizativo;

b) oferta de educação superior em desconformidade com os atos autorizativos da IES, entre eles o quantitativo de vagas autorizadas para os seus cursos de graduação e o local autorizado para a oferta;

c) terceirização de atividade finalística educacional, sob quaisquer designações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, na oferta de educação superior;

d) convalidação ou aproveitamento irregular de estudos ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior;

e) diplomação de estudantes cuja formação tenha ocorrido em desconformidade com a legislação educacional;

f) expedição de diplomas de alunos não declarados no Censo da Educação Superior.

III) o cancelamento, pelas IES listadas no Anexo deste Despacho, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste instrumento, dos diplomas irregulares expedidos, por meio de procedimento administrativo interno que confira a eventuais estudantes afetados o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, da listagem, nos moldes descritos no item I, dos diplomas cancelados.

IV) o encaminhamento, pelas IES listadas no Anexo deste Despacho, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste instrumento, de solicitação de cancelamento, direcionada às universidades para as quais foram encaminhados diplomas irregulares para registro, dos respectivos atos de registro, bem como o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, de comprovação do cumprimento desta medida.

V) a publicização pelas IES listadas no Anexo deste Despacho, no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação deste instrumento, da lista de diplomas cancelados com nome, curso, e CPF do discentes no Diário Oficial da União, em jornal local de grande circulação e no sítio eletrônico da IES, devendo tal informação estar disponível na página principal da IES pelo período mínimo de 12 (doze) meses, e o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo, de comprovação do cumprimento desta medida.

VI) a abstenção, por parte das IES listadas no anexo desse Despacho, de emitir diplomas nas circunstâncias citadas no item II desse Despacho.

VII) Caso surjam novas evidências acerca da participação de outras IES no esquema de terceirização do ensino superior, poderão ser publicados outros atos administrativos para incluí-las no rol das instituições citadas no anexo deste Despacho.

VIII) As instituições Escola Superior de Relações Públicas - ESURP (cód. 408); Instituto Superior de Educação de Floresta - ISEF (cód. 2033); Faculdade Centro Oeste do Paraná - FACEOPAR (cód. 11007); Instituto Superior de Educação de Pesqueira-ISEP (cód. 2012); e Faculdade Santo Augusto-FAISA (cód. 5023), em que pesem integrarem o rol de instituições citadas no Relatório da CPI/Alepe, não foram incluídas no Anexo deste Despacho, uma vez que já existem, em face de tais IES, processos de supervisão específicos.

IX) Deste Despacho não cabe recurso.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

N.	Designação da IES	Código e-MEC	Designação da mantenedora	Código e-MEC
1	Faculdade Afirmativo (FAFI)	1072	Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP	748
2	Faculdade Atual (FAAT)	1877	Motinha & Cia Ltda - ME	3403
3	Faculdade Cidade de Guanhães (FACIG)	4446	Sociedade Educacional de Guanhães Ltda - EPP	2814
4	Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC)	2341	CEALCA-Centro de Ensino Aldeia de Carapicuíba Ltda - EPP	1532
5	Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó (FACEC)	1653	Sociedade Educacional Superior Ltda	15297
6	Faculdade de Ciências Médicas da Bahia (Ciências Médicas)	4899	Centro Educacional do Sul da Bahia Ltda - ME	3125
7	Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (FADIRE)	3568	Sociedade de Desenvolvimento do Ensino Superior do Vale do Capibaribe Sodecap Ltda - EPP	2258
8	Faculdade do Sertão (UESSBA)	2761	UESSBA Unidade de Ensino Superior do Sertão da Bahia S/S Ltda - EPP	1797
9	Faculdade Ecoar (FAECO)	3699	Sociedade Educacional Portal das Missões SEPM - ME	2338
10	Faculdade Latino Americana de Educação (FLATED)	1501	Fundação Escola de Gestão Pública FUGESP	988
11	Faculdade Montenegro (FAM)	801	Academia de Educação Montenegro	552
12	Faculdade Paranapanema (FP)	2841	UNEPOS - Unidades de Estudos Especializados e Pós-graduação Ltda - ME	3606
13	Faculdade Santo André (FASA)	10929	SOCIEDADE EDUCACIONAL CACOAL LTDA - EPP	3286
14	Faculdade Teológica Evangélica do Rio de Janeiro (FATERJ)	14914	Projeto Reviver - Atividades Educacionais, Sociais e Culturais	10000
15	Faculdades Integradas de Várzea Grande (FIAVEC)	1839	Associação Varzeagrandense de Ensino e Cultura	578
16	Instituto Brasileiro de Educação Superior Continuada (IBEC)	13238	Projeto Reviver - Atividades Educacionais, Sociais e Culturais	10000
17	Instituto de Educação e Tecnologias (INET)	2633	Sociedade de Ensino e Tecnologias Ltda - EPP	1708
18	Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fatima (FATIMA)	2942	Soc Carit e Lit São Francisco de Assis Zona Norte	297
19	União de Escolas Superiores da FUNESO (UNESF)	1034	Fundação de Ensino Superior de Olinda	281

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 50, de 14 de março de 2018, Seção 1, página 16, na linha 03 do anexo da Portaria SERES nº 167, de 13 de março de 2018, onde se lê: "Faculdade Católica de Uberlândia", leia-se: "Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC MINAS" e onde se lê: "121 (cento e vinte e uma)", leia-se: "120 (cento e vinte)", conforme Nota Técnica nº 150/2018/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, de 23/03/2018. (Registro e-MEC nº 201602664).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 190, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Homologação do Resultado do Concurso Público Regulado pelo Edital nº 10/2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB), no uso de suas atribuições estatutárias, tendo em vista o disposto no Artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, no Decreto Nº. 6.944, de 21/08/2009, Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 405, de 30/08/2012, DOU de 31/08/2012, Portaria Interministerial Nº 24, de 05/02/2013, DOU DE 06/02/2013, Portaria Interministerial Nº 111, de 2 de abril de 2014, Portaria Interministerial Nº 313, de 04/08/2015, DOU de 05/08/2015, Lei Nº. 8.112, de 11/12/90, da Lei 12.772 de 28/12/2012, DOU de 31/12/2012, alterada pela Lei 12.863 de 24/09/2013. Resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos realizado por esta Universidade, para os cargos da carreira do Magistério Superior, para exercício no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade, conforme Edital nº 10, de 29/08/2016, publicado no DOU de 31/08/2016 e no sítio www.ufrb.edu.br/concursos.

CENTRO DE CIENCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE

Matéria: Física

Vaga: 01

Nível: Adjunto A

Regime de Trabalho: DE

Processo: 23007.006668/2017-52

1º: MARCOS MELO DE ALMEIDA

2°: JEMIMA PEREIRA GUEDES

3°: VIVALDO LOPES OLIVEIRA NETO

4°: JÚLIO ELOÍSIO BRANDÃO DA SILVA

1. Os candidatos deverão manter atualizados seus endereços para correspondência, informando-os em caso de mudança, à Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal, através do e-mail concursos@progep.ufrb.edu.br. Serão excluídos deste concurso os candidatos não localizados em tempo hábil.

2. Este concurso terá validade de 01(um) ano, a contar da data de publicação desta homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

3. No ato da admissão o candidato deverá comprovar atendimento a todos os requisitos exigidos para o cargo por ele concorrido, conforme o que consta no Edital nº 10/2016, de 29/08/2016, publicado no DOU de 31/08/2016.

4. O candidato convocado para admissão que não atender à convocação no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação da portaria de nomeação no Diário Oficial da União será excluído do concurso, cabendo à Administração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, convocar o candidato seguinte.

5. Não haverá segunda convocação para o mesmo candidato em nenhuma hipótese. Também não será facultado ao candidato optar por sua inclusão no final da lista de aprovados.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria da UFRB.

SILVIO LUIZ OLIVEIRA SOGLIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 238, DE 28 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.009663/2018-80 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Enfermagem - NFR/CCS, instituído pelo Edital nº 025/DDP/PRODEGESP/2018, de 01 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 42, Seção 3, de 02/03/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Enfermagem/ Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Áreas afins: Enfermagem Médico-Cirúrgica.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Valdete Meurer Kuehlkamp	9,31
2º	Soraia Geraldo Rozza Lopes	8,28
3º	Julia Estela Willrich Boell	8,11
4º	Patrícia Ilha	7,69

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 239, DE 28 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.008831/2018-10 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Pediatria - DPT/CCS, instituído pelo Edital nº 025/DDP/PRODEGESP/2018, de 01 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 42, Seção 3, de 02/03/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Medicina /Pediatria.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Ivy Zortéa da Silva Parise	9,88
2º	Emanuela da Rocha Carvalho	8,50
3º	Tatiana da Silva Oliveira Mariano	8,33

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 240, DE 28 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.009360/2018-67 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Clínica Médica - CLM/CCS, instituído pelo Edital nº 025/DDP/PRODEGESP/2018, de 01 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 42, Seção 3, de 02/03/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Pneumologia.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

NÃO HOUVE CANDIDATO HABILITADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA N° 251, DE 28 DE MARÇO DE 2018

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.007302/2018-07 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Enfermagem - NFR/CCS, instituído pelo Edital nº 025/DDP/PRODEGESP/2018, de 01 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 42, Seção 3, de 02/03/2018.

Área/Subárea de conhecimento: Enfermagem/ Enfermagem Obstétrica

Áreas afins: Enfermagem Obstétrica.

Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Juliana Homenm Da Luz	9,00
2º	Gisele Knop Aued	8,62

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA

DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO MERCADO ABERTO

CARTA CIRCULAR Nº 3.872, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Esclarece critérios básicos para o cálculo de valores estabelecidos pelos arts. 2º e 4º da Circular nº 3.682, de 4 de novembro de 2013, e para o cálculo do valor total estipulado pelo § 5º do art. 26 do Regulamento anexo à Circular nº 3.682, de 2013, no âmbito dos arranjos de pagamento.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS (DEBAN), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto na Circular nº 3.682, de 4 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam definidos critérios básicos a serem considerados para o cálculo dos volumes estipulados pelos arts. 2º e 4º da Circular nº 3.682, de 4 de novembro de 2013, e para o cálculo do valor total estipulado pelo art. 26, § 5º do Regulamento anexo à Circular nº 3.682, de 2013, no âmbito dos arranjos de pagamento.

Art. 2º Para o cálculo dos volumes de que trata o art. 2º e das estatísticas de que trata o art. 4º, ambos da Circular nº 3.682, de 2013, o instituidor do arranjo de pagamento deve considerar exclusivamente as transações de pagamento que são autorizadas por participante que presta serviço de pagamento disciplinado por esse arranjo de pagamento, conforme estabelecido nas regras do respectivo arranjo.

§ 1º O participante mencionado no caput diz respeito à instituição que presta o serviço de pagamento diretamente ao usuário final pagador no âmbito do arranjo de pagamento.

§ 2º Os instituidores de arranjos de pagamento não devem considerar, para o cálculo dos volumes referenciados no caput, as transações de pagamento disciplinadas por arranjos de pagamento em que o instrumento de pagamento for oferecido no âmbito de programa destinado a conceder benefícios a pessoas naturais em função de relações de trabalho, de prestação de serviços ou similares, instituído por lei ou por ato do Poder Executivo federal, estadual ou municipal (art. 2º, inciso III, da Circular nº 3.682, de 2013).

Art. 3° Os subcredenciadores referenciados no § 5º do art. 26 do Regulamento anexo à Circular nº 3.682, de 2013, devem calcular o valor de que trata o referido parágrafo considerando o somatório dos valores correspondentes às transações de pagamento acumuladas nos últimos doze meses, levando em conta, também, todos os arranjos de pagamento sujeitos à liquidação centralizada dos quais participam.

Parágrafo único. A empresa que atue tanto como subcredenciador quanto como estabelecimento comercial não deve, no cálculo referenciado no caput, considerar as transações de pagamento nas quais ela figura apenas como estabelecimento comercial, isto é, como usuário final destinatário dos recursos.

Art. 4° Fica revogada a Carta Circular nº 3.705, de 29 de abril de 2015.

Art. 5º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO TÚLIO VILELA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2017

À Sociedade Brasileira

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Econômica Federal, relativas ao quarto trimestre de 2017, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no País, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Números (R$ milhões)	2S17	2S16	Δ 12M	2017	2016	Δ 12M
Lucro Líquido Contábil	8.442	1.689	399,8%	12.516	4.137	202,6%
Ativos Totais	1.260.768	1.255.452	0,4%	1.260.768	1.255.452	0,4%
Carteira de Crédito Ampla	706.276	709.289	-0,4%	706.276	709.289	-0,4%
Captações	1.016.155	984.113	3,3%	1.016.155	984.113	3,3%
Depósitos	506.226	512.191	-1,2%	506.226	512.191	-1,2%
Depósitos de Poupança	276.693	252.403	9,6%	276.693	252.403	9,6%
Índice de Basileia	17,7%	13,5%	4,1 p.p.	17,7%	13,5%	4,1 p.p.
Índice de Eficiência Operacional[1]	49,8%	52,1%	- 2,3 p.p.	49,8%	52,1%	- 2,3 p.p.
Empregados	87.654	94.978	-7.324	87.654	94.978	-7.324
Agências e Postos de Atendimento - unidades	4.198	4.249	-51	4.198	4.249	-51
Caixas Eletrônicos - unidades	29.972	31.212	-1.240	29.972	31.212	-1.240
Pagamento de benefícios sociais	14.455	14.694	-1,6%	28.689	28.234	1,6%
Pagamento de benefícios ao trabalhador	135.356	123.269	9,8%	313.658	242.057	29,6%

[1] Desconsidera o efeito não recorrente da reversão da provisão atuarial de benefício pós-emprego.

1) DESTAQUES

1. 1 - Acordo sobre perdas de planos econômicos das décadas de 80 e 90

A CAIXA junto com alguns bancos chegaram a um acordo sobre as perdas de rendimentos que as poupanças sofreram com as mudanças dos planos econômicos (Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2). A previsão é de encerrar quase um milhão de processos, efetuando o pagamento de mais de R$ 10 bilhões, que beneficiarão cerca de 3 milhões de pessoas. O dinheiro já está disponível nos bancos, sendo necessária a comprovação da existência da ação judicial pelo poupador.

1. 2 - CAIXA aprova atualização do seu plano de capital

O plano de contingência de capital vem sendo implementado desde o início de 2017, com adoção de medidas para fortalecer a governança corporativa e a gestão da estrutura de capital. Dentre as medidas previstas, destacam-se: recapitalização pelo Tesouro Nacional dos dividendos a serem pagos pela CAIXA; redução de despesas, ajuste dos processos de alocação de capital, utilização da métrica do Retorno Ajustado ao Risco no Capital (RAROC) para gestão da carteira de crédito, disseminação da cultura de risco, entre outras.

1. 3 - Aprovação do novo Estatuto da CAIXA

A elaboração do novo Estatuto teve início em 2016, com participação de várias áreas da empresa e dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. O novo Estatuto está alinhado à Lei das Estatais (nº 13.303/2016), à Lei nº 6.404/1976 e ao Programa de Destaque em Governança das Estatais da B3. Este documento é um marco na gestão e governança da CAIXA, promovendo maior transparência nos processos decisórios e criação de novos comitês estatutários.

1. 4 - Prêmios e Reconhecimentos

Em 2017, destacam-se os seguintes prêmios e reconhecimentos recebidos pela CAIXA:

- Prêmio Top of Mind pela 16ª vez consecutiva na categoria Poupança pelo jornal Folha de São Paulo.
- A CAIXA está entre as 50 empresas mais inovadoras em relacionamento com o cliente, conforme ranking divulgado pela revista Exame, em agosto de 2017.

2) DESEMPENHO - RESULTADO

Em R$ milhões	2S17	2S16	Δ 12M	2017	2016	Δ 12M
Margem Financeira	25.524	23.181	10,1%	50.466	44.211	14,1%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.010)	(10.042)	-10,3%	(19.257)	(20.109)	-4,2%
Resultado Intermerdiação Financeira	**16.514**	**13.139**	**25,7%**	**31.209**	**24.101**	**29,5%**
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	12.812	11.593	10,5%	25.041	22.463	11,5%
Despesas de Pessoal e Outras Despesas Adm.	(17.320)	(17.322)	0,0%	(34.362)	(33.248)	3,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais[1]	(10)	(2.435)	-99,6%	(4.199)	(5.999)	-30,0%
Despesas Tributárias	(1.894)	(1.883)	0,6%	(3.876)	(3.726)	4,0%
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	469	168	178,4%	780	444	75,9%
Imposto de Renda, Contrib. Soc. e Part. nos Lucros	(1.740)	(1.412)	23,2%	(1.481)	375	-495,2%
Lucro Líquido Contábil	**8.442**	**1.689**	**399,8%**	**12.516**	**4.137**	**202,6%**
ROE - Retorno sobre o PL[1]	12,9%	6,6%	6,3 p.p.	12,9%	6,6%	6,3 p.p.
ROA - Retorno sobre o Ativo[1]	0,7%	0,3%	0,3 p.p.	0,7%	0,3%	0,3 p.p.

[1] Desconsidera o efeito não recorrente da reversão da provisão atuarial de benefício pós-emprego.

A CAIXA encerrou 2017 com lucro líquido de R$ 12,5 bilhões, alta de 202,6% em 12 meses. O Lucro Líquido recorrente alcançou R$ 8,6 bilhões em 2017, desconsiderando o impacto gerado pela reversão de provisão atuarial de benefício pós-emprego.

No segundo semestre, o lucro líquido totalizou R$ 8,4 bilhões, aumento de 399,8% em relação ao mesmo período de 2016, tendo como principais destaques:

2.1 - Resultado Bruto da Intermediação Financeira: alcançou R$ 31,2 bilhões no ano de 2017, crescimento de 29,5% em 12 meses, influenciado por um recuo de 10,9% nas receitas da intermediação financeiras compensadas pela redução de 19,3% nas despesas de captação.

2.2 - Despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: queda de 4,2% na comparação com 2016, reflexo da melhoria da qualidade do crédito concedido e dos processos de recuperação de crédito. O índice de inadimplência total acima de 90 dias totalizou 2,25% em dezembro de 2017, redução de 0,6 p.p. em 12 meses e abaixo da média do mercado, de 3,25%.

2.3 - Receitas com Prestação de Serviços: aumento de 11,5% em 12 meses, com o alcance de R$ 25,0 bilhões em 2017, influenciado pelas receitas com serviços de convênio e cobrança, administração de fundos de investimento e conta-corrente. O índice de cobertura das despesas

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

administrativas evoluiu 5,3 p.p e atingiu 72,9%, o índice de cobertura das despesas de pessoal totalizou 111,6%, melhora de 4,8 p.p em 12 meses.

2.4 - Despesas Administrativas: crescimento de 3,4% em 12 meses, impactados pelas despesas de pessoal, com aumento de 6,6% em virtude do impacto do Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário e do Acordo Coletivo de Trabalho. As outras despesas administrativas reduziram 2,3% em 12 meses, demonstrando o esforço contínuo da Instituição na racionalização de gastos. Com isso, o Índice de Eficiência Operacional-IEO recorrente alcançou 49,8%, melhora de 2,3 p.p em 12 meses.

2.5 - Resultado Operacional: o resultado operacional de R$ 14,6 bilhões foi o melhor já alcançado pela Instituição em 2017, evolução de 261,7% em comparação ao alcançado em 2016. No segundo semestre, o resultado operacional alcançou R$ 10,6 bilhões, 224,3% maior que o verificado no segundo semestre de 2016, demonstrando que as ações tomadas pela Administração da CAIXA levam a Instituição a uma melhora contínua e sustentável de seu desempenho.

3) CIRCULAR BACEN Nº 3.068/2001

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R$ 41,1 bilhões no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

4) DESEMPENHO - ATIVOS E PASSIVOS

Em R$ milhões	Dez17	Dez16	Δ 12M
Ativos Totais	1.260.768	1.255.452	0,4%
Carteira de Crédito Ampla	706.276	709.289	-0,4%
TVM e Derivativos	188.135	181.344	3,7%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.503)	(35.775)	4,8%
Passivo[1]	1.189.384	1.191.818	-0,2%
Depósitos	506.226	512.191	-1,2%
Letras	128.210	154.094	-16,8%
Patrimônio Líquido	71.384	63.634	12,2%

[1] Exclui o Patrimônio Líquido.

Os ativos da CAIXA totalizaram R$ 1,3 trilhão, crescendo 0,4% em 12 meses. O total de ativos administrados somou R$ 2,2 trilhões, aumento de 1,9% em relação a dezembro de 2016, com destaque para o FGTS, com saldo de R$ 489,1 bilhões, e os Fundos de Investimento que apresentaram evolução de 17,3% e totalizaram R$ 337,0 bilhões. O patrimônio líquido da CAIXA totalizou saldo de R$ 71,4 bilhões, avanço de 12,2% em 12 meses.

5) CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLA

A carteira de crédito ampla da CAIXA alcançou saldo de R$ 706,3 bilhões no segundo semestre de 2017, queda de 0,4% na comparação com o segundo semestre de 2016, em linha com a estratégia de otimização do portfólio e de rentabilização da carteira de crédito atual.

5.1 - Crédito Comercial

A carteira de crédito comercial totalizou saldo de R$ 161,8 bilhões, redução de 15,3% em 12 meses, em função da baixa demanda por crédito e do Plano de Capital da Empresa. A carteira PJ totalizou saldo de R$ 68,1 bilhões no quarto trimestre, redução de 23,1% em 12 meses. As operações comerciais com pessoas físicas atingiram o saldo de R$ 93,7 bilhões, recuo de 8,6% em 12 meses. O produto que apresentou maior crescimento no segmento foi o de crédito consignado, que alcançou saldo de R$ 64,3 bilhões. A participação da CAIXA nesse mercado, totalizou 20,7% no período.

5.2 - Crédito Imobiliário

O saldo da carteira de crédito habitacional apresentou evolução de 6,3% em 12 meses, totalizando R$ 431,7 bilhões em dezembro de 2017, dos quais R$ 237,6 bilhões com recursos do FGTS e R$ 194,1 bilhões com recursos da CAIXA/SBPE. A CAIXA é líder nesse mercado, com 69,0% de participação, ganho de 2,1 p.p em 12 meses.

Em 2017, foram contratados pela CAIXA R$ 57,8 bilhões no Programa Minha Casa, Minha Vida, o equivalente a 482.844 novas unidades habitacionais. Desde o início do Programa Minha Casa, Minha Vida, foram contratados pela CAIXA R$ 398,6 bilhões, o equivalente a 5,0 milhões de novas unidades habitacionais. Dessas novas moradias, 35,4% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa.

5.3 - Crédito Infraestrutura

As operações de infraestrutura cresceram 5,2% em 12 meses, alcançando saldo de R$ 82,7 bilhões ao final de 2017. Esse segmento é estratégico para a CAIXA por proporcionar importantes avanços no desenvolvimento econômico do País e gerar relacionamento de longo prazo com os clientes pessoas jurídicas.

5.4 - Crédito Rural

O Crédito Rural CAIXA atingiu saldo de R$ 6,9 bilhões em dezembro de 2017, com destaque para a modalidade disponível para Pessoa Física, que apresentou 10,7% de aumento em comparação com dezembro de 2016. Com esse saldo, a CAIXA alcançou 2,8% de participação nesse mercado.

6) CAPTAÇÕES

As captações totais apresentaram saldo de R$ 1.016 bilhões em dezembro de 2017, evolução de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os depósitos alcançaram saldo de R$ 506,2 bilhões. Os depósitos à vista totalizaram R$ 32,4 bilhões, evolução de 1,6% em 12 meses.

Uma das principais fontes de recursos para o crédito imobiliário, a poupança da CAIXA apresentou saldo de R$ 276,7 bilhões, alta de 9,6% em 12 meses. Com esse saldo, a CAIXA é líder do mercado, com 38,2% de participação, ganho de 0,23 p.p. em 12 meses.

Em dezembro de 2017, a Instituição possuía 74,8 milhões de contas de poupança, incremento de 6,0 milhões de contas em relação ao registrado em dezembro de 2016.

As Letras totalizaram R$ 117,5 bilhões, redução de 16,6% em 12 meses, em linha com a estratégia de captação da Instituição.

Captações (R$ milhões)	Dez17	Dez16	Δ 12M
Depósitos à Vista	32.399	31.883	1,6%
Depósitos de Poupança	276.693	252.403	9,6%
Depósitos a Prazo	185.643	210.689	-11,9%
Outros Depósitos	11.491	17.215	-33,3%
Letras[1]	117.528	140.913	-16,6%
Emissões Internacionais	10.682	13.181	-19,0%
Compromissadas Carteira Própria	109.962	73.382	49,8%
Empréstimos e Repasses	271.757	244.446	11,2%
Total	**1.016.155**	**984.113**	**3,3%**

[1] Inclui letras imobiliárias, hipotecárias, financeiras e agrícolas.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

7) SERVIÇOS DE GOVERNO

Como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, a CAIXA contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. Em 2017, a CAIXA pagou 158,4 milhões de benefícios sociais, o que corresponde a R$ 28,7 bilhões.

Pelo programa Bolsa Família, foram pagos 153,8 milhões de benefícios, totalizando R$ 27,8 bilhões no ano de 2017. O programa é fundamental para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a Instituição foi responsável por realizar 292,3 milhões de pagamentos de benefícios, que totalizaram R$ 313,7 bilhões no período, entre eles, o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, corresponderam a R$ 52,0 bilhões.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 71,7 milhões de pagamentos, somando R$ 94,7 bilhões no ano. A arrecadação do FGTS atingiu R$ 123,5 bilhões em 2017 e os saques, incluindo o pagamento das contas inativas, totalizaram R$ 166,9 bilhões.

8) LOTERIAS

As Loterias CAIXA arrecadaram quase R$ 13,9 bilhões no ano de 2017, evolução de 8,0% em 12 meses. A Mega-Sena foi o produto mais demandado pelos apostadores, correspondendo a 42,0% do total arrecadado pelas Loterias da CAIXA no período.

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do País.

Dos valores arrecadados, cerca de R$ 5,2 bilhões foram transferidos, no período, aos programas sociais do Governo Federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde, o que corresponde a 37,1% do total, conforme quadro abaixo:

Destinação das Loterias (R$ milhões)	2S17	2S16	Δ 12M	2017	2016	Δ 12M
Destinação Social	2.847	2.581	10,3%	5.160	4.792	7,7%
Prêmios	2.671	2.434	9,7%	4.884	4.519	8,1%
Custeio e Manutenção	1.464	1.324	10,6%	2.658	2.458	8,1%
Tributos	666	589	13,1%	1.189	1.095	8,7%
Total Arrecadado	7.648	6.928	10,4%	13.891	12.863	8,0%

9) PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

O Conglomerado CAIXA, grupo de empresas formado pela instituição financeira CAIXA e suas participações diretas e indiretas, busca otimizar seu desempenho a partir da obtenção de ganhos originados da integração junto às suas participações. A Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para a gestão, a realização de seus investimentos e contratações, abrangendo o relacionamento comercial e a governança entre a CAIXA e as empresas integrantes desse Conglomerado, buscando estabelecer parcerias estratégicas que viabilizem o acesso, em condições competitivas, a mercados considerados estratégicos e a serviços que possibilitem atingir seus objetivos.

Composição da Carteira de Participações (em R$ mil)	Dez17	Dez16
CAIXA Seguros Holding	3.402.526	3.046.972
Banco PAN	759.948	878.142
Capgemini	13.178	117.889
Elo Serviços	44.692	23.111
Cia. Bras. de Securitização – CIBRASEC	7.025	6.994
Crescer	3.479	-
Branes	1.898	1.874
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.285	1.752
BIAPE	-	-
FGO – Fundo Garantia de Operações	467.384	287.712
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	265.210
Fundo de Investimento em Participações	27.156	32.685
TECBAN	112.049	106.537
GIC – Gestora de Inteligência de Crédito	28.724	-
PAN Corretora	26.698	33.130
PAN Seguros	368.764	363.179
Outros Investimentos	10.535	8.827
Total	**5.540.551**	**5.174.014**

Mais informações nas Notas Explicativas nº 11.

10) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA mantém a sua atuação visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo modelo de gestão vigente, que tem a governança como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade socioempresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade, e princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética, os Regimes de Alçadas e as Políticas de Atuação da CAIXA.

A governança corporativa da Instituição está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.

A CAIXA dispõe de colegiados e unidades específicas que executam as atribuições relativas à supervisão e à fiscalização da gestão dos administradores da Instituição, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Como parte de seu sistema de governança, a CAIXA dispõe de instrumentos que asseguram a inibição de conflitos de interesses entre suas diversas instâncias de gestão.

Além das regras relativas à não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o Estatuto da CAIXA contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos da Administração.

Em reunião realizada em 14/12/2017, a Assembleia Geral da CAIXA aprovou a alteração do Estatuto da CAIXA para incluir a Assembleia Geral e suas atribuições, estipular mandato unificado para os administradores e membros do Conselho Fiscal, em cumprimento ao Decreto nº 8.945/2016, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, bem como aprovou a incorporação de Reserva de Lucros ao Capital Social da CAIXA e a incorporação de Reserva de Loterias.

Em função das investigações em curso relacionadas com as operações "A Origem", "Cui Bono?", "Sepsis" e "Patmos", o Conselho de Administração da CAIXA promoveu medidas que visam garantir a transparência e apoio necessário para a apuração dos fatos.

Neste sentido, a CAIXA constituiu Comitê Independente com a finalidade de garantir que os trabalhos fossem desenvolvidos de maneira isenta. Além disso, contratou escritório de

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

advocacia com reconhecida capacidade em investigação dessa natureza, com o intuito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados, administradores e fornecedores, colaborando ativamente com as autoridades públicas responsáveis pelas investigações.

A investigação independente foi concluída e não indicou a existência de qualquer evento capaz de gerar impacto material nas demonstrações contábeis da CAIXA. Contudo, para ampliar o universo de apuração, novas investigações estão em curso e contam com o total apoio da CAIXA e com o acompanhamento do Comitê Independente.

No constante processo de aprimoramento de seus instrumentos de governança e controles internos, a CAIXA promoveu alterações estatutárias, com destaque para o novo processo para escolha e nomeação de dirigentes, visando o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa do mercado.

11) CONTROLES INTERNOS

A Política de Controles Internos e Compliance da CAIXA foi subdividida em 2017, com a criação da Política de Compliance, que tem por objetivo promover condições para assegurar o cumprimento de normas externas e internas, bem como a gestão do risco de compliance, de modo a fortalecer a governança corporativa e reputação da CAIXA.

Essa Política foi fundamentada no documento Compliance and the compliance function in banks – Basel Committee on Banking Supervision e Documento Consultivo – A função Compliance nos Bancos – Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, bem como em leis e regulamentos federais, normas estas que ressaltam a importância da existência de uma Política de Compliance, entre as quais citamos a Lei nº 13.303, a Resolução CGPAR nº 18, as Resoluções CMN nº 2.554, nº 4.553 e nº 4.557.

12) GESTÃO DE RISCO E CAPITAL

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégia, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

O controle do risco da carteira de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores, no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu: Sobre a CAIXA/Administração de Riscos.

13) RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA possui Política de Responsabilidade Socioambiental normatizada nos termos da Resolução BACEN nº 4.327/2014, que leva em consideração princípios como: ética, conformidade e combate à corrupção; gestão participativa; promoção do desenvolvimento sustentável; inclusão social; eficiência ambiental; proteção e conservação ambiental e transparência.

Cumprindo as diretrizes da PRSA, a CAIXA adota as melhores práticas de gestão de risco socioambiental, observando, na concessão de crédito, a regularidade das atividades dos projetos e das atividades dos clientes. Em 2017, cerca de R$ 11,6 bilhões de empréstimos foram submetidos a análise de regularidade socioambiental de clientes. Já no financiamento de grandes empreendimentos (hidrelétricas, rodovias, portos etc.), mais de R$ 8,6 bilhões propostos em projetos passaram por análise e/ou monitoramento dos impactos socioambientais.

Desde 2011, a CAIXA destina até 2% do seu Lucro Líquido Ajustado para projetos relacionados a cidades sustentáveis, proteção de biomas e das águas, energias limpas e promoção socioeconômicas, por meio do Fundo Socioambiental CAIXA. Em 2017 foram desembolsados R$ 16,25 milhões, investidos em 37 projetos, dentre o total de 50 projetos ativos. Entre eles, estão projetos para preservação da Caatinga e do Cerrado, projetos para recuperação de mananciais em regiões metropolitanas em crise hídrica, projetos de desenvolvimento sustentável de território de baixa renda, além de projetos de apoio à disseminação de tecnologias sociais como biodigestores e reciclagem de resíduo eletroeletrônico.

Em continuidade ao Desafio Negócios de Impacto Social, os cinco negócios inovadores selecionados (DimDim, Jeitto, Poupe Mai$, Quero Quitar! e SmartMei) iniciaram o piloto em empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida, nos municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Campinas e com beneficiários do Bolsa Família em todo o território nacional.

O Desafio de Negócios de Impacto Social: Educação Financeira e Serviços Financeiros para Todos é uma iniciativa de inovação aberta. O objetivo do Desafio é potencializar uma nova geração de negócios de impacto social que possuam soluções escaláveis e inovadoras e que promovam educação financeira e produtos e serviços financeiros adequados às necessidades das pessoas de menor renda.

14) APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A CAIXA, uma das mais importantes incentivadoras do esporte brasileiro, contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.

No quarto trimestre de 2017, foram investidos cerca de R$ 27,9 milhões em projetos de teatro, cinema e exposições, em diversos eventos realizados nas unidades da CAIXA Cultural pelo Brasil, que contaram com o comparecimento de mais de 333 mil pessoas.

A CAIXA também é a maior patrocinadora do esporte nacional, vinculando sua marca a modalidades como Atletismo, Ginástica, Ciclismo e Luta Olímpica, além do apoio ao Paradesporto. O objetivo dos recursos é impulsionar o crescimento e a popularização desses esportes, contribuindo para a disseminação de sua prática. A CAIXA também apoia os atletas brasileiros e investe em projetos que visam à inclusão social por meio do esporte. O valor total investido em patrocínios esportivos, até o quarto trimestre de 2017, foi de aproximadamente R$ 245 milhões.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

ATIVO	Individual		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	**577.523.068**	**600.987.328**	**578.542.521**	**601.935.701**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**11.451.832**	**10.763.600**	**11.451.854**	**10.763.601**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**144.232.795**	**156.944.929**	**144.232.795**	**156.944.929**
Aplicações no mercado aberto	130.911.089	144.645.896	130.911.089	144.645.896
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13.322.183	12.299.071	13.322.183	12.299.071
Provisões para perdas	(477)	(38)	(477)	(38)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**122.016.771**	**126.705.238**	**123.013.495**	**127.523.817**
Carteira própria - livre	33.815.580	86.118.799	34.812.304	86.937.378
Vinculados a compromissos de recompra	83.718.783	30.269.898	83.718.783	30.269.898
Instrumentos financeiros derivativos	35.581	390.684	35.581	390.684
Vinculados ao Banco Central	1.178.579	1.070.867	1.178.579	1.070.867
Vinculados à prestação de garantias	3.268.248	4.183.775	3.268.248	4.183.775
Carteira de livre movimentação		4.671.215		4.671.215
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**127.568.940**	**120.368.660**	**127.568.940**	**120.368.660**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	25.515	19.621	25.515	19.621
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	126.690.810	119.658.776	126.690.810	119.658.776
Correspondentes	852.615	690.263	852.615	690.263
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**28.068**	**131.817**	**28.068**	**131.817**
Recursos em trânsito de terceiros	326	250	326	250
Transferências internas de recursos	27.742	131.567	27.742	131.567
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**129.931.721**	**144.495.318**	**129.931.721**	**144.495.318**
Setor público	8.044.383	13.201.644	8.044.383	13.201.644
Setor privado	136.716.197	148.680.680	136.716.197	148.680.680
Operações de crédito vinculadas à cessão	1.752.600	1.937.294	1.752.600	1.937.294
Provisão para operações de crédito	(16.581.459)	(19.324.300)	(16.581.459)	(19.324.300)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**34.005.778**	**36.394.547**	**34.028.485**	**36.524.340**
Créditos por avais e fianças honrados	31.336	30.567	31.336	30.567
Carteira de câmbio	3.549.748	5.412.747	3.549.748	5.412.747
Rendas a receber	2.275.189	2.009.358	2.294.687	2.138.956
Negociação e intermediação de valores	813	15.800	813	15.800
Créditos específicos	1.001.150	937.833	1.001.150	937.833
Diversos	27.724.085	28.444.871	27.727.294	28.445.066
Provisão para outros créditos	(576.543)	(456.629)	(576.543)	(456.629)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**8.287.163**	**5.183.219**	**8.287.163**	**5.183.219**
Outros valores e bens	7.948.678	5.289.756	7.948.678	5.289.756
Provisões para perdas	(272.551)	(177.004)	(272.551)	(177.004)
Despesas antecipadas	611.036	70.467	611.036	70.467
NÃO CIRCULANTE	**683.955.729**	**655.184.837**	**682.225.054**	**653.516.050**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**670.404.216**	**641.437.543**	**670.404.216**	**641.437.543**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)		**130.232**		**130.232**
Aplicações em depósitos interfinanceiros		130.232		130.232
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**65.121.666**	**53.820.292**	**65.121.666**	**53.820.292**
Carteira própria - livre	35.972.597	12.236.898	35.972.597	12.236.898
Vinculados a compromissos de recompra	27.006.500	39.641.302	27.006.500	39.641.302
Instrumentos financeiros derivativos	961.631	488.131	961.631	488.131
Vinculados ao Banco Central		703		703
Vinculados à prestação de garantias	1.180.938	1.453.258	1.180.938	1.453.258
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**27.919.116**	**28.111.790**	**27.919.116**	**28.111.790**
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	27.919.116	28.111.790	27.919.116	28.111.790
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**528.303.295**	**516.941.701**	**528.303.295**	**516.941.701**
Setor público	49.600.219	46.536.043	49.600.219	46.536.043
Setor privado	488.681.532	474.441.187	488.681.532	474.441.187
Operações de crédito vinculadas à cessão	10.355.526	11.931.092	10.355.526	11.931.092
Provisão para operações de crédito	(20.333.982)	(15.966.621)	(20.333.982)	(15.966.621)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**49.060.139**	**42.433.528**	**49.060.139**	**42.433.528**
Diversos	49.070.794	42.461.465	49.070.794	42.461.465
Provisão para outros créditos	(10.655)	(27.937)	(10.655)	(27.937)
PERMANENTE	**13.551.513**	**13.747.294**	**11.820.838**	**12.078.507**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**7.271.226**	**6.842.801**	**5.540.551**	**5.174.014**
Participações em coligadas e controladas:	6.528.097	6.281.053	4.869.969	4.644.478
No país	6.528.097	6.281.053	4.869.969	4.644.478
Outros investimentos	782.680	780.971	782.680	780.971
Provisão para perdas	(39.551)	(219.223)	(112.098)	(251.435)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**3.065.388**	**3.419.634**	**3.065.388**	**3.419.634**
Imóveis de uso	2.292.598	1.934.129	2.292.598	1.934.129
Reavaliações de imóveis de uso	693.987	710.140	693.987	710.140
Outras imobilizações de uso	7.776.973	7.582.217	7.776.974	7.582.219
Depreciações acumuladas	(7.698.170)	(6.806.852)	(7.698.171)	(6.806.854)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**3.214.899**	**3.484.859**	**3.214.899**	**3.484.859**
Ativos intangíveis	5.115.260	5.169.088	5.115.260	5.169.088
Amortizações acumuladas	(1.900.361)	(1.684.229)	(1.900.361)	(1.684.229)
TOTAL	**1.261.478.797**	**1.256.172.165**	**1.260.767.575**	**1.255.451.751**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	**679.790.867**	**670.201.463**	**679.973.805**	**670.388.637**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**412.992.412**	**403.115.468**	**412.992.266**	**403.115.342**
Depósitos à vista	32.398.853	31.882.980	32.398.707	31.882.854
Depósitos de poupança	276.693.320	252.403.109	276.693.320	252.403.109
Depósitos interfinanceiros	425.953	315.402	425.953	315.402
Depósitos a prazo	92.561.172	101.907.035	92.561.172	101.907.035
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.913.088	16.606.897	10.913.088	16.606.897
Outros depósitos	26	45	26	45
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**140.622.710**	**150.798.577**	**140.486.574**	**150.680.825**
Carteira própria	102.057.420	60.696.560	101.921.284	60.578.808
Carteira de terceiros	38.565.290	86.046.055	38.565.290	86.046.055
Carteira de livre movimentação		4.055.962		4.055.962
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**62.515.796**	**49.792.920**	**62.515.796**	**49.792.920**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	62.361.482	49.626.975	62.361.482	49.626.975
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	154.314	165.945	154.314	165.945
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**80.162**	**402.071**	**80.162**	**402.071**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	58.113	383.398	58.113	383.398
Correspondentes	22.049	18.673	22.049	18.673
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**1.366.748**	**1.350.005**	**1.366.748**	**1.350.005**
Recursos em trânsito de terceiros	1.260.046	1.321.178	1.260.046	1.321.178
Transferências internas de recursos	106.702	28.827	106.702	28.827
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)		**3.798.282**		**3.798.282**
Empréstimos no exterior		3.798.282		3.798.282
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**1.507.793**	**1.437.357**	**1.507.793**	**1.437.357**
Tesouro Nacional – PIS	399.970	455.038	399.970	455.038
BNDES	1.024.075	662.750	1.024.075	662.750
FGTS	81.972	317.647	81.972	317.647
Outras	1.776	1.922	1.776	1.922
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	**230.448**	**250.389**	**230.448**	**250.389**
Instrumentos financeiros derivativos	230.448	250.389	230.448	250.389
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**60.474.798**	**59.256.394**	**60.794.018**	**59.561.446**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	416.763	352.815	416.763	352.815
Carteira de câmbio	149.371	898.298	149.371	898.298
Sociais e estatutárias	3.685.388	1.064.679	3.686.370	1.065.283
Fiscais e previdenciárias	1.997.470	1.966.847	2.285.716	2.259.626
Negociação e intermediação de valores	45.770	17.968	45.770	17.968
Recursos para destinação específica:	13.766.453	9.814.956	13.766.453	9.814.956
Obrigações de operações com loterias	944.164	878.598	944.164	878.598
Obrigações por fundos e programas sociais	6.076.527	7.153.005	6.076.527	7.153.005
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	6.745.762	1.783.353	6.745.762	1.783.353
Instrumentos híbridos de capital e dívida	54.115	460.234	54.115	460.234
Dívidas subordinadas	1.047.814	914.359	1.047.814	914.359
Diversas	39.311.654	43.766.238	39.341.646	43.777.907
NÃO CIRCULANTE	**547.280.079**	**558.790.758**	**509.410.217**	**521.429.525**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**547.280.079**	**558.790.758**	**509.410.217**	**521.429.525**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**94.127.457**	**109.982.757**	**93.233.297**	**109.075.169**
Depósitos interfinanceiros	151.448	292.877	151.448	292.877
Depósitos a prazo	93.976.009	109.689.880	93.081.849	108.782.292
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**8.040.692**	**8.747.172**	**8.040.692**	**8.747.172**
Carteira própria	8.040.692	8.747.172	8.040.692	8.747.172
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**65.694.389**	**104.301.509**	**65.694.389**	**104.301.509**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	55.166.852	91.286.308	55.166.852	91.286.308
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	10.527.537	13.015.201	10.527.537	13.015.201
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**2.147.951**	**1.626.796**	**2.147.951**	**1.626.796**
Empréstimos no exterior	2.147.951	1.626.796	2.147.951	1.626.796
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**268.046.149**	**237.529.064**	**268.046.149**	**237.529.064**
Tesouro Nacional – PIS		473.244		473.244
BNDES	29.790.078	30.686.611	29.790.078	30.686.611
FGTS	235.538.406	203.839.306	235.538.406	203.839.306
Outras	2.717.665	2.529.903	2.717.665	2.529.903
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	**400.763**	**822.422**	**400.763**	**822.422**
Instrumentos financeiros derivativos	400.763	822.422	400.763	822.422
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	**55.530**	**54.668**	**55.530**	**54.668**
Repasses do exterior	55.530	54.668	55.530	54.668
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**108.767.148**	**95.726.370**	**71.791.446**	**59.272.725**
Fiscais e previdenciárias	127.958	121.815	127.958	121.815
Recursos para destinação específica:	4.083.821	2.956.578	4.083.821	2.956.578
Obrigações por fundos e programas sociais	4.083.821	2.956.578	4.083.821	2.956.578
Instrumentos híbridos de capital e dívida	3.266.583	520.528	3.266.583	520.528
Dívidas subordinadas	9.695.095	10.183.670	9.695.095	10.183.670
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	61.931.912	53.897.021	24.956.210	17.443.376
Diversas	29.661.779	28.046.758	29.661.779	28.046.758
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**34.407.851**	**27.179.944**	**71.383.553**	**63.633.589**
Capital social:	29.630.119	24.837.171	29.630.119	24.837.171
Capital de domiciliados no país	45.000.000	35.000.000	45.000.000	35.000.000
Aumento de capital	4.792.948		4.792.948	
Capital a realizar	(20.162.829)	(10.162.829)	(20.162.829)	(10.162.829)
Instrumento elegível ao capital principal			36.975.702	36.453.645
Reserva de reavaliação	352.348	379.098	352.348	379.098
Reservas de lucros	13.923.642	9.074.710	13.923.642	9.074.710
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.498.258)	(7.111.035)	(9.498.258)	(7.111.035)
Lucros/Prejuízos Acumulados				
TOTAL	**1.261.478.797**	**1.256.172.165**	**1.260.767.575**	**1.255.451.751**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	**62.409.214**	**133.362.447**	**76.958.680**	**149.675.170**	**62.434.470**	**133.400.619**	**76.971.826**	**149.697.220**
Operações de crédito (Nota 8 (e))	42.824.834	88.516.444	48.365.483	94.191.989	42.824.834	88.516.444	48.365.483	94.191.989
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	16.235.634	36.604.108	22.377.249	50.658.519	16.260.890	36.642.280	22.390.395	50.680.569
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.129.903)	(8.892.854)	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.129.903)	(8.892.854)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	90.200	322.406	189.330		90.200	322.406	189.330	
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	4.311.489	10.605.077	7.100.192	13.626.500	4.311.489	10.605.077	7.100.192	13.626.500
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	29.985	72.366	56.329	91.016	29.985	72.366	56.329	91.016
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**(46.051.337)**	**(102.384.590)**	**(63.899.296)**	**(130.120.557)**	**(45.920.559)**	**(102.191.304)**	**(63.833.281)**	**(125.596.050)**
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(28.071.124)	(64.818.861)	(43.529.781)	(88.182.838)	(27.940.821)	(64.626.050)	(43.463.766)	(85.246.586)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(8.439.658)	(17.130.279)	(9.755.882)	(17.996.021)	(8.439.183)	(17.129.804)	(9.755.882)	(16.179.377)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))				(996.897)				(1.225.286)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.2))	(530.952)	(1.178.874)	(571.624)	(2.835.434)	(530.952)	(1.178.874)	(571.624)	(2.835.434)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(9.009.603)	(19.256.576)	(10.042.009)	(20.109.367)	(9.009.603)	(19.256.576)	(10.042.009)	(20.109.367)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**16.357.877**	**30.977.857**	**13.059.384**	**19.554.613**	**16.513.911**	**31.209.315**	**13.138.545**	**24.101.170**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(5.939.378)**	**(16.641.626)**	**(9.870.265)**	**(16.120.994)**	**(5.943.089)**	**(16.615.534)**	**(9.878.934)**	**(20.066.458)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	9.634.827	19.111.423	8.982.005	17.481.594	9.634.827	19.111.423	8.982.005	17.481.594
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	3.176.726	5.929.661	2.611.048	4.981.827	3.176.725	5.929.659	2.611.048	4.981.827
Despesas de pessoal (Nota 24)	(11.158.609)	(22.419.151)	(10.983.814)	(21.041.494)	(11.178.955)	(22.443.498)	(10.987.379)	(21.047.978)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(6.130.728)	(11.906.546)	(6.332.480)	(12.192.839)	(6.140.566)	(11.918.821)	(6.334.967)	(12.199.538)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.863.885)	(3.815.368)	(1.857.349)	(3.678.745)	(1.893.937)	(3.875.552)	(1.883.076)	(3.726.483)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	629.390	1.140.503	315.594	740.517	468.668	780.255	168.320	443.605
Outras receitas operacionais (Nota 26)	11.147.107	14.817.559	4.183.025	12.677.818	11.348.285	15.291.908	4.406.846	8.467.041
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(11.374.206)	(19.499.707)	(6.788.294)	(15.089.672)	(11.358.136)	(19.490.908)	(6.841.731)	(14.466.526)
RESULTADO OPERACIONAL	**10.418.499**	**14.336.231**	**3.189.119**	**3.433.619**	**10.570.822**	**14.593.781**	**3.259.611**	**4.034.712**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	**(389.513)**	**(596.668)**	**(158.623)**	**(272.771)**	**(389.513)**	**(596.668)**	**(158.623)**	**(272.771)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**10.028.986**	**13.739.563**	**3.030.496**	**3.160.848**	**10.181.309**	**13.997.113**	**3.100.988**	**3.761.941**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	**(630.710)**	**148.207**	**(535.277)**	**1.715.066**	**(728.061)**	**(53.825)**	**(625.959)**	**1.549.447**
Tributos correntes	719.295	(416.859)	(523.654)	(574.431)	621.909	(618.925)	(614.319)	(740.053)
Ativo fiscal diferido	(1.310.837)	873.688	480.859	1.519.912	(1.310.802)	873.722	480.842	1.519.915
Passivo fiscal diferido	(39.168)	(308.622)	(492.482)	769.585	(39.168)	(308.622)	(492.482)	769.585
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(1.010.613)**	**(1.426.309)**	**(784.700)**	**(1.173.549)**	**(1.011.471)**	**(1.427.167)**	**(785.881)**	**(1.174.730)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**8.387.663**	**12.461.461**	**1.710.519**	**3.702.365**	**8.441.777**	**12.516.121**	**1.689.148**	**4.136.658**

Informação suplementar

Descrição	Individual 2017		Consolidado 2017	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Lucro líquido do Período	**8.387.663**	**12.461.461**	**8.441.777**	**12.516.121**
Exclusão dos efeitos não recorrentes (Notas 2 (a) e 34 (c))	**(3.956.118)**	**(3.956.118)**	**(3.956.118)**	**(3.956.118)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO SEM OS EFEITOS NÃO RECORRENTES	**4.431.545**	**8.505.343**	**4.485.659**	**8.560.003**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

INDIVIDUAL

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota (3t))	**22.054.802**	**400.384**	**2.617.409**	**6.651.881**	**(5.107.599)**	**(392.522)**	**26.224.355**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(2.003.436)		(2.003.436)
INCORPORAÇÃO DE RESERVAS DE LUCROS NO CAPITAL	2.782.369			(2.782.369)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(10.396)	(10.396)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(25.200)				25.200	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO		(1.508)					(1.508)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS				(55.296)			(55.296)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						3.702.365	3.702.365
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			185.119			(185.119)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				511.185		(511.185)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(681.562)	(681.562)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**24.837.171**	**379.098**	**2.802.528**	**6.272.182**	**(7.111.035)**		**27.179.944**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(2.387.223)		(2.387.223)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948		(1.401.264)	(3.391.684)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(16.014)	(16.014)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(20.607)				14.993	(5.614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						73	73
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						12.461.461	12.461.461
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			623.073			(623.073)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				562.905		(562.905)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(2.294.881)	(2.294.881)
Dividendos propostos						(523.752)	(523.752)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**29.630.119**	**352.348**	**2.024.337**	**11.899.305**	**(9.498.258)**		**34.407.851**
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota (3t))	**22.054.802**	**389.873**	**2.717.002**	**6.818.915**	**(6.590.349)**	**112.528**	**25.502.771**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(520.686)		(520.686)
INCORPORAÇÃO DE RESERVAS DE LUCROS NO CAPITAL	2.782.369			(2.782.369)			
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(4.849)	(4.849)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(10.775)				10.775	
REVERSÃO DE DESTAQUE DE JCP						492.189	492.189
REVERSÃO DE JUROS SOBRE IHCD						21.371	21.371
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						1.689.148	1.689.148
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			85.526			(85.526)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				288.855		(288.855)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				1.946.781		(1.946.781)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**24.837.171**	**379.098**	**2.802.528**	**6.272.182**	**(7.111.035)**		**27.179.944**
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	**24.837.171**	**364.105**	**3.006.218**	**6.520.858**	**(8.439.954)**	**2.612.740**	**28.901.138**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL					(1.058.304)		(1.058.304)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948		(1.401.264)	(3.391.684)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO		(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO						(11.198)	(11.198)
REALIZAÇÃO DE RESERVA		(5.614)					(5.614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS						73	73
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO						8.387.663	8.387.663
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:							
Reserva Legal (Reservas de Lucros)			419.383			(419.383)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)				314.229		(314.229)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)				8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos						(1.276.012)	(1.276.012)
Dividendos propostos						(523.752)	(523.752)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**29.630.119**	**352.348**	**2.024.337**	**11.899.305**	**(9.498.258)**		**34.407.851**

CONSOLIDADO

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota (3t))	**22.054.802**	**36.086.566**	**400.384**	**2.617.409**	**6.651.881**	**(5.107.599)**	**(392.522)**	**62.310.921**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(2.003.436)		(2.003.436)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369				(2.782.369)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(10.396)	(10.396)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(25.200)				25.200	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.508)					(1.508)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079						367.079
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS					(55.296)			(55.296)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							4.136.658	4.136.658
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				185.119			(185.119)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					511.185		(511.185)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(681.562)	(681.562)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(434.293)	(434.293)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**24.837.171**	**36.453.645**	**379.098**	**2.802.528**	**6.272.182**	**(7.111.035)**		**63.633.589**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(2.387.223)		(2.387.223)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948			(1.401.264)	(3.391.684)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(16.013)	(16.013)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(20.607)				14.993	(5.614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							73	73
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		522.057						522.057
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							12.516.121	12.516.121
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				623.073			(623.073)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					562.905		(562.905)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(2.294.881)	(2.294.881)
Dividendos propostos							(523.752)	(523.752)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(54.661)	(54.661)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**29.630.119**	**36.975.702**	**352.348**	**2.024.337**	**11.899.305**	**(9.498.258)**		**71.383.553**
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota (3t))	**22.054.802**	**36.453.645**	**389.873**	**2.717.002**	**6.818.915**	**(6.590.349)**	**112.528**	**61.956.416**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(520.686)		(520.686)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369				(2.782.369)			
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(4.849)	(4.849)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(10.775)				10.775	
REVERSÃO DE DESTAQUE DE JCP							492.189	492.189
REVERSÃO DE JUROS SOBRE IHCD							21.371	21.371
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							1.689.148	1.689.148
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				85.526			(85.526)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					288.855		(288.855)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos								
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**24.837.171**	**36.453.645**	**379.098**	**2.802.528**	**6.272.182**	**(7.111.035)**		**63.633.589**
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	**24.837.171**	**36.975.702**	**364.105**	**3.006.218**	**6.520.858**	**(8.439.954)**	**2.612.740**	**65.876.840**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.058.304)		(1.058.304)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948			(1.401.264)	(3.391.684)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(11.197)	(11.197)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(5.614)					(5.614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							73	73
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							8.441.777	8.441.777
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				419.383			(419.383)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					314.229		(314.229)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.276.012)	(1.276.012)
Dividendos propostos							(523.752)	(523.752)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(54.115)	(54.115)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**29.630.119**	**36.975.702**	**352.348**	**2.024.337**	**11.899.305**	**(9.498.258)**		**71.383.553**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2017		2016		2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**24.317.281**	**37.354.375**	**13.181.462**	**28.278.649**	**24.390.680**	**37.416.227**	**13.255.658**	**29.100.272**
Lucro Líquido	8.387.663	12.461.461	1.710.519	3.702.365	8.441.777	12.516.121	1.689.148	4.136.658
Ajustes ao Lucro Líquido:	15.929.618	24.892.914	11.470.943	24.576.284	15.948.903	24.900.106	11.566.510	24.963.614
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(280.567)	(2.480.472)	(919.849)	1.617.400	(280.567)	(2.480.472)	(919.849)	1.617.400
(Ganho)/Perda em Investimentos	187.400	712.078	22.763	(364.977)	100.114	413.718	(50.332)	159.737
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	1.133	1.123	(10.826)	(10.826)	1.133	1.123	(10.826)	(10.826)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	143.080	202.850	33.011	1.723	143.079	202.849	33.011	1.723
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.523.262	19.256.576	10.042.009	20.109.367	9.523.262	19.256.576	10.042.009	20.109.367
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	1.276.708	2.393.729	1.175.930	2.266.951	1.276.708	2.393.729	1.175.930	2.266.951
Depreciações e Amortizações	897.387	1.806.401	917.951	1.800.932	897.387	1.806.401	917.951	1.800.932
Impostos Diferidos	1.350.005	(565.066)	11.623	(2.289.497)	1.349.970	(565.100)	11.640	(2.289.500)
Despesas com provisões para causas judiciais	891.219	1.366.916	456.204	1.235.609	891.219	1.366.916	456.204	1.235.609
Resultado de Participação em Coligadas	(629.390)	(1.140.503)	(315.594)	(740.517)	(468.668)	(780.255)	(168.320)	(443.605)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	2.569.381	3.339.282	57.721	950.119	2.515.266	3.284.621	79.092	515.826
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**(17.051.415)**	**(35.729.340)**	**(2.283.364)**	**(31.921.727)**	**(17.001.600)**	**(36.135.083)**	**(2.500.989)**	**(33.041.141)**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.599.444	3.679.920	(3.952.627)	(4.899.964)	1.599.444	3.679.920	(3.952.627)	(4.899.964)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	8.887.909	1.862.364	6.000.896	(8.221.187)	8.887.909	1.862.364	6.000.896	(8.221.187)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	1.059.540	(7.032.034)	(12.372.711)	(13.542.226)	1.059.540	(7.032.034)	(12.372.711)	(13.542.226)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	384.391	(297.481)	(983.231)	(2.067.329)	384.391	(297.481)	(983.231)	(2.067.329)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	732.883	120.492	547.052	99.544	732.883	120.492	547.052	99.544
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	604.281	(15.998.724)	(27.954.215)	(47.352.938)	604.281	(15.998.724)	(27.954.215)	(47.352.938)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(2.236.181)	(3.728.625)	(1.895.056)	(1.851.894)	(2.182.212)	(3.621.505)	(1.965.031)	(2.359.018)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.875.964)	(3.306.794)	(1.386.945)	(2.608.222)	(1.875.963)	(3.306.793)	(1.386.945)	(2.608.222)
(Redução) Aumento em Depósitos	(21.814.276)	(5.978.356)	48.904.552	56.773.731	(21.806.718)	(5.964.948)	48.814.326	56.531.069
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	2.511.539	(10.882.347)	(29.603.797)	(34.818.758)	2.499.822	(10.900.731)	(29.611.320)	(34.833.224)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(17.108.962)	(25.884.244)	(9.888.316)	(15.295.930)	(17.108.962)	(25.884.244)	(9.888.316)	(15.295.930)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(375.203)	(441.600)	180.573	915.029	(375.203)	(441.600)	180.573	915.029
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.766.824	27.311.256	14.348.234	22.367.259	14.766.824	27.311.256	14.348.234	22.367.259
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(4.727.735)	3.701.596	15.772.227	18.581.158	(4.727.731)	3.193.708	15.722.326	18.225.996
Imposto de renda e contribuição social pagos	540.095	1.145.237			540.095	1.145.237		
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**7.265.866**	**1.625.035**	**10.898.098**	**(3.643.078)**	**7.389.080**	**1.281.144**	**10.754.669**	**(3.940.869)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(11.328.634)	(16.784.694)	(8.074.282)	(9.417.222)	(11.451.826)	(16.962.839)	(7.930.853)	(9.486.510)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(869.328)	8.402.672	2.207.229	14.720.612	(869.328)	8.402.672	2.207.229	14.720.612
Alienação de Imobilizado de Uso	56.881	60.434	12.630	18.446	56.881	60.434	12.630	18.446
Aquisição de Imobilizado de Uso	(517.210)	(661.551)	(220.172)	(525.230)	(517.210)	(661.551)	(220.172)	(525.230)
Baixa de Intangível	183.106	479.757	17.039	48.760	183.106	479.757	17.039	48.760
Aquisição de Intangível	(843.695)	(1.061.957)	(716.105)	(1.124.273)	(843.695)	(1.061.957)	(716.105)	(1.124.273)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(13.318.880)**	**(9.565.339)**	**(6.773.661)**	**3.721.093**	**(13.442.072)**	**(9.743.484)**	**(6.630.232)**	**3.651.805**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Incorporação de remuneração de IHCD						522.057		367.079
Dividendos complementares				(55.296)				(55.296)
Dividendos pagos antecipadamente	(73.130)	(73.130)			(73.130)	(73.130)		
Dividendos/Juros sobre o capital próprio			492.188	(681.562)			492.188	(681.562)
Remuneração IHCD pago		(460.780)		(1.401.544)		(460.780)		(1.401.544)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(73.130)**	**(533.910)**	**492.188**	**(2.138.402)**	**(73.130)**	**(11.853)**	**492.188**	**(1.771.323)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(6.126.144)**	**(8.474.214)**	**4.616.625**	**(2.060.387)**	**(6.126.122)**	**(8.474.193)**	**4.616.625**	**(2.060.387)**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no início do período	148.489.064	150.837.134	146.220.509	152.897.521	148.489.064	150.837.135	146.220.509	152.897.521
Caixa e Equivalentes no fim do período	142.362.920	142.362.920	150.837.134	150.837.134	142.362.942	142.362.942	150.837.134	150.837.134
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(6.126.144)**	**(8.474.214)**	**4.616.625**	**(2.060.387)**	**(6.126.122)**	**(8.474.193)**	**4.616.625**	**(2.060.387)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2017				2016				2017				2016			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**76.968.758**		**153.367.846**		**82.534.126**		**163.437.374**		**77.195.191**		**153.880.365**		**82.771.093**		**159.020.258**	
Intermediação financeira	62.409.214		133.362.447		76.958.680		148.678.273		62.434.470		133.400.619		76.971.826		148.471.934	
Prestação de serviços com tarifas	12.811.553		25.041.084		11.593.053		22.463.421		12.811.552		25.041.082		11.593.053		22.463.421	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(9.009.603)		(19.256.576)		(10.042.009)		(20.109.367)		(9.009.603)		(19.256.576)		(10.042.009)		(20.109.367)	
Outras	10.757.594		14.220.891		4.024.402		12.405.047		10.958.772		14.695.240		4.248.223		8.194.270	
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**37.041.734**		**83.128.014**		**53.857.287**		**109.014.294**		**36.910.956**		**82.934.728**		**53.791.272**		**104.261.397**	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**15.855.778**		**28.079.652**		**11.428.727**		**23.948.384**		**15.849.546**		**28.083.128**		**11.484.651**		**23.331.937**	
Materiais, energia e outros	1.305.681		2.529.488		1.427.646		2.670.449		1.306.691		2.531.490		1.428.586		2.671.672	
Processamento de dados e comunicações	1.043.480		2.057.550		1.117.118		2.213.189		1.043.480		2.057.550		1.117.118		2.213.301	
Propaganda, publicidade e promoções	442.088		668.412		435.826		776.601		442.088		668.412		435.826		776.601	
Serviços de terceiros e especializados	1.227.650		2.421.655		1.215.519		2.348.110		1.236.451		2.431.876		1.217.048		2.353.450	
Serviços de vigilância e segurança	462.673		902.840		444.324		850.363		462.700		902.892		444.342		850.387	
Outras	11.374.206		19.499.707		6.788.294		15.089.672		11.358.136		19.490.908		6.841.731		14.466.526	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	1.149.436		2.248.077		961.878		1.970.949		1.149.436		2.248.077		961.878		1.970.949	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.339.332		2.561.296		1.193.152		2.232.430		1.339.332		2.561.296		1.193.152		2.232.430	
- Descontos de operações de crédito	281.497		596.756		179.191		302.049		281.497		596.756		179.191		302.049	
- Despesas com cartão de crédito/débito	491.157		922.094		565.886		1.057.910		491.157		922.094		565.886		1.057.910	
- Benefício pós-emprego	1.276.709		2.393.730		1.175.930		2.266.951		1.276.709		2.393.730		1.175.930		2.266.951	
- Provisões operacionais diversas	2.208.626		4.560.807		1.449.209		4.108.520		2.208.626		4.560.267		1.502.753		3.706.400	
- Demais	4.627.449		6.216.947		1.263.048		3.150.863		4.611.379		6.208.688		1.262.941		2.929.837	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**24.071.246**		**42.160.180**		**17.248.112**		**30.474.696**		**24.434.689**		**42.862.509**		**17.495.170**		**31.426.924**	
5. RETENÇÕES	**897.387**		**1.806.401**		**917.951**		**1.800.931**		**897.387**		**1.806.401**		**917.951**		**1.800.931**	
Depreciação, amortização e exaustão	897.387		1.806.401		917.951		1.800.931		897.387		1.806.401		917.951		1.800.931	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**23.173.859**		**40.353.779**		**16.330.161**		**28.673.765**		**23.537.302**		**41.056.108**		**16.577.219**		**29.625.993**	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**629.390**		**1.140.503**		**315.594**		**740.517**		**468.668**		**780.255**		**168.320**		**443.605**	
Resultado de equivalência patrimonial	629.390		1.140.503		315.594		740.517		468.668		780.255		168.320		443.605	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**23.803.249**		**41.494.282**		**16.645.755**		**29.414.282**		**24.005.970**		**41.836.363**		**16.745.539**		**30.069.598**	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**23.803.249**	**100,00**	**41.494.282**	**100,00**	**16.645.755**	**100,00**	**29.414.282**	**100,00**	**24.005.970**	**100,00**	**41.836.363**	**100,00**	**16.745.539**	**100,00**	**30.069.598**	**100,00**
Pessoal	10.768.846	45,24	21.037.087	50,70	10.328.593	62,05	19.426.603	66,04	10.786.939	44,93	21.059.181	50,34	10.333.340	61,71	19.434.269	64,63
- Remuneração direta	8.311.548		16.185.803		7.897.933		14.787.256		8.326.925		16.204.955		7.902.568		14.794.619	
- Benefícios	1.990.689		3.918.370		1.952.206		3.712.623		1.992.405		3.920.086		1.952.206		3.712.623	
- FGTS	466.609		932.914		478.454		926.724		467.609		934.140		478.566		927.027	
Impostos, taxas e contribuições	3.894.971	16,36	6.475.534	15,61	3.832.547	23,02	4.752.118	16,16	4.025.485	16,77	6.740.861	16,11	3.948.955	23,58	4.965.475	16,51
- Federais	3.495.763		5.624.121		3.481.590		4.018.369		3.626.276		5.889.422		3.597.997		4.231.682	
- Estaduais	523		1.037		395		832		523		1.037		395		832	
- Municipais	398.685		850.376		350.562		732.917		398.686		850.402		350.563		732.961	
Remuneração de capitais de terceiros	751.769	3,16	1.520.200	3,66	774.096	4,65	1.533.196	5,21	751.769	3,13	1.520.200	3,63	774.096	4,62	1.533.196	5,10
- Aluguéis	751.769		1.520.200		774.096		1.533.196		751.769		1.520.200		774.096		1.533.196	
Remuneração de capitais próprios	1.276.012	5,36	2.294.881	5,53			1.173.750	3,99	1.330.127	5,54	2.349.542	5,62	(21.371)	(0,13)	1.608.043	5,35
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	1.276.012		2.294.881				1.173.750		1.276.012		2.294.881				1.173.750	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital									54.115		54.661		(21.371)		434.293	
Lucros retidos	7.111.651	29,88	10.166.580	24,50	1.710.519	10,28	2.528.615	8,60	7.111.650	29,62	10.166.579	24,30	1.710.519	10,21	2.528.615	8,41

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei nº 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, CAIXA Instantânea S.A. e CAIXA Seguridade S.A.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S.A., na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sêniors e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), entre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis de 31/12/2017 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 06/03/2018 e pelo Conselho de Administração em 22/03/2018.

As Demonstrações do Resultado, individual e consolidado, apresentam logo abaixo ao Lucro Líquido do Período o "Lucro Líquido sem os Efeitos não recorrentes", destacando-se esse efeito como "Exclusão dos Efeitos não Recorrentes" (Nota 34 (c)).

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis n° 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/2007 e n° 11.941/2009, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Riscos relacionados à não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa a partir de 2015, em conexão com a operação "A Origem" e, a partir de 2017, em conexão com as operações "Cui Bono?", "Sepsis" e "Patmos", deflagradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, e os eventuais impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis da CAIXA, por parte de seus empregados, administradores e fornecedores e passou a colaborar ativamente com as autoridades públicas responsáveis por aquelas investigações.

Adicionalmente, em agosto de 2017, o Conselho de Administração da CAIXA decidiu contratar uma investigação independente, conduzida por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e com apoio de outros especialistas externos e supervisionada por um Comitê Independente com a finalidade de garantir que os trabalhos fossem desenvolvidos sem quaisquer interferências indevidas.

A primeira fase da investigação independente, já finalizada, gerou diversas recomendações que já foram adotadas ou estão em processo de adoção pela CAIXA, com destaque para as alterações estatutárias aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária – AGE de 19/01/2018, que incluíram um novo processo para escolha e nomeação de Vice-presidentes. Essa investigação independente não indicou, até o momento, a existência de qualquer evento capaz de gerar impacto material nas demonstrações contábeis.

Novas investigações independentes estão em andamento, sendo conduzidas por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e supervisionadas pelo Comitê Independente. A CAIXA continuará acompanhando e apoiando os processos de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.
As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado
Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.
As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa
Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis vencíveis até ou iguais a 90 dias.
Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.
Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa a diferença entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre conforme regime de competência pro rata dia em função da fluência do prazo das operações.
Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é representada pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para lastrear operações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas destacadas do Ativo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.
Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.
A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e a Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.
O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.
A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos
A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN n° 3.082/2002.
Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.
Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.
Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- ***Hedge de Risco de Mercado:*** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- ***Hedge de Fluxo de Caixa:*** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.
A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.
A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros
O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.
O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de *swap*.
Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.
Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro[1]	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

[1] Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo, cinco anos em contas de compensação.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.
A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo, como contrapartida, passivo referente à obrigação assumida.
As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em "Outros Créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n° 3.355/2006.
Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.
A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.
Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência da alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas
As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição.
Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.
O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso
O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.
A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Sistema de segurança	5 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.
Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.
As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.
A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(m)Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 4.534/2016.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de *software* e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. *Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica "depreciação e amortização", em despesas com aprovisionamentos e ajustes patrimoniais e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – *software* e de acordo com a vigência dos respectivos contratos para Aquisição de folha de pagamento.

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*.

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem nem provisão, nem divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais – fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independentemente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Provisão para garantias financeiras prestadas

A Provisão para Garantias Financeiras Prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução nº 4.512/2016, do CMN.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 4.424/2015. As avaliações atuariais são semestrais.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida (CD), o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.
O novo Estatuto da CAIXA, aprovado em 14/12/2017, alterou as premissas do Saúde CAIXA com a implementação de teto vinculado à folha de pagamento como limitador de gastos da CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).
O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(s) Outros ativos e passivos
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

(t) Reapresentação de saldos comparativos

(i) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
As posições patrimoniais de abertura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL relativas a 31/12/2015 (Patrimônio Líquido Individual R$ 26.616.877 e Patrimônio Líquido Consolidado R$ 62.703.443) estão sendo reapresentadas nas Demonstrações Contábeis divulgadas a partir de 31/03/2016 (Patrimônio Líquido Individual Ajustado R$ 26.224.355 e Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado R$ 62.310.921).
O montante de R$ 392.522 ajustado refere-se ao reconhecimento da despesa de R$ 497.188 com juros e atualização monetária do saldo de depósitos em contas de poupança simplificada, reclassificadas do grupo "Credores diversos – no país" para o grupo "Depósitos", deduzido do respectivo impacto tributário decorrente, no valor de R$ 104.666.

(ii) Segregação dos Instrumentos Financeiros Derivativos no passivo em circulante e não circulante
Até 31/12/2016, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante. A partir de 01/01/2017, devido à aplicação do critério de relevância, estes passivos estão sendo segregados em passivos circulantes e não circulantes.
As posições patrimoniais comparativas relativas a 31/12/2016 estão sendo reapresentadas conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2016					
	Conforme apresentado anteriormente		Ajustes		Valor ajustado	
Ativo	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Total do Ativo	**1.256.172.165**	**1.255.451.751**	-	-	**1.256.172.165**	**1.255.451.751**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**	**Individual**	**Consolidado**
Circulante	**671.023.885**	**671.211.059**	**(822.422)**	**(822.422)**	**670.201.463**	**670.388.637**
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.072.811	1.072.811	(822.422)	(822.422)	250.389	250.389
Não Circulante	**557.968.336**	**520.607.103**	**822.422**	**822.422**	**558.790.758**	**521.429.525**
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	822.422	822.422	822.422	822.422
Patrimônio Líquidxo	**27.179.944**	**63.633.589**	-	-	**27.179.944**	**63.633.589**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.256.172.165**	**1.255.451.751**	**-**	**-**	**1.256.172.165**	**1.255.451.751**

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Os itens de Caixa e equivalentes de caixa são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional", que em 31/12/2017 apresenta o montante de R$ 10.054.701 (31/12/2016 – R$ 8.926.964) na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Total de disponibilidades (caixa)	**11.451.832**	**10.763.600**
Disponibilidade em moeda nacional	10.054.679	8.926.963
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.397.153	1.836.637
Aplicações interfinanceiras de liquidez [1]	**130.911.088**	**140.073.534**
Total	**142.362.920**	**150.837.134**

[1] Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
Descrição	**1 a 90 dias**	**91 a 180 dias**	**181 a 360 dias**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	**92.345.976**	-	-	**92.345.976**	**58.751.759**
Letras financeiras do Tesouro [1]	70.444.087	-	-	70.444.087	5.700.954
Letras do Tesouro Nacional	392.350	-	-	392.350	29.340.584
Notas do Tesouro Nacional	21.509.539	-	-	21.509.539	23.710.221
Aplicações no mercado aberto – posição financiada	**38.565.113**	-	-	**38.565.113**	**85.894.137**
Letras do Tesouro Nacional	38.565.113	-	-	38.565.113	15.189.270
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	70.704.867
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**8.412.658**	**1.280.043**	**3.629.005**	**13.321.706**	**12.429.265**
Depósitos interfinanceiros [2]	8.309.121	260.918	-	8.570.039	11.414.497
Depósitos interfinanceiros – crédito rural	103.552	1.019.321	3.629.271	4.752.144	1.014.806
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(15)	(196)	(266)	(477)	(38)
Total – ativo circulante	**139.323.747**	**1.280.043**	**3.629.005**	**144.232.795**	**157.075.161**

[1] Inclui os acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações firmados com o BANCOOB no montante de R$ 201.504 e com o SICRED no montante de R$ 72.166 em 31/12/2017, conforme Resolução CMN nº 3.263/2005.
[2] Inclui os acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações firmados com o BANCOOB no montante de R$ 85.416, com o SICRED no montante de R$ 36.500 e com o CRESOL no montante de R$ 34.330 em 31/12/2017, conforme Resolução CMN nº 3.263/2005.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez
Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	**2017**		**2016**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Rendas de aplicações no mercado aberto	**6.286.714**	**15.468.985**	**10.297.483**	**23.370.728**
Posição bancada	3.181.753	6.732.730	3.135.166	6.123.797
Posição financiada	3.104.961	8.736.255	7.162.317	17.246.931
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**497.249**	**1.222.787**	**788.190**	**1.510.141**
Total	**6.783.963**	**16.691.772**	**11.085.673**	**24.880.869**

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

INDIVIDUAL							
Descrição	**Carteira Própria - Livre**	**Vinculados**			**Instrumentos Financeiros Derivativos**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
		Compromisso de recompra	**Prestação de Garantias**	**Banco Central**			
Títulos públicos	**58.904.519**	**107.746.546**	**4.449.186**	**1.178.579**	-	**172.278.830**	**160.189.270**
Letras financeiras do Tesouro	16.793.045	20.938.537	926.335	1.177.941	-	39.835.858	18.344.527
Letras do Tesouro Nacional	15.883.353	78.583.176	3.519.851	638	-	97.987.021	94.074.195
Notas do Tesouro Nacional	25.943.198	8.224.833	2.997	-	-	34.171.028	47.476.660
Tesouro Nacional/ securitização	284.923	-	-	-	-	284.923	293.888
Títulos – empresas	**10.883.658**	**2.978.737**	**-**	**-**	**-**	**13.862.395**	**19.457.445**
Debêntures [1]	4.019.751	576.260	-	-	-	4.596.011	8.770.564
Nota promissória	-	-	-	-	-	-	5.140
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	55.572
Cotas de fundos	82.552	-	-	-	-	82.552	142.443
Certificado de recebíveis imobiliários	1.084.225	2.402.477	-	-	-	3.486.702	3.428.557
Ações	5.697.130	-	-	-	-	5.697.130	7.055.169
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**997.212**	**997.212**	**878.815**
Total	**69.788.177**	**110.725.283**	**4.449.186**	**1.178.579**	**997.212**	**187.138.437**	**180.525.530**

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CONSOLIDADO							
Descrição	Carteira Própria - Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2017	31/12/2016
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central			
Títulos públicos	**58.904.519**	**107.746.546**	**4.449.186**	**1.178.579**	-	**172.278.830**	**160.189.270**
Letras financeiras do Tesouro	16.793.045	20.938.537	926.335	1.177.941	-	39.835.858	18.344.527
Letras do Tesouro Nacional	15.883.353	78.583.176	3.519.854	638	-	97.987.021	94.074.195
Notas do Tesouro Nacional	25.943.198	8.224.833	2.997	-	-	34.171.028	47.476.660
Tesouro Nacional/ securitização	284.923	-	-	-	-	284.923	293.888
Títulos – empresas	**11.880.382**	**2.978.737**	**-**	**-**	**-**	**14.859.119**	**20.276.024**
Debêntures	4.019.751	576.260	-	-	-	4.596.011	8.770.564
Nota promissória	-	-	-	-	-	-	5.140
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	55.572
Cotas de fundos	350.075	-	-	-	-	350.075	240.449
Certificado de recebíveis imobiliários	1.084.225	2.402.477	-	-	-	3.486.702	3.428.557
Ações	6.426.331	-	-	-	-	6.426.331	7.775.742
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**997.212**	**997.212**	**878.815**
Total	**70.784.901**	**110.725.283**	**4.449.186**	**1.178.579**	**997.212**	**188.135.161**	**181.344.109**

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 31/12/2017	Custo	Ajuste Resultado	Ajuste Patrimônio líquido[3]	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	1 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	**169.626.045**	**2.384.756**	**268.029**	**172.278.830**	**174.901.028**	-	**11.801.262**	**177.075**	**9.127.537**	**151.172.956**
Letras financeiras do Tesouro	39.773.845	39.203	22.810	39.835.858	39.842.887	-	101.747	-	50.223	39.683.888
Letras do Tesouro Nacional	95.449.023	2.316.936	221.062	97.987.021	98.064.579	-	9.864.588	177.075	8.448.701	79.496.657
Notas do Tesouro Nacional	34.088.749	28.617	53.662	34.171.028	36.708.639	-	1.834.927	-	628.613	31.707.488
Tesouro Nacional/securitização	314.428	-	(29.505)	284.923	284.923	-	-	-	-	284.923
Títulos – empresas	**15.860.644**	**(20.581)**	**(1.977.668)**	**13.862.395**	**14.149.921**	**6.984.604**	**78.935**	**43.082**	**44.966**	**6.710.808**
Debêntures	5.235.458	(22.687)	(616.760)	4.596.011	4.452.980	1.204.922	75.483	43.082	41.588	3.250.936
Cotas de Fundos	82.552	-	-	82.552	82.552	82.552	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.413.119	6	73.577	3.486.702	3.917.259	-	3.452	-	3.378	3.479.872
Ações	7.129.515	2.100	(1.434.485)	5.697.130	5.697.130	5.697.130	-	-	-	-
Total – TVM	**185.486.689**	**2.364.175**	**(1.709.639)**	**186.141.225**	**189.050.949**	**6.984.604**	**11.880.197**	**220.157**	**9.172.503**	**157.883.764**
Para negociação[2]	106.593.252	2.364.175	-	108.957.427	108.957.427	111.313	9.436.231	177.075	5.509.080	93.723.728
Disponíveis para venda	37.804.515	-	(1.709.639)	36.094.876	36.094.876	6.873.291	78.935	43.082	42.452	29.057.116
Mantidos até o vencimento[3]	41.088.922	-	-	41.088.922	43.998.646	-	2.365.031	-	3.620.971	35.102.920
Instrumentos financeiros derivativos	**760.133**	**237.079**	**-**	**997.212**	**997.212**	**-**	**1.933**	**15.712**	**17.936**	**961.631**
Total – TVM e Derivativos	**186.246.822**	**2.601.254**	**(1.709.639)**	**187.138.437**	**190.048.161**	**6.984.604**	**11.882.130**	**235.869**	**9.190.439**	**158.845.395**

[1] O efeito da marcação a mercado registrada no patrimônio líquido é de (R$ 896.578) em 31/12/2017 (31/12/2016 – (R$ 836.362)), líquido dos efeitos tributários.

[2] Os títulos de categoria "Para negociação" são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

[3] Os títulos da categoria "Mantidos até o vencimento" foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no patrimônio líquido.

CONSOLIDADO										
Posição em 31/12/2017	Custo	Ajuste Resultado	Ajuste Patrimônio líquido[3]	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	1 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	**169.626.045**	**2.384.756**	**268.029**	**172.278.830**	**174.901.028**	-	**11.801.262**	**177.075**	**9.127.537**	**151.172.956**
Letras financeiras do Tesouro	39.773.845	39.203	22.810	39.835.858	39.842.887	-	101.747	-	50.223	39.683.888
Letras do Tesouro Nacional	95.449.023	2.316.936	221.062	97.987.021	98.064.579	-	9.864.588	177.075	8.448.701	79.496.657
Notas do Tesouro Nacional	34.088.749	28.617	53.662	34.171.028	36.708.639	-	1.834.927	-	628.613	31.707.488
Tesouro Nacional/securitização	314.428	-	(29.505)	284.923	284.923	-	-	-	-	284.923
Títulos – empresas	**16.193.992**	**(20.581)**	**(1.314.292)**	**14.859.119**	**15.146.645**	**7.981.328**	**78.935**	**43.082**	**44.966**	**6.710.808**
Debêntures	5.235.458	(22.687)	(616.760)	4.596.011	4.452.980	1.204.922	75.483	43.082	41.588	3.250.936
Cotas de Fundos	350.075	-	-	350.075	350.075	350.075	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	3.413.119	6	73.577	3.486.702	3.917.259	-	3.452	-	3.378	3.479.872
Ações	7.195.340	2.100	(771.109)	6.426.331	6.426.331	6.426.331	-	-	-	-
Total – TVM	**185.820.037**	**2.364.175**	**(1.046.263)**	**187.137.949**	**190.047.673**	**7.981.328**	**11.880.197**	**220.157**	**9.172.503**	**157.883.764**
Para negociação[2]	106.593.252	2.364.175	-	108.957.427	108.957.427	111.313	9.436.231	177.075	5.509.080	93.723.728
Disponíveis para venda	38.137.863	-	(1.046.263)	37.091.600	37.091.600	7.870.015	78.935	43.082	42.452	29.057.116
Mantidos até o vencimento[4]	41.088.922	-	-	41.088.922	43.998.646	-	2.365.031	-	3.620.971	35.102.920
Instrumentos financeiros derivativos	**760.133**	**237.079**	**-**	**997.212**	**997.212**	**-**	**1.933**	**15.712**	**17.936**	**961.631**
Total – TVM e Derivativos	**186.580.170**	**2.601.254**	**(1.046.263)**	**188.135.161**	**191.044.885**	**7.981.328**	**11.882.130**	**235.869**	**9.190.439**	**158.845.395**

[1] Inclui o ajuste a valor de mercado da TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no patrimônio líquido é de (R$ 233.202) em 31/12/2017 (31/12/2016 – (R$ 181.614)), líquido dos efeitos tributários.

(2) Os títulos da categoria "Para negociação" são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

[3] Os títulos da categoria "Mantidos até o vencimento" foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no patrimônio líquido.

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I – Títulos para negociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2017								31/12/2016		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	**9.436.231**	**177.075**	**5.589.949**	**93.261.097**	**106.098.596**	**2.384.756**	**108.483.352**	**106.060.869**	**1.625.222**	**107.686.091**
Letras financeiras do Tesouro	-	101.747	-	50.223	24.705.305	24.818.073	39.203	24.857.276	7.589.309	(15.969)	7.573.739
Letras do Tesouro Nacional	-	7.499.557	177.075	5.458.726	67.576.078	78.394.500	2.316.936	80.711.436	87.425.613	1.634.174	89.059.787
Notas do Tesouro Nacional	-	1.834.927	-	-	1.079.713	2.886.023	28.617	2.914.640	11.915.857	6.717	11.922.574
Títulos – empresas	**111.313**	**-**	**-**	**131**	**362.631**	**494.656**	**(20.581)**	**474.075**	**640.628**	**19.684**	**660.312**
Debêntures	-	-	-	-	362.631	385.318	(22.687)	362.631	640.191	19.664	659.855
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	131	-	125	6	134	437	20	457
Ações	111.313	-	-	-	-	109.213	2.100	111.313	-	-	-
Total	**111.313**	**9.436.231**	**177.075**	**5.589.080**	**93.723.728**	**106.593.252**	**2.364.175**	**108.957.427**	**106.701.497**	**1.644.906**	**108.346.403**

(c.2) Categoria II – Títulos disponíveis para venda

INDIVIDUAL											
Descrição	31/12/2017								31/12/2016		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	**24.973.527**	**24.705.496**	**268.029**	**24.973.527**	**5.336.555**	**(49.798)**	**5.286.757**
Letras financeiras do Tesouro	-	-	-	-	8.580.961	8.558.151	22.810	8.580.961	4.955.167	(447)	4.954.720
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	11.920.579	11.699.517	221.062	11.920.579	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	4.187.061	4.133.402	53.662	4.187.061	35.473	2.676	38.149
Tesouro Nacional/securitizadas	-	-	-	-	284.923	314.428	(29.505)	284.923	345.915	(52.027)	293.888
Títulos – empresas	**6.873.291**	**78.935**	**43.082**	**42.452**	**4.083.589**	**13.099.017**	**(1.977.668)**	**11.121.349**	**18.066.982**	**(1.545.021)**	**16.521.961**
Debêntures	1.204.922	75.483	43.082	41.588	2.717.101	4.668.956	(616.760)	4.052.176	8.578.654	(609.078)	7.969.575
Nota promissória	-	-	-	-	-	-	-	-	5.097	43	5.140
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	55.772	(201)	55.572
Cotas de fundos	82.552	-	-	-	-	82.552	-	82.552	142.413	-	142.413
Certif. recebíveis imobiliários	-	3.452	-	864	1.366.488	1.297.227	73.577	1.370.804	1.318.551	(24.499)	1.294.052
Ações	5.585.817	-	-	-	-	7.020.302	(1.434.485)	5.585.817	7.966.454	(911.265)	7.055.189
Total	**6.873.291**	**78.935**	**43.082**	**42.452**	**29.057.116**	**37.804.515**	**(1.709.639)**	**36.094.876**	**23.403.537**	**(1.594.819)**	**21.808.718**

[1] Ajuste a valor de mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no patrimônio líquido é de (R$ 896.578) em 31/12/2017 (31/12/2016 – (R$ 836.362)), líquido dos efeitos tributários.

CONSOLIDADO											
Descrição	31/12/2017								31/12/2016		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[1]	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	**24.973.527**	**24.705.496**	**268.029**	**24.973.527**	**5.336.555**	**(49.798)**	**5.286.757**
Letras financeiras do Tesouro	-	-	-	-	8.580.961	8.558.151	22.810	8.580.961	4.955.167	(447)	4.954.720
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	11.920.579	11.699.517	221.062	11.920.579	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	4.187.064	4.133.402	53.662	4.187.064	35.473	2.676	38.149
Tesouro Nacional/securitizadas	-	-	-	-	284.923	314.428	(29.505)	284.923	345.915	(52.027)	293.888
Títulos – empresas	**7.870.015**	**78.935**	**43.082**	**42.452**	**4.083.589**	**13.432.365**	**(1.314.292)**	**12.118.073**	**18.230.813**	**(890.273)**	**17.340.540**
Debêntures	1.204.922	75.483	43.082	41.588	2.717.101	4.668.956	(616.760)	4.052.176	8.578.654	(609.078)	7.969.575
Nota promissória	-	-	-	-	-	-	-	-	5.097	43	5.140
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	55.772	(201)	55.572
Cotas de fundos	350.075	-	-	-	-	350.075	-	350.075	240.449	-	240.449
Certif. recebíveis imobiliários	-	3.452	-	864	1.366.488	1.297.227	73.577	1.370.804	1.318.551	(24.499)	1.294.052
Ações	6.315.018	-	-	-	-	7.086.127	(771.109)	6.315.018	8.052.279	(256.537)	7.795.742
Total	**7.870.015**	**78.935**	**43.082**	**42.452**	**29.057.116**	**38.137.863**	**(1.046.263)**	**37.091.600**	**23.567.368**	**(940.071)**	**22.627.297**

[1] Ajuste a valor de mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no patrimônio líquido é de (R$ 233.202) em 31/12/2017 (31/12/2016 – (R$ 181.614)), líquido dos efeitos tributários.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c.3) Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2017						31/12/2016	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	**2.365.031**	**-**	**3.618.588**	**32.838.332**	**38.821.951**	**41.444.149**	**47.216.422**	**48.530.232**
Letras financeiras do Tesouro	-	-	-	6.397.621	6.397.621	6.404.650	5.816.077	5.807.304
Letras do Tesouro Nacional	2.365.031	-	2.989.975	-	5.355.006	5.432.564	5.014.408	5.079.456
Notas do Tesouro Nacional	-	-	628.613	26.440.711	27.069.324	29.606.935	36.385.937	37.643.472
Títulos – empresas	**-**	**-**	**2.383**	**2.264.588**	**2.266.971**	**2.554.497**	**2.275.172**	**2.355.985**
Debêntures[1]	-	-	-	151.204	151.204	8.173	141.134	4.749
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	2.383	2.113.384	2.115.767	2.546.324	2.134.038	2.351.236
Total	**2.365.031**	**-**	**3.620.971**	**35.102.920**	**41.088.922**	**43.998.646**	**49.491.594**	**50.886.217**

[1] As debêntures, classificadas na categoria III, são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, o valor de 31/12/2017 inclui uma perda no valor recuperável em debêntures no montante de R$ 229.767.

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2017		2016		2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	5.991.935	13.081.011	7.644.659	17.606.509	5.991.935	13.081.011	7.644.659	17.606.509
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.622.793	2.677.392	1.005.614	1.758.508	1.648.049	2.715.564	1.018.760	1.780.558
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.840.948	4.146.715	2.635.947	6.410.072	1.840.948	4.146.715	2.635.947	6.410.072
Outros	(4.005)	7.218	5.356	2.561	(4.005)	7.218	5.356	2.561
Total	**9.451.671**	**19.912.336**	**11.291.576**	**25.777.650**	**9.476.927**	**19.950.508**	**11.304.722**	**25.799.700**

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap:* variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap:* % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO
HEDGE CONTÁBIL

Estruturas	31/12/2017				31/12/2016			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
	Valor principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado[1]	Valor Contábil	Valor principal[2]	Juros[2]	Ajuste a Valor de Mercado[1]	Valor Contábil
Emissões externas	6.874.387	1.375.459	182.505	8.171.595	10.043.524	1.350.299	(27.922)	11.295.759
Empréstimos 4.131	-	-	-	-	1.583.710	72.116	(197.651)	1.643.963
Letras financeiras	845.660	543.295	183.497	1.392.658	1.020.660	479.802	31.578	1.504.461
Total	**7.720.047**	**1.918.754**	**366.002**	**9.564.253**	**12.647.894**	**1.902.217**	**(193.995)**	**14.444.183**

[1] Ajuste acumulado dos contratos de *swap*.

[2] O "Valor Principal" de R$ 17.478.815 e dos Juros de R$ 615.172 apresentados em 31/12/2016 foram ajustados em decorrência de revisão da rotina de apuração destes valores, adotada a partir de 2017.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO
ESTRUTURA TEMPORAL

Vencimento	31/12/2017			31/12/2016		
	Emissões Externas[1]	Empréstimos 4.131[1]	Letras Financeiras	Emissões Externas[1]	Empréstimos 4.131[1]	Letras Financeiras
2017	-	-	-	3.286.641	1.583.710	175.000
2018	915.366	-	21.500	899.065	-	21.500
2019	4.690.521	-	10.150	4.607.782	-	10.150
2020	50.076	-	16.360	49.348	-	16.360
2021	48.309	-	25.000	47.606	-	25.000
2022	1.170.115	-	-	1.153.082	-	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200
Total	**6.874.387**	-	**845.660**	**10.043.524**	**1.583.710**	**1.020.660**

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	Conta de Compensação/ Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res.)	Valor Patrimonial	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Contratos de Futuros						
Compromissos de venda	**83.110.386**	**98.199.829**	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	84.400.204	99.475.047	-	-	-	-
Moeda estrangeira	(1.289.818)	(1.275.218)	-	-	-	-
Contratos de *Swaps*						
Posição ativa	**6.732.293**	**10.540.683**	**408.623**	**588.589**	**997.212**	**878.815**
Índices	845.660	1.020.660	30.940	152.557	183.497	34.094
Moeda estrangeira	5.886.633	9.520.023	377.683	436.032	813.715	844.721
Posição passiva	**6.732.293**	**10.540.683**	**1.063.664**	**(432.453)**	**631.211**	**1.072.811**
Índices	845.660	1.020.660	232	(232)	-	2.516
Moeda estrangeira	5.886.633	9.520.023	1.063.432	(432.221)	631.211	1.070.295

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Descrição	31/12/2017							31/12/2016
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Resultado/ Patrimônio Líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição Ativa								
Contratos de *Swaps* – Ajuste a Receber	408.623	588.589	1.933	15.714	17.935	961.630	997.212	878.815
B3	30.940	152.557	-	710	235	182.552	183.497	34.094
Inst. Financeiras	377.683	436.032	1.933	15.004	17.700	779.078	813.715	844.721
Posição Passiva								
Contratos de *Swaps* – Ajuste a Pagar	1.063.664	(432.453)	6.007	15.218	209.223	400.763	631.211	1.072.811
B3	232	(232)	-	-	-	-	-	2.516
Inst. Financeiras	1.063.432	(432.221)	6.007	15.218	209.223	400.763	631.211	1.070.295

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2017					31/12/2016
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
	Conta de Compensação/Valor Referencial					
Contratos futuros	8.759.366	186.916	5.466.274	68.697.830	83.110.386	98.199.829
Contratos de *swaps*	54.849	120.922	804.307	5.752.215	6.732.293	10.540.683

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	674.956	426.848	(388.677)	(4.224.757)
Futuro	(1.757.884)	(3.184.802)	(741.226)	(4.668.097)
Total realizado	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.129.903)	(8.892.854)

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Títulos públicos	**5.627.765**	**6.708.603**
Letras financeiras do Tesouro	2.104.276	1.910.805
Letras do Tesouro Nacional	3.520.492	4.794.905
Notas do Tesouro Nacional	2.997	2.893

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	17.673.837	8.730.689
Compulsório sobre depósitos de poupança [1]	TR + 6,17% a.a.	67.249.183	50.736.247
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	39.471.354	31.473.690
Compulsório adicional [2]	Taxa SELIC	-	28.718.150
Recursos do crédito rural	Não remunerado	2.296.436	-
Total		**126.690.810**	**119.658.776**

[1] Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

[2] Em 2017, exigibilidade extinta pela Circular BACEN nº 3.823/2017 e pela Resolução CMN nº 4.573/2017.

(b) A rubrica "SFH – Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele fundo.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FCVS a receber – não homologados [1]	12.943.851	12.166.794
FCVS a receber – habilitados e homologados [2]	18.574.087	19.093.720
Provisão FCVS a receber	(3.704.747)	(3.258.997)
FCVS a receber – líquido de provisão	**27.813.191**	**28.001.517**
FGTS a ressarcir	**105.925**	**110.273**
Total (líquido de provisão)	**27.919.116**	**28.111.790**

[1] Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS em processo de habilitação na CAIXA no montante de R$ 1.337.188 e contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final no montante R$ 11.606.663.

[2] Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos trimestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	3.635.781	8.856.850	5.888.969	11.233.580
Créditos vinculados ao SFH	675.708	1.748.227	1.211.223	2.392.920
Total	**4.311.489**	**10.605.077**	**7.100.192**	**13.626.500**

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito	**363.671.374**	**71.921.498**	**121.636.836**	**70.681.963**	**29.380.424**	**7.840.745**	**8.795.633**	**2.844.059**	**18.377.925**	**695.150.457**	**696.727.940**
Empréstimos e títulos descontados	14.481.103	20.689.464	64.264.268	19.401.620	8.376.134	3.722.856	1.617.766	1.469.324	10.886.939	144.709.484	160.465.361
Financiamentos	3.655.630	5.897.613	1.874.350	2.929.323	1.430.465	343.209	179.923	157.792	1.121.590	17.622.895	31.302.519
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.371.571	2.261.366	1.856.935	1.118.742	46.900	51.205	22.283	19.423	165.978	6.914.403	7.216.913
Financiamentos imobiliários	294.672.535	21.256.876	41.586.250	42.087.466	17.826.797	3.009.098	3.910.758	1.199.599	2.698.215	431.187.564	405.495.272
Financiamentos de infraestrutura	48.603.246	11.314.122	8.706.287	4.927.288	1.610.168	676.837	3.039.825	-	3.727.212	82.605.985	78.379.486
Cessão de créditos	847.289	10.502.057	345.706	217.524	79.962	37.530	25.078	18.021	34.961	12.108.128	13.868.389
Outros créditos com característica de concessão de crédito	**2.270.304**	**5.566.675**	**914.526**	**1.176.255**	**699.558**	**131.159**	**25.942**	**15.268**	**325.380**	**11.125.067**	**12.560.795**
Cartão de crédito	1.406.739	4.957.816	360.207	265.815	190.258	34.467	17.239	13.262	151.172	7.396.975	6.948.154
Adiantamento de contratos de câmbio [1]	853.912	409.815	548.504	860.332	480.134	11.056	-	505	140.137	3.304.395	4.779.723
Créditos adquiridos [2]	-	196.469	-	44.491	8.051	79.175	-	-	-	328.186	735.567
Diversos	9.653	2.575	5.815	5.617	21.115	6.461	8.703	1.501	34.071	95.511	97.351
Total	365.941.678	77.488.173	122.551.362	71.858.218	30.079.982	7.971.904	8.821.575	2.859.327	18.703.305	706.275.524	709.288.735
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa [3]	(311.958)	(137.737)	(1.918.927)	(3.371.652)	(3.707.510)	(2.636.858)	(1.412.952)	(2.001.670)	(18.703.305)	(37.502.639)	(35.775.487)
Total líq. de provisões	365.629.680	77.050.436	120.632.435	68.486.566	26.372.442	5.335.046	4.408.623	857.657	-	668.772.885	673.513.248

[1] Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações" (Nota 9 (c)).

[2] Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

[3] Inclui a provisão para outros créditos com características de crédito (Nota 9 (a)).

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016
Provisão regulamentar	-	**(387.440)**	**(1.225.514)**	**(2.155.748)**	**(3.007.598)**	**(2.391.573)**	**(4.410.788)**	**(2.001.529)**	**(18.703.305)**	**(34.283.895)**	**(33.668.521)**
Operações de crédito	-	**(359.607)**	**(1.216.369)**	**(2.120.460)**	**(2.938.042)**	**(2.352.225)**	**(4.397.816)**	**(1.990.842)**	**(18.377.925)**	**(33.753.286)**	**(33.229.119)**
Empréstimos e títulos descontados	-	(103.417)	(642.613)	(582.049)	(837.613)	(1.116.860)	(908.883)	(1.028.527)	(10.686.939)	(15.806.961)	(18.616.105)
Financiamentos	-	(29.488)	(18.744)	(87.880)	(144.046)	(102.963)	(89.961)	(96.454)	(1.124.592)	(1.694.126)	(2.283.553)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(11.307)	(18.569)	(33.562)	(4.650)	(15.362)	(11.141)	(13.596)	(165.978)	(274.205)	(384.077)
Financiamentos imobiliários	-	(106.284)	(445.863)	(1.262.624)	(1.782.680)	(902.730)	(1.955.379)	(839.649)	(2.638.245)	(9.933.454)	(9.467.263)
Financiamentos de infraestrutura	-	(56.571)	(87.095)	(147.819)	(161.017)	(203.051)	(1.519.913)	-	(3.727.212)	(5.902.676)	(2.360.075)
Cessão de créditos	-	(52.510)	(3.457)	(6.526)	(7.956)	(11.259)	(12.539)	(12.616)	(34.961)	(141.864)	(118.046)
Outras créditos com característica de concessão de crédito	-	**(27.833)**	**(9.145)**	**(35.288)**	**(69.556)**	**(39.348)**	**(12.972)**	**(10.687)**	**(325.380)**	**(530.609)**	**(439.402)**
Cartão de crédito	-	(24.789)	(3.592)	(7.974)	(19.026)	(10.340)	(8.620)	(9.284)	(151.172)	(234.807)	(246.410)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(2.089)	(5.185)	(25.810)	(48.013)	(3.317)	-	(353)	(140.137)	(225.161)	(112.131)
Créditos adquiridos	-	(982)	-	(1.335)	(805)	(23.753)	-	-	-	(26.875)	(29.829)
Diversos	-	(13)	(58)	(169)	(2.112)	(1.938)	(4.352)	(1.050)	(34.071)	(43.763)	(51.032)
Provisão complementar[1]	**(311.998)**	**(50.297)**	**(693.413)**	**(1.215.904)**	**(699.542)**	**(245.285)**	**(2.164)**	**(141)**	-	**(3.218.744)**	**(2.166.966)**
Operações de crédito	**(304.344)**	**(49.143)**	**(687.291)**	**(1.197.000)**	**(680.679)**	**(242.490)**	**(1.067)**	**(141)**	-	**(3.162.155)**	**(2.061.802)**
Empréstimos e títulos descontados	(16.199)	(23.017)	(485.750)	(424.499)	(485.013)	(177.301)	(1.045)	(141)	-	(1.612.945)	(822.539)
Financiamentos	(1.782)	(3.057)	(19.722)	(77.857)	(115.571)	(65.179)	(15)	-	-	(283.193)	(288.607)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(779)	(1.332)	(4.779)	(2.926)	(834)	-	-	-	-	(10.650)	(48.264)
Financiamentos imobiliários	(282.241)	(19.806)	(168.419)	(673.506)	(79.261)	(10)	(7)	-	-	(1.223.250)	(888.292)
Financiamentos de infraestrutura	(3.343)	(1.931)	(8.621)	(18.202)	-	-	-	-	-	(32.117)	(13.100)
Outras créditos com característica de concessão de crédito	**(7.654)**	**(1.154)**	**(6.122)**	**(18.904)**	**(18.863)**	**(2.795)**	**(1.097)**	-	-	**(56.589)**	**(45.164)**
Cartão de crédito	(4)	(125)	(941)	(3.314)	(4.888)	(2.134)	-	-	-	(11.406)	(8.810)
Adiantamento de contratos de câmbio	(2.023)	(453)	(2.817)	(11.128)	(473)	(60)	-	-	-	(16.954)	(10.246)
Créditos adquiridos	-	-	-	(628)	-	-	-	-	-	(628)	(1.333)
Diversos	(5.627)	(566)	(2.364)	(3.834)	(13.502)	(601)	(1.097)	-	-	(27.591)	(24.775)
Total Provisão	**(311.998)**	**(437.737)**	**(1.918.927)**	**(3.371.652)**	**(3.707.540)**	**(2.636.858)**	**(4.412.952)**	**(2.001.670)**	**(18.703.305)**	**(37.502.639)**	**(35.775.487)**

[1] Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016
Parcelas vincendas	**365.725.348**	**77.185.231**	**108.440.703**	**48.408.394**	**18.689.130**	**4.332.267**	**3.476.651**	**662.190**	**8.146.629**	**635.066.543**	**646.681.091**
01 a 30 dias	5.268.760	5.717.526	3.107.495	1.539.128	775.281	297.181	133.518	54.945	324.725	17.209.557	26.671.021
31 a 60 dias	4.751.703	3.520.026	2.970.170	1.271.394	505.056	135.963	126.116	31.959	271.677	13.587.055	13.709.059
61 a 90 dias	4.107.204	2.849.209	2.336.564	1.452.652	625.344	133.278	123.716	30.509	235.543	11.894.049	12.623.311
91 a 180 dias	12.040.862	7.166.786	7.626.242	4.125.841	1.503.320	520.458	352.844	81.736	648.092	33.866.211	38.588.638
181 a 360 dias	21.481.183	9.579.583	14.111.467	5.972.726	2.494.433	637.721	615.770	71.257	848.170	55.810.310	57.332.734
Acima de 360 dias	318.075.936	48.352.110	78.288.467	34.052.653	12.385.696	2.807.666	2.124.687	391.793	5.820.422	502.299.370	497.756.328
Parcelas vencidas	**216.330**	**302.942**	**179.683**	**156.737**	**73.352**	**15.076**	**5.262**	**3.379**	**23.974**	**976.735**	**859.895**
01 a 14 dias	174.059	278.588	105.971	95.864	48.977	11.420	3.440	2.366	17.727	738.412	618.367
15 a 30 dias	42.271	24.354	73.712	60.873	24.375	3.656	1.822	1.013	6.247	238.325	241.528
Total	**365.941.678**	**77.488.173**	**108.620.386**	**48.565.131**	**18.762.482**	**4.347.343**	**3.481.913**	**665.569**	**8.170.603**	**636.043.278**	**647.540.986**

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO											
Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016
Parcelas vincendas	-	-	**13.313.000**	**21.658.678**	**9.567.301**	**2.246.128**	**4.100.241**	**961.702**	**3.686.183**	**55.533.243**	**44.479.319**
01 a 30 dias	-	-	200.324	410.897	145.022	89.158	42.674	21.143	101.377	1.010.595	1.049.082
31 a 60 dias	-	-	196.355	289.481	149.191	45.535	42.726	21.534	89.537	831.359	847.150
61 a 90 dias	-	-	165.133	262.799	147.222	45.769	39.593	20.198	82.152	762.836	844.230
91 a 180 dias	-	-	515.318	783.457	404.221	133.469	131.680	58.439	248.851	2.273.475	2.252.152
181 a 360 dias	-	-	943.528	1.443.386	697.567	226.891	247.468	108.078	449.467	4.116.385	3.756.884
Acima de 360 dias	-	-	11.292.342	18.468.678	8.021.078	1.705.286	3.596.100	732.310	2.719.799	46.538.593	35.689.821
Parcelas vencidas	-	-	**617.976**	**1.634.409**	**1.750.199**	**1.378.423**	**1.239.421**	**1.232.056**	**6.846.519**	**14.699.003**	**17.268.430**
01 a 30 dias	-	-	451.186	305.028	183.103	46.011	87.091	21.690	95.959	1.191.068	1.100.864
31 a 60 dias	-	-	166.785	707.759	240.592	97.862	77.083	21.154	374.016	1.685.251	1.633.648
61 a 90 dias	-	-	5	484.523	1.002.291	396.921	159.649	87.557	631.897	2.762.843	2.036.277
91 a 180 dias	-	-	-	137.074	324.140	555.843	609.560	732.971	585.145	3.344.736	1.606.389
181 a 360 dias	-	-	-	25	73	281.786	306.038	368.681	3.837.103	4.793.706	5.830.349
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	921.399	921.399	1.060.911
Total	-	-	**13.930.976**	**23.293.087**	**11.317.500**	**3.624.561**	**5.339.662**	**2.193.758**	**10.532.702**	**70.232.246**	**61.747.749**

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
SETOR PÚBLICO	**57.644.602**	**59.737.687**
Administração direta	36.423.408	34.138.953
Administração indireta – petroquímico	6.825.569	11.442.912
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.833.829	4.612.824
Administração indireta – outros	9.561.796	9.542.998
SETOR PRIVADO	**648.630.922**	**649.551.048**
PESSOA JURÍDICA	115.630.610	133.474.909
Energia elétrica	19.472.897	16.043.669
Comércio varejista	17.176.879	21.188.753
Construção civil	16.450.943	16.650.759
Transporte	9.521.373	10.172.335
Siderurgia e metalurgia	9.190.287	9.607.243
Saneamento e infraestrutura	6.787.591	6.653.075
Outras indústrias	6.068.868	6.270.445
Comércio atacadista	6.022.380	7.289.830
Saúde	4.698.340	4.522.301
Agronegócio e extrativismo	3.546.648	4.330.213
Alimentação	2.400.554	2.291.769
Têxtil	1.441.135	1.872.246
Serviços financeiros	1.438.153	5.629.158
Comunicação	1.130.138	1.304.053
Petroquímico	549.047	1.775.383
Serviços pessoais	239.282	297.038
Outros serviços	9.496.095	17.576.639
PESSOA FÍSICA	533.000.312	516.076.139
Total	**706.275.524**	**709.288.735**

(c) Receitas de operações de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	22.662.897	46.813.083	24.930.064	48.760.014
Financiamentos rurais e agroindustriais	276.407	538.408	229.445	457.400
Financiamentos imobiliários	16.528.606	34.179.812	19.546.168	37.970.862
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.351.876	6.977.153	3.653.163	6.991.120
Outros créditos	5.048	7.988	6.643	12.593
Total	**42.824.834**	**88.516.444**	**48.365.483**	**94.191.989**

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela co-obrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.1) Rendas vinculadas à aquisição de carteiras de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS ADQUIRIDAS COM CO-OBRIGAÇÃO				
Banco Cruzeiro do Sul	7.979	13.700	4.306	9.595
BMG	3.062	6.993	4.933	10.795
BMB	214	921	2.122	6.309
Bonsucesso	787	2.154	2.317	5.779
Daycoval	17.943	48.598	42.651	58.538
Total	**29.985**	**72.366**	**56.329**	**91.016**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(f.2) Despesas vinculadas à cessão de carteiras de crédito

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS CEDIDAS COM COOBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	**(526.207)**	**(1.174.129)**	**(571.624)**	**(921.006)**
CIBRASEC	(340.955)	(769.467)	(313.871)	(387.847)
Gaia	(56.289)	(122.927)	(78.467)	(159.703)
RB Capital Securitizadora	(128.963)	(281.735)	(179.286)	(373.456)
CARTEIRAS CEDIDAS SEM COOBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	**(4.745)**	**(4.745)**	**-**	**(1.914.428)**
EMGEA	52	52	-	-
Omni S/A	-	-	-	(933.775)
RCB Planejamento Financeiro LTDA	(216)	(216)	-	(980.653)
Renova Companhia Securitizadora S.A	(4.581)	(4.581)	-	-
Total	**(530.952)**	**(1.178.874)**	**(571.624)**	**(2.835.434)**

(f.3) Recuperação de Prejuízo e Reversão de Provisão com carteira de crédito cedidas
No decorrer do ano de 2017 não foram realizadas cessões de crédito. Em 2016, as cessões de crédito sem coobrigação, realizadas entre a CAIXA, a Omni S.A e a RCB Planejamento financeiro Ltda. resultaram em uma recuperação de prejuízo de R$ 34.372 e em uma reversão de provisão de R$ 2.014.038.

(g) Créditos Recuperados

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2017[1]		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações de crédito	**2.081.888**	**3.722.827**	**575.560**	**760.112**
Empréstimos e títulos descontados	976.520	1.725.211	301.132	336.678
Financiamentos	481.518	843.977	20.379	28.161
Financiamentos imobiliários	615.963	1.144.302	254.049	395.273
Cessão de crédito	7.887	9.337	-	-
Outros créditos com característica de concessão de crédito	**20**	**20**	**-**	**-**
Diversos	20	20	-	-
Total	**2.081.908**	**3.722.847**	**575.560**	**760.112**

[1] O volume de créditos recuperados em 2017 decorre essencialmente da realização de campanhas de recuperação de crédito, com destaque para a ação #Quitafácil, que oferece descontos a clientes na liquidação de dívidas com atrasos acima de 360 dias.

(h) Créditos Renegociados

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2017		2016[1]	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações comerciais	2.015.354	4.619.753	3.824.361	8.196.974
Operações habitacionais	14.286.047	27.014.057	15.127.475	28.917.272
Total	**16.301.401**	**31.633.810**	**18.951.836**	**37.114.246**

[1] O valor de R$ 18.951.836 do 2º semestre de 2016 foi ajustado (anteriormente – R$ 7.365.881) e está apurado com os novos critérios de apuração das operações renegociadas, adotados a partir de 2017. O valor de R$ 37.114.246 do Exercício de 2016 foi ajustado (anteriormente – R$ 15.242.818) e está apurado com os mesmos critérios da nova rotina adotada a partir de 2017.

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	**(35.778.333)**	**(35.775.487)**	**(36.768.715)**	**(33.880.851)**
Constituição de provisão no período	(14.579.165)	(28.668.093)	(13.227.321)	(28.822.303)
Reversão de provisão no período	5.569.562	9.411.517	3.185.312	8.712.936
Transferência para prejuízo	7.285.297	17.529.424	11.035.237	18.214.731
Saldo final	**(37.502.639)**	**(37.502.639)**	**(35.775.487)**	**(35.775.487)**

(j) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Principal devedor	8.748.920	1,24	11.442.912	1,61
10 maiores devedores	45.636.295	6,46	48.532.191	6,84
20 maiores devedores	63.970.927	9,06	68.613.692	9,67
50 maiores devedores	86.220.949	12,21	92.962.442	13,11
100 maiores devedores	101.196.331	14,33	108.755.508	15,33

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos por avais e fianças honrados	31.336	30.567
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	3.549.748	5.412.747
Rendas a receber	2.275.189	2.009.358
Dividendos e JCP a receber	282.523	142.816
Convênios setor privado	124.844	85.734
Convênios setor público	428.881	363.628
Administração de fundos de investimento	43.447	82.378
Administração de fundos e programas sociais	1.374.119	1.315.650
Outras rendas a receber	21.375	19.152
Negociação e intermediação de valores	813	15.800
Créditos específicos	1.001.150	937.833
Diversos (Nota 9 (b))	76.794.879	70.906.336
Provisão para outros créditos [1]	(587.198)	(484.566)
Total	**83.065.917**	**78.828.075**
Ativo circulante	34.005.778	36.394.547
Ativo não circulante	49.060.139	42.433.528

[1] Refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos por avais e fianças honrados	31.336	30.567
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	3.549.748	5.412.747
Rendas a receber	2.294.687	2.138.956
Dividendos e JCP a receber	260.067	235.103
Convênios setor privado	124.844	85.734
Convênios setor público	428.881	363.628
Administração de fundos de investimento	43.447	82.378
Administração de fundos e programas sociais	1.374.119	1.315.650
Outras rendas a receber	63.329	56.463
Negociação e intermediação de valores	813	15.800
Créditos específicos	1.001.150	937.833
Diversos (Nota 9 (b))	76.798.088	70.906.531
Provisão para outros créditos [1]	(587.198)	(484.566)
Total	**83.088.624**	**78.957.868**
Ativo circulante	34.028.485	36.524.340
Ativo não circulante	49.060.139	42.433.528

[1] Refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos tributários (Nota 20 (d))	40.114.415	38.580.811	40.114.535	38.580.898
Devedores por depósitos em garantia (Nota 30 (e))	16.654.094	15.417.738	16.654.094	15.417.738
Adiantamentos e antecipações salariais	207.291	224.402	207.291	224.402
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	73.130	681.562	73.130	681.562
Impostos e contribuições a compensar	1.487.545	720.245	1.488.793	721.485
Cartão de crédito (1)	502.050	292.788	502.050	292.788
Prêmio em aquisição de carteiras	3.339.036	2.506.533	3.339.036	2.506.533
Seguros a receber	582.357	359.916	582.357	359.916
Créditos adquiridos	328.186	735.567	328.186	735.567
Valores a receber – transações de pagamento (1)	7.396.975	6.948.155	7.396.975	6.948.155
Valores a receber – administração de fundos e programas sociais	94.625	99.977	93.454	99.795
Valores a receber – royalties	611.962	578.362	611.962	578.362
Valores a receber – FND	517.425	500.466	517.425	500.466
Valores a receber – correspondentes bancários	119.048	109.212	119.048	109.212
Valores a receber – resgate de bônus	122.503	114.701	122.503	114.701
Valores a apropriar (2)	3.851.966	2.978.652	3.854.490	2.978.657
Outros devedores	792.271	1.468.336	792.759	1.467.381
Desconto em outros ativos financeiros (3)	-	(1.411.087)	-	(1.411.087)
Total	**76.794.879**	**70.906.336**	**76.798.088**	**70.906.531**
Ativo circulante	27.724.085	28.444.871	27.727.294	28.445.066
Ativo não circulante	49.070.794	42.461.465	49.070.794	42.461.465

(1) Créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)), que em 2017 foram reclassificados do item Cartão de crédito para o item Valores a receber – transações de pagamento, em atendimento à Carta Circular BACEN nº 3.828/2017.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(3) Em 2017, reclassificado para Créditos Vinculados ao FCVS (Nota 7 (b)), deságio registrado na cessão de créditos ocorrida entre a CAIXA e a EMGEA, em SET/14.

(c) Carteira de câmbio

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo – outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	3.406.445	4.877.853
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	69.648	455.814
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – ACC/ACE	79.552	85.150
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(5.897)	(5.920)
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira	-	(150)
Ativo circulante	**3.549.748**	**5.412.747**
Passivo – outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	69.665	455.487
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	3.304.549	5.130.709
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio – ACC/ACE	(3.224.843)	(4.687.898)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	**149.371**	**898.298**

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	INDIVIDUAL			
	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Variações cambiais – disponibilidade em moeda estrangeira	24.356	50.313	35.779	(1.581.177)
Variações cambiais – outras	(33.707)	60.649	52.456	403.139
Operações de câmbio	99.551	211.444	101.095	181.141
Resultado de câmbio	**90.200**	**322.406**	**189.330**	**(996.897)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Variações cambiais – disponibilidade em moeda estrangeira	24.356	50.313	35.779	(1.809.566)
Variações cambiais – outras	(33.707)	60.649	52.456	403.139
Operações de câmbio	99.551	211.444	101.095	181.141
Resultado de câmbio	**90.200**	**322.406**	**189.330**	**(1.225.286)**

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, ao prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN (31/12/2017 e 31/12/2016);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de uso próprio	**7.903.899**	**5.254.320**
Imóveis patrimoniais não de uso	1.743.706	992.886
Imóveis adjudicados/arrematados	6.160.193	4.261.434
Despesas antecipadas	**611.036**	**70.467**
Material de consumo	**44.779**	**35.436**
Provisões para perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	**(272.551)**	**(177.004)**
Total	**8.287.163**	**5.183.219**

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	**(238.918)**	**(177.004)**	**(163.896)**	**(133.958)**
Constituição	(100.750)	(201.790)	(81.365)	(142.771)
Baixas	67.117	106.243	68.257	99.725
Saldo final	**(272.551)**	**(272.551)**	**(177.004)**	**(177.004)**

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	49,00	40,35
Branes	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	170.873	-	-	75,00
Habitar	1.887.839.025	-	49,98	49,98
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cia. Brasileira de Securitização (CIBRASEC)	4.000	20	9,65	9,65
Crescer	54.652.415	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00
Gestora de Inteligência de Crédito (GIC)	3.559.600	3.559.600	20,00	20,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21

(1) A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Composição do Investimento

INDIVIDUAL

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
			2017		2016	
	31/12/2017	31/12/2016	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXAPAR	2.347.275	2.509.188	(6.486)	(156.659)	(241.037)	(348.659)
CAIXA Seguridade S.A.	4.178.630	3.770.185	637.027	1.298.850	556.816	1.089.593
CAIXA Instantânea S.A.	907	(73)	(1.034)	(1.220)	(80)	(173)
Galgo Sistemas de Informações S.A.	1.285	1.752	(117)	(468)	-	-
Câmara Interbancária de Pagamento – CIP	2.967	2.967	-	-	-	-
BIAPE	-	-	-	-	(105)	(244)
FGO Fundo de Garantia de Operações	467.384	287.712	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Hab. Popular	265.210	265.210	-	-	-	-
Outros investimentos [1]	7.568	5.860	-	-	-	-
Total	**7.271.226**	**6.842.801**	**629.390**	**1.140.503**	**315.594**	**740.517**

[1] Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

CONSOLIDADO

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
			2017		2016	
	31/12/2017	31/12/2016	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding	3.402.526	3.046.972	464.384	936.206	411.727	801.830
Banco PAN [1]	759.948	878.142	32.417	(118.540)	(201.169)	(305.187)
Capgemini [2]	13.178	117.889	(33.170)	(67.851)	(43.173)	(77.960)
Elo Serviços	44.692	23.111	15.886	22.657	1.937	5.993
Cia. Bras. de Securitização CIBRASEC	7.025	6.994	106	288	133	259
Crescer	-	-	(7.878)	(13.600)	(5.048)	(8.124)
Habitar	3.479	-	-	-	-	-
Branes	1.898	1.874	8	24	22	34
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.285	1.752	(116)	(467)	-	-
BIAPE	-	-	-	-	(104)	(244)
FGO – Fundo Garantia de Operações [6]	467.384	287.712	-	-	-	-
FGHAB Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	265.210	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	27.156	32.685	(5.702)	(6.232)	(568)	(1.073)
TECBAN	112.049	106.537	2.318	5.512	(218)	(467)
GIC Gestora de Inteligência de Crédito	28.724	-	(5.431)	(5.431)	-	-
PAN Corretora [4]	26.698	33.130	1.952	5.340	1.022	3.749
PAN Seguros	368.764	363.179	3.894	22.349	3.759	24.795
Outros investimentos [3] [5]	10.535	8.827	-	-	-	-
Total	**5.540.551**	**5.174.014**	**468.668**	**780.255**	**168.320**	**443.605**

[1] Lucro não realizado no valor de (R$ 6.457) no 2º semestre/2017 e (R$ 176.162) no Exercício/2017 (2º semestre/2016 (R$ 183.439); Exercício/2016 – (R$ 210.318).

[2] Valor do investimento ajustado por perda no valor recuperável no montante de R$ 72.514 (31/12/2016 – R$ 32.179).

[3] Valor do investimento líquido de provisão de R$ 28.464 (31/12/2016 R$ 208.136).

[4] Valor do investimento líquido de provisão de R$ 33 (31/12/2016 – R$ 33).

[5] Valor do investimento líquido de provisão de R$ 11.087 (31/12/2016 – R$ 11.087).

[6] Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(c) Movimentação dos ágios na aquisição de investimentos

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo anterior	**127.902**	**145.351**	**162.841**	**180.531**
Amortizações	(9.521)	(26.970)	(17.490)	(35.180)
Saldo atual	**118.381**	**118.381**	**145.351**	**145.351**

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 11,03% (31/12/2016 – 14,45%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

(a) Composição

Os itens do Imobilizado de uso são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item "Instalações, móveis e equipamentos de uso", que em 31/12/2017 apresenta, na demonstração consolidada, custo de R$ 1.718.989 e depreciação de (R$ 1.021.636) (31/12/2016 – custo de R$ 1.688.698 e depreciação de R$ 937.174).

INDIVIDUAL

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	**2.292.598**	**(1.277.338)**	**1.015.260**	**1.934.129**	**(951.218)**	**982.911**
Edificações	2.209.434	(1.277.338)	932.096	1.872.597	(951.218)	921.379
Terrenos	83.164	-	83.164	61.532	-	61.532
Reavaliações de imóveis de uso	**693.987**	**(231.903)**	**462.084**	**710.140**	**(211.910)**	**498.230**
Edificações	506.919	(231.903)	275.016	519.239	(211.910)	307.329
Terrenos	187.068	-	187.068	190.901	-	190.901
Outras imobilizações de uso	**7.776.973**	**(6.188.929)**	**1.588.044**	**7.582.217**	**(5.643.724)**	**1.938.493**
Imobilizações em curso	-	-	-	3.417	-	3.417
Instalações, móveis e equipam. de uso	1.718.988	(1.021.635)	697.353	1.688.696	(937.172)	751.524
Sistema de comunicação	94.476	(81.687)	12.789	95.304	(79.839)	15.465
Sistema de processamento de dados	5.458.031	(4.693.093)	764.938	5.335.906	(4.280.182)	1.055.724
Sistema de transporte e segurança	505.478	(392.514)	112.964	458.894	(346.531)	112.363
Total	**10.763.558**	**(7.698.170)**	**3.065.388**	**10.226.486**	**(6.806.852)**	**3.419.634**

(b) Movimentação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2016	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Imóveis de uso	**982.911**	**(175)**	**428.235**	**(68.915)**	**(326.796)**	**1.015.260**
Edificações	921.379	430	405.830	(68.747)	(326.796)	932.096
Terrenos	61.532	(605)	22.405	(168)	-	83.164
Reavaliação de imóveis de uso	**498.230**	**-**	**-**	**(14.975)**	**(21.171)**	**462.084**
Edificações	307.329	-	-	(11.142)	(21.171)	275.016
Terrenos	190.901	-	-	(3.833)	-	187.068
Outras imobilizações de uso	**1.938.493**	**-**	**257.723**	**(1.898)**	**(606.274)**	**1.588.044**
Imobilizações em curso	3.417	-	(3.417)	-	-	-
Instalações, móveis e equipam. de uso	751.524	(4.788)	38.698	(246)	(87.835)	697.353
Sistema de comunicação	15.465	168	4	(25)	(2.823)	12.789
Sistema de processamento de dados	1.055.724	3.611	174.494	(1.615)	(467.276)	764.938
Sist. de transp./segurança	112.363	1.009	47.944	(12)	(48.340)	112.964
Total	**3.419.634**	**(175)**	**685.958**	**(85.788)**	**(954.241)**	**3.065.388**

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2017				31/12/2016			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.347.049	(1.412.750)	(2.429)	1.931.870	3.191.039	(1.162.601)	(1.109)	2.027.329
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	366.655	(73.130)	-	293.525
Projetos logiciais Software	1.770.640	(487.611)	-	1.283.029	1.612.502	(448.497)	-	1.164.005
Total	**5.117.689**	**(1.900.361)**	**(2.429)**	**3.214.899**	**5.170.196**	**(1.684.228)**	**(1.109)**	**3.484.859**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Movimentação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
Descrição	31/12/2016	31/12/2017			
	Líquido	Movimentação			Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	2.027.329	767.890	(187.526)	(675.823)	1.931.870
Outros ativos intangíveis	293.525	-	(292.232)	(1.293)	-
Projetos logiciais – Software	1.164.005	294.068	-	(175.044)	1.283.029
Total	**3.484.859**	**1.061.958**	**(479.758)**	**(852.160)**	**3.214.899**

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista – sem remuneração	**32.398.853**	**31.882.980**	**32.398.707**	**31.882.854**
Pessoas físicas	15.571.635	15.149.797	15.571.635	15.149.797
Pessoas jurídicas	12.246.509	12.609.046	12.246.363	12.608.920
Vinculados	2.172.783	1.976.511	2.172.783	1.976.511
Governo	1.511.492	1.569.328	1.511.492	1.569.328
Moedas estrangeiras	9.205	-	9.205	-
Instituições do sistema financeiro	26.820	22.272	26.820	22.272
Entidades públicas	572.551	326.537	572.551	326.537
Contas encerradas	29.606	24.889	29.606	24.889
Outros	258.252	204.600	258.252	204.600
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	**276.693.320**	**252.403.109**	**276.693.320**	**252.403.109**
Pessoas físicas	272.495.932	248.301.920	272.495.932	248.301.920
Pessoas jurídicas	2.011.728	2.062.215	2.011.728	2.062.215
Vinculados	2.082	2.149	2.082	2.149
Contas encerradas	2.183.578	2.036.825	2.183.578	2.036.825
Depósitos interfinanceiros	**577.401**	**608.279**	**577.401**	**608.279**
Depósitos a prazo	**186.537.181**	**211.596.915**	**185.643.021**	**210.689.327**
Remuneração prefixada	80.388.307	98.089.492	79.494.147	97.181.904
Depósitos a prazo em moeda nacional	80.388.307	98.089.492	79.494.147	97.181.904
Remuneração pós-fixada	106.148.874	113.507.423	106.148.874	113.507.423
Depósitos a prazo em moeda nacional	31.344.424	39.344.026	31.344.424	39.344.026
Depósitos judiciais com remuneração	74.804.450	74.163.397	74.804.450	74.163.397
Depósitos especiais e de fundos e programas	**10.913.088**	**16.606.897**	**10.913.088**	**16.606.897**
Sem remuneração	64.705	141.746	64.705	141.746
Remuneração prefixada	566.369	624.067	566.369	624.067
Remuneração pós-fixada	10.282.014	15.841.084	10.282.014	15.841.084
Outros	**26**	**45**	**26**	**45**
Total	**507.119.869**	**513.098.225**	**506.225.563**	**512.190.511**
Passivo circulante	412.992.412	403.115.468	412.992.266	403.115.342
Passivo não circulante	94.127.457	109.982.757	93.233.297	109.075.169

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL						CONSOLIDADO	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista	32.398.853	-	-	-	32.398.853	31.882.980	32.398.707	31.882.854
Depósitos de poupança	276.693.320	-	-	-	276.693.320	252.403.109	276.693.320	252.403.109
Depósitos interfinanceiros	-	162.033	263.920	151.448	577.401	608.279	577.401	608.279
Depósitos a prazo	74.939.123	4.915.559	12.706.490	93.976.009	186.537.181	211.596.915	185.643.021	210.689.327
CDB	134.673	4.915.559	12.706.490	93.976.009	111.732.731	137.433.518	110.838.571	136.525.930
Depósitos judiciais	74.804.450	-	-	-	74.804.450	74.163.397	74.804.450	74.163.397
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.913.088	-	-	-	10.913.088	16.606.897	10.913.088	16.606.897
Outros	26	-	-	-	26	45	26	45
Total	394.944.410	5.077.592	12.970.410	94.127.457	507.119.869	513.098.225	506.225.563	512.190.511

(c) Despesas de captações com depósitos

INDIVIDUAL				
Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(7.656.841)	(16.165.454)	(9.537.003)	(18.579.568)
Depósitos interfinanceiros	(28.963)	(81.748)	(46.570)	(128.834)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(5.034.125)	(12.830.798)	(8.875.253)	(16.324.778)
Depósitos judiciais	(2.066.112)	(4.432.537)	(2.388.087)	(4.506.568)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(632.913)	(1.584.506)	(1.017.080)	(1.912.890)
Outras captações	(385.069)	(778.170)	(381.635)	(750.697)
Total	**(15.804.023)**	**(35.873.213)**	**(22.245.628)**	**(42.203.335)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(7.656.841)	(16.165.454)	(9.537.003)	(18.579.568)
Depósitos interfinanceiros	(223)	(53.008)	(46.570)	(128.834)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(4.997.716)	(12.740.131)	(8.816.761)	(16.216.880)
Depósitos judiciais	(2.066.112)	(4.432.537)	(2.388.087)	(4.506.568)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(632.913)	(1.584.506)	(1.017.080)	(1.912.890)
Outras captações	(385.069)	(778.170)	(381.635)	(750.697)
Total	**(15.738.874)**	**(35.753.806)**	**(22.187.136)**	**(42.095.437)**

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	3.580.263	7.488.435
Depósitos – Especiais com remuneração	2.245.150	2.246.651
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (d.2)	577.319	1.277.657
Depósitos – PRODEC	64.725	60.667
Programa de Integração Social – PIS	303.829	40.848
Fundo Garantia Safra – FGS	386.909	365.364
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	1.621.973	2.534.465
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	746.517	896.922
Depósitos – PREVHAB	867.229	793.951
Saúde CAIXA	64.705	141.746
Outros	454.469	760.191
Total	**10.913.088**	**16.606.897**

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
Descrição	Taxa de Remuneração	2017		2016	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos FGTS	Selic	(234.033)	(688.564)	(479.297)	(947.580)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(29.497)	(76.601)	(53.779)	(111.101)
Depósitos – PRODEC	TR – Juros 0,4868% a.m.	(1.901)	(4.058)	(2.349)	(4.580)
Depósitos PIS	Extra mercado	(121.350)	(162.770)	(77.693)	(163.566)
Depósitos FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(9.837)	(21.813)	(17.472)	(23.340)
Depósitos – FAR	Selic	(89.065)	(251.929)	(147.894)	(203.864)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(25.754)	(70.938)	(36.477)	(67.315)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(18.484)	(42.792)	(27.359)	(52.531)
Depósitos PREVHAB	Selic	(33.866)	(78.691)	(50.850)	(97.941)
Depósitos – Caução	TR	(3.006)	(9.097)	(9.523)	(17.099)
Depósitos – FCA	Extra – mercado	(7.780)	(27.674)	(33.243)	(63.551)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(14.894)	(41.129)	(23.485)	(46.376)
Outros		(43.446)	(108.450)	(57.659)	(114.046)
Total		**(632.913)**	**(1.584.506)**	**(1.017.080)**	**(1.912.890)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, pro-rata dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento. As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT		31/12/2017			31/12/2016		
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				**303.455**	**199.171**	**502.626**	**214.871**	**988.036**	**1.202.907**
Proger urbano				243.786	108.521	352.307	153.052	785.400	938.452
Investimento	008/2005	RA	10/10/2005	243.786	108.521	352.307	153.052	785.400	938.452
FAT infraestrutura				59.245	87.722	146.967	61.436	198.742	260.178
Infraestrutura econômica	013/2006	RA	08/08/2008	59.245	87.722	146.967	61.436	198.742	260.178
FAT PNMPO				424	2.928	3.352	383	3.894	4.277
FAT – microcrédito	015/2006	RA	10/05/2007	424	2.928	3.352	383	3.894	4.277
Linhas de crédito especiais				**415**	**74.278**	**74.693**	**444**	**74.306**	**74.750**
FAT vila pan-americana	001/2005	SD	09/12/2005	415	74.278	74.693	444	74.306	74.750
Total				**303.870**	**273.449**	**577.319**	**215.315**	**1.062.342**	**1.277.657**

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Carteira própria [1]	**110.098.112**	**69.443.732**	**109.961.976**	**69.325.980**
Letras financeiras do tesouro	20.857.128	10.267.869	20.857.128	10.267.869
Letras do Tesouro Nacional	77.682.536	18.925.512	77.682.536	18.925.512
Notas do Tesouro Nacional	8.533.004	34.409.617	8.533.004	34.291.865
Debêntures	572.993	5.070.596	524.349	5.070.596
Certificados de recebíveis imobiliários	2.452.451	770.138	2.364.959	770.138
Carteira de terceiros	**38.565.290**	**86.046.055**	**38.565.290**	**86.046.055**
Letras do Tesouro Nacional	38.565.290	15.319.851	38.565.290	15.319.851
Notas do Tesouro Nacional	-	70.726.204	-	70.726.204
Carteira de livre movimentação	**-**	**4.055.962**	**-**	**4.055.962**
Letras do Tesouro Nacional	-	4.055.962	-	4.055.962
Total	**148.663.402**	**159.545.749**	**148.527.266**	**159.427.997**
Passivo circulante	140.622.710	150.798.577	140.486.574	150.680.825
Passivo não circulante	8.040.692	8.747.172	8.040.692	8.747.172

[1] Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

INDIVIDUAL

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(2.931.930)	(6.505.642)	(4.892.455)	(10.411.407)
Carteira de terceiros	(3.075.196)	(8.420.826)	(6.842.619)	(16.554.234)
Carteira de livre movimentação	(254.651)	(503.080)	(242.907)	(358.295)
Total	**(6.261.777)**	**(15.429.548)**	**(11.977.981)**	**(27.323.936)**

CONSOLIDADO

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(2.925.231)	(6.490.693)	(4.884.932)	(10.396.942)
Carteira de terceiros	(3.075.196)	(8.420.826)	(6.842.619)	(16.554.234)
Carteira de livre movimentação	(254.651)	(503.080)	(242.907)	(358.295)
Total	**(6.255.078)**	**(15.414.599)**	**(11.970.458)**	**(27.309.471)**

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Depósitos	Vencimento				31/12/2017	31/12/2016
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra de crédito imobiliária (IGP-M)	-	-	-	-	-	10.676
Letra de crédito imobiliária (CDI)	5.978.271	9.998.630	15.918.059	50.431.193	82.326.153	100.830.134
Letra de crédito imobiliária (TR)	-	-	-	56.682	56.682	61.643
Letra hipotecária (IGP-M)	-	-	-	733.162	733.162	737.113
Letra hipotecária (INPC)	-	-	-	16.414	16.414	16.107
Letra financeira (CDI)	4.050.119	6.805.940	19.439.242	2.891.778	33.187.079	37.538.141
Letra financeira (IPCA)	-	19.415	10.027	1.037.623	1.067.065	1.208.175
Letra de crédito do agronegócio (CDI)	-	141.779	-	-	141.779	511.294
Total	**10.028.390**	**16.965.764**	**35.367.328**	**55.166.852**	**117.528.334**	**140.913.283**
Passivo circulante					62.361.482	49.626.975
Passivo não circulante					55.166.852	91.286.308

(b) Despesas com recursos de letras

Os itens de Despesas com recursos de letras são coincidentes nas demonstrações individual e consolidada, com exceção do item "Letras financeiras", que, na demonstração consolidada de 2017, apresenta os montantes de (R$ 1.630.683) no 2º semestre e (R$ 3.828.980) no exercício.

INDIVIDUAL

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras de crédito imobiliárias	(3.031.419)	(7.598.484)	(6.138.195)	(12.587.563)
Letras hipotecárias	(48.052)	(72.718)	(47.396)	(123.509)
Letras financeiras	(1.649.422)	(3.847.719)	(2.372.105)	(5.139.866)
Letras de crédito do agronegócio	(7.438)	(27.879)	(40.227)	(96.380)
Total	**(4.736.331)**	**(11.546.800)**	**(8.597.923)**	**(17.947.318)**

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir e 1 tranche subordinada, apresentada na Nota 18 (d1).

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Título	Moeda	Valor emitido[1]	Remun. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/12/2017	31/12/2016
1ª série	US$	1.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	-	3.249.000
2ª série	US$	500.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.758.256	1.548.581
3ª série	US$	1.250.000	4,50%	out/13	out/18	4.229.278	4.122.982
4ª série	US$	1.300.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.694.317	4.260.583
Total						**10.681.851**	**13.181.146**

[1] Valores em milhares de US$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

INDIVIDUAL

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior – sem subordinação	(825.959)	(1.395.466)	(559.864)	(559.864)
Despesa de TVM no exterior – com subordinação	(443.034)	(573.834)	(148.385)	(148.385)
Total	**(1.268.993)**	**(1.969.300)**	**(708.249)**	**(708.249)**

CONSOLIDADO

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior – sem subordinação	(786.243)	(1.355.750)	(559.864)	1.926.070
Despesa de TVM no exterior – com subordinação	(443.034)	(573.834)	(148.385)	179.570
Total	**(1.229.277)**	**(1.929.584)**	**(708.249)**	**2.105.640**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Repasses no país	**269.553.942**	**238.966.421**
FGTS	235.620.378	204.156.953
BNDES	30.814.153	31.349.361
Tesouro Nacional – PIS	399.970	928.282
Fundo da Marinha Mercante	2.380.023	2.256.745
Outras instituições	339.418	275.080
Repasses no exterior	**55.530**	**54.668**
Empréstimos no exterior	**2.147.951**	**5.425.078**
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	2.147.951	3.798.282
Demais linhas de crédito	-	1.626.796
Total de obrigações por empréstimos e repasses	**271.757.423**	**244.446.167**
Passivo circulante	1.507.793	5.235.639
Passivo não circulante	270.249.630	239.210.528

(a) Repasses no país
Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,10 % a.a. (habitação 5,03 % a.a., infraestrutura 5,67 % a.a. e saneamento 5,65 % a.a.) e prazo médio de retorno de 233 meses (habitação, 239 meses, infraestrutura, 205 meses, e saneamento, 163 meses).

(b) Repasses no exterior
O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, está sujeito à variação cambial do dólar americano (US$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior
O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas a taxa de juros de até 3,44% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2018.
No item "Demais linhas de crédito", as operações da CAIXA em moeda estrangeira foram liquidadas em julho/2017.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

INDIVIDUAL				
Descrição	**2017**		**2016**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Repasses no país	**(8.430.726)**	**(17.007.770)**	**(9.520.317)**	**(17.760.456)**
FGTS	(7.143.907)	(14.415.254)	(8.154.522)	(15.276.517)
BNDES	(1.169.637)	(2.335.834)	(1.218.818)	(2.326.551)
Tesouro Nacional – PIS	(15.940)	(41.612)	(30.357)	(54.810)
Fundo da Marinha Mercante	(69.653)	(139.976)	(68.192)	(10.412)
Outras instituições	(31.589)	(75.094)	(48.428)	(92.166)
Repasses no exterior	**-**	**(2.503)**	**(1.726)**	**(1.726)**
Empréstimos no exterior	**(8.932)**	**(120.006)**	**(233.839)**	**(233.839)**
Total	**(8.439.658)**	**(17.130.279)**	**(9.755.882)**	**(17.996.021)**

CONSOLIDADO				
Descrição	**2017**		**2016**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Repasses no país	**(8.430.726)**	**(17.007.770)**	**(9.520.317)**	**(17.760.456)**
FGTS	(7.143.907)	(14.415.254)	(8.154.522)	(15.276.517)
BNDES	(1.169.637)	(2.335.834)	(1.218.818)	(2.326.551)
Tesouro Nacional – PIS	(15.940)	(41.612)	(30.357)	(54.810)
Fundo da Marinha Mercante	(69.653)	(139.976)	(68.192)	(10.412)
Outras instituições	(31.589)	(75.094)	(48.428)	(92.166)
Repasses no exterior	**475**	**(2.028)**	**(1.726)**	**10.706**
Empréstimos no exterior	**(8.932)**	**(120.006)**	**(233.839)**	**1.570.373**
Total	**(8.439.183)**	**(17.129.804)**	**(9.755.882)**	**(16.179.377)**

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	416.763	352.815
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	149.371	898.298
Sociais e estatutárias	3.685.388	1.064.679
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.125.428	2.088.662
Negociação e intermediação de valores	45.770	17.968
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	17.850.274	12.771.534
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (d))	3.320.698	980.762
Dívida subordinada (Nota 18 (d))	10.742.909	11.098.029
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	61.931.912	53.897.021
Diversas (Nota 18 (e))	68.973.433	71.812.996
Total	**169.241.946**	**154.982.764**
Passivo circulante	60.474.798	59.256.394
Passivo não circulante	108.767.148	95.726.370

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	416.763	352.815
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	149.371	898.298
Sociais e estatutárias	3.686.370	1.065.283
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.413.674	2.381.441
Negociação e intermediação de valores	45.770	17.968
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	17.850.274	12.771.534
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	3.320.698	980.762
Dívida subordinada (Nota 18 (d))	10.742.909	11.098.029
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	24.956.210	17.443.376
Diversas (Nota 18 (e))	69.003.425	71.824.665
Total	**132.585.464**	**118.834.171**
Passivo circulante	60.794.018	59.561.446
Passivo não circulante	71.791.446	59.272.725

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Tributos a recolher sobre salários	461.949	476.198
Tributos a recolher sobre serviços	316.363	348.101
Tributos a recolher sobre lucros	94.815	209.335
Imposto de renda	-	-
Contribuição social	-	-
COFINS	82.275	180.665
PASEP	12.540	28.670
Tributos diferidos	1.252.301	904.090
Reavaliação – edificações	127.958	121.815
Ajustes ao valor de mercado – títulos para negociação	1.124.343	782.275
Ajustes ao valor de mercado – títulos disponíveis para venda	-	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 30 (a))[1]	-	150.938
Total	**2.125.428**	**2.088.662**
Passivo circulante	1.997.470	1.966.847
Passivo não circulante	127.958	121.815

[1] A partir de 2017, em atendimento à reclassificação do plano contábil do COSIF, instituída pela Carta Circular nº 3.782/2016, as provisões para riscos fiscais serão apresentadas em "Outras obrigações – diversas", Nota 18 (e).

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Tributos a recolher sobre salários	462.102	476.261
Tributos a recolher sobre serviços	316.370	348.113
Tributos a recolher sobre lucros	116.448	239.049
Imposto de renda	11.448	22.743
Contribuição social	4.228	2.886
COFINS	87.182	184.044
PASEP	13.590	29.376
Tributos diferidos	1.518.754	1.167.080
Reavaliação – edificações	127.958	121.815
Ajustes ao valor de mercado – títulos para negociação	1.124.343	782.275
Ajustes ao valor de mercado – títulos disponíveis para venda	266.453	262.990
Provisão para riscos fiscais (Nota 30 (a))[1]	-	150.938
Total	**2.413.674**	**2.381.441**
Passivo circulante	2.285.716	2.259.626
Passivo não circulante	127.958	121.815

[1] A partir de 2017, em atendimento à reclassificação do plano contábil do COSIF, instituída pela Carta Circular nº 3.782/2016, as provisões para riscos fiscais serão apresentadas em "Outras obrigações – diversas", Nota 18 (e)

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Fundos e programas sociais	10.160.348	10.109.583
FGTS	5.997.018	4.508.345
Minha Casa, Minha Vida	3.390.447	4.711.315
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	312.138	295.412
Programas de transferência de renda	239.997	419.494
Outros fundos e programas	220.748	175.017
Fundos financeiros e de desenvolvimento	6.745.762	1.783.353
PIS[1]	5.900.384	1.222.949
FAT	843.897	558.934
FINSOCIAL	1.481	1.470
Operações com loterias	944.164	878.598
Total	**17.850.274**	**12.771.534**

[1] A variação no período decorre do aporte de recursos retidos, ocorrido em outubro/2017, para pagamento de cotas e rendimentos do PIS, conforme MP 797/2017.

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital

(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II

A CAIXA possui 22 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 9 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 1 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 9 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/2013, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou US$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu "Sobre a Caixa".

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Vencim.	**Rem. a.a.**	**Data captação**	**Valor emitido**	**Atualização monetária e juros**	**Amort.**	**Impacto Hedge Contábil Riscos de Mercado**	**Saldo devedor 31/12/2017**	**Saldo devedor 31/12/2016**
Obrigações de Empréstimos – Recursos do FGTS								
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.659.562	(4.168.312)	-	1.930.967	2.805.229
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.633.878	-	-	4.633.878	4.342.775
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.178.064	-	-	4.178.064	3.950.025
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	701.615	-	-	3.701.615	3.497.310
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	830.426	-	-	4.830.426	4.579.214
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	449.607	-	-	3.449.607	3.271.725
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	302.865	-	-	4.302.865	4.082.991
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	135.636	-	-	4.135.636	-
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	26.513	-	-	2.026.513	-
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	5.726	-	-	15.726	14.168
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	9.720	-	-	27.120	24.432
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	724	-	-	2.224	2.003
jun/24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	116.996	-	51.555	368.551	287.223
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	523	-	228	1.951	1.609
fev/25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	516	-	218	1.934	1.588
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	1050	-	431	3.881	3.146
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	508	-	196	1.904	1.550
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	610.593	-	369.214	2.086.257	1.676.417
Total			**30.781.067**	**8.664.522**	**(4.168.312)**	**421.842**	**35.699.119**	**28.541.405**

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar.

A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Composição dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital:

INDIVIDUAL		
Discriminação	**31/12/2017**	**31/12/2016**
IHCD – elegíveis a capital principal[1]	36.975.702	36.453.645
Contrato 348	7.851.945	7.593.569
Contrato 504	8.013.159	7.749.478
Contrato 752	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000
IHCD – não elegíveis a capital principal[2]	3.320.698	980.762
Total	**40.296.400**	**37.434.407**

[1] Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas – Nota 19 (a).

[2] Composto por Juros Remuneratórios a pagar e Atualização Monetária não incorporada.

Na demonstração consolidada, os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos híbridos de capital e dívida, perfazendo um montante de R$ 3.320.698 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R$ 980.762).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(e) Diversas

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	22.274.820	22.816.082
Saúde CAIXA	10.122.889	13.541.692
Auxílio e cesta-alimentação	1.422.383	1.331.503
Planos de benefícios – Previdência privada	10.729.548	7.942.887
Provisões para pagamentos a efetuar [1]	2.648.335	3.192.647
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	12.283.020	11.134.902
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	4.283.853	4.267.274
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30 (a))	3.080.057	3.298.765
Provisões para causas judiciais – demandas fiscais (Nota 30 (a)) [2]	281.425	-
Provisões para outras contingências [1]	1.745.257	1.559.809
Financiamentos imobiliários a liberar	2.341.570	5.287.471
Recursos vinculados a operações de crédito [3]	261.876	190.153
Recursos vinculados a cessão de crédito [4]	12.181.955	13.935.592
Obrigações por convênios	916.130	856.953
Obrigações por transações de pagamento [5]	3.967.431	3.213.764
Obrigações por contribuições ao SFH	25.636	29.397
Recursos do FGTS para amortizações	1.171.442	959.467
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.510.626	1.070.348
Credores diversos – exterior	-	372
Total	**68.973.433**	**71.812.996**

[1] A partir de 2017, os pagamentos a efetuar vinculados a operações de crédito imobiliário subsidiados com recursos do FGTS foram reclassificados para "Provisões para outras contingências" em atendimento às disposições da Carta Circular nº 3.782/2016.

[2] Até 31/12/2016, as provisões para riscos fiscais foram apresentadas em "Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias", Nota 18 (b), a partir de 2017, em atendimento à reclassificação do plano contábil do COSIF instituída pela Carta Circular nº 3.782/2016, estas provisões estão sendo apresentadas em "Provisões para causas judiciais – demandas fiscais".

[3] Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

[4] Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008.

[5] Obrigações vinculadas às operações com cartão de crédito, que em 2017 foram reclassificados para este item em atendimento à Carta Circular BACEN nº 3.828/2017.

CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	22.274.820	22.816.082
Saúde CAIXA	10.122.889	13.541.692
Auxílio e cesta alimentação	1.422.383	1.331.503
Planos de benefícios – Previdência privada	10.729.548	7.942.887
Provisões para pagamentos a efetuar [1]	2.667.915	3.196.141
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	12.283.183	11.134.902
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30)	4.283.853	4.267.274
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30)	3.080.057	3.298.765
Provisões para causas judiciais – demandas fiscais (Nota 30 (a)) (2)	281.425	-
Provisões para outras contingências [1]	1.745.257	1.559.809
Financiamentos imobiliários a liberar	2.341.570	5.287.471
Recursos vinculados a operações de crédito [3]	261.876	190.153
Recursos vinculados a cessão de crédito [4]	12.181.955	13.935.592
Obrigações por convênios	916.130	856.953
Obrigações por transações de pagamento [5]	3.967.431	3.213.764
Obrigações por contribuições ao SFH	25.636	29.397
Recursos do FGTS para amortizações	1.171.442	959.467
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.520.875	1.078.523
Credores diversos – exterior	-	372
Total	**69.003.425**	**71.824.665**

[1] A partir de 2017, os pagamentos a efetuar vinculados a operações de crédito imobiliário subsidiados com recursos do FGTS foram reclassificados para "Provisões para outras contingências" em atendimento às disposições da Carta Circular nº 3.782/2016.

[2] Até 31/12/2016, as provisões para riscos fiscais foram apresentadas em "Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias", Nota 18 (b), a partir de 2017, em atendimento à reclassificação do plano contábil do COSIF instituída pela Carta Circular nº 3.782/2016, estas provisões estão sendo apresentadas em "Provisões para causas judiciais – demandas fiscais".

[3] Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

[4] Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008.

[5] Obrigações vinculadas às operações com cartão de crédito, que em 2017 foram reclassificados para este item em atendimento à Carta Circular BACEN nº 3.828/2017.

(f) Credores diversos – País

Os itens de Credores diversos – País são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Contas a pagar", que em 31/12/2017 apresenta o montante de R$ 123.697 na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Cartões de crédito [1]	4.321.167	3.867.412
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) [2]	20.338	59.179
Fornecedores	1.154.921	1.114.535
Aquisição de folhas de pagamento – valores a liberar	273.043	490.437
Crédito comercial – repasses	36.584	70.062
Crédito imobiliário – repasses	1.058.585	1.167.649
Obrigações com a União – repasses	54.894	50.484
Contas a pagar	123.534	296.308
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	62.482	63.439
Valores a restituir – penhor	68.906	81.648
Valores a apropriar	4.852.525	3.562.379
Outros credores diversos	256.041	311.370
Total	**12.283.020**	**11.134.902**

[1] Em 2017, as "Obrigações por transações de pagamento" vinculadas às operações com cartão de crédito foram reclassificados em atendimento à Carta Circular BACEN nº 3.828/2017 (Nota 18 (e)). O valor divulgado em 31/12/2016 foi R$ 7.126.843.

[2] EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL	**34.407.851**	**27.179.944**
IHCD – Elegíveis a Capital	36.975.702	36.453.645
Patrimônio Líquido – CONSOLIDADO	**71.383.553**	**63.633.589**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam aos requisitos elencados na norma, como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros, reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação.

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em abril de 2017 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2016.

(b) Capital social

O Decreto nº 7.973/2013, da Presidência da República, aprovou o Estatuto da CAIXA. O artigo 7º deste Decreto foi alterado pelo Decreto nº 8.830/2016, que aprovou o Capital Social da CAIXA, exclusivamente integralizado pela União Federal, no montante de R$ 29.630.119.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras,

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 31/12/2017 índice de 17,65% (31/12/2016 – 13,54%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem de Patrimônio Líquido compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

A Assembleia Geral, em reunião extraordinária realizada no dia 14/12/2017, aprovou o aumento do Capital Social para R$ 29.630.119 (Nota 19 (b)), por meio da incorporação do montante de R$ 2.880.499 das Reservas de margem operacional, R$ 1.401.264 da Reserva legal e R$ 511.185 da Reserva estatutária – loterias.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Reservas de reavaliação	352.348	379.098
Reservas de lucros	13.923.642	9.074.710
Reserva legal	2.024.337	2.802.527
Reserva estatutária – loterias	562.905	511.185
Reservas margem operacional	11.336.400	5.760.998

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5 p.p. acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R$ 2.294.881 (31/12/2016 – R$ 681.562) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R$ 1.032.697 no exercício de 2017 (R$ 306.703 no exercício de 2016).

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL				
Descrição	**2017**		**2016**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Tributos Correntes	**719.295**	**(416.859)**	**(523.654)**	**(574.431)**
Tributos Diferidos	**(1.350.005)**	**565.066**	**(11.623)**	**2.289.497**
Passivo Fiscal Diferido	**(39.168)**	**(308.622)**	**(492.482)**	**769.585**
Ativo Fiscal Diferido	**(1.310.837)**	**873.688**	**480.859**	**1.519.912**
Diferenças Temporárias – constituição/realização	(1.450.581)	967.774	713.068	1.782.451
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	139.744	(94.086)	(138.326)	(155.202)
CSLL – MP 2.158-35/01	-	-	(93.883)	(107.337)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**(630.710)**	**148.207**	**(535.277)**	**1.715.066**

CONSOLIDADO				
Descrição	**2017**		**2016**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Tributos Correntes	**621.909**	**(618.925)**	**(614.319)**	**(740.053)**
Tributos Diferidos	**(1.349.970)**	**565.100**	**(11.640)**	**2.289.500**
Passivo Fiscal Diferido	**(39.168)**	**(308.622)**	**(492.482)**	**769.585**
Ativo Fiscal Diferido	**(1.310.802)**	**873.722**	**480.842**	**1.519.915**
Diferenças Temporárias – constituição/realização	(1.450.546)	967.808	713.051	1.782.454
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	139.744	(94.086)	(138.326)	(155.202)
CSLL – MP 2.158-35/01	-	-	(93.883)	(107.337)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**(728.061)**	**(53.825)**	**(625.959)**	**1.549.447**

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

INDIVIDUAL				
Descrição	**2017**		**2016**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Resultado antes dos tributos e participações	**10.028.986**	**13.739.563**	**3.030.496**	**3.160.848**
Encargo IRPJ e CSLL	(4.513.033)	(6.182.780)	(1.363.711)	(1.422.358)
Efeitos tributários adições e exclusões	4.324.020	3.946.523	223.717	(521.893)
Juros sobre o capital próprio	574.205	1.032.696	-	528.188
Outros	334.103	786.702	616.340	841.632
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**719.295**	**(416.859)**	**(523.654)**	**(574.431)**

CONSOLIDADO				
Descrição	**2017**		**2016**	
	2º semestre	**Exercício**	**2º semestre**	**Exercício**
Resultado antes dos tributos e participações	**10.181.309**	**13.997.113**	**3.100.988**	**3.761.941**
Encargo IRPJ e CSLL	(4.581.577)	(6.298.677)	(1.395.431)	(1.692.849)
Efeitos tributários adições e exclusões	4.816.557	4.890.931	356.682	(197.604)
Juros sobre o capital próprio	574.205	1.032.696	-	528.188
Participação em coligadas e controladas	217.803	444.825	99.334	240.014
Outros	(405.079)	(688.700)	325.096	382.198
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	**621.909**	**(618.925)**	**(614.319)**	**(740.053)**

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas – IRPJ/CSLL				
	INDIVIDUAL		**CONSOLIDADO**	
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Despesa diferida/marcação a mercado	1.014.408	705.787	1.219.405	908.121
Outros	127.958	121.815	127.958	121.815
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	**1.142.366**	**827.602**	**1.347.363**	**1.029.936**

Obrigações Fiscais Diferidas – PASEP/COFINS				
	INDIVIDUAL		**CONSOLIDADO**	
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Despesa diferida/marcação a mercado	109.934	76.488	171.390	137.146
Outros	-	-	-	1.011
PASEP e COFINS do Período	**109.934**	**76.488**	**171.390**	**138.157**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d) Ativo fiscal diferido

INDIVIDUAL
Composição dos Créditos Tributários – IRPJ/CSLL

Descrição	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
Diferenças temporárias:	**31.919.523**	**21.286.295**	**(20.318.520)**	**32.887.298**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.501.351	13.530.705	(12.610.299)	22.421.757
Passivos atuariais	3.441.610	269.459	(395.708)	3.315.361
Provisões trabalhistas	1.849.152	140.068	(222.131)	1.767.089
Provisões cíveis	1.368.649	2.544.838	(2.635.569)	1.277.918
Provisões fiscais	49.632	88.452	(51.340)	86.744
Ajuste a valor de mercado de tít. p/negociação	558.248	162.052	(5.228)	715.072
Provisão para desvalorização – bens não de uso	53.477	115.560	(77.519)	91.518
Provisão para Perdas – FCVS a receber	1.014.857	228.029	(125.962)	1.116.924
Outros	2.082.547	4.207.132	(4.194.764)	2.094.915
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	**1.382.756**	**-**	**(94.086)**	**1.288.670**
Prejuízo fiscal a realizar	1.382.756	-	(94.086)	1.288.670
Total dos créditos com impacto no resultado	**33.302.279**	**21.286.295**	**(20.412.606)**	**34.175.968**
Ajuste a valor de mercado – títulos disp. p/venda	684.298	49.265	-	733.563
Perdas atuariais CPC 33	4.460.142	587.750	-	5.047.892
Total dos créditos com impacto no PL	**5.144.440**	**637.015**	**-**	**5.781.455**
Total dos créditos tributários	**38.446.719**	**21.923.310**	**(20.412.606)**	**39.957.423**
Total dos créditos não constituídos	**1.992.142**	**-**	**(732.743)**	**1.259.399**

CONSOLIDADO
Composição dos Créditos Tributários – IRPJ/CSLL

Descrição	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
Diferenças temporárias:	**31.919.610**	**21.286.328**	**(20.318.520)**	**32.887.418**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.501.351	13.530.705	(12.610.299)	22.421.757
Passivos atuariais	3.441.610	269.459	(395.708)	3.315.361
Provisões trabalhistas	1.849.152	140.068	(222.131)	1.767.089
Provisões cíveis	1.368.649	2.544.838	(2.635.569)	1.277.918
Provisões fiscais	49.632	88.452	(51.340)	86.744
Ajuste a valor de mercado de tít. p/negociação	558.248	162.052	(5.228)	715.072
Provisão para desvalorização – bens não de uso	53.477	115.560	(77.519)	91.518
Provisão para Perdas – FCVS a receber	1.014.857	228.029	(125.962)	1.116.924
Outros	2.082.634	4.207.165	(4.194.764)	2.095.035
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	**1.382.756**	**-**	**(94.086)**	**1.288.670**
Prejuízo fiscal a realizar	1.382.756	-	(94.086)	1.288.670
Total dos créditos com impacto no resultado	**33.302.366**	**21.286.328**	**(20.412.606)**	**34.176.088**
Ajuste a valor de mercado – títulos disp. p/venda	684.298	49.265	-	733.563
Perdas atuariais CPC 33	4.460.142	587.750	-	5.047.892
Total dos créditos com impacto no PL	**5.144.440**	**637.015**	**-**	**5.781.455**
Total dos créditos tributários	**38.446.806**	**21.923.343**	**(20.412.606)**	**39.957.543**
Total dos créditos não constituídos	**1.992.142**	-	**(732.743)**	**1.259.399**

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO
Composição dos Créditos Tributários – PASEP/COFINS

Descrição	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
Total dos créditos com impacto no resultado	**59.933**	**17.562**	**-**	**77.495**
Ajuste a mercado	59.933	17.562	-	77.495
Despesas de Captação não Incorridas – IHCD	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrim. líq.	**74.159**	**5.338**	**-**	**79.497**
Ajuste a valor de mercado – tít. disp. para venda	74.159	5.338	-	79.497
Total	**134.092**	**22.900**	**-**	**156.992**

(e) Expectativa de realização
A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2017 estão representados a seguir:

INDIVIDUAL
VALOR CONTÁBIL

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal/ CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2018	1.099.531	10.132.352	11.231.883
2019	189.139	1.906.152	2.095.291
2020	-	6.103.235	6.103.235
2021	-	2.931.867	2.931.867
2022	-	4.169.084	4.169.084
2023	-	3.799.730	3.799.730
2024 a 2028	-	9.783.325	9.783.325
Total	1.288.670	38.825.745	40.114.415
Valor Presente	1.275.267	31.249.512	32.524.779

CONSOLIDADO
VALOR CONTÁBIL

Ano de Realização	Prejuízo Fiscal/ CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2018	1.099.531	10.132.352	11.231.883
2019	189.139	1.906.152	2.095.291
2020	-	6.103.235	6.103.235
2021	-	2.931.867	2.931.867
2022	-	4.169.084	4.169.084
2023	-	3.799.730	3.799.730
2024 a 2028	-	9.783.445	9.783.445
Total	1.288.670	38.825.865	40.114.535
Valor Presente	1.275.267	31.249.512	32.524.779

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

INDIVIDUAL

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	42.824.834	88.516.444	48.365.483	94.191.989
Operações compromissadas	6.286.714	15.468.985	10.297.483	23.370.728
Ativos financeiros mantidos para negociação	5.991.935	13.081.011	7.644.659	17.606.509
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.622.793	2.677.392	1.005.614	1.758.508
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.840.948	4.146.715	2.635.947	6.410.072
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.129.903)	(8.892.854)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	3.635.781	8.856.850	5.888.969	11.233.580
Créditos vinculados ao SFH	675.708	1.748.227	1.211.223	2.392.920
Resultado de operações de câmbio	90.200	322.406	189.330	-
Outras	523.229	1.302.371	849.875	1.603.718
Total	**62.409.214**	**133.362.447**	**76.958.680**	**149.675.170**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CONSOLIDADO

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	42.824.834	88.516.444	48.365.483	94.191.989
Operações compromissadas	6.286.714	15.468.985	10.297.483	23.370.728
Ativos financeiros mantidos para negociação	5.991.935	13.081.011	7.644.659	17.606.509
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.648.049	2.715.564	1.018.760	1.780.558
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.840.948	4.146.715	2.635.947	6.410.072
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.129.903)	(8.892.854)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	3.635.781	8.856.850	5.888.969	11.233.580
Créditos vinculados ao SFH	675.708	1.748.227	1.211.223	2.392.920
Resultado de operações de câmbio	90.200	322.406	189.330	-
Outras	523.229	1.302.371	849.875	1.603.718
Total	**62.434.470**	**133.400.619**	**76.971.826**	**149.697.220**

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

INDIVIDUAL

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(19.878.478)	(45.753.760)	(29.779.901)	(58.108.929)
Operações com instituições financeiras	(28.963)	(81.748)	(46.570)	(128.834)
Operações compromissadas	(6.261.777)	(15.429.548)	(11.977.981)	(27.323.936)
TVM no exterior	(1.268.993)	(1.969.300)	(708.249)	(708.249)
Empréstimos, cessões e repasses	(8.439.658)	(17.130.279)	(9.755.882)	(17.996.021)
Resultado de operações de câmbio	-	-	-	(996.897)
Depósitos especiais de fundos e programas	(632.913)	(1.584.505)	(1.017.080)	(1.912.890)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(9.009.603)	(19.256.576)	(10.042.009)	(20.109.367)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(530.952)	(1.178.874)	(571.624)	(2.835.434)
Total	**(46.051.337)**	**(102.384.590)**	**(63.899.296)**	**(130.120.557)**

CONSOLIDADO

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(19.823.330)	(45.644.354)	(29.721.409)	(58.001.031)
Operações com instituições financeiras	(223)	(53.008)	(46.570)	(128.834)
Operações compromissadas	(6.255.078)	(15.414.599)	(11.970.458)	(27.309.471)
TVM no exterior	(1.229.277)	(1.929.584)	(708.249)	2.105.640
Empréstimos, cessões e repasses	(8.439.183)	(17.129.804)	(9.755.882)	(16.179.377)
Resultado de operações de câmbio	-	-	-	(1.225.286)
Depósitos especiais de fundos e programas	(632.913)	(1.584.505)	(1.017.080)	(1.912.890)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(9.009.603)	(19.256.576)	(10.042.009)	(20.109.367)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(530.952)	(1.178.874)	(571.624)	(2.835.434)
Total	**(45.920.559)**	**(102.191.304)**	**(63.833.281)**	**(125.596.050)**

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Administração de fundos sociais	**3.757.162**	**7.382.943**	**3.633.098**	**7.028.568**
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.418.583	4.935.342	2.467.467	4.852.492
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	91.701	162.730	72.823	144.801
Programa de Integração Social (PIS)	156.297	227.759	104.664	170.131
Loterias Federais	741.187	1.347.248	667.767	1.241.334
Financiamento Estudantil – (FIES)	289.916	586.173	258.151	500.635
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	37.131	75.488	38.514	69.739
Seguro-desemprego	21.474	46.740	22.828	46.650
Outros	873	1.463	884	2.786
Repasses da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	63.401	135.384	51.950	79.696
Rendas de cartões	714.553	1.416.732	675.761	1.464.580
Operações de crédito e garantias prestadas	1.028.156	2.124.043	1.048.039	1.992.315
Cobranças	491.883	993.616	496.266	913.814
Arrecadações	1.590.784	3.161.057	1.388.633	2.716.176
Fundos de investimentos e carteiras administradas	925.105	1.826.239	779.073	1.549.958
Conta-corrente	249.848	472.129	193.180	403.875
Programas de transferência de renda	224.989	438.597	217.867	422.531
Prestados a ligadas – Fundos de Investimentos	22.568	44.610	20.529	39.779
Prestados a ligadas	363.324	717.876	290.802	495.999
Outros serviços	203.054	398.197	186.807	374.303
Total	**9.634.827**	**19.111.423**	**8.982.005**	**17.481.594**

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Os itens de rendas de tarifas bancárias são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Operações de crédito e cadastro", que no 2º semestre de 2017 apresenta o montante de R$ 596.987 na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	348.751	687.282	331.355	638.784
Operações de crédito e cadastro	596.988	1.175.638	576.039	1.134.037
Pacote de serviços	1.527.772	2.712.638	1.150.874	2.181.256
Contas de depósito	389.271	739.391	324.950	608.611
Transferência de recursos	180.013	319.876	125.350	242.595
Outras	133.931	294.836	102.480	176.544
Total	**3.176.726**	**5.929.661**	**2.611.048**	**4.981.827**

Nota 24 – Despesas com pessoal

INDIVIDUAL

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários	(6.217.535)	(12.920.529)	(6.346.677)	(12.224.736)
Indenizações trabalhistas	(1.083.399)	(1.838.965)	(766.556)	(1.388.972)
Benefícios	(1.327.099)	(2.612.174)	(1.322.481)	(2.427.699)
Encargos sociais:	(2.460.403)	(4.915.255)	(2.471.760)	(4.850.169)
FGTS	(466.609)	(932.913)	(478.454)	(926.723)
Previdência social	(1.400.376)	(2.808.373)	(1.439.921)	(2.788.439)
Previdência complementar	(441.797)	(887.759)	(400.547)	(854.697)
Outros encargos	(151.621)	(286.210)	(152.838)	(280.310)
Outros	(70.173)	(132.228)	(76.340)	(149.918)
Total	**(11.158.609)**	**(22.419.151)**	**(10.983.814)**	**(21.041.494)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	CONSOLIDADO			
	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários	(6.229.900)	(12.935.574)	(6.349.103)	(12.228.971)
Indenizações trabalhistas	(1.083.399)	(1.838.965)	(766.556)	(1.388.972)
Benefícios	(1.329.253)	(2.614.328)	(1.322.481)	(2.427.699)
Encargos sociais:	(2.465.527)	(4.921.573)	(2.472.893)	(4.852.138)
FGTS	(467.609)	(934.140)	(478.671)	(927.091)
Previdência social	(1.403.488)	(2.812.265)	(1.440.635)	(2.789.681)
Previdência complementar	(442.756)	(888.864)	(400.704)	(854.971)
Outros encargos	(151.674)	(286.304)	(152.883)	(280.395)
Outros	(70.876)	(133.058)	(76.346)	(150.198)
Total	**(11.178.955)**	**(22.443.498)**	**(10.987.379)**	**(21.047.978)**

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	INDIVIDUAL			
	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(261.991)	(527.528)	(273.856)	(568.914)
Manutenção e conservação de bens	(527.367)	(993.591)	(491.710)	(932.831)
Água e energia	(228.972)	(455.276)	(215.537)	(486.341)
Aluguéis e arrendamento de bens	(751.769)	(1.520.201)	(774.096)	(1.533.196)
Material	(65.072)	(139.931)	(70.691)	(138.881)
Processamento de dados	(781.489)	(1.530.022)	(843.262)	(1.644.276)
Promoções e relações públicas	(227.608)	(387.253)	(189.901)	(366.957)
Propaganda e publicidade	(214.480)	(281.158)	(245.925)	(409.644)
Serviços do sistema financeiro	(273.651)	(544.081)	(281.132)	(553.620)
Serviços de terceiros	(924.955)	(1.856.606)	(931.661)	(1.802.719)
Serviços especializados	(302.695)	(565.048)	(283.858)	(545.391)
Serviços de vigilância e segurança	(462.673)	(902.840)	(444.324)	(850.363)
Amortização (Nota 13 (b))	(423.926)	(852.160)	(421.667)	(838.194)
Depreciação (Nota 12 (b))	(473.461)	(954.241)	(496.284)	(962.738)
Outras administrativas	(210.619)	(396.610)	(368.576)	(558.774)
Total	**(6.130.728)**	**(11.906.546)**	**(6.332.480)**	**(12.192.839)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(261.991)	(527.528)	(273.744)	(568.914)
Manutenção e conservação de bens	(527.714)	(993.966)	(491.726)	(932.866)
Água e energia	(228.972)	(455.276)	(215.537)	(486.341)
Aluguéis e arrendamento de bens	(751.769)	(1.520.201)	(774.096)	(1.533.196)
Material	(65.072)	(139.931)	(70.691)	(138.881)
Processamento de dados	(781.489)	(1.530.022)	(843.262)	(1.644.276)
Promoções e relações públicas	(227.608)	(387.253)	(189.901)	(366.957)
Propaganda e publicidade	(214.480)	(281.158)	(245.925)	(409.644)
Serviços do sistema financeiro	(273.651)	(544.081)	(281.132)	(553.620)
Serviços de terceiros	(924.979)	(1.856.656)	(931.678)	(1.802.737)
Serviços especializados	(311.472)	(575.220)	(285.370)	(550.713)
Serviços de vigilância e segurança	(462.700)	(902.892)	(444.342)	(850.387)
Amortização (Nota 13 (b))	(423.926)	(852.160)	(421.667)	(838.194)
Depreciação (Nota 12 (b))	(473.461)	(954.241)	(496.284)	(962.738)
Outras administrativas	(211.282)	(398.236)	(369.612)	(560.074)
Total	**(6.140.566)**	**(11.918.821)**	**(6.334.967)**	**(12.199.538)**

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL			
	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	34.891	60.488	21.105	28.858
Comissões e taxas sobre operações – agente financ. FGTS	2.134.005	3.898.336	1.645.594	3.299.376
Recuperação de despesas	758.531	1.606.337	841.371	1.598.125
Reversão de outras provisões operacionais (1)	2.145.395	2.456.770	620.865	1.133.788
Atualização de depósitos em garantia	379.939	798.179	483.847	961.805
Rendas de créditos específicos	38.058	85.848	54.663	104.846
Receita de deságio na aquisição de royalties	39.167	88.133	43.619	76.647
Atualização monetária sobre operações diversas	18.062	70.090	172.540	295.857
Variações cambiais de natureza inversa – operações passivas (2)	474	474	-	4.630.533
Reversão prov. atuariais – custo de serviços passados (3)	5.260.510	5.260.510	-	-
Outras receitas operacionais	338.075	492.394	299.421	547.983
Total	**11.147.107**	**14.817.559**	**4.183.025**	**12.677.818**

(1) Variação da receita em 2017 com relação a 2016 relativa essencialmente à reversão de provisões para causas judiciais e de provisões para processos de apuração de perdas operacionais com o efetivo reconhecimento das respectivas perdas operacionais.

(2) Conforme determina a Carta Circular BACEN nº 3.731/2015, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza credora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de despesa. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.

(3) Reversão de provisões atuariais – custo de serviços passados do Saúde CAIXA, (Nota 32 (g.1)) e (Nota 32 (i.4)).

Descrição	CONSOLIDADO			
	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	276.853	566.973	191.240	356.944
Comissões e taxas sobre operações – agente financ. FGTS	2.134.005	3.898.336	1.645.594	3.299.376
Recuperação de despesas	754.668	1.587.201	826.624	1.574.077
Reversão de outras provisões operacionais (1)	2.145.395	2.456.770	620.865	1.133.788
Atualização de depósitos em garantia	379.939	798.179	483.847	961.805
Rendas de créditos específicos	38.058	85.848	54.663	104.846
Receita de deságio na aquisição de royalties	39.167	88.133	43.619	76.647
Atualização monetária sobre operações diversas	18.062	70.090	172.540	295.857
Reversão prov. atuariais – custo de serviços passados (2)	5.260.510	5.260.510	-	-
Outras receitas operacionais	301.628	479.868	367.854	663.701
Total	**11.348.285**	**15.291.908**	**4.406.846**	**8.467.041**

(1) Variação da receita em 2017 com relação a 2016 relativo essencialmente à reversão de provisões para causas judiciais e de provisões para processos de apuração de perdas operacionais com o efetivo reconhecimento das respectivas perdas operacionais.

(2) Reversão de provisões atuariais – custo de serviços passados do Saúde CAIXA, (Nota 32 (g.1)) e (Nota 32 (i.4)).

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	INDIVIDUAL 2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 2º semestre	2016 Exercício
FCVS a receber – provisão/ perdas	(397.471)	(640.288)	(404.520)	(670.360)
Obrigações com fundos e programas	(479.649)	(1.040.366)	(499.555)	(1.055.621)
Instrumentos híbrido de capital e dívida – AM (1)	(2.569.381)	(3.339.282)	(57.722)	(950.119)
Despesas com cartão	(491.157)	(922.094)	(565.886)	(1.057.910)
Despesas com loterias	(116.980)	(228.185)	(115.690)	(226.359)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.339.332)	(2.561.296)	(1.193.152)	(2.232.430)
FGTS – arrecadação/pagamento	(309.019)	(643.668)	(228.118)	(467.559)
Serviços automatizados	(260.319)	(515.546)	(240.287)	(447.376)
Alavancagem de negócios	(406.176)	(807.223)	(491.314)	(831.873)
Operações de financiamentos imobiliários	(243.788)	(512.891)	(234.326)	(472.845)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(355.172)	(678.499)	(247.957)	(459.460)
Descontos de operações de crédito	(281.497)	(596.756)	(179.191)	(302.050)
Despesas com operações de fomento – AM	(11.015)	(14.322)	(5.394)	(10.996)
Despesas com provisões operacionais	(578.446)	(1.115.277)	(235.907)	(659.211)
Provisão para causas judiciais	(891.219)	(1.366.916)	(456.204)	(1.235.609)
Condenações judiciais	(341.490)	(399.322)	(60.531)	(120.376)
Benefícios sociais	(72.391)	(164.460)	(118.514)	(221.409)
Benefício pós-emprego	(1.276.709)	(2.393.729)	(1.175.930)	(2.266.951)
Variações cambiais de natureza inversa – oper. ativas (2)	-	-	-	(228.389)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(51.861)	(258.805)	(129.226)	(617.260)
Outras (3)	(901.134)	(1.300.782)	(148.870)	(555.509)
Total	**(11.374.206)**	**(19.499.707)**	**(6.788.294)**	**(15.089.672)**

(1) Instrumentos celebrados com a União que possuem remuneração variável vinculada ao resultado auferido pela CAIXA no exercício.
(2) Conforme determina a Carta Circular nº 3.731/2015, os valores apresentados refletem a reclassificação da parcela da variação cambial de natureza devedora que excedeu o somatório dos demais componentes de remuneração registrados nas respectivas contas de receita. A referida Carta Circular produziu efeitos somente nas Demonstrações Contábeis Individuais.
(3) O volume de despesa em 2017 foi afetado essencialmente pelo reconhecimento de perdas operacionais decorrentes da Reversão de outras provisões operacionais (Nota 26).

Descrição	CONSOLIDADO 2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 2º semestre	2016 Exercício
FCVS a receber – provisão/ perdas	(397.471)	(640.288)	(404.520)	(670.360)
Obrigações com fundos e programas	(479.649)	(1.040.366)	(499.555)	(1.055.621)
Instrumentos híbrido de capital e dívida – AM (1)	(2.515.266)	(3.284.621)	(79.093)	(515.826)
Despesas com cartão	(491.157)	(922.094)	(565.886)	(1.057.910)
Despesas com loterias	(116.980)	(228.185)	(115.690)	(226.359)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.339.332)	(2.561.296)	(1.193.152)	(2.232.430)
FGTS – arrecadação/ pagamento	(309.019)	(643.668)	(228.118)	(467.559)
Serviços automatizados	(260.319)	(515.546)	(240.287)	(447.376)
Alavancagem de negócios	(406.176)	(807.223)	(491.314)	(831.873)
Operações de financiamentos imobiliários	(243.788)	(512.891)	(234.326)	(472.845)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(355.172)	(678.499)	(247.957)	(459.460)
Descontos de operações de crédito	(281.497)	(596.756)	(179.191)	(302.050)
Despesas com operações de fomento – AM	(11.015)	(14.322)	(5.394)	(10.996)
Despesas com provisões operacionais	(578.446)	(1.115.277)	(235.907)	(659.211)
Provisão para causas judiciais	(891.219)	(1.366.916)	(456.204)	(1.235.609)
Condenações judiciais	(341.490)	(399.322)	(60.531)	(120.376)
Benefícios sociais	(72.391)	(164.460)	(118.514)	(221.409)
Benefício pós-emprego	(1.276.709)	(2.393.729)	(1.175.930)	(2.266.951)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(51.861)	(258.805)	(129.226)	(617.260)
Outras (2)	(939.179)	(1.346.644)	(180.936)	(595.045)
Total	**(11.358.136)**	**(19.490.908)**	**(6.841.731)**	**(14.466.526)**

(1) Instrumentos celebrados com a União que possuem remuneração variável vinculada ao resultado auferido pela CAIXA no exercício.
(2) O volume de despesa em 2017 foi afetado essencialmente pelo reconhecimento de perdas operacionais decorrentes da Reversão de outras provisões operacionais (Nota 26).

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO 2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 2º semestre	2016 Exercício
Receitas não operacionais	**287.853**	**526.211**	**199.192**	**489.614**
Lucro na alienação de valores e bens	63.737	110.199	38.318	83.429
Alienação de bens imóveis	58.112	110.918	34.807	63.486
Sobras de caixa não reclamadas	32.242	65.220	27.414	54.827
Multas e penalidades	16.707	29.431	14.420	30.537
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	183	783	4.890	5.851
Recuperação de perdas com fraudes	6.799	9.607	4.900	11.720
Reversão de perdas em investimentos permanentes	98.074	179.673	67.246	226.971
Outras rendas não operacionais	11.999	20.380	7.197	12.793
Despesas não operacionais	**(677.366)**	**(1.122.879)**	**(357.815)**	**(762.385)**
Desvalorização de outros valores e bens	(93.842)	(203.466)	(41.218)	(93.309)
Indenizações por perdas e danos	(153.100)	(281.897)	(142.742)	(286.705)
Perdas em imóveis	(46.466)	(85.004)	(23.062)	(52.897)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(32.453)	(77.418)	(43.286)	(102.717)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(215.955)	(315.966)	(75.279)	(84.167)
Constituição de perdas em investimentos permanentes	-	(1)	(11.675)	(90.330)
Despesas por fraude em cartões de crédito	(96.775)	(96.774)	-	(4.158)
Outras despesas não operacionais	(38.775)	(62.353)	(20.553)	(48.102)
Total	**(389.513)**	**(596.668)**	**(158.623)**	**(272.771)**

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	INDIVIDUAL 2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 2º semestre	2016 Exercício
COFINS	(1.247.406)	(2.506.572)	(1.258.312)	(2.481.220)
PIS/PASEP	(202.703)	(407.318)	(204.476)	(407.384)
ISS	(388.295)	(754.261)	(337.884)	(645.538)
IPTU	(6.574)	(77.322)	(8.157)	(73.338)
Outras	(18.907)	(69.895)	(48.520)	(71.265)
Total	**(1.863.885)**	**(3.815.368)**	**(1.857.349)**	**(3.678.745)**

Descrição	CONSOLIDADO 2017 2º semestre	2017 Exercício	2016 2º semestre	2016 Exercício
COFINS	(1.272.186)	(2.556.211)	(1.279.581)	(2.520.644)
PIS/PASEP	(207.975)	(417.837)	(208.934)	(415.656)
ISS	(388.295)	(754.261)	(337.884)	(645.538)
IPTU	(6.574)	(77.322)	(8.157)	(73.338)
Outras	(18.907)	(69.921)	(48.520)	(71.307)
Total	**(1.893.937)**	**(3.875.552)**	**(1.883.076)**	**(3.726.483)**

Nota 30 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

(a) Ativos contingentes
A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias
A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.
Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:
a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;
b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.
As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.
Não existem, nas provisões judiciais da CAIXA, expedientes classificados como de perdas possíveis ou prováveis, em que se espera que parte ou todo o desembolso necessário para liquidar a provisão seja reembolsado por outra parte.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Descrição	31/12/2016	Movimentação em 2017					31/12/2017
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b) e (e))	**150.938**	**98.037**	**4.649**	**66.499**	**(28.297)**	**(10.401)**	**281.425**
INSS	13.613	8	313	9.894	(6)	(18)	23.804
IPTU	25.370	1.312	943	21.970	(4.936)	(1.067)	43.592
ISSQN	94.213	19.127	2.972	34.381	(14.527)	(8.476)	127.690
Outros	17.742	77.590	421	254	(8.828)	(840)	86.339
Cíveis (Nota 18 (e))	**3.298.765**	**473.566**	**24.115**	**254.051**	**(393.284)**	**(577.156)**	**3.080.057**
Feitos Diversos	756.596	227.999	5.072	61.706	(126.649)	(301.062)	623.662
Poupança – Planos Econômicos	1.445.236	140.628	877	97.837	(109.462)	(117.560)	1.457.556
Habitacional	225.587	69.612	1.300	93.695	(14.206)	(76.571)	299.417
Contingenciamento do FGTS	871.346	35.327	16.866	813	(142.967)	(81.963)	699.422
Trabalhistas (Nota 18 (e))	**4.267.274**	**1.011.316**	**17.064**	**790.375**	**(897.662)**	**(904.514)**	**4.283.853**
Total	**7.716.977**	**1.582.919**	**45.828**	**1.110.925**	**(1.319.243)**	**(1.492.071)**	**7.645.335**

(b.2) Ações trabalhistas
A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.
Em 31/12/2017 constavam 62.674 processos trabalhistas provisionados, sendo 59.452 "não relevantes" e 3.222 "relevantes".
Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis
A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2017, constavam 325.399 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 324.352 "não relevantes" e 1.047 "relevantes".
Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do Governo Federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.
A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2017, foi provisionado R$ 1.457.553 para estes processos (31/12/2016 – R$ 1.445.236).
Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.
No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF no dia 01/03/2018 e a CAIXA aderiu a seus termos.
Também são significativos os processos que visam à reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2017, para estes processos foi de R$ 699.424 (31/12/2016 – R$ 871.346).
As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.
Em 2017, a CAIXA realizou 46.683 acordos processuais (63% referentes a ações indenizatórias e 37% referentes a recuperações de Crédito), reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disso, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes.

(b.4) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias
A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.
As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.
Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio-alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 31/12/2017, correspondem ao total de R$ 1.580.215 (31/12/2016 – R$ 1.546.733), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 23.806 (31/12/2016 – R$ 13.613).
Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.
Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da Federação autuaram a Instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2017, corresponde ao montante de R$ 738.238 (31/12/2016 – R$ 657.331).
Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2017, o valor da provisão constituída é de R$ 127.689 (31/12/2016 – R$ 94.213).
Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL e de IRPJ decorrentes de não homologações de PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2017, totalizam R$ 79.160 (31/12/2016 – R$ 2.735), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS
Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação remuneram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.
Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente à todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exigem que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.
Para fazer frente a essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para risco de devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base na média de antecipações dos fluxos de pagamentos e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA. Em 31/12/2017 o montante provisionado é de R$ 1.745.257.

(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Demandas fiscais	5.849.212	5.890.434
Demandas cíveis	1.918.840	1.996.985
Total	**7.768.052**	**7.887.419**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d.1) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 5.849.212 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R$ 5.890.434), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 4.887.110 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R$ 4.771.962), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 221.528 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R$ 215.203), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

c) CSLL, no valor de R$ 173.278 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R$ 165.782), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R$ 263.943 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R$ 248.609), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(d.2) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

No montante de R$ 1.918.840 (31/12/2016 – R$ 1.996.985) merece destaque, como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. É uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. As execuções vinculadas a esta ACP encontram-se suspensas por decisão do STJ.

(e) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Demandas fiscais	11.595.707	10.999.076
Demandas cíveis	986.923	975.694
Demandas trabalhistas	4.071.464	3.442.968
Total (Nota 9 (b))	**16.654.094**	**15.417.738**

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Entidade Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Entidade	Relacionamento
União [1]	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR [2]	Controlada Direta
CAIXA Seguridade [2]	
CAIXA Instantânea [2]	
Banco PAN S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (*Joint Venture*)
Capgemini S.A.	
ELO Serviços S.A.	
Tecnologia Bancária S.A. – TECBAN	
CAIXA Seguros Holding S.A. [3]	Coligada Indireta
Cia Brasileira de Securitização – CIBRASEC	
Petrobras [4]	Entidades controladas pela União
Banco do Brasil [4]	
Eletrobras [4]	
Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES [4]	
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

[1] Refere-se, essencialmente às operações com a União, representada por seus respectivos Ministérios e Secretaria do Tesouro Nacional.

[2] Transações realizadas com estas subsidiárias integrais são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.

[3] Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros, é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

[4] Entidades que são controladas ou sofrem influência significativa de forma direta ou indireta da União, onde seus saldos estão evidenciados no item "Outras entidades".

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por parte das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Em 28/09/2017, foi comunicado ao mercado a assinatura de um acordo de "Memorando de Entendimento", não vinculante entre a controlada CAIXA Seguridade Participações S.A. e a CNP Assurances S.A, com propósito de formar uma nova sociedade com vigência a partir de 01/01/2018, tendo como objeto a exploração conjunta dos ramos de seguros de vida, prestamista e previdência privada, com exclusividade, na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, entre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a TECBAN, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2017, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TECBAN era de R$ 2.414.846 (31/12/2016 – R$ 2.237.473). A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 31/12/2017, totalizavam R$ 2.818.279 (31/12/2016 – R$ 3.353.977).

Do montante apresentado em 31/12/2017, R$ 1.601.346 está constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos.

Saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

INDIVIDUAL								
Descrição	31/12/2017				31/12/2016			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades[3]	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades[2]
ATIVO:	**2.818.279**	**287.469**	**30.229.427**	**7.605.403**	**3.353.977**	**147.831**	**32.566.753**	**7.507.886**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	8.913.230	55.401	-	-	11.229.180	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	7.457.539	-	-	-	7.438.872
Rendas a receber	1.125.017	282.522	1.392	27.966	1.017.098	142.816	18.565	-
Operações de crédito – Setor Público[1]	71.439	-	-	-	184.413	-	-	-
Operações de crédito – Setor Privado	-	-	17.382.296	-	-	-	18.746.764	-
Outros créditos[2]	1.621.823	4.947	3.339.036	-	2.152.466	5.015	2.506.533	-
Outros valores e bens	-	-	593.473	64.497	-	-	65.711	69.014
PASSIVO:	**13.234.600**	**1.030.441**	**1.635.197**	**40.676.864**	**9.085.025**	**1.025.466**	**1.413.838**	**43.886.748**
Depósitos	585.458	894.306	13.609	65.571	347.121	907.714	28.577	703
Captações no mercado aberto	-	136.135	-	-	-	117.752	-	-
Repasses do país – instituições oficiais	2.781.769	-	-	30.814.153	3.186.949	-	-	31.349.361
Obrigações por fundos e programas sociais	3.045.131	-	-	-	3.694.266	-	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	6.745.762	-	-	-	1.783.353	-	-	-
Obrigações diversas	76.480	-	1.621.588	9.797.140	73.336	-	1.385.261	12.536.684

[1] Valor do grupo Controladora alterado em decorrência de atualização de sua composição. O valor divulgado em 31/12/2016 foi R$ 13.980.

[2] Valor do grupo Controladora alterado em decorrência de atualização de sua composição. O valor divulgado em 31/12/2016 foi R$ 945.424.

[3] O grupo "Outras entidades" é composto pelo Banco do Brasil, BNDES, CAIXA Seguros Holding, CIBRASEC, Eletrobras, Petrobras e pela FUNCEF.

CONSOLIDADO						
Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades[3]	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades[3]
ATIVO:	**2.818.279**	**30.229.427**	**7.605.403**	**3.353.977**	**32.566.753**	**7.507.886**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	8.913.230	55.401	-	11.229.180	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	7.457.539	-	-	7.438.872
Rendas a receber	1.125.017	1.392	27.966	1.017.098	18.565	-
Operações de crédito Setor Público[1]	71.439	-	-	184.413	-	-
Operações de crédito – Setor Privado	-	17.382.296	-	-	18.746.764	-
Outros créditos[2]	1.621.823	3.339.036	-	2.152.466	2.506.533	-
Outros valores e bens	-	593.473	64.497	-	65.711	69.014
PASSIVO:	**13.234.600**	**1.638.672**	**40.676.864**	**9.085.025**	**1.409.960**	**43.886.748**
Depósitos	585.458	13.609	65.571	347.121	24.699	703
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-
Repasses do país – instituições oficiais	2.781.769	-	30.814.153	3.186.949	-	31.349.361
Obrigações por fundos e programas sociais	3.045.131	-	-	3.694.266	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	6.745.762	-	-	1.783.353	-	-
Obrigações diversas	76.480	1.625.063	9.797.140	73.336	1.385.261	12.536.684

[1] Valor do grupo Controladora alterado em decorrência de atualização de sua composição. O valor divulgado em 31/12/2016 foi R$ 13.980.

[2] Valor do grupo Controladora alterado em decorrência de atualização de sua composição. O valor divulgado em 31/12/2016 foi R$ 945.424.

[3] O grupo "Outras entidades" é composto pelo Banco do Brasil, BNDES, CAIXA Seguros Holding, CIBRASEC, Eletrobras, Petrobras e pela FUNCEF.

Saldos que compõem o resultado decorrente de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

INDIVIDUAL								
Descrição	2º semestre - 2017				2º semestre - 2016			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	**382.903**	**3.886**	**558.897**	**539.947**	**381.786**	**15.632**	**1.110.848**	**219.323**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	436.067	-	-	-	786.256	-
Rendas de prestação de serviços	63.677	1	-	362.867	52.239	-	290.314	-
Outras receitas operacionais	319.226	3.885	122.830	177.080	329.547	15.632	34.278	219.323
DESPESAS:	**(6.485)**	**(43.108)**	**(969.594)**	**(2.105.727)**	**(8.001)**	**(66.015)**	**(720.627)**	**(1.952.423)**
Operações de captação no mercado	-	(43.108)	(294)	-	-	(66.015)	369	-
Pessoal	-	-	-	(441.797)	-	-	-	(400.547)
Administrativas	-	-	-	(37.973)	-	-	-	(34.260)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	-	(340.955)	-	-	-	(141.523)
Outras despesas operacionais[1][2]	(6.485)	-	(969.300)	(1.285.002)	(8.001)	-	(720.996)	(1.376.093)

[1] Nas "Controladas em conjunto" é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes com terminais de autoatendimento da TECBAN.

[2] Nas "Outras entidades" é composto pelas despesas com remuneração de operações de repasses relativas ao Fundo da Marinha Mercante, BNDES, FAR, FAT e pelas despesas de compartilhamento de rede com o Banco do Brasil.

INDIVIDUAL								
Descrição	Exercício - 2017				Exercício - 2016			
	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	**778.392**	**19.159**	**1.257.747**	**1.060.850**	**742.873**	**26.034**	**2.062.476**	**372.154**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	1.095.629	-	-	-	1.507.318	-
Rendas de prestação de serviços	135.943	2	-	716.937	80.307	1	494.992	-
Outras receitas operacionais	642.449	19.157	162.118	343.913	662.566	26.033	60.166	372.154
DESPESAS:	**(15.286)**	**(105.616)**	**(1.931.651)**	**(4.316.396)**	**(13.474)**	**(122.363)**	**(1.488.914)**	**(3.662.593)**
Operações de captação no mercado	-	(105.616)	(498)	-	-	(122.363)	(823)	-
Pessoal	-	-	-	(887.759)	-	-	-	(854.697)
Administrativas	-	-	-	(73.677)	-	-	-	(67.738)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	-	(769.468)	-	-	-	(221.939)
Outras despesas operacionais [1][2]	(15.286)	-	(1.931.153)	(2.585.492)	(13.474)	-	(1.488.091)	(2.518.219)

[1] Nas "Controladas em conjunto" é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes com terminais de autoatendimento da TECBAN.

[2] Nas "Outras entidades" é composto pelas despesas com remuneração de operações de repasses relativas ao Fundo da Marinha Mercante, BNDES, FAR, FAT e pelas despesas de compartilhamento de rede com o Banco do Brasil.

CONSOLIDADO						
Descrição	2º semestre - 2017			2º semestre - 2016		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	**382.903**	**800.665**	**539.947**	**381.786**	**1.280.952**	**219.323**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	436.067	-	-	786.256	-
Rendas de prestação de serviços	63.677	-	362.867	52.239	290.314	-
Outras receitas operacionais	319.226	364.598	177.080	329.547	204.382	219.323
DESPESAS:	**(6.485)**	**(969.594)**	**(2.106.686)**	**(8.001)**	**(720.627)**	**(1.952.580)**
Operações de captação no mercado	-	(294)	-	-	369	-
Pessoal	-	-	(442.756)	-	-	(400.704)
Administrativas	-	-	(37.973)	-	-	(34.260)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(340.955)	-	-	(141.523)
Outras despesas operacionais [1][2]	(6.485)	(969.300)	(1.285.002)	(8.001)	(720.996)	(1.376.093)

[1] Nas "Controladas em conjunto" é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes com terminais de autoatendimento da TECBAN.

[2] Nas "Outras entidades" é composto pelas despesas com remuneração de operações de repasses relativas ao Fundo da Marinha Mercante, BNDES, FAR, FAT e pelas despesas de compartilhamento de rede com o Banco do Brasil.

CONSOLIDADO						
Descrição	Exercício - 2017			Exercício - 2016		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	**778.392**	**1.763.933**	**1.060.850**	**742.873**	**2.387.653**	**372.154**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	1.095.629	-	-	1.507.318	-
Rendas de prestação de serviços	135.943	-	716.937	80.307	494.992	-
Outras receitas operacionais	642.449	668.304	343.913	662.566	385.343	372.154
DESPESAS:	**(15.286)**	**(1.931.651)**	**(4.317.501)**	**(13.474)**	**(1.488.914)**	**(3.662.867)**
Operações de captação no mercado	-	(498)	-	-	(823)	-
Pessoal	-	-	(888.864)	-	-	(854.971)
Administrativas	-	-	(73.677)	-	-	(67.738)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(769.468)	-	-	(221.939)
Outras despesas operacionais [1][2]	(15.286)	(1.931.153)	(2.585.492)	(13.474)	(1.488.091)	(2.518.219)

[1] Nas "Controladas em conjunto" é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes com terminais de autoatendimento da TECBAN.

[2] Nas "Outras entidades" é composto pelas despesas com remuneração de operações de repasses relativas ao Fundo da Marinha Mercante, BNDES, FAR, FAT e pelas despesas de compartilhamento de rede com o Banco do Brasil.

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	19.652	36.353	17.075	40.133
Proventos	14.908	26.925	12.636	29.666
Encargos Sociais	4.744	9.428	4.439	10.467

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2017 (valores em R$)		31/12/2016 (valores em R$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.196	45.163	56.196	42.903
Salário médio	45.346	9.207	45.346	8.925
Menor salário	41.867	2.697	41.867	2.624
Benefícios	10.745	2.217	5.835	2.983

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta-alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo	**3.356.672**	**3.024.115**	**3.358.812**	**3.025.456**
Natureza salarial	2.489.918	2.640.998	2.491.076	2.641.734
Participação dos empregados no lucro	866.754	383.117	867.736	383.722
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	**22.274.820**	**22.816.082**	**22.274.820**	**22.816.082**
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	10.122.889	13.541.692	10.122.889	13.541.692
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.422.383	1.331.503	1.422.383	1.331.503
Planos de benefícios – previdência privada (cálculo atuarial (g.4))	10.729.548	7.942.887	10.729.548	7.942.887
Total	**25.631.492**	**25.840.197**	**25.633.632**	**25.841.538**

(b) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença-prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros – três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da Administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de Planos de Previdência geridos pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de Plano de Saúde (Saúde Caixa) e de auxílio-alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

A CAIXA considera o risco atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo, revisou a metodologia do modelo de risco atuarial, dimensionando adequadamente a abrangência das premissas adotadas, a volatilidade dos ativos e a variação do passivo atuarial. O modelo foi validado pelas instâncias internas e encontra-se implementado.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os Planos de Previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano) possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação à gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são gerados 50 fluxos do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(g) Planos de benefícios

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados à FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O novo Estatuto da CAIXA, aprovado por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/12/2017, definiu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA.

Considerando a alteração das regras do plano com implementação do limite anual de responsabilidade da CAIXA, de 6,5% da folha de pagamento, observou-se uma redução na necessidade de constituição do passivo pós-emprego do Saúde CAIXA e os respectivos impactos na demonstração do resultado podem ser observados na Nota Explicativa 34 – Outras Informações, item (c).

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas as normas e a Tabela do PAMS.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 10.122.889 (31/12/2016 – R$ 13.541.692).

(g.2) Auxílio e cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuarias apresentados, relativos ao auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2017 foram concedidos 697 novos benefícios (em 2016 foram 600).

Os valores mensais do auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2017 a agosto de 2018, o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R$ 737,00 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio e cesta-alimentação para o período de setembro de 2017 a agosto de 2018 é de R$ 580,83 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta-alimentação é de R$ 1.422.383 (31/12/2016 – R$ 1.331.503).

(g.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH. Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

A seguir apresentamos os benefícios assegurados aos participantes e assistidos de cada plano:

Benefícios assegurados	REG/REPLAN		REB	Novo Plano
	Saldado	Não saldado		
Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria por invalidez	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria por idade	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria especial	-	Sim	-	-
Suplementação de pensão por morte	-	Sim	-	-
Suplementação de abono anual	-	Sim	-	-
Auxílio-funeral	-	Sim	-	-
Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgates	-	Sim	Sim	Sim
Benefício programado pleno	Sim	-	-	Sim
Benefício programado antecipado	Sim	-	-	Sim
Benefício por invalidez	Sim	-	-	Sim
Abono anual	Sim	-	Sim	Sim
Benefício único antecipado	Sim	-	-	Sim
Pensão por morte	Sim	-	Sim	Sim
Pecúlio por morte	Sim	-	Sim	Sim
Renda vitalícia por tempo de contribuição	-	-	Sim	-
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez do participante licenciado	-	-	Sim	-
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez	-	-	Sim	-

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 1 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano. O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando o cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão, no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) em 25 de novembro de 2015 e efetivada pela Resolução MPS/CNPC nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante a ser aportado pela CAIXA, atualizado para a data-base de 31/12/2017, totaliza R$ 9.592.356, sendo R$ 1.172.898 referente ao déficit do exercício de 2014, cujo prazo de amortização estabelecido é de 17,4 anos ou 208 meses; R$ 3.562.488 referente ao déficit do exercício de 2015, cujo prazo de amortização estabelecido é de 17,6 anos ou 211 meses; e R$ 4.856.970 referente ao déficit do exercício de 2016 que ainda não foi equacionado. Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, em 2017, montam R$ 245.331 (31/12/2016 – R$ 72.470).

Em relação aos planos REG/REPLAN, em função das disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2017 o montante de R$ 10.351.681 (31/12/2016 – R$ 7.654.277) para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano. Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 5 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.
O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).
Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 4 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.
Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 1 de setembro de 2006.
O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado.
A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).
O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.
O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).
O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.
A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2017[1]			31/12/2016[1]		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	87.379	72.471	159.850	93.246	59.649	152.895
Auxílio e cesta-alimentação (aposentados e pensionistas)	-	16.020	16.020	-	15.153	15.153
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	65	65	-	65	65
REG/REPLAN saldado	15.104	41.868	56.972	20.726	36.422	57.148
REG/REPLAN não saldado	1.170	4.341	5.511	2.371	3.761	6.132
REB	6.686	874	7.560	7.063	757	7.820
Novo Plano	78.237	6.365	84.602	84.217	5.274	89.491

[1] Conforme posições de 30/09/2017 e 30/09/2016.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e cesta-alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.
Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.
A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.
Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 30/06/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.
Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.
O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o *Aging Factor*, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O *Aging Factor* adotado para 2017 foi de 3,42%, obtido com base na experiência do Plano Saúde CAIXA de 2016.

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de juros	9,71%	9,88%	9,60%	10,00%	9,49%	10,07%
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benefícios (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	4,00%	4,00%
Taxa de inflação média anual	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A	9,49%	10,07%
Taxa de rotatividade	0,92%	1,08%	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58
Entrada em aposentadoria	H – 55/M – 52	H – 55/M – 52	N/A	N/A	N/A	N/A

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de juros	9,69%	10,01%	9,53%	9,99%	9,62%	10,06%	9,57%	10,03%
Aumento anual dos salários (projeção)	4,09%	4,60%	6,35%	6,43%	7,17%	7,31%	7,31%	6,49%
Aumento anual dos benefícios (projeção)	N/A	N/A	4,00%	5,79%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de inflação média anual	4,09%	4,60%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	9,69%	10,01%	9,53%	9,99%	9,62%	10,06%	9,57%	10,03%
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58	CSO – 58
Entrada em aposentadoria	H – 55/M – 48	H – 55/M – 48	H – 55/M – 48	H – 55/M – 52	100% – 1ª elegibilidade	100% – 1ª elegibilidade	100% – 1ª elegibilidade	H – 55/M – 52

(i.4) Conciliação dos saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial dos planos

O Valor Presente da Obrigação Atuarial – VPOA representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VPOA no início do período	(14.496.623)	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.376.451)	(1.331.503)	(1.097.455)	(55.576)	(51.831)	(41.116)
Custo do serviço corrente	(121.357)	(235.069)	(199.468)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(704.063)	(1.363.490)	(1.686.282)	(64.717)	(128.240)	(157.553)	(2.615)	(4.751)	(5.307)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais:	(300.101)	(692.250)	36.327	(46.069)	(89.484)	(191.150)	(7.119)	(11.220)	(10.451)
Ajuste de experiência	213.856	(129.993)	2.788.480	(17.270)	(46.775)	(53.755)	(4.710)	(7.991)	(4.980)
Alterações premissas demográficas	(54.561)	(54.561)	93.408	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(459.396)	(507.696)	(2.845.561)	(28.799)	(42.709)	(137.395)	(2.409)	(3.229)	(5.471)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	2.879	5.371	5.043
Benefícios pagos diretamente pela empresa	238.745	449.102	376.129	64.854	126.844	114.655	-	-	-
Custo do serviço passado	5.260.510	5.260.510	-	-	-	-	-	-	-
VPOA no final do período	**(10.122.889)**	**(10.122.889)**	**(13.541.692)**	**(1.422.383)**	**(1.422.383)**	**(1.331.503)**	**(62.431)**	**(62.431)**	**(51.831)**

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VPOA no início do período	(54.589.635)	(49.346.014)	(38.512.812)	(5.888.078)	(5.083.154)	(3.901.853)	(391.869)	(341.032)	(277.605)
Custo do serviço corrente	-	-	-	(6.612)	(12.846)	(3.057)	(1.345)	(2.311)	(1.839)
Custo de juros	(2.601.677)	(1.986.596)	(1.609.593)	(282.465)	(528.993)	(526.809)	(18.661)	(35.185)	(34.529)
Contribuições esperadas de participantes	-	(63.575)	(142.196)	(13.355)	(63.525)	(28.035)	(1.542)	(2.388)	(842)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais:	901.515	(3.533.846)	(8.072.610)	(571.749)	(1.225.654)	(841.356)	(27.386)	(75.189)	(50.819)
Ajuste de experiência	2.352.516	(2.020.880)	(2.915.029)	(356.599)	(1.009.924)	(776.192)	(11.864)	(55.783)	(12.992)
Alterações premissas demográficas	-	722.919	(81.950)	-	(22.363)	(23.326)	-	-	(168)
Alterações premissas financeiras	(1.450.971)	(2.231.884)	(5.112.627)	(215.249)	(197.367)	(641.885)	(15.485)	(19.446)	(37.778)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	1.475.980	3.131.227	2.451.052	135.059	252.888	208.069	14.348	29.366	24.626
Benefícios pagos diretamente pela empresa							42.069	81.878	48.620
VPOA no final do período	**(54.795.814)**	**(54.795.814)**	**(49.346.018)**	**(6.631.222)**	**(6.631.222)**	**(5.083.154)**	**(426.439)**	**(426.439)**	**(341.032)**

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2018	693.379	131.560	5.958	3.532.188	344.660	29.971	82.844
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2019	665.029	120.838	6.370	3.404.455	336.997	28.304	82.968
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2020	626.482	111.009	5.807	3.290.183	331.083	26.715	82.715
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2021	597.280	101.942	5.278	3.145.787	321.616	25.202	81.856
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2022 ou posterior	7.540.719	957.034	39.018	41.423.191	5.296.866	316.247	1.570.308
Total	**10.122.889**	**1.422.383**	**62.431**	**54.795.804**	**6.631.222**	**426.439**	**1.900.691**
Duration do passivo atuarial na data base 31/12/2017	20,86 anos	12,23 anos	8,69 anos	12,24 anos	13,45 anos	9,62 anos	11,58 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos dos Planos – VJAP:

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não Saldado		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VJAP no início do período	55.576	51.831	41.116	35.380.324	34.863.940	33.898.116	4.252.308	4.256.614	3.988.451
Receitas de juros	2.615	4.751	5.307	1.687.871	3.350.581	4.294.906	202.810	408.555	519.467
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	7.119	11.220	10.451	484.728	865.492	(1.132.023)	(2.053)	(120.307)	(94.069)
Contribuições do empregador	-	-	-	162.325	228.867	111.942	11.472	21.339	22.749
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	138.541	202.116	142.051	17.358	33.523	28.085
Benefícios pagos pelo plano	(2.879)	(5.371)	(5.043)	(1.476.960)	(3.134.227)	(2.451.052)	(135.059)	(252.888)	(208.069)
VJAP no final do período	**62.431**	**62.431**	**51.831**	**36.376.829**	**36.376.769**	**34.863.940**	**4.346.836**	**4.346.836**	**4.256.614**

Descrição	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO					
	REB			Novo Plano		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VJAP no início do período	344.222	318.259	250.893	937.653	651.598	344.443
Receitas de juros	16.366	31.771	32.992	17.233	79.612	60.183
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	35.050	59.524	57.294	214.911	484.284	247.776
Contribuições do empregador	1.553	2.110	865	28.782	52.664	47.745
Contribuições de participantes do plano	1.542	2.087	841	501	701	71
Benefícios pagos pelo plano	(14.348)	(29.366)	(24.626)	(42.069)	(81.878)	(48.620)
VJAP no final do período	**384.385**	**384.385**	**318.259**	**1.187.011**	**1.187.011**	**651.598**

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO										
Descrição	Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		REB		NOVO PLANO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Renda Fixa	100,00%	100,00%	58,71%	56,04%	58,30%	55,99%	61,42%	58,50%	69,95%	69,25%
Renda Variável	-	-	22,01%	22,29%	25,06%	25,17%	24,64%	24,61%	20,30%	19,45%
Investimentos Estruturados	-	-	5,10%	7,56%	4,68%	6,92%	4,34%	5,21%	2,89%	3,09%
Investimentos Imobiliários	-	-	11,26%	11,09%	10,49%	10,38%	3,34%	3,54%	0,50%	0,47%
Operações com Participantes	-	-	2,92%	3,01%	1,47%	1,54%	6,27%	8,14%	6,38%	7,74%
Outros Investimentos	-	-	-	0,01%	-	-	-	-	-	-
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldado	REG/REPLAN não saldado	REB	NOVO PLANO
Caderneta de poupança Carteira própria	-	-	-	3.497.274	309.564	202.240	1.132.507
Fundos de investimentos – Carteira própria	-	-	-	30.998.731	3.790.929	1.596.129	11.229.442
Imóveis – Locados à CAIXA	-	-	-	4.564.415	488.750	63.493	63.393
Total	-	-	-	**39.060.420**	**4.589.243**	**1.861.862**	**12.425.342**

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VPOA no final do período	(10.122.889)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.422.383)	(1.422.383)	(1.331.503)	(62.431)	(62.431)	(51.831)
VJA[2] no final do período	-	-	-	-	-	-	62.431	62.431	51.831
Superávit/(déficit) do plano	(10.122.889)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.422.383)	(1.422.383)	(1.331.503)	-	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial[1]	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo[2]	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo/(passivo) líquido	**(10.122.889)**	**(10.122.889)**	**(13.541.692)**	**(1.422.383)**	**(1.422.383)**	**(1.331.503)**	**-**	**-**	**-**

[1] Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

[2] Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível de que trata o item 65(c) do CPC 33 (R1) e Deliberação CVM nº 695/2012, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VPOA no final do período	(54.795.864)	(54.795.864)	(49.345.304)	(6.631.222)	(6.631.222)	(5.083.154)	(426.435)	(426.439)	(341.032)	(1.300.691)	(1.300.691)	(1.266.044)
VJA[2] no final do período	38.576.829	38.576.829	34.864.000	4.346.836	4.346.836	4.256.924	391.385	391.385	316.259	1.187.011	1.187.011	951.598
Superávit/(déficit) do plano	(16.218.575)	(16.218.575)	(14.462.304)	(2.284.386)	(2.284.386)	(826.540)	(42.651)	(42.654)	(22.773)	(713.680)	(713.680)	(554.958)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial[1]	9.209.488	9.209.488	7.241.007	1.142.193	1.142.193	413.270	21.327	21.327	11.387	356.840	356.840	277.223
Efeito do teto do Ativo[2]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo/(passivo) líquido	(9.209.487)	(9.209.487)	(7.241.307)	(1.142.193)	(1.142.193)	(413.270)	(21.327)	(21.327)	(11.387)	(356.840)	(356.840)	(277.223)

[1] Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

[2] Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível de que trata o item 65(c) do CPC 33 (R1) e Deliberação CVM nº 695/2012, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela CAIXA.

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no início do período	(14.496.623)	(13.541.692)	(12.058.398)	(1.376.451)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-	-
Custo do serviço	(121.357)	(235.069)	(199.468)	-	-	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(704.063)	(1.363.490)	(1.686.281)	(64.717)	(128.240)	(157.553)	-	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	238.745	449.102	376.128	64.854	126.844	114.655	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(300.101)	(692.250)	36.327	(46.069)	(89.484)	(191.150)	-	-	-
Custo do serviço passado	5.260.510	5.260.510	-	-	-	-	-	-	-
(Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	**(10.122.889)**	**(10.122.889)**	**(13.541.692)**	**(1.422.383)**	**(1.422.383)**	**(1.331.503)**	**-**	**-**	**-**

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
(Passivo)/Ativo líquido reconhecido no início do período	(9.594.656)	(7.241.007)	(2.307.318)	(817.885)	(413.270)	(50.215)	(426.822)	(11.357)	(13.356)	(197.780)	(277.223)	(258.330)
Custo do serviço	-	-	-	(56.672)	(12.845)	(7.398)	(1.349)	(1.340)	(1.846)	(3.914)	(4.417)	(9.695)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(458.401)	(618.007)	(387.340)	(59.858)	(80.169)	(3.362)	(1.248)	(1.769)	(856)	(6.510)	(22.395)	(31.725)
Contribuições da empresa	162.225	228.867	111.942	11.471	21.338	11.259	1.553	2.110	855	28.782	52.664	47.765
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	681.245	(1.579.340)	(4.658.267)	(289.329)	(677.225)	(353.825)	3.739	(7.731)	3.839	(175.388)	(105.769)	(25.277)
(Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	**(9.209.487)**	**(9.209.487)**	**(7.241.007)**	**(1.142.193)**	**(1.142.193)**	**(413.270)**	**(21.027)**	**(21.027)**	**(11.387)**	**(356.840)**	**(356.840)**	**(277.223)**

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
(Despesa)/Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/ Cesta-Alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano
	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018
Custo do serviço corrente líquido	(136.690)	-	-	(3.821)	(727)	(6.460)
Custo de juros líquidos	(475.632)	(65.084)	(422.187)	(54.413)	(925)	(15.677)
Total da (despesa)/receita a reconhecer no próximo período	**(612.322)**	**(65.084)**	**(422.187)**	**(58.234)**	**(1.652)**	**(22.137)**

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/ Cesta-Alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano
	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018
Benefícios	346.689	65.780	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	8.729	1.574	23.886
Contribuições extraordinárias	-	-	409.525	2.970	10	470
Total dos pagamentos esperados para o plano	**346.689**	**65.780**	**409.525**	**11.699**	**1.584**	**24.356**

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Análise de sensibilidade das principais hipóteses – CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		*Agin Factor*[1]		Exercício
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	-1,00%	-1,00%	+1,00%	-1,00%	2017
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(477.760)	(472.661)	(475.567)	(475.633)	N/A	N/A	(577.450)	(397.528)	(1.363.490)
Valor presente das obrigações atuariais	(10.177.672)	(10.049.543)	(9.876.703)	(10.380.711)	N/A	N/A	(12.312.672)	(8.446.617)	(10.122.889)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	(63.394)	(66.762)	(65.470)	(64.679)	N/A	N/A	N/A	N/A	(128.240)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.387.157)	(1.457.359)	(1.395.759)	(1.450.008)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.422.383)
EX-PREVIAB									
Custo dos juros	(2.788)	(2.933)	(2.879)	(2.842)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.751)
Valor presente das obrigações atuariais	(60.432)	(63.506)	(60.790)	(63.206)	N/A	N/A	N/A	N/A	(62.431)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	(2.528.266)	(2.757.924)	(2.624.694)	(2.648.501)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.986.596)
Valor presente das obrigações atuariais	(152.529.076)	(57.300.498)	(53.152.142)	(56.494.221)	N/A	N/A	N/A	N/A	(54.795.804)
REG/REPLAN									
Não saldado									
Custo dos serviços	(3.099)	(3.912)	(3.205)	(3.775)	N/A	N/A	N/A	N/A	(12.846)
Custo dos juros	(271.849)	(297.296)	(282.318)	(285.387)	N/A	N/A	N/A	N/A	(528.933)
Valor presente das obrigações atuariais	(15.820.321)	(6.349.003)	(5.889.358)	(6.259.666)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.631.222)
REB									
Custo dos serviços	(604)	(731)	(316)	(697)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.311)
Custo dos juros	(19.086)	(20.852)	(19.997)	(19.840)	N/A	N/A	N/A	N/A	(35.185)
Valor presente das obrigações atuariais	(408.799)	(445.932)	(417.187)	(435.919)	N/A	N/A	N/A	N/A	(426.439)
Novo Plano									
Custo dos serviços	(5.045)	(6.836)	(2.680)	(6.447)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.417)
Custo dos juros	(172.469)	(188.315)	(89.917)	(90.024)	N/A	N/A	N/A	N/A	(123.833)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.822.066)	(1.987.571)	(1.851.187)	(1.951.636)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.900.691)

[1] *Aging Factor* adotado a partir de 31/12/2017 em substituição ao IICCTR (Taxa de Crescimento dos Custos Médicos).

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Análise de sensibilidade das principais hipóteses – CPC 33 (R1)

Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		*Agin Factor*[1]		Exercício
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	2016
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(680.807)	(637.815)	(649.372)	(669.813)	N/A	N/A	(786.277)	(560.921)	(1.686.282)
Valor presente das obrigações atuariais	(13.985.105)	(13.087.938)	(13.013.408)	(14.104.324)	N/A	N/A	(16.110.553)	(11.546.833)	(13.541.692)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	(61.976)	(65.053)	(63.838)	(63.191)	N/A	N/A	N/A	N/A	(157.553)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.300.562)	(1.362.114)	(1.306.674)	(1.357.262)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.331.503)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(4.763)	(5.218)	(4.990)	(4.965)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.307)
Valor presente das obrigações atuariais	(49.686)	(54.200)	(50.740)	(52.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(51.831)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	(4.647.072)	(5.077.189)	(4.839.317)	(4.860.725)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.069.592)
Valor presente das obrigações atuariais	(47.304.726)	(51.601.600)	(48.047.262)	(50.682.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.346.014)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	(16.252)	(18.262)	(8.263)	(17.909)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.086)
Custo dos juros	(479.334)	(523.552)	(497.528)	(502.881)	N/A	N/A	N/A	N/A	(516.800)
Valor presente das obrigações atuariais	(4.872.880)	(5.315.503)	(4.933.414)	(5.237.794)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.083.154)
REB									
Custo dos serviços	(24.146)	(26.364)	(12.251)	(25.918)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.839)
Custo dos juros	(112.467)	(122.999)	(117.012)	(117.835)	N/A	N/A	N/A	N/A	(34.525)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(341.032)
Novo Plano									
Custo dos serviços	(806)	(3.023)	(581)	(2.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.606)
Custo dos juros	(114.198)	(121.669)	(118.784)	(119.522)	N/A	N/A	N/A	N/A	(123.692)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.206.044)

[1] IICCTR – Taxa de Crescimento dos Custos Médicos.

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de benefício definido

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	**2º semestre 2017**	**Exercício 2017**	**Exercício 2016**
REB	21.309	43.014	41.381
Novo Plano	412.886	841.409	850.860
Total	**434.195**	**884.423**	**892.241**

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO			
Descrição	**2º semestre 2017**	**Exercício 2017**	**Exercício 2016**
Causas judiciais	3.749	7.626	8.941
Total	**3.749**	**7.626**	**8.941**

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA, Informações Financeiras, Relatórios de Gerenciamento.

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BACEN nº 3.846/2017.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Exigência de Capital Regulatório

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial. O quadro abaixo apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Cálculo da exigência de capital regulamentar

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência – PR	**93.464.469**	**77.719.299**
Nível I	**59.387.930**	**54.397.312**
Capital Principal – CP	59.387.930	54.397.312
Patrimônio líquido (1))	34.407.851	27.179.943
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.975.702	36.453.644
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	-	-
Ajustes prudenciais	(11.995.623)	(9.236.275)
Capital Complementar – CC	**-**	**-**
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-
Nível II	**34.076.539**	**23.321.987**
Instrumentos de dívida subordinada	33.189.571	22.446.278
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 0%)	-	-
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	-	(1.122.092)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 60%)	(1.158.580)	-
Notas subordinadas	1.706.463	1.681.237
Letras financeiras	370.662	336.890
Letras financeiras (dedução 0%)	-	-
Letras financeiras (dedução 20%)	(445)	-
Letras financeiras (dedução 40%)	-	(5.667)
Letras financeiras (dedução 60%)	(9.436)	(14.659)
Letras financeiras (dedução 80%)	(21.696)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**529.502.315**	**574.167.634**
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	458.355.599	509.291.713
Risco de mercado – carteira de negociação – RWA_{MPAD}	9.657.268	12.094.327
Taxa de juros – RWA_{JUR}	4.706.200	6.362.640
Commodities – RWA_{COM}	1.709.383	1.809.534
Ações – RWA_{ACS}	192.542	-
Câmbio – RWA_{CAM}	3.049.143	3.922.153
Risco operacional – RWA_{OPAD}	**61.489.448**	**52.781.594**
Adicional de Capital Principal – ACP	**7.942.535**	**3.588.548**
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR (RWA*Fator F) + ACP	**56.921.499**	**60.316.310**
Risco de mercado – carteira de não negociação – R_{BAN}	**1.333.900**	**6.912.474**
Margem de capital (PR – PRMR – RBAN)	**35.209.070**	**10.490.515**
Índice de capital principal (CP/RWA)	**11,22%**	**9,47%**
Índice de capital nível I (Nível I/RWA)	**11,22%**	**9,47%**
Índice de Basileia (PR/RWA)	**17,65%**	**13,54%**
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	**9,25%**	**9,88%**

(1) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, perda efetiva a partir de julho de 2017, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de *Behavior Scoring* – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (*commodities*).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar uma menor volatilidade dos resultados da Instituição, o alinhamento às melhores práticas de mercado e o atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, que consiste no cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA, e no cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento financeiro.

Essas taxas de juros que subsidiam a precificação de instrumentos de renda fixa, são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito e diferentes prazos.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por meio de metodologia apropriada.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

***Value at Risk* – VaR**

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average,* método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos (a partir de janeiro/2004) para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros, de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria, com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

São utilizados dois tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima das taxas do cenário de referência;
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo das taxas do cenário de referência.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de modo a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade [1]

Fatores de Risco	31/12/2017	31/12/2016
PRE	38.478	15.199
Cupom IPCA	-	2.492
Cupom SELIC	3	(39)
Ações Bovespa	538	-
VaR com ED	**39.019**	**17.652**

[1] Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações na carteira bancária

As operações na carteira bancária abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II – disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência – PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia adotada a partir de agosto/2017 para mensuração do risco das operações da carteira bancária e sujeitas à variação de taxas de juros é baseada nas abordagens por valor econômico e intermediação financeira, aderente ao que determina a Resolução BACEN nº 4.557/2017.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade que permitem verificar a variação no valor da carteira a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

INDIVIDUAL

Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13.321.706	12.429.265	13.322.055	12.429.667	349	402
Aplicações em operações compromissadas	130.911.089	144.645.896	130.887.147	144.595.084	(23.942)	(50.812)
Títulos e valores mobiliários	186.141.225	179.646.715	189.050.950	181.060.818	2.909.725	1.414.103
Títulos para negociação	108.957.427	108.346.402	108.957.427	108.346.402	-	-
Títulos disponíveis para venda	36.094.876	21.808.716	36.094.876	21.808.716	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	41.088.922	49.491.597	43.998.647	50.905.700	2.909.725	1.414.103
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	690.863.001	690.640.624	651.764.237	633.458.493	(39.098.764)	(57.182.131)
Comercial	162.332.377	191.767.880	179.389.730	208.162.537	17.057.353	16.394.657
Rural	6.914.403	7.216.914	6.651.071	7.216.914	(263.332)	-
Habitação	431.187.564	405.495.273	381.369.897	342.401.818	(49.817.667)	(63.093.455)
Infraestrutura/desenvolvimento	82.607.985	78.379.488	76.532.867	67.896.155	(6.075.118)	(10.483.333)
Outros créditos	7.820.672	7.781.069	7.820.672	7.781.069	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS						
Captações de recursos	239.942.916	291.527.948	250.953.842	298.464.519	11.010.926	6.936.571
CDB/RDB	111.732.731	137.433.519	113.079.432	139.001.542	1.346.701	1.568.023
Letras de Crédito (LF, LH, LCI e LCA)	117.528.334	140.913.283	125.568.844	145.806.273	8.040.510	4.892.990
Obrigações por TVM no exterior	10.681.851	13.181.146	12.305.566	13.656.704	1.623.715	475.558
Captação em operações compromissadas	148.663.402	159.545.749	148.100.885	159.509.724	(562.517)	(36.025)
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	266.924.358	239.472.800	208.286.137	178.245.547	(58.638.221)	(61.227.253)
Exterior	2.147.951	5.425.078	2.173.575	5.448.083	25.624	23.005
Tesouro	54.895	53.145	55.585	51.303	690	(1.842)
FGTS	235.620.378	204.156.954	180.590.773	147.563.794	(55.029.605)	(56.593.160)
BNDES	28.745.475	28.894.894	25.123.457	24.349.112	(3.622.018)	(4.545.782)
Depósitos não remunerados	355.659	942.729	342.747	833.255	(12.912)	(109.474)
Instrumento híbrido de capital e dívida	39.019.817	28.541.406	21.351.298	18.599.007	(17.668.519)	(9.942.399)

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados, ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção de fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.

b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da B3 com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das operações classificadas na carteira bancária, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2017 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(254.440)	(6.147.422)	(11.835.994)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(29.403)	(719.657)	(1.393.367)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(260.473)	(5.345.212)	(8.941.236)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(400)	(10.264)	(21.254)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.090/2012, nº 4.388/2014 e nº 4.557/2017.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

No gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica mínima de recursos para fazer frente a uma situação de crise, composto por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa previstas para 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de limites para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A violação de qualquer dos limites ou qualquer evento externo que produza impacto severo na liquidez da CAIXA é comunicada tempestivamente ao Conselho Diretor para avaliação quanto à decretação do regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as ações para incremento de liquidez e o fluxo de acionamento do plano para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê Delegado de Risco e Capital e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA este processo está embasado em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Mensuração, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

A CAIXA está implementando o modelo de Linhas de Defesa que corresponde a uma forma de estruturação dos processos da empresa de maneira a organizar os papéis e responsabilidades no que se refere ao Ambiente de Controle e Gestão de Riscos. Em virtude da reorganização de mandatos para a gestão do Sistema de Controles Internos na CAIXA, houve a criação da SN Integração de Controle e Risco – SUICR em janeiro de 2017 e revisão de mandatos e atividades da SN Controle Institucional do Conglomerado – SUCOI. Assim, além da migração, para a SUICR, da GEROP, da GEMON/CEMON (ambas anteriormente vinculadas à SUCOI) e da GEGAR (antes vinculada à SURIC), também foi criada a GN Modelagem de Linhas de Defesa – GELDE.

A GELDE, por sua vez, possui como atribuições a responsabilidade pela modelagem e implantação das Linhas de Defesa na CAIXA. Tais responsabilidades inerentes ao gerenciamento de riscos estão organizadas em três Linhas de Defesa, conforme disposto abaixo:

- 1ª Linha de Defesa, composta por todas as unidades da CAIXA, incluindo unidades de Rede, Filiais e Matriz. Possui como responsabilidade identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.
- 2ª Linha de Defesa, composta pelas unidades da VICOR, considerando-se a seguinte divisão:

DECOR e unidades subordinadas em relação aos riscos de crédito, carteira, mercado, liquidez, operacional, capital, partes relacionadas, socioambiental, reputacional, dentre outros;

SUCOI como responsável pelo Sistema de Controles Internos da CAIXA e gestão de Compliance.

- 3ª Linha de Defesa, composta pela auditoria interna, que atua de forma independente das demais unidades.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3.640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA2.

A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

Modelos Internos

Os modelos internos de Risco Operacional, desenvolvidos por meio da abordagem avançada, visam mensurar as perdas esperadas e inesperadas utilizando em seu cálculos insumos internos, tornando os resultados mais aderentes às especificidades da Instituição, além de estar em linha com as melhores práticas de gestão e mensuração do Risco Operacional.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Embora a utilização do modelo interno para o cálculo de capital regulamentar esteja descartada pelo regulador, pois as diretrizes do novo modelo padronizado SMA (*Standardized Measurement Approach*) devem ser divulgadas ainda em 2018, a CAIXA possui modelo interno desenvolvido e sua utilização para mensuração do Capital Econômico e realização de testes de estresse são de extrema importância para o aprimoramento contínuo da gestão de Risco Operacional da CAIXA.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando à redução de riscos e à melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A Gestão da Continuidade dos Negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação e Comunicação

A gestão de Segurança da Informação e Comunicações é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as suas áreas na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da Instituição.

Gestão de Crise

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós-crise.

Na CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na Instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado, de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Nota 34 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017 (1)**	**31/12/2016(2)**
FGTS	489.114.370	502.029.048
PIS	31.240.929	31.476.213
FAR	39.844.589	43.439.305
FCVS	13.800.682	12.754.057
FDS	3.011.455	2.528.756
FGCN	50.440	52.102
FGHAB	1.868.767	1.801.570
FGS	1.901.419	1.313.593
FAS	25.252	28.457
Total	**580.857.903**	**595.423.101**

(1) Posição de 30/11/2016.

(2) Fundos e programas sociais com posição 30/11/2017, com exceção do FGTS, com posição de 31/10/2017.

(b) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO		
Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Fundos de ações	14.068.151	15.048.884
Fundos de investimento financeiro	202.325.000	186.996.963
Fundos de investimento em cotas (1)	142.961.908	115.387.486
Total	**359.355.059**	**317.433.333**

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(c) Efeitos não recorrentes na Demonstração do Resultado

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
Descrição	**Exercício 2017**
Reversão de provisões atuariais – custo de serviços passados (Nota 26)	5.260.510
Reversão de créditos tributários (Nota 20 (d))	(561.069)
Despesas com atualização monetária de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 27)	(1.090.000)
Participações no lucro	(286.000)
Despesas tributárias – PASEP/COFINS (Nota 29)	27.877
Tributos correntes – IRPJ e CSLL (Nota 20 (a))	604.800
Total	**3.956.118**

(d) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R$ 100.188 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA, na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei nº 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito, descontado dos valores honrados e repassados ao MEC, é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas", no montante de R$ 32.726.

Nota 35 – Eventos Subsequentes

Plano de desligamento de empregados

Considerando a autorização da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, a CAIXA disponibilizou o Programa de Desligamento de Empregados – PDE aos empregados que possuem maior tempo de trabalho na empresa, com público-alvo de 2.964 empregados.

O prazo de adesão ao PDE foi finalizado no dia 05/03/2018 e 1.450 empregados aderiram ao programa.

Gilberto Magalhães Occhi
Presidente

Arno Meyer
Vice-presidente

Fabio Lenza
Vice-presidente

Jair Luis Mahl
Vice-presidente interino

José Antonio Eirado Neto
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Marcelo Campos Prata
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Nelson Antonio de Souza
Vice-presidente

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Roberto Barros Barreto
Vice-presidente interino

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEGUNDO SEMESTRE DE 2017

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias interna e independente. Seu Regimento Interno está disponível no site http://www.caixa.gov.br e sua atuação é orientada pelas normas aplicáveis, pelo Estatuto da CAIXA e pelo Plano de Trabalho aprovado para o exercício.

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade.

A auditoria interna inclui, entre seus trabalhos regulares, o exame do ambiente e das atividades de controle existentes, com reflexo na elaboração dessas demonstrações.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável por auditar as demonstrações contábeis, individual e consolidada, devendo atestar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

ATIVIDADES REALIZADAS

Ao longo do segundo semestre de 2017, o Comitê participou de reuniões com integrantes do Conselho Diretor e de todas aquelas realizadas pelo Conselho de Administração. Promoveu encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, com prioridade, em vista da natureza de suas atividades, para as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria.

Em todos os encontros anteriormente mencionados, colheu informações, observações e diagnósticos de aspectos relevantes ou críticos, debateu procedimentos e oportunidades de aperfeiçoamento, discutiu planos e ações corretivas e formulou apontamentos.

O Comitê também acompanhou os resultados de inspeções e apontamentos feitos pelos órgãos reguladores ou supervisores e manteve reuniões específicas com seus representantes. Informou-se sobre os estágios das recomendações ou determinações das diversas instâncias de controle, analisando a consistência e a efetividade das respectivas soluções.

Manteve-se atento ao ambiente regulatório e econômico com implicações para a CAIXA e ao reflexo das ações de gestão sobre a dinâmica de atuação da instituição, em particular quanto aos aspectos relacionados à governança, à conformidade, aos controles internos, à gestão de riscos e às atividades de auditoria.

Com as equipes de auditoria interna e independente, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, conclusões e recomendações decorrentes. Em relação à ressalva apresentada no relatório do auditor independente, o Comitê vem acompanhando os resultados das investigações efetuadas e debatendo seus desdobramentos com os auditores. Revisou, além disso, as demonstrações contábeis, incluindo as respectivas notas explicativas e relatórios da Administração e do auditor independente, emitido com ressalva.

CONCLUSÕES

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um conjunto de informações que constituiu a base para suas avaliações. Assim, em função das análises efetuadas, ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação e reconhecendo a necessidade de aprimoramentos em alguns processos e sistemas internos, o Comitê concluiu que:

i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade;
ii) a auditoria interna se mostra efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência; e
iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas demonstrações contábeis, individual e consolidada, que foram elaboradas pela Administração em consonância com as normas vigentes e refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal e suas controladas em 31.12.2017.

Brasília (DF), 27 de março de 2018.

CARLA ALESSANDRA TREMATORE

CLÁUDIO LYSIAS DE TOLEDO PEREIRA

REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO
Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidado para o semestre e exercício findos nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2(d) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

nas operações citadas na referida Nota, a Administração da CAIXA tomou conhecimento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Comitê Independente específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os eventuais consequentes impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

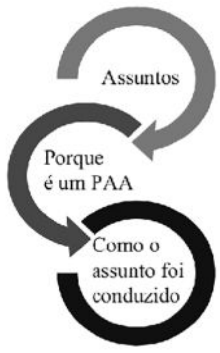
Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 7(b) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2017, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 27.813 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam a R$ 12.944 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R$ 3.705 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 18.574 milhões, em 31 de dezembro de 2017, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei nº 10.150, de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, considerando que as ações relacionadas à referida investigação estão em andamento, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria



Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)

Por que é um PAA

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos alinhados com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento e testes dos controles internos relevantes na mensuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: aprovação da política de crédito; análise de crédito; concessão de crédito e operações renegociadas; atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; processamento e contabilização das provisões; reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e elaboração das notas explicativas.
Efetuamos, também, testes em relação à integridade e totalidade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis e as informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos.
Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação ao previsto nas normas regulamentares e nas políticas internas para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Crédito tributário (Notas 3(i) e 20)

Por que é um PAA

O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.
A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA e de suas investidas, incluindo utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Considerando a subjetividade inerente a esse processo, uma vez que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização dos créditos tributários, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o entendimento do processo de apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como do estudo de realização dos créditos tributários de acordo as projeções de lucros tributários elaborados pela Administração.
Analisamos premissas críticas incluídas nas projeções de lucros tributários e, comparamos com dados macroeconômicos disponíveis e informações históricas e prospectivas da CAIXA e de suas investidas em seus aspectos mais relevantes.
Testamos a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.
Discutimos com a Administração e inspecionamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelo Conselho Diretor e apreciação pelo Conselho de Administração.
Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e manutenção dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(p) e 30)

Porque é um PAA

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.
A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da CAIXA. Consequentemente, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria abrangeram, entre outros:
O entendimento dos controles relacionados à identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, bem como os modelos de cálculo adotados para a constituição das provisões de natureza tributária, cível e trabalhista, que consideram a análise individualizada para as ações relevantes e o valor médio histórico de condenação pago para as demais ações.
Efetuamos testes em relação aos valores provisionados das ações relevantes, bem como, com o apoio de nossos especialistas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cível.
Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda relacionadas às demais contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
Efetuamos procedimentos de confirmação com os advogados que são responsáveis pela análise dos processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.
Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Plano de benefício pós-emprego (Notas 3(r) e 32)

Porque é um PAA

A CAIXA tem planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados, da aplicação das características de cada plano quanto à responsabilidade da CAIXA como patrocinadora, incluindo a paridade contributiva, bem como a determinação de premissas por parte da Administração com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, de evolução de custos médicos e de mortalidade.
Além disso, a CAIXA aprovou um novo Estatuto, em 14 de dezembro de 2017, alterando as premissas do plano econômico Saúde CAIXA, com a implementação de teto de contribuição vinculado à folha de pagamento como limitador de gastos da CAIXA.
Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento dos processos que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós-emprego.
Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à completude e a base de dados considerada nos cálculos atuariais, além da paridade contributiva do déficit.
Com o auxílio de nossos especialistas atuários, procedemos à reperformance de cálculos em base de testes e discutimos as metodologias e os julgamentos relevantes utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado. Realizamos o confronto do saldo contábil com o saldo apresentado nos pareceres atuariais.
Avaliamos os estudos e análises feitos pela Administração quanto ao reconhecimento contábil das alterações de premissas dos planos.
Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para os planos de benefícios pós-emprego são, em todos os seus aspectos relevantes, razoáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Mensuração do valor justo dos ativos dos planos de benefícios a empregados com pouca liquidez e sem mercado ativo (Nota 3(g), 3(r) e 32 (i.6 a i.8))

Porque é um PAA

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros dos ativos dos planos de benefício a empregados foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e ao envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que dependem de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o entendimento sobre a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo dos ativos dos planos de benefícios a empregados.
Analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento dessas principais premissas e desses modelos com as práticas utilizadas de mercado, inclusive para os ativos que foram objeto de constituição de provisão para perda.
Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos fornecem uma base razoável, em seus aspectos relevantes, para sua utilização da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros dos planos de benefícios pós-emprego no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

Porque é um PAA

A CAIXA opera em um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.
Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos principais controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.
Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores sobre a infraestrutura que suportam as informações relevantes no processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes e segregação de função.
Por meio dos resultados dos trabalhos mencionados, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para a auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da CAIXA e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico, e é consistente em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e semestre anteriores

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do semestre e do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de março de 2017, com ressalva referente à ausência de laudo de avaliação relativo a determinada entidade investida do fundo de pensão patrocinado pela CAIXA, providenciado para o primeiro semestre de 2017, bem como com parágrafos de ênfases referentes à realização dos créditos com FCVS, realização do crédito tributário da investida Banco PAN S.A. e aspectos relacionados à não conformidade de leis e regulamentos.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2017
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 26 de março de 2018.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 01/2018, DA ATA Nº 741, DE 26/03/2018

Assunto: Balancete Mensal de dezembro, Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2017 – Resolução do Conselho Diretor nº 7916/2018, de 06/03/2018.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no inciso III, artigo 59, do Estatuto Social da Empresa, examinou as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2017, aprovados pela Resolução do Conselho Diretor nº 7916/2018, de 06/03/2018, e tomando por base a manifestação da Auditoria Interna, o Parecer da PricewaterhouseCoopers (PwC) e o Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (Coaud), e é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: 1) as recomendações da Auditoria Interna; 2) as ênfases da Auditoria Independente; e 3) a ressalva da Auditoria Independente, a saber: "considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos [detalhados por meio da Nota Explicativa 2 (d) às Demonstrações Contábeis] estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2017". Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.

Brasília, 26 de março de 2018.

ANDRÉ PROITE
Conselheiro

DANIEL DE SABÓIA XAVIER
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA DE OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no artigo 25, inciso XVIII, alínea "d", do Estatuto Social da Companhia, tomando por base os Relatórios da Auditoria Interna, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, aprovou as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Brasília, 22 de março de 2018.

ANDRÉ NUNES
Conselheiro

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA
Conselheira

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Conselheiro

GILBERTO OCCHI
Conselheiro

MARIA RITA SERRANO
Conselheira Representante dos Empregados

PRISCILA GRECOV
Conselheira

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 27 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2014/7072
Reg. Col. nº 9984/2015

Acusados	Advogados
José Higino Buczenko	Maria Isabel do Prado Bocater (OAB/RJ nº 28.559)
Adrian Monge Jara	
Marcelo Alves Varejão	
Pedro Adolpho Luiz Caldeira	
Camille Curi	
Ricardo Woitowicz	André Luis Bergamaschi (OAB/SP nº 319.123)
Marco Antônio Bernardi	
César Romeu Fiedler	
Dionísio Leles da Silva Filho	
Atilano de Oms Sobrinho	
Di Marco Pozzo	
Valdir Lima Carreiro	
Irajá Galliano Andrade	
Jauneval de Oms	
Carlos Alberto Del Claro Gloger	

Assunto: Pedido de adiamento da sessão de julgamento do PAS RJ2014/7072

Diretor Relator: Gustavo Borba

Despacho:

"Trata-se de pedido de adiamento da sessão de julgamento do PAS RJ2014/7072, agendada para ocorrer em 27/03/2018, apresentado por Atilano de OMS Sobrinho, Jauneval de OMS, Di Marco Pozzo, Cesar Romeu Fiedler, Irajá Galliano Andrade, Valdir Lima Carreiro, Carlos Alberto Del Claro Gloger, Ricardo Woitowicz, Dionísio Leles da Silva Filho e Marco Antonio Bernardi (...), acusados no âmbito do presente processo, (...) por supostas irregularidades contábeis identificadas nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2013 e no ITR pertinente ao período encerrado em 31/03/2014. (...) entendo que as razões apresentadas pelos Requerentes não são suficientes para justificar o adiamento da sessão de julgamento do PAS RJ2014/7072. Aos Acusados foi concedida a oportunidade de manifestar-se previamente ao longo da instrução do presente processo acerca dos fatos a eles imputados, (...) bem como lhes foi assegurado o direito de ampla defesa, exercido por todos os acusados (...). Ademais, em 12/12/2014, os Requerentes apresentaram proposta conjunta de termo de compromisso, (...). Ressalto, por fim, que, nada obstante os Requerentes terem manifestado seu interesse em celebrar termo de compromisso, não foi apresentada, até a presente data, qualquer proposta efetiva cuja análise pudesse justificar o adiamento da sessão. Por estas razões, indefiro o pedido de adiamento da sessão de julgamento do PAS RJ2014/7072, a qual, por conseguinte, deverá ser realizada na data agendada, 27/03/2018, às 15h. (...)"

O inteiro teor do despacho está disponível nos autos do PAS em referência e na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br).

GUSTAVO TAVARES BORBA
Diretor

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM NºRJ2013/2759

Acusados: Antônio Tavares da Câmara
José Alfredo Cruz Guimarães
Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves
Marcelo Cintra Zarif

Ementa: Suposta omissão de informações a respeito da prática de remuneração e das outras fontes de financiamento da companhia. Absolvição - Informações incompletas e inconsistentes sobre a remuneração variável dos administradores e sobre a situação financeira da companhia. Advertência. Direito de voto reservado a acionistas minoritários na eleição em separado para membros do conselho fiscal denegado. Multa - Não divulgação dos serviços de administração imobiliária prestados pela Adrecor. Multas - Não divulgação das transações entre a Companhia e a sociedade Adrecor nos Formulários de Referência da Companhia de Seguros Aliança da Bahia. Multas.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, decidiu:

1. POR MAIORIA:

1.1. Pela extinção do presente processo, sem julgamento de mérito, com relação ao acusado Marcelo Cintra Zarif, que foi acusado na qualidade de presidente da mesa da assembleia geral ordinária.

1.2. APLICAR ao acusado Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho, na qualidade de acionista controlador da Companhia de Participações Aliança da Bahia, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), por ter denegado, na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 30.04.2012, por meio da atuação da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, o direito de voto reservado a acionistas preferencialistas na eleição em separado para membros do conselho fiscal, prevista no art. art. 161, §4º, "a", da Lei nº 6.404/1976, em infração ao art. 117, caput, da mesma Lei, combinado com o art. 1º, I, da Instrução CVM nº 323/2000;

1.3. APLICAR ao acusado Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho, na qualidade de acionista controlador da Companhia de Participações Aliança da Bahia, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), por ter denegado, na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 30.04.2012, por meio da atuação da Fundação Maria Emilia Pedreira Freire de Carvalho, o direito de voto reservado a acionistas minoritários na eleição em separado para membros do conselho fiscal prevista no art. 161, §4º, "a", da Lei nº 6.404/1976, em infração ao art. 117, caput, da mesma Lei, combinado com o art. 1º, I, da Instrução CVM nº 323/2000; e

1.4. APLICAR ao acusado Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho, na qualidade de acionista controlador da Companhia de Participações Aliança da Bahia, a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), por ter denegado, na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 30.04.2012, por meio da atuação da Fundação Maria Emilia Pedreira Freire de Carvalho, o direito de voto reservado a acionistas minoritários na eleição em separado para membros do conselho de administração, prevista no art. 141, §4º, I, da Lei nº 6.404/1976, em infração ao art. 117, caput, da mesma Lei, combinado com o art. 1º, I, da Instrução CVM nº 323/2000.

2. POR UNANIMIDADE:

2.1. ABSOLVER Antonio Tavares da Câmara, na qualidade de diretor de relações com investidores da companhia, da imputação de suposta omissão de informações a respeito da prática de remuneração e das outras fontes de financiamento da Companhia.

2.2. APLICAR ao acusado Antonio Tavares da Câmara, na qualidade de diretor de relações com investidores da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, a penalidade de advertência, por fornecer à assembleia geral ordinária da Companhia, realizada em 31.03.2011, informações incompletas e inconsistentes sobre a remuneração variável dos administradores e sobre a situação financeira da Companhia, em infração ao art. 2º, I, combinado com o art. 7º da Instrução CVM nº 481/2009 e com, respectivamente, (i) o art. 12, II, da Instrução CVM nº 481/2009 e o item 13.3.d do anexo 24 à Instrução CVM nº 480/2009; e (ii) o art. 9, III, da Instrução CVM nº 481/2009 e o item 10.1(a) do anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009.

2.3. APLICAR aos acusados Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho e Antonio Tavares da Câmara, na qualidade de diretores da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, a penalidade de multa pecuniária individual no valor de R$200.000,00, por não terem divulgado os serviços de administração imobiliária prestados pela Adrecor - Administração, Representações e Corretagens Ltda., nas demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Aliança da Bahia referentes aos exercícios de 2008 a 2011, em infração ao art. 177, §3º, da Lei nº 6.404/1976, combinado com a Deliberação CVM nº 560/2008, para os exercícios de 2008 e 2009, e a Deliberação CVM nº 642/2010 para os exercícios de 2010 e 2011; e

2.4. APLICAR aos acusados Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho e Antonio Tavares da Câmara, na qualidade de, respectivamente, diretor- presidente e diretor de relações com investidores da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, a penalidade de multa pecuniária individual no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), por não terem divulgado as transações entre a Companhia e a sociedade Adrecor - Administração, Representações e Corretagens Ltda., nos Formulários de Referência da Companhia de Seguros Aliança da Bahia apresentados entre 29.06.2010 a 17.08.2012, em infração aos artigos 14 e 24, combinados com os itens 1.1, 16.2 e 16.3 do anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009.

2.5. APLICAR aos acusados Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho, José Alfredo Cruz Guimarães e Antonio Tavares da Câmara, na qualidade de diretores da Companhia de Participações Aliança da Bahia penalidade, a penalidade de multa pecuniária individual no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por não terem divulgado os serviços de administração imobiliária prestados pela Adrecor - Administração, Representações e Corretagens Ltda. e a prestação de serviços da JRT Assessoria Empresarial Ltda., nas demonstrações financeiras da Companhia de Participações Aliança da Bahia referente ao exercício de 2011, em infração ao art. 177, §3º, da Lei nº 6.404/1976, combinado com a Deliberação CVM nº 642/2010; e

2.6. APLICAR aos acusados Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho e Antonio Tavares da Câmara, na qualidade de, respectivamente, diretor-presidente e diretor de relações com investidores da Companhia de Participações Aliança da Bahia, a penalidade de multa pecuniária individual no valor de R$30.000,00 (trinta mil reais), por não terem divulgado os serviços de administração imobiliária prestados pela Adrecor - Administração, Representações e Corretagens Ltda. e a prestação de serviços da JRT Assessoria Empresarial Ltda., nos Formulários de Referência da Companhia de Participações Aliança da Bahia apresentados entre 31.05.2011 a 29.06.2012, em infração aos artigos 14 e 24, combinados com os itens 1.1, 16.2 e 16.3 do anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Por força do disposto no Decreto nº 8.652/2016, a decisão absolutória transita em julgado na 1ª Instância, sem a interposição de recurso de ofício por parte da CVM.

Presente a Procuradora-federal Luciana Gabriel Dayer, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Presentes os advogados Rafael Salles, representante dos acusados Antônio Tavares da Câmara, José Alfredo Cruz Guimarães e Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves; e Marcelo Levithina, representando o acusado Marcelo Cintra Zarif.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Henrique Balduino Machado Moreira, Relator, Gustavo Borba, Gustavo Machado Gonzalez e Pablo Renteria, que presidiu a Sessão.

Ausente o Presidente da CVM, Marcelo Barbosa.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018.
HENRIQUE BALDUINO MACHADO MOREIRA
Diretor-Relator

PABLO RENTERIA
Presidente da Sessão de Julgamento

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

SESSÃO RETIRADA DE PAUTA
PAS CVM Nº RJ2014/2426 - Pettenati S.A. Indústria Têxtil

Acusados	Advogados
Franceschina Libonati Pettenati	João Carlos Franzoi Basso OAB/RS nº 30.694
João Verner Juenemann	João Carlos Franzoi Basso OAB/RS nº 30.694
Otávio Pettenati	João Carlos Franzoi Basso OAB/RS nº 30.694
Otávio Ricardo Pettenati	João Carlos Franzoi Basso OAB/RS nº 30.694
Theodoro Firmbach	João Carlos Franzoi Basso OAB/RS nº 30.694
Zulmar Neves	João Carlos Franzoi Basso OAB/RS nº 30.694
Sergio Eduardo Ferreira Rodarte	Nelson Eizirik OAB/RJ nº 38.730

Reportamo-nos à Pauta de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores publicada no DOU de terça-feira, 20 de janeiro de 2018, Seção 1, pág. 7, para informar que o PAS CVM nº RJ2014/2426, pautado para julgamento no dia 27 de março de 2018, às 15h, foi retirado de pauta.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

1ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos da sessão presencial da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção a ser realizada na seguinte data.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017)

DIA 13 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): EDGAR BRAGANCA BAZHUNI

1 - Processo nº: 10940.720804/2013-95 - Recorrente: ITAYTYBA ECOTURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE ROBERTO ADELINO DA SILVA

2 - Processo nº: 10830.903937/2011-81 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 10830.904057/2011-21 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
4 - Processo nº: 10830.903938/2011-25 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 10830.904058/2011-76 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 10830.904060/2011-45 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10830.907605/2011-75 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10830.907607/2011-64 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10830.907608/2011-17 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10830.907606/2011-10 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10830.903898/2012-01 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10830.903897/2012-58 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10830.907295/2012-70 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10830.912957/2012-23 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10830.912942/2012-65 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10830.912944/2012-54 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10830.912941/2012-11 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10830.912943/2012-18 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 10830.912951/2012-56 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 10830.912947/2012-98 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10830.912955/2012-34 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10830.912953/2012-45 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10830.912948/2012-32 - Recorrente: OCC - ONCOLOGIA CLINICA DE CAMPINAS SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LIZANDRO RODRIGUES DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 1ª Seção

2ª CÂMARA

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção

A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.

Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

12 DE MARÇO DE 2018 A 16 DE MARÇO DE 2018

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, Angelo Abrantes Nunes, Rafael Gasparello Lima e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Luis Fabiano Alves Penteado.

Processo: 19679.004570/2003-85 - ZONARI - SERVICOS DE ADESTRAMENTO E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA - ME - Acórdão: 1201-002.070
Processo: 11080.000192/2002-06 - TRANSCONTINENTAL LOGISTICA S.A. - Acórdão: 1201-002.071
Processo: 13609.721739/2015-46 - MECAN INDUSTRIA E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO S.A. - Acórdão: 1201-002.072
Processo: 15983.720004/2016-34 - SANTOS FUTEBOL CLUBE - Acórdão: 1201-002.073
Processo: 16327.001654/2004-40 - ITAU RENT ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A - Acórdão: 1201-002.074
Processo: 19740.720024/2009-90 - ALIANCA FOMENTO MERCANTIL LTDA - EPP - Acórdão: 1201-002.083
Processo: 10882.003922/2003-03 - ROVNO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME - Retirado de pauta.
Processo: 19515.001261/2004-15 - CITICORP MERCANTIL PARTIC INVESTIMENTOS - Retirado de pauta.
Processo: 19515.722835/2013-75 - NESTLE BRASIL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 10740.720068/2014-11 - COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP - Acórdão: 1201-002.075
Processo: 10740.720024/2014-82 - COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP - Acórdão: 1201-002.076
Processo: 10740.720025/2014-27 - COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP - Acórdão: 1201-002.077
Processo: 10740.720069/2014-57 - COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP - Acórdão: 1201-002.078
Processo: 10783.720248/2014-98 - COSTA JUCA CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP - Acórdão: 1201-002.079
Processo: 10380.723168/2015-16 - INDUSTRIA DE CALCADOS BECKER IRAUCUBA LTDA - ME - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Rafael Gasparello Lima.

Processo: 10768.018464/2002-24 - FUNDACAO DE PREVIDENCIA DOS SERV DO IRB - Retirado de pauta.
Processo: 16561.720162/2013-75 - NOVELIS DO BRASIL LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 11065.720170/2016-41 - CONEXAOSUL IMOVEIS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 16643.720038/2013-08 - CAMARGO CORREA S/A - Acórdão: 1201-002.100
Processo: 15469.000454/2007-35 - CIMEELI - COMERCIO E INDUSTRIA DE METAIS E LIGAS LTDA - Acórdão: 1201-002.101
Processo: 19515.006249/2009-01 - FRIGONOVA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 15586.720754/2013-46 - COMERCIAL DE VEICULOS CAPIXABA S/A - Acórdão: 1201-002.102
Processo: 16062.720140/2015-06 - UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL - Acórdão: 1201-002.103
Processo: 15563.720274/2015-13 - SENDAS DISTRIBUIDORA S/A - Acórdão: 1201-002.104
Processo: 19515.721216/2014-44 - GAIA ENERGIA E PARTICIPACOES S.A. - Acórdão: 1201-002.105
Processo: 13851.900234/2006-83 - TECNOMOTOR ELETRONICA DO BRASIL S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10735.902631/2008-90 - SILVER STAR PARTICIPACOES S/A. - Retirado de pauta.
Processo: 10825.722769/2015-27 - CROMAIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10825.722781/2015-31 - FAROLEO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11080.011915/2003-75 - DIGITEL S A INDUSTRIA ELETRONICA - Retirado de pauta.
Processo: 18471.001086/2008-72 - PROL CENTRAL DE SERVICOS LTDA. - Retirado de pauta.
Processo: 13805.011366/97-32 - DURATEX SA - Retirado de pauta.
Processo: 16561.720079/2015-68 - SSTOWERS PARTICIPACOES S. A. - Retirado de pauta.
Processo: 10880.009231/2002-44 - COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA - Retirado de pauta.
Processo: 13884.723115/2012-61 - EMBRAER S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 13502.721043/2014-27 - BRASKEM S/A - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902382/2013-33 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902379/2013-10 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902381/2013-99 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902383/2013-88 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902384/2013-22 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902385/2013-77 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902389/2013-55 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902390/2013-80 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902392/2013-79 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902393/2013-13 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902398/2013-46 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902400/2013-87 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13609.902401/2013-21 - EXPRESSO UNIR LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10880.723494/2015-84 - OAS S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Retirado de pauta.
Processo: 16682.722771/2016-35 - IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA - Retirado de pauta.
Processo: 10580.723522/2016-29 - AULIK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 15868.720257/2012-09 - AGRO IMOBILIARIA AVANHANDAVA S/A EM LIQUIDACAO - Retirado de pauta.
Processo: 10950.724423/2011-02 - FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Rafael Gasparello Lima.

Processo: 10166.905166/2015-70 - BANCO DO BRASIL SA - Retirado de pauta.
Processo: 10166.905167/2015-14 - BANCO DO BRASIL SA - Retirado de pauta.
Processo: 10830.004182/2001-68 - PRATEC CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10932.000078/2007-41 - VOSS AUTOMOTIVE LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10935.901963/2012-87 - INDUSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11080.007735/2002-16 - SANTALUCIA ALIMENTOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13807.011428/99-76 - ITAU GRAFICA LTDA - GRUPO ITAU - Retirado de pauta.
Processo: 15374.001945/00-88 - LABORATORIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA - Resolução: 1201-000.396
Processo: 16327.000545/2009-10 - ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 16327.919408/2009-51 - UNIBANCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - Acórdão: 1201-002.106
Processo: 16327.001125/2006-16 - EVAUX PARTICIPACOES S.A - Acórdão: 1201-002.107
Processo: 12571.720398/2012-51 - MIGUEL SALLUM & FILHOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11060.002450/2010-29 - CENTRO INTEGRADO DE PREPARACAO DO ESTUDANTE LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10783.916313/2009-11 - FLEXIBRAS TUBOS FLEXIVEIS LTDA - Acórdão: 1201-002.108
Processo: 10855.724560/2014-60 - SAFERPAK PLASTICOS LTDA - ME - Retirado de pauta.
Processo: 10314.720548/2015-84 - MULTIPLUS S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 15540.000337/2010-67 - JOSE CARLOS PIRES COUTINHO - Retirado de pauta.
Processo: 15954.720012/2013-85 - SANTA ELISA PARTICIPACOES S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 10840.722571/2011-21 - SANTA ELISA PARTICIPACOES S.A. - Retirado de pauta.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 10380.724500/2010-47 - J MACEDO S/A - Retirado de pauta.
Processo: 15215.000001/2009-52 - CAIUBI INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A - Retirado de pauta.
Processo: 10283.721454/2011-11 - BREITENER JARAQUI S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 11516.001259/2007-69 - TRACTEBEL ENERGIA S. A. - Retirado de pauta.
Processo: 16327.914241/2009-31 - BANCO NOSSA CAIXA S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 13839.004872/2007-11 - TRANSPORTES LISOT LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10280.722545/2013-58 - BANCO DO ESTADO DO PARA S A - Retirado de pauta.
Processo: 10945.007225/2007-65 - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL - Retirado de pauta.
Processo: 19515.720235/2014-53 - SUPERMERCADO GUAICURUS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.720237/2014-42 - SUPERMERCADO SANTO AMARO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 16327.721176/2012-06 - BANCO VOTORANTIM S.A. - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

ATA DE JULGAMENTO

Ata de julgamento dos recursos das sessões ordinárias da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção
A integra das decisões proferidas - acórdãos e resoluções - serão publicadas no sitio do CARF em https://carf.fazenda.gov.br , podendo ser pesquisadas pelo número do acórdão ou da resolução, pelo número do processo ou pelo nome do contribuinte.
Os processos administrativos poderão ser acompanhados pelo sitio do CARF https://carf.fazenda.gov.br mediante cadastramento no sistema PUSH.

13 DE MARÇO DE 2018 A 15 DE MARÇO DE 2018

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Eva Maria Los, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, Eduardo Morgado Rodrigues e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Luis Fabiano Alves Penteado.
Processo: 13855.000726/2009-80 - JOSE EDUARDO ANIBAL ME - Retirado de pauta.
Processo: 10073.720691/2012-11 - FUNDACAO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUCAO DA CIDADANIA - Retirado de pauta.
Processo: 14041.001485/2007-61 - CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB - Retirado de pauta.
Processo: 16561.720148/2014-52 - CARGILL AGRICOLA S A - Pedido de vista.
Processo: 13005.722242/2014-63 - FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL - Resolução: 1201-000.383
Processo: 15956.720368/2014-80 - FARM INDUSTRIA E AGRO PECUARIA LTDA - Acórdão: 1201-002.080
Processo: 11634.720174/2015-47 - BRASIPAR - INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA. - ME - Acórdão: 1201-002.081
Processo: 16561.720044/2016-18 - CERRADINHO PARTICIPACOES S.A. - Acórdão: 1201-002.082
Processo: 16327.721476/2012-87 - UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 10530.723582/2013-94 - NORAUTO CAMINHOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10530.723779/2013-23 - TV SUBAE LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11065.004895/2008-89 - FIBRA SA INDUSTRIA E COMERCIO - Retirado de pauta.
Processo: 19515.004781/2009-86 - SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S/A - Retirado de pauta.
Processo: 13839.003788/2006-07 - IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10218.720693/2014-72 - CARAJAS EXTRACAO DE AGUA MINERAL LTDA - ME - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Eva Maria Los, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, Breno do Carmo Moreira Vieira e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Luis Fabiano Alves Penteado.
Processo: 19675.000576/2007-47 - JJ PRODUCOES E COBRANCAS LTDA - ME - Retirado de pauta.
Processo: 10680.014772/2008-36 - INDUSTRIA DE ALIMENTOS VALE DO MUCURI LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 19515.000050/2006-19 - CLARO S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 16306.000254/2010-11 - TUPY FUNDICOES LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 11516.721342/2016-49 - GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 16682.900045/2015-89 - CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A - Retirado de pauta.
Processo: 16306.720525/2011-21 - COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO - Retirado de pauta.
Processo: 16327.900761/2015-13 - BANCO VOTORANTIM S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 10925.001691/2004-22 - ONITEC SERVICE LTDA - ME - Retirado de pauta.
Processo: 16561.720049/2014-71 - JHS F PARTICIPACOES S.A. - Retirado de pauta.
Processo: 10380.006289/2002-77 - ACCCARD ADM DE CARTOES E SERVICOS S/A - Retirado de pauta.
Processo: 10480.732676/2015-59 - PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Resolução: 1201-000.384
Processo: 16832.000282/2010-72 - BESOURO VEICULOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 15521.000418/2008-71 - IMBEG - IMBE ENGENHARIA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10803.000011/2011-69 - GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 13807.000357/2001-43 - SOLUTIA BRASIL LTDA - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Rafael Gasparello Lima.
Processo: 11543.005654/2002-89 - XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Resolução: 1201-000.385
Processo: 16682.900169/2011-31 - XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Resolução: 1201-000.386
Processo: 16682.900817/2010-78 - XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Acórdão: 1201-002.084
Processo: 16682.901021/2011-13 - XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Resolução: 1201-000.387
Processo: 16682.901297/2010-11 - XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Resolução: 1201-000.388
Processo: 16682.903278/2011-18 - XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Resolução: 1201-000.389
Processo: 16682.900376/2014-38 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Retirado de pauta.
Processo: 16682.903054/2012-89 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Retirado de pauta.
Processo: 16682.903060/2012-36 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Retirado de pauta.
Processo: 16682.903062/2012-25 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Retirado de pauta.
Processo: 16682.903076/2012-49 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Retirado de pauta.
Processo: 16682.903080/2012-15 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Retirado de pauta.
Processo: 16682.903082/2012-04 - PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Retirado de pauta.
Processo: 15956.720019/2011-15 - MARTA APARECIDA MERLIN CAVALLARO - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 18019.000332/2009-05 - A BERNARDO LEAL ME - Retirado de pauta.
Processo: 10580.733827/2012-15 - MORENA VEICULOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 16561.720021/2016-03 - ATACADAO S.A. - Acórdão: 1201-002.085

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Rafael Gasparello Lima.
Processo: 19515.001010/2006-94 - NET SAO PAULO LTDA - Acórdão: 1201-002.086
Processo: 10183.003840/2008-42 - FAZENDA AGROPECUARIA XAVANTINA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10183.727732/2015-98 - TREZE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10830.002574/2011-64 - ANK - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME - Retirado de pauta.
Processo: 10830.003195/2010-19 - CASA DA MADEIRA ANHANGUERA - EIRELI - EPP - Retirado de pauta.
Processo: 10980.724526/2015-31 - BAYONNE COSMETICOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 18470.720458/2011-79 - CARLOS HENRIQUE CUNHA FRIDMAN - Retirado de pauta.
Processo: 10240.720220/2013-15 - ECLIPSE REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES LTDA - ME - Retirado de pauta.
Processo: 10469.724899/2015-09 - TECIDOS LIDER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Acórdão: 1201-002.087
Processo: 10909.003278/2008-24 - SUL BUSINESS - FOMENTO MERCANTIL LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10920.721410/2011-21 - AM- FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10932.720103/2014-36 - MENSAN METALURGICA LTDA - Pedido de vista.
Processo: 15586.000450/2007-11 - COMERCIAL DE CAFE STOCKL LTDA - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa, e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Rafael Gasparello Lima.
Processo: 15586.000663/2007-42 - DISMAR COMERCIAL LTDA - Acórdão: 1201-002.088
Processo: 15586.002293/2008-69 - MONTREAL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10280.723086/2009-43 - REAL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 12963.000087/2007-09 - CEREALISTA SANTA RITA LTDA - Acórdão: 1201-002.089
Processo: 16682.720048/2010-26 - TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. - Acórdão: 1201-002.090
Processo: 10280.001008/96-54 - AMAZONIA COMPENSADOS E LAMINADOS S A - Resolução: 1201-000.391
Processo: 10283.720104/2009-13 - MARIA ALCILENE GOMES DA SILVA - ME - Acórdão: 1201-002.091
Processo: 10283.720097/2009-41 - SEVERINO G. DE OLIVEIRA ESTIVAS EM GERAL - ME - Acórdão: 1201-002.092
Processo: 10314.722994/2014-42 - ROYAL CARIBBEAN CRUZEIROS (BRASIL) LTDA. - ME - Acórdão: 1201-002.093
Processo: 10425.001015/98-16 - E. BARBOSA DE SOUZA E CIA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10480.731677/2015-86 - ANTUNES PALMEIRA LTDA - Acórdão: 1201-002.094
Processo: 10530.725536/2015-91 - MINDOM PROMOTORA LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 15540.720006/2012-17 - IPCE FIOS E CABOS ELETRICOS LTDA - Retirado de pauta.
Processo: 10640.003272/2007-64 - DROGARIA CARVALHO E CANAAN LTDA - ME - Resolução: 1201-000.392
Processo: 10880.725451/2014-52 - DURCHSSOUF COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA EIRELI - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e cinco minutos, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Rafael Gasparello Lima.

Processo: 11543.004393/2001-07 - XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - Resolução: 1201-000.390

Processo: 19515.720944/2015-10 - ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA PAULISTA S.A - Retirado de pauta.

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal, reuniram-se os membros da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção, estando presentes os conselheiros Ester Marques Lins de Sousa (Presidente), Eva Maria Los, Luis Fabiano Alves Penteado, Luis Henrique Marotti Toselli, Paulo Cezar Fernandes de Aguiar, Gisele Barra Bossa e eu, Jose Antonio da Silva, Chefe da Secretaria, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária. Ausentes, justificadamente os Conselheiros José Carlos de Assis Guimarães e Rafael Gasparello Lima.

Processo: 10932.720041/2015-43 - STAR METAL'S INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 10945.002647/2008-25 - V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 11052.001422/2010-93 - DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS ESPORTE GOUVEENSE LTDA - EPP - Acórdão: 1201-002.095

Processo: 11080.002783/2005-52 - PREDIMAR COMERCIO DE IMOVEIS LTDA - ME - Retirado de pauta.

Processo: 13116.720927/2014-18 - A.S.E. DISTRIBUICAO LTDA. - ME - Acórdão: 1201-002.096

Processo: 15563.000725/2008-65 - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS F.MAIA DE CAXIAS LTDA - Acórdão: 1201-002.097

Processo: 15586.720635/2013-93 - RECREIO VITORIA VEICULOS S.A. - Retirado de pauta.

Processo: 16707.001866/2009-67 - TRD SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA - Resolução: 1201-000.393

Processo: 18470.725744/2012-10 - ENINCO ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Resolução: 1201-000.394

Processo: 18471.002077/2007-18 - FISCHER AMERICA RIO COMUNICACAO TOTAL LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 19515.002852/2007-44 - EMILYTEC - COMERCIO DE TELEFONIA E INFORMATICA LTDA. - Acórdão: 1201-002.098

Processo: 19515.004028/2007-29 - COMERCIO DE MALHAS E TECIDOS SILVA SANTOS LTDA. - Retirado de pauta.

Processo: 19515.005788/2009-15 - MARCOMAR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Retirado de pauta.

Processo: 19515.720506/2014-71 - EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. - Resolução: 1201-000.395

Processo: 10280.723136/2011-15 - M E VIEIRA & CIA LTDA - Acórdão: 1201-002.099

JOSE ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da Turma

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 13609.902382/2013-33 (item 11) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 12 a 23. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 12 a 23, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: DIVERSOS

Relator(a): EVA MARIA LOS

1 - Processo nº: 10880.009231/2002-44 - Recorrente: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

2 - Processo nº: 10166.905166/2015-70 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 10166.905167/2015-14 - Recorrente: BANCO DO BRASIL SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 10280.723086/2009-43 - Recorrentes: REAL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

5 - Processo nº: 15954.720012/2013-85 - Recorrentes: SANTA ELISA PARTICIPACOES S.A. e FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10840.722571/2011-21 - Recorrentes: SANTA ELISA PARTICIPACOES S.A. e FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: LUCRO ARBITRADO

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

7 - Processo nº: 15586.000450/2007-11 - Recorrente: COMERCIAL DE CAFE STOCKL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

8 - Processo nº: 10825.722769/2015-27 - Recorrente: CROMAIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10825.722781/2015-31 - Recorrente: FAROLEO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 10932.720103/2014-36 - Recorrente: MENSAN METALURGICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: DIVERSOS

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

11 - Processo nº: 13609.902382/2013-33 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

12 - Processo nº: 13609.902379/2013-10 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 13609.902381/2013-99 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 13609.902383/2013-88 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 13609.902384/2013-22 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13609.902385/2013-77 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 13609.902389/2013-55 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 13609.902390/2013-80 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo nº: 13609.902392/2013-79 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 13609.902393/2013-13 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 13609.902398/2013-46 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 13609.902400/2013-87 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13609.902401/2013-21 - Recorrente: EXPRESSO UNIR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

24 - Processo nº: 10830.004182/2001-68 - Recorrente: PRATEC CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

25 - Processo nº: 10280.722545/2013-58 - Embargante: BANCO DO ESTADO DO PARA S A

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

26 - Processo nº: 19515.001261/2004-15 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CITICORP MERCANTIL PARTIC INVESTIMENTOS

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 4: DIVERSOS

Relator(a): EVA MARIA LOS

27 - Processo nº: 13805.011366/97-32 - Recorrente: DURATEX SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

28 - Processo nº: 16832.000282/2010-72 - Recorrente: BESOURO VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

29 - Processo nº: 15215.000001/2009-52 - Recorrente: CAIUBI INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

30 - Processo nº: 11080.011915/2003-75 - Recorrente: DIGITEL S A INDUSTRIA ELETRONICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

31 - Processo nº: 10530.723582/2013-94 - Recorrente: NORAUTO CAMINHOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 13807.000357/2001-43 - Recorrente: SOLUTIA BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10530.723779/2013-23 - Recorrente: TV SUBAE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

34 - Processo nº: 10580.733827/2012-15 - Recorrentes: MORENA VEICULOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: DIVERSOS

35 - Processo nº: 16561.720049/2014-71 - Recorrentes: JHS F PARTICIPACOES S.A. e FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 15540.720006/2012-17 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: IPCE FIOS E CABOS ELETRICOS LTDA

TEMA 7: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

37 - Processo nº: 10980.724526/2015-31 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

38 - Processo nº: 10183.003840/2008-42 - Recorrente: FAZENDA AGROPECUARIA XAVANTINA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 19675.000576/2007-47 - Recorrente: JJ PRODUCOES E COBRANCAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

40 - Processo nº: 15540.000337/2010-67 - Recorrente: JOSE CARLOS PIRES COUTINHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 8: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

41 - Processo nº: 10183.727732/2015-98 - Recorrente: TREZE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

42 - Processo nº: 18019.000332/2009-05 - Recorrente: A BERNARDO LEAL ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10830.002574/2011-64 - Recorrente: ANK - SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 18470.720458/2011-79 - Recorrente: CARLOS HENRIQUE CUNHA FRIDMAN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10830.003195/2010-19 - Recorrente: CASA DA MADEIRA ANHANGUERA - EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10380.723168/2015-16 - Recorrente: INDUSTRIA DE CALCADOS BECKER IRAUCUBA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

47 - Processo nº: 15956.720019/2011-15 - Recorrente: MARTA APARECIDA MERLIN CAVALLARO - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 9: DIVERSOS

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

48 - Processo nº: 10425.001015/98-16 - Recorrente: E. BARBOSA DE SOUZA E CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

49 - Processo nº: 10925.001691/2004-22 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM JOACABA/SC e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e ONITEC SERVICE LTDA - ME)

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

50 - Processo nº: 10935.901963/2012-87 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CASCAVEL/PR e Embargada: 3ª Turma Especial da 4ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e INDUSTRIA DE COMPENSADOS GUARARAPES LTDA)

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

51 - Processo nº: 13839.003788/2006-07 - Embargante: IBG INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

52 - Processo nº: 16561.720162/2013-75 - Recorrente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10920.721410/2011-21 - Recorrente: AM- FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

54 - Processo nº: 10909.003278/2008-24 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM FLORIANOPOLIS/SC e Embargada: 3ª Turma Ordinária da 1ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e SUL BUSINESS - FOMENTO MERCANTIL LTDA)

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 10: DIVERSOS
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
55 - Processo nº: 10945.007225/2007-65 - Recorrente: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
56 - Processo nº: 10768.018464/2002-24 - Recorrente: FUNDACAO DE PREVIDENCIA DOS SERV DO IRB e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS
Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR
57 - Processo nº: 11065.720170/2016-41 - Recorrente: CONEXAOSUL IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
58 - Processo nº: 10880.723494/2015-84 - Recorrente: OAS S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
59 - Processo nº: 16561.720079/2015-68 - Recorrente: SSTOWERS PARTICIPACOES S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
60 - Processo nº: 10803.000011/2011-69 - Recorrente: GEP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 19515.004781/2009-86 - Recorrentes: SANTHER FABRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S/A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: DIVERSOS
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
62 - Processo nº: 11080.007735/2002-16 - Embargante: SANTALUCIA ALIMENTOS LTDA
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
63 - Processo nº: 10218.720693/2014-72 - Recorrente: CARAJAS EXTRACAO DE AGUA MINERAL LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
64 - Processo nº: 10855.724560/2014-60 - Recorrente: SAFERPAK PLASTICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10380.724500/2010-47 - Recorrente: J MACEDO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
66 - Processo nº: 13884.723115/2012-61 - Embargante: EMBRAER S.A.
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
67 - Processo nº: 10240.720220/2013-15 - Recorrente: ECLIPSE REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 15586.002293/2008-69 - Recorrente: MONTREAL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 14: PER/DCOMP
Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
69 - Processo nº: 18471.001086/2008-72 - Recorrentes: PROL CENTRAL DE SERVICOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
70 - Processo nº: 10580.723522/2016-29 - Recorrente: AULIK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
71 - Processo nº: 13502.721043/2014-27 - Embargante: Conselheira da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e BRASKEM S/A)
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
72 - Processo nº: 10283.721454/2011-11 - Recorrentes: BREITENER JARAQUI S.A. e FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 10314.720548/2015-84 - Recorrentes: MULTIPLUS S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
74 - Processo nº: 10380.006289/2002-77 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ACCCARD ADM DE CARTOES E SERVICOS S/A
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
75 - Processo nº: 16327.721176/2012-06 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 19515.720235/2014-53 - Recorrente: SUPERMERCADO GUAICURUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 19515.720237/2014-42 - Recorrente: SUPERMERCADO SANTO AMARO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
78 - Processo nº: 11065.004895/2008-89 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FIBRA SA INDUSTRIA E COMERCIO
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
79 - Processo nº: 15868.720257/2012-09 - Recorrente: AGRO IMOBILIARIA AVANHANDAVA S/A EM LIQUIDACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
80 - Processo nº: 19515.000050/2006-19 - Recorrentes: CLARO S.A. e FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 16306.720525/2011-21 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMINIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 16682.900045/2015-89 - Recorrente: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
83 - Processo nº: 10950.724423/2011-02 - Recorrentes: FUNDACAO HOSPITALAR DE SAUDE e FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 16: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
84 - Processo nº: 11516.721342/2016-49 - Recorrentes: GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A. e FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10680.014772/2008-36 - Recorrentes: INDUSTRIA DE ALIMENTOS VALE DO MUCURI LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVA MARIA LOS
86 - Processo nº: 19515.005788/2009-15 - Recorrente: MARCOMAR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
87 - Processo nº: 11080.002783/2005-52 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PREDIMAR COMERCIO DE IMOVEIS LTDA - ME
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
88 - Processo nº: 10932.720041/2015-43 - Recorrente: STAR METAL'S INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 16306.000254/2010-11 - Recorrente: TUPY FUNDICOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 17: DIVERSOS
Relator(a): EVA MARIA LOS
90 - Processo nº: 16561.720148/2014-52 - Recorrentes: CARGILL AGRICOLA S A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
91 - Processo nº: 19515.006249/2009-01 - Embargante: DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO/SP e Embargada: 1ª Turma Especial da 1ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e FRIGONOVA LTDA)
92 - Processo nº: 16327.721476/2012-87 - Recorrentes: UNIBANCO-UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: PER/DCOMP
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
93 - Processo nº: 13851.900234/2006-83 - Recorrente: TECNOMOTOR ELETRONICA DO BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO
94 - Processo nº: 16327.900761/2015-13 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
95 - Processo nº: 16682.900376/2014-38 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 16682.903054/2012-89 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 16682.903060/2012-36 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 16682.903062/2012-25 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16682.903076/2012-49 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 16682.903080/2012-15 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 16682.903082/2012-04 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 2ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10980.934190/2009-74 (item 28) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 29 a 35. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 29 a 35, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10880.658130/2012-73 (item 36) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 37 a 59. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 37 a 59, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 10675.901644/2014-41 (item 84) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 85 a 107. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 85 a 107, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 13 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: DIVERSOS
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
1 - Processo nº: 12571.720398/2012-51 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: MIGUEL SALLUM & FILHOS LTDA
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
2 - Processo nº: 14041.001485/2007-61 - Embargante: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA CEUB
3 - Processo nº: 10073.720691/2012-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FUNDACAO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUCAO DA CIDADANIA
Relator(a): EVA MARIA LOS
4 - Processo nº: 19515.722835/2013-75 - Embargante: NESTLE BRASIL LTDA.
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
5 - Processo nº: 10882.003922/2003-03 - Recorrente: ROVNO SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
6 - Processo nº: 15521.000418/2008-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: IMBEG - IMBE ENGENHARIA LTDA
7 - Processo nº: 13855.000726/2009-80 - Recorrente: JOSE EDUARDO ANIBAL ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 19515.004028/2007-29 - Recorrente: COMERCIO DE MALHAS E TECIDOS SILVA SANTOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES
9 - Processo nº: 18471.002077/2007-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FISCHER AMERICA RIO COMUNICACAO TOTAL LTDA
Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA
10 - Processo nº: 13807.011428/99-76 - Embargante: ITAU GRAFICA LTDA - GRUPO ITAU
11 - Processo nº: 10735.902631/2008-90 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: SILVER STAR PARTICIPACOES S/A.

DIA 13 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): GISELE BARRA BOSSA
12 - Processo nº: 10880.725451/2014-52 - Recorrente: DURCHSSOUF COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI
13 - Processo nº: 10530.725536/2015-91 - Recorrentes: MINDOM PROMOTORA LTDA e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

14 - Processo nº: 15586.720635/2013-93 - Recorrente: RECREIO VITORIA VEICULOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

15 - Processo nº: 13839.004872/2007-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: TRANSPORTES LISOT LTDA

TEMA 3: DIVERSOS

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

16 - Processo nº: 10932.000078/2007-41 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: VOSS AUTOMOTIVE LTDA

Relator(a): JOSE CARLOS DE ASSIS GUIMARAES

17 - Processo nº: 11060.002450/2010-29 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CENTRO INTEGRADO DE PREPARACAO DO ESTUDANTE LTDA

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

18 - Processo nº: 16682.722771/2016-35 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

19 - Processo nº: 10945.002647/2008-25 - Recorrente: V PILATI EMPRESA DE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

20 - Processo nº: 19515.720944/2015-10 - Recorrente: ALL - AMERICA LATINA LOGISTICA MALHA PAULISTA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

21 - Processo nº: 16327.914241/2009-31 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO NOSSA CAIXA S.A.

22 - Processo nº: 11516.001259/2007-69 - Embargante: Conselheiro da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF e Embargada: 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do CARF (Interessados: FAZENDA NACIONAL e TRACTEBEL ENERGIA S. A.)

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

23 - Processo nº: 16643.000425/2010-73 - Recorrentes: TERRA NETWORKS BRASIL S/A e FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 16561.720205/2012-31 - Recorrente: TERRA NETWORKS BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

25 - Processo nº: 13161.720888/2012-41 - Recorrente: USINA ELDORADO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10730.720241/2010-68 - Recorrente: UNIMED SAO GONCALO NITEROI SOC COOP SERV MED HOSP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

27 - Processo nº: 10314.727784/2015-21 - Recorrente: INTERNACIONAL DE TECIDOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): EVA MARIA LOS

28 - Processo nº: 10980.934190/2009-74 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

29 - Processo nº: 10980.932255/2009-47 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10980.932256/2009-91 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10980.932258/2009-81 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10980.932260/2009-50 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10980.932263/2009-93 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10980.934189/2009-40 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10980.934191/2009-19 - Recorrente: FAURECIA AUTOMOTIVE DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

36 - Processo nº: 10880.658130/2012-73 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

37 - Processo nº: 10880.658131/2012-18 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10880.658132/2012-62 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10880.658133/2012-15 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10880.973277/2012-91 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10880.973278/2012-35 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10880.973279/2012-80 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10880.973280/2012-12 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10880.973281/2012-59 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10880.973282/2012-01 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10880.973283/2012-48 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10880.973284/2012-92 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10880.973285/2012-37 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10880.973286/2012-81 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10880.973287/2012-26 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10880.973288/2012-71 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10880.973289/2012-15 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10880.973290/2012-40 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10880.973291/2012-94 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10880.973292/2012-39 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10880.973293/2012-83 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10880.973294/2012-28 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10880.973295/2012-72 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10880.986788/2012-72 - Recorrente: TECBENS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

60 - Processo nº: 19515.006646/2008-94 - Embargante: TRANSAMERICA FLATS LTDA.

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

61 - Processo nº: 19515.720007/2016-45 - Recorrente: PLATINA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

62 - Processo nº: 19515.000958/2010-17 - Recorrente: VICTRIX ASSESSORIA COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

63 - Processo nº: 18471.002051/2003-46 - Embargante: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

64 - Processo nº: 10830.007722/2007-51 - Recorrente: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

65 - Processo nº: 10283.721246/2008-17 - Recorrente: SHOWA DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

66 - Processo nº: 14098.000308/2009-74 - Recorrentes: AGROMON S/A AGRICULTURA E PECUARIA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVA MARIA LOS

67 - Processo nº: 10872.000364/2010-64 - Recorrente: EXTERRAN SERVICOS DE OLEO E GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 16643.000189/2010-95 - Recorrente: JOHN DEERE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 10283.720630/2008-94 - Recorrente: KODAK DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 16561.720115/2012-41 - Recorrente: SANOFI-AVENTIS FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 10903.720019/2015-41 - Recorrente: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: DIVERSOS

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

72 - Processo nº: 10980.724528/2015-20 - Recorrente: BAYONNE COSMETICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

73 - Processo nº: 10283.723102/2016-05 - Recorrente: GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

74 - Processo nº: 10882.720931/2016-79 - Recorrente: ATIVA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13864.720151/2016-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MASTERFOODS BRASIL ALIMENTOS LTDA.

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

76 - Processo nº: 16004.000563/2008-63 - Recorrente: CLAUDIA MARA BRONZELLI ESTIVANELI ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: PER/DCOMP

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

77 - Processo nº: 10830.902393/2013-00 - Recorrente: GRG COMERCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS REPROGRAFICOS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

78 - Processo nº: 13899.900222/2006-11 - Recorrente: HENKEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10768.004158/2003-91 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10830.917518/2009-10 - Recorrente: CITYGRAFICA ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10830.917519/2009-56 - Recorrente: CITYGRAFICA ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10830.918755/2009-90 - Recorrente: CITYGRAFICA ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10830.918756/2009-34 - Recorrente: CITYGRAFICA ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10675.901644/2014-41 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ESTER MARQUES LINS DE SOUSA

85 - Processo nº: 10675.901650/2014-07 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10675.901651/2014-43 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 10675.901660/2014-34 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 10675.901667/2014-56 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 10675.901668/2014-09 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10675.901677/2014-91 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10675.901678/2014-36 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10675.901684/2014-93 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10675.901689/2014-16 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10675.901691/2014-95 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10675.901945/2014-75 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10675.901946/2014-10 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10675.901947/2014-64 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10675.901949/2014-53 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10675.901950/2014-88 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10675.901953/2014-11 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10675.901955/2014-19 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

102 - Processo nº: 10675.901956/2014-55 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10675.901957/2014-08 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 10675.901958/2014-44 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 10675.901959/2014-99 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10675.901960/2014-13 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10675.901963/2014-57 - Recorrente: MARCIO MARIA MACEDO ADVOGADOS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 7: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): GISELE BARRA BOSSA

108 - Processo nº: 13855.721574/2011-77 - Recorrente: ESPERANCA ARTIGOS PARA ESCRITORIO LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 16004.000099/2008-13 - Recorrente: HOMBRE CONFECCOES E ACESSORIOS LTDA - ME. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 19515.720229/2011-53 - Recorrente: PPS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10909.001029/2006-32 - Recorrente: V.C. SCHVEITZER & CIA LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: DIVERSOS

Relator(a): RAFAEL GASPARELLO LIMA

112 - Processo nº: 16327.001767/2007-98 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: ITAU UNIBANCO S.A.

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

113 - Processo nº: 10380.727707/2012-35 - Recorrente: CAMARSE EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS HOTELEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS HENRIQUE MAROTTI TOSELLI

114 - Processo nº: 10660.723025/2014-79 - Recorrente: M & L TRANSPORTES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 10580.720802/2015-02 - Recorrente: MARIA DE FATIMA VILACA CAMPOS E CIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO CEZAR FERNANDES DE AGUIAR

116 - Processo nº: 10920.003475/2008-95 - Recorrente: MICRO JUNTAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIS FABIANO ALVES PENTEADO

117 - Processo nº: 10120.725212/2013-13 - Recorrente: SAO SALVADOR ALIMENTOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

118 - Processo nº: 10218.001272/2007-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: FRIGOXIN COMERCIAL LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ESTER MARQUES LINS DE SOUSA
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 2ª Câmara da 1ª Seção

3ª CÂMARA

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10580.911851/2009-04 (item 63) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 64 a 67. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 64 a 67, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

1 - Processo nº: 19515.720161/2016-17 - Recorrente: SAP BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

2 - Processo nº: 19515.005912/2008-61 - Recorrente: CONSIDER DISTRIBUIDOR NACIONAL DE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

3 - Processo nº: 10803.720049/2012-32 - Recorrente: ITA PECAS PARA VEICULOS COMERCIO E SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

4 - Processo nº: 16327.000005/99-11 - Embargante: FENICIA ADMINISTRACAO DE NEGOCIOS E COBRANCA LTDA

5 - Processo nº: 10480.720835/2010-68 - Embargante: SINTEQUIMICA DO BRASIL LIMITADA

6 - Processo nº: 16327.001397/2009-51 - Embargante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

7 - Processo nº: 10280.720820/2008-31 - Recorrentes: CADAM S.A. e FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10980.013235/2002-07 - Recorrente: MOMENTO ENGENHARIA DE CONSTRUCAO CIVIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 2: OMISSÃO DE RECEITAS - INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTOS

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

9 - Processo nº: 10480.734088/2013-98 - Recorrente: A.P.E. AUTOPECAS - EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 11020.722035/2014-95 - Recorrente: NTE AUTO PECAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 11020.724102/2013-25 - Recorrente: NTE AUTO PECAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

12 - Processo nº: 10650.001629/2007-51 - Recorrente: BRAMILHO EXPORTACAO E COMERCIO DE CEREAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

13 - Processo nº: 15956.000394/2008-40 - Recorrente: VALBLOCK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 18088.000862/2010-65 - Recorrente: MASTER COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE COSMETICOS E SANEANTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

15 - Processo nº: 13433.720980/2011-83 - Recorrente: PLANETA AGUA BAR E RESTAURANTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: OMISSÃO DE RECEITAS - DIVERSOS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

16 - Processo nº: 16327.720393/2011-90 - Recorrentes: SOROCRED - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A e FAZENDA NACIONAL

TEMA 5: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO

Relator(a): NELSO KICHEL

17 - Processo nº: 10166.000239/2004-82 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL e Contribuinte: VIA ENGENHARIA S. A.

TEMA 6: IOF - EXIGÊNCIA BASEADA EM MESMOS ELEMENTOS DE PROVA DE AUTUAÇÃO DE IRPJ

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

18 - Processo nº: 16327.004074/2003-23 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO BMC S.A.

TEMA 7: PER/DCOMP

Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO

19 - Processo nº: 11843.000133/2007-65 - Recorrente: KEILA VIANA RIBEIRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

20 - Processo nº: 10510.900018/2008-72 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A

TEMA 8: APURAÇÃO INCORRETA

21 - Processo nº: 11080.009016/2004-93 - Embargante: RIO GRANDE ENERGIA SA

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

22 - Processo nº: 18471.000971/2002-49 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GUILHERME FONTES FILMES LTDA ME

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 9: OMISSÃO DE RECEITAS - PASSIVO FICTÍCIO

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

23 - Processo nº: 10469.720166/2012-44 - Recorrentes: DRICOS MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 19515.001633/2005-86 - Recorrente: LWS COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 19515.004070/2009-10 - Recorrente: MACLENY - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

26 - Processo nº: 19515.002914/2007-18 - Recorrente: GRANJA NISHIYA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10120.008110/2006-19 - Recorrente: GRANJA INDIARA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 19515.720992/2012-65 - Recorrente: ALSPAC-TRANSPORTES INTERNACIONAIS E AGENCIAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

29 - Processo nº: 10730.006557/2006-67 - Recorrente: FAZENDA NOV MOD STA EDWIGES COM REP LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 11: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZO

30 - Processo nº: 10980.008211/2005-71 - Recorrente: HOTEIS DEVILLE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 12: EXCLUSÃO DO SIMPLES

31 - Processo nº: 19515.006248/2009-59 - Recorrente: A.G. FREIRES GESTAO EMPRESARIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

32 - Processo nº: 10510.721411/2011-05 - Recorrente: COLEGIO PURIFICACAO JUNIOR LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10510.721627/2011-62 - Recorrente: COLEGIO PURIFICACAO JUNIOR LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10920.721153/2016-31 - Recorrente: CERTA SERVICOS CONTABEIS SOCIEDADE SIMPLES - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10920.721598/2016-11 - Recorrente: CERTA SERVICOS CONTABEIS SOCIEDADE SIMPLES - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10920.721915/2016-08 - Recorrente: CERTA SERVICOS CONTABEIS SOCIEDADE SIMPLES - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NELSO KICHEL

37 - Processo nº: 10410.006720/2009-57 - Recorrentes: C. L. F. DA SILVA - FRIGORIFICO e FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD

38 - Processo nº: 10580.730619/2011-83 - Recorrente: GDK S.A. EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

39 - Processo nº: 13888.723871/2015-01 - Recorrente: MASTER - MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 16682.722534/2015-93 - Recorrentes: DELTA CONSTRUCOES S.A e FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA

41 - Processo nº: 10140.721844/2013-70 - Recorrente: THEODORO BARRIGUELLA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): NELSO KICHEL

42 - Processo nº: 15586.001371/2009-99 - Recorrente: CAFEEIRA RIO PRETENSE LTDA Sujeição Passiva: GUIDO HIGINO VITÓRIO e ANTÔNIO JOSÉ VITÓRIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR

43 - Processo nº: 10384.721474/2014-99 - Recorrente: VOCE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO

44 - Processo nº: 10580.721374/2016-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

TEMA 15: PER/DCOMP

Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO

45 - Processo nº: 10680.932847/2009-43 - Recorrente: CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
46 - Processo nº: 10510.900341/2006-84 - Embargante: BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
47 - Processo nº: 10805.902228/2012-76 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
48 - Processo nº: 13819.721772/2012-58 - Recorrente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 16: MULTA QUALIFICADA
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
49 - Processo nº: 10865.720953/2015-66 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA SCALA GUACU LTDA.
TEMA 17: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS
Relator(a): NELSO KICHEL
50 - Processo nº: 10140.000276/2005-60 - Recorrente: ANDERSON ANTONIO BERNINE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 16004.000130/2009-99 - Recorrente: TRANSPORTADORA SULERA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 13855.003418/2009-14 - Recorrente: HORIZONTE CONVENIENCIA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
53 - Processo nº: 18471.000182/2008-01 - Recorrente: KAISTUDO DISTRIBUIDOR VAREJISTA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: OMISSÃO DE RECEITAS: RECEITAS NÃO DECLARADAS
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
54 - Processo nº: 13819.722690/2013-10 - Recorrentes: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA e FAZENDA NACIONAL
TEMA 19: ACRÉSCIMOS LEGAIS: JUROS DE MORA
Relator(a): NELSO KICHEL
55 - Processo nº: 10120.006011/2004-22 - Recorrente: AGROSSARA PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 20: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
56 - Processo nº: 10425.003398/2008-64 - Recorrente: IVONETE DE SOUSA LIMA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
57 - Processo nº: 19311.720026/2013-15 - Recorrente: OURO GLASS INDUSTRIA E COM DE PLASTICOS REFORCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 19311.720027/2013-60 - Recorrente: OURO GLASS INDUSTRIA E COM DE PLASTICOS REFORCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 11634.720840/2011-13 - Recorrente: COMERCIAL UNIPLACAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 11634.720239/2012-10 - Recorrente: COMERCIAL UNIPLACAS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
61 - Processo nº: 13411.720065/2007-60 - Recorrente: AUGUSTO KLEBER BRANDAO LEITE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 15758.000542/2010-87 - Recorrente: CALFA COMERCIAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 21: PER/DCOMP
Relator(a): NELSO KICHEL
63 - Processo nº: 10580.911851/2009-04 - Recorrente: MEDYCAMENTHA PRODUTOS ONCOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
64 - Processo nº: 10580.911850/2009-51 - Recorrente: MEDYCAMENTHA PRODUTOS ONCOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 10580.911852/2009-41 - Recorrente: MEDYCAMENTHA PRODUTOS ONCOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 10580.911853/2009-95 - Recorrente: MEDYCAMENTHA PRODUTOS ONCOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 10580.911854/2009-30 - Recorrente: MEDYCAMENTHA PRODUTOS ONCOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): NELSO KICHEL
68 - Processo nº: 10425.900326/2008-67 - Recorrente: BENTONIT UNIAO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 10425.900327/2008-10 - Recorrente: BENTONIT UNIAO NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 22: OMISSÃO DE RECEITAS - RECEITAS NÃO DECLARADAS
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
70 - Processo nº: 13971.001700/2004-18 - Recorrentes: BLUCARGO TRANSPORTES NAC. E INT. LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
71 - Processo nº: 19515.004437/2010-21 - Recorrente: GENAGEL COMERCIO DE SUCATAS E METAIS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 23: EXAMES PRELIMINARES
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
72 - Processo nº: 11516.004131/2010-52 - Embargante: DRF/FLORINÓPOLIS/SC e Contribuinte: MACEDO ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA
73 - Processo nº: 12448.724787/2016-02 - Recorrente: MERCOCAMP COMERCIO INTERNACIONAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 24: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS
74 - Processo nº: 10950.723642/2016-71 - Recorrentes: ORIGINAL INDUSTRIA COMERCIO NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA - ME e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
75 - Processo nº: 15563.000716/2008-74 - Recorrente: APARAS BOA ESPERANCA DE PAPEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 10945.001591/2009-72 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIMENTOS LUIN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 25: OMISSÃO DE RECEITAS
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
77 - Processo nº: 11444.000079/2010-56 - Recorrente: ABC DE GARCA MOTORES ELETRICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 26: EXCLUSÃO DO SIMPLES
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
78 - Processo nº: 11060.721896/2016-41 - Recorrente: FRIGORIFICO ESTRELA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 11060.721782/2016-00 - Recorrente: FRIGORIFICO ESTRELA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
80 - Processo nº: 10580.726759/2010-76 - Recorrente: ABATEDOURO AVICOLA RODRIGUES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 10580.003530/2008-45 - Recorrente: BAHIA BRAZIL DESTINATION LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
82 - Processo nº: 10935.720431/2015-93 - Recorrente: ECO - FARMAS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
83 - Processo nº: 10510.003030/2009-18 - Recorrente: RECICLAR LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
84 - Processo nº: 11444.000947/2009-64 - Recorrente: COLEGIO CRIATIVO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 11444.000438/2009-31 - Recorrente: COLEGIO CRIATIVO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 11444.000946/2009-10 - Recorrente: COLEGIO CRIATIVO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 11444.000953/2009-11 - Recorrente: CRIATIVO EDUCACAO INFANTIL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11444.000955/2009-19 - Recorrente: CRIATIVO EDUCACIONAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 11444.000954/2009-66 - Recorrente: CRIATIVO ENSINO BASICO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
90 - Processo nº: 11444.000952/2009-77 - Recorrente: CRIATIVO ENSINO FUNDAMENTAL LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 27: PER/DCOMP
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
91 - Processo nº: 10830.720411/2008-61 - Recorrente: FRATELLI VITA BEBIDAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 10830.904285/2008-04 - Recorrente: FRATELLI VITA BEBIDAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 28: PREÇO DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
93 - Processo nº: 16561.000166/2008-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
TEMA 29: DEDUÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
94 - Processo nº: 16004.720217/2015-24 - Recorrentes: GALVAO ENGENHARIA S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
95 - Processo nº: 13896.723976/2015-53 - Recorrente: N M ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
96 - Processo nº: 16682.721072/2014-14 - Recorrente: CERVEJARIA PETROPOLIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 16682.722946/2015-23 - Recorrente: FURNAS-CENTRAIS ELETRICAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 30: GANHO DE CAPITAL
98 - Processo nº: 13855.723027/2013-98 - Recorrente: AGRONIL AGROPECUARIA NOVA INVERNADA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 11065.723260/2015-11 - Recorrente: SALVADORI INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
100 - Processo nº: 16561.720148/2015-33 - Recorrente: CONSTRUTORA COVEG LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
101 - Processo nº: 15586.720036/2016-12 - Recorrentes: TRIP PARTICIPACOES S/A e FAZENDA NACIONAL
TEMA 31: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
102 - Processo nº: 16682.720173/2010-36 - Recorrente: FRATELLI VITA BEBIDAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
103 - Processo nº: 10882.001221/2003-21 - Recorrente: FOX FILM DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 32: LUCRO PRESUMIDO - COEFICIENTE DE PRESUNÇÃO
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
104 - Processo nº: 10880.904015/2008-08 - Recorrente: MENG ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 33: APURAÇÃO INCORRETA DO IMPOSTO
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
105 - Processo nº: 16327.002340/00-32 - Recorrente: BANCO FIDIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: RETORNOS DE PAUTA - PEDIDOS DE VISTA
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
1 - Processo nº: 16539.720011/2014-85 - Recorrente: BELGRAVIA SERVICOS E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): AMELIA WAKAKO MORISHITA YAMAMOTO
2 - Processo nº: 13005.720890/2013-02 - Recorrente: FRS S/A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
3 - Processo nº: 10600.720008/2013-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BANCO INTERMEDIUM SA
4 - Processo nº: 15521.000335/2008-81 - Recorrente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): BIANCA FELICIA ROTHSCHILD
5 - Processo nº: 16682.902259/2014-17 - Recorrente: RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 2: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS - AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
6 - Processo nº: 10903.720018/2015-04 - Recorrente: CALAMO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
7 - Processo nº: 10980.724365/2015-85 - Recorrente: O BOTICARIO FRANCHISING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: PENALIDADES DIVERSAS
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
8 - Processo nº: 10855.001810/2003-37 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: PANIFICADORA SABINA LTDA
Relator(a): JOSE EDUARDO DORNELAS SOUZA
9 - Processo nº: 10865.720538/2015-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONSTRUTORA SIMOSO LTDA
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
10 - Processo nº: 16682.720061/2011-66 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS
Relator(a): MARCOS PAULO LEME BRISOLA CASEIRO
11 - Processo nº: 10640.003823/2010-95 - Recorrente: CARVOARIA ARANTES E PEREIRA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 12448.720607/2011-09 - Recorrente: BCR - BIO CENTER RIO INFORMATICA E CELULAR LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROBERTO SILVA JUNIOR
13 - Processo nº: 11516.007540/2008-96 - Embargante: CARISMA TRANSPORTES LTDA

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

FERNANDO BRASIL DE OLIVEIRA PINTO
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 1ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.
OBSERVAÇÕES:
1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.
3) O julgamento do Processo nº 10880.686567/2009-00 (item 47) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 48 a 59. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 48 a 59, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.
4) O julgamento do Processo nº 13748.001501/2008-87 (item 60) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 61 a 75. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 61 a 75, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
1 - Processo nº: 16643.720053/2013-48 - Recorrente: SCHAEFFLER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
2 - Processo nº: 10860.210443/98-72 - Recorrente: F. J. M. BORGES & CIA. LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13807.000361/00-41 - Recorrente: BRICKELL PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 2: OMISSÃO DE RECEITAS. DEPÓSITOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
4 - Processo nº: 19515.720246/2013-52 - Recorrente: GRUPO ALC TURISMO E VIAGENS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 11634.720484/2013-08 - Recorrente: MICROSENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
6 - Processo nº: 10932.720081/2012-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TERCCEX TERCEIRIZACAO E ADMINISTRACAO DE MAO DE OBRA LTDA - EPP

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 3: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
7 - Processo nº: 10480.722277/2009-31 - Recorrente: PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10805.722114/2011-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOP - COOPERATIVA DE CONSUMO
TEMA 4: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
9 - Processo nº: 10283.902856/2014-50 - Recorrente: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 10283.901276/2015-26 - Recorrente: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 10950.903223/2013-78 - Recorrente: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 10950.902656/2015-78 - Recorrente: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
13 - Processo nº: 10480.720093/2010-71 - Recorrente: HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 19647.001919/2003-02 - Recorrente: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10480.006259/2002-32 - Recorrente: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 5: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
16 - Processo nº: 19647.013202/2004-86 - Recorrente: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 19647.013203/2004-21 - Recorrente: HIPERCARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE CREDITO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: DIVERSOS
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
18 - Processo nº: 14751.720382/2013-36 - Recorrente: B. B. T. CALCADOS E ACESSORIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 15563.720240/2013-59 - Recorrente: ULTRARECICLAGEM INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
20 - Processo nº: 10882.720091/2013-00 - Recorrente: COBREPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE CONDUTORES ELETRICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
21 - Processo nº: 10855.724094/2011-70 - Recorrente: FABRICA DE PECAS ELETRICAS DELMAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 7: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
22 - Processo nº: 10880.971102/2016-72 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
23 - Processo nº: 10880.965821/2012-21 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10880.958206/2013-49 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 16327.903789/2012-51 - Recorrente: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
26 - Processo nº: 10735.901717/2010-10 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 10735.901718/2010-64 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10735.901720/2010-33 - Embargante: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
29 - Processo nº: 10735.901722/2010-22 - Embargante: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
30 - Processo nº: 10735.900002/2011-21 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10735.901788/2011-01 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10735.900864/2011-53 - Recorrente: PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 8: MULTA ISOLADA
Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL
33 - Processo nº: 10120.726326/2015-42 - Embargante: GOIASA GOIATUBA ALCOOL LTDA

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: OMISSÃO DE RECEITAS. DEPÓSITOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
34 - Processo nº: 10215.720046/2009-23 - Recorrente: LIRA & LIRA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 15540.000171/2010-89 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIMENTOS PRUDENTE LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO
36 - Processo nº: 11051.000723/2006-23 - Recorrente: PAULO ROBERTO LEONETI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 10: OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
37 - Processo nº: 19515.003974/2007-58 - Recorrente: FOTOPTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA
38 - Processo nº: 16561.720141/2016-01 - Recorrente: BIOSEV BIOENERGIA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 11: DIVERSOS
39 - Processo nº: 16327.004286/2002-20 - Recorrente: ELI LILLY DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA
40 - Processo nº: 10280.722443/2011-71 - Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10480.726059/2011-91 - Recorrente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORDESTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 12: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO
42 - Processo nº: 10880.722121/2008-67 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10880.690048/2009-38 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10880.967559/2012-59 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10880.909571/2013-20 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.917682/2013-18 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 13: RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO
Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS
47 - Processo nº: 10880.686567/2009-00 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
48 - Processo nº: 10880.686563/2009-13 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.686564/2009-68 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10880.686565/2009-11 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10880.686566/2009-57 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10880.686568/2009-46 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 10880.686569/2009-91 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 10880.686570/2009-15 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

55 - Processo nº: 10880.686571/2009-60 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10880.905400/2009-45 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10880.905401/2009-90 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10880.905403/2009-89 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10880.905404/2009-23 - Recorrente: CARDIO SISTEMAS COMERCIAL E INDUSTRIAL L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

60 - Processo nº: 13748.001501/2008-87 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

61 - Processo nº: 13748.000250/2009-02 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13748.000424/2009-29 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13748.001668/2008-48 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13748.001670/2008-17 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 13748.001671/2008-61 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 13748.001672/2008-14 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 13748.001673/2008-51 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 13748.001830/2008-28 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 13748.001831/2008-72 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 13748.001832/2008-17 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 13748.002028/2008-55 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 13748.002030/2008-24 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 13748.002031/2008-79 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13748.002032/2008-13 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13748.002033/2008-68 - Recorrente: PETRO ITA TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

76 - Processo nº: 10746.900369/2011-15 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 10746.900370/2011-40 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo nº: 10746.900371/2011-94 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo nº: 10746.900372/2011-39 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 10746.900373/2011-83 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 10746.900586/2011-13 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo nº: 10746.900587/2011-50 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 10746.900588/2011-02 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 10746.900589/2011-49 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 10746.900590/2011-73 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 10746.900591/2011-18 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 10746.900592/2011-62 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 10746.900593/2011-15 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 10746.900594/2011-51 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 10746.900595/2011-04 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 10746.900596/2011-41 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10746.900597/2011-95 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 10746.900598/2011-30 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 10746.900599/2011-84 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 10746.900600/2011-71 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10746.900601/2011-15 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 10746.900602/2011-60 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 10746.900603/2011-12 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 10746.900604/2011-59 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 10746.900605/2011-01 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 10746.900606/2011-48 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 10746.900607/2011-92 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 10746.900608/2011-37 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 10746.900609/2011-81 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 10746.900610/2011-14 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10746.900611/2011-51 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 10746.900612/2011-03 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 10746.900613/2011-40 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 10746.901035/2011-69 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 10746.901036/2011-11 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 10746.901037/2011-58 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 10746.901038/2011-01 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10746.901039/2011-47 - Recorrente: CONSTRUTORA TALISMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 14: DIVERSOS

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

114 - Processo nº: 10935.003339/2007-55 - Recorrente: PEGASUS INDUSTRIA DE PECAS PARA MOTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 15: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

115 - Processo nº: 19515.003419/2009-98 - Recorrente: LANCHONETE JU DOG LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 10980.720897/2010-39 - Recorrente: TRANSJO TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

117 - Processo nº: 19515.000622/2006-60 - Recorrente: ALFATRONIC SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

118 - Processo nº: 10320.003838/2010-76 - Recorrente: J M A ARAUJO COMERCIO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

119 - Processo nº: 10872.000152/2010-87 - Recorrente: FERNANDA BELMONTE COMERCIO DE ROUPAS E ACESSORIOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 19515.000881/2010-77 - Recorrente: SOMLUX SPOTLIGHT LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 10410.009111/2008-79 - Recorrente: R.L. MOTOMECANIZACAO & TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

122 - Processo nº: 16641.000022/2007-49 - Recorrente: BESSA CARVALHO & SILVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 15889.000318/2009-66 - Recorrente: NATURALI INDUSTRIA DE CALCADOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10540.001881/2009-79 - Recorrente: ROSIANE DE SOUZA ALMEIDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10830.010882/2010-82 - Recorrente: SPALLO DO BRASIL - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 13864.720220/2011-04 - Recorrente: VIA BARBARESCO EIRELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

127 - Processo nº: 19515.720446/2012-24 - Recorrente: CAPRI INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LAZER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

128 - Processo nº: 10120.726167/2015-86 - Recorrentes: PIRAN PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

129 - Processo nº: 10580.720546/2008-16 - Recorrente: TECMEDICA HOSPITALAR LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 13362.720002/2009-06 - Recorrente: RUBENS ALENCAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

131 - Processo nº: 19515.001690/2004-84 - Recorrente: ACOS TREFITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 16: DIVERSOS

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

132 - Processo nº: 16561.720100/2012-82 - Recorrente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 17: GLOSA DE CUSTOS E DESPESAS

Relator(a): FLAVIO MACHADO VILHENA DIAS

133 - Processo nº: 10380.729798/2013-24 - Recorrentes: SUZLON ENERGIA EOLICA DO BRASIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

134 - Processo nº: 13896.723534/2015-15 - Recorrentes: SETEC TECNOLOGIA S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

135 - Processo nº: 15868.720154/2013-11 - Recorrente: TINTO HOLDING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

136 - Processo nº: 19515.001862/2006-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

137 - Processo nº: 16561.000190/2008-13 - Recorrente: VOITH HYDRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 16643.000033/2009-71 - Recorrentes: VOITH HYDRO LTDA e FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 10680.903897/2010-57 - Recorrente: APERAM BIOENERGIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 18: DIVERSOS

Relator(a): CARLOS CESAR CANDAL MOREIRA FILHO

140 - Processo nº: 16561.720063/2016-36 - Recorrentes: AMBEV S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

141 - Processo nº: 16643.000124/2010-40 - Recorrente: CITROVITA AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

142 - Processo nº: 15956.720134/2015-13 - Recorrentes: ALFALIX AMBIENTAL - EIRELI e FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 1ª Seção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

1 - Processo nº: 15563.720356/2013-98 - Recorrentes: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A e FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 19515.721301/2015-93 - Recorrente: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

3 - Processo nº: 10882.720216/2016-36 - Recorrente: TOTAL QUIMICA LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

4 - Processo nº: 10314.725621/2014-23 - Recorrente: DIA BRASIL SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13609.720191/2015-17 - Recorrente: POSTO LUBRIMAX LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

6 - Processo nº: 16004.720091/2013-26 - Recorrente: JET CASA INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO HENRIQUE SILVA FIGUEIREDO

7 - Processo nº: 16095.720037/2015-71 - Recorrente: GERAL EXPRESSO AGENCIAMENTO DE TRANSPORTE DE CARGAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

8 - Processo nº: 12571.000123/2009-00 - Recorrentes: L. ANTUNES TRANSPORTES LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10630.720205/2006-46 - Recorrente: MONTE ALEGRE - PARTICIPACOES E ADMINISTR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

10 - Processo nº: 13312.000572/2010-05 - Recorrente: ANTONIO LUCIANO DA SILVA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

11 - Processo nº: 10830.007090/2004-82 - Recorrente: WMF SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

12 - Processo nº: 11070.000435/2010-27 - Recorrente: CONPLAN ORGANIZACAO DE SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCOS ANTONIO NEPOMUCENO FEITOSA

13 - Processo nº: 18471.001568/2005-80 - Recorrentes: BRETAGNE COMERCIAL S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ROGERIO APARECIDO GIL

14 - Processo nº: 11065.001849/2009-17 - Recorrente: MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUSTAVO GUIMARAES DA FONSECA

15 - Processo nº: 10882.720146/2008-14 - Embargante: FERTIBRAS S/A

16 - Processo nº: 13851.000076/2002-36 - Recorrente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO
Presidente da 2ª Turma Ordinária
da 3ª Câmara da 1ª Seção

4ª CÂMARA
1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10875.905274/2009-06 (item 37) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 38 a 50. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 38 a 50, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10480.900462/2016-01 (item 57) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 58 a 62. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 58 a 62, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

1 - Processo nº: 10920.002171/2006-49 - Recorrentes: TIGRE S.A. - TUBOS E CONEXOES e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

2 - Processo nº: 10825.722770/2015-51 - Recorrente: DOFAR DISTRIBUIDORA DE RACOES E FARELOS LTDA. - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

3 - Processo nº: 16327.721149/2015-78 - Recorrentes: ITAU UNIBANCO S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

4 - Processo nº: 12448.722548/2015-29 - Recorrente: CBI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

5 - Processo nº: 16561.720150/2015-11 - Recorrentes: CCI CONCESSOES LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

6 - Processo nº: 16327.721830/2011-92 - Recorrente: ITAU COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

7 - Processo nº: 16095.720083/2013-16 - Recorrente: ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

8 - Processo nº: 15540.000306/2007-19 - Recorrente: CDR - CLINICA DE DOENCAS RENAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

9 - Processo nº: 10469.729813/2011-01 - Recorrente: EMVIPOL - EMPRESA DE VIGILANCIA POTIGUAR LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

10 - Processo nº: 10314.727982/2015-95 - Recorrente: COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

11 - Processo nº: 10166.721607/2009-34 - Recorrente: APROS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

12 - Processo nº: 13005.721910/2014-35 - Recorrentes: CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S/A e FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: OUTRAS RECEITAS/DESPESAS

13 - Processo nº: 10980.724003/2011-61 - Embargante: RUMO S.A

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

14 - Processo nº: 10120.730937/2014-12 - Recorrente: JAEPEL PAPEIS E EMBALAGENS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 4: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

15 - Processo nº: 10935.723840/2016-22 - Recorrentes: INDUSTRIAL ARBHORES COMPENSADOS - EIRELI - EPP e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

16 - Processo nº: 16707.003217/00-73 - Recorrente: G EMPREENDIMENTOS E TURISMO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

17 - Processo nº: 11516.720104/2014-54 - Recorrentes: AMERICANPET INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

18 - Processo nº: 16004.720074/2013-99 - Recorrente: COMERCIAL ZENA MOVEIS - SOCIEDADE LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

19 - Processo nº: 13971.722141/2013-74 - Recorrente: ZZA SECURITIZADORA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 15563.720056/2016-51 - Recorrente: HIPERROLL EMBALAGENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

21 - Processo nº: 13502.720626/2014-31 - Recorrentes: J R TRANSPORTES LTDA e FAZENDA NACIONAL

TEMA 6: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

22 - Processo nº: 16024.000624/2008-54 - Recorrente: JJ PRODUCOES E COBRANCAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

23 - Processo nº: 11080.006702/2007-55 - Recorrente: CLEVESUL- COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7: DEPÓSITOS BANCÁRIOS DE ORIGEM NÃO COMPROVADA

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

24 - Processo nº: 10825.723197/2015-01 - Recorrente: MONDELLI INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

25 - Processo nº: 10630.720030/2008-39 - Recorrente: CRISTAL INFORMATICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

26 - Processo nº: 10183.727784/2015-64 - Recorrente: COMERCIAL AMAZONIA DE PETROLEO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

27 - Processo nº: 10073.721867/2012-44 - Recorrente: I P DE CARVALHO COMERCIO DE GAS M E - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

28 - Processo nº: 10120.727701/2014-91 - Recorrente: LIBRA FACTORING E FOMENTO MERCANTIL EIRELI - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8: APURAÇÃO INCORRETA

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

29 - Processo nº: 10935.002798/2010-17 - Recorrente: JORGE TOME - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10935.002797/2010-72 - Recorrente: JORGE TOME - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 13808.000983/99-53 - Embargante: EUROFARMA DISTRIBUIDORA LTDA

TEMA 9: COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

32 - Processo nº: 11020.000422/2005-86 - Recorrente: VINICOLA SALTON S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

33 - Processo nº: 10480.735470/2013-19 - Recorrente: COMPANHIA ALCOOLQUIMICA NACIONAL-ALCOOLQUIMICA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 10: DEDUÇÕES/COMPENSAÇÕES

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

34 - Processo nº: 12898.001982/2009-25 - Recorrente: CONTAX S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

35 - Processo nº: 16306.720234/2013-03 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 11: LUCRO INFLACIONÁRIO/PRESUMIDO/ARBITRADO
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
36 - Processo nº: 16707.002551/2003-41 - Recorrente: CONSTRUTORA NORTE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 12: LUCRO INFLACIONÁRIO/PRESUMIDO/ARBITRADO
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
37 - Processo nº: 10875.905274/2009-06 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
38 - Processo nº: 10875.902729/2011-48 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10875.902730/2011-72 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10875.902974/2011-55 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 10875.903393/2011-31 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10875.904005/2011-39 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 10875.905275/2009-42 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10875.905276/2009-97 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 10875.905277/2009-31 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10875.905278/2009-86 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10875.905279/2009-21 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10875.905280/2009-55 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10875.905281/2009-08 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10875.906806/2011-39 - Recorrente: E.J IMAGEM SERVICOS DE RADIOLOGIA S/S LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
51 - Processo nº: 13971.721099/2015-36 - Recorrentes: BENEFIOS RECICLAGEM TEXTIL LTDA. e FAZENDA NACIONAL
TEMA 13: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
52 - Processo nº: 16561.720017/2016-37 - Recorrente: THINKTECH INDUSTRIA E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 14: SIMPLES
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
53 - Processo nº: 15758.000487/2009-91 - Recorrente: HELOISA CARLA RODRIGUES AYRES CANGA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO
54 - Processo nº: 10950.000593/2010-17 - Recorrente: KOLLAN CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 15: OUTROS AJUSTES DO LUCRO LÍQUIDO
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
55 - Processo nº: 16004.720001/2017-21 - Recorrente: SANTA LUIZA AGRO PECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
56 - Processo nº: 10707.000670/2007-15 - Recorrente: LOJAS AMERICANAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 16: CONHECIMENTO
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
57 - Processo nº: 10480.900462/2016-01 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
58 - Processo nº: 10480.900463/2016-47 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 10480.900464/2016-91 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 10480.900465/2016-36 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 10480.900466/2016-81 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 10480.900467/2016-25 - Recorrente: AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
63 - Processo nº: 19515.720364/2014-41 - Recorrente: FAST SHOP S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
64 - Processo nº: 13971.722241/2013-09 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: Z SECURITIZADORA S/A

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 17: SOCIEDADE COOPERATIVA
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
65 - Processo nº: 11020.003955/2002-77 - Recorrente: UNIMED ALTO DA SERRA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICO MEDICO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 18: PER/DCOMP
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
66 - Processo nº: 16327.906328/2010-79 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13839.000904/2003-85 - Recorrente: ELEKEIROZ S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
68 - Processo nº: 15374.913733/2008-09 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 15374.913736/2008-34 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 15374.913743/2008-36 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 15374.913744/2008-81 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 15374.913745/2008-25 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 15374.913746/2008-70 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 15374.913747/2008-14 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 15374.913749/2008-11 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 15374.913750/2008-38 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 15374.913751/2008-82 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 15374.913752/2008-27 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 15374.913758/2008-02 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 15374.913761/2008-18 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 15374.913762/2008-62 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 15374.913763/2008-15 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN
83 - Processo nº: 10880.971103/2016-17 - Recorrente: COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
84 - Processo nº: 10840.908828/2009-16 - Recorrente: PITANGUEIRAS ACUCAR E ALCOOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 10850.907411/2009-17 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 10850.907780/2009-18 - Recorrente: USINA SANTA ISABEL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA
87 - Processo nº: 11020.000425/2005-10 - Recorrente: VINICOLA SALTON S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 11020.000423/2005-21 - Recorrente: VINICOLA SALTON S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos da sessão extraordinária a ser realizada na data a seguir mencionada, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

DIA 09 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 1: VISTAS E RETORNOS DE PAUTA
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
1 - Processo nº: 10314.727988/2015-62 - Recorrentes: LUA NOVA IND E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
2 - Processo nº: 19311.720193/2014-47 - Recorrente: FIDELITY PROCESSADORA E SERVICOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
3 - Processo nº: 16561.720111/2014-24 - Recorrente: MCLG EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
4 - Processo nº: 19515.720436/2016-12 - Recorrente: CONTERN-CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 16561.720195/2012-34 - Embargante: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
6 - Processo nº: 19515.001749/2009-49 - Recorrentes: UNIDAS S.A. e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
7 - Processo nº: 10880.728600/2011-92 - Recorrente: RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 1ª Seção

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões extraordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10855.906076/2009-90 (item 19) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 20 a 35. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 20 a 35, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10680.907763/2011-96 (item 36) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 37 a 59. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 37 a 59, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5) O julgamento do Processo nº 13851.902677/2013-38 (item 60) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 61 a 77. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 61 a 77, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 16327.911639/2009-16 (item 78) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 79 a 85. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 79 a 85, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 10983.902599/2011-16 (item 150) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 151 a 173. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 151 a 173, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 13 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: PER/DCOMP

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

1 - Processo nº: 11080.915322/2012-71 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 11080.915326/2012-59 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 11080.915323/2012-15 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 11080.915321/2012-26 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 11080.917014/2012-80 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

6 - Processo nº: 10166.002902/2005-64 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S. A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

7 - Processo nº: 16643.720067/2013-61 - Recorrente: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 16643.720051/2013-59 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

9 - Processo nº: 15374.720609/2008-93 - Recorrente: ELETRON S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

10 - Processo nº: 16327.901371/2014-71 - Recorrente: ITAU UNIBANCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo nº: 13899.900221/2006-68 - Recorrente: HENKEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

12 - Processo nº: 10380.900407/2009-10 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BM CONSTRUTORA LTDA.

13 - Processo nº: 10380.900414/2009-11 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: BM CONSTRUTORA LTDA.

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

14 - Processo nº: 11831.004260/2003-49 - Recorrente: ALPARGATAS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 13 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 2: PER/DCOMP

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

15 - Processo nº: 10880.915213/2012-75 - Recorrente: COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 10880.917344/2016-11 - Recorrente: COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 10880.940300/2012-61 - Recorrente: COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 10880.958257/2014-51 - Recorrente: COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES

19 - Processo nº: 10855.906076/2009-90 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

20 - Processo nº: 10855.900135/2009-16 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo nº: 10855.900466/2008-75 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 10855.900488/2008-35 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 10855.900496/2008-81 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10855.900504/2008-90 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10855.900757/2008-63 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10855.900767/2008-07 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10855.900768/2008-43 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10855.900796/2008-61 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10855.900797/2008-13 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10855.900802/2008-80 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10855.900803/2008-24 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10855.900806/2008-68 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10855.900809/2008-00 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10855.901110/2008-59 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10855.906075/2009-45 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

36 - Processo nº: 10680.907763/2011-96 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

37 - Processo nº: 10680.900886/2011-04 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10680.900887/2011-41 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10680.900888/2011-95 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10680.900889/2011-30 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10680.910487/2010-62 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 10680.910488/2010-15 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 10680.910489/2010-51 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 10680.911147/2011-30 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 10680.926342/2011-64 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 10680.926343/2011-17 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 10680.926344/2011-53 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 10680.926345/2011-06 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 10680.928378/2011-82 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo nº: 10680.928379/2011-27 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 10680.928380/2011-51 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10680.928381/2011-04 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10680.928382/2011-41 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 10680.928383/2011-95 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 10680.928384/2011-30 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10680.928385/2011-84 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 10680.928386/2011-29 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10680.928387/2011-73 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10680.929130/2011-39 - Recorrente: GARAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 13851.902677/2013-38 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo nº: 13851.902678/2013-82 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo nº: 13851.902679/2013-27 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo nº: 13851.902680/2013-51 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo nº: 13851.902681/2013-04 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo nº: 13851.902682/2013-41 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo nº: 13851.902685/2013-84 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo nº: 13851.902686/2013-29 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 13851.902687/2013-73 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

69 - Processo nº: 13851.902688/2013-18 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo nº: 13851.902689/2013-62 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo nº: 13851.902690/2013-97 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

72 - Processo nº: 13851.902691/2013-31 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo nº: 13851.902692/2013-86 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo nº: 13851.902693/2013-21 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo nº: 13851.902694/2013-75 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 13851.902695/2013-10 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 13851.902696/2013-64 - Recorrente: JOSE MARIA DOS SANTOS TRANSPORTADORA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

78 - Processo nº: 16327.911639/2009-16 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

79 - Processo nº: 13896.901281/2009-71 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

80 - Processo nº: 13896.902307/2009-06 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo nº: 16327.903825/2009-81 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

82 - Processo nº: 16327.910545/2009-20 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

83 - Processo nº: 16327.910546/2009-74 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

84 - Processo nº: 16327.911449/2009-07 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

85 - Processo nº: 16327.911640/2009-41 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 13603.904310/2011-19 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

87 - Processo nº: 13603.904311/2011-63 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 13603.904312/2011-16 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

89 - Processo nº: 13603.904313/2011-52 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

90 - Processo nº: 13603.904314/2011-05 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

91 - Processo nº: 13603.904315/2011-41 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 13603.904316/2011-96 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

93 - Processo nº: 13603.904317/2011-31 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

94 - Processo nº: 13603.904318/2011-85 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

95 - Processo nº: 13603.904319/2011-20 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 13603.904320/2011-54 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

97 - Processo nº: 13603.904321/2011-07 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

98 - Processo nº: 13603.904322/2011-43 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

99 - Processo nº: 13603.904323/2011-98 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

100 - Processo nº: 13603.904324/2011-32 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

101 - Processo nº: 13603.904325/2011-87 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

102 - Processo nº: 13603.904326/2011-21 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

103 - Processo nº: 13603.904327/2011-76 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

104 - Processo nº: 13603.904328/2011-11 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

105 - Processo nº: 13603.904329/2011-65 - Recorrente: GESTER - GESTAO DE SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 15374.915763/2008-41 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

107 - Processo nº: 15374.915765/2008-31 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

108 - Processo nº: 15374.915766/2008-85 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

109 - Processo nº: 15374.915767/2008-20 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

110 - Processo nº: 15374.915768/2008-74 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

111 - Processo nº: 15374.915770/2008-43 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

112 - Processo nº: 15374.915773/2008-87 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 15374.915775/2008-76 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 15374.915778/2008-18 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 15374.915779/2008-54 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

116 - Processo nº: 15374.915780/2008-89 - Recorrente: DIAMIX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 3: OUTROS

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

117 - Processo nº: 19515.007495/2008-91 - Recorrente: IDIVAN NARDI CHURRASCARIA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

118 - Processo nº: 16327.001409/2010-81 - Recorrente: CITIBANK LEASING S A ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

119 - Processo nº: 16327.720464/2010-73 - Recorrente: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

120 - Processo nº: 16327.721266/2013-70 - Recorrentes: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS e FAZENDA NACIONAL

121 - Processo nº: 16327.720420/2012-13 - Recorrentes: PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

122 - Processo nº: 16682.720233/2010-11 - Recorrente: TERMOPERNAMBUCO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

123 - Processo nº: 11080.915324/2012-60 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 11080.915327/2012-01 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 11080.915320/2012-81 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 11080.915325/2012-12 - Recorrente: MACO HOLDINGS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

127 - Processo nº: 10925.000082/2006-18 - Recorrente: BAMPI TRANSPORTE E TURISMO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 12898.002011/2009-01 - Recorrente: BARRA EXECUTIVE SERVICE - EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

129 - Processo nº: 13312.000614/2009-66 - Recorrente: F ASSIS DE SOUSA FRUTICULTURA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LIVIA DE CARLI GERMANO

130 - Processo nº: 13971.000815/2010-33 - Recorrente: MARLENE MARIA BENDINI SPENGLER - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10580.720721/2009-56 - Recorrente: PAPEL . COM COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10950.005224/2008-98 - Recorrente: RODOALDO TRANSPORTES LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 11516.002772/2009-39 - Recorrente: VILSON PERO NENO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA

134 - Processo nº: 10670.720495/2011-19 - Recorrente: COMERCIAL DE ALIMENTOS J B LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUCIANA YOSHIHARA ARCANGELO ZANIN

135 - Processo nº: 11080.728823/2015-61 - Recorrente: CAMPOS ESCRITORIOS ASSOCIADOS S/S e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

136 - Processo nº: 11065.000066/2007-46 - Recorrente: ARMAZEM DAS FITAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10820.003224/2007-58 - Recorrente: FRIGORIFICO AURIFLAMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10930.001928/2005-87 - Recorrente: NBS - COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

139 - Processo nº: 19515.000473/2011-04 - Recorrente: PANIFICADORA E CONFEITARIA PILAR DE PINHEIROS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 19515.000162/2011-37 - Recorrente: PANIFICADORA E CONFEITARIA PILAR DE PINHEIROS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 19515.000421/2008-24 - Recorrente: SAT IMAGEM DISTRIBUIDORA DE ELETRO ELETRONICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LETICIA DOMINGUES COSTA BRAGA

142 - Processo nº: 10920.722081/2011-35 - Recorrente: TRANS-LENHOSA COMERCIO E TRANSPORTES ROD DE MAD LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

143 - Processo nº: 19515.003936/2008-86 - Recorrente: PROJECTUS CONSULORIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

144 - Processo nº: 10314.720852/2016-11 - Recorrente: RENUKA DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 10314.725309/2015-11 - Recorrente: RENUKA DO BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO

146 - Processo nº: 10680.009663/2004-73 - Recorrente: BANCO ITAU BBA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

147 - Processo nº: 13629.900730/2013-08 - Recorrente: FERMAG FERRITAS MAGNETICAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

148 - Processo nº: 11610.007680/2003-81 - Recorrente: INTERCEMENT BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

149 - Processo nº: 10680.940665/2009-46 - Recorrente: LOCALIZA RENT A CAR SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA

150 - Processo nº: 10983.902599/2011-16 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES

151 - Processo nº: 10909.902580/2009-48 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

152 - Processo nº: 10909.902581/2009-92 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

153 - Processo nº: 10983.902600/2011-11 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

154 - Processo nº: 10983.902601/2011-57 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

155 - Processo nº: 10983.902602/2011-00 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

156 - Processo nº: 10983.902603/2011-46 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

157 - Processo nº: 10983.902604/2011-91 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

158 - Processo nº: 10983.902605/2011-35 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

159 - Processo nº: 10983.902606/2011-80 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

160 - Processo nº: 10983.902607/2011-24 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

161 - Processo nº: 10983.906297/2011-17 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

162 - Processo nº: 10983.906298/2011-61 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 10983.906299/2011-14 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

164 - Processo nº: 10983.906300/2011-01 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

165 - Processo nº: 10983.906301/2011-47 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

166 - Processo nº: 10983.906302/2011-91 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

167 - Processo nº: 10983.906303/2011-36 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

168 - Processo nº: 10983.906304/2011-81 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

169 - Processo nº: 10983.906305/2011-25 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

170 - Processo nº: 10983.906306/2011-70 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

171 - Processo nº: 10983.909042/2011-14 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 10983.909043/2011-51 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

173 - Processo nº: 10983.910281/2011-17 - Recorrente: PHD - PATOLOGIA HUMANA DIAGNOSTICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relator(a): ABEL NUNES DE OLIVEIRA NETO
174 - Processo nº: 10845.001441/2003-00 - Recorrente: PLANO DE SAUDE ANA COSTA S/C e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUIZ RODRIGO DE OLIVEIRA BARBOSA
175 - Processo nº: 16004.001550/2008-10 - Embargante: ELIZEU MACHADO FILHO
176 - Processo nº: 15956.000497/2010-24 - Recorrente: SAO MARTINHO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DANIEL RIBEIRO SILVA
177 - Processo nº: 10976.000335/2010-34 - Recorrente: SBM- SUCATA BERNARDO MONTEIRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): GUILHERME ADOLFO DOS SANTOS MENDES
178 - Processo nº: 10235.001610/2009-77 - Recorrente: F A TOBELEM-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 10280.720226/2008-41 - Recorrente: CODIMAC COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MAT DE CONST LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 10569.000475/2010-12 - Recorrente: FIMATEC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 10925.000373/2003-63 - Recorrente: COMETA INDUSTRIA GRAFICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 11634.720254/2013-31 - Recorrente: FAMA USINAGEM E INDUSTRIA EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 14751.000511/2006-47 - Recorrente: GUTLACTA LATICINIOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONCALVES
Presidente da 1ª Turma Ordinária
da 4ª Câmara da 1ª Seção

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Brasília, Distrito Federal. As salas dos plenários serão publicadas no sítio do CARF (www.carf.fazenda.gov.br) previamente à reunião.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10880.918850/2015-46 (item 42) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 43 a 52. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 43 a 52, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 13888.901078/2014-61 (item 53) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 54 a 89. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 54 a 89, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 16327.907217/2008-65 (item 90) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 91 a 108. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 91 a 108, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10850.901450/2013-97 (item 109) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 110 a 130. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 110 a 130, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 16327.911446/2009-65 (item 131) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 132 a 149. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 132 a 149, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

8) O julgamento do Processo nº 11040.901104/2014-97 (item 152) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 153 a 184. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 153 a 184, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

9) O julgamento do Processo nº 10730.907627/2011-63 (item 196) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 197 a 219. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 197 a 219, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1: ÁGIO - OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
1 - Processo nº: 16561.720017/2015-56 - Recorrente: SKY BRASIL SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
2 - Processo nº: 10805.722537/2015-15 - Recorrentes: VIA VAREJO S/A e FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13971.723958/2015-21 - Recorrentes: BUNGE ALIMENTOS S/A e FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
4 - Processo nº: 10480.730316/2016-01 - Recorrente: COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
5 - Processo nº: 10469.723360/2013-62 - Embargante: ALESAT COMBUSTIVEIS S.A.
TEMA 2: PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
6 - Processo nº: 16327.002216/2005-80 - Recorrente: CATERPILLAR BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 3: OMISSÃO DE RECEITAS - DEPÓSITOS BANCÁRIOS
7 - Processo nº: 15540.000194/2010-93 - Recorrente: CANTINA DO MIMO SAO FRANCISCO LTDA.ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 15983.000154/2011-13 - Recorrente: CRISTIANO FRANCISCO DE FREITAS - HORTIFRUTIGRANJEIROS - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 16024.000806/2008-25 - Recorrente: DIGITAL CENTER COMERCIO DE INFORMATICA E ELETRONICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
10 - Processo nº: 19515.000729/2011-75 - Recorrente: CUSTOM SERVICE CONECTIVIDADE COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 19515.000981/2008-89 - Recorrente: COMERCIAL ELETRO NORTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
12 - Processo nº: 10950.720874/2015-96 - Recorrente: OSSOLIDER MOINHO E COMERCIO DE FARINHA DE CARNE - EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 4: DECADÊNCIA
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
13 - Processo nº: 13971.001150/2006-07 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: POWER IMPORTS VEICULOS LTDA

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 5: OMISSÃO DE RECEITAS -OUTROS
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
14 - Processo nº: 10325.000869/2009-91 - Recorrente: F. BARBERINO PEREIRA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 11065.004054/2007-91 - Recorrente: BORN & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
16 - Processo nº: 10872.720078/2015-23 - Recorrentes: COCA COLA INDUSTRIAS LTDA e FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 12448.724918/2016-43 - Recorrentes: COMPANHIA BRASILEIRA DE MULTIMIDIA e FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10680.017746/2005-17 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE LOTERIAS GOVERNAMENTAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
19 - Processo nº: 19515.002977/2007-74 - Recorrente: PNEUS SAO JOSE COM E SERVICOS LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
20 - Processo nº: 19515.006595/2008-09 - Recorrente: ELETRO MECANICA BALAN LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 19647.010770/2004-25 - Recorrente: BOM TOM-ACESSORIOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
22 - Processo nº: 15586.720522/2012-15 - Recorrente: HOUSE CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA
23 - Processo nº: 14751.000202/2009-10 - Recorrente: FREE - CARNES COMERCIO VAREJISTA DE CARNES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
TEMA 6: PAGAMENTOS A BENEFICIÁRIOS NÃO IDENTIFICADOS
24 - Processo nº: 19515.003650/2007-10 - Recorrentes: NOVELTY MODAS S/A e FAZENDA NACIONAL

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 7: DIVERSOS
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
25 - Processo nº: 13888.003869/2010-08 - Recorrente: COOPERATIVA DE PRODUCAO E SERVICOS METALURGICOS SAO JOSE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
26 - Processo nº: 16682.721463/2013-40 - Embargante: OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS
27 - Processo nº: 10120.011384/2009-20 - Recorrente: PROPACE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 10120.011386/2009-19 - Recorrente: PROPACE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
29 - Processo nº: 10215.720628/2015-58 - Recorrente: ESTRELA ATACADO E DISTRIBUICAO EIRELI - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 10783.720480/2016-98 - Recorrente: IMC ASSESSORIA EMPRESARIAL S/S LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 10783.720497/2016-45 - Recorrente: NEW GRAN ROCHAS LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 10783.720982/2016-19 - Recorrente: ESQUADRIAS SANTA MARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 10783.721021/2016-21 - Recorrente: ESCOLA TECNICA PREMIER ARACRUZ LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
34 - Processo nº: 11065.723161/2011-06 - Recorrente: EQUIPE - COOPERATIVA DE SERVICOS LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 15540.000551/2010-13 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Contribuinte: CELL FLASH COMERCIAL E SERVICOS LTDA - ME
Relator(a): DEMETRIUS NICHELE MACEI
36 - Processo nº: 16327.000484/2008-18 - Recorrente: SANTANDER BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
37 - Processo nº: 15540.720415/2011-24 - Recorrente: SOTER SOCIEDADE TECNICA DE ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10903.720001/2011-15 - Embargante: VIVO S.A.
TEMA 8: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS
Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES
39 - Processo nº: 10283.727822/2016-31 - Recorrente: THOLOR DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): LUCAS BEVILACQUA CABIANCA VIEIRA
40 - Processo nº: 10580.730619/2013-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BRASOIL MANATI EXPLORACAO PETROLIFERA S.A.

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 9: COMPENSAÇÃO - PER/DCOMP
Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES
41 - Processo nº: 10830.900582/2006-19 - Recorrente: DRAFT I PARTICIPACOES S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 10880.918850/2015-46 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE
43 - Processo nº: 10880.918851/2015-91 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
44 - Processo nº: 10880.918852/2015-35 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

45 - Processo nº: 10880.918853/2015-80 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 10880.918854/2015-24 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 10880.918855/2015-79 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 10880.918857/2015-68 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 10880.918859/2015-57 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 10880.918860/2015-81 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
51 - Processo nº: 10880.918861/2015-26 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
52 - Processo nº: 10880.918862/2015-71 - Recorrente: DH LATAM PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
53 - Processo nº: 13888.901078/2014-61 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
54 - Processo nº: 13888.901077/2014-16 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
55 - Processo nº: 13888.901079/2014-13 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
56 - Processo nº: 13888.901080/2014-30 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
57 - Processo nº: 13888.901081/2014-84 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
58 - Processo nº: 13888.901082/2014-29 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
59 - Processo nº: 13888.901083/2014-73 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
60 - Processo nº: 13888.901084/2014-18 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
61 - Processo nº: 13888.901085/2014-62 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
62 - Processo nº: 13888.901086/2014-15 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
63 - Processo nº: 13888.901087/2014-51 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
64 - Processo nº: 13888.901088/2014-04 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
65 - Processo nº: 13888.901089/2014-41 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
66 - Processo nº: 13888.901090/2014-75 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
67 - Processo nº: 13888.901091/2014-10 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
68 - Processo nº: 13888.901092/2014-64 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
69 - Processo nº: 13888.901093/2014-17 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
70 - Processo nº: 13888.901094/2014-53 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
71 - Processo nº: 13888.901095/2014-06 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
72 - Processo nº: 13888.901096/2014-42 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
73 - Processo nº: 13888.901097/2014-97 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
74 - Processo nº: 13888.901098/2014-31 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
75 - Processo nº: 13888.901099/2014-86 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
76 - Processo nº: 13888.901100/2014-72 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
77 - Processo nº: 13888.901101/2014-17 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
78 - Processo nº: 13888.901102/2014-61 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
79 - Processo nº: 13888.901103/2014-14 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
80 - Processo nº: 13888.901104/2014-51 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
81 - Processo nº: 13888.901105/2014-03 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
82 - Processo nº: 13888.901106/2014-40 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
83 - Processo nº: 13888.901107/2014-94 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
84 - Processo nº: 13888.901108/2014-39 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
85 - Processo nº: 13888.901109/2014-83 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
86 - Processo nº: 13888.901110/2014-16 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
87 - Processo nº: 13888.901111/2014-52 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
88 - Processo nº: 13888.901112/2014-05 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
89 - Processo nº: 13888.901113/2014-41 - Recorrente: ACOVIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS METALICAS E PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

90 - Processo nº: 16327.907217/2008-65 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

91 - Processo nº: 16327.900604/2009-51 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
92 - Processo nº: 16327.900605/2009-04 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
93 - Processo nº: 16327.900606/2009-41 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
94 - Processo nº: 16327.900607/2009-95 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
95 - Processo nº: 16327.900609/2009-84 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
96 - Processo nº: 16327.900611/2009-53 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
97 - Processo nº: 16327.900612/2009-06 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
98 - Processo nº: 16327.900613/2009-42 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
99 - Processo nº: 16327.900614/2009-97 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
100 - Processo nº: 16327.900615/2009-31 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
101 - Processo nº: 16327.900616/2009-86 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
102 - Processo nº: 16327.900617/2009-21 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
103 - Processo nº: 16327.907218/2008-18 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
104 - Processo nº: 16327.907219/2008-54 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
105 - Processo nº: 16327.907220/2008-89 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
106 - Processo nº: 16327.907221/2008-23 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
107 - Processo nº: 16327.907222/2008-78 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
108 - Processo nº: 16327.907223/2008-12 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): EVANDRO CORREA DIAS

109 - Processo nº: 10850.901450/2013-97 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

110 - Processo nº: 10850.901451/2013-31 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
111 - Processo nº: 10850.901452/2013-86 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
112 - Processo nº: 10850.901453/2013-21 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
113 - Processo nº: 10850.901454/2013-75 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
114 - Processo nº: 10850.901455/2013-10 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
115 - Processo nº: 10850.901456/2013-64 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
116 - Processo nº: 10850.901457/2013-17 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
117 - Processo nº: 10850.901458/2013-53 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
118 - Processo nº: 10850.901459/2013-06 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
119 - Processo nº: 10850.901460/2013-22 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
120 - Processo nº: 10850.901461/2013-77 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
121 - Processo nº: 10850.901462/2013-11 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
122 - Processo nº: 10850.901463/2013-66 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
123 - Processo nº: 10850.901464/2013-19 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
124 - Processo nº: 10850.901465/2013-55 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
125 - Processo nº: 10850.901466/2013-08 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
126 - Processo nº: 10850.901467/2013-44 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
127 - Processo nº: 10850.901468/2013-99 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
128 - Processo nº: 10850.901469/2013-33 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
129 - Processo nº: 10850.901470/2013-68 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
130 - Processo nº: 10850.901471/2013-11 - Recorrente: LC ASSISTENCIA MEDICA S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): MARCO ROGERIO BORGES

131 - Processo nº: 16327.911446/2009-65 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

132 - Processo nº: 16327.903821/2009-01 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
133 - Processo nº: 16327.903822/2009-48 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
134 - Processo nº: 16327.903823/2009-92 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
135 - Processo nº: 16327.903824/2009-37 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
136 - Processo nº: 16327.903826/2009-26 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

137 - Processo nº: 16327.903827/2009-71 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
138 - Processo nº: 16327.903973/2009-04 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
139 - Processo nº: 16327.903974/2009-41 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
140 - Processo nº: 16327.904787/2009-84 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
141 - Processo nº: 16327.909339/2009-77 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
142 - Processo nº: 16327.909340/2009-00 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
143 - Processo nº: 16327.911442/2009-87 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
144 - Processo nº: 16327.911443/2009-21 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
145 - Processo nº: 16327.911444/2009-76 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
146 - Processo nº: 16327.911445/2009-11 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
147 - Processo nº: 16327.911447/2009-18 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
148 - Processo nº: 16327.911448/2009-54 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
149 - Processo nº: 16327.911641/2009-95 - Recorrente: HP FINANCIAL SERVICES ARRENDAMENTO MERCA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
150 - Processo nº: 16682.902727/2014-45 - Recorrente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
151 - Processo nº: 10880.913918/2006-18 - Recorrente: WAISWOL & WAISWOL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): CAIO CESAR NADER QUINTELLA

152 - Processo nº: 11040.901104/2014-97 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

153 - Processo nº: 11040.901094/2014-90 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
154 - Processo nº: 11040.901095/2014-34 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
155 - Processo nº: 11040.901096/2014-89 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
156 - Processo nº: 11040.901097/2014-23 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
157 - Processo nº: 11040.901098/2014-78 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
158 - Processo nº: 11040.901099/2014-12 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
159 - Processo nº: 11040.901100/2014-17 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
160 - Processo nº: 11040.901101/2014-53 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
161 - Processo nº: 11040.901102/2014-06 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
162 - Processo nº: 11040.901103/2014-42 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
163 - Processo nº: 11040.901105/2014-31 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
164 - Processo nº: 11040.901106/2014-86 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
165 - Processo nº: 11040.901107/2014-21 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
166 - Processo nº: 11040.901108/2014-75 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
167 - Processo nº: 11040.901109/2014-10 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
168 - Processo nº: 11040.901110/2014-44 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
169 - Processo nº: 11040.901111/2014-99 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
170 - Processo nº: 11040.901112/2014-33 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
171 - Processo nº: 11040.901113/2014-88 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
172 - Processo nº: 11040.901114/2014-22 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
173 - Processo nº: 11040.901115/2014-77 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
174 - Processo nº: 11040.901116/2014-11 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
175 - Processo nº: 11040.901117/2014-66 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
176 - Processo nº: 11040.901118/2014-19 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
177 - Processo nº: 11040.901119/2014-55 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
178 - Processo nº: 11040.901120/2014-80 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
179 - Processo nº: 11040.901121/2014-24 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
180 - Processo nº: 11040.901122/2014-79 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
181 - Processo nº: 11040.901124/2014-68 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
182 - Processo nº: 11040.901125/2014-11 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
183 - Processo nº: 11040.901126/2014-57 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
184 - Processo nº: 11040.901127/2014-00 - Recorrente: PGL DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

185 - Processo nº: 10166.001382/2003-19 - Recorrente: BB.LEASING S.A.ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10: COMPENSAÇÃO - PER/DCOMP

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

186 - Processo nº: 10950.902657/2015-12 - Recorrente: USINA DE ACUCAR SANTA TEREZINHA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
187 - Processo nº: 13603.902729/2012-17 - Recorrente: CNH INDUSTRIAL LATIN AMERICA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
188 - Processo nº: 13149.000032/2003-23 - Recorrente: PASTORIL AGROPECUARIA COUTO MAGALHAES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
189 - Processo nº: 16692.720481/2014-76 - Recorrente: AMBEV S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
190 - Processo nº: 10480.003108/2003-11 - Recorrente: FINAMBRAS HOLDING LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
191 - Processo nº: 10070.002840/2003-98 - Recorrente: IBM BRASIL-INDUSTRIA MAQUINAS E SERVICOS LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
192 - Processo nº: 16682.900675/2014-72 - Recorrente: BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
193 - Processo nº: 16327.901420/2016-38 - Recorrente: BANCO BRADESCO S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
194 - Processo nº: 16327.900023/2011-34 - Recorrente: BANCO CITIBANK S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
195 - Processo nº: 16327.000574/2003-96 - Recorrente: CIA ITAULEASING DE ARREND.MERC.GPO.ITAU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
196 - Processo nº: 10730.907627/2011-63 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): PAULO MATEUS CICCONE

197 - Processo nº: 10730.720049/2010-71 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
198 - Processo nº: 10730.907612/2011-03 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
199 - Processo nº: 10730.907613/2011-40 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
200 - Processo nº: 10730.907614/2011-94 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
201 - Processo nº: 10730.907615/2011-39 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
202 - Processo nº: 10730.907616/2011-83 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
203 - Processo nº: 10730.907617/2011-28 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
204 - Processo nº: 10730.907618/2011-72 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
205 - Processo nº: 10730.907619/2011-17 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
206 - Processo nº: 10730.907620/2011-41 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
207 - Processo nº: 10730.907621/2011-96 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
208 - Processo nº: 10730.907622/2011-31 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
209 - Processo nº: 10730.907623/2011-85 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
210 - Processo nº: 10730.907624/2011-20 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
211 - Processo nº: 10730.907625/2011-74 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
212 - Processo nº: 10730.907626/2011-19 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
213 - Processo nº: 10730.907628/2011-16 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
214 - Processo nº: 10730.907629/2011-52 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
215 - Processo nº: 10730.907630/2011-87 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
216 - Processo nº: 10730.907631/2011-21 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
217 - Processo nº: 10730.907632/2011-76 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
218 - Processo nº: 10730.907633/2011-11 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
219 - Processo nº: 10730.907634/2011-65 - Recorrente: COMFIA - POLICLINICA DE DIAGNOSTICO, ORTOPEDIA E MEDICINA FISICA ALCANTARA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 11: CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

220 - Processo nº: 13971.721769/2012-71 - Recorrentes: CIA. HERING e FAZENDA NACIONAL
221 - Processo nº: 11516.722840/2014-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CECRISA REVESTIMENTOS CERAMICOS S.A

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 12: DIVERSOS

Relator(a): LEONARDO LUIS PAGANO GONCALVES

222 - Processo nº: 19515.721015/2015-28 - Recorrente: IMPORT EXPRESS COMERCIAL IMPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

223 - Processo nº: 16561.000167/2007-30 - Recorrentes: ITB HOLDING BRASIL PARTICIPACOES LTDA.e FAZENDA NACIONAL

224 - Processo nº: 18471.001833/2006-19 - Embargante: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL- NITERÓI -RJ e Embargada: 2ª Turma Ordinária/4ª Câmara/1ªSeção - Interessados: CARTA GOIAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS S.A e FAZENDA NACIONAL

225 - Processo nº: 16327.000976/2004-71 - Recorrente: UNIBANCO LEASING S/A A M e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

PAULO MATEUS CICCONE
Presidente Substituto da 2ª Turma Ordinária da 4ª Câmara da 1ª Seção

2ª SEÇÃO

1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA MELO LEAL

1 - Processo nº: 13607.720061/2016-85 - Recorrente: ALOISIO CAMPOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 13782.000284/2010-14 - Recorrente: ARTUR JOSE BARRETO DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 13782.000285/2010-51 - Recorrente: ARTUR JOSE BARRETO DE AZEVEDO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 17734.720670/2016-30 - Recorrente: CARLOS DE SOUZA ARCANJO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 13782.720182/2016-04 - Recorrente: CARLOS GOMES BOECHAT DO CARMO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 10530.722234/2014-81 - Recorrente: CARLOS ROBERTO DE CARVALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo nº: 17613.720053/2016-19 - Recorrente: DAURY LOVATTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo nº: 10073.720656/2013-75 - Recorrente: DAVID GOMES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo nº: 10073.720666/2016-53 - Recorrente: DAVID GOMES DOS SANTOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo nº: 17284.720340/2016-90 - Recorrente: DIAMANTINO MENDONCA RODRIGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA MELO LEAL

11 - Processo nº: 11080.732318/2014-31 - Recorrente: DUVAL OLIVEIRA BRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo nº: 11020.720932/2016-26 - Recorrente: ENIO RENE DURANTE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo nº: 10920.721971/2014-72 - Recorrente: ESTEFANO LANZNASTER NETO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo nº: 10580.726921/2016-41 - Recorrente: EVANDRO RIBEIRO DE MESQUITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo nº: 10580.726922/2016-96 - Recorrente: EVANDRO RIBEIRO DE MESQUITA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo nº: 13836.720293/2016-30 - Recorrente: FRANCISCO CELSO GUIMARAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo nº: 19395.720027/2016-20 - Recorrente: GERALDO HENRIQUE BOTELHO LINS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo nº: 18019.720283/2016-41 - Recorrente: GILMAR EVANGELISTA DE CASTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): FERNANDA MELO LEAL

19 - Processo nº: 16511.720970/2015-90 - Recorrente: GILSEE IVAN REGIS FILHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo nº: 17613.720761/2015-61 - Recorrente: HUMBERTO DEL MAESTRO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE ALFREDO DUARTE FILHO

21 - Processo nº: 13921.000150/2008-39 - Recorrente: ARIETE TEREZINHA D AGOSTINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo nº: 13921.000001/2009-51 - Recorrente: ARIETE TEREZINHA D AGOSTINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo nº: 13921.000002/2009-03 - Recorrente: ARIETE TEREZINHA D AGOSTINI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo nº: 10680.005381/2008-21 - Recorrente: FLAVIA ROBERTA CANCADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo nº: 10680.005654/2008-37 - Recorrente: FLAVIA ROBERTA CANCADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10680.005655/2008-81 - Recorrente: FLAVIA ROBERTA CANCADO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 16370.000398/2008-71 - Recorrente: FLAVIO JUN KAZUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE ALFREDO DUARTE FILHO

28 - Processo nº: 16370.000399/2008-16 - Recorrente: FLAVIO JUN KAZUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 16370.000400/2008-11 - Recorrente: FLAVIO JUN KAZUMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA

30 - Processo nº: 10140.722330/2016-84 - Recorrente: ADENIR VENCIGUERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 16624.000614/2008-50 - Recorrente: ARMANDO BRITES FRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 16624.000615/2008-02 - Recorrente: ARMANDO BRITES FRADE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 11080.725770/2016-16 - Recorrente: ARTHUR OTTO MULLER e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10830.723828/2016-96 - Recorrente: AZILDA LOPES SOARES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10166.722377/2016-50 - Recorrente: BENEDITA RODRIGUES DOS PASSOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10166.722379/2016-49 - Recorrente: BENEDITA RODRIGUES DOS PASSOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10166.722380/2016-73 - Recorrente: BENEDITA RODRIGUES DOS PASSOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10166.729855/2015-71 - Recorrente: BENEDITA RODRIGUES DOS PASSOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA

39 - Processo nº: 10825.000444/2009-41 - Recorrente: DENISABETH ALMEIDA RAMALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10825.000445/2009-96 - Recorrente: DENISABETH ALMEIDA RAMALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10825.000617/2008-41 - Recorrente: DENISABETH ALMEIDA RAMALHO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo nº: 13637.000867/2008-96 - Recorrente: ELIZETE APARECIDA SFREDO DOS S. E REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo nº: 13637.000868/2008-31 - Recorrente: ELIZETE APARECIDA SFREDO DOS S. E REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

44 - Processo nº: 13637.000869/2008-85 - Recorrente: ELIZETE APARECIDA SFREDO DOS S E REIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo nº: 15471.003628/2010-78 - Recorrente: GERSON RICARDO DE SOUZA DOMINGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo nº: 15471.004263/2010-07 - Recorrente: GERSON RICARDO DE SOUZA DOMINGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo nº: 18239.007335/2008-96 - Recorrente: GERSON RICARDO DE SOUZA DOMINGUES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 11080.728943/2015-69 - Recorrente: HERIBERTO ROOS MACIEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo nº: 11080.730129/2015-12 - Recorrente: HERIBERTO ROOS MACIEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOSE RICARDO MOREIRA

50 - Processo nº: 19647.002938/2006-91 - Recorrente: LEONARDO VALADARES DE SA BARRETO SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 19647.013592/2008-18 - Recorrente: LEONARDO VALADARES DE SA BARRETO SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 19647.013593/2008-62 - Recorrente: LEONARDO VALADARES DE SA BARRETO SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10480.722514/2010-06 - Recorrente: LEONARDO VALADARES DE SA BARRETTO SAMPAIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo nº: 13852.000022/2005-11 - Recorrente: MARCUS BORGES BEZERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo nº: 13855.001087/2007-16 - Recorrente: MARCUS BORGES BEZERRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo nº: 10166.722082/2016-83 - Recorrente: MARTA MEIRELES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo nº: 12448.725521/2015-98 - Recorrente: MYRIAM DE CASTILHO GAMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo nº: 10166.724792/2016-48 - Recorrente: NILTON TADEU NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo nº: 10166.724794/2016-37 - Recorrente: NILTON TADEU NOGUEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo nº: 12448.725115/2015-25 - Recorrente: WALTER DA CONCEICAO ELIZIARIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

JORGE HENRIQUE BACKES
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 2ª Seção

2ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das Sessões não presenciais virtuais a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas.

OBSERVAÇÕES:

1 - Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

2 - É facultativo o envio de memoriais, através de formulário eletrônico disponibilizado no sítio do CARF, em até 5 (cinco) dias da publicação da pauta.

3 - Não serão admitidos pedidos, pelas partes, de alteração da ordem de julgamento ou de retirada de processos em pauta de sessão não presencial virtual. (Redação dada pela Portaria MF nº 329, de 2017).

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON

1 - Processo nº: 10120.001672/2010-18 - Recorrente: ADELIDE GOMES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo nº: 14751.002769/2008-40 - Recorrente: ADEMIR ALVES DE MELO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo nº: 16004.001007/2010-29 - Recorrente: AIRTON PEDROSO DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo nº: 19647.005570/2007-01 - Recorrente: CARLOS FRANCISCO CANUTO ANNUNCIACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo nº: 19647.012950/2007-94 - Recorrente: CARLOS FRANCISCO CANUTO ANNUCIACAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo nº: 12326.006595/2010-01 - Recorrente: CARLOS MANUEL RAFAEL ROMANI CANAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7 - Processo nº: 10166.724748/2016-38 - Recorrente: ELMAR PEREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10166.724749/2016-82 - Recorrente: ELMAR PEREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
9 - Processo nº: 10166.724747/2016-93 - Recorrente: ELMAR PEREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MON
10 - Processo nº: 10640.001969/2008-81 - Recorrente: FABIO ALBERTO FERNANDES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
11 - Processo nº: 16832.000001/2010-81 - Recorrente: FRANK DE OLIVEIRA CALAZAES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
12 - Processo nº: 13888.003614/2008-12 - Recorrente: GERALDO JOSE MARQUES DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 13014.720083/2015-34 - Recorrente: MARIA DOS SANTOS VERGILIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 13014.720240/2017-73 - Recorrente: MARIA DOS SANTOS VERGILIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10580.722256/2017-06 - Recorrente: JERUSA ANDRADE MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10580.722257/2017-42 - Recorrente: JERUSA ANDRADE MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10580.722255/2017-53 - Recorrente: JERUSA ANDRADE MOREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 12196.720006/2015-21 - Recorrente: NORMA JORNADA QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 12196.720038/2015-26 - Recorrente: NORMA JORNADA QUEIROZ e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): VIRGILIO CANSINO GIL
20 - Processo nº: 10830.009494/2007-53 - Recorrente: MARIO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10830.005292/2009-02 - Recorrente: MARIO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10830.005293/2009-49 - Recorrente: MARIO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10830.722457/2012-00 - Recorrente: MARIO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10830.722458/2012-46 - Recorrente: MARIO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
25 - Processo nº: 13881.000425/2007-77 - Recorrente: OSWALDO INACIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
26 - Processo nº: 13881.000063/2008-03 - Recorrente: OSWALDO INACIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
27 - Processo nº: 13881.000909/2008-05 - Recorrente: OSWALDO INACIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
28 - Processo nº: 13881.000023/2009-34 - Recorrente: OSWALDO INACIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 18 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): FABIA MARCILIA FERREIRA CAMPELO
29 - Processo nº: 13886.720382/2017-71 - Recorrente: LUIZ ANTONIO NEVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
30 - Processo nº: 17613.720623/2016-62 - Recorrente: IARA FERRAZ E SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
31 - Processo nº: 18043.720146/2017-91 - Recorrente: JOSE APARECIDO PIMENTA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
32 - Processo nº: 19985.721897/2017-57 - Recorrente: LEONICE DOMINGUES DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
33 - Processo nº: 13854.720085/2017-01 - Recorrente: JOSE CARLOS ALVES CABRAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
34 - Processo nº: 13784.720172/2016-41 - Recorrente: MARCIO ANTONIO VICENTE LEITAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
35 - Processo nº: 15504.723432/2016-64 - Recorrente: JORGE LUIZ TRAVERSO GONCALVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
36 - Processo nº: 18470.728959/2015-27 - Recorrente: LUIZ ANTONIO LICURCI DE MELLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
37 - Processo nº: 10166.729305/2015-52 - Recorrente: CEZAR CORREA PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
38 - Processo nº: 10410.725349/2016-55 - Recorrente: FABIANO BARBOSA DE LIMA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
39 - Processo nº: 10580.724784/2016-19 - Recorrente: DEVANY DAVANZO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
40 - Processo nº: 10166.727948/2015-61 - Recorrente: CEZAR CORREA PEREIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
41 - Processo nº: 13656.720847/2016-17 - Recorrente: ANTONIO ADILSON MURAD e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
42 - Processo nº: 13884.722782/2016-51 - Recorrente: ANESTALDO FERREIRA DE OLIVEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
43 - Processo nº: 16511.721130/2016-25 - Recorrente: AMADOR DUARTE BRANCO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 19 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): THIAGO DUCA AMONI
44 - Processo nº: 11040.720827/2016-59 - Recorrente: DAYTON DAUNIS VETROMILLA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
45 - Processo nº: 11080.720713/2016-32 - Recorrente: GLORIA TERESINHA FONTOURA GEREMIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
46 - Processo nº: 11080.720801/2016-34 - Recorrente: DINA LOURDES OSELAME GATTO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
47 - Processo nº: 17335.720156/2016-05 - Recorrente: GILSON VIANNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
48 - Processo nº: 13618.720147/2015-06 - Recorrente: AURELINO PEREIRA SENA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
49 - Processo nº: 17335.720157/2016-41 - Recorrente: EDENA DINIZ VIANNA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
50 - Processo nº: 18470.725159/2016-35 - Recorrente: DOUGLAS MALOF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSE RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

CLAUDIA CRISTINA NOIRA PASSOS DA COSTA DEVELLY MONTEZ
Presidente da 2ª Turma Extraordinária da 2ª Seção

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS

3ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Bloco J, Edifício Alvorada, Sobreloja, Brasília, Distrito Federal.

OBSERVAÇÕES:

1) Serão julgados na primeira sessão ordinária subsequente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

2) O prazo regimental para os pedidos de retirada de pauta é de até 5 (cinco) dias anteriores ao início da reunião.

3) O julgamento do Processo nº 10950.900696/2008-56 (item 1) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 2 a 13. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 2 a 13, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

4) O julgamento do Processo nº 10680.912761/2009-02 (item 19) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 20 a 41. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 20 a 41, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

5) O julgamento do Processo nº 11065.000463/2008-07 (item 54) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 55 a 61. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 55 a 61, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

6) O julgamento do Processo nº 10314.010742/2005-86 (item 120) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 121 a 145. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 121 a 145, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

7) O julgamento do Processo nº 13002.000094/2008-12 (item 187) servirá como paradigma para o julgamento dos processos constantes dos itens 188 a 193. O resultado do julgamento do processo em referência será aplicado aos processos repetitivos de que tratam os itens 188 a 193, nos termos do § 2º do art. 47 do Anexo II à Portaria MF 343, de 9 de junho de 2015, que aprovou o Regimento Interno do CARF. É facultado às partes fazerem sustentação oral quando do julgamento do processo paradigma, nos termos do § 12 do art. 58 do Anexo II à Portaria acima citada.

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 1 - DENÚNCIA ESPONTÂNEA
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
1 - Processo nº: 10950.900696/2008-56 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
2 - Processo nº: 10950.900726/2008-24 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA
3 - Processo nº: 10950.900730/2008-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA
4 - Processo nº: 10950.900743/2008-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA
5 - Processo nº: 10950.900762/2008-98 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA
6 - Processo nº: 10950.900763/2008-32 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA
7 - Processo nº: 10950.900837/2008-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA
8 - Processo nº: 10950.900842/2008-43 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA
9 - Processo nº: 10950.900846/2008-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA
10 - Processo nº: 10950.900847/2008-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA
11 - Processo nº: 10950.902024/2008-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CACAU"S DISTRIBUIDORA LTDA
12 - Processo nº: 13005.902409/2009-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO TEUTONIA - CERTEL
13 - Processo nº: 13005.902410/2009-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO TEUTONIA - CERTEL
Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL
14 - Processo nº: 10950.900767/2008-11 - Recorrente: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10950.900768/2008-65 - Recorrente: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10950.900787/2008-91 - Recorrente: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10950.900827/2008-03 - Recorrente: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10950.900828/2008-40 - Recorrente: CACAU'S DISTRIBUIDORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN
TEMA 2 - PIS/COFINS - BASE DE CÁLCULO
19 - Processo nº: 10680.912761/2009-02 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS
20 - Processo nº: 10680.912762/2009-49 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
21 - Processo nº: 10680.912763/2009-93 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10680.912764/2009-38 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10680.912765/2009-82 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10680.912766/2009-27 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 - Processo nº: 10680.912767/2009-71 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo nº: 10680.912768/2009-16 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo nº: 10680.912769/2009-61 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo nº: 10680.912770/2009-95 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo nº: 10680.912771/2009-30 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo nº: 10680.912772/2009-84 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo nº: 10680.912773/2009-29 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo nº: 10680.912774/2009-73 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo nº: 10680.912798/2009-22 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo nº: 10680.912799/2009-77 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo nº: 10680.912800/2009-63 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo nº: 10680.912801/2009-16 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo nº: 10680.912802/2009-52 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo nº: 10680.912803/2009-05 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo nº: 10680.912804/2009-41 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo nº: 10680.912805/2009-96 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo nº: 10680.922967/2011-57 - Recorrente: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

42 - Processo nº: 10680.912796/2009-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

43 - Processo nº: 10680.912797/2009-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FEDERACAO INTERF. DAS COOP. DE TRABALHO MEDICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Relator(a): DEMES BRITO

44 - Processo nº: 19515.720041/2012-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AES TIETE S/A

45 - Processo nº: 13807.002837/00-60 - Recorrente: VICUNHA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

46 - Processo nº: 10640.001360/2001-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: AGROS INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL

47 - Processo nº: 10768.014973/99-30 - Recorrente: BANCO BTG PACTUAL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo nº: 16682.721116/2011-55 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BANCO BTG PACTUAL S.A.

49 - Processo nº: 11516.003531/2006-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

50 - Processo nº: 13851.001052/2004-66 - Recorrente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo nº: 11060.002304/2006-17 - Recorrente: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO CENTRO SUL DO RGS - SICREDI CENTRO SUL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo nº: 10580.720177/2007-81 - Recorrente: UNIMED SALVADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO EM LIQUIDACAO EXTRA JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo nº: 10650.001996/2006-73 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA

DIA 10 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): DEMES BRITO

54 - Processo nº: 11065.000463/2008-07 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

55 - Processo nº: 11065.002976/2007-63 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

56 - Processo nº: 11065.003183/2008-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

57 - Processo nº: 11065.100250/2008-76 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

58 - Processo nº: 11065.101083/2008-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

59 - Processo nº: 11065.101084/2008-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

60 - Processo nº: 11065.101518/2008-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

61 - Processo nº: 11065.101519/2008-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

Relator(a): DEMES BRITO

62 - Processo nº: 11065.002975/2007-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

63 - Processo nº: 11065.003184/2008-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

64 - Processo nº: 11065.100251/2008-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

65 - Processo nº: 11065.001083/2009-62 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

66 - Processo nº: 11065.001086/2009-04 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA

67 - Processo nº: 11065.002968/2009-89 - Recorrente: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo nº: 11065.100457/2009-21 - Recorrentes: INDUSTRIA DE PELES MINUANO LTDA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

69 - Processo nº: 11065.002140/2004-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAQUETA CALCADOS LTDA.

70 - Processo nº: 11065.001430/2003-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAQUETA CALCADOS LTDA.

71 - Processo nº: 11065.004418/2004-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISPORT DO BRASIL LTDA

72 - Processo nº: 11065.003772/2003-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISPORT DO BRASIL LTDA

73 - Processo nº: 11065.002120/2004-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PAQUETA CALCADOS LTDA.

74 - Processo nº: 11065.002121/2004-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISPORT DO BRASIL LTDA

75 - Processo nº: 11065.101108/2007-65 - Recorrente: HG INDUSTRIA E COMERCIO DE CALCADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo nº: 11080.100196/2005-28 - Recorrente: ALIBEM ALIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo nº: 11080.102469/2005-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALIBEM ALIMENTOS S.A.

78 - Processo nº: 11686.000400/2008-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ALIBEM ALIMENTOS S.A.

79 - Processo nº: 11516.720935/2014-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: KOMLOG IMPORTACAO LTDA. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

TEMA 3 - IMUNIDADE

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

80 - Processo nº: 10680.014116/2006-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ASSOCIACAO EDUCACIONAL DOS IRMAOS DE N SENHORA

TEMA 4 - COMPENSAÇÃO

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

81 - Processo nº: 13811.002160/00-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PARAMOUNT LANSUL SA

82 - Processo nº: 10980.011284/2002-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA

83 - Processo nº: 10980.011287/2002-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA

84 - Processo nº: 10980.011304/2002-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA

85 - Processo nº: 10909.000997/2002-06 - Recorrente: A BITTENCOURT MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

86 - Processo nº: 13005.500184/2004-47 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPERATIVA LANGUIRU LTDA.

87 - Processo nº: 11065.000789/2007-45 - Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

88 - Processo nº: 11075.001568/2004-22 - Recorrentes: COOPERATIVA AGRICOLA URUGUAIANA LIMITADA e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

89 - Processo nº: 10580.905933/2008-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FLAMINGO'S PARADISE S/A - INVESTIMENTOS

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

90 - Processo nº: 15578.000006/2009-66 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

91 - Processo nº: 10855.003234/2001-09 - Recorrente: SVEDALA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

92 - Processo nº: 10640.900247/2006-40 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DISPROPAN LTDA

93 - Processo nº: 10530.904655/2009-61 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: RODOBENS CAMINHOES BAHIA S.A.

Relator(a): DEMES BRITO

94 - Processo nº: 10380.001948/2005-21 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MERCADINHO MAPEL LTDA - ME

95 - Processo nº: 10314.001468/00-41 - Recorrente: UNILEVER BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

96 - Processo nº: 10314.001472/00-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: UNILEVER BRASIL LTDA.

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 5 - CONCEITO DE INSUMO APLICÁVEL NA APURAÇÃO DE CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES NÃO CUMULATIVAS

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

97 - Processo nº: 10920.001868/2007-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS ZIPPERER SA

98 - Processo nº: 10920.001869/2007-28 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS ZIPPERER SA

99 - Processo nº: 10920.001870/2007-52 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS ZIPPERER SA

100 - Processo nº: 10920.001871/2007-05 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS ZIPPERER SA

101 - Processo nº: 10920.001873/2007-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIAS ZIPPERER SA

102 - Processo nº: 13982.000901/2004-79 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BONDIO ALIMENTOS S/A

103 - Processo nº: 13982.001074/2004-31 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: BONDIO ALIMENTOS S/A

104 - Processo nº: 16707.002129/2005-58 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA

105 - Processo nº: 16707.002130/2005-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: POTIGUAR ALIMENTOS DO MAR LTDA

106 - Processo nº: 16349.000271/2009-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

107 - Processo nº: 19515.722673/2013-75 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SONOPRESS - RIMO INDUSTRIA E COMERCIO FONOGRAFICA S.A.

Relator(a): LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS

108 - Processo nº: 13839.720008/2013-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ATMOSFERA GESTAO E HIGIENIZACAO DE TEXTEIS S.A.

109 - Processo nº: 12585.000221/2010-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ARACRUZ CELULOSE SA

110 - Processo nº: 13770.000198/2004-94 - Recorrentes: ARACRUZ CELULOSE SA e FAZENDA NACIONAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TEMA 6 - NULIDADE

111 - Processo nº: 13770.000663/2005-78 - Recorrente: ARACRUZ CELULOSE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

112 - Processo nº: 10945.007290/2003-67 - Recorrente: PROFORTE S/A TRANSPORTE DE VALORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

113 - Processo nº: 10945.007401/2003-35 - Recorrente: PROFORTE S/A TRANSPORTE DE VALORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

114 - Processo nº: 11610.014685/2002-80 - Recorrente: EXPRESSO DE PRATA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

115 - Processo nº: 13504.000030/2003-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: QGN PARTICIPACOES S.A

116 - Processo nº: 10380.004142/2002-42 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: INDUSTRIA CEARENSE DE ALIMENTACAO INCA LTDA - EPP

117 - Processo nº: 10930.003216/2002-50 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GIRANDO COMERCIO DE PECAS LTDA

118 - Processo nº: 19679.010161/2003-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SCHAHIN ENGENHARIA S.A.

119 - Processo nº: 10580.000119/2002-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COREMAL COM E REPRESTACOES MAIA LTDA

DIA 11 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 7 - TRIBUTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

120 - Processo nº: 10314.010742/2005-86 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

121 - Processo nº: 10314.010736/2005-29 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

122 - Processo nº: 10314.010747/2005-17 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

123 - Processo nº: 10314.010752/2005-11 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

124 - Processo nº: 10314.011248/2005-39 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

125 - Processo nº: 10314.011250/2005-16 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

126 - Processo nº: 10314.011253/2005-41 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

127 - Processo nº: 10314.011254/2005-96 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

128 - Processo nº: 10314.011256/2005-85 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

129 - Processo nº: 10314.011258/2005-74 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

130 - Processo nº: 10314.011264/2005-21 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

131 - Processo nº: 10814.006463/2005-87 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

132 - Processo nº: 10814.009538/2005-81 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

133 - Processo nº: 10814.010022/2005-80 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

134 - Processo nº: 10814.010023/2005-24 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

135 - Processo nº: 10814.010024/2005-79 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

136 - Processo nº: 10814.010027/2005-11 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

137 - Processo nº: 10814.010029/2005-00 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

138 - Processo nº: 10814.010033/2005-60 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

139 - Processo nº: 10814.010034/2005-12 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

140 - Processo nº: 10814.010035/2005-59 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

141 - Processo nº: 10814.010080/2005-11 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

142 - Processo nº: 10814.010081/2005-58 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

143 - Processo nº: 10814.010082/2005-01 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

144 - Processo nº: 10831.000846/2005-33 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

145 - Processo nº: 16624.000996/2009-01 - Recorrente: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

146 - Processo nº: 10814.009536/2005-92 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

147 - Processo nº: 10880.728069/2011-58 - Recorrente: VINTAGE DENIM ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

148 - Processo nº: 11128.002137/2003-30 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: D-LOG BRASIL OPERADOR LOGISTICO MULTIMODAL LTDA

149 - Processo nº: 13855.003838/2008-10 - Recorrente: EMBRAT EMPRESA BRASILEIRA DE ARMAZENS E TRANSPORTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

150 - Processo nº: 10831.013196/2004-13 - Recorrente: DHL EXPRESS (BRAZIL) LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

151 - Processo nº: 12452.720187/2012-74 - Recorrente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

TEMA 8 - TRIBUTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR - PENALIDADES

152 - Processo nº: 10936.000002/2007-86 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CRISOSTOMO & BARRETO LTDA - EPP

153 - Processo nº: 11128.001474/2007-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ECOPORTO SANTOS S.A.

154 - Processo nº: 10111.720769/2013-77 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

155 - Processo nº: 11762.720006/2014-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

156 - Processo nº: 10280.722313/2011-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SD COMERCIAL LTDA - EPP

TEMA 9 - MULTA DE OFÍCIO E OUTROS

157 - Processo nº: 10611.000636/2010-05 - Recorrente: SIEMENS VAI METALS TECHNOLOGIES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

158 - Processo nº: 10510.004241/2008-97 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ESTADO DE SERGIPE

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

159 - Processo nº: 19515.001471/2007-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VERDURAMA COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS LTDA

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 09:00 HORAS

TEMA 10 - IPI - PENALIDADES

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

160 - Processo nº: 10620.000157/2005-12 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GIOVANE JOSE SANTOS - EPP

161 - Processo nº: 10945.000755/2005-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: JOAO FIDELIS & CIA LTDA - ME

162 - Processo nº: 19515.000527/2005-85 - Recorrentes: GRIMART GRAFICA E EDITORA LTDA - EPP e FAZENDA NACIONAL

163 - Processo nº: 19515.000476/2005-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRAFICA E EDITORA GRAFNORTE LTDA EPP

164 - Processo nº: 11516.001068/2005-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: R&G COMPUTACAO GRAFICA E EDITORA LTDA - ME

165 - Processo nº: 19515.000552/2005-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TOM-GRAF ARTES GRAFICAS LTDA - EPP

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

166 - Processo nº: 10665.001217/2005-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GRAFICA SIDIL LIMITADA - ME

TEMA 11 - IPI - CRÉDITO PRESUMIDO E CRÉDITO BÁSICO

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

167 - Processo nº: 19647.021673/2008-91 - Recorrente: GERDAU ACOS LONGOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMES BRITO

168 - Processo nº: 10860.000617/2001-48 - Recorrentes: MWL BRASIL RODAS & EIXOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

169 - Processo nº: 10860.002218/2002-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MWL BRASIL RODAS & EIXOS LTDA.

170 - Processo nº: 10860.005902/2002-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MWL BRASIL RODAS & EIXOS LTDA.

171 - Processo nº: 10860.001745/2003-71 - Recorrentes: MWL BRASIL RODAS & EIXOS LTDA. e FAZENDA NACIONAL

172 - Processo nº: 13677.000053/2003-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ECB ARDOSIAS, LTDA

173 - Processo nº: 13603.000945/2006-88 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA.

174 - Processo nº: 16707.003680/2001-95 - Recorrente: CAMANOR PRODUTOS MARINHOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

175 - Processo nº: 13770.000666/98-58 - Recorrentes: ARACRUZ CELULOSE SA e FAZENDA NACIONAL

176 - Processo nº: 13981.000043/00-69 - Recorrentes: MADEPINUS IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA e FAZENDA NACIONAL

177 - Processo nº: 13981.000034/00-78 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: MADEPINUS IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA.

TEMA 12 - IPI - INCIDÊNCIA

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

178 - Processo nº: 10925.720873/2012-14 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VALPASA INDUSTRIA DE PAPEL LTDA

DIA 12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 14:00 HORAS

TEMA 13 - DIVERSOS

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

179 - Processo nº: 19311.720077/2014-28 - Recorrentes: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e FAZENDA NACIONAL

180 - Processo nº: 19311.720743/2013-47 - Recorrentes: SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ANDRADA MARCIO CANUTO NATAL

181 - Processo nº: 13855.721049/2011-51 - Recorrentes: MAGAZINE LUIZA S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator(a): VANESSA MARINI CECCONELLO

182 - Processo nº: 10980.726071/2010-83 - Recorrente: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

183 - Processo nº: 13808.003458/97-28 - Recorrente: SERRANA DE MINERACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): DEMES BRITO

184 - Processo nº: 16327.000137/2004-53 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: SUL AMERICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

185 - Processo nº: 13804.002336/00-40 - Recorrente: JOAO MARQUES DA SILVA COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): ERIKA COSTA CAMARGOS AUTRAN

186 - Processo nº: 10925.001920/2002-47 - Embargante: SADIA S.A.

TEMA 14 - PRESCRIÇÃO - PRAZO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

187 - Processo nº: 13002.000094/2008-12 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): RODRIGO DA COSTA POSSAS

188 - Processo nº: 13002.000031/2010-72 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

189 - Processo nº: 13002.000259/2008-48 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

190 - Processo nº: 13002.000389/2008-81 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

191 - Processo nº: 13002.000833/2008-68 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

192 - Processo nº: 13002.001065/2008-60 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

193 - Processo nº: 13002.100024/2007-74 - Recorrente: CENTRO CLINICO CANOAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator(a): TATIANA MIDORI MIGIYAMA

194 - Processo nº: 10855.001570/2004-51 - Recorrente: BIC BRASIL S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

195 - Processo nº: 10875.000768/2004-80 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ABRATUR VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

196 - Processo nº: 10875.005552/2002-49 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: GENEA INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA

197 - Processo nº: 10980.011358/2003-86 - Recorrente: METALURGICA GANS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

198 - Processo nº: 13055.000122/2001-00 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: CALCADOS ARLEDE LTDA - ME

199 - Processo nº: 10768.002728/2003-17 - Recorrente: DELTA CONSTRUCOES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

ADRIANA GOMES RÊGO
Presidente do Conselho Administrativo
de Recursos Fiscais

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 249ª SESSÃO DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2018

Pauta dos Recursos a serem julgados na 249ª Sessão de Julgamento do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP, a ser realizada no Ministério da Fazenda, sito à Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sala 1111, Centro, Rio de Janeiro, na seguinte data e horário:

12 DE ABRIL DE 2018, ÀS 10 HORAS

1)Recurso 6.798 - Processo Susep nº 15414.004480/2011-54 - Recorrente: Ricardo Oliveira Tarantello. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

2)Recurso 7.079 - Processo Susep nº 15414.000195/2012-45 - Recorrente: COMPREV Previdência S.A. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Carmen Diva Beltrão Monteiro.

3)Recurso 7.164 - Processo Susep nº 15414.200428/2011-27 - Recorrente: Miguel Junqueira Pereira. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

4)Recurso 7.205 - Processo Susep nº 15414.000364/2011-66 - Recorrentes: Francisco José Meinberg, GP Gomes Corretagem e Assessoria de Seguros Ltda. e Mauricio Reis. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

5)Recurso 7.238 - Processo Susep nº 15414.200423/2011-02 - Recorrente: Flavio Taboada. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos.

6)Recurso 7.248 - Processo Susep nº 15414.003761/2012-71 - Recorrentes: Confiança Companhia de Seguros - Em Liquidação Extrajudicial, Flavio Urubatã Peraes da Silva e Jesus Cláudio da Silveira (Liquidante). Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Dorival Alves de Sousa.

7)Recurso 7.249 - Processo Susep nº 15414.100069/2012-90 - Recorrente: Mapfre Affinity Seguradora S.A. (Incorporada por Mapfre Seguros Gerais S.A.). Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos.

8)Recurso 7.256 - Processo Susep nº 15414.001832/2013-81 - Recorrente: Erni Schroeder. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos.

9)Recurso 7.276 - Processo Susep nº 15414.005258/2012-50 - Recorrente: Sérgio Ricardo Miranda Nazaré. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

10)Recurso 7.282 - Processo Susep nº 15414.100612/2012-59 - Recorrente: Marcos Eduardo dos Santos Ferreira. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Thompson da Gama Moret Santos.

11)Recurso 7.295 - Processo Susep nº 15414.002683/2013-78 - Recorrente: Masttercar Rio - Associação de Benefícios do Estado do Rio de Janeiro. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Dorival Alves de Sousa.

12)Recurso 7.300 - Processo Susep nº 15414.003218/2014-35 - Recorrente: Essor Seguros S.A. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

13)Recurso 7.302 - Processo Susep nº 15414.005318/2012-34 - Recorrentes: Viver Previdência e Wanderléia Gomes da Silva Moreira. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Dorival Alves de Sousa.

14)Recurso 7.311 - Processo Susep nº 15414.001033/2013-13 - Recorrentes: Generali Brasil Seguros S/A e José Antônio de A. Pedrosa Ribeiro. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Washington Luis Bezerra da Silva.

15)Recurso 7.313 - Processo Susep nº 15414.001783/2013-87 - Recorrentes: Mapfre Seguros Gerais S/A e Marcos Eduardo dos Santos Ferreira. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Dorival Alves de Sousa.

16)Recurso 7.315 - Processo Susep nº 15414.003444/2010-92 - Recorrente: Assets Protection Ass. Adm. e Corg. de Seguros Ltda. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Dorival Alves de Sousa.

17)Recurso 7.364 - Processo Susep nº 15414.000296/2014-88 - Recorrente: Essor Seguros S.A. Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Dorival Alves de Sousa.

OBSERVAÇÕES:

a) ADITAMENTO OU RETIRADAS DE PAUTA - Recomenda-se consulta sistemática ao DOU e ao sítio eletrônico do CRSNSP, página "Pautas de Julgamento" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsnsp/pautas-das-sessoes), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

b) Os pedidos de retirada de pauta deverão ser apresentados pelos recorrentes ou representantes legais até o dia 07 de abril de 2018, observando-se o disposto nos incisos I e II do §3º do artigo 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016. Tais pedidos, acompanhados das respectivas documentações, inclusive das comprobatórias da representação processual, deverão ser protocolizados na Secretaria Executiva do CRSNSP (Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sala 1029VR, Centro, Rio de Janeiro), observado o prazo acima.

c) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS - Salientamos o disposto no § 3º do art. 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

d) PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - As partes ou procuradores constituídos poderão solicitar inclusão na lista de sustentação oral e de preferência na ordem de julgamento pelo envio do formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSNSP na página "Serviços>Pedido de Sustentação Oral e de Preferência" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsnsp/servicos/sustentacao-oral), preferencialmente antes da data da Sessão de Julgamento em questão. Na medida do possível, os pedidos de sustentação oral enviados pelo portal do CRSNSP serão considerados na ordem de julgamento.

e) ENVIO DE MEMORIAIS - Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no website do CRSNSP na página "Serviços>Envio de Memorial" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsnsp/servicos/envio-memorial).

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018.
THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva Adjunta

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 49, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que a empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais constam não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul - PUC/RS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
LINX Sistemas e Consultoria Ltda	54.517.628/0001-98	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: PRS0032018, nome: Frente de Caixa, versão: 6.0, código MD-5: 8286767deba69a6506d5ea329e333f5b *FrenteCaixa

2.Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Sinteg Sistemas de Informação Ltda	08.716.959/0001-30	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: TEC0042018, nome: Sinteg-ECF, versão: 3.4.05, código MD-5: ea0fdd200d14991c2d7ff63e58b69046

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 50, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não constam não conformidade, emitidos pelo órgão técnico credenciado pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1.Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

2.

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
LOGTEC DESENVOLVIMENTO EM SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME	01.733.130/0001-04	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNS0082018, nome: SUPERCAIXA, versão: 18.01.001, código MD5: aea3fe845dce529290094cbdcfb78c2e SuperCaixa
TRIER COMERCIO DE SOFTWARES S.A.	03.009.299/0001-33	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: UNS0092018, nome: USUALPDV, versão: 01.01.001, código MD5: b672a7b715d2da61597971593c09edea UsualPDV

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 53 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2018

Em vinte e sete de março de dois mil e dezoito, das 9h às 9h30, na sede da Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA, localizada no Edifício São Marcus, Setor Bancário Sul, 1ª subloja, em Brasília-DF, o Conselho de Administração da EMGEA realizou sua quinquagésima terceira reunião extraordinária, com a presença de seu Presidente, Leonardo Silveira do Nascimento, e dos Conselheiros Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo, Rodrigo Toledo Cabral Cota, Ronaldo Affonso Nunes Lopes Baptista e Roberto Meira de Almeida Barreto. Iniciados os trabalhos, passou-se à deliberação dos assuntos constantes da ordem do dia: 1. Renúncia de Diretor - O Conselheiro Roberto Meira de Almeida Barreto comunicou ao Sr. Presidente e os demais Conselheiros a renúncia, por razões estritamente particulares, formalizada em carta de 21.3.2018 e com efeitos a partir de 6.4.2018, do Sr. Euclides Renato Deponti ao Cargo de Diretor. Registra-se que, após o término, em 5.6.2017, do prazo de gestão para o qual fora reconduzido em reunião ordinária deste Conselho de Administração de 6.6.2014, Ata nº 169, o Sr. Deponti permaneceu no exercício da função, em atendimento a disposições estatutárias § 4º do Art. 27 do Estatuto Social da EMGEA aprovado pela AGE de 19.4.2017 e § 4º do Art. 31 do Estatuto Social da EMGEA aprovado pela AGE de 21.11.2017. Os Conselheiros, juntamente com os Diretores presentes, manifestaram seu agradecimento ao Sr. Deponti pela excelente atuação, efetiva dedicação e comprometimento na condução da Empresa durante dezessete anos, de início como Superintendente Executivo e depois como Diretor. 2. Designação do substituto do Diretor-Presidente- O Conselho de Administração, consoante competência disciplinada no § 4º do art. 12 do do Estatuto Social da EMGEA aprovado pela Assembleia Geral Extraodinária de 21.11.2017, resolveu designar o Senhor Antonio Luiz Bronzeado, Diretor da Diretoria de Controladoria, Gestão de Riscos e Controles Internos-DICON, para substituir o Diretor- Presidente da EMGEA na ausência, impedimento ou vacância. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Conselheiros e declarou encerrada a reunião. Eu, Elâine Cristina Macedo Grisóstomo, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho e pelos demais Conselheiros.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720219/2018-62, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, DECLARA: face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca BMW, modelo X3 XDrive 35I, ano 2011, cor preta, chassi WBAWX7107BL496958, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 11/1202456-7, de 30/06/2018, pela Alfândega no Porto de Santos-SP, de propriedade da Embaixada da Federação Rússia no Brasil, CNPJ nº 03.754.286/0001-99.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 5 DE MARÇO DE 2018

Declara nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.E

O DELEGADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 35 II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo digital nº 10183.720439/2016-81, declara:

Art. 1º NULA DE OFÍCIO, a inscrição no CNPJ sob o nº 12.725.533/0001-10 em nome de Benedita Maria de Paula.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 6 DE MARÇO DE 2018

Declara nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 35 II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo digital nº 13147.720138/2015-09, declara:

Art. 1º NULA DE OFÍCIO, a inscrição no CNPJ sob o nº 20.779.352/0001-02 em nome de Alex Sandro Maccari.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Aplica a pena de perdimento de mercadorias e veículos objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976, suas alterações e regulamentos, resolve:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Aplicar a pena de perdimento aos veículos e às mercadorias objeto dos mesmos processos, tornando-os disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

ANEXO I

Seq.	Processo	Auto de Infração e Apreensão Nº	Interessado(s)	CPF/CNPJ
01	14108.720086/2016-72	0130100-44652/2017	ANDREI DREON	001.384.221-84
02	10960.720152/2017-84	0130100-55544/2017	ANTONIO JOSE FERREIRA	211.607.911-04
03	14108.720120/2015-28	0130100-44674/2017	CLEOMARQUE ARAUJO DE MEDEIROS	084.875.074-84
04	10960.720062/2016-11	0130151-65091/2017	FERNANDO ANDRETT	045.124.899-67
05	10960.720164/2017-17	0130100-63404/2017	HILDO MORAES DA PACHAO	395.393.501-15
06	14108.720258/2015-27	0130151-26398/2017	LENIERSON DA SILVA GONCALVES	545.112.161-34
07	14108.720218/2015-85	0130100-64073/2017	MARLI DA ROSA LOPES	905.968.031-68
08	14108.720003/2017-26	0130151-66830/2017	ROBERTO CARLOS DE SOUSA	840.585.871-72
09	14108.720101/2016-82	0130100-59549/2017	VALDECI GOMES	203.775.682-87
10	10960.720057/2016-08	0130151-63053/2017	VALDO MATOSO PEIXOTO	14.138.704/0001-30

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Declara abandonada(s) e aplica a pena de perdimento de mercadorias objeto dos processos que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei nº 1.455 de 7 de abril de 1976 e na alínea "a" do inciso II do parágrafo 8º do art. 774 do Decreto nº 6.759/09, suas alterações e regulamentos, resolve:

Art. 1º Considerar findos administrativamente os processos relacionados no Anexo I.

Art. 2º Declarar abandonada(s) e aplicar a pena de perdimento às mercadorias objeto dos mesmos processos, tornando-as disponíveis para destinação na forma da legislação vigente.

ANEXO I

Seq.	Processo	Termo de apreensão de mercadoria abandonada Nº	Edital de abandono Nº	Interessado(s)	CPF/CNPJ
01	10960.720163/2017-64	0130100-63358/2017	20171130	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
02	14108.720092/2016-20	0130100-63377/2017	20171130	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
03	14108.720146/2016-57	0130151-63543/2017	0036/2017	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06
04	14108.720149/2016-91	0130151-66407/2017	0038/2017	MINISTÉRIO DA FAZENDA	00.394.460/0065-06

OLDESIO SILVA ANHESINI

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

PORTARIA Nº 51, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ-MS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria RFB n° 4.832, de 26 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 1, de 2 de janeiro de 2018, combinado com o art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU nº 196, de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria IRF/COR Nº 62, de 05 de outubro de 2017, publicada no DOU nº 194, seção 1, de 09 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ZAQUIEL SCHARDONG VETTORELLO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Cancela a inscrição no registro especial para operações com papel imune de impostos federais destinados à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE/PE, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11/10/2017, e considerando o disposto na alínea "d" do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal de 1988, nos artigos 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, declara:

Art. 1º. CANCELADA, com fundamento no artigo 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, a inscrição no REGISTRO ESPECIAL nº GP-04101/00225, para operação com papel imune na atividade específica de GRÁFICA, concedida ao estabelecimento da empresa ROSIMERY P. SPINDOLA LEITE GRAFICA, inscrito no CNPJ sob o nº 07.833.113/0001-17, situado na Rua Corredor do Bispo, 116 Soledade, Recife/PE, CEP 50.050-090, através do processo nº 10480.722513/2016-49, por desatendimento dos requisitos que condicionaram sua concessão.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (publicada no D.O.U. de 09/05/2016).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos arts. 12, 40, inciso II, e 42, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10480.722443/2018-91, resolve:

Art. 1°- Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa COMERCIAL E RENOVADORA DE PNEUS PINHEIRO LTDA - CNPJ 03.499.003/0001-00, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral no CNPJ.

Art. 2° - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 45 46 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 340, de 9 de outubro de 2017, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e o que consta do e-dossiê nº 10100.007249/0318-90, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: LACTOWAL LATICÍNIOS LTDA.
CNPJ: 01.746.448/0001-11
Edital de aprovação do Projeto de investimento constante dos autos do Processo nº 21028.000443/2018-08, emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 46, de 8 de março de 2018, seção 3, pág. 6.
Período de execução do Projeto: 29/12/2017 a 29/11/2020.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTAIR SOARES FERREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Habilita pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA-MG, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II e III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 340, de 9 de outubro de 2017, e no art. 16 da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e o que consta do processo nº 13687.720034/2018-21, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável instituído pelo Decreto nº 8.533/2015.

Nome Empresarial: DOCE MINEIRO LTDA.
CNPJ: 22.335.392/0001-82
Edital de aprovação do Projeto de investimento constante dos autos do Processo nº 21028.001345/2018-80, emitido pela Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo, subordinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no DOU nº 46, de 8 de março de 2018, seção 3, pág. 5.
Período de execução do Projeto: 01/03/2018 a 31/12/2020.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALTAIR SOARES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA / ES, na competência prevista no artigo 340, incisos II e III da Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11/10/2017 e tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 c/c o art. 75 da Resolução nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL - a pessoa jurídica CONDOMINIUS SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA - EPP, CNPJ nº 05.762.624/0001-60, em virtude de ter incorrido na hipótese de exclusão de ofício prevista no inciso I do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em razão da vedação imposta pelo inciso XII do art. 17 da mesma LC.

Art. 2º Os efeitos da exclusão de ofício do SIMPLES NACIONAL dar-se-ão a partir do dia 01/01/2014.

Parágrafo único. A descrição dos fatos e dos motivos de direito que deram origem à exclusão de ofício, objeto deste ADE, se encontra no Parecer para a Exclusão do SIMPLES NACIONAL integrante do Processo nº 15586.720.019/2018-47.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Vitória (ES), conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo a exclusão tornar-se-á definitiva.

LUIZ ANTONIO BOSSER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Declara Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 outubro de 2017, com base na Lei nº 9.430, de 1996, e na Lei nº 11.941, de 2009, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da sociedade abaixo, conforme os artigos 40, inciso II e 42, inciso I, paragrafo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude da empresa não ter sido localizada em seu domicílio fiscal:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
18470.729510/2017-48	07.795.576/0001-31	RIO FORTE 2005 SUB EMPREITEIRA EIRELLI

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.008317/1117-94, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços CGG DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ (matriz) nº 29.339.298/0001-40 até 07/08/2019, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é IMETAME ENERGIA LTDA, CNPJ (matriz) nº 00.271.847/0001-00.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Autoriza mudança de endereço de estabelecimento para operar o regime aduaneiro de Depósito Especial.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, com fundamento no artigo 8º da Instrução Normativa SRF nº 386, de 14 de janeiro de 2004, e o que consta no processo administrativo nº 10711.724372/2012-12, resolve:

Art. 1º - Autorizar a mudança de endereço do estabelecimento de CNPJ 42.132.456/0002-36 da pessoa jurídica Powerpack Representações e Comércio Ltda., habilitado, em caráter precário, a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial pelo Ato Declaratório Executivo nº 68, de 3 de agosto de 2016, publicado no DOU de 8 de agosto de 2016, para a Avenida Ayrton Senna, 3383, unidade 149, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.007489/1217-11, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA CNPJ (matriz) 10.456.016/0001-67, para atuar como operadora, extensivo, também, para todas as filiais, mencionadas na fl. 119, do referido dossiê, até os termos finais, consignados no Anexo, que não podem ser superiores ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.007489/1217-11			
ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	DOU DATA	TERMO FINAL
SF-T-80 RIO	48610.001562/2009-65	06/07/2009	31/12/2040
SF-T-81 RIO	48610.001563/2009-18	06/07/2009	31/12/2040
SF-T-82 RIO	48610.001564/2009-54	06/07/2009	31/12/2040
SF-T-83 RIO	48610.001565/2009-07	06/07/2009	31/12/2040
SF-T-93 RIO	48610.001566/2009-43	06/07/2009	31/12/2040
BIJUPIRÁ	48000.003709/1997-81	09/12/1998	09/12/2028
SALEMA	48000.003710/1997-60	09/12/1998	09/12/2028
BM-S-54	48610.009184/2005-34	06/02/2006	06/02/2039
BC-10	48000.003552/1997-11	09/12/1998	09/12/2028

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - DECEX, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.007511/0218-42, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso I, 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica QUEIROZ GALVÃO EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S/A, CNPJ (matriz) nº 11.253.257/0001-71, para atuar como operadora, extensivo, também, para todas as filiais, mencionadas na petição de fls. 8 a 10, do referido dossiê, até os termos finais, consignados no Anexo, que não podem ser superiores ao prazo disposto no artigo 6º, caput, da IN RFB nº 1.781/2017, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ANEXO

Dossiê Digital de Atendimento nº 10010.007511/0218-42			
Nº DO CNPJ	ÁREA DE CONCESSÃO (ANP)	Nº DO CONTRATO (ANP)	TERMO FINAL
11.253.257/0001-71	PEPB-M-896	4861.0005427/2013-75	31/12/2040
11.253.257/0001-71	PAMA-M-337	4861.0005469/2013-14	31/12/2040
11.253.257/0001-71	PEPB-M-894	4861.0005411/2013-62	31/12/2040
11.253.257/0001-71	PAMA-M-265	4861.0005473/2013-74	31/12/2040
11.253.257/0001-71	FZA-M-90	4861.0005428/2013-10	31/12/2040
11.253.257/0001-71	SEAL-M-351	48610.010826/2015-10	31/12/2040
11.253.257/0001-71	SEAL-M-428	48610.010827/2015-64	31/12/2040
11.253.257/0001-71	CE-M-661	48610.005483/2013-18	31/12/2040

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N° 4, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Declara registro no regime de suspensão do IPI, aplicável às saídas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340 inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 12 a 17 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 16 de junho de 2009, e em face do que consta no processo administrativo nº 13851.720339/2018-94, declara:

Art. 1º Fica concedido à empresa SUCOCÍTRICO CUTRALE LTDA., inscrita no CNPJ sob o Nº 61.649.810/0001-68, situada na Avenida José de Anchieta, nº 470, bloco 1, Vila Furlan, CEP 14807-000, Araraquara - SP, o registro no regime de suspensão do imposto sobre produtos industrializados (IPI), de que trata o art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, com nova redação dada pelo art. 25 da Lei nº10.684, de 30 de maio de 2003, e pelo art. 59 da Lei nº12.715, de 17 de setembro de 2012, disciplinado pela Instrução Normativa nº 948, de 15 de junho de 2009, e alterações, por se enquadrar no conceito de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, conforme o disposto no artigo 14 da referida instrução normativa.

Art. 2º A pessoa jurídica aqui identificada deverá declarar ao vendedor, de forma expressa e sob as penas da Lei, que atende a todos os requisitos estabelecidos pela Lei, bem como indicar o nº do presente Ato Declaratório Executivo, concessivo do direito.

Art. 3º Vincula-se o presente A.D.E. ao CNPJ do estabelecimento matriz, aplicando-se o mesmo tratamento aos demais estabelecimentos da pessoa jurídica, nos termos do § 1º do art. 17 da IN SRF nº 948/2009.

Art. 4º O cancelamento do registro ocorrerá de ofício, na hipótese em que o beneficiário não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para registro.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURÍCIO NOVAES FERREIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Declaração de nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) por ter sido constatado vício no ato de inscrição.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ORA SIGNATÁRIO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09/10/2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11/10/2017, com delegação de competência prevista no Artigo 5º, incisos III e IV da Portaria DRF/SJR nº 47, de 11/10/2016, publicada no DOU de 18/10/2016, e no cumprimento do disposto no Artigo 35, inciso II e §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, declara:

Art. 1º NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) número 11.700.744/0001-35 (JOSE NELSON FIGUEIREDO) por ter sido constatado VÍCIO na inscrição, em acatamento à Informação Complementar/DRF/SJR/Sacat, de 20 de Março de 2018, constante do Processo nº 16000.720176/2017-78.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral.

GRIGOR HAIG VARTANIAN
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 9 DE MARÇO DE 2018

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 e o artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, e face ao que consta do processo n.º 10980.720.442/2010-13, resolve:

Art. 1º cancelar, a pedido do contribuinte, o Ato Declaratório Executivo DRF/CTA nº 198, de 08 de junho de 2011, publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de junho de 2011.

Art. 2º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Habilita a empresa que menciona ao Regime de Suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANOPOLIS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340, inciso VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, considerando o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e o que consta nos autos do Processo nº 11.516.720836/2018-78 declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime de Suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI de que trata o Inciso II do § 1º do Art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para a empresa REIVAX S/A AUTOMAÇÃO E CONTROLE , CNPJ no 79.942.645/0001-01.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FOZ DO IGUAÇU-PR, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e no parágrafo único do art. 1º da IN RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro:

NOME	CPF	PROCESSO
GUILHERME DE CASTRO MADALOZZO	083.326.419-26	12457.723112/2018-91

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 245, DE 28 DE MARÇO DE 2018

A SECRETÁRIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 579, de 27 de dezembro de 2017, do MF, e

Considerando o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal;

Considerando o estabelecido nos arts. 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando o disposto no inciso I do art. 6º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 7º do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, complementadas pelo disposto no inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e no inciso XXV do art. 32 do Anexo I do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017; resolve:

Art. 1º Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal, de acordo com a Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017, da STN, relativo ao mês de fevereiro de 2018, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

Parágrafo Único. As informações constantes dos anexos 1 a 4, 6, 7 e 14 ao relatório a que se refere o caput deste artigo estão disponíveis no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, em atendimento à Portaria nº 896, de 31 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI

ANEXO

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, anexos 1 a 8 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 495, de 06 de junho de 2017, da STN. Os outros demonstrativos da execução orçamentária são divulgados conforme o inciso I do art. 24 do Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993, e também o compromisso do Tesouro Nacional de dar continuidade à transparência das contas públicas aos órgãos de controle e à sociedade.

2. Os Balanços e os demonstrativos da execução orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Federal.

3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias pela Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018 - Lei Orçamentária Anual, acrescidas dos créditos adicionais abertos até o período de referência deste relatório. Esta composição está estruturada em:

3.1. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

3.2. Fundos Especiais;

3.3. Entidades da Administração Indireta, tais como:

3.3.1. Fundações;

3.3.2. Autarquias;

3.3.3. Empresas Públicas dependentes; e

3.3.4. Sociedades de Economia Mista dependentes.

4. Considera-se como execução orçamentária da despesa a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento. No encerramento do exercício, as despesas inscritas em restos a pagar não processados (empenhadas, mas não liquidadas) também são consideradas.

5. Nos Anexos 1, 2 e 7 são destacadas as operações intra-orçamentárias, às quais se referem o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 22 de dezembro de 2016. No Anexo 3, as operações intra-orçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6. A Tabela 1-A - Demonstrativo das Receitas Desvinculadas por Força de Dispositivo Constitucional apresenta a desvinculação de receitas da União - DRU aplicada aos recursos da Seguridade Social. Nos termos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, são desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, trinta por cento da receita da União proveniente das contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

7. Os valores totais apresentados nos demonstrativos deste Relatório poderão eventualmente divergir do somatório das partes, em função de arredondamentos.

8. Estas informações, bem como a metodologia de cada demonstrativo, estão disponíveis na Internet no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/demonstrativos-fiscais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.330.104.180	2.330.104.180	125.418.128	5,38	384.475.098	16,50	1.945.629.083
RECEITAS CORRENTES	1.513.302.790	1.513.302.790	107.917.946	7,13	276.798.286	18,29	1.236.504.505
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	491.075.630	491.075.630	35.502.890	7,23	97.702.937	19,90	393.372.694
Impostos	482.710.958	482.710.958	35.085.278	7,27	96.661.093	20,02	386.049.865
Taxas	8.364.672	8.364.672	417.611	4,99	1.041.844	12,46	7.322.828
RECEITA DE CONTRIBUICOES	843.378.330	843.378.330	63.346.992	7,51	145.669.662	17,27	697.708.668
Contribuições Sociais	826.899.563	826.899.563	62.110.794	7,51	142.940.633	17,29	683.958.930
Contribuições Econômicas	16.478.767	16.478.767	1.236.198	7,50	2.729.029	16,56	13.749.738
RECEITA PATRIMONIAL	89.318.622	89.318.622	4.097.482	4,59	16.031.029	17,95	73.287.593
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.087.756	2.087.756	111.045	5,32	307.190	14,71	1.780.566
Valores Mobiliários	21.998.275	21.998.275	1.468.156	6,67	4.963.167	22,56	17.035.108
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	5.516.155	5.516.155	74.773	1,36	145.871	2,64	5.370.283
Exploração de Recursos Naturais	57.067.869	57.067.869	2.216.459	3,88	10.160.706	17,80	46.907.163
Exploração do Patrimônio Intangível	5	5	0	4,29	1	10,74	4
Cessão de Direitos	2.642.434	2.642.434	216.002	8,17	441.272	16,70	2.201.162
Demais Receitas Patrimoniais	6.128	6.128	11.046	180,26	12.822	209,23	-6.694
RECEITA AGROPECUARIA	23.453	23.453	1.233	5,26	2.676	11,41	20.777
RECEITA INDUSTRIAL	955.685	955.685	66.975	7,01	139.073	14,55	816.612
RECEITA DE SERVICOS	40.633.068	40.633.068	2.499.328	6,15	11.053.128	27,20	29.579.940
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.603.856	3.603.856	259.866	7,21	562.624	15,61	3.041.232
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	3.253.763	3.253.763	291.984	8,97	603.517	18,55	2.650.245
Serviços e Atividades referentes à Saúde	1.844.800	1.844.800	157.753	8,55	293.246	15,90	1.551.554
Serviços e Atividades Financeiras	31.899.619	31.899.619	1.788.281	5,61	9.590.139	30,06	22.309.480
Outros Serviços	31.030	31.030	1.445	4,66	3.601	11,61	27.428
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1.092.821	1.092.821	103.219	9,45	184.709	16,90	908.112
Transferências da União e de suas Entidades	668.566	668.566	82.517	12,34	152.871	22,87	515.694
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	103.708	103.708	5.881	5,67	13.031	12,57	90.677
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	60.673	60.673	1.210	1,99	3.031	5,00	57.642
Transferências de Instituições Privadas	227.899	227.899	13.509	5,93	15.171	6,66	212.728
Transferências do Exterior	28.339	28.339	33	0,12	471	1,66	27.869
Transferências de Pessoas Físicas	3.634	3.634	68	1,88	134	3,69	3.500
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	2	2	0	0,17	0	2,34	2
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.825.181	46.825.181	2.299.830	4,91	6.015.072	12,85	40.810.109
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.965.410	5.965.410	466.163	7,81	1.171.915	19,65	4.793.496
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.555.701	6.555.701	655.683	10,00	2.033.940	31,03	4.521.760
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	529.359	529.359	34.312	6,48	75.635	14,29	453.724
Demais Receitas Correntes	33.774.712	33.774.712	1.143.671	3,39	2.733.583	8,09	31.041.129
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	0	0	-2	-	0	-	0
RECEITAS DE CAPITAL	816.801.390	816.801.390	17.500.182	2,14	107.676.812	13,18	709.124.578
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	498.900.746	498.900.746	8.899.102	1,78	90.185.958	18,08	408.714.788
Operações de Crédito Internas	490.716.105	490.716.105	8.808.506	1,80	87.256.851	17,78	403.459.254
Operações de Crédito Externas	8.184.640	8.184.640	90.597	1,11	2.929.107	35,79	5.255.533
ALIENACAO DE BENS	3.079.293	3.079.293	82.133	2,67	102.780	3,34	2.976.513
Alienação de Bens Móveis	1.443.036	1.443.036	73.657	5,10	85.538	5,93	1.357.499
Alienação de Bens Imóveis	116.452	116.452	8.475	7,28	17.242	14,81	99.210
Alienação de Bens Intangíveis	1.519.804	1.519.804	0	0,00	0	0,00	1.519.804
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	156.719.246	156.719.246	2.592.182	1,65	5.277.674	3,37	151.441.571
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	181.548	181.548	935	0,52	3.707	2,04	177.842
Transferências da União e de suas Entidades	21.557	21.557	0	0,00	0	0,00	21.557
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	41.426	41.426	0	0,00	0	0,00	41.426
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	33.723	33.723	0	0,00	0	0,00	33.723
Transferências de Instituições Privadas	84.842	84.842	935	1,10	1.114	1,31	83.728
Transferências do Exterior	0	0	0	-	2.593	-	-2.593
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	157.920.558	157.920.558	5.925.831	3,75	12.106.693	7,67	145.813.864
Resultado do Banco Central	46.520.000	46.520.000	0	0,00	0	0,00	46.520.000
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	92.832.641	92.832.641	5.925.831	6,38	12.106.693	13,04	80.725.948
Resgate de Títulos do Tesouro	1.044	1.044	0	0,00	0	0,00	1.044
Demais receitas de Capital	18.566.872	18.566.872	0	0,00	0	0,00	18.566.872

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (b)	% (b/a)	Até o Mês (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)	36.818.024	36.818.024	2.478.550	6,73	4.811.662	13,07	32.006.362
RECEITAS CORRENTES	36.818.024	36.818.024	2.478.550	6,73	4.811.662	13,07	32.006.362
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	933	933	118	12,67	188	20,18	745

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Impostos	188	188	-11	-5,84	24	13,01	163
Taxas	745	745	129	17,34	164	21,99	581
RECEITA DE CONTRIBUICOES	25.079.768	25.079.768	1.580.552	6,30	3.007.296	11,99	22.072.472
Contribuições Sociais	25.079.742	25.079.742	1.580.550	6,30	3.007.295	11,99	22.072.447
Contribuições Econômicas	26	26	1	5,44	1	5,44	25
RECEITA PATRIMONIAL	1.765	1.765	143	8,10	265	15,03	1.500
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.765	1.765	143	8,09	264	14,94	1.502
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0	0	0	-	2	-	-2
RECEITA INDUSTRIAL	156.189	156.189	7.483	4,79	14.740	9,44	141.449
RECEITA DE SERVICOS	31.815	31.815	1.785	5,61	4.397	13,82	27.418
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	20.464	20.464	956	4,67	2.891	14,13	17.573
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0	0	0	-	0	-	0
Serviços e Atividades referentes à Saúde	10.980	10.980	829	7,55	1.507	13,72	9.473
Serviços e Atividades Financeiras	0	0	0	-	0	-	0
Outros Serviços	372	372	-0	-0,01	-0	-0,07	372
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.547.553	11.547.553	888.469	7,69	1.784.775	15,46	9.762.778
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0	0	-24	-	-2.056	-	2.056
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	638	638	820	128,53	9.046	1.417,08	-8.407
Demais Receitas Correntes	11.546.914	11.546.914	887.673	7,69	1.777.785	15,40	9.769.129
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	-	0	-	0
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.366.922.204	2.366.922.204	127.896.679	5,40	389.286.759	16,45	1.977.635.445
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	1.139.498.879	1.139.498.879	38.128.394	3,35	91.535.854	8,03	1.047.963.025
Operações de Crédito Internas	1.134.915.531	1.134.915.531	38.128.394	3,36	89.424.457	7,88	1.045.491.074
Mobiliária	1.134.915.531	1.134.915.531	38.128.394	3,36	89.424.457	7,88	1.045.491.074
Operações de Crédito Externas	4.583.348	4.583.348	0	0,00	2.111.397	46,07	2.471.950
Mobiliária	4.583.348	4.583.348	0	0,00	2.111.397	46,07	2.471.950
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	3.506.421.083	3.506.421.083	166.025.073	4,73	480.822.613	13,71	3.025.598.469
AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA (VI)		5.609					
DÉFICIT (VII)	-	-	-	-	46.140.718	-	-
TOTAL (VIII) = (V + VI + VII)	3.506.421.083	3.506.426.692	166.025.073	4,73	526.963.331	15,03	2.979.463.361
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	5.609	-	-	-	-	-
Créditos adicionais abertos com Superávit Financeiro		5.609					
Créditos adicionais abertos com Excesso de Arrecadação		0					
Créditos cancelados líquidos		0					

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 1 (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ milhares

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS Até o Mês (j)
			No Mês	Até o Mês (f)		No Mês	Até o Mês (h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (IX)	2.357.477.618	2.357.483.227	184.057.390	1.317.383.099	1.040.100.128	148.825.636	382.595.824	1.974.887.403	358.545.065
DESPESAS CORRENTES	1.849.522.182	1.899.771.196	177.452.052	1.204.261.923	695.509.273	144.370.734	304.401.650	1.595.369.546	281.840.343
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	295.291.786	295.291.786	8.792.832	186.708.650	108.583.135	21.730.816	46.001.935	249.289.851	44.569.006
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	316.241.344	366.241.344	23.712.689	105.757.696	260.483.648	27.132.323	83.453.094	282.788.250	83.453.094
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.237.989.053	1.238.238.066	144.946.532	911.795.576	326.442.490	95.507.595	174.946.622	1.063.291.445	153.818.243
Transferência a Estados, DF e Municípios	334.484.039	334.481.347	9.543.516	259.739.419	74.741.927	33.727.656	52.664.315	281.817.032	52.663.277
Benefícios Previdenciários	596.268.400	595.768.400	92.114.981	477.978.648	117.789.752	44.153.032	89.660.254	506.108.146	70.360.867
Demais Despesas Correntes	307.236.614	307.988.320	43.288.034	174.077.509	133.910.811	17.626.907	32.622.053	275.366.267	30.794.099
DESPESAS DE CAPITAL	482.074.631	431.831.226	6.605.337	113.121.177	318.710.050	4.454.902	78.194.174	353.637.052	76.704.721
INVESTIMENTOS	44.001.596	43.758.191	2.728.560	3.496.699	40.261.492	57.606	81.593	43.676.598	29.413
INVERSÕES FINANCEIRAS	82.041.042	82.041.042	3.868.948	36.862.063	45.178.979	4.347.664	6.604.078	75.436.964	5.166.806
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	356.031.993	306.031.993	7.829	72.762.414	233.269.579	49.632	71.508.502	234.523.491	71.508.502
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.880.805	25.880.805	0	0	25.880.805	0	0	25.880.805	0
DESPESAS (Intra-Orçamentárias) (X)	40.889.529	40.889.529	2.230.874	18.958.596	21.930.934	2.778.701	4.460.819	36.428.710	4.285.235
DESPESAS CORRENTES	40.478.607	40.478.607	2.205.612	18.911.665	21.566.942	2.770.669	4.444.784	36.033.823	4.277.202
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.485.315	27.485.315	268.258	16.745.582	10.739.732	1.801.957	3.432.635	24.052.679	3.280.440
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0	0	0	0	0			0	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.993.293	12.993.293	1.937.353	2.166.083	10.827.210	968.712	1.012.149	11.981.144	996.762
Demais Despesas Correntes	12.993.293	12.993.293	1.937.353	2.166.083	10.827.210	968.712	1.012.149	11.981.144	996.762
DESPESAS DE CAPITAL	410.922	410.922	25.263	46.930	363.992	8.032	16.035	394.887	8.033
INVESTIMENTOS	31.489	31.489	1.068	14.727	16.762	7	7	31.482	7
INVERSÕES FINANCEIRAS	379.433	379.433	24.195	32.203	347.230	8.026	16.028	363.405	8.026
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (IX + X)	2.398.367.147	2.398.372.756	186.288.264	1.336.341.695	1.062.031.062	151.604.337	387.056.643	2.011.316.113	362.830.299
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	1.106.553.935	1.106.553.935	389.579.145	549.182.383	557.371.553	1.606.649	139.906.687	966.647.248	139.906.687
Amortização da Dívida Interna	1.070.973.008	1.070.973.008	389.608.174	547.965.409	523.007.599	1.562.177	139.606.764	931.366.244	139.606.764
Dívida Mobiliária	1.049.520.745	1.049.520.745	389.531.803	547.847.803	501.672.942	1.485.807	139.489.159	910.031.587	139.489.159
Outras Dívidas	21.452.263	21.452.263	76.370	117.606	21.334.657	76.370	117.606	21.334.657	117.606
Amortização da Dívida Externa	35.580.927	35.580.927	-29.029	1.216.974	34.363.954	44.472	299.923	35.281.004	299.923
Dívida Mobiliária	32.102.344	32.102.344	-75.000	975.000	31.127.344	0	108.322	31.994.022	108.322

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Outras Dívidas	3.478.583	3.478.583	45.971	241.974	3.236.610	44.472	191.601	3.286.982	191.601
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	3.504.921.083	3.504.926.692	575.867.409	1.885.524.077	1.619.402.615	153.210.987	526.963.331	2.977.963.361	502.736.987
SUPERÁVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	3.504.921.083	3.504.926.692	575.867.409	1.885.524.077	1.619.402.615	153.210.987	526.963.331	2.977.963.361	502.736.987
RESERVA DO RPPS			-	-		-	-		-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF (3/3)

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

HERIBERTO HENRIQUE VILELA DO NASCIMENTO
Coordenador-Geral de Contabilidade da União
Contador - CRC-DF 019.051/O

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Mês	Até o Mês (b)	% (b/total b)	c = (a - b)	No Mês	Até o Mês (d)	% (d/total d)	(e) = (a - d)
LEGISLATIVA	8.181.952	8.181.952	61.229	7.134.726	0,53	1.047.226	530.859	1.114.293	0,29	7.067.659
JUDICIARIA	38.052.613	38.052.613	1.391.958	25.572.930	1,91	12.479.683	2.433.743	5.526.219	1,43	32.526.394
ESSENCIAL A JUSTICA	7.568.216	7.568.216	640.150	3.505.115	0,26	4.063.101	502.845	1.131.476	0,29	6.436.740
ADMINISTRACAO	31.586.093	31.586.093	1.905.199	12.212.216	0,91	19.373.877	1.931.698	3.788.552	0,98	27.797.541
DEFESA NACIONAL	73.528.847	73.534.456	4.558.046	45.674.432	3,42	27.860.025	5.849.152	10.165.235	2,63	63.369.221
SEGURANCA PUBLICA	10.435.175	10.706.721	441.344	4.931.163	0,37	5.775.558	640.858	1.237.636	0,32	9.469.084
RELACOES EXTERIORES	2.761.200	2.761.200	197.839	683.555	0,05	2.077.644	200.991	378.258	0,10	2.382.941
ASSISTENCIA SOCIAL	86.971.236	86.971.236	30.069.136	66.271.852	4,96	20.699.384	7.081.048	14.062.996	3,63	72.908.240
PREVIDENCIA SOCIAL	689.469.293	688.969.293	94.113.198	540.854.164	40,47	148.115.129	52.030.398	105.866.837	27,35	583.102.456
SAUDE	121.631.825	121.631.825	12.307.711	29.288.528	2,19	92.343.296	7.128.982	12.819.869	3,31	108.811.956
TRABALHO	81.376.158	81.376.158	173.836	71.801.608	5,37	9.574.550	7.389.182	12.667.099	3,27	68.709.058
EDUCACAO	111.291.596	111.291.596	4.269.190	55.472.142	4,15	55.819.454	5.240.539	13.000.644	3,36	98.290.952
CULTURA	2.024.900	2.024.900	72.129	676.488	0,05	1.348.412	50.612	89.890	0,02	1.935.010
DIREITOS DA CIDADANIA	1.714.614	1.714.614	54.664	452.733	0,03	1.261.881	34.562	63.379	0,02	1.651.235
URBANISMO	5.501.300	5.463.627	80.892	389.813	0,03	5.073.814	89.219	159.173	0,04	5.304.454
HABITACAO	63.031	63.031	0	0	0,00	63.031	0	0	0,00	63.031
SANEAMENTO	964.262	964.262	9.243	25.962	0,00	938.300	9	10	0,00	964.253
GESTAO AMBIENTAL	5.399.401	5.205.005	425.017	1.434.782	0,11	3.770.223	138.177	239.742	0,06	4.965.263
CIENCIA E TECNOLOGIA	7.823.673	7.813.495	463.638	3.151.106	0,24	4.662.389	358.467	593.610	0,15	7.219.886
AGRICULTURA	29.131.984	29.103.584	1.038.237	12.112.815	0,91	16.990.769	578.777	1.078.836	0,28	28.024.748
ORGANIZACAO AGRARIA	2.907.304	2.907.304	91.220	811.973	0,06	2.095.331	60.583	117.544	0,03	2.789.760
INDUSTRIA	2.299.995	2.299.095	184.163	636.647	0,05	1.662.447	136.515	244.350	0,06	2.054.745
COMERCIO E SERVICOS	4.850.663	4.850.663	132.866	2.650.558	0,20	2.200.105	204.125	441.448	0,11	4.409.215
COMUNICACOES	1.430.209	1.430.209	216.478	820.573	0,06	609.636	88.876	152.545	0,04	1.277.664
ENERGIA	2.219.780	2.219.780	957.434	1.686.789	0,13	532.992	239.131	291.119	0,08	1.928.661
TRANSPORTE	17.107.549	17.107.549	1.889.921	3.135.501	0,23	13.972.049	169.222	311.648	0,08	16.795.901
DESPORTO E LAZER	1.282.253	1.282.253	24.428	79.262	0,01	1.202.991	5.280	9.105	0,00	1.273.148
ENCARGOS ESPECIAIS	1.018.733.278	1.019.233.278	30.519.099	444.874.262	33,29	574.359.017	58.490.486	201.505.131	52,06	817.728.147
RESERVA DE CONTINGENCIA	32.058.748	32.058.748	0	0	0,00	32.058.748	0	0	0,00	32.058.748
TOTAL	2.398.367.147	2.398.372.756	186.288.264	1.336.341.695	100,00	1.062.031.062	151.604.337	387.056.643	100,00	2.011.316.113

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ milhares

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Mês	Até o Mês (b)	% (b/total b)	c = (a - b)	No Mês	Até o Mês (d)	% (d/total d)	e = (a - d)
LEGISLATIVA	7.134.196	7.134.196	61.045	6.144.566	0,47	989.629	464.985	979.587	0,26	6.154.609
Acao Legislativa	1.128.139	1.128.139	135.098	700.791	0,05	427.349	34.505	39.950	0,01	1.088.189
Controle Externo	215.724	215.724	5.784	105.246	0,01	110.478	7.270	8.161	0,00	207.563
Administracao Geral	4.997.912	4.997.912	-168.720	4.717.621	0,36	280.291	353.730	813.327	0,21	4.184.585
Comunicacao Social	164.712	164.712	18.713	58.866	0,00	105.846	1.893	1.968	0,00	162.744
Atencao Basica	282.471	282.471	70.169	217.575	0,02	64.896	39.859	60.576	0,02	221.895
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	345.236	345.236	1	344.466	0,03	770	27.729	55.604	0,01	289.632
JUDICIARIA	33.317.985	33.317.985	1.428.915	22.413.213	1,70	10.904.772	2.128.026	4.907.920	1,28	28.410.065
Controle Externo	91.037	91.037	26.238	43.530	0,00	47.507	2.153	2.352	0,00	88.685
Acao Judiciaria	3.689.310	3.689.310	535.203	1.383.558	0,11	2.305.752	106.756	146.545	0,04	3.542.765
Administracao Geral	26.788.701	26.788.701	724.387	18.975.584	1,44	7.813.117	1.812.659	4.385.721	1,15	22.402.980

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tecnologia Da Informacao	325.295	325.295	81.771	99.648	0,01	225.646	5.363	5.888	0,00	319.407
Formacao De Recursos Humanos	20.315	20.315	11	5.440	0,00	14.875	272	372	0,00	19.943
Comunicacao Social	120.659	120.659	14.591	64.075	0,00	56.584	3.807	3.879	0,00	116.780
Atencao Basica	879.534	879.534	32.261	644.772	0,05	234.762	84.040	134.576	0,04	744.958
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	1.403.071	1.403.071	14.455	1.196.606	0,09	206.465	112.975	228.587	0,06	1.174.484
Outros Encargos Especiais	64	64	0	1	0,00	63	1	1	0,00	63
ESSENCIAL A JUSTICA	6.290.630	6.290.630	614.590	2.637.425	0,20	3.653.205	417.398	960.117	0,25	5.330.512
Controle Externo	42.057	42.057	1.342	23.124	0,00	18.933	1.804	2.114	0,00	39.943
Defesa Do Interesse Publico No Processo Judiciario	827.085	827.085	35.761	157.106	0,01	669.979	38.485	44.644	0,01	782.441
Representacao Judicial E Extrajudicial	367.065	367.065	154.097	237.411	0,02	129.655	16.333	17.862	0,00	349.203
Administracao Geral	4.327.352	4.327.352	390.441	1.774.405	0,13	2.552.947	316.349	820.660	0,21	3.506.692
Normatizacao E Fiscalizacao	7.000	7.000	0	0	0,00	7.000	0	0	0,00	7.000
Tecnologia Da Informacao	11.089	11.089	0	0	0,00	11.089	0	0	0,00	11.089
Formacao De Recursos Humanos	19.745	19.745	2.401	9.839	0,00	9.905	909	1.297	0,00	18.447
Comunicacao Social	20.229	20.229	344	2.462	0,00	17.767	630	639	0,00	19.590
Atencao Basica	155.042	155.042	9.190	71.961	0,01	83.081	4.600	6.866	0,00	148.176
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	266.451	266.451	13.440	142.765	0,01	123.687	21.837	43.604	0,01	222.847
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	247.504	247.504	7.574	218.342	0,02	29.162	16.451	22.421	0,01	225.084
Outros Encargos Especiais	10	10	0	10	0,00	0	0	10	0,00	0
ADMINISTRACAO	27.886.641	27.886.641	1.747.998	10.939.474	0,83	16.947.167	1.733.137	3.368.490	0,88	24.518.151
Representacao Judicial E Extrajudicial	252.819	252.819	1.075	2.046	0,00	250.772	997	1.788	0,00	251.031
Planejamento E Orcamento	299.782	299.782	15.851	176.884	0,01	122.898	78.813	91.792	0,02	207.990
Administracao Geral	22.694.931	22.694.931	1.276.457	8.398.834	0,64	14.296.097	1.512.961	3.046.667	0,80	19.648.264
Administracao Financeira	39.459	39.459	2.045	3.720	0,00	35.739	1.236	1.298	0,00	38.161
Controle Interno	92.591	92.591	34.461	39.224	0,00	53.367	2.755	2.978	0,00	89.612
Normatizacao E Fiscalizacao	286.240	286.240	12.162	23.991	0,00	262.249	3.378	4.041	0,00	282.200
Tecnologia Da Informacao	2.223.580	2.223.580	295.391	1.630.768	0,12	592.812	10.307	11.559	0,00	2.212.021
Ordenamento Territorial	178.152	178.152	6.967	11.257	0,00	166.895	1.371	1.685	0,00	176.467
Formacao De Recursos Humanos	16.938	16.938	474	799	0,00	16.140	126	185	0,00	16.753
Administracao De Receitas	46.845	46.845	-1.144	39.978	0,00	6.867	2.243	2.322	0,00	44.523
Comunicacao Social	117.602	117.602	12.050	42.988	0,00	74.614	150	150	0,00	117.452
Defesa Civil	845	845	81	118	0,00	726	38	40	0,00	805
Relacoes Diplomaticas	37	37	0	0	0,00	37	0	0	0,00	37
Previdencia Basica	638	638	82	107	0,00	530	5	6	0,00	632
Previdencia Do Regime Estatutario	3.190	3.190	119	391	0,00	2.800	177	364	0,00	2.826
Previdencia Complementar	119	119	0	2	0,00	116	0	0	0,00	118
Atencao Basica	366.651	366.651	15.480	142.777	0,01	223.874	26.933	55.194	0,01	311.456
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	987.594	987.594	33.762	365.500	0,03	622.094	51.837	108.500	0,03	879.094
Ensino Superior	26.088	26.088	111	288	0,00	25.801	62	70	0,00	26.018
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	20.799	20.799	778	1.817	0,00	18.982	222	251	0,00	20.548
Desenvolvimento Cientifico	11.003	11.003	0	10.328	0,00	675	32	59	0,00	10.944
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	7.226	7.226	372	957	0,00	6.269	401	423	0,00	6.802
Promocao Da Producao Agropecuaria	55.070	55.070	0	0	0,00	55.070	0	0	0,00	55.070
Producao Industrial	29.353	29.353	3.284	8.488	0,00	20.866	938	956	0,00	28.397
Normalizacao E Qualidade	1.248	1.248	5	70	0,00	1.178	17	19	0,00	1.229
Outros Encargos Especiais	127.842	127.842	38.137	38.143	0,00	89.699	38.137	38.143	0,01	89.699
DEFESA NACIONAL	73.007.017	73.012.627	4.558.882	45.359.115	3,44	27.653.512	5.817.408	10.100.774	2,64	62.911.853
Planejamento E Orcamento	1.100	1.100	26	59	0,00	1.041	17	45	0,00	1.055
Administracao Geral	51.930.709	51.930.709	1.100.352	39.951.653	3,03	11.979.056	3.918.278	7.918.824	2,07	44.011.885
Normatizacao E Fiscalizacao	51.460	51.460	688	1.082	0,00	50.378	204	205	0,00	51.256
Tecnologia Da Informacao	32.400	32.400	194	194	0,00	32.206	2	2	0,00	32.398
Formacao De Recursos Humanos	117.120	117.120	10.810	12.321	0,00	104.799	652	687	0,00	116.433
Comunicacao Social	1.724	1.724	30	58	0,00	1.667	26	26	0,00	1.698
Defesa Aerea	4.809.150	4.809.150	481.587	656.948	0,05	4.152.202	21.140	21.234	0,01	4.787.916
Defesa Naval	4.840.254	4.840.254	1.810.092	1.825.269	0,14	3.014.985	1.446.079	1.451.161	0,38	3.389.093
Defesa Terrestre	2.184.474	2.190.083	39.848	47.074	0,00	2.143.009	2.120	2.658	0,00	2.187.425
Informacao E Inteligencia	8.858	8.858	268	378	0,00	8.480	25	26	0,00	8.832
Cooperacao Internacional	124.078	124.078	1.033	1.542	0,00	122.536	225	377	0,00	123.701
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	7.928	7.928	1	43	0,00	7.885	41	41	0,00	7.887
Assistencia Comunitaria	435.302	435.302	497	591	0,00	434.711	32	50	0,00	435.253
Atencao Basica	2.858.441	2.858.441	348.421	647.335	0,05	2.211.106	243.398	302.293	0,08	2.556.148
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	43.310	43.310	1.788	4.570	0,00	38.740	1.553	3.580	0,00	39.730
Suporte Profilatico E Terapeutico	4.802	4.802	0	0	0,00	4.802	0	0	0,00	4.802
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	4.443.084	4.443.084	514.583	1.945.830	0,15	2.497.254	180.495	395.789	0,10	4.047.295
Empregabilidade	10.000	10.000	0	0	0,00	10.000	0	0	0,00	10.000
Ensino Profissional	62.457	62.457	7.850	8.591	0,00	53.866	673	772	0,00	61.686
Ensino Superior	16.047	16.047	16	21	0,00	16.026	4	4	0,00	16.043
Educacao De Jovens E Adultos	2.317	2.317	146	209	0,00	2.108	8	42	0,00	2.275
Educacao Basica	15.264	15.264	827	1.314	0,00	13.951	158	241	0,00	15.023
Habitacao Urbana	290.466	290.466	233.937	234.747	0,02	55.719	1.089	1.449	0,00	289.017
Controle Ambiental	64.959	64.959	2	1.644	0,00	63.315	898	960	0,00	63.998
Desenvolvimento Cientifico	198.788	198.788	19	35	0,00	198.753	19	35	0,00	198.753
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	386.224	386.224	5.815	17.432	0,00	368.792	263	264	0,00	385.960
Telecomunicacoes	54.300	54.300	49	51	0,00	54.249	9	9	0,00	54.291
Desporto De Rendimento	12.000	12.000	0	124	0,00	11.876	0	0	0,00	12.000
SEGURANCA PUBLICA	9.221.133	9.492.679	464.777	4.300.833	0,33	5.191.847	558.542	1.073.104	0,28	8.419.576
Administracao Geral	6.375.291	6.375.291	220.845	3.476.973	0,26	2.898.318	461.889	939.543	0,25	5.435.748
Formacao De Recursos Humanos	14.314	14.314	1.355	1.355	0,00	12.959	0	0	0,00	14.314
Comunicacao Social	200	200	0	0	0,00	200	0	0	0,00	200
Policiamento	2.023.483	2.023.483	193.690	311.141	0,02	1.712.342	32.086	40.595	0,01	1.982.888
Defesa Civil	440.642	712.189	39.014	316.846	0,02	395.342	37.411	42.060	0,01	670.129
Informacao E Inteligencia	63.052	63.052	4.158	5.554	0,00	57.498	2.639	2.924	0,00	60.129
Atencao Basica	95.289	95.289	0	58.092	0,00	37.198	7.937	14.866	0,00	80.423
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	208.862	208.862	5.715	130.872	0,01	77.990	16.581	33.116	0,01	175.746
RELACOES EXTERIORES	2.605.204	2.605.204	188.600	625.388	0,05	1.979.816	189.597	356.331	0,09	2.248.873
Administracao Geral	1.260.938	1.260.938	79.884	417.775	0,03	843.163	99.494	188.015	0,05	1.072.923

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Formacao De Recursos Humanos	3.509	3.509	69	78	0,00	3.430	44	44	0,00	3.465
Relacoes Diplomaticas	771.019	771.019	54.900	98.535	0,01	672.484	49.308	86.727	0,02	684.293
Cooperacao Internacional	33.966	33.966	116	626	0,00	33.340	198	302	0,00	33.664
Atencao Basica	124.864	124.864	22.907	31.063	0,00	93.801	10.347	17.353	0,00	107.511
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	363.213	363.213	28.476	69.522	0,01	293.691	28.027	60.083	0,02	303.130
Difusao Cultural	27.562	27.562	1.994	3.882	0,00	23.680	1.837	3.347	0,00	24.215
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	6.126	6.126	44	3.675	0,00	2.450	243	344	0,00	5.782
Promocao Comercial	14.008	14.008	209	232	0,00	13.776	99	119	0,00	13.890
ASSISTENCIA SOCIAL	86.954.567	86.954.567	30.069.136	66.255.451	5,03	20.699.115	7.079.810	14.060.515	3,68	72.894.052
Planejamento E Orcamento	5.337	5.337	26	26	0,00	5.311	2	2	0,00	5.335
Administracao Geral	196.530	196.530	8.738	131.228	0,01	65.302	13.579	21.731	0,01	174.799
Normatizacao E Fiscalizacao	22.247	22.247	460	10.538	0,00	11.709	1.569	1.605	0,00	20.642
Tecnologia Da Informacao	64.559	64.559	3.549	9.839	0,00	54.721	4.104	4.104	0,00	60.455
Formacao De Recursos Humanos	372	372	0	372	0,00	0	13	29	0,00	343
Comunicacao Social	7.500	7.500	0	7.500	0,00	0	0	0	0,00	7.500
Cooperacao Internacional	1.931	1.931	0	350	0,00	1.581	38	70	0,00	1.861
Assistencia Ao Idoso	23.863.817	23.863.817	15.000.043	18.104.789	1,37	5.759.028	1.983.940	3.956.129	1,03	19.907.688
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	31.134.481	31.134.481	15.000.393	19.061.962	1,45	12.072.519	2.571.147	5.121.305	1,34	26.013.176
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	534.758	534.758	147	213	0,00	534.545	11	38	0,00	534.720
Assistencia Comunitaria	30.673.015	30.673.015	54.586	28.762.026	2,18	1.910.988	2.501.748	4.951.312	1,29	25.721.702
Atencao Basica	983	983	0	983	0,00	0	140	183	0,00	800
Alimentacao E Nutricao	396.499	396.499	1.395	121.109	0,01	275.389	0	39	0,00	396.460
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	5.170	5.170	0	5.170	0,00	0	450	899	0,00	4.271
Educacao Infantil	6.521	6.521	0	0	0,00	6.521	0	0	0,00	6.521
Saneamento Basico Rural	40.846	40.846	-200	39.346	0,00	1.500	3.068	3.068	0,00	37.778
PREVIDENCIA SOCIAL	688.351.228	687.851.228	94.111.136	540.598.931	41,04	147.252.297	51.958.049	105.721.127	27,63	582.130.101
Representacao Judicial E Extrajudicial	30.000	30.000	2.030	3.715	0,00	26.285	1.637	2.911	0,00	27.089
Administracao Geral	5.203.841	5.203.841	5.489	1.289.544	0,10	3.914.297	372.084	774.461	0,20	4.429.380
Normatizacao E Fiscalizacao	6.085	6.085	0	555	0,00	5.530	38	42	0,00	6.043
Tecnologia Da Informacao	435.171	435.171	-31.425	36.153	0,00	399.017	1	1	0,00	435.170
Formacao De Recursos Humanos	11.702	11.702	72	362	0,00	11.340	82	173	0,00	11.529
Informacao E Inteligencia	137.685	137.685	0	11.236	0,00	126.449	0	0	0,00	137.685
Previdencia Basica	584.303.529	583.803.529	91.655.901	477.279.196	36,23	106.524.333	43.788.756	89.044.619	23,27	494.758.910
Previdencia Do Regime Estatutario	96.317.158	96.317.158	2.378.294	61.443.680	4,66	34.873.478	7.651.784	15.564.762	4,07	80.752.396
Previdencia Complementar	1.780	1.780	0	25	0,00	1.755	0	0	0,00	1.780
Previdencia Especial	162.259	162.259	0	162.170	0,01	90	11.021	22.114	0,01	140.145
Atencao Basica	207.915	207.915	6	47.506	0,00	160.409	12.650	19.450	0,01	188.465
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	264.225	264.225	553	71.781	0,01	192.444	21.052	41.800	0,01	222.424
Normalizacao E Qualidade	12.705	12.705	232	748	0,00	11.957	333	357	0,00	12.348
Outras Transferencias	1.257.173	1.257.173	99.984	252.260	0,02	1.004.913	98.611	250.436	0,07	1.006.737
SAUDE	119.192.075	119.192.075	12.235.885	27.726.619	2,10	91.465.455	6.912.259	12.574.499	3,29	106.617.576
Planejamento E Orcamento	29.737	29.737	16	185	0,00	29.552	26	32	0,00	29.705
Administracao Geral	13.931.339	13.931.339	185.806	7.800.308	0,59	6.131.031	682.138	1.379.287	0,36	12.552.051
Controle Interno	6.862	6.862	16	42	0,00	6.819	23	27	0,00	6.834
Normatizacao E Fiscalizacao	48.789	48.789	3.005	5.308	0,00	43.481	1.295	1.354	0,00	47.434
Tecnologia Da Informacao	605.696	605.696	41.270	70.471	0,01	535.225	2.545	2.572	0,00	603.124
Formacao De Recursos Humanos	839.692	839.692	113.599	171.969	0,01	667.722	55.321	110.033	0,03	729.658
Comunicacao Social	277.812	277.812	12.554	22.563	0,00	255.249	2.022	2.086	0,00	275.726
Atencao Basica	22.147.929	22.147.929	1.989.119	3.718.970	0,28	18.428.959	1.427.542	2.818.699	0,74	19.329.230
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	53.768.913	53.768.913	7.608.175	11.153.226	0,85	42.615.687	4.109.556	7.464.834	1,95	46.304.079
Suporte Profilatico E Terapeutico	15.162.368	15.162.368	1.553.759	3.145.044	0,24	12.017.323	368.611	425.959	0,11	14.736.408
Vigilancia Sanitaria	368.128	368.128	5.119	7.556	0,00	360.572	1.941	2.560	0,00	365.568
Vigilancia Epidemiologica	7.653.508	7.653.508	392.381	679.029	0,05	6.974.479	161.574	198.044	0,05	7.455.464
Alimentacao E Nutricao	72.923	72.923	0	0	0,00	72.923	0	0	0,00	72.923
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	633.336	633.336	5.230	555.929	0,04	77.407	49.128	95.815	0,03	537.522
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	7.857	7.857	104	1.161	0,00	6.697	185	366	0,00	7.491
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	85.969	85.969	4.581	4.795	0,00	81.174	1.095	1.101	0,00	84.868
Assistencia Aos Povos Indigenas	1.368.981	1.368.981	297.759	343.878	0,03	1.025.104	30.185	41.130	0,01	1.327.852
Saneamento Basico Rural	196.976	196.976	627	1.823	0,00	195.153	840	846	0,00	196.130
Saneamento Basico Urbano	717.865	717.865	20	30	0,00	717.835	0	0	0,00	717.865
Preservacao E Conservacao Ambiental	16.612	16.612	9	20	0,00	16.592	8	10	0,00	16.603
Desenvolvimento Cientifico	483.228	483.228	15.848	37.095	0,00	446.133	12.059	23.253	0,01	459.976
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	697.623	697.623	5.920	5.920	0,00	691.703	5.415	5.415	0,00	692.208
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	25.884	25.884	966	1.297	0,00	24.587	750	1.076	0,00	24.807
Outras Transferencias	44.000	44.000	0	0	0,00	44.000	0	0	0,00	44.000
Outros Encargos Especiais	50	50	2	3	0,00	48	0	0	0,00	50
TRABALHO	81.360.832	81.360.832	173.726	71.792.357	5,45	9.568.475	7.388.531	12.665.774	3,31	68.695.058
Administracao Geral	349.071	349.071	49.214	96.524	0,01	252.548	11.450	15.753	0,00	333.318
Administracao Financeira	6.531	6.531	0	0	0,00	6.531	0	0	0,00	6.531
Normatizacao E Fiscalizacao	70.967	70.967	2.247	3.805	0,00	67.161	502	1.003	0,00	69.964
Tecnologia Da Informacao	172.309	172.309	121.628	121.628	0,01	50.681	0	0	0,00	172.309
Formacao De Recursos Humanos	1.701	1.701	11	15	0,00	1.686	1	1	0,00	1.700
Comunicacao Social	100	100	0	0	0,00	100	0	0	0,00	100
Atencao Basica	631	631	0	520	0,00	111	41	84	0,00	547
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	62.588.879	62.588.879	0	53.514.142	4,06	9.074.737	5.652.326	10.428.284	2,73	52.160.595
Relacoes De Trabalho	13.773	13.773	0	0	0,00	13.773	0	0	0,00	13.773
Empregabilidade	71.780	71.780	6	24	0,00	71.757	0	0	0,00	71.780
Fomento Ao Trabalho	18.079.156	18.079.156	601	18.055.630	1,37	23.526	1.724.198	2.220.621	0,58	15.858.535
Desenvolvimento Cientifico	5.905	5.905	19	64	0,00	5.840	11	27	0,00	5.877
Outros Encargos Especiais	30	30	0	6	0,00	24	0	1	0,00	29

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EDUCACAO	102.834.975	102.834.975	4.302.758	49.260.466	3,74	53.574.509	4.647.051	11.870.814	3,10	90.964.160
Administracao Geral	1.302.492	1.302.492	139.586	485.356	0,04	817.136	43.793	67.526	0,02	1.234.966
Administracao Financeira	846.667	846.667	70.000	70.000	0,01	776.667	24.164	24.164	0,01	822.503
Formacao De Recursos Humanos	97.292	97.292	9.712	14.703	0,00	82.589	1.072	1.621	0,00	95.671
Comunicacao Social	37.921	37.921	0	1.775	0,00	36.146	4	4	0,00	37.916
Atencao Basica	677.159	677.159	34.029	517.666	0,04	159.493	55.520	109.873	0,03	567.286
Assistencia Hospitalar E Ambulatorial	8.110.881	8.110.881	70.075	4.976.136	0,38	3.134.745	502.582	1.004.103	0,26	7.106.778
Alimentacao E Nutricao	4.146.961	4.146.961	0	0	0,00	4.146.961	0	0	0,00	4.146.961
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.135.336	2.135.336	51.915	1.630.764	0,12	504.572	178.237	350.623	0,09	1.784.713
Ensino Profissional	11.549.757	11.549.757	709.035	6.473.273	0,49	5.076.484	706.919	1.398.312	0,37	10.151.445
Ensino Superior	32.839.872	32.839.872	1.413.007	18.728.084	1,42	14.111.788	2.035.940	4.019.082	1,05	28.820.790
Educacao Infantil	260.552	260.552	0	0	0,00	260.552	0	0	0,00	260.552
Educacao De Jovens E Adultos	91.000	91.000	0	0	0,00	91.000	0	0	0,00	91.000
Educacao Basica	6.304.321	6.304.321	111.202	491.497	0,04	5.812.824	29.628	55.651	0,01	6.248.670
Desenvolvimento Cientifico	220.610	220.610	1	40.001	0,00	180.609	0	0	0,00	220.610
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	409.808	409.808	1.196	5.946	0,00	403.862	211	212	0,00	409.596
Servicos Financeiros	17.401.950	17.401.950	1.693.000	3.193.000	0,24	14.208.950	104.861	959.428	0,25	16.442.522
Outros Encargos Especiais	855.580	855.580	0	1.652	0,00	853.927	192	377	0,00	855.203
Transferencias Para A Educacao Basica	15.546.816	15.546.816	0	12.630.610	0,96	2.916.206	963.928	3.879.837	1,01	11.666.979
CULTURA	1.943.458	1.943.458	71.338	596.845	0,05	1.346.614	45.766	80.348	0,02	1.863.111
Administracao Geral	660.212	660.212	56.342	508.322	0,04	151.890	39.852	71.526	0,02	588.686
Administracao Financeira	800	800	0	0	0,00	800	0	0	0,00	800
Normatizacao E Fiscalizacao	89	89	0	0	0,00	89	0	0	0,00	89
Formacao De Recursos Humanos	2.443	2.443	92	187	0,00	2.255	32	47	0,00	2.396
Comunicacao Social	4.189	4.189	0	0	0,00	4.189	0	0	0,00	4.189
Atencao Basica	8.825	8.825	33	8.632	0,00	193	516	1.047	0,00	7.778
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	25.513	25.513	323	25.285	0,00	227	2.056	4.052	0,00	21.461
Patrimonio Historico, Artistico E Arqueologico	215.812	215.812	1.207	3.096	0,00	212.716	166	254	0,00	215.558
Difusao Cultural	415.184	415.184	13.339	50.827	0,00	364.356	3.097	3.335	0,00	411.849
Desenvolvimento Cientifico	9.709	9.709	0	0	0,00	9.709	0	0	0,00	9.709
Promocao Comercial	600.000	600.000	0	0	0,00	600.000	0	0	0,00	600.000
Outros Encargos Especiais	683	683	3	495	0,00	188	47	87	0,00	596
DIREITOS DA CIDADANIA	1.610.943	1.610.943	62.141	362.189	0,03	1.248.754	27.786	50.236	0,01	1.560.707
Administracao Geral	458.946	458.946	36.515	293.516	0,02	165.429	22.115	42.660	0,01	416.286
Normatizacao E Fiscalizacao	41.053	41.053	263	720	0,00	40.333	178	263	0,00	40.790
Comunicacao Social	5.135	5.135	0	0	0,00	5.135	0	0	0,00	5.135
Assistencia Ao Portador De Deficiencia	5.838	5.838	0	0	0,00	5.838	0	0	0,00	5.838
Assistencia A Crianca E Ao Adolescente	93.668	93.668	0	0	0,00	93.668	0	0	0,00	93.668
Atencao Basica	12.709	12.709	187	12.403	0,00	305	875	1.159	0,00	11.549
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	17.290	17.290	721	16.120	0,00	1.170	1.312	2.562	0,00	14.728
Custodia E Reintegracao Social	535.198	535.198	13.313	24.441	0,00	510.757	1.462	1.554	0,00	533.645
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	397.351	397.351	7.277	10.376	0,00	386.975	1.481	1.643	0,00	395.708
Assistencia Aos Povos Indigenas	43.755	43.755	3.867	4.612	0,00	39.143	364	396	0,00	43.359
Outros Encargos Especiais	1	1	-1	1	0,00	0	0	1	0,00	0
URBANISMO	5.441.257	5.403.584	79.916	349.352	0,03	5.054.232	84.038	150.783	0,04	5.252.801
Planejamento E Orcamento	1.445	1.445	0	0	0,00	1.445	0	0	0,00	1.445
Administracao Geral	784.426	784.426	53.572	218.509	0,02	565.916	57.548	117.538	0,03	666.888
Ordenamento Territorial	5.904	5.904	0	0	0,00	5.904	0	0	0,00	5.904
Formacao De Recursos Humanos	1.050	1.050	0	54	0,00	996	6	13	0,00	1.038
Comunicacao Social	12.265	12.265	0	0	0,00	12.265	0	0	0,00	12.265
Assistencia Comunitaria	1.184.392	1.146.720	0	0	0,00	1.146.720	0	0	0,00	1.146.720
Atencao Basica	24.077	24.077	527	19.393	0,00	4.684	2.173	4.289	0,00	19.788
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	56.088	56.088	1.967	49.762	0,00	6.326	9.148	10.420	0,00	45.667
Infra-Estrutura Urbana	2.513.072	2.513.072	4.692	4.692	0,00	2.508.380	0	0	0,00	2.513.072
Servicos Urbanos	30.891	30.891	10	28.967	0,00	1.923	6	6	0,00	30.884
Transportes Coletivos Urbanos	827.487	827.487	19.148	27.975	0,00	799.512	15.157	18.517	0,00	808.970
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	160	160	0	0	0,00	160	0	0	0,00	160
HABITACAO	63.031	63.031	0	0	0,00	63.031	0	0	0,00	63.031
Infra-Estrutura Urbana	9.876	9.876	0	0	0,00	9.876	0	0	0,00	9.876
Habitacao Urbana	53.155	53.155	0	0	0,00	53.155	0	0	0,00	53.155
SANEAMENTO	964.262	964.262	9.243	25.962	0,00	938.300	9	10	0,00	964.253
Saneamento Basico Urbano	964.262	964.262	9.243	25.962	0,00	938.300	9	10	0,00	964.253
GESTAO AMBIENTAL	5.176.523	4.982.127	392.081	1.236.840	0,09	3.745.287	123.472	210.204	0,05	4.771.922
Administracao Geral	1.354.533	1.354.533	133.913	873.808	0,07	480.725	95.480	174.596	0,05	1.179.937
Normatizacao E Fiscalizacao	145.572	145.572	7.530	19.086	0,00	126.486	2.838	3.968	0,00	141.604
Ordenamento Territorial	528	528	22	22	0,00	506	0	0	0,00	528
Formacao De Recursos Humanos	3.508	3.508	78	100	0,00	3.409	41	44	0,00	3.464
Comunicacao Social	89	89	0	0	0,00	89	0	0	0,00	89
Atencao Basica	21.898	21.898	399	18.085	0,00	3.813	1.701	3.285	0,00	18.613
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	42.773	42.773	1.064	32.646	0,00	10.128	3.729	7.050	0,00	35.724
Preservacao E Conservacao Ambiental	484.146	480.246	48.413	56.615	0,00	423.632	3.484	3.916	0,00	476.330
Controle Ambiental	100.599	100.599	2.650	4.687	0,00	95.913	722	1.245	0,00	99.354
Recuperacao De Areas Degradadas	37.864	37.864	11	14	0,00	37.850	8	8	0,00	37.856
Recursos Hidricos	2.971.581	2.781.085	197.980	231.741	0,02	2.549.344	15.445	16.058	0,00	2.765.027
Desenvolvimento Cientifico	1.360	1.360	3	22	0,00	1.338	8	19	0,00	1.341
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	1.625	1.625	16	16	0,00	1.608	16	16	0,00	1.609
Irrigacao	445	445	0	0	0,00	445	0	0	0,00	445
Outros Encargos Especiais	10.000	10.000	0	0	0,00	10.000	0	0	0,00	10.000
CIENCIA E TECNOLOGIA	7.415.977	7.405.800	469.970	2.777.170	0,21	4.628.630	332.877	543.626	0,14	6.862.175
Planejamento E Orcamento	4.788	4.788	0	0	0,00	4.788	0	0	0,00	4.788
Administracao Geral	2.076.853	2.076.853	98.166	1.855.832	0,14	221.021	138.706	276.234	0,07	1.800.619
Normatizacao E Fiscalizacao	10.355	10.355	341	582	0,00	9.773	187	226	0,00	10.129
Tecnologia Da Informacao	52.746	52.746	5	5	0,00	52.740	0	0	0,00	52.746
Formacao De Recursos Humanos	3.937	3.937	587	899	0,00	3.038	322	634	0,00	3.303
Comunicacao Social	4.894	4.894	283	566	0,00	4.328	0	0	0,00	4.894

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cooperacao Internacional	4.158	4.158	6	6	0,00	4.151	0	0	0,00	4.158
Atencao Basica	56.353	56.353	-1.250	49.255	0,00	7.097	2.689	4.731	0,00	51.622
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	91.317	91.317	1.546	67.888	0,01	23.428	6.043	9.968	0,00	81.348
Preservacao E Conservacao Ambiental	872	872	60	60	0,00	812	58	58	0,00	814
Controle Ambiental	3.220	3.220	20	20	0,00	3.200	0	0	0,00	3.220
Recuperacao De Areas Degradadas	200	200	0	178	0,00	22	0	0	0,00	200
Desenvolvimento Cientifico	2.132.909	2.132.909	323.263	567.929	0,04	1.564.981	140.735	154.602	0,04	1.978.307
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	2.269.412	2.269.412	37.051	126.548	0,01	2.142.864	40.099	91.719	0,02	2.177.693
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	27.375	27.375	18	29	0,00	27.345	11	17	0,00	27.358
Producao Industrial	392.425	392.425	9.411	104.691	0,01	287.734	3.700	4.923	0,00	387.502
Mineracao	29.854	29.854	461	2.611	0,00	27.243	301	464	0,00	29.389
Promocao Comercial	249.787	239.609	0	0	0,00	239.609	0	0	0,00	239.609
Combustiveis Minerais	4.500	4.500	0	45	0,00	4.455	23	45	0,00	4.455
Outros Encargos Especiais	25	25	0	25	0,00	0	2	3	0,00	22
AGRICULTURA	27.931.191	27.902.791	936.893	11.786.118	0,89	16.116.673	493.541	914.410	0,24	26.988.381
Administracao Geral	4.854.269	4.854.269	439.867	1.479.227	0,11	3.375.042	330.031	717.351	0,19	4.136.917
Normatizacao E Fiscalizacao	165.429	165.429	9.563	17.392	0,00	148.037	5.988	6.718	0,00	158.711
Comunicacao Social	9.673	9.673	11	14	0,00	9.659	0	0	0,00	9.673
Atencao Basica	120.697	120.697	3.794	88.048	0,01	32.649	10.951	22.091	0,01	98.606
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	245.711	245.711	291	239.338	0,02	6.374	19.718	37.507	0,01	208.204
Preservacao E Conservacao Ambiental	1.200	1.200	5	26	0,00	1.174	1	2	0,00	1.198
Meteorologia	26.837	26.837	2.207	2.784	0,00	24.052	1.081	1.180	0,00	25.657
Desenvolvimento Cientifico	5.179	5.179	0	0	0,00	5.179	0	0	0,00	5.179
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	266.432	266.432	5.623	7.709	0,00	258.723	2.749	3.974	0,00	262.458
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	24.345	24.345	143	228	0,00	24.116	108	129	0,00	24.215
Abastecimento	10.217.760	10.217.760	271.212	5.397.998	0,41	4.819.762	91.125	92.153	0,02	10.125.607
Extensao Rural	7.955	7.955	4	4	0,00	7.950	0	0	0,00	7.954
Irrigacao	196.380	171.480	565	4.527	0,00	166.954	586	1.096	0,00	170.384
Promocao Da Producao Agropecuaria	11.727.714	11.724.214	203.046	4.547.257	0,35	7.176.957	30.717	31.316	0,01	11.692.898
Defesa Agropecuaria	43.972	43.972	121	326	0,00	43.647	10	21	0,00	43.951
Normalizacao E Qualidade	7.896	7.896	39	46	0,00	7.850	18	21	0,00	7.875
Promocao Comercial	9.744	9.744	404	1.195	0,00	8.549	458	850	0,00	8.894
ORGANIZACAO AGRARIA	2.790.465	2.790.465	91.028	697.009	0,05	2.093.456	53.077	102.524	0,03	2.687.942
Administracao Geral	742.761	742.761	30.357	576.548	0,04	166.213	46.904	91.935	0,02	650.826
Normatizacao E Fiscalizacao	872	872	132	158	0,00	714	47	47	0,00	825
Ordenamento Territorial	306.146	306.146	1.505	4.072	0,00	302.074	152	163	0,00	305.983
Comunicacao Social	1.625	1.625	0	0	0,00	1.625	0	0	0,00	1.625
Assistencia Comunitaria	468.041	468.041	0	0	0,00	468.041	0	0	0,00	468.041
Atencao Basica	20.580	20.580	401	20.315	0,00	265	1.467	2.927	0,00	17.653
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	36.786	36.786	140	36.011	0,00	775	3.039	5.824	0,00	30.962
Ensino Profissional	9.904	9.904	564	610	0,00	9.294	568	568	0,00	9.336
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	989	989	106	106	0,00	883	29	29	0,00	960
Abastecimento	55.440	55.440	0	0	0,00	55.440	0	0	0,00	55.440
Extensao Rural	236.040	236.040	2.911	3.889	0,00	232.150	75	131	0,00	235.909
Reforma Agraria	911.283	911.283	54.912	55.300	0,00	855.983	796	900	0,00	910.383
INDUSTRIA	2.087.695	2.086.795	171.357	560.089	0,04	1.526.706	119.531	213.316	0,06	1.873.480
Administracao Geral	1.438.088	1.438.088	160.153	513.706	0,04	924.382	109.200	197.594	0,05	1.240.495
Normatizacao E Fiscalizacao	406.182	406.182	1.529	3.643	0,00	402.538	1.606	1.679	0,00	404.503
Tecnologia Da Informacao	8.592	8.592	672	776	0,00	7.816	388	411	0,00	8.181
Ordenamento Territorial	10.110	10.110	120	125	0,00	9.985	68	72	0,00	10.038
Formacao De Recursos Humanos	1.284	1.284	42	57	0,00	1.227	30	44	0,00	1.240
Relacoes Diplomaticas	38	38	0	0	0,00	38	0	0	0,00	38
Atencao Basica	29.287	29.287	1.804	7.851	0,00	21.437	2.762	5.192	0,00	24.095
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	61.688	61.688	2.710	19.581	0,00	42.107	4.318	7.117	0,00	54.571
Empregabilidade	3.310	2.410	0	0	0,00	2.410	0	0	0,00	2.410
Recursos Hidricos	3.950	3.950	125	129	0,00	3.822	32	35	0,00	3.915
Desenvolvimento Cientifico	700	700	0	0	0,00	700	0	0	0,00	700
Difusao Do Conhecimento Cientifico E Tecnologico	2.000	2.000	353	353	0,00	1.648	0	0	0,00	2.000
Promocao Industrial	61.257	61.257	530	538	0,00	60.720	456	456	0,00	60.802
Mineracao	27.733	27.733	538	619	0,00	27.113	370	414	0,00	27.318
Propriedade Industrial	3.500	3.500	0	0	0,00	3.500	0	0	0,00	3.500
Normalizacao E Qualidade	19.100	19.100	2.781	2.836	0,00	16.264	302	302	0,00	18.798
Promocao Comercial	1.000	1.000	0	0	0,00	1.000	0	0	0,00	1.000
Comercio Exterior	9.877	9.877	0	9.877	0,00	0	0	0	0,00	9.877
COMERCIO E SERVICOS	4.840.071	4.840.071	132.866	2.642.799	0,20	2.197.271	203.565	440.351	0,12	4.399.720
Administracao Geral	104.076	104.076	9.900	63.874	0,00	40.203	6.806	10.554	0,00	93.523
Normatizacao E Fiscalizacao	1.800	1.800	604	838	0,00	962	39	69	0,00	1.731
Tecnologia Da Informacao	12.000	12.000	0	0	0,00	12.000	0	0	0,00	12.000
Comunicacao Social	43	43	0	0	0,00	43	0	0	0,00	43
Atencao Basica	1.076	1.076	495	1.076	0,00	0	78	119	0,00	956
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	3.136	3.136	0	3.054	0,00	82	248	491	0,00	2.645
Desenvolvimento Cientifico	1.336	1.336	75	75	0,00	1.262	54	54	0,00	1.282
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	5.800	5.800	0	0	0,00	5.800	0	0	0,00	5.800
Promocao Comercial	43.877	43.877	2.515	2.758	0,00	41.119	136	137	0,00	43.740

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comercio Exterior	3.666.090	3.666.090	18.052	2.451.986	0,19	1.214.104	196.046	428.703	0,11	3.237.387
Turismo	1.000.818	1.000.818	101.226	119.122	0,01	881.696	157	221	0,00	1.000.597
Outros Encargos Especiais	18	18	0	18	0,00	0	1	2	0,00	16
COMUNICACOES	1.298.297	1.298.297	154.859	695.937	0,05	602.360	78.447	131.478	0,03	1.166.819
Administracao Geral	834.404	834.404	83.142	602.090	0,05	232.313	72.237	122.833	0,03	711.570
Normatizacao E Fiscalizacao	41.823	41.823	7.897	9.382	0,00	32.442	332	378	0,00	41.446
Tecnologia Da Informacao	33.421	33.421	26.766	29.974	0,00	3.446	0	0	0,00	33.421
Atencao Basica	3.896	3.896	780	3.582	0,00	314	328	543	0,00	3.353
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	9.692	9.692	310	9.473	0,00	220	827	1.608	0,00	8.085
Direitos Individuais, Coletivos E Difusos	31.544	31.544	19.808	19.815	0,00	11.729	347	347	0,00	31.196
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	211.969	211.969	0	0	0,00	211.969	0	0	0,00	211.969
Telecomunicacoes	131.548	131.548	16.156	21.621	0,00	109.928	4.375	5.769	0,00	125.780
ENERGIA	2.117.943	2.117.943	954.070	1.589.034	0,12	528.908	230.562	274.423	0,07	1.843.520
Planejamento E Orcamento	19.457	19.457	-2.874	157	0,00	19.301	35	44	0,00	19.414
Administracao Geral	701.022	701.022	9.597	551.221	0,04	149.802	41.950	81.683	0,02	619.340
Normatizacao E Fiscalizacao	145.955	145.955	8.790	24.287	0,00	121.668	2.429	3.975	0,00	141.980
Formacao De Recursos Humanos	4.232	4.232	19	709	0,00	3.522	13	30	0,00	4.202
Administracao De Concessoes	18.660	18.660	1.556	2.299	0,00	16.361	114	116	0,00	18.544
Comunicacao Social	2.474	2.474	465	500	0,00	1.974	153	153	0,00	2.320
Atencao Basica	4.702	4.702	0	4.662	0,00	40	377	743	0,00	3.959
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	20.688	20.688	15	20.026	0,00	663	1.654	3.222	0,00	17.467
Controle Ambiental	2.813	2.813	0	813	0,00	2.000	0	0	0,00	2.813
Desenvolvimento Tecnologico E Engenharia	20.385	20.385	55	115	0,00	20.270	40	80	0,00	20.306
Normalizacao E Qualidade	4.366	4.366	0	93	0,00	4.274	11	18	0,00	4.349
Energia Eletrica	997.845	997.845	936.126	960.458	0,07	37.387	183.785	184.360	0,05	813.485
Combustiveis Minerais	152.074	152.074	320	427	0,00	151.647	0	0	0,00	152.074
Biocombustiveis	23.269	23.269	0	23.269	0,00	0	0	0	0,00	23.269
TRANSPORTE	16.794.615	16.794.615	1.875.679	2.940.036	0,22	13.854.579	150.334	271.937	0,07	16.522.678
Planejamento E Orcamento	384.687	384.687	11.250	11.257	0,00	373.431	140	140	0,00	384.547
Administracao Geral	2.188.191	2.188.191	362.934	1.323.391	0,10	864.800	129.349	240.932	0,06	1.947.259
Normatizacao E Fiscalizacao	183.517	183.517	67.730	80.712	0,01	102.805	5.399	6.298	0,00	177.220
Tecnologia Da Informacao	111.375	111.375	51.072	51.072	0,00	60.303	0	0	0,00	111.375
Formacao De Recursos Humanos	27.800	27.800	0	0	0,00	27.800	0	0	0,00	27.800
Administracao De Concessoes	980	980	8	248	0,00	732	62	63	0,00	917
Comunicacao Social	3.000	3.000	3.000	3.000	0,00	0	0	0	0,00	3.000
Atencao Basica	55.727	55.727	1.481	46.572	0,00	9.155	3.435	6.811	0,00	48.915
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	74.445	74.445	2.002	43.233	0,00	31.212	4.599	8.835	0,00	65.610
Promocao Industrial	3.783.695	3.783.695	0	1.461	0,00	3.782.234	0	1.461	0,00	3.782.234
Transporte Aereo	315.886	315.886	0	0	0,00	315.886	0	0	0,00	315.886
Transporte Rodoviario	8.104.582	8.104.582	1.364.425	1.364.425	0,10	6.740.157	6.486	6.486	0,00	8.098.097
Transporte Ferroviario	747.335	747.335	1.634	1.634	0,00	745.701	44	44	0,00	747.291
Transporte Hidroviario	813.394	813.394	10.144	13.033	0,00	800.361	821	868	0,00	812.526
DESPORTO E LAZER	1.276.552	1.276.552	24.393	74.827	0,01	1.201.725	5.149	8.636	0,00	1.267.916
Administracao Geral	215.287	215.287	21.641	61.442	0,00	153.845	4.559	7.800	0,00	207.487
Comunicacao Social	7.500	7.500	625	625	0,00	6.875	0	0	0,00	7.500
Atencao Basica	1.351	1.351	28	720	0,00	631	36	64	0,00	1.287
Protecao E Beneficios Ao Trabalhador	2.292	2.292	485	1.927	0,00	365	164	341	0,00	1.951
Desporto De Rendimento	309.097	309.097	993	9.470	0,00	299.627	138	179	0,00	308.918
Desporto Comunitario	741.026	741.026	620	643	0,00	740.383	252	253	0,00	740.773
ENCARGOS ESPECIAIS	1.006.398.639	1.006.898.639	28.674.108	442.995.053	33,63	563.903.586	57.582.690	200.564.491	52,42	806.334.149
Refinanciamento Da Divida Interna	50.000.000	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0
Servico Da Divida Interna	526.718.977	573.718.977	20.027.330	96.774.206	7,35	476.944.771	24.162.992	74.051.124	19,35	499.667.853
Servico Da Divida Externa	19.405.698	19.405.698	1.054.867	3.438.510	0,26	15.967.187	380.640	2.603.078	0,68	16.802.619
Outras Transferencias	202.503.436	202.503.436	1.125.282	186.786.869	14,18	15.716.567	22.136.344	33.386.921	8,73	169.116.516
Outros Encargos Especiais	157.458.904	160.958.904	6.466.629	106.626.364	8,09	54.332.540	4.939.862	82.617.290	21,59	78.341.613
Transferencias Para A Educacao Basica	50.311.625	50.311.625	0	49.369.104	3,75	942.520	5.962.851	7.906.078	2,07	42.405.547
RESERVA DE CONTINGENCIA	31.170.214	31.170.214	0	0	0,00	31.170.214	0	0	0,00	31.170.214
Reserva De Contingencia	31.170.214	31.170.214	0	0	0,00	31.170.214	0	0	0,00	31.170.214
TOTAL (Despesas Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	2.357.477.618	2.357.483.227	184.057.390	1.317.383.099	100,00	1.040.100.128	148.825.636	382.595.824	100,00	1.974.887.403
TOTAL (Despesas Intra-Orçamentárias) (II)	40.889.529	40.889.529	2.230.874	18.958.596	1,44	21.930.934	2.778.701	4.460.819	1,17	36.428.710
TOTAL (III) = (I + II)	2.398.367.147	2.398.372.756	186.288.264	1.336.341.695	100,00	1.062.031.062	151.604.337	387.056.643	100,00	2.011.316.113

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

b) Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.

c) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/17 ATÉ FEVEREIRO/18

RREO - Anexo 3 (LRF, art. 53, inciso I) R$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES	PREVISÃO ATUALIZADA EXERCÍCIO[2]
	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18		
RECEITA CORRENTE (I)	108.725.318	124.890.721	101.688.512	107.351.624	118.780.449	110.517.422	106.465.524	122.574.703	128.413.045	121.291.589	168.880.340	107.917.946	1.427.497.192	1.513.302.790
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	36.759.136	48.083.805	33.129.673	36.907.910	37.600.956	31.787.808	31.909.544	41.175.257	34.291.108	44.724.804	62.200.047	35.502.890	474.072.938	491.075.630
Receita de Contribuições	60.350.456	61.821.361	58.007.961	58.975.663	61.062.515	62.175.650	63.634.563	66.160.497	96.723.564	81.462.825	82.322.670	63.346.992	816.044.717	843.378.330
Receita Patrimonial	5.569.602	9.416.286	4.070.467	6.265.395	10.012.916	4.515.324	4.066.358	7.945.676	17.559.847	17.401.672	11.933.547	4.097.482	102.854.571	89.318.622
Receita Agropecuária	1.678	2.209	1.564	1.558	1.284	1.472	1.414	736	2.906	1.362	1.443	1.233	18.858	23.453
Receita Industrial	76.267	77.322	101.518	82.557	102.908	86.384	59.367	54.192	60.879	56.110	72.098	66.975	896.578	955.685
Receita de Serviços	2.355.834	3.309.057	2.634.416	2.588.301	7.751.559	1.940.403	1.879.724	2.319.578	2.089.815	2.177.585	8.553.799	2.499.328	40.099.399	40.633.068
Transferências Correntes	91.865	161.249	83.865	72.909	85.198	99.801	205.601	101.957	123.080	201.980	81.490	103.219	1.412.214	1.092.821
Receitas Correntes a Classificar[1]	767.181	-175.675	1.833.601	757.243	-476.413	2.135.138	3.112.345	1.698.954	-28.289.786	-16.077.587	2	-2	-34.715.000	0
Outras Receitas Correntes	2.753.298	2.195.107	1.825.447	1.700.087	2.639.527	7.775.442	1.596.610	3.117.857	5.851.632	-8.657.163	3.715.242	2.299.830	26.812.917	46.825.181
DEDUÇÕES (II)	49.477.416	52.712.998	56.342.151	52.953.998	54.142.326	54.224.996	49.695.391	53.610.454	61.390.433	89.894.717	52.703.562	63.838.272	690.986.714	729.146.952
Transf. Constitucionais e Legais	15.804.829	18.365.202	22.128.990	18.512.408	19.845.986	18.727.487	14.182.337	17.931.111	18.589.431	37.053.521	14.664.002	28.224.196	244.029.499	251.743.022
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	27.907.139	28.372.723	28.410.804	28.631.940	28.569.132	29.328.642	29.167.171	29.283.619	30.021.518	46.008.383	30.335.590	29.136.692	365.173.355	392.884.403
Contrib. Plano Seg. Social do Servidor	1.033.211	1.033.505	1.019.573	1.203.146	1.051.854	1.048.170	1.044.266	1.057.030	1.960.904	1.230.400	1.022.159	1.056.122	13.760.341	15.932.600
Compensação Financeira RGPS/RPPS	38.612	1.457	1.606	1.495	1.491	1.336	1.061	1.106	1.096	1.854	3.345	1.795	56.253	0
Contr. p/ Custeio Pensões Militares	276.148	277.040	278.624	280.505	281.498	279.775	281.249	280.283	275.490	344.458	232.472	299.531	3.387.072	3.316.604
Contribuição p/ PIS/PASEP	4.417.477	4.663.072	4.502.554	4.324.503	4.392.364	4.839.587	5.019.307	5.057.306	10.541.993	5.256.101	6.445.994	5.119.937	64.580.194	65.270.323
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	59.247.901	72.177.723	45.346.361	54.397.626	64.638.124	56.292.426	56.770.133	68.964.249	67.022.612	31.396.872	116.176.778	44.079.674	736.510.477	784.155.838

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF
Nota: Os valores deste anexo levam em consideração apenas os constantes da Categoria Econômica da Receita 1, excluindo, consequentemente, os movimentos intra-orçamentários e de capital, conforme o disposto no §3º da LRF.
[1] A ocorrência de valores negativos no mês refere-se à classificação de receitas de meses anteriores, superiores às receitas a classificar do mês.
[2] A previsão da receita é a constante na Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2018.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS[1] (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	395.370.764	395.370.764	59.975.020	56.087.165
RECEITAS CORRENTES	395.348.985	395.348.985	59.967.696	56.084.330
Receitas de Contribuições	391.515.864	391.515.864	59.328.352	55.367.348
Dos empregadores, trabalhadores e demais segurados	391.266.049	391.266.049	59.288.794	55.295.313
Outras Contribuições	249.814	249.814	39.558	72.034
Outras Receitas Correntes	3.833.121	3.833.121	639.345	716.982
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	2.109.492	2.109.492	495.860	155.770
Demais Receitas Correntes	1.723.629	1.723.629	143.485	561.212
RECEITAS DE CAPITAL	21.780	21.780	7.324	2.835
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	21.780	21.780	7.324	2.835
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.546.914	11.546.914	1.777.760	2.079.270
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II)	406.917.679	406.917.679	61.752.780	58.166.435

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	
			Até Mês/2018	Até Mês/2017	Até Mês/2018	Até Mês/2017	Até Mês/2018	Até Mês/2017
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	596.268.400	595.768.400	477.978.648	548.306.870	89.660.254	86.586.174	-	-
Benefícios Previdenciários do Governo Federal	473.715.484	473.715.484	473.711.854	544.746.599	88.499.423	85.485.253	-	-
Aposentadorias	323.746.970	323.746.970	323.746.969	310.857.443	61.298.579	58.811.685	-	-
Pensões	113.918.346	113.918.346	113.918.346	154.657.598	21.021.121	20.127.665	-	-
Outros Benefícios	36.050.168	36.050.168	36.046.539	79.231.557	6.179.723	6.545.903	-	-
Outras Despesas	7.303.446	7.303.446	4.266.794	3.560.271	1.160.831	1.100.921	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.417.130	3.417.130	3.417.130	2.781.449	416.850	325.249	-	-
Demais Despesas	3.886.317	3.886.317	849.664	778.822	743.981	775.672	-	-
A detalhar	115.249.470	114.749.470	0	0	0	0	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0	0	0	0	0	0	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V)	596.268.400	595.768.400	477.978.648	548.306.870	89.660.254	86.586.174	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	-189.350.721	-188.850.721	-416.225.868	-490.140.436	-27.907.473	-28.419.740	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II) R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receita de Contribuições	40.684.053	40.684.053	5.043.689	5.029.462
Segurados	15.783.971	15.783.971	2.063.347	2.019.777
Ativos	11.979.267	11.979.267	1.519.065	1.517.519
Inativos	3.092.023	3.092.023	433.185	502.258
Pensionistas	712.681	712.681	111.096	0
Patronal	24.900.082	24.900.082	2.980.342	3.009.685
Ativos	24.900.082	24.900.082	2.980.342	2.969.493
Inativos e Pensionistas	0	0	0	40.192
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (I)	40.684.053	40.684.053	5.043.689	5.029.462

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS CIVIS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Benefícios	75.965.687	75.965.687	44.335.558	43.958.740	12.335.294	11.945.706		
A detalhar	23.474.708	23.474.708	0	0	0	0		
Aposentadorias	37.019.536	37.019.536	31.979.183	31.762.467	8.845.017	8.369.522		
Pensões	14.599.868	14.599.868	11.694.013	11.523.595	3.348.826	3.415.542		
Outras Despesas Previdenciárias	871.576	871.576	662.361	672.678	141.450	160.642		
Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	162.259	162.259	162.170	162.481	22.114	22.864		
Demais Despesas Previdenciárias	709.317	709.317	500.191	510.197	119.336	137.777		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (II)	75.965.687	75.965.687	44.335.558	43.958.740	12.335.294	11.945.706		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (III) = (I - II)	-35.281.634	-35.281.634	-39.291.869	-38.929.278	-7.291.605	-6.916.244		

R$ milhares

RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receitas de Contribuições Associadas às Pensões	2.153.660	2.153.660	344.007	314.063
Segurados	2.153.660	2.153.660	344.007	314.063
TOTAL DAS RECEITAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES (IV)	2.153.660	2.153.660	344.007	314.063

DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES MILITARES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Benefícios	20.941.850	20.941.850	17.339.152	16.065.178	3.266.961	2.924.475		
A detalhar	580.340	580.340	0	0	0	0		
Pensões	20.261.404	20.261.404	17.305.730	16.049.679	3.239.423	2.912.834		
Outros Despesas	100.106	100.106	33.421	15.498	27.538	11.641		
DESPESAS COM PENSÕES MILITARES (V)	20.941.850	20.941.850	17.339.152	16.065.178	3.266.961	2.924.475		
RESULTADO PENSÕES MILITARES (VI) = (IV - V)	-18.788.190	-18.788.190	-16.995.145	-15.751.115	-2.922.954	-2.610.412		

RECEITAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receitas	0	0	0	0

DESPESAS VINCULADAS AOS MILITARES INATIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Inativos	23.532.741	23.532.741	18.126.338	16.689.023	3.769.242	3.424.736		
A detalhar	536.966	536.966	0	0	0	0		
Reforma e Reserva	22.914.010	22.914.010	18.065.657	16.676.834	3.722.705	3.419.504		
Outras Despesas de Inativos	81.765	81.765	60.682	12.189	46.537	5.232		
DESPESAS COM REFORMADOS E INATIVOS MILITARES (VII)	23.532.741	23.532.741	18.126.338	16.689.023	3.769.242	3.424.736		
RESULTADO TOTAL - MILITARES (VIII) = (VI + VII)	-42.320.931	-42.320.931	-35.121.483	-32.440.138	-6.692.197	-6.035.148		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

R$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Mês/2018	Até o Mês/2017
Receita de Contribuições	495.963	495.963	62.483	62.338
Segurados	316.592	316.592	43.624	42.695
Ativos	109.830	109.830	9.419	9.767
Inativos	38.799	38.799	5.809	5.605
Pensionistas	167.963	167.963	28.396	27.323
Patronal	179.371	179.371	18.859	19.642
Ativos	179.371	179.371	18.859	19.642
Inativos e Pensionistas	0	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF (IX)	495.963	495.963	62.483	62.338

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO FCDF	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017	Até o Mês/ 2018	Até o Mês/ 2017
Benefícios	2.967.499	2.967.499	944.223	1.089.867	853.499	998.776		
A detalhar	2.020.898	2.020.898	0	0	0	0		
Aposentadorias	705.138	705.138	705.138	767.108	616.206	684.858		
Pensões	89.310	89.310	86.933	123.134	85.212	114.294		
Outras Despesas Previdenciárias	152.153	152.153	152.153	199.625	152.081	199.625		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS CIVIS (X)	2.967.499	2.967.499	944.223	1.089.867	853.499	998.776		
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - CIVIS (XI) = (IX - X)	-2.471.536	-2.471.536	-881.741	-1.027.530	-791.016	-936.439		

Fonte: SIAFI/STN/CCONT/GEINF

Notas:

1) Os valores das receitas são líquidos de desvinculações (DRU). Desse modo, os resultados dos regimes já estão excluindo as receitas desvinculadas, em atendimento ao Acórdão nº 2.059/2012, aprovado pelo Plenário do TCU. Nesse sentido, os valores desvinculados até o mês somaram R$ 174.209 mil, incidentes sobre as receitas do FCDF e pensões militares.

2) O demonstrativo foi apurado de acordo com nova metodologia. Portanto, os valores relativos ao exercício de 2017 podem divergir dos divulgados na publicação original.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RENÚNCIA DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - PROJEÇÃO 2018

R$ milhões

Renúncia / Mês	Desoneração da Folha	Simples Nacional	Filantrópicas	Exportação Rural	MEI	Olimpíadas	Dona de Casa
JAN	1.065	1.976	821	338	135	0	19
FEV	1.253	1.972	802	409	135	0	20
MAR	1.071	2.011	825	552	167	0	20
ABR	1.036	2.038	833	590	156	0	20
MAI	1.179	2.067	862	576	157	0	20
JUN	1.025	2.079	864	572	152	0	20
JUL	714	2.116	890	578	155	0	20
AGO	943	2.137	872	531	154	0	20
SET	952	2.156	884	507	152	0	20
OUT	971	2.191	888	505	153	0	20
NOV	946	2.204	893	392	159	0	20
DEZ	2.955	3.491	1.633	445	161	0	20
TOTAL	14.110	26.437	11.069	5.996	1.838	0	237

Fonte: DGT Bases Efetivas 2014, série 2012 a 2017; DGT PLOA 2018; Estimativas Oficiais Desoneração da Folha de Pagamento.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ milhares

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	ATÉ FEVEREIRO/2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	1.448.453.189	262.251.506
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	491.075.630	97.702.937

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Contribuições	843.378.330		145.669.662
Receita Patrimonial	74.241.280		11.073.252
Outras Receitas Patrimoniais	74.241.280		11.073.252
Transferências Correntes	1.092.821		184.709
Demais Receitas Correntes	38.665.127		7.620.947
Receitas Correntes Primárias	38.665.127		7.620.947
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	21.827.713		106.487
Alienação de Bens	3.079.293		102.780
Outras Alienações de Bens	3.079.293		102.780
Transferências de Capital	181.548		3.707
Convênios	0		0
Outras Transferências de Capital	181.548		3.707
Outras Receitas de Capital	18.566.872		0
Outras Receitas de Capital Primárias	18.566.872		0
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III) = (I+II)	1.470.280.902	262.357.993	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	ATÉ FEVEREIRO/2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)	1.533.529.852	1.098.504.227	220.948.556	198.387.249	20.892.609	22.669.731	21.669.463
Pessoal e Encargos Sociais	295.291.786	186.708.650	46.001.935	44.569.006	583.357	151.191	147.013
Outras Despesas Correntes	1.238.238.066	911.795.576	174.946.622	153.818.243	20.309.252	22.518.540	21.522.450
Transferências Constitucionais e Legais	251.743.022	245.325.762	42.888.197	42.888.197	0	7.615.520	7.615.520
Demais Despesas Correntes	986.495.044	666.469.815	132.058.424	110.930.046	20.309.252	14.903.020	13.906.930
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)	85.519.729	5.465.698	1.699.183	210.262	422.016	2.722.866	1.976.445
Investimentos	43.758.191	3.496.699	81.593	29.413	420.000	2.610.657	1.918.700
Inversões Financeiras	41.761.538	1.968.999	1.617.590	180.850	2.015	112.209	57.745
Inversões Financeiras Primárias	41.761.538	1.968.999	1.617.590	180.850	2.015	112.209	57.745
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (VI)	25.880.805	0	0	0	0	0	0
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (IV+V+VI)	1.644.930.386	1.103.969.925	222.647.740	198.597.512	21.314.625	25.392.597	23.645.909

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (VIII) = IIIa - (VIIa +VIIb + VIIc)	18.799.948

JUROS NOMINAIS	ATÉ FEVEREIRO/2018 VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (IX)	26.260.524
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (X)	48.406.862
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XI) = VIII + (IX - X)	-3.346.389

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	DEZEMBRO/2017 (a)	ATÉ FEVEREIRO/2018 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XII)	5.377.513.925	5.399.882.290
DEDUÇÕES (XIII)	2.332.078.740	2.278.679.048
Disponibilidade de Caixa	1.016.906.848	920.059.082
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.043.663.743	951.263.079
(-) Restos a Pagar Processados (XIV)	26.756.895	31.203.997
Demais Haveres Financeiros	1.315.171.892	1.358.619.966
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XV) = (XII - XIII)	3.045.435.184	3.121.203.242
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XVI) = (XVa - XVb)	-75.768.057	

AJUSTE METODOLÓGICO	ATÉ FEVEREIRO/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XVII) = (XIVb - XIVa)	4.447.102
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XVIII)	-20.824
OUTROS AJUSTES (XIX)	67.995.390
Variações Patrimoniais Diminutivas	87.899.027
(+) Variações Monetárias e Cambiais da Dívida Contratual	1.360.661
(+) Variações Monetárias e Cambiais da Dívida Mobiliária	44.094.358
(+) Atualização Monetária Negativa	8.150.453
(+) Resultado Negativo Bacen	33.827.491
(+) Constituição de Ajuste para Perdas	466.064
Variações Patrimoniais Aumentativas	26.926.428
(-) Variações Monetárias e Cambiais s/ Empréstimos Concedidos	2.725.560
(-) Atualização Monetária Positiva	12.204.729

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(-) Outras Variações Monetárias e Cambiais	7.025.280
(-) Resultado Positivo Bacen	0
(-) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	25.817
(-) Reversão de Provisões e de Ajustes para Perdas	4.945.042
Demais ajustes	7.308.970
Ajustes nos itens da Dívida Consolidada Líquida	-12.280.258
(+) Variação de Precatórios	23.485.260
(-) Variação em Arrecadação a Recolher	0
(-) Variação de Aplicação em Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	41.884.604
(+) Juros e Encargos Ativos dos Fundos (-) Juros e Encargos Passivos de Fundos	6.119.086
Outros	19.589.228
(-) Variação em fontes a classificar e extra-orçamentária nas disponibilidades	-19.589.228
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	0
(+) Variação em Ativos não integrantes da DCL	0
(-) Passivos não integrantes da DCL	0
(+) Discrepância	-286.179
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XX) = (XVII+IX + XVIII+XIX)	-3.346.389
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXI) = XX- (IX-X)	18.799.948

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

NOTA: Este relatório foi elaborado com nova metodologia contábil, em consonância com o Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, a partir de dados exclusivamente extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira. Assim, alguns valores referentes ao resultado primário diferem do publicado no Boletim Resultado do Tesouro Nacional, cuja conciliação será explicada nessa publicação.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	Saldo Total (a + b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	3.772.773	22.960.188	21.406.722	82.511	5.243.727	49.078.022	76.833.046	26.841.336	25.094.244	2.176.893	98.639.931	103.883.658
EXECUTIVO	3.720.353	22.920.231	21.380.000	81.831	5.178.752	48.582.740	75.235.045	26.356.703	24.634.891	2.148.573	97.034.320	102.213.073
Presidência da República	45.693	75.105	36.001	2.617	82.180	1.391.422	1.384.804	192.710	153.024	27.924	2.595.277	2.677.457
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3.883	4.169	3.122	21	4.909	104.164	850.048	158.566	148.454	11.625	794.132	799.041
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	121.167	232.226	106.456	1.270	245.667	361.600	3.229.431	380.093	206.864	18.775	3.365.392	3.611.059
Ministério da Ciência e Tecnologia	497.202	148.216	26.953	25.381	593.085	901.659	986.131	293.782	183.785	27.226	1.676.779	2.269.863
Ministério da Fazenda	6.943	398.214	393.083	12	12.062	885.368	17.041.997	13.120.386	13.079.476	48.926	4.798.963	4.811.025
Ministério da Educação	293.954	517.108	398.888	1.955	410.219	11.563.786	11.389.723	3.795.596	3.283.871	46.470	19.623.167	20.033.386
Ministério do Desenvolvimento, Ind. e Comércio Exterior	7.608	619	216	312	7.699	266.114	65.693	21.265	21.127	1.231	309.450	317.149
Ministério da Justiça	116.797	29.280	4.099	299	141.680	1.052.978	1.254.030	196.903	100.425	4.159	2.202.423	2.344.103
Ministério de Minas e Energia	1.051	22.260	20.203	74	3.034	751.376	847.925	42.592	34.763	707.217	857.321	860.355
Ministério das Relações Exteriores	2.225	3.280	2.761	119	2.624	33.088	88.451	39.430	39.426	1.059	81.055	83.679
Ministério da Saúde	383.368	397.885	337.976	20.571	422.706	6.364.655	13.588.894	3.425.235	3.198.177	636.685	16.118.688	16.541.393
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	577	358	240	48	646	5.099	18.729	6.807	5.007	2.143	16.678	17.324
Ministério dos Transportes	107.935	90.966	82.355	288	116.258	4.071.140	4.208.522	1.081.895	960.974	23.638	7.295.050	7.411.308
Ministério do Trabalho e Previdência Social	2.817	639.262	639.181	20	2.877	322.428	1.602.915	1.197.235	1.165.647	695	759.001	761.879
Ministério da Cultura	268.284	8.983	4.715	197	272.355	514.134	871.493	44.688	36.099	12.820	1.336.707	1.609.062
Ministério do Meio Ambiente	34.472	5.845	2.737	83	37.497	365.101	289.094	58.582	55.920	6.670	591.606	629.103
Ministério do Esporte	306.037	5.215	1.729	1.583	307.941	1.403.849	948.104	36.390	36.355	54.435	2.261.163	2.569.103
Ministério da Defesa	38.648	625.796	284.448	500	379.496	1.217.497	5.386.969	1.170.347	986.350	13.551	5.604.566	5.984.061
Ministério da Integração Nacional	955.066	602.294	62.133	2.993	1.492.234	4.760.040	6.774.294	680.484	540.949	458.220	10.535.166	12.027.400
Ministério do Turismo	330.592	49.910	20.864	22.158	337.480	2.155.198	673.497	28.309	28.001	7.165	2.793.529	3.131.010
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	84.200	18.936.575	18.931.078	961	88.736	795.547	768.636	224.353	219.295	10.512	1.334.375	1.423.112
Ministério das Cidades	111.614	122.876	17.868	368	216.255	9.223.490	2.758.461	93.845	85.532	26.348	11.870.071	12.086.325
Advocacia-Geral da União	203	3.664	2.805	0	1.062	11.977	114.238	32.674	31.417	118	94.681	95.743
Ministério dos Direitos Humanos	17	125	90	0	52	61.030	92.967	34.535	33.956	960	119.081	119.133
LEGISLATIVO	11.473	3.189,679	583	403	13.677	42.561	156.693	78.714	78.320	4.201	116.734	130.411
Câmara dos Deputados	5.143	865	233	0	5.775	8.021	73.089	45.196	44.905	1.824	34.381	40.155
Senado Federal	6.168	2.279	343	403	7.701	27.398	61.192	24.775	24.724	887	62.979	70.680
Tribunal de Contas da União	162	46	6	0	201	7.143	22.412	8.743	8.690	1.490	19.374	19.576
JUDICIÁRIO	39.833	34.158	24.038	211	49.741	342.971	1.265.847	342.656	318.199	12.637	1.277.981	1.327.722
Supremo Tribunal Federal	0	47	47	0	0	629	21.207	10.345	10.343	147	11.347	11.347
Superior Tribunal de Justiça	2.720	2.343	1.867	0	3.196	18.366	42.980	17.826	17.783	653	42.910	46.106
Justiça Federal	4.123	15.111	9.994	0	9.239	79.962	312.311	100.666	97.121	6.568	288.585	297.824
Justiça Militar	132	121	38	0	215	810	31.314	5.606	5.564	65	26.496	26.711
Justiça Eleitoral	5.095	7.873	5.891	18	7.060	79.434	179.838	56.677	51.824	1.206	206.242	213.302
Justiça do Trabalho	27.297	5.121	3.260	137	29.022	125.240	645.536	131.706	116.755	2.507	651.515	680.537
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	453	3.492	2.917	57	971	35.870	18.683	14.953	13.996	1.144	39.413	40.383
Conselho Nacional de Justiça	14	50	26	0	38	2.659	13.977	4.877	4.814	347	11.474	11.512
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	1.114	2.573	2.100	66	1.520	101.575	127.466	43.747	43.322	646	185.074	186.593
Ministério Público da União	1.114	2.436	2.100	66	1.383	100.849	126.395	43.520	43.096	639	183.509	184.892
Conselho Nacional do Ministério Público	0	136	0	0	136	726	1.071	227	226	6	1.565	1.701
DEFENSORIA PÚBLICA	0	37	0	0	37	8.175	47.994	19.516	19.513	10.836	25.821	25.858
Defensoria Pública da União	0	37	0	0	37	8.175	47.994	19.516	19.513	10.836	25.821	25.858
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.994	36.295	35.246	96	3.947	972.953	1.292.663	1.000.071	997.085	24.211	1.244.320	1.248.267
TOTAL (I + II)	3.775.767	22.996.483	21.441.968	82.608	5.247.674	50.050.975	78.125.708	27.841.407	26.091.329	2.201.104	99.884.251	105.131.924

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ milhares

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2017					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.994	36.295	35.246	96	3.947	972.953	1.292.663	1.000.071	997.085	24.211	1.244.320	1.248.267
EXECUTIVO	1.461	35.811	35.120	96	2.055	946.931	1.252.224	992.829	989.847	21.523	1.187.784	1.189.840
Presidência da República	6	5.910	5.864	0	51	12.345	35.453	5.852	5.835	2.166	39.797	39.848
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	0	353	353	0	0	1.712	20.991	118	104	1	22.597	22.597
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4	157	156	0	4	1.801	11.437	9.242	9.201	245	3.791	3.795
Ministério da Ciência e Tecnologia	6	0	0	0	6	3.447	1.822	430	406	13	4.850	4.856
Ministério da Fazenda	0	13.814	13.814	0	0	1.762	892.877	890.759	890.758	59	3.822	3.822
Ministério da Educação	1.241	7.471	7.328	19	1.365	767.679	138.209	67.574	66.276	1.933	837.679	839.044
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	0	0	0	0	0	2.732	623	418	418	83	2.853	2.853
Ministério da Justiça	4	27	24	0	6	8.946	32.092	459	448	0	40.590	40.597
Ministério de Minas e Energia	1	6.487	6.360	7	122	11.476	9.568	3.878	3.862	10.945	6.236	6.358
Ministério das Relações Exteriores	0	132	0	0	132	31.306	2.243	1.025	1.025	0	32.524	32.656
Ministério da Saúde	5	370	362	6	7	77.872	18.273	1.603	1.553	5	94.587	94.594
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	0	0	0	0	0	2.882	161	25	18	2.829	195	195
Ministério dos Transportes	3	140	140	0	3	2.741	3.840	1.105	1.003	7	5.570	5.573
Ministério do Trabalho e Previdência Social	0	0	0	0	0	2.006	798	1.008	605	0	2.199	2.199
Ministério da Cultura	1	1	1	0	1	4.402	1.301	252	184	33	5.486	5.487
Ministério do Meio Ambiente	173	3	3	0	173	344	2.404	242	242	1	2.505	2.678
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ministério do Esporte	2	1	0	1	2	717	524	23	23	0	1.218	1.220
Ministério da Defesa	11	747	714	3	41	5.993	62.734	6.169	5.408	2.993	60.326	60.367
Ministério da Integração Nacional	2	135	0	0	137	1.925	2.560	325	160	39	4.286	4.423
Ministério do Turismo	0	0	0	0	0	0	172	65	65	85	22	22
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0	2	0	0	2	4.079	4.222	1.700	1.700	87	6.515	6.517
Ministério das Cidades	1	62	0	60	2	134	426	114	110	0	450	452
Advocacia-Geral da União	0	0	0	0	0	576	9.060	162	162	0	9.475	9.475
Ministério dos Direitos Humanos	0	0	0	0	0	56	436	281	281	0	211	211
LEGISLATIVO	0	0	0	0	0	2.376	590	94	94	10	2.862	2.862
Câmara dos Deputados	0	0	0	0	0	185	131	34	34	0	282	282
Senado Federal	0	0	0	0	0	103	95	55	55	10	133	133
Tribunal de Contas da União	0	0	0	0	0	2.088	364	5	5	0	2.447	2.447
JUDICIÁRIO	1.533	485	126	1	1.891	14.343	35.708	6.715	6.711	390	42.949	44.840
Supremo Tribunal Federal	0	0	0	0	0	265	156	50	50	0	371	371
Superior Tribunal de Justiça	0	0	0	0	0	6	82	5	5	0	83	83
Justiça Federal	0	426	72	1	353	1.590	2.724	1.347	1.345	322	2.647	3.000
Justiça Militar	0	4	0	0	4	12	4.081	4.006	4.006	0	88	91
Justiça Eleitoral	50	4	3	0	50	877	967	219	219	23	1.602	1.653
Justiça do Trabalho	1.484	1	1	0	1.484	11.536	26.698	1.077	1.074	43	37.117	38.601
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	0	51	51	0	0	3	178	3	3	3	174	174
Conselho Nacional de Justiça	0	0	0	0	0	53	822	8	8	0	867	867
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	0	0	0	0	0	9.303	1.793	396	396	25	10.675	10.675
Ministério Público da União	0	0	0	0	0	9.297	1.776	394	394	25	10.654	10.654
Conselho Nacional do Ministério Público	0	0	0	0	0	7	17	2	2	0	21	21
DEFENSORIA PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	2.347	36	36	2.263	49	49
Defensoria Pública da União	0	0	0	0	0	0	2.347	36	36	2.263	49	49
TOTAL	2.994	36.295	35.246	96	3.947	972.897	1.292.227	999.789	996.803	24.211	1.244.109	1.248.056

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 8 (Lei nº 9.394/96, art. 72) R$ milhares

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO				
VALOR A SER GASTO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	18% da RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS DO ANO CORRENTE (REGRA ANTIGA)	18% DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ATÉ O MÊS DO ANO ANTERIOR CORRIGIDO PELO IPCA (conforme a EC nº 95/2016) (REGRA NOVA)	DESPESAS EXECUTADAS ATÉ O MÊS COM MDE [9(c) - 13]	EXECUÇÃO EM RELAÇÃO AO LIMITE MÍNIMO (no final do ano, deve ser maior que 100%)
1 - CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO	10.630.998	9.777.363	9.114.795	93,22%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (d)
			Até o Mês (b)	(b/a)x100 %	Até o Mês (c)	(c/a)x100 %	
2 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB (LIMITADO A 30% DO VALOR TOTAL)	4.216.293	4.216.293	3.789.183	89,87	1.163.951	27,61	
3 - EDUCAÇÃO INFANTIL	0	0	0	0,00	0	0,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4 - EDUCAÇÃO BÁSICA	779.365	779.365	332.473	42,66	55.283	7,09	
5 - ENSINO MÉDIO	0	0	0	0,00	0	0,00	
6 - ENSINO SUPERIOR	27.654.827	27.654.827	18.488.419	66,85	3.918.638	14,17	
7 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	10.227.484	10.227.484	6.442.981	63,00	1.391.769	13,61	
8 - OUTRAS	21.216.880	21.216.880	13.746.812	64,79	2.585.153	12,18	
9 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8)	64.094.849	64.094.849	42.799.869	66,78	9.114.795	14,22	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
10 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0
11 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (23l)[1]	39.646
12 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS	0
13 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (10 + 11 + 12)[2]	0

CÁLCULO DO LIMITE COM A COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	NO MÊS				ATÉ O MÊS	
	JANEIRO		FEVEREIRO			
	Valor (e)	100x(e)/(16g) %[3]	Valor (f)	100x(f)/(16g) %[3]	Valor (g)	100x(g)/(16g) %[4]
14 - PROGRAMAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ATÉ 10% DO VALOR ANUAL)	0	-	0	0,00	-	0,00
15 - OUTROS	2.915.909	75,16	963.928	24,84	3.879.837	100,00
16 - TOTAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO EM 2018 (14 + 15)	2.915.909	75,16	963.928	24,84	3.879.837	100,00

LIMITE DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO	LIMITE ANUAL (30% da Dotação do FUNDEB)	ATÉ O MÊS	
		Valor (h)	100x(h)/(17) %
17 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PROVENIENTE DA RECEITA DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (ATÉ 30% DE R$ 14054309 mil)	4.216.293	1.163.951	27,61

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (i)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o mês (j)	(j/i)x100 %	Até o Mês (k)	(k/i)x100 %	
18 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.096.961	6.096.961	129.060	2,12	413	0,01	
18.1 - Educação Infantil	260.000	260.000	0	0,00	0	0,00	
18.2 - Educação Básica	3.900.455	3.900.455	129.060	3,31	413	0,01	
18.3 - Ensino Médio	0	0	0	0,00	0	0,00	
18.4 - Outras	1.936.506	1.936.506	0	0,00	0	0,00	
19 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	4.689.782	4.689.782	3.999.997	85,29	1.471.429	31,38	
20 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.243.869	8.243.869	291.422	3,54	56.654	0,69	
20.1 - Educação Infantil	552	552	0	0,00	0	0,00	
20.2 - Educação Básica	1.473.386	1.473.386	38.170	2,59	276	0,02	
20.3 - Ensino Médio	0	0	0	0,00	0	0,00	
20.4 - Ensino Superior	3.836.542	3.836.542	77.690	2,02	34.984	0,91	
20.5 - Outras	2.933.389	2.933.389	175.562	5,98	21.394	0,73	
21 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS DE ENSINO (17 + 18 + 19)	19.030.613	19.030.613	4.420.479	23,23	1.528.496	8,03	
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM MDE (9 + 20)	83.125.462	83.125.462	47.220.348	56,81	10.643.291	12,80	

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O MÊS	CANCELADO EM 2018 (l)
23 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	268.442	39.646

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Em atendimento a determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não está sendo considerada no cálculo da aplicação da União em MDE, mas seu valor continuará sendo evidenciado no demonstrativo. O acórdão determina o seguinte: "determinar à Secretaria do Tesouro Nacional que deixe de deduzir, indevidamente, do montante das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, constante do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, os valores referentes ao cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos vinculados ao ensino, cuja competência pertence ao exercício anterior, em observância ao art. 35 da Lei nº 4.320, de 17/3/1964".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

[2] Em atendimento ao Acórdão nº 2424/2009 - TCU - Plenário, os valores das transferências constitucionais e legais nas colunas "Receitas Realizadas" correspondem àqueles efetivamente descentralizados no período. Uma vez que as transferências se processam por meio da execução de despesa orçamentária, o critério adotado para o cômputo dos valores efetivamente descentralizados foi o de apuração do pagamento efetivo das despesas orçamentárias do exercício, bem como de eventuais restos a pagar, identificadas como transferências constitucionais e legais a partir das respectivas ações orçamentárias.

[3] A complementação da União contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, cinco por cento da complementação anual. Conforme o artigo 6º da Lei 11.494/2007: "A complementação da União observará o cronograma da programação financeira do Tesouro Nacional e contemplará pagamentos mensais de, no mínimo, 5% (cinco por cento) da complementação anual, a serem realizados até o último dia útil de cada mês, assegurados os repasses de, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) até 31 de julho, de 85% (oitenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de cada ano, e de 100% (cem por cento) até 31 de janeiro do exercício imediatamente subsequente".

[4] Conforme o artigo 7º da Lei nº 11.494/2007, parte da complementação da União, limitada a até 10% (dez por cento) de seu valor anual, poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para a melhoria da qualidade da educação básica, na forma do regulamento.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Mês (d)	(d/c) x 100 %	Até o Mês (e)	(e/c) x 100 %
DESPESAS CORRENTES	125.369.329	125.369.329	37.592.819	29,99	14.264.904	11,38
Pessoal e Encargos Sociais	19.671.607	19.671.607	17.431.467	88,61	2.955.061	15,02
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	105.697.722	105.697.722	20.161.352	19,07	11.309.844	10,70
DESPESAS DE CAPITAL	5.431.000	5.431.000	60.415	1,11	6.977	0,13
Investimentos	5.426.000	5.426.000	60.415	1,11	6.977	0,13
Inversões Financeiras	5.000	5.000	0	0,00	0	0,00
Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	38.176	38.176	0	0,00	0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)	130.838.504	130.838.504	37.653.234	28,78	14.271.881	10,91

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Mês (f)	(f/Id) x 100 %	Até o Mês (g)	(g/Ie) x 100 %
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	9.005.272	9.005.272	8.319.715	22,10	1.434.471	10,05
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	382.773	382.773	358.470	0,95	51.498	0,36
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	-	-	-	-	-	-
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	2.156.304	2.156.304	294.138	0,78	71.815	0,50
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0	0	0	0,00	0	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]	0	0	0	0,00	0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)	11.544.350	11.544.350	8.972.323	23,83	1.557.784	10,92
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)	119.294.155	119.294.155	28.680.911	76,17	12.714.097	89,08

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O MÊS/2018 (h)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O MÊS/2018 (i)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO EM ASPS NO EXERCÍCIO ANTERIOR (j)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO - REGRA ANTIGA (15% RCL)	VALOR MÍNIMO A SER APLICADO - REGRA NOVA (k = j + correção IPCA)[3]	DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O MÍNIMO CONSTITUCIONAL ((h ou i) - k)
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV)	28.680.911	12.714.097	23.194.024	24.038.468	23.889.845	-11.175.747

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Mês (l)	(l/total l) x 100 %	Até o Mês (m)	(m/total m) x 100 %
Atenção Básica	22.512.919	22.512.919	3.786.220	10,06	2.839.861	19,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	53.772.823	53.772.823	11.156.482	29,63	7.465.641	52,31
Suporte Profilático e Terapêutico	15.162.424	15.162.424	3.145.101	8,35	426.004	2,98
Vigilância Sanitária	376.978	376.978	8.205	0,02	2.612	0,02
Vigilância Epidemiológica	7.653.508	7.653.508	679.029	1,80	198.044	1,39
Alimentação e Nutrição	72.923	72.923	0	0,00	0	0,00
Outras Subfunções	31.286.929	31.286.929	18.878.197	50,14	3.339.719	23,40
TOTAL	130.838.504	130.838.504	37.653.234	100,00	14.271.881	100,00

FONTE: SIAFI, elaboração STN/CCONT/GEINF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ milhares

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA[1]

Ano do Empenho	Mínimo para Aplicação com Saúde (a)[2]	Executado com Saúde no Ano (b)	RP Considerado no Limite[b]	Executado além do Limite (c) = (b - a)	Inscritos[e]	Pagos[b]	A Pagar	Cancelados (d)	Compensados (e)[c]	Saldo Excedente (c + e - d)[d]
Empenhos de 2017	109.088.149	114.700.610	8.020.901	5.612.462	13.636.384	3.246.355	10.385.118	4.911	0	5.607.551
Empenhos de 2016[a]	93.710.704	106.235.537	0	12.524.833	7.515.227	5.418.000	1.824.599	249.719	0	12.275.114
Empenhos de 2015[a]	98.308.994	100.054.862	5.348.516	1.745.868	7.124.490	6.124.207	634.428	351.358	0	1.394.510
Empenhos de 2014	91.614.082	91.898.531	6.530.733	284.449	6.816.861	5.409.100	699.985	649.307	338.755	-26.103
Empenhos de 2013	82.912.830	83.053.256	6.797.772	140.426	6.939.201	5.756.259	453.412	685.431	377.946	-167.059
Empenhos de 2012	79.512.720	80.073.777	7.740.832	561.057	8.297.156	6.625.272	541.409	1.068.975	615.298	107.379
Total	555.147.479	576.016.573	34.438.755	20.869.094	50.329.319	32.579.192	14.538.951	3.009.702	1.331.999	19.191.391

Notas:
[1]Foram registrados no âmbito do Ministério da Saúde os recursos para a inscrição dos restos a pagar, autorizados por parte da Secretaria do Tesouro Nacional.
[2] Correção aplicada de acordo com o art. 110 da EC 95/2016.
a. Nos exercícios de 2016 e 2015 houve mais pagamentos do que o necessário para cumprir os limites dos respectivos anos. Portanto, este controle para esses exercícios é meramente demonstrativo.
b. A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.
c. Os valores compensados em 2015, referentes aos empenhos de 2014, foram pagos a menor, no valor de R$ 10.154 mil, de modo que os RPNP Cancelados em 2014 não foram compensados em suas totalidades. Quanto ao ano de 2017, foram compensados R$ 137.750 mil, referentes ao saldo negativo dos empenhos de 2013 e 2014.
d. O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente".
e. Difere do valor inscrito em RPNP no RREO de cada exercício devido à variação cambial, pois considera os saldos de inscrição nos exercícios subsequêntes.

GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

RREO - Anexo 14 (LRF, art. 48) R$ milhares

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Mês
RECEITAS	
Previsão Inicial	3.506.421.083
Previsão Atualizada	3.506.421.083
Receitas Realizadas	480.822.613
Déficit Orçamentário	46.140.718
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	5.609

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Mês
DESPESAS	
Dotação Inicial	3.504.921.083
Dotação Atualizada	3.504.926.692
Despesas Empenhadas	1.885.524.077
Despesas Executadas	526.963.331
Despesas Pagas	502.736.987
Superávit Orçamentário	-

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO[1]	Até o Mês
Despesas Empenhadas	1.336.341.695
Despesas Liquidadas	387.056.643

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Nos Últimos 12 Meses
Receita Corrente Líquida	736.510.477

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA (Líquido de DRU)	Até o Mês
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias (I)	61.752.780
Despesas Previdenciárias (II)	89.660.254
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	-27.907.473
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos[2]	
Receitas Previdenciárias (IV)	5.043.689
Despesas Previdenciárias (V)	12.335.294
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	-7.291.605
Receitas e Despesas relacionadas às Aposentadorias e Pensões Militares	
Receitas de Pensionistas (VII)	344.007
Despesas com Pensionistas, Reformados e Reservistas (VIII)	7.036.203
Resultado dos Militares (IX) = (VII - VIII)	-6.692.197

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Resultado Apurado Até o Mês
Resultado Nominal	(3.346.389)
Resultado Primário	18.799.948

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Mês	Pagamento Até o Mês	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	26.772.250	82.608	21.441.968	5.247.674
Poder Executivo	26.677.856	81.927	21.415.121	5.180.808
Poder Legislativo	14.663	403	583	13.677
Poder Judiciário	76.008	212	24.164	51.632
Ministério Público	3.686	66	2.100	1.520
Defensoria Pública	37	0	0	37
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	128.176.684	2.201.104	26.091.329	99.884.251
Poder Executivo	126.016.940	2.170.097	25.624.738	98.222.105
Poder Legislativo	202.221	4.211	78.414	119.596
Poder Judiciário	1.658.869	13.028	324.910	1.320.931
Ministério Público	240.137	670	43.718	195.749
Defensoria Pública	58.517	13.098	19.549	25.870
TOTAL	154.948.933	2.283.712	47.533.297	105.131.924

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado	Limites Constitucionais Anuais	
		Mínimo a Ser Aplicado no Exercício	% Aplicado Até o Mês
Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.114.795	9.777.363	93,22
Complementação da União ao FUNDEB	1.163.951	4.216.293	27,61

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Mínimo a ser aplicado em Saúde Até o Mês	Valor Apurado Até o Mês	Percentual aplicado até o mês
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	23.889.845	12.714.097	53,22%

FONTE: STN/CCONT/GEINF

[1] Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União.

[2] Excluídas as receitas desvinculadas (DRU).

II - OUTROS DEMONSTRATIVOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL

TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS DA SEGURIDADE SOCIAL
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 38, §4º — R$ milhares

RECEITAS[1]	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (b-d)
			No Mês (c)	% (c/b)	Até o Mês (d)	% (d/b)	
RECEITAS CORRENTES	723.496.015	723.496.015	53.133.964	7,34	123.904.564	17,13	599.591.451
Receita Tributária	424.725	424.725	21.984	5,18	62.512	14,72	362.213
Receita de Contribuições	683.145.091	683.145.091	51.057.855	7,47	112.696.256	16,50	570.448.835
Receita Patrimonial	7.844.368	7.844.368	500.978	6,39	1.292.556	16,48	6.551.812
Receita Agropecuária	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Receita Industrial	452	452	-0	-0,01	3	0,62	450
Receita de Serviços	13.560.440	13.560.440	267.924	1,98	6.646.716	49,02	6.913.724
Transferências Correntes	98.455	98.455	1.036	1,05	2.599	2,64	95.855
Receitas Correntes a Classificar	0	0	0	0,00	0	0,00	0
Outras Receitas Correntes	18.422.484	18.422.484	1.284.188	6,97	3.203.922	17,39	15.218.562
RECEITAS DE CAPITAL	61.960	61.960	1	0,00	22	0,10	61.938
Operações de Crédito	21.682	21.682	0	0,00	0	0,00	21.682
Alienação de Bens	22.358	22.358	1	0,00	22	0,10	22.336
Transferências de Capital	17.921	17.921	0	0,00	0	0,00	17.921
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0,00	0	0,00	0
SUBTOTAL (I)	723.557.976	723.557.976	53.133.965	7,34	123.904.586	17,12	599.653.389
DÉFICIT (II)	-	-	-	-	23.274.925	-	-
TOTAL (I + II)	723.557.976	723.557.976	53.133.965	-	147.179.511	-	576.378.464

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO A EXECUTAR (f-j-k)
					DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em RP não-processados (k)	% (j+k/f)	
			No Mês (g)	Até o Mês (h)	No Mês (i)	Até o Mês (j)			
DESPESAS CORRENTES	997.647.636	997.147.636	138.314.281	702.786.719	74.127.126	147.171.938	-	14,76	849.975.699
Pessoal e Encargos Sociais	129.044.341	129.044.341	3.018.862	80.382.151	10.066.810	20.296.110	-	15,73	108.748.231
Juros e Encargos da Dívida	1.079	1.079	0	0	0	0	-	0,00	1.079
Outras Despesas Correntes	868.602.216	868.102.216	135.295.419	622.404.568	64.060.316	126.875.827	-	14,62	741.226.389
DESPESAS DE CAPITAL	7.233.752	7.233.752	86.145	159.913	5.047	7.574	-	0,10	7.226.178
Investimentos	7.217.782	7.217.782	84.885	157.333	4.857	7.383	-	0,10	7.210.399
Inversões Financeiras	15.137	15.137	1.260	2.580	190	190	-	1,26	14.946
Amortização da Dívida	833	833	0	0	0	0	-	0,00	833
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	195.740	195.740	0	0	0	0	-	0,00	195.740
SUBTOTAL (III)	1.005.077.128	1.004.577.128	138.400.426	702.946.632	74.132.173	147.179.511	-	14,65	857.397.617
SUPERÁVIT (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III + IV)	1.005.077.128	1.004.577.128	138.400.426	702.946.632	74.132.173	147.179.511	-	-	857.397.617

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

a) Excetuados os valores do refinanciamento da Dívida Pública da União. Eventual ocorrência de despesa realizada maior que a dotação da respectiva subfunção decorre de variação cambial.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TABELA 1-A - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL DESVINCULADAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 38, §4º

R$ milhares

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS No Mês (b)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (c)	SALDO A REALIZAR (a-c)
RECEITAS CORRENTES	119.024.383	8.252.113	20.540.967	98.483.416
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.481.670	9.419	26.786	1.454.883
11210111 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	1.475.028	9.280	25.516	1.449.512
11210113 - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Div. At.	6.439	139	1.269	5.170
71210111 - Taxas Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ.	202	0	0	202
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	117.542.714	8.242.694	20.514.181	97.028.532
12100111 - Cofins-Principal	71.716.002	5.574.317	12.127.615	59.588.386
12100113 - Cofins-Divida Ativa	214.191	19.783	90.472	123.719
12100211 - Contrib.Social Sobre Lucro Liq.-Csll-Princ.	21.042.157	1.585.826	5.943.074	15.099.083
12100213 - Contrib.Social Sobre Lucro Liq.-Csll-Dil.At.	190.522	7.728	37.274	153.248
12100421 - Contrib. Servidor Ativo Civil p/RPPS - Principal	-	2.007	4.037	-4.037
12100431 - Contrib. Serv. Inat. e Pens. Civil p/RPPS - Principal	-	1.241	2.490	-2.490
12100511 - Contr.p/Custeio Das Pensoes Militares-Princ.	994.981	89.859	159.601	835.380
12100611 - Contrib.p/Assist.Medico-Hospit.-Pmdf-Princ.	4.059	406	808	3.251
12100621 - Contrib. p/Assist.Médico-Hospitalar. - CBMDF-Princ.	1.978	370	746	1.233
12100711 - Contribuicao Sobre A Loteria Federal-Princip.	29.882	1.159	2.657	27.225
12100721 - Contribuicao Sobre Loterias Esportivas-Princ.	12.813	260	546	12.268
12100741 - Contribuicao Sobre Loterias de Numeros-Princ.	1.642.515	52.670	147.872	1.494.642
12100751 - Contribuição sobre Loteria Instantânea-Princ.	207	0	0	207
12100761 - Contrib.s/Concurs.Prognost.-Mod.Fut-Principal	14.693	235	629	14.063
12100811 - Contrib. s/Sort. Realiz. Por Ent. Filant .- Princ.	199	0	0	199
12100911 - Contribuicao para o Pis/Pasep-Principal	19.137.463	899.919	1.973.751	17.163.713
12100913 - Contribuicao para o Pis/Pasep-Divida Ativa	58.888	2.528	13.376	45.512
12101011 - Cota-Parte da Contribuicao Sindical-Principal	203.782	68	570	203.212
12101111 - Contrib. Rel. Desped. Empreg. S/ Justa Causa - Principal	1.615.113	0	0	1.615.113
12101121 - Contrib. S/ Remun. Devida ao Trabalhador - Principal	22.806	0	0	22.806
12101311 - Contribuicao para o Ensino Aeroviario-Princ.	65.293	0	0	65.293
12101411 - Contr.p/Desenv.Ensino Prof.Maritimo-Principal	49.237	0	0	49.237
12101611 - Contribuicao Industrial Rural-Principal	108.624	0	0	108.624
12101613 - Contribuicao Industrial Rural-Divida Ativa	175	0	0	175
12101711 - Adicional à Contr.Prev. Rural - Princ.	417.107	0	0	417.107
12101811 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Princ.	-	-0	-0	0
12101813 - Contr.Mov.Transm.Val.Cred.Dir.Nat.Fin.-Div.At	-	305	581	-581
72100411 - Contrib.Patr. De Serv. Ativo Civ. p/ RPPS - Principal	-	4.014	8.083	-8.083
72100911 - Contribuicao para o Pis/Pasep-Principal	27	1	2	25
TOTAL	119.024.383	8.252.113	20.540.967	98.483.416

TABELA 2 - DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIÃO POR ELEMENTO DE DESPESA E POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 103

R$ milhares

DOTAÇÃO DO EXERCÍCIO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	211.034.626	67.152.275	19.246.585	10.594.065	2.514.253	12.194.484	111.701.663	322.736.288
A detalhar	43.255.420	20.168.587	3.045.178	3.244.734	140.255	9.303.944	35.902.699	79.158.118
Pessoal Civil	98.485.880	46.983.278	16.199.526	7.253.419	2.373.998	2.591.256	75.401.476	173.887.356
Vencimentos e Vantagens Fixas	48.929.803	26.680.444	8.643.124	5.229.092	1.611.302	774.750	42.938.712	91.868.515
Outras Despesas Variáveis	500.414	181.312	90.466	133.798	216.093	238	621.907	1.122.320
Aposentadoria	24.095.113	9.904.174	3.762.787	0	0	729.738	14.396.699	38.491.811
Pensões	11.455.451	2.918.756	1.155.077	0	0	125.940	4.199.772	15.655.223
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	79.309	78.155	18.930	154.916	52.219	0	304.220	383.529
Obrigações Patronais	9.558.883	5.923.142	1.805.894	1.509.050	317.507	32.860	9.588.453	19.147.336
Outras Aplicações[1]	3.866.907	1.297.294	723.249	226.563	176.877	927.731	3.351.714	7.218.621
Pessoal Militar	69.293.326	410	1.881	95.912	0	299.285	397.488	69.690.813
Vencimentos e Vantagens Fixas	24.569.287	16	11	0	0	299.285	299.311	24.868.598
Outras Despesas Variáveis	286.808	0	0	0	0	0	0	286.808
Reformas	22.820.487	0	0	0	0	0	0	22.820.487
Pensões	20.690.494	0	0	0	0	0	0	20.690.494
Obrigações Patronais	342.617	393	1.858	82.688	0	0	84.939	427.556
Outras Aplicações[1]	583.633	1	12	13.225	0	0	13.238	596.870
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.812	0	0	0	0	0	0	40.812
Transferências a Estados e ao DF	40.812	0	0	0	0	0	0	40.812
TOTAL (A)	211.075.438	67.152.275	19.246.585	10.594.065	2.514.253	12.194.484	111.701.663	322.777.100

EXECUÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						TOTAL GERAL
		Autarquias	Fundações	Empresas Públicas	Economia Mista	Fundos Especiais	Total Indireta	
APLICAÇÃO DIRETA	31.658.599	10.410.780	2.943.322	1.489.550	399.514	2.532.805	17.775.971	49.434.570
Pessoal Civil	20.792.198	10.410.745	2.943.062	1.471.541	399.514	2.234.106	17.458.968	38.251.165
Vencimentos e Vantagens Fixas	7.117.509	3.386.267	914.707	932.771	250.515	543.123	6.027.383	13.144.892
Vencimentos e Vantagens Fixas - Cargos em Comissão[2]	3.325.632	2.334.072	606.911	127.652	17.448	19.408	3.105.490	6.431.122
Outras Despesas Variáveis	74.476	38.055	15.098	33.001	39.562	186	125.902	200.378
Aposentadoria	5.546.185	2.711.134	755.149	0	0	623.613	4.089.896	9.636.081
Pensões	2.689.927	676.360	211.756	0	0	95.958	984.073	3.674.000
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	19.116	15.381	3.540	34.124	7.309	0	60.354	79.470
Obrigações Patronais	1.661.477	1.085.003	304.678	294.181	54.592	26.970	1.765.424	3.426.902
Outras Aplicações[1]	357.875	164.474	131.223	49.812	30.088	924.849	1.300.445	1.658.321

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pessoal Militar	10.866.401	35	260	18.009	0	298.699	317.003	11.183.405
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.814.579	0	2	0	0	298.699	298.701	4.113.280
Outras Despesas Variáveis	84.141	0	0	0	0	0	0	84.141
Reformas	3.641.093	0	0	0	0	0	0	3.641.093
Pensões	3.214.132	0	0	0	0	0	0	3.214.132
Obrigações Patronais	50.447	35	255	15.812	0	0	16.102	66.550
Outras Aplicações[1]	62.009	0	3	2.197	0	0	2.200	64.209
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências a Estados e ao DF	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (B)	31.658.599	10.410.780	2.943.322	1.489.550	399.514	2.532.805	17.775.971	49.434.570
A EXECUTAR (% A/B)	85,0	84,5	84,7	85,9	84,1	79,2	84,1	84,7

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

[1] Outras Aplicações compõem-se de: Outros Benefícios Assistenciais; Salário Família; Sentenças Judiciais; Despesas de Exercícios Anteriores; Indenizações Trabalhistas; Depósitos Compulsórios; Contrato por Tempo Determinado; Outras Desp.Pessoal Dec.Contratos Terceirização; e Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado.

[2] Os valores referentes aos Cargos em Comissão são identificados pelos subitens da despesa Gratificação por Exercício de Cargos e Gratificação por Exercício de Funções, do elemento Vencimentos e Vantagens Fixas.

TABELA 3 - DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

R$ milhares

ÓRGÃO SUPERIOR*	Despesas Discricionárias e Decorrentes de Emendas Individuais					
	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não-Processados	Valores Pagos
JUSTICA FEDERAL	0	0	0	0	0	0
JUSTICA ELEITORAL	4.770	4.770	1.100	0	0	0
JUSTICA DO TRABALHO	400	400	0	0	0	0
CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	0	0	0	0	0	0
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	100.331	100.331	0	0	0	0
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	377.132	377.132	0	0	0	0
MINIST.DA CIENCIA,TECNOL.,INOV.E COMUNICACOES	27.396	27.396	0	0	0	0
MINISTERIO DA EDUCACAO	360.586	360.586	0	0	0	0
MINIST. DA INDUSTRIA, COM.EXTERIOR E SERVICOS	6.450	6.450	0	0	0	0
DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO	0	0	0	0	0	0
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	167.315	167.315	0	0	0	0
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	700	700	0	0	0	0
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	0	0	0	0	0	0
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	0	0	0	0	0	0
MINISTERIO DA TRANSPARENCIA E CGU	0	0	0	0	0	0
MINISTERIO DA SAUDE	4.854.380	4.854.380	0	0	0	0
MINISTERIO DO TRABALHO	8.380	8.380	0	0	0	0
MINIST.DOS TRANSP.,PORTOS E AVIACAO CIVIL	5.240	5.240	0	0	0	0
MINISTERIO DA CULTURA	95.389	95.389	0	0	0	0
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	8.583	8.583	0	0	0	0
MINISTERIO DO ESPORTE	363.784	363.784	0	0	0	0
MINISTERIO DA DEFESA	229.085	229.085	0	0	0	0
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	556.349	556.349	0	0	0	0
MINISTERIO DO TURISMO	288.228	288.228	0	0	0	0
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	109.708	109.708	0	0	0	0
MINISTERIO DAS CIDADES	1.125.705	1.125.705	0	0	0	0
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS	82.531	82.531	0	0	0	0
TOTAL	8.773.929	8.773.929	1.100	0	0	0
Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior (2017)	727.254.324					
% em relação à RCL do ano anterior	1,21%	1,21%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação preliminar da Saúde no total	55,33%	55,33%	0,00%	-	-	-

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

* Tabela incluída no mês de fevereiro de 2014 em atendimento ao inciso I, § 6º, do artigo 52º da Lei nº 12.919, de 24/12/2013, referente às Diretrizes Orçamentárias, que determina o acompanhamento da execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais em lei orçamentária, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para execução equitativa da programação definidos na lei complementar.

UNIÃO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 140 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2017	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	119.046.273.676	80.809.617.719	54.073.936.075	2.629.466.665	143.152.488.655	3.622.403.147	45.336.951.108	15.977.520.634	78.215.613.766

TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.071.158.733.004	400.012.995.606	496.196.348.100	-12.607.176.441	987.582.556.951	3.375.347.923	52.797.222.113	530.295.387.132	401.114.599.782
1. Recursos vinculados à Educação	23.959.077.018	2.067.083.260	1.532.299.014	-53.824.491	24.547.685.755	545.964.647	12.496.523.930	705.579.346	10.799.617.832
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	4.005.194.822	48.769.700.695	35.176.354.297	-896.790.923	18.495.332.144	849.188.053	9.297.703.170	2.307.933.800	6.040.507.120
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-5.003.632.805	5.077.459.141	5.902.278.545	-437.184.172	-5.391.268.037	5.797.524	51.234.662	693.357.204	-6.141.657.427
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	15.523.354.199	61.255.182.024	85.690.203.454	232.741.061	-9.144.408.292	199.893	124.599.929	19.777.566.001	-29.046.774.116
5. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	635.396.992.655	200.584.082.151	305.221.766.817	-11.042.421.450	541.801.729.439	434.303.484	15.814.336.567	450.481.209.124	75.071.880.264
6. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	625.694.913	21.298.105	2.931.744	-10.505.018	654.566.293	1.569.350	75.995.797	262.174.781	314.826.366
7. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	12.815.197.190	51.329.362.333	42.606.322.354	5.519.703.000	16.018.534.169	0	1.296.107.797	20.201.294	14.702.225.078
8. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	323.448.255.443	30.908.632.568	20.064.191.876	-9.057.060.397	343.349.756.532	1.538.324.971	13.639.090.261	28.777.411.277	299.394.930.023
9. Outros Recursos Vinculados	60.236.299.393	195.328	0	1.884.125.730	58.352.368.990	0	1.630.000	27.190.240.164	31.160.498.827
10. Recursos a Classificar	152.300.177	0	0	1.254.040.220	-1.101.740.043	0	0	79.714.143	-1.181.454.186
TOTAL (III) = (I + II)	1.190.205.006.680	480.822.613.324	550.270.284.175	-9.977.709.776	1.130.735.045.605	6.997.751.070	98.134.173.220	546.272.907.767	479.330.213.548

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE E FLUXO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2018

LDO - Lei nº 13.473, de 08/08/2017, art. 140 R$

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2017	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar)	DEMAIS FLUXOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a) + (b) - (c) - (d)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e - (f + g + h))
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	113.852.102.919	80.809.617.719	44.943.453.131	11.711.964.476	138.006.303.031	3.542.113.454	44.106.851.918	13.484.684.415	76.872.653.244
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.068.936.888.025	399.526.058.419	493.588.682.735	-10.047.688.525	984.921.952.234	3.363.527.785	52.416.326.231	530.148.840.288	398.993.257.930
1. Recursos vinculados à Educação	23.959.077.018	1.886.198.926	1.532.299.014	-234.708.826	24.547.685.755	545.964.647	12.496.523.930	705.579.346	10.799.617.832
2. Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)	3.952.058.266	48.769.673.143	34.490.764.018	-210.815.039	18.441.782.431	849.188.053	9.297.483.441	2.209.392.901	6.085.718.035
3. Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)	-5.053.532.383	5.077.459.141	4.086.774.514	1.685.656.082	-5.748.503.838	2.567.309	48.021.686	691.512.935	-6.490.605.768
4. Recursos vinculados à Previdência Social (RGPS)	15.523.354.199	61.255.181.524	85.690.203.454	232.740.561	-9.144.408.292	199.893	124.599.929	19.777.566.001	-29.046.774.116
5. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	635.259.980.100	200.584.082.151	305.217.836.113	-11.095.891.051	541.722.117.188	434.218.636	15.744.452.199	450.481.209.124	75.062.237.230
6. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	622.829.056	21.298.105	2.931.744	-10.505.018	651.700.436	1.569.350	75.919.149	262.174.781	312.037.156
7. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	12.815.197.190	51.329.362.333	42.606.322.354	5.519.703.000	16.018.534.169	0	1.296.107.797	20.201.294	14.702.225.078
8. Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	321.510.528.504	30.602.607.768	19.961.551.524	-9.072.423.524	341.224.008.272	1.529.819.896	13.331.588.100	28.772.842.434	297.589.757.841
9. Outros Recursos Vinculados	60.195.104.155	195.328	0	1.884.523.327	58.310.776.156	0	1.630.000	27.148.647.329	31.160.498.827
10. Recursos a Classificar	152.291.921	0	0	1.254.031.964	-1.101.740.043	0	0	79.714.143	-1.181.454.186
TOTAL (III) = (I + II)	1.182.788.990.944	480.335.676.138	538.532.135.866	1.664.275.951	1.122.928.255.265	6.905.641.239	96.523.178.150	543.633.524.702	475.865.911.174

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

TABELA 5 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 - LDO, art. 44, §6º, §7º e §8º. R$ milhares

FONTE DE RECURSOS		SUPERÁVIT FINANCEIRO
00	RECURSOS ORDINARIOS *	24.055.314
01	IMPOSTO S/RENDA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.362.122
02	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	272.072
06	CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	9.937
07	OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	309.413
08	FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE	818.220
11	CONTRIB.DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	6.046.443

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12	RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	2.413.936
13	CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	2.930.777
15	CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	(116.512)
16	REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	(955)
17	REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	6.688
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	806.219
19	IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	7.090
20	CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	86.750
22	RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18.324
23	CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	461.627
27	CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	(378.686)
29	RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES*	34.478.820
30	CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	1.858.895
31	SELOS DE CONTROLE,LOJAS FRANCAS-FUNDAF	(469.713)
32	RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	18.911.589
33	RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	150.260
34	COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	826.446
35	COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	1.748.642
36	REC.VINC.APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	236.180
39	ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	766.670
40	CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	5.803.272
41	COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	1.633.130
42	COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	27.032.329
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PÚBL.MOBIL.FEDERAL	519.429.478
44	TÍTULOS DE RESPONSABILID.DO TESOURO NACIONAL	67.043.246
45	REC.PROD.DE PETRÓLEO/GÁS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	1.333.384
46	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	276.742
48	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS-EM MOEDA	311.737
49	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-BENS/SERVICOS	(196.352)
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	46.527.045
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	(5.742.204)
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	(12.715.568)
54	RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVID.SOCIAL	(1.347.739)
55	CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	27.873
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	(1.746.299)
57	RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	783.830
58	MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	693.420
59	REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	11.950.383
60	RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	7.428.785
62	REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	62.848
63	REC.PROP.DECOR.ALIEN.BENS E DIR.DO PATR.PÚBLICO	230.530
64	TITULOS DA DIVIDA AGRARIA**	2.222.202
66	RECURSOS FINANCEIROS DE APLICACAO VINCULADA	69.805
67	NOTAS DO TES.NAC. - SERIE "P"- MOEDA CORRENTE	132.581
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	(3.613.926)
71	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	154.035
72	OUTRAS CONTRIBUICOES ECONOMICAS	12.481.953
73	REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.EST.MUN.	4.069.814
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	12.671.737
75	TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	331.818
76	OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	4.346.341
78	FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES *	10.623.381
79	FUNDO DE COMBATE A ERRADICACAO DA POBREZA	8.028
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	135.487.812
81	RECURSOS DE CONVENIOS	242.604
83	PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS	106.118
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	7.492.301
87	ALIENACAO DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	7
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	(7.867.439)
93	PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	1.693.630
94	DOACOES PARA COMBATE A FOME	141
95	DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	123.370
96	DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	(31.189)
97	DIVIDENDOS UNIAO	798.245
99	RECURSOS DO FUNDO DE ESTABILIZACAO FISCAL	92.880
	Superávit Financeiro para fins de que trata o art. 43, § 1º inciso I da Lei 4.320/64	949.072.688
77	FONTE A CLASSIFICAR	(1.332.329)
90	RECURSOS DIVERSOS	29.862.603
	Superávit Financeiro para efeito de comparação com o Balanço Patrimonial	977.602.962

Observações:
FONTE: SIAFI - STN/COFIN
As fontes 77 e 90 não são fontes para alocação orçamentária.
* A parcela do superávit financeiro pertencente ao Tesouro Nacional nas fontes 00, 29 e 78 deverá, preferencialmente, ser remanejada para fins de cumprimento do Art. 167, Inciso III, da Constituição Federal e artigo 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme recomendação contida no parágrafo 85 do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 1º bimestre de 2018.
** O superávit apurado na fonte 64 somente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais, nos termos do §6º, do art. 44 da LDO 2018, após certificação da existência dos correspondentes ativos financeiros pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

TABELA 5-A - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECEITAS VINCULADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 - LDO, art. 44, §6º, §7º e §8º. R$ milhares

FONTE DE RECURSOS / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SUPERÁVIT FINANCEIRO
07 OUTRAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	309.413
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO	309.413
08 FUNDO SOCIAL-PARC.DEST.EDUCAÇÃO PÚBL.E SAÚDE	818.220
Fundo Social - Ministério da Educação	818.220
11 CONTRIBUICÃO DERIV.PETROLEO,COMB.COM.-CIDE	6.046.443
Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda - Estados/Municípios	424.682
Receita do Tesouro da União	5.621.761
16 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	(955)
Agência Nacional de Águas - ANA	(955)
18 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	806.219

Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - MJ	356
Fundo de Financ.ao Estudante do Ensino Sup./FIES - Min. da Educação	(401.020)
Fundo Nacional da Cultura - FNC	927.354
Fundo Nacional de Saúde - FNS	22.719
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	1.065
Fundo Nacional para a Criança e Adolescente - FNCA	421
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	168.887
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	(304.519)
Ministério do Esporte	420.035
Recursos Sob Supervisão do Ministério do Esporte - Estados	(29.574)
Transferência a Clubes Sociais	495
20 CONTR.S/ARREC.FUN.INV.REG.E S/PREM.CONC.PROG.	86.750
Fundo Nacional da Cultura - FNC	86.750
22 RENDA LIQUIDA DE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	18.324
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	18.324
23 CONTRIBUIÇÃO P/ CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES	461.627
Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	55.000
Ministério da Defesa	388.235
Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento	18.392
29 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	34.478.820
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	420.536
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	115.262
Agência Nacional do Petróleo - ANP	585.867
Agência Nacional de Mineração - ANM	1.230
Fundo Nacional da Cultura - FNC	113.385
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	9.855.847
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.435
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO	2.063
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	9.028
Receita do Tesouro da União	23.300.616
Recursos sob Supervisão do Min. Meio Ambiente - Estados/Municípios	7.329
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	16.016
Valec-Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	47.206
30 CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT.NACIONAL	1.858.895
Fundo Nacional da Cultura - FNC	1.858.895
31 SELOS DE CONTROLE, LOJAS FRANCAS - FUNDAF	(469.713)
Receita Federal do Brasil - FUNDAF	(469.713)
32 RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	18.911.589
Receita Federal do Brasil - FUNDAF	15.828.695
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN	3.082.894
34 COMPENSACOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS	826.446
Agência Nacional de Águas - ANA	194.337
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	284.567
Ministério de Minas e Energia	235.656
Ministério do Meio Ambiente	619.095
Recursos sob Supervisão do MME-Transferências para Estados/Municípios	(507.209)
35 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	1.748.642
Fundo da Marinha Mercante - FMM	1.003.399
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	324.543
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	325.987
Fundo Naval	94.713
36 REC.VINC.APLIC.EM OUTRAS POLITICAS PUBLICAS	236.180
Fundo Nacional de Saúde - FNS	236.180
39 ALIENACAO BENS APREENDIDOS	766.670
Fundo Especial de Desenvolv. e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - SRFB	472.691
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	41.130
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	252.849
40 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	5.803.272
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (parcela Abono Salarial/Seguro Desemprego)	5.703.941
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (parcela destinada ao BNDES)	99.331
41 COMPENSACOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS	1.633.130
Agência Nacional de Mineração - ANM	1.408.591
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	77.664
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA	30.437
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia-Estados/Municípios	116.438
42 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR.OU GAS.NATURAL	27.032.329
Agência Nacional do Petróleo - ANP	3.457.520
Comando da Marinha	5.359.982
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia-Estados/Municípios	1.121.449
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.964.707
Fundo Nacional de Saúde - FNS	60.194
Fundo Social	9.725.272
Ministério da Educação	182.464
Ministério de Minas e Energia	1.508.663
Ministério do Meio Ambiente	1.584.082
Receita do Tesouro da União*	67.996
45 REC.PROD.DE PETRÓLEO/GÁS NAT.CAMADA PRÉ-SAL	1.333.384
Comando da Marinha	92.472
Fundo Social	1.227.188
Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia - Estados/Municípios	13.724
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS - FUNDAF	783.830
Defensoria Pública da União	19.154
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/FUNDAF	764.676
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	693.420
Receita Federal do Brasil - FUNDAF	693.420
63 REC.PROP.DECOR.ALIENAÇÃO BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	230.530
Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	284
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ	4
Colégio Pedro II	282

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	(9.354)
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	2.086
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	2.984
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	264
Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS	2.642
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	612
Fundação Joaquim Nabuco	3
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	913
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	14
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ	271
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	90
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	188
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	124
Fundo Aeronáutico	(2.597)
Fundo do Exército	22.959
Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS	136.095
Fundo Naval	(3)
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	601
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	7
Hospital Universitário Walter Cantídio	4
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	5.464
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	1.255
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	143
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	14
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	(18)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	86
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	1
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	(14.560)
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO	651
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	21
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	59
Maternidade Escola Assis Chateaubriand	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	1.347
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	65.141
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT	337
Departamento da Polícia Federal - DPF	8.352
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD	25
Senado Federal	491
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	310
Supremo Tribunal Federal	172
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	800
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	133
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	221
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	35
Universidade Federal da Paraíba	207
Universidade Federal de Itajubá	14
Universidade Federal de Santa Catarina	18
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	373
Universidade Federal de Uberlândia	203
Universidade Federal do Ceará	255
Universidade Federal do Paraná	328
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	90
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	83
66 RECURSOS FINANCEIROS DE APLICACAO VINCULADA	69.805
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	18.358
Fundo Nacional da Cultura - FNC	30.463
Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	10.929
Superintendencia de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	10.055
72 OUTRAS CONTRIBUIÇOES ECONOMICAS	12.481.953
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	24.402
Empresa Brasil de Comunicação - EBC	638.963
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	3.177.796
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	7.664.366
Fundo Naval	116
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	106.777
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	3.490
Ministério de Minas e Energia	865.993
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	50
74 TAXAS E MULTAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA E MULTAS PROV.DE PROCESSOS JUDICIAIS	12.671.737
Agência Nacional de Águas - ANA	824
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	96.704
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	711.402
Agência Nacional de Mineração - ANM	78.440
Agência Nacional de Petróleo - ANP	438.489
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	831.457
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	66.433
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	7.352
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	239.956
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	331.474
Agência Nacional do Cinema - ANCINE	4.365
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	564.297
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	6.631
Departamento de Polícia Federal - DPF	872.964
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	577.352
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	1.238.857

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS	4
Fundo Aeronáutico	15.394
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	213.799
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	2.168.525
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	76.509
Fundo do Exército	33.126
Fundo do Serviço Militar - FSM	11.590
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	47.267
Fundo Nacional da Cultura - FNC	8.803
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Transito - FUNSET	2.244.254
Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA	139.775
Fundo Naval	23.334
Fundo Partidário	69.212
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	10.938
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	146.631
Instituto Brasileiro do Turismo - EMBRATUR	57
Instituto Chico Mendes - ICMBIO	8.711
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	508
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	59.787
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira - INEP	16.948
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO	57.850
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	8.193
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC	28
Ministério da Fazenda	265.255
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	41.343
Ministério das Relações Exteriores	21.495
Ministério do Trabalho	193.773
Receita do Tesouro da União	114.428
Secretaria da Receita Federal do Brasil	(95.510)
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	534.868
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP	77.866
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	89.979
75 TAXAS POR SERVICOS PUBLICOS	331.818
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	21.616
Fundo da Marinha Mercante	18.021
Fundo do Serviço Militar	10.189
Fundo Naval	90
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	135.586
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP	24.001
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	8.314
Ministério da Justiça e Segurança Pública	28.389
Ministério do Trabalho	3.870
Receita do Tesouro da União	66.825
Secretaria da Receita Federal do Brasil	(21.569)
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	849
Superior Tribunal de Justiça	22.817
Supremo Tribunal Federal	12.820
76 OUTRAS CONTRIBUICOES SOCIAIS	4.346.341
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	828.679
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.403.007
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - FDEPM	221.930
Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	(10.682)
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	23
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1.252.428
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	649.743
Ministério do Esporte	1.213
78 FUNDO DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES	10.623.381
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	6.275.684
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	274.139
Fundo Nacional da Cultura - FNC	97.454
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	76.910
Receita do Tesouro da União	3.899.194
86 OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	7.492.301
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	4.520
Fundo Contingente da Extinta RFFSA - Recursos sob Supervisão do MF	925.585
Fundo Nacional da Cultura - FNC	21.053
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	2.528.418
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	48.729
Fundo Nacional de Saúde - FNS	69.927
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Transito - FUNSET	1.975.974
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	36.372
Ministério da Educação	(54.641)
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1.288.279
Ministério da Justiça e Segurança Pública	544.744
Receita do Tesouro da União	55.610
Recursos sob Supervisão do FIES - MEC	(67.019)
Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento - Municípios	95.958
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	(499)
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	19.451
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	(160)
96 DOACOES DE PESSOAS OU INSTIT. PRIV. NACIONAIS	(31.189)
Arquivo Nacional	30
Banco Central do Brasil - BCB	3.593
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA	234
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologico - CNPQ	(92.440)
Fundação Coord, de Aperf. de Pessoal Nivel Superior - CAPES	845
Fundação Osório	34
Fundação Universidade de Brasília - FUB	221
Fundação Universidade Federal de Rondônia	20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fundação Universidade Federal do Acre	(168)
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	(105)
Fundo Nacional do Idoso - FNI	36.092
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	37.172
Fundo Naval	(30)
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA	11
Hospital Universitário João de Barros Barreto - HUJBB	82
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA	(7.527)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	21
Ministério dos Direitos Humanos - MDH	(256)
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	(9.637)
Universidade Federal da Paraíba	7
Universidade Federal de Itajubá	1
Universidade Federal do Oeste do Pará	1.000
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	(429)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	40
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	46.527.045
Advocacia-Geral da União - AGU	(56)
Agência Espacial Brasileira - AEB	221
Agência Nacional de Aviação Civil - Fundo Aeroviário	133.954
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	135.651
Agência Nacional de Mineração - ANM	10.501
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	4.357
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	20.752
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	2.486
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	243.897
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	33.190
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	990.586
Amazônia Azul Tecnologias S.A. - AMAZUL	25
Arquivo Nacional - RJ	543
Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO	10
Banco Central do Brasil	1.794.441
Biblioteca Nacional	(358)
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica	3.391
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	4.354
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	1.130
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A	(184)
Colégio Pedro II	1.025
Comando do Exército	2
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	2.485
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	29.815
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	294.834
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	28.537
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	6.408
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	33.827
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA	373
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRJ	33
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFRN	264
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	29.436
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(144)
Conselho Nacional de Justiça	959
Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP	3.001
Defensoria Pública da União	13.363
Departamento de Polícia Federal - DPF	5.578
Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF	54.962
Departamento Nacional de Infra Estrut.de Transportes - DNIT	300.889
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	2.466
Empresa Brasil de Comunicação - EBC	76.208
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	48.048
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	3.592
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	23.475
Empresa de Planejamento e Logística - EPL	2.432
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	154.674
Escola Nacional de Adm. Pública - ENAP	6.865
Escola Superior do Ministério Público da União	9
Fundação Alexandre de Gusmão	351
Fundação Casa Rui Barbosa	177
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	197.748
Fundação Cultural Palmares	(22)
Fundação Inst.Bras.de Geografia e Estatistica - IBGE	29.122
Fundação Joaquim Nabuco	1.243
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO	4.132
Fundação Nacional de Artes - FUNARTE	2.003
Fundação Nacional de Saúde - Funasa	11.039
Fundação Nacional do Indio	183
Fundação Osório	562
Fundação Oswaldo Cruz	62.032
Fundação Universidade de Brasília - FUB	82.462
Fundação Universidade do Amazonas	16.987
Fundação Universidade do Maranhão	4.803
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	(58)
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	5.347
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	7.748
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	6.415
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	1.447

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fundação Universidade Federal de Pelotas	759
Fundação Universidade Federal de Rondônia	1.494
Fundação Universidade Federal de S.J.Del-Rei	2.092
Fundação Universidade Federal de São Carlos	2.801
Fundação Universidade Federal de Sergipe	5.456
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	8.120
Fundação Universidade Federal de Viçosa	3.347
Fundação Universidade Federal do ABC	1.256
Fundação Universidade Federal do Acre	8.656
Fundação Universidade Federal do Amapá	1.303
Fundação Universidade Federal do Pampa	439
Fundação Universidade Federal do Piauí	6.957
Fundação Universidade Federal do Tocantins	3.604
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	665
Fundo Aeronáutico	5.347.373
Fundo de Adminstração do Hospital das Forças Armadas	5.275
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	1.293.524
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	17.608
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	7.641
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	6.089
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO	12.364
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do MPDG	970.920
Fundo de Garantia a Exportacao - FGE	5.313.979
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	57.431
Fundo de Imprensa Nacional	1.671.761
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	4.747
Fundo do Exército	1.080.268
Fundo do Ministério da Defesa	12.836
Fundo do Regime Geral de Previdência Social	232.911
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - ESAF	21.355
Fundo Especial do Senado Federal	125.799
Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD	62.965
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	112.906
Fundo Nacional de Cultura - FNC	245.803
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	1.039.439
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	25.446
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	(455)
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	(2.722)
Fundo Nacional de Saúde - FNS	59.119
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	2.612.430
Fundo Nacional do Meio Ambiente	2
Fundo Naval	1.382.637
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	4.956
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	95.980
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	411.714
Fundo Soberano do Brasil	13.255.000
Hospital Cristo Redentor S/A	1
Hospital das Clínicas da UFGO	165
Hospital das Clínicas da UFU	280
Hospital de Clínicas da UFPE	1.033
Hospital de Clínicas da UFPR	2.531
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	12.990
Hospital Femina S/A	271
Hospital Getúlio Vargas	208
Hospital Júlio Muller	728
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	3.477
Hospital Universitário Antônio Pedro	106
Hospital Universitário Betina Ferro Souza	1
Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais	21
Hospital Univeritário Polydoro Ernani de São Thiago	19
Hospital Universitário da FUFSE	486
Hospital Universitário da Fund. Univ. do Maranhão	197
Hospital Universitário da UFGD	371
Hospital Universitário da UFMG	1.643
Hospital Universitário da UFSM	152
Hospital Universitário da UFTM	720
Hospital Universitário da UNIFESP	11
Hospital Universitário de Brasília	51
Hospital Universitário João de Barros Barreto	36
Hospital Universitário Lauro Wanderley	2
Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian	42
Hospital Universitário Prof. Alberto Nunes	77
Hospital Universitário Walter Cantídio	21
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	145.743
Indústrias Nucleares do Brasil S/A	20.086
Instituto Benjamin Constant-RJ	594
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	14.947
Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM	2.225
Instituto Brasileiro de Turismo	1.002
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	67.057
Instituto de Pesquisa Economica Aplicada - IPEA	710
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do RJ	85
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN	334
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	2.527
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	2.056
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	3.116
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	1.342
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	3.704
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	632
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	2.075
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	2.191
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	6.544
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	1.062

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	879
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	638
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	54
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	2.241
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	1.454
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	1.897
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	728
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	6.562
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	4.925
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	827
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso	8
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	603
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	3.101
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	1.492
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	2.382
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	1.924
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	1.345
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	739
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	807
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	1.371
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	2.896
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	3.468
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	1.738
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	1.461
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	3.819
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	943
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense	1.526
Instituto Federal do Paraná - IFPR	2.397
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	274.338
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	23.379
Instituto Nacional de Educação de Surdos	669
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais - INEP	61.123
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO	595.003
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	1.271
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	819.408
Justiça da Infância e da Juventude	8
Justiça Federal de Primeiro Grau	4.000
Justiça Militar	1.645
Maternidade Assis Chateubrian	38
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	228.538
Ministério da Ciência, Tecnol., Inovações e Comunicações - MCTIC	5.110
Ministério da Defesa	25
Ministério da Educação	(49)
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	146.872
Ministério da Justiça e Segurança Pública	12.992
Ministério das Cidades	(175)
Ministério das Relações Exteriores	4.698
Ministério de Minas e Energia	517.539
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	(10.561)
Ministério do Esporte	(150)
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	17.017
Ministério do Trabalho	152
Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	396
Ministério Público do Trabalho	740
Ministério Público Federal	3.613
Ministério Público Militar	14
Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A	4.568
Presidência da República	99
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	(19)
Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da MB	44.002
Recursos sob Supervisão do MF - EFU	195.348
Receita Federal do Brasil	711.930
Recursos sob Supervisão do FDA	2.302
Recursos sob Supervisão do FDNE	81.533
Recursos sob Supervisão do FUNGETUR/MTUR	57
Recursos sob Supervisão do MF - OOC/MF	1.218.156
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	90.074
Senado Federal	(485)
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	15
Superintendência da Zona Franca de Manaus	8.745
Superintendência de Seguros Privados	89.488
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM	40.258
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	3.071
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	33.738
Superintendência Nacional de Previdência Complementar	10
Superior Tribunal de Justiça	6.144
Supremo Tribunal Federal	3.224
Tribunal de Contas da União	3.215
Tribunal de Justiça do DF	6.629
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	303
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	5.450
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	735
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	353
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	533
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	2.199
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	67
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	396
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	453
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	3.138

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	2.411
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	491
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	333
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	2.493
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	93
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	875
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	481
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	834
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	697
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	2.094
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	15
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	150
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	663
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	1.166
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	15
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	3
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	3.265
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	171
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	70
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	30
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	3.774
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	161
Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	290
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	2
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	40
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	335
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	865
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	245
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	616
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	2.049
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	57
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	1.035
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	10.623
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	2.446
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	1.776
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	1.370
Tribunal Superior do Trabalho	15.036
Tribunal Superior Eleitoral	14.633
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	1.182
Universidade Federal da Bahia	10.866
Universidade Federal da Fronteira do Sul	958
Universidade Federal da Integração Latino Americana	99
Universidade Federal da Paraíba	5.446
Universidade Federal de Alagoas	15.579
Universidade Federal de Alfenas	716
Universidade Federal de Campina Grande	4.253
Universidade Federal de Goiás	14.066
Universidade Federal de Itajuba - MG	843
Universidade Federal de Juiz de Fora	1.176
Universidade Federal de Lavras	2.228
Universidade Federal de Minas Gerais	3.968
Universidade Federal de Pernambuco	11.527
Universidade Federal de Roraima	1.157
Universidade Federal de Santa Catarina	2.903
Universidade Federal de Santa Maria	3.438
Universidade Federal de São Paulo	(483)
Universidade Federal do Cariri	645
Universidade Federal do Ceará	5.608
Universidade Federal do Espírito Santo	16.597
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	3.381
Universidade Federal do Oeste da Bahia	323
Universidade Federal do Oeste do Pará	954
Universidade Federal do Pará	12.052
Universidade Federal do Paraná	75.805
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2.751
Universidade Federal do Rio de Janeiro	28.740
Universidade Federal do Rio Grande	10.890
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	41.437
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	42.777
Universidade Federal do Sul da Bahia	1.366
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	(24)
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	856
Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri	1.857
Universidade Federal Fluminense	2.451
Universidade Federal Rural da Amazônia	172
Universidade Federal Rural de Pernambuco	5.948
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	2.722
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - RN	2.152
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	12.253
Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	14.353
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	135.487.812
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	197.955
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.737
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	4.295
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	4.659.592

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	38.278
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	8
Banco Central do Brasil	159
Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha	1.253
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronaútica	78.261
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	1
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A	2
Comando da Aeronáutica	78
Comando do Exército	12.488
Comissão de Valores Mobiliários - CVM	2.564
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN	5.914
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	(18.040)
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	6.067
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	762
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	41.234
Empresa Brasil de Comunicação - EBC	96.592
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	2.191
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	4.757
Empresa de Planejamento e Logística - EPL	8.245
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	(75.186)
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	23.559
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica - IBGE	5.735
Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO	44.083
Fundação Nacional de Saúde - Funasa	2.268
Fundação Oswaldo Cruz	5.493
Fundação Universidade de Brasília - FUB	16.513
Fundação Universidade do Amazonas	3.663
Fundação Universidade do Maranhão	1.505
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	3.261
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	25
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	305
Fundação Universidade Federal de Pelotas	20
Fundação Universidade Federal de Rondônia	4
Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	437
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	3.524
Fundação Universidade Federal de Viçosa	1.876
Fundação Universidade Federal do Acre	42
Fundação Universidade Federal do Amapá	911
Fundação Universidade Federal do Pampa	373
Fundação Universidade Federal do Piauí	129
Fundo Aeronáutico	920.217
Fundo da Marinha Mercante	4.243.184
Fundo de Adminstração do Hospital das Forças Armadas	1.489
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	45.811.173
Fundo de Compensação de Variações Salariais	12.235.740
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - MJ	37.811
Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO	56.333
Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	520.786
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR	1.391.493
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	19.977.788
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	1.817.162
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	34.187
Fundo do Exército	251.427
Fundo do Ministério da Defesa	8.887
Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS	2.988.723
Fundo do Serviço Militar	12.023
Fundo Nacional da Cultura	20.348
Fundo Nacional de Assistência Social	21.085
Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	1.585.284
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	16.437.114
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnol. - FNDCT	129.961
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	263.775
Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	1.402.856
Fundo Nacional de Saúde - FNS	4.278
Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	234.795
Fundo Nacional do Idoso - FNI	11.692
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	19.128
Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima	3.356
Fundo Naval	390.844
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL	1.455.442
Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	210.869
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	198.459
Fundo Soberano do Brasil	9.396.521

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fundo Social - FS	2.824.427
Hospital das Clínicas da UFU	(78)
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	18
Hospital Júlio Muller	65
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	13.539
Hospital Universitário Betina Ferro Souza	31
Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais	477
Hospital Universitário da UFMG	91
Hospital Universitário da UFTM	1.369
Hospital Universitário João de Barros Barreto	49
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	24.702
Instituto Brasileiro de Museus	13
Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur	1.966
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	278
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	355
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	601
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	46
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	(28)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	43
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	517
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	472
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	49
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	361
Instituto Federal do Paraná - IFPR	2.213
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	285.090
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	17.008
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO	470.527
Instituto Nacional do Seguro Social- INSS	158.120
Justiça Federal de Primeiro Grau	141
Ministério da Cultura	558
Ministério da Integração Nacional	9.357
Ministério da Justiça e Segurança Pública	471
Ministério das Cidades	17.000
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	(4.573)
Ministério do Meio Ambiente	13
Ministério do Turismo	432
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	10
Receita Federal do Brasil	1.075
Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas p/ Pessoal da MB - MD	26.673
Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	29
Recursos sob Supervisão do Banco da Terra/MDA	27.056
Recursos sob Supervisão do FDA	815.948
Recursos sob Supervisão do FDNE	1.260.544
Recursos sob Supervisão do FIES	180.274
Recursos sob Supervisão do FUNCAFE/MAPA	1.571.065
Recursos sob Supervisão do FUNGETUR/MTUR	243.139
Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD	9
Superintendência da Zona Franca de Manaus	10.128
Superintendência de Seguros Privados	257.125
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM	6.474
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE	(114.972)
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	492
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	41.153
Universidade Federal da Bahia	13
Universidade Federal da Fronteira Sul	12
Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA	56
Universidade Federal de Goiás	28
Universidade Federal de Juiz de Fora	11.493
Universidade Federal de Minas Gerais	455
Universidade Federal de Pernambuco	(285)
Universidade Federal de Santa Catarina	472
Universidade Federal de Santa Maria	5.338
Universidade Federal do Ceará	277
Universidade Federal do Espírito Santo	1.193
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	(29)
Universidade Federal do Oeste da Bahia	48
Universidade Federal do Oeste do Pará	776
Universidade Federal do Pará	1.377
Universidade Federal do Paraná	1.747
Universidade Federal do Rio de Janeiro	21
Universidade Federal do Rio Grande - FURG	1.296
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	19.439
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	10.310
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	50
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	102
Universidade Federal Fluminense	2.243
Universidade Federal Rural da Amazônia	102
Universidade Federal Rural de Pernambuco	378
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	451
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1.340

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

81 RECURSOS DE CONVENIOS	242.604
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	4
Comando da Aeronáutica	(30)
Comando da Marinha	1.047
Comando do Exército	4.791
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	347
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	(17.295)
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	809
Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA	(97)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(324.312)
Conselho Superior da Justiça do Trabalho	273.163
Departamento de Polícia Federal - DPF	19
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	83
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	787
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	1.750
Fundação Inst.Bras.de Geografia e Estatistica - IBGE	764
Fundação Oswaldo Cruz	46
Fundação Universidade do Amazonas	442
Fundação Universidade do Maranhão	162
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	4
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	2
Fundação Universidade Federal de Pelotas	226
Fundação Universidade Federal de Rondônia	(33)
Fundação Universidade Federal de São João Del Rei	6
Fundação Universidade Federal de Sergipe	(58)
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	32
Fundação Universidade Federal do Acre	(1.069)
Fundação Universidade Federal do Pampa	2.954
Fundo Aeronáutico	6.823
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	38
Fundo Naval	7
Hospital das Clínicas da UFU	765
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	135
Hospital Universitário Betina Ferro Souza	1
Hospital Universitário Cassiano Antônio Morais	2.084
Hospital Universitário da UFGD	(14.770)
Hospital Universitário da UFTM	102
Hospital Universitário João de Barros Barreto	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	(11)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	358
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	(214)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	39
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	(1.310)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	9
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	581
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goaino	23
Instituto Federal do Paraná - IFPR	39
Justiça Federal de Primeiro Grau	5.114
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	317
Ministério da Defesa	(4.742)
Ministério do Trabalho	768
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	1.309
Receita Federal do Brasil	3.085
Tribunal de Justiça do DF	75.407
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região	10.357
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região	22.940
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região	12.631
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região	3.059
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região	1.426
Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região	48.955
Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região	2.363
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	1
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região	12.642
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	2.454
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	1.809
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região	6
Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região	1.032
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região	118
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região	14.492
Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região	467
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região	8.668
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	483
Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região	1.310
Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região	13.414
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região	6.420
Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região	4
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região	963
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região	1
Tribunal Regional Federal da 1ª Região	517
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	271
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	3
Tribunal Regional Federal da 4ª Região	59
Tribunal Regional Federal da 5ª Região	1.910
Universidade Federal da Fronteira Sul	104
Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA	465
Universidade Federal da Paraíba	1
Universidade Federal de Goiás	989

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Universidade Federal de Juiz de Fora	(1)
Universidade Federal de Pernambuco	1.020
Universidade Federal de Santa Maria	1.392
Universidade Federal do Espírito Santo	33
Universidade Federal do Oeste da Bahia	125
Universidade Federal do Pará	2.935
Universidade Federal do Paraná	40.016
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1.470
Universidade Federal do Rio Grande - FURG	2.966
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	784
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	177
Universidade Federal Rural da Amazônia	853

FONTE: STN/COFIN

* Recursos provenientes de crédito orçamentário destinados com base na Lei 12.306/2010 e não utilizados.

III - INFORMAÇÕES DE CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO Nº 3.324/2015 - PLENÁRIO

JUSTIFICATIVAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Em relação às justificativas de Limitação de Empenho exigidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, de acordo com a Coordenação-Geral de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, não houve limitação de empenho para o exercício de 2018 no bimestre janeiro/fevereiro.

JUSTIFICATIVAS PARA A FRUSTRAÇÃO DE RECEITAS E MEDIDAS DE COMBATE À SONEGAÇÃO E À EVASÃO FISCAL E AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO.

Quanto às Justificativas para Frustração de Receitas e Medidas de Combate à Sonegação e à Evasão Fiscal e Ações de Fiscalização, também pedidas pelo Acórdão nº 3.324/2015 - Plenário, a Coordenação-Geral de Auditoria Interna da Secretaria da Receita Federal do Brasil informou que não houve frustração de receitas administradas pela Receita Federal do Brasil no bimestre em questão.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 841, DE 28 DE MARÇO 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta dos processos Susep 14514.630183/2017-54 e 15414.635799/2017-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores e fiscais de SEGURADORA BRASILEIRA DE CRÉDITO À EXPORTAÇÃO S.A., CNPJ n. 02.166.824/0001-61, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 18 de outubro de 2017, 21 de dezembro de 2017 e 2 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 842, DE 28 DE MARÇO 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.605508/2018-41, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de ESSOR SEGUROS S.A., CNPJ n. 14.525.684/0001-50, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Aprova a atualização da relação dos produtos fabricados pela Companhia Siderúrgica do Pecém na Zona de Processamento de Exportação de Pecém.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO, no exercício da competência prevista no §1º do art. 3º do Decreto no 6.634, de 5 de novembro de 2008, combinado com o disposto no inciso V do artigo 2º do mesmo diploma legal, e considerando o que consta na Resolução Camex nº 35, de 5 de maio de 2017 e nos autos do Processo MDIC nº 52000.015995/2011-78, resolve, ad referendum do Conselho:

Art. 1º O artigo 2º da Resolução CZPE nº 4, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Estabelecer os produtos a serem fabricados pela Companhia Siderúrgica do Pecém, de acordo com sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, conforme a seguir apresentado:

Denominação	Código NCM
Vapor de água	2201.90.00
Enxofre líquido	2503.00.10
Agregado siderúrgico	2517.20.00
Escoria granulada de alto forno	2618.00.00
Argila siderúrgica	2619.00.00
Escória granulada de aciaria	2619.00.00
Hulha antracita não aglomerada	2701.11.00
Hulha em pó não aglomerada	2701.19.00
Coque com granulometria igual ou superior a 80 mm	2704.00.11
Coque com granulometria inferior a 80 mm	2704.00.12
Semicoque de hulha	2704.00.90
Alcatrão de hulha bruto	2706.00.00
Benzol (benzeno)	2707.10.00
Toluol (tolueno)	2707.20.00
Xilol (xileno)	2707.30.00
Óleo leve bruto	2707.50.00
Breu bruto obtido de alcatrões minerais	2708.10.00
Coque de breu obtido de alcatrões minerais	2708.20.00
Energia elétrica	2716.00.00
Enxofre sublimado	2802.00.00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Enxofre precipitado	2802.00.00
Enxofre coloidal	2802.00.00
Desperdícios e resíduos de ligas de aço	7204.29.00
Ferro gusa	7206.90.00
Placa de aço com índice de carbono menor que 0,25%	7207.12.00
Placa de aço com índice de carbono maior ou igual a 0,25%	7207.20.00
Placa de aço com ligas	7224.90.00

Art. 2º Fica assegurado o regime tributário, cambial e administrativo das ZPE instituído pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e alterações posteriores, na forma e condições estabelecidas na Resolução CZPE nº 04, de 2011, aos produtos fabricados sob a denominação Coque com granulometria igual ou superior a 80 mm (Código NCM 2704.00.11) e Coque com granulometria inferior a 80 mm (Código NCM 2704.00.12), de 1º de julho de 2017 até a entrada em vigor da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

YANA DUMARESQ SOBRAL

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 37, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bombas medidoras para combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n° 23/1985;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.100586/2017, resolve: Art. 1º Modificar o modelo Xflo de dispositivo medidor para bomba medidora de combustíveis líquidos, marca Wayne, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 239, de 30 de junho de 2009.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidor de volume de gás, tipo diafragmas, aprovado pela Portaria Inmetro nº 031/1997;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.013996/2017, resolve:

Aprovar o modelo GALLUS, de medidor de volume de gás, tipo diafragma, mecânico, designação G1,6, marca ITRON, e condições de aprovação especificadas na íntegra dada portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 40, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994;

E considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.005082/2018, resolve:

Incluir a marca Weblabor SP no item 3 da Portaria Inmetro/Dimel nº 008/2018, de acordo com as condições especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 41, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro n° 236/1994;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.00018735/2017, resolve:

Aprovar os modelos SAW2CIII, SAW5CIII, SAW10CIII, de instrumento de pesagem não automático, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 42, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para bombas medidoras para combustíveis líquidos, aprovado pela Portaria Inmetro n° 559/2016;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.105447/2017, resolve:

Aprovar o modelo Tegman Super Gas Station "S" - 16 de mangueira para uso em bombas medidoras para combustíveis líquidos, marca Tegman, condições de aprovação especificadas na íntegra da Portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

PORTARIA Nº 43, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro n° 236/1994;

E considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.00003555/2017, resolve:

Aprovar os modelos BC600 e BC600/I, de instrumentos de pesagem não automáticos, marca Prix, de acordo com as condições de aprovação especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 15, DE 28 MARÇO DE 2018

Estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 17, de 27 de março de 2018.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, incisos I e XXIII, do Anexo I ao Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017, e tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 17 , de 27 de março de 2018, resolve:

Art. 1º O inciso LXI do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"LXI - Resolução CAMEX nº 17, de 27 de março de 2018, publicada no D.O.U. de 28 de março de 2018:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
5504.10.00	- De raiom viscose	2%	40.000 toneladas	28/03/2018 a 27/03/2019

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CONSULTA PÚBLICA Nº 10, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração dos Processos Produtivos Básicos - PPBs de "TRANSFORMADOR ELETRICO DE POTÊNCIA NÃO SUPERIOR A 3KVA, COM NÚCLEO DE PÓ FERROMAGNÉTICO".

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mctic.ppb@mctic.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTA Nº 056/2017

I. ALTERAR OS INCISOS DO ARTIGO 1° DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE TRANSFORMADOR ELETRICO DE POTÊNCIA NÃO SUPERIOR A 3KVA, COM NÚCLEO DE PÓ FERROMAGNÉTICO.

DE:

I - injeção plástica / moldagem do carretel;

II - enrolamento das bobinas sobre os carretéis, enfitamento e soldagem dos terminais do enrolamento, quando aplicável; e

III - montagem

PARA:

I - injeção plástica / moldagem do carretel, quando aplicável;

II - enrolamento das bobinas sobre os carretéis, enfitamento, aplicação de colas nas áreas do núcleo de pó ferromagnético e soldagem dos terminais do enrolamento, quando aplicável; ou

III - inserção, soldagem dos pinos na placa de circuito impresso de multicamadas e aplicação de colas nas áreas do núcleo de pó ferromagnético, quando aplicável; e

IV - montagem.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSULTA PÚBLICA Nº 12, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processos Produtivos Básicos - PPBs de "CONVERSOR DE CORRENTE CONTÍNUA (CA/CC) OU CARREGADOR DE BATERIA PARA TELEFONE CELULAR"

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mctic.ppb@mctic.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTA Nº 008/18

I. Alterar o Art. 1º do Anexo I da Portaria Interministerial nº 283, de 02/09/2015, que faz referência ao processo produtivo do TRANSFORMADOR ELÉTRICO DE POTÊNCIA NÃO SUPERIOR A 3KVA, COM NÚCLEO DE PÓ FERROMAGNÉTICO que está contido no CONVERSOR DE CORRENTE CONTÍNUA (CA/CC) OU CARREGADOR DE BATERIA PARA TELEFONE CELULAR.

DE:

I - injeção plástica / moldagem do carretel;

II - enrolamento das bobinas sobre os carretéis, enfitamento e soldagem dos terminais do enrolamento, quando aplicável; e

III - montagem

PARA:

I - injeção plástica / moldagem do carretel, quando aplicável;

II - enrolamento das bobinas sobre os carretéis, enfitamento, aplicação de colas nas áreas do núcleo de pó ferromagnético e soldagem dos terminais do enrolamento, quando aplicável; ou

III - inserção, soldagem dos pinos na placa de circuito impresso de multicamadas e aplicação de colas nas áreas do núcleo de pó ferromagnético, quando aplicável; e

IV - montagem.

CONSULTA PÚBLICA Nº 13, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de "PRODUTOS DO SUBSETOR EDITORIAL E GRÁFICO".

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mctic.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTA Nº 061/14 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE PRODUTOS DO SUBSETOR EDITORIAL E GRÁFICO, ESTABELECIDO NA PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MCTIC Nº 42, DE 14.02.2013.

INCLUIR O §4º AO ART. 4º COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

DE:

Art. 4º (...)

§ 4º Fica dispensada a fabricação do papel couché 130 g/m², exclusivamente utilizado na fabricação de CAPA E CONTRACAPA PARA DISCOS PARA SISTEMAS DE LEITURA POR RAIO LASER, classificados no inciso IV do art. 1º, quando a comercialização da CAPA e CONTRACAPA, produzida a partir desse papel, for restrita à Amazônia Ocidental.

CONSULTA PÚBLICA Nº 14, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de VENTILADOR COM MOTOR ELÉTRICO ATÉ 125 WATTS.

O texto também está disponível no sítio da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/ppb/3016-consulta-ppb-2018

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mctic.ppb@mct.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

IGOR NOGUEIRA CALVET

ANEXO

PROPOSTA Nº 002/2017 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO DE VENTILADOR COM MOTOR ELÉTRICO ATÉ 125 WATTS, ESTABELECIDO PELA PORTARIA Nº 263, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994.

Obs.: A consulta está em forma de Portaria

DE:

Art. 1º Estabelecer para o produto VENTILADOR com motor elétrico até 125 watts, industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico - PPB.

I - montagem de todas as partes e peças do motor elétrico, inclusive o mecanismo redutor e de oscilação.

II - injeção das partes plásticas, quando houver, da base, do corpo, do suporte e da grade do ventilador na Zona Franca de Manaus.

III - montagem do produto na Zona Franca de Manaus.

IV - ensaios elétricos e mecânicos. Parágrafo 1° Às peças constantes do motor elétrico (estator, rotor, tampas laterais, frontal e traseira) deverão ser produzidas no País.

Parágrafo Único. Ao Processo Produtivo Básico fixado nesta Portaria, será incorporada a gestão da qualidade e da produtividade do processo e do produto final, envolvendo a inspeção de matérias primas, produtos intermediários, matérias secundários e de embalagem, o controle estatístico do processo, os ensaios e medições e a qualidade do produto final, sem prejuízo do disposto no art. 2º do Decreto nº 783, de 25 de março de 1993.

Art. 2º Não descaracteriza o atendimento ao Processo Produtivo Básico definido nesta Portaria, a importação de quaisquer módulos e subconjuntos montados, cujos Pedidos de Guias de Importação - PGI tenham sido protocolizados na Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA até a data de publicação desta Portaria.

Parágrafo Único. O disposto no "caput" deste artigo aplica-se somente aos produtos comercializados até sessenta dias após a publicação desta Portaria.

PARA:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto VENTILADOR COM MOTOR ELÉTRICO ATÉ 125 WATTS, industrializado na Zona Franca de Manaus, atualmente estabelecido pela Portaria Interministerial MIR/MICT/MCT nº 263, de 30 de dezembro de 1994, passa a ser o seguinte:

I - montagem de todas as partes e peças do motor elétrico, inclusive mecanismo redutor e de oscilação e chave elétrica;

II - montagem e soldagem de todos os componentes na placa de circuito impresso, quando aplicável;

III - injeção de partes plásticas: base; corpo, suporte, hélice e grade;

IV - fabricação do cabo de força.

V - montagem de todas as partes e peças na formatação do produto final; e

VI - ensaios elétricos e mecânicos.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto a etapa constante do inciso I que poderá ser realizada em outras regiões do País.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto as etapas constantes dos incisos V e VI que não poderão ser objeto de terceirização.

§ 3º As peças integrantes do motor elétrico (estator, rotor, tampas laterais, frontal e traseira) deverão ser produzidas no País.

§ 4º A etapa constante do inciso I e a exigência do § 3º poderão ser dispensadas desde que a comercialização do VENTILADOR seja restrita à Amazônia Ocidental.

Art. 2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, através de portaria conjunta dos Ministros de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 3º Fica revogada a Portaria Interministerial MIR/MICT/MCT nº 263, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 538-SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Suspender, de ofício, a Autorização de Pesca, da embarcação ÁGUA VIVA M, propriedade de Ismael Coelho, por 60(sessenta) dias corridos, a partir da data de publicação desta portaria.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15 do Decreto n.º 9.067, de 31 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no inciso IX, do art. 12, da Lei n.º 13.502, de 1º de novembro de 2017, nos incisos I e X, do art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004, na Portaria Ibama n.º 95, de 22 de agosto de 1997, na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA n.º 10, de 10 de junho de 2011 e na Instrução Normativa MPA n.º 20 de 10 de setembro de 2014, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21052.01752/2000-01, resolve:

Art. 1º Suspender, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento potes (polvo) litoral Sul, para a embarcação ÁGUA VIVA M de propriedade de Ismael Coelho, inscrita no RGP sob o n.º SP-0012312-5 e na autoridade marítima sob o n.º 443-011035-2, por 60(sessenta) dias corridos, a partir da data de publicação desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

BRUNO BÓGEA THOMÉ
Substituto

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 127, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Hulha Negra/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Hulha Negra/RS, no valor de R$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais), para a execução de ações de Resposta, conforme processo n. 59052.001639/2018-87.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 128, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Pedras Altas/RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Pedras Altas/RS, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001586/2018-02

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 129, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Candiota/RS, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Candiota/RS, no valor de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.001631/2018-11.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 130 , DE 27 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de São Domingos do Sul/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de São Domingos do Sul/RS, no valor de R$ 94.928,94 (noventa e quatro mil novecentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59050.001393/2014-30.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000380, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 131, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Turvo/SC, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Turvo/SC, no valor de R$ 601.176,90 (seiscentos e um mil cento e setenta e seis reais e noventa centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59502.000824/2017-28.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000504, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 132, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Major Vieira/SC, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o repasse de recursos ao Município de Major Vieira/SC, no valor de R$ 948.849,90 (novecentos e quarenta e oito mil oitocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos), para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59204.008444/2017-04.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000505, Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4° A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 133, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de São Domingos do Sul/RS, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de São Domingos do Sul/RS, no valor de R$ 94.928,94 (noventa e quatro mil novecentos e vinte e oito reais e noventa e quatro centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59050.001393/2014-30.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000380, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 92, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria n. 299, publicada no DOU, de 19 de julho de 2017, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000032/2013-95, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 114, de 04 de abril de 2013, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Teófilo Otoni - MG, para ações de Defesa Civil, para até 27/06/2018/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 93, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria n. 299, publicada no DOU, de 19 de julho de 2017, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000186/2014-68, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de reconstrução previstos no art. 4º da Portaria n. 283, de 21 de outubro de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Governador Lindenberg - ES, para ações de Defesa Civil, para até 03/10/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 333, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento ao Parecer nº 00135/2018/COSEPEQUAD/PRU1R/PGU/AGU, que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 1014272-06.2017.4.01.3400, resolve:

Declarar anistiado político ALMIR COSTA, portador do CPF nº 313.753.677-49, reconhecer o direito à promoção à graduação de Suboficial com proventos de 2º Tenente, e promover a revisão do ato para fins de apuração do novo valor da prestação mensal, permanente e continuada, com efeitos financeiros a partir da data da decisão.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

DESPACHO Nº 5, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 08012.002812/2010-42
Representante: SDE ex officio
Representadas: Beira Mar Participações S.A, Check Express S.A, Embryo Web Solutions Ltda (atual Rede Ponto Certo - RPC), Getnet S.A, Rede Digital Comércio e Serviços de Informação Ltda ME, RV Tecnologia e Sistemas Ltda, RedeTrel Transações Eletrônicas Ltda, Adolfo Menezes Melito, Almir Vieira Dias, Antônio Cláudio Muniz Borges, Bruno Moura Lindoso, Carlênio Bezerra Castelo Branco, Eduardo de Lima Fernandes, Eduardo Henrique Costa Ribeiro Sanches, Giusepe Lo Russo, Guilherme Henrique De Campli Martins, Jaime Lacerda De Almeida Filho, João Geraldo Bargetzi Teixeira de Carvalho, José Lindoso de Albuquerque Filho, José Mário De Paula Ribeiro Júnior, José Renato Silveira Hopf, Manoel Borba Cardoso, Ricardo Eid Philipp e Valmor Pedro Bosi.
Advogados: Antônio Augusto Guimarães de Souza, Mauro Grinberg, Eduardo Molan Gaban, Elcio Fonseca Reis, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Alex Sandro Gomes Altimari, Carlos Francisco de Magalhães, Nelson Nery Junior, Gabriel Nogueira Dias, José Inácio Gonzaga Franceschini, Eduardo Reale Ferrari, Luiz Guilherme Moreira Porto, Barbara Rosenberg, Gabriela Ribeiro Nolasco Marinho Nunes, Fernando Stival, Fernanda Duarte Calmon Carvalho, Marina de Santana Souza, Raquel Bezerra Cândido Amaral Leitão, Karinne Alves Fonseca, Cristhiane Helena Lopes Ferrero e outros.
Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Tendo em vista as informações adicionais acostadas aos autos, nos termos do art. 76, parágrafo único, da Lei nº 12.529/2011, do art. 199 e 102 do Regimento Interno do Cade (Ricade) , notifiquem-se as Representadas para que, querendo, apresentem alegações finais.

CRISTIANE ALKMIN JUNQUEIRA SCHMIDT
Conselheira-Relatora

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 415, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Ato de Concentração nº 08700.000692/2018-48. Requerentes: ExxonMobil Chemical Gulf Coast Investments LLC e SABIC US Projects LLC. Advogadas: Cristianne Saccab Zarzur, Gláucia Gomes Menato e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral
Substituto

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL

RESOLUÇÃO Nº 263, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Delibera sobre a alteração das datas de realização das Etapas Regionais de Manaus e Roraima da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista.

A COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE BENFEITORIAS - CPAB, instituída pela Instrução Normativa (IN) nº 02, de 03/02/2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 06/02/2012, em consonância com o § 6º do Art. 231 da Constituição Federal e nos termos do Relatório Técnico nº 09/CPAB/2016, aprovado na 32ª reunião ordinária, resolve:

Art. 1º Estabelecer como marco temporal para definição da boa-fé na instalação das ocupações e das benfeitorias na Terra Indígena Tabocal, atendendo ao disposto no Art. 13, inciso IV da IN nº 02, de 03/02/2012 e considerando os laudos fundiários autuados ao Processo nº 08620.002328/1997-27, a Portaria Declaratória nº 2365/MJ, de 15 de dezembro de 2006, publicada no DOU do dia 18 de dezembro de 2006, Seção 1, página 55, que declarou como de posse permanente do grupo indígena Mura a referida terra indígena, localizada no Município de Careiro, no Estado do Amazonas.

Art. 2º Considerar como derivadas da ocupação de boa-fé, em conformidade com o estabelecido no Art. 1º, as benfeitorias instaladas pelos ocupantes não indígenas abaixo relacionados, cadastradas por Grupo Técnico designado pela Portaria n° 53/PRES, de 16 de janeiro de 1997, que em consonância com o Art. 23 da IN nº 02, de 03/02/2012, são passíveis de indenização:

Nº	Laudo	Ocupante	Id
01	09	Antônio Barbosa Nascimento	19240
02	11	Antônio Vitor Ribeiro	19242
03	05	Edson Soares Cabral	19236
04	01	José Correa de Souza	19232
05	06	Orminda Soares dos Santos	19237
06	03	Paulo Craveiro da Silva	19234
07	02	Pedro	19233
08	10	Raimundo Ferreira da Silva	19241
09	07	Rubens Leo	19238
10	04	Sebastião Monteiro da Costa	19235
11	08	Secondino Pereira do Lago	19239

Art. 3º A presente Resolução poderá ser objeto de recurso fundamentado ao Presidente da Funai, no prazo de 30 dias, a contar da publicação desta no Diário Oficial da União, conforme o disposto no Art. 18 da IN nº 02, de 03/02/2012, cuja interposição deverá ser comprovada por meio do protocolo junto a qualquer unidade descentralizada ou na sede da Funai.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AZELENE INÁCIO
Presidente da Comissão

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 49 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

AAMER AL SALLOUM - G338216-T, natural da Síria, nascido em 23 de abril de 1994, filho de Bassan Al Salloum e de Kathrin Youssef, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.004913/2017-17);

AMIR WAQAS - G172042-J, natural do Paquistão, nascido em 07 de fevereiro de 1987, filho de Mehmood Ahmed e de Irshad Begum, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.012673/2017-71);

CARLOS ALBERTO DEL LLANO PRIETO - V943783-0, natural de Cuba, nascido em 21 de abril de 1970, filho de Isidro Del Llano Romero e de Ignacia Gladis Pietro Planelles, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08351.002249/2017-38);

DIEGO AMILKAR RAMIREZ ROBLES - V913321-I, natural da Bolívia, nascido em 11 de maio de 1988, filho de Mendez Ramirez Mamani e de Justina Robles Cruz, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08212.003003/2017-78);

GREGORIO FERNANDO DA SILVA - G337218-U, natural da Guiné- Bissau, nascido em 01 de outubro de 1977, filho de Fernando Da Silva e de Albertina Mendes, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.004757/2017-94);

IVAL VALERISTE - G069168-C, natural da República do Haiti, nascido em 08 de junho de 1983, filho de Isaac Valeriste e de Elide Jean Baptiste, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.003796/2017-74);

JONATHAN RADHAMES TRINIDAD PEREZ - V958432-Y, natural da República Dominicana, nascido em 04 de maio de 1980, filho de Radhames Trinidad e de Maria De Los Santos Perez Heredia, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08451.004895/2017-10);

KAREL MOLA TELLEZ - G088535-4, natural de Cuba, nascido em 06 de agosto de 1983, filho de José Antonio Mola Posada e de Marlene Téllez Piña, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08338.001319/2017-17);

KILWANGY KYA KAPITANGO A SAMBA - V194294-Z, natural de Angola, nascido em 01 de janeiro de 1970, filho de Kapitango A Samba e de Minoria Kissanga Mbongue, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08320.007691/2017-18);

LAURA ANGEL FEBLES - V703419-L, natural de Cuba, nascida em 01 de novembro de 1985, filha de Julio Manuel Suarez Jimenez e de Rosa Flebes Leon, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.016577/2017-01);

MANUEL ALFREDO PEREIRA BARCIA - V854856-V, natural de Portugal, nascido em 27 de julho de 1948, filho de Alfredo Madrugo Barcia e de Leonor dos Santos Pereira Barcia, residente no Distrito Federal (Processo nº 082800130202017-18);

MARINA VERSHININA - V931836-K, natural da Rússia, nascida em 02 de julho de 1987, filha de Leonid Eduardovich Vershinin e de Natalia Sergeevna Vershinina, residente no Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.002567/2017-60);

MODNER BAZELAIS - G155389-F, natural da República do Haiti, nascido em 14 de julho de 1974, filho de Waner Bazelais e de Eliante Jean Marie, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 08492.000383/2017-90);

PAOLO FARNESE - V599133-6, natural da Itália, nascido em 28 de junho de 1980, filho de Giussepe Farnese e de Carla Anna Bianchini, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 08310.009566/2017-61);

RASHA SAMIR ARABI - V463681-U, natural do Líbano, nascida em 15 de janeiro de 1982, filha de Samir Arabi e de Dalal Shahrour, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08389.302278/2016-99); e

VAHID SAAT SAZ - G125443-G, natural do Irã, nascido em 25 de setembro de 1981, filho de Malek Saat Saz e de Kobra Shir Mohammadpuor, residente no Estado do Paraná (Processo nº 08390.004833/2017-61).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 50 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 67, da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

BOULOS ELIAS AL ACHKOUTI - Y229525-S, natural do Líbano, nascido em 11 de março de 1963, filho de Elias Al Achkouti e de Odette Al Achkouti, residente no Distrito Federal(Processo nº 08280.018153/2017-72); e

MUHAMMAD ABDER RAUF MUHD IBRAHIM - W001439-T, natural da Jordânia, nascido em 03 de julho de 1948, filho de Abder Rauf Muhd Ibrahim e de Raesa Mahmud Afana, residente no Distrito Federal(Processo nº 08280.013314/2017-31).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

CERTIFICO que, NEKHAMA KOVARI, incluída na Portaria Coletiva nº 0743, de 03 de novembro de 1982, publicada no Diário Oficial da União de 04 de novembro de 1982, voltou a assinar NEKHAMA SCHOIKHET, em virtude de Separação Consensual com conversão em Divórcio Consensual, com sentença proferida pela MM. Juiz de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central Cível de São Paulo/SP, datada de 25/11/2011, autos nº 07.610.166-4, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito - Cerqueira César, São Paulo/SP, Matrícula 115303 01 55 1978 2 00005 033 0001224-33. Processo nº 08000.010181/2018-21

CERTIFICO que, MARIA GRAZIA STEFANI, incluída no Decreto Coletivo nº 449, de 12 de dezembro de 1966, publicado no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 1966, CERTIFICO, outrossim, que MARIA GRAZIA STEFANI, passou a assinar MARIA GRAZIA STEFANI AMARAL, por haver contraído matrimônio com José Maria Amaral, em 20 de julho de 1974, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Cartório - Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, Distrito, Município e Comarca de Assis - Estado de São Paulo, registrado às fls. 168v, sob o nº10166, do Livro nº B-34 de registros de casamento. CERTIFICO, ainda, que MARIA GRAZIA STEFANI AMARAL, voltou a assinar MARIA GRAZIA STEFANI, em virtude de Separação Consensual, com sentença datada de 10 de outubro de 2000, do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Presidente Prudente - Estado de São Paulo, autos nº 1810/2000, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório - Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais, Distrito, Município e Comarca de Assis - Estado de São Paulo, registrado às fls. 168v, sob o nº10166, do Livro nº B-34 de registros de casamento. Processo nº 08000.007666/2018-38

CERTIFICO que, DENISE SASSON, incluída no Decreto Coletivo nº 529, de 20 de julho de 1968, publicado no Diário Oficial da União de 22 de julho de 1968, passou a usar o nome de DENISE BENATAR, por haver contraído matrimônio com Salvatore Benatar,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

em 15 de fevereiro de 1973, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 11º Subdistrito - Santa Cecília, São Paulo/SP, Matrícula 115147 01 55 1973 2 00096 012 0023133-51. Processo nº 08000.005758/2018-83

DECLARA que ADIT VICENTE MIRANDA, incluído na Portaria de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e o Gozo dos Direitos Políticos nº 194, de 09 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 22 de outubro de 2015, é natural da Bélgica e não conforme constou. Processo nº 08000.002846/2018-23

DECLARA que FU HOI WEIN, incluída na Portaria Coletiva de Naturalização nº 00529, de 24 de julho de 1987, publicada no Diário Oficial de 27 de julho de 1987, passou a assinar FU HOI WEIN VIVIAN, por haver contraído matrimônio com LUIZ CARLOS VIVIAN, aos 04 de agosto de 1984, conforme Certidão de casamento expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do 20º Subdistrito - Jardim América, Município e Comarca de São Paulo-SP, matrícula nº 122721 01 55 1984 2 00028 108 0005998-17. Processo nº 08000.072214/2017-46

CERTIFICO que, o exato nome de HO WEN TE, incluído na Portaria Coletiva nº 0447, de 12 de maio de 1980, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 1980, é WEN TE HO, e não como constou. Processo nº 08000.012186/2017-16

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de transformação da residência temporária em permanente nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelos respectivos requerentes, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.006464/2018-98 - RAUL LEONARDO RINCON CELIS

Processo nº 08420.013057/2017-96 - CECILIA AIME CICARELLI

Processo nº 08420.012490/2017-12 - ALEXIS EMILIANO CARLOS OCHOA

DEFIRO os pedidos de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153, do Decreto nº 9.199 de 20/11/2017, abaixo relacionados:

Processo nº 08460.018106/2017-19 - JOAQUIM AUGUSTO FAUSTINO FONTES

Processo nº 08460.017967/2017-71 - SVETLANA ALEXANDROVICH FARAFONOVA

Processo nº 08460.017741/2017-71 - SILVINA MARICEL GOMEZ HERZOG

Processo nº 08460.017428/2017-32 - FEDERICA ODDONE

Processo nº 08505.017227/2017-71 - YENISLEYDIS CABRERA ALONSO

Processo nº 08460.000066/2017-41 - SAUL ROJAS VAZQUEZ

Considerando que o presente pedido foi protocolado sob a vigência da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, e que todos as condições ali previstas foram observadas, DEFIRO os pedidos de autorização de residência, por prazo indeterminado, abaixo relacionados:

Processo nº 08444.006408/2017-34 - CARREL KIFUMBI

Processo nº 08505.072212/2017-76 - CHIBUZOR CHARLES DURU

Processo nº 08000.053425/2017-80 - YOUSRA AL LAHHAM

DEFIRO os pedidos de Autorização de Residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, nos termos do art. 153 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Outrossim, informo que os estrangeiros deverão ser notificados, considerando o disposto no art. 176, § 1º, do Decreto nº 9.199/2017, abaixo relacionados:

Processo nº 08505.039354/2017-21 - CARLITOS MENDONÇA

Processo nº 08460.017033/2017-30 - MANUELA MATEUS DE SOUSA

Processo nº 08107.001591/2014-60 - TATIANA CATARINO GONÇALVEZ FELIPPI

DEFIRO o presente pedido de autorização de residência por prazo indeterminado, a título de Reunião Familiar, conforme disposto no art. 153 do Decreto n° 9.199 de 20/11/2017, ressaltando que o ato persistirá enquanto permanecer a condição que lhe deu origem. Processo nº Processo nº 08000.000324/2018-97 - KYLE LEO KOCHER

DETERMINO o arquivamento do presente pedido, conforme previsto no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a autorização por prazo determinado. 08000.071615/2017-89 - ALI YASSINE YASSINE

Determino o arquivamento do pedido de republicação com fundamento no art. 52, da Lei nº 9.784/99 e no art. 2º, §2º da Portaria SNJ nº 03, de 05 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria SNJ nº 286, de 07 de dezembro de 2016, sem prejuízo do direito do requerente proceder o respectivo registro junto ao Departamento de Polícia Federal.

Processo nº 08389.009448/2017-40 - LUCAS ALEXIS MORENO, LEON MATEO MORENO e ZAIRA YAMILA NUNEZ

Determino o arquivamento dos processos, conforme disposto no art. 40, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista o não cumprimento das exigências formuladas por esta Divisão, abaixo relacionados:

Processo nº 08400.012867/2017-63 - JANETH DEL ROCIO JARAMILLO NARANJO

Processo nº 08505.091526/2016-97 - RAHEL AHMED

Processo nº 08457.009813/2014-12 - ANTONIO LUCIANO CARVALHO BARBOSA, RODRIGO ALEXANDRE LOURENÇO BARBOSA

Determino o arquivamento do presente pedido, com fulcro no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a autorização de residência, conforme disposto no Documento SEI nº 6107519. Processo nº 08505.000903/2017-78 - OKECHUKWU GABRIEL NWEKE

Determino o arquivamento do presente pedido, com fulcro no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a autorização de residência, conforme disposto no Documento SEI nº 6100280. Processo nº 08505.018097/2017-94 - ABAYOMI EBUN SALAKO

Determino o arquivamento do presente pedido, com fulcro no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a autorização de residência, conforme disposto no Documento SEI nº 6100863. Processo nº 08505.018050/2017-21 - CHIGOZIE CHRISTIAN SAMPAIO OKEKE

Determino o arquivamento do presente pedido, com fulcro no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a autorização de residência, conforme disposto no Documento SEI nº 6092416. 08711.000528/2016-40 - PAOLO BOTTICELLI

Determino o arquivamento do presente pedido, com fulcro no art. 52, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que o(a) requerente já obteve a autorização de residência, conforme disposto no Documento SEI nº 6096410. 08501.302942/2016-66 - SALAMI BASHIRU

INDEFIRO o presente processo, tendo em vista o não atendimento do previsto no Art. 4º , do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Países Associados, promulgado pelo Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, em virtude da existência de antecedentes criminais. Processo nº 08505.322824/2016-34 - JUAN CARLOS JESUS CHAVEZ QUISPE

INDEFIRO o presente processo de autorização de residência para fins de reunião familiar, com fulcro no art. 129, inciso III, do Decreto nº 9.199, tendo em vista que nos documentos apresentados pela Interessada constatou-se uma divergência no nome de sua genitora.

Processo nº 08506.301165/2016-92 - NORMA ELENA MOYE DE CORAZZARI

ISMAEL SILVA MACEDO
Chefe
Substituto

DESPACHOS

DEFIRO os pedidos de renovação da autorização de residência, nos termos do art. 146 do Decreto 9.199/17, abaixo relacionados:

Processo nº 08460.017685/2017-74 - MARIO JORGE CRAVID ALMEIDA, até 31/12/2018

Processo nº 08460.017496/2017-00 - CARLOTA SALGADINHO FERREIRA, até: 27/02/2019

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
Pela Delegação de Competência

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 47, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: EU TE PERDOO (JUST LET GO, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Koan Inc
Diretor(es): Christopher S. Clark/Patrick Henry Parker
Distribuidor(es): PRODUTORA NOVA IMAGEM LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.008368/2018-65
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: TERRA SEM CEP - JORGE & MATEUS (Brasil - 2017)
Produtor(es): Audiomix Records e Midia Ltda.
Diretor(es): Luis Fernando Trevisan ``Catatau``
Distribuidor(es): SOM LIVRE
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.008761/2018-59
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Show Musical: B.B. KING - LIVE AT MONTREUX 1993 (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Montreux Sounds SA
Diretor(es): Michael Ferla/Gavin Taylor
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.009100/2018-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: GRINGO - VIVO OU MORTO (GRINGO, Austrália / Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Amazon Studios/Blue-Tongue Films/Denver And Delilah Productions
Diretor(es): Nash Edgerton
Distribuidor(es): 02 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICA LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Comédia/Ação
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.010221/2018-35
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: UMA TEMPORADA NA FRANÇA (UN SAISON EN FRANCE, França - 2017)
Produtor(es): Florence Stern
Diretor(es): Mahamat-Salen Haroun
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000288/2018-82
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Filme: IMPERMEÁVEL PAVIO CURTO (Brasil - 2018)
Produtor(es): Higor Gomes/Gabriel Afonso/Bárbara Amâncio
Diretor(es): Higor Gomes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000307/2018-71
Requerente: HIGOR DE PAULA GOMES

Filme: AOS TEUS OLHOS (Brasil - 2017)
Produtor(es): Conspiração
Diretor(es): Carolina Jabor
Distribuidor(es): PAGU PICTURES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência e Sexo
Processo: 08017.000338/2018-21
Requerente: PAGU DISTRIBUIÇÃO DE FILMES LTDA.

Filme: 1945 (Hungria - 2017)
Produtor(es): Katapult Film
Diretor(es): Ferenc Török
Distribuidor(es): SUPO MUNGAM FILMS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000344/2018-89
Requerente: SUPO MUNGAM FILMS LTDA. - ME

Trailer: PRAÇA PARIS (PARIS SQUARE, Brasil - 2017)
Produtor(es): Felicitas Raffo/Luis Galvão Telles/Lucia Murat
Diretor(es): Lucia Murat
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo: 08017.000363/2018-13
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: TE PEGUEI! (TAG, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Warner Bros. Intenational
Diretor(es): Jeff Tomsic
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Aventura/Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.011236/2018-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: THE ENDLESS (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Justin Benson/Thomas R. Burke/David Lawson Jr
Diretor(es): Justin Benson/Aaron Moorhead
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.011237/2018-65
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHOS DE 28 DE JULHO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Nº 49 - Processo MJ nº: 08000.009087/2018-20
Trailer: "SICARIO - DIA DO SOLDADO " - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos

Deferir o pedido de reconsideração do trailer, alterando sua classificação para "não recomendado para menores de doze anos", por conter violência, uma vez que parte do conteúdo violento é atenuado por composição de cena, não justificando a atribuição de uma classificação superior.

Nº 48 - Processo MJ nº 08000.006998/2018-03
Filme: "OS TRÊS PAPAIS"
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. EPP
Emissora: TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "OS TRÊS PAPAIS" com autoclassificação "não recomendado para menores de dez anos", conforme requerimento protocolado em 23 de fevereiro de 2018 .

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "OS TRÊS PAPAIS" e classificá-la como "não recomendado para menores de catorze anos" por conter: drogas lícitas e conteúdo sexual, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

Nº 47 - Processo MJ nº 08000.062150/2017-75
Filme: "UM CACHORRO PARA DOIS"
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.
Emissora: Rede Globo

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "UM CACHORRO PARA DOIS" com autoclassificação "não recomendado para menores de dez anos", conforme requerimento protocolado em 10 de outubro de 2017 .

CONSIDERANDO que durante a análise do programa não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "UM CACHORRO PARA DOIS" e classificá-la como "livre", ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 748, DE 27 DE MARÇO DE 2018
(Publicada no DOU de 28-3-2018, Seção 1)

ANEXO (*)

PA	1501725	Brasil Novo	Fundo Municipal de Saúde	11283607000142	114.601,74
PA	1501758	Brejo Grande do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	12985215000198	68.761,04
PA	1501782	Breu Branco	Fundo Municipal de Saúde	11823022000178	275.044,18
PA	1501808	Breves	Fundo Municipal de Saúde	17298800000133	343.805,22
PA	1501907	Bujaru	Fundo Municipal de Saúde	11963524000102	160.442,43
PA	1502004	Cachoeira do Arari	Fundo Municipal de Saúde	12459320000193	137.522,09
PA	1501956	Cachoeira do Piriá	Fundo Municipal de Saúde	11747487000197	183.362,78
PA	1502103	Cametá	Fundo Municipal de Saúde	11311333000158	412.566,27
PA	1502152	Canaã dos Carajás	Fundo Municipal de Saúde	11903351000129	183.362,78
PA	1502202	Capanema	Fundo Municipal de Saúde	07313973000120	275.044,18
PA	1502301	Capitão Poço	Fundo Municipal de Saúde	11488124000184	252.123,83
PA	1502400	Castanhal	Fundo Municipal de Saúde	07918201000111	798.653,76
PA	1502509	Chaves	Fundo Municipal de Saúde	13771552000145	137.522,09
PA	1502608	Colares	Fundo Municipal de Saúde	13165696000158	91.681,39
PA	1502707	Conceição do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	17453467000190	229.203,48
PA	1502756	Concórdia do Pará	Fundo Municipal de Saúde	07234361000141	183.362,78
PA	1502764	Cumaru do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11406652000147	91.681,39
PA	1502772	Curionópolis	Fundo Municipal de Saúde	11657711000150	137.522,09
PA	1502806	Curralinho	Fundo Municipal de Saúde	11441240000148	183.362,78
PA	1502855	Curuá	Fundo Municipal de Saúde	12095721000101	114.601,74
PA	1502905	Curuçá	Fundo Municipal de Saúde	11674805000137	206.283,13
PA	1502939	Dom Eliseu	Fundo Municipal de Saúde	11415068000158	252.123,83
PA	1502954	Eldorado dos Carajás	Fundo Municipal de Saúde	12455597000148	183.362,78
PA	1503002	Faro	Fundo Municipal de Saúde	12403819000189	68.761,04
PA	1503044	Floresta do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	12652705000172	137.522,09
PA	1503077	Garrafão do Norte	Fundo Municipal de Saúde	12112888000133	160.442,43
PA	1503093	Goianésia do Pará	Fundo Municipal de Saúde	12884091000154	206.283,13
PA	1503101	Gurupá	Fundo Municipal de Saúde	12049775000130	183.362,78
PA	1503200	Igarapé-Açu	Fundo Municipal de Saúde	11718379000196	206.283,13
PA	1503309	Igarapé-Miri	Fundo Municipal de Saúde	11373369000166	252.123,83
PA	1503408	Inhangapi	Fundo Municipal de Saúde	12054197000120	91.681,39
PA	1503457	Ipixuna do Pará	Fundo Municipal de Saúde	12846471000102	275.044,18
PA	1503507	Irituia	Fundo Municipal de Saúde	12202342000173	183.362,78
PA	1503606	Itaituba	Fundo Municipal de Saúde	11291166000120	343.805,22
PA	1503705	Itupiranga	Fundo Municipal de Saúde	11851575000134	252.123,83
PA	1503754	Jacareacanga	Fundo Municipal de Saúde	11462638000160	206.283,13
PA	1503804	Jacundá	Fundo Municipal de Saúde	11528843000181	252.123,83
PA	1503903	Juruti	Fundo Municipal de Saúde	11624213000100	252.123,83
PA	1504000	Limoeiro do Ajuru	Fundo Municipal de Saúde	18709224000132	160.442,43
PA	1504059	Mãe do Rio	Fundo Municipal de Saúde	12051023000104	160.442,43
PA	1504109	Magalhães Barata	Fundo Municipal de Saúde	13711955000107	68.761,04
PA	1504208	Marabá	Fundo Municipal de Saúde	18478187000107	798.653,76
PA	1504307	Maracanã	Fundo Municipal de Saúde	11783343000196	160.442,43
PA	1504406	Marapanim	Fundo Municipal de Saúde	13583637000108	160.442,43
PA	1504422	Marituba	Fundo Municipal de Saúde	10299375000158	389.645,92
PA	1504455	Medicilândia	Fundo Municipal de Saúde	11419894000175	183.362,78
PA	1504505	Melgaço	Fundo Municipal de Saúde	11530230000189	160.442,43
PA	1504604	Mocajuba	Fundo Municipal de Saúde	11939601000180	160.442,43
PA	1504703	Moju	Fundo Municipal de Saúde	19296848000138	297.964,52

PA	1504752	Mojuí dos Campos	Fundo Municipal de Saúde	17738256000101	114.601,74
PA	1504802	Monte Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11401857000130	252.123,83
PA	1504901	Muaná	Fundo Municipal de Saúde	11438326000111	206.283,13
PA	1504950	Nova Esperança do Piriá	Fundo Municipal de Saúde	11479091000106	137.522,09
PA	1504976	Nova Ipixuna	Fundo Municipal de Saúde	12280005000102	114.601,74
PA	1505007	Nova Timboteua	Fundo Municipal de Saúde	11790338000100	114.601,74

RETIFICAÇÃO

Na Portaria publicada no Diário Oficial da União nº 60, de 28 de março de 2018, Seção 1, página 132, onde se lê: "PORTARIA Nº 767", leia-se "PORTARIA Nº 762".

PA	1505031	Novo Progresso	Fundo Municipal de Saúde	11287726000173	160.442,43
PA	1505064	Novo Repartimento	Fundo Municipal de Saúde	09555110000194	297.964,52
PA	1505106	Óbidos	Fundo Municipal de Saúde	11884818000130	229.203,48
PA	1505205	Oeiras do Pará	Fundo Municipal de Saúde	12527516000178	183.362,78
PA	1505304	Oriximiná	Fundo Municipal de Saúde	14153138000135	275.044,18
PA	1505403	Ourém	Fundo Municipal de Saúde	09649183000145	137.522,09
PA	1505437	Ourilândia do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11441605000134	183.362,78
PA	1505486	Pacajá	Fundo Municipal de Saúde	11664446000137	229.203,48
PA	1505494	Palestina do Pará	Fundo Municipal de Saúde	11820102000170	68.761,04
PA	1505502	Paragominas	Fundo Municipal de Saúde	11536700000111	366.725,57
PA	1505536	Parauapebas	Fundo Municipal de Saúde	12581232000160	798.653,76
PA	1505551	Pau D'Arco	Fundo Municipal de Saúde	09647690000140	68.761,04
PA	1505601	Peixe-Boi	Fundo Municipal de Saúde	11920272000126	68.761,04
PA	1505635	Piçarra	Fundo Municipal de Saúde	12918271000100	91.681,39
PA	1505650	Placas	Fundo Municipal de Saúde	12566342000152	160.442,43
PA	1505700	Ponta de Pedras	Fundo Municipal de Saúde	11797106000184	160.442,43
PA	1505809	Portel	Fundo Municipal de Saúde	11956268000118	252.123,83
PA	1505908	Porto de Moz	Fundo Municipal de Saúde	11424241000184	206.283,13
PA	1506005	Prainha	Fundo Municipal de Saúde	01391942000100	160.442,43
PA	1506104	Primavera	Fundo Municipal de Saúde	19184104000121	91.681,39
PA	1506112	Quatipuru	Fundo Municipal de Saúde	12710684000102	91.681,39
PA	1506138	Redenção	Fundo Municipal de Saúde	11190128000181	320.884,87
PA	1506161	Rio Maria	Fundo Municipal de Saúde	34668962000135	137.522,09
PA	1506187	Rondon do Pará	Fundo Municipal de Saúde	12826879000104	229.203,48
PA	1506195	Rurópolis	Fundo Municipal de Saúde	12352501000116	229.203,48
PA	1506203	Salinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11851625000183	206.283,13
PA	1506302	Salvaterra	Fundo Municipal de Saúde	10880820000179	137.522,09
PA	1506351	Santa Bárbara do Pará	Fundo Municipal de Saúde	17860920000182	137.522,09
PA	1506401	Santa Cruz do Arari	Fundo Municipal de Saúde	11931568000142	68.761,04
PA	1506500	Santa Isabel do Pará	Fundo Municipal de Saúde	11745308000182	275.044,18
PA	1506559	Santa Luzia do Pará	Fundo Municipal de Saúde	11935648000176	137.522,09
PA	1506583	Santa Maria das Barreiras	Fundo Municipal de Saúde	17546256000100	137.522,09
PA	1506609	Santa Maria do Pará	Fundo Municipal de Saúde	11481192000111	160.442,43
PA	1506708	Santana do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	12835008000157	275.044,18
PA	1506807	Santarém	Fundo Municipal de Saúde	17556659000121	798.653,76
PA	1506906	Santarém Novo	Fundo Municipal de Saúde	11643041000112	68.761,04
PA	1507003	Santo Antônio do Tauá	Fundo Municipal de Saúde	12019384000173	183.362,78
PA	1507102	São Caetano de Odivelas	Fundo Municipal de Saúde	12082788000101	137.522,09
PA	1507151	São Domingos do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	11562704000174	160.442,43
PA	1507201	São Domingos do Capim	Fundo Municipal de Saúde	13885840000120	183.362,78
PA	1507300	São Félix do Xingu	Fundo Municipal de Saúde	14051642000124	389.645,92
PA	1507409	São Francisco do Pará	Fundo Municipal de Saúde	12062549000190	114.601,74
PA	1507458	São Geraldo do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	21986531000175	160.442,43
PA	1507466	São João da Ponta	Fundo Municipal de Saúde	12091670000140	68.761,04
PA	1507474	São João de Pirabas	Fundo Municipal de Saúde	09635649000153	137.522,09
PA	1507508	São João do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	12133001000193	114.601,74
PA	1507607	São Miguel do Guamá	Fundo Municipal de Saúde	11454760000195	252.123,83
PA	1507706	São Sebastião da Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	11506487000103	160.442,43
PA	1507755	Sapucaia	Fundo Municipal de Saúde	11822995000192	68.761,04
PA	1507805	Senador José Porfírio	Fundo Municipal de Saúde	10511002000107	91.681,39
PA	1507904	Soure	Fundo Municipal de Saúde	11416878000129	160.442,43
PA	1507953	Tailândia	Fundo Municipal de Saúde	10257028000162	366.725,57
PA	1507961	Terra Alta	Fundo Municipal de Saúde	13866338000172	91.681,39
PA	1507979	Terra Santa	Fundo Municipal de Saúde	11870266000101	137.522,09
PA	1508001	Tomé-Açu	Fundo Municipal de Saúde	11745426000190	275.044,18
PA	1508035	Tracuateua	Fundo Municipal de Saúde	11739590000195	160.442,43
PA	1508050	Trairão	Fundo Municipal de Saúde	14910511000155	137.522,09
PA	1508084	Tucumã	Fundo Municipal de Saúde	11234776000192	206.283,13
PA	1508100	Tucuruí	Fundo Municipal de Saúde	11193159000196	366.725,57
PA	1508126	Ulianópolis	Fundo Municipal de Saúde	11413842000191	252.123,83
PA	1508159	Uruará	Fundo Municipal de Saúde	11899610000195	229.203,48
PA	1508209	Vigia	Fundo Municipal de Saúde	11672396000130	252.123,83
PA	1508308	Viseu	Fundo Municipal de Saúde	11984819000157	252.123,83
PA	1508357	Vitória do Xingu	Fundo Municipal de Saúde	11190812000163	114.601,74
PA	1508407	Xinguara	Fundo Municipal de Saúde	11194088000146	206.283,13
PB	2500106	Água Branca	Fundo Municipal de Saúde	10502869000198	114.276,97
PB	2500205	Aguiar	Fundo Municipal de Saúde	11267041000165	85.707,72
PB	2500304	Alagoa Grande	Fundo Municipal de Saúde	17698753000115	199.984,70
PB	2500403	Alagoa Nova	Fundo Municipal de Saúde	11838096000188	171.415,45
PB	2500502	Alagoinha	Fundo Municipal de Saúde	11757032000152	142.846,21
PB	2500536	Alcantil	Fundo Municipal de Saúde	08448753000176	85.707,72
PB	2500577	Algodão de Jandaíra	Fundo Municipal de Saúde	11903620000157	85.707,72
PB	2500601	Alhandra	Fundo Municipal de Saúde	11490408000105	171.415,45
PB	2500734	Amparo	Fundo Municipal de Saúde	08612869000107	85.707,72
PB	2500775	Aparecida	Fundo Municipal de Saúde	11956816000100	85.707,72

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	2500809	Araçagi	Fundo Municipal de Saúde	12431299000118	171.415,45
PB	2500908	Arara	Fundo Municipal de Saúde	11898585000125	114.276,97
PB	2501005	Araruna	Fundo Municipal de Saúde	11667845000151	171.415,45
PB	2501104	Areia	Fundo Municipal de Saúde	11268285000162	171.415,45
PB	2501153	Areia de Baraúnas	Fundo Municipal de Saúde	11832051000104	85.707,72
PB	2501203	Areial	Fundo Municipal de Saúde	13876013000170	85.707,72
PB	2501302	Aroeiras	Fundo Municipal de Saúde	10819820000163	171.415,45
PB	2501351	Assunção	Fundo Municipal de Saúde	11383748000137	85.707,72
PB	2501401	Baía da Traição	Fundo Municipal de Saúde	13923732000103	85.707,72
PB	2501500	Bananeiras	Fundo Municipal de Saúde	18730452000194	171.415,45
PB	2501534	Baraúna	Fundo Municipal de Saúde	01691513000159	85.707,72
PB	2501609	Barra de Santa Rosa	Fundo Municipal de Saúde	11404690000160	142.846,21
PB	2501575	Barra de Santana	Fundo Municipal de Saúde	11109361000197	85.707,72
PB	2501708	Barra de São Miguel	Fundo Municipal de Saúde	11228592000110	85.707,72
PB	2501807	Bayeux	Fundo Municipal de Saúde	11685421000110	428.538,64
PB	2501906	Belém	Fundo Municipal de Saúde	11429813000118	171.415,45
PB	2502003	Belém do Brejo do Cruz	Fundo Municipal de Saúde	12461113000173	85.707,72
PB	2502052	Bernardino Batista	Fundo Municipal de Saúde	10484826000127	85.707,72
PB	2502102	Boa Ventura	Fundo Municipal de Saúde	10570295000195	85.707,72
PB	2502151	Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	12868705000104	85.707,72
PB	2502201	Bom Jesus	Fundo Municipal de Saúde	11856862000137	85.707,72
PB	2502300	Bom Sucesso	Fundo Municipal de Saúde	12403050000107	85.707,72
PB	2502409	Bonito de Santa Fé	Fundo Municipal de Saúde	11494230000170	114.276,97
PB	2502508	Boqueirão	Fundo Municipal de Saúde	11153600000106	171.415,45
PB	2502706	Borborema	Fundo Municipal de Saúde	11594451000110	85.707,72
PB	2502805	Brejo do Cruz	Fundo Municipal de Saúde	12452534000138	142.846,21
PB	2502904	Brejo dos Santos	Fundo Municipal de Saúde	18000776000177	85.707,72
PB	2503001	Caaporã	Fundo Municipal de Saúde	10975044000190	171.415,45
PB	2503100	Cabaceiras	Fundo Municipal de Saúde	11309134000105	85.707,72
PB	2503209	Cabedelo	Fundo Municipal de Saúde	04849697000120	342.830,91
PB	2503308	Cachoeira dos Índios	Fundo Municipal de Saúde	11332636000157	114.276,97
PB	2503407	Cacimba de Areia	Fundo Municipal de Saúde	10460927000168	85.707,72
PB	2503506	Cacimba de Dentro	Fundo Municipal de Saúde	12011663000190	171.415,45
PB	2503555	Cacimbas	Fundo Municipal de Saúde	10541009000163	85.707,72
PB	2503605	Caiçara	Fundo Municipal de Saúde	17577160000109	85.707,72

PORTARIA Nº 837, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser disponibilizado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado da Bahia e Município de Salvador.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Ofício SMS/GABO nº 187/2018 da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador;

Considerando a Resolução CIB nº 242/2017, de 08 de dezembro de 2017, da Comissão Intergestora Bipartite do Estado da Bahia, que aprova a liberação de recursos ao município de Salvador; e

Considerando a NOTA TÉCNICA nº 106/2018-CGPAS/DRAC/SAS/M, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) a ser disponibilizado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Município de Salvador, em parcela única.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no Art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Salvador-BA, em parcela única, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 3º - Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

PB	2503704	Cajazeiras	Fundo Municipal de Saúde	11902878000139	342.830,91
PB	2503753	Cajazeirinhas	Fundo Municipal de Saúde	10461231000156	85.707,72
PB	2503803	Caldas Brandão	Fundo Municipal de Saúde	11238753000156	85.707,72
PB	2503902	Camalaú	Fundo Municipal de Saúde	11417610000101	85.707,72
PB	2504009	Campina Grande	Fundo Municipal de Saúde	24513574000121	949.436,85
PB	2504033	Capim	Fundo Municipal de Saúde	08730943000181	85.707,72
PB	2504074	Caraúbas	Fundo Municipal de Saúde	11431018000164	85.707,72
PB	2504108	Carrapateira	Fundo Municipal de Saúde	11579536000120	85.707,72
PB	2504157	Casserengue	Fundo Municipal de Saúde	12431437000169	85.707,72
PB	2504207	Catingueira	Fundo Municipal de Saúde	12401524000173	85.707,72
PB	2504306	Catolé do Rocha	Fundo Municipal de Saúde	12784607000199	199.984,70
PB	2504355	Caturité	Fundo Municipal de Saúde	11457024000190	85.707,72
PB	2504405	Conceição	Fundo Municipal de Saúde	05497410000103	171.415,45
PB	2504504	Condado	Fundo Municipal de Saúde	04275034000140	85.707,72
PB	2504603	Conde	Fundo Municipal de Saúde	11570107000191	199.984,70
PB	2504702	Congo	Fundo Municipal de Saúde	11436548000103	85.707,72
PB	2504801	Coremas	Fundo Municipal de Saúde	11161210000188	142.846,21
PB	2504850	Coxixola	Fundo Municipal de Saúde	11525246000101	85.707,72
PB	2504900	Cruz do Espírito Santo	Fundo Municipal de Saúde	23014200000107	171.415,45
PB	2505006	Cubati	Fundo Municipal de Saúde	08580325000100	85.707,72
PB	2505105	Cuité	Fundo Municipal de Saúde	11404674000178	171.415,45
PB	2505238	Cuité de Mamanguape	Fundo Municipal de Saúde	13099820000124	85.707,72
PB	2505204	Cuitegi	Fundo Municipal de Saúde	11780026000116	85.707,72
PB	2505279	Curral de Cima	Fundo Municipal de Saúde	17945598000194	85.707,72
PB	2505303	Curral Velho	Fundo Municipal de Saúde	10472943000170	85.707,72
PB	2505352	Damião	Fundo Municipal de Saúde	11767841000145	85.707,72

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	2505402	Desterro	Fundo Municipal de Saúde	10493355000113	85.707,72
PB	2505600	Diamante	Fundo Municipal de Saúde	10382118000185	85.707,72
PB	2505709	Dona Inês	Fundo Municipal de Saúde	11420456000127	114.276,97
PB	2505808	Duas Estradas	Fundo Municipal de Saúde	11814527000176	85.707,72
PB	2505907	Emas	Fundo Municipal de Saúde	11655026000194	85.707,72
PB	2506004	Esperança	Fundo Municipal de Saúde	12011984000195	228.553,94
PB	2506103	Fagundes	Fundo Municipal de Saúde	11307940000144	114.276,97
PB	2506202	Frei Martinho	Fundo Municipal de Saúde	11252030000101	85.707,72
PB	2506251	Gado Bravo	Fundo Municipal de Saúde	11136097000180	85.707,72
PB	2506301	Guarabira	Fundo Municipal de Saúde	13844779000173	314.261,67
PB	2506400	Gurinhém	Fundo Municipal de Saúde	11739873000137	142.846,21
PB	2506509	Gurjão	Fundo Municipal de Saúde	11432444000112	85.707,72
PB	2506608	Ibiara	Fundo Municipal de Saúde	08892967000137	85.707,72
PB	2502607	Igaracy	Fundo Municipal de Saúde	11463951000113	85.707,72
PB	2506707	Imaculada	Fundo Municipal de Saúde	11838404000175	114.276,97
PB	2506806	Ingá	Fundo Municipal de Saúde	08610110000187	171.415,45
PB	2506905	Itabaiana	Fundo Municipal de Saúde	07615929000174	199.984,70
PB	2507002	Itaporanga	Fundo Municipal de Saúde	11174552000132	199.984,70
PB	2507101	Itapororoca	Fundo Municipal de Saúde	12099621000153	171.415,45
PB	2507200	Itatuba	Fundo Municipal de Saúde	12306005000126	114.276,97
PB	2507309	Jacaraú	Fundo Municipal de Saúde	10486210000195	142.846,21
PB	2507408	Jericó	Fundo Municipal de Saúde	12009325000114	85.707,72
PB	2507507	João Pessoa	Fundo Municipal de Saúde	08715618000140	3.446.790,27
PB	2513653	Joca Claudino	Fundo Municipal de Saúde	11332661000130	85.707,72
PB	2507606	Juarez Távora	Fundo Municipal de Saúde	11908594000150	85.707,72
PB	2507705	Juazeirinho	Fundo Municipal de Saúde	11277311000119	171.415,45
PB	2507804	Junco do Seridó	Fundo Municipal de Saúde	13069201000197	85.707,72
PB	2507903	Juripiranga	Fundo Municipal de Saúde	11164805000197	114.276,97
PB	2508000	Juru	Fundo Municipal de Saúde	10538747000151	85.707,72
PB	2508109	Lagoa	Fundo Municipal de Saúde	12319873000140	85.707,72
PB	2508208	Lagoa de Dentro	Fundo Municipal de Saúde	12375571000190	85.707,72
PB	2508307	Lagoa Seca	Fundo Municipal de Saúde	11264183000179	199.984,70
PB	2508406	Lastro	Fundo Municipal de Saúde	11304889000117	85.707,72
PB	2508505	Livramento	Fundo Municipal de Saúde	11188530000121	85.707,72
PB	2508554	Logradouro	Fundo Municipal de Saúde	11268139000137	85.707,72
PB	2508604	Lucena	Fundo Municipal de Saúde	11516231000179	114.276,97
PB	2508703	Mãe d'Água	Fundo Municipal de Saúde	03627760000111	85.707,72
PB	2508802	Malta	Fundo Municipal de Saúde	12460136000163	85.707,72
PB	2508901	Mamanguape	Fundo Municipal de Saúde	08674396000164	285.692,43
PB	2509008	Manaíra	Fundo Municipal de Saúde	10522238000130	114.276,97
PB	2509057	Marcação	Fundo Municipal de Saúde	12370254000180	85.707,72
PB	2509107	Mari	Fundo Municipal de Saúde	11400094000102	171.415,45
PB	2509156	Marizópolis	Fundo Municipal de Saúde	11404727000150	85.707,72
PB	2509206	Massaranduba	Fundo Municipal de Saúde	10948421000100	142.846,21
PB	2509305	Mataraca	Fundo Municipal de Saúde	13070749000157	85.707,72
PB	2509339	Matinhas	Fundo Municipal de Saúde	12012166000107	85.707,72
PB	2509370	Mato Grosso	Fundo Municipal de Saúde	11951131000170	85.707,72
PB	2509396	Maturéia	Fundo Municipal de Saúde	11209770000165	85.707,72
PB	2509404	Mogeiro	Fundo Municipal de Saúde	10664047000103	114.276,97
PB	2509503	Montadas	Fundo Municipal de Saúde	13884126000118	85.707,72
PB	2509602	Monte Horebe	Fundo Municipal de Saúde	12445872000142	85.707,72
PB	2509701	Monteiro	Fundo Municipal de Saúde	11214763000151	228.553,94
PB	2509800	Mulungu	Fundo Municipal de Saúde	18767963000180	85.707,72
PB	2509909	Natuba	Fundo Municipal de Saúde	17975221000188	114.276,97
PB	2510006	Nazarezinho	Fundo Municipal de Saúde	12445365000109	85.707,72
PB	2510105	Nova Floresta	Fundo Municipal de Saúde	18517489000139	114.276,97
PB	2510204	Nova Olinda	Fundo Municipal de Saúde	11268720000159	85.707,72
PB	2510303	Nova Palmeira	Fundo Municipal de Saúde	08579944000177	85.707,72
PB	2510402	Olho d'Água	Fundo Municipal de Saúde	11471451000123	85.707,72
PB	2510501	Olivedos	Fundo Municipal de Saúde	17739771000106	85.707,72
PB	2510600	Ouro Velho	Fundo Municipal de Saúde	11348410000144	85.707,72
PB	2510659	Parari	Fundo Municipal de Saúde	13845567000100	85.707,72
PB	2510709	Passagem	Fundo Municipal de Saúde	12383333000126	85.707,72
PB	2510808	Patos	Fundo Municipal de Saúde	11242822000103	457.107,88
PB	2510907	Paulista	Fundo Municipal de Saúde	11247833000178	114.276,97
PB	2511004	Pedra Branca	Fundo Municipal de Saúde	12051399000119	85.707,72
PB	2511103	Pedra Lavrada	Fundo Municipal de Saúde	08932293000157	85.707,72
PB	2511202	Pedras de Fogo	Fundo Municipal de Saúde	10490987000123	199.984,70
PB	2512721	Pedro Régis	Fundo Municipal de Saúde	13072341000114	85.707,72
PB	2511301	Piancó	Fundo Municipal de Saúde	04827493000199	142.846,21
PB	2511400	Picuí	Fundo Municipal de Saúde	08619650000121	171.415,45
PB	2511509	Pilar	Fundo Municipal de Saúde	11171199000137	114.276,97
PB	2511608	Pilões	Fundo Municipal de Saúde	12044868000172	85.707,72
PB	2511707	Pilõezinhos	Fundo Municipal de Saúde	12002118000138	85.707,72
PB	2511806	Pirpirituba	Fundo Municipal de Saúde	12044829000175	114.276,97
PB	2511905	Pitimbu	Fundo Municipal de Saúde	10557425000150	171.415,45
PB	2512002	Pocinhos	Fundo Municipal de Saúde	09505246000190	171.415,45
PB	2512036	Poço Dantas	Fundo Municipal de Saúde	08743272000193	85.707,72
PB	2512077	Poço de José de Moura	Fundo Municipal de Saúde	11472830000138	85.707,72
PB	2512101	Pombal	Fundo Municipal de Saúde	10602526000103	228.553,94
PB	2512200	Prata	Fundo Municipal de Saúde	11356674000140	85.707,72
PB	2512309	Princesa Isabel	Fundo Municipal de Saúde	10473821000107	171.415,45
PB	2512408	Puxinanã	Fundo Municipal de Saúde	10521892000120	142.846,21
PB	2512507	Queimadas	Fundo Municipal de Saúde	11162629000154	285.692,43

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 838, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Ofício nº 0116, de 27 de março de 2018, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;

Considerando a Deliberação CIB-SC nº 056/18, de 26 de março de 2018, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Saúde de Santa Catarina; e

Considerando a NOTA TÉCNICA Nº 110/2018-CGPAS/DRAC/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina, de forma regular e automática, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 6ª (sexta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PB	2512606	Quixabá	Fundo Municipal de Saúde	12335016000134	85.707,72
PB	2512705	Remígio	Fundo Municipal de Saúde	11376311000176	171.415,45
PB	2512747	Riachão	Fundo Municipal de Saúde	12011137000120	85.707,72
PB	2512754	Riachão do Bacamarte	Fundo Municipal de Saúde	11565067000190	85.707,72
PB	2512762	Riachão do Poço	Fundo Municipal de Saúde	11975218000188	85.707,72
PB	2512788	Riacho de Santo Antônio	Fundo Municipal de Saúde	11170236000192	85.707,72
PB	2512804	Riacho dos Cavalos	Fundo Municipal de Saúde	12081925000193	85.707,72
PB	2512903	Rio Tinto	Fundo Municipal de Saúde	12457150000108	199.984,70
PB	2513000	Salgadinho	Fundo Municipal de Saúde	11321779000163	85.707,72
PB	2513109	Salgado de São Félix	Fundo Municipal de Saúde	11462050000107	114.276,97
PB	2513158	Santa Cecília	Fundo Municipal de Saúde	08698105000178	85.707,72
PB	2513208	Santa Cruz	Fundo Municipal de Saúde	11181651000141	85.707,72
PB	2513307	Santa Helena	Fundo Municipal de Saúde	11245287000136	85.707,72
PB	2513356	Santa Inês	Fundo Municipal de Saúde	14418667000113	85.707,72
PB	2513406	Santa Luzia	Fundo Municipal de Saúde	10425754000147	142.846,21
PB	2513703	Santa Rita	Fundo Municipal de Saúde	08694222000163	514.246,37
PB	2513802	Santa Teresinha	Fundo Municipal de Saúde	12447227000169	85.707,72
PB	2513505	Santana de Mangueira	Fundo Municipal de Saúde	11285050000189	85.707,72
PB	2513604	Santana dos Garrotes	Fundo Municipal de Saúde	12290612000145	85.707,72
PB	2513851	Santo André	Fundo Municipal de Saúde	11411482000199	85.707,72
PB	2513927	São Bentinho	Fundo Municipal de Saúde	10770716000121	85.707,72
PB	2513901	São Bento	Fundo Municipal de Saúde	02015756000130	228.553,94
PB	2513968	São Domingos de Pombal	Fundo Municipal de Saúde	17792379000112	85.707,72
PB	2513943	São Domingos do Cariri	Fundo Municipal de Saúde	11836179000138	85.707,72
PB	2513984	São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	10398439000178	85.707,72
PB	2514008	São João do Cariri	Fundo Municipal de Saúde	12447221000191	85.707,72
PB	2500700	São João do Rio do Peixe	Fundo Municipal de Saúde	17648806000193	171.415,45
PB	2514107	São João do Tigre	Fundo Municipal de Saúde	12899907000113	85.707,72
PB	2514206	São José da Lagoa Tapada	Fundo Municipal de Saúde	11420422000132	85.707,72
PB	2514305	São José de Caiana	Fundo Municipal de Saúde	10785644000196	85.707,72
PB	2514404	São José de Espinharas	Fundo Municipal de Saúde	11418606000168	85.707,72
PB	2514503	São José de Piranhas	Fundo Municipal de Saúde	11602227000123	171.415,45
PB	2514552	São José de Princesa	Fundo Municipal de Saúde	10460712000147	85.707,72
PB	2514602	São José do Bonfim	Fundo Municipal de Saúde	12526644000105	85.707,72
PB	2514651	São José do Brejo do Cruz	Fundo Municipal de Saúde	11879377000189	85.707,72
PB	2514701	São José do Sabugi	Fundo Municipal de Saúde	11850135000162	85.707,72
PB	2514800	São José dos Cordeiros	Fundo Municipal de Saúde	13491027000176	85.707,72
PB	2514453	São José dos Ramos	Fundo Municipal de Saúde	11227813000135	85.707,72
PB	2514909	São Mamede	Fundo Municipal de Saúde	04223191000101	85.707,72
PB	2515005	São Miguel de Taipu	Fundo Municipal de Saúde	11601645000104	85.707,72
PB	2515104	São Sebastião de Lagoa de Roça	Fundo Municipal de Saúde	11143891000151	114.276,97
PB	2515203	São Sebastião do Umbuzeiro	Fundo Municipal de Saúde	11364289000144	85.707,72
PB	2515302	Sapé	Fundo Municipal de Saúde	08036438000131	314.261,67
PB	2515401	Seridó	Fundo Municipal de Saúde	08573654000116	114.276,97
PB	2515500	Serra Branca	Fundo Municipal de Saúde	05456092000132	142.846,21
PB	2515609	Serra da Raiz	Fundo Municipal de Saúde	11594437000117	85.707,72
PB	2515708	Serra Grande	Fundo Municipal de Saúde	11588202000112	85.707,72
PB	2515807	Serra Redonda	Fundo Municipal de Saúde	97519352000190	85.707,72
PB	2515906	Serraria	Fundo Municipal de Saúde	12011652000100	85.707,72
PB	2515930	Sertãozinho	Fundo Municipal de Saúde	11958034000100	85.707,72
PB	2515971	Sobrado	Fundo Municipal de Saúde	12012235000182	85.707,72
PB	2516003	Solânea	Fundo Municipal de Saúde	13857317000190	199.984,70
PB	2516102	Soledade	Fundo Municipal de Saúde	02182502000106	142.846,21
PB	2516151	Sossêgo	Fundo Municipal de Saúde	11404679000109	85.707,72
PB	2516201	Sousa	Fundo Municipal de Saúde	05626697000124	342.830,91
PB	2516300	Sumé	Fundo Municipal de Saúde	11285069000125	142.846,21
PB	2516409	Tacima	Fundo Municipal de Saúde	11907806000184	114.276,97
PB	2516508	Taperoá	Fundo Municipal de Saúde	11850452000189	142.846,21
PB	2516607	Tavares	Fundo Municipal de Saúde	10598364000179	142.846,21
PB	2516706	Teixeira	Fundo Municipal de Saúde	11229326000101	142.846,21
PB	2516755	Tenório	Fundo Municipal de Saúde	11793042000143	85.707,72
PB	2516805	Triunfo	Fundo Municipal de Saúde	12794460000118	85.707,72
PB	2516904	Uiraúna	Fundo Municipal de Saúde	10435066000168	142.846,21
PB	2517001	Umbuzeiro	Fundo Municipal de Saúde	09494245000197	85.707,72
PB	2517100	Várzea	Fundo Municipal de Saúde	11228615000196	85.707,72
PB	2517209	Vieirópolis	Fundo Municipal de Saúde	14688620000170	85.707,72
PB	2505501	Vista Serrana	Fundo Municipal de Saúde	11428853000145	85.707,72
PB	2517407	Zabelê	Fundo Municipal de Saúde	11348419000155	85.707,72

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	2600054	Abreu e Lima	Fundo Municipal de Saúde	10392418000145	451.312,95
PE	2600104	Afogados da Ingazeira	Fundo Municipal de Saúde	11308823000103	240.700,24
PE	2600203	Afrânio	Fundo Municipal de Saúde	06111891000130	180.525,18
PE	2600302	Agrestina	Fundo Municipal de Saúde	10225695000163	210.612,71
PE	2600401	Água Preta	Fundo Municipal de Saúde	10316445000139	240.700,24
PE	2600500	Águas Belas	Fundo Municipal de Saúde	11209720000188	270.787,77
PE	2600609	Alagoinha	Fundo Municipal de Saúde	11419791000105	150.437,65
PE	2600708	Aliança	Fundo Municipal de Saúde	10759784000190	270.787,77
PE	2600807	Altinho	Fundo Municipal de Saúde	08470342000187	180.525,18
PE	2600906	Amaraji	Fundo Municipal de Saúde	11607836000175	180.525,18
PE	2601003	Angelim	Fundo Municipal de Saúde	10908660000129	120.350,12
PE	2601052	Araçoiaba	Fundo Municipal de Saúde	11267979000185	180.525,18
PE	2601102	Araripina	Fundo Municipal de Saúde	11390957000108	421.225,42
PE	2601201	Arcoverde	Fundo Municipal de Saúde	10339635000171	391.137,89
PE	2601300	Barra de Guabiraba	Fundo Municipal de Saúde	12680370000104	150.437,65
PE	2601409	Barreiros	Fundo Municipal de Saúde	11514360000128	300.875,30
PE	2601508	Belém de Maria	Fundo Municipal de Saúde	08851627000168	120.350,12
PE	2601607	Belém de São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	02324776000192	180.525,18
PE	2601706	Belo Jardim	Fundo Municipal de Saúde	10241913000153	391.137,89
PE	2601805	Betânia	Fundo Municipal de Saúde	19259219000138	120.350,12
PE	2601904	Bezerros	Fundo Municipal de Saúde	13486604000131	330.962,83
PE	2602001	Bodocó	Fundo Municipal de Saúde	11216167000100	270.787,77
PE	2602100	Bom Conselho	Fundo Municipal de Saúde	10800021000145	300.875,30
PE	2602209	Bom Jardim	Fundo Municipal de Saúde	10589928000107	270.787,77
PE	2602308	Bonito	Fundo Municipal de Saúde	08763979000161	270.787,77
PE	2602407	Brejão	Fundo Municipal de Saúde	11230311000163	90.262,59
PE	2602506	Brejinho	Fundo Municipal de Saúde	06242368000142	90.262,59
PE	2602605	Brejo da Madre de Deus	Fundo Municipal de Saúde	09159378000107	300.875,30
PE	2602704	Buenos Aires	Fundo Municipal de Saúde	10793670000166	120.350,12
PE	2602803	Buíque	Fundo Municipal de Saúde	11421766000166	330.962,83
PE	2602902	Cabo de Santo Agostinho	Fundo Municipal de Saúde	11168783000133	941.997,39
PE	2603009	Cabrobó	Fundo Municipal de Saúde	10907425000132	240.700,24
PE	2603108	Cachoeirinha	Fundo Municipal de Saúde	10234992000175	180.525,18
PE	2603207	Caetés	Fundo Municipal de Saúde	12398801000136	210.612,71
PE	2603306	Calçado	Fundo Municipal de Saúde	11384276000137	120.350,12
PE	2603405	Calumbi	Fundo Municipal de Saúde	11502090000135	90.262,59
PE	2603454	Camaragibe	Fundo Municipal de Saúde	41230038000138	941.997,39
PE	2603504	Camocim de São Félix	Fundo Municipal de Saúde	11870137000113	180.525,18
PE	2603603	Camutanga	Fundo Municipal de Saúde	11348486000170	90.262,59
PE	2603702	Canhotinho	Fundo Municipal de Saúde	09154486000197	210.612,71
PE	2603801	Capoeiras	Fundo Municipal de Saúde	08807619000114	180.525,18
PE	2603900	Carnaíba	Fundo Municipal de Saúde	11431858000127	180.525,18

PORTARIA Nº 839, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Pernambuco e Município de Cabrobó.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.805/GM/MS, de 20 de novembro de 2013, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Pernambuco e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação;

Considerando a Portaria nº 2.358/GM/MS, de 27 de outubro de 2014, que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado e Municípios de Pernambuco;

Considerando o Anexo III - institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a deliberação CIB nº 2.835, de 27 de janeiro de 2016, que aprova ad referendum o Remanejamento e inclusão de Leitos Clínicos Retaguarda do Plano de Ação de Atenção às Urgências e Emergências da VIII Região de Saúde da IV Macrorregião de Saúde do Estado de Pernambuco; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 744.600,00 (setecentos e quarenta e quatro mil e seiscentos reais), a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Município de Cabrobó (PE), conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1° desta Portaria referem-se à habilitação de 8 (oito) leitos novos de enfermaria clínica de retaguarda, disponíveis ao SUS, do Hospital Dr. Arnaldo Vasconcelos de Alencar, CNES 2639246, localizado no Município de Cabrobó (PE), previstos no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado de Pernambuco, conforme Portaria nº 2.805/GM/MS, de 20 de novembro de 2013.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos por esta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Cabrobó (PE).

Art. 4º O recursos orçamentários, objeto dessa Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

	IBGE	Município	UF	CNES	Estabelecimento	Gestão	Leitos de enfermaria clínica de retaguarda		Valor anual
							Novos	Qualificados	
PE	260300	Cabrobó		2639246	Hospital Dr Arnaldo Vasconcelos de Alencar	Municipal	8	0	R$ 744.600,00
	Total						R$ 744.600,00	-	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	2603926	Carnaubeira da Penha	Fundo Municipal de Saúde	11869543000166	120.350,12
PE	2604007	Carpina	Fundo Municipal de Saúde	13133909000160	421.225,42
PE	2604106	Caruaru	Fundo Municipal de Saúde	11371082000105	941.997,39
PE	2604155	Casinhas	Fundo Municipal de Saúde	07622498000173	150.437,65
PE	2604205	Catende	Fundo Municipal de Saúde	08247860000136	270.787,77
PE	2604304	Cedro	Fundo Municipal de Saúde	12424026000146	120.350,12
PE	2604403	Chã de Alegria	Fundo Municipal de Saúde	12397007000178	120.350,12
PE	2604502	Chã Grande	Fundo Municipal de Saúde	08625167000150	180.525,18
PE	2604601	Condado	Fundo Municipal de Saúde	11366609000103	210.612,71
PE	2604700	Correntes	Fundo Municipal de Saúde	10280122000132	180.525,18
PE	2604809	Cortês	Fundo Municipal de Saúde	10373148000125	120.350,12
PE	2604908	Cumaru	Fundo Municipal de Saúde	11319452000157	120.350,12
PE	2605004	Cupira	Fundo Municipal de Saúde	11472475000105	210.612,71
PE	2605103	Custódia	Fundo Municipal de Saúde	10298546000124	240.700,24
PE	2605152	Dormentes	Fundo Municipal de Saúde	11207731000129	180.525,18
PE	2605202	Escada	Fundo Municipal de Saúde	10291311000100	361.050,36
PE	2605301	Exu	Fundo Municipal de Saúde	09218925000188	240.700,24
PE	2605400	Feira Nova	Fundo Municipal de Saúde	11472134000121	180.525,18
PE	2605509	Ferreiros	Fundo Municipal de Saúde	09102679000102	120.350,12
PE	2605608	Flores	Fundo Municipal de Saúde	10392023000142	210.612,71
PE	2605707	Floresta	Fundo Municipal de Saúde	10965708000130	240.700,24
PE	2605806	Frei Miguelinho	Fundo Municipal de Saúde	13811409000130	150.437,65
PE	2605905	Gameleira	Fundo Municipal de Saúde	11334929000173	240.700,24
PE	2606002	Garanhuns	Fundo Municipal de Saúde	09342856000110	541.575,54
PE	2606101	Glória do Goitá	Fundo Municipal de Saúde	11393101000196	210.612,71
PE	2606200	Goiana	Fundo Municipal de Saúde	10545001000175	391.137,89
PE	2606309	Granito	Fundo Municipal de Saúde	11460739000100	90.262,59
PE	2606408	Gravatá	Fundo Municipal de Saúde	10710822000110	421.225,42
PE	2606507	Iati	Fundo Municipal de Saúde	11209728000144	180.525,18
PE	2606606	Ibimirim	Fundo Municipal de Saúde	10427619000130	210.612,71
PE	2606705	Ibirajuba	Fundo Municipal de Saúde	11415374000194	90.262,59
PE	2606804	Igarassu	Fundo Municipal de Saúde	12025214000100	481.400,48
PE	2606903	Iguaraci	Fundo Municipal de Saúde	11402235000126	120.350,12
PE	2607604	Ilha de Itamaracá	Fundo Municipal de Saúde	13101674000124	210.612,71
PE	2607000	Inajá	Fundo Municipal de Saúde	11266869000107	180.525,18
PE	2607109	Ingazeira	Fundo Municipal de Saúde	11208059000196	90.262,59
PE	2607208	Ipojuca	Fundo Municipal de Saúde	11248285000109	451.312,95
PE	2607307	Ipubi	Fundo Municipal de Saúde	11391568000105	210.612,71
PE	2607406	Itacuruba	Fundo Municipal de Saúde	11873674000117	90.262,59
PE	2607505	Itaíba	Fundo Municipal de Saúde	11826158000131	210.612,71
PE	2607653	Itambé	Fundo Municipal de Saúde	10417698000107	240.700,24
PE	2607703	Itapetim	Fundo Municipal de Saúde	11402511000156	150.437,65
PE	2607752	Itapissuma	Fundo Municipal de Saúde	11407543000144	210.612,71
PE	2607802	Itaquitinga	Fundo Municipal de Saúde	12848758000163	150.437,65
PE	2607901	Jaboatão dos Guararapes	Fundo Municipal de Saúde	03904395000145	941.997,39
PE	2607950	Jaqueira	Fundo Municipal de Saúde	09471844000195	120.350,12
PE	2608008	Jataúba	Fundo Municipal de Saúde	10480777000154	180.525,18
PE	2608057	Jatobá	Fundo Municipal de Saúde	11263257000152	150.437,65
PE	2608107	João Alfredo	Fundo Municipal de Saúde	10599648000180	240.700,24
PE	2608206	Joaquim Nabuco	Fundo Municipal de Saúde	10355457000172	150.437,65
PE	2608255	Jucati	Fundo Municipal de Saúde	10635804000110	120.350,12
PE	2608305	Jupi	Fundo Municipal de Saúde	09099349000105	150.437,65
PE	2608404	Jurema	Fundo Municipal de Saúde	10369937000192	150.437,65
PE	2608453	Lagoa do Carro	Fundo Municipal de Saúde	11326603000102	180.525,18
PE	2608503	Lagoa do Itaenga	Fundo Municipal de Saúde	11464118000197	180.525,18
PE	2608602	Lagoa do Ouro	Fundo Municipal de Saúde	10477153000188	120.350,12
PE	2608701	Lagoa dos Gatos	Fundo Municipal de Saúde	11425769000178	150.437,65
PE	2608750	Lagoa Grande	Fundo Municipal de Saúde	08887732000157	210.612,71
PE	2608800	Lajedo	Fundo Municipal de Saúde	08831289000100	270.787,77
PE	2608909	Limoeiro	Fundo Municipal de Saúde	10628610000198	330.962,83
PE	2609006	Macaparana	Fundo Municipal de Saúde	07165026000139	210.612,71
PE	2609105	Machados	Fundo Municipal de Saúde	08194799000106	150.437,65
PE	2609154	Manari	Fundo Municipal de Saúde	11819732000124	180.525,18
PE	2609204	Maraial	Fundo Municipal de Saúde	08680752000152	120.350,12
PE	2609303	Mirandiba	Fundo Municipal de Saúde	09096662000181	150.437,65
PE	2614303	Moreilândia	Fundo Municipal de Saúde	02302028000109	120.350,12
PE	2609402	Moreno	Fundo Municipal de Saúde	08560938000178	361.050,36
PE	2609501	Nazaré da Mata	Fundo Municipal de Saúde	09814269000186	240.700,24
PE	2609600	Olinda	Fundo Municipal de Saúde	09131029000187	941.997,39
PE	2609709	Orobó	Fundo Municipal de Saúde	11098717000134	180.525,18
PE	2609808	Orocó	Fundo Municipal de Saúde	11166049000135	150.437,65
PE	2609907	Ouricuri	Fundo Municipal de Saúde	11434981000100	361.050,36
PE	2610004	Palmares	Fundo Municipal de Saúde	00562279000105	361.050,36
PE	2610103	Palmeirina	Fundo Municipal de Saúde	08091098000141	90.262,59
PE	2610202	Panelas	Fundo Municipal de Saúde	10292425000175	210.612,71
PE	2610301	Paranatama	Fundo Municipal de Saúde	11642133000188	120.350,12
PE	2610400	Parnamirim	Fundo Municipal de Saúde	12238888000184	180.525,18
PE	2610509	Passira	Fundo Municipal de Saúde	11294475000154	210.612,71
PE	2610608	Paudalho	Fundo Municipal de Saúde	07868234000102	330.962,83
PE	2610707	Paulista	Fundo Municipal de Saúde	09251115000123	941.997,39
PE	2610806	Pedra	Fundo Municipal de Saúde	08201607000141	180.525,18
PE	2610905	Pesqueira	Fundo Municipal de Saúde	10488181000109	361.050,36
PE	2611002	Petrolândia	Fundo Municipal de Saúde	10410787000113	240.700,24
PE	2611101	Petrolina	Fundo Municipal de Saúde	06914894000101	941.997,39
PE	2611200	Poção	Fundo Municipal de Saúde	10872937000100	120.350,12
PE	2611309	Pombos	Fundo Municipal de Saúde	07781699000113	210.612,71
PE	2611408	Primavera	Fundo Municipal de Saúde	10291345000103	150.437,65
PE	2611507	Quipapá	Fundo Municipal de Saúde	11299001000103	210.612,71

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	2611533	Quixaba	Fundo Municipal de Saúde	35667229000169	90.262,59
PE	2611606	Recife	Fundo Municipal de Saúde	41090291000133	5.428.694,67
PE	2611705	Riacho das Almas	Fundo Municipal de Saúde	10939000000105	180.525,18
PE	2611804	Ribeirão	Fundo Municipal de Saúde	10395676000185	300.875,30
PE	2611903	Rio Formoso	Fundo Municipal de Saúde	11286235000108	180.525,18
PE	2612000	Sairé	Fundo Municipal de Saúde	13428757000122	90.262,59
PE	2612109	Salgadinho	Fundo Municipal de Saúde	13167387000117	120.350,12
PE	2612208	Salgueiro	Fundo Municipal de Saúde	10233967000177	330.962,83
PE	2612307	Saloá	Fundo Municipal de Saúde	10822750000100	150.437,65
PE	2612406	Sanharó	Fundo Municipal de Saúde	10725387000105	210.612,71
PE	2612455	Santa Cruz	Fundo Municipal de Saúde	11491419000100	150.437,65
PE	2612471	Santa Cruz da Baixa Verde	Fundo Municipal de Saúde	10769869000159	120.350,12
PE	2612505	Santa Cruz do Capibaribe	Fundo Municipal de Saúde	11196515000125	481.400,48
PE	2612554	Santa Filomena	Fundo Municipal de Saúde	11415674000173	150.437,65
PE	2612604	Santa Maria da Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	09216627000159	270.787,77
PE	2612703	Santa Maria do Cambucá	Fundo Municipal de Saúde	11425822000130	150.437,65
PE	2612802	Santa Terezinha	Fundo Municipal de Saúde	12071117000145	120.350,12
PE	2612901	São Benedito do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10785318000189	150.437,65
PE	2613008	São Bento do Una	Fundo Municipal de Saúde	08960773000121	330.962,83
PE	2613107	São Caitano	Fundo Municipal de Saúde	12775279000164	240.700,24
PE	2613206	São João	Fundo Municipal de Saúde	03061099000120	180.525,18
PE	2613305	São Joaquim do Monte	Fundo Municipal de Saúde	10476556000102	180.525,18

PORTARIA Nº 840, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCO da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI - União da Vitória/PR e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título IV - define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional - UCINCo, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 14.931	Hospital	Nº leitos
CNES: 2568373	APMI - Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - União da Vitória/PR	
Leito: 26.02 UCINCO		04

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS, e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS - Título IV, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 210.240,00 (duzentos e dez mil, duzentos e quarenta reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 4º, ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PE	2613404	São José da Coroa Grande	Fundo Municipal de Saúde	13661399000101	180.525,18
PE	2613503	São José do Belmonte	Fundo Municipal de Saúde	11238483000183	240.700,24
PE	2613602	São José do Egito	Fundo Municipal de Saúde	11503081000169	240.700,24
PE	2613701	São Lourenço da Mata	Fundo Municipal de Saúde	12257765000190	481.400,48
PE	2613800	São Vicente Ferrer	Fundo Municipal de Saúde	11490142000109	180.525,18
PE	2613909	Serra Talhada	Fundo Municipal de Saúde	10685971000176	421.225,42
PE	2614006	Serrita	Fundo Municipal de Saúde	11206759000141	180.525,18
PE	2614105	Sertânia	Fundo Municipal de Saúde	10373890000130	240.700,24
PE	2614204	Sirinhaém	Fundo Municipal de Saúde	11356210000133	300.875,30
PE	2614402	Solidão	Fundo Municipal de Saúde	11292383000135	90.262,59
PE	2614501	Surubim	Fundo Municipal de Saúde	08937139000178	361.050,36
PE	2614600	Tabira	Fundo Municipal de Saúde	10687065000100	210.612,71
PE	2614709	Tacaimbó	Fundo Municipal de Saúde	11844178000135	120.350,12
PE	2614808	Tacaratu	Fundo Municipal de Saúde	09188937000107	210.612,71
PE	2614857	Tamandaré	Fundo Municipal de Saúde	10298603000175	180.525,18
PE	2615003	Taquaritinga do Norte	Fundo Municipal de Saúde	08677960000100	210.612,71
PE	2615102	Terezinha	Fundo Municipal de Saúde	09111921000104	90.262,59
PE	2615201	Terra Nova	Fundo Municipal de Saúde	11196725000113	120.350,12
PE	2615300	Timbaúba	Fundo Municipal de Saúde	11360884000101	330.962,83
PE	2615409	Toritama	Fundo Municipal de Saúde	11073548000188	300.875,30
PE	2615508	Tracunhaém	Fundo Municipal de Saúde	11504633000153	150.437,65
PE	2615607	Trindade	Fundo Municipal de Saúde	11393440000172	210.612,71
PE	2615706	Triunfo	Fundo Municipal de Saúde	10334957000128	150.437,65
PE	2615805	Tupanatinga	Fundo Municipal de Saúde	10342688000141	210.612,71
PE	2615904	Tuparetama	Fundo Municipal de Saúde	11293112000102	90.262,59

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	2616001	Venturosa	Fundo Municipal de Saúde	10352324000142	180.525,18
PE	2616100	Verdejante	Fundo Municipal de Saúde	11667975000194	90.262,59
PE	2616183	Vertente do Lério	Fundo Municipal de Saúde	69902112000134	90.262,59
PE	2616209	Vertentes	Fundo Municipal de Saúde	10261245000126	180.525,18
PE	2616308	Vicência	Fundo Municipal de Saúde	10566414000136	240.700,24
PE	2616407	Vitória de Santo Antão	Fundo Municipal de Saúde	08916501000124	541.575,54
PE	2616506	Xexéu	Fundo Municipal de Saúde	11289929000107	150.437,65
PI	2200053	Acauã	Fundo Municipal de Saúde	11247157000132	71.302,26
PI	2200103	Agricolândia	Fundo Municipal de Saúde	12781355000144	71.302,26
PI	2200202	Água Branca	Fundo Municipal de Saúde	11788216000180	142.604,53
PI	2200251	Alagoinha do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11633569000100	71.302,26
PI	2200277	Alegrete do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11667410000107	71.302,26
PI	2200301	Alto Longá	Fundo Municipal de Saúde	13889895000109	118.837,11
PI	2200400	Altos	Fundo Municipal de Saúde	11483881000165	213.906,80
PI	2200459	Alvorada do Gurguéia	Fundo Municipal de Saúde	11472621000194	71.302,26
PI	2200509	Amarante	Fundo Municipal de Saúde	11346080000158	142.604,53
PI	2200608	Angical do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	00665671000171	71.302,26
PI	2200707	Anísio de Abreu	Fundo Municipal de Saúde	11984007000101	71.302,26
PI	2200806	Antônio Almeida	Fundo Municipal de Saúde	13845347000187	71.302,26
PI	2200905	Aroazes	Fundo Municipal de Saúde	12060385000161	71.302,26
PI	2200954	Aroeiras do Itaim	Fundo Municipal de Saúde	11288658000167	71.302,26
PI	2201002	Arraial	Fundo Municipal de Saúde	23179533000188	71.302,26
PI	2201051	Assunção do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11773224000152	71.302,26
PI	2201101	Avelino Lopes	Fundo Municipal de Saúde	11437178000110	95.069,69
PI	2201150	Baixa Grande do Ribeiro	Fundo Municipal de Saúde	13163496000166	95.069,69
PI	2201176	Barra D'Alcântara	Fundo Municipal de Saúde	15615658000185	71.302,26
PI	2201200	Barras	Fundo Municipal de Saúde	12493139000101	237.674,23
PI	2201309	Barreiras do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	07806207000105	71.302,26
PI	2201408	Barro Duro	Fundo Municipal de Saúde	13887006000174	71.302,26
PI	2201507	Batalha	Fundo Municipal de Saúde	11418948000188	166.371,96
PI	2201556	Bela Vista do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	13795111000183	71.302,26
PI	2201572	Belém do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	19125578000100	71.302,26
PI	2201606	Beneditinos	Fundo Municipal de Saúde	11385040000115	71.302,26
PI	2201705	Bertolínia	Fundo Municipal de Saúde	13861101000107	71.302,26
PI	2201739	Betânia do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11448556000161	71.302,26
PI	2201770	Boa Hora	Fundo Municipal de Saúde	10528850000110	71.302,26
PI	2201804	Bocaina	Fundo Municipal de Saúde	11969665000124	71.302,26
PI	2201903	Bom Jesus	Fundo Municipal de Saúde	11573603000107	166.371,96
PI	2201919	Bom Princípio do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11415679000104	71.302,26
PI	2201929	Bonfim do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11219002000192	71.302,26
PI	2201945	Boqueirão do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12552597000166	71.302,26
PI	2201960	Brasileira	Fundo Municipal de Saúde	11793069000136	71.302,26
PI	2201988	Brejo do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	13794824000122	71.302,26
PI	2202000	Buriti dos Lopes	Fundo Municipal de Saúde	21402931000196	142.604,53
PI	2202026	Buriti dos Montes	Fundo Municipal de Saúde	11490237000114	71.302,26
PI	2202059	Cabeceiras do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11805936000106	95.069,69
PI	2202075	Cajazeiras do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11783421000152	71.302,26
PI	2202083	Cajueiro da Praia	Fundo Municipal de Saúde	10423482000146	71.302,26
PI	2202091	Caldeirão Grande do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11309049000147	71.302,26
PI	2202109	Campinas do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12029461000176	71.302,26
PI	2202117	Campo Alegre do Fidalgo	Fundo Municipal de Saúde	12040245000121	71.302,26
PI	2202133	Campo Grande do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11633008000101	71.302,26
PI	2202174	Campo Largo do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11652830000110	71.302,26
PI	2202208	Campo Maior	Fundo Municipal de Saúde	11753492000102	237.674,23
PI	2202251	Canavieira	Fundo Municipal de Saúde	11672899000105	71.302,26
PI	2202307	Canto do Buriti	Fundo Municipal de Saúde	12026855000170	142.604,53
PI	2202406	Capitão de Campos	Fundo Municipal de Saúde	11613441000185	95.069,69
PI	2202455	Capitão Gervásio Oliveira	Fundo Municipal de Saúde	22939195000172	71.302,26
PI	2202505	Caracol	Fundo Municipal de Saúde	13891398000145	95.069,69
PI	2202539	Caraúbas do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12201100000165	71.302,26
PI	2202554	Caridade do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11229963000188	71.302,26
PI	2202604	Castelo do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11416437000127	142.604,53
PI	2202653	Caxingó	Fundo Municipal de Saúde	11399605000113	71.302,26
PI	2202703	Cocal	Fundo Municipal de Saúde	13737800000131	166.371,96
PI	2202711	Cocal de Telha	Fundo Municipal de Saúde	13836692000154	71.302,26
PI	2202729	Cocal dos Alves	Fundo Municipal de Saúde	13829463000102	71.302,26
PI	2202737	Coivaras	Fundo Municipal de Saúde	12140033000116	71.302,26
PI	2202752	Colônia do Gurguéia	Fundo Municipal de Saúde	12020223000108	71.302,26
PI	2202778	Colônia do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11254773000110	71.302,26
PI	2202802	Conceição do Canindé	Fundo Municipal de Saúde	11462395000160	71.302,26
PI	2202851	Coronel José Dias	Fundo Municipal de Saúde	11872740000134	71.302,26
PI	2202901	Corrente	Fundo Municipal de Saúde	11302795000109	166.371,96
PI	2203008	Cristalândia do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11319675000114	71.302,26
PI	2203107	Cristino Castro	Fundo Municipal de Saúde	12925942000160	95.069,69
PI	2203206	Curimatá	Fundo Municipal de Saúde	11920369000139	95.069,69
PI	2203230	Currais	Fundo Municipal de Saúde	02263137000164	71.302,26
PI	2203271	Curral Novo do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11367791000109	71.302,26
PI	2203255	Curralinhos	Fundo Municipal de Saúde	13398207000108	71.302,26
PI	2203305	Demerval Lobão	Fundo Municipal de Saúde	14028087000110	118.837,11
PI	2203354	Dirceu Arcoverde	Fundo Municipal de Saúde	12288795000164	71.302,26
PI	2203404	Dom Expedito Lopes	Fundo Municipal de Saúde	11801371000199	71.302,26
PI	2203453	Dom Inocêncio	Fundo Municipal de Saúde	11923409000104	71.302,26
PI	2203420	Domingos Mourão	Fundo Municipal de Saúde	12332969000149	71.302,26
PI	2203503	Elesbão Veloso	Fundo Municipal de Saúde	12004162000187	118.837,11
PI	2203602	Eliseu Martins	Fundo Municipal de Saúde	11995129000101	71.302,26
PI	2203701	Esperantina	Fundo Municipal de Saúde	11518695000114	213.906,80
PI	2203750	Fartura do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	14223471000173	71.302,26
PI	2203800	Flores do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	23129429000189	71.302,26
PI	2203859	Floresta do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11575862000169	71.302,26
PI	2203909	Floriano	Fundo Municipal de Saúde	02169204000186	261.441,65
PI	2204006	Francinópolis	Fundo Municipal de Saúde	12012374000106	71.302,26
PI	2204105	Francisco Ayres	Fundo Municipal de Saúde	12024740000147	71.302,26
PI	2204154	Francisco Macedo	Fundo Municipal de Saúde	11332537000175	71.302,26
PI	2204204	Francisco Santos	Fundo Municipal de Saúde	11228767000199	71.302,26
PI	2204303	Fronteiras	Fundo Municipal de Saúde	12044692000159	95.069,69
PI	2204352	Geminiano	Fundo Municipal de Saúde	11818604000166	71.302,26

PI	2204402	Gilbués	Fundo Municipal de Saúde	11514264000180	95.069,69
PI	2204501	Guadalupe	Fundo Municipal de Saúde	10539832000134	95.069,69
PI	2204550	Guaribas	Fundo Municipal de Saúde	12449634000105	71.302,26
PI	2204600	Hugo Napoleão	Fundo Municipal de Saúde	11775393000121	71.302,26
PI	2204659	Ilha Grande	Fundo Municipal de Saúde	12889395000104	71.302,26
PI	2204709	Inhuma	Fundo Municipal de Saúde	21490459000190	118.837,11
PI	2204808	Ipiranga do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11230975000122	71.302,26
PI	2204907	Isaías Coelho	Fundo Municipal de Saúde	12802079000153	71.302,26
PI	2205003	Itainópolis	Fundo Municipal de Saúde	11242780000100	95.069,69
PI	2205102	Itaueira	Fundo Municipal de Saúde	11676238000158	95.069,69
PI	2205151	Jacobina do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	10479183000123	71.302,26
PI	2205201	Jaicós	Fundo Municipal de Saúde	11806518000133	142.604,53
PI	2205250	Jardim do Mulato	Fundo Municipal de Saúde	11324452000145	71.302,26
PI	2205276	Jatobá do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11290064000190	71.302,26
PI	2205300	Jerumenha	Fundo Municipal de Saúde	13884491000122	71.302,26
PI	2205359	João Costa	Fundo Municipal de Saúde	11627366000101	71.302,26
PI	2205409	Joaquim Pires	Fundo Municipal de Saúde	02165050000154	118.837,11
PI	2205458	Joca Marques	Fundo Municipal de Saúde	12184391000120	71.302,26
PI	2205508	José de Freitas	Fundo Municipal de Saúde	11775142000147	213.906,80
PI	2205516	Juazeiro do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12051925000140	71.302,26
PI	2205524	Júlio Borges	Fundo Municipal de Saúde	11245343000132	71.302,26
PI	2205532	Jurema	Fundo Municipal de Saúde	23171089000154	71.302,26
PI	2205557	Lagoa Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11418976000103	71.302,26
PI	2205573	Lagoa de São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	13832071000100	71.302,26
PI	2205565	Lagoa do Barro do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	19300262000108	71.302,26
PI	2205581	Lagoa do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12502121000110	71.302,26
PI	2205599	Lagoa do Sítio	Fundo Municipal de Saúde	12162383000183	71.302,26
PI	2205540	Lagoinha do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12025398000108	71.302,26
PI	2205607	Landri Sales	Fundo Municipal de Saúde	13828789000115	71.302,26
PI	2205706	Luís Correia	Fundo Municipal de Saúde	11343911000138	166.371,96
PI	2205805	Luzilândia	Fundo Municipal de Saúde	11722919000105	166.371,96
PI	2205854	Madeiro	Fundo Municipal de Saúde	11739692000100	71.302,26
PI	2205904	Manoel Emídio	Fundo Municipal de Saúde	11785981000146	71.302,26
PI	2205953	Marcolândia	Fundo Municipal de Saúde	11890095000182	71.302,26
PI	2206001	Marcos Parente	Fundo Municipal de Saúde	13857472000107	71.302,26
PI	2206050	Massapê do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12606896000136	71.302,26
PI	2206100	Matias Olímpio	Fundo Municipal de Saúde	11852428000189	95.069,69
PI	2206209	Miguel Alves	Fundo Municipal de Saúde	11586541000160	190.139,38
PI	2206308	Miguel Leão	Fundo Municipal de Saúde	13884290000125	71.302,26
PI	2206357	Milton Brandão	Fundo Municipal de Saúde	21858225000153	71.302,26
PI	2206407	Monsenhor Gil	Fundo Municipal de Saúde	11980140000190	95.069,69
PI	2206506	Monsenhor Hipólito	Fundo Municipal de Saúde	19680967000190	71.302,26
PI	2206605	Monte Alegre do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	10441653000160	95.069,69
PI	2206654	Morro Cabeça no Tempo	Fundo Municipal de Saúde	11245163000150	71.302,26
PI	2206670	Morro do Chapéu do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11993218000100	71.302,26
PI	2206696	Murici dos Portelas	Fundo Municipal de Saúde	11949966000196	71.302,26
PI	2206704	Nazaré do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	13180767000191	71.302,26
PI	2206720	Nazária	Fundo Municipal de Saúde	10841917000172	71.302,26
PI	2206753	Nossa Senhora de Nazaré	Fundo Municipal de Saúde	12143437000163	71.302,26
PI	2206803	Nossa Senhora dos Remédios	Fundo Municipal de Saúde	11839135000161	71.302,26
PI	2207959	Nova Santa Rita	Fundo Municipal de Saúde	9754596200168	71.302,26
PI	2206902	Novo Oriente do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	13770802000122	71.302,26
PI	2206951	Novo Santo Antônio	Fundo Municipal de Saúde	11888596000124	71.302,26
PI	2207009	Oeiras	Fundo Municipal de Saúde	11317318000117	190.139,38
PI	2207108	Olho D'Água do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12432278000117	71.302,26
PI	2207207	Padre Marcos	Fundo Municipal de Saúde	11969361000167	71.302,26
PI	2207306	Paes Landim	Fundo Municipal de Saúde	11456619000121	71.302,26
PI	2207355	Pajeú do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11348321000106	71.302,26
PI	2207405	Palmeira do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11273444000117	71.302,26
PI	2207504	Palmeirais	Fundo Municipal de Saúde	11348184000100	118.837,11
PI	2207553	Paquetá	Fundo Municipal de Saúde	11648048000127	71.302,26
PI	2207603	Parnaguá	Fundo Municipal de Saúde	11956493000154	95.069,69
PI	2207702	Parnaíba	Fundo Municipal de Saúde	19374673000130	924.146,03
PI	2207751	Passagem Franca do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11891283000125	71.302,26
PI	2207777	Patos do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12081985000106	71.302,26
PI	2207793	Pau D'Arco do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11407572000106	71.302,26
PI	2207801	Paulistana	Fundo Municipal de Saúde	11963359000180	142.604,53
PI	2207850	Pavussu	Fundo Municipal de Saúde	11896666000196	71.302,26
PI	2207900	Pedro II	Fundo Municipal de Saúde	11694167000116	213.906,80
PI	2207934	Pedro Laurentino	Fundo Municipal de Saúde	19429387000124	71.302,26
PI	2208007	Picos	Fundo Municipal de Saúde	11505645000100	308.976,50
PI	2208106	Pimenteiras	Fundo Municipal de Saúde	11955506000170	95.069,69
PI	2208205	Pio IX	Fundo Municipal de Saúde	11368266000108	142.604,53
PI	2208304	Piracuruca	Fundo Municipal de Saúde	11837925000108	166.371,96
PI	2208403	Piripiri	Fundo Municipal de Saúde	10479981000155	285.209,07
PI	2208502	Porto	Fundo Municipal de Saúde	11500206000105	95.069,69
PI	2208551	Porto Alegre do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11284938000105	71.302,26
PI	2208601	Prata do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12533751000152	71.302,26
PI	2208650	Queimada Nova	Fundo Municipal de Saúde	13791643000142	71.302,26
PI	2208700	Redenção do Gurguéia	Fundo Municipal de Saúde	11819803000199	71.302,26
PI	2208809	Regeneração	Fundo Municipal de Saúde	11483785000117	142.604,53
PI	2208858	Riacho Frio	Fundo Municipal de Saúde	11973312000106	71.302,26
PI	2208874	Ribeira do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	97545970000104	71.302,26
PI	2208908	Ribeiro Gonçalves	Fundo Municipal de Saúde	11250244000149	71.302,26
PI	2209005	Rio Grande do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	23108191000105	71.302,26
PI	2209104	Santa Cruz do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12367211000146	71.302,26
PI	2209153	Santa Cruz dos Milagres	Fundo Municipal de Saúde	11307575000178	71.302,26
PI	2209203	Santa Filomena	Fundo Municipal de Saúde	11482323000185	71.302,26
PI	2209302	Santa Luz	Fundo Municipal de Saúde	19265505000106	71.302,26

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	2209377	Santa Rosa do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11963266000156	71.302,26
PI	2209351	Santana do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11787576000167	71.302,26
PI	2209401	Santo Antônio de Lisboa	Fundo Municipal de Saúde	11408453000178	71.302,26
PI	2209450	Santo Antônio dos Milagres	Fundo Municipal de Saúde	13833342000134	71.302,26
PI	2209500	Santo Inácio do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11259057000126	71.302,26
PI	2209559	São Braz do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	22908753000132	71.302,26
PI	2209609	São Félix do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11926380000106	71.302,26
PI	2209658	São Francisco de Assis do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	13876062000103	71.302,26
PI	2209708	São Francisco do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11279054000154	71.302,26
PI	2209757	São Gonçalo do Gurguéia	Fundo Municipal de Saúde	07797282000149	71.302,26
PI	2209807	São Gonçalo do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11416311000152	71.302,26
PI	2209856	São João da Canabrava	Fundo Municipal de Saúde	11247215000128	71.302,26
PI	2209872	São João da Fronteira	Fundo Municipal de Saúde	13856359000107	71.302,26
PI	2209906	São João da Serra	Fundo Municipal de Saúde	13750859000160	71.302,26
PI	2209955	São João da Varjota	Fundo Municipal de Saúde	11937669000120	71.302,26
PI	2209971	São João do Arraial	Fundo Municipal de Saúde	11504416000163	71.302,26
PI	2210003	São João do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	23132211000183	142.604,53
PI	2210052	São José do Divino	Fundo Municipal de Saúde	11268282000129	71.302,26
PI	2210102	São José do Peixe	Fundo Municipal de Saúde	11903220000141	71.302,26
PI	2210201	São José do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11289230000139	71.302,26
PI	2210300	São Julião	Fundo Municipal de Saúde	11319121000117	71.302,26
PI	2210359	São Lourenço do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12018780000186	71.302,26
PI	2210375	São Luis do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11848463000124	71.302,26
PI	2210383	São Miguel da Baixa Grande	Fundo Municipal de Saúde	12808417000164	71.302,26
PI	2210391	São Miguel do Fidalgo	Fundo Municipal de Saúde	11855813000180	71.302,26
PI	2210409	São Miguel do Tapuio	Fundo Municipal de Saúde	11316522000113	142.604,53
PI	2210508	São Pedro do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11510944000125	118.837,11
PI	2210607	São Raimundo Nonato	Fundo Municipal de Saúde	21341106000129	190.139,38
PI	2210623	Sebastião Barros	Fundo Municipal de Saúde	11347728000100	71.302,26
PI	2210631	Sebastião Leal	Fundo Municipal de Saúde	12200571000159	71.302,26
PI	2210656	Sigefredo Pacheco	Fundo Municipal de Saúde	14239717000103	71.302,26
PI	2210706	Simões	Fundo Municipal de Saúde	11794741000108	118.837,11
PI	2210805	Simplício Mendes	Fundo Municipal de Saúde	11261527000196	95.069,69
PI	2210904	Socorro do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11369736000158	71.302,26
PI	2210938	Sussuapara	Fundo Municipal de Saúde	11247326000134	71.302,26
PI	2210953	Tamboril do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11967434000181	71.302,26
PI	2210979	Tanque do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	12726143000164	71.302,26
PI	2211001	Teresina	Fundo Municipal de Saúde	11273170000166	5.385.609,79
PI	2211100	União	Fundo Municipal de Saúde	11795022000101	213.906,80
PI	2211209	Uruçuí	Fundo Municipal de Saúde	11571212000145	142.604,53
PI	2211308	Valença do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	11339353000137	142.604,53
PI	2211357	Várzea Branca	Fundo Municipal de Saúde	23085963000130	71.302,26
PI	2211407	Várzea Grande	Fundo Municipal de Saúde	13885135000123	71.302,26
PI	2211506	Vera Mendes	Fundo Municipal de Saúde	11795999000129	71.302,26
PI	2211605	Vila Nova do Piauí	Fundo Municipal de Saúde	19206569000136	71.302,26
PI	2211704	Wall Ferraz	Fundo Municipal de Saúde	11948712000153	71.302,26
PR	4100103	Abatiá	Fundo Municipal de Saúde	10881848000120	90.965,96
PR	4100202	Adrianópolis	Fundo Municipal de Saúde	13602295000118	90.965,96
PR	4100301	Agudos do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09550455000155	90.965,96
PR	4100400	Almirante Tamandaré	Fundo Municipal de Saúde	10513064000140	485.151,82
PR	4100459	Altamira do Paraná	Fundo Municipal de Saúde	09349934000108	90.965,96
PR	4128625	Alto Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	09251282000174	90.965,96
PR	4100608	Alto Paraná	Fundo Municipal de Saúde	08533932000101	151.609,94
PR	4100707	Alto Piquiri	Fundo Municipal de Saúde	09296512000111	121.287,95
PR	4100509	Altônia	Fundo Municipal de Saúde	09008389000196	181.931,93
PR	4100806	Alvorada do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09393666000121	121.287,95
PR	4100905	Amaporã	Fundo Municipal de Saúde	09149520000135	90.965,96
PR	4101002	Ampére	Fundo Municipal de Saúde	08779245000170	181.931,93
PR	4101051	Anahy	Fundo Municipal de Saúde	09421110000100	90.965,96
PR	4101101	Andirá	Fundo Municipal de Saúde	09257839000184	181.931,93
PR	4101150	Ângulo	Fundo Municipal de Saúde	09393250000103	90.965,96
PR	4101200	Antonina	Fundo Municipal de Saúde	10778273000115	181.931,93
PR	4101309	Antônio Olinto	Fundo Municipal de Saúde	10704279000148	90.965,96
PR	4101408	Apucarana	Fundo Municipal de Saúde	02575748000148	545.795,80
PR	4101507	Arapongas	Fundo Municipal de Saúde	09267609000104	515.473,81
PR	4101606	Arapoti	Fundo Municipal de Saúde	09277712000127	212.253,92
PR	4101655	Arapuã	Fundo Municipal de Saúde	09329776000124	90.965,96
PR	4101705	Araruna	Fundo Municipal de Saúde	08787360000197	151.609,94
PR	4101804	Araucária	Fundo Municipal de Saúde	10373665000102	545.795,80
PR	4101853	Ariranha do Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	09380391000191	90.965,96
PR	4101903	Assaí	Fundo Municipal de Saúde	09611017000150	151.609,94
PR	4102000	Assis Chateaubriand	Fundo Municipal de Saúde	08888105000130	242.575,91
PR	4102109	Astorga	Fundo Municipal de Saúde	08561107000110	212.253,92
PR	4102208	Atalaia	Fundo Municipal de Saúde	08676184000116	90.965,96
PR	4102307	Balsa Nova	Fundo Municipal de Saúde	10505599000179	121.287,95
PR	4102406	Bandeirantes	Fundo Municipal de Saúde	09520756000136	242.575,91
PR	4102505	Barbosa Ferraz	Fundo Municipal de Saúde	09303602000192	121.287,95
PR	4102703	Barra do Jacaré	Fundo Municipal de Saúde	09537151000158	90.965,96
PR	4102604	Barracão	Fundo Municipal de Saúde	08992896000144	121.287,95
PR	4102752	Bela Vista da Caroba	Fundo Municipal de Saúde	09214512000125	90.965,96
PR	4102802	Bela Vista do Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	10410574000191	151.609,94
PR	4102901	Bituruna	Fundo Municipal de Saúde	09428742000197	151.609,94
PR	4103008	Boa Esperança	Fundo Municipal de Saúde	09199826000104	90.965,96
PR	4103024	Boa Esperança do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	09175541000125	90.965,96
PR	4103040	Boa Ventura de São Roque	Fundo Municipal de Saúde	09373863000189	90.965,96
PR	4103057	Boa Vista da Aparecida	Fundo Municipal de Saúde	09348540000135	90.965,96
PR	4103107	Bocaiúva do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10159370000120	121.287,95

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	4103156	Bom Jesus do Sul	Fundo Municipal de Saúde	08976611000181	90.965,96
PR	4103206	Bom Sucesso	Fundo Municipal de Saúde	08730909000107	90.965,96
PR	4103222	Bom Sucesso do Sul	Fundo Municipal de Saúde	08842588000132	90.965,96
PR	4103305	Borrazópolis	Fundo Municipal de Saúde	08541968000137	90.965,96
PR	4103354	Braganey	Fundo Municipal de Saúde	11239146000100	90.965,96
PR	4103370	Brasilândia do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09569362000172	90.965,96
PR	4103404	Cafeara	Fundo Municipal de Saúde	09141808000163	90.965,96
PR	4103453	Cafelândia	Fundo Municipal de Saúde	09430164000123	181.931,93
PR	4103479	Cafezal do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09417876000102	90.965,96
PR	4103503	Califórnia	Fundo Municipal de Saúde	08747163000144	90.965,96
PR	4103602	Cambará	Fundo Municipal de Saúde	09335385000112	212.253,92
PR	4103701	Cambé	Fundo Municipal de Saúde	09406126000135	485.151,82
PR	4103800	Cambira	Fundo Municipal de Saúde	09529049000100	90.965,96
PR	4103909	Campina da Lagoa	Fundo Municipal de Saúde	10811584000139	151.609,94
PR	4103958	Campina do Simão	Fundo Municipal de Saúde	08950577000176	90.965,96
PR	4104006	Campina Grande do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11522710000106	272.897,90
PR	4104055	Campo Bonito	Fundo Municipal de Saúde	09169431000150	90.965,96
PR	4104105	Campo do Tenente	Fundo Municipal de Saúde	10411489000148	90.965,96
PR	4104204	Campo Largo	Fundo Municipal de Saúde	09209932000113	515.473,81
PR	4104253	Campo Magro	Fundo Municipal de Saúde	10325293000130	212.253,92
PR	4104303	Campo Mourão	Fundo Municipal de Saúde	09253109000105	454.829,83
PR	4104402	Cândido de Abreu	Fundo Municipal de Saúde	09481491000104	151.609,94
PR	4104428	Candói	Fundo Municipal de Saúde	09161129000156	151.609,94
PR	4104451	Cantagalo	Fundo Municipal de Saúde	09556006000114	121.287,95
PR	4104501	Capanema	Fundo Municipal de Saúde	09157931000172	181.931,93
PR	4104600	Capitão Leônidas Marques	Fundo Municipal de Saúde	09401856000143	151.609,94
PR	4104659	Carambeí	Fundo Municipal de Saúde	09280209000120	181.931,93
PR	4104709	Carlópolis	Fundo Municipal de Saúde	10601116000130	151.609,94
PR	4104808	Cascavel	Fundo Municipal de Saúde	09051532000122	776.563,18
PR	4104907	Castro	Fundo Municipal de Saúde	09267430000149	394.185,86
PR	4105003	Catanduvas	Fundo Municipal de Saúde	09335765000157	121.287,95
PR	4105102	Centenário do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09333796000179	121.287,95
PR	4105201	Cerro Azul	Fundo Municipal de Saúde	09226377000138	181.931,93
PR	4105300	Céu Azul	Fundo Municipal de Saúde	09272231000129	121.287,95
PR	4105409	Chopinzinho	Fundo Municipal de Saúde	09240678000116	181.931,93
PR	4105508	Cianorte	Fundo Municipal de Saúde	09263750000120	394.185,86
PR	4105607	Cidade Gaúcha	Fundo Municipal de Saúde	09178266000101	121.287,95
PR	4105706	Clevelândia	Fundo Municipal de Saúde	09036819000183	181.931,93
PR	4105805	Colombo	Fundo Municipal de Saúde	09398874000113	776.563,18
PR	4105904	Colorado	Fundo Municipal de Saúde	08788720000175	212.253,92
PR	4106001	Congonhinhas	Fundo Municipal de Saúde	09660468000187	90.965,96
PR	4106100	Conselheiro Mairinck	Fundo Municipal de Saúde	77732584000114	90.965,96
PR	4106209	Contenda	Fundo Municipal de Saúde	08892018000157	181.931,93
PR	4106308	Corbélia	Fundo Municipal de Saúde	09311360000189	181.931,93
PR	4106407	Cornélio Procópio	Fundo Municipal de Saúde	09342351000155	303.219,89
PR	4106456	Coronel Domingos Soares	Fundo Municipal de Saúde	08899631000104	90.965,96
PR	4106506	Coronel Vivida	Fundo Municipal de Saúde	08906533000149	181.931,93
PR	4106555	Corumbataí do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09463184000109	90.965,96
PR	4106803	Cruz Machado	Fundo Municipal de Saúde	09431414000140	181.931,93
PR	4106571	Cruzeiro do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	08889908000100	90.965,96
PR	4106605	Cruzeiro do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	08888967000163	181.931,93
PR	4106704	Cruzeiro do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09174628000188	90.965,96
PR	4106852	Cruzmaltina	Fundo Municipal de Saúde	09380253000102	90.965,96
PR	4106902	Curitiba	Fundo Municipal de Saúde	13792329000184	3.102.111,24
PR	4107009	Curiúva	Fundo Municipal de Saúde	11821646000156	151.609,94
PR	4107108	Diamante do Norte	Fundo Municipal de Saúde	09205494000115	90.965,96
PR	4107124	Diamante do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09015691000171	90.965,96
PR	4107157	Diamante D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	09219919000145	90.965,96
PR	4107207	Dois Vizinhos	Fundo Municipal de Saúde	08889455000111	272.897,90
PR	4107256	Douradina	Fundo Municipal de Saúde	08849296000121	90.965,96
PR	4107306	Doutor Camargo	Fundo Municipal de Saúde	08602448000197	90.965,96
PR	4128633	Doutor Ulysses	Fundo Municipal de Saúde	10580993000171	90.965,96
PR	4107405	Enéas Marques	Fundo Municipal de Saúde	09173312000171	90.965,96
PR	4107504	Engenheiro Beltrão	Fundo Municipal de Saúde	10541343000117	151.609,94
PR	4107538	Entre Rios do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	08931196000140	90.965,96
PR	4107520	Esperança Nova	Fundo Municipal de Saúde	04281991000189	90.965,96
PR	4107546	Espigão Alto do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	09335405000155	90.965,96
PR	4107553	Farol	Fundo Municipal de Saúde	10537130000111	90.965,96
PR	4107603	Faxinal	Fundo Municipal de Saúde	09311733000111	181.931,93
PR	4107652	Fazenda Rio Grande	Fundo Municipal de Saúde	09240360000135	454.829,83
PR	4107702	Fênix	Fundo Municipal de Saúde	09652908000154	90.965,96
PR	4107736	Fernandes Pinheiro	Fundo Municipal de Saúde	09279542000110	90.965,96
PR	4107751	Figueira	Fundo Municipal de Saúde	11200817000120	90.965,96
PR	4107850	Flor da Serra do Sul	Fundo Municipal de Saúde	08866853000112	90.965,96
PR	4107801	Floraí	Fundo Municipal de Saúde	08546488000169	90.965,96
PR	4107900	Floresta	Fundo Municipal de Saúde	08854643000104	90.965,96
PR	4108007	Florestópolis	Fundo Municipal de Saúde	10271851000122	121.287,95
PR	4108106	Flórida	Fundo Municipal de Saúde	08703778000179	90.965,96
PR	4108205	Formosa do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	09070880000147	90.965,96
PR	4108304	Foz do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	10573693000165	776.563,18
PR	4108452	Foz do Jordão	Fundo Municipal de Saúde	09564452000170	90.965,96
PR	4108320	Francisco Alves	Fundo Municipal de Saúde	09465664000109	90.965,96
PR	4108403	Francisco Beltrão	Fundo Municipal de Saúde	09165798000104	424.507,84
PR	4108502	General Carneiro	Fundo Municipal de Saúde	11367765000180	151.609,94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	4108551	Godoy Moreira	Fundo Municipal de Saúde	09476005000160	90.965,96
PR	4108601	Goioerê	Fundo Municipal de Saúde	09298629000134	212.253,92
PR	4108650	Goioxim	Fundo Municipal de Saúde	09815125000144	90.965,96
PR	4108700	Grandes Rios	Fundo Municipal de Saúde	09535844000101	90.965,96
PR	4108809	Guaíra	Fundo Municipal de Saúde	95725438000143	242.575,91
PR	4108908	Guairaçá	Fundo Municipal de Saúde	10484522000160	90.965,96
PR	4108957	Guamiranga	Fundo Municipal de Saúde	09430481000140	90.965,96
PR	4109005	Guapirama	Fundo Municipal de Saúde	09585163000158	90.965,96
PR	4109104	Guaporema	Fundo Municipal de Saúde	08819126000102	90.965,96
PR	4109203	Guaraci	Fundo Municipal de Saúde	09278400000138	90.965,96
PR	4109302	Guaraniaçu	Fundo Municipal de Saúde	08906376000171	151.609,94
PR	4109401	Guarapuava	Fundo Municipal de Saúde	09121814000159	776.563,18
PR	4109500	Guaraqueçaba	Fundo Municipal de Saúde	09511795000177	90.965,96
PR	4109609	Guaratuba	Fundo Municipal de Saúde	11343124000196	242.575,91
PR	4109658	Honório Serpa	Fundo Municipal de Saúde	09464601000120	90.965,96
PR	4109708	Ibaiti	Fundo Municipal de Saúde	09421426000193	242.575,91
PR	4109757	Ibema	Fundo Municipal de Saúde	09260523000141	90.965,96
PR	4109807	Ibiporã	Fundo Municipal de Saúde	09358665000146	333.541,88
PR	4109906	Icaraíma	Fundo Municipal de Saúde	09239144000170	90.965,96
PR	4110003	Iguaraçu	Fundo Municipal de Saúde	08823037000121	90.965,96
PR	4110052	Iguatu	Fundo Municipal de Saúde	08962000000184	90.965,96
PR	4110078	Imbaú	Fundo Municipal de Saúde	13886546000133	121.287,95
PR	4110102	Imbituva	Fundo Municipal de Saúde	09402776000102	242.575,91
PR	4110201	Inácio Martins	Fundo Municipal de Saúde	09532702000190	121.287,95
PR	4110300	Inajá	Fundo Municipal de Saúde	09457349000121	90.965,96
PR	4110409	Indianópolis	Fundo Municipal de Saúde	09282588000198	90.965,96
PR	4110508	Ipiranga	Fundo Municipal de Saúde	09280787000167	151.609,94
PR	4110607	Iporã	Fundo Municipal de Saúde	09420881000174	151.609,94
PR	4110656	Iracema do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	09168498000170	90.965,96
PR	4110706	Irati	Fundo Municipal de Saúde	09485333000122	333.541,88
PR	4110805	Iretama	Fundo Municipal de Saúde	84782952000102	121.287,95
PR	4110904	Itaguajé	Fundo Municipal de Saúde	09303133000101	90.965,96
PR	4110953	Itaipulândia	Fundo Municipal de Saúde	09333308000123	121.287,95
PR	4111001	Itambaracá	Fundo Municipal de Saúde	10015707000125	90.965,96
PR	4111100	Itambé	Fundo Municipal de Saúde	08937598000151	90.965,96
PR	4111209	Itapejara d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	09323218000151	121.287,95
PR	4111258	Itaperuçu	Fundo Municipal de Saúde	11293865000100	212.253,92
PR	4111308	Itaúna do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09272190000170	90.965,96
PR	4111407	Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	09311470000140	151.609,94
PR	4111506	Ivaiporã	Fundo Municipal de Saúde	09407873000198	242.575,91
PR	4111555	Ivaté	Fundo Municipal de Saúde	09245506000135	90.965,96
PR	4111605	Ivatuba	Fundo Municipal de Saúde	08574243000145	90.965,96
PR	4111704	Jaboti	Fundo Municipal de Saúde	09350164000113	90.965,96
PR	4111803	Jacarezinho	Fundo Municipal de Saúde	09309271000106	272.897,90
PR	4111902	Jaguapitã	Fundo Municipal de Saúde	09152857000100	121.287,95
PR	4112009	Jaguariaíva	Fundo Municipal de Saúde	10952292000116	242.575,91
PR	4112108	Jandaia do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09022372000193	181.931,93
PR	4112207	Janiópolis	Fundo Municipal de Saúde	08563196000134	90.965,96
PR	4112306	Japira	Fundo Municipal de Saúde	09342537000104	90.965,96
PR	4112405	Japurá	Fundo Municipal de Saúde	09307925000154	90.965,96
PR	4112504	Jardim Alegre	Fundo Municipal de Saúde	09389919000193	121.287,95
PR	4112603	Jardim Olinda	Fundo Municipal de Saúde	09431225000177	90.965,96
PR	4112702	Jataizinho	Fundo Municipal de Saúde	09531097000133	121.287,95
PR	4112751	Jesuítas	Fundo Municipal de Saúde	08958005000133	90.965,96
PR	4112801	Joaquim Távora	Fundo Municipal de Saúde	09532627000168	121.287,95
PR	4112900	Jundiaí do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09280837000106	90.965,96
PR	4112959	Juranda	Fundo Municipal de Saúde	00814071000128	90.965,96
PR	4113007	Jussara	Fundo Municipal de Saúde	09204028000115	90.965,96
PR	4113106	Kaloré	Fundo Municipal de Saúde	08541961000115	90.965,96
PR	4113205	Lapa	Fundo Municipal de Saúde	09477318000132	303.219,89
PR	4113254	Laranjal	Fundo Municipal de Saúde	09313556000102	90.965,96
PR	4113304	Laranjeiras do Sul	Fundo Municipal de Saúde	95587473000143	242.575,91
PR	4113403	Leópolis	Fundo Municipal de Saúde	11292318000100	90.965,96
PR	4113429	Lidianópolis	Fundo Municipal de Saúde	09492698000184	90.965,96
PR	4113452	Lindoeste	Fundo Municipal de Saúde	09268800000162	90.965,96
PR	4113502	Loanda	Fundo Municipal de Saúde	09136850000196	181.931,93
PR	4113601	Lobato	Fundo Municipal de Saúde	08542693000156	90.965,96
PR	4113700	Londrina	Fundo Municipal de Saúde	11323261000169	776.563,18
PR	4113734	Luiziana	Fundo Municipal de Saúde	10505122000193	90.965,96
PR	4113759	Lunardelli	Fundo Municipal de Saúde	08636699000192	90.965,96
PR	4113809	Lupionópolis	Fundo Municipal de Saúde	09259137000130	90.965,96
PR	4113908	Mallet	Fundo Municipal de Saúde	09399412000110	151.609,94
PR	4114005	Mamborê	Fundo Municipal de Saúde	84782697000190	151.609,94
PR	4114104	Mandaguaçu	Fundo Municipal de Saúde	08703785000170	181.931,93
PR	4114203	Mandaguari	Fundo Municipal de Saúde	09241895000120	242.575,91
PR	4114302	Mandirituba	Fundo Municipal de Saúde	10809926000186	212.253,92
PR	4114351	Manfrinópolis	Fundo Municipal de Saúde	09186062000104	90.965,96
PR	4114401	Mangueirinha	Fundo Municipal de Saúde	11009603000170	181.931,93
PR	4114500	Manoel Ribas	Fundo Municipal de Saúde	09376644000153	151.609,94
PR	4114609	Marechal Cândido Rondon	Fundo Municipal de Saúde	09256935000108	333.541,88
PR	4114708	Maria Helena	Fundo Municipal de Saúde	08859081000191	90.965,96
PR	4114807	Marialva	Fundo Municipal de Saúde	08531904000155	242.575,91
PR	4114906	Marilândia do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09328892000129	90.965,96
PR	4115002	Marilena	Fundo Municipal de Saúde	09205479000177	90.965,96
PR	4115101	Mariluz	Fundo Municipal de Saúde	00338900000143	121.287,95
PR	4115200	Maringá	Fundo Municipal de Saúde	80905706000131	776.563,18
PR	4115309	Mariópolis	Fundo Municipal de Saúde	09128114000196	90.965,96
PR	4115358	Maripá	Fundo Municipal de Saúde	08971099000180	90.965,96
PR	4115408	Marmeleiro	Fundo Municipal de Saúde	09295998000173	151.609,94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	4115457	Marquinho	Fundo Municipal de Saúde	09289986000136	90.965,96
PR	4115507	Marumbi	Fundo Municipal de Saúde	08561108000165	90.965,96
PR	4115606	Matelândia	Fundo Municipal de Saúde	09246705000168	181.931,93
PR	4115705	Matinhos	Fundo Municipal de Saúde	10951061000198	242.575,91
PR	4115739	Mato Rico	Fundo Municipal de Saúde	11786390000193	90.965,96
PR	4115754	Mauá da Serra	Fundo Municipal de Saúde	09280202000109	90.965,96
PR	4115804	Medianeira	Fundo Municipal de Saúde	09239394000100	303.219,89
PR	4115853	Mercedes	Fundo Municipal de Saúde	09133765000174	90.965,96
PR	4115903	Mirador	Fundo Municipal de Saúde	09160055000133	90.965,96
PR	4116000	Miraselva	Fundo Municipal de Saúde	10157458000102	90.965,96
PR	4116059	Missal	Fundo Municipal de Saúde	09077055000174	121.287,95
PR	4116109	Moreira Sales	Fundo Municipal de Saúde	09582499000167	121.287,95
PR	4116208	Morretes	Fundo Municipal de Saúde	11938311000112	151.609,94
PR	4116307	Munhoz de Melo	Fundo Municipal de Saúde	04143560000156	90.965,96
PR	4116406	Nossa Senhora das Graças	Fundo Municipal de Saúde	08546480000100	90.965,96
PR	4116505	Nova Aliança do Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	09444531000148	90.965,96
PR	4116604	Nova América da Colina	Fundo Municipal de Saúde	10496387000172	90.965,96
PR	4116703	Nova Aurora	Fundo Municipal de Saúde	09472866000170	121.287,95
PR	4116802	Nova Cantu	Fundo Municipal de Saúde	10502182000152	90.965,96
PR	4116901	Nova Esperança	Fundo Municipal de Saúde	08570778000148	212.253,92
PR	4116950	Nova Esperança do Sudoeste	Fundo Municipal de Saúde	08956201000179	90.965,96
PR	4117008	Nova Fátima	Fundo Municipal de Saúde	09519211000100	90.965,96
PR	4117057	Nova Laranjeiras	Fundo Municipal de Saúde	09195958000150	121.287,95
PR	4117107	Nova Londrina	Fundo Municipal de Saúde	09220022000131	121.287,95
PR	4117206	Nova Olímpia	Fundo Municipal de Saúde	00789980000153	90.965,96
PR	4117255	Nova Prata do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	09270482000174	121.287,95
PR	4117214	Nova Santa Bárbara	Fundo Municipal de Saúde	08854896000188	90.965,96
PR	4117222	Nova Santa Rosa	Fundo Municipal de Saúde	09157410000115	90.965,96
PR	4117271	Nova Tebas	Fundo Municipal de Saúde	09588897000190	90.965,96
PR	4117297	Novo Itacolomi	Fundo Municipal de Saúde	11301919000131	90.965,96
PR	4117305	Ortigueira	Fundo Municipal de Saúde	09324615000148	181.931,93
PR	4117404	Ourizona	Fundo Municipal de Saúde	11337035000137	90.965,96
PR	4117453	Ouro Verde do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	09292656000108	90.965,96
PR	4117503	Paiçandu	Fundo Municipal de Saúde	09113516000117	272.897,90
PR	4117602	Palmas	Fundo Municipal de Saúde	80873003000179	303.219,89
PR	4117701	Palmeira	Fundo Municipal de Saúde	08576163000129	242.575,91
PR	4117800	Palmital	Fundo Municipal de Saúde	09290590000109	151.609,94
PR	4117909	Palotina	Fundo Municipal de Saúde	08878760000108	242.575,91
PR	4118006	Paraíso do Norte	Fundo Municipal de Saúde	09196589000110	121.287,95
PR	4118105	Paranacity	Fundo Municipal de Saúde	08799254000123	121.287,95
PR	4118204	Paranaguá	Fundo Municipal de Saúde	10428937000116	746.241,19
PR	4118303	Paranapoema	Fundo Municipal de Saúde	12102959000117	90.965,96
PR	4118402	Paranavaí	Fundo Municipal de Saúde	08518587000137	424.507,84
PR	4118451	Pato Bragado	Fundo Municipal de Saúde	12232808000183	90.965,96
PR	4118501	Pato Branco	Fundo Municipal de Saúde	80872476000151	394.185,86
PR	4118600	Paula Freitas	Fundo Municipal de Saúde	09500961000130	90.965,96
PR	4118709	Paulo Frontin	Fundo Municipal de Saúde	12082670000183	90.965,96
PR	4118808	Peabiru	Fundo Municipal de Saúde	10572895000192	151.609,94
PR	4118857	Perobal	Fundo Municipal de Saúde	09223195000103	90.965,96
PR	4118907	Pérola	Fundo Municipal de Saúde	09350598000113	121.287,95
PR	4119004	Pérola d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	08764962000129	90.965,96
PR	4119103	Piên	Fundo Municipal de Saúde	10430481000129	121.287,95
PR	4119152	Pinhais	Fundo Municipal de Saúde	08827276000150	545.795,80
PR	4119251	Pinhal de São Bento	Fundo Municipal de Saúde	08862734000191	90.965,96
PR	4119202	Pinhalão	Fundo Municipal de Saúde	09269741000147	90.965,96
PR	4119301	Pinhão	Fundo Municipal de Saúde	09248525000115	242.575,91
PR	4119400	Piraí do Sul	Fundo Municipal de Saúde	08957376000109	212.253,92
PR	4119509	Piraquara	Fundo Municipal de Saúde	09468040000137	485.151,82
PR	4119608	Pitanga	Fundo Municipal de Saúde	09341315000177	242.575,91
PR	4119657	Pitangueiras	Fundo Municipal de Saúde	10737132000154	90.965,96
PR	4119707	Planaltina do Paraná	Fundo Municipal de Saúde	09367941000132	90.965,96
PR	4119806	Planalto	Fundo Municipal de Saúde	09272764000100	151.609,94
PR	4119905	Ponta Grossa	Fundo Municipal de Saúde	09277224000110	776.563,18
PR	4119954	Pontal do Paraná	Fundo Municipal de Saúde	09515395000130	212.253,92
PR	4120002	Porecatu	Fundo Municipal de Saúde	09412450000166	151.609,94
PR	4120101	Porto Amazonas	Fundo Municipal de Saúde	09255445000197	90.965,96
PR	4120150	Porto Barreiro	Fundo Municipal de Saúde	14119340000140	90.965,96
PR	4120200	Porto Rico	Fundo Municipal de Saúde	09267309000117	90.965,96
PR	4120309	Porto Vitória	Fundo Municipal de Saúde	09422562000106	90.965,96
PR	4120333	Prado Ferreira	Fundo Municipal de Saúde	09102090000104	90.965,96
PR	4120358	Pranchita	Fundo Municipal de Saúde	09182117000108	90.965,96
PR	4120408	Presidente Castelo Branco	Fundo Municipal de Saúde	09317557000125	90.965,96
PR	4120507	Primeiro de Maio	Fundo Municipal de Saúde	08648246000186	121.287,95
PR	4120606	Prudentópolis	Fundo Municipal de Saúde	10444476000175	333.541,88
PR	4120655	Quarto Centenário	Fundo Municipal de Saúde	09338106000174	90.965,96
PR	4120705	Quatiguá	Fundo Municipal de Saúde	09229133000109	90.965,96
PR	4120804	Quatro Barras	Fundo Municipal de Saúde	08862606000148	181.931,93
PR	4120853	Quatro Pontes	Fundo Municipal de Saúde	09079277000126	90.965,96
PR	4120903	Quedas do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	09131091000179	242.575,91
PR	4121000	Querência do Norte	Fundo Municipal de Saúde	73242695000191	121.287,95
PR	4121109	Quinta do Sol	Fundo Municipal de Saúde	10380316000100	90.965,96
PR	4121208	Quitandinha	Fundo Municipal de Saúde	10401869000100	181.931,93
PR	4121257	Ramilândia	Fundo Municipal de Saúde	09220604000118	90.965,96
PR	4121307	Rancho Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11650773000130	90.965,96
PR	4121356	Rancho Alegre D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	09307789000100	90.965,96
PR	4121406	Realeza	Fundo Municipal de Saúde	09158413000173	181.931,93
PR	4121505	Rebouças	Fundo Municipal de Saúde	09620017000116	151.609,94
PR	4121604	Renascença	Fundo Municipal de Saúde	08892866000166	90.965,96
PR	4121703	Reserva	Fundo Municipal de Saúde	15753795000186	212.253,92
PR	4121752	Reserva do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	10208952000159	90.965,96
PR	4121802	Ribeirão Claro	Fundo Municipal de Saúde	09268008000108	121.287,95
PR	4121901	Ribeirão do Pinhal	Fundo Municipal de Saúde	09654201000187	121.287,95
PR	4122008	Rio Azul	Fundo Municipal de Saúde	09423744000193	151.609,94
PR	4122107	Rio Bom	Fundo Municipal de Saúde	09010415000110	90.965,96
PR	4122156	Rio Bonito do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	09271457000105	121.287,95

PR	4122172	Rio Branco do Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	10636073000128	90.965,96
PR	4122206	Rio Branco do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10409046000112	242.575,91
PR	4122305	Rio Negro	Fundo Municipal de Saúde	09127166000148	242.575,91
PR	4122404	Rolândia	Fundo Municipal de Saúde	08737323000174	363.863,87
PR	4122503	Roncador	Fundo Municipal de Saúde	10517867000172	121.287,95
PR	4122602	Rondon	Fundo Municipal de Saúde	08927244000126	90.965,96
PR	4122651	Rosário do Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	09314015000107	90.965,96
PR	4122701	Sabáudia	Fundo Municipal de Saúde	09618261000144	90.965,96
PR	4122800	Salgado Filho	Fundo Municipal de Saúde	08992808000104	90.965,96
PR	4122909	Salto do Itararé	Fundo Municipal de Saúde	11582670000180	90.965,96
PR	4123006	Salto do Lontra	Fundo Municipal de Saúde	08873090000137	151.609,94
PR	4123105	Santa Amélia	Fundo Municipal de Saúde	13716087000140	90.965,96
PR	4123204	Santa Cecília do Pavão	Fundo Municipal de Saúde	10651971000155	90.965,96
PR	4123303	Santa Cruz de Monte Castelo	Fundo Municipal de Saúde	08857186000101	90.965,96
PR	4123402	Santa Fé	Fundo Municipal de Saúde	08541779000164	121.287,95
PR	4123501	Santa Helena	Fundo Municipal de Saúde	09201882000128	212.253,92
PR	4123600	Santa Inês	Fundo Municipal de Saúde	09301952000110	90.965,96
PR	4123709	Santa Isabel do Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	09350916000146	90.965,96
PR	4123808	Santa Izabel do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	08916107000196	151.609,94
PR	4123824	Santa Lúcia	Fundo Municipal de Saúde	09502448000188	90.965,96
PR	4123857	Santa Maria do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	10644621000161	121.287,95
PR	4123907	Santa Mariana	Fundo Municipal de Saúde	09658719000199	121.287,95
PR	4123956	Santa Mônica	Fundo Municipal de Saúde	09226464000195	90.965,96
PR	4124020	Santa Tereza do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12288286000131	121.287,95
PR	4124053	Santa Terezinha de Itaipu	Fundo Municipal de Saúde	09217518000156	181.931,93
PR	4124004	Santana do Itararé	Fundo Municipal de Saúde	09300003000115	90.965,96
PR	4124103	Santo Antônio da Platina	Fundo Municipal de Saúde	09571543000133	303.219,89
PR	4124202	Santo Antônio do Caiuá	Fundo Municipal de Saúde	08817021000106	90.965,96
PR	4124301	Santo Antônio do Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	09506905000102	90.965,96
PR	4124400	Santo Antônio do Sudoeste	Fundo Municipal de Saúde	09263736000127	181.931,93
PR	4124509	Santo Inácio	Fundo Municipal de Saúde	08549559000187	90.965,96
PR	4124608	São Carlos do Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	09235678000128	90.965,96
PR	4124707	São Jerônimo da Serra	Fundo Municipal de Saúde	10188734000108	121.287,95
PR	4124806	São João	Fundo Municipal de Saúde	08993221000110	121.287,95
PR	4124905	São João do Caiuá	Fundo Municipal de Saúde	10376983000119	90.965,96
PR	4125001	São João do Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	09424427000191	121.287,95
PR	4125100	São João do Triunfo	Fundo Municipal de Saúde	09285785000160	151.609,94
PR	4125308	São Jorge do Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	08654419000179	90.965,96
PR	4125357	São Jorge do Patrocínio	Fundo Municipal de Saúde	00604061000168	90.965,96
PR	4125209	São Jorge d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	09275990000145	90.965,96
PR	4125407	São José da Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	10485140000150	90.965,96
PR	4125456	São José das Palmeiras	Fundo Municipal de Saúde	09005558000134	90.965,96
PR	4125506	São José dos Pinhais	Fundo Municipal de Saúde	09237668000121	776.563,18
PR	4125555	São Manoel do Paraná	Fundo Municipal de Saúde	09198067000157	90.965,96
PR	4125605	São Mateus do Sul	Fundo Municipal de Saúde	09426565000100	303.219,89
PR	4125704	São Miguel do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	09220037000108	212.253,92
PR	4125753	São Pedro do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	09258961000175	90.965,96
PR	4125803	São Pedro do Ivaí	Fundo Municipal de Saúde	10588370000145	121.287,95
PR	4125902	São Pedro do Paraná	Fundo Municipal de Saúde	10551725000121	90.965,96
PR	4126009	São Sebastião da Amoreira	Fundo Municipal de Saúde	09000336000129	90.965,96
PR	4126108	São Tomé	Fundo Municipal de Saúde	09196559000103	90.965,96
PR	4126207	Sapopema	Fundo Municipal de Saúde	10260827000198	90.965,96
PR	4126256	Sarandi	Fundo Municipal de Saúde	09262602000191	454.829,83
PR	4126272	Saudade do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	09227510000170	90.965,96
PR	4126306	Sengés	Fundo Municipal de Saúde	09271085000117	181.931,93
PR	4126355	Serranópolis do Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	09202632000102	90.965,96
PR	4126405	Sertaneja	Fundo Municipal de Saúde	09377047000143	90.965,96
PR	4126504	Sertanópolis	Fundo Municipal de Saúde	10901090000145	151.609,94
PR	4126603	Siqueira Campos	Fundo Municipal de Saúde	09353968000176	181.931,93
PR	4126652	Sulina	Fundo Municipal de Saúde	09004299000127	90.965,96
PR	4126678	Tamarana	Fundo Municipal de Saúde	09242908000186	151.609,94
PR	4126702	Tamboara	Fundo Municipal de Saúde	09291168000178	90.965,96
PR	4126801	Tapejara	Fundo Municipal de Saúde	08896068000102	151.609,94
PR	4126900	Tapira	Fundo Municipal de Saúde	09597602000142	90.965,96
PR	4127007	Teixeira Soares	Fundo Municipal de Saúde	09277522000100	121.287,95
PR	4127106	Telêmaco Borba	Fundo Municipal de Saúde	10505434000105	394.185,86
PR	4127205	Terra Boa	Fundo Municipal de Saúde	09343691000109	181.931,93
PR	4127304	Terra Rica	Fundo Municipal de Saúde	09241202000108	151.609,94
PR	4127403	Terra Roxa	Fundo Municipal de Saúde	09289387000112	181.931,93
PR	4127502	Tibagi	Fundo Municipal de Saúde	09277109000145	181.931,93
PR	4127601	Tijucas do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10302092000118	151.609,94
PR	4127700	Toledo	Fundo Municipal de Saúde	08885072000175	545.795,80
PR	4127809	Tomazina	Fundo Municipal de Saúde	09361081000120	90.965,96
PR	4127858	Três Barras do Paraná	Fundo Municipal de Saúde	09185764000173	121.287,95
PR	4127882	Tunas do Paraná	Fundo Municipal de Saúde	11628595000140	90.965,96
PR	4127908	Tuneiras do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	09053493000100	90.965,96
PR	4127957	Tupãssi	Fundo Municipal de Saúde	09152804000180	90.965,96
PR	4127965	Turvo	Fundo Municipal de Saúde	09354277000197	151.609,94
PR	4128005	Ubiratã	Fundo Municipal de Saúde	09254084000164	181.931,93
PR	4128104	Umuarama	Fundo Municipal de Saúde	08931506000126	485.151,82
PR	4128203	União da Vitória	Fundo Municipal de Saúde	09519131000154	333.541,88
PR	4128302	Uniflor	Fundo Municipal de Saúde	08600424000107	90.965,96
PR	4128401	Uraí	Fundo Municipal de Saúde	10920715000116	121.287,95
PR	4128534	Ventania	Fundo Municipal de Saúde	09281376000196	121.287,95
PR	4128559	Vera Cruz do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	09276606000129	90.965,96
PR	4128609	Verê	Fundo Municipal de Saúde	09213457000159	90.965,96
PR	4128658	Virmond	Fundo Municipal de Saúde	09297420000156	90.965,96
PR	4128708	Vitorino	Fundo Municipal de Saúde	09118695000185	90.965,96
PR	4128500	Wenceslau Braz	Fundo Municipal de Saúde	09521192000156	181.931,93
PR	4128807	Xambrê	Fundo Municipal de Saúde	09318853000140	90.965,96
RJ	3300100	Angra dos Reis	Fundo Municipal de Saúde	39157029000117	621.067,30
RJ	3300159	Aperibé	Fundo Municipal de Saúde	02934539000143	97.749,82
RJ	3300209	Araruama	Fundo Municipal de Saúde	11885839000170	415.436,73
RJ	3300225	Areal	Fundo Municipal de Saúde	06810909000191	97.749,82
RJ	3300233	Armação dos Búzios	Fundo Municipal de Saúde	11962794000190	195.499,64

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	3300258	Arraial do Cabo	Fundo Municipal de Saúde	11144705000107	171.062,18
RJ	3300308	Barra do Piraí	Fundo Municipal de Saúde	01606604000149	366.561,82
RJ	3300407	Barra Mansa	Fundo Municipal de Saúde	36507127000149	621.067,30
RJ	3300456	Belford Roxo	Fundo Municipal de Saúde	11868019000170	621.067,30
RJ	3300506	Bom Jardim	Fundo Municipal de Saúde	11867889000125	171.062,18
RJ	3300605	Bom Jesus do Itabapoana	Fundo Municipal de Saúde	11959800000150	195.499,64
RJ	3300704	Cabo Frio	Fundo Municipal de Saúde	12292556000188	621.067,30
RJ	3300803	Cachoeiras de Macacu	Fundo Municipal de Saúde	13817576000198	268.812,00
RJ	3300902	Cambuci	Fundo Municipal de Saúde	13891753000186	122.187,27
RJ	3301009	Campos dos Goytacazes	Fundo Municipal de Saúde	11384874000106	621.067,30
RJ	3301108	Cantagalo	Fundo Municipal de Saúde	03576656000145	146.624,73
RJ	3300936	Carapebus	Fundo Municipal de Saúde	08361606000164	122.187,27
RJ	3301157	Cardoso Moreira	Fundo Municipal de Saúde	11389387000136	97.749,82
RJ	3301207	Carmo	Fundo Municipal de Saúde	11762815000124	146.624,73
RJ	3301306	Casimiro de Abreu	Fundo Municipal de Saúde	08772020000192	219.937,09
RJ	3300951	Comendador Levy Gasparian	Fundo Municipal de Saúde	11813986000135	73.312,36
RJ	3301405	Conceição de Macabu	Fundo Municipal de Saúde	08640219000167	146.624,73
RJ	3301504	Cordeiro	Fundo Municipal de Saúde	03716759000163	146.624,73
RJ	3301603	Duas Barras	Fundo Municipal de Saúde	13034389000138	97.749,82
RJ	3301702	Duque de Caxias	Fundo Municipal de Saúde	11128809000110	621.067,30
RJ	3301801	Engenheiro Paulo de Frontin	Fundo Municipal de Saúde	12023070000144	97.749,82
RJ	3301850	Guapimirim	Fundo Municipal de Saúde	12468947000100	268.812,00
RJ	3301876	Iguaba Grande	Fundo Municipal de Saúde	03581920000139	171.062,18
RJ	3301900	Itaboraí	Fundo Municipal de Saúde	11865033000110	621.067,30
RJ	3302007	Itaguaí	Fundo Municipal de Saúde	11855524000180	415.436,73
RJ	3302056	Italva	Fundo Municipal de Saúde	10411707000144	122.187,27
RJ	3302106	Itaocara	Fundo Municipal de Saúde	14999490000196	146.624,73
RJ	3302205	Itaperuna	Fundo Municipal de Saúde	39215827000158	366.561,82
RJ	3302254	Itatiaia	Fundo Municipal de Saúde	10476365000140	195.499,64
RJ	3302270	Japeri	Fundo Municipal de Saúde	11294684000106	366.561,82
RJ	3302304	Laje do Muriaé	Fundo Municipal de Saúde	11461379000153	73.312,36
RJ	3302403	Macaé	Fundo Municipal de Saúde	11308894000106	621.067,30
RJ	3302452	Macuco	Fundo Municipal de Saúde	11504310000160	73.312,36
RJ	3302502	Magé	Fundo Municipal de Saúde	12133004000127	621.067,30
RJ	3302601	Mangaratiba	Fundo Municipal de Saúde	12349225000137	219.937,09
RJ	3302700	Maricá	Fundo Municipal de Saúde	04311955000110	596.629,84
RJ	3302809	Mendes	Fundo Municipal de Saúde	12014954000132	146.624,73
RJ	3302858	Mesquita	Fundo Municipal de Saúde	06083453000105	621.067,30
RJ	3302908	Miguel Pereira	Fundo Municipal de Saúde	12240308000193	171.062,18
RJ	3303005	Miracema	Fundo Municipal de Saúde	36285484000100	171.062,18
RJ	3303104	Natividade	Fundo Municipal de Saúde	12396542000104	122.187,27
RJ	3303203	Nilópolis	Fundo Municipal de Saúde	11390042000100	621.067,30
RJ	3303302	Niterói	Fundo Municipal de Saúde	11249035000185	621.067,30
RJ	3303401	Nova Friburgo	Fundo Municipal de Saúde	11399442000179	621.067,30
RJ	3303500	Nova Iguaçu	Fundo Municipal de Saúde	10497795000149	621.067,30
RJ	3303609	Paracambi	Fundo Municipal de Saúde	09206510000194	244.374,55
RJ	3303708	Paraíba do Sul	Fundo Municipal de Saúde	22959877000147	219.937,09
RJ	3303807	Parati	Fundo Municipal de Saúde	12640342000155	219.937,09
RJ	3303856	Paty do Alferes	Fundo Municipal de Saúde	11297536000137	171.062,18
RJ	3303906	Petrópolis	Fundo Municipal de Saúde	11129492000136	621.067,30
RJ	3303955	Pinheiral	Fundo Municipal de Saúde	01648573000199	171.062,18
RJ	3304003	Piraí	Fundo Municipal de Saúde	12047232000184	171.062,18
RJ	3304102	Porciúncula	Fundo Municipal de Saúde	12097798000110	146.624,73
RJ	3304110	Porto Real	Fundo Municipal de Saúde	12107049000127	146.624,73
RJ	3304128	Quatis	Fundo Municipal de Saúde	16559032000161	122.187,27
RJ	3304144	Queimados	Fundo Municipal de Saúde	13807681000146	596.629,84
RJ	3304151	Quissamã	Fundo Municipal de Saúde	11892333000199	146.624,73
RJ	3304201	Resende	Fundo Municipal de Saúde	11800731000138	415.436,73
RJ	3304300	Rio Bonito	Fundo Municipal de Saúde	12116187000172	268.812,00
RJ	3304409	Rio Claro	Fundo Municipal de Saúde	11171092000199	146.624,73
RJ	3304508	Rio das Flores	Fundo Municipal de Saúde	11120153000199	73.312,36
RJ	3304524	Rio das Ostras	Fundo Municipal de Saúde	02341441000182	439.874,19
RJ	3304557	Rio de Janeiro	Fundo Municipal de Saúde	11715094000100	3.015.941,48
RJ	3304607	Santa Maria Madalena	Fundo Municipal de Saúde	11183882000194	73.312,36
RJ	3304706	Santo Antônio de Pádua	Fundo Municipal de Saúde	04249257000132	219.937,09
RJ	3304805	São Fidélis	Fundo Municipal de Saúde	11835031000189	219.937,09
RJ	3304755	São Francisco de Itabapoana	Fundo Municipal de Saúde	11389542000114	219.937,09
RJ	3304904	São Gonçalo	Fundo Municipal de Saúde	11884903000107	621.067,30
RJ	3305000	São João da Barra	Fundo Municipal de Saúde	04543783000100	195.499,64
RJ	3305109	São João de Meriti	Fundo Municipal de Saúde	10435993000188	621.067,30
RJ	3305133	São José de Ubá	Fundo Municipal de Saúde	12598712000133	73.312,36
RJ	3305158	São José do Vale do Rio Preto	Fundo Municipal de Saúde	12440744000106	146.624,73
RJ	3305208	São Pedro da Aldeia	Fundo Municipal de Saúde	04182700000103	366.561,82
RJ	3305307	São Sebastião do Alto	Fundo Municipal de Saúde	11174211000167	73.312,36
RJ	3305406	Sapucaia	Fundo Municipal de Saúde	02911953000137	146.624,73
RJ	3305505	Saquarema	Fundo Municipal de Saúde	12361936000127	342.124,37
RJ	3305554	Seropédica	Fundo Municipal de Saúde	13813107000109	342.124,37
RJ	3305604	Silva Jardim	Fundo Municipal de Saúde	11740547000140	146.624,73
RJ	3305703	Sumidouro	Fundo Municipal de Saúde	13828365000150	122.187,27
RJ	3305752	Tanguá	Fundo Municipal de Saúde	12246631000174	195.499,64
RJ	3305802	Teresópolis	Fundo Municipal de Saúde	11274201000101	621.067,30
RJ	3305901	Trajano de Morais	Fundo Municipal de Saúde	12995547000153	97.749,82
RJ	3306008	Três Rios	Fundo Municipal de Saúde	11405835000148	317.686,91
RJ	3306107	Valença	Fundo Municipal de Saúde	11934211000118	317.686,91
RJ	3306156	Varre-Sai	Fundo Municipal de Saúde	07900983000161	97.749,82
RJ	3306206	Vassouras	Fundo Municipal de Saúde	11216262000104	195.499,64
RJ	3306305	Volta Redonda	Fundo Municipal de Saúde	39563911000162	621.067,30
RN	2400109	Acari	Fundo Municipal de Saúde	11826099000100	114.841,18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	2400208	Açu	Fundo Municipal de Saúde	11642164000139	315.813,25
RN	2400307	Afonso Bezerra	Fundo Municipal de Saúde	17754921000142	114.841,18
RN	2400406	Água Nova	Fundo Municipal de Saúde	70031570000124	86.130,88
RN	2400505	Alexandria	Fundo Municipal de Saúde	13783947000168	143.551,47
RN	2400604	Almino Afonso	Fundo Municipal de Saúde	12528215000169	86.130,88
RN	2400703	Alto do Rodrigues	Fundo Municipal de Saúde	97546089000128	143.551,47
RN	2400802	Angicos	Fundo Municipal de Saúde	11820900000100	114.841,18
RN	2400901	Antônio Martins	Fundo Municipal de Saúde	10676422000135	86.130,88
RN	2401008	Apodi	Fundo Municipal de Saúde	11424658000147	229.682,36
RN	2401107	Areia Branca	Fundo Municipal de Saúde	11397301000117	200.972,07
RN	2401206	Arês	Fundo Municipal de Saúde	11802520000134	143.551,47
RN	2401305	Augusto Severo	Fundo Municipal de Saúde	11344210000113	86.130,88
RN	2401404	Baía Formosa	Fundo Municipal de Saúde	13851527000171	86.130,88
RN	2401453	Baraúna	Fundo Municipal de Saúde	12512241000107	200.972,07
RN	2401503	Barcelona	Fundo Municipal de Saúde	12290707000169	86.130,88
RN	2401602	Bento Fernandes	Fundo Municipal de Saúde	11842621000139	86.130,88
RN	2401651	Bodó	Fundo Municipal de Saúde	11371881000173	86.130,88
RN	2401701	Bom Jesus	Fundo Municipal de Saúde	17928645000191	114.841,18
RN	2401800	Brejinho	Fundo Municipal de Saúde	12202003000197	114.841,18
RN	2401859	Caiçara do Norte	Fundo Municipal de Saúde	12456468000174	86.130,88
RN	2401909	Caiçara do Rio do Vento	Fundo Municipal de Saúde	11882147000179	86.130,88
RN	2402006	Caicó	Fundo Municipal de Saúde	12433830000191	344.523,55
RN	2402105	Campo Redondo	Fundo Municipal de Saúde	11276262000108	114.841,18
RN	2402204	Canguaretama	Fundo Municipal de Saúde	13094678000122	229.682,36
RN	2402303	Caraúbas	Fundo Municipal de Saúde	11388450000110	172.261,77
RN	2402402	Carnaúba dos Dantas	Fundo Municipal de Saúde	10292556000152	86.130,88
RN	2402501	Carnaubais	Fundo Municipal de Saúde	11509226000139	114.841,18
RN	2402600	Ceará-Mirim	Fundo Municipal de Saúde	12113794000189	373.233,84
RN	2402709	Cerro Corá	Fundo Municipal de Saúde	10267386000156	114.841,18
RN	2402808	Coronel Ezequiel	Fundo Municipal de Saúde	13203985000102	86.130,88
RN	2402907	Coronel João Pessoa	Fundo Municipal de Saúde	17767390000122	86.130,88
RN	2403004	Cruzeta	Fundo Municipal de Saúde	11268314000196	86.130,88
RN	2403103	Currais Novos	Fundo Municipal de Saúde	11341031000122	287.102,95
RN	2403202	Doutor Severiano	Fundo Municipal de Saúde	11870066000159	86.130,88
RN	2403301	Encanto	Fundo Municipal de Saúde	10267363000141	86.130,88
RN	2403400	Equador	Fundo Municipal de Saúde	13937170000149	86.130,88
RN	2403509	Espírito Santo	Fundo Municipal de Saúde	11599234000113	114.841,18
RN	2403608	Extremoz	Fundo Municipal de Saúde	11362487000179	200.972,07
RN	2403707	Felipe Guerra	Fundo Municipal de Saúde	12452550000120	86.130,88
RN	2403756	Fernando Pedroza	Fundo Municipal de Saúde	11326830000120	86.130,88
RN	2403806	Florânia	Fundo Municipal de Saúde	10310587000199	86.130,88
RN	2403905	Francisco Dantas	Fundo Municipal de Saúde	11973748000197	86.130,88
RN	2404002	Frutuoso Gomes	Fundo Municipal de Saúde	11313547000163	86.130,88
RN	2404101	Galinhos	Fundo Municipal de Saúde	97521878000104	86.130,88
RN	2404200	Goianinha	Fundo Municipal de Saúde	12256410000187	200.972,07
RN	2404309	Governador Dix-Sept Rosado	Fundo Municipal de Saúde	14684811000163	114.841,18
RN	2404408	Grossos	Fundo Municipal de Saúde	11418305000134	114.841,18
RN	2404507	Guamaré	Fundo Municipal de Saúde	12184274000167	143.551,47
RN	2404606	Ielmo Marinho	Fundo Municipal de Saúde	11463911000171	143.551,47
RN	2404705	Ipanguaçu	Fundo Municipal de Saúde	13070236000146	143.551,47
RN	2404804	Ipueira	Fundo Municipal de Saúde	11931702000105	86.130,88
RN	2404853	Itajá	Fundo Municipal de Saúde	13869898000180	86.130,88
RN	2404903	Itaú	Fundo Municipal de Saúde	70031612000127	86.130,88
RN	2405009	Jaçanã	Fundo Municipal de Saúde	11824316000114	86.130,88
RN	2405108	Jandaíra	Fundo Municipal de Saúde	11908279000122	86.130,88
RN	2405207	Janduís	Fundo Municipal de Saúde	11257347000130	86.130,88
RN	2405306	Januário Cicco	Fundo Municipal de Saúde	11485886000127	86.130,88
RN	2405405	Japi	Fundo Municipal de Saúde	12348746000170	86.130,88
RN	2405504	Jardim de Angicos	Fundo Municipal de Saúde	12707802000115	86.130,88
RN	2405603	Jardim de Piranhas	Fundo Municipal de Saúde	11851459000115	143.551,47
RN	2405702	Jardim do Seridó	Fundo Municipal de Saúde	11341171000109	114.841,18
RN	2405801	João Câmara	Fundo Municipal de Saúde	12083881000130	229.682,36
RN	2405900	João Dias	Fundo Municipal de Saúde	12097695000150	86.130,88
RN	2406007	José da Penha	Fundo Municipal de Saúde	12652881000104	86.130,88
RN	2406106	Jucurutu	Fundo Municipal de Saúde	11280802000119	172.261,77
RN	2406155	Jundiá	Fundo Municipal de Saúde	14034776000137	86.130,88
RN	2406205	Lagoa d'Anta	Fundo Municipal de Saúde	13878637000127	86.130,88
RN	2406304	Lagoa de Pedras	Fundo Municipal de Saúde	11674326000110	86.130,88
RN	2406403	Lagoa de Velhos	Fundo Municipal de Saúde	11623854000140	86.130,88
RN	2406502	Lagoa Nova	Fundo Municipal de Saúde	11415626000185	143.551,47
RN	2406601	Lagoa Salgada	Fundo Municipal de Saúde	12455620000102	86.130,88
RN	2406700	Lajes	Fundo Municipal de Saúde	11955493000130	114.841,18
RN	2406809	Lajes Pintadas	Fundo Municipal de Saúde	11956753000191	86.130,88
RN	2406908	Lucrécia	Fundo Municipal de Saúde	11994380000143	86.130,88
RN	2407005	Luís Gomes	Fundo Municipal de Saúde	12268029000138	114.841,18
RN	2407104	Macaíba	Fundo Municipal de Saúde	11303093000140	373.233,84
RN	2407203	Macau	Fundo Municipal de Saúde	11243234000186	229.682,36
RN	2407252	Major Sales	Fundo Municipal de Saúde	13249021000197	86.130,88
RN	2407302	Marcelino Vieira	Fundo Municipal de Saúde	13441844000110	86.130,88
RN	2407401	Martins	Fundo Municipal de Saúde	12448797000173	86.130,88
RN	2407500	Maxaranguape	Fundo Municipal de Saúde	11731856000153	114.841,18
RN	2407609	Messias Targino	Fundo Municipal de Saúde	11331024000140	86.130,88
RN	2407708	Montanhas	Fundo Municipal de Saúde	13402120000167	114.841,18
RN	2407807	Monte Alegre	Fundo Municipal de Saúde	12585986000198	172.261,77
RN	2407906	Monte das Gameleiras	Fundo Municipal de Saúde	11975244000106	86.130,88

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	2408003	Mossoró	Fundo Municipal de Saúde	11965996000196	914.452,71
RN	2408102	Natal	Fundo Municipal de Saúde	19376335000137	3.102.111,24
RN	2408201	Nísia Floresta	Fundo Municipal de Saúde	11736676000164	200.972,07
RN	2408300	Nova Cruz	Fundo Municipal de Saúde	12212308000180	258.392,66
RN	2408409	Olho-d'Água do Borges	Fundo Municipal de Saúde	11339844000188	86.130,88
RN	2408508	Ouro Branco	Fundo Municipal de Saúde	12233027000103	86.130,88
RN	2408607	Paraná	Fundo Municipal de Saúde	12806280000109	86.130,88
RN	2408706	Paraú	Fundo Municipal de Saúde	13424573000194	86.130,88
RN	2408805	Parazinho	Fundo Municipal de Saúde	11959203000126	86.130,88
RN	2408904	Parelhas	Fundo Municipal de Saúde	11447568000171	172.261,77
RN	2403251	Parnamirim	Fundo Municipal de Saúde	23148526000119	914.452,71
RN	2409100	Passa e Fica	Fundo Municipal de Saúde	11353961000104	114.841,18
RN	2409209	Passagem	Fundo Municipal de Saúde	12182206000169	86.130,88
RN	2409308	Patu	Fundo Municipal de Saúde	19189534000136	114.841,18
RN	2409407	Pau dos Ferros	Fundo Municipal de Saúde	11692750000198	200.972,07
RN	2409506	Pedra Grande	Fundo Municipal de Saúde	11787452000181	86.130,88
RN	2409605	Pedra Preta	Fundo Municipal de Saúde	10343901000130	86.130,88
RN	2409704	Pedro Avelino	Fundo Municipal de Saúde	11879812000175	86.130,88
RN	2409803	Pedro Velho	Fundo Municipal de Saúde	11913437000132	143.551,47
RN	2409902	Pendências	Fundo Municipal de Saúde	11823949000108	143.551,47
RN	2410009	Pilões	Fundo Municipal de Saúde	12780534000167	86.130,88
RN	2410108	Poço Branco	Fundo Municipal de Saúde	19233726000100	143.551,47
RN	2410207	Portalegre	Fundo Municipal de Saúde	11283265000160	86.130,88
RN	2410256	Porto do Mangue	Fundo Municipal de Saúde	12193377000193	86.130,88
RN	2410306	Presidente Juscelino	Fundo Municipal de Saúde	11597116000176	86.130,88
RN	2410405	Pureza	Fundo Municipal de Saúde	11924499000140	86.130,88
RN	2410504	Rafael Fernandes	Fundo Municipal de Saúde	11814540000125	86.130,88
RN	2410603	Rafael Godeiro	Fundo Municipal de Saúde	12406776000195	86.130,88
RN	2410702	Riacho da Cruz	Fundo Municipal de Saúde	12921556000108	86.130,88
RN	2410801	Riacho de Santana	Fundo Municipal de Saúde	11374021000193	86.130,88
RN	2410900	Riachuelo	Fundo Municipal de Saúde	12148443000103	86.130,88
RN	2408953	Rio do Fogo	Fundo Municipal de Saúde	11419125000177	114.841,18
RN	2411007	Rodolfo Fernandes	Fundo Municipal de Saúde	70031323000128	86.130,88
RN	2411106	Ruy Barbosa	Fundo Municipal de Saúde	11418483000165	86.130,88
RN	2411205	Santa Cruz	Fundo Municipal de Saúde	11356489000155	258.392,66
RN	2409332	Santa Maria	Fundo Municipal de Saúde	11500433000122	86.130,88
RN	2411403	Santana do Matos	Fundo Municipal de Saúde	11842698000109	114.841,18
RN	2411429	Santana do Seridó	Fundo Municipal de Saúde	10709689000181	86.130,88
RN	2411502	Santo Antônio	Fundo Municipal de Saúde	12569702000170	200.972,07
RN	2411601	São Bento do Norte	Fundo Municipal de Saúde	12003717000176	86.130,88
RN	2411700	São Bento do Trairí	Fundo Municipal de Saúde	12165795000177	86.130,88
RN	2411809	São Fernando	Fundo Municipal de Saúde	12050421000106	86.130,88
RN	2411908	São Francisco do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	13886253000156	86.130,88
RN	2412005	São Gonçalo do Amarante	Fundo Municipal de Saúde	14026965000168	430.654,43
RN	2412104	São João do Sabugi	Fundo Municipal de Saúde	12035174000179	86.130,88
RN	2412203	São José de Mipibu	Fundo Municipal de Saúde	11496829000143	258.392,66
RN	2412302	São José do Campestre	Fundo Municipal de Saúde	11904347000185	114.841,18
RN	2412401	São José do Seridó	Fundo Municipal de Saúde	11942301000150	86.130,88
RN	2412500	São Miguel	Fundo Municipal de Saúde	13880529000199	172.261,77
RN	2412559	São Miguel do Gostoso	Fundo Municipal de Saúde	11403013000128	86.130,88
RN	2412609	São Paulo do Potengi	Fundo Municipal de Saúde	11248215000142	172.261,77
RN	2412708	São Pedro	Fundo Municipal de Saúde	11988535000139	86.130,88
RN	2412807	São Rafael	Fundo Municipal de Saúde	13750841000168	86.130,88
RN	2412906	São Tomé	Fundo Municipal de Saúde	12008003000150	114.841,18
RN	2413003	São Vicente	Fundo Municipal de Saúde	11261481000105	86.130,88
RN	2413102	Senador Elói de Souza	Fundo Municipal de Saúde	11911029000141	86.130,88
RN	2413201	Senador Georgino Avelino	Fundo Municipal de Saúde	12268522000158	86.130,88
RN	2413300	Serra de São Bento	Fundo Municipal de Saúde	13298751000188	86.130,88
RN	2413359	Serra do Mel	Fundo Municipal de Saúde	13876864000113	114.841,18
RN	2413409	Serra Negra do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11851501000106	86.130,88
RN	2413508	Serrinha	Fundo Municipal de Saúde	18007064000180	86.130,88
RN	2413557	Serrinha dos Pintos	Fundo Municipal de Saúde	10275997000146	86.130,88
RN	2413607	Severiano Melo	Fundo Municipal de Saúde	14231159000121	86.130,88
RN	2413706	Sítio Novo	Fundo Municipal de Saúde	12220142000143	86.130,88
RN	2413805	Taboleiro Grande	Fundo Municipal de Saúde	10277035000126	86.130,88
RN	2413904	Taipu	Fundo Municipal de Saúde	17712304000184	114.841,18
RN	2414001	Tangará	Fundo Municipal de Saúde	11295071000185	143.551,47
RN	2414100	Tenente Ananias	Fundo Municipal de Saúde	11398767000137	114.841,18
RN	2414159	Tenente Laurentino Cruz	Fundo Municipal de Saúde	12233412000150	86.130,88
RN	2411056	Tibau	Fundo Municipal de Saúde	12745010000135	86.130,88
RN	2414209	Tibau do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11863962000190	143.551,47
RN	2414308	Timbaúba dos Batistas	Fundo Municipal de Saúde	12434976000151	86.130,88
RN	2414407	Touros	Fundo Municipal de Saúde	18325678000100	229.682,36
RN	2414456	Triunfo Potiguar	Fundo Municipal de Saúde	11334360000146	86.130,88
RN	2414506	Umarizal	Fundo Municipal de Saúde	12439069000103	114.841,18
RN	2414605	Upanema	Fundo Municipal de Saúde	11843482000168	143.551,47
RN	2414704	Várzea	Fundo Municipal de Saúde	13846823000184	86.130,88
RN	2414753	Venha-Ver	Fundo Municipal de Saúde	11306711000105	86.130,88
RN	2414803	Vera Cruz	Fundo Municipal de Saúde	12047228000116	114.841,18
RN	2414902	Viçosa	Fundo Municipal de Saúde	11313552000176	86.130,88
RN	2415008	Vila Flor	Fundo Municipal de Saúde	12581224000113	86.130,88
RO	1100015	Alta Floresta D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11402806000122	144.686,77
RO	1100379	Alto Alegre dos Parecis	Fundo Municipal de Saúde	11913577000100	103.347,69
RO	1100403	Alto Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	04316867000101	124.017,23

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	1100346	Alvorada D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	13008260000155	103.347,69
RO	1100023	Ariquemes	Fundo Municipal de Saúde	07582909000144	330.712,62
RO	1100452	Buritis	Fundo Municipal de Saúde	11079071000148	186.025,85
RO	1100031	Cabixi	Fundo Municipal de Saúde	19217292000147	62.008,61
RO	1100601	Cacaulândia	Fundo Municipal de Saúde	11876352000121	62.008,61
RO	1100049	Cacoal	Fundo Municipal de Saúde	19112323000103	289.373,54
RO	1100700	Campo Novo de Rondônia	Fundo Municipal de Saúde	11478439000140	103.347,69
RO	1100809	Candeias do Jamari	Fundo Municipal de Saúde	84744853000128	144.686,77
RO	1100908	Castanheiras	Fundo Municipal de Saúde	11176515000163	62.008,61
RO	1100056	Cerejeiras	Fundo Municipal de Saúde	19181382000125	124.017,23
RO	1100924	Chupinguaia	Fundo Municipal de Saúde	08673415000138	82.678,15
RO	1100064	Colorado do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	19275776000142	124.017,23
RO	1100072	Corumbiara	Fundo Municipal de Saúde	15246041000130	62.008,61
RO	1100080	Costa Marques	Fundo Municipal de Saúde	22004126000177	124.017,23
RO	1100940	Cujubim	Fundo Municipal de Saúde	11485023000150	124.017,23
RO	1100098	Espigão D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	23109604000176	165.356,31
RO	1101005	Governador Jorge Teixeira	Fundo Municipal de Saúde	11502951000185	62.008,61
RO	1100106	Guajará-Mirim	Fundo Municipal de Saúde	23273682000101	206.695,39
RO	1101104	Itapuã do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11264342000135	82.678,15
RO	1100114	Jaru	Fundo Municipal de Saúde	04279238000159	227.364,92
RO	1100122	Ji-Paraná	Fundo Municipal de Saúde	19122075000173	372.051,70
RO	1100130	Machadinho D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	19047937000140	186.025,85
RO	1101203	Ministro Andreazza	Fundo Municipal de Saúde	19361548000195	82.678,15
RO	1101302	Mirante da Serra	Fundo Municipal de Saúde	06016618000126	82.678,15
RO	1101401	Monte Negro	Fundo Municipal de Saúde	11957240000103	103.347,69
RO	1100148	Nova Brasilândia D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	23085655000105	124.017,23
RO	1100338	Nova Mamoré	Fundo Municipal de Saúde	22992304000115	144.686,77
RO	1101435	Nova União	Fundo Municipal de Saúde	08987945000150	62.008,61
RO	1100502	Novo Horizonte do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	13890217000166	62.008,61
RO	1100155	Ouro Preto do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	13705838000122	186.025,85
RO	1101450	Parecis	Fundo Municipal de Saúde	23045893000197	62.008,61
RO	1100189	Pimenta Bueno	Fundo Municipal de Saúde	08968508000190	186.025,85
RO	1101468	Pimenteiras do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12756355000194	62.008,61
RO	1100205	Porto Velho	Fundo Municipal de Saúde	11155765000117	2.412.753,18
RO	1100254	Presidente Médici	Fundo Municipal de Saúde	08460326000103	124.017,23
RO	1101476	Primavera de Rondônia	Fundo Municipal de Saúde	04128655000109	62.008,61
RO	1100262	Rio Crespo	Fundo Municipal de Saúde	11779393000108	62.008,61
RO	1100288	Rolim de Moura	Fundo Municipal de Saúde	07851282000180	227.364,92
RO	1100296	Santa Luzia D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11811613000125	62.008,61
RO	1101484	São Felipe D'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11295659000139	62.008,61
RO	1101492	São Francisco do Guaporé	Fundo Municipal de Saúde	11328684000171	124.017,23
RO	1100320	São Miguel do Guaporé	Fundo Municipal de Saúde	09536254000101	144.686,77
RO	1101500	Seringueiras	Fundo Municipal de Saúde	11465675000122	82.678,15
RO	1101559	Teixeirópolis	Fundo Municipal de Saúde	13877281000107	62.008,61
RO	1101609	Theobroma	Fundo Municipal de Saúde	11328835000191	82.678,15
RO	1101708	Urupá	Fundo Municipal de Saúde	21817418000166	82.678,15
RO	1101757	Vale do Anari	Fundo Municipal de Saúde	08966882000156	82.678,15
RO	1101807	Vale do Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	19314027000187	62.008,61
RO	1100304	Vilhena	Fundo Municipal de Saúde	21467008000132	310.043,08
RR	1400050	Alto Alegre	Fundo Municipal de Saúde	15713230000175	61.272,00
RR	1400027	Amajari	Fundo Municipal de Saúde	12322548000137	49.017,61
RR	1400100	Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	13464636000136	4.308.487,83
RR	1400159	Bonfim	Fundo Municipal de Saúde	11958876000161	49.017,61
RR	1400175	Cantá	Fundo Municipal de Saúde	11856913000120	61.272,00
RR	1400209	Caracaraí	Fundo Municipal de Saúde	13939816000127	73.526,40
RR	1400233	Caroebe	Fundo Municipal de Saúde	15668251000116	36.763,22
RR	1400282	Iracema	Fundo Municipal de Saúde	11849562000120	49.017,61
RR	1400308	Mucajaí	Fundo Municipal de Saúde	09344140000151	61.272,00
RR	1400407	Normandia	Fundo Municipal de Saúde	12349521000138	49.017,61
RR	1400456	Pacaraima	Fundo Municipal de Saúde	11513131000199	49.017,61
RR	1400472	Rorainópolis	Fundo Municipal de Saúde	12236981000150	85.780,80
RR	1400506	São João da Baliza	Fundo Municipal de Saúde	11290944000167	36.763,22
RR	1400605	São Luiz	Fundo Municipal de Saúde	11812717000154	36.763,21
RR	1400704	Uiramutã	Fundo Municipal de Saúde	12409570000119	36.763,22
RS	4300034	Aceguá	Fundo Municipal de Saúde	12147428000140	79.281,32
RS	4300059	Água Santa	Fundo Municipal de Saúde	12106919000143	79.281,32
RS	4300109	Agudo	Fundo Municipal de Saúde	12476351000152	158.562,64
RS	4300208	Ajuricaba	Fundo Municipal de Saúde	11672686000183	79.281,32
RS	4300307	Alecrim	Fundo Municipal de Saúde	12076276000132	79.281,32
RS	4300406	Alegrete	Fundo Municipal de Saúde	11431321000167	343.552,39
RS	4300455	Alegria	Fundo Municipal de Saúde	11734587000189	79.281,32
RS	4300471	Almirante Tamandaré do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12523085000171	79.281,32
RS	4300505	Alpestre	Fundo Municipal de Saúde	11789290000110	79.281,32
RS	4300554	Alto Alegre	Fundo Municipal de Saúde	12127111000142	79.281,32
RS	4300570	Alto Feliz	Fundo Municipal de Saúde	10537485000100	79.281,32
RS	4300604	Alvorada	Fundo Municipal de Saúde	14069503000128	698.665,54
RS	4300638	Amaral Ferrador	Fundo Municipal de Saúde	11948838000128	79.281,32
RS	4300646	Ametista do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11244236000190	79.281,32
RS	4300661	André da Rocha	Fundo Municipal de Saúde	12137867000172	79.281,32
RS	4300703	Anta Gorda	Fundo Municipal de Saúde	12056960000152	79.281,32
RS	4300802	Antônio Prado	Fundo Municipal de Saúde	12062365000120	105.708,43
RS	4300851	Arambaré	Fundo Municipal de Saúde	12433016000177	79.281,32
RS	4300877	Araricá	Fundo Municipal de Saúde	11635124000160	79.281,32
RS	4300901	Aratiba	Fundo Municipal de Saúde	12200790000138	79.281,32
RS	4301008	Arroio do Meio	Fundo Municipal de Saúde	12126869000166	158.562,64
RS	4301073	Arroio do Padre	Fundo Municipal de Saúde	12535298000113	79.281,32
RS	4301057	Arroio do Sal	Fundo Municipal de Saúde	11766512000180	79.281,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	4301206	Arroio do Tigre	Fundo Municipal de Saúde	11997264000188	105.708,43
RS	4301107	Arroio dos Ratos	Fundo Municipal de Saúde	12220162000114	132.135,53
RS	4301305	Arroio Grande	Fundo Municipal de Saúde	13901138000103	158.562,64
RS	4301404	Arvorezinha	Fundo Municipal de Saúde	11636789000198	105.708,43
RS	4301503	Augusto Pestana	Fundo Municipal de Saúde	12250562000172	79.281,32
RS	4301552	Áurea	Fundo Municipal de Saúde	12441542000189	79.281,32
RS	4301602	Bagé	Fundo Municipal de Saúde	11821226000170	449.260,82
RS	4301636	Balneário Pinhal	Fundo Municipal de Saúde	11468991000158	105.708,43
RS	4301651	Barão	Fundo Municipal de Saúde	11232569000107	79.281,32
RS	4301701	Barão de Cotegipe	Fundo Municipal de Saúde	11709721000191	79.281,32
RS	4301750	Barão do Triunfo	Fundo Municipal de Saúde	13895181000103	79.281,32
RS	4301859	Barra do Guarita	Fundo Municipal de Saúde	12438307000158	79.281,32
RS	4301875	Barra do Quaraí	Fundo Municipal de Saúde	12456775000155	79.281,32
RS	4301909	Barra do Ribeiro	Fundo Municipal de Saúde	13852788000106	105.708,43
RS	4301925	Barra do Rio Azul	Fundo Municipal de Saúde	12123735000191	79.281,32
RS	4301958	Barra Funda	Fundo Municipal de Saúde	11986059000117	79.281,32
RS	4301800	Barracão	Fundo Municipal de Saúde	11980753000127	79.281,32
RS	4302006	Barros Cassal	Fundo Municipal de Saúde	12063448000133	105.708,43
RS	4302055	Benjamin Constant do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12065923000100	79.281,32
RS	4302105	Bento Gonçalves	Fundo Municipal de Saúde	11436612000148	422.833,72
RS	4302154	Boa Vista das Missões	Fundo Municipal de Saúde	12040018000104	79.281,32
RS	4302204	Boa Vista do Buricá	Fundo Municipal de Saúde	12403731000167	79.281,32
RS	4302220	Boa Vista do Cadeado	Fundo Municipal de Saúde	12133440000104	79.281,32
RS	4302238	Boa Vista do Incra	Fundo Municipal de Saúde	12131855000130	79.281,32
RS	4302253	Boa Vista do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12157403000128	79.281,32
RS	4302303	Bom Jesus	Fundo Municipal de Saúde	11931808000109	105.708,43
RS	4302352	Bom Princípio	Fundo Municipal de Saúde	11389385000147	105.708,43
RS	4302378	Bom Progresso	Fundo Municipal de Saúde	12112822000143	79.281,32
RS	4302402	Bom Retiro do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12218782000119	105.708,43
RS	4302451	Boqueirão do Leão	Fundo Municipal de Saúde	10819930000125	79.281,32
RS	4302501	Bossoroca	Fundo Municipal de Saúde	14272517000144	79.281,32
RS	4302584	Bozano	Fundo Municipal de Saúde	12320813000148	79.281,32
RS	4302600	Braga	Fundo Municipal de Saúde	13859857000103	79.281,32
RS	4302659	Brochier	Fundo Municipal de Saúde	10616321000179	79.281,32
RS	4302709	Butiá	Fundo Municipal de Saúde	12113820000179	158.562,64
RS	4302808	Caçapava do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11973128000158	211.416,86
RS	4302907	Cacequi	Fundo Municipal de Saúde	13893378000103	105.708,43
RS	4303004	Cachoeira do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11965721000152	369.979,50
RS	4303103	Cachoeirinha	Fundo Municipal de Saúde	11686923000165	449.260,82
RS	4303202	Cacique Doble	Fundo Municipal de Saúde	11837020000138	79.281,32
RS	4303301	Caibaté	Fundo Municipal de Saúde	12188745000105	79.281,32
RS	4303400	Caiçara	Fundo Municipal de Saúde	11486830000197	79.281,32
RS	4303509	Camaquã	Fundo Municipal de Saúde	12623171000156	317.125,29
RS	4303558	Camargo	Fundo Municipal de Saúde	12326723000164	79.281,32
RS	4303608	Cambará do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12100062000154	79.281,32
RS	4303673	Campestre da Serra	Fundo Municipal de Saúde	12452816000135	79.281,32
RS	4303707	Campina das Missões	Fundo Municipal de Saúde	11472547000106	79.281,32
RS	4303806	Campinas do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11537821000188	79.281,32
RS	4303905	Campo Bom	Fundo Municipal de Saúde	11310266000157	317.125,29
RS	4304002	Campo Novo	Fundo Municipal de Saúde	11686423000123	79.281,32
RS	4304101	Campos Borges	Fundo Municipal de Saúde	11700631000130	79.281,32
RS	4304200	Candelária	Fundo Municipal de Saúde	12052931000112	211.416,86
RS	4304309	Cândido Godói	Fundo Municipal de Saúde	12449404000146	79.281,32
RS	4304358	Candiota	Fundo Municipal de Saúde	12760175000186	79.281,32
RS	4304408	Canela	Fundo Municipal de Saúde	12013178000156	237.843,96
RS	4304507	Canguçu	Fundo Municipal de Saúde	12268064000157	290.698,18
RS	4304606	Canoas	Fundo Municipal de Saúde	11413650000185	698.665,54
RS	4304614	Canudos do Vale	Fundo Municipal de Saúde	11963245000130	79.281,32
RS	4304622	Capão Bonito do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12351278000192	79.281,32
RS	4304630	Capão da Canoa	Fundo Municipal de Saúde	11859710000198	264.271,07
RS	4304655	Capão do Cipó	Fundo Municipal de Saúde	11983404000169	79.281,32
RS	4304663	Capão do Leão	Fundo Municipal de Saúde	11826769000180	184.989,75
RS	4304689	Capela de Santana	Fundo Municipal de Saúde	10572500000151	105.708,43
RS	4304697	Capitão	Fundo Municipal de Saúde	12652391000108	79.281,32
RS	4304671	Capivari do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12271942000193	79.281,32
RS	4304713	Caraá	Fundo Municipal de Saúde	12140784000132	79.281,32
RS	4304705	Carazinho	Fundo Municipal de Saúde	11836978000104	317.125,29
RS	4304804	Carlos Barbosa	Fundo Municipal de Saúde	10372245000101	184.989,75
RS	4304853	Carlos Gomes	Fundo Municipal de Saúde	12014000000120	79.281,32
RS	4304903	Casca	Fundo Municipal de Saúde	12232778000105	79.281,32
RS	4304952	Caseiros	Fundo Municipal de Saúde	12390666000182	79.281,32
RS	4305009	Catuípe	Fundo Municipal de Saúde	12584861000143	79.281,32
RS	4305108	Caxias do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10546325000128	698.665,54
RS	4305116	Centenário	Fundo Municipal de Saúde	11893804000183	79.281,32
RS	4305124	Cerrito	Fundo Municipal de Saúde	12247632000133	79.281,32
RS	4305132	Cerro Branco	Fundo Municipal de Saúde	12137715000170	79.281,32
RS	4305157	Cerro Grande	Fundo Municipal de Saúde	13690762000109	79.281,32
RS	4305173	Cerro Grande do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11712396000116	105.708,43
RS	4305207	Cerro Largo	Fundo Municipal de Saúde	11948865000109	132.135,53
RS	4305306	Chapada	Fundo Municipal de Saúde	13973429000107	79.281,32
RS	4305355	Charqueadas	Fundo Municipal de Saúde	12717209000150	237.843,96
RS	4305371	Charrua	Fundo Municipal de Saúde	12288184000116	79.281,32
RS	4305405	Chiapetta	Fundo Municipal de Saúde	12131923000161	79.281,32
RS	4305439	Chuí	Fundo Municipal de Saúde	11589184000193	79.281,32
RS	4305447	Chuvisca	Fundo Municipal de Saúde	11342353000196	79.281,32
RS	4305454	Cidreira	Fundo Municipal de Saúde	13417345000197	132.135,53
RS	4305504	Ciríaco	Fundo Municipal de Saúde	12215432000107	79.281,32
RS	4305587	Colinas	Fundo Municipal de Saúde	12018688000116	79.281,32
RS	4305603	Colorado	Fundo Municipal de Saúde	11827123000117	79.281,32
RS	4305702	Condor	Fundo Municipal de Saúde	12021052000123	79.281,32
RS	4305801	Constantina	Fundo Municipal de Saúde	10708004000182	79.281,32
RS	4305835	Coqueiro Baixo	Fundo Municipal de Saúde	12152805000130	79.281,32
RS	4305850	Coqueiros do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12006111000194	79.281,32
RS	4305871	Coronel Barros	Fundo Municipal de Saúde	10484396000143	79.281,32
RS	4305900	Coronel Bicaco	Fundo Municipal de Saúde	12192438000106	79.281,32
RS	4305934	Coronel Pilar	Fundo Municipal de Saúde	10578989000179	79.281,32

RS	4305959	Cotiporã	Fundo Municipal de Saúde	11763357000148	79.281,32
RS	4305975	Coxilha	Fundo Municipal de Saúde	12360135000147	79.281,32
RS	4306007	Crissiumal	Fundo Municipal de Saúde	12007174000165	132.135,53
RS	4306056	Cristal	Fundo Municipal de Saúde	11237130000169	79.281,32
RS	4306072	Cristal do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12595766000145	79.281,32
RS	4306106	Cruz Alta	Fundo Municipal de Saúde	11565792000168	317.125,29
RS	4306130	Cruzaltense	Fundo Municipal de Saúde	11991560000171	79.281,32
RS	4306205	Cruzeiro do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12135145000189	105.708,43
RS	4306304	David Canabarro	Fundo Municipal de Saúde	12158842000155	79.281,32
RS	4306320	Derrubadas	Fundo Municipal de Saúde	12360326000109	79.281,32
RS	4306353	Dezesseis de Novembro	Fundo Municipal de Saúde	11270203000114	79.281,32
RS	4306379	Dilermando de Aguiar	Fundo Municipal de Saúde	13008378000183	79.281,32
RS	4306403	Dois Irmãos	Fundo Municipal de Saúde	11437296000129	211.416,86
RS	4306429	Dois Irmãos das Missões	Fundo Municipal de Saúde	11998823000174	79.281,32
RS	4306452	Dois Lajeados	Fundo Municipal de Saúde	11999714000171	79.281,32
RS	4306502	Dom Feliciano	Fundo Municipal de Saúde	12295000000145	132.135,53
RS	4306601	Dom Pedrito	Fundo Municipal de Saúde	10566741000198	237.843,96
RS	4306551	Dom Pedro de Alcântara	Fundo Municipal de Saúde	12330951000108	79.281,32
RS	4306700	Dona Francisca	Fundo Municipal de Saúde	11454177000184	79.281,32
RS	4306734	Doutor Maurício Cardoso	Fundo Municipal de Saúde	12149331000177	79.281,32
RS	4306759	Doutor Ricardo	Fundo Municipal de Saúde	12253356000116	79.281,32
RS	4306767	Eldorado do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10401625000119	237.843,96
RS	4306809	Encantado	Fundo Municipal de Saúde	12149722000191	158.562,64
RS	4306908	Encruzilhada do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11862971000167	184.989,75
RS	4306924	Engenho Velho	Fundo Municipal de Saúde	12142963000109	79.281,32
RS	4306957	Entre Rios do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11808907000106	79.281,32
RS	4306932	Entre-Ijuís	Fundo Municipal de Saúde	10456115000149	79.281,32
RS	4306973	Erebango	Fundo Municipal de Saúde	12087616000120	79.281,32
RS	4307005	Erechim	Fundo Municipal de Saúde	11966932000100	422.833,72
RS	4307054	Ernestina	Fundo Municipal de Saúde	12489437000110	79.281,32
RS	4307203	Erval Grande	Fundo Municipal de Saúde	11772998000169	79.281,32
RS	4307302	Erval Seco	Fundo Municipal de Saúde	12113283000167	79.281,32
RS	4307401	Esmeralda	Fundo Municipal de Saúde	12292052000168	79.281,32
RS	4307450	Esperança do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11948927000174	79.281,32
RS	4307500	Espumoso	Fundo Municipal de Saúde	12796996000172	132.135,53
RS	4307559	Estação	Fundo Municipal de Saúde	11259700000111	79.281,32
RS	4307609	Estância Velha	Fundo Municipal de Saúde	11287173000159	264.271,07
RS	4307708	Esteio	Fundo Municipal de Saúde	12140369000189	369.979,50
RS	4307807	Estrela	Fundo Municipal de Saúde	11262866000197	211.416,86
RS	4307815	Estrela Velha	Fundo Municipal de Saúde	12027770000107	79.281,32
RS	4307831	Eugênio de Castro	Fundo Municipal de Saúde	11844166000100	79.281,32
RS	4307864	Fagundes Varela	Fundo Municipal de Saúde	11227908000159	79.281,32
RS	4307906	Farroupilha	Fundo Municipal de Saúde	14296302000163	317.125,29
RS	4308003	Faxinal do Soturno	Fundo Municipal de Saúde	11731081000116	79.281,32
RS	4308052	Faxinalzinho	Fundo Municipal de Saúde	12132481000178	79.281,32
RS	4308078	Fazenda Vilanova	Fundo Municipal de Saúde	10696467000171	79.281,32
RS	4308102	Feliz	Fundo Municipal de Saúde	11484627000181	105.708,43
RS	4308201	Flores da Cunha	Fundo Municipal de Saúde	10443938000130	184.989,75
RS	4308250	Floriano Peixoto	Fundo Municipal de Saúde	12165926000116	79.281,32
RS	4308300	Fontoura Xavier	Fundo Municipal de Saúde	12100530000190	105.708,43
RS	4308409	Formigueiro	Fundo Municipal de Saúde	12033362000168	79.281,32
RS	4308433	Forquetinha	Fundo Municipal de Saúde	12163437000125	79.281,32
RS	4308458	Fortaleza dos Valos	Fundo Municipal de Saúde	12427062000163	79.281,32
RS	4308508	Frederico Westphalen	Fundo Municipal de Saúde	11708221000135	211.416,86
RS	4308607	Garibaldi	Fundo Municipal de Saúde	11427873000100	211.416,86
RS	4308656	Garruchos	Fundo Municipal de Saúde	11816106000184	79.281,32
RS	4308706	Gaurama	Fundo Municipal de Saúde	12078301000117	79.281,32
RS	4308805	General Câmara	Fundo Municipal de Saúde	11980648000198	79.281,32
RS	4308854	Gentil	Fundo Municipal de Saúde	12294570000110	79.281,32
RS	4308904	Getúlio Vargas	Fundo Municipal de Saúde	12149128000109	132.135,53
RS	4309001	Giruá	Fundo Municipal de Saúde	11409458000115	158.562,64
RS	4309050	Glorinha	Fundo Municipal de Saúde	11687792000130	79.281,32
RS	4309100	Gramado	Fundo Municipal de Saúde	11796566000198	211.416,86
RS	4309126	Gramado dos Loureiros	Fundo Municipal de Saúde	12366847000173	79.281,32
RS	4309159	Gramado Xavier	Fundo Municipal de Saúde	12147323000191	79.281,32
RS	4309209	Gravataí	Fundo Municipal de Saúde	12195662000143	698.665,54
RS	4309258	Guabiju	Fundo Municipal de Saúde	12060111000172	79.281,32
RS	4309308	Guaíba	Fundo Municipal de Saúde	12391928000123	396.406,61
RS	4309407	Guaporé	Fundo Municipal de Saúde	11614175000105	184.989,75
RS	4309506	Guarani das Missões	Fundo Municipal de Saúde	12051382000161	79.281,32
RS	4309555	Harmonia	Fundo Municipal de Saúde	10624835000176	79.281,32
RS	4307104	Herval	Fundo Municipal de Saúde	13884898000150	79.281,32
RS	4309571	Herveiras	Fundo Municipal de Saúde	12267333000160	79.281,32
RS	4309605	Horizontina	Fundo Municipal de Saúde	11735127000175	158.562,64
RS	4309654	Hulha Negra	Fundo Municipal de Saúde	10442628000109	79.281,32
RS	4309704	Humaitá	Fundo Municipal de Saúde	11842908000169	79.281,32
RS	4309753	Ibarama	Fundo Municipal de Saúde	13698132000180	79.281,32
RS	4309803	Ibiaçá	Fundo Municipal de Saúde	12053497000195	79.281,32
RS	4309902	Ibiraiaras	Fundo Municipal de Saúde	11707405000180	79.281,32
RS	4309951	Ibirapuitã	Fundo Municipal de Saúde	12140873000189	79.281,32
RS	4310009	Ibirubá	Fundo Municipal de Saúde	11747875000178	158.562,64
RS	4310108	Igrejinha	Fundo Municipal de Saúde	12121651000119	211.416,86
RS	4310207	Ijuí	Fundo Municipal de Saúde	12450156000153	369.979,50
RS	4310306	Ilópolis	Fundo Municipal de Saúde	11886600000115	79.281,32
RS	4310330	Imbé	Fundo Municipal de Saúde	12908765000103	158.562,64
RS	4310363	Imigrante	Fundo Municipal de Saúde	11749956000107	79.281,32
RS	4310405	Independência	Fundo Municipal de Saúde	11975898000130	79.281,32
RS	4310413	Inhacorá	Fundo Municipal de Saúde	11861632000166	79.281,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	4310439	Ipê	Fundo Municipal de Saúde	12132095000186	79.281,32
RS	4310462	Ipiranga do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12398363000106	79.281,32
RS	4310504	Iraí	Fundo Municipal de Saúde	12364539000109	79.281,32
RS	4310538	Itaara	Fundo Municipal de Saúde	13051227000108	79.281,32
RS	4310553	Itacurubi	Fundo Municipal de Saúde	12086089000130	79.281,32
RS	4310579	Itapuca	Fundo Municipal de Saúde	12850559000190	79.281,32
RS	4310603	Itaqui	Fundo Municipal de Saúde	12187088000181	237.843,96
RS	4310652	Itati	Fundo Municipal de Saúde	12012797000126	79.281,32
RS	4310702	Itatiba do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12043944000125	79.281,32
RS	4310751	Ivorá	Fundo Municipal de Saúde	12971254000136	79.281,32
RS	4310801	Ivoti	Fundo Municipal de Saúde	12104575000133	158.562,64
RS	4310850	Jaboticaba	Fundo Municipal de Saúde	11978948000132	79.281,32
RS	4310876	Jacuizinho	Fundo Municipal de Saúde	12867736000140	79.281,32
RS	4310900	Jacutinga	Fundo Municipal de Saúde	10658944000104	79.281,32
RS	4311007	Jaguarão	Fundo Municipal de Saúde	11822821000120	184.989,75
RS	4311106	Jaguari	Fundo Municipal de Saúde	12200972000109	105.708,43
RS	4311122	Jaquirana	Fundo Municipal de Saúde	11839946000162	79.281,32
RS	4311130	Jari	Fundo Municipal de Saúde	11225012000130	79.281,32
RS	4311155	Jóia	Fundo Municipal de Saúde	11681927000150	79.281,32
RS	4311205	Júlio de Castilhos	Fundo Municipal de Saúde	12684295000141	158.562,64
RS	4311239	Lagoa Bonita do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12374688000159	79.281,32
RS	4311270	Lagoa dos Três Cantos	Fundo Municipal de Saúde	13540084000106	79.281,32
RS	4311304	Lagoa Vermelha	Fundo Municipal de Saúde	12066913000190	184.989,75
RS	4311254	Lagoão	Fundo Municipal de Saúde	11985494000127	79.281,32
RS	4311403	Lajeado	Fundo Municipal de Saúde	10502833000104	343.552,39
RS	4311429	Lajeado do Bugre	Fundo Municipal de Saúde	14115481000195	79.281,32
RS	4311502	Lavras do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12398516000115	79.281,32
RS	4311601	Liberato Salzano	Fundo Municipal de Saúde	10530466000152	79.281,32
RS	4311627	Lindolfo Collor	Fundo Municipal de Saúde	11142855000173	79.281,32
RS	4311643	Linha Nova	Fundo Municipal de Saúde	14133259000115	79.281,32
RS	4311718	Maçambara	Fundo Municipal de Saúde	12200704000197	79.281,32
RS	4311700	Machadinho	Fundo Municipal de Saúde	11920818000149	79.281,32
RS	4311734	Mampituba	Fundo Municipal de Saúde	12083468000176	79.281,32
RS	4311759	Manoel Viana	Fundo Municipal de Saúde	12200570000104	79.281,32
RS	4311775	Maquiné	Fundo Municipal de Saúde	11997674000129	79.281,32
RS	4311791	Maratá	Fundo Municipal de Saúde	12035099000146	79.281,32
RS	4311809	Marau	Fundo Municipal de Saúde	11731852000175	237.843,96
RS	4311908	Marcelino Ramos	Fundo Municipal de Saúde	11731321000182	79.281,32
RS	4311981	Mariana Pimentel	Fundo Municipal de Saúde	12448245000165	79.281,32
RS	4312005	Mariano Moro	Fundo Municipal de Saúde	12278135000100	79.281,32
RS	4312054	Marques de Souza	Fundo Municipal de Saúde	12040265000100	79.281,32
RS	4312104	Mata	Fundo Municipal de Saúde	11990518000136	79.281,32
RS	4312138	Mato Castelhano	Fundo Municipal de Saúde	11951484000170	79.281,32
RS	4312153	Mato Leitão	Fundo Municipal de Saúde	10519243000194	79.281,32
RS	4312179	Mato Queimado	Fundo Municipal de Saúde	12727478000105	79.281,32
RS	4312203	Maximiliano de Almeida	Fundo Municipal de Saúde	11312399000162	79.281,32
RS	4312252	Minas do Leão	Fundo Municipal de Saúde	12069823000152	79.281,32
RS	4312302	Miraguaí	Fundo Municipal de Saúde	12202380000126	79.281,32
RS	4312351	Montauri	Fundo Municipal de Saúde	12398817000149	79.281,32
RS	4312377	Monte Alegre dos Campos	Fundo Municipal de Saúde	12057456000177	79.281,32
RS	4312385	Monte Belo do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12223598000167	79.281,32
RS	4312401	Montenegro	Fundo Municipal de Saúde	12035129000114	317.125,29
RS	4312427	Mormaço	Fundo Municipal de Saúde	11937793000196	79.281,32
RS	4312443	Morrinhos do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11563113000111	79.281,32
RS	4312450	Morro Redondo	Fundo Municipal de Saúde	12306016000106	79.281,32
RS	4312476	Morro Reuter	Fundo Municipal de Saúde	11787446000124	79.281,32
RS	4312500	Mostardas	Fundo Municipal de Saúde	11958524000106	105.708,43
RS	4312609	Muçum	Fundo Municipal de Saúde	12440909000140	79.281,32
RS	4312617	Muitos Capões	Fundo Municipal de Saúde	12128072000106	79.281,32
RS	4312625	Muliterno	Fundo Municipal de Saúde	11270405000166	79.281,32
RS	4312658	Não-Me-Toque	Fundo Municipal de Saúde	11870064000160	158.562,64
RS	4312674	Nicolau Vergueiro	Fundo Municipal de Saúde	11920079000195	79.281,32
RS	4312708	Nonoai	Fundo Municipal de Saúde	11734111000148	105.708,43
RS	4312757	Nova Alvorada	Fundo Municipal de Saúde	12238870000182	79.281,32
RS	4312807	Nova Araçá	Fundo Municipal de Saúde	14428126000176	79.281,32
RS	4312906	Nova Bassano	Fundo Municipal de Saúde	12153799000135	79.281,32
RS	4312955	Nova Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	11826945000183	79.281,32
RS	4313003	Nova Bréscia	Fundo Municipal de Saúde	12096340000147	79.281,32
RS	4313011	Nova Candelária	Fundo Municipal de Saúde	12272490000164	79.281,32
RS	4313037	Nova Esperança do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12516573000151	79.281,32
RS	4313060	Nova Hartz	Fundo Municipal de Saúde	12094862000100	158.562,64
RS	4313086	Nova Pádua	Fundo Municipal de Saúde	12147038000170	79.281,32
RS	4313102	Nova Palma	Fundo Municipal de Saúde	12240183000100	79.281,32
RS	4313201	Nova Petrópolis	Fundo Municipal de Saúde	11898805000110	158.562,64
RS	4313300	Nova Prata	Fundo Municipal de Saúde	11840490000150	184.989,75
RS	4313334	Nova Ramada	Fundo Municipal de Saúde	12146226000184	79.281,32
RS	4313359	Nova Roma do Sul	Fundo Municipal de Saúde	13895113000144	79.281,32
RS	4313375	Nova Santa Rita	Fundo Municipal de Saúde	11922360000167	184.989,75
RS	4313490	Novo Barreiro	Fundo Municipal de Saúde	12299124000107	79.281,32
RS	4313391	Novo Cabrais	Fundo Municipal de Saúde	12051220000123	79.281,32
RS	4313409	Novo Hamburgo	Fundo Municipal de Saúde	11416036000177	698.665,54
RS	4313425	Novo Machado	Fundo Municipal de Saúde	12267672000147	79.281,32
RS	4313441	Novo Tiradentes	Fundo Municipal de Saúde	11483873000119	79.281,32
RS	4313466	Novo Xingu	Fundo Municipal de Saúde	11951706000155	79.281,32
RS	4313508	Osório	Fundo Municipal de Saúde	11322135000190	264.271,07
RS	4313607	Paim Filho	Fundo Municipal de Saúde	11862981000100	79.281,32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	4313656	Palmares do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12347184000140	105.708,43
RS	4313706	Palmeira das Missões	Fundo Municipal de Saúde	13550555000159	211.416,86
RS	4313805	Palmitinho	Fundo Municipal de Saúde	11642039000129	79.281,32
RS	4313904	Panambi	Fundo Municipal de Saúde	12056244000175	237.843,96
RS	4313953	Pantano Grande	Fundo Municipal de Saúde	10542928000151	79.281,32
RS	4314001	Paraí	Fundo Municipal de Saúde	12066172000147	79.281,32
RS	4314027	Paraíso do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12991728000101	79.281,32
RS	4314035	Pareci Novo	Fundo Municipal de Saúde	10543099000121	79.281,32
RS	4314050	Parobé	Fundo Municipal de Saúde	11706451000165	290.698,18
RS	4314068	Passa Sete	Fundo Municipal de Saúde	11991195000103	79.281,32
RS	4314076	Passo do Sobrado	Fundo Municipal de Saúde	12075576000105	79.281,32
RS	4314100	Passo Fundo	Fundo Municipal de Saúde	12343387000168	698.665,54
RS	4314134	Paulo Bento	Fundo Municipal de Saúde	11979091000175	79.281,32
RS	4314159	Paverama	Fundo Municipal de Saúde	12086442000181	79.281,32
RS	4314175	Pedras Altas	Fundo Municipal de Saúde	11921425000150	79.281,32
RS	4314209	Pedro Osório	Fundo Municipal de Saúde	13556480000113	79.281,32
RS	4314308	Pejuçara	Fundo Municipal de Saúde	11822817000161	79.281,32
RS	4314407	Pelotas	Fundo Municipal de Saúde	11217562000108	698.665,54
RS	4314423	Picada Café	Fundo Municipal de Saúde	12059843000142	79.281,32
RS	4314456	Pinhal	Fundo Municipal de Saúde	13779929000102	79.281,32
RS	4314464	Pinhal da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11258349000144	79.281,32
RS	4314472	Pinhal Grande	Fundo Municipal de Saúde	13094599000111	79.281,32
RS	4314498	Pinheirinho do Vale	Fundo Municipal de Saúde	11643369000139	79.281,32
RS	4314506	Pinheiro Machado	Fundo Municipal de Saúde	12062786000150	105.708,43
RS	4314548	Pinto Bandeira	Fundo Municipal de Saúde	17556083000100	79.281,32
RS	4314555	Pirapó	Fundo Municipal de Saúde	10469683000184	79.281,32
RS	4314605	Piratini	Fundo Municipal de Saúde	12218420000128	158.562,64
RS	4314704	Planalto	Fundo Municipal de Saúde	11782685000191	105.708,43
RS	4314753	Poço das Antas	Fundo Municipal de Saúde	11838317000118	79.281,32
RS	4314779	Pontão	Fundo Municipal de Saúde	12580434000197	79.281,32
RS	4314787	Ponte Preta	Fundo Municipal de Saúde	12035548000156	79.281,32
RS	4314803	Portão	Fundo Municipal de Saúde	10511356000143	211.416,86
RS	4314902	Porto Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11358235000176	2.714.347,33
RS	4315008	Porto Lucena	Fundo Municipal de Saúde	14018902000160	79.281,32
RS	4315057	Porto Mauá	Fundo Municipal de Saúde	11945207000155	79.281,32
RS	4315073	Porto Vera Cruz	Fundo Municipal de Saúde	12051687000173	79.281,32
RS	4315107	Porto Xavier	Fundo Municipal de Saúde	14097425000175	105.708,43
RS	4315131	Pouso Novo	Fundo Municipal de Saúde	11649013000102	79.281,32
RS	4315149	Presidente Lucena	Fundo Municipal de Saúde	12077214000145	79.281,32
RS	4315156	Progresso	Fundo Municipal de Saúde	12132939000199	79.281,32
RS	4315172	Protásio Alves	Fundo Municipal de Saúde	14097516000100	79.281,32
RS	4315206	Putinga	Fundo Municipal de Saúde	12075973000179	79.281,32
RS	4315305	Quaraí	Fundo Municipal de Saúde	11302881000111	158.562,64
RS	4315313	Quatro Irmãos	Fundo Municipal de Saúde	11979991000112	79.281,32
RS	4315321	Quevedos	Fundo Municipal de Saúde	12021742000182	79.281,32
RS	4315354	Quinze de Novembro	Fundo Municipal de Saúde	12153261000120	79.281,32
RS	4315404	Redentora	Fundo Municipal de Saúde	97531256000167	105.708,43
RS	4315453	Relvado	Fundo Municipal de Saúde	12160252000167	79.281,32
RS	4315503	Restinga Seca	Fundo Municipal de Saúde	12250708000180	132.135,53
RS	4315552	Rio dos Índios	Fundo Municipal de Saúde	11869486000115	79.281,32
RS	4315602	Rio Grande	Fundo Municipal de Saúde	12094476000118	698.665,54
RS	4315701	Rio Pardo	Fundo Municipal de Saúde	12389111000110	237.843,96
RS	4315750	Riozinho	Fundo Municipal de Saúde	11868258000120	79.281,32
RS	4315800	Roca Sales	Fundo Municipal de Saúde	12497816000151	105.708,43
RS	4315909	Rodeio Bonito	Fundo Municipal de Saúde	11753578000135	79.281,32
RS	4315958	Rolador	Fundo Municipal de Saúde	12099444000105	79.281,32
RS	4316006	Rolante	Fundo Municipal de Saúde	11425702000133	158.562,64
RS	4316105	Ronda Alta	Fundo Municipal de Saúde	12366774000110	105.708,43
RS	4316204	Rondinha	Fundo Municipal de Saúde	11955539000110	79.281,32
RS	4316303	Roque Gonzales	Fundo Municipal de Saúde	10544786000161	79.281,32
RS	4316402	Rosário do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11834748000106	237.843,96
RS	4316428	Sagrada Família	Fundo Municipal de Saúde	12430586000103	79.281,32
RS	4316436	Saldanha Marinho	Fundo Municipal de Saúde	14731069000108	79.281,32
RS	4316451	Salto do Jacuí	Fundo Municipal de Saúde	12193806000122	105.708,43
RS	4316477	Salvador das Missões	Fundo Municipal de Saúde	12137437000150	79.281,32
RS	4316501	Salvador do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11856303000127	79.281,32
RS	4316600	Sananduva	Fundo Municipal de Saúde	12219625000128	132.135,53
RS	4316709	Santa Bárbara do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11874174000108	79.281,32
RS	4316733	Santa Cecília do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12211583000189	79.281,32
RS	4316758	Santa Clara do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12033079000136	79.281,32
RS	4316808	Santa Cruz do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11776182000103	449.260,82
RS	4316972	Santa Margarida do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12423234000120	79.281,32
RS	4316907	Santa Maria	Fundo Municipal de Saúde	12964512000157	698.665,54
RS	4316956	Santa Maria do Herval	Fundo Municipal de Saúde	11253138000119	79.281,32
RS	4317202	Santa Rosa	Fundo Municipal de Saúde	11861362000193	343.552,39
RS	4317251	Santa Tereza	Fundo Municipal de Saúde	12112955000110	79.281,32
RS	4317301	Santa Vitória do Palmar	Fundo Municipal de Saúde	10496697000197	211.416,86
RS	4317004	Santana da Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	12274545000175	79.281,32
RS	4317103	Santana do Livramento	Fundo Municipal de Saúde	12094007000107	369.979,50
RS	4317400	Santiago	Fundo Municipal de Saúde	12140172000140	264.271,07
RS	4317509	Santo Ângelo	Fundo Municipal de Saúde	10836490000114	343.552,39

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	4317608	Santo Antônio da Patrulha	Fundo Municipal de Saúde	11232497000190	237.843,96
RS	4317707	Santo Antônio das Missões	Fundo Municipal de Saúde	12284643000193	105.708,43
RS	4317558	Santo Antônio do Palma	Fundo Municipal de Saúde	12482248000115	79.281,32
RS	4317756	Santo Antônio do Planalto	Fundo Municipal de Saúde	12106643000101	79.281,32
RS	4317806	Santo Augusto	Fundo Municipal de Saúde	12740334000180	132.135,53
RS	4317905	Santo Cristo	Fundo Municipal de Saúde	13572125000138	132.135,53
RS	4317954	Santo Expedito do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11920726000169	79.281,32
RS	4318002	São Borja	Fundo Municipal de Saúde	10610784000123	317.125,29
RS	4318051	São Domingos do Sul	Fundo Municipal de Saúde	14100789000167	79.281,32
RS	4318101	São Francisco de Assis	Fundo Municipal de Saúde	12094096000183	158.562,64
RS	4318200	São Francisco de Paula	Fundo Municipal de Saúde	11971665000169	158.562,64
RS	4318309	São Gabriel	Fundo Municipal de Saúde	12340821000156	317.125,29
RS	4318408	São Jerônimo	Fundo Municipal de Saúde	12143932000172	158.562,64
RS	4318424	São João da Urtiga	Fundo Municipal de Saúde	11261389000145	79.281,32
RS	4318432	São João do Polêsine	Fundo Municipal de Saúde	13845853000176	79.281,32
RS	4318440	São Jorge	Fundo Municipal de Saúde	12435025000105	79.281,32
RS	4318457	São José das Missões	Fundo Municipal de Saúde	12394480000100	79.281,32
RS	4318465	São José do Herval	Fundo Municipal de Saúde	13868425000169	79.281,32
RS	4318481	São José do Hortêncio	Fundo Municipal de Saúde	11235057000196	79.281,32
RS	4318499	São José do Inhacorá	Fundo Municipal de Saúde	12149227000182	79.281,32
RS	4318507	São José do Norte	Fundo Municipal de Saúde	12071532000107	184.989,75
RS	4318606	São José do Ouro	Fundo Municipal de Saúde	11862957000163	79.281,32
RS	4318614	São José do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11229139000128	79.281,32
RS	4318622	São José dos Ausentes	Fundo Municipal de Saúde	12437956000134	79.281,32
RS	4318705	São Leopoldo	Fundo Municipal de Saúde	12625868000166	698.665,54
RS	4318804	São Lourenço do Sul	Fundo Municipal de Saúde	13931745000116	264.271,07
RS	4318903	São Luiz Gonzaga	Fundo Municipal de Saúde	12118280000116	211.416,86
RS	4319000	São Marcos	Fundo Municipal de Saúde	12117217000165	158.562,64
RS	4319109	São Martinho	Fundo Municipal de Saúde	11760206000136	79.281,32
RS	4319125	São Martinho da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11988520000170	79.281,32
RS	4319158	São Miguel das Missões	Fundo Municipal de Saúde	11351926000148	79.281,32
RS	4319208	São Nicolau	Fundo Municipal de Saúde	12336125000176	79.281,32
RS	4319307	São Paulo das Missões	Fundo Municipal de Saúde	12202854000130	79.281,32
RS	4319356	São Pedro da Serra	Fundo Municipal de Saúde	97535719000169	79.281,32
RS	4319364	São Pedro das Missões	Fundo Municipal de Saúde	12030337000120	79.281,32
RS	4319372	São Pedro do Butiá	Fundo Municipal de Saúde	12272098000115	79.281,32
RS	4319406	São Pedro do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12409054000194	132.135,53
RS	4319505	São Sebastião do Caí	Fundo Municipal de Saúde	12010453000188	184.989,75
RS	4319604	São Sepé	Fundo Municipal de Saúde	12231796000172	184.989,75
RS	4319703	São Valentim	Fundo Municipal de Saúde	12006440000135	79.281,32
RS	4319711	São Valentim do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12153509000153	79.281,32
RS	4319737	São Valério do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12118399000199	79.281,32
RS	4319752	São Vendelino	Fundo Municipal de Saúde	13850694000106	79.281,32
RS	4319802	São Vicente do Sul	Fundo Municipal de Saúde	13874923000114	79.281,32
RS	4319901	Sapiranga	Fundo Municipal de Saúde	11295120000180	343.552,39
RS	4320008	Sapucaia do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11413810000196	475.687,93
RS	4320107	Sarandi	Fundo Municipal de Saúde	12123475000154	158.562,64
RS	4320206	Seberi	Fundo Municipal de Saúde	12150332000131	105.708,43
RS	4320230	Sede Nova	Fundo Municipal de Saúde	13044399000154	79.281,32
RS	4320263	Segredo	Fundo Municipal de Saúde	11916291000189	79.281,32
RS	4320305	Selbach	Fundo Municipal de Saúde	12202310000178	79.281,32
RS	4320321	Senador Salgado Filho	Fundo Municipal de Saúde	11880389000123	79.281,32
RS	4320354	Sentinela do Sul	Fundo Municipal de Saúde	13293156000150	79.281,32
RS	4320404	Serafina Corrêa	Fundo Municipal de Saúde	11726967000171	132.135,53
RS	4320453	Sério	Fundo Municipal de Saúde	12099181000134	79.281,32
RS	4320503	Sertão	Fundo Municipal de Saúde	12160268000170	79.281,32
RS	4320552	Sertão Santana	Fundo Municipal de Saúde	12247025000173	79.281,32
RS	4320578	Sete de Setembro	Fundo Municipal de Saúde	12102427000180	79.281,32
RS	4320602	Severiano de Almeida	Fundo Municipal de Saúde	11461978000177	79.281,32
RS	4320651	Silveira Martins	Fundo Municipal de Saúde	12987397000136	79.281,32
RS	4320677	Sinimbu	Fundo Municipal de Saúde	10555899000162	105.708,43
RS	4320701	Sobradinho	Fundo Municipal de Saúde	11753095000130	132.135,53
RS	4320800	Soledade	Fundo Municipal de Saúde	13140434000139	211.416,86
RS	4320859	Tabaí	Fundo Municipal de Saúde	11984627000140	79.281,32
RS	4320909	Tapejara	Fundo Municipal de Saúde	12877385000159	158.562,64
RS	4321006	Tapera	Fundo Municipal de Saúde	11715379000132	105.708,43
RS	4321105	Tapes	Fundo Municipal de Saúde	11722887000148	158.562,64
RS	4321204	Taquara	Fundo Municipal de Saúde	11940346000196	290.698,18
RS	4321303	Taquari	Fundo Municipal de Saúde	10567506000130	184.989,75
RS	4321329	Taquaruçu do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11194710000116	79.281,32
RS	4321352	Tavares	Fundo Municipal de Saúde	12193622000162	79.281,32
RS	4321402	Tenente Portela	Fundo Municipal de Saúde	11269207000182	132.135,53
RS	4321436	Terra de Areia	Fundo Municipal de Saúde	12195568000194	105.708,43
RS	4321451	Teutônia	Fundo Municipal de Saúde	12124074000119	211.416,86
RS	4321469	Tio Hugo	Fundo Municipal de Saúde	11633668000192	79.281,32
RS	4321477	Tiradentes do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11192115000141	79.281,32
RS	4321493	Toropi	Fundo Municipal de Saúde	12219714000174	79.281,32
RS	4321501	Torres	Fundo Municipal de Saúde	12225390000187	237.843,96
RS	4321600	Tramandaí	Fundo Municipal de Saúde	10574385000154	264.271,07
RS	4321626	Travesseiro	Fundo Municipal de Saúde	12152490000120	79.281,32
RS	4321634	Três Arroios	Fundo Municipal de Saúde	12912617000162	79.281,32
RS	4321667	Três Cachoeiras	Fundo Municipal de Saúde	11959356000173	105.708,43
RS	4321709	Três Coroas	Fundo Municipal de Saúde	11445803000176	184.989,75
RS	4321808	Três de Maio	Fundo Municipal de Saúde	11840173000134	184.989,75
RS	4321832	Três Forquilhas	Fundo Municipal de Saúde	11943264000103	79.281,32
RS	4321857	Três Palmeiras	Fundo Municipal de Saúde	11916215000173	79.281,32
RS	4321907	Três Passos	Fundo Municipal de Saúde	11204902000166	184.989,75
RS	4321956	Trindade do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12184126000142	79.281,32
RS	4322004	Triunfo	Fundo Municipal de Saúde	12764895000110	184.989,75

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	4322103	Tucunduva	Fundo Municipal de Saúde	11780984000197	79.281,32
RS	4322152	Tunas	Fundo Municipal de Saúde	13008513000190	79.281,32
RS	4322186	Tupanci do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12529313000110	79.281,32
RS	4322202	Tupanciretã	Fundo Municipal de Saúde	10441810000137	158.562,64
RS	4322251	Tupandi	Fundo Municipal de Saúde	12200907000183	79.281,32
RS	4322301	Tuparendi	Fundo Municipal de Saúde	11828168000106	79.281,32
RS	4322327	Turuçu	Fundo Municipal de Saúde	11245243000106	79.281,32
RS	4322343	Ubiretama	Fundo Municipal de Saúde	12385537000104	79.281,32
RS	4322350	União da Serra	Fundo Municipal de Saúde	97552600000102	79.281,32
RS	4322376	Unistalda	Fundo Municipal de Saúde	12093632000126	79.281,32
RS	4322400	Uruguaiana	Fundo Municipal de Saúde	11343066000109	475.687,93
RS	4322509	Vacaria	Fundo Municipal de Saúde	11867771000105	317.125,29
RS	4322533	Vale do Sol	Fundo Municipal de Saúde	13379063000142	105.708,43
RS	4322541	Vale Real	Fundo Municipal de Saúde	13245103000163	79.281,32
RS	4322525	Vale Verde	Fundo Municipal de Saúde	12361661000121	79.281,32
RS	4322558	Vanini	Fundo Municipal de Saúde	12028933000176	79.281,32
RS	4322608	Venâncio Aires	Fundo Municipal de Saúde	11094183000178	317.125,29
RS	4322707	Vera Cruz	Fundo Municipal de Saúde	12086083000162	184.989,75
RS	4322806	Veranópolis	Fundo Municipal de Saúde	11839813000196	184.989,75
RS	4322855	Vespasiano Correa	Fundo Municipal de Saúde	12819755000100	79.281,32
RS	4322905	Viadutos	Fundo Municipal de Saúde	13040848000196	79.281,32
RS	4323002	Viamão	Fundo Municipal de Saúde	12026322000199	698.665,54
RS	4323101	Vicente Dutra	Fundo Municipal de Saúde	11696080000188	79.281,32
RS	4323200	Victor Graeff	Fundo Municipal de Saúde	11827014000108	79.281,32
RS	4323309	Vila Flores	Fundo Municipal de Saúde	12056520000103	79.281,32
RS	4323358	Vila Lângaro	Fundo Municipal de Saúde	11576396000136	79.281,32
RS	4323408	Vila Maria	Fundo Municipal de Saúde	11718802000158	79.281,32
RS	4323457	Vila Nova do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12109453000130	79.281,32
RS	4323507	Vista Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11239280000101	79.281,32
RS	4323606	Vista Alegre do Prata	Fundo Municipal de Saúde	11878143000117	79.281,32
RS	4323705	Vista Gaúcha	Fundo Municipal de Saúde	13718967000155	79.281,32
RS	4323754	Vitória das Missões	Fundo Municipal de Saúde	14085378000140	79.281,32
RS	4323770	Westfalia	Fundo Municipal de Saúde	11975680000185	79.281,32
RS	4323804	Xangri-lá	Fundo Municipal de Saúde	11217412000102	132.135,53
SC	4200051	Abdon Batista	Fundo Municipal de Saúde	10509952000199	73.008,87
SC	4200101	Abelardo Luz	Fundo Municipal de Saúde	10532003000120	146.017,74
SC	4200200	Agrolândia	Fundo Municipal de Saúde	12009642000130	97.345,16
SC	4200309	Agronômica	Fundo Municipal de Saúde	11387359000180	73.008,87
SC	4200408	Água Doce	Fundo Municipal de Saúde	11430533000120	73.008,87
SC	4200507	Águas de Chapecó	Fundo Municipal de Saúde	11420840000120	73.008,87
SC	4200556	Águas Frias	Fundo Municipal de Saúde	11300021000149	73.008,87
SC	4200606	Águas Mornas	Fundo Municipal de Saúde	10714485000139	73.008,87
SC	4200705	Alfredo Wagner	Fundo Municipal de Saúde	08560651000148	73.008,87
SC	4200754	Alto Bela Vista	Fundo Municipal de Saúde	10481963000108	73.008,87
SC	4200804	Anchieta	Fundo Municipal de Saúde	11243552000147	73.008,87
SC	4200903	Angelina	Fundo Municipal de Saúde	08321661000120	73.008,87
SC	4201000	Anita Garibaldi	Fundo Municipal de Saúde	14016436000183	73.008,87
SC	4201109	Anitápolis	Fundo Municipal de Saúde	08438054000145	73.008,87
SC	4201208	Antônio Carlos	Fundo Municipal de Saúde	08585935000199	73.008,87
SC	4201257	Apiúna	Fundo Municipal de Saúde	11195905000180	97.345,16
SC	4201273	Arabutã	Fundo Municipal de Saúde	10559943000102	73.008,87
SC	4201307	Araquari	Fundo Municipal de Saúde	08345495000100	194.690,32
SC	4201406	Araranguá	Fundo Municipal de Saúde	11151460000137	292.035,48
SC	4201505	Armazém	Fundo Municipal de Saúde	11632895000101	73.008,87
SC	4201604	Arroio Trinta	Fundo Municipal de Saúde	10479381000197	73.008,87
SC	4201653	Arvoredo	Fundo Municipal de Saúde	10557402000145	73.008,87
SC	4201703	Ascurra	Fundo Municipal de Saúde	11241709000103	73.008,87
SC	4201802	Atalanta	Fundo Municipal de Saúde	11211260000122	73.008,87
SC	4201901	Aurora	Fundo Municipal de Saúde	11327490000151	73.008,87
SC	4201950	Balneário Arroio do Silva	Fundo Municipal de Saúde	11222421000183	97.345,16
SC	4202057	Balneário Barra do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11228769000188	97.345,16
SC	4202008	Balneário Camboriú	Fundo Municipal de Saúde	10459525000143	438.053,22
SC	4202073	Balneário Gaivota	Fundo Municipal de Saúde	11425649000170	97.345,16
SC	4212809	Balneário Piçarras	Fundo Municipal de Saúde	04402872000137	146.017,74
SC	4220000	Balneário Rincão	Fundo Municipal de Saúde	18184942000132	97.345,16
SC	4202081	Bandeirante	Fundo Municipal de Saúde	11290422000165	73.008,87
SC	4202099	Barra Bonita	Fundo Municipal de Saúde	11873495000180	73.008,87
SC	4202107	Barra Velha	Fundo Municipal de Saúde	01877528000106	170.354,03
SC	4202131	Bela Vista do Toldo	Fundo Municipal de Saúde	10324957000147	73.008,87
SC	4202156	Belmonte	Fundo Municipal de Saúde	11423342000130	73.008,87
SC	4202206	Benedito Novo	Fundo Municipal de Saúde	10624466000111	97.345,16
SC	4202305	Biguaçu	Fundo Municipal de Saúde	08999257000100	292.035,48
SC	4202404	Blumenau	Fundo Municipal de Saúde	07821223000169	637.946,60
SC	4202438	Bocaina do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11679183000130	73.008,87
SC	4202503	Bom Jardim da Serra	Fundo Municipal de Saúde	12102905000151	73.008,87
SC	4202537	Bom Jesus	Fundo Municipal de Saúde	11391482000174	73.008,87
SC	4202578	Bom Jesus do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12924552000175	73.008,87
SC	4202602	Bom Retiro	Fundo Municipal de Saúde	13697277000167	73.008,87
SC	4202453	Bombinhas	Fundo Municipal de Saúde	10606509000136	146.017,74
SC	4202701	Botuverá	Fundo Municipal de Saúde	11960753000165	73.008,87
SC	4202800	Braço do Norte	Fundo Municipal de Saúde	01349236000109	194.690,32
SC	4202859	Braço do Trombudo	Fundo Municipal de Saúde	11481782000144	73.008,87
SC	4202875	Brunópolis	Fundo Municipal de Saúde	11975991000144	73.008,87
SC	4202909	Brusque	Fundo Municipal de Saúde	11188015000141	413.716,93
SC	4203006	Caçador	Fundo Municipal de Saúde	11583495000145	316.371,77
SC	4203105	Caibi	Fundo Municipal de Saúde	13954199000139	73.008,87
SC	4203154	Calmon	Fundo Municipal de Saúde	11370420000186	73.008,87
SC	4203204	Camboriú	Fundo Municipal de Saúde	11312860000187	316.371,77
SC	4203303	Campo Alegre	Fundo Municipal de Saúde	01941360000150	97.345,16
SC	4203402	Campo Belo do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12121379000177	73.008,87
SC	4203501	Campo Erê	Fundo Municipal de Saúde	11307776000175	73.008,87
SC	4203600	Campos Novos	Fundo Municipal de Saúde	08595042000124	194.690,32
SC	4203709	Canelinha	Fundo Municipal de Saúde	08692266000154	97.345,16
SC	4203808	Canoinhas	Fundo Municipal de Saúde	11206680000110	267.699,19
SC	4203253	Capão Alto	Fundo Municipal de Saúde	15408168000108	73.008,87
SC	4203907	Capinzal	Fundo Municipal de Saúde	05029092000156	146.017,74

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	4203956	Capivari de Baixo	Fundo Municipal de Saúde	10971858000157	170.354,03
SC	4204004	Catanduvas	Fundo Municipal de Saúde	10391817000191	97.345,16
SC	4204103	Caxambu do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11414598000181	73.008,87
SC	4204152	Celso Ramos	Fundo Municipal de Saúde	14608771000170	73.008,87
SC	4204178	Cerro Negro	Fundo Municipal de Saúde	11430842000108	73.008,87
SC	4204194	Chapadão do Lageado	Fundo Municipal de Saúde	11395609000123	73.008,87
SC	4204202	Chapecó	Fundo Municipal de Saúde	80636475000108	637.946,60
SC	4204251	Cocal do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10423151000106	121.681,45
SC	4204301	Concórdia	Fundo Municipal de Saúde	10455823000165	316.371,77
SC	4204350	Cordilheira Alta	Fundo Municipal de Saúde	11427163000171	73.008,87
SC	4204400	Coronel Freitas	Fundo Municipal de Saúde	11300210000111	73.008,87
SC	4204459	Coronel Martins	Fundo Municipal de Saúde	11364954000108	73.008,87
SC	4204558	Correia Pinto	Fundo Municipal de Saúde	14741096000153	97.345,16
SC	4204509	Corupá	Fundo Municipal de Saúde	11269752000179	121.681,45
SC	4204608	Criciúma	Fundo Municipal de Saúde	08435209000190	637.946,60
SC	4204707	Cunha Porã	Fundo Municipal de Saúde	11272375000127	97.345,16
SC	4204756	Cunhataí	Fundo Municipal de Saúde	11403739000160	73.008,87
SC	4204806	Curitibanos	Fundo Municipal de Saúde	11375686000111	219.026,61
SC	4204905	Descanso	Fundo Municipal de Saúde	10552903000139	73.008,87
SC	4205001	Dionísio Cerqueira	Fundo Municipal de Saúde	11265919000123	121.681,45
SC	4205100	Dona Emma	Fundo Municipal de Saúde	10416064000121	73.008,87
SC	4205159	Doutor Pedrinho	Fundo Municipal de Saúde	11257200000140	73.008,87
SC	4205175	Entre Rios	Fundo Municipal de Saúde	11306746000144	73.008,87
SC	4205191	Ermo	Fundo Municipal de Saúde	11258199000179	73.008,87
SC	4205209	Erval Velho	Fundo Municipal de Saúde	10490261000190	73.008,87
SC	4205308	Faxinal dos Guedes	Fundo Municipal de Saúde	10496698000131	97.345,16
SC	4205357	Flor do Sertão	Fundo Municipal de Saúde	11377474000173	73.008,87
SC	4205407	Florianópolis	Fundo Municipal de Saúde	08935681000191	1.378.716,10
SC	4205431	Formosa do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11460159000105	73.008,87
SC	4205456	Forquilhinha	Fundo Municipal de Saúde	10540697000147	170.354,03
SC	4205506	Fraiburgo	Fundo Municipal de Saúde	10496741000169	194.690,32
SC	4205555	Frei Rogério	Fundo Municipal de Saúde	12194306000105	73.008,87
SC	4205605	Galvão	Fundo Municipal de Saúde	11224030000106	73.008,87
SC	4205704	Garopaba	Fundo Municipal de Saúde	08543762000146	146.017,74
SC	4205803	Garuva	Fundo Municipal de Saúde	11303923000139	146.017,74
SC	4205902	Gaspar	Fundo Municipal de Saúde	11436906000170	292.035,48
SC	4206009	Governador Celso Ramos	Fundo Municipal de Saúde	08857731000160	121.681,45
SC	4206108	Grão Pará	Fundo Municipal de Saúde	02073207000111	73.008,87
SC	4206207	Gravatal	Fundo Municipal de Saúde	11347518000112	97.345,16
SC	4206306	Guabiruba	Fundo Municipal de Saúde	11344960000195	146.017,74
SC	4206405	Guaraciaba	Fundo Municipal de Saúde	11355924000127	97.345,16
SC	4206504	Guaramirim	Fundo Municipal de Saúde	11293409000160	219.026,61
SC	4206603	Guarujá do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11252074000131	73.008,87
SC	4206652	Guatambú	Fundo Municipal de Saúde	12353513000165	73.008,87
SC	4206702	Herval d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	17799033000146	146.017,74
SC	4206751	Ibiam	Fundo Municipal de Saúde	11250761000118	73.008,87
SC	4206801	Ibicaré	Fundo Municipal de Saúde	11408074000188	73.008,87
SC	4206900	Ibirama	Fundo Municipal de Saúde	11420709000162	146.017,74
SC	4207007	Içara	Fundo Municipal de Saúde	11391558000161	267.699,19
SC	4207106	Ilhota	Fundo Municipal de Saúde	10788473000159	121.681,45
SC	4207205	Imaruí	Fundo Municipal de Saúde	10631880000158	97.345,16
SC	4207304	Imbituba	Fundo Municipal de Saúde	10568451000183	219.026,61
SC	4207403	Imbuia	Fundo Municipal de Saúde	02666499000104	73.008,87
SC	4207502	Indaial	Fundo Municipal de Saúde	11355483000163	292.035,48
SC	4207577	Iomerê	Fundo Municipal de Saúde	10423190000103	73.008,87
SC	4207601	Ipira	Fundo Municipal de Saúde	10456203000140	73.008,87
SC	4207650	Iporã do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11380843000187	73.008,87
SC	4207684	Ipuaçu	Fundo Municipal de Saúde	11395801000110	73.008,87
SC	4207700	Ipumirim	Fundo Municipal de Saúde	11329956000158	73.008,87
SC	4207759	Iraceminha	Fundo Municipal de Saúde	11420453000193	73.008,87
SC	4207809	Irani	Fundo Municipal de Saúde	11267522000170	97.345,16
SC	4207858	Irati	Fundo Municipal de Saúde	12403446000146	73.008,87
SC	4207908	Irineópolis	Fundo Municipal de Saúde	06089125000116	97.345,16
SC	4208005	Itá	Fundo Municipal de Saúde	11417287000176	73.008,87
SC	4208104	Itaiópolis	Fundo Municipal de Saúde	10817032000138	146.017,74
SC	4208203	Itajaí	Fundo Municipal de Saúde	08259606000158	637.946,60
SC	4208302	Itapema	Fundo Municipal de Saúde	11148262000114	292.035,48
SC	4208401	Itapiranga	Fundo Municipal de Saúde	11356676000139	121.681,45
SC	4208450	Itapoá	Fundo Municipal de Saúde	11485410000196	146.017,74
SC	4208500	Ituporanga	Fundo Municipal de Saúde	11407443000118	170.354,03
SC	4208609	Jaborá	Fundo Municipal de Saúde	10478051000187	73.008,87
SC	4208708	Jacinto Machado	Fundo Municipal de Saúde	11448444000100	97.345,16
SC	4208807	Jaguaruna	Fundo Municipal de Saúde	01746653000187	146.017,74
SC	4208906	Jaraguá do Sul	Fundo Municipal de Saúde	14007211000160	637.946,60
SC	4208955	Jardinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11436039000172	73.008,87
SC	4209003	Joaçaba	Fundo Municipal de Saúde	10594533000100	170.354,03
SC	4209102	Joinville	Fundo Municipal de Saúde	08184821000137	637.946,60
SC	4209151	José Boiteux	Fundo Municipal de Saúde	13962716000111	73.008,87
SC	4209177	Jupiá	Fundo Municipal de Saúde	11381861000183	73.008,87
SC	4209201	Lacerdópolis	Fundo Municipal de Saúde	11417744000122	73.008,87
SC	4209300	Lages	Fundo Municipal de Saúde	11840546000177	637.946,60
SC	4209409	Laguna	Fundo Municipal de Saúde	06231312000192	243.362,90
SC	4209458	Lajeado Grande	Fundo Municipal de Saúde	10460008000194	73.008,87
SC	4209508	Laurentino	Fundo Municipal de Saúde	11344334000107	73.008,87
SC	4209607	Lauro Muller	Fundo Municipal de Saúde	11292440000186	121.681,45
SC	4209706	Lebon Régis	Fundo Municipal de Saúde	11218128000142	97.345,16
SC	4209805	Leoberto Leal	Fundo Municipal de Saúde	08651832000180	73.008,87
SC	4209854	Lindóia do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10429180000185	73.008,87

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	4209904	Lontras	Fundo Municipal de Saúde	17756464000125	97.345,16
SC	4210001	Luiz Alves	Fundo Municipal de Saúde	11301658000150	97.345,16
SC	4210035	Luzerna	Fundo Municipal de Saúde	10574092000177	73.008,87
SC	4210050	Macieira	Fundo Municipal de Saúde	01996270000167	73.008,87
SC	4210100	Mafra	Fundo Municipal de Saúde	10491693000116	267.699,19
SC	4210209	Major Gercino	Fundo Municipal de Saúde	08902303000101	73.008,87
SC	4210308	Major Vieira	Fundo Municipal de Saúde	11715955000141	73.008,87
SC	4210407	Maracajá	Fundo Municipal de Saúde	10425206000117	73.008,87
SC	4210506	Maravilha	Fundo Municipal de Saúde	18256475000109	170.354,03
SC	4210555	Marema	Fundo Municipal de Saúde	11900561000163	73.008,87
SC	4210605	Massaranduba	Fundo Municipal de Saúde	11231203000105	121.681,45
SC	4210704	Matos Costa	Fundo Municipal de Saúde	17237099000142	73.008,87
SC	4210803	Meleiro	Fundo Municipal de Saúde	01896727000161	73.008,87
SC	4210852	Mirim Doce	Fundo Municipal de Saúde	10511686000139	73.008,87
SC	4210902	Modelo	Fundo Municipal de Saúde	11511812000118	73.008,87
SC	4211009	Mondaí	Fundo Municipal de Saúde	11386903000179	97.345,16
SC	4211058	Monte Carlo	Fundo Municipal de Saúde	04923189000145	73.008,87
SC	4211108	Monte Castelo	Fundo Municipal de Saúde	11455792000105	73.008,87
SC	4211207	Morro da Fumaça	Fundo Municipal de Saúde	10598648000165	146.017,74
SC	4211256	Morro Grande	Fundo Municipal de Saúde	05034123000167	73.008,87
SC	4211306	Navegantes	Fundo Municipal de Saúde	11474080000133	316.371,77
SC	4211405	Nova Erechim	Fundo Municipal de Saúde	11299994000105	73.008,87
SC	4211454	Nova Itaberaba	Fundo Municipal de Saúde	11272232000115	73.008,87
SC	4211504	Nova Trento	Fundo Municipal de Saúde	08858200000191	121.681,45
SC	4211603	Nova Veneza	Fundo Municipal de Saúde	10485444000118	121.681,45
SC	4211652	Novo Horizonte	Fundo Municipal de Saúde	11411624000118	73.008,87
SC	4211702	Orleans	Fundo Municipal de Saúde	03230443000167	146.017,74
SC	4211751	Otacílio Costa	Fundo Municipal de Saúde	10433103000107	146.017,74
SC	4211801	Ouro	Fundo Municipal de Saúde	74151465000180	73.008,87
SC	4211850	Ouro Verde	Fundo Municipal de Saúde	11323964000197	73.008,87
SC	4211876	Paial	Fundo Municipal de Saúde	11399310000147	73.008,87
SC	4211892	Painel	Fundo Municipal de Saúde	14251688000197	73.008,87
SC	4211900	Palhoça	Fundo Municipal de Saúde	12092636000190	637.946,60
SC	4212007	Palma Sola	Fundo Municipal de Saúde	11312770000196	73.008,87
SC	4212056	Palmeira	Fundo Municipal de Saúde	11299998000193	73.008,87
SC	4212106	Palmitos	Fundo Municipal de Saúde	11420595000150	121.681,45
SC	4212205	Papanduva	Fundo Municipal de Saúde	11310394000109	146.017,74
SC	4212239	Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	11429759000100	73.008,87
SC	4212254	Passo de Torres	Fundo Municipal de Saúde	11634881000119	73.008,87
SC	4212270	Passos Maia	Fundo Municipal de Saúde	11894194000132	73.008,87
SC	4212304	Paulo Lopes	Fundo Municipal de Saúde	08289417000128	73.008,87
SC	4212403	Pedras Grandes	Fundo Municipal de Saúde	10778974000154	73.008,87
SC	4212502	Penha	Fundo Municipal de Saúde	10479670000196	194.690,32
SC	4212601	Peritiba	Fundo Municipal de Saúde	11391279000106	73.008,87
SC	4212650	Pescaria Brava	Fundo Municipal de Saúde	17710115000172	73.008,87
SC	4212700	Petrolândia	Fundo Municipal de Saúde	14008675000191	73.008,87
SC	4212908	Pinhalzinho	Fundo Municipal de Saúde	09129733000103	146.017,74
SC	4213005	Pinheiro Preto	Fundo Municipal de Saúde	10642703000177	73.008,87
SC	4213104	Piratuba	Fundo Municipal de Saúde	10530312000160	73.008,87
SC	4213153	Planalto Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11730430000185	73.008,87
SC	4213203	Pomerode	Fundo Municipal de Saúde	11436910000138	194.690,32
SC	4213302	Ponte Alta	Fundo Municipal de Saúde	12230791000125	73.008,87
SC	4213351	Ponte Alta do Norte	Fundo Municipal de Saúde	11962584000100	73.008,87
SC	4213401	Ponte Serrada	Fundo Municipal de Saúde	11696615000110	97.345,16
SC	4213500	Porto Belo	Fundo Municipal de Saúde	10721828000192	146.017,74
SC	4213609	Porto União	Fundo Municipal de Saúde	00185045000188	194.690,32
SC	4213708	Pouso Redondo	Fundo Municipal de Saúde	12321353000172	121.681,45
SC	4213807	Praia Grande	Fundo Municipal de Saúde	00584073000178	73.008,87
SC	4213906	Presidente Castello Branco	Fundo Municipal de Saúde	11333647000151	73.008,87
SC	4214003	Presidente Getúlio	Fundo Municipal de Saúde	11415051000109	146.017,74
SC	4214102	Presidente Nereu	Fundo Municipal de Saúde	14488313000145	73.008,87
SC	4214151	Princesa	Fundo Municipal de Saúde	11430652000182	73.008,87
SC	4214201	Quilombo	Fundo Municipal de Saúde	13886006000150	73.008,87
SC	4214300	Rancho Queimado	Fundo Municipal de Saúde	09522642000125	73.008,87
SC	4214409	Rio das Antas	Fundo Municipal de Saúde	97526125000191	73.008,87
SC	4214508	Rio do Campo	Fundo Municipal de Saúde	10563353000153	73.008,87
SC	4214607	Rio do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11415018000170	73.008,87
SC	4214805	Rio do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10469199000155	292.035,48
SC	4214706	Rio dos Cedros	Fundo Municipal de Saúde	10596772000191	97.345,16
SC	4214904	Rio Fortuna	Fundo Municipal de Saúde	11375809000114	73.008,87
SC	4215000	Rio Negrinho	Fundo Municipal de Saúde	10377912000130	219.026,61
SC	4215059	Rio Rufino	Fundo Municipal de Saúde	11599943000107	73.008,87
SC	4215075	Riqueza	Fundo Municipal de Saúde	11366369000139	73.008,87
SC	4215109	Rodeio	Fundo Municipal de Saúde	11246073000184	97.345,16
SC	4215208	Romelândia	Fundo Municipal de Saúde	11456420000101	73.008,87
SC	4215307	Salete	Fundo Municipal de Saúde	10523679000157	73.008,87
SC	4215356	Saltinho	Fundo Municipal de Saúde	11444466000100	73.008,87
SC	4215406	Salto Veloso	Fundo Municipal de Saúde	11979075000182	73.008,87
SC	4215455	Sangão	Fundo Municipal de Saúde	11732185000145	97.345,16
SC	4215505	Santa Cecília	Fundo Municipal de Saúde	11416993000101	121.681,45
SC	4215554	Santa Helena	Fundo Municipal de Saúde	11520158000109	73.008,87
SC	4215604	Santa Rosa de Lima	Fundo Municipal de Saúde	11342435000130	73.008,87
SC	4215653	Santa Rosa do Sul	Fundo Municipal de Saúde	95783023000126	73.008,87
SC	4215679	Santa Terezinha	Fundo Municipal de Saúde	14156774000110	73.008,87
SC	4215687	Santa Terezinha do Progresso	Fundo Municipal de Saúde	11360515000119	73.008,87
SC	4215695	Santiago do Sul	Fundo Municipal de Saúde	13019421000106	73.008,87
SC	4215703	Santo Amaro da Imperatriz	Fundo Municipal de Saúde	02307876000100	146.017,74

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	4215802	São Bento do Sul	Fundo Municipal de Saúde	08281643000162	340.708,06
SC	4215752	São Bernardino	Fundo Municipal de Saúde	11431615000199	73.008,87
SC	4215901	São Bonifácio	Fundo Municipal de Saúde	08579949000108	73.008,87
SC	4216008	São Carlos	Fundo Municipal de Saúde	11553540000119	97.345,16
SC	4216057	São Cristovão do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11284326000104	73.008,87
SC	4216107	São Domingos	Fundo Municipal de Saúde	11888327000168	73.008,87
SC	4216206	São Francisco do Sul	Fundo Municipal de Saúde	03264792000108	243.362,90
SC	4216305	São João Batista	Fundo Municipal de Saúde	08361788000173	194.690,32
SC	4216354	São João do Itaperiú	Fundo Municipal de Saúde	10422587000180	73.008,87
SC	4216255	São João do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11418721000132	73.008,87
SC	4216404	São João do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11364800000108	73.008,87
SC	4216503	São Joaquim	Fundo Municipal de Saúde	17932766000107	170.354,03
SC	4216602	São José	Fundo Municipal de Saúde	11214458000160	637.946,60
SC	4216701	São José do Cedro	Fundo Municipal de Saúde	12094507000130	121.681,45
SC	4216800	São José do Cerrito	Fundo Municipal de Saúde	14747668000101	73.008,87
SC	4216909	São Lourenço do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11359214000175	146.017,74
SC	4217006	São Ludgero	Fundo Municipal de Saúde	10565436000181	97.345,16
SC	4217105	São Martinho	Fundo Municipal de Saúde	12334083000134	73.008,87
SC	4217154	São Miguel da Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	11463599000116	73.008,87
SC	4217204	São Miguel do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11136549000124	219.026,61
SC	4217253	São Pedro de Alcântara	Fundo Municipal de Saúde	08971900000198	73.008,87
SC	4217303	Saudades	Fundo Municipal de Saúde	17984292000147	73.008,87
SC	4217402	Schroeder	Fundo Municipal de Saúde	11290534000116	146.017,74
SC	4217501	Seara	Fundo Municipal de Saúde	11672134000175	146.017,74
SC	4217550	Serra Alta	Fundo Municipal de Saúde	11583359000155	73.008,87
SC	4217600	Siderópolis	Fundo Municipal de Saúde	11270545000134	121.681,45
SC	4217709	Sombrio	Fundo Municipal de Saúde	10618855000134	170.354,03
SC	4217758	Sul Brasil	Fundo Municipal de Saúde	12320017000105	73.008,87
SC	4217808	Taió	Fundo Municipal de Saúde	11433441000101	146.017,74
SC	4217907	Tangará	Fundo Municipal de Saúde	10639346000198	73.008,87
SC	4217956	Tigrinhos	Fundo Municipal de Saúde	11396412000109	73.008,87
SC	4218004	Tijucas	Fundo Municipal de Saúde	11607006000148	194.690,32
SC	4218103	Timbé do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11218352000134	73.008,87
SC	4218202	Timbó	Fundo Municipal de Saúde	11422955000153	219.026,61
SC	4218251	Timbó Grande	Fundo Municipal de Saúde	11409272000166	73.008,87
SC	4218301	Três Barras	Fundo Municipal de Saúde	11491075000139	146.017,74
SC	4218350	Treviso	Fundo Municipal de Saúde	10461159000167	73.008,87
SC	4218400	Treze de Maio	Fundo Municipal de Saúde	10698251000145	73.008,87
SC	4218509	Treze Tílias	Fundo Municipal de Saúde	03347885000198	73.008,87
SC	4218608	Trombudo Central	Fundo Municipal de Saúde	12306202000145	73.008,87
SC	4218707	Tubarão	Fundo Municipal de Saúde	09240588000125	389.380,64
SC	4218756	Tunápolis	Fundo Municipal de Saúde	12273240000149	73.008,87
SC	4218806	Turvo	Fundo Municipal de Saúde	80991094000147	97.345,16
SC	4218855	União do Oeste	Fundo Municipal de Saúde	11692396000100	73.008,87
SC	4218905	Urubici	Fundo Municipal de Saúde	12488175000179	97.345,16
SC	4218954	Urupema	Fundo Municipal de Saúde	15505421000141	73.008,87
SC	4219002	Urussanga	Fundo Municipal de Saúde	10502372000170	146.017,74
SC	4219101	Vargeão	Fundo Municipal de Saúde	10465435000165	73.008,87
SC	4219150	Vargem	Fundo Municipal de Saúde	04838209000180	73.008,87
SC	4219176	Vargem Bonita	Fundo Municipal de Saúde	10536938000184	73.008,87
SC	4219200	Vidal Ramos	Fundo Municipal de Saúde	14164340000162	73.008,87
SC	4219309	Videira	Fundo Municipal de Saúde	10432684000154	267.699,19
SC	4219358	Vitor Meireles	Fundo Municipal de Saúde	11347201000186	73.008,87
SC	4219408	Witmarsum	Fundo Municipal de Saúde	11766503000199	73.008,87
SC	4219507	Xanxerê	Fundo Municipal de Saúde	10396929000135	243.362,90
SC	4219606	Xavantina	Fundo Municipal de Saúde	10441099000110	73.008,87
SC	4219705	Xaxim	Fundo Municipal de Saúde	11323985000102	170.354,03
SC	4219853	Zortéa	Fundo Municipal de Saúde	12139961000160	73.008,87
SE	2800100	Amparo de São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	11509334000101	83.331,24
SE	2800209	Aquidabã	Fundo Municipal de Saúde	11546530000156	166.662,48
SE	2800308	Aracaju	Fundo Municipal de Saúde	11718406000120	3.102.111,24
SE	2800407	Arauá	Fundo Municipal de Saúde	11447826000110	111.108,32
SE	2800506	Areia Branca	Fundo Municipal de Saúde	11402091000108	166.662,48
SE	2800605	Barra dos Coqueiros	Fundo Municipal de Saúde	11417922000115	194.439,56
SE	2800670	Boquim	Fundo Municipal de Saúde	11270608000152	194.439,56
SE	2800704	Brejo Grande	Fundo Municipal de Saúde	11367495000108	83.331,24
SE	2801009	Campo do Brito	Fundo Municipal de Saúde	11266975000182	166.662,48
SE	2801108	Canhoba	Fundo Municipal de Saúde	11640517000161	83.331,24
SE	2801207	Canindé de São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	10441233000183	194.439,56
SE	2801306	Capela	Fundo Municipal de Saúde	11639262000117	222.216,64
SE	2801405	Carira	Fundo Municipal de Saúde	11402080000128	166.662,48
SE	2801504	Carmópolis	Fundo Municipal de Saúde	11417909000166	138.885,40
SE	2801603	Cedro de São João	Fundo Municipal de Saúde	11429318000109	83.331,24
SE	2801702	Cristinápolis	Fundo Municipal de Saúde	11398566000130	166.662,48
SE	2801900	Cumbe	Fundo Municipal de Saúde	11442847000142	83.331,24
SE	2802007	Divina Pastora	Fundo Municipal de Saúde	11544537000139	83.331,24
SE	2802106	Estância	Fundo Municipal de Saúde	11816665000194	333.324,96
SE	2802205	Feira Nova	Fundo Municipal de Saúde	11385775000149	83.331,24
SE	2802304	Frei Paulo	Fundo Municipal de Saúde	11270247000144	138.885,40
SE	2802403	Gararu	Fundo Municipal de Saúde	11523119000165	111.108,32
SE	2802502	General Maynard	Fundo Municipal de Saúde	11498627000130	83.331,24
SE	2802601	Gracho Cardoso	Fundo Municipal de Saúde	11582140000131	83.331,24
SE	2802700	Ilha das Flores	Fundo Municipal de Saúde	11513054000177	83.331,24
SE	2802809	Indiaroba	Fundo Municipal de Saúde	11306581000100	166.662,48
SE	2802908	Itabaiana	Fundo Municipal de Saúde	12219015000124	416.656,20
SE	2803005	Itabaianinha	Fundo Municipal de Saúde	11261188000148	249.993,72
SE	2803104	Itabi	Fundo Municipal de Saúde	11626236000154	83.331,24

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	2803203	Itaporanga d'Ajuda	Fundo Municipal de Saúde	11382690000107	222.216,64
SE	2803302	Japaratuba	Fundo Municipal de Saúde	11750074000161	166.662,48
SE	2803401	Japoatã	Fundo Municipal de Saúde	11367566000172	111.108,32
SE	2803500	Lagarto	Fundo Municipal de Saúde	11447284000185	444.433,28
SE	2803609	Laranjeiras	Fundo Municipal de Saúde	11368711000130	194.439,56
SE	2803708	Macambira	Fundo Municipal de Saúde	11278364000154	83.331,24
SE	2803807	Malhada dos Bois	Fundo Municipal de Saúde	11509366000107	83.331,24
SE	2803906	Malhador	Fundo Municipal de Saúde	11216362000130	111.108,32
SE	2804003	Maruim	Fundo Municipal de Saúde	11482222000104	166.662,48
SE	2804102	Moita Bonita	Fundo Municipal de Saúde	11340850000155	111.108,32
SE	2804201	Monte Alegre de Sergipe	Fundo Municipal de Saúde	11602838000171	138.885,40
SE	2804300	Muribeca	Fundo Municipal de Saúde	11607258000177	83.331,24
SE	2804409	Neópolis	Fundo Municipal de Saúde	11367491000120	166.662,48
SE	2804458	Nossa Senhora Aparecida	Fundo Municipal de Saúde	11497605000156	83.331,24
SE	2804508	Nossa Senhora da Glória	Fundo Municipal de Saúde	11850969000178	222.216,64
SE	2804607	Nossa Senhora das Dores	Fundo Municipal de Saúde	11389851000194	194.439,56
SE	2804706	Nossa Senhora de Lourdes	Fundo Municipal de Saúde	11512469000126	83.331,24
SE	2804805	Nossa Senhora do Socorro	Fundo Municipal de Saúde	06113056000139	895.788,39
SE	2804904	Pacatuba	Fundo Municipal de Saúde	11368671000126	138.885,40
SE	2805000	Pedra Mole	Fundo Municipal de Saúde	12009169000191	83.331,24
SE	2805109	Pedrinhas	Fundo Municipal de Saúde	11701954000148	83.331,24
SE	2805208	Pinhão	Fundo Municipal de Saúde	11336033000123	83.331,24
SE	2805307	Pirambu	Fundo Municipal de Saúde	11370675000149	83.331,24
SE	2805406	Poço Redondo	Fundo Municipal de Saúde	11443804000181	222.216,64
SE	2805505	Poço Verde	Fundo Municipal de Saúde	11380216000146	166.662,48
SE	2805604	Porto da Folha	Fundo Municipal de Saúde	10319517000100	194.439,56
SE	2805703	Propriá	Fundo Municipal de Saúde	11478938000138	194.439,56
SE	2805802	Riachão do Dantas	Fundo Municipal de Saúde	11439872000177	166.662,48
SE	2805901	Riachuelo	Fundo Municipal de Saúde	11757681000153	111.108,32
SE	2806008	Ribeirópolis	Fundo Municipal de Saúde	11401979000126	166.662,48
SE	2806107	Rosário do Catete	Fundo Municipal de Saúde	11370682000140	111.108,32
SE	2806206	Salgado	Fundo Municipal de Saúde	11323077000119	166.662,48
SE	2806305	Santa Luzia do Itanhy	Fundo Municipal de Saúde	11244267000140	138.885,40
SE	2806503	Santa Rosa de Lima	Fundo Municipal de Saúde	11427684000129	83.331,24
SE	2806404	Santana do São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	11429331000168	83.331,24
SE	2806602	Santo Amaro das Brotas	Fundo Municipal de Saúde	11436075000136	111.108,32
SE	2806701	São Cristóvão	Fundo Municipal de Saúde	11370658000101	388.879,12
SE	2806800	São Domingos	Fundo Municipal de Saúde	11785684000109	111.108,32
SE	2806909	São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	11446327000108	83.331,24
SE	2807006	São Miguel do Aleixo	Fundo Municipal de Saúde	11349738000185	83.331,24
SE	2807105	Simão Dias	Fundo Municipal de Saúde	11634081000106	249.993,72
SE	2807204	Siriri	Fundo Municipal de Saúde	11365532000149	83.331,24
SE	2807303	Telha	Fundo Municipal de Saúde	11443189000103	83.331,24
SE	2807402	Tobias Barreto	Fundo Municipal de Saúde	11388708000188	305.547,88
SE	2807501	Tomar do Geru	Fundo Municipal de Saúde	11412389000107	111.108,32
SE	2807600	Umbaúba	Fundo Municipal de Saúde	11623979000170	194.439,56
SP	3500105	Adamantina	Fundo Municipal de Saúde	13868910000132	218.772,62
SP	3500204	Adolfo	Fundo Municipal de Saúde	11717981000109	82.039,73
SP	3500303	Aguaí	Fundo Municipal de Saúde	16649979000163	218.772,62
SP	3500402	Águas da Prata	Fundo Municipal de Saúde	11540420000187	82.039,73
SP	3500501	Águas de Lindóia	Fundo Municipal de Saúde	11858657000100	164.079,47
SP	3500550	Águas de Santa Bárbara	Fundo Municipal de Saúde	11303059000175	82.039,73
SP	3500600	Águas de São Pedro	Fundo Municipal de Saúde	11732177000107	82.039,73
SP	3500709	Agudos	Fundo Municipal de Saúde	11331476000121	218.772,62
SP	3500758	Alambari	Fundo Municipal de Saúde	19076230000162	82.039,73
SP	3500808	Alfredo Marcondes	Fundo Municipal de Saúde	15414921000178	82.039,73
SP	3500907	Altair	Fundo Municipal de Saúde	11343840000173	82.039,73
SP	3501004	Altinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11600927000189	136.732,89
SP	3501103	Alto Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11770688000105	82.039,73
SP	3501152	Alumínio	Fundo Municipal de Saúde	11502223000173	164.079,47
SP	3501202	Álvares Florence	Fundo Municipal de Saúde	12234721000145	82.039,73
SP	3501301	Álvares Machado	Fundo Municipal de Saúde	11109743000110	191.426,05
SP	3501400	Álvaro de Carvalho	Fundo Municipal de Saúde	12077518000102	82.039,73
SP	3501509	Alvinlândia	Fundo Municipal de Saúde	12428129000184	82.039,73
SP	3501608	Americana	Fundo Municipal de Saúde	13868995000159	679.249,77
SP	3501707	Américo Brasiliense	Fundo Municipal de Saúde	12006451000115	246.119,20
SP	3501806	Américo de Campos	Fundo Municipal de Saúde	11892977000187	82.039,73
SP	3501905	Amparo	Fundo Municipal de Saúde	07443791000173	328.158,94
SP	3502002	Analândia	Fundo Municipal de Saúde	97536182000151	82.039,73
SP	3502101	Andradina	Fundo Municipal de Saúde	12442399000140	300.812,36
SP	3502200	Angatuba	Fundo Municipal de Saúde	12329120000116	191.426,05
SP	3502309	Anhembi	Fundo Municipal de Saúde	12253547000188	82.039,73
SP	3502408	Anhumas	Fundo Municipal de Saúde	12196792000109	82.039,73
SP	3502507	Aparecida	Fundo Municipal de Saúde	13604785000153	218.772,62
SP	3502606	Aparecida d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12804617000149	82.039,73
SP	3502705	Apiaí	Fundo Municipal de Saúde	11401241000169	191.426,05
SP	3502754	Araçariguama	Fundo Municipal de Saúde	97542008000111	164.079,47
SP	3502804	Araçatuba	Fundo Municipal de Saúde	11834275000147	679.249,77
SP	3502903	Araçoiaba da Serra	Fundo Municipal de Saúde	13794183000106	218.772,62
SP	3503000	Aramina	Fundo Municipal de Saúde	11370241000149	82.039,73
SP	3503109	Arandu	Fundo Municipal de Saúde	11899212000179	82.039,73
SP	3503158	Arapeí	Fundo Municipal de Saúde	07241356000166	82.039,73
SP	3503208	Araraquara	Fundo Municipal de Saúde	13776613000167	679.249,77
SP	3503307	Araras	Fundo Municipal de Saúde	15422708000108	492.238,41
SP	3503356	Arco-Íris	Fundo Municipal de Saúde	11768479000127	82.039,73
SP	3503406	Arealva	Fundo Municipal de Saúde	12021964000103	82.039,73
SP	3503505	Areias	Fundo Municipal de Saúde	12975380000169	82.039,73

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	3503604	Areiópolis	Fundo Municipal de Saúde	11187109000104	109.386,31
SP	3503703	Ariranha	Fundo Municipal de Saúde	11089768000108	82.039,73
SP	3503802	Artur Nogueira	Fundo Municipal de Saúde	12012065000136	300.812,36
SP	3503901	Arujá	Fundo Municipal de Saúde	12828423000183	382.852,10
SP	3503950	Aspásia	Fundo Municipal de Saúde	13870352000140	82.039,73
SP	3504008	Assis	Fundo Municipal de Saúde	11516639000140	437.545,25
SP	3504107	Atibaia	Fundo Municipal de Saúde	13901091000188	492.238,41
SP	3504206	Auriflama	Fundo Municipal de Saúde	13802705000174	136.732,89
SP	3504305	Avaí	Fundo Municipal de Saúde	11923089000184	82.039,73
SP	3504404	Avanhandava	Fundo Municipal de Saúde	13752949000190	109.386,31
SP	3504503	Avaré	Fundo Municipal de Saúde	11308295000184	382.852,10
SP	3504602	Bady Bassitt	Fundo Municipal de Saúde	15162657000122	136.732,89
SP	3504701	Balbinos	Fundo Municipal de Saúde	11869819000106	82.039,73
SP	3504800	Bálsamo	Fundo Municipal de Saúde	14013891000125	82.039,73
SP	3504909	Bananal	Fundo Municipal de Saúde	12069270000138	109.386,31
SP	3505005	Barão de Antonina	Fundo Municipal de Saúde	11309773000170	82.039,73
SP	3505104	Barbosa	Fundo Municipal de Saúde	12403394000108	82.039,73
SP	3505203	Bariri	Fundo Municipal de Saúde	12212926000120	218.772,62
SP	3505302	Barra Bonita	Fundo Municipal de Saúde	14051649000146	218.772,62
SP	3505351	Barra do Chapéu	Fundo Municipal de Saúde	16527275000118	82.039,73
SP	3505401	Barra do Turvo	Fundo Municipal de Saúde	11826961000176	82.039,73
SP	3505500	Barretos	Fundo Municipal de Saúde	13900928000174	464.891,83
SP	3505609	Barrinha	Fundo Municipal de Saúde	11635714000192	218.772,62
SP	3505708	Barueri	Fundo Municipal de Saúde	12593563000110	679.249,77
SP	3505807	Bastos	Fundo Municipal de Saúde	11892520000172	164.079,47
SP	3505906	Batatais	Fundo Municipal de Saúde	10427654000150	328.158,94
SP	3506003	Bauru	Fundo Municipal de Saúde	13824844000107	679.249,77
SP	3506102	Bebedouro	Fundo Municipal de Saúde	12076487000175	355.505,52
SP	3506201	Bento de Abreu	Fundo Municipal de Saúde	11859159000182	82.039,73
SP	3506300	Bernardino de Campos	Fundo Municipal de Saúde	13786431000177	109.386,31
SP	3506359	Bertioga	Fundo Municipal de Saúde	12444716000167	300.812,36
SP	3506409	Bilac	Fundo Municipal de Saúde	12433127000183	82.039,73
SP	3506508	Birigui	Fundo Municipal de Saúde	12623139000170	464.891,83
SP	3506607	Biritiba-Mirim	Fundo Municipal de Saúde	11432771000174	218.772,62
SP	3506706	Boa Esperança do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12013935000191	136.732,89
SP	3506805	Bocaina	Fundo Municipal de Saúde	12268425000165	109.386,31
SP	3506904	Bofete	Fundo Municipal de Saúde	12364587000105	109.386,31
SP	3507001	Boituva	Fundo Municipal de Saúde	11864045000120	300.812,36
SP	3507100	Bom Jesus dos Perdões	Fundo Municipal de Saúde	11319587000112	191.426,05
SP	3507159	Bom Sucesso de Itararé	Fundo Municipal de Saúde	11372236000175	82.039,73
SP	3507209	Borá	Fundo Municipal de Saúde	12117985000119	82.039,73
SP	3507308	Boracéia	Fundo Municipal de Saúde	11911887000196	82.039,73
SP	3507407	Borborema	Fundo Municipal de Saúde	11508022000183	136.732,89
SP	3507456	Borebi	Fundo Municipal de Saúde	11293020000114	82.039,73
SP	3507506	Botucatu	Fundo Municipal de Saúde	12509760000108	492.238,41
SP	3507605	Bragança Paulista	Fundo Municipal de Saúde	11226130000163	679.249,77
SP	3507704	Braúna	Fundo Municipal de Saúde	11208075000189	82.039,73
SP	3507753	Brejo Alegre	Fundo Municipal de Saúde	12342750000120	82.039,73
SP	3507803	Brodowski	Fundo Municipal de Saúde	11480152000155	191.426,05
SP	3507902	Brotas	Fundo Municipal de Saúde	11475991000185	191.426,05
SP	3508009	Buri	Fundo Municipal de Saúde	11813774000158	164.079,47
SP	3508108	Buritama	Fundo Municipal de Saúde	13943038000140	136.732,89
SP	3508207	Buritizal	Fundo Municipal de Saúde	11370141000112	82.039,73
SP	3508306	Cabrália Paulista	Fundo Municipal de Saúde	13746122000173	82.039,73
SP	3508405	Cabreúva	Fundo Municipal de Saúde	13914095000109	273.465,78
SP	3508504	Caçapava	Fundo Municipal de Saúde	13871568000120	410.198,67
SP	3508603	Cachoeira Paulista	Fundo Municipal de Saúde	12072954000199	218.772,62
SP	3508702	Caconde	Fundo Municipal de Saúde	11880444000185	164.079,47
SP	3508801	Cafelândia	Fundo Municipal de Saúde	13939230000162	164.079,47
SP	3508900	Caiabu	Fundo Municipal de Saúde	11403348000146	82.039,73
SP	3509007	Caieiras	Fundo Municipal de Saúde	11300128000197	410.198,67
SP	3509106	Caiuá	Fundo Municipal de Saúde	14197095000190	82.039,73
SP	3509205	Cajamar	Fundo Municipal de Saúde	07636169000181	355.505,52
SP	3509254	Cajati	Fundo Municipal de Saúde	13833213000146	191.426,05
SP	3509304	Cajobi	Fundo Municipal de Saúde	12106682000109	109.386,31
SP	3509403	Cajuru	Fundo Municipal de Saúde	07606279000109	191.426,05
SP	3509452	Campina do Monte Alegre	Fundo Municipal de Saúde	13985276000118	82.039,73
SP	3509502	Campinas	Fundo Municipal de Saúde	13704311000183	712.329,31
SP	3509601	Campo Limpo Paulista	Fundo Municipal de Saúde	14018974000107	382.852,10
SP	3509700	Campos do Jordão	Fundo Municipal de Saúde	11980630000196	300.812,36
SP	3509809	Campos Novos Paulista	Fundo Municipal de Saúde	12773639000199	82.039,73
SP	3509908	Cananéia	Fundo Municipal de Saúde	13787385000120	109.386,31
SP	3509957	Canas	Fundo Municipal de Saúde	11943646000129	82.039,73
SP	3510005	Cândido Mota	Fundo Municipal de Saúde	11788735000148	218.772,62
SP	3510104	Cândido Rodrigues	Fundo Municipal de Saúde	11847187000180	82.039,73
SP	3510153	Canitar	Fundo Municipal de Saúde	12225457000183	82.039,73
SP	3510203	Capão Bonito	Fundo Municipal de Saúde	11179202000169	273.465,78
SP	3510302	Capela do Alto	Fundo Municipal de Saúde	13869546000125	164.079,47
SP	3510401	Capivari	Fundo Municipal de Saúde	11333182000139	300.812,36
SP	3510500	Caraguatatuba	Fundo Municipal de Saúde	14009808000144	464.891,83
SP	3510609	Carapicuíba	Fundo Municipal de Saúde	11154498000163	679.249,77
SP	3510708	Cardoso	Fundo Municipal de Saúde	12416736000124	109.386,31
SP	3510807	Casa Branca	Fundo Municipal de Saúde	11839940000195	191.426,05
SP	3510906	Cássia dos Coqueiros	Fundo Municipal de Saúde	11930910000190	82.039,73
SP	3511003	Castilho	Fundo Municipal de Saúde	12893128000100	164.079,47
SP	3511102	Catanduva	Fundo Municipal de Saúde	14033464000109	464.891,83
SP	3511201	Catiguá	Fundo Municipal de Saúde	12402430000119	82.039,73
SP	3511300	Cedral	Fundo Municipal de Saúde	13885775000133	82.039,73
SP	3511409	Cerqueira César	Fundo Municipal de Saúde	11991253000190	164.079,47
SP	3511508	Cerquilho	Fundo Municipal de Saúde	15502929000196	273.465,78
SP	3511607	Cesário Lange	Fundo Municipal de Saúde	11935879000180	164.079,47

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	3511706	Charqueada	Fundo Municipal de Saúde	11432559000107	136.732,89
SP	3557204	Chavantes	Fundo Municipal de Saúde	13892407000112	109.386,31
SP	3511904	Clementina	Fundo Municipal de Saúde	12098397000185	82.039,73
SP	3512001	Colina	Fundo Municipal de Saúde	16552053000155	164.079,47
SP	3512100	Colômbia	Fundo Municipal de Saúde	16570995000166	82.039,73
SP	3512209	Conchal	Fundo Municipal de Saúde	11146159000135	191.426,05
SP	3512308	Conchas	Fundo Municipal de Saúde	11991412000157	164.079,47
SP	3512407	Cordeirópolis	Fundo Municipal de Saúde	97536445000122	191.426,05
SP	3512506	Coroados	Fundo Municipal de Saúde	11141919000111	82.039,73
SP	3512605	Coronel Macedo	Fundo Municipal de Saúde	11368938000185	82.039,73
SP	3512704	Corumbataí	Fundo Municipal de Saúde	11221161000121	82.039,73
SP	3512803	Cosmópolis	Fundo Municipal de Saúde	18692355000154	328.158,94
SP	3512902	Cosmorama	Fundo Municipal de Saúde	12234610000139	82.039,73
SP	3513009	Cotia	Fundo Municipal de Saúde	11997758000162	679.249,77
SP	3513108	Cravinhos	Fundo Municipal de Saúde	13890141000179	218.772,62
SP	3513207	Cristais Paulista	Fundo Municipal de Saúde	12013650000150	82.039,73
SP	3513306	Cruzália	Fundo Municipal de Saúde	12142677000143	82.039,73
SP	3513405	Cruzeiro	Fundo Municipal de Saúde	10394007000199	382.852,10
SP	3513504	Cubatão	Fundo Municipal de Saúde	17262670000189	464.891,83
SP	3513603	Cunha	Fundo Municipal de Saúde	12078245000110	164.079,47
SP	3513702	Descalvado	Fundo Municipal de Saúde	11423840000183	218.772,62
SP	3513801	Diadema	Fundo Municipal de Saúde	11862440000174	679.249,77
SP	3513850	Dirce Reis	Fundo Municipal de Saúde	12067610000191	82.039,73
SP	3513900	Divinolândia	Fundo Municipal de Saúde	11747530000114	109.386,31
SP	3514007	Dobrada	Fundo Municipal de Saúde	12227267000103	82.039,73
SP	3514106	Dois Córregos	Fundo Municipal de Saúde	11859367000181	191.426,05
SP	3514205	Dolcinópolis	Fundo Municipal de Saúde	12452529000125	82.039,73
SP	3514304	Dourado	Fundo Municipal de Saúde	16814331000103	82.039,73
SP	3514403	Dracena	Fundo Municipal de Saúde	13890575000179	273.465,78
SP	3514502	Duartina	Fundo Municipal de Saúde	13650275000112	109.386,31
SP	3514601	Dumont	Fundo Municipal de Saúde	11680230000165	82.039,73
SP	3514700	Echaporã	Fundo Municipal de Saúde	13788493000118	82.039,73
SP	3514809	Eldorado	Fundo Municipal de Saúde	12195695000193	136.732,89
SP	3514908	Elias Fausto	Fundo Municipal de Saúde	12446783000110	164.079,47
SP	3514924	Elisiário	Fundo Municipal de Saúde	11738284000134	82.039,73
SP	3514957	Embaúba	Fundo Municipal de Saúde	12385913000152	82.039,73
SP	3515004	Embu	Fundo Municipal de Saúde	17299621000110	679.249,77
SP	3515103	Embu-Guaçu	Fundo Municipal de Saúde	11408997000130	328.158,94
SP	3515129	Emilianópolis	Fundo Municipal de Saúde	97546226000124	82.039,73
SP	3515152	Engenheiro Coelho	Fundo Municipal de Saúde	11258819000170	164.079,47
SP	3515186	Espírito Santo do Pinhal	Fundo Municipal de Saúde	13911925000136	273.465,78
SP	3515194	Espírito Santo do Turvo	Fundo Municipal de Saúde	13872377000182	82.039,73
SP	3557303	Estiva Gerbi	Fundo Municipal de Saúde	12150250000197	109.386,31
SP	3515301	Estrela do Norte	Fundo Municipal de Saúde	13873601000150	82.039,73
SP	3515202	Estrela d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12779945000132	82.039,73
SP	3515350	Euclides da Cunha Paulista	Fundo Municipal de Saúde	13231757000138	82.039,73
SP	3515400	Fartura	Fundo Municipal de Saúde	12227461000180	136.732,89
SP	3515608	Fernando Prestes	Fundo Municipal de Saúde	11580190000180	82.039,73
SP	3515509	Fernandópolis	Fundo Municipal de Saúde	11846960000193	328.158,94
SP	3515657	Fernão	Fundo Municipal de Saúde	13525194000190	82.039,73
SP	3515707	Ferraz de Vasconcelos	Fundo Municipal de Saúde	12240956000140	679.249,77
SP	3515806	Flora Rica	Fundo Municipal de Saúde	13846352000104	82.039,73
SP	3515905	Floreal	Fundo Municipal de Saúde	12119156000175	82.039,73
SP	3516002	Flórida Paulista	Fundo Municipal de Saúde	11565305000167	136.732,89
SP	3516101	Florínia	Fundo Municipal de Saúde	13490232000117	82.039,73
SP	3516200	Franca	Fundo Municipal de Saúde	11827962000135	679.249,77
SP	3516309	Francisco Morato	Fundo Municipal de Saúde	11143383000173	679.249,77
SP	3516408	Franco da Rocha	Fundo Municipal de Saúde	11737272000195	651.903,19
SP	3516507	Gabriel Monteiro	Fundo Municipal de Saúde	12488907000120	82.039,73
SP	3516606	Gália	Fundo Municipal de Saúde	12218868000141	82.039,73
SP	3516705	Garça	Fundo Municipal de Saúde	97519019000180	273.465,78
SP	3516804	Gastão Vidigal	Fundo Municipal de Saúde	12648008000148	82.039,73
SP	3516853	Gavião Peixoto	Fundo Municipal de Saúde	12471477000134	82.039,73
SP	3516903	General Salgado	Fundo Municipal de Saúde	11875037000180	109.386,31
SP	3517000	Getulina	Fundo Municipal de Saúde	13064691000139	109.386,31
SP	3517109	Glicério	Fundo Municipal de Saúde	11936248000185	82.039,73
SP	3517208	Guaiçara	Fundo Municipal de Saúde	11835151000186	109.386,31
SP	3517307	Guaimbê	Fundo Municipal de Saúde	11851092000130	82.039,73
SP	3517406	Guaíra	Fundo Municipal de Saúde	07639752000146	246.119,20
SP	3517505	Guapiaçu	Fundo Municipal de Saúde	14021490000117	164.079,47
SP	3517604	Guapiara	Fundo Municipal de Saúde	12478805000124	164.079,47
SP	3517703	Guará	Fundo Municipal de Saúde	12028432000190	164.079,47
SP	3517802	Guaraçaí	Fundo Municipal de Saúde	13871048000117	82.039,73
SP	3517901	Guaraci	Fundo Municipal de Saúde	11437342000190	109.386,31
SP	3518008	Guarani d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12463941000140	82.039,73
SP	3518107	Guarantã	Fundo Municipal de Saúde	12467929000104	82.039,73
SP	3518206	Guararapes	Fundo Municipal de Saúde	12652353000155	218.772,62
SP	3518305	Guararema	Fundo Municipal de Saúde	13742561000108	191.426,05
SP	3518404	Guaratinguetá	Fundo Municipal de Saúde	13847642000172	464.891,83
SP	3518503	Guareí	Fundo Municipal de Saúde	16691468000100	164.079,47
SP	3518602	Guariba	Fundo Municipal de Saúde	07542743000132	246.119,20
SP	3518701	Guarujá	Fundo Municipal de Saúde	11814454000112	679.249,77
SP	3518800	Guarulhos	Fundo Municipal de Saúde	16807135000101	712.329,31
SP	3518859	Guatapará	Fundo Municipal de Saúde	11843644000168	82.039,73
SP	3518909	Guzolândia	Fundo Municipal de Saúde	12410563000137	82.039,73
SP	3519006	Herculândia	Fundo Municipal de Saúde	12034855000112	82.039,73
SP	3519055	Holambra	Fundo Municipal de Saúde	11322572000103	136.732,89
SP	3519071	Hortolândia	Fundo Municipal de Saúde	13843145000104	679.249,77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	3519105	Iacanga	Fundo Municipal de Saúde	11848752000123	109.386,31
SP	3519204	Iacri	Fundo Municipal de Saúde	11876431000132	82.039,73
SP	3519253	Iaras	Fundo Municipal de Saúde	11777358000141	82.039,73
SP	3519303	Ibaté	Fundo Municipal de Saúde	11937607000119	218.772,62
SP	3519402	Ibirá	Fundo Municipal de Saúde	12388271000145	109.386,31
SP	3519501	Ibirarema	Fundo Municipal de Saúde	11349864000130	82.039,73
SP	3519600	Ibitinga	Fundo Municipal de Saúde	11976658000150	300.812,36
SP	3519709	Ibiúna	Fundo Municipal de Saúde	15822319000170	355.505,52
SP	3519808	Icém	Fundo Municipal de Saúde	13671368000123	82.039,73
SP	3519907	Iepê	Fundo Municipal de Saúde	15423538000186	82.039,73
SP	3520004	Igaraçu do Tietê	Fundo Municipal de Saúde	13880605000166	191.426,05
SP	3520103	Igarapava	Fundo Municipal de Saúde	11370203000196	191.426,05
SP	3520202	Igaratá	Fundo Municipal de Saúde	12265367000116	82.039,73
SP	3520301	Iguape	Fundo Municipal de Saúde	13901684000144	218.772,62
SP	3520426	Ilha Comprida	Fundo Municipal de Saúde	13879688000173	109.386,31
SP	3520442	Ilha Solteira	Fundo Municipal de Saúde	11775763000120	191.426,05
SP	3520400	Ilhabela	Fundo Municipal de Saúde	13885112000119	218.772,62
SP	3520509	Indaiatuba	Fundo Municipal de Saúde	14364993000195	679.249,77
SP	3520608	Indiana	Fundo Municipal de Saúde	12793520000188	82.039,73
SP	3520707	Indiaporã	Fundo Municipal de Saúde	12258628000170	82.039,73
SP	3520806	Inúbia Paulista	Fundo Municipal de Saúde	13837736000160	82.039,73
SP	3520905	Ipaussu	Fundo Municipal de Saúde	13902599000109	136.732,89
SP	3521002	Iperó	Fundo Municipal de Saúde	11141482000116	218.772,62
SP	3521101	Ipeúna	Fundo Municipal de Saúde	10501267000116	82.039,73
SP	3521150	Ipiguá	Fundo Municipal de Saúde	11976860000181	82.039,73
SP	3521200	Iporanga	Fundo Municipal de Saúde	12186703000135	82.039,73
SP	3521309	Ipuã	Fundo Municipal de Saúde	11369190000135	136.732,89
SP	3521408	Iracemápolis	Fundo Municipal de Saúde	11937255000100	164.079,47
SP	3521507	Irapuã	Fundo Municipal de Saúde	11580178000175	82.039,73
SP	3521606	Irapuru	Fundo Municipal de Saúde	14779626000152	82.039,73
SP	3521705	Itaberá	Fundo Municipal de Saúde	11164468000138	164.079,47
SP	3521804	Itaí	Fundo Municipal de Saúde	12026015000108	191.426,05
SP	3521903	Itajobi	Fundo Municipal de Saúde	11836627000101	136.732,89
SP	3522000	Itaju	Fundo Municipal de Saúde	12449810000109	82.039,73
SP	3522109	Itanhaém	Fundo Municipal de Saúde	13889813000126	410.198,67
SP	3522158	Itaóca	Fundo Municipal de Saúde	11401251000102	82.039,73
SP	3522208	Itapecerica da Serra	Fundo Municipal de Saúde	12440891000186	679.249,77
SP	3522307	Itapetininga	Fundo Municipal de Saúde	13781069000141	679.249,77
SP	3522406	Itapeva	Fundo Municipal de Saúde	13694379000129	410.198,67
SP	3522505	Itapevi	Fundo Municipal de Saúde	10864334000167	679.249,77
SP	3522604	Itapira	Fundo Municipal de Saúde	16992407000182	355.505,52
SP	3522653	Itapirapuã Paulista	Fundo Municipal de Saúde	11763353000160	82.039,73
SP	3522703	Itápolis	Fundo Municipal de Saúde	12005366000132	246.119,20
SP	3522802	Itaporanga	Fundo Municipal de Saúde	11930253000180	136.732,89
SP	3522901	Itapuí	Fundo Municipal de Saúde	11886342000177	136.732,89
SP	3523008	Itapura	Fundo Municipal de Saúde	11905427000155	82.039,73
SP	3523107	Itaquaquecetuba	Fundo Municipal de Saúde	12444435000104	679.249,77
SP	3523206	Itararé	Fundo Municipal de Saúde	13820532000117	273.465,78
SP	3523305	Itariri	Fundo Municipal de Saúde	13844159000134	164.079,47
SP	3523404	Itatiba	Fundo Municipal de Saúde	13886217000192	464.891,83
SP	3523503	Itatinga	Fundo Municipal de Saúde	14476316000169	164.079,47
SP	3523602	Itirapina	Fundo Municipal de Saúde	12317964000147	164.079,47
SP	3523701	Itirapuã	Fundo Municipal de Saúde	12295439000178	82.039,73
SP	3523800	Itobi	Fundo Municipal de Saúde	11669906000110	82.039,73
SP	3523909	Itu	Fundo Municipal de Saúde	11192194000190	679.249,77
SP	3524006	Itupeva	Fundo Municipal de Saúde	13598672000192	300.812,36
SP	3524105	Ituverava	Fundo Municipal de Saúde	11369015000148	246.119,20
SP	3524204	Jaborandi	Fundo Municipal de Saúde	13870794000196	82.039,73
SP	3524303	Jaboticabal	Fundo Municipal de Saúde	11472243000149	355.505,52
SP	3524402	Jacareí	Fundo Municipal de Saúde	11449169000140	679.249,77
SP	3524501	Jaci	Fundo Municipal de Saúde	13919153000189	82.039,73
SP	3524600	Jacupiranga	Fundo Municipal de Saúde	12226645000126	164.079,47
SP	3524709	Jaguariúna	Fundo Municipal de Saúde	11297035000150	300.812,36
SP	3524808	Jales	Fundo Municipal de Saúde	13841190000111	273.465,78
SP	3524907	Jambeiro	Fundo Municipal de Saúde	13942630000127	82.039,73
SP	3525003	Jandira	Fundo Municipal de Saúde	11399249000138	464.891,83
SP	3525102	Jardinópolis	Fundo Municipal de Saúde	13841094000173	246.119,20
SP	3525201	Jarinu	Fundo Municipal de Saúde	13941978000108	191.426,05
SP	3525300	Jaú	Fundo Municipal de Saúde	13774126000165	651.903,19
SP	3525409	Jeriquara	Fundo Municipal de Saúde	12053357000117	82.039,73
SP	3525508	Joanópolis	Fundo Municipal de Saúde	97522485000115	109.386,31
SP	3525607	João Ramalho	Fundo Municipal de Saúde	13815963000195	82.039,73
SP	3525706	José Bonifácio	Fundo Municipal de Saúde	13761577000168	218.772,62
SP	3525805	Júlio Mesquita	Fundo Municipal de Saúde	11789952000152	82.039,73
SP	3525854	Jumirim	Fundo Municipal de Saúde	12075708000190	82.039,73
SP	3525904	Jundiaí	Fundo Municipal de Saúde	13875759000160	679.249,77
SP	3526001	Junqueirópolis	Fundo Municipal de Saúde	13816220000130	164.079,47
SP	3526100	Juquiá	Fundo Municipal de Saúde	13840888000112	164.079,47
SP	3526209	Juquitiba	Fundo Municipal de Saúde	11323994000101	218.772,62
SP	3526308	Lagoinha	Fundo Municipal de Saúde	13816380000189	82.039,73
SP	3526407	Laranjal Paulista	Fundo Municipal de Saúde	12159550000137	191.426,05
SP	3526506	Lavínia	Fundo Municipal de Saúde	11859666000116	109.386,31
SP	3526605	Lavrinhas	Fundo Municipal de Saúde	12286276000167	82.039,73
SP	3526704	Leme	Fundo Municipal de Saúde	12298037000127	410.198,67
SP	3526803	Lençóis Paulista	Fundo Municipal de Saúde	11205603000146	328.158,94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	3526902	Limeira	Fundo Municipal de Saúde	11396895000141	679.249,77
SP	3527009	Lindóia	Fundo Municipal de Saúde	13890707000162	82.039,73
SP	3527108	Lins	Fundo Municipal de Saúde	07725147000198	355.505,52
SP	3527207	Lorena	Fundo Municipal de Saúde	10872126000100	382.852,10
SP	3527256	Lourdes	Fundo Municipal de Saúde	13925376000159	82.039,73
SP	3527306	Louveira	Fundo Municipal de Saúde	13878813000120	273.465,78
SP	3527405	Lucélia	Fundo Municipal de Saúde	07649698000110	164.079,47
SP	3527504	Lucianópolis	Fundo Municipal de Saúde	13802522000159	82.039,73
SP	3527603	Luís Antônio	Fundo Municipal de Saúde	11955045000136	136.732,89
SP	3527702	Luiziânia	Fundo Municipal de Saúde	11997351000135	82.039,73
SP	3527801	Lupércio	Fundo Municipal de Saúde	11734739000143	82.039,73
SP	3527900	Lutécia	Fundo Municipal de Saúde	11816906000103	82.039,73
SP	3528007	Macatuba	Fundo Municipal de Saúde	11240557000116	164.079,47
SP	3528106	Macaubal	Fundo Municipal de Saúde	13790889000108	82.039,73
SP	3528205	Macedônia	Fundo Municipal de Saúde	14007105000187	82.039,73
SP	3528304	Magda	Fundo Municipal de Saúde	12137484000102	82.039,73
SP	3528403	Mairinque	Fundo Municipal de Saúde	11472723000100	273.465,78
SP	3528502	Mairiporã	Fundo Municipal de Saúde	11169453000162	410.198,67
SP	3528601	Manduri	Fundo Municipal de Saúde	13752702000173	82.039,73
SP	3528700	Marabá Paulista	Fundo Municipal de Saúde	13851503000112	82.039,73
SP	3528809	Maracaí	Fundo Municipal de Saúde	13995524000101	136.732,89
SP	3528858	Marapoama	Fundo Municipal de Saúde	11694368000113	82.039,73
SP	3528908	Mariápolis	Fundo Municipal de Saúde	11933040000102	82.039,73
SP	3529005	Marília	Fundo Municipal de Saúde	14278219000161	679.249,77
SP	3529104	Marinópolis	Fundo Municipal de Saúde	14202390000197	82.039,73
SP	3529203	Martinópolis	Fundo Municipal de Saúde	10401857000177	191.426,05
SP	3529302	Matão	Fundo Municipal de Saúde	12225804000178	382.852,10
SP	3529401	Mauá	Fundo Municipal de Saúde	13848859000105	679.249,77
SP	3529500	Mendonça	Fundo Municipal de Saúde	13855805000169	82.039,73
SP	3529609	Meridiano	Fundo Municipal de Saúde	13026843000109	82.039,73
SP	3529658	Mesópolis	Fundo Municipal de Saúde	13824411000143	82.039,73
SP	3529708	Miguelópolis	Fundo Municipal de Saúde	11370993000100	164.079,47
SP	3529807	Mineiros do Tietê	Fundo Municipal de Saúde	12023090000115	109.386,31
SP	3530003	Mira Estrela	Fundo Municipal de Saúde	12067832000104	82.039,73
SP	3529906	Miracatu	Fundo Municipal de Saúde	12078884000186	164.079,47
SP	3530102	Mirandópolis	Fundo Municipal de Saúde	13878910000113	191.426,05
SP	3530201	Mirante do Paranapanema	Fundo Municipal de Saúde	13874507000116	164.079,47
SP	3530300	Mirassol	Fundo Municipal de Saúde	11215408000105	300.812,36
SP	3530409	Mirassolândia	Fundo Municipal de Saúde	14130636000162	82.039,73
SP	3530508	Mococa	Fundo Municipal de Saúde	11976738000105	328.158,94
SP	3530607	Mogi das Cruzes	Fundo Municipal de Saúde	12336008000102	679.249,77
SP	3530706	Mogi Guaçu	Fundo Municipal de Saúde	08691564000120	651.903,19
SP	3530805	Moji Mirim	Fundo Municipal de Saúde	11128302000166	410.198,67
SP	3530904	Mombuca	Fundo Municipal de Saúde	11884769000136	82.039,73
SP	3531001	Monções	Fundo Municipal de Saúde	11966012000191	82.039,73
SP	3531100	Mongaguá	Fundo Municipal de Saúde	12096081000154	300.812,36
SP	3531209	Monte Alegre do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11239903000146	82.039,73
SP	3531308	Monte Alto	Fundo Municipal de Saúde	11688315000190	273.465,78
SP	3531407	Monte Aprazível	Fundo Municipal de Saúde	12885741000186	191.426,05
SP	3531506	Monte Azul Paulista	Fundo Municipal de Saúde	12183698000107	164.079,47
SP	3531605	Monte Castelo	Fundo Municipal de Saúde	13860785000114	82.039,73
SP	3531803	Monte Mor	Fundo Municipal de Saúde	11898978000139	300.812,36
SP	3531704	Monteiro Lobato	Fundo Municipal de Saúde	12518183000110	82.039,73
SP	3531902	Morro Agudo	Fundo Municipal de Saúde	11833991000100	218.772,62
SP	3532009	Morungaba	Fundo Municipal de Saúde	11363048000180	109.386,31
SP	3532058	Motuca	Fundo Municipal de Saúde	11999795000100	82.039,73
SP	3532108	Murutinga do Sul	Fundo Municipal de Saúde	11930561000106	82.039,73
SP	3532157	Nantes	Fundo Municipal de Saúde	13887045000171	82.039,73
SP	3532207	Narandiba	Fundo Municipal de Saúde	12432240000144	82.039,73
SP	3532306	Natividade da Serra	Fundo Municipal de Saúde	13891723000170	82.039,73
SP	3532405	Nazaré Paulista	Fundo Municipal de Saúde	12774639000103	164.079,47
SP	3532504	Neves Paulista	Fundo Municipal de Saúde	13921776000196	82.039,73
SP	3532603	Nhandeara	Fundo Municipal de Saúde	12309331000197	109.386,31
SP	3532702	Nipoã	Fundo Municipal de Saúde	14175133000103	82.039,73
SP	3532801	Nova Aliança	Fundo Municipal de Saúde	13863472000110	82.039,73
SP	3532827	Nova Campina	Fundo Municipal de Saúde	12025475000111	82.039,73
SP	3532843	Nova Canaã Paulista	Fundo Municipal de Saúde	13987513000180	82.039,73
SP	3532868	Nova Castilho	Fundo Municipal de Saúde	11783844000172	82.039,73
SP	3532900	Nova Europa	Fundo Municipal de Saúde	12033258000173	109.386,31
SP	3533007	Nova Granada	Fundo Municipal de Saúde	11368907000124	164.079,47
SP	3533106	Nova Guataporanga	Fundo Municipal de Saúde	14490982000151	82.039,73
SP	3533205	Nova Independência	Fundo Municipal de Saúde	12329714000127	82.039,73
SP	3533304	Nova Luzitânia	Fundo Municipal de Saúde	13871396000194	82.039,73
SP	3533403	Nova Odessa	Fundo Municipal de Saúde	14026083000100	300.812,36
SP	3533254	Novais	Fundo Municipal de Saúde	12381417000120	82.039,73
SP	3533502	Novo Horizonte	Fundo Municipal de Saúde	11873980000153	246.119,20
SP	3533601	Nuporanga	Fundo Municipal de Saúde	11910988000142	82.039,73
SP	3533700	Ocauçu	Fundo Municipal de Saúde	13392662000104	82.039,73
SP	3533809	Óleo	Fundo Municipal de Saúde	13779802000193	82.039,73
SP	3533908	Olímpia	Fundo Municipal de Saúde	11105607000152	300.812,36
SP	3534005	Onda Verde	Fundo Municipal de Saúde	13909801000116	82.039,73
SP	3534104	Oriente	Fundo Municipal de Saúde	14112207000162	82.039,73
SP	3534203	Orindiúva	Fundo Municipal de Saúde	12073687000174	82.039,73
SP	3534302	Orlândia	Fundo Municipal de Saúde	11368924000161	246.119,20
SP	3534401	Osasco	Fundo Municipal de Saúde	13897329000149	679.249,77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	3534500	Oscar Bressane	Fundo Municipal de Saúde	11910076000170	82.039,73
SP	3534609	Osvaldo Cruz	Fundo Municipal de Saúde	11582812000109	218.772,62
SP	3534708	Ourinhos	Fundo Municipal de Saúde	13892215000106	437.545,25
SP	3534807	Ouro Verde	Fundo Municipal de Saúde	09642975000198	82.039,73
SP	3534757	Ouroeste	Fundo Municipal de Saúde	12508116000115	82.039,73
SP	3534906	Pacaembu	Fundo Municipal de Saúde	11948764000120	136.732,89
SP	3535002	Palestina	Fundo Municipal de Saúde	14134270000108	109.386,31
SP	3535101	Palmares Paulista	Fundo Municipal de Saúde	11850232000155	109.386,31
SP	3535200	Palmeira d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12294592000180	82.039,73
SP	3535309	Palmital	Fundo Municipal de Saúde	10413777000131	164.079,47
SP	3535408	Panorama	Fundo Municipal de Saúde	13846329000110	136.732,89
SP	3535507	Paraguaçu Paulista	Fundo Municipal de Saúde	11909974000109	273.465,78
SP	3535606	Paraibuna	Fundo Municipal de Saúde	13788373000110	164.079,47
SP	3535705	Paraíso	Fundo Municipal de Saúde	11718886000120	82.039,73
SP	3535804	Paranapanema	Fundo Municipal de Saúde	14161907000147	164.079,47
SP	3535903	Paranapuã	Fundo Municipal de Saúde	12374272000130	82.039,73
SP	3536000	Parapuã	Fundo Municipal de Saúde	11843243000108	109.386,31
SP	3536109	Pardinho	Fundo Municipal de Saúde	11159718000141	82.039,73
SP	3536208	Pariquera-Açu	Fundo Municipal de Saúde	13860454000184	164.079,47
SP	3536257	Parisi	Fundo Municipal de Saúde	13842974000164	82.039,73
SP	3536307	Patrocínio Paulista	Fundo Municipal de Saúde	11775935000166	136.732,89
SP	3536406	Paulicéia	Fundo Municipal de Saúde	14002965000128	82.039,73
SP	3536505	Paulínia	Fundo Municipal de Saúde	11934398000150	437.545,25
SP	3536570	Paulistânia	Fundo Municipal de Saúde	14219170000176	82.039,73
SP	3536604	Paulo de Faria	Fundo Municipal de Saúde	14069729000129	82.039,73
SP	3536703	Pederneiras	Fundo Municipal de Saúde	12218875000143	273.465,78
SP	3536802	Pedra Bela	Fundo Municipal de Saúde	11139310000108	82.039,73
SP	3536901	Pedranópolis	Fundo Municipal de Saúde	11902217000103	82.039,73
SP	3537008	Pedregulho	Fundo Municipal de Saúde	11952144000164	136.732,89
SP	3537107	Pedreira	Fundo Municipal de Saúde	12081475000139	273.465,78
SP	3537156	Pedrinhas Paulista	Fundo Municipal de Saúde	11763168000175	82.039,73
SP	3537206	Pedro de Toledo	Fundo Municipal de Saúde	11963346000101	109.386,31
SP	3537305	Penápolis	Fundo Municipal de Saúde	12012877000181	328.158,94
SP	3537404	Pereira Barreto	Fundo Municipal de Saúde	12124364000162	191.426,05
SP	3537503	Pereiras	Fundo Municipal de Saúde	11824571000167	82.039,73
SP	3537602	Peruíbe	Fundo Municipal de Saúde	97519444000170	328.158,94
SP	3537701	Piacatu	Fundo Municipal de Saúde	12041339000115	82.039,73
SP	3537800	Piedade	Fundo Municipal de Saúde	13800601000120	300.812,36
SP	3537909	Pilar do Sul	Fundo Municipal de Saúde	12389301000138	191.426,05
SP	3538006	Pindamonhangaba	Fundo Municipal de Saúde	12399130000128	679.249,77
SP	3538105	Pindorama	Fundo Municipal de Saúde	11861752000163	136.732,89
SP	3538204	Pinhalzinho	Fundo Municipal de Saúde	11108885000163	136.732,89
SP	3538303	Piquerobi	Fundo Municipal de Saúde	14214784000165	82.039,73
SP	3538501	Piquete	Fundo Municipal de Saúde	12118681000176	136.732,89
SP	3538600	Piracaia	Fundo Municipal de Saúde	12239761000180	191.426,05
SP	3538709	Piracicaba	Fundo Municipal de Saúde	11197489000150	679.249,77
SP	3538808	Piraju	Fundo Municipal de Saúde	13779966000110	191.426,05
SP	3538907	Pirajuí	Fundo Municipal de Saúde	11371187000156	191.426,05
SP	3539004	Pirangi	Fundo Municipal de Saúde	11955619000176	109.386,31
SP	3539103	Pirapora do Bom Jesus	Fundo Municipal de Saúde	13894983000107	164.079,47
SP	3539202	Pirapozinho	Fundo Municipal de Saúde	21446346000198	191.426,05
SP	3539301	Pirassununga	Fundo Municipal de Saúde	12094290000169	355.505,52
SP	3539400	Piratininga	Fundo Municipal de Saúde	11951695000103	109.386,31
SP	3539509	Pitangueiras	Fundo Municipal de Saúde	13758276000185	246.119,20
SP	3539608	Planalto	Fundo Municipal de Saúde	11734171000160	82.039,73
SP	3539707	Platina	Fundo Municipal de Saúde	11221925000189	82.039,73
SP	3539806	Poá	Fundo Municipal de Saúde	11500073000169	464.891,83
SP	3539905	Poloni	Fundo Municipal de Saúde	10782870000113	82.039,73
SP	3540002	Pompéia	Fundo Municipal de Saúde	12803039000126	164.079,47
SP	3540101	Pongaí	Fundo Municipal de Saúde	14797712000198	82.039,73
SP	3540200	Pontal	Fundo Municipal de Saúde	11864245000183	273.465,78
SP	3540259	Pontalinda	Fundo Municipal de Saúde	12112854000149	82.039,73
SP	3540309	Pontes Gestal	Fundo Municipal de Saúde	11944292000137	82.039,73
SP	3540408	Populina	Fundo Municipal de Saúde	97520318000135	82.039,73
SP	3540507	Porangaba	Fundo Municipal de Saúde	13891596000109	82.039,73
SP	3540606	Porto Feliz	Fundo Municipal de Saúde	12372408000173	300.812,36
SP	3540705	Porto Ferreira	Fundo Municipal de Saúde	11204937000103	300.812,36
SP	3540754	Potim	Fundo Municipal de Saúde	13770915000128	164.079,47
SP	3540804	Potirendaba	Fundo Municipal de Saúde	13819884000152	164.079,47
SP	3540853	Pracinha	Fundo Municipal de Saúde	13886941000116	82.039,73
SP	3540903	Pradópolis	Fundo Municipal de Saúde	13870703000112	164.079,47
SP	3541000	Praia Grande	Fundo Municipal de Saúde	11252940000194	679.249,77
SP	3541059	Pratânia	Fundo Municipal de Saúde	13867706000105	82.039,73
SP	3541109	Presidente Alves	Fundo Municipal de Saúde	12325531000133	82.039,73
SP	3541208	Presidente Bernardes	Fundo Municipal de Saúde	11768545000169	109.386,31
SP	3541307	Presidente Epitácio	Fundo Municipal de Saúde	11966021000182	246.119,20
SP	3541406	Presidente Prudente	Fundo Municipal de Saúde	12382927000112	679.249,77
SP	3541505	Presidente Venceslau	Fundo Municipal de Saúde	13799876000191	246.119,20
SP	3541604	Promissão	Fundo Municipal de Saúde	13261761000149	246.119,20
SP	3541653	Quadra	Fundo Municipal de Saúde	12273993000154	82.039,73
SP	3541703	Quatá	Fundo Municipal de Saúde	11790034000143	136.732,89
SP	3541802	Queiroz	Fundo Municipal de Saúde	12232988000101	82.039,73
SP	3541901	Queluz	Fundo Municipal de Saúde	13060217000139	109.386,31
SP	3542008	Quintana	Fundo Municipal de Saúde	12455133000131	82.039,73
SP	3542107	Rafard	Fundo Municipal de Saúde	13815597000174	82.039,73
SP	3542206	Rancharia	Fundo Municipal de Saúde	11110540000144	191.426,05
SP	3542305	Redenção da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11340121000107	82.039,73
SP	3542404	Regente Feijó	Fundo Municipal de Saúde	15538451000154	164.079,47
SP	3542503	Reginópolis	Fundo Municipal de Saúde	97520643000106	82.039,73
SP	3542602	Registro	Fundo Municipal de Saúde	11568304000176	300.812,36
SP	3542701	Restinga	Fundo Municipal de Saúde	11826913000188	82.039,73

SP	3542800	Ribeira	Fundo Municipal de Saúde	11389243000180	82.039,73
SP	3542909	Ribeirão Bonito	Fundo Municipal de Saúde	12829459000181	109.386,31
SP	3543006	Ribeirão Branco	Fundo Municipal de Saúde	13847543000190	164.079,47
SP	3543105	Ribeirão Corrente	Fundo Municipal de Saúde	12239512000194	82.039,73
SP	3543204	Ribeirão do Sul	Fundo Municipal de Saúde	97520222000177	82.039,73
SP	3543238	Ribeirão dos Índios	Fundo Municipal de Saúde	11915297000131	82.039,73
SP	3543253	Ribeirão Grande	Fundo Municipal de Saúde	11156014000115	82.039,73
SP	3543303	Ribeirão Pires	Fundo Municipal de Saúde	12928308000180	464.891,83
SP	3543402	Ribeirão Preto	Fundo Municipal de Saúde	12885763000146	679.249,77
SP	3543600	Rifaina	Fundo Municipal de Saúde	13787359000100	82.039,73
SP	3543709	Rincão	Fundo Municipal de Saúde	11923686000109	109.386,31
SP	3543808	Rinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11775742000105	82.039,73
SP	3543907	Rio Claro	Fundo Municipal de Saúde	11211126000121	679.249,77
SP	3544004	Rio das Pedras	Fundo Municipal de Saúde	12014295000134	218.772,62
SP	3544103	Rio Grande da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11503217000130	273.465,78
SP	3544202	Riolândia	Fundo Municipal de Saúde	12029751000110	109.386,31
SP	3543501	Riversul	Fundo Municipal de Saúde	11260888000118	82.039,73
SP	3544251	Rosana	Fundo Municipal de Saúde	14062386000170	164.079,47
SP	3544301	Roseira	Fundo Municipal de Saúde	11173215000120	109.386,31
SP	3544400	Rubiácea	Fundo Municipal de Saúde	12478532000118	82.039,73
SP	3544509	Rubinéia	Fundo Municipal de Saúde	12293160000155	82.039,73
SP	3544608	Sabino	Fundo Municipal de Saúde	13930678000115	82.039,73
SP	3544707	Sagres	Fundo Municipal de Saúde	11100227000125	82.039,73
SP	3544806	Sales	Fundo Municipal de Saúde	11215681000121	82.039,73
SP	3544905	Sales Oliveira	Fundo Municipal de Saúde	11383179000120	109.386,31
SP	3545001	Salesópolis	Fundo Municipal de Saúde	12440389000175	136.732,89
SP	3545100	Salmourão	Fundo Municipal de Saúde	12401658000194	82.039,73
SP	3545159	Saltinho	Fundo Municipal de Saúde	12021851000108	82.039,73
SP	3545209	Salto	Fundo Municipal de Saúde	11297631000130	464.891,83
SP	3545308	Salto de Pirapora	Fundo Municipal de Saúde	11445091000195	273.465,78
SP	3545407	Salto Grande	Fundo Municipal de Saúde	97536392000140	82.039,73
SP	3545506	Sandovalina	Fundo Municipal de Saúde	12447409000130	82.039,73
SP	3545605	Santa Adélia	Fundo Municipal de Saúde	11915549000122	136.732,89
SP	3545704	Santa Albertina	Fundo Municipal de Saúde	14161147000178	82.039,73
SP	3545803	Santa Bárbara d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	13898306000159	679.249,77
SP	3546009	Santa Branca	Fundo Municipal de Saúde	11934343000140	136.732,89
SP	3546108	Santa Clara d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12273428000197	82.039,73
SP	3546207	Santa Cruz da Conceição	Fundo Municipal de Saúde	97552000000136	82.039,73
SP	3546256	Santa Cruz da Esperança	Fundo Municipal de Saúde	13812376000142	82.039,73
SP	3546306	Santa Cruz das Palmeiras	Fundo Municipal de Saúde	11991547000112	218.772,62
SP	3546405	Santa Cruz do Rio Pardo	Fundo Municipal de Saúde	13893669000100	273.465,78
SP	3546504	Santa Ernestina	Fundo Municipal de Saúde	11858604000190	82.039,73
SP	3546603	Santa Fé do Sul	Fundo Municipal de Saúde	13824549000142	218.772,62
SP	3546702	Santa Gertrudes	Fundo Municipal de Saúde	13879576000112	191.426,05
SP	3546801	Santa Isabel	Fundo Municipal de Saúde	13048451000140	300.812,36
SP	3546900	Santa Lúcia	Fundo Municipal de Saúde	12273871000168	82.039,73
SP	3547007	Santa Maria da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11513796000100	82.039,73
SP	3547106	Santa Mercedes	Fundo Municipal de Saúde	13879728000187	82.039,73
SP	3547502	Santa Rita do Passa Quatro	Fundo Municipal de Saúde	11923280000126	191.426,05
SP	3547403	Santa Rita d'Oeste	Fundo Municipal de Saúde	12454420000127	82.039,73
SP	3547601	Santa Rosa de Viterbo	Fundo Municipal de Saúde	11147134000156	191.426,05
SP	3547650	Santa Salete	Fundo Municipal de Saúde	13915679000190	82.039,73
SP	3547205	Santana da Ponte Pensa	Fundo Municipal de Saúde	12124711000157	82.039,73
SP	3547304	Santana de Parnaíba	Fundo Municipal de Saúde	15383468000180	492.238,41
SP	3547700	Santo Anastácio	Fundo Municipal de Saúde	11950866000180	164.079,47
SP	3547809	Santo André	Fundo Municipal de Saúde	11243645000171	679.249,77
SP	3547908	Santo Antônio da Alegria	Fundo Municipal de Saúde	11389859000150	82.039,73
SP	3548005	Santo Antônio de Posse	Fundo Municipal de Saúde	11347477000164	164.079,47
SP	3548054	Santo Antônio do Aracanguá	Fundo Municipal de Saúde	12427437000195	82.039,73
SP	3548104	Santo Antônio do Jardim	Fundo Municipal de Saúde	13960353000185	82.039,73
SP	3548203	Santo Antônio do Pinhal	Fundo Municipal de Saúde	12851643000128	82.039,73
SP	3548302	Santo Expedito	Fundo Municipal de Saúde	15609981000146	82.039,73
SP	3548401	Santópolis do Aguapeí	Fundo Municipal de Saúde	12270821000127	82.039,73
SP	3548500	Santos	Fundo Municipal de Saúde	11939723000177	679.249,77
SP	3548609	São Bento do Sapucaí	Fundo Municipal de Saúde	13875252000106	109.386,31
SP	3548708	São Bernardo do Campo	Fundo Municipal de Saúde	13961905000170	679.249,77
SP	3548807	São Caetano do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10434282000199	679.249,77
SP	3548906	São Carlos	Fundo Municipal de Saúde	64924665000174	679.249,77
SP	3549003	São Francisco	Fundo Municipal de Saúde	13817876000177	82.039,73
SP	3549102	São João da Boa Vista	Fundo Municipal de Saúde	12143206000150	382.852,10
SP	3549201	São João das Duas Pontes	Fundo Municipal de Saúde	13829073000132	82.039,73
SP	3549250	São João de Iracema	Fundo Municipal de Saúde	11851976000194	82.039,73
SP	3549300	São João do Pau d'Alho	Fundo Municipal de Saúde	13692570000131	82.039,73
SP	3549409	São Joaquim da Barra	Fundo Municipal de Saúde	11370092000118	273.465,78
SP	3549508	São José da Bela Vista	Fundo Municipal de Saúde	11886643000109	82.039,73
SP	3549607	São José do Barreiro	Fundo Municipal de Saúde	12987140000184	82.039,73
SP	3549706	São José do Rio Pardo	Fundo Municipal de Saúde	13427080000108	300.812,36
SP	3549805	São José do Rio Preto	Fundo Municipal de Saúde	11965112000101	679.249,77
SP	3549904	São José dos Campos	Fundo Municipal de Saúde	12998458000160	679.249,77
SP	3549953	São Lourenço da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11140541000131	136.732,89
SP	3550001	São Luís do Paraitinga	Fundo Municipal de Saúde	13011161000122	109.386,31
SP	3550100	São Manuel	Fundo Municipal de Saúde	11206149000148	246.119,20
SP	3550209	São Miguel Arcanjo	Fundo Municipal de Saúde	11341134000192	218.772,62
SP	3550308	São Paulo	Fundo Municipal de Saúde	13864377000130	3.015.941,48
SP	3550407	São Pedro	Fundo Municipal de Saúde	13752286000103	218.772,62
SP	3550506	São Pedro do Turvo	Fundo Municipal de Saúde	13924035000169	82.039,73
SP	3550605	São Roque	Fundo Municipal de Saúde	11348758000131	382.852,10
SP	3550704	São Sebastião	Fundo Municipal de Saúde	11817180000115	382.852,10
SP	3550803	São Sebastião da Grama	Fundo Municipal de Saúde	11548148000181	109.386,31
SP	3550902	São Simão	Fundo Municipal de Saúde	11299703000189	136.732,89
SP	3551009	São Vicente	Fundo Municipal de Saúde	11899413000176	679.249,77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	3551108	Sarapuí	Fundo Municipal de Saúde	97530536000150	82.039,73
SP	3551207	Sarutaiá	Fundo Municipal de Saúde	12106517000149	82.039,73
SP	3551306	Sebastianópolis do Sul	Fundo Municipal de Saúde	10471096000120	82.039,73
SP	3551405	Serra Azul	Fundo Municipal de Saúde	14071347000130	136.732,89
SP	3551603	Serra Negra	Fundo Municipal de Saúde	14499793000140	191.426,05
SP	3551504	Serrana	Fundo Municipal de Saúde	07584185000178	246.119,20
SP	3551702	Sertãozinho	Fundo Municipal de Saúde	11975485000155	464.891,83
SP	3551801	Sete Barras	Fundo Municipal de Saúde	12084397000126	109.386,31
SP	3551900	Severínia	Fundo Municipal de Saúde	11715971000134	164.079,47
SP	3552007	Silveiras	Fundo Municipal de Saúde	11476068000168	82.039,73
SP	3552106	Socorro	Fundo Municipal de Saúde	11728059000117	246.119,20
SP	3552205	Sorocaba	Fundo Municipal de Saúde	12493507000103	679.249,77
SP	3552304	Sud Mennucci	Fundo Municipal de Saúde	12489279000106	82.039,73
SP	3552403	Sumaré	Fundo Municipal de Saúde	11309083000111	679.249,77
SP	3552551	Suzanápolis	Fundo Municipal de Saúde	13923430000127	82.039,73
SP	3552502	Suzano	Fundo Municipal de Saúde	11141906000142	679.249,77
SP	3552601	Tabapuã	Fundo Municipal de Saúde	11855355000189	109.386,31
SP	3552700	Tabatinga	Fundo Municipal de Saúde	11857715000181	136.732,89
SP	3552809	Taboão da Serra	Fundo Municipal de Saúde	11140544000175	679.249,77
SP	3552908	Taciba	Fundo Municipal de Saúde	14239467000101	82.039,73
SP	3553005	Taguaí	Fundo Municipal de Saúde	11936692000109	109.386,31
SP	3553104	Taiaçu	Fundo Municipal de Saúde	11655315000193	82.039,73
SP	3553203	Taiúva	Fundo Municipal de Saúde	12017964000121	82.039,73
SP	3553302	Tambaú	Fundo Municipal de Saúde	15920214000153	164.079,47
SP	3553401	Tanabi	Fundo Municipal de Saúde	14122997000167	191.426,05
SP	3553500	Tapiraí	Fundo Municipal de Saúde	13865912000178	82.039,73
SP	3553609	Tapiratiba	Fundo Municipal de Saúde	12033178000118	109.386,31
SP	3553658	Taquaral	Fundo Municipal de Saúde	13932396000157	82.039,73
SP	3553708	Taquaritinga	Fundo Municipal de Saúde	11114724000182	300.812,36
SP	3553807	Taquarituba	Fundo Municipal de Saúde	11920803000180	164.079,47
SP	3553856	Taquarivaí	Fundo Municipal de Saúde	12518685000141	82.039,73
SP	3553906	Tarabai	Fundo Municipal de Saúde	12431281000116	82.039,73
SP	3553955	Tarumã	Fundo Municipal de Saúde	11685364000179	136.732,89
SP	3554003	Tatuí	Fundo Municipal de Saúde	11194221000164	464.891,83
SP	3554102	Taubaté	Fundo Municipal de Saúde	10480722000144	679.249,77
SP	3554201	Tejupá	Fundo Municipal de Saúde	12041694000194	82.039,73
SP	3554300	Teodoro Sampaio	Fundo Municipal de Saúde	12362507000174	164.079,47
SP	3554409	Terra Roxa	Fundo Municipal de Saúde	16568630000105	82.039,73
SP	3554508	Tietê	Fundo Municipal de Saúde	11917011000157	246.119,20
SP	3554607	Timburi	Fundo Municipal de Saúde	14453327000123	82.039,73
SP	3554656	Torre de Pedra	Fundo Municipal de Saúde	12112433000118	82.039,73
SP	3554706	Torrinha	Fundo Municipal de Saúde	12449796000143	82.039,73
SP	3554755	Trabiju	Fundo Municipal de Saúde	16724258000170	82.039,73
SP	3554805	Tremembé	Fundo Municipal de Saúde	11193969000142	273.465,78
SP	3554904	Três Fronteiras	Fundo Municipal de Saúde	12280304000139	82.039,73
SP	3554953	Tuiuti	Fundo Municipal de Saúde	13993364000161	82.039,73
SP	3555000	Tupã	Fundo Municipal de Saúde	11845813000107	328.158,94
SP	3555109	Tupi Paulista	Fundo Municipal de Saúde	13880559000103	136.732,89
SP	3555208	Turiúba	Fundo Municipal de Saúde	12041388000158	82.039,73
SP	3555307	Turmalina	Fundo Municipal de Saúde	13936078000164	82.039,73
SP	3555356	Ubarana	Fundo Municipal de Saúde	12800053000176	82.039,73
SP	3555406	Ubatuba	Fundo Municipal de Saúde	11703889000190	382.852,10
SP	3555505	Ubirajara	Fundo Municipal de Saúde	11690387000171	82.039,73
SP	3555604	Uchoa	Fundo Municipal de Saúde	11837851000100	82.039,73
SP	3555703	União Paulista	Fundo Municipal de Saúde	13897630000152	82.039,73
SP	3555802	Urânia	Fundo Municipal de Saúde	13824471000166	82.039,73
SP	3555901	Uru	Fundo Municipal de Saúde	11227001000190	82.039,73
SP	3556008	Urupês	Fundo Municipal de Saúde	11819270000145	136.732,89
SP	3556107	Valentim Gentil	Fundo Municipal de Saúde	15716035000107	109.386,31
SP	3556206	Valinhos	Fundo Municipal de Saúde	13992930000110	464.891,83
SP	3556305	Valparaíso	Fundo Municipal de Saúde	12196716000195	191.426,05
SP	3556354	Vargem	Fundo Municipal de Saúde	13832296000159	82.039,73
SP	3556404	Vargem Grande do Sul	Fundo Municipal de Saúde	15741597000100	246.119,20
SP	3556453	Vargem Grande Paulista	Fundo Municipal de Saúde	12052434000114	273.465,78
SP	3556503	Várzea Paulista	Fundo Municipal de Saúde	13786887000137	464.891,83
SP	3556602	Vera Cruz	Fundo Municipal de Saúde	13893179000103	109.386,31
SP	3556701	Vinhedo	Fundo Municipal de Saúde	13761604000100	355.505,52
SP	3556800	Viradouro	Fundo Municipal de Saúde	11870186000156	164.079,47
SP	3556909	Vista Alegre do Alto	Fundo Municipal de Saúde	11979477000187	82.039,73
SP	3556958	Vitória Brasil	Fundo Municipal de Saúde	13824512000114	82.039,73
SP	3557006	Votorantim	Fundo Municipal de Saúde	11209472000175	464.891,83
SP	3557105	Votuporanga	Fundo Municipal de Saúde	11966608000191	410.198,67
SP	3557154	Zacarias	Fundo Municipal de Saúde	13895109000186	82.039,73
TO	1700251	Abreulândia	Fundo Municipal de Saúde	11291277000137	66.891,15
TO	1700301	Aguiarnópolis	Fundo Municipal de Saúde	11291331000144	66.891,15
TO	1700350	Aliança do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11341025000175	66.891,15
TO	1700400	Almas	Fundo Municipal de Saúde	12271064000106	66.891,15
TO	1700707	Alvorada	Fundo Municipal de Saúde	12099581000140	66.891,15
TO	1701002	Ananás	Fundo Municipal de Saúde	11246570000182	66.891,15
TO	1701051	Angico	Fundo Municipal de Saúde	11271018000144	66.891,15
TO	1701101	Aparecida do Rio Negro	Fundo Municipal de Saúde	11491119000120	66.891,15
TO	1701309	Aragominas	Fundo Municipal de Saúde	12616343000164	66.891,15
TO	1701903	Araguacema	Fundo Municipal de Saúde	11348280000140	66.891,15
TO	1702000	Araguaçu	Fundo Municipal de Saúde	12254356000130	66.891,15
TO	1702109	Araguaína	Fundo Municipal de Saúde	11046759000121	748.382,64
TO	1702158	Araguanã	Fundo Municipal de Saúde	12035302000184	66.891,15
TO	1702208	Araguatins	Fundo Municipal de Saúde	11406326000130	178.376,41
TO	1702307	Arapoema	Fundo Municipal de Saúde	11379774000191	66.891,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	1702406	Arraias	Fundo Municipal de Saúde	12136401000152	89.188,20
TO	1702554	Augustinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11421097000122	133.782,31
TO	1702703	Aurora do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	13321783000157	66.891,15
TO	1702901	Axixá do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11326203000199	66.891,15
TO	1703008	Babaçulândia	Fundo Municipal de Saúde	13076026000165	89.188,20
TO	1703057	Bandeirantes do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12743104000175	66.891,15
TO	1703073	Barra do Ouro	Fundo Municipal de Saúde	12159734000105	66.891,15
TO	1703107	Barrolândia	Fundo Municipal de Saúde	11391015000144	66.891,15
TO	1703206	Bernardo Sayão	Fundo Municipal de Saúde	11408686000170	66.891,15
TO	1703305	Bom Jesus do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12502305000180	66.891,15
TO	1703602	Brasilândia do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11299205000136	66.891,15
TO	1703701	Brejinho de Nazaré	Fundo Municipal de Saúde	11608295000108	66.891,15
TO	1703800	Buriti do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11204812000175	89.188,20
TO	1703826	Cachoeirinha	Fundo Municipal de Saúde	11337082000180	66.891,15
TO	1703842	Campos Lindos	Fundo Municipal de Saúde	12775985000106	66.891,15
TO	1703867	Cariri do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12308833000101	66.891,15
TO	1703883	Carmolândia	Fundo Municipal de Saúde	13397778000128	66.891,15
TO	1703891	Carrasco Bonito	Fundo Municipal de Saúde	11740122000130	66.891,15
TO	1703909	Caseara	Fundo Municipal de Saúde	11374226000179	66.891,15
TO	1704105	Centenário	Fundo Municipal de Saúde	12013802000115	66.891,15
TO	1705102	Chapada da Natividade	Fundo Municipal de Saúde	11289197000147	66.891,15
TO	1704600	Chapada de Areia	Fundo Municipal de Saúde	12440801000157	66.891,15
TO	1705508	Colinas do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11359904000124	178.376,41
TO	1716703	Colméia	Fundo Municipal de Saúde	11328248000100	66.891,15
TO	1705557	Combinado	Fundo Municipal de Saúde	11302797000106	66.891,15
TO	1705607	Conceição do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11419212000124	66.891,15
TO	1706001	Couto de Magalhães	Fundo Municipal de Saúde	11252797000130	66.891,15
TO	1706100	Cristalândia	Fundo Municipal de Saúde	11277989000100	66.891,15
TO	1706258	Crixás do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12463676000109	66.891,15
TO	1706506	Darcinópolis	Fundo Municipal de Saúde	12811609000120	66.891,15
TO	1707009	Dianópolis	Fundo Municipal de Saúde	11301094000155	133.782,31
TO	1707108	Divinópolis do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11439826000178	66.891,15
TO	1707207	Dois Irmãos do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11390781000194	66.891,15
TO	1707306	Dueré	Fundo Municipal de Saúde	13973552000128	66.891,15
TO	1707405	Esperantina	Fundo Municipal de Saúde	11440035000168	89.188,20
TO	1707553	Fátima	Fundo Municipal de Saúde	13138386000144	66.891,15
TO	1707652	Figueirópolis	Fundo Municipal de Saúde	12028766000163	66.891,15
TO	1707702	Filadélfia	Fundo Municipal de Saúde	11249252000175	66.891,15
TO	1708205	Formoso do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	11429603000120	133.782,31
TO	1708254	Fortaleza do Tabocão	Fundo Municipal de Saúde	11254854000110	66.891,15
TO	1708304	Goianorte	Fundo Municipal de Saúde	11438307000195	66.891,15
TO	1709005	Goiatins	Fundo Municipal de Saúde	11432480000186	89.188,20
TO	1709302	Guaraí	Fundo Municipal de Saúde	11295419000134	156.079,36
TO	1709500	Gurupi	Fundo Municipal de Saúde	11336672000199	312.158,73
TO	1709807	Ipueiras	Fundo Municipal de Saúde	12691013000133	66.891,15
TO	1710508	Itacajá	Fundo Municipal de Saúde	11372183000192	66.891,15
TO	1710706	Itaguatins	Fundo Municipal de Saúde	11489909000171	66.891,15
TO	1710904	Itapiratins	Fundo Municipal de Saúde	11394449000106	66.891,15
TO	1711100	Itaporã do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11231139000162	66.891,15
TO	1711506	Jaú do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11235634000140	66.891,15
TO	1711803	Juarina	Fundo Municipal de Saúde	11715159000109	66.891,15
TO	1711902	Lagoa da Confusão	Fundo Municipal de Saúde	12342968000185	89.188,20
TO	1711951	Lagoa do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11622613000187	66.891,15
TO	1712009	Lajeado	Fundo Municipal de Saúde	11952334000181	66.891,15
TO	1712157	Lavandeira	Fundo Municipal de Saúde	13883168000134	66.891,15
TO	1712405	Lizarda	Fundo Municipal de Saúde	12056072000130	66.891,15
TO	1712454	Luzinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11507354000143	66.891,15
TO	1712504	Marianópolis do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12278609000106	66.891,15
TO	1712702	Mateiros	Fundo Municipal de Saúde	11567619000107	66.891,15
TO	1712801	Maurilândia do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12223446000164	66.891,15
TO	1713205	Miracema do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11545460000111	133.782,31
TO	1713304	Miranorte	Fundo Municipal de Saúde	13414643000123	89.188,20
TO	1713601	Monte do Carmo	Fundo Municipal de Saúde	11425245000187	66.891,15
TO	1713700	Monte Santo do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12830142000165	66.891,15
TO	1713957	Muricilândia	Fundo Municipal de Saúde	11096094000160	66.891,15
TO	1714203	Natividade	Fundo Municipal de Saúde	12244611000164	66.891,15
TO	1714302	Nazaré	Fundo Municipal de Saúde	11463865000100	66.891,15
TO	1714880	Nova Olinda	Fundo Municipal de Saúde	11627479000107	89.188,20
TO	1715002	Nova Rosalândia	Fundo Municipal de Saúde	11266377000103	66.891,15
TO	1715101	Novo Acordo	Fundo Municipal de Saúde	11383855000165	66.891,15
TO	1715150	Novo Alegre	Fundo Municipal de Saúde	11740265000142	66.891,15
TO	1715259	Novo Jardim	Fundo Municipal de Saúde	12844985000110	66.891,15
TO	1715507	Oliveira de Fátima	Fundo Municipal de Saúde	11069418000171	66.891,15
TO	1721000	Palmas	Fundo Municipal de Saúde	11320420000171	2.757.432,21
TO	1715705	Palmeirante	Fundo Municipal de Saúde	12292443000182	66.891,15
TO	1713809	Palmeiras do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11298607000116	66.891,15
TO	1715754	Palmeirópolis	Fundo Municipal de Saúde	13936229000184	66.891,15
TO	1716109	Paraíso do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11230086000165	222.970,52
TO	1716208	Paranã	Fundo Municipal de Saúde	13108698000105	89.188,20
TO	1716307	Pau D'Arco	Fundo Municipal de Saúde	12982961000128	66.891,15
TO	1716505	Pedro Afonso	Fundo Municipal de Saúde	11772824000104	89.188,20
TO	1716604	Peixe	Fundo Municipal de Saúde	12780909000199	89.188,20
TO	1716653	Pequizeiro	Fundo Municipal de Saúde	13173908000149	66.891,15
TO	1717008	Pindorama do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11490763000184	66.891,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	1717206	Piraquê	Fundo Municipal de Saúde	12482837000101	66.891,15
TO	1717503	Pium	Fundo Municipal de Saúde	12059635000143	66.891,15
TO	1717800	Ponte Alta do Bom Jesus	Fundo Municipal de Saúde	13767456000123	66.891,15
TO	1717909	Ponte Alta do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	13006346000149	66.891,15
TO	1718006	Porto Alegre do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11847777000102	66.891,15
TO	1718204	Porto Nacional	Fundo Municipal de Saúde	11315054000162	245.267,57
TO	1718303	Praia Norte	Fundo Municipal de Saúde	11420797000100	66.891,15
TO	1718402	Presidente Kennedy	Fundo Municipal de Saúde	11231208000138	66.891,15
TO	1718451	Pugmil	Fundo Municipal de Saúde	11314873000195	66.891,15
TO	1718501	Recursolândia	Fundo Municipal de Saúde	97537306000113	66.891,15
TO	1718550	Riachinho	Fundo Municipal de Saúde	11291190000160	66.891,15
TO	1718659	Rio da Conceição	Fundo Municipal de Saúde	11852709000131	66.891,15
TO	1718709	Rio dos Bois	Fundo Municipal de Saúde	11723909000194	66.891,15
TO	1718758	Rio Sono	Fundo Municipal de Saúde	11563127000135	66.891,15
TO	1718808	Sampaio	Fundo Municipal de Saúde	11620328000127	66.891,15
TO	1718840	Sandolândia	Fundo Municipal de Saúde	13892610000199	66.891,15
TO	1718865	Santa Fé do Araguaia	Fundo Municipal de Saúde	12400051000190	66.891,15
TO	1718881	Santa Maria do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11783200000184	66.891,15
TO	1718899	Santa Rita do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11230123000135	66.891,15
TO	1718907	Santa Rosa do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12270405000129	66.891,15
TO	1719004	Santa Tereza do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11910226000146	66.891,15
TO	1720002	Santa Terezinha do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	13227263000180	66.891,15
TO	1720101	São Bento do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12937604000148	66.891,15
TO	1720150	São Félix do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11595415000171	66.891,15
TO	1720200	São Miguel do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11478207000192	89.188,20
TO	1720259	São Salvador do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12489636000128	66.891,15
TO	1720309	São Sebastião do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11398887000134	66.891,15
TO	1720499	São Valério da Natividade	Fundo Municipal de Saúde	12257851000101	66.891,15
TO	1720655	Silvanópolis	Fundo Municipal de Saúde	11467851000165	66.891,15
TO	1720804	Sítio Novo do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	11262636000128	66.891,15
TO	1720853	Sucupira	Fundo Municipal de Saúde	12702088000172	66.891,15
TO	1720903	Taguatinga	Fundo Municipal de Saúde	13070418000117	111.485,26
TO	1720937	Taipas do Tocantins	Fundo Municipal de Saúde	12051093000162	66.891,15
TO	1720978	Talismã	Fundo Municipal de Saúde	13111001000155	66.891,15
TO	1721109	Tocantínia	Fundo Municipal de Saúde	11382032000115	66.891,15
TO	1721208	Tocantinópolis	Fundo Municipal de Saúde	11266993000164	133.782,31
TO	1721257	Tupirama	Fundo Municipal de Saúde	11893009000195	66.891,15
TO	1721307	Tupiratins	Fundo Municipal de Saúde	13672489000190	66.891,15
TO	1722081	Wanderlândia	Fundo Municipal de Saúde	11178091000176	89.188,20
TO	1722107	Xambioá	Fundo Municipal de Saúde	11964908000131	89.188,20
TOTAL					1.000.000.000,00

(*)N.da Coejo: Publicado em parte por ter sido omitido no DOU de 28-3-2018, Seção 1, páginas 98 a 126.

PORTARIA Nº 755, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Habilita o município de Laranjeiras do Sul (PR) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando o Art. 11, inciso VI do Título II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que apresenta o Componente PAB Variável destinado ao financiamento de estratégias, realizadas no âmbito da atenção básica em saúde - Incentivo para a Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei, em regime de internação e internação provisória;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando o Art. 129 da Seção V, capitulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de Outubro de 2017, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no Art. 25 do Anexo XVII, da Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Laranjeiras do Sul (PR) até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no Art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme Art. 130 da Seção V, capítulo II da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria serão plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o programa de trabalho 10.301.2015.219A - Promoção da Atenção Básica em Saúde PO: 0001.

Art. 3° O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Laranjeiras do Sul (PR).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO À SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
PR	Laranjeiras do Sul	CENSE de Laranjeiras do Sul	Municipal	130	R$ 10.695,00	R$ 10.695,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 805, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Centro de Parto Normal.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
TO	PALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11320420000117707	760.000,00	0000	10302201520R40001
TOTAL			1 PROPOSTAS	760.000,00		

PORTARIA Nº 806, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Maternidade Enfermeira Celina Villacrez Ruiz como Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Amazonas.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Seção 1;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, Seção XIII;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada, do Departamento de Atenção Especializada e Temática e da Secretaria de Atenção à Saúde; resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir informado, como Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC), Código de Habilitação 17.19.

ESTADO	MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	PORTE POPULACIONAL
AM	Tabatinga	Maternidade Enfermeira Celina Villacrez Ruiz	7459831	até 499.999 habitantes

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 5.277,72 (cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Amazonas.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Amazonas, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 807, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Maranhão e Município de Araioses.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Ofício nº 100/2018, de 8 de março de 2018, da Secretaria Municipal de Saúde de Araioses;

Considerando a Resolução nº 167/2017 da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Maranhão; e

Considerando a NOTA TÉCNICA Nº 96/2018-CGPAS/DRAC/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Maranhão e do Município de Araioses.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Araioses (MA), de forma regular e automática, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 808, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Santa Catarina e do Município de Biguaçu.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a deliberação CIB/SC nº 234, 8 de dezembro de 2016, que aprova as alterações dos leitos da Rede de Urgência e Emergência da Regional de Saúde da Grande Florianópolis;

Considerando a Portaria nº 3.408/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que aprova aditivo ao Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Biguaçu, no montante anual de R$ 930.750,00 (novecentos e trinta mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1° desta Portaria referem-se à habilitação de 06 (seis) leitos novos de enfermaria clínica de retaguarda e qualificação de 06 (seis) leitos existentes, disponíveis ao SUS, do Hospital Regional Helmuth Nass, CNES 7486596, localizada no Município de Biguaçu (SC), previstos no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios do Santa Catarina, conforme Portaria nº 3.408 GM/MS, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Biguaçu, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto dessa Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Leitos de enfermaria clínica de retaguarda		Valor anual
						Novos	Qualificados	
SC	420230	Biguaçu	7486596	Hospital Regional Helmuth Nass	Municipal	6	6	R$ 930.750,00
	Total					R$ 558.450,00	R$ 372.300,00	

PORTARIA Nº 809, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.408/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que Aprova aditivo ao Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o Anexo III - que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a deliberação CIB/SC 197/2016, de 27 de setembro de 2016, que aprova o Termo Aditivo da RAU, da Macrorregião Sul do Estado de Santa Catarina; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Morro da Fumaça, no montante anual de R$ 775.625,00 (setecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1° desta Portaria referem-se à qualificação de 10 (dez) leitos de enfermaria clínica de retaguarda, sendo 05 (cinco) leitos novos e 05 (cinco) leitos existentes, disponíveis ao SUS, do Hospital de Caridade São Roque, CNES 2419378, localizada no Município de Morro da Fumaça/SC, previstos no Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina, conforme Portaria nº 3.408/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 1º, ao Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde, conforme anexo a essa Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Leitos de enfermaria clínica de retaguarda		Valor anual
						Novos	Qualificados	
SC	421120	Morro da Fumaça	2419378	Hospital de Caridade São Roque	Estadual	5	5	R$ 775.625,00
	Total					R$ 465.375,00	R$ 310.250,00	

PORTARIA Nº 810, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI Pediátrico do Hospital do Rocio - Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rocio SA - Campo Largo (PR) e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o título X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Critico ou Grave, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Fica habilitado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo - UTI Tipo III, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS 17.914	Hospital	Nº leitos
CNES: 0013846	Hospital do Rocio - Maternidade e Cirurgia Nossa Senhora do Rocio SA - Campo Largo/PR	
Leito: 26.06 Pediátrico		12

Art. 2º A referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, título X - Do Cuidado Progressivo ao Paciente Critico ou Grave, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 1.782.239,52 (um milhão setecentos e oitenta e dois mil duzentos e trinta e nove reais e cinquenta dois centavos) do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Paraná.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 3º, ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 811, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Chapecó.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite de Santa Catarina por meio da Deliberação nº 002/CIB/18, de 22 de janeiro de 2018, ao Ofício nº 023/2018, de 22 de janeiro de 2018, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina que solicita aporte de recursos financeiros ao Município de Chapecó destinados à expansão da oferta de serviços de oncologia no Hospital Regional do Oeste - Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira - CNES 2537788, habilitado como UNACON; e

Considerando o Despacho nº 2652960/2018, de 26 de fevereiro de 2018, emitido pela Coordenação Geral de Atenção Especializada-CGAE/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 392.085,33 (trezentos e noventa e dois mil, oitenta e cinco reais e trinta e três centavos), a ser incorporado Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Santa Catarina e Município de Chapecó.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Chapecó/SC, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 812, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Maternidade Santa Isabel como Serviço de Referência para o Diagnóstico Mamário - SDM e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Seção 1;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, Seção XIII;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada, do Departamento de Atenção Especializada e Temática e da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir relacionado, como Serviço de Referência para o Diagnóstico Mamário (SDM), Porte I, Código de Habilitação 17.20.

ESTADO	MUNICIPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	PORTE POPULACIONAL
SP	Bauru	Maternidade Santa Isabel	2790580	150.000 a 299.999 habitantes

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 5.739,00 (cinco mil setecentos e trinta e nove reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde de São Paulo, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 813, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Paraná e Município de Francisco Beltrão.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando Ofício nº 815/2017 de 3 de julho de 2017, da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão do Estado do Paraná;

Considerando a Deliberação CIB-PR nº 002/2018, de 26 de janeiro de 2018, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, que aprova a solicitação de recurso destinado ao Município de Francisco Beltrão; e

Considerando a Nota Técnica nº 37/2018 - CGPAS/DRAC/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reias), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado do Paraná e do Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Francisco Beltrão - PR, de forma regular e automática, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 6ª (sexta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 814, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC), e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada, do Departamento de Atenção Especializada e Temática e da Secretaria de Atenção à Saúde - CGAE/DAET/SAS/MS; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde a seguir descrito, como Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC), Código de Habilitação 17.19.

ESTADO	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	PORTE POPULACIONAL
DF	Brasília	Hospital Universitário de Brasília	0010510	Até 49.999 habitantes

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 5.277,72 (cinco mil, duzentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Distrito Federal.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde do Distrito Federal, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 815, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita Serviços Hospitalares de Referência - SHR's e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Igarapava.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 953/SAS/MS, de 12 de setembro de 2012, que inclui na tabela de habilitação do SCNES a habilitação 0636 - Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas e inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do SUS;

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, Anexo V, Título I, Capitulo I, Página nº 250, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde e define a Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando as orientações contidas na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, Anexo V, Título III, que define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do componente hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, Título III, Capítulo III, Seção III, Página 624, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social; e

Considerando as documentações apresentadas pelos municípios do Estado de São Paulo, que solicitam a habilitação de 15 leitos de saúde mental em hospital geral e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Área Técnica de Saúde Mental - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Serviços Hospitalares de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, listados a seguir:

UF	Município	Código do IBGE	Nº Leitos	Razão Social	CNES	Gestão	Habilitação	Número proposta SAIPS	Valor Anual (R$)
SP	Registro	354260	5	ASSOC DE PROT E ASSIT A MATERNIDADE E A INFANCIA DE REGISTRO	2079593	Estadual	636	1812	336.606,60
SP	Igarapava	352010	10	SANTA CASA DE IGARAPAVA	2079348	Municipal	636	9563	673.213,20

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.009.819,80 (um milhão, nove mil, oitocentos e dezenove reais e oitenta centavos) a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de São Paulo e Município de Igarapava.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para os Fundos de Saúde do Estado de São Paulo e do Município de Igarapava, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Fica estabelecido que os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 816, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Revoga os arts. n° 875 a 879 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que tratam do financiamento para a implantação do componente Sala de Estabilização (SE) da Rede de Atenção às Urgências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo III, Livro I, da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Título VIII - Do Financiamento das Redes de Atenção à Saúde da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o amplo atendimento dos componentes da Rede de Urgência e Emergência no país, resolve:

Art. 1º Ficam revogados os arts. nº 875 a 879 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que tratam do financiamento para a implantação do componente Sala de Estabilização (SE) da Rede de Atenção às Urgências

Art. 2º Os recursos de investimento já repassados para implantação da Sala de Estabilização devem ser utilizados para melhoria do atendimento dos usuários do SUS em situação de urgência e emergência em estabelecimentos de saúde compreendendo ampliação de área física, mobiliário, materiais e equipamentos, conforme previsto no art. 875 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e anexo 9 do anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 3º Os Municípios beneficiados pelo incentivo de investimento de que tratam os referidos artigos, deverão apresentar a utilização do recurso descrito no art. 2º no Relatório Anual de Gestão.

Parágrafo único. Em caso de não comprovação da aplicação dos recursos conforme o art. 2º, o proponente deverá restituí-los ao Fundo Nacional de Saúde- FNS, acrescidos de correção monetária prevista em lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 817, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Exclui proposta do Anexo II da Portaria nº 21/GM/MS, de 03 de janeiro de 2017, que publica lista de propostas dos componentes Ampliação, Construção e Reforma de Unidades Básicas de Saúde desabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 21/GM/MS, de 03 de janeiro de 2017, que publica lista de propostas dos componentes Ampliação, Construção e Reforma de Unidades Básicas de Saúde desabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica excluída do Anexo II da Portaria nº 21/GM/MS, de 3 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 5, de 6 de janeiro de 2017, seção 1, páginas 14 a 23, a proposta relacionada no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	Tipo de Obra	Nº da Proposta	Portaria de Habilitação	Tipo de Recurso	Motivo da Desabilitação	Valor da Proposta (R$)	Valor Pago (R$)
SC	Guarujá do Sul	Ampliação	11252074000113001	1.381/2013	PROGRAMA	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	66.900,00	66.900,00

PORTARIA Nº 818, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Exclui propostas do Anexo da Portaria nº 1.663/GM/MS, de 02 de outubro de 2015, que publica a listagem de propostas de Ampliação, Construção e Reforma inabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art.87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 1.663/GM/MS, de 02 de outubro de 2015, que publica listagem de propostas de Ampliação, Construção e Reforma inabilitadas no âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas do Anexo da Portaria nº 1.663/GM/MS, de 02 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 191, de 6 de outubro de 2015, seção 1, páginas 27 a 49, as propostas relacionadas no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	Tipo de Obra	Nº da Proposta	Portaria de Habilitação	Tipo de Recurso	Motivo da Desabilitação	Valor da Proposta (R$)	Valor Pago (R$)
SP	Serra Negra	Ampliação	35516020571589744	1.170/2012	PROGRAMA	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	67.845,00	67.845,00
SP	Serra Negra	Ampliação	35516027499558954	1.170/2012	PROGRAMA	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	84.930,00	84.930,00
SP	Serra Negra	Ampliação	35516027500239753	1.170/2012	PROGRAMA	Devolução de Recurso Solicitada pelo Gestor	73.890,00	73.890,00

PORTARIA Nº 819, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Publica lista de propostas do componente Construção e ampliação de Unidades de Pronto Atendimento, desabilitadas no âmbito do Programa de UPA 24h.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título IV, Capítulos I a VII da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando o art. 2º da Portaria GM/MPDG nº 348, de 14 de novembro e 2016; e

Considerando a Nota Técnica nº 27-SEI de 02 de fevereiro de 2018, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica publicada, na forma do anexo a esta Portaria, a lista das propostas do componente Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento desabilitadas no âmbito do Programa de UPA 24h, pela não retomada da obra no prazo máximo previsto / sem apresentação de medição de ateste de evolução física da obra no período, estabelecidos no art. 2º da Portaria GM/MPDG nº 348, de 14 de novembro e 2016.

Art 2º Nos termos do art. 1.117 da Portaria de Consolidação 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e os entes federativos que tiveram sua proposta de ampliação, construção desabilitadas, estarão sujeitos à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, parcial ou totalmente, ao Fundo Nacional de Saúde, acrescidos da correção monetária, para os fundos de saúde Estaduais, Distrital e Municipais.

Art. 3º A Secretaria de Atenção à Saúde adotará os procedimentos junto os fundos de saúde Estaduais, Distrital e Municipais, para a imediata devolução dos recursos financeiros repassados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, caso ainda não devolvidos, e a baixa nos sistemas de controle de repasse fundo a fundo do Ministério da Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	Município	Código IBGE	Nº da Proposta	Portaria de Habilitação	Valor da Proposta	Valor repassado 1a.e 2ª. Parcelas
BA	Juazeiro	291840	11145.615000/1120-05	PORTARIA Nº 1.344, DE 29 DE JUNHO DE 2012.	1.400.000,00	140.000,00
PR	Cascavel	410480	76208.867000/1100-54	PORTARIA Nº 1.968, DE 18 DE AGOSTO DE 2011, PORTARIA Nº 120, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015 e PORTARIA Nº 668, DE 3 DE JUNHO DE 2015	1.400.000,00	1.050.000,00
RS	Guaíba	430930	88811.922000/1100-02	PORTARIA Nº 2.777, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.	2.000.000,00	1.500.000,00
SP	Diadema	351380	46523.247000/1100-05	PORTARIA Nº 1.712, DE 28 DE JULHO DE 2011.	2.600.000,00	1.950.000,00
SP	Guarulhos	351880	46319.000002/2120-11	PORTARIA Nº 1.344, DE 29 DE JUNHO DE 2012.	2.600.000,00	2.340.000,00
SP	Presidente Epitácio	354130	55293.427000/1120-03	PORTARIA Nº 1.344, DE 29 DE JUNHO DE 2012.	1.400.000,00	1.260.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 820, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera o número leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI)-Adulto do Hospital Metropolitano Doutor Celio de Castro HMDCC e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título X - Do cuidado progressivo ao Paciente Crítico ou Grave da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Adulto, Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 22.688	Hospital	Nº leitos
CNES: 7866801	Hospital Metropolitano Doutor Celio de Castro HMDCC - Serviço Social Autônomo Hospital Metropolitano Doutor Celio - Belo Horizonte/MG	
Leito: 26.01 Adulto		70

Art. 2º Fica determinada que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 - Título X, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 4.193.587,20 (quatro milhões, cento e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 3º, ao Fundo Municipal de Belo Horizonte/MG, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 821, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Adulto do Hospital Municipal São José - Joinville(SC), e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Santa Catarina e do Município de Joinville.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.408/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, que aprova aditivo ao Componente Hospitalar do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado e Municípios de Santa Catarina e, para sua implementação, estabelece recursos do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a serem incorporados ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando o Título X - Do cuidado progressivo ao Paciente Crítico ou Grave da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo III - que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a deliberação CIB/SC nº 516, 19 de dezembro de 2014, que aprova o primeiro aditivo do Plano de Ação Regional da Rede de Urgência e Emergência do Estado de Santa Catarina, com inclusões, exclusões e remanejamentos de leitos e serviços; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência- DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterado o número de leitos da Unidade de Tratamento Intensivo Adulto, Tipo II, do hospital a seguir relacionado:

Proposta SAIPS: 23.808	Hospital	Nº leitos
CNES: 2436469	Hospital Municipal São José - Joinville/SC	
Leito: 26.01 Adulto		14

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 - Título X, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 525.600,00 (quinhentos e vinte cinco mil e seiscentos reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Santa Catarina e Município de Joinville.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Joinville-SC, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 822, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Clínica de Hemodiálise Clibahia Eireli (BA) como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com hemodiálise, desabilita a Clínica de Hemodiálise Nossa Senhora da Graça como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia do Estado da Bahia e Município de Salvador.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, bem como a Resolução CIB nº 054/2018 de 14 de março de 2018; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com hemodiálise, código 15.04:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
24.676.071/0001-77	9233911	CLIBAHIA / CLINICA DE HEMODIALISE CLIBAHIA EIRELI ME / SALVADOR / BA/ MUNICIPAL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º Fica desabilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia, código 15.01:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF/GESTÃO
14.460.609/0001-58	0005517	CLINICA DE HEMODIALISE NOSSA SENHORA DA GRACA / CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE/ SALVADOR / BA/ MUNICIPAL

Art. 3º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC no montante anual de R$ 2.172.291,84 (dois milhões, cento e setenta e dois mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos), ao Estado da Bahia e Município de Salvador (BA), destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Salvador (IBGE 292740), após apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informação Ambulatorial, observando o limite financeiro mensal estabelecido.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 823, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera o tipo de Equipe de Saúde da Família (ESF) para Equipe de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR) conforme as regras instituídas pela Seção III do Capítulo II do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica, que consolida das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 941/SAS/MS, de 22 de dezembro de 2011, que estabelece normas para o cadastramento, no SCNES, de estabelecimentos as equipes que farão parte da População Ribeirinha e Fluvial;

Considerando a Seção III das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha e Fluvial dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense, do Capítulo II das Equipes, do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017; e

Considerando a Seção IX do Capítulo I do Título II do Custeio da Atenção Básica da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, referente ao Incentivo Financeiro Mensal de Custeio das Equipes de Saúde da Família Ribeirinhas (ESFR), das Equipes de Saúde da Família Fluvial (ESFF) e das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), resolve:

Art. 1º Fica alterado o tipo de Equipe de Saúde da Família (ESF) para Equipe de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR), conforme as regras instituídas Seção III do Capítulo II do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que redefine o arranjo organizacional das ESFR, com necessidade de embarcações de pequeno porte para o deslocamento dos profissionais de saúde no atendimento as comunidades e a possibilidade de acréscimo de profissionais à composição mínima da equipe, além das unidades de apoio para atenção de forma descentralizada.

Art. 2º As equipes descritas no Anexo I desta Portaria encontram-se aptas ao recebimento mensal dos incentivos financeiros de acordo a mudança de tipo para ESFR e a redefinição do arranjo organizacional.

I- As embarcações credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro às ESFR estão listadas no Anexo II desta portaria.

II- As unidades de apoio credenciadas ao recebimento do incentivo financeiro às ESFR estão listadas no Anexo II desta portaria.

III- A relação do número de profissionais acrescidos à composição mínima das ESFR para fins de recebimento dos repasses consta do Anexo III desta portaria.

Art. 3º O repasse dos incentivos financeiros dispostos nos incisos do art. 2º dependerá da efetivação do cadastramento dos respectivos dados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), vinculando-os às respectivas ESFR.

Art. 4º As ESFR listadas nesta Portaria devem se submeter às normas legais vigentes e especialmente ao disposto na Seção III do Capítulo II do Anexo XXII da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para fins de manutenção dos repasses dos incentivos financeiros e execução das ações a que se destinam.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.219A - Piso de Atenção Básica em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0001 - Piso de Atenção Básica Variável.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

Municípios com mudança de tipo de ESF para ESFR.

UF	IBGE	Município	ESFR
AM	1300029	Alvarães	1
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	1
AM	1304005	Silves	1
Total	-	3	3

ANEXO II

Embarcação e Unidades de Apoio credenciadas ao recebimento de incentivo financeiro mensal à ESFR

UF	IBGE	Município	ESFR	INE	Número de Unidade de Apoio	Número de Embarcação
AM	1300029	Alvarães	1	0000006866	4	4
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	1	0000013196	3	2
AM	1304005	Silves	1	0000014486	4	4

ANEXO III

Número de profissionais acrescidos à composição mínima da ESFR para recebimento de incentivo financeiro mensal

UF	IBGE	Município	ESFR	INE	Agente Comunitário de Saúde*	Micro-scopista	Auxiliar ou Técnico (Enfermagem)	Auxiliar ou Técnico (Saúde Bucal)	Profissional de nível superior
AM	1300029	Alvarães	1	0000006866	-	-	11	1	2
AM	1303106	Nova Olinda do Norte	1	0000013196	-	-	3	-	1
AM	1304005	Silves	1	0000014486	10*	1	8	-	2

* Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) acrescidos à composição mínima das ESFR já se encontram credenciados para o respectivo município.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 833, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado do Paraná e Município de Apucarana.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando Ofício 21/2018 da Secretaria Municipal de Saúde de Apucarana de 12 de março de 2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região;

Considerando a Deliberação CIB-PR nº 023/18, de 01 de fevereiro de 2018, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Paraná, que aprova a solicitação de recurso destinado ao Município de Apucarana; e

Considerando a NOTA TÉCNICA Nº 105/2018-CGPAS/DRAC/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado do Paraná e Município de Apucarana.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Apucarana-PR, de forma regular e automática, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. o recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 6ª (sexta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 834, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Habilita a Associação Beneficente Católica/Hospital Santa Isabel de Ubá como Unidade de Atenção Especializada em Alta Complexidade em Oftalmologia e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar-MAC do Estado de Minas Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 288/SAS/MS, de 19 de maio de 2008, que institui a Política Nacional de Atenção em Oftalmologia;

Considerando a Seção VII - Da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde SUS - Art. 324 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção II Artigo 7; ítem 7, anexo XXXV - Política Nacional de Atenção em Oftalmologia (PNAO) da Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais através da Pactuação da Comissão Intergestores Regional Ampliada (CIRA) Sudoeste nº 412 de 14 de setembro de 2017 , homologada pela CIB/SUS-MG na 237ª Reunião Ordinária , ocorrida em 23/11/2017; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento a seguir descrito, como Unidade de Atenção Especializada em Alta Complexidade em Oftalmologia - Habilitação - 0503- UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM OFTALMOLOGIA:

CNPJ	CNES	ESTABELECIMENTO
25.335.803/0001-28	2195437	Associação Beneficente Católica/Hospital Santa Isabel de Ubá, Município de Ubá/Minas Gerais

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.089.945,24 (um milhão, oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde de Minas Gerais, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 5ª (quinta) parcela de 2018.

RICARDO BARROS

PORTARIA Nº 835, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Localizar, temporariamente, no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Ceará, a Função Gratificada de Assistente III, FG-03, código 05.0038, do Gabinete da Secretaria Executiva.

RICARDO BARROS

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 261, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação Nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto abaixo relacionado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), nos seguintes termos:

Instituição: Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural

CNPJ: 08.745.680/0001-84

Nome do Projeto: Cor e Ritmo - Arte Inclusão

NUP: 25000.179396/2016-13

Prazo de execução: 12 meses

Valor readequado: R$ 759.608,80 (setecentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e oito reais e oitenta centavos).

Resumo do projeto: Utilizar a Arte e a Música como estímulo à ampliação e/ou manutenção das capacidades funcionais das pessoas com deficiência intelectual, incluir socialmente e integrar pessoas com e sem deficiência, promovendo a saúde.

Art. 2º Revogar a Portaria GAB/SE nº 1.289, de 20/12/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

PORTARIA Nº 262, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Defere readequação de projeto no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para credenciamento e apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Deferir a readequação do projeto "Ampliação e Qualificação da Assistência Oncológica do Instituto Mário Penna: Terapia Nutricional, Assistência Integral ao Portador de Câncer de Laringe e Radioterapia e Alta Tecnologia", apresentado pela Associação Mário Penna, NUP 25000.079214/2015-24 , no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica.

Art. 2º Revoga-se o inciso I do art. 1º, da Portaria GAB/SE nº 1.074, de 8 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 28 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 e conforme a RN 386 de 09/10/2015 que dispõe sobre o Programa de Qualificação de Operadoras em deliberação através da 482ª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada realizada em 19 de março de 2018, julgou os seguintes processos administrativos:

DECISÃO: Indeferidos à unanimidade os recursos administrativos interpostos pelas Operadoras listadas abaixo, mantendo-se o resultado do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar - IDSS 2017, Ano Base 2016, divulgados.

Nº DO PROCESSO	OPERADORA	REG ANS
33910.020058/2017-12	Instituto de Previdência e Assistência Odontológica Ltda	389358
33910.019208/2017-45	Unix Saude Ltda	418137
33910.019144/2017-82	Fundação Fiat Saúde e Bem Estar	418285
33910.018962/2017-68	Uniodonto Goiânia Cooperativa de Cirurgiões Dentistas	358436
33910.019163/2017-17	Oeste Saúde de Assistência à Saúde Suplementar S/S Ltda	318035
33910.019156/2017-15	Hospital Regional de Franca	309338
33910.020142/2017-36	Unimed Encosta da Serra - Sociedade Cooperativa de Serviços de Saúde Ltda	311715
33910.019160/2017-75	Unimed Guaxupé Cooperativa de Trabalho Médico	318035
33910.018961/2017-13	Mediservice Operadora de Planos de Saúde	333689
33910.020167/2017-30	Unimed Ji Paraná Cooperativa de Trabalho Médico	347507
33910.019167/2017-97	Associação dos Auditores Fiscais do Estado da Paraiba - Afrafef	330281

Os autos dos processos em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor - Presidente
Substituto

SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO NO PARANÁ
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA

DESPACHOS DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Chefe do Núcleo da ANS Paraná, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 58, de 12 de fevereiro de 2016, publicada no D.O.U. de 15 de fevereiro de 2016, seção 1, pág. 33/34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto na Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art. 15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio desta DAR CIÊNCIA do:

DESPACHO Nº 172 NUCLEO-PR/DIFIS/2018

PROCESSO 25772.015031/2016-21

Intima-se a operadora IGM ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.731.941/0001-02, com último endereço conhecido em local incerto e não sabido, da lavratura do Auto de Infração nº 13026/2016 na data de 19/09/2016, pela infração ao seguinte dispositivo legal: art. 25 da Lei 9656/98 c/c art. 17º da RN 195/09, passível de punição de acordo com o artigo 82-A, da Resolução Normativa nº 124/2006. De acordo com os autos do processo administrativo nº 25772.015031/2016-21 (demanda nº 3167415). Ao autuado é concedido o prazo de 10 (dez) dias, para que caso queira, apresentar contestação ao referido auto, por escrito, no seguinte endereço: Núcleo da ANS Paraná situado na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, 9 Andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80.410-180.

MARCIO DE SOUZA FRANÇA

DESPACHOS DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Chefe do Núcleo da ANS Paraná, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 58, de 12 de fevereiro de 2016, publicada no D.O.U. de 15 de fevereiro de 2016, seção 1, pág. 33/34, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto na Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art. 15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio desta DAR CIÊNCIA do:

DESPACHO Nº 173 NUCLEO-PR/DIFIS/2018

PROCESSO 25782.008951/2017-54

Intima-se a operadora VEROLIFE SAÚDE S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 01.599.587/0001-60, com último endereço conhecido em local incerto e não sabido, da lavratura do Auto de Infração nº 29904/2017 na data de 21/09/2017, pela infração ao seguinte dispositivo legal: art. 12, inciso II, alínea "a" c/c artigo 12, inciso III da Lei 9.656/1998, com penalidade prevista no artigo 77 da RN nº 124/2006, alterada pela RN nº 396/2016. De acordo com os autos do processo administrativo nº 25782.008951/2017-54 (demanda nº 3439815). Ao autuado é concedido o prazo de 10 (dez) dias, para que caso queira, apresentar contestação ao referido auto, por escrito, no seguinte endereço: Núcleo da ANS Paraná situado na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, 9 Andar, Centro, Curitiba - PR, CEP 80.410-180.

MARCIO DE SOUZA FRANÇA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC N° 221, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para o processo de reavaliação toxicológica de ingredientes ativos de agrotóxicos no âmbito da Anvisa.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de março de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Resolução estabelece os critérios e os procedimentos para a reavaliação toxicológica de ingredientes ativos de agrotóxicos no âmbito da Anvisa.

Art. 2º Os ingredientes ativos de agrotóxicos que apresentarem indícios de alteração dos riscos à saúde humana poderão ser reavaliados a qualquer tempo.

CAPÍTULO II

DAS ETAPAS DA REAVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA

Art. 3º O processo de reavaliação toxicológica de ingredientes ativos de agrotóxicos no âmbito da Anvisa inclui as seguintes etapas:

I - indicação dos ingredientes ativos de agrotóxicos para a reavaliação toxicológica;

II - seleção e definição do escopo da reavaliação;

III - divulgação do início da reavaliação;

IV - protocolo de documentos pelas empresas registrantes;

V - análise técnica e elaboração da nota técnica preliminar;

VI - publicação da consulta pública da proposta de RDC;

VII - elaboração da nota técnica conclusiva;

VIII - publicação da RDC; e

IX- implementação da(s) medida(s) regulatória(s), se for o caso.

Art. 4º Em qualquer etapa do processo de reavaliação, a Anvisa poderá realizar atividades com o objetivo de complementar informações.

Parágrafo único. Estão incluídas nas atividades previstas no caput:

I - reunião com representantes do poder público e da sociedade;

II - instituição de grupo de trabalho, com possibilidade de participação de especialistas e demais colaboradores externos interessados na matéria;

III - promoção de seminário ou painel de caráter técnico-científico;

IV - realização de consulta a órgãos ou entidades do poder público ou a representantes da sociedade para obtenção de esclarecimentos relacionados à matéria;

V - audiências públicas; e

VI - reunião com representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a fim de colaborar com a reavaliação no âmbito de suas respectivas áreas de competência.

Seção I

Da Indicação dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos para Reavaliação

Art. 5º A indicação dos ingredientes ativos de agrotóxicos à reavaliação poderá ocorrer:

I - quando organizações internacionais responsáveis pela saúde ou alimentação, das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos e convênios, alertarem para riscos ou desaconselharem o uso do agrotóxicos;

II - quando a Anvisa detectar indícios de alteração dos riscos à saúde humana; ou

III - quando for apresentada à Anvisa fundamentação técnico-científica devidamente embasada sobre o ingrediente ativo.

Parágrafo único. A indicação de que trata o inciso III deverá ser formalizada à Anvisa, por meio de petição específica a ser submetida eletronicamente, e estar acompanhada de:

I - justificativa técnica que fundamente a indicação;

II - apresentação das evidências técnico-científicas que indiquem o possível enquadramento nos critérios proibitivos de registro ou em outros com potencial risco à saúde humana.

Art. 6° A Anvisa realizará avaliação preliminar das indicações quanto à sua pertinência e possibilidade de admissibilidade, sendo considerado nesta etapa se:

I - as evidências de alteração dos riscos à saúde humana do ingrediente ativo de agrotóxico indicado à reavaliação se enquadram nos critérios proibitivos de registro previstos no § 6º do art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e no art. 31 do Decreto n° 4.074, de 4 de janeiro de 2002; ou

II - se há indicativos de risco à saúde que possam demandar medidas restritivas ou de mitigação dos riscos.

Seção II

Da Seleção e da Definição do Escopo da Reavaliação

Art. 7° A Anvisa selecionará os ingredientes ativos de agrotóxicos que serão submetidos à reavaliação com base no risco à saúde humana.

Art. 8° Na avaliação de que trata o artigo anterior, serão considerados os seguintes aspectos para seleção do ingrediente ativo de agrotóxico e para definição do escopo da reavaliação e da ordem de início da análise:

I - evidências de enquadramento do agrotóxico nos critérios proibitivos de registro;

II - evidências de riscos à saúde como extrapolação de parâmetros de referência dietéticos e ocupacionais;

III - relevância da exposição ao agrotóxico para humanos, avaliada por meio de dados de comercialização, de intoxicações humanas, de monitoramento de resíduos do agrotóxico em água, alimentos e em amostras biológicas, dentre outros; e

IV - outros aspectos que sejam considerados relevantes durante a análise.

Art. 9° A lista dos ingredientes ativos de agrotóxicos selecionados para reavaliação, com o respectivo aspecto toxicológico que enseja preocupação, será divulgada no portal eletrônico da Anvisa.

Art. 10. A lista dos ingredientes ativos de agrotóxicos selecionados será atualizada à medida que as reavaliações forem finalizadas.

§ 1º A lista dos ingredientes ativos de agrotóxicos selecionados somente poderá ser modificada quando for(em) identificado(s) outro(s) ingrediente(s) ativo(s) de agrotóxico(s) que represente(m) maior risco à saúde que os já constantes na lista anterior, conforme os critérios mencionados no art. 8°.

§ 2º A justificativa para a modificação da lista será divulgada no portal eletrônico da Anvisa.

Art. 11. O escopo da reavaliação será definido a partir das informações coletadas que subsidiaram a seleção do ingrediente ativo de agrotóxico, de forma a contemplar os aspectos toxicológicos que ensejam preocupação.

Seção III

Da Divulgação do Início da Reavaliação e do Protocolo dos Documentos pelas Empresas Registrantes

Art. 12. Para divulgação do início da reavaliação toxicológica será publicado Edital com as seguintes informações:

I - nome químico e comum do ingrediente ativo a ser reavaliado;

II - lista dos produtos técnicos e/ou produtos formulados que contêm o ingrediente ativo a ser reavaliado, com indicação das marcas comerciais e respectivos números de registro e titulares; e

III - aspectos toxicológicos que motivaram a reavaliação.

Parágrafo único. As empresas que protocolarem solicitações de registro ou que tenham registro de produto contendo o ingrediente ativo de agrotóxico objeto de reavaliação publicado durante o período de reavaliação se enquadrarão automaticamente na publicação mencionada no caput deste artigo, estando sujeitas às mesmas obrigações que as demais.

Art. 13. As empresas registrantes serão convocadas para reunião por meio do Edital de que trata o art. 12, na qual será discutida a relação dos documentos que deverão ser protocolados.

Parágrafo único. A ata de reunião, exigências realizadas e todos outros documentos decorrentes da reunião serão disponibilizados no portal eletrônico da Anvisa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 14. Após a reunião mencionada no art. 13, as empresas registrantes serão notificadas individualmente para apresentação dos documentos pertinentes em prazo estabelecido, que não poderá exceder 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º As empresas registrantes deverão identificar e informar quais dos dados protocolados podem ser considerados sigilosos, apresentando justificativa legal.

§ 2º Todas as informações não protegidas poderão ser disponibilizadas publicamente no portal eletrônico da Anvisa ou mediante solicitação.

§ 3º Caso as empresas registrantes resolvam pela formação de grupo de trabalho para o acompanhamento do processo de reavaliação, a formalização desse à Anvisa deverá ser realizada até o prazo estabelecido para protocolo dos documentos previsto no caput deste artigo.

Art. 15. A apresentação dos documentos mencionados nos arts. 13 e 14 deverá ser realizada de acordo com orientações a serem publicadas pela Anvisa.

Art. 16. Durante todo o processo de reavaliação, as empresas registrantes poderão ser notificadas a apresentar informações adicionais.

Art. 17. Caso, ao longo do processo de reavaliação, surjam novos indícios de alteração dos riscos à saúde humana relacionados ao ingrediente ativo de agrotóxico, além daqueles publicados no Edital mencionado no art. 12, esses poderão ser objeto de análise.

§ 1º Na ocorrência do disposto no caput deste artigo, será publicado novo Edital, de forma a atualizar os aspectos toxicológicos que serão analisados.

§ 2º Caso necessário, as empresas registrantes serão notificadas para apresentação de documentação correspondente.

Art. 18. Se após iniciada a reavaliação for solicitado pela(s) empresa(s) detentora(s) o cancelamento do(s) registro(s) do(s) produto(s) envolvido(s), será dada continuidade ao processo para a conclusão da reavaliação com as informações disponíveis.

Art. 19. O início da etapa de análise de novo processo de reavaliação deverá considerar os ingredientes ativos já em reavaliação de forma a não prejudicar a efetividade dos processos em execução.

Seção IV

Da Análise e da Elaboração da Nota Técnica Preliminar

Art. 20. A reavaliação toxicológica de ingredientes ativos seguirá os critérios de avaliação toxicológica de produtos técnicos e formulados estabelecidos pelas normas específicas que dispõem sobre avaliação toxicológica e avaliação do risco de produtos técnicos, agrotóxicos e afins.

Art. 21. Para subsidiar a reavaliação, a Anvisa efetuará a análise:

I - dos documentos protocolados pelas empresas registrantes;

II - de estudos científicos publicados; e

III - de dados oficiais e de relatórios de outras agências reguladoras e de organismos reconhecidos, entre outros documentos que se julgarem pertinentes.

Art. 22. Poderão ser consultados especialistas no tema, com o objetivo de coletar informações técnicas que subsidiem a reavaliação toxicológica.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput deste artigo, deverão ser firmados acordos de confidencialidade e termos de ausência de conflito de interesses pelos especialistas consultados.

Art. 23. Será elaborada Nota Técnica preliminar com os aspectos regulatórios, toxicológicos e, quando aplicável, dos riscos avaliados, a qual embasará a proposta de Resolução da Diretoria Colegiada -RDC com os encaminhamentos para o ingrediente ativo de agrotóxico, seus produtos técnicos e produtos formulados.

Seção V

Da Consulta Pública e da Nota Técnica Conclusiva

Art. 24. Após a elaboração da Nota Técnica preliminar, será publicada Consulta Pública da proposta de Resolução da Diretoria Colegiada - RDC com os possíveis encaminhamentos para o ingrediente ativo.

Art. 25. Após consolidação das contribuições provenientes da Consulta Pública, será elaborada Nota Técnica conclusiva do processo de reavaliação do ingrediente ativo de agrotóxico e a respectiva proposta final de Resolução da Diretoria Colegiada - RDC.

Seção VI

Da Decisão e da Implementação das Medidas Regulatórias

Art. 26. A Anvisa realizará reunião(ões) com o Mapa e com o Ibama previamente à sua decisão final, a fim de discutir as medidas restritivas eventualmente aplicáveis e os respectivos prazos de adequação, no âmbito de suas respectivas áreas de competência.

Art. 27. A conclusão final do processo de reavaliação será publicada por meio de Resolução da Diretoria Colegiada - RDC, que poderá definir pelas seguintes medidas:

I - manutenção do ingrediente ativo do agrotóxico, seus produtos técnicos e formulados, sem restrições adicionais além daquelas já consignadas nos respectivos registros;

II - manutenção do ingrediente ativo do agrotóxico, seus produtos técnicos e formulados, com adoção de medidas de mitigação de riscos à saúde;

III - manutenção do ingrediente ativo do agrotóxico, seus produtos técnicos e formulados, com necessidade de alterações nos seus registros;

IV - suspensão do uso do ingrediente ativo do agrotóxico, seus produtos técnicos e formulados; ou

V - proibição da produção, da importação, da exportação, da comercialização e/ou do uso do ingrediente ativo do agrotóxico, seus produtos técnicos e formulados.

§ 1º As medidas relacionadas nos incisos II, III e IV poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

§ 2º Quando determinada a proibição do ingrediente ativo reavaliado, os pedidos pendentes de decisão relativos a produtos que o contenham serão indeferidos.

Art. 28. A Anvisa estabelecerá as ações para acompanhamento das medidas decorrentes do disposto no artigo anterior.

Art. 29. O Mapa, o Ibama e outros órgãos públicos pertinentes serão oficializados sobre a decisão do processo de reavaliação.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 30. Será mantida a avaliação toxicológica em vigência dos ingredientes ativos em reavaliação até decisão final da Anvisa em contrário.

Art. 31. O não atendimento às exigências nos prazos estabelecidos, a omissão de informações ou a apresentação de informações incorretas ou parciais e a não realização das ações decorrentes do processo de reavaliação definidas pela Anvisa constituem infração, estando os infratores sujeitos à aplicação das sanções administrativas previstas em Lei.

Art. 32. O disposto nesta Resolução se aplica aos processos de reavaliação toxicológica iniciados na vigência da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 48, de 7 de julho de 2008, que ainda não tenham sido concluídos, sem prejuízo das etapas já realizadas.

Parágrafo único. Os processos de reavaliação de que trata o caput deste artigo serão considerados prioritários.

Art. 33. Fica revogada a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 48, de 7 de julho de 2008.

Art. 34. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de março de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Seção I

Objetivo

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre os requisitos de Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde.

Seção II

Abrangência

Art. 2º Esta Resolução se aplica aos geradores de resíduos de serviços de saúde- RSS cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos RSS, sejam eles públicos e privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.

§ 1º Para efeito desta resolução, definem-se como geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas com a atenção à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing e tatuagem, salões de beleza e estética, dentre outros afins.

§ 2º Esta Resolução não se aplica a fontes radioativas seladas, que devem seguir as determinações da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, e às indústrias de produtos sob vigilância sanitária, que devem observar as condições específicas do seu licenciamento ambiental.

Seção III

Definições

Art. 3º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I. abrigo externo: ambiente no qual ocorre o armazenamento externo dos coletores de resíduos;

II. abrigo temporário: ambiente no qual ocorre o armazenamento temporário dos coletores de resíduos;

III. acondicionamento: ato de embalar os resíduos segregados em sacos ou recipientes que evitem vazamentos, e quando couber, sejam resistentes às ações de punctura, ruptura e tombamento, e que sejam adequados física e quimicamente ao conteúdo acondicionado;

IV. agentes biológicos: microrganismos capazes ou não de originar algum tipo de infecção, alergia ou toxicidade no corpo humano, tais como: bactérias, fungos, vírus, clamídias, riquétsias, micoplasmas, parasitas e outros agentes, linhagens celulares, príons e toxinas;

V. armazenamento externo: guarda dos coletores de resíduos em ambiente exclusivo, com acesso facilitado para a coleta externa;

VI. armazenamento interno: guarda do resíduo contendo produto químico ou rejeito radioativo na área de trabalho, em condições definidas pela legislação e normas aplicáveis a essa atividade;

VII. armazenamento temporário: guarda temporária dos coletores de resíduos de serviços de saúde, em ambiente próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta no interior das instalações e otimizar o deslocamento entre os pontos geradores e o ponto destinado à apresentação para coleta externa;

VIII. aterro de resíduos perigosos - Classe I: local de disposição final de resíduos perigosos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública, minimizando os impactos ambientais e utilizando procedimentos específicos de engenharia para o confinamento destes;

IX. carcaça de animal: produto de retalhação de animal;

X. cadáver de animal: corpo animal após a morte;

XI. classe de risco 1 (baixo risco individual e para a comunidade): agentes biológicos conhecidos por não causarem doenças no homem ou nos animais adultos sadios;

XII. classe de risco 2 (moderado risco individual e limitado risco para a comunidade): inclui os agentes biológicos que provocam infecções no homem ou nos animais, cujo potencial de propagação na comunidade e de disseminação no meio ambiente é limitado, e para os quais existem medidas terapêuticas e profiláticas eficazes;

XIII. classe de risco 3 (alto risco individual e moderado risco para a comunidade): inclui os agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão por via respiratória e que causam patologias humanas ou animais, potencialmente letais, para as quais existem usualmente medidas de tratamento ou de prevenção. Representam risco se disseminados na comunidade e no meio ambiente, podendo se propagar de pessoa a pessoa;

XIV. classe de risco 4 (elevado risco individual e elevado risco para a comunidade): classificação do Ministério da Saúde que inclui agentes biológicos que representam grande ameaça para o ser humano e para os animais, implicando grande risco a quem os manipula, com grande poder de transmissibilidade de um indivíduo a outro, não existindo medidas preventivas e de tratamento para esses agentes;

XV. coleta e transporte externos: remoção dos resíduos de serviços de saúde do abrigo externo até a unidade de tratamento ou outra destinação, ou disposição final ambientalmente adequada, utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento;

XVI. coletor: recipiente utilizado para acondicionar os sacos com resíduos;

XVII. coletor com rodas ou carro de coleta: recipiente com rodas utilizado para acondicionar e transportar internamente os sacos com resíduos;

XVIII. compostagem: processo biológico que acelera a decomposição do material orgânico, tendo como produto final o composto orgânico;

XIX. decaimento radioativo: desintegração natural de um núcleo atômico por meio da emissão de energia em forma de radiação;

XX. destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), entre elas a disposição final ambientalmente adequada, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

XXI. disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

XXII. equipamento de proteção individual (EPI): dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho;

XXIII. equipamento de proteção coletiva (EPC): dispositivos ou produtos de uso coletivo utilizados pelo trabalhador, destinados à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho e de terceiros;

XXIV. ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ): ficha que contém informações essenciais detalhadas dos produtos químicos, especialmente sua identificação, seu fornecedor, sua classificação, sua periculosidade, as medidas de precaução e os procedimentos em caso de emergência;

XXV. fonte radioativa selada: fonte radioativa encerrada hermeticamente em uma cápsula, ou ligada totalmente a material inativo envolvente, de forma que não possa haver dispersão de substância radioativa em condições normais e severas de uso;

XXVI. forma livre: saturação de um líquido em um resíduo que o absorva ou o contenha, de forma que possa produzir gotejamento, vazamento ou derramamento espontaneamente ou sob compressão mínima;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XXVII. gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas, técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a geração de resíduos e proporcionar um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores e a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente;

XXVIII. hemoderivados: produtos oriundos do sangue total ou do plasma, obtidos por meio de processamento físico-químico ou biotecnológico;

XXIX. identificação dos resíduos de serviços de saúde: conjunto de medidas que permite o reconhecimento dos riscos presentes nos resíduos acondicionados, de forma clara e legível em tamanho proporcional aos sacos, coletores e seus ambientes de armazenamento, conforme disposto no Anexo II desta Resolução;

XXX. instalação radiativa: unidade ou serviço no qual se produzam, processam, manuseiam, utilizam, transportam ou armazenam fontes de radiação, excetuando-se as Instalações Nucleares definidas em norma da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);

XXXI. licença ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que devem ser obedecidas para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadores dos recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

XXXII. licença sanitária: documento emitido pelo órgão sanitário competente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios, contendo permissão para o funcionamento dos estabelecimentos que exerçam atividades sob regime de vigilância sanitária;

XXXIII. líquidos corpóreos: líquidos originados no corpo humano, limitados para fins desta resolução, em líquidos cefalorraquidiano, pericárdico, pleural, articular, ascítico e amniótico;

XXXIV. logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XXXV. Manejo dos resíduos de serviços de saúde: atividade de manuseio dos resíduos de serviços de saúde, cujas etapas são a segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento temporário, armazenamento externo, coleta interna, transporte externo, destinação e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde;

XXXVI. metal pesado: qualquer substância ou composto contendo antimônio, cádmio, cromo (IV), chumbo, estanho, mercúrio, níquel, prata, selênio, telúrio e tálio;

XXXVII. nível de dispensa: valor estabelecido por norma da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), tal que fontes de radiação com concentração de atividade ou atividade total igual ou inferior a esse valor podem ser dispensadas de controle regulatório e ser liberado pelas vias convencionais, sob os aspectos de proteção radiológica;

XXXVIII. nível III de inativação microbiana: processo físico ou outros processos para a redução ou eliminação da carga microbiana, tendo como resultado a inativação de bactérias vegetativas, fungos, vírus lipofílicos e hidrofílicos, parasitas e micobactérias com redução igual ou maior que 6Log10, e inativação de esporos do B. stearothermophilus ou de esporos do B. subtilis com redução igual ou maior que 4Log10;

XXXIX. patogenicidade: é a capacidade que tem o agente infeccioso de, uma vez instalado no organismo do homem e dos animais, produzir sintomas em maior ou menor proporção dentre os hospedeiros infectados;

XL. periculosidade: qualidade ou estado de ser perigoso;

XLI. plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (PGRSS): documento que aponta e descreve todas as ações relativas ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, observadas suas características e riscos, contemplando os aspectos referentes à geração, identificação, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada, bem como as ações de proteção à saúde pública, do trabalhador e do meio ambiente;

XLII. plano de proteção radiológica (PPR): documento exigido para fins de licenciamento de instalações radiativas, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);

XLIII. príon: estrutura proteica alterada relacionada como agente etiológico das diversas formas de encefalite espongiforme;

XLIV. produto para diagnóstico de uso in vitro: reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos, junto com as instruções para seu uso, que contribuem para realizar uma determinação qualitativa, quantitativa ou semiquantitativa de uma amostra biológica e que não estejam destinados a cumprir função anatômica, física ou terapêutica alguma, que não sejam ingeridos, injetados ou inoculados em seres humanos e que são utilizados unicamente para provar informação sobre amostras obtidas do organismo humano;

XLV. quimioterápicos antineoplásicos: produtos químicos que atuam ao nível celular com potencial de produzirem genotoxicidade, citotoxicidade, mutagenicidade, carcinogenicidade e teratogenicidade;

XLVI. reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos;

XLVII. recipiente vazio de medicamento: embalagem primária de medicamentos usada em sua preparação ou administração, que tenha sido esvaziado em decorrência da total utilização ou transferência de seu conteúdo deste para outro recipiente;

XLVIII. redução de carga microbiana: aplicação de processo que visa à inativação microbiana das cargas biológicas contidas nos resíduos;

XLIX. rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresente outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

L. rejeito radioativo: material que contenha radionuclídeo em quantidade superior aos limites de dispensa especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), para o qual a reutilização é imprópria ou não prevista;

LI. resíduos de serviços de saúde (RSS): todos os resíduos resultantes das atividades exercidas pelos geradores de resíduos de serviços de saúde, definidos nesta Resolução;

LII. resíduo perigoso: aquele que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresenta significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental ou à saúde do trabalhador, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

LIII. resíduo sólido: material, substância, objeto ou bem descartado, resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

LIV. resíduos de serviços de saúde do Grupo A: resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção, elencados no Anexo I desta Resolução;

LV. resíduos de serviços de saúde do Grupo B: resíduos contendo produtos químicos que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade, elencados no Anexo I desta Resolução;

LVI. resíduos de serviços de saúde do Grupo C: rejeitos radioativos, elencados no Anexo I desta Resolução;

LVII. resíduos de serviços de saúde do Grupo D: resíduos que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares, elencados no Anexo I desta Resolução;

LVIII. resíduos de serviços de saúde do Grupo E: resíduos perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, fios ortodônticos cortados, próteses bucais metálicas inutilizadas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas e lamínulas, espátulas e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri), elencados no Anexo I desta Resolução;

LIX. reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;

LX. sala de utilidades: ambiente destinado à limpeza, desinfecção e guarda dos materiais e roupas utilizados na assistência ao usuário do serviço e guarda temporária de resíduos;

LXI. segregação: separação dos resíduos, conforme a classificação dos Grupos estabelecida no Anexo I desta Resolução, no momento e local de sua geração, de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos;

LXII. transporte interno: traslado dos resíduos dos pontos de geração até o abrigo temporário ou o abrigo externo.

LXIII. tratamento: Etapa da destinação que consiste na aplicação de processo que modifique as características físicas, químicas ou biológicas dos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de dano ao meio ambiente ou à saúde pública;

LXIV. unidade geradora de resíduos de serviço de saúde: unidade funcional dentro do serviço no qual é gerado o resíduo.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Art. 4º O gerenciamento dos RSS deve abranger todas as etapas de planejamento dos recursos físicos, dos recursos materiais e da capacitação dos recursos humanos envolvidos.

Art. 5º Todo serviço gerador deve dispor de um Plano de Gerenciamento de RSS (PGRSS), observando as regulamentações federais, estaduais, municipais ou do Distrito Federal.

§ 1º Para obtenção da licença sanitária, caso o serviço gere exclusivamente resíduos do Grupo D, o PGRSS pode ser substituído por uma notificação desta condição ao órgão de vigilância sanitária competente, seguindo as orientações locais.

§ 2º Caso o serviço gerador possua instalação radiativa, adicionalmente, deve atender às regulamentações específicas da CNEN.

§ 3º Os novos geradores de resíduos terão prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do início do funcionamento, para apresentar o PGRSS.

Art. 6º No PGRSS, o gerador de RSS deve:

I - estimar a quantidade dos RSS gerados por grupos, conforme a classificação do Anexo I desta resolução;

II - descrever os procedimentos relacionados ao gerenciamento dos RSS quanto à geração, à segregação, ao acondicionamento, à identificação, à coleta, ao armazenamento, ao transporte, ao tratamento e à disposição final ambientalmente adequada;

III - estar em conformidade com as ações de proteção à saúde pública, do trabalhador e do meio ambiente;

IV - estar em conformidade com a regulamentação sanitária e ambiental, bem como com as normas de coleta e transporte dos serviços locais de limpeza urbana;

V - quando aplicável, contemplar os procedimentos locais definidos pelo processo de logística reversa para os diversos RSS;

VI - estar em conformidade com as rotinas e processos de higienização e limpeza vigentes no serviço gerador de RSS;

VII - descrever as ações a serem adotadas em situações de emergência e acidentes decorrentes do gerenciamento dos RSS;

VIII - descrever as medidas preventivas e corretivas de controle integrado de vetores e pragas urbanas, incluindo a tecnologia utilizada e a periodicidade de sua implantação;

IX - descrever os programas de capacitação desenvolvidos e implantados pelo serviço gerador abrangendo todas as unidades geradoras de RSS e o setor de limpeza e conservação;

X - apresentar documento comprobatório da capacitação e treinamento dos funcionários envolvidos na prestação de serviço de limpeza e conservação que atuem no serviço, próprios ou terceiros de todas as unidades geradoras;

XI - apresentar cópia do contrato de prestação de serviços e da licença ambiental das empresas prestadoras de serviços para a destinação dos RSS; e

XII - apresentar documento comprobatório de operação de venda ou de doação dos RSS destinados à recuperação, à reciclagem, à compostagem e à logística reversa.

Parágrafo único. Os documentos referidos nos incisos X e XII devem ser mantidos arquivados, em meio físico ou eletrônico, por no mínimo cinco anos, para fins de inspeção sanitária, a critério da autoridade sanitária competente.

Art. 7º O PGRSS deve ser monitorado e mantido atualizado, conforme periodicidade definida pelo responsável por sua elaboração e implantação.

Art. 8º O estabelecimento que possua serviços geradores de RSS com licenças sanitárias individualizadas deve ter PGRSS único que contemple todos os serviços existentes.

Parágrafo único. Nas edificações não hospitalares nas quais houver serviços individualizados, os respectivos RSS dos Grupos A e E podem ter o armazenamento externo de forma compartilhada.

Art. 9º O serviço gerador de RSS deve manter cópia do PGRSS disponível para consulta dos órgãos de vigilância sanitária ou ambientais, dos funcionários, dos pacientes ou do público em geral.

Art. 10 O serviço gerador de RSS é responsável pela elaboração, implantação, implementação e monitoramento do PGRSS.

Parágrafo único. A elaboração, a implantação e o monitoramento do PGRSS pode ser terceirizada.

CAPÍTULO III

DAS ETAPAS DO MANEJO

Seção I

Segregação, acondicionamento e identificação

Art. 11 Os RSS devem ser segregados no momento de sua geração, conforme classificação por Grupos constante no Anexo I desta Resolução, em função do risco presente.

Art. 12 Quando, no momento da geração de RSS, não for possível a segregação de acordo com os diferentes grupos, os coletores e os sacos devem ter seu manejo com observância das regras relativas à classificação do Anexo I desta Resolução.

Art. 13 Os RSS no estado sólido, quando não houver orientação específica, devem ser acondicionados em saco constituído de material resistente a ruptura, vazamento e impermeável.

§ 1º Devem ser respeitados os limites de peso de cada saco, assim como o limite de 2/3 (dois terços) de sua capacidade, garantindo-se sua integridade e fechamento.

§ 2º É proibido o esvaziamento ou reaproveitamento dos sacos.

Art. 14 Os sacos para acondicionamento de RSS do grupo A devem ser substituídos ao atingirem o limite de 2/3 (dois terços) de sua capacidade ou então a cada 48 (quarenta e oito) horas, independentemente do volume, visando o conforto ambiental e a segurança dos usuários e profissionais.

Parágrafo único. Os sacos contendo RSS do grupo A de fácil putrefação devem ser substituídos no máximo a cada 24 (vinte e quatro) horas, independentemente do volume.

Art. 15 Os RSS do Grupo A que não precisam ser obrigatoriamente tratados e os RSS após o tratamento são considerados rejeitos e devem ser acondicionados em saco branco leitoso.

Parágrafo único. Os rejeitos, tratados ou não, acondicionados em sacos brancos leitosos devem ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.

Art. 16 Quando houver a obrigação do tratamento dos RSS do Grupo A, estes devem ser acondicionados em sacos vermelhos.

Parágrafo único. O saco vermelho pode ser substituído pelo saco branco leitoso sempre que as regulamentações estaduais, municipais ou do Distrito Federal exigirem o tratamento indiscriminado de todos os RSS do Grupo A, exceto para acondicionamento dos RSS do subgrupo A5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 17 O coletor do saco para acondicionamento dos RSS deve ser de material liso, lavável, resistente à punctura, ruptura, vazamento e tombamento, com tampa provida de sistema de abertura sem contato manual, com cantos arredondados.

§ 1º O coletor não necessitará de tampa para fechamento sempre que ocorrer a substituição imediata do saco para acondicionamento após a realização de cada procedimento.

§ 2ºApós sua substituição, o saco para acondicionamento usado deve ser fechado e transferido para o carro de coleta.

Art. 18 Os RSS líquidos devem ser acondicionados em recipientes constituídos de material compatível com o líquido armazenado, resistentes, rígidos e estanques, com tampa que garanta a contenção do RSS e identificação conforme o Anexo II desta resolução.

Art. 19 Os recipientes de acondicionamento para RSS químicos no estado sólido devem ser constituídos de material rígido, resistente, compatível com as características do produto químico acondicionado e identificados conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 20 Os rejeitos radioativos devem ser acondicionados conforme procedimentos definidos pelo supervisor de proteção radiológica, com certificado de qualificação emitido pela CNEN, ou equivalente de acordo com normas da CNEN, na área de atuação correspondente.

Art. 21 Os RSS do Grupo D devem ser acondicionados de acordo com as orientações dos órgãos locais responsáveis pelo serviço de limpeza urbana.

Art. 22 A identificação dos RSS deve estar afixada nos carros de coleta, nos locais de armazenamento e nos sacos que acondicionam os resíduos.

§ 1º Os sacos que acondicionam os RSS do Grupo D não precisam ser identificados.

§ 2º A identificação de que trata este artigo deve estar afixada em local de fácil visualização, de forma clara e legível, utilizando-se símbolos e expressões descritos no Anexo II, cores e frases, e outras exigências relacionadas à identificação de conteúdo e à periculosidade específica de cada grupo de RSS.

§ 3º A identificação dos sacos para acondicionamento deve estar impressa, sendo vedado o uso de adesivo.

Art. 23 Os RSS gerados pelos serviços de atenção domiciliar, devem ser acondicionados e recolhidos pelos próprios agentes de atendimento ou por pessoa treinada para a atividade e encaminhados à destinação final ambientalmente adequada.

Parágrafo único. O transporte destes RSS pode ser feito no próprio veículo utilizado para o atendimento e deve ser realizado em coletores de material resistente, rígido, identificados e com sistema de fechamento dotado de dispositivo de vedação, garantindo a estanqueidade e o não tombamento.

Art. 24 O descarte de produtos para saúde oriundos de explante deve seguir o disposto na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 15, de 2012, ou outra que vier a substituí-la.

Seção II

Coleta e transporte interno

Art. 25 O transporte interno dos RSS deve ser realizado atendendo a rota e a horários previamente definidos, em coletor identificado de acordo com o Anexo II desta Resolução.

Art. 26 O coletor utilizado para transporte interno deve ser constituído de material liso, rígido, lavável, impermeável, provido de tampa articulada ao próprio corpo do equipamento, cantos e bordas arredondados.

Parágrafo Único. Os coletores com mais de quatrocentos litros de capacidade devem possuir válvula de dreno no fundo.

Seção III

Armazenamento interno, temporário e externo

Art. 27 No armazenamento temporário e externo de RSS é obrigatório manter os sacos acondicionados dentro de coletores com a tampa fechada.

Art. 28 Os procedimentos para o armazenamento interno devem ser descritos e incorporados ao PGRSS do serviço.

Parágrafo único. A coleta e o transporte externo dos RSS devem ser compatíveis com os Planos Municipais e do Distrito Federal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e com as demais normativas aplicáveis.

Art. 29 O abrigo temporário de RSS deve:

I - ser provido de pisos e paredes revestidos de material resistente, lavável e impermeável;

II - possuir ponto de iluminação artificial e de água, tomada elétrica alta e ralo sifonado com tampa;

III - quando provido de área de ventilação, esta deve ser dotada de tela de proteção contra roedores e vetores;

IV - ter porta de largura compatível com as dimensões dos coletores; e

V - estar identificado como "ABRIGO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS".

Art. 30 O armazenamento temporário pode ser dispensado no caso em que o fluxo de recolhimento e transporte justifique.

Art. 31 A sala de utilidades ou expurgo pode ser compartilhada para o armazenamento temporário dos RSS dos Grupos A, E e D, devendo ser compatível com a área a ser ocupada pelos coletores em uso.

Parágrafo único. Na hipótese descrita no caput, a sala de utilidades ou expurgo deve conter também a identificação com a inscrição "ABRIGO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS".

Art. 32 RSS de fácil putrefação devem ser submetidos a método de conservação em caso de armazenamento por período superior a vinte e quatro horas.

Art. 33 O gerenciamento de rejeitos radioativos, grupo C, deve obedecer ao Plano de Proteção Radiológica do Serviço, as Normas da CNEN e demais normas aplicáveis.

Art. 34 O abrigo externo deve ter, no mínimo, um ambiente para armazenar os coletores dos RSS do Grupo A, podendo também conter os RSS do grupo E, e outro ambiente exclusivo para armazenar os coletores de RSS do grupo D.

Art. 35 O abrigo externo deve:

I - permitir fácil acesso às operações do transporte interno;

II - permitir fácil acesso aos veículos de coleta externa;

III - ser dimensionado com capacidade de armazenagem mínima equivalente à ausência de uma coleta regular, obedecendo à frequência de coleta de cada grupo de RSS;

IV - ser construído com piso, paredes e teto de material resistente, lavável e de fácil higienização, com aberturas para ventilação e com tela de proteção contra acesso de vetores;

V - ser identificado conforme os Grupos de RSS armazenados;

VI - ser de acesso restrito às pessoas envolvidas no manejo de RSS;

VII - possuir porta com abertura para fora, provida de proteção inferior contra roedores e vetores, com dimensões compatíveis com as dos coletores utilizados;

VIII - ter ponto de iluminação;

IX - possuir canaletas para o escoamento dos efluentes de lavagem, direcionadas para a rede de esgoto, com ralo sifonado com tampa;

X - possuir área coberta para pesagem dos RSS, quando couber;

XI - possuir área coberta, com ponto de saída de água, para higienização e limpeza dos coletores utilizados.

Art. 36 O abrigo externo dos RSS do Grupo B deve, ainda:

I - respeitar a segregação das categorias de RSS químicos e incompatibilidade química, conforme os Anexos III e IV desta Resolução;

II - estar identificado com a simbologia de risco associado à periculosidade do RSS químico, conforme Anexo II desta Resolução;

III - possuir caixa de retenção a montante das canaletas para o armazenamento de RSS líquidos ou outra forma de contenção validada;

IV - possuir sistema elétrico e de combate a incêndio, que atendam os requisitos de proteção estabelecidos pelos órgãos competentes.

Art. 37 É proibido o armazenamento dos coletores em uso fora de abrigos.

Parágrafo Único. O armazenamento interno de RSS químico ou rejeito radioativo pode ser feito no local de trabalho onde foram gerados.

Seção IV

Coleta e transporte externos

Art. 38 Os veículos de transporte externo dos RSS não podem ser dotados de sistema de compactação ou outro sistema que danifique os sacos contendo os RSS, exceto para os RSS do Grupo D.

Art. 39 O transporte externo de rejeitos radioativos, deve seguir normas específicas, caso existam e as normas da CNEN.

Seção V

Destinação

Art. 40 Os RSS que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico podem ser encaminhados para reciclagem, recuperação, reutilização, compostagem, aproveitamento energético ou logística reversa.

Art. 41 Os rejeitos que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico devem ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.

Art. 42 As embalagens primárias vazias de medicamentos cujas classes farmacêuticas constem no Art. 59 desta Resolução devem ser descartadas como rejeitos e não precisam de tratamento prévio à sua destinação.

Art. 43 Sempre que não houver indicação específica, o tratamento do RSS pode ser realizado dentro ou fora da unidade geradora.

Parágrafo único. Os RSS tratados devem ser considerados como rejeitos.

Art. 44 O tratamento dos RSS que apresentem múltiplos riscos deve obedecer à seguinte sequência:

I - na presença de risco radiológico associado, armazenar para decaimento da atividade do radionuclídeo até que o nível de dispensa seja atingido;

II - na presença de risco biológico associado contendo agente biológico classe de risco 4, encaminhar para tratamento; e

III - na presença de riscos químico e biológico, o tratamento deve ser compatível com ambos os riscos associados.

Parágrafo único. Após o tratamento, o símbolo de identificação relativo ao risco do resíduo tratado deve ser retirado.

Art. 45 A destinação dos medicamentos recolhidos ou apreendidos, objetos de ações de fiscalização sanitária, deve seguir a determinação prevista no art. 59 desta Resolução.

Parágrafo Único. É responsabilidade do serviço providenciar o tratamento previsto no Art. 59 desta resolução.

CAPÍTULO IV

DO GERENCIAMENTO DOS GRUPOS DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Seção I

Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo A - Subgrupo A1

Art. 46 As culturas e os estoques de microrganismos; os resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os de medicamentos hemoderivados; os meios de cultura e os instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; e os resíduos de laboratórios de manipulação genética devem ser tratados.

§ 1º Devem ser submetidos a tratamento, utilizando processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com Nível III de inativação microbiana.

§ 2º As culturas e os estoques de microrganismos, bem como os meios de cultura e os instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas contendo microrganismos das classes de risco 1 e 2 podem ser tratados fora da unidade geradora, desde que este tratamento ocorra nas dependências do serviço de saúde.

§ 3º As culturas e os estoques de microrganismos, bem como os meios de cultura e os instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas contendo microrganismos das classes de risco 3 e 4 devem ser tratados na unidade geradora.

§ 4º Estes RSS devem ser acondicionados de maneira compatível com o processo de tratamento.

§ 5º Após o tratamento, os rejeitos devem ser encaminhados para disposição final ambientalmente adequada.

Art. 47 Os RSS resultantes de atividades de vacinação com microrganismos vivos, atenuados ou inativados incluindo frascos de vacinas com expiração do prazo de validade, com conteúdo inutilizado ou com restos do produto e seringas, quando desconectadas, devem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo Único. As agulhas e o conjunto seringa-agulha utilizadas na aplicação de vacinas, quando não desconectadas, devem atender às regras de manejo dos resíduos perfurocortantes.

Art. 48 Os RSS resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, por microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação, causadores de doença emergente que se tornem epidemiologicamente importantes, ou cujos mecanismos de transmissão sejam desconhecidos, devem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada.

Art. 49 As bolsas de sangue e de hemocomponentes rejeitadas por contaminação, por má conservação, com prazo de validade vencido e oriundas de coleta incompleta; as sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos; bem como os recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre, devem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada.

§ 1º As sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos podem ser descartadas diretamente no sistema de coleta de esgotos, desde que atendam respectivamente as regras estabelecidas pelos órgãos ambientais e pelos serviços de saneamento competentes.

§ 2º Caso o tratamento venha a ser realizado fora da unidade geradora ou do serviço, estes RSS devem ser acondicionados em saco vermelho e transportados em recipiente rígido, impermeável, resistente à punctura, ruptura, vazamento, com tampa provida de controle de fechamento e identificado.

Seção II

Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo A - Subgrupo A2

Art. 50 Os RSS do Subgrupo A2 devem ser tratados antes da disposição final ambientalmente adequada.

§ 1º Os RSS referidos no caput devem ser acondicionados de maneira compatível com o processo de tratamento.

§ 2º O tratamento pode ser realizado fora da unidade geradora, desde que ocorra nas dependências do serviço.

§ 3º Quando houver necessidade de outra solução, em função do porte do animal, deve haver autorização prévia dos órgãos de saúde e ambiental competentes.

§ 4º Após o tratamento, os rejeitos devem ser acondicionados em saco branco leitoso e identificados com a inscrição "PEÇAS ANATÔMICAS DE ANIMAIS".

Art. 51 Os RSS do Subgrupo A2 contendo microrganismos com alto risco de transmissibilidade, alto potencial de letalidade ou que representem risco caso sejam disseminados no meio ambiente, devem ser submetidos, na unidade geradora, a tratamento que atenda ao Nível III de Inativação Microbiana.

Parágrafo único. Quando houver necessidade de outra solução, em função do porte do animal, deve haver autorização prévia dos órgãos de saúde e ambiental competentes.

Seção III

Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo A - Subgrupo A3

Art. 52 Os RSS do Subgrupo A3 devem ser destinados para sepultamento, cremação, incineração ou outra destinação licenciada pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único. Quando forem encaminhados para incineração, os RSS devem ser acondicionados em sacos vermelhos e identificados com a inscrição "PEÇAS ANATÔMICAS".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção IV

Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo A - Subgrupo A4

Art. 53 Os RSS do Subgrupo A4 não necessitam de tratamento prévio.

Parágrafo único. Os RSS do Subgrupo A4 devem ser acondicionados em saco branco leitoso e encaminhados para a disposição final ambientalmente adequada.

Art. 54 Os cadáveres e as carcaças de animais podem ter acondicionamento e transporte diferenciados, conforme o porte do animal, de acordo com a regulamentação definida pelos órgãos ambientais e sanitários.

Seção V

Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo A - Subgrupo A5

Art. 55 Os RSS do Subgrupo A5 devem ser encaminhados para tratamento por incineração.

Parágrafo único. Os RSS referidos no caput devem ser segregados e acondicionados em saco vermelho duplo, como barreira de proteção, e contidos em recipiente exclusivo devidamente identificado.

Seção VI

Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo B

Art. 56 O gerenciamento dos RSS do Grupo B deve observar a periculosidade das substâncias presentes, decorrentes das características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

Parágrafo único. As características dos produtos químicos estão identificadas nas Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), não se aplicando aos produtos farmacêuticos e cosméticos.

Art. 57 Os RSS do Grupo B, no estado sólido e com características de periculosidade, sempre que considerados rejeitos, devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.

Art. 58 Os RSS do Grupo B com características de periculosidade, no estado líquido, devem ser submetidos a tratamento antes da disposição final ambientalmente adequada.

§ 1º Quando submetidos a processo de solidificação devem ser destinados conforme o risco presente.

§ 2º É vedado o encaminhamento de RSS na forma líquida para disposição final em aterros sanitários.

Art. 59 Os resíduos de medicamentos contendo produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos, imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços assistenciais de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos, devem ser submetidos a tratamento ou dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I.

Art. 60 Para o acondicionamento dos RSS do Grupo B devem ser observadas as incompatibilidades químicas descritas no Anexos IV e V desta Resolução.

Parágrafo único. Os RSS do Grupo B destinados à recuperação ou reutilização devem ser acondicionados em recipientes individualizados, observados os requisitos de segurança e compatibilidade.

Art. 61 As embalagens e os materiais contaminados por produtos químicos, exceto as embalagens primárias vazias de medicamentos cujas classes farmacêuticas constem no Art. 59 desta Resolução, devem ser submetidos ao mesmo manejo do produto químico que os contaminou.

§ 1º As embalagens primárias vazias podem ser utilizadas para acondicionamento de RSS do Grupo B, observada a compatibilidade química, conforme Anexo IV desta Resolução.

§ 2º As embalagens primárias vazias de produtos químicos com algum tipo de periculosidade, submetidas à limpeza com técnicas validadas ou reconhecidas, são consideradas rejeitos e devem ser encaminhadas para disposição final ambientalmente adequada.

§ 3º Somente as embalagens vazias de produtos químicos sem periculosidade podem ser encaminhadas para processos de reciclagem.

Art. 62 As embalagens secundárias de medicamentos não contaminadas devem ser descaracterizadas quanto às informações de rotulagem, podendo ser encaminhadas para reciclagem.

Art. 63 As excretas de pacientes tratados com quimioterápicos antineoplásicos podem ser lançadas em rede coletora de esgotos sanitários, conectada à estação de tratamento, desde que atendam às normas e diretrizes da concessionária do sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários ou lançadas diretamente em corpos hídricos após tratamento próprio no serviço.

Art. 64 Os medicamentos hemoderivados devem ter seu manejo como resíduo do Grupo B sem periculosidade.

Art. 65 Os resíduos de produtos e insumos farmacêuticos sujeitos a controle especial devem atender à regulamentação sanitária em vigor.

Art. 66 Os reveladores utilizados em radiologia devem ser tratados, podendo ser submetidos a processo de neutralização para alcançarem pH entre 7 e 9 e serem posteriormente lançados na rede coletora de esgoto com tratamento, atendendo às determinações dos órgãos de meio ambiente e do serviço de saneamento.

Art. 67 Os fixadores usados em radiologia, quando não submetidos a processo de recuperação da prata, devem ser encaminhados para tratamento antes da disposição final ambientalmente adequada.

Art. 68 Os RSS sólidos contendo metais pesados, quando não submetidos a tratamento devem ser dispostos em aterro de resíduos perigosos - Classe I, conforme orientação do órgão ambiental competente.

Parágrafo único. O descarte de pilhas, baterias, acumuladores de carga e lâmpadas fluorescentes deve ser feito de acordo com as normas ambientais vigentes.

Art. 69 A destinação dos RSS líquidos contendo metais pesados acima dos limites de descarte deve obedecer as orientações dos órgãos ambientais competentes.

Parágrafo único. Os RSS contendo mercúrio (Hg) na forma líquida devem ser acondicionados em recipientes sob selo d'água e encaminhados para recuperação ou para outra destinação que esteja de acordo com as regras definidas pelo órgão ambiental competente.

Art. 70 Os RSS do Grupo B que não apresentem periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente não necessitam de tratamento, podendo ser submetidos a processo de recuperação ou reutilização.

Art. 71 A destinação dos resíduos dos equipamentos automatizados e dos reagentes de laboratórios clínicos, incluindo os produtos para diagnóstico de uso in vitro deve considerar todos os riscos presentes, conforme normas ambientais vigentes.

Seção VII

Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo C - Rejeitos Radioativos

Art. 72 Os rejeitos radioativos devem ser segregados de acordo com o radionuclídeo ou natureza da radiação, estado físico, concentração e taxa de exposição.

Art. 73 Os recipientes de acondicionamento de rejeitos radioativos devem ser adequados às características físicas, químicas, biológicas e radiológicas dos rejeitos, possuir vedação e ter o seu conteúdo identificado, conforme especificado nas normas vigentes.

Art. 74 Os RSS químicos radioativos devem ser acondicionados em coletores próprios, identificados quanto aos riscos radiológico e químico presentes, e armazenados no local de decaimento até atingir o limite de dispensa.

Art. 75 Os RSS perfurocortantes radioativos devem ser transportados do local de geração até o local de armazenamento para decaimento em recipiente blindado.

Parágrafo único. É vedada a separação do conjunto seringa agulha contendo radionuclídeos, assim como reencape manual de agulhas.

Art. 76 Os rejeitos radioativos devem ser armazenados em condições adequadas, para o decaimento do elemento radioativo, podendo ser realizado na própria sala de manipulação ou em sala específica, identificada como "SALA DE DECAIMENTO".

Parágrafo único. O armazenamento de rejeitos radioativos líquidos deve ser feito sobre bacia de contenção, bandeja, recipiente ou material absorvente com capacidade de conter ou absorver o dobro do volume do líquido presente na embalagem.

Art. 77 Os RSS de fácil putrefação contaminados com radionuclídeos, depois de acondicionados e identificados como rejeito radioativo, devem ser mantidos sob refrigeração ou por outro processo que evite a decomposição, durante o período de armazenamento para decaimento.

Art. 78 As sobras de alimentos provenientes de pacientes submetidos à terapia com iodo 131, depois de acondicionadas, devem ter seu nível de radiação medido.

§1º Quando os valores de atividade ou de concentração de atividade forem superiores aos níveis de dispensa, o RSS deve ser considerado como rejeito radioativo e deve observar as condições de conservação de RSS de fácil putrefação.

§2ºComo alternativa ao disposto no §1º, as sobras destes alimentos podem ser trituradas na sala de decaimento ou nas instalações sanitárias do quarto terapêutico, e posteriormente direcionadas para a rede coletora de esgotos com tratamento.

§ 3º Quando os valores de atividade ou de concentração de atividade forem inferiores ou iguais aos níveis de dispensa, os resíduos sólidos podem ser descartados como resíduos do Grupo D e os resíduos líquidos na rede coletora de esgotos com tratamento.

Art. 79 Quando o processo de decaimento do elemento radioativo atingir o nível do limite de dispensa estabelecido pelas normas vigentes, o rótulo de "REJEITO RADIOATIVO" deve ser retirado, permanecendo a identificação dos demais riscos presentes.

Parágrafo único. A retirada da identificação de risco radiológico deve ser precedida de medição da radiação.

Seção VIII

Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo D

Art. 80 Os RSS do Grupo D, quando não encaminhados para reutilização, recuperação, reciclagem, compostagem, logística reversa ou aproveitamento energético, devem ser classificados como rejeitos.

§ 1º Os rejeitos sólidos devem ser dispostos conforme as normas ambientais vigentes.

§ 2º Os efluentes líquidos podem ser lançados em rede coletora de esgotos.

Art. 81 O lançamento de rejeitos líquidos em rede coletora de esgotos, conectada à estação de tratamento, deve atender às normas ambientais e às diretrizes do serviço de saneamento.

Parágrafo único. Quando não houver acesso à sistema de coleta e tratamento de esgoto por empresa de saneamento, estes efluentes devem ser tratados em sistema ambientalmente licenciado antes do lançamento em corpo receptor.

Art. 82 Artigos e materiais utilizados na área de trabalho, incluindo vestimentas e Equipamento de Proteção Individual (EPI), desde que não apresentem sinais ou suspeita de contaminação química, biológica ou radiológica, podem ter seu manejo realizado como RSS do Grupo D.

Art. 83 Os procedimentos de segregação, acondicionamento e identificação dos coletores dos resíduos do Grupo D, para fins de reciclagem, devem estar descritos no PGRSS.

Art. 84 Só podem ser destinados para compostagem forrações de animais de biotérios que não tenham risco biológico associado, os resíduos de flores, podas de árvores, jardinagem, sobras de alimentos e de seu pré-preparo, restos alimentares de refeitórios e restos alimentares de pacientes que não estejam em isolamento.

Art. 85 Os restos e sobras de alimentos só podem ser utilizados como ração animal, se forem submetidos a processo que garanta a inocuidade do composto, com a concordância do órgão competente do Ministério da Agricultura e de Vigilância Sanitária.

Seção IX

Resíduos de Serviços de Saúde do Grupo E

Art. 86 Os materiais perfurocortantes devem ser descartados em recipientes identificados, rígidos, providos com tampa, resistentes à punctura, ruptura e vazamento.

Art. 87 Os recipientes de acondicionamento dos RSS do Grupo E devem ser substituídos de acordo com a demanda ou quando o nível de preenchimento atingir 3/4 (três quartos) da capacidade ou de acordo com as instruções do fabricante, sendo proibidos seu esvaziamento manual e seu reaproveitamento.

Parágrafo único. Admite-se o emprego de tecnologia que promova o esvaziamento automatizado de recipientes plásticos específicos com posterior descontaminação, possibilitando sua reutilização.

Art. 88 Os RSS do Grupo E, quando contaminados por agentes biológicos, químicos e substâncias radioativas, devem ter seu manejo de acordo com cada classe de risco associada.

Parágrafo único. O recipiente de acondicionamento deve conter a identificação de todos os riscos presentes.

Art. 89 As seringas e agulhas, inclusive as usadas na coleta laboratorial de amostra de doadores e de pacientes, e os demais materiais perfurocortantes que não apresentem risco químico, biológico ou radiológico não necessitam de tratamento prévio à disposição final ambientalmente adequada.

Parágrafo único. É permitida a separação do conjunto seringa agulha com auxílio de dispositivos de segurança, sendo vedada a desconexão e o reencape manual de agulhas.

CAPÍTULO V

DA SEGURANÇA OCUPACIONAL

Art. 90 O serviço deve garantir que os trabalhadores sejam avaliados periodicamente, seguindo a legislação específica, em relação à saúde ocupacional, mantendo registros desta avaliação.

Art. 91 O serviço deve manter um programa de educação continuada para os trabalhadores e todos os envolvidos nas atividades de gerenciamento de resíduos, mesmo os que atuam temporariamente, que contemplem os seguintes temas:

I - sistema adotado para o gerenciamento dos RSS;

II - prática de segregação dos RSS;

III - símbolos, expressões, padrões de cores adotadas para o gerenciamento de RSS;

IV - localização dos ambientes de armazenamento e dos abrigos de RSS;

V - ciclo de vida dos materiais;

VI - regulamentação ambiental, de limpeza pública e de vigilância sanitária, relativas aos RSS;

VII - definições, tipo, classificação e risco no manejo dos RSS;

VIII - formas de reduzir a geração de RSS e reutilização de materiais;

IX - responsabilidades e tarefas;

X - identificação dos grupos de RSS;

XI - utilização dos coletores dos RSS;

XII - uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC);

XIII - biossegurança;

XIV - orientações quanto à higiene pessoal e dos ambientes;

XV - orientações especiais e treinamento em proteção radiológica quando houver rejeitos radioativos;

XVI - providências a serem tomadas em caso de acidentes e de situações emergenciais;

XVII - visão básica do gerenciamento dos resíduos sólidos no município ou Distrito Federal;

XVIII - noções básicas de controle de infecção e de contaminação química; e

XIX - conhecimento dos instrumentos de avaliação e controle do PGRSS.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 92 Fica revogada a Resolução da Diretoria Colegiada RDC Anvisa nº 306, de 7 de dezembro de 2004, a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 93 Fica revogado o item 7 do Anexo 2 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 305, de 14 de novembro de 2002.

Art. 94 O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 95 Esta Resolução entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

GRUPO A

Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

Subgrupo A1

- Culturas e estoques de micro-organismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os medicamentos hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos, atenuados ou inativados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética.

- Resíduos resultantes da atividade de ensino e pesquisa ou atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido.

- Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta.

- Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

Subgrupo A2

- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.

Subgrupo A3

- Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou seus familiares.

Subgrupo A4

- Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados.

- Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares.

- Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes classe de risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons.

- Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo.

- Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- Peças anatômicas (órgãos e tecidos), incluindo a placenta, e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica.

- Cadáveres, carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos.

- Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

Subgrupo A5

Órgãos, tecidos e fluidos orgânicos de alta infectividade para príons, de casos suspeitos ou confirmados, bem como quaisquer materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, suspeitos ou confirmados, e que tiveram contato com órgãos, tecidos e fluidos de alta infectividade para príons.

- Tecidos de alta infectividade para príons são aqueles assim definidos em documentos oficiais pelos órgãos sanitários competentes.

Referência: World Health Organization, 2010. WHO Tables on Tissue Infectivity Distribution in Transmissible Spongiform Encephalopathies.

GRUPO B

Resíduos contendo produtos químicos que apresentam periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade, mutagenicidade e quantidade.

- Produtos farmacêuticos

- Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfestantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes.

- Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores).

- Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas.

- Demais produtos considerados perigosos: tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos.

GRUPO C

Qualquer material que contenha radionuclídeo em quantidade superior aos níveis de dispensa especificados em norma da CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.

- Enquadra-se neste grupo o rejeito radioativo, proveniente de laboratório de pesquisa e ensino na área da saúde, laboratório de análise clínica, serviço de medicina nuclear e radioterapia, segundo Resolução da CNEN e Plano de Proteção Radiológica aprovado para a instalação radiativa.

GRUPO D

Resíduos que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.

- Papel de uso sanitário e fralda, absorventes higiênicos, peças descartáveis de vestuário, gorros e máscaras descartáveis, resto alimentar de paciente, material utilizado em antissepsia e hemostasia de venóclises, luvas de procedimentos que não entraram em contato com sangue ou líquidos corpóreos, equipo de soro, abaixadores de língua e outros similares não classificados como A1.

- Sobras de alimentos e do preparo de alimentos.
- Resto alimentar de refeitório.
- Resíduos provenientes das áreas administrativas.
- Resíduos de varrição, flores, podas e jardins.
- Resíduos de gesso provenientes de assistência à saúde.
- Forrações de animais de biotérios sem risco biológico associado.
- Resíduos recicláveis sem contaminação biológica, química e radiológica associada.
- Pelos de animais.

GRUPO E

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; ponteiras de micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

ANEXO II

IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

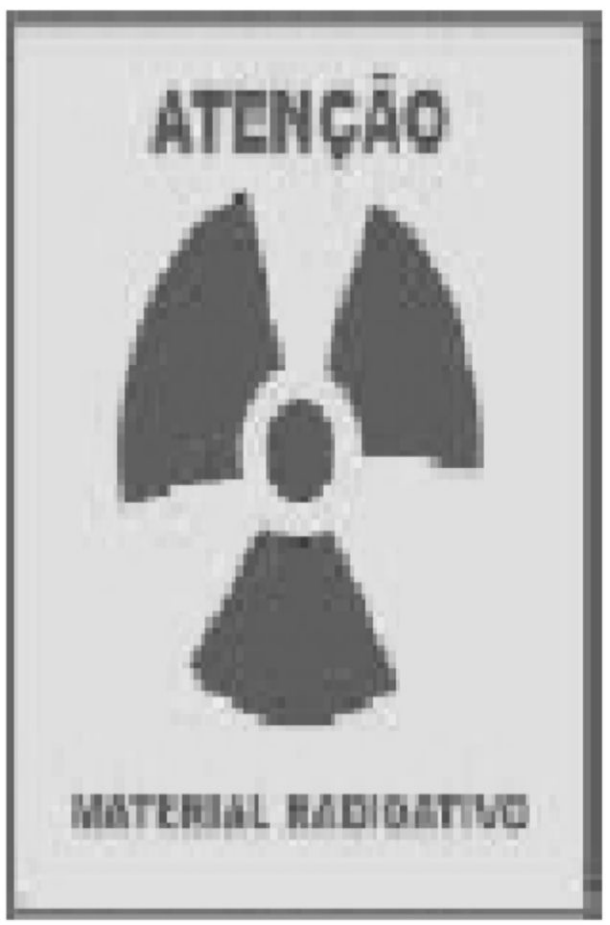
O grupo A é identificado, no mínimo, pelo símbolo de risco biológico, com rótulo de fundo branco, desenho e contornos pretos, acrescido da expressão RESÍDUO INFECTANTE.	



O grupo B é identificado por meio de símbolo e frase de risco associado à periculosidade do resíduo químico. Observação - outros símbolos e frases do GHS também podem ser utilizados.	



O grupo C é representado pelo símbolo internacional de presença de radiação ionizante (trifólio de cor magenta ou púrpura) em rótulo de fundo amarelo, acrescido da expressão MATERIAL RADIOATIVO, REJEITO RADIOATIVO ou RADIOATIVO.	



O grupo D deve ser identificado conforme definido pelo órgão de limpeza urbana.	
O grupo E é identificado pelo símbolo de risco biológico, com rótulo de fundo branco, desenho e contorno preto, acrescido da inscrição de RESÍDUO PERFUROCORTANTE.	OU PERFUROCORTANTE



RESÍDUO PERFUROCORTANTE



PERFUROCORTANTE

ANEXO III

SUBSTÂNCIAS QUE DEVEM SER SEGREGADAS, ACONDICIONADAS E IDENTIFICADAS SEPARADAMENTE

- Ácidos
- Asfixiantes
- Bases
- Brometo de etídio
- Carcinogênicas, mutagênicas e teratogênicas
- Compostos orgânicos halogenados
- Compostos orgânicos não halogenados
- Corrosivas
- Criogênicas
- De combustão espontânea
- Ecotóxicas
- Explosivas
- Formalina ou formaldeído
- Gases comprimidos
- Líquidos inflamáveis
- Materiais reativos com a água
- Materiais reativos com o ar
- Mercúrio e compostos de mercúrio
- Metais pesados
- Mistura sulfocrômica
- Óleos
- Oxidantes
- Resíduo fotográfico
- Sensíveis ao choque
- Soluções aquosas
- Venenos

Fonte: Chemical Waste Management Guide. University of Florida - Division of Environmental Health & Safety - abril de 2001

ANEXO IV

INCOMPATIBILIDADE QUÍMICA ENTRE AS PRINCIPAIS SUBSTÂNCIAS UTILIZADAS PELOS GERADORES DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Substância	Incompatibilidade química
Acetileno	Cloro, bromo, flúor, cobre, prata, Mercúrio
Ácido Acético	Acido crômico, ácido perclórico, peróxidos, permanganatos, ácido nítrico, etilenoglicol
Acetona	Misturas de ácidos sulfúrico e nítrico concentrados, Peróxido de hidrogênio
Ácido crômico	Ácido acético, naftaleno, cânfora, glicerol, turpentine, álcool, outros líquidos inflamáveis
Ácido hidrociânico	Ácido nítrico, álcalis
Ácido fluorídrico anidro, fluoreto de hidrogênio	Amônia (aquosa ou anidra)
Ácido nítrico concentrado	Ácido cianídrico, anilinas, Óxidos de cromo VI, Sulfeto de hidrogênio, líquidos e gases combustíveis, ácido acético, ácido crômico
Ácido oxálico	Prata e Mercúrio
Ácido perclórico	Anidrido acético, álcoois, Bismuto e suas ligas, papel, madeira
Ácido sulfúrico	Cloratos, percloratos, permanganatos e água
Alquil alumínio	Água
Amônia anidra	Mercúrio, Cloro, Hipoclorito de cálcio, Iodo, Bromo, Acido fluorídrico
Anidrido acético	Compostos contendo hidroxil tais como etilenoglicol, Acido perclórico
Anilina	Ácido nítrico, Peróxido de hidrogênio
Azida sódica	Chumbo, Cobre e outros metais
Bromo e cloro	Benzeno, Hidróxido de amônio, benzina de petróleo, Hidrogênio, acetileno, etano, propano, butadienos, pós-metálicos
Carvão ativo	Dicromatos, permanganatos, Acido nítrico, Acido sulfúrico, Hipoclorito de sódio
Cloro	Amônia, acetileno, butadieno, butano, outros gases de petróleo, Hidrogênio, Carbeto de sódio, turpentine, benzeno, metais finamente divididos, benzinas e outras frações do petróleo
Cianetos	Ácidos e álcalis
Cloratos, percloratos, clorato de potássio	Sais de amônio, ácidos, metais em pó, matérias orgânicas particuladas, substâncias combustíveis
Cobre metálico	Acetileno, peróxido de hidrogênio, azidas
Dióxido de cloro	Amônia, metano, fósforo, sulfeto de hidrogênio
Flúor	Manter isolado de outros produtos químicos.
Fósforo	Enxofre, compostos oxigenados, cloratos, percloratos, nitratos, permanganatos
Halogênios (flúor, cloro, bromo e iodo)	Amoníaco, acetileno e hidrocarbonetos
Hidrazida	Peróxido de hidrogênio, ácido nítrico e outros oxidantes
Hidrocarbonetos (butano, propano, tolueno)	Ácido crômico, flúor, cloro, bromo, peróxidos
Iodo	Acetileno, hidróxido de amônio, hidrogênio
Líquidos inflamáveis	Ácido nítrico, nitrato de amônio, óxido de cromo VI, peróxidos, flúor, cloro, bromo, hidrogênio
Mercúrio	Acetileno, ácido fulmínico, amônia
Metais alcalinos	Dióxido de carbono, tetracloreto de carbono, outros hidrocarbonetos clorados
Nitrato de amônio	Ácidos, pós-metálicos, líquidos inflamáveis, cloretos, enxofre, compostos orgânicos em pó
Nitrato de sódio	Nitrato de amônio e outros sais de amônio
Óxido de cálcio	Água
Óxido de cromo VI	Ácido acético, glicerina, benzina de petróleo, líquidos inflamáveis, naftaleno
Oxigênio	Óleos, graxas, hidrogênio, líquidos, sólidos e gases inflamáveis
Perclorato de potássio	Ácidos
Permanganato de potássio	Glicerina, etilenoglicol, ácido sulfúrico
Peróxido de hidrogênio	Cobre, cromo, ferro, álcoois, acetonas, substâncias combustíveis
Peróxido de sódio	Ácido acético, Anidrido acético, benzaldeído, etanol, metanol, etilenoglicol, acetatos de metila e etila, furfural
Prata e sais de prata	Acetileno, ácido tartárico, ácido oxálico, compostos de amônio
Sódio	Dióxido de carbono, tetracloreto de carbono, outros hidrocarbonetos clorados
Sulfeto de hidrogênio	Ácido nítrico fumegante, gases oxidantes

Fonte: Manual de Biossegurança - Mario Hiroyuki Hirata; Jorge Mancini Filho

ANEXO V

LISTA DAS PRINCIPAIS SUBSTÂNCIAS UTILIZADAS EM SERVIÇOS DE SAÚDE QUE REAGEM COM EMBALAGENS DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD)

Ácido butírico	Dietil benzeno
Ácido nítrico	Dissulfeto de carbono
Ácidos concentrados	Éter
Bromo	Fenol / clorofórmio
Bromofórmio	Nitrobenzeno
Álcool benzílico	o-diclorobenzeno
Anilina	Óleo de canela
Butadieno	Óleo de cedro
Ciclohexano	p-diclorobenzeno
Cloreto de etila, forma líquida	Percloroetileno
Cloreto de tionila	solventes bromados & fluorados
Bromobenzeno	solventes clorados
Cloreto de Amila	Tolueno
Cloreto de vinilideno	Tricloroeteno
Cresol	Xileno

Fonte: Chemical Waste Management Guide - University of Florida - Division of Environmental Health & Safety - abril de 2001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA DE COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO Nº 59, DE 28 DE MARÇO DE 2018

A Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411, de 2016, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação, RESOLVE prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782, de 1999, os prazos para publicação de decisão referente aos recursos administrativos listados no Anexo.

ALESSANDRA BASTOS SOARES

ANEXO

Empresa: TECNO 4 PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP
CNPJ: 04.124.669/0001-46
Processo: 25351.669721/2009-91
Expediente: 0109755/18-5
Nome Comercial (Produto): PLACA DESCARTÁVEL PARA PACIENTE
Data do Protocolo: 08/02/2018
Empresa: CENE RIO PRETO LTDA - ME
CNPJ: 11.583.567/0001-54
Processo: 25351.650624/2017-70
Expediente: 0116538/18-1
Nome Comercial (Produto): ANDADOR GERIATRICO COM RODAS DE ALUMINIO
Data do Protocolo: 09/02/2018
Empresa: CENE RIO PRETO LTDA - ME
CNPJ: 11.583.567/0001-54
Processo: 25351.650622/2017-81
Expediente: 0116498/18-8
Nome Comercial (Produto): CADEIRA DE RODAS DE ALUMINIO
Data do Protocolo: 09/02/2018

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 60, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: BIO ADVANCE DIAGNOSTICOS LTDA CNPJ/CPF: 09.593.438/0001-03
25759.142584/2015-45 - AIS:0206069/15-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: BIO-RAD LABORATORIOS BRASIL LTDA. CNPJ/CPF: 03.188.198/0005-09
25759.616663/2014-16 - AIS:0914608/14-3 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: DANONE LTDA. CNPJ/CPF: 23.643.315/0115-10
25767.740627/2014-77 - AIS:1089355/14-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).
AUTUADO: EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 62.695.036/0037-03
25767.704933/2014-45 - AIS:1039397/14-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS).
AUTUADO: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 00.029.372/0001-40
25759.210161/2013-78 - AIS:0298186/13-6 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: GIROTONDO COMERCIAL IMPORTADORA EXPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 68.929.413/0001-99
25767.112907/2015-63 - AIS:0161925/15-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).
AUTUADO: KOLPLAST CI LTDA CNPJ/CPF: 59.231.530/0005-17
25759.600629/2014-65 - AIS:0891942/14-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS).
AUTUADO: M.G.A. COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA CNPJ/CPF: 60.356.037/0001-89
25767.214653/2015-06 - AIS:0310505/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ/CPF: 62.227.509/0029-20
25767.555722/2012-41 - AIS:0796151/12-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: DAISO BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO CNPJ/CPF: 14.987.685/0001-16
25767.660902/2014-29 - AIS:0977047/14-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
AUTUADO: GE HEALTHCARE DO BRASIL COM SER E EQUIO MEDICO HOSPITALAR LTDA.
CNPJ/CPF: 00.029.372/0006-55
25759.455718/2014-10 - AIS:0634148/14-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: SADI MARCELO SCHIO CNPJ/CPF: 546.150.030-72
25759.039810/2015-68 - AIS:0059136/15-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: LAIZ ROBERTA BELMONTE CNPJ/CPF: 277.680.018-50
25759.193412/2015-95 - AIS:0279273/15-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: GUILHERME CABRINI SCHEIBEL CNPJ/CPF: 058.459.179-99
25759.052804/2015-31 - AIS:0078316/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: EIDI MOTTA CARDOSO CNPJ/CPF: 130.209.148-41
25759.183936/2015-16 - AIS:0264897/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: NICOLE PERIM CNPJ/CPF: 059.829.996-36
25759.193384/2015-83 - AIS:0279236/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: ADRIANA YUMI OHARA CNPJ/CPF: 265.554.528-11
25759.183886/2015-94 - AIS:0264831/15-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: REGINA MARTINS BARBOSA CNPJ/CPF: 426.385.000-97
25759.039837/2015-95 - AIS:0059176/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: JOAO SADI SCHIO CNPJ/CPF: 010.689.620-20
25759.039748/2015-21 - AIS:0059044/15-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA CNPJ/CPF: 00.190.373/0001-72
25759.886893/2008-69 - AIS:450545/08-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE.
AUTUADO: LUIZ ANTONIO FRANCISCO DE PAIVA CNPJ/CPF: 397.281.297-34
25759.039875/2015-11 - AIS:0059220/15-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

DESPACHO Nº 61, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: A.DE OLIVEIRA FORTUNA CNPJ/CPF: 72.905.839/0001-80
25767.788191/2014-51 - AIS:1160806/14-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS).
AUTUADO: AGFA HEALTHCARE BRASIL IMPORTACAO E SERVICOS LTDA. CNPJ/CPF: 09.032.626/0002-35
25759.338033/2014-95 - AIS:0464981/14-8 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
AUTUADO: BIOGEN COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ/CPF: 01.547.208/0001-98
25759.360193/2014-82 - AIS:0496920/14-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS).
AUTUADO: GORDOWU MERCEARIA LTDA CNPJ/CPF: 67.561.704/0001-04
25767.223391/2015-88 - AIS:0322889/15-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS).
AUTUADO: GOURMAND ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 64.944.135/0001-98
25767.302038/2015-32 - AIS:0433705/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: GOURMAND ALIMENTOS LTDA CNPJ/CPF: 64.944.135/0001-98
25767.224094/2015-39 - AIS:0323823/15-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).
AUTUADO: HOSPITAL ALEMAO OSWALDO CRUZ CNPJ/CPF: 60.726.502/0001-26
25759.157959/2015-50 - AIS:0228107/15-4 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
AUTUADO: NOVARTIS BIOCIENCIAS S/A CNPJ/CPF: 56.994.502/0098-62
25767.301956/2015-08 - AIS:0433589/15-9 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS).
AUTUADO: SURGICAL LINE -COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 07.330.175/0001-06
25759.618544/2010-94 - AIS:816174/10-7 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: TAKASHIMAYA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA. - EPP CNPJ/CPF: 14.324.994/0001-06
25767.224600/2015-13 - AIS:0324532/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: TERUMO BCT TECNOLOGIA MÉDICA LTDA. CNPJ/CPF: 10.141.389/0001-49
25759.145369/2015-20 - AIS:0210188/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).
AUTUADO: WILLIAMS (SERVIÇOS MARÍTIMOS) LTDA. CNPJ/CPF: 10.790.020/0009-14
25767.191634/2014-72 - AIS:0260525/14-2 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE.
AUTUADO: ZAFALON SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 08.091.417/0001-19
25759.052315/2015-30 - AIS:0077677/15-7 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: ZAFALON SOLUÇÕES HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 08.091.417/0001-19
25759.052281/2015-41 - AIS:0077633/15-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: MAYSA FRANCA DE OLIVEIRA CNPJ/CPF: 050.744.151-60
25759.054305/2015-12 - AIS:0080628/15-5 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: JULIANA SOARES MARQUES CASSORIELO CNPJ/CPF: 300.324.008-02
25759.192939/2015-80 - AIS:0278629/15-0 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: ELISETE BARBERINO COSTA CNPJ/CPF: 090.865.498-70
25759.193648/2015-46 - AIS:0279611/15-2 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 3.000,00 (TRES MIL REAIS).
AUTUADO: MELINA CASTELETTO CNPJ/CPF: 368.179.778-19
25759.054325/2015-56 - AIS:0080656/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: LUCAS CARDOSO PESSOA CNPJ/CPF: 057.825.539-10
25759.052823/2015-46 - AIS:0078339/15-1 - GGPAF1/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.
AUTUADO: ANDREIA BAZZU LAULETTA CNPJ/CPF: 206.402.088-86

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25759.174457/2015-37 - AIS:0251581/15-4 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.

AUTUADO: ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 60.318.797/0001-00

25351.049531/2014-21 - AIS:0068426/14-1 - GFIMP/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA.

AUTUADO: LABORATÓRIOS PIERRE FABRE DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.051.491/0001-59

25351.520990/2014-70 - AIS:0726668/14-5 - GGFIS1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).

AUTUADO: MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA CNPJ/CPF: 92.265.552/0001-40

25351.040669/2015-77 - AIS:0060379/15-1 - GGFIS1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).

AUTUADO: PETROLEO BRASILEIRO SA CNPJ/CPF: 33.000.167/0055-02

25763.516919/2010-51 - AIS:679783/10-1 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

AUTUADO: PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA. CNPJ/CPF: 58.295.213/0011-40

25757.627142/2010-40 - AIS:827655/10-2 - GGPAF1/ANVISA,

ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

AUTUADO: STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 02.223.342/0001-04

25351.701511/2014-05 - AIS:1034402/14-1 - GGFIS1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA.

AUTUADO: SAMTEC BIOTECNOLOGIA LIMITADA CNPJ/CPF: 04.459.117/0001-99

25351.053869/2014-10 - AIS:0074112/14-4 - GFIMP/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS).

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 1.650, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Homologa resultado final da 2ª seleção de municípios do Estado do Rio Grande do Sul para capacitação e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), oferecendo assessoria, apoio, suporte, orientações e supervisão técnica aos municípios na elaboração de seus planos, através do Termo de Execução descentralizado-TED nº 02/2015, formalizado com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, nomeado pela Portaria 404, de 24 de julho de 2017 - Casa Civil da Presidência da República, Publicada no DOU - Edição extra nº 77-A, seção 2, datada de 24 de abril de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8867, de 03 de outubro de 2016,

Considerando os critérios de elegibilidade e priorização estabelecidos pela Portaria Funasa nº 61, de 01 de novembro de 2017, dispõe:

Art. 1º Tornar pública a 2ª seleção de municípios do Estado do Rio Grande do Sul para capacitação e elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), oferecendo assessoria, apoio, suporte, orientações e supervisão técnica aos municípios na elaboração de seus planos, conforme ANEXO I desta Portaria.

Art. 2º. Os municípios selecionados serão apoiados no âmbito do Termo de Execução Descentralizado - TED nº 02/2015, celebrado com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRS, conforme Art 5º da Portaria Funasa 437, de 2 de julho de 2015.

Art. 3º. Fica o Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica - NICT, da respectiva Superintendência Estadual, responsável pelo acompanhamento e aprovação da execução física do Termo de Execução Descentralizada com a UFRS.

Art. 4º Os municípios que não atenderem aos itens estabelecidos na Portaria nº 61, de 01 de novembro de 2017, serão excluídos da seleção, a qualquer momento, a partir de emissão de nota da UFRS, aprovado pelo Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica, que registre a ausência do município nas capacitações ou o não cumprimento das exigências quanto ao fornecimento de dados e desenvolvimento das atividades de mobilização social.

Art. 5. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO SERGIO DIAS

ANEXO I

Municípios selecionados conforme Portarias Funasa nº 55/2017 e 61/2017, publicadas pela Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul.

UF	Município	Nota Geral
1	Amaral ferrador	2,5590
2	Barra do Rio Azul	2,5956
3	Caiçara	2,7020
4	Candioa Godoi	2,0082
5	Capão do Cipó	2,4819
6	Engenho Velho	2,0880
7	Erval Seco	2,8299
8	Gramado dos Loureiros	2,7631
9	Itaqui	2,0282
10	Ivoti	2,4683
11	Lindolfo Collor	1,7076
12	Pedro Osório	2,6519
13	Quinze de Novembro	1,2957
14	Salto do Jacui	2,9187
15	Tavares	2,1456
16	Três Palmeiras	3,0860
17	Trindade do Sul	2,7137
18	Tuparendi	2,4780
19	Turuçu	2,1223
20	Ubiretama	2,3067
21	Vanini	3,0056

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 288, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Decreto nº 5.055, de 27 de abril de 2004, que institui o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), em Municípios e regiões do território nacional;

Considerando a Portaria nº 2.048/GM/MS, de 5 de novembro de 2002, que aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência;

Considerando a republicação da Portaria nº 2.777/GM/MS, de 18 de dezembro de 2014, que regulamenta o financiamento e uso do medicamento trombolítico Tenecteplase no âmbito do SAMU 192 e inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.646/GM/MS, de 2 de outubro de 2015, que institui o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Título II - do Componente Do Serviço De Atendimento Móvel De Urgência - do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a necessidade de adequar e nortear o cadastramento do componente assistencial móvel da Rede de Atenção às Urgências no CNES, resolve:

Art. 1º Fica redefinida a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

§1º Esta Portaria aplica-se a todos os serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência, sejam públicos ou privados, integrantes ou não do SUS, participantes ou não do SAMU 192.

§2º Não é objeto desta Portaria o cadastramento de veículos de transporte de pacientes entre serviços de saúde ou de veículos utilizados para Tratamento Fora de Domicílio (TFD) que serão tratadas em Portaria específica da SAS.

Art. 2º Para fins desta Portaria são utilizados os seguintes conceitos:

I - Atendimento Pré-hospitalar Móvel de Urgência: atendimento que procura chegar precocemente à vítima, após ter ocorrido um agravo à sua saúde (de natureza clínica, cirúrgica, traumática, inclusive as psiquiátricas), que possa levar a sofrimento, sequelas ou mesmo à morte, sendo necessário, portanto, prestar-lhe atendimento e/ou transporte adequado a um serviço de saúde devidamente hierarquizado e integrado ao SUS.

II - Central de Regulação das Urgências (CRU): estabelecimento de saúde onde funciona os serviços de regulação capazes de classificar e priorizar as necessidades de urgência, além de ordenar o fluxo das referências e contrarreferências pré-hospitalares e hospitalares de urgência. Incluem-se as Centrais do SAMU 192, Centrais de Operações do Corpo de Bombeiros e de serviços privados de transporte entre unidades.

III - Unidade Móvel de Atendimento Pré-Hospitalar: estabelecimento de saúde composto por equipe especializada e veículo (s) destinado(s) ao Atendimento Pré-Hospitalar Móvel.

IV - Base Descentralizada: infraestrutura vinculada a uma Central de Regulação das Urgências que garante tempo resposta de qualidade e racionalidade na utilização dos recursos de Atendimento Pré-hospitalar Móvel de Urgência, com a configuração mínima necessária para abrigo, alimentação, conforto das equipes e estacionamento das unidades móveis.

CAPITULO I

CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS

Art. 3º Fica estabelecido que as CRU devem ser cadastradas no CNES com a indicação do tipo e subtipo de estabelecimento de acordo com a abrangência de atuação da central, conforme se segue:

CÓD.	TIPO DE ESTABELECIMENTO	CÓD.	SUBTIPO DE ESTABELECIMENTO
76	CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS	76.01	ESTADUAL
		76.02	REGIONAL
		76.03	MUNICIPAL

§1º O subtipo de estabelecimento 01 - Estadual deve ser utilizado para o caso da CRU ser de Gestão Estadual, tendo como abrangência de atendimento diversos municípios que não tem CRU dentro do Estado;

§2º O subtipo de estabelecimento 02 - Regional deve ser utilizado para o caso da CRU ser de Gestão Municipal, tendo como abrangência de atendimento mais de um município em conformação regional, que não tem CRU;

§3º O subtipo de estabelecimento 03 - Municipal deve ser utilizado para o caso da CRU ser de Gestão Municipal, tendo como abrangência de atendimento apenas o próprio Município.

Art. 4º Os estabelecimentos cadastrados com o tipo de estabelecimento 76 - Central de Regulação Médica das Urgências devem preencher as informações relativas as Bases Descentralizadas, utilizadas como base operacional para as Unidade de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de Urgência, visando identificar a toda conformação da rede assistencial.

§1º O cadastramento das Bases Descentralizadas será de responsabilidade das CRU a qual estão vinculadas, sendo obrigatório a estabelecimentos públicos ou que prestam serviço ao SUS.

§2º O gestor que não possui CRU com abrangência Municipal, deverá informar à CRU Regional ou Estadual que realiza a regulação de suas unidades móveis, as informações básicas para cadastramento da base descentralizada (Nome da Base, Endereço, Município/UF, CEP, telefone, e-mail e data de ativação), informando também sua desativação quando for o caso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§3º Caso a CRU também seja utilizada como base operacional de unidades móveis, esta deverá ser cadastrada no módulo Bases Descentralizadas, visando permitir a vinculação das unidades móveis aquele endereço.

Art. 5º Fica atualizado, na tabela de Serviços Especializados do CNES, o elenco de profissionais para realização do serviço 104 - Regulação Assistencial de Serviços de Saúde, Classificação 003 - Regulação das Urgências, conforme anexo I.

Parágrafo único. O cadastro da classificação supracitada é obrigatório aos estabelecimentos do tipo 76 - Central de Regulação das Urgências.

CAPITULO II UNIDADE DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR MÓVEL DE URGÊNCIA

Art. 6º As Unidades Móveis de Atendimento Pré-Hospitalar devem ser cadastradas sob o tipo de estabelecimento 42 - Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na Área de Urgência.

§1º Fica atualizada a descrição do Tipo de Estabelecimento código 42 para "Unidade de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de Urgência".

§2º Cada Unidade de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de Urgência (viatura) agregada à equipe de atendimento à urgência (tripulantes) fará jus a um número de CNES próprio.

§3º Viaturas tidas como Reserva Técnica não devem receber código de CNES. Devem ser cadastradas somente em substituição de outra viatura desativada de forma definitiva, ou temporária.

§4º Nas renovações de frota (substituição das viaturas) não é permitida a criação de um novo número de CNES, devendo ser utilizado o cadastro já existente, onde serão alterados apenas os dados da viatura.

Art. 7° Estabelecimentos cadastrados sob o tipo 42 - Unidade de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de Urgência devem preencher as informações relativas às Viaturas, para vinculação as Bases Descentralizadas, visando identificar a toda conformação da rede assistencial.

§1º Fica alterado o nome da aba SAMU 192 para Viaturas.

§2º O cadastramento das informações relativas a Viaturas (Placa/Prefixo da Aeronave/Nº identificador da Embarcação na Marinha, Chassi e Base Descentralizada) a qual está vinculado é obrigatório a estabelecimentos públicos ou que prestam serviço ao SUS.

§3º Poderá ocorrer a substituição das informações da Viatura em funcionamento informando a data e o motivo da desativação conforme se segue:

I - Renovação de Frota;

II - Unidade Móvel em manutenção (reserva técnica);

III - Substituição de Unidade Móvel por perda total;

IV - Substituição de Unidade Móvel devido a desfazimento (depreciação de frota).

Art. 8º Ficam atualizados, na tabela de Serviços Especializados do CNES, as descrições das classificações e o elenco de profissionais para realização do serviço 103 - Atendimento Móvel das Urgências, conforme anexo II.

Parágrafo único. Cada unidade móvel deverá informar, obrigatoriamente, apenas uma classificação do serviço supracitado, visando a identificação do tipo de unidade móvel e definição do elenco de profissionais necessários a realização das ações.

CAPITULO III

PRODUÇÃO DAS UNIDADES

Art. 9º A produção ambulatorial das CRU e Unidades de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel de Urgência deverá ser identificada com base na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses, Materiais Especiais (OPM) do SUS, por meio dos procedimentos do grupo 03 - Procedimentos Clínicos, 01 - Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos, Forma de Organização 03 - Atendimento Pré-hospitalar de Urgência.

CAPITULO IV

ESPECIFICIDADES DO SAMU 192

Art. 10º As unidades participantes do SAMU 192 do Governo Federal serão identificados pela marcação dos Incentivos constantes no Anexo III.

Parágrafo único. Os Estabelecimentos de Saúde que marcados com os incentivos constantes no Anexo desta Portaria receberão automaticamente em seu cadastro no SCNES, a marcação da Regra Contratual 71.06 - Estabelecimento de saúde sem geração de crédito total, incluindo FAEC.

Artº 11 Caberá à Coordenação Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência da Secretaria de Atenção à Saúde (CGUE/DAHU/SAS), habilitar as unidades para recebimento de incentivo financeiro do Governo Federal, conforme diretrizes estabelecidas pela Portaria que define a implantação do SAMU 192.

Parágrafo único. As solicitações para habilitação de Veículos de Intervenção Rápida (VIR) SAMU 192 deverão ocorrer apenas após a definição das diretrizes deste tipo de unidade em Portaria específica da SAS.

Art. 12º Caberá à Coordenação-Geral de Sistemas de Informação do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle da Secretaria de Atenção à Saúde (CGSI/DRAC/SAS) efetuar a marcação dos estabelecimentos de saúde com os respectivos incentivos no CNES conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 13º O monitoramento da produção das CRU será realizada por meio do quantitativo de atendimentos identificados pelos procedimentos ambulatoriais abaixo relacionados:

CÓDIGO	PROCEDIMENTO
03.01.03.001-4	SAMU 192: Atendimento das chamadas recebidas pela Central de Regulação das Urgências.
03.01.03.012-0	SAMU 192: Central de Regulação das Urgências: Envio de unidade de suporte avançado de vida terrestre (USA) e/ou Aquático (Equipe de Embarcação) e/ou Equipe de Aeromédico.
03.01.03.013-8	SAMU 192: Envio de unidade de suporte básico de vida terrestre (USB) e/ou Aquático (Equipe de Embarcação) e/ou Motolância.
03.01.03.014-6	SAMU 192: Atendimento das chamadas recebidas pela Central de Regulação das urgências com Orientação.

Art. 14º O monitoramento da produção da Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na Área de Urgência será realizado por meio do quantitativo de atendimento identificados pelos procedimentos ambulatoriais abaixo relacionados:

CÓDIGO	PROCEDIMENTO
03.01.03.002-2	Atendimento pré-hospitalar móvel (Veiculo de Intervenção Rápida)
03.01.03.004-9	SAMU 192: Atendimento pré-hospitalar móvel realizado por Aeromédico
03.01.03.005-7	SAMU 192: Atendimento pré-hospitalar móvel realizado por Embarcação
03.01.03.009-0	SAMU 192: Atendimento pré-hospitalar móvel realizado pela equipe da Unidade de Suporte Avançado de Vida Terrestre (USA)
03.01.03.010-3	SAMU 192: Atendimento pré-hospitalar móvel realizado pela equipe da Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre (USB)
03.01.03.017-0	SAMU 192: Transporte inter-hospitalar pela Unidade de suporte Avançado de vida Terrestre (USA)
03.01.03.018-9	SAMU 192: Transporte inter-hospitalar pela Unidade de suporte Básico de vida Terrestre (USB)
03.01.03.019-7	Atendimento Pré-Hospitalar Móvel (Motolância)

Art. 15º Os gestores poderão solicitar a habilitação de Unidades de Suporte de Vida Avançado do SAMU 192 para o uso do medicamento trombolítico Tenecteplase, conforme definido pela Portaria nº 2.777/GM/MS, de 18 de dezembro de 2014.

§1º As unidades móveis habilitadas receberão a habilitação centralizada 27.11 - Administração pré-hospitalar de Tenecteplase em seu cadastro.

§2º Para fins de registro e apuração de produção no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS) deverão ser utilizados os procedimentos 06.03.05.011-5 - Tenecteplase 40mg injetável (Por frasco ampola) de uso nas urgências pré-hospitalares ou 06.03.05.012-3 - Tenecteplase 50mg injetável (por frasco ampola) de uso nas urgências.

Art. 16º Será efetuada a suspensão do custeio mensal quando:

I - O cadastro CNES das CRU, das Bases Descentralizadas e respectivas Unidades Móveis não for mantido atualizado;

II - O registro da produção das CRU e das Unidades Móveis cadastradas não for feito por 03 (três) meses consecutivos no SIA/SUS, podendo ser temporária ou em definitiva, conforme restabelecimento ou não da apresentação das produções no sistema de informação;

Parágrafo único. O custeio da CRU e das unidades móveis habilitadas e/ou qualificadas pelo Ministério da Saúde deverá ser regularizado conforme valor vigente na competência em que o registro no SIA/SUS for regularizado, sem ônus ao Ministério da Saúde relativo a repasse retroativo.

Art. 17º A ausência de registro de produção das CRU e das Unidades Móveis cadastradas no SIA/SUS por 6 (seis) meses consecutivos acarretará na sua desabilitação.

Art. 18º Caberá à CGSI/DRAC/SAS/MS adotará junto ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS/SE/MS) as providências necessárias ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 19º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais no CNES a serem informados através do sítio do CNES (http://cnes.datasus.gov.br).

Art. 20º Ficam revogadas a Portaria nº 356/SAS/MS, de 08 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 82, de 30 de abril de 2013, seção 1, páginas 59 à 61 e a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 111, de 12 de junho de 2013, seção 1, página 46.

FRANCISCO FIGUEIREDO DE ASSIS

ANEXO I

SERVIÇO ESPECIALIZADO 104 REGULAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	OCUPAÇÕES**
104 Regulação Assistencial dos Serviços de Saúde	003 Regulação das Urgências	2251* Médicos Clínicos ou 2253* Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica
		4222-05 Telefonista
		4222-20 Operador de Rádio-chamada

* Podem ser utilizados profissionais com qualquer ocupação desta família de CBO.

** Profissionais de outras ocupações da área da saúde podem ser inclusos a este elenco mínimo, realizando matriciamento aos atendimentos realizados nas ambulâncias reguladas pela CRU entre outras atividades.

ANEXO II

SERVIÇO ESPECIALIZADO 103 ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIAS

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO	OCUPAÇÕES
103 Atendimento Móvel de Urgências	001 Ambulância de Transporte	7823-20 Condutor de Ambulância
		2235* Enfermeiros e afins ou 3222-05 Técnico de Enfermagem** ou 3222-30 Auxiliar de Enfermagem**
	002 Unidade de Suporte Básico de Vida Terrestre (USB)	7823-20 Condutor de Ambulância
		2235* Enfermeiros e afins ou 3222-05 Técnico de Enfermagem** ou 3222-30 Auxiliar de Enfermagem**
	003 Unidade de Suporte Avançado de Vida Terrestre (USA)	7823-20 Condutor de Ambulância
		2251-25 Médico clínico geral
		2235* Enfermeiros e afins
	005 Unidade de Suporte Básico de Vida: Equipe Embarcação	7823-20 Condutor de Ambulância
		2235* Enfermeiros e afins ou 3222-05 Técnico de Enfermagem** ou 3222-30 Auxiliar de Enfermagem**
	006 Veículos de Intervenção Rápida	7823-20 Condutor de Ambulância
		2251* Médicos Clínicos
		2235* Enfermeiros e afins
	008 Ambulância de Resgate	5151-35 Socorrista (exceto médicos e enfermeiros)
	010 Motolância	2235* Enfermeiros e afins ou 3222-05 Técnico de Enfermagem** ou 3222-30 Auxiliar de Enfermagem**
	011 Unidade de Suporte Avançado de Vida: Equipe Embarcação	3412-30 Piloto fluvial

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		2251* Médicos Clínicos
		2235* Enfermeiros e afins
	012 Suporte Avançado de Vida: Equipe Aeromédica	2251* Médicos Clínicos
		2235* Enfermeiros e afins

* Podem ser utilizados profissionais com qualquer ocupação desta família de CBO.
** Caso a unidade móvel conte apenas com Técnicos ou Auxiliares de Enfermagem, a CRU que realiza sua regulação deverá contar, obrigatoriamente, com Enfermeiro para realização do matriciamento destes profissionais.

ANEXO III

INCENTIVOS RELACIONADOS AO SAMU 192

INCENTIVO	CONCEITO	RESPONSABILIDADE
82.45 Central de Regulação das Urgências SAMU 192	Incentivo financeiro com valor fixo, repassado fundo a fundo para custeio das ações realizadas pela Central de Regulação das Urgências do SAMU 192. A produção deverá ser registrada, porém não gera crédito.	Centralizada
82.46 Unidade Móvel de Atendimento Pré-hospitalar Aeromédico SAMU 192	Incentivo financeiro com valor fixo, repassado fundo a fundo para custeio das ações realizadas pela Unidade Móvel Aérea de Atendimento Pré-Hospitalar Tipo Helicóptero ou Aeromédico do SAMU 192. A produção deverá ser registrada, porém não gera crédito.	Centralizada
82.47 Unidade Móvel de Atendimento Pré-hospitalar Ambulancha SAMU 192	Incentivo financeiro com valor fixo, repassado fundo a fundo para custeio das ações realizadas pela Unidade Móvel Fluvial de Atendimento Pré-Hospitalar tipo Lancha - Ambulancha do SAMU 192. A produção deverá ser registrada, porém não gera crédito.	Centralizada
82.48 Unidade Móvel de Atendimento Pré-hospitalar Motolância SAMU 192	Incentivo financeiro com valor fixo, repassado fundo a fundo para custeio das ações realizadas pela Unidade Móvel Terrestre de Atendimento Pré-Hospitalar Tipo Motocicleta - Motolância do SAMU 192. A produção deverá ser registrada, porém não gera crédito.	Centralizada
	Incentivo financeiro com valor fixo, repassado fundo a fundo para custeio das ações realizadas pela Unidade Móvel Terrestre de Atendimento Pré-Hospitalar Tipo Ambulância, com Suporte Avançado de Vida - USA do SAMU 192. A produção deverá ser registrada, porém não gera crédito.	
82.49 Unidade Móvel de Atendimento Pré-hospitalar USA SAMU 192	Incentivo financeiro com valor fixo, repassado fundo a fundo para custeio das ações realizadas pela Unidade Móvel de Atendimento Pré-Hospitalar Tipo Ambulância, com Suporte Básico de Vida - USB do SAMU 192. A produção deverá ser registrada, porém não gera crédito.	Centralizada
82.50 Unidade Móvel de Atendimento Pré-hospitalar USB SAMU 192	Incentivo financeiro com valor fixo, repassado fundo a fundo para qualificação das ações realizadas pela Central de Regulação de Urgências e Unidades Móveis de Atendimento Pré-Hospitalar do SAMU 192 submetidas e aprovadas em processo de qualificação pelo Ministério da Saúde.	Centralizada
82.51 Central de Regulação das Urgências SAMU 192 Qualificada		Centralizada

PORTARIA Nº 324, DE 20 DE MARÇO DE 2018

Desabilita hospitais psiquiátricos conforme as classes NI, NII e NIII.

O Secretário de Atenção Saúde, no uso de suas atribuições,
Considerando a Portaria nº 358/GM/MS, de 09 de março de 2004, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro anual da Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
Considerando a Portaria nº 404/SAS/MS, de 19 de setembro de 2009, que reclassifica os hospitais psiquiátricos descritos no anexo desta Portaria, de acordo com o porte, nas classes N I, N II, N III e N IV
Considerando a Portaria nº 2.647/GM/MS, de 31 de outubro 2009, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro anual da Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
Considerando o Anexo V da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, dentre as quais a Rede de Atenção Psicossocial;
Considerando a Seção VII, do Capítulo III, Título I da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, dentre as quais o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares - PNASH/Psiquiatria;
Considerando a Seção V, do Capítulo III, Título VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS de 28 de setembro de 2017, capítulo III, que dispõe sobre a Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, que inclui a nova classificação dos hospitais psiquiátricos no âmbito do Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS (PRH);
Considerando a Portaria nº 3.588/GM/MS, de 21 de dezembro de 2017, que altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências; e
Considerando o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde; resolve:
Art. 1º Fica desabilitados os hospitais psiquiátricos relacionados no anexo a esta Portaria conforme as classes NI, NII e NIII.
Art. 2º Os gestores estaduais e municipais atingidos por esta Portaria deverão, através de suas respectivas Comissões Intergestores Bipartite, informar à Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde sobre o destino dos recursos correspondentes ao financiamento dos equipamentos ora desabilitados, para homologação ou repactuação, no prazo de 90 (noventa) dias.
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	NOME	CNES	GESTÃO	Nº DE LEITOS SUS DESCREDENCIADOS	HABILITAÇÃO
GO	Rio Verde	Clínica Psiquiátrica Marat de Souza	2340674	Municipal	45	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
PE	Recife	Clínica Psiquiátrica Santo Antonio de Padua	0001570	Municipal	104	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
PE	Recife	Hospital Psiquiátrico de Pernambuco	2777487	Municipal	352	0633 - Nível III PORTARIA SAS 404/2009
PE	Recife	Instituto de Psiquiatria do Recife	2752816	Municipal	273	0633 - Nível III PORTARIA SAS 404/2009
PE	Recife	Clínica Psiquiátrica Santo Antonio	2752778	Municipal	160	0631 - Nível I PORTARIA SAS 178/2009
RJ	Paracambi	Hospital Paracambi LTDA	2279592	Municipal	240	0632 - Nível II PORTARIA SAS 404/2009
SP	Amparo	Sanatório Ismael	2082233	Municipal	160	0631 - Nível I PORTARIA SAS 404/2009
SP	Tupã	Clínica de Repouso Dom Bosco	2083221	Estadual	198	0632 - Nível II PORTARIA SAS 404/2009

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 331, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Efetiva o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - recurso MAC - referente ao Estado do Rio de Janeiro, decidido pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o Capítulo VIII - Programação Pactuada e Integrada da assistência em saúde - da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III - Do custeio da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando os dados e documentos encaminhados pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, por meio do Of. SES/GS/CIB Nº.02/2018, de 23de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica efetivado o remanejamento de valores destinados ao custeio das ações e serviços públicos de saúde, no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar referente ao Estado do Rio de Janeiro, com base na Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite - CIB-RJ N° 4.957, de 23 de fevereiro de 2018.

§ 1º O total do recurso MAC anual do Estado do Rio de Janeiro fica assim distribuído:

Destinação	Valor Anual (R$)
Fundo Estadual de Saúde	616.386.060,71
Fundos Municipais de Saúde	2.851.796.041,56
TOTAL	3.546.944.327,90

§ 2º O estado e os municípios fazem jus à parcela mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores remanejados, conforme detalhamento disponível para consulta no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade - SISMAC - endereço eletrônico: http://sismac.saude.gov.br.

§ 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC, por meio desta Portaria, não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir da 4ª (quarta) Parcela de 2018.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 332, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 01 10 SP 20
II - denominação: Unimed de Bauru Cooperativa de Trabalho Médico
III - CNPJ: 44.456.036/0003-11
IV - CNES: 2790661
V - endereço: Avenida Dr. Arnaldo Prado Curvello, nº 10-110, Bairro: Parque Santa Terezinha, Bauru/SP, CEP: 17.055-210.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 01 00 SC 04
II - denominação: Associação Congregação de Santa Catarina Hospital Santa Isabel
III - CNPJ: 60.922.168/0052-26
IV - CNES: 2558246
V - endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 300, Bairro: Centro, Blumenau/SC, CEP: 89.010-906.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

BAHIA

I - Nº do SNT: 2 11 01 BA 03
II - denominação: Brasil Memorial S/A Empreendimentos e Participações
III - CNPJ: 01.519.101/0001-36
IV - CNES: 3144682
V - endereço: Rua Altino Serbeto de Barros, nº 119, Bairro: Itaigara, Salvador/BA, CEP: 41.830-907.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 09 SP 12
II - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Assis
III - CNPJ: 44.364.826/0001-05
IV - CNES: 2081083
V - endereço: Praça Dr. Simphronio Alves Santos, nº 166, Bairro: Centro, Assis/SP, CEP: 19.814-015.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 10 SP 33
II - responsável técnico: Aparecido Donizeti Agostinho, urologista, CRM 64222;
III - membro: André Lopes da Silva, nefrologista, CRM 124433;
IV - membro: Antônio de Paula Leal Galesso, urologista, CRM 12645;
V - membro: Carlos Alberto Monte Gobbo, urologista, CRM 48589;
VI - membro: Enidélcio de Jesus Sartori, urologista, CRM 46347;
VII - membro: Marcelo de Paula Galesso, urologista, CRM 88197;
VIII - membro: Maria Regina Trotta Pinheiro, nefrologista, CRM 35322;
IX - membro: Mario Wilson Usó Ruiz, urologista, CRM 21486;
IX - membro: Paulo César Marques, urologista, CRM 68180;
IX - membro: Sílvia Lilian de Andrade Neiva Bettoni, nefrologista, CRM 49315;
IX - membro: Tereza Maria Speranza Faifer, nefrologista, CRM 37534.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 01 00 SC 05
II - responsável técnico: Denise Rodrigues Simão, nefrologista, CRM 5431;
III - membro: Ariane Karen de Sousa, nefrologista, CRM 17041;
IV - membro: Bruna Isabel Tontini, nefrologista, CRM 14955;
V - membro: Roberto Benvenutti, nefrologista, CRM 4356;
VI - membro: Humberto Rebello Narciso, nefrologista, CRM 1147;
VII - membro: Luis Cláudio Francalacci, nefrologista, CRM 8945;
VIII - membro: Itamar Thomé Vieira, nefrologista, CRM 14651;
IX - membro: Vera Lúcia Di Jura Vieira, nefrologista, CRM 15010;
X - membro: John Edney dos Santos, urologista, CRM 8697;
XI - membro: Rodrigo Monnerat, urologista, CRM 7107;
XII - membro: Daniel Engel da Cunha, urologista, CRM 10510;
XIII - membro: José Carlos Arenhart, urologista, CRM 2501;
XIV - membro: Adilson Paulo Pilger, anestesiologista, CRM 6319;
XV - membro: Alessandro Duarte Gonçalves, anestesiologista, CRM 15001;
XVI - membro: Camila Zanin Carneiro, anestesiologista, CRM 20398;
XVII - membro: Christiano Magno de Barros Sousa, anestesiologista, CRM 20396;
XVIII - membro: Douglas Lopes Branco, anestesiologista, CRM 10972;
XIX - membro: Dubês Sônego, anestesiologista, CRM 1184;
XX - membro: Fábio Sant'Ana Cardoso, anestesiologista, CRM 11796;
XXI - membro: Fernando Henrique dos Santos Poli Silva, anestesiologista, CRM 16193;
XXII - membro: Jaqueline Akemi Okada, anestesiologista, CRM 8513;
XXIII - membro: Lívia Carolina Paulilo Bazan Poli, anestesiologista, CRM 18053;
XXIV - membro: Márcio Antônio de Almeida Barreira, anestesiologista, CRM 16979;
XXV - membro: Marco Antônio de Almeida Rodrigues, anestesiologista, CRM 12265;
XXVI - membro: Marcus Vinícius Campos Rosa, anestesiologista, CRM 4204;
XXVII - membro: Mônica Wrobel Fiorini, anestesiologista, CRM 14558;
XXVIII - membro: Paulo Oscar Baier Filho, anestesiologista, CRM 8020;
XXIX - membro: Philip Mendes Lawall, anestesiologista, CRM 20105.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 16 SP 01
II - denominação: Hospital Santos Dumont
III - CNPJ: 60.214.517/0016-91
IV - CNES: 6492398
V - endereço: Avenida Tivoli, nº 336, Bairro: Vila Bethânia, São José dos Campos/SP, CEP: 12.245-481.

Art. 5° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11

CEARÁ

I - Nº do SNT 1 03 18 CE 01
II - responsável técnico: José Glauco Lobo Filho, cirurgião cardiovascular, CRM 1921;
III - membro: Jair Alves Pereira, cardiologista, CRM 15517;
IV - membro: Fabiano Gonsalves Jucá, cirurgião cardiovascular, CRM 7272;
V - membro: Rafael Pontes de Siqueira, cirurgião torácico, CRM 7535;
VI - membro: Israel Lopes de Medeiros, cirurgião torácico, CRM 9079;
VII - membro: João Victor Lopes Damasceno, anestesiologista, CRM 10325;
VIII - membro: Geraldo Gonsalves da Silveira, anestesiologista, CRM 5138.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 16 SP 05
II - responsável técnico: Leila Maria Magalhães Pessoa de Melo, hematologista e hemoterapeuta, CRM 95885;
III - membro: Ana Alice Monteiro Zung hematologista e hemoterapeuta, CRM 109260;
IV - membro: Ana Lucia Ipollito Carbonell, hematologista e hemoterapeuta, CRM 75485;
V - membro: Carla Cecília Mulin, hematologista e hemoterapeuta, CRM 110613 ;
VI - membro: Júlia Mota Leite, hematologista e hemoterapeuta, CRM 145961;
VII - membro: Maira de Assis Barbosa, hematologista e hemoterapeuta, CRM 114449.

Art. 7° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 333, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Exclui estabelecimento e equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que trata da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento e a respectiva equipe de saúde, resolve:

Art. 1º Fica excluído o estabelecimento Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes UFES (SNT 2 01 17 ES 01) e a equipe RT Rodrigo Klein (SNT 1 01 17 ES 01) habilitados pela Portaria nº 825/SAS/MS de 26 de abril de 2017, publicada no Diário oficial da União - DOU nº 81 de 28 de abril de 2017, Seção 1, página 80.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 334, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Inclui membro em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 559 SAS/MS, de 17 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 94, de 18 de maio de 2016, Seção 1, página 48, os membros a seguir:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 21 08 SP 28
II - membro: José Ulysses Amigo Filho, hematologista e hemoterapeuta, CRM 83229;
III - membro: Nelson Hamerschlack, hematologista e hemoterapeuta, CRM 34315;
IV - membro: Breno Moreno de Gusmão, hematologista e hemoterapeuta, CRM 166471;
V - membro: Fábio Pires de Souza Santos, hematologista e hemoterapeuta, CRM 108253;
VI - membro: Ricardo Helman, hematologista e hemoterapeuta, CRM 113042;
VII - membro: Guilherme Fleury Perini, hematologista e hemoterapeuta, CRM 114634;
VIII - membro: Andreza Alice Feitosa Ribeiro, hematologista e hemoterapeuta, CRM 21623.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 726 SAS/MS, de 9 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 110, de 10 de junho de 2016, Seção 1, página 77, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

GOIÁS

I - Nº do SNT 1 11 01 GO 02
II - membro: Louise Rodrigues Cândido, oftalmologista, CRM 10912.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 336, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Substitui responsável técnico de equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que trata da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Anexo I que aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável dos respectivos gestores estaduais de saúde, resolve:

Art. 1º Fica substituído o responsável técnico, Roberto Buessio, hematologista, CRM 51734, constante da Portaria nº 559/SAS/MS, de 17 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 94, de 18 de maio de 2016, Seção 1, página 48, conforme nº de SNT 1 21 08 SP 28, e nomear como responsável técnico pela equipe, Phillip Scheinberg, hematologista e oncologista, CRM 87226.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 348, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Médico de Gestão Integrada, com sede em Salvador (BA).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 225/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.005384/2018-15, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Médico de Gestão Integrada, CNPJ nº 19.622.700/0001-46, com sede em Salvador (BA).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 371, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Indefere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Benedito Pereira Nunes, com sede em Campos dos Goytacazes (RJ).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 232-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.105705/2012-95, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Benedito Pereira Nunes, CNPJ nº 28.964.252/0001-50, com sede em Campos de Goytacazes (RJ).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Portaria nº 241/GM/MS, de 26 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 43 de 5 de março de 2018, Seção 1, página 53.

Onde se lê:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria n° 735/SAS/MS, de 21 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 118, de 22 de junho de 2016, Seção 1, página 32, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.09

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 02 02 PR 04
II - membro: Micheli Fortunato Domingos, cirurgiã geral, CRM 33954.

Leia-se:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria n° 735/SAS/MS, de 21 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União n° 118, de 22 de junho de 2016, Seção 1, página 32, o membro a seguir:

FÍGADO: 24.09

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 02 02 PR 04
II - membro: Micheli Fortunato Domingos, cirurgiã geral, CRM 33954.

No art. 2º da Portaria nº 252/GM/MS, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 43 de 5 de março de 2018, Seção 1, página 54.

Onde se lê:

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SERGIPE

I - Nº do SNT: 2 11 01 SE 03
II - denominação: Instituto de Olhos Dr. Cristiano Mendonça
III - CNPJ: 03.495.529/0001-11
IV - CNES: 3640361
V - endereço: Rua Itabaiana, nº 758, Bairro: São Jorge, Aracajú/SE, CEP: 49.015-110.

Leia-se:

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SERGIPE

I - Nº do SNT: 2 11 01 SE 03
II - denominação: Instituto de Olhos Dr. Cristiano Mendonça
III - CNPJ: 03.495.529/0001-11
IV - CNES: 0003581
V - endereço: Rua Itabaiana, nº 758, Bairro: São Jorge, Aracajú/SE, CEP: 49.015-110.

No art. 7º da Portaria nº 252 /GM/MS, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 43 de 5 de março de 2018, Seção 1, página 54.

Onde se lê:

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 02 MG 17
II - responsável técnico: Renato Cruz Laender, oftalmologista, CRM 6167;
III - membro: Andressa de Ávila Gomes Carneiro, oftalmologista, CRM 36806;

IV - membro: Renato Brasil Santos, oftalmologista, CRM 42953;
V - membro: Fabiana de Pinho Tavares, oftalmologista, CRM 24240;
VI - membro: Gilberto Guimaraes de Freitas, oftalmologista, CRM 11467.

Leia-se:

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 02 MG 14
II - responsável técnico: Renato Cruz Laender, oftalmologista, CRM 6167;
III - membro: Andressa de Ávila Gomes Carneiro, oftalmologista, CRM 36806;
IV - membro: Renato Brasil Santos, oftalmologista, CRM 42953;
V - membro: Fabiana de Pinho Tavares, oftalmologista, CRM 24240;
VI - membro: Gilberto Guimaraes de Freitas, oftalmologista, CRM 11467.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

PORTARIA Nº 14, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Torna pública a decisão de não incorporar o pegvisomanto para acromegalia refratária ao tratamento estabelecido, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Não incorporar o pegvisomanto para acromegalia refratária ao tratamento estabelecido, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art.2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

PORTARIA Nº 15, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Torna pública a decisão de incorporar a implantação endoscópica da prótese esofageana metálica autoexpansível para tratamento da disfagia dos tumores esofágicos avançados e obstrutivos. no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos art. 20 e art. 23 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art.1º Incorporar a implantação endoscópica da prótese esofageana metálica autoexpansível para tratamento da disfagia dos tumores esofágicos avançados e obstrutivos. no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art.2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC) sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE ARAUJO FIREMAN

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 230, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Divulga propostas selecionadas para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo I, as propostas selecionadas para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), nos termos da Portaria nº 114, de 9 de fevereiro de 2018.

§1º As instituições financeiras oficiais federais deverão contratar as operações de que trata o caput em até 60 dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

§2º Nos casos em que não restar comprovada a veracidade das informações apresentadas por ocasião da apresentação da proposta, e constatada má-fe, a empresa proponente ficará sujeita a responsabilização administrativa, civil e penal.

§3º Não será admitida a substituição de proponente para as propostas de que trata o Anexo I.

Art. 2º Para contratação da proposta selecionada para execução de empreendimento no município de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás, o município deverá comprovar, junto à Secretaria Nacional de Habitação, o atendimento às recomendações do Ministério Público Federal - Procuradoria da República de Goiás, acerca da contratação de empreendimentos concernentes ao PMCMV.

Art. 3º As propostas listadas no Anexo I que não observarem o disposto na Portaria nº 114, de 2018, os prazos constantes nesta Portaria e demais regulamentos que regem o PMCMV, ficam automaticamente desabilitadas, sem prejuízo de sua reapresentação em processos seletivos posteriores.

Art. 4º A Secretaria Nacional de Habitação poderá estabelecer cronograma diferenciado de contratação, em função da disponibilidade orçamentária e financeira do PMCMV.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO I

Programa Minha Casa, Minha Vida - Fundo de Arrendamento Residencial (MCMV/FAR)
RELAÇÃO DE PROPOSTAS SELECIONADAS

Região	UF	Município	Empreendimento	Proponente	UH
Centro-Oeste	DF	Brasília	Crixa III	16.614.075/0001-00	272
Centro-Oeste	DF	Brasília	Crixa IV	16.614.075/0001-00	288
Centro-Oeste	DF	Brasília	Crixa V	16.614.075/0001-00	272
Centro-Oeste	GO	Aparecida de Goiânia	Residencial Habitacional Agenor Modesto	33.255.712/0001-00	208
Centro-Oeste	GO	Planaltina	Residencial Sao Francisco - 2ª Etapa	01.154.626/0001-15	298
Centro-Oeste	GO	Planaltina	Residencial Sao Francisco Etapa 3	01.154.626/0001-15	85
Nordeste	BA	Salvador	Residencial Franco Gilberti	13.486.576/0001-52	400
Nordeste	BA	Salvador	Residencial Novo Mane Dende	13.959.986/0001-73	260
Nordeste	BA	Salvador	Res Sol Nascente II	13.959.986/0001-73	300
Nordeste	PB	Guarabira	Guarabira Residence Park I	09.323.098/0001-92	300
Nordeste	PE	Cabo de Santo Agostinho	Residencial Ponte Dos Carvalhos - Condominios 03 E 04	08.658.585/0001-43	376
Norte	PA	Belém	Conjunto Habitacional Parque Guajara I	07.418.827/0001-69	496
Norte	PA	Belém	Residencial Viver Tenone	01.655.806/0001-80	496
Norte	PA	Tracuateua	Conjunto Habitacional Parque Dos Ipes I - Ipe Amarelo	07.418.827/0001-69	100
Norte	PA	Tracuateua	Conjunto Habitacional Parque Dos Ipes II - Ipe Branco	07.418.827/0001-69	100
Sudeste	MG	Coronel Fabriciano	Residencial Buritis	05.872.682/0001-46	500
Sudeste	RJ	Campos dos Goytacazes	Novo Horizonte II	16.991.176/0001-92	336
Sudeste	SP	Adamantina	Conj Habitacional Adamantina N I	00.986.297/0001-06	50
Sudeste	SP	Adamantina	Conj Habitacional Adamantina N II	00.986.297/0001-06	4
Sudeste	SP	Agudos	Loteamento Agudos G	11.943.710/0001-71	90
Sudeste	SP	Boituva	Residencial Villagio Das Oliveiras	00.650.327/0001-09	300
Sudeste	SP	Botucatu	Residencial Cachoeirinha IV	07.247.833/0001-09	240
Sudeste	SP	Botucatu	Residencial Cachoeirinha III	07.247.833/0001-09	252
Sudeste	SP	Dourado	Loteamento Dourado B - Modulo 2	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Dourado	Loteamento Dourado B - Modulo 1	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Itapira	Loteamento Itapira P	11.943.710/0001-71	100
Sudeste	SP	Luís Antônio	Luiz Antonio A (01)	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Luís Antônio	Luiz Antonio A (02)	11.943.710/0001-71	20
Sudeste	SP	Macatuba	Conjunto Habitacional Macatuba B - Mod I	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Macatuba	Conjunto Habitacional Macatuba B - Mod II	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Manduri	Conjunto Habitacional Manduri C - Fase I	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Manduri	Conjunto Habitacional Manduri C - Fase II	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Morungaba	C.H. Morungaba - Fase 3	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Morungaba	C.H. Morungaba C - Fase 2	05.043.487/0001-03	50
Sudeste	SP	Paulistânia	Loteamento Paulistania E - Mod I	11.943.710/0001-71	50
Sudeste	SP	Paulistânia	Loteamento Paulistania E - Mod II	11.943.710/0001-71	22
Sudeste	SP	Pederneiras	Loteamento Pederneiras J - Mod I	11.943.710/0001-71	100
Sudeste	SP	Pederneiras	Loteamento Pederneiras J - Mod II	11.943.710/0001-71	2
Sudeste	SP	Promissão	Conjunto Habitacional Jardim Bela Vista	11.943.710/0001-71	86
Sudeste	SP	São Paulo	Residencial Osorio A	05.892.382/0001-29	300
Sudeste	SP	São Paulo	Residencial Osorio B	05.892.382/0001-29	300
Sudeste	SP	São Paulo	His Campo Das Pitangueiras	05.043.487/0001-03	89
Sudeste	SP	São Paulo	Bauru A, Emp Habitacional De Interesse Social Lote A	55.460.554/0001-63	176
Sudeste	SP	São Paulo	Bauru B, Emp Habitacional De Interesse Social Lote A	55.460.554/0001-63	264
Sudeste	SP	São Paulo	Conjunto Habitacional Lajeado Lote B	55.460.554/0001-63	264
Sudeste	SP	São Paulo	His Academia	05.043.487/0001-03	194
Sudeste	SP	São Paulo	Lajeado Lote A	55.460.554/0001-63	264
Sudeste	SP	São Paulo	Conjunto Habitacional Anchieta A	47.690.219/0001-23	200
Sudeste	SP	São Paulo	Conjunto Habitacional Anchieta B	47.690.219/0001-23	176
Sudeste	SP	Tarumã	Residencial Harmonia I	06.079.902/0001-41	50
Sudeste	SP	Tarumã	Residencial Harmonia II	06.079.902/0001-41	50
Sul	PR	Foz do Iguaçu	Residencial Nova Morada I	77.392.256/0001-16	340
Sul	PR	Leópolis	Residencial Portal Do Paranapanema	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Lupionópolis	Residencial Topazio I	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Lupionópolis	Residencial Topazio II	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Palmeira	Sol Nascente B	80.709.876/0001-40	100
Sul	PR	Santa Mariana	Residencial Santa Mariana I	04.176.720/0001-63	50
Sul	PR	Santa Mariana	Residencial Santa Mariana II	04.176.720/0001-63	50
Sul	SC	Camboriú	Caminhos Do Cedro	02.673.805/0001-21	200
Sul	SC	São Bento do Sul	Residencial Parque Santa Fe	80.709.876/0001-40	244
TOTAL					10.314

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 231, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria nº 268, de 22 de março de 2017, que regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 17 Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, o art. 16 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011 e o art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 268, de 22 de março de 2017, que regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, publicada no Diário Oficial da União em 24 de março de 2017, Seção 1, páginas 115 a 119, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I

(...)

3. ENQUADRAMENTO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROPOSTAS

(...)

3.8. Após a publicação das propostas selecionadas, as contratações deverão ocorrer em até 60 (sessenta) dias.

(...)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

PORTARIA Nº 232, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria nº 162, de 27 de fevereiro de 2018, que divulga propostas habilitadas para a contratação de empreendimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para atendimento de famílias com renda familiar mensal de até R$ 1.800,00.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, o art. 11 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011 e o art. 25 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 162, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2018, seção 1, páginas 82 a 84, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...).

§1º As propostas de que trata o caput deverão ser contratadas em até 60 (sessenta) dias.

§2º (...)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 59, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.026174/2017-98, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica LEOPOLDINA INSPEÇÃO VEICULAR LTDA - ME, CNPJ nº 27.709.620/0001-50, situada no Município de Rio de Janeiro - RJ, Rua Comandante Vergueiro da Cruz, nº 85, Olaria, CEP: 21.021-020 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 61, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Certifica a empresa SL Plastik Indústria e Comércio Eireli - EPP como produtora de lacre, com sistema de controle integrado.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Considerando o disposto no art. 19 da Portaria nº 272, de 21 de dezembro de 2007, do DENATRAN, que dispõe sobre a certificação de empresa inscrita no DENATRAN como produtora de lacre com sistema de controle integrado;

Considerando o Relatório de Ensaio Nº 17099512 SVSP (Lacre de Segurança - Ensaios Diversos), de 22 de setembro de 2017, elaborado pelo TORK Controle Tecnológico de Materiais Ltda, partes integrantes do Processo nº 80000.116800/2016-56, resolve:

Art. 1º Certificar a empresa SL Plastik Indústria e Comércio Eireli - EPP, CNPJ nº 71.689.178/0001-30, com sede no Município de Cabreúva, no Estado de São Paulo, na Avenida Adolpho João Traldi nº 452, Bairro Jacaré, CEP 13.318-000, como produtora de lacres de segurança de placas de identificação de veículos, com sistema de controle integrado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 63, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.019132/2017-09, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, da licença de funcionamento à pessoa jurídica BUREAU BRASILEIRO DE INSPEÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ nº 10.409.830/0001-20, situada no Município de Cubatão - SP, Caminho dos Pilões, nº 20, Fabril, CEP: 11.543-000 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 700, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.006504/2017-85, decide aprovar o processo de Prestação de Contas Ordinária Anual da ANEEL, referente ao ano de 2017, bem como divulgar o Relatório de Gestão na página da Agência na Internet, como parte do processo de transparência, e, ainda, enviar cópia ao Ministério de Minas e Energia - MME, ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, conforme prática já adotada nos anos anteriores.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 627, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.001638/2007-67. Interessado: Galvão Energia Participações S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Ferradura, com 23.500 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) 037650-7.01, localizada no rio Santo Antônio, integrante da sub-bacia 56, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no município de Ferros no estado de Minas Gerais.
A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

DESPACHO Nº 647, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Processos nºs 48500.005644/2011-41, 48500.005626/2011-69, 48500.005643/2011-04, 48500.005642/2011-51. Interessado: Orós Solar Energia SPE Ltda. Decisão: alterar os Registros do Requerimento de Outorga dos Despachos nº 4.452, de 18 de novembro de 2011, nº 4.504, de 23 de novembro de 2011, nº 4.518, de 24 de novembro de 2011 e nº 4.503, de 23 de novembro de 2011, das Usinas Solares Fotovoltaicas Orós 1, Orós 2, Orós 3 e Orós 4, respectivamente, a fim de contemplar a modificação do local de sua implantação, do Município de Icó, no Estado do Ceará, para o município de Ribeiro Gonçalves, no Estado do Piauí. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 648, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 48500.000753/2018-4. Interessado: Orós Solar Energia SPE Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Orós 5, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) n° UFV.RS.PI.0383385-6.01, com 30.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ribeiro Gonçalves, no estado do Piauí. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 698 , DE 26 DE MARÇO DE 2018

Processos nº 48500.005164/2012-61. Interessado: Geo Elétrica Tamboara Bioenergia SPE Ltda. Decisão: (i) alterar a potência instalada da UTE Geo Elétrica Tamboara, cadastrada sob o CEG n° UTE.AI.PR.030724-6.01, localizada no município de Tamboara, estado de Paraná; (ii) alterar a Potência Líquida; (iii) alterar o número de unidades geradoras; e (iv) definir o sistema de transmissão de interesse restrito da usina. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 669, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.000982/2018-62. Interessados: Copel Distribuição S.A - COPEL-DIS Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 137.871,24 (cento e trinta e sete mil e oitocentos e setenta e um reais e vinte e quatro centavos) referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-2866-0129/2012; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 670, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.000919/2018-26. Interessados: Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S. A. - EMT Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 10.608.363,48 (dez milhões, seiscentos e oito mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos) referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0405-0035/2015; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 688, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Processo nº: 48500.001172/2017-42. Interessados: Companhia Energética do Ceará - COELCE, atual Enel Distribuição Ceará - ENEL CE. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 351.663,44 (trezentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos), referente à realização do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento, código PD-0039-0031/2010; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 644, de 23 de março de 2018, publicado no DOU de 27.03.2018, Seção 1, p. 69, v. 155, n. 59, onde se lê: "...(i) reconhecer os investimentos referentes à realização do Projeto deficiência Energética," leia-se ""...(i) reconhecer os investimentos referentes à realização do Projeto de Eficiência Energética,".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 699, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Processos nº 48500.000532/2014-46. Interessados: Vendedores do 2º Leilão de Fontes Alternativas - LFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia. Decisão: Determinar à CCEE que, na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, retifique o valor do acrônimo ENF_DTQ para as usinas Calango 1 e Calango 3, do 2º LFA/2010, 1º quadriênio de apuração, encerrado em 31 de agosto de 2017. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 274, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.001541/2013-26, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da COFCO INTERNATIONAL BRASIL S. A., CNPJ nº 06.315.338/0150-60, com capacidade de produção de 500 m³/dia de etanol hidratado e 500 m³/dia de etanol anidro, localizada na Estrada Municipal Ibira a Potirendaba Km 6,7, Parte II, Zona Rural, Potirendaba - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Ficam revogados a Autorização ANP nº 157, de 07/02/2013, publicada no DOU de 08/02/2013, e o Despacho do Superintendente nº 439, de 22/04/2016, publicado no DOU de 25/04/2016.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

AUTORIZAÇÃO Nº 275, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.012540/2013-15, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da USINA SANTA HELENA DE ACUCAR E ALCOOL S. A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, CNPJ nº 02.673.754/0002-19, com capacidade de produção de 340 m³/dia de etanol hidratado e 280 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Campo Alegre, Zona Rural, Santa Helena de Goiás - GO, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 40, de 29/01/2014, publicada no DOU de 30/01/2014.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

THYAGO GROTTI VIEIRA

DESPACHO Nº 414, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, e tendo em vista o que consta no Processo ANP nº 48610.014466/2012-82, torna público o seguinte ato:

Fica revogado o artigo 2º da Autorização ANP nº 828, de 01/12/2017, publicada no DOU de 04/12/2017, em função da regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin).

THYAGO GROTTI VIEIRA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 265, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria A.N.P n.º 32, de 23 de fevereiro de 2000, e o que consta no processo n.º 48610.200485/2018-15, autoriza a empresa JAVA TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,CNPJ n.º 13.534.309/0001-03, a exercer a atividade de importação de nafta petroquímica.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 266, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n° 204, de 29 de dezembro de 1998, e o que consta no processo n.º 48610.200790/2018-15, autoriza a empresa Tricon Energy do Brasil Comércio de Produtos Químicos Limitada, CNPJ n.º 07.274.637/0001-15, a exercer a atividade de importação de querosene de aviação(QAV).

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 267, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução A.N.P nº 10, de 14 de março de 2016 e o que consta no processo n.º 48610.200263/2018-01, autoriza a empresa Ribeiro Moreira & Cia Ltda, CNPJ n.º 08.701.893/0001-04, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista na Navegação Interior - (T.R.R.N.I).

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 268, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n.º 314, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta no processo n.º 48610.200787/2018-93, autoriza a empresa PETROLEO AMAZONAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 29.376.112/0001-23, a exercer a atividade de importação de gasolinas automotivas.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 269, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da na Portaria ANP n° 313, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta do processo n.º 48610.200787/2018-93, autoriza a empresa PETROLEO AMAZONAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ n.º 29.376.112/0001-23, a exercer a atividade de importação de importação de diesel e biodiesel.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 270, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 30, de 26 de outubro de 2006, e da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.014003/2017-25, autoriza a empresa SGS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ n.º 05.789.777/0001-09, a operar as instalações de Transportador-Revendedor-Retalhista (TRR) localizadas na Avenida Alvarenga Peixoto 530 A, Inconfidentes, São Gonçalo do Sapucaí/MG, 37.490-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -21:54:04,000; -45:35:08,400 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 60,00 m³. Fica revogada a Autorização ANP n.º 582 de 16/12/2008.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 271, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução A.N.P nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta no processo n.º 48610.014003/2017-25, autoriza a empresa S.G.S COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 05.789.777/0001-09, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (T.R.R).

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 272, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.200596/2018-21, autoriza a empresa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE PETRÓLEO CHARRUA LTDA., CNPJ n.º 01.317.309/0008-49, a operar a base de armazenamento de combustíveis líquidos, localizada na ENDEREÇO, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -29:51:48.400; -51:10:41.700 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 25015,42 m³. Integram a Base Compartilhada as seguintes empresas: Distribuidora de Produtos de Petróleo CHARRUA Ltda., CNPJ n.º 01.317.309/0008-49, POTENCIAL Petróleo Ltda., CNPJ n.º 80.795.727/0016-28, MEGAPETRO Petróleo Brasil S.A, CNPJ n.º 02.998.543/0010-66, SIM Distribuidora de Combustíveis Ltda. CNPJ n.º 07.857.168/0001-67 . Fica revogada a Autorização ANP n.º 453 de 08/08/2017.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO Nº 273, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.200596/2018-21, autoriza a empresa SIM DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ n.º 07.857.168/0001-67, a exercer a atividade de distribuição de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 415, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - A.N.P, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria A.N.P n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução A.N.P nº 08, de 06 de março de 2007 e o que consta no processo n.º 48610.014003/2017-25, declara habilitada a empresa SGS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 05.789.777/0001-09, como Transportador Revendedor Retalhista (T.R.R).

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 416, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, e o que consta do processo n.º 48610.200596/2018-21, declara habilitada a empresa SIM DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA, CNPJ n.º 07.857.168/0001-67, como distribuidora de combustíveis líquidos.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 417, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no inciso I, do art. 19, da Resolução ANP nº 17/2009, e no que consta do processo n.º 48610.200827/2018-05, torna público o cancelamento da autorização 356/2014 a pedido da interessada, SHRIEVE QUIMICA DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 19.390.762/0001-70.

CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 418, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PA0244619	A S FERNANDES - ME	17.315.900/0002-01	48610.013990/2017-41
GLP/SP0244620	ADRIANA DE MACEDO CAPELOTO 09035836820	13.159.735/0001-04	48610.002903/2018-19
GLP/SP0244621	AGUINALDO NEPOMUCENO ME	29.180.715/0001-55	48610.002653/2018-17
GLP/SP0244622	AV DA SILVA COMERCIO DE GAS	28.619.527/0001-18	48610.002915/2018-35
GLP/MA0244623	CARLOS RENAN DIOGO ARAUJO 01053945302	24.630.575/0001-56	48610.013287/2017-32
GLP/MG0244624	CLAUDIA ELENA PEREIRA MACHADO 05647208606	28.210.446/0001-60	48610.001263/2018-11
GLP/GO0244625	COM. E TRANSPORTE DE GAS, AGUA E MATERIAS PARA CONSTRUCAO EIRELI	28.155.619/0001-94	48610.002652/2018-64
GLP/MG0244626	COMERCIAL DE GAS ALVES LTDA ME	27.664.240/0001-47	48610.009788/2017-14
GLP/BA0244627	COMERCIAL SALES ARATUBA LTDA - ME	27.359.578/0001-95	48610.001359/2018-80
GLP/RN0244628	COMERCIAL SPINELLI NASCIMENTO LTDA	18.844.987/0001-96	48610.014645/2017-24
GLP/BA0244629	CRISTIANE DE SOUZA LIMA	28.883.125/0001-26	48610.002650/2018-75
GLP/BA0244630	CRISTINA DE ALMEIDA LIMA REZENDE COMERCIO DE GAS - ME	28.974.953/0001-70	48610.000857/2018-13
GLP/RR0244631	DEBORA DA SILVA SANTOS 64795985200	18.993.862/0001-28	48610.001273/2018-57
GLP/ES0244632	DINU S COMERCIO E VAREJO EIRELI - ME	29.212.540/0001-10	48610.002880/2018-34
GLP/RS0244633	DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA SANTO ANTONIO EIRELI	22.572.072/0001-46	48610.003183/2018-09
GLP/MG0244634	EDMARCO SOARES MARCOLINO ME	28.678.504/0001-84	48610.002645/2018-62
GLP/GO0244635	ELIANE MARIA CORTE DE PAULA 05447980151	28.888.406/0001-71	48610.002906/2018-44
GLP/MG0244636	FLAVIANA APARECIDA BARBOSA SORRENTINO 09645297699	24.004.008/0001-94	48610.002726/2018-62
GLP/SP0244637	GASPOWER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI -EPP	73.095.879/0002-57	48610.002898/2018-36
GLP/AM0244638	GELLISY ELOIZA VALENTE RODRIGUES	28.908.079/0001-72	48610.002879/2018-18
GLP/GO0244639	GR COMÉRCIO DE GÁS LTDA.	12.411.361/0002-90	48610.001054/2018-78
GLP/MG0244640	ITA GAS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS EIRELI	13.447.456/0001-46	48610.002642/2018-29
GLP/MG0244641	J & N COMERCIO DE GAS LTDA ME	28.187.125/0001-91	48610.000880/2018-08
GLP/AM0244642	J O DOS SANTOS COMERCIO - ME	27.047.015/0001-61	48610.001186/2018-08
GLP/PR0244643	JEAN CARLOS PEREIRA DO NASCIMENTO 07966122930	28.447.942/0001-31	48610.002899/2018-81
GLP/SP0244644	JOÃO BATISTA DE LIMA JUNIOR 02038967423	28.635.535/0001-58	48610.001082/2018-95
GLP/GO0244645	KARINE SAYAR DE CASTRO - ME	15.157.866/0001-88	48610.001439/2018-35
GLP/CE0244646	LAISA MENDES MOTA - ME	29.103.494/0001-11	48610.001524/2018-01
GLP/MT0244647	LUCILENE AY MORE	28.844.632/0001-50	48610.002648/2018-04
GLP/GO0244648	MARCELO AGUIAR PEREIRA EIRELI - ME	27.597.287/0001-35	48610.000808/2018-72
GLP/RO0244649	MARCIO ADRIEL DA SILVA MOPES 51488191204	12.418.090/0001-14	48610.000703/2018-13
GLP/BA0244650	MARIA AMELIA LEMOS GUERREIRO	29.506.838/0001-33	48610.002432/2018-31
GLP/CE0244651	MARIA JARDELLE SOUSA LIMA - ME	10.917.129/0001-12	48610.001093/2018-75
GLP/PI0244652	MOURA & MOURA	29.284.160/0001-91	48610.002089/2018-24
GLP/AP0244653	MUSSULIN CARDOSO NUNES 57724580278	27.799.926/0001-45	48610.014959/2017-27
GLP/SP0244654	NILTON SOARES GALVAO 28865251620	29.077.667/0001-74	48610.002647/2018-51
GLP/BA0244655	OLDAK BISPO DA PAIXÃO - ME	05.785.495/0001-25	48610.013987/2017-27
GLP/BA0244656	OLDAK BISPO DA PAIXÃO - ME	05.785.495/0002-06	48610.013986/2017-82
GLP/PA0244657	PETRO GAS E AGUA EIRELI - ME	24.382.185/0001-04	48610.013515/2017-74
GLP/PR0244658	PRIMOS DISTRIBUIDORA EIRELI ME	29.140.809/0001-09	48610.001843/2018-17
GLP/AM0244659	RAFAELA SIMOES RODRIGUES 03260691278	28.815.281/0001-50	48610.001606/2018-48
GLP/GO0244660	RENATO TRINDADE DA SILVA JUNIOR 70578871165	28.067.386/0001-78	48610.001434/2018-11
GLP/PA0244661	RIO VERDE DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME	28.736.713/0001-37	48610.015405/2017-47
GLP/MG0244662	ROBERTY DE BASTOS BARBOSA 08408967606	29.400.886/0001-42	48610.002640/2018-30
GLP/SC0244663	Sabrina Elisa Zimmermann 08203260977	29.061.011/0001-63	48610.001275/2018-46
GLP/PB0244664	SEBASTIAO RODRIGUES DA SILVA 46767711420	21.872.468/0001-46	48610.001594/2018-51
GLP/SP0244665	SIDNEA DORIGO TELINI 12940853878	28.993.944/0001-26	48610.000409/2018-10
GLP/SP0244666	SILVA PINTO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	62.108.949/0003-29	48610.014241/2017-31
GLP/RN0244667	SILVA REGINA SILVA NEVES 54759200444	29.185.504/0001-05	48610.000779/2018-49
GLP/AP0244668	SOCIEDADE FOGAS LTDA.	04.563.672/0018-04	48610.001857/2018-22
GLP/SP0244669	SOILO E SILVA COMERCIO DE GAS LTDA - ME	27.128.591/0001-33	48610.002877/2018-11
GLP/SP0244670	SUELI A. DE SOUZA ESTACIONAMENTO - ME	26.660.733/0001-46	48610.000095/2018-47
GLP/MG0244671	SUPERMERCADO JOSÉ SILVA LTDA	02.982.404/0006-68	48610.002737/2018-42
GLP/RJ0244672	TELLES E SCOTT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE GAS LTDA	04.823.970/0001-48	48610.000074/2018-21
GLP/PR0244673	THAIS FACHI ALMEIDA 08299440955	28.505.250/0001-00	48610.001172/2018-86
GLP/PA0244674	VALMIR DE SOUZA MONTEIRO 57931542215	28.575.174/0001-00	48610.015056/2017-63
GLP/TO0244675	WEBSTER OLIVEIRA NEVES ME	27.383.491/0010-44	48610.002857/2018-40
GLP/CE0244676	WYSTTER AZEVEDO DOS SANTOS	27.794.111/0001-73	48610.002641/2018-84

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 66/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra

Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)

815.502/1997-MANJOLINHO BRITAS E TRANSPORTES LTDA- Arrendatário:SOZO BRITAS EIRELI ME- CNPJ 08.944.978/0001-13 - Termino do arrendamento: 20 (vinte) anos a partir da averbação pelo DNPM, até 18/01/2037

Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)

Exequente:PAULO CESAR THOMAS- CPF ou CNPJ - DNPM 890.229/1981-ÁGUABRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS EIRELI ME-Portaria de Lavra N° 849/1984

Fase de Requerimento de Lavra

Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)

Exequente:MULTIROCHAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁRMORES E GRANITOS ITDA. ME- CPF ou CNPJ ND- DNPM 870.238/1982-EXPOGRANIT COMÉRCIO EXPORTAÇÕ LTDA-Requerimento de Lavra N° /

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 831.597/2005-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Requerimento de Lavra

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.324/2014-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Requerimento de Lavra

Fase de Autorização de Pesquisa

Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)

Exequente:PAULO CESAR THOMAS- CPF ou CNPJ - DNPM 896.462/2013-ÁGUABRAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUAS EIRELI ME-Alvará de Pesquisa N° 1531/2014

Aprova atos de Incorporação de Empresa/ Direitos minerários e determina sua averbação(1950)

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 832.834/2009-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 4619/10

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 830.221/2011-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 9239/11

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 861.763/2011-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 4667/16

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 861.773/2011-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 4668/16

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 861.774/2011-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 4669/16

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.418/2011-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 6846/11

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.862/2012-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 8716/15

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 871.119/2012-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 6977/12

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 833.944/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 4117/14

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.104/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa n° 6135/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.105/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa n° 6136/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.106/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 6137/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.107/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 6138/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.108/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa n° 6139/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.109/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa n° 6140/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.110/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa n° 6141/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.111/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 6142/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.112/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 6143/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 870.113/2013-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 6144/13

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 830.031/2014-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 4784/14

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 830.641/2014-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 8421/14

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 830.647/2014-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 6846/14

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 830.990/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 5684/15

Incorporadora:GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA. - CNPJ00.264.528/0001-78 - Direitos incorporados:

DNPM 872.779/2015-MINERAÇÃO ESTRELA DO NORTE LTDA. - Alvará de Pesquisa nº 5308/16

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 68/2018-SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa

Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)

884.014/2010-VERA LUCIA BORGES ALCANTARA-ALVARÁ DE PESQUISA Nº 16.999/2013

VICTOR HUGO FRONER BICCA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 14/2018/AM

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Gelocrim Industria e Comercio de Gelo Ltda Cpf/cnpj :84.089.416/0001-18 - Processo minerário: 881144/96 - Processo de cobrança: 980035/18 Valor: R$.261.469,77

CESAR NONATO ARAUJO DA ROCHA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 29/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Da provimento ao recurso interposto(245)
872.394/2016-ARATU CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA
872.395/2016-ARATU CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
872.314/2005-MARIO OLIVEIRA LADEIA-AI N°4926/2012

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 31/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Braulio Cabral Pinheiro da Silva - 870121/13 - A.I. 96/18
Carlos Tadeu Cassini - 872235/12 - A.I. 93/18
Construtora e Mineradora Rio do Norte Ltda me - 872662/13 - A.I. 116/18
Eco Mining Ltda - 870238/13 - A.I. 101/18
Empresa de Desenvolvimento Mineral do Brasil Ltda - 872086/12 - A.I. 91/18
Everaldo Bispo Dos Santos - 871187/12 - A.I. 65/18
Ferro Minas Mineração Ltda - 872653/13 - A.I. 115/18
Francisco Saraiva de Araujo - 871149/12 - A.I. 64/18
Jessé Figueiredo da Silva - 870391/14 - A.I. 123/18
Jose Antonio Gomes Dos Santos me - 871805/13 - A.I. 109/18, 871806/13 - A.I. 110/18
José Humberto Cardoso Oliveira - 871621/12 - A.I. 76/18
Julio Martins Cardoso Dos Santos - 870668/14 - A.I. 126/18
Luciano Dos Santos - 871144/12 - A.I. 100/18
Marcelo Manhães Eireli me - 871205/12 - A.I. 67/18
Mateus Rivadávia Carneiro Rocha Amaral - 872184/12 - A.I. 92/18
Mine Invest Brazil Ltda - 870244/14 - A.I. 119/18, 870245/14 - A.I. 120/18, 870246/14 - A.I. 121/18
Mineração Antena Dourada Ltda ME. - 871264/12 - A.I. 68/18, 871481/12 - A.I. 69/18, 871529/12 - A.I. 70/18, 871530/12 - A.I. 71/18, 871531/12 - A.I. 72/18, 871532/12 - A.I. 73/18, 871533/12 - A.I. 74/18, 871534/12 - A.I. 75/18
Mineração Ferros Mgm Ltda - 872047/13 - A.I. 111/18
Mineração Focus Ltda - 871359/13 - A.I. 106/18, 871360/13 - A.I. 107/18, 871443/13 - A.I. 108/18
Mineração Jaguara Ltda - 872855/13 - A.I. 118/18
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 872842/13 - A.I. 117/18, 872201/13 - A.I. 112/18, 872419/12 - A.I. 94/18, 870751/14 - A.I. 127/18, 870590/14 - A.I. 125/18
Odacy Amorim de Souza - 870419/14 - A.I. 124/18
Patrícia Dos Santos Reis - 870285/14 - A.I. 122/18
Ronaldo Diniz de Almeida - 871196/12 - A.I. 66/18
Valda Cardoso de Menezes - 871623/12 - A.I. 77/18
Xyz Brasil Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 871165/13 - A.I. 102/18, 871166/13 - A.I. 103/18, 871167/13 - A.I. 104/18, 871266/13 - A.I. 105/18, 872429/13 - A.I. 113/18, 872430/13 - A.I. 114/18

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Andrea Pereira Franca - 874476/11 - A.I. 16/18
Brasilquartz Mineração Ltda Epp - 870648/12 - A.I. 49/18, 870649/12 - A.I. 50/18
Cbg Mineração s a - 873853/11 - A.I. 12/18, 874924/11 - A.I. 22/18, 874926/11 - A.I. 23/18, 870294/12 - A.I. 25/18, 870621/12 - A.I. 36/18, 870622/12 - A.I. 37/18, 870623/12 - A.I. 38/18, 870624/12 - A.I. 39/18, 870625/12 - A.I. 40/18, 870626/12 - A.I. 41/18, 870627/12 - A.I. 42/18, 870628/12 - A.I. 98/18, 870629/12 - A.I. 43/18, 870630/12 - A.I. 44/18, 870631/12 - A.I. 45/18, 870632/12 - A.I. 99/18, 870633/12 - A.I. 46/18, 870634/12 - A.I. 47/18, 870635/12 - A.I. 48/18
Consilene Alves de Lima - 870837/12 - A.I. 58/18, 870838/12 - A.I. 59/18
Eládio Antônio Nunes Santana - 870729/12 - A.I. 56/18
Fernando Cesar Trindade de Aguiar - 872865/08 - A.I. 3/18
Ferro Minas Mineração Ltda - 874606/11 - A.I. 17/18
Helio Jose Dantas Rosado - 871084/12 - A.I. 62/18, 871085/12 - A.I. 63/18
Helio Josué de Oliveira - 870930/12 - A.I. 61/18
Hemyly Mineração Ltda - 870803/11 - A.I. 4/18
Hércules Mineração da Bahia Ltda - 874746/11 - A.I. 20/18, 874747/11 - A.I. 21/18
Jessica Lavinscky Cordeiro - 870709/12 - A.I. 55/18
r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 874648/11 - A.I. 18/18
Rodrigo Facó Franklin de Lima - 874241/11 - A.I. 14/18, 874242/11 - A.I. 15/18
Ronaldo Diniz de Almeida - 870496/12 - A.I. 27/18, 870497/12 - A.I. 28/18, 870498/12 - A.I. 29/18, 870499/12 - A.I. 30/18, 870500/12 - A.I. 97/18, 870501/12 - A.I. 31/18, 870502/12 - A.I. 32/18, 870503/12 - A.I. 33/18, 870510/12 - A.I. 34/18, 870512/12 - A.I. 35/18, 870832/12 - A.I. 57/18
Santa fé Extração de Minérios s a - 872212/11 - A.I. 10/18
Sidney Diniz de Almeida - 871361/11 - A.I. 5/18, 874650/11 - A.I. 1/18, 874711/11 - A.I. 19/18, 870484/12 - A.I. 26/18, 870494/12 - A.I. 2/18, 870186/12 - A.I. 24/18, 870695/12 - A.I. 53/18, 870696/12 - A.I. 54/18, 870654/12 - A.I. 51/18
Vanderlei Junior Bica - 873188/11 - A.I. 11/18
Zeus Granitos Extração Comércio Importação e Exportação Ltda - 870676/12 - A.I. 52/18

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 33/2018/BA

Fase de Concessão de Lavra
Fica NOTIFICADO para pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativo aos débitos de CFEM, no prazo de 10 (dez)(179)
803.903/1970-CÉRAMUS BAHIA S A PRODUTOS CERÂMICOS- NOT Nº3.791/2009 - Proc. de Cobrança n° 972.642/2009 - Recurso Indeferido CFEM-R$ 772,93
804.010/1970-INDUSTRIA DE AZULEJOS DA BAHIA S A- NOT Nº3.798/2009 - Proc. de Cobrança n° 972.644/2009 - Recurso Indeferido CFEM-R$ 2.443,54
804.013/1970-CÉRAMUS BAHIA S A PRODUTOS CERÂMICOS- NOT Nº3.795/2009 - Proc. de Cobrança n° 972.646/2009 - Recurso Indeferido CFEM-R$ 961,60
808.082/1975-PEDREIRAS PARAFUSO LTDA- NOT Nº2.154/2014 - Proc. de Cobrança n° 974.335/2014 - Defesa Indeferida CFEM-R$ 2.207,06
870.602/1980-SAMACA FERROS LTDA- NOT Nº3.793/2009 - Proc. de Cobrança n° 972.648/2009 - Defesa Indeferida CFEM-R$ 7.323,42
872.232/1994-PEDREIRAS CARANGI LTDA.- NOT Nº2.529/2011 - Proc. de Cobrança n° 972.864/2011 - Defesa parcialmente Deferida CFEM-R$ 223.927,63

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 33/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
a7 Assessoria Empresarial e Tributaria Ltda me - 870231/15 - A.I. 143/18, 870232/15 - A.I. 144/18, 870233/15 - A.I. 145/18, 870234/15 - A.I. 146/18, 870235/15 - A.I. 147/18, 870236/15 - A.I. 148/18, 870237/15 - A.I. 149/18, 870238/15 - A.I. 150/18, 870239/15 - A.I. 151/18
Allmining Mineração Ltda me - 870694/15 - A.I. 155/18
Canga Roxa Mineração LTDA. me - 871372/14 - A.I. 133/18
Cleide Santana Silva Dos Santos 04051559564 - 872916/15 - A.I. 180/18
Dilson Benevides da Silva - 870511/15 - A.I. 152/18
Diogo Patrick Ornelas Chaves - 871050/15 - A.I. 156/18
el Dourado Mineração LTDA. - 871829/15 - A.I. 162/18
Francisco de Assis de Oliveira - 872499/15 - A.I. 172/18
Geoveritas Geologia e Serviços Ltda - 871626/14 - A.I. 135/18
Gledson André Silva Ferreira - 871875/14 - A.I. 138/18
gm Mineradora Grandantas LTDA. - 873039/15 - A.I. 188/18
Hércules Mineração da Bahia Ltda - 872081/15 - A.I. 164/18, 872082/15 - A.I. 165/18
Joaquim Gomes Neto - 871689/14 - A.I. 136/18
José Humberto Cardoso Oliveira - 872053/14 - A.I. 142/18
Julio Marcio Campos Dos Santos - 871197/15 - A.I. 157/18
Luciano Cassimiro de Oliveira - 871664/15 - A.I. 161/18
Mdn Minerios do Nordeste Ltda me - 871957/15 - A.I. 163/18
Mediterraneo Mineração Ltda - 872457/15 - A.I. 169/18, 872952/15 - A.I. 181/18, 872953/15 - A.I. 182/18, 872955/15 - A.I. 183/18
Mineração Auto Barreiro Eireli me - 870686/15 - A.I. 154/18
Mineração Caiçara Ltda - 871098/14 - A.I. 128/18
Mineração Granitos de Minas Ltda - 872750/15 - A.I. 175/18, 873044/15 - A.I. 189/18
Mineração Internacional Ltda - 872119/15 - A.I. 167/18
Mineração Itabras LTDA. Epp - 872171/15 - A.I. 168/18
Mineração Pedreira da Bahia Ltda me - 872095/15 - A.I. 166/18
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 871883/14 - A.I. 139/18, 871884/14 - A.I. 140/18, 871885/14 - A.I. 141/18, 871729/14 - A.I. 137/18, 871599/14 - A.I. 134/18
Monte Alto Mineração LTDA. - 872869/15 - A.I. 179/18
Nascimento Engenharia e Comércio Ltda - 871423/15 - A.I. 158/18
Pavão Rochas Ornamentais LTDA. - 873035/15 - A.I. 185/18
Pirbahiano Incorporação de Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 872998/15 - A.I. 184/18, 872705/15 - A.I. 174/18
Ribrita Locação de Equipamentos Ltda - 870594/15 - A.I. 153/18
Rochas Dos Brasil Ltda me - 872624/15 - A.I. 173/18, 872766/15 - A.I. 177/18
Romilton Melo de Souza - 871190/14 - A.I. 129/18
Rozinha de Oliveira Mattos me - 872794/15 - A.I. 178/18
Rustonn Mineracao Eireli me - 872461/15 - A.I. 170/18, 872463/15 - A.I. 171/18, 871653/15 - A.I. 159/18, 871654/15 - A.I. 160/18
s a Almeida me - 871250/14 - A.I. 131/18, 871251/14 - A.I. 132/18
Tramela Arquitetura e Engenharia LTDA. - 871244/14 - A.I. 130/18
Wagner Alves Teixeira Junior - 872762/15 - A.I. 176/18

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
a7 Assessoria Empresarial e Tributaria Ltda me - 870248/16 - A.I. 231/18, 870249/16 - A.I. 232/18, 870250/16 - A.I. 233/18, 870251/16 - A.I. 234/18
Ailson Moura Santana - 870418/16 - A.I. 251/18, 870461/16 - A.I. 255/18
Allmining Mineração Ltda me - 870255/16 - A.I. 235/18
Axmoveis Moveis Para Escritorios Presente e Decorações Epp - 870427/16 - A.I. 252/18
Ciemil Comércio Indústria e Exportação de Minérios LTDA. - 870444/16 - A.I. 253/18, 870361/16 - A.I. 245/18
Continental Stones do Brasil Ltda me - 870230/16 - A.I. 230/18
Cristal Mineradora e Comercio Ltda Epp - 870481/16 - A.I. 265/18
Diogo Patrick Ornelas Chaves - 873094/15 - A.I. 197/18
Edivaldo Silva Miranda - 870517/16 - A.I. 269/18
Fibra Participações e Empreendimentos Ltda - 870305/16 - A.I. 238/18
Genivaldo Bomfim da Silva - 870504/16 - A.I. 268/18
Granitos Colodetti Ltda Epp - 870541/16 - A.I. 270/18
Granrochas Mineração e Exportação Ltda - 873079/15 - A.I. 192/18
Gustavo William Oliveira da Costa - 870323/16 - A.I. 242/18
Hércules Mineração da Bahia Ltda - 870333/16 - A.I. 243/18, 870344/16 - A.I. 244/18, 870156/16 - A.I. 214/18, 870177/16 - A.I. 226/18, 870416/16 - A.I. 250/18
José Roberto Bodart Guimarães - 873080/15 - A.I. 193/18
Juazeiro Industrial Cerâmica Ltda - 870489/16 - A.I. 266/18
Luiz c. Trindade me - 870110/16 - A.I. 211/18, 870111/16 - A.I. 212/18
Marbrasa Norte Mineradora Ltda - 873053/15 - A.I. 191/18
Marca Intermediações em Negocios Ltda me - 870497/16 - A.I. 267/18
Mediterraneo Mineração Ltda - 870383/16 - A.I. 248/18, 870384/16 - A.I. 249/18
Mineração Granitos de Minas Ltda - 873045/15 - A.I. 190/18
Mineração Internacional Ltda - 873098/15 - A.I. 198/18, 873099/15 - A.I. 199/18, 873100/15 - A.I. 200/18
Mineração Jerusalem Importação e Exportação Ltda - 870017/16 - A.I. 201/18
Mineração Pedra Branca Tombense LTDA. me - 870462/16 - A.I. 256/18
Mineração Vale do Araguaia LTDA. - 870479/16 - A.I. 263/18, 870480/16 - A.I. 264/18
Petra Perfurações Ltda me - 870549/16 - A.I. 271/18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 870225/16 - A.I. 229/18
Ramon Transporte Ltda - 870020/16 - A.I. 202/18
Robson Antônio Guimarães - 870107/16 - A.I. 209/18, 870108/16 - A.I. 210/18
Rochedo Comércio e Distribuição de Produtos Minerais Ltda Epp - 870371/16 - A.I. 247/18
Rustonn Mineracao Eireli me - 870278/16 - A.I. 236/18, 870284/16 - A.I. 237/18, 870200/16 - A.I. 228/18
Santa fé Extração de Minérios s a - 870099/16 - A.I. 208/18
Suporte Ambiental Eireli - 873093/15 - A.I. 196/18
Teogles Ireno Santana Eireli me - 873090/15 - A.I. 194/18
Uilmo Pereira de Oliveira & Cia Ltda me - 870457/16 - A.I. 254/18
Urgival Modesto Dos Santos Filho - 870362/16 - A.I. 246/18
Valdemar Bispo da Silva - 870140/16 - A.I. 213/18
Washington Mineração LTDA. me - 870472/16 - A.I. 259/18, 870476/16 - A.I. 260/18, 870477/16 - A.I. 261/18, 870478/16 - A.I. 262/18
Work4yoou Conteudo e Publicidade Ltda Epp - 873091/15 - A.I. 195/18

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 35/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Abc Mineração Empreendimentos e Serviços Ltda Epp - 870925/16 - A.I. 362/18
Ailson Moura Santana - 870556/16 - A.I. 274/18
Ambiflora Solucoes Ambientais e Florestais Ltda me - 870642/16 - A.I. 279/18
Bentonisa Bentonita do Nordeste s a - 870701/16 - A.I. 284/18, 870702/16 - A.I. 285/18, 870703/16 - A.I. 286/18, 870704/16 - A.I. 287/18, 870705/16 - A.I. 288/18, 870706/16 - A.I. 289/18, 870707/16 - A.I. 290/18, 870708/16 - A.I. 291/18, 870709/16 - A.I. 292/18, 870710/16 - A.I. 293/18, 870712/16 - A.I. 294/18, 870713/16 - A.I. 295/18, 870714/16 - A.I. 296/18, 870715/16 - A.I. 297/18
Ciemil Comércio Indústria e Exportação de Minérios LTDA. - 870886/16 - A.I. 313/18
Construtora Getel Ltda - 870856/16 - A.I. 310/18, 870859/16 - A.I. 311/18
Continental Stones do Brasil Ltda me - 870915/16 - A.I. 317/18
Craton Ressources Mineração Ltda - 870564/16 - A.I. 275/18
Gran Sienna do Brasil Ltda me - 871079/16 - A.I. 332/18
Hércules Mineração da Bahia Ltda - 870888/16 - A.I. 314/18, 870889/16 - A.I. 315/18, 870890/16 - A.I. 316/18, 870977/16 - A.I. 364/18, 870978/16 - A.I. 365/18, 870979/16 - A.I. 322/18, 870980/16 - A.I. 323/18, 870780/16 - A.I. 301/18, 870781/16 - A.I. 302/18, 870782/16 - A.I. 303/18, 870783/16 - A.I. 304/18, 870784/16 - A.I. 305/18, 870785/16 - A.I. 306/18, 870792/16 - A.I. 308/18, 870793/16 - A.I. 309/18
Jeriba Mineração de Pedras Ornamentais, Estração, Import e Exportação Ltda me - 870870/16 - A.I. 312/18
José de Oliveira Ferreira - 870770/16 - A.I. 298/18
Marbrasa Norte Mineradora Ltda - 870636/16 - A.I. 278/18, 870985/16 - A.I. 326/18
Marcelo Guimarães Altoé - 870982/16 - A.I. 324/18, 870983/16 - A.I. 325/18, 871023/16 - A.I. 329/18
Mediterraneo Mineração Ltda - 870569/16 - A.I. 276/18, 870671/16 - A.I. 280/18, 870672/16 - A.I. 281/18, 870684/16 - A.I. 282/18
Mineração Córrego do Ouro Export Ltda me - 870774/16 - A.I. 299/18
Mineração Ouro Branco Ltda me - 871052/16 - A.I. 330/18
r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 870634/16 - A.I. 277/18
Rajor Pesquisa e Mineração Ltda - 870554/16 - A.I. 272/18, 870555/16 - A.I. 273/18
Rogério Bezerra Dos Santos - 870964/16 - A.I. 363/18
Santa fé Extração de Minérios s a - 870791/16 - A.I. 307/18
Shary Souza Matos - 871066/16 - A.I. 331/18
Sul Americana de Rochas - 870779/16 - A.I. 300/18
Tetu´s Artefatos em Cimento Ltda me - 870993/16 - A.I. 327/18, 870994/16 - A.I. 328/18

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 36/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Aecio de Oliveira Santos - 871759/16 - A.I. 408/18
Ailton da Silva - 871479/16 - A.I. 368/18
Alex Souza Dos Anjos - 871813/16 - A.I. 415/18, 871814/16 - A.I. 416/18, 871926/16 - A.I. 421/18, 871942/16 - A.I. 422/18
Andre Mendes da Silva me - 871548/16 - A.I. 375/18
Celio Pereira da Silva me - 871088/16 - A.I. 335/18
Ciemil Comércio Indústria e Exportação de Minérios LTDA. - 871298/16 - A.I. 347/18
Cleidson Bittencourt Soares - 871530/16 - A.I. 374/18
Cristal Mineradora e Comercio Ltda Epp - 871624/16 - A.I. 397/18, 871364/16 - A.I. 349/18
Danilo Alberto Alves Barbosa - 871329/16 - A.I. 348/18
Diogo Patrick Ornelas Chaves - 871488/16 - A.I. 369/18
Eco Bege Marmore Ltda me - 871171/16 - A.I. 339/18
Edivaldo Silva Miranda - 871290/16 - A.I. 346/18
el Dourado Mineração LTDA. - 871468/16 - A.I. 367/18
g Transportes e Comércio Ltda - 871744/16 - A.I. 406/18
Gran Sienna do Brasil Ltda me - 871104/16 - A.I. 336/18, 871080/16 - A.I. 333/18
Hércules Mineração da Bahia Ltda - 871376/16 - A.I. 351/18, 871424/16 - A.I. 358/18, 871425/16 - A.I. 359/18, 871842/16 - A.I. 418/18
Iguana Distribuidora de Materiais de Limpeza e Produtos Hospitalares Ltda me - 871369/16 - A.I. 350/18
Inacio Faccini - 871399/16 - A.I. 356/18
Iraci Vilela Gomide Santos - 871887/16 - A.I. 419/18
Ivan Santos da Silva me - 871251/16 - A.I. 344/18
José Antônio Alvares Meira - 871498/16 - A.I. 370/18
Luciano Silva de Moraes - 872022/16 - A.I. 425/18, 872023/16 - A.I. 426/18, 872024/16 - A.I. 427/18, 872025/16 - A.I. 428/18, 872026/16 - A.I. 429/18
Luiz c. Trindade me - 871710/16 - A.I. 401/18
m. r. Materiais de Construcao Ltda me - 871217/16 - A.I. 342/18
Manoel Batista de Lisboa Filho me - 871950/16 - A.I. 423/18
Mineinvest Mármores e Granitos Ltda me - 871819/16 - A.I. 417/18
Mineração Itabras LTDA. Epp - 871516/16 - A.I. 373/18
Mineração Noventa Mil Eireli - 871912/16 - A.I. 420/18
Mineração Ouro Branco Ltda me - 871202/16 - A.I. 341/18
Mineração Pedra Branca Tombense LTDA. me - 871741/16 - A.I. 404/18
Mineradora Rocha Brasil Ltda - 871441/16 - A.I. 361/18, 871442/16 - A.I. 383/18
Minerxx Exploracao, Comercio, Importacao e Exportacao de Minerios LTDA. me - 871730/16 - A.I. 403/18
Neiva Vieira de Assunção - 871087/16 - A.I. 334/18, 871262/16 - A.I. 345/18
Polibege Mármores e Granitos Ltda - 871231/16 - A.I. 343/18
Presmag Extração de Minerais Eireli - 871111/16 - A.I. 337/18, 871769/16 - A.I. 410/18, 871770/16 - A.I. 411/18, 871772/16 - A.I. 412/18
Robson Antônio Guimarães - 871712/16 - A.I. 402/18
Robson Bulerjahn - 871763/16 - A.I. 409/18
Rochedo Comércio e Distribuição de Produtos Minerais Ltda Epp - 871575/16 - A.I. 376/18, 871576/16 - A.I. 377/18
Romilton Melo de Souza - 872009/16 - A.I. 424/18
Rozinha de Oliveira Mattos me - 871743/16 - A.I. 405/18
Santa fé Extração de Minérios s a - 871461/16 - A.I. 366/18, 871501/16 - A.I. 371/18
Silmar Machado de Oliveira - 871692/16 - A.I. 400/18

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 36/2018/BA

Fase de Licenciamento
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769) 870.854/2003-PEDREIRA IGUAPE LTDA- Publicado DOU de 06/06/2017

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 37/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
a g Pierrout Comércio Atacadista de Minerios me - 870006/17 - A.I. 453/18
a7 Assessoria Empresarial e Tributaria Ltda me - 870029/17 - A.I. 455/18
Abraao Freitas Leite me - 870299/17 - A.I. 462/18
Ailton Sebastiao da Silva - 870799/17 - A.I. 500/18
Ambiflora Solucoes Ambientais e Florestais Ltda me - 870697/17 - A.I. 482/18
Baixo Sul Engenharia Ltda me - 870685/17 - A.I. 479/18
Bom Jardim Administradora de Participações Ltda - 870935/17 - A.I. 502/18, 872040/16 - A.I. 432/18
Braspedras Comércio, Importação e Exportação Eireli me - 870007/17 - A.I. 454/18
Casablanca Mineração Ltda - 872622/16 - A.I. 449/18
Clynton de Carvalho Avila - 872128/16 - A.I. 440/18
Cristal Mineradora e Comercio Ltda Epp - 872188/16 - A.I. 445/18, 872189/16 - A.I. 446/18
Edson Dourado - 870675/17 - A.I. 478/18
Ely Rocha Soares - 870430/17 - A.I. 467/18
Empresa Baiana de Rochas Ltda me - 870740/17 - A.I. 498/18
Exótica Stone Granitos e Marmores Ltda me - 870856/17 - A.I. 501/18
Figueiredo Serviços de Tratores Ltda - 870633/17 - A.I. 473/18
Flory Nonato Dos Santos - 870275/17 - A.I. 458/18
Gesneide Pereira da Silva - 870323/17 - A.I. 465/18
Helumar Virgilio da Silva - 870635/17 - A.I. 474/18
Hércules Mineração da Bahia Ltda - 872172/16 - A.I. 443/18
João Viana Lelis - 870457/17 - A.I. 469/18
Joppi Mineradora LTDA. - 870416/17 - A.I. 466/18, 870302/17 - A.I. 463/18, 870288/17 - A.I. 461/18
José Roberto Bodart Guimarães - 872179/16 - A.I. 444/18
la Mineração de Manganês Ltda Epp - 872037/16 - A.I. 431/18
Lourival Zardo - 870438/17 - A.I. 468/18
Luciano Santana Alvim - 870286/17 - A.I. 460/18
Luciano Silva de Moraes - 872027/16 - A.I. 430/18
Marcos Luiz Rocha Santana - 870589/17 - A.I. 471/18
Material de Construção Libarino Ltda ME. - 872119/16 - A.I. 439/18
Maxgran Granito Ltda me - 870712/17 - A.I. 483/18
Mineração Atlântica LTDA. - 872191/16 - A.I. 447/18
Mineração Boquira - 872106/16 - A.I. 438/18
Mineração Concorde Alpha 1 Importação e Exportação Ltda me - 872151/16 - A.I. 441/18, 872154/16 - A.I. 442/18
Mineração e Processamento Ltda me - 870750/17 - A.I. 499/18
Mineração Itagran Ltda - 870069/17 - A.I. 456/18, 870070/17 - A.I. 589/18
Mineracao Terramar LTDA. me - 872173/16 - A.I. 450/18, 872174/16 - A.I. 451/18
Naturalle Tratamento de Residuos Ltda - 872104/16 - A.I. 437/18
Newton Paiva da Silva - 870128/17 - A.I. 590/18
Pedreira Vitória Ltda Epp - 870257/17 - A.I. 457/18
Polibege Mármores e Granitos Ltda - 870646/17 - A.I. 475/18
Presmag Extração de Minerais Eireli - 872086/16 - A.I. 435/18, 872087/16 - A.I. 436/18
r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 870604/17 - A.I. 472/18
Roberto Gabriel Duarte - 870669/17 - A.I. 477/18
Robson Antônio Guimarães - 870688/17 - A.I. 480/18, 872044/16 - A.I. 434/18
Teogles Ireno Santana Eireli me - 870695/17 - A.I. 481/18
Tercon Construtora Ltda me - 870282/17 - A.I. 459/18
Terra do Brasil Mineração LTDA. - 873060/16 - A.I. 452/18
Transmix Engenharia Industria e Comercio S.A. - 870663/17 - A.I. 476/18
Valdemar Gomes de Lucena Junior - 870414/17 - A.I. 591/18

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 38/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Alcides Silva Santos - 870975/17 - A.I. 592/18
Alex Souza Dos Anjos - 871442/17 - A.I. 554/18
Antonio Martins Amorim Guimarães - 871332/17 - A.I. 546/18
Aroeira Comercio de Areia, Agricultura e Psicultura Ltda me - 871403/17 - A.I. 551/18, 871404/17 - A.I. 552/18
Bioground Mineração Ltda - 871445/17 - A.I. 555/18
Carlos Alberto Azevedo Dantas - 871747/17 - A.I. 580/18
Clynton de Carvalho Avila - 872128/16 - A.I. 490/18
Cristal Mineradora e Comercio Ltda Epp - 871794/17 - A.I. 586/18, 871795/17 - A.I. 587/18, 871796/17 - A.I. 588/18
Danilo Alberto Alves Barbosa - 871453/17 - A.I. 557/18
Exon Mineração Ltda - 871092/17 - A.I. 515/18, 871093/17 - A.I. 516/18
Fazendas Reunidas Santa Maria LTDA. - 871300/17 - A.I. 595/18
Flory Nonato Dos Santos - 871100/17 - A.I. 517/18
Forte Rochas Mineração Ltda - 871456/17 - A.I. 558/18
Gilson Carlos Leal Figueredo - 871652/17 - A.I. 559/18
Gran Gazzoni Export LTDA. - 870994/17 - A.I. 504/18, 870996/17 - A.I. 505/18
Grancosta Granitos e Mineração Ltda me - 870990/17 - A.I. 593/18, 870991/17 - A.I. 594/18
Helumar Virgilio da Silva - 872042/16 - A.I. 433/18
Itapeor Itapemirim Pedras Ornamentais LTDA. me - 871054/17 - A.I. 513/18
Jeane Damascena Dias - 871104/17 - A.I. 518/18
Jeriba Mineração de Pedras Ornamentais, Estração, Import e Exportação Ltda me - 871155/17 - A.I. 535/18, 871180/17 - A.I. 536/18, 871056/17 - A.I. 514/18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900245

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Jesus Dias de Sangalo - 871228/17 - A.I. 537/18
Jordair Botelho - 871020/17 - A.I. 509/18
Jose Filho Marinho da Costa Eireli me - 871447/17 - A.I. 556/18
José Rosa Machado - 871743/17 - A.I. 597/18
Lazaro de Jesus - 871392/17 - A.I. 549/18
Leandro Caetano Soares - 871346/17 - A.I. 547/18, 871285/17 - A.I. 539/18, 871286/17 - A.I. 540/18, 871287/17 - A.I. 541/18, 871288/17 - A.I. 542/18
Maxgran Granito Ltda me - 871397/17 - A.I. 550/18, 871295/17 - A.I. 544/18
mg Mineradora Ltda - 871686/17 - A.I. 578/18, 871687/17 - A.I. 579/18
Omc Empreendimentos Ltad ME. - 871303/17 - A.I. 545/18
Péricles Ricardo Nunes de Souza - 871027/17 - A.I. 511/18, 871028/17 - A.I. 512/18
Poligonal Mineração Ltda - 871313/17 - A.I. 596/18
Raniere Barboza Cruz - 871229/17 - A.I. 538/18
Rejane Aguiar Bittencourt me - 871784/17 - A.I. 585/18
Romilton Melo de Souza - 871412/17 - A.I. 553/18
Santa fé Extração de Minérios s a - 871011/17 - A.I. 506/18, 871012/17 - A.I. 507/18, 871013/17 - A.I. 508/18
Tramela Arquitetura e Engenharia LTDA. - 870974/17 - A.I. 503/18
Vallebrás Exprtação de Minérios do Brasil Ltda - 871766/17 - A.I. 581/18, 871767/17 - A.I. 582/18, 871768/17 - A.I. 583/18
Wagner Alves Teixeira Junior - 871289/17 - A.I. 543/18

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 42/2018/CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
800.176/2017-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.224/2017-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME-OF. N°354/2018
800.229/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°353/2018
800.230/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°355/2018
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.499/2011-SERGIO SARQUIS ATTIE
800.516/2011-SERGIO SARQUIS ATTIE
800.517/2011-SERGIO SARQUIS ATTIE
800.211/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.212/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.214/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.216/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.289/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.290/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.292/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.294/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.295/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.299/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.301/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.302/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.341/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.343/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.346/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.348/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.349/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.350/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.351/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.352/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.355/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.356/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.362/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.363/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.365/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.367/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.400/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.401/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.403/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.404/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.405/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.406/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.426/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.538/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.542/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.543/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.546/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(166)
800.125/2017-CARBOPAR CARBOMIL PARTICIPAÇÕES MINERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO S A

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 43/2018/CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.144/2017-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA-OF. N°053/2018
800.180/2017-CALMAP INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA-OF. N°313/2018
800.233/2017-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°332/2018
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.204/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.205/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.206/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.207/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.208/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.209/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.210/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.213/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.215/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.217/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.218/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.303/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.304/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.314/2017-MONT GRANITOS S A
800.334/2017-COREAÚ CALCÁRIO LTDA
800.370/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.382/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.383/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.384/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.386/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.402/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.530/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.544/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.545/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.547/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.548/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.561/2017-IMARF BENEFICIAMENTO DE GRANITOS LTDA
800.593/2017-IMARF BENEFICIAMENTO DE GRANITOS LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.500/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°5496/2017
800.505/2016-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A - Alvará N°5498/2017
800.590/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - Alvará N°6.326/2017
800.595/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - Alvará N°6.328/2017
800.596/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - Alvará N°6.329/2017
800.599/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - Alvará N°6.332/2017
800.604/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A - Alvará N°6.334/2017
800.001/2017-ERICO MORAES DE FIGUEIREDO - Alvará N°6.341/2017
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.534/1994-NEBLINA INDUSTRIA DE MINERAÇÃO LTDA EPP- FONTE BAMBU i: 330 mL (sem gás), 330 mL (com gás), 500 mL (sem gás), 500 mL (com gás), 1,5 L (sem gás) 1,5 L (com gás) e 5 L (sem gás); FONTE ESPERANÇA i:330 mL (sem gás), 330 mL (com gás), 500 mL (sem gás), 500 mL (com gás), 1,5 L (sem gás) 1,5 L (com gás) e 5 L (sem gás)- GUARAMIRANGA/CE
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
002.318/1959-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA- AI Nº 001/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.534/1994-NEBLINA INDUSTRIA DE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°455/2018 e 454/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.050/2006-MAWIR AGUAS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°433/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
002.318/1959-GLOBEST PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°446/2018

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 45/2018/CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.183/2017-MILKA MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME
800.223/2017-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A
800.291/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.298/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.305/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.308/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA
800.337/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.338/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.339/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.340/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.347/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.359/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.360/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.361/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.364/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.366/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.368/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.369/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.371/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.372/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.373/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.374/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.375/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.376/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.377/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.378/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.379/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.381/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.394/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

800.395/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.396/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.397/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.398/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.399/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA
800.438/2017-COREAÚ CALCÁRIO LTDA
800.465/2017-PABLO SABOIA DE CASTRO NOBREGA
800.537/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2018/ES

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
896.456/2010-EDEVALDO CHISOSTOMO DE VARGAS
896.067/2011-F2 EXTRAÇÃO E TRANSPORTES LTDA
896.678/2011-NOVA ERA MINERAÇÃO LTDA
896.749/2011-F.P. GRAN MINERAÇÃO LTDA.
896.266/2012-FACILITA CRED CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA ME
896.648/2012-VALDECIR FRANCISCO MONGIM
896.367/2013-JOÃO GARCIA BACELAR
896.396/2013-MINERADORA CACHOEIRA LTDA ME
896.436/2014-MINERAÇÃO ALIANÇA LTDA ME
896.044/2015-SETENTA MANUTENÇÃO LTDA EPP
896.210/2015-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME
896.211/2015-REDI FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA.
896.096/2016-VANDERLEI JUNIOR BICA
896.100/2016-JEAN FABIO REZENDE BOBBIO
896.130/2016-JOAQUIM ALVES VERCONDES
896.133/2016-JOAQUIM ALVES VERCONDES
896.207/2016-CLOVES DA COSTA PESSOA
896.276/2016-MÔNICA FERNANDES DA COSTA DE SOUZA
896.287/2016-CONSTRUTORA ATERPA SA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
896.683/2012-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-OF. N°0495/2018-DNPM/ES
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
896.863/2008-EDMAR VIEIRA DE JESUS-OF. N°0835/2016-DNPM/ES
896.681/2012-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-OF. N°0964/2016-DNPM/ES
896.425/2013-RAPHAEL NASCIMENTO TURRA-OF. N°1.615/2017-DNPM/ES
896.192/2015-CERAMICA DO CARMO LTDA ME-OF. N°2.926/2015-DNPM/ES
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.302/1990-EDWARD THOMAS MERLO E YVONETE SILVA MERLO-OF. N°0525/2018-DNPM/ES
890.138/1991-EDWARD THOMAS MERLO E YVONETE SILVA MERLO-OF. N°0527/2018-DNPM/ES
Defere pedido de reconsideração(262)
896.484/2001-MINERAÇÃO MARIANELLI LTDA.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
896.169/2015-MIRINHO BRITO SANTOS-Cessionário:BRITO STONE BLESSED LTDA EPP- CPF ou CNPJ 29.349.285/0001-52- Alvará n°13.319/2015
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
896.354/2005-MINERASUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA.-CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES - Guia n° 0013/2018-50.000T/ANO-GRANITO- Validade:14/03/2024
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
896.714/2011-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°120/2018-DNPM/ES
896.752/2011-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°118/2018-DNPM/ES
896.228/2012-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°116/2018-DNPM/ES
896.399/2013-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.-AI N°122/2018-DNPM/ES
896.138/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-AI N°101/2018-DNPM/ES
896.177/2016-CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL EIRELI ME.-AI N°082/2018-DNPM/ES
896.218/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°091/2018-DNPM/ES
896.221/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°083/2018-DNPM/ES
896.076/2017-IGRAM GRANITOS E MARMORES LTDA ME.-AI N°080/2018-DNPM/ES
896.091/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°103/2018-DNPM/ES
896.140/2017-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.-AI N°108/2018-DNPM/ES
896.150/2017-DORIMAR MÁRMORES E GRANITOS LTDA ME-AI N°109/2018-DNPM/ES
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.371/1989-ADILSON BORGES VIEIRA-OF. N°0482/2018-DNPM/ES
896.599/2002-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-OF. N°0456/2018-DNPM/ES
896.276/2005-ÁGUA GRACIOSA LTDA-OF. N°0544 e 0545/2018-DNPM/ES
896.570/2005-MINERAÇAO TRIUNFO LTDA-OF. N°0491/2018-DNPM/ES
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
896.154/2003-APL AREIAL PONTE DE LINHARES EIRELI EPP- ALVARÁ n° 8.788/2003 - Cessionário: CBA CARIOCA PRODUTORA DE AGREGADOS LTDA- CNPJ 07.366.827/0001-62
Indefere requerimento de transformação do regime de Concessão de Lavra para Licenciamento(1988)
896.717/2003-BOM JESUS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
896.189/2013-ÁGUA GRACIOSA LTDA-OF. N°0494/2018-DNPM/ES
896.190/2013-ÁGUA GRACIOSA LTDA-OF. N°0483/2018-DNPM/ES
896.030/2015-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°0480/2018-DNPM/ES
896.031/2015-TERCOL TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°0481/2018-dnpm/es
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
896.505/2014-F&A MINERAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI ME.- Licenciamento N°:24/2015 - Prorrogado por ATÉ 06/06/2020 ano(s)
896.517/2014-F&A MINERAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI ME.- Licenciamento N°:26/2015 - Prorrogado por 06/06/2020 ano(s)
896.087/2016-BX CONSTRUTORA LTDA ME-Licenciamento N°:28/2016 - Prorrogado por ATÉ 21/07/2018 ano(s)
896.235/2016-GILMAR JOSÉ DE CARVALHO ME-Licenciamento N°:11/2017 - Prorrogado por 11/07/2018 ano(s)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
896.453/2013-BOM JESUS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
896.633/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA-OF. N°0452/2018-DNPM/ES
Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
896.738/2003- LEIDE MONTEIRO BASTOS ME.Habilitada (01 proposta), processo 896.738/2003, Edital nº01/2016; AREPEDRA BORLINI LTDA, habilitada (01 proposta), processo 896.738/2003, Edital n°01/2016; MARCOS RANGEL CONTI. habilitado(01 proposta), processo 896.738/2003, Edital n°01/2016; ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA EIRELI-EPP. Habilitada (01 proposta), processo 896.738/2003, Edital n°01/2016 e ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.habilitada(01 proposta), processo 896.738/2003, Edital n°01/2016.
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
896.738/2003- TRADE COMPANY INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO LTDA, inabilitado (10) propostas,processo 896.738/2003, Edital n°01/2016.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 52/2018/GO

Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
804.365/1975-DOMUS AUREA EMPREENDIMENTOS LTDA-OF. N°158/2018/DTM-GO-180 dias
Fase de Disponibilidade
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
861.199/2009- HABILITADOS os proponentes: SIMER ENGENHARIA E MONITORAMENTO LTDA - ME E JAMIL MORUÉ. e INABILITADOS os proponentes:
860.065/2010- HABILITADOS os proponentes: MINERAÇÃO BRASIL ORIENTAL LTDA E MINERAÇÃO CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA. e INABILITADOS os proponentes:
860.838/2010- HABILITADOS os proponentes: RAINER ALVES DA ROCHA E CENTRO MINERAÇÃO LTDA e INABILITADOS os proponentes:
860.340/2014- HABILITADOS os proponentes: SANDRO FERREIRA COSTA E SABLO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO EIRELI ME e INABILITADOS os proponentes:
303.083/2015- HABILITADOS os proponentes: JESSER MARQUES FIDELIX E GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA e INABILITADOS os proponentes:
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO habilitados:(2086)
861.199/2009- DECLARO VENCEDORA A PROPOSTA DE: SIMER ENGENHARIA E MONITORAMENTO LTDA - ME e SEGUNDO LUGAR A PROPOSTA DE : JAMIL MORUÉ.
860.065/2010- DECLARO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS DE: MINERAÇÃO BRASIL ORIENTAL LTDA E MINERAÇÃO DE CALCÁRIO MONTIVIDIU LTDA
860.838/2010- DECLARO VENCEDORA A PROPOSTA DE: CENTRO MINERAÇÃO LTDA E DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DE RAINER ALVES DA ROCHA.
860.340/2014- DECLARO VENCEDORA A PROPOSTA DE: SABLO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E CASCALHO EIRELI ME e DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DE SANDRO FERREIRA COSTA.
303.083/2015- DECLARO VENCEDORA A PROPOSTA DE: GECAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA E DESCLASSIFICADA A PROPOSTA DE: JESSER MARQUES FIDELIX

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 33/2018/MA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Bioenergy Geradora de Energia S.A. - 806277/12, 806268/12, 806272/12, 806270/12, 806275/12

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/2018/MA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Antonio Carlos Cerqueira Fortes - 806156/15 - A.I. 54/18
Bioenergy Geradora de Energia S.A. - 806269/12 - A.I. 34/18, 806271/12 - A.I. 35/18, 806273/12 - A.I. 36/18, 806274/12 - A.I. 37/18, 806276/12 - A.I. 38/18, 806278/12 - A.I. 39/18, 806279/12 - A.I. 40/18, 806280/12 - A.I. 41/18, 806281/12 - A.I. 42/18, 806282/12 - A.I. 43/18, 806283/12 - A.I. 44/18, 806284/12 - A.I. 45/18
Dois a Engenharia e Tecnologia Ltda - 806005/16 - A.I. 55/18
Genielzio Messias Pereira - 806037/15 - A.I. 50/18
Geobem - Consultoria e Projetos Ltda - 806092/15 - A.I. 51/18
Granja Ceres Agropecuária Indústria e Comércio Ltda - 806068/13 - A.I. 48/18
Industrial Bom Gosto Comercio e Distribuição de Bebidas Ltda - 806012/16 - A.I. 56/18
Jose Josias Lucena Ferreira - 806382/12 - A.I. 46/18
Luís Cláudio Moreira Fonseca - 806001/13 - A.I. 47/18
M.c.pavelich Extração e Britamento de Pedras - 806155/15 - A.I. 53/18
Mineração Novo Horizonte LTDA. me - 806019/15 - A.I. 58/18
Pedreira Porto Franco Ltda - 806141/15 - A.I. 52/18
Porto da Casca Mineração e Transportes Ltda - 806214/13 - A.I. 49/18
Serracal Corretivos Agricolas Ltda - 806065/16 - A.I. 57/18
União Pesquisas Minerais Ltda - 806026/11 - A.I. 32/18
Werson Cesar Pereira - 806054/12 - A.I. 33/18

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 41/2018/MS

No Diário Oficial da União de 13/03/2018, seção 1, página 142, relação nº. 24/2018/MS, torno sem efeito o despacho publicado exclusivamente para o processo 968.172/2014, tendo em vista equívoco no nome e CNPJ do titular do processo.

ALEXANDRE MONTEIRO REZENDE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 25/2018/RN

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Antonio Vagner Lopes - 848189/17 - A.I. 34/18, 848190/17 - A.I. 35/18, 848191/17 - A.I. 36/18
Exotic Stone Granitos Ltda - 848177/17 - A.I. 33/18
Francisco Bernardo Teixeira - 848199/17 - A.I. 37/18
l Medeiros da Silva - 848135/17 - A.I. 31/18
Paulo Xavier de Medeiros - 848173/17 - A.I. 32/18
Sergio Augusto Martins Bezerra - 848118/17 - A.I. 29/18, 848119/17 - A.I. 30/18

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 13/2018/RS

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
811.486/2013-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA- DOU de 04/04/2017
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
810.222/2017-ARCILLA MINERADORA LTDA- DOU de 28/12/2017
Torna sem efeito despacho publicado(192)
810.360/2016-EZIQUIEL BALTAZAR PEGORARO- DOU de 23/03/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Torna sem efeito despacho de indeferimento(575)
811.762/2015-VALDIR POSSEBON- Publicado DOU de 29/12/2017
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Licenciamento(741)
811.074/2015-VALDECI DOS SANTOS CORREIA-Licenciamento N°200/2016-Onde se lê:"...prazo até 06/07/2016...Leia-se:...prazo até: 06/07/2017..."
Torno sem efeito a baixa na transcrição do Licenciamento(767)
810.347/2002-CERAMICA SECCO LTDA- Licenciamento N°2400/2007
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)
811.701/2012-NOERAM JOSE LIMA- Publicado DOU de 27/03/2017
Retificação de despacho(1391)
810.343/1997-RIBAS CONSTRUTORA LTDA - Publicado DOU de 31/01/2018, Relação n° 05/2018, Seção 1, pág. - ONDE SE LÊ: Registro de Licença nº 1569/1988, LEIA-SE: Registro de Licença nº 1569/1998.
810.525/2015-LUIZ CARLOS TELLECHEA DA SILVA - Publicado DOU de 02/06/2017, Relação n° 43/2017, Seção 1, pág. - ONDE SE LÊ: Cessionário: Noemi Rosalina Schumacher ME - CNPJ: 88.732.862/0001-50, LEIA-SE: Cessionário: Noemi Rosalina Schumacher ME, CPF.: 932.613.490-34
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
811.259/2012-IRMÃOS CIOCCARI & CIA LTDA- DOU de 31/01/2018

SIDNEI ECKERT

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 16/2018/RS

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.522/2017-FANCY CLUB LOUNGE BAR LTDA ME-OF. N°188/2018
Defere pedido de reconsideração(182)
810.522/2017-FANCY CLUB LOUNGE BAR LTDA ME
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
811.495/2014-MILTON ADIR IMMICH-OF. N°210/2018
Indefere pedido de reconsideração(263)
810.346/2011-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
811.081/2007-PEDRACCON MINERAÇÃO LTDA.-Basalto
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
810.232/2010-G.S. EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP
810.406/2010-MAURICIO FONSECA SAMPAIO
810.725/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.726/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.727/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
811.187/2010-CERAMICA BURG LTDA
810.311/2012-RODOMÁQUINAS LTDA ME
811.173/2012-RODOMÁQUINAS LTDA ME
811.174/2012-RODOMÁQUINAS LTDA ME
810.090/2013-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA
810.092/2013-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.711/2013-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
810.712/2013-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
811.026/2013-IRN MINERACAO
811.293/2014-MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
811.294/2014-MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
811.295/2014-MINERAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA
811.296/2014-D & L MINERAÇÃO LTDA.
811.297/2014-D & L MINERAÇÃO LTDA.
811.304/2014-MINERAÇÃO VERA CRUZ LTDA
811.441/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
811.088/2015-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA
811.500/2015-MASTERMAC INTERMEDIAÇÃO, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.
811.523/2015-STONE ENGENHARIA MINERAL LTDA EPP
811.618/2015-PI MINERACAO LTDA
811.619/2015-PI MINERACAO LTDA
811.620/2015-PI MINERACAO LTDA
811.621/2015-PI MINERACAO LTDA
811.632/2015-PI MINERACAO LTDA
810.360/2016-EZIQUIEL BALTAZAR PEGORARO
810.362/2016-EZIQUIEL BALTAZAR PEGORARO
810.375/2016-EZIQUIEL BALTAZAR PEGORARO
811.435/2016-AREIAL DO VALE LTDA
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
811.654/2012-MARCIO NAOR CERETTA-ALVARÁ N°9920/2014
811.303/2013-MARISA TONDO-ALVARÁ N°3414/2014
811.006/2014-INIDIO PEDRO MUNARI-ALVARÁ N°6239/2015
810.409/2015-EULO JUARES FERREIRA MACHADO-ALVARÁ N°1437/2016
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
810.425/2015-HOMERO MACHADO MIGUEL-ALVARÁ N°10695/2015
811.280/2015-FABIO ADRIANO STÜRMER KINSEL-ALVARÁ N°1443/2016
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
810.511/1999-VINTE E SETE COMERCIAL DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.- Rótulo da Fonte da Sombra (LAMIN nº. 499/2014): BOCA DA SERRA - Água Mineral Natural de 500 ml com gás; 1,5 L sem e com gás; 5 L sem gás; 10 L sem gás; 20 L sem gás; 250 ml com gás; 310 ml com gás; 350 ml com gás.- CAXIAS DO SUL/RS
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
801.887/1978-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS ARAÇÁ LTDA.- AI Nº 2/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
810.242/2001-ÁGUA MINERAL FONTE FELIZ LTDA-OF. N°104/2018

SIDNEI ECKERT

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2018/RS

Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
810.836/2006-LEONEI ODORIZZI - PLG Nº 01/2011 de 18/01/2011- Vencimento em 5(cinco)anos
810.561/2007-CLAUDIR FRANKE KELLERMANN - PLG Nº 03/2011 de 22/03/2011- Vencimento em 5(cinco) anos
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
810.836/2006-LEONEI ODORIZZI-OF. N°967/2017
810.561/2007-CLAUDIR FRANKE KELLERMANN-OF. N°966/2017
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.121/1992-DIONEL BARBOSA DA SILVA FI-OF. N°240/2018
810.366/1998-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE BASALTO F. S. LTDA-OF. N°089/2018
810.899/2012-ROSEMAR FERREIRA DE SOUZA ME-OF. N°235/2018
811.495/2012-AGROPECUÁRIA VALIOSA LTDA-OF. N°2049/2018
810.314/2014-MINERADORA RIBEIRO LTDA-OF. N°209/2018
810.898/2014-ECOTERRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°234/2018
810.461/2015-TERRAPLENAGEM MONTEIRO ROCHA LTDA-OF. N°2048/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
810.133/1986-JOINVILLE MINERAÇÃO LTDA.-Licenciamento N°:548/1986 - Prorrogado por Até 12/03/2019 ano(s)
810.157/1986-JOINVILLE MINERAÇÃO LTDA.-Licenciamento N°:554/1986 - Prorrogado por Até 12/03/2019 ano(s)
810.038/2000-ARO MINERAÇÃO LTDA- Licenciamento N°:80/2008 - Prorrogado por Até 03/11/2018 ano(s)
810.347/2002-CERAMICA SECCO LTDA- Licenciamento N°:2400/2007 - Prorrogado por 15/09/2022 ano(s)
810.157/2008-CERÂMICA KOTTWITZ LTDA.-Licenciamento N°:100164/2008 - Prorrogado por Até 05/03/2023 ano(s)
810.216/2009-LUCIANO ANTÔNIO PIAZZA & CIA LTDA - ME- Licenciamento N°:97/2009 - Prorrogado por Até 01/02/2022 ano(s)
811.252/2012-NESTOR JOSE ERHART- Licenciamento N°:172/2013 - Prorrogado por Até 19/07/2022 ano(s)
811.543/2013-MARCUS VINICIUS FERRO FEIJÓ FI-Licenciamento N°:194/2014 - Prorrogado por Até 01/01/2023 ano(s)
810.129/2014-TREVIPLAM ENGENHARIA LTDA.-Licenciamento N°:78/2014 - Prorrogado por Até 10/01/2022 ano(s)
810.259/2014-MARCUS VINICIUS FERRO FEIJÓ FI-Licenciamento N°:67/2014 - Prorrogado por Até 31/01/2023 ano(s)
810.352/2014-COMERCIAL DE AREIA SILVA LTDA-Licenciamento N°:158/2014 - Prorrogado por 08/02/2022 ano(s)
810.938/2014-CONSTRUSINOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.-Licenciamento N°:053/2017 - Prorrogado por Até 20/02/2020 ano(s)
811.251/2014-CESAR FARIAS DA SILVA PEDREIRA-Licenciamento N°:152/2015 - Prorrogado por Até 15/02/2019 ano(s)
811.518/2014-JAZIDA ECKERT LTDA- Licenciamento N°:237/2015 - Prorrogado por Até 29/04/2021 ano(s)
810.489/2015-CONSTRUTORA CASA NOVA LTDA-Licenciamento N°:206/2015 - Prorrogado por Até 03/05/2018 ano(s)
811.737/2015-ADILSON FRANCISCO VIDAL PEDREIRA ME- Licenciamento N°:132/2016 - Prorrogado por Até 26/08/2020 ano(s)
810.190/2017-LUÍS BOTH ME- Licenciamento N°:134/2017 - Prorrogado por Até 15/02/2021 ano(s)
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
810.683/2006-PEDRA BRITA PANAMBI LTDA
810.030/2014-MUNARETTO TERRAPLANAGEM LTDA ME
810.460/2015-TERRAPLENAGEM MONTEIRO ROCHA LTDA
811.259/2015-JOSÉ ILAIR LOCATELLI & FILHO LTDA.
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
810.899/2012-Rosemar Ferreira de Souza Me- AI N°69/2018
810.898/2014-Ecoterra Mineração Ltda- AI N°68/2018
Homologa renúncia do licenciamento(784)
811.455/2012-GERSON ALEXANDRE INACIO DOS SANTOS
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.443/2014-TANIA REGINA HEHLING-Licenciamento N°030/2018 - Prazo: até 11/04/2024 ano(s)
811.371/2014-IRMÃOS TIECHER LTDA ME-Licenciamento N°028/2018 - Prazo: Indeterminado ano(s)
810.688/2016-GRANITO ITAGUAÍBA LTDA.-Licenciamento N°019/2018 - Prazo: Até 06/05/2020 ano(s)
811.136/2016-CERÂMICA BUCHMANN-Licenciamento N°307/2017 - Prazo: Até 18/05/2020 ano(s)
810.052/2017-PAULO LUIS LUCAS DA SILVA-Licenciamento N°302/2017 - Prazo: Até 09/10/2019 ano(s)
810.154/2017-INES TERESINHA TRINDADE LOPES ME-Licenciamento N°020/2018 - Prazo: Até 24/04/2019 ano(s)
810.488/2017-ANTÔNIO ERASMO RODRIGUES MATIAS EIRELI ME-Licenciamento N°027/2018 - Prazo: Até 08/02/2020 ano(s)
810.556/2017-JOÃO FRANCISCO ROST MARTINS-Licenciamento N°005/2018 - Prazo: Até 06/07/2021 ano(s)
810.704/2017-HUMBERTO ONZI-Licenciamento N°021/2018 - Prazo: Até 18/08/2021 ano(s)
811.139/2017-LEANDRO FRANCESCHET 01214444067-Licenciamento N°022/2018 - Prazo: Até 04/12/2021 ano(s)
811.146/2017-RAFAEL PRESCENDO-Licenciamento N°016/2018 - Prazo: Até 11/12/2022 ano(s)
810.090/2018-CERÂMICA WALDOW LTDA-Licenciamento N°034/2018 - Prazo: Até 29/01/2028 ano(s)
810.093/2018-VALDIR F. RODRIGUES & CIA LTDA. ME-Licenciamento N°033/2018 - Prazo: Até 04/01/2028 ano(s)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.560/2017-CALCARIO ANDREAZZA LTDA-OF. N°2047/2018
811.005/2017-DILMA DE OLIVEIRA CHALMES 52156630097-OF. N°2046/2018
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação(921)

810.039/2018-HORIZONTINA PREFEITURA- Registro de Extração N°60/2018 de 22/03/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
811.162/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUIZINHO- Registro de Extração N°54/2018 de 16/03/2018
810.002/2018-MUNICIPIO DE RIO PARDO- Registro de Extração N°55/2018 de 20/03/2018
810.003/2018-MUNICIPIO DE RIO PARDO- Registro de Extração N°56/2018 de 20/03/2018
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
811.157/2017-MUNICIPIO DE UNIÃO DA SERRA- Registro de Extração N°52/2018 de 16/03/2018
811.158/2017-MUNICIPIO DE UNIÃO DA SERRA- Registro de Extração N°53/2018 de 16/03/2018
810.023/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATIBA- Registro de Extração N°57/2018 de 20/03/2018
810.025/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL VIANA- Registro de Extração N°58/2018 de 21/03/2018
810.038/2018-HORIZONTINA PREFEITURA- Registro de Extração N°59/2018 de 22/03/2018
810.040/2018-HORIZONTINA PREFEITURA- Registro de Extração N°61/2018 de 22/03/2018

SIDNEI ECKERT

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2018/RS

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cooperativa de Garimpeiros do Médio Alto Uruguai Ltda - 810401/02 - Not.7/2018 - R$ 2.406,13, 810425/02 - Not.8/2018 - R$ 2.406,13, 810432/02 - Not.9/2018 - R$ 2.406,13, 810462/02 - Not.10/2018 - R$ 2.406,13, 810477/02 - Not.11/2018 - R$ 2.406,13, 810499/02 - Not.12/2018 - R$ 2.406,13, 810520/02 - Not.13/2018 - R$ 2.406,13, 810546/02 - Not.14/2018 - R$ 2.406,13, 810568/02 - Not.15/2018 - R$ 2.406,13, 810587/02 - Not.16/2018 - R$ 2.406,13, 810653/02 - Not.19/2018 - R$ 2.406,13, 810659/02 - Not.21/2018 - R$ 2.406,13, 810602/02 - Not.22/2018 - R$ 2.406,13, 810622/02 - Not.23/2018 - R$ 2.406,13

SIDNEI ECKERT

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 33/2018

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Anna Maria Martins Scorzelli Rattes - 890038/16 - A.I. 101/18
Antonio Carlos Paes Leme Medeiros - 890895/14 - A.I. 108/18, 890897/14 - A.I. 109/18
Arcr Soluções Eireli me - 890179/17 - A.I. 112/18, 890220/17 - A.I. 114/18
Cabo Mares Mineradora Comercio de Granitos Ltda me - 890195/17 - A.I. 113/18
Camagran Cachoeiro Mármores e Granitos Ltda me - 890164/16 - A.I. 99/18
Cerâmica São Silvestre de Rio Bonito LTDA. - 890195/16 - A.I. 98/18, 890398/15 - A.I. 105/18
Cerâmica Vulcão LTDA. - 890213/15 - A.I. 111/18
Cispel Empresa de Mineração Ltda - 890299/16 - A.I. 117/18
Domingos Gatto Nunes Comercio e Exploração de Mineral e Construção Civil - 890580/15 - A.I. 103/18
Eduardo Alves de Siqueira - 890454/16 - A.I. 84/18
Elias e Otaene Transporte, Locação e Comércio de Pedra e Areia Ltda Epp - 890073/16 - A.I. 100/18
Everaldo Pontes de Souza - 890244/16 - A.I. 90/18
Fênix Sul Transporte e Logistica Ltda - 890412/16 - A.I. 85/18
Fernanda p Paes Freire - 890311/17 - A.I. 92/18
Fernanda Thome Moreira Martins - 890340/16 - A.I. 87/18, 890342/16 - A.I. 86/18
Francisco da Cunha Bueno - 890824/12 - A.I. 97/18
Gondstone Minérios & Metais Limitada - 890209/16 - A.I. 91/18
H.j.ext Min de Areia Areola Ltda - 890305/16 - A.I. 89/18
Itaguareal Extração e Comércio de Areia Ltda - 890153/17 - A.I. 93/18
Maria Helena Rodrigues Ribeiro - 890633/15 - A.I. 102/18
Maria Tertuliana de Souza Oliveira - 890155/15 - A.I. 110/18
Mineramix Serviços Ltda - 890260/17 - A.I. 115/18, 890261/17 - A.I. 96/18, 890262/17 - A.I. 95/18, 890263/17 - A.I. 94/18
Nilson Azevedo Gomes Filho - 890313/16 - A.I. 88/18
Patrick Danielson Batista - 890320/17 - A.I. 116/18
Silveira Mineração e Comércio Ltda me - 890422/16 - A.I. 119/18
Tr4 Terraplanagem Ltda - 890123/13 - A.I. 118/18
Visão Horizonte Consultoria Ltda me - 890698/14 - A.I. 107/18
vj Agronegocios Ltda - 890258/16 - A.I. 106/18
Zenilda Scaramussa Moulin - 890505/15 - A.I. 104/18

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/2018/RJ

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Areal Imperial Ltda me - 890573/15 - Not.73/2018 - R$ 193,50
Bruno Lopes Antunes - 890139/17 - Not.68/2018 - R$ 349,64
Cadal Agropecuaria Ltda me - 890469/15 - Not.56/2018 - R$ 349,64
E.s Pelozo Materiais de Construção e Empreiteira me - 890144/17 - Not.63/2018 - R$ 349,64
Guilherme Gomes Freire - 890265/16 - Not.65/2018 - R$ 349,64, 890623/14 - Not.66/2018 - R$ 349,64
h. s. Martins Mineração Ltda me - 890184/14 - Not.69/2018 - R$ 1.028,46
José Eduardo Vieira Coelho - 890016/13 - Not.57/2018 - R$ 349,64
Laterita Mineração LTDA. - 890353/16 - Not.58/2018 - R$ 349,64, 890352/16 - Not.59/2018 - R$ 349,64
Luiz Otávio Santos Gonçalves - 890393/16 - Not.62/2018 - R$ 0,00
Mário José Zuzarte Bravo - 890008/17 - Not.55/2018 - R$ 349,64
Mineradora Serra da Palha Ltda me - 890325/16 - Not.75/2018 - R$ 3.853,43
Pedreira Ouro Branco Ltda Epp - 852489/77 - Not.71/2018 - R$ 3.699,23
Romar 2005 Extração de Areia Ltda me - 890151/16 - Not.67/2018 - R$ 349,64
Sugareia Extração de Areia Eirele me - 890417/16 - Not.64/2018 - R$ 349,64
Teasa Extração de Minerais Eireli me - 890357/16 - Not.61/2018 - R$ 0,00

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 35/2018/RJ

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Mineradora Serra da Palha Ltda me - 890325/16 - Not.74/2018 - R$ 84,10

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 31/2018/SP

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
821.261/2009-DPB MINERAÇÃO LTDA. -AI N°236/2015-DFISC/DNPM/SP
821.326/2011-SONIA GARCIA DANTAS MARTINS -AI N°237/2015-DFISC/DNPM/SP
Nega provimento a defesa apresentada(242)
820.679/2009-JOSÉ EDUARDO VILELA CARCELES
820.942/2009-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA.
820.953/2009-WEDSON PEDROSO
821.261/2009-DPB MINERAÇÃO LTDA.
821.326/2011-SONIA GARCIA DANTAS MARTINS
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
820.373/2008-EDVALDO JOSÉ PASCON
820.374/2008-EDVALDO JOSÉ PASCON
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
821.346/2001-CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM BRASIL LTDA.-OF. N°556/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
820.504/2009-EDUARDO RAYS FILHO-OF. N°555/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
820.827/2010-ANTONIO & FRANCISCO SCUDELER LTDA-OF. N°552/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
820.167/2014-CERÂMICA TEZOTTO LTDA EPP-OF. N°554/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
820.399/2016-MARIA LUCIA DE OLIVEIRA FREITAS-OF. N°585/18-DFISC/DNPM/SP - 22.03.18
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
820.501/2006-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.- Área de 999,97 para 709,26-argila (industrial e areia (construção civil)
820.502/2006-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.- Área de 998,52 para 642,15-argila (industrial)
820.503/2006-CALCÁRIO DIAMANTE LTDA.- Área de 998,98 para 731,21-argila (industrtial)
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
820.340/2010-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-ALVARÁ N°3179/2012
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
820.156/2009-EDUARDO RUME JUNIOR - AI N°247/2015-DFISC/DNPM/SP
820.679/2009-JOSÉ EDUARDO VILELA CARCELES - AI N°266/2015-DFISC/DNPM/SP
820.726/2009-ANTONIO RICARDO BEIRA - AI N°282/2015-DFISC/DNPM/SP
820.743/2009-THYAGO BAPTISTA CORDEIRO KEUTENEDJIAN - AI N°288/2015-DFISC/DNPM/SP
820.744/2009-THYAGO BAPTISTA CORDEIRO KEUTENEDJIAN - AI N°290/2015-DFISC/DNPM/SP
820.825/2009-MINERAÇÃO COLOZZO & VALENTIM LTDA ME - AI N°340/2015-DFISC/DNPM/SP
820.842/2009-CERÂMICA GRANDE SOL LTDA EPP - AI N°342/2015-DFISC/DNPM/SP
820.843/2009-S.BRESSIANI AGROPECUÁRIA LTDA - AI N°344/2015-DFISC/DNPM/SP
820.858/2009-PAVIMENTADORA SANTO EXPEDITO LTDA. - AI N°354/2015-DFISC/DNPM/SP
820.894/2009-WALDEMAR FELITTI FILHO - AI N°356/2015-DFISC/DNPM/SP
820.904/2009-EMPRESA PÉROLA DA MANTIQUEIRA MINERAÇÕ LTDA ME - AI N°248/2015-DFISC/DNPM/SP
820.916/2009-BENY ALVES DO CARMO OLARIA & CIA LTDA ME - AI N°358/2015-DFISC/DNPM/SP
820.942/2009-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA. - AI N°360/2015-DFISC/DNPM/SP
820.953/2009-WEDSON PEDROSO - AI N°364/2015-DFISC/DNPM/SP
820.991/2009-MINERAÇÃO BARUEL LTDA. - AI N°366/2015-DFISC/DNPM/SP
820.027/2010-JOSÉ ANTONIO GUARINO - AI N°455/2015-DFISC/DNPM/SP
820.063/2010-FAMA EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MINERAIS TRANSPORTE E TERRAPLENAGEM LTDA - AI N°426/2015-DFISC/DNPM/SP
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
820.195/1992-CHACARA MORÁVIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA LTDA EPP- Fonte Morávia - Marca: Névoa - embalagem de 200 ml, 300 ml, 330 ml, 510 ml, 1,5L, 5L, 6L, 10L e 20L (sem gás) e embalagem, de 330 ml, 510 ml e 1,5L (gaseificada artificialmente)- PRESIDENTE PRUDENTE/SP
821.342/1999-INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATIBAIENSE DE BEBIDAS EM GERAL LTDA- Fonte Atibaia - Marca: Nobre de Minas - embalagem de 510 ml (com gás)- ATIBAIA/SP
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
820.528/1987-MINERBASE MINERAÇÃO LTDA- AI Nº 665 e 666/15-DFISC/DNPM/SP, DOU de 26/10/15
821.894/1998-EXTRAÇÃO DE AREIA GIULI LTDA ME- AI Nº 238/2015-DFISC/DNPM/SP
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
820.104/2000-MÚLTIPLA MINERAÇÃO PINDAMONHANGABA LTDA- AI N° 102/2015-DFISC/DNPM/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
810.829/1974-MINALICE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°589/18-DFISC/DNPM/SP - 23.03.18
810.159/1975-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°558/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
810.159/1975-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°558/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
806.469/1977-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°558/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
806.469/1977-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°558/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
806.470/1977-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°558/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
821.220/1986-ÁGUA MINERAL SANTA CÂNDIDA LTDA. EPP-OF. N°590/18-DFISC/DNPM/SP - 26.03.18
820.985/1999-TREVISI & TREVISI LTDA-OF. N°564/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
821.342/1999-INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATIBAIENSE DE BEBIDAS EM GERAL LTDA-OF. N°551/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
821.342/1999-INDÚSTRIA E COMÉRCIO ATIBAIENSE DE BEBIDAS EM GERAL LTDA-OF. N°551/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
920.252/2003-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°558/1/-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
920.252/2003-JULIO JULIO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°558/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
920.777/2010-EMBU S.A ENGENHARIA E COMÉRCIO-OF. N°557/18-DFISC/DNPM/SP - 20.03.18
Aceita defesa apresentada(475)
820.104/2000-MÚLTIPLA MINERAÇÃO PINDAMONHANGABA LTDA
Nega provimento a defesa apresentada(476)
820.173/1986-PONTEPEDRAS MINERAÇÃO E BRITAGEM LTDA.
821.894/1998-EXTRAÇÃO DE AREIA GIULI LTDA ME
Nega provimento ao recurso interposto(479)
820.838/1988-COMAPI AGROPECUARIA S.A.
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
820.173/1986-PONTEPEDRAS MINERAÇÃO E BRITAGEM LTDA.- AI N°649/2015-DFISC/DNPM/SP e 650/2015-DFISC/DNPM/SP
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto de infração.(1844)
820.848/2009-MC CONSTRUTORA E TOPOGRAFIA LTDA.-AI N°348/2015-DFISC/DNPM/SP
821.005/2009-OSMAR PIO-AI N°370/2015-DFISC/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 86, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 4º da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017, resolve:

Processo nº 48340.001108/2018-22. Interessada: Subestação Água Azul SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.905.442/0001-45. Objeto: Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o Projeto de Transmissão de Energia Elétrica, correspondente ao Lote S do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Contrato de Concessão nº 19/2016-ANEEL, de 27 de junho de 2018), de titularidade da Interessada, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/projetos-prioritarios/2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

PORTARIA Nº 87, DE 28 DE MARÇO DE 2018.

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, resolve:

Processo nº 48500.000854/2018-19. Interessada: Interligação Elétrica Serra do Japi S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.960.725/0001-85. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do Projeto de Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.484, de 22 de setembro de 2015 (Parcial), de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico http://www.mme.gov.br/web/guest/reidi-repenec/portaria-2018.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

DESPACHO DECISÓRIO Nº 9, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.002878/2017-21, resolve:

Indeferir o Requerimento da empresa CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.611/0001-04, para enquadramento do Projeto de Melhorias em Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, objeto do Plano de Modernização de Instalações - PMI (2016-2019), no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, nos termos da Nota Técnica nº 85/2018/DOC/SPE e do Parecer nº 180/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho nº 382/2018/CONJUR-MME/CGU/AGU, que adoto como fundamentos desta Decisão.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES



Ministério do Desenvolvimento Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 72, DE 28 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO nº 24000.001144/1992-99. INTERESSADO: Sonia Maria Rocha Kesserlring. ASSUNTO: Alienação do imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que compõe o Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS, situado na AOS 04, Bloco E, Apartamento nº 513, Vaga de Garagem nº 29, Brasília, Distrito Federal. FUNDAMENTO LEGAL: Súmula 473 do STF e artigo 76, inciso XIV, alínea "f", do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MDS nº 414, de 28 de setembro de 2017, publicada no DOU - Edição Extra nº 188-A, de 29/09/2017, Seção 1, pág, 1/23. DECISÃO: 1. Considerando a Decisão Liminar do Juízo da 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal na Ação Coletiva nº 1016602-73.2017.4.01.3400, movida pela Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social - ANASPS, em desfavor desta Autarquia Previdenciária, REVOGO o Despacho de Autorização nº 25, de 1º/2/2018, publicado no DOU nº 24, de 02/02/2018, Seção 1, pág. 58, bem como os demais atos praticados pelo INSS tendentes à alienação direta do imóvel funcional localizado na AOS 4, Bloco E, Apto. 513, Vaga de Garagem nº 29, Brasília, Distrito Federal à permissionária SONIA MARIA ROCHA KESSERLRING - CPF nº 224.843.881-87. 2. Publique-se no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço. 3. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, a fim de: a) oficiar a interessada; e b) sobrestar o presente até ulterior decisão judicial, após a apresentação das contrarrazões pelo INSS na Ação Coletiva nº 1016602-73.2017.4.01.3400.

JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
Diretor

DESPACHO Nº 73, DE 28 DE MARÇO DE 2018

PROCESSO nº 35000.008641/1996-21. INTERESSADO: Lígia Maria da Silva Azevedo Nogueira. ASSUNTO: Alienação do imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que compõe o Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS, situado na AOS 04, Bloco C, Apartamento nº 617, Vaga de Garagem nº 78, Brasília, Distrito Federal. FUNDAMENTO LEGAL: Súmula 473 do STF e artigo 76, inciso XIV, alínea "f", do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MDS nº 414, de 28 de setembro de 2017, publicada no DOU - Edição Extra nº 188-A, de 29/09/2017, Seção 1, pág, 1/23. DECISÃO: 1. Considerando a Decisão Liminar do Juízo da 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal na Ação Coletiva nº 1016602-73.2017.4.01.3400, movida pela Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social - ANASPS, em desfavor desta Autarquia Previdenciária, REVOGO o Despacho de Autorização nº 22, de 31/1/2018, publicado no DOU nº 23, Seção 1, de 1º/2/2018, pág. 41, bem como os demais atos praticados pelo INSS tendentes à alienação direta do imóvel funcional localizado na AOS 4, Bloco C, Apto. 617, Vaga de Garagem nº 78, Brasília, Distrito Federal à permissionária LÍGIA MARIA DA SILVA AZEVEDO NOGUEIRA - CPF nº 359.407.781-00. 2. Publique-se no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço. 3. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, a fim de: a) oficiar a interessada; e b) sobrestar o presente até ulterior decisão judicial, após a apresentação das contrarrazões pelo INSS na Ação Coletiva nº 1016602-73.2017.4.01.3400.

JOSÉ ORLANDO RIBEIRO CARDOSO

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 82, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Estabelece critérios relativos à redistribuição com cargo efetivo vago, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Portaria MP nº 57, de 14 de abril de 2000, no Ofício-Circular SRH/MP nº 7, de 17 de abril de 2000, na Portaria MP nº 83, de 17 de abril de 2001, no inciso V do § 2º do art. 1º do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, na Portaria MP nº 97, 22 de abril de 2015, e o que consta no Processo Administrativo nº 02000.002084/2015-36, resolve:

Art. 1º A redistribuição de cargo efetivo ocupado, com contrapartida recaindo em cargo efetivo vago, entre o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, somente se dará desde que haja o interesse da Administração e disponibilidade de vaga para esta finalidade.

§ 1º A efetivação da redistribuição de que trata esta Portaria deverá ser precedida da verificação, por parte da unidade de gestão de pessoas, de que as possibilidades de remoção e redistribuição com contrapartida com cargo efetivo ocupado foram esgotadas.

§ 2º O órgão ou entidade poderá divulgar anualmente as vagas disponíveis para esta finalidade.

Art. 2º A redistribuição de cargo efetivo ocupado, com contrapartida recaindo em cargo efetivo vago, de que trata o art. 1º será autorizada nas situações a seguir elencadas:

I - no caso de criação, reestruturação ou extinção de unidade organizacional, desde que implique em mudança de localidade e que não haja unidade do órgão ou entidade na região; e

II - no caso de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA ou do Instituto Chico Mendes, e que esteja cedido há mais de 3 (três) anos, para ocupar cargo em comissão, gratificação ou função, e demais casos previstos em leis específicas, nos referidos órgãos da Carreira de Especialista em Meio Ambiente - CEMA e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - PECMA, desde que haja anuência do servidor.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I, o órgão ou entidade deverá verificar a viabilidade de lotação do servidor em localidade próxima à unidade que foi criada, reestruturada ou extinta.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 22, de 21 de janeiro de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

PORTARIA Nº 84, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o funcionamento da Comissão Tripartite Nacional e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017, na Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, e no art. 3º da Portaria nº 240, de 13 de julho de 2017, do Ministério do Meio Ambiente, bem como o contido no Processo Administrativo nº 02000.001166/2013-00, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão Tripartite Nacional, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO TRIPARTITE NACIONAL

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º O Regimento Interno tem a finalidade de ordenar o funcionamento da Comissão Tripartite Nacional, a qual foi instituída pela Portaria nº 240, de 13 de julho de 2017, do Ministério do Meio Ambiente, e constitui um instrumento de cooperação institucional, conforme estabelecido no Art. 4º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

Parágrafo único. O Regimento Interno poderá ser alterado pela maioria simples dos membros da Comissão Tripartite Nacional, presentes pelo menos um representante de cada ente federado, com posterior encaminhamento à Secretaria-Executiva da Comissão Tripartite Nacional, que adotará as devidas providências.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 2º A Comissão Tripartite Nacional é um espaço institucional de diálogo entre os entes federados com vistas a uma gestão compartilhada e descentralizada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como à promoção do fortalecimento e estruturação do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA.

Art. 3º As manifestações da Comissão Tripartite Nacional dar-se-ão por proposição e moção.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º A Comissão Tripartite Nacional será composta por representantes do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios da seguinte forma:

I - 3 (três) representantes titulares e 3 (três) suplentes da União indicados pelo Ministério do Meio Ambiente;

II - 3 (três) representantes titulares e 3 (três) suplentes dos Estados e do Distrito Federal indicados pela Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Meio Ambiente- ABEMA, tendo como um titular o seu Presidente;

III - 3 (três) representantes titulares e 3 (três) suplentes dos Municípios sendo:

a) 2 (dois) titulares e 2 (dois) suplentes indicados pela Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA, tendo um dos titulares o seu Presidente; e

b) 1 (um) titular e 1 (um) suplente indicado pelo Fórum Nacional dos Secretários de Meio Ambiente das Capitais - CB27.

§ 1º Os representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão indicados de forma a contemplar as regiões nacionais distintas daquelas representadas pelos presidentes da ABEMA e da ANAMMA.

§ 2º Os representantes indicados serão nomeados por ato do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 3º O Departamento de Articulação Institucional da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente funcionará como Secretaria-Executiva da Comissão Tripartite Nacional.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO

Art. 5º A substituição de membros representantes e suplentes será comunicada por meio de ofício à Secretaria-Executiva da Comissão Tripartite Nacional, que adotará as devidas providências, observado o prescrito no Art. 4º deste Regimento Interno.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º As reuniões ordinárias da Comissão Tripartite Nacional ocorrerão trimestralmente, sendo convocadas pelo Ministro do Meio Ambiente, conforme disposto no Art. 3º da Portaria nº 240, de 13 de julho de 2017.

§ 1º A Comissão Tripartite Nacional reunir-se-á, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante solicitação justificada a sua Secretaria-Executiva e com a concordância de todas as esferas federativas.

§ 2º As reuniões serão numeradas em ordem crescente, respeitando a ordem cronológica de sua realização.

§ 3º A pauta será encaminhada juntamente com a convocação da reunião.

§ 4º A pauta previamente encaminhada deverá ser aprovada no início de cada reunião.

Art. 7º As reuniões serão presididas, alternadamente, por representantes das esferas federativas, União, Estados, Distrito Federal e Municípios que compõem a Comissão Tripartite Nacional.

Art. 8º O quórum para instalação das reuniões e para deliberação será de pelo menos um representante de cada ente federado, garantida a presença mínima de cinco integrantes.

§ 1º As deliberações da Comissão Tripartite Nacional serão estabelecidas sempre por consenso dos membros.

§ 2º Será lavrada ata de cada reunião, com numeração sequencial, a qual será submetida à aprovação da Comissão Tripartite Nacional na reunião subsequente.

§ 3º Após lida e aprovada, a ata da reunião será assinada pelos membros da Comissão Tripartite Nacional.

§ 4º A ata será arquivada e permanecerá à disposição para consulta na Secretaria-Executiva da Comissão Tripartite Nacional.

§ 5º As atas poderão ser emitidas, assinadas e disponibilizadas em meio digital, nos termos do Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016.

Art. 9º As reuniões serão públicas, exceto quando se tratar do exame de matéria protegida por sigilo.

Art. 10. As reuniões obedecerão aos seguintes procedimentos:

I - conferência de quórum;

II - escolha do Presidente da reunião, conforme Art. 7º deste Regimento Interno;

III - instalação dos trabalhos pelo Presidente;

IV - aprovação da pauta;

V - aprovação da ata da reunião anterior;

VI - decisão sobre a ordem do dia;

VII - discussão dos assuntos de ordem geral; e

VIII - encerramento dos trabalhos.

Art. 11. Terão direito a voz os membros titulares e suplentes da Comissão Tripartite Nacional.

§ 1º Os membros poderão conceder direito a voz aos participantes externos, quando solicitado.

§ 2º O Presidente poderá advertir ou determinar que se retire do recinto quem, de qualquer modo, perturbar a ordem, bem como poderá interpelar o orador ou interromper a sua fala, quando usada sem o devido decoro.

Art. 12. Quando o assunto o requerer, a Comissão Tripartite Nacional poderá ouvir especialistas, que não sejam membros da Comissão Tripartite Nacional, a fim de subsidiar tecnicamente sua atuação.

Art. 13. Será dada publicidade aos atos da Comissão Tripartite Nacional mediante publicação no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016.

Art. 14. O exercício das funções de membro da Comissão Tripartite Nacional é considerado serviço de natureza relevante e não será remunerado, cabendo às instituições representadas o custeio das despesas de deslocamento e estadia, conforme disposto no art. 4º da Portaria nº 240, de 13 de julho de 2017.

Art. 15. Os casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pela própria Comissão Tripartite Nacional.

Art. 16. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 36 de 27 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2018, Seção 1, página 163, onde se lê: "...ALCANÇADO 31/12/2016...", leia-se: "...ALCANÇADO 31/12/2017...".

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RESOLUÇÃO Nº 484, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Altera a Resolução nº 474, de 6 de abril de 2016, que dispõe sobre procedimentos para inspeção de indústrias consumidoras ou transformadoras de produtos e subprodutos florestais madeireiros de origem nativa, bem como os respectivos padrões de coeficientes de rendimento volumétricos de madeira serrada.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso de suas competências previstas no art. 8º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o que consta do Processo Administrativo nº 02000.204420/2017-45, resolve:

Art. 1º A Resolução CONAMA nº 474, de 6 de abril de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

§ 1º Quando determinado empreendimento optar pela migração do CRV de espécies individuais para grupo de espécies, bem como quando os estudos apresentados necessitarem de adequação ou complementação, o órgão ambiental competente poderá acolher ou determinar a realização de estudos complementares, no prazo de até 36 meses da apresentação dos estudos de que tratam o caput.

§ 2º Para empreendimentos novos, os estudos técnicos por grupo de espécies considerarão as já processadas, devendo o critério de amostragem de 50%+1 observar o número total de espécies previsto para ser processado nos primeiros 12 meses de funcionamento do empreendimento". (NR)

"Art. 7º .....

§ 4º Após a apresentação dos estudos técnicos para mudança do CRV, o órgão ambiental competente fará a análise prévia a fim de constatar sua adequação aos termos previstos na Resolução nº 411/2009 e na presente Resolução, podendo fixar, provisoriamente, o CRV de até 45% para a conversão de tora e torete para madeira serrada, devendo o empreendedor informar acerca da disponibilidade de toras para a inspeção industrial nos 180 (cento e oitenta dias) seguintes após a aprovação prévia dos estudos, para fins de análise do índice requerido, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez, a critério do órgão ambiental competente, mediante decisão motivada" (NR).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

RESOLUÇÃO Nº 485, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera a Resolução nº 483/2017, que institui o calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA para o ano de 2018.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 80, inciso V, do Regimento Interno e o que consta do Processo Administrativo no 02000.207823/2017-46, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 483, de 21 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, página 263, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

II - 129ª Reunião Ordinária - 13 e 14 de junho;

....."(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO
Presidente do Conselho

PORTARIA Nº 81, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Torna sem efeito a Portaria nº 59, de 19 de março de 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso de suas competências previstas no art. 8º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o que consta do Processo Administrativo nº 02000.204420/2017-45, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 59, de 19 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2018, Seção 1, página 62.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 242, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Aprova o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas do Nordeste - PAN Primatas do Nordeste, contemplando seis táxons ameaçados de extinção, estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, prazo de execução, abrangência e formas de implementação e supervisão. (Processo SEI: 02070.002934/2011-49)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24, do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016;

Considerando a Resolução CONABIO nº 4, de 25 de abril de 2007, que dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 25, de 12 de abril de 2012, que disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de planos de ação nacionais para conservação de espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico;

Considerando a Resolução CONABIO nº 6, de 03 de setembro de 2013, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade e estabelece que, até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas terá sido reduzido significativamente, tendendo a zero, e sua situação de conservação, em especial daquelas sofrendo maior declínio, terá sido melhorada;

Considerando a Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que institui o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies;

Considerando a Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que reconhece 698 espécies da fauna brasileira como ameaçadas de extinção, de acordo com seus anexos;

Considerando o Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; e,

Considerando o disposto no Processo SEI 02070.002934/2011-49, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º ciclo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas do Nordeste - PAN Primatas do Nordeste.

Art. 2º O PAN Primatas do Nordeste tem o objetivo geral "Manter e promover a viabilidade de populações das espécies alvo em cinco anos" e como visão de futuro "Garantir, com o envolvimento da sociedade, a viabilidade de todas as populações de Alouatta belzebul, Alouatta ululata, Callicebus barbarabrownae, Callicebus coimbrai, Sapajus flavius e Sapajus xanthosternos".

§ 1º O PAN Primatas do Nordeste abrange e estabelece estratégias prioritárias de conservação para seis táxons de primatas considerados ameaçados de extinção, constantes da Lista Nacional (Portaria MMA nº 444/2014), classificados nas categorias CR (Criticamente em perigo) - Callicebus barbarabrownae; EN (Em perigo) - Alouatta ululata, Callicebus coimbrai, Sapajus flavius e Sapajus xanthosternos; VU (Vulnerável) - Alouatta belzebul.

§ 2º Estabelece de maneira concomitante estratégias para conservação de outros dois táxons categorizados nacionalmente como NT (Quase Ameaçado) - Alouatta caraya e Sapajus libidinosus.

§ 3º Para atingir o objetivo previsto no caput, o PAN Primatas do Nordeste, com prazo de vigência até dezembro de 2022, foram estabelecidas ações distribuídas em cinco objetivos específicos, assim definidos:

I - Manter e ampliar áreas florestadas dentro da distribuição das espécies alvo, priorizando as áreas importantes para a sua conservação;

II - Promover a conectividade de habitats e de populações das espécies alvo;

III - Caracterizar e reduzir a caça e a apanha sobre as espécies alvo;

IV - Estabelecer manejo populacional in situ adequado para as espécies alvo; e

V - Estimular ações de educação ambiental direcionadas para as espécies alvo do PAN e para as áreas importantes para sua conservação.

Art. 3º Caberá ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros - ICMBio/CPB a coordenação do PAN Primatas do Nordeste, com supervisão da Coordenação Geral de Estratégias para a Conservação da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade - ICMBio/DIBIO/CGCON.

Art. 4º O PAN Primatas do Nordeste será monitorado anualmente, para revisão e ajuste das ações, com uma avaliação intermediária prevista para o meio da vigência do Plano e avaliação final ao término do ciclo de gestão.

Parágrafo único. O Presidente do Instituto Chico Mendes designará um Grupo de Assessoramento Técnico para auxiliar no acompanhamento da implementação do PAN Primatas do Nordeste.

Art. 5º O presente Plano de Ação Nacional deverá ser mantido e atualizado na página eletrônica do Instituto Chico Mendes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

PORTARIA Nº 244, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Aprova o Plano de Uso Público do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. (Processo SEI: 02199.000005/2015-82)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24, do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1° Aprovar o Plano de Uso Público do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, constante do Processo Administrativo nº 02199.000005/2015-82.

Art. 2º O texto completo do Plano de Uso Público será disponibilizado na sede da unidade de conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 486, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, Substituto, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o expediente e a jornada de trabalho dos servidores em exercício no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

CAPÍTULO II

DO EXPEDIENTE E DA JORNADA DE TRABALHO

Seção I

DO EXPEDIENTE

Art. 2º O expediente no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em dias úteis, será no período das 7 (sete) às 23 (vinte e três) horas e 30 (trinta) minutos, sendo que o atendimento ao público externo ocorrerá no período das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

Parágrafo único. Para atendimento às situações excepcionais ou temporárias, cabe ao Secretário Executivo, por ato próprio, fixar expediente diverso.

Seção II

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 3º Os servidores deste Ministério cumprirão jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as situações disciplinadas em leis específicas.

§ 1º A jornada de trabalho dos servidores deste Ministério deverá ser cumprida, nos dias úteis, no período compreendido entre 7 (sete) e 23 (vinte e três) horas e 30 (trinta) minutos, observadas as normas de segurança de entrada e de saída aplicadas às dependências deste Ministério estabelecidas em ato da Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

§ 2º Os serviços logísticos necessários ao adequado funcionamento das unidades administrativas serão supridos na forma disciplinada pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos em ato próprio.

§ 3º Em decorrência da natureza das atividades ou por necessidade do serviço, os servidores do Ministério poderão, em caráter excepcional, realizar atividades fora da jornada de trabalho e do período previstos no caput e no § 1º deste artigo, bem como aos sábados, domingos e feriados, mediante autorização da chefia imediata, observadas as diretrizes do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil SIPEC.

Art. 4º Os servidores ocupantes de cargos em comissão e de função comissionada de direção e chefia ou assessoramento superiores (DAS e FCPE), de função gratificada (FG), de gratificação de representação (GR) e de função comissionada técnica (FCT) estão sujeitos ao regime de dedicação integral, podendo ser convocados sempre que houver interesse da administração, sem prejuízo da jornada de trabalho normal.

Art. 5º Ao Ministro de Estado, a seu Chefe de Gabinete e aos titulares de cargos de Natureza Especial e respectivos Chefes de Gabinete é facultado autorizar jornada de trabalho de seis horas e carga horária de trinta horas semanais às secretárias que os atendam diretamente, limitadas, em cada caso, a quatro.

Parágrafo único. Os chefes de gabinete deverão comunicar à unidade de Gestão de Pessoas a relação dos servidores de que trata o caput deste artigo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 6º Os servidores e empregados de outros órgãos ou entidades que estejam em exercício neste Ministério e que não recebem remuneração relativa a cargo em comissão, função comissionada, gratificação por função, a qualquer título, cumprirão a jornada de trabalho estabelecida nos seus respectivos órgãos ou entidades de origem.

Art. 7º Sem prejuízo das demais instruções do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, as chefias imediatas organizarão os horários de entrada e de saída dos servidores, bem como os intervalos para refeição e descanso, adequando-os às peculiaridades de cada unidade administrativa e às atividades correspondentes, respeitados os limites estabelecidos no art. 2º e no § 1º do art. 3º desta Portaria.

Seção III

DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Art. 8º O controle de frequência é o procedimento que permite a aferição do cumprimento da jornada de trabalho diária dos servidores do Ministério e será realizado por meio de sistema informatizado de ponto.

§ 1º Compete à chefia imediata a gestão da frequência dos seus servidores.

§ 2º No primeiro dia útil de cada mês, os apoios administrativos emitirão os relatórios analíticos de frequência dos servidores referentes ao mês anterior, encaminhando-os às respectivas chefias imediatas.

§ 3º As chefias imediatas terão 2 (dois) dias, a partir do recebimento dos relatórios analíticos de frequência, para informar as ocorrências de faltas e ausências justificadas, bem como os atrasos e as saídas antecipadas, devolvendo-os aos apoios administrativos, devidamente assinados pelo servidor e pela chefia imediata.

§ 4º Compete aos apoios administrativos lançar, no sistema informatizado de ponto, as justificativas apresentadas nos relatórios analíticos de frequência e encaminhar, até o quarto dia útil do mês subsequente ao do registro do ponto, o controle gerencial de frequência, por unidade, à área de gestão de pessoas.

§ 5º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos ocupantes de cargos de natureza especial e ao grupo de direção e assessoramento superiores, iguais ou superiores ao nível 4, em razão da natureza de suas atribuições.

§ 6º Os ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior igual ou superior ao nível 4 deverão ter suas ocorrências de afastamento registradas no sistema eletrônico de ponto, bem como no SIAPEnet, sítio oficial das informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Art. 9º As ausências justificadas, inclusive aquelas decorrentes de caso fortuito ou de força maior, bem como os atrasos e saídas antecipadas, desde que devidamente justificados, poderão ser compensados, a critério da chefia imediata, até o mês subsequente ao da ocorrência.

Art. 10. É vedada a compensação de falta injustificada, aplicando-se a esse caso, o desconto previsto no art. 44, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Para efeito do desconto previsto no caput deste artigo, a jornada de trabalho realizada pelo servidor será apurada em minutos.

§ 2º O cálculo do valor a ser descontado será efetuado com base na remuneração do mês em que se verificar saldo negativo.

§ 3º Havendo faltas sucessivas, os finais de semana, feriados, feriados intercalados e os dias de ponto facultativo serão computados como ausência.

Art. 11. Ocorrendo jornada de trabalho superior àquela diária à qual estiver submetido o servidor, de no máximo 2 (duas) horas, o usufruto das horas adicionais deverá ser feito dentro do próprio mês, não podendo ser acumulada para o mês subsequente, vedada a constituição de banco de horas.

Parágrafo único. O usufruto das horas adicionais previsto no caput deste artigo, deverá ser previamente conciliado com a chefia imediata o momento oportuno, de forma a não prejudicar as atividades da área.

Art. 12. A compensação de horário do servidor estudante beneficiado pelo art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990, deve dar-se na mesma semana em que realizado o horário especial de trabalho, respeitando-se, assim, a duração semanal da jornada a ser cumprida.

Art. 13. Os servidores das Superintendências da Secretaria do Patrimônio da União e das Superintendências de Administração deste Ministério deverão registrar frequência em folha de ponto constante no Anexo I desta Portaria, ressalvados os servidores de que trata o § 5º do artigo 8º desta portaria.

Seção IV

DO INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO

Art. 14. Os servidores, cuja jornada de trabalho exceda a 6 (seis) horas diárias, terão direito a um intervalo para refeição e descanso.

§ 1º O intervalo a que se refere o caput deste artigo não poderá ser inferior a 1 (uma) hora e nem superior a 3 (três) horas.

§ 2º O período de trabalho que antecede o intervalo para refeição e descanso não poderá ser inferior a 2 (duas) horas e nem superior a 6 (seis) horas.

§ 3º O intervalo para refeição e descanso não será computado na duração normal da jornada de trabalho.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O descumprimento dos critérios estabelecidos nesta Portaria sujeitará o servidor e o chefe imediato às penalidades previstas na Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 16. Fica revogada a Portaria GM/MPO/Nº 140, de 8 de setembro de 1995.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

FOLHA DE PONTO

Servidor :						SIAPE nº :	
Unidade de Exercício:							
Horário : De: às e de às						Mês:	
Dia	Manhã		Tarde		Assinatura	Ocorrência	Visto Chefe
	Entrada	Saída	Entrada	Saída			
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
31							

____/___/_____
Data

_____
Assinatura do Servidor

_____
Assinatura e carimbo Chefia Imediata

(*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União de 2 de janeiro de 2018, Seção 1, páginas 93 e 94, com incorreção do original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 3.268, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU em 30/06/2010, c/c art. 1º, inciso VI, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, publicada no DOU em 23/02/2016 e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e demais elementos que integram o Processo de n° 04941.000522/2016-16, resolve:

Art. 1º Autorizar a Prefeitura Municipal de Salvador/BA a realizar as obras de requalificação da Orla, trecho Stella Maris, Flamengo e Ipitanga, que abrangem áreas sob domínio da União caracterizadas como terrenos de marinha/acrescidos de marinha, conforme documentos e projeto constantes no bojo do processo administrativo nº 04941.000522/2016-16.

Art. 2º A autorização de obras mencionada no art. 1º refere-se à intervenção urbanística onde se prevê a reforma, ordenamento e disciplinamento do sistema viário (avenidas, ruas, servidões e alamedas), passeios, ciclovias e ciclofaixas, bem como trilhas e acessos à praia, além de equipamentos e mobiliários urbanos tais como pérgolas, pórticos, bancos, etc, bem como áreas destinadas convivência, à prática de esportes, recreação infantil, ginástica e meditação que não alterem a característica do bem de uso comum do povo.

Parágrafo único. Excluem-se da presente autorização a construção de quiosques, abrigos, lanchonetes e quaisquer outras benfeitorias que importem em uso exclusivo por terceiros.

Art. 3º As obras ficam condicionadas ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, urbanísticas e ambientais emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 4° A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica na transferência de domínio por parte da União sobre a área a qualquer título.

Parágrafo Único. O interessado responderá judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 5º Durante o período de execução da obra a que se refere o art. 1º é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União", indicando no final "Salvador/BA".

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO SABACK ERUDILHO GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

PORTARIA Nº 3.251, DE 26 DE MARÇO DE 2018

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO PIAUÍ, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 2º, VII, da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, da Secretária do Patrimônio da União e tendo em vista o disposto no art. 6° do Decreto-lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação que lhe foi conferida pelo art. 33 da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, e demais elementos que integram o Processo nº 04911.000082/2018-16 , resolve:

Art. 1° AUTORIZAR o ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria de Estado dos Transportes SETRANS, a executar obra de infraestrutura em área de uso comum, com melhoramento da via de acesso ao porto de Luís Correia, com 970,00 m de extensão, localizada no prolongamento da Av. Teresina no bairro Atalaia, Município de Luís Correia-PI, com a implementação de terraplanagem, pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente - CBUQ, drenagem, sinalização vertical e obras complementares.

Art. 2° A área objeto da autorização de obras corresponde a 4,42 ha e perímetro de 6.561,15m, conforme o levantamento georreferenciado seguinte, com coordenadas representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 39 WGr, fuso 24S, tendo como datum o SIRGAS-2000: Partindo do vértice 1, definido pelas coordenadas E: 205.429,160 m e N: 9.682.536,690 m com azimute 221° 03' 00,48" e distância de 5,95 m até o vértice 2, definido pelas coordenadas E: 205.425,250 m e N: 9.682.532,200 m com azimute 200° 26' 39,67" e distância de 297,80 m até o vértice 3, definido pelas coordenadas E: 205.321,230 m e N: 9.682.253,160 m com azimute 200° 32' 03,35" e distância de 18,47 m até o vértice 4, definido pelas coordenadas E: 205.314,750 m e N: 9.682.235,860 m com azimute 178° 41' 26,77" e distância de 41,14 m até o vértice 5, definido pelas coordenadas E: 205.315,690 m e N: 9.682.194,730 m com azimute 156° 56' 47,12" e distância de 19,71 m até o vértice 6, definido pelas coordenadas E: 205.323,410 m e N: 9.682.176,590 m com azimute 185° 45' 28,84" e distância de 19,24 m até o vértice 7, definido pelas coordenadas E: 205.321,480 m e N: 9.682.157,450 m com azimute 180° 02' 04,93" e distância de 16,51 m até o vértice 8, definido pelas coordenadas E: 205.321,470 m e N: 9.682.140,940 m com azimute 178° 42' 23,82" e distância de 10,63 m até o vértice 9, definido pelas coordenadas E: 205.321,710 m e N: 9.682.130,310 m com azimute 209° 45' 33,83" e distância de 9,79 m até o vértice 10, definido pelas coordenadas E: 205.316,850 m e N: 9.682.121,810 m com azimute 300° 56' 49,68" e distância de 11,82 m até o vértice 11, definido pelas coordenadas E: 205.306,710 m e N: 9.682.127,890 m com azimute 202° 31' 53,82" e distância de 68,92 m até o vértice 12, definido pelas coordenadas E: 205.280,300 m e N: 9.682.064,230 m com azimute 120° 58' 59,56" e distância de 151,52 m até o vértice 13, definido pelas coordenadas E: 205.410,200 m e N: 9.681.986,230 m com azimute 22° 32' 25,85" e distância de 70,54 m até o vértice 14, definido pelas coordenadas E: 205.437,240 m e N: 9.682.051,380 m com azimute 300° 56' 41,04" e distância de 129,13 m até o vértice 15, definido pelas coordenadas E: 205.326,490 m e N: 9.682.117,780 m com azimute 31° 22' 31,82" e distância de 9,55 m até o vértice 16, definido pelas coordenadas E: 205.331,460 m e N: 9.682.125,930 m com azimute 84° 59' 25,22" e distância de 8,70 m até o vértice 17, definido pelas coordenadas E: 205.340,130 m e N: 9.682.126,690 m com azimute 142° 18' 11,23" e distância de 23,42 m até o vértice 18, definido pelas coordenadas E: 205.354,450 m e N: 9.682.108,160 m com azimute 133° 07' 32,49" e distância de 18,59 m até o vértice 19, definido pelas coordenadas E: 205.368,020 m e N: 9.682.095,450 m com azimute 121° 04' 56,13" e distância de 350,75 m até o vértice 20, definido pelas coordenadas E: 205.668,410 m e N: 9.681.914,370 m com azimute 156° 30' 08,35" e distância de 51,57 m até o vértice 21, definido pelas coordenadas E: 205.688,970 m e N: 9.681.867,080 m com azimute 193° 36' 36,62" e distância de 53,16 m até o vértice 22, definido pelas coordenadas E: 205.676,460 m e N: 9.681.815,410 m com azimute 216° 26' 39,99" e distância de 27,47 m até o vértice 23, definido pelas coordenadas E: 205.660,140 m e N: 9.681.793,310 m com azimute 256° 20' 13,68" e distância de 33,87 m até o vértice 24, definido pelas coordenadas E: 205.627,230 m e N: 9.681.785,310 m com azimute 272° 40' 12,85" e distância de 25,76 m até o vértice 25, definido pelas coordenadas E: 205.601,500 m e N: 9.681.786,510 m com azimute 182° 39' 16,34" e distância de 11,01 m até o vértice 26, definido pelas coordenadas E: 205.600,990 m e N: 9.681.775,510 m com azimute 92° 39' 59,54" e distância de 15,05 m até o vértice 27, definido pelas coordenadas E: 205.616,020 m e N: 9.681.774,810 m com azimute 110° 09' 24,91" e distância de 59,14 m até o vértice 28, definido pelas coordenadas E: 205.671,540 m e N: 9.681.754,430 m com azimute 127° 37' 18,74" e distância de 78,02 m até o vértice 29, definido pelas coordenadas E: 205.733,340 m e N: 9.681.706,800 m com azimute 37° 39' 04,16" e distância de 11,00 m até o vértice 30, definido pelas coordenadas E: 205.740,060 m e N: 9.681.715,510 m com azimute 307° 32' 50,03" e distância de 4,91 m até o vértice 31, definido pelas coordenadas E: 205.736,170 m e N: 9.681.718,500 m com azimute 312° 59' 55,94" e distância de 36,25 m até o vértice 32, definido pelas coordenadas E: 205.709,660 m e N: 9.681.743,220 m com azimute 335° 03' 21,94" e distância de 42,68 m até o vértice 33, definido pelas coordenadas E: 205.691,660 m e N: 9.681.781,920 m com azimute 339° 17' 33,37" e distância de 3,99 m até o vértice 34, definido pelas coordenadas E: 205.690,250 m e N: 9.681.785,650 m com azimute 353° 29' 44,34" e distância de 27,37 m até o vértice 35, definido pelas coordenadas E: 205.687,150 m e N: 9.681.812,840 m com azimute 13° 36' 59,58" e distância de 53,31 m até o vértice 36, definido pelas coordenadas E: 205.699,700 m e N: 9.681.864,650 m com azimute 336° 35' 07,61" e distância de 64,45 m até o vértice 37, definido pelas coordenadas E: 205.674,090 m e N: 9.681.923,790 m com azimute 301° 04' 59,03" e distância de 350,86 m até o vértice 38, definido pelas coordenadas E: 205.373,610 m e N: 9.682.104,930 m com azimute 316° 37' 01,16" e distância de 16,54 m até o vértice 39, definido pelas coordenadas E: 205.362,250 m e N: 9.682.116,950 m com azimute 347° 41' 10,02" e distância de 24,29 m até o vértice 40, definido pelas coordenadas E: 205.357,070 m e N: 9.682.140,680 m com azimute 336° 32' 38,34" e distância de 23,09 m até o vértice 41, definido pelas coordenadas E: 205.347,880 m e N: 9.682.161,860 m com azimute 322° 59' 25,83" e distância de 23,81 m até o vértice 42, definido pelas coordenadas E: 205.333,550 m e N: 9.682.180,870 m com azimute 336° 55' 37,62" e distância de 19,75 m até o vértice 43, definido pelas coordenadas E: 205.325,810 m e N: 9.682.199,040 m com azimute 358° 42' 58,24" e distância de 33,03 m até o vértice 44, definido pelas coordenadas E: 205.325,070 m e N: 9.682.232,060 m com azimute 20° 26' 50,54" e distância de 305,46 m até o vértice 45, definido pelas coordenadas E: 205.431,780 m e N: 9.682.518,270 m com azimute 58° 07' 36,71" e distância de 7,35 m até o vértice 46, definido pelas coordenadas E: 205.438,020 m e N: 9.682.522,150 m com azimute 5° 32' 11,32" e distância de 14,41 m até o vértice 47, definido pelas coordenadas E: 205.439,410 m e N: 9.682.536,490 m com azimute 20° 26' 43,15" e distância de 1.924,12 m até o vértice 48, definido pelas coordenadas E: 206.111,530 m e N: 9.684.339,400 m com azimute 290° 25' 07,78" e distância de 9,77 m até o vértice 49, definido pelas coordenadas E: 206.102,370 m e N: 9.684.342,810 m com azimute 200° 26' 32,45" e distância de 1.927,51 m até o vértice 1, encerrando este perímetro.

Art. 3º A presente autorização não implica transferência de posse ou domínio, trata-se de ato precário, revogável a qualquer tempo, vedado a atividade econômica ou qualquer tipo de ocupação, sem a outorga de cessão de uso onerosa.

Art. 4° O ESTADO DO PIAUÍ - SETRANS fica obrigado a:

I - Obter as licenças e alvarás necessários à execução do empreendimento, de acordo com a legislação e regulamentos aplicáveis;

II - Fornecer à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Piauí - SPU/PI, o cronograma prévio das etapas da obra;

III - Assumir o ônus por qualquer indenização requisitada por terceiros;

Art. 5° É fixado o prazo de um ano para o cumprimento dos objetivos previstos nesta Portaria a partir da data de sua publicação.

Art. 6° Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícitas ou implicitamente, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALINNE CASTELO BRANCO GIBSON

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

PORTARIA Nº 3.261, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO EM SERGIPE, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 2º, inciso VII da Portaria nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU em 30/06/2010, c/c art. 1º, inciso VI, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, publicada no DOU em 23/02/2016 e tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e demais elementos que integram o Processo de n° 04906.000288/2018-15, resolve:

Art. 1º Autorizar o Município de Estância/SE a realizar as obras de Construção da Ciclovia da Avenida Jacomildes Barreto- Boquim/SE, abrangendo áreas da União que passam pela Antiga Estação não operacional da RFFSA de Boquim/SE com NBP 1268280, de acordo com relatórios e projetos anexados ao processo administrativo n° 04906.000288/2018-15.

Art. 2º A autorização de obras mencionada no art. 1º refere-se Construção da Ciclovia no Município de Boquim/SE.

Art. 3º Excluem-se da presente autorização a construção de quiosques, abrigos, lanchonetes, construção/reforma de quaisquer outras benfeitorias que importem em uso exclusivo por terceiros.

Art. 4° A autorização da obra a que se refere esta Portaria não implica na transferência de domínio por parte da União sobre a área a qualquer título.

Art. 5º O interessado responderá judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 6º Durante o período de execução da obra a que se refere o art. 1º é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União em Sergipe".

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ALVES FILHO

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 3.466, DE 28 DE MARÇO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria GM nº 64, de 18 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 165 da Constituição Federal, resolve:

Divulgar a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais relativa ao bimestre janeiro/fevereiro de 2018, bem como a execução da política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, na forma do relatório anexo.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

ANEXO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2018

Relatório de Execução Orçamentária referente ao 1º bimestre

1. O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais Federais para o exercício de 2018 foi aprovado pela Lei 13.587, de 02 de janeiro de 2018, Lei Orçamentária Anual, publicada no Diário Oficial da União de 03.01.2018, no valor global de R$ 68.809.297.837,00 (Sessenta e oito bilhões, oitocentos e nove milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais). Esse montante agregava dotações para a execução de obras ou serviços em 240 projetos e 267 atividades, distribuídos em 86 empresas estatais federais.

2. O Orçamento de Investimento de 2018 englobou as programações de 86 empresas estatais federais, sendo 80 do setor produtivo e 6 do setor financeiro. Das empresas do setor produtivo, 39 pertencem ao Grupo Eletrobrás, 17 ao Grupo Petrobras e as 24 restantes estão agrupadas em demais empresas. Não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nem aquelas que não programaram investimentos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3. As 86 empresas aqui computadas atuam em diversos setores e ramos de atividades, sendo:

- seis, no setor financeiro e de seguros;
- três, no setor de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas;
- quarenta, no setor de energia elétrica, atuam na geração, transmissão, distribuição urbana e rural e comercialização;
- dezesseis, no setor de petróleo, derivados e gás natural, em pesquisa, extração, refino, transporte e distribuição de derivados para o consumidor final;
- sete, no setor de administração portuária;
- uma, no setor de serviços postais;
- uma, no setor de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo;
- três, no setor industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados;
- sete, no setor de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos;
- uma, no setor de pesquisa e desenvolvimento de energia; e
- uma, no setor de comunicações;

4. A Lei Orçamentária Anual fixou dotação consolidada para o Orçamento de Investimento de 2018, no montante de R$ 68.809.297.837,00 (Sessenta e oito bilhões, oitocentos e nove milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais) o que significou redução de 19,4% sobre o valor da dotação final aprovada para os investimentos das empresas estatais em 2017 e de 36,5% sobre o montante realizado naquele exercício.

5. O Orçamento de Investimento, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2018 (Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017), contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do Ativo Imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros e os valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado, benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais, e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

6. Até o primeiro bimestre de 2018, as empresas estatais realizaram investimentos no valor de R$ 6.359.578.292 ,00 (seis bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta e oito mil, duzentos e noventa e dois reais) equivalentes a 9,2% do valor global da Dotação Autorizada.

Despesa por Órgão

7. A Tabela 01 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados por Órgão, informando a dotação aprovada de cada ministério setorial para o exercício de 2018 e os valores já realizados no período de janeiro a fevereiro deste ano.

TABELA 01 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Órgão
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Desemp. % (b/a)
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	59.042.773	246.223	0,4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	1.048.651.050	35.456.972	3,4
Ministério da Fazenda	6.333.256.135	250.575.608	4,0
Ministério de Minas e Energia	59.907.974.324	6.021.537.043	10,1
Ministério da Saúde	329.590.154	2.190.243	0,7
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1.012.392.144	45.031.714	4,4
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	111.709.615	3.994.681	3,6
Ministério da Defesa	6.681.642	545.808	8,2
Total	68.809.297.837	6.359.578.292	9,2

Fontes de financiamento dos investimentos

8. A Tabela 02 apresenta o demonstrativo das fontes de financiamento dos investimentos agregadas por natureza.

TABELA 02 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados das Fontes de Financiamento dos Investimentos
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Composição % de (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Composição % de (b)
Recursos Próprios	64.329.231.474	93,5	6.238.717.458	98,1
Geração Própria	64.329.231.474	93,5	6.238.717.458	98,1
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.460.852.556	2,1	71.246.494	1,1
Tesouro	1.063.598.834	1,5	68.574.364	1,1
Direto	624.466.657	0,9	31.528.814	0,5
Saldos de Exercícios Anteriores	439.132.177	0,6	37.045.550	0,6
Controladora	397.253.722	0,6	2.672.130	0,0
Operações de Crédito de Longo Prazo	2.536.383.092	3,7	32.314.448	0,5
Internas	2.536.383.092	3,7	32.314.448	0,5
Outros Recursos de Longo Prazo	482.830.715	0,7	17.299.892	0,3
Controladora	482.830.715	0,7	17.299.892	0,3
Total	68.809.297.837	100,0	6.359.578.292	100,0

9. Dos gastos realizados com investimentos em 2018, parcela equivalente a 98,1% do total realizado foi financiada com recursos de geração própria. Em relação à dotação atual total, os recursos de geração própria previstos equivalem a 93,5%.

Despesa por Funções e Subfunções

10. Para efeito de programação orçamentária, bem como para o controle da execução, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas por Função e Subfunção. As funções representam o maior nível de agregação das despesas que competem ao setor público e guardam relação com a estrutura organizacional do Governo Federal. A subfunção constitui parte da função, em que se agrega determinado subconjunto de despesas do setor público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam nas funções. As subfunções podem ser combinadas com diferentes funções.

11. As tabelas 03 e 04 demonstram os valores realizados do Orçamento de Investimento no 1º bimestre de 2018, agrupados, respectivamente, por funções e subfunções.

TABELA 03 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Função
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Desemp. % (b/a)
Defesa Nacional	6.681.642	545.808	8,2
Previdência Social	200.000.000	7.740.103	3,9
Saúde	329.590.154	2.190.243	0,7
Agricultura	59.042.773	246.223	0,4
Indústria	76.635.172	2.199.622	2,9
Comércio e Serviços	6.254.763.628	245.250.199	3,9
Comunicações	961.618.000	34.837.337	3,6
Energia	59.887.406.324	6.021.450.818	10,1
Transporte	1.033.560.144	45.117.939	4,4
Total	68.809.297.837	6.359.578.292	9,2

TABELA 04 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Subfunção
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Desemp. % (b/a)
Administração Geral	2.064.240.361	60.862.996	2,9
Tecnologia da Informação	3.530.262.006	180.216.268	5,1
Suporte Profilático e Terapêutico	322.310.924	2.155.134	0,7
Produção Industrial	60.880.064	4.085.921	6,7
Comercialização	608.034.000	46.465.861	7,6
Serviços Financeiros	2.656.947.784	84.377.819	3,2
Comunicações Postais	300.000.000	6.145.159	2,0
Telecomunicações	149.000.000	24.359.464	16,3
Energia Elétrica	7.857.591.154	276.037.249	3,5
Combustíveis Minerais	46.495.810.000	5.449.322.912	11,7
Biocombustíveis	10.275.000	138.806	1,4
Transporte Aéreo	558.310.771	33.947.133	6,1
Transporte Hidroviário	1.468.382.773	61.791.025	4,2
Transportes Especiais	2.727.253.000	129.672.545	4,8
Total	68.809.297.837	6.359.578.292	9,2

Despesa por Programa

12. Os programas constituem-se em instrumentos de organização da ação governamental, voltados para a concretização dos objetivos pretendidos. O objetivo de cada programa é atingido por meio da execução, pelas unidades orçamentárias, dos projetos e atividades constantes das ações que compõem o programa.

TABELA 05 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Programa
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Desemp. % (b/a)
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais	2.656.947.784	84.377.819	3,2
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	6.071.753.769	256.712.768	4,2
Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	322.310.924	2.155.134	0,7
Aviação Civil	558.310.771	33.947.133	6,1
Combustíveis	7.305.221.000	402.341.082	5,5
Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	249.000.000	24.849.767	10,0
Energia Elétrica	7.708.159.635	270.520.315	3,5
Petróleo e Gás	43.451.545.000	5.272.215.967	12,1
Transporte Aquaviário	417.127.773	10.692.707	2,6
Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	68.921.181	1.765.600	2,6
Total	68.809.297.837	6.359.578.292	9,2

13. Alguns programas, principalmente no âmbito do setor de petróleo, se destacam em comparação aos demais, não apenas pelo vulto dos recursos que lhes são destinados como, também, pelo empenho das empresas, por eles responsáveis, em sua execução, medido pelos respectivos indicadores de desempenho. São apresentados em seguida os programas com os 5 maiores valores realizados, todos acima de R$ 84,4 milhões, e a participação de cada um no total realizado pelas empresas estatais nos 10 programas:

- Petróleo e Gás, 82,90%;
- Combustíveis, 6,33%;
- Energia Elétrica, 4,25%;
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, 4,04%; e
- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais,1,33%.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Despesa por Órgão/Unidade

14. A Tabela 06 apresenta o demonstrativo dos investimentos consolidados, discriminando, para cada Órgão e Unidades subordinadas, os valores da respectiva Dotação Autorizada, do realizado no 1ºbimestre, bem como o coeficiente de desempenho observado no período.

TABELA 06 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Órgão/Unidade
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Desemp. % (b/a)
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	59.042.773	246.223	0,4
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - CEASAMINAS	5.519.300	43.534	0,8
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG	1.630.000	106.604	6,5
CEAGESP - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo	51.893.473	96.085	0,2
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	1.048.651.050	35.456.972	3,4
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	86.433.050	619.635	0,7
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	800.000.000	10.462.565	1,3
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	162.218.000	24.374.772	15,0
MINISTÉRIO DA FAZENDA	6.333.256.135	250.575.608	4,0
Banco da Amazônia S.A. - BASA	47.911.586	0	0,0
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	187.000.000	4.424.477	2,4
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	164.833.500	345.646	0,2
Casa da Moeda do Brasil - CMB	76.635.172	2.199.622	2,9
Caixa Econômica Federal - CAIXA	2.426.993.104	102.371.373	4,2
COBRA Tecnologia S.A.	43.475.233	2.488.955	5,7
Banco do Brasil S.A. - BB	3.175.157.704	130.770.704	4,1
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	5.000.000	5.200	0,1
Empresa Gestora de Ativos - EMGEA	3.249.836	0	0,0
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	3.000.000	229.528	7,7
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	200.000.000	7.740.103	3,9
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	59.907.974.324	6.021.537.043	10,1
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL	10.000.000	527.780	5,3
Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR	1.771.320.563	27.475.238	1,6
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	41.236.176	3.324.480	8,1
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	630.515.006	13.286.071	2,1
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	144.394.321	7.646.885	5,3
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	1.559.005.808	91.121.704	5,8
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	818.350.980	28.521.503	3,5
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	38.046.051.000	4.613.329.338	12,1
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	675.485.000	54.193.915	8,0
Petrobras Gás S.A. - GASPETRO	100.000	39.771	39,8
Eletrobras Participações S.A. - ELETROPAR	315.000	0	0,0
Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	122.639.854	8.701.766	7,1
Companhia Energética de Alagoas - CEAL	179.044.644	18.926.924	10,6
Companhia Energética do Piauí - CEPISA	301.911.502	18.018.092	6,0
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON	510.368.709	12.799.581	2,5
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	70.209.000	10.278.991	14,6
Boa Vista Energia S.A. - BVENERGIA	55.640.295	3.696.436	6,6
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	716.704.600	29.062.003	4,1
Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO	1.367.797.000	73.349.186	5,4
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	148.065.774	650.146	0,4
Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. - PB-LOG	200.000	0	0,0
Petrobras Netherlands B.V. - PNBV	9.756.974.000	803.612.690	8,2
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	1.753.643.000	165.268.650	9,4
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	189.700.000	10.489.262	5,5
Liquigás Distribuidora S.A. - LIQUIGÁS	95.698.000	3.880.808	4,1
Stratura Asfaltos S.A.	3.997.000	85.015	2,1
Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO	12.275.000	193.272	1,6
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE	9.533.000	555.693	5,8
Companhia Petroquímica de Pernambuco - PETROQUÍMICASUAPE	8.343.000	3.461.515	41,5
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. - GBD	58.187.000	1.802.393	3,1
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	675.070	0	0,0
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. - TSBE	100.000	4.889	4,9
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	30.681.588	6.020.166	19,6
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. - AmGT	135.281.497	1.540.473	1,1
Araucária Nitrogenados S.A.	110.000.000	1.196.418	1,1
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA	36.530.511	0	0,0
Transpetro International B.V. - TI B.V.	76.368.000	2.403.494	3,1
Brasil Ventos Energia S.A.	48.000	0	0,0
Transenergia Goiás S.A.	1.500.000	83.687	5,6
Geradora Eólica Ventos Angelim S.A.	12.069	7.875	65,2
Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A.	12.069	9.533	79,0
Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A.	12.069	0	0,0
Geradora Eólica Arará Azul S.A.	12.069	6.485	53,7
Geradora Eólica Bentevi S.A.	12.069	4.391	36,4
Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.	12.069	10.430	86,4
Geradora Eólica Ouro Verde II S.A.	12.069	8.996	74,5
Geradora Eólica Ouro Verde III S.A.	12.069	3.107	25,7
Energia dos Ventos V S.A.	57.442.818	463.143	0,8
Energia dos Ventos VI S.A.	86.311.597	290.548	0,3
Energia dos Ventos VII S.A.	86.170.841	484.061	0,6
Energia dos Ventos VIII S.A.	57.674.081	267.919	0,5
Energia dos Ventos IX S.A.	57.420.817	465.496	0,8
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	101.693.580	3.966.824	3,9
Eólica Hermenegildo I S.A.	3.141.372	0	0,0
Eólica Hermenegildo II S.A.	2.690.568	0	0,0
Eólica Hermenegildo III S.A.	5.019.000	0	0,0
Eólica Chuí IX S.A.	1.423.200	0	0,0
MINISTÉRIO DA SAÚDE	329.590.154	2.190.243	0,7
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS	329.590.154	2.190.243	0,7
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	1.012.392.144	45.031.714	4,4
Companhia Docas do Ceará - CDC	16.542.483	367.046	2,2
Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	49.240.695	3.484.477	7,1
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA	133.614.470	0	0,0
Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP	164.246.615	6.279.568	3,8
Companhia Docas do Pará - CDP	20.455.831	0	0,0
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	47.412.667	55.973	0,1
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN	19.272.612	881.011	4,6
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	561.606.771	33.963.639	6,0
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	111.709.615	3.994.681	3,6
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	109.958.315	3.776.681	3,4
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF	1.751.300	218.000	12,4
MINISTÉRIO DA DEFESA	6.681.642	545.808	8,2
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON	6.681.642	545.808	8,2
Total	68.809.297.837	6.359.578.292	9,2

15. Das 86 empresas que tiveram a programação de dispêndios autorizada no âmbito do Orçamento de Investimento de 2017, dezesseis apresentaram, em termos percentuais de realização das respectivas dotações autorizadas, no primeiro bimestre, desempenho superior à média geral de 9,24%: Ouro Verde I, 86,42%; Ventos de Santa Rosa, 78,99%; Ouro Verde II, 74,54%; Ventos Angelim, 65,25%; Arara Azul, 53,73%; Petroquímicasuape, 41,49%; Gaspetro, 39,77%; Bentevi, 36,38%; Ouro Verde III, 25,74%; TSLE, 19,62%; Telebras, 15,03%; TBG, 14,64%; ABGF, 12,45%; Petrobras, 12,13%; CEAL, 10,57%; PIB BV, 9,42%. As empresas BASA; ELETROPAR; Uirapuru; Brasil Ventos; Ventos de Uirapuru; Eólica Hermenegildo I; Eólica Hermenegildo II; Eólica Hermenegildo; Eólica Chuí IX; PB-LOG; EMGEA; Codeba; CDP; PPSA não apresentaram realização no período. Não foi registrada nenhuma execução acima do autorizado na LOA.

Distribuição geográfica da despesa

16. A Tabela 07 apresenta a situação consolidada da despesa por macrorregião geográfica, informando as respectivas Dotações Autorizadas, os valores realizados no bimestre, bem como a participação percentual de cada uma nos grandes agregados. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico Nacional e representaram 67,06% do montante realizado. Os investimentos implementados no exterior participaram com 9,80%.

TABELA 07 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
Dados consolidados da Despesa - por Macrorregião
Valores em R$ 1,00

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 1° Bimestre (b)	Composição % de(a) a/Ta	Composição % de(b) b/Tb
Exterior	9.481.290.185	623.100.669	13,8	9,8
Nacional	35.683.407.913	4.264.602.383	51,9	67,1
Região Centro-Oeste	117.379.136	2.839.218	0,2	0,0
Região Nordeste	5.402.424.619	329.153.922	7,9	5,2
Região Norte	2.371.351.443	94.707.253	3,4	1,5
Região Sudeste	15.233.523.826	1.030.699.782	22,1	16,2
Região Sul	519.920.715	14.475.065	0,8	0,2
Total	68.809.297.837	6.359.578.292	100,0	100,0

17. Da relação percentual entre gasto efetivo e Dotação Autorizada de cada região, resultam os seguintes coeficientes de desempenho: Nacional, 11,95%; Exterior, 6,57%; Região Norte, 3,99%; Região Nordeste, 6,09%; Região Sudeste, 6,77%; Região Sul, 2,78%; e Região Centro-Oeste, 2,42%.

Política de aplicação de recursos das agências financeiras oficiais de fomento

18. As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições constantes da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO de 2018).

19. As tabelas de 8 a 12, a seguir, apresentam demonstrativos consolidados referentes à posição atual do Plano de Aplicação dos Recursos das Agências de Fomento, o acompanhamento do movimento das operações de crédito das agências, no período janeiro/fevereiro de 2018, bem como a origem dos recursos que as sustentaram, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 115 da LDO de 2018, tendo presente que: 1) os valores representativos de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações; e 2) a definição do porte do tomador levou em conta a classificação adotada pelo BNDES.

TABELAS 08 a 12

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

TABELA 08 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2017															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	124.289.209	124.289.209	21.970.515	10.847.277	7.815.186	18.114.912	34.363.977	14.540.931	16.636.411	64.462.656	35.637.912	24.188.642	59.859.540	7.355.921	6.535.339	932.413	49.605.996
Acre	5.721.312	5.721.312	1.041.292	357.885	668.704	255.056	1.581.307	584.434	1.232.634	3.251.009	1.674.140	796.163	3.654.834	594.558	332.869	13.027	1.126.024
Amapá	5.605.220	5.605.220	145.719	104.875	362.018	210.375	2.890.149	396.152	1.495.932	3.920.846	947.586	736.788	3.198.594	263.792	198.544	21.054	1.923.236
Amazonas	14.908.825	14.908.825	317.171	2.336.188	1.349.501	1.323.650	3.541.141	3.263.082	2.778.092	8.095.191	3.729.732	3.083.902	6.974.201	905.256	1.499.002	317.088	5.213.278
Pará	51.136.300	51.136.300	6.273.699	5.416.299	2.710.972	9.949.168	15.989.657	5.670.638	5.125.867	25.997.480	14.362.458	10.776.362	19.586.037	2.762.153	1.878.184	251.923	26.658.004
Rondônia	25.216.501	25.216.501	6.578.708	1.820.921	1.621.585	4.295.411	6.497.797	2.114.139	2.287.941	11.957.832	9.178.323	4.080.346	11.795.405	1.208.860	1.500.298	56.796	10.655.144
Roraima	3.887.102	3.887.102	482.574	64.454	266.829	166.376	1.468.965	561.765	876.139	2.533.187	392.012	961.903	2.960.495	213.937	262.608	1.827	448.234
Tocantins	17.813.949	17.813.949	7.131.352	746.655	835.578	1.914.876	2.394.961	1.950.721	2.839.806	8.707.110	5.353.662	3.753.177	11.689.975	1.407.365	863.834	270.699	3.582.076
Região Nordeste	324.660.539	324.660.539	36.638.621	54.246.820	18.826.155	16.375.337	71.222.224	71.640.850	55.710.532	172.590.460	70.399.788	81.670.291	173.720.772	20.156.795	21.246.368	2.504.521	107.032.083
Alagoas	15.040.281	15.040.281	1.412.418	2.051.308	952.003	461.955	1.509.549	5.283.493	3.369.555	7.904.926	2.601.049	4.534.306	11.125.232	750.699	770.773	55.940	2.337.638
Bahia	86.969.982	86.969.982	14.704.889	14.024.996	4.974.559	5.238.309	17.892.410	16.731.204	13.403.614	47.701.731	20.192.990	19.075.261	44.382.598	6.196.372	6.047.684	782.930	29.560.398
Ceará	48.733.436	48.733.436	3.353.157	10.066.664	3.556.063	2.582.840	11.081.377	9.512.369	8.580.965	24.891.857	11.071.725	12.769.854	23.552.397	3.086.574	3.684.761	366.659	18.043.045
Maranhão	36.532.562	36.532.562	6.139.851	4.354.154	2.012.580	1.459.315	10.801.736	5.640.309	6.124.617	21.069.419	7.909.799	7.553.344	17.700.097	2.611.224	1.985.809	166.673	14.068.758
Paraíba	20.980.636	20.980.636	1.176.118	2.264.476	1.218.514	744.036	2.814.884	7.863.221	4.899.387	10.583.169	3.264.660	7.132.807	15.255.968	1.120.872	1.189.471	82.569	3.331.756
Pernambuco	53.697.597	53.697.597	3.351.008	16.529.151	2.982.144	2.446.421	10.664.721	10.582.820	7.141.333	27.449.449	12.911.720	13.336.428	25.500.935	2.863.374	3.119.983	599.207	21.614.099
Piauí	22.857.783	22.857.783	3.410.900	1.610.679	1.440.557	1.818.654	6.270.653	3.530.505	4.775.833	12.228.509	5.186.884	5.442.390	11.246.233	1.388.209	1.518.781	365.195	8.339.363
Rio Grande do Norte	26.933.431	26.933.431	1.219.882	2.089.578	1.111.193	976.255	8.808.779	7.361.647	5.366.097	14.137.935	4.723.299	8.072.197	15.473.689	1.289.279	2.026.598	35.575	8.108.290
Sergipe	12.914.832	12.914.832	1.870.398	1.255.813	578.542	647.551	1.378.116	5.135.281	2.049.132	6.623.467	2.537.661	3.753.704	9.483.623	850.191	902.508	49.773	1.628.737
Região Sudeste	959.679.556	959.679.556	56.579.424	174.340.242	51.005.442	100.116.442	203.663.872	213.657.087	160.317.046	662.153.154	54.453.698	243.072.704	470.193.154	32.576.495	36.723.596	16.027.810	404.158.501
Espírito Santo	25.716.727	25.716.727	4.587.097	1.998.833	1.619.561	2.966.178	4.290.364	6.717.954	3.536.739	17.018.950	2.088.121	6.609.656	17.739.615	1.406.933	1.215.649	368.563	4.985.967
Minas Gerais	189.121.966	189.121.966	23.492.609	20.984.878	10.156.631	16.202.116	20.705.541	50.474.596	47.105.594	126.328.537	10.878.439	51.914.990	125.073.480	8.670.266	7.288.546	3.671.513	44.418.161
Rio de Janeiro	231.273.604	231.273.604	1.076.066	32.916.185	7.014.930	34.495.928	77.160.651	35.396.742	43.213.104	184.431.017	10.045.412	36.797.175	78.551.389	3.733.372	3.823.216	2.864.707	142.300.920
São Paulo	513.567.258	513.567.258	27.423.652	118.440.346	32.214.321	46.452.221	101.507.316	121.067.795	66.461.609	334.374.650	31.441.726	147.750.882	248.828.670	18.765.924	24.396.185	9.123.026	212.453.453
Região Sul	360.365.715	360.365.715	72.454.867	50.073.396	23.897.249	47.052.815	36.344.919	93.167.961	37.374.510	216.029.883	27.112.975	117.222.857	221.507.627	21.512.091	19.517.217	10.845.040	86.983.741
Paraná	142.010.520	142.010.520	33.232.226	18.365.670	10.853.093	17.381.989	12.057.266	36.677.281	13.442.992	83.674.406	10.291.633	48.044.481	88.465.334	7.825.752	6.856.361	4.398.010	34.465.063
Rio Grande do Sul	126.969.601	126.969.601	27.360.822	17.654.003	7.130.491	16.226.137	13.871.406	32.993.393	11.733.349	77.335.711	9.011.931	40.621.959	80.536.463	7.799.080	6.940.966	2.968.415	28.724.678
Santa Catarina	91.385.595	91.385.595	11.861.818	14.053.722	5.913.664	13.444.689	10.416.247	23.497.287	12.198.169	55.019.766	7.809.412	28.556.417	52.505.831	5.887.258	5.719.890	3.478.615	23.794.000
Região Centro-Oeste	241.266.619	241.266.619	50.403.268	15.504.440	9.500.016	27.113.065	54.610.577	50.499.872	33.635.380	149.402.794	28.473.800	63.390.025	156.695.908	13.061.813	8.691.856	2.980.225	59.836.817
Distrito Federal	77.789.998	77.789.998	2.450.730	2.084.870	1.746.342	13.741.724	28.124.580	16.860.283	12.781.470	60.456.330	4.190.976	13.142.692	47.008.268	1.728.507	1.373.294	568.635	27.111.294
Goiás	74.042.530	74.042.530	19.050.142	4.882.710	3.290.887	4.713.247	12.037.809	19.649.098	10.418.637	39.210.011	9.757.458	25.075.061	56.023.744	4.301.928	2.823.553	1.041.608	9.851.697
Mato Grosso	51.238.557	51.238.557	18.743.232	1.992.680	2.554.864	5.766.035	9.448.173	7.090.931	5.642.643	27.728.888	7.750.717	15.758.952	30.762.361	4.807.904	3.079.781	933.432	11.655.080
Mato Grosso do Sul	38.195.533	38.195.533	10.159.163	6.544.180	1.907.923	2.892.059	5.000.016	6.899.561	4.792.630	22.007.565	6.774.648	9.413.320	22.901.535	2.223.474	1.415.228	436.550	11.218.747
TOTAL	2.010.261.639	2.010.261.639	238.046.695	305.012.175	111.044.047	208.772.571	400.205.570	443.506.702	303.673.880	1.264.638.948	216.078.173	529.544.518	1.081.977.002	94.663.114	92.714.375	33.290.009	707.617.139

TABELA 09 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - EFETIVAMENTE CONCEDIDOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 1º Bimestre / 2018															
			Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
		Total	Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	237.013.330	21.567.669.171	2.662.956	8.989.570	24.259.263	70.681	51.883.374	2.903.259	21.476.900.067	14.256.976.564	3.026.656	7.307.665.951	21.538.637.989	15.733.691	8.159.886	1.032.890	4.104.715
Acre	23.987.490	2.148.073.899	109.441	78.994	57.081	1.168	4.382.593	122.462	2.143.322.161	1.680.069.043	138.376	467.866.480	2.147.496.647	463.869	79.132	527	33.724
Amapá	15.902.242	2.803.043.270	17.861	1.507.546	9.323.533	3.486	10.635.286	65.089	2.781.490.471	1.937.099.476	28.861	865.914.933	2.793.178.361	4.370.541	5.486.548	3.123	4.696
Amazonas	32.545.351	2.826.517.317	41.591	1.952.352	1.886.694	17.515	5.719.854	595.464	2.816.303.848	1.766.633.920	169.952	1.059.713.445	2.821.173.361	1.465.347	635.625	71.223	3.171.761
Pará	72.736.663	6.353.534.222	818.331	5.131.522	12.633.395	34.234	16.020.380	1.400.950	6.317.495.408	4.533.636.497	1.138.459	1.818.759.266	6.343.136.213	7.528.547	1.282.719	956.597	630.147
Rondônia	42.850.676	2.962.241.537	749.924	169.700	189.051	4.826	7.177.532	244.354	2.953.706.151	1.714.365.163	764.397	1.247.111.977	2.960.906.154	912.334	250.180	0	172.869
Roraima	13.846.283	1.706.843.099	76.713	16.457	37.415	327	2.512.484	80.335	1.704.119.368	1.042.959.719	37.751	663.845.629	1.706.631.913	181.099	25.182	106	4.800
Tocantins	35.144.627	2.767.415.826	849.096	133.000	132.094	9.126	5.435.244	394.606	2.760.462.660	1.582.212.745	748.860	1.184.454.221	2.766.115.340	811.953	400.500	1.315	86.718
Região Nordeste	710.228.234	79.066.803.922	1.140.738	65.034.556	177.945.319	141.676	176.067.752	15.431.356	78.631.042.525	41.146.480.352	398.738	37.919.924.832	78.915.228.663	78.018.529	45.366.276	9.550.558	18.639.896
Alagoas	34.916.718	20.123.046.287	25.790	36.918	122.909	4.699	4.804.734	1.104.615	20.116.946.621	9.285.692.058	6.375	10.837.347.854	20.122.389.569	574.942	72.831	0	8.944
Bahia	187.505.583	18.650.673.799	352.679	51.425.697	146.532.867	48.064	75.765.607	3.309.618	18.373.239.267	10.933.702.884	87.592	7.716.883.323	18.541.071.226	55.097.898	35.877.009	3.006.641	15.621.025
Ceará	122.829.950	10.138.131.260	55.416	3.821.541	11.281.161	20.278	20.788.212	2.520.047	10.099.644.605	5.468.455.517	133.169	4.669.542.574	10.130.579.538	5.604.103	1.259.319	466.773	221.528
Maranhão	60.946.986	3.912.474.101	515.144	88.504	409.986	24.908	9.250.031	1.169.958	3.901.015.570	2.048.612.323	119.776	1.863.742.002	3.910.690.422	1.196.628	272.465	8.053	306.532
Paraíba	52.016.429	2.907.789.091	13.937	72.352	210.249	5.986	7.961.627	1.493.715	2.898.031.224	1.461.484.106	1.346	1.446.303.639	2.906.852.440	764.506	111.971	9.361	50.812
Pernambuco	104.703.715	9.214.110.172	67.885	4.940.267	12.812.687	25.330	30.399.929	2.349.614	9.163.514.460	4.174.651.148	18.022	5.039.441.002	9.194.463.227	8.671.597	3.120.427	6.057.882	1.797.039
Piauí	40.445.666	5.347.923.576	62.413	30.013	163.849	5.301	6.439.686	675.318	5.340.546.997	3.157.973.168	19.888	2.189.930.520	5.347.138.070	633.692	100.403	996	50.416
Rio Grande do Norte	75.741.875	4.137.718.622	20.164	4.564.075	6.321.429	6.166	16.245.944	1.678.241	4.108.882.605	2.022.899.765	5.719	2.114.813.138	4.127.610.333	5.055.588	4.477.625	688	574.388
Sergipe	31.121.312	4.634.937.014	27.308	55.190	90.183	945	4.411.981	1.130.231	4.629.221.176	2.593.009.383	6.851	2.041.920.780	4.634.433.838	419.575	74.225	164	9.211
Região Sudeste	2.379.840.451	135.781.432.709	3.765.267	367.515.322	202.682.464	2.634.366	593.737.167	34.033.926	134.577.064.197	84.916.303.762	251.511	50.864.877.435	135.041.336.225	76.787.814	20.242.590	16.391.512	626.674.567
Espírito Santo	67.595.868	5.330.603.878	153.795	456.348	1.338.277	37.669	11.887.617	984.087	5.315.746.086	3.614.911.583	32.998	1.715.659.297	5.328.421.389	1.655.645	257.217	67.584	202.042
Minas Gerais	845.713.968	41.418.359.376	1.826.175	15.327.704	33.301.246	396.886	81.739.367	6.908.168	41.278.859.830	25.078.532.300	121.140	16.339.705.936	41.380.105.602	17.501.652	6.871.106	3.590.551	10.290.465

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rio de Janeiro	451.385.836	25.164.609.122	41.299	16.043.569	71.553.388	1.389.692	236.758.133	9.376.616	24.829.446.425	17.973.083.643	8.683	7.191.516.796	24.974.980.622	28.173.780	4.211.890	7.173.026	150.069.804
São Paulo	1.015.144.779	63.867.860.333	1.743.999	335.687.700	96.489.553	810.119	263.352.051	16.765.055	63.153.011.856	38.249.776.236	88.691	25.617.995.406	63.357.828.612	29.456.737	8.902.376	5.560.351	466.112.256
Região Sul	857.315.073	66.045.503.674	3.230.905	36.854.591	51.669.524	724.467	140.567.388	11.931.986	65.800.524.814	36.640.389.245	185.566	29.404.928.863	65.981.470.523	37.883.010	11.940.439	5.323.901	8.885.802
Paraná	373.348.558	21.887.678.603	1.489.286	3.912.195	8.088.934	155.601	45.895.623	4.918.347	21.823.218.618	10.199.666.624	61.879	11.687.950.100	21.875.367.730	7.513.326	1.944.013	601.203	2.252.331
Rio Grande do Sul	279.040.919	26.305.568.020	1.174.739	10.413.136	12.701.817	370.989	54.560.906	4.202.384	26.222.144.049	15.901.165.189	60.666	10.404.342.165	26.285.548.915	11.568.696	2.592.166	1.123.038	4.735.205
Santa Catarina	204.925.596	17.852.257.051	566.880	22.529.261	30.878.773	197.877	40.110.859	2.811.255	17.755.162.146	10.539.557.432	63.021	7.312.636.598	17.820.553.878	18.800.988	7.404.261	3.599.660	1.898.266
Região Centro-Oeste	736.557.559	30.304.602.372	3.571.849	9.261.738	16.630.241	208.107	122.385.902	8.704.246	30.143.840.288	14.735.172.156	697.960	15.568.732.257	30.255.502.664	22.049.974	6.655.323	5.927.846	14.466.565
Distrito Federal	303.546.229	5.162.670.895	293.521	4.845.047	8.476.893	28.704	70.246.669	3.045.573	5.075.734.488	3.415.247.806	38.779	1.747.384.310	5.132.919.392	11.367.854	3.171.062	1.286.868	13.925.718
Goiás	144.585.855	13.352.593.020	1.335.063	4.278.694	7.641.741	40.272	24.468.206	3.503.678	13.311.325.365	6.329.840.015	347.350	7.022.405.655	13.337.536.969	7.572.385	2.689.983	4.546.145	247.539
Mato Grosso	211.560.390	6.967.762.334	1.338.736	96.828	279.421	88.387	15.826.824	1.087.249	6.949.044.889	3.396.751.757	165.578	3.570.844.999	6.965.035.511	1.963.044	506.144	45.259	212.375
Mato Grosso do Sul	76.865.085	4.821.576.124	604.529	41.168	232.186	50.745	11.844.203	1.067.745	4.807.735.546	1.593.332.578	146.253	3.228.097.293	4.820.010.792	1.146.691	288.134	49.573	80.933
TOTAL	4.920.954.647	332.766.011.848	14.371.715	487.655.778	473.186.811	3.779.297	1.084.641.583	73.004.773	330.629.371.891	191.695.322.079	4.560.431	141.066.129.339	331.732.176.064	230.473.018	92.364.514	38.226.707	672.771.545

Os dados do BASA do mês de fevereiro foram copiados do mês anterior

TABELA 10 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018
(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 1º Bimestre / 2018															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	240.302.510	21.568.858.481	1.760.349	9.046.303	24.610.178	750.913	52.828.396	2.977.194	21.476.885.149	14.257.669.639	2.623.244	7.308.565.599	21.538.359.680	15.970.924	7.841.625	1.044.877	5.641.375
Amortização	219.155.983	15.109.239.034	1.197.781	6.335.342	17.335.962	614.481	47.702.486	2.084.036	15.033.968.946	9.991.374.591	1.760.079	5.116.104.363	15.086.505.276	12.307.851	5.541.862	737.577	4.146.467
Encargos	21.146.527	6.459.619.447	562.568	2.710.961	7.274.216	136.432	5.125.910	893.158	6.442.916.203	4.266.295.047	863.165	2.192.461.235	6.451.854.404	3.663.073	2.299.763	307.299	1.494.908
Acre	23.850.995	2.148.117.080	68.654	77.031	82.942	10.644	4.419.513	129.267	2.143.329.030	1.680.094.556	134.979	467.887.545	2.147.473.618	501.766	77.435	915	63.346
Amortização	22.423.123	1.504.932.503	46.301	53.124	63.427	8.736	4.325.818	90.487	1.500.344.611	1.177.315.598	91.464	327.525.441	1.504.356.082	465.436	57.808	681	52.497
Encargos	1.427.872	643.184.577	22.353	23.906	19.515	1.909	93.695	38.780	642.984.419	502.778.958	43.515	140.362.104	643.117.536	36.330	19.628	234	10.849
Amapá	16.753.071	2.803.154.806	16.397	1.514.862	9.341.092	9.517	10.721.790	68.954	2.781.482.193	1.937.139.908	67.964	865.946.934	2.793.190.106	4.367.977	5.491.967	1.134	103.621
Amortização	15.415.076	1.962.997.937	7.878	1.055.062	6.542.904	8.068	8.288.809	48.268	1.947.046.949	1.356.791.228	39.639	606.167.070	1.955.940.374	3.133.961	3.847.473	1.020	75.110
Encargos	1.337.995	840.156.869	8.519	459.800	2.798.188	1.449	2.432.982	20.686	834.435.244	580.348.680	28.325	259.779.864	837.249.732	1.234.016	1.644.495	114	28.512
Amazonas	31.887.995	2.826.794.095	36.043	2.069.728	1.918.912	59.354	5.794.389	619.028	2.816.296.643	1.766.718.622	288.537	1.059.786.936	2.821.217.680	1.534.650	622.603	60.783	3.358.380
Amortização	28.779.206	1.980.146.137	26.596	1.452.043	1.353.859	50.149	5.407.679	433.319	1.971.422.491	1.238.080.983	203.403	741.861.751	1.976.003.733	1.273.405	456.798	44.106	2.368.094
Encargos	3.108.790	846.647.959	9.447	617.684	565.052	9.204	386.710	185.708	844.874.152	528.637.640	85.134	317.925.185	845.213.947	261.244	165.805	16.677	990.286
Pará	76.726.223	6.354.151.554	486.530	5.041.766	12.829.804	403.201	16.452.453	1.450.798	6.317.487.004	4.534.095.972	816.166	1.819.239.416	6.343.174.568	7.455.408	1.136.836	966.390	1.418.352
Amortização	68.511.752	4.451.123.108	324.675	3.538.224	9.030.774	326.713	14.600.970	1.015.559	4.422.286.194	3.177.061.661	548.368	1.273.513.079	4.442.915.534	5.629.592	804.051	678.257	1.095.675
Encargos	8.214.471	1.903.028.446	161.855	1.503.541	3.799.030	76.488	1.851.483	435.239	1.895.200.810	1.357.034.311	267.798	545.726.337	1.900.259.033	1.825.817	332.785	288.134	322.677
Rondônia	43.171.616	2.962.651.958	733.938	187.594	214.544	172.587	7.408.801	245.562	2.953.688.933	1.714.470.899	931.205	1.247.249.854	2.960.683.920	1.275.466	297.434	2.886	392.254
Amortização	39.869.313	2.075.921.778	483.974	129.602	167.809	139.294	7.221.451	171.893	2.067.607.755	1.202.210.059	617.011	873.094.708	2.074.355.561	1.033.416	204.757	2.548	325.497
Encargos	3.302.302	886.730.181	249.964	57.992	46.735	33.293	187.351	73.669	886.081.178	512.260.840	314.194	374.155.147	886.328.359	242.050	92.678	337	66.757
Roraima	13.747.220	1.706.866.300	65.573	15.125	49.267	7.088	2.544.246	80.050	1.704.104.951	1.042.956.618	37.220	663.872.462	1.706.628.616	188.837	20.687	99	28.061
Amortização	12.796.292	1.195.512.297	46.987	10.567	36.642	5.867	2.479.644	56.035	1.192.876.553	730.772.570	25.918	464.713.809	1.195.296.069	175.746	18.451	89	21.943
Encargos	950.928	511.354.003	18.585	4.558	12.624	1.220	64.602	24.015	511.228.398	312.184.048	11.302	199.158.653	511.332.547	13.091	2.236	10	6.119
Tocantins	34.165.390	2.767.122.686	353.215	140.198	173.618	88.522	5.487.202	383.535	2.760.496.396	1.582.193.063	347.172	1.184.582.451	2.765.991.173	646.821	194.662	12.670	277.361
Amortização	31.361.220	1.938.605.273	261.370	96.719	140.547	75.654	5.378.115	268.475	1.932.384.393	1.109.142.492	234.276	829.228.505	1.937.637.923	596.296	152.525	10.877	207.651
Encargos	2.804.170	828.517.413	91.845	43.480	33.071	12.868	109.087	115.061	828.112.003	473.050.571	112.896	355.353.946	828.353.249	50.525	42.137	1.793	69.709
Região Nordeste	701.373.627	79.069.712.168	940.934	66.539.656	178.755.137	734.246	176.479.451	15.236.570	78.631.026.175	41.146.450.389	1.387.736	37.921.874.044	78.915.535.892	78.771.015	45.764.795	9.600.945	20.039.522
Amortização	633.722.708	55.380.393.133	779.652	46.826.392	125.495.936	620.554	153.860.666	10.665.599	55.042.144.334	28.833.797.268	1.089.475	26.545.506.391	55.268.398.244	58.314.268	32.443.655	6.737.613	14.499.352
Encargos	67.650.919	23.689.319.035	161.282	19.713.264	53.259.200	113.692	22.618.784	4.570.971	23.588.881.841	12.312.653.121	298.261	11.376.367.653	23.647.137.648	20.456.746	13.321.139	2.863.331	5.540.170
Alagoas	35.021.851	20.123.140.751	34.684	84.898	144.707	21.109	4.847.361	1.082.008	20.116.925.986	9.285.666.124	36.629	10.837.437.998	20.122.385.863	599.313	80.378	2.579	72.620
Amortização	30.814.112	14.087.583.134	30.625	64.832	114.226	18.003	4.730.058	757.405	14.081.867.985	6.501.341.418	29.214	7.586.212.502	14.086.878.281	573.787	72.175	2.202	56.689
Encargos	4.207.740	6.035.557.617	4.059	20.065	30.481	3.106	117.303	324.602	6.035.058.000	2.784.324.706	7.415	3.251.225.496	6.035.507.581	25.525	8.203	377	15.931
Bahia	187.522.227	18.651.110.518	327.121	51.727.349	146.748.438	239.774	75.391.712	3.392.121	18.373.284.003	10.933.478.028	319.685	7.717.312.805	18.541.341.998	55.284.152	35.928.469	3.003.512	15.552.388
Amortização	169.832.915	13.064.234.920	275.739	36.277.005	102.821.180	204.318	60.846.253	2.374.485	12.861.435.939	7.661.804.249	255.497	5.402.175.174	12.986.286.260	39.586.449	25.224.076	2.108.690	11.029.445
Encargos	17.689.312	5.586.875.599	51.382	15.450.344	43.927.258	35.456	14.545.459	1.017.636	5.511.848.065	3.271.673.779	64.188	2.315.137.632	5.555.055.738	15.697.703	10.704.393	894.822	4.522.943
Ceará	115.799.978	10.138.823.364	48.776	4.167.617	11.467.478	113.975	20.948.511	2.482.556	10.099.594.452	5.468.838.230	180.988	4.669.804.146	10.130.598.506	5.786.498	1.369.733	478.397	590.229
Amortização	104.517.321	7.102.364.102	41.471	2.958.866	8.093.668	95.697	19.681.037	1.737.789	7.069.755.573	3.833.332.859	140.039	3.268.891.204	7.095.891.949	4.634.759	1.025.404	337.309	474.682
Encargos	11.282.657	3.036.459.262	7.305	1.208.751	3.373.810	18.277	1.267.474	744.767	3.029.838.879	1.635.505.371	40.949	1.400.912.942	3.034.706.558	1.151.740	344.329	141.089	115.547
Maranhão	61.342.210	3.912.722.861	302.902	192.537	531.013	66.239	9.498.997	1.149.051	3.900.982.124	2.048.576.638	141.959	1.864.004.264	3.910.588.625	1.197.383	280.012	15.795	641.047
Amortização	55.342.587	2.741.655.079	233.382	152.526	419.369	56.224	9.241.899	804.336	2.730.747.344	1.436.706.552	109.909	1.304.838.618	2.739.754.908	1.129.010	238.351	12.441	520.369
Encargos	5.999.622	1.171.067.784	69.520	40.011	111.644	10.015	257.098	344.715	1.170.234.780	611.870.086	32.051	559.165.647	1.170.833.717	68.373	41.662	3.353	120.679
Paraíba	51.126.332	2.908.021.625	31.989	124.431	245.043	33.170	8.066.949	1.434.779	2.898.085.264	1.461.405.344	63.976	1.446.552.305	2.906.873.466	823.137	144.610	10.690	169.721
Amortização	46.196.689	2.037.943.014	28.533	97.483	198.009	27.962	7.890.280	1.004.346	2.028.696.402	1.025.293.843	51.883	1.012.597.288	2.036.885.121	785.383	119.184	7.932	145.394
Encargos	4.929.643	870.078.610	3.456	26.948	47.033	5.208	176.668	430.434	869.388.862	436.111.500	12.093	433.955.017	869.988.345	37.754	25.426	2.758	24.327
Pernambuco	104.660.086	9.214.926.427	41.780	5.477.132	12.911.397	114.470	30.637.006	2.273.883	9.163.470.760	4.174.688.365	450.340	5.039.787.722	9.194.462.014	8.828.609	3.227.403	6.070.261	2.338.142
Amortização	94.723.175	6.455.169.110	35.061	3.917.499	9.092.374	98.297	25.963.576	1.591.718	6.414.470.584	2.926.942.256	350.047	3.527.876.807	6.440.150.422	6.670.260	2.386.194	4.252.709	1.709.525
Encargos	9.936.911	2.759.757.317	6.719	1.559.634	3.819.022	16.172	4.673.430	682.165	2.749.000.176	1.247.746.109	100.293	1.511.910.915	2.754.311.592	2.158.349	841.209	1.817.551	628.617
Piauí	40.731.433	5.348.284.919	35.089	64.592	238.176	74.210	6.633.963	662.842	5.340.576.047	3.158.097.073	54.543	2.190.133.303	5.347.161.383	667.375	128.120	15.084	312.958
Amortização	36.921.255	3.745.704.565	28.316	50.126	195.147	60.315	6.465.524	463.990	3.738.441.148	2.212.554.949	43.154	1.533.106.462	3.744.678.093	639.551	113.507	12.237	261.178
Encargos	3.810.178	1.602.580.354	6.772	14.465	43.029	13.895	168.440	198.853	1.602.134.900	945.542.124	11.389	657.026.841	1.602.483.289	27.825	14.613	2.847	51.780
Rio Grande do Norte	74.077.022	4.137.563.680	20.198	4.613.554	6.356.910	42.284	16.013.018	1.631.927	4.108.885.788	2.022.674.404	87.141	2.114.802.135	4.127.613.633	5.117.549	4.534.731	1.880	295.887
Amortização	67.986.019	2.899.880.280	19.025	3.238.725	4.474.325	35.233	14.709.565	1.142.349	2.876.261.058	1.419.436.130	68.092	1.480.376.058	2.892.570.661	3.859.851	3.205.570	1.681	242.517
Encargos	6.091.003	1.237.683.399	1.173	1.374.828	1.882.586	7.051	1.303.453	489.578	1.232.624.730	603.238.274	19.049	634.426.076	1.235.042.971	1.257.698	1.329.162	199	53.370
Sergipe	31.092.488	4.635.118.021	98.396	87.547	111.975	29.016	4.441.934	1.127.402	4.629.221.751	2.593.026.182	52.474	2.042.039.365	4.634.510.406	466.999	71.339	2.747	66.531
Amortização	27.388.635	3.245.858.929	87.500	69.330	87.638	24.504	4.332.474	789.182	3.240.468.301	1.816.385.012	41.640	1.429.432.277	3.245.302.548	435.218	59.196	2.412	59.554
Encargos	3.703.852	1.389.259.093	10.896	18.217	24.337	4.512	109.460	338.221	1.388.753.450	776.641.170	10.835	612.607.088	1.389.207.857	31.781	12.143	335	6.977
Região Sudeste	2.143.741.082	135.801.231.469	4.332.228	374.945.780	205.336.827	8.120.934	599.601.098	34.645.564	134.574.249.038	84.920.710.881	4.144.961	50.876.375.627	135.044.436.808	78.623.861	20.500.107	16.712.398	640.958.295
Amortização	1.894.620.944	95.147.114.943	3.747.317	264.462.434	144.768.727	7.299.369	499.762.527	24.251.895	94.202.822.674	59.529.021.988	3.698.647	35.614.394.308	94.602.823.577	62.753.994	15.260.938	11.797.489	454.478.944

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Encargos	249.120.138	40.654.116.526	584.910	110.483.346	60.568.100	821.565	99.838.571	10.393.669	40.371.426.364	25.391.688.892	446.315	15.261.981.319	40.441.613.231	15.869.867	5.239.169	4.914.909	186.479.351
Espírito Santo	69.242.524	5.330.889.750	112.160	540.705	1.366.023	137.551	11.953.437	1.039.020	5.315.740.855	3.614.832.601	105.757	1.715.951.392	5.328.548.404	1.731.148	280.585	75.348	254.266
Amortização	63.435.485	3.734.878.911	102.095	397.871	977.953	117.740	11.508.532	727.314	3.721.047.405	2.533.589.527	92.007	1.201.197.377	3.732.825.875	1.534.263	244.737	55.488	218.548
Encargos	5.807.039	1.596.010.839	10.065	142.834	388.069	19.811	444.905	311.706	1.594.693.450	1.081.243.074	13.750	514.754.015	1.595.722.529	196.885	35.848	19.860	35.718
Minas Gerais	565.008.318	41.421.286.418	1.697.536	16.067.558	33.750.760	732.223	82.462.019	6.695.077	41.279.881.245	25.078.749.630	447.250	16.342.089.538	41.380.898.026	18.004.031	6.795.560	3.685.469	11.903.331
Amortização	477.609.696	29.013.196.852	1.439.383	11.402.054	23.793.387	621.681	74.967.007	4.686.554	28.896.286.787	17.573.185.819	372.458	11.439.638.575	28.982.563.715	14.221.097	4.958.903	2.601.345	8.851.793
Encargos	87.398.622	12.408.089.566	258.153	4.665.505	9.957.372	110.542	7.495.012	2.008.523	12.383.594.458	7.505.563.811	74.792	4.902.450.963	12.398.334.312	3.782.934	1.836.657	1.084.124	3.051.538
Rio de Janeiro	491.913.492	25.171.564.351	45.786	19.833.495	71.835.082	5.172.016	238.426.840	9.669.398	24.826.581.735	17.976.571.048	2.275.314	7.192.717.989	24.975.494.796	28.426.338	4.299.474	7.269.800	156.073.944
Amortização	432.286.844	17.637.905.841	39.733	14.834.663	50.399.261	4.803.800	182.315.877	6.768.578	17.378.743.928	12.600.743.624	2.144.728	5.035.017.489	17.497.595.169	21.258.545	3.104.843	5.103.527	110.843.756
Encargos	59.626.648	7.533.658.512	6.053	4.998.832	21.435.821	368.216	56.110.963	2.900.819	7.447.837.808	5.375.827.425	130.586	2.157.700.501	7.477.899.627	7.167.793	1.194.630	2.166.273	45.230.188
São Paulo	1.017.576.747	63.877.490.949	2.476.746	338.504.022	98.384.963	2.079.144	266.758.802	17.242.070	63.152.045.203	38.250.557.602	1.316.640	25.625.616.707	63.359.495.582	30.462.343	9.124.488	5.681.781	472.726.755
Amortização	921.288.919	44.761.133.339	2.166.106	237.827.846	69.598.125	1.756.148	230.971.111	12.069.449	44.206.744.554	26.821.503.019	1.089.453	17.938.540.867	44.389.838.818	25.740.089	6.952.456	4.037.129	334.564.848
Encargos	96.287.829	19.116.357.610	310.640	100.676.176	28.786.838	322.997	35.787.690	5.172.621	18.945.300.648	11.429.054.583	227.187	7.687.075.840	18.969.656.764	4.722.255	2.172.032	1.644.652	138.161.907
Região Sul	847.595.061	66.049.993.773	3.218.880	38.229.938	52.404.243	2.074.921	141.823.929	11.973.123	65.800.268.740	36.639.755.621	1.266.994	29.408.971.158	65.982.395.110	38.606.872	12.095.873	5.580.952	11.314.967
Amortização	756.623.493	46.270.913.434	2.858.208	27.177.821	37.022.657	1.744.673	133.144.242	8.381.385	46.060.584.448	25.683.049.297	1.076.490	20.586.787.647	46.218.253.010	30.399.834	9.032.077	3.973.929	9.254.584
Encargos	90.971.567	19.779.080.340	360.672	11.052.117	15.381.586	330.248	8.679.687	3.591.738	19.739.684.292	10.956.706.325	190.505	8.822.183.511	19.764.142.100	8.207.038	3.063.796	1.607.023	2.060.383
Paraná	369.758.857	21.889.385.773	1.461.230	4.420.257	8.471.077	776.798	46.253.900	4.855.869	21.823.146.643	10.199.296.519	417.377	11.689.671.877	21.875.466.029	7.731.846	2.055.066	735.099	3.397.734
Amortização	318.535.726	15.335.596.903	1.299.982	3.236.678	6.089.905	655.723	44.542.241	3.399.307	15.276.373.067	7.152.264.519	345.515	8.182.986.869	15.323.587.206	6.697.883	1.640.882	544.328	3.126.604
Encargos	51.223.131	6.553.788.870	161.248	1.183.579	2.381.172	121.075	1.711.659	1.456.562	6.546.773.576	3.047.032.000	71.862	3.506.685.008	6.551.878.823	1.033.964	414.184	190.771	271.130
Rio Grande do Sul	276.448.005	26.307.133.297	1.341.450	10.805.780	12.885.482	707.995	55.092.025	4.268.129	26.222.032.436	15.901.093.766	459.719	10.405.579.812	26.286.069.223	11.854.855	2.619.987	1.195.832	5.393.400
Amortização	252.883.229	18.428.057.328	1.196.458	7.686.934	9.111.225	593.628	50.919.917	2.987.690	18.355.561.477	11.143.596.322	396.957	7.284.064.049	18.411.693.129	9.379.381	2.043.896	852.585	4.088.338
Encargos	23.564.776	7.879.075.969	144.992	3.118.846	3.774.258	114.367	4.172.109	1.280.439	7.866.470.959	4.757.497.444	62.762	3.121.515.763	7.874.376.094	2.475.474	576.092	343.247	1.305.062
Santa Catarina	201.388.199	17.853.474.703	416.201	23.003.901	31.047.683	590.129	40.478.003	2.849.124	17.755.089.661	10.539.365.336	389.898	7.313.719.469	17.820.859.858	19.020.170	7.420.820	3.650.022	2.523.833
Amortização	185.204.539	12.507.259.202	361.768	16.254.209	21.821.527	495.322	37.682.084	1.994.387	12.428.649.904	7.387.188.456	334.017	5.119.736.729	12.482.972.675	14.322.570	5.347.299	2.577.016	2.039.642
Encargos	16.183.660	5.346.215.500	54.432	6.749.692	9.226.156	94.806	2.795.919	854.737	5.326.439.757	3.152.176.880	55.880	2.193.982.740	5.337.887.183	4.697.600	2.073.521	1.073.005	484.191
Região Centro-Oeste	734.912.152	30.307.303.191	2.793.274	9.712.164	16.942.063	2.266.598	123.466.085	8.726.310	30.143.396.696	14.736.092.531	621.698	15.570.588.962	30.255.098.894	22.573.382	6.567.667	5.960.705	17.102.543
Amortização	651.192.328	21.244.952.735	2.392.387	6.897.964	12.080.180	2.138.530	114.637.767	6.108.491	21.100.697.416	10.344.745.983	536.002	10.899.670.751	21.203.980.826	19.160.186	4.864.361	4.194.028	12.753.335
Encargos	83.719.824	9.062.350.455	400.887	2.814.200	4.861.883	128.068	8.828.318	2.617.819	9.042.699.280	4.391.346.548	85.696	4.670.918.211	9.051.118.068	3.413.196	1.703.306	1.766.677	4.349.208
Distrito Federal	306.381.656	5.164.411.669	62.011	4.788.744	8.538.702	1.657.028	70.661.361	3.231.300	5.075.472.523	3.416.408.490	131.700	1.747.871.479	5.133.156.457	11.482.595	3.219.217	1.305.813	15.247.588
Amortização	286.945.369	3.631.241.867	59.357	3.362.184	6.018.280	1.620.242	65.029.846	2.261.910	3.552.890.047	2.407.592.707	110.249	1.223.538.911	3.606.899.081	9.825.712	2.326.724	917.285	11.273.064
Encargos	19.436.287	1.533.169.803	2.654	1.426.561	2.520.422	36.786	5.631.515	969.390	1.522.582.476	1.008.815.784	21.451	524.332.568	1.526.257.376	1.656.883	892.493	388.528	3.974.523
Goiás	142.114.320	13.352.624.771	874.502	4.422.677	7.711.557	217.385	24.697.943	3.443.548	13.311.257.159	6.329.264.107	205.915	7.023.154.749	13.337.082.202	7.747.463	2.684.925	4.564.026	546.155
Amortização	124.731.542	9.352.138.361	772.716	3.138.823	5.476.819	185.636	22.155.643	2.410.557	9.317.998.167	4.435.661.222	183.214	4.916.293.925	9.340.427.640	6.105.513	1.942.825	3.201.094	461.289
Encargos	17.382.778	4.000.486.412	101.786	1.283.854	2.234.738	31.749	2.542.301	1.032.990	3.993.258.993	1.893.602.885	22.702	2.106.860.825	3.996.654.562	1.641.950	742.100	1.362.931	84.867
Mato Grosso	211.303.934	6.968.369.704	1.320.192	219.104	411.922	263.711	16.126.145	1.040.657	6.948.987.973	3.396.963.237	153.204	3.571.253.263	6.964.972.774	2.114.749	397.133	51.366	833.682
Amortização	170.249.453	4.882.632.622	1.058.130	170.311	349.249	224.502	15.723.253	728.460	4.864.378.717	2.382.514.873	132.025	2.499.985.724	4.879.579.173	2.039.450	338.743	44.813	630.443
Encargos	41.054.480	2.085.737.083	262.062	48.793	62.673	39.209	402.892	312.197	2.084.609.256	1.014.448.364	21.180	1.071.267.539	2.085.393.601	75.300	58.390	6.553	203.240
Mato Grosso do Sul	75.112.242	4.821.897.046	536.570	281.639	279.883	128.473	11.980.635	1.010.805	4.807.679.041	1.593.456.697	130.879	3.228.309.470	4.819.887.460	1.228.574	266.392	39.501	475.118
Amortização	69.265.964	3.378.939.887	502.185	226.647	235.832	108.150	11.729.024	707.564	3.365.430.486	1.118.977.181	110.515	2.259.852.191	3.377.074.933	1.189.512	256.068	30.835	388.539
Encargos	5.846.278	1.442.957.158	34.386	54.992	44.050	20.323	251.610	303.242	1.442.248.555	474.479.515	20.364	968.457.279	1.442.812.528	39.063	10.324	8.666	86.579
TOTAL	4.667.924.431	332.797.099.083	13.045.665	498.473.841	478.048.448	13.947.612	1.094.198.957	73.558.762	330.625.825.798	191.700.679.060	10.044.634	141.086.375.389	331.735.826.384	234.546.054	92.770.066	38.899.876	695.056.702
Amortização	4.155.315.457	233.152.613.279	10.975.346	351.699.953	336.703.463	12.417.607	949.107.688	51.491.406	231.440.217.817	134.381.989.127	8.160.692	98.762.463.460	232.379.960.934	182.936.134	67.142.893	27.440.637	495.132.682
Encargos	512.608.974	99.644.485.803	2.070.319	146.773.888	141.344.985	1.530.005	145.091.270	22.067.356	99.185.607.981	57.318.689.933	1.883.942	42.323.911.929	99.355.865.451	51.609.920	25.627.173	11.459.239	199.924.020

Os dados do BASA do mês de fevereiro foram copiados do mês anterior

TABELA 11 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018

(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018 Saldos	Saldos em 28.02.2018															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	122.072.183	122.356.965	22.170.545	10.621.978	7.591.351	17.434.642	33.404.666	14.466.996	16.666.787	63.873.773	35.194.180	23.289.012	59.765.028	7.114.345	6.481.232	920.427	48.075.933
Acre	5.616.513	5.661.811	1.055.174	351.452	659.881	245.580	1.546.168	577.629	1.225.927	3.226.198	1.660.514	775.099	3.646.746	575.763	331.668	12.640	1.094.994
Amapá	5.188.915	5.506.203	146.169	103.570	350.220	204.344	2.804.617	392.286	1.504.997	3.877.423	923.993	704.787	3.188.568	247.607	196.706	23.043	1.850.278
Amazonas	15.763.074	14.755.148	314.867	2.313.805	1.331.294	1.281.811	3.487.442	3.239.518	2.786.412	8.048.061	3.696.676	3.010.411	6.918.571	873.836	1.485.787	327.528	5.149.426
Pará	47.325.193	49.971.688	6.313.270	5.252.351	2.600.413	9.580.163	15.463.199	5.620.790	5.141.503	25.584.928	14.090.531	10.296.229	19.491.918	2.647.799	1.865.811	242.129	25.724.032
Rondônia	25.033.744	24.931.373	6.676.712	1.801.809	1.586.064	4.127.650	6.318.802	2.112.931	2.307.405	11.875.892	9.113.012	3.942.469	11.865.590	1.180.496	1.497.066	53.910	10.334.311
Roraima	4.106.201	3.862.669	483.755	63.207	260.615	159.615	1.442.707	562.050	890.720	2.536.569	391.029	935.071	2.958.842	208.371	254.582	1.834	439.041
Tocantins	19.038.542	17.668.074	7.180.599	735.783	802.864	1.835.480	2.341.732	1.961.791	2.809.824	8.724.702	5.318.425	3.624.947	11.694.791	1.380.474	849.612	259.344	3.483.853
Região Nordeste	341.528.575	321.722.210	36.774.957	52.756.744	18.053.473	15.782.767	70.787.909	71.835.636	55.730.725	172.647.363	69.407.192	79.667.654	173.411.588	19.356.686	20.876.966	2.454.134	105.622.835
Alagoas	15.498.660	14.945.816	1.403.524	2.003.329	930.204	445.546	1.466.922	5.306.100	3.390.190	7.930.860	2.570.794	4.444.162	11.128.938	726.328	763.226	53.361	2.273.962
Bahia	88.831.405	86.533.263	14.730.447	13.723.345	4.758.988	5.046.599	18.266.304	16.648.701	13.358.877	47.926.587	19.960.897	18.645.779	44.111.827	6.010.118	5.996.224	786.060	29.629.035
Ceará	57.292.141	48.041.331	3.359.798	9.720.588	3.369.746	2.489.144	10.921.079	9.549.859	8.631.118	24.509.143	11.023.906	12.508.282	23.533.428	2.904.178	3.574.347	355.035	17.674.344
Maranhão	36.822.244	36.253.718	6.288.625	4.265.145	1.928.688	1.417.984	10.530.154	5.661.217	6.161.906	21.132.044	7.884.018	7.237.656	17.799.939	2.562.845	2.007.379	158.932	13.724.622
Paraíba	22.239.115	20.748.102	1.158.067	2.212.397	1.183.721	716.852	2.709.563	7.922.157	4.845.346	10.661.931	3.202.030	6.884.141	15.234.942	1.062.241	1.156.832	81.240	3.212.847
Pernambuco	54.267.313	52.881.342	3.377.113	15.992.286	2.883.434	2.357.281	10.427.644	10.658.551	7.185.033	27.412.232	12.479.402	12.989.708	25.502.148	2.706.363	3.013.008	586.827	21.072.996
Piauí	23.420.560	22.496.439	3.438.225	1.576.100	1.366.230	1.749.745	6.076.376	3.542.981	4.746.783	12.104.603	5.152.229	5.239.607	11.222.921	1.354.526	1.491.065	351.107	8.076.821
Rio Grande do Norte	29.584.821	27.088.374	1.219.848	2.040.099	1.075.712	940.137	9.041.705	7.407.960	5.362.913	14.363.296	4.641.878	8.083.200	15.470.390	1.227.319	1.969.491	34.382	8.386.791
Sergipe	13.572.319	12.733.824	1.799.310	1.223.455	556.750	619.480	1.348.162	5.138.110	2.048.558	6.606.668	2.492.037	3.635.119	9.407.056	802.767	905.394	47.190	1.571.417
Região Sudeste	961.362.495	940.190.497	56.012.463	167.138.199	48.364.447	94.629.874	197.867.772	213.045.449	163.132.293	658.055.736	50.560.248	231.574.513	467.092.658	30.740.449	36.433.276	15.706.924	390.217.190
Espírito Santo	24.420.999	25.430.854	4.628.732	1.914.477	1.591.815	2.866.297	4.224.544	6.663.020	3.541.970	17.097.932	2.015.361	6.317.561	17.612.600	1.331.429	1.192.282	360.800	4.933.743

Minas Gerais	193.213.383	186.194.924	23.621.248	20.245.024	9.707.117	15.866.778	19.982.889	50.687.687	46.084.179	126.111.207	10.552.329	49.531.388	124.281.056	8.167.887	7.364.092	3.576.595	42.805.295
Rio de Janeiro	232.592.824	224.318.376	1.071.579	29.126.258	6.733.236	30.713.604	75.491.944	35.103.961	46.077.794	180.943.612	7.778.782	35.595.982	78.037.215	3.480.814	3.735.633	2.767.933	136.296.781
São Paulo	511.135.290	504.246.344	26.690.904	115.852.439	30.332.279	45.183.195	98.168.396	120.590.781	67.428.350	333.902.985	30.213.777	140.129.582	247.161.788	17.760.318	24.141.270	9.001.597	206.181.371
Região Sul	370.085.728	355.875.616	72.466.892	48.698.049	23.162.530	45.702.360	35.088.378	93.126.825	37.630.583	216.663.507	26.031.547	113.180.562	220.583.041	20.788.228	19.361.783	10.587.989	84.554.576
Paraná	145.600.220	140.303.348	33.260.282	17.857.608	10.470.950	16.760.793	11.698.989	36.739.759	13.514.968	84.044.510	9.936.134	46.322.704	88.367.035	7.607.232	6.745.308	4.264.114	33.319.660
Rio Grande do Sul	129.562.515	125.404.323	27.194.112	17.261.359	6.946.826	15.889.130	13.340.287	32.927.648	11.844.962	77.407.134	8.612.877	39.384.312	80.016.155	7.512.920	6.913.144	2.895.621	28.066.483
Santa Catarina	94.922.993	90.167.944	12.012.497	13.579.081	5.744.754	13.052.437	10.049.103	23.459.418	12.270.654	55.211.862	7.482.536	27.473.546	52.199.850	5.668.076	5.703.331	3.428.254	23.168.433
Região Centro-Oeste	242.912.026	239.058.525	51.508.634	15.131.124	9.250.062	25.054.575	53.548.959	50.477.808	34.087.363	148.975.103	28.550.061	61.533.361	157.275.476	12.548.051	8.784.100	2.947.366	57.503.530
Distrito Federal	74.954.571	76.049.223	2.682.241	2.141.173	1.684.533	12.113.399	27.709.887	16.674.556	13.043.434	59.295.645	4.098.055	12.655.523	46.771.203	1.613.766	1.325.139	549.691	25.789.425
Goiás	76.514.066	74.010.780	19.510.704	4.738.727	3.221.072	4.536.134	11.808.072	19.709.229	10.486.843	39.785.919	9.898.893	24.325.968	56.478.511	4.126.850	2.828.611	1.023.727	9.553.080
Mato Grosso	51.495.014	51.123.910	19.088.567	1.947.514	2.484.231	5.590.711	9.167.416	7.137.523	5.707.951	28.010.092	7.763.090	15.350.728	31.000.896	4.665.845	3.193.380	927.325	11.336.464
Mato Grosso do Sul	39.948.376	37.874.611	10.227.123	6.303.709	1.860.227	2.814.331	4.863.585	6.956.500	4.849.135	21.883.447	6.790.022	9.201.142	23.024.866	2.141.590	1.436.970	446.622	10.824.562
TOTAL	2.037.961.007	1.979.203.812	238.933.491	294.346.092	106.421.863	198.604.218	390.697.684	442.952.713	307.247.752	1.260.215.483	209.743.228	509.245.102	1.078.127.791	90.547.759	91.937.358	32.616.839	685.974.065

Os dados do BASA do mês de fevereiro foram copiados do mês anterior

TABELA 12 - POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO 2018
(Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 - LDO 2018 - Art. 110 - § 3º)

Demonstrativo das aplicações em Operações de Crédito, por Região, Unidade da Federação, Setor de Atividade, Origem dos Recursos Aplicados e Porte do Tomador

EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - A FUNDO PERDIDO

Consolidado das Agências

em R$ mil

Região/UF	Programação 2018	Realizado até o 1º Bimestre / 2018															
		Total	Setor de Atividade							Origem de Recursos			Porte do Tomador				
			Rural	Industrial	Comércio	Intermed. Financ.	Outros Serviços	Habitação	Outros	Próprio	Tesouro	Outras Fontes	Micro	Pequeno	Médio	Médio-Grande	Grande
Região Norte	137.965	260	0	0	0	0	260	0	0	260	0	0	0	0	260	0	0
Acre	23.426	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amapá	512	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amazonas	56.622	260	0	0	0	0	260	0	0	260	0	0	0	0	260	0	0
Pará	21.255	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rondônia	1.806	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	28.749	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantins	5.595	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Região Nordeste	33.450	32.646	0	329	0	0	32.317	0	0	32.646	0	0	0	30.646	2.000	0	0
Bahia	4.510	25.771	0	0	0	0	25.771	0	0	25.771	0	0	0	25.771	0	0	0
Maranhão	0	2.000	0	0	0	0	2.000	0	0	2.000	0	0	0	0	2.000	0	0
Pernambuco	19.904	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Piauí	9.036	4.875	0	329	0	0	4.546	0	0	4.875	0	0	0	4.875	0	0	0
Região Sudeste	123.966	11.468	0	668	0	0	10.800	0	0	11.468	0	0	1.998	3.549	4.707	0	1.214
Minas Gerais	15.269	1.205	0	0	0	0	1.205	0	0	1.205	0	0	0	0	1.205	0	0
Rio de Janeiro	11.055	1.303	0	668	0	0	635	0	0	1.303	0	0	1.303	0	0	0	0
São Paulo	97.642	8.959	0	0	0	0	8.959	0	0	8.959	0	0	695	3.549	3.502	0	1.214
Região Sul	26.977	4.625	0	1.381	0	0	3.243	0	0	4.625	0	0	3.243	0	0	0	1.381
Paraná	16.024	2.082	0	0	0	0	2.082	0	0	2.082	0	0	2.082	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	2.222	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Catarina	8.731	2.542	0	1.381	0	0	1.161	0	0	2.542	0	0	1.161	0	0	0	1.381
Região Centro-Oeste	15.761	876	0	0	0	0	876	0	0	876	0	0	648	0	0	0	228
Goiás	12.070	648	0	0	0	0	648	0	0	648	0	0	648	0	0	0	0
Mato Grosso do Sul	3.691	228	0	0	0	0	228	0	0	228	0	0	0	0	0	0	228
TOTAL	338.119	49.875	0	2.378	0	0	47.496	0	0	49.875	0	0	5.890	34.195	6.967	0	2.823

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 26 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, resolve acolher o opinativo da Assessoria Especial de Apoio ao Ministro exarado na Nota Técnica nº 21/2018/CGAT/AESAM para conceder força executória ao Parecer Jurídico 00002/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU referente à aplicabilidade da Lei nº 13.467, de 14 de julho de 2017.

HELTON YOMURA

ANEXO

PARECER Nº 00002/2018/CONJUR-MTB/CGU/AGU

NUP: 46010.001823/2017-91

INTERESSADOS: GABINETE DO MINISTRO/MTE

ASSUNTOS: NORMAS E RITOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, CÍVEIS E PENAIS

EMENTA: I. Consulta Jurídica. II. Interpretação de dispositivo da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. III. Teletrabalho. IV. Jornada de trabalho. V. Opinião pela exclusão do regime de jornada de trabalho, desde que não haja controle de horário.

I - RELATÓRIO

Por intermédio da NOTA TÉCNICA/GM N. 121/2017 o Gabinete do Ministro solicita a esta Consultoria Jurídica análise e manifestação acerca de questionamento específico sobre a aplicação de dispositivo da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, a saber:

Considerando o disposto no art. 62, III da Lei 13.467/2017, pode-se afirmar que os teletrabalhadores encontram-se excluídos da proteção da jornada, bem como dos demais direitos provenientes do Título II da CLT, tais como, adicional noturno, horas extras ou qualquer outro que seja auferido por meio de controle da jornada de trabalho?

É o breve relatório.

II - DA ANÁLISE DA CONSULTA

a) Da regulamentação do teletrabalho

Incluídos na CLT pela Lei n° 13.467, de 2017, os arts. 75-A ao 75-E previram a prestação do trabalho remoto.

O art. 75-A estabeleceu que a prestação de serviços pelo empregado em regime de teletrabalho observará o disposto neste Capítulo (II-A).

Segundo o art. 75-B considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

Para o seu parágrafo único, o comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho.

A Lei n° 13.467, de 2017, de outra parte, também introduziu dispositivo específico do teletrabalho em Capítulo relacionado à duração do trabalho.

Com a inserção desse dispositivo os empregados que trabalham em regime de teletrabalho foram incluídos no rol do art. 62, que trata dos trabalhadores não abrangidos pelo regime de jornada de trabalho, ao lado dos empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho e dos exercentes de cargos de gestão.

b) Da apreciação específica objeto da consulta

Como ressaltado acima o objeto da presente consulta pode ser resumido na seguinte indagação:

Considerando o disposto no art. 62, III da Lei 13.467/2017, pode-se afirmar que os teletrabalhadores encontram-se excluídos da proteção da jornada, bem como dos demais direitos provenientes do Título II da CLT, tais como, adicional noturno, horas extras ou qualquer outro que seja auferido por meio de controle da jornada de trabalho?

Pois bem, em primeiro lugar, cabe registrar que a indagação é pertinente porquanto, de fato, merece trabalho hermenêutico, já que a leitura isolada do art. 62 pode levar ao aplicador do Direito a interpretação que não reputamos mais correta(1).

Isso porque, como registrado acima, a Lei n° 13.467, de 2017, incluiu os empregados que trabalham em regime de teletrabalho na hipótese em que não se aplica o regime de jornada de trabalho e, como consequência, o controle de horário.

Veja, de início, que, pela leitura do art. 62, é possível verificar que em tese nem precisaria o legislador ter incluído dispositivo específico para os que trabalham em regime de teletrabalho.

É que poder-se-ia entender que tais trabalhadores já estariam abrangidos na hipótese do inciso I do art. 62, que se refere aos empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assim, se o trabalhador exercesse atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, se tal condição fosse anotada na CTPS e no registro de empregados, não estaria abrangido no regime de controle de jornada de trabalho. Ao contrário disso, não cumprindo tais requisitos, estaria abarcado pelo regime.

Ocorre que o art. 75-B previu regra que determina que o teletrabalho não constitui ou se enquadra como trabalho externo.

Isso significa que o teletrabalho não pode ser considerado atividade externa e, portanto, não pode ser abarcado na hipótese prevista no inciso I do art. 62.

Veja-se que o legislador pretendeu prever dispositivo específico aos empregados em regime de teletrabalho ao incluir o inciso III e nele não previu nenhuma condição, como o fez para o inciso I (exercício de atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho; haver anotação na CTPS; e no registro de empregados).

A única condição para ser excluído das regras específicas da jornada de trabalho é ser empregado em regime de teletrabalho.

Com efeito, embora não haja menção na exposição de motivos da MP n. 808, de 2017, parece-nos que a intenção legislativa ao prever a regulamentação do teletrabalho foi no sentido de que o controle dos empregados que se submetem a tal regime perpassa pela sua produtividade e não por sua jornada.

Nesse caso, como regra, o trabalho se mede por produção e não por hora trabalhada ou pelo tempo que o empregado se dedica ao labor.

Isso significa então que a regra que exclui o empregado em regime de teletrabalho do art. 62 é absoluta? Pensamos ser negativa a resposta.

Isso porque apenas em princípio os empregados em regime de teletrabalho estão excluídos da limitação de horas trabalhadas, o que não impede que o empregador fiscalize a jornada do empregado, que pode ser controlada por meios telemáticos pela empresa. Nessa hipótese, caso seja extrapolado o limite dessa jornada, horas extras e consectários podem ser gerados.

Fazendo-se interpretação sistemática, é possível verificar que o art. 6º da CLT é claro ao prever que o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância não se distingue, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

E mais, o seu parágrafo único prevê que os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

Isso significa dizer que o controle do empregador perante o empregado pode ser aferido por meio de informações computadorizadas e essa fiscalização pode averiguar não apenas a produção mas também o horário de labor do empregado. Esse controle é próprio da subordinação jurídica que o empregado se submete numa relação empregatícia.

Assim, embora o art. 62 da CLT exclua os teletrabalhadores do controle de jornada, se o empregador fiscalizar o horário de trabalho do empregado atrai para si o ônus da observância do inciso XIII do art. 7° da CF que garante aos trabalhadores a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

Trata-se de interpretação da CLT a partir da Constituição Federal, uma vez que o aplicador do direito, ao se deparar com normas que possuam mais de uma interpretação, deverá priorizar aquela interpretação que mais se coadune com o texto constitucional.

Esse exercício hermenêutico se resume na aplicação do método interpretativo da leitura da legislação infraconstitucional em conformidade com a Constituição, de modo que o intérprete adota a interpretação mais favorável à Contituição Federal, considerando-se seus princípios e jurisprudência, sem, contudo, afastar-se da finalidade da lei.

Para este método de interpretação deve haver, além da prevalência da Lei Maior, a conservação da norma, visto que ao adotar a interpretação que vai ao encontro da Constituição propicia-se sua eficácia e evita-se que seja declarada inconstitucional e deixe de ser aplicada.

Por conta disso, pensamos ser plenamente possível a adoção do método hermenêutico da interpretação conforme a Constituição ao presente caso.

Assim, mesmo com a previsão legal de exclusão prevista no art. 62, caso o empregador fiscalize não apenas a produção do telempregado, mas também o seu horário, nada impede que aquele se submeta ao pagamento de horas extras e consectários, forte na Constituição Federal.

Em tempo, quando destacado acima que o intérprete deve adotar a interpretação mais favorável à Constituição Federal considerando-se seus princípios e a jurisprudência, cabe registrar que os Tribunais trabalhistas têm entendido que, nas demais hipóteses do art. 62 da CLT, é possível afastar o normativo e aplicar o limite de jornada. A saber:

RECURSO DE REVISTA. PROCESSO ELETRÔNICO - HORAS EXTRAS. MOTORISTA. ATIVIDADE EXTERNA. CONTROLE DE JORNADA. Para chegar-se à conclusão pretendida pela Reclamada, no sentido de que o Autor não estava sujeito à controle de horário, ter-se-ia, necessariamente, que reexaminar o conjunto fático-probatório, o que é vedado nesta instância extraordinária, nos termos da Súmula 126/TST. Consequentemente, não há falar em violação ao art. 62, I, da CLT. Por outro lado, não se verifica a apontada ofensa à literalidade do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal, visto que o Regional não negou validade à norma coletiva, mas, apenas verificou que, na prática, havia o efetivo controle de horário por parte da Reclamada, circunstância que autoriza o pagamento de horas extras ao empregado que exerce atividade externa. E também não se constata contrariedade à OJ 332/SBDI-1 do TST, haja vista a existência de outros elementos objetivos que possibilitavam o controle da jornada. Por fim, os arestos colacionados são inservíveis ao fim colimado, nos termos do art. 896, 'a', da CLT e da Súmula 296, I, do TST. Recurso de Revista não conhecido.

(TST, RR - 250600-66.2009.5.04.0203, 8ª Turma, Relator: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, 25.5.2012)

Desse modo, como regra, encontram-se excluídos da proteção da jornada os teletrabalhadores que não possuem nenhuma forma de controle do tempo de trabalho, ou seja, aqueles empregados que iniciam e terminam suas atividades no horário que bem entenderem, com total liberdade. A cobrança patronal é feita por meio de metas e resultados, sem acompanhar os momentos em que a atividade está efetivamente sendo desempenhada.

Por outro lado, excepcionalmente, os teletrabalhadores que sofrem vigilância dos períodos de conexão informatizada ou telemática, localização física ou qualquer outro meio capaz de controlar o horário do início e término do seu labor diário ou semanal, estão enquadrados na disposição do art. 7°, XIII, da CF/88, possuindo direito à proteção da jornada, inclusive eventuais horas extras.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, entende-se que, regra geral, os empregados que trabalham em teletrabalho não estão abrangidos pelo regime de jornada de trabalho, estando excluídos da proteção da jornada, bem como dos demais direitos provenientes do Título II da CLT, tais como, adicional noturno, horas extras ou qualquer outro que seja auferido por meio de controle da jornada de trabalho.

No entanto, caso sofram fiscalização dos períodos de conexão telemática, localização física ou qualquer outro meio capaz de controlar o horário do início e término do seu labor diário ou semanal, enquadrar-se-ão na disposição do art. 7° da CF/88 e possuem direito à proteção da jornada, inclusive eventuais horas extras etc.

Restitua-se o presente processo ao Gabinete do Ministro para ciência desse opinativo e providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 26 de janeiro de 2018.
ERICO FERRARI NOGUEIRA
Advogado da União

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

PORTARIA Nº 708 , DE 28 DE MARÇO DE 2018

Torna sem efeito a Portaria SIT n.º 703, de 22 de março de 2018.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991, e considerando a decisão proferida nos autos do processo nº 0000002-93.2018.5.09.0088, que tramita na 23ª Vara do Trabalho de Curitiba, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria SIT n.° 703, de 22 de março de 2018, que cancelou a inscrição n.º 0956767, do empregador SERVOPA S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA, CNPJ 76.564.624/0001-01, estabelecido na Rua Rockfeller, 1118, Rebouças, Curitiba, Paraná, CEP 80.230-130, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, por execução inadequada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

PORTARIA Nº 709, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Torna sem efeito a Portaria SIT n.º 704, de 22 de março de 2018.

A SECRETÁRIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 8° do Decreto n.° 05, de 14 de janeiro de 1991, e considerando a decisão proferida nos autos do processo n.º 0000003-90.2018.5.09.0084, que tramita na 22ª Vara do Trabalho de Curitiba, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria SIT n.° 704, de 22 de março de 2018, que cancelou a inscrição n.º 0981770, do empregador SERVOPA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, CNPJ 76.515.071/0001-99, estabelecido na Rua Rockfeller, 1118, Rebouças, Curitiba, Paraná, CEP 80.230-130, no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, por execução inadequada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA TERESA PACHECO JENSEN

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.000636/2014-18	203467736	Alcool Verde S/A	AC
2	46201.002206/2015-01	206425724	Ativa Servicos Gerais Eireli	AL
3	46201.001487/2015-77	206132565	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas Ltda	AL
4	47904.004328/2013-16	200412698	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
5	47904.004344/2013-09	200413848	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
6	47904.004322/2013-31	200412434	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
7	47904.004323/2013-85	200412612	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
8	47904.004326/2013-19	200412647	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
9	47904.004327/2013-63	200412663	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
10	47904.004329/2013-52	200412752	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
11	47904.004334/2013-65	200412850	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
12	47904.004340/2013-12	200413121	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
13	47904.015595/2013-19	201594412	Praia Grande Transportes Ltda	BA
14	47904.010590/2012-19	24841307	Shyrlei Guerra	BA
15	47904.010591/2012-55	24841323	Shyrlei Guerra	BA
16	47904.010592/2012-08	24841315	Shyrlei Guerra	BA
17	47904.010593/2012-44	24841331	Shyrlei Guerra	BA
18	46206.138206/2014-18	205197299	Engenharia Carvalho Accioly Ltda	DF
19	46206.093462/2014-61	204021561	RC & JT Vigilancia e Seguranca Ltda	DF
20	46207.000989/2015-21	205891900	Efraim Martins Andre	ES
21	46207.003449/2013-37	200717774	Transjoia Transportadora Joia Ltda	ES
22	46207.004939/2013-51	201072238	Transjoia Transportadora Joia Ltda	ES
23	46207.003983/2013-43	200832468	Vale S/A	ES
24	46207.003984/2013-98	200832476	Vale S/A	ES
25	46207.003985/2013-32	200832450	Vale S/A	ES
26	46208.001699/2015-94	206061889	Cervejaria Petrópolis S/A	GO
27	46208.003052/2015-05	206382952	Cervejaria Petrópolis S/A	GO
28	46208.013402/2015-33	208528229	Heinz Brasil S.A.	GO
29	46208.013418/2015-46	208537325	Heinz Brasil S.A.	GO
30	46208.013419/2015-91	208626123	Heinz Brasil S.A.	GO
31	46208.013420/2015-15	208626158	Heinz Brasil S.A.	GO
32	46208.013421/2015-60	208626131	Heinz Brasil S.A.	GO
33	46208.013422/2015-12	208626115	Heinz Brasil S.A.	GO
34	46208.013423/2015-59	208536698	Heinz Brasil S.A.	GO
35	46208.013425/2015-48	208531220	Heinz Brasil S.A.	GO
36	46208.013427/2015-37	208550658	Heinz Brasil S.A.	GO
37	46208.013429/2015-26	208550437	Heinz Brasil S.A.	GO
38	46208.013430/2015-51	208480471	Heinz Brasil S.A.	GO
39	46208.013431/2015-03	208471685	Heinz Brasil S.A.	GO
40	46208.013432/2015-40	208480480	Heinz Brasil S.A.	GO
41	46208.013433/2015-94	208471618	Heinz Brasil S.A.	GO
42	46208.013436/2015-28	208544798	Heinz Brasil S.A.	GO
43	46208.013437/2015-72	208586130	Heinz Brasil S.A.	GO
44	46208.013438/2015-17	208626506	Heinz Brasil S.A.	GO
45	46208.013440/2015-96	208568239	Heinz Brasil S.A.	GO
46	46208.013443/2015-20	208531394	Heinz Brasil S.A.	GO
47	46208.013444/2015-74	208531301	Heinz Brasil S.A.	GO
48	46208.013447/2015-16	208527699	Heinz Brasil S.A.	GO
49	46208.013449/2015-05	208674331	Heinz Brasil S.A.	GO
50	46208.013451/2015-76	208531271	Heinz Brasil S.A.	GO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

51	46208.013452/2015-11	208531173	Heinz Brasil S.A.	GO
52	46208.013453/2015-65	208531076	Heinz Brasil S.A.	GO
53	46208.013454/2015-18	208592628	Heinz Brasil S.A.	GO
54	46208.013455/2015-54	208536671	Heinz Brasil S.A.	GO
55	46208.013456/2015-07	208536621	Heinz Brasil S.A.	GO
56	46208.013457/2015-43	208536442	Heinz Brasil S.A.	GO
57	46208.013459/2015-32	208626026	Heinz Brasil S.A.	GO
58	46208.013460/2015-67	208536108	Heinz Brasil S.A.	GO
59	46208.009404/2015-28	207543861	JSL S/A.	GO
60	46208.009405/2015-72	207553424	JSL S/A.	GO
61	46208.009406/2015-17	207569185	JSL S/A.	GO
62	46208.009408/2015-14	207545472	JSL S/A.	GO
63	46208.009410/2015-85	207568073	JSL S/A.	GO
64	46208.009411/2015-20	207568022	JSL S/A.	GO
65	46208.016567/2014-86	26303469	Services Terceirizações Ltda - EPP	GO
66	46235.000420/2011-02	22403264	Arcelormittal Bioflorestas Ltda	MG
67	46235.000421/2011-49	22403310	Arcelormittal Bioflorestas Ltda	MG
68	46235.000422/2011-93	22403299	Arcelormittal Bioflorestas Ltda	MG
69	46235.000423/2011-38	22403302	Arcelormittal Bioflorestas Ltda	MG
70	46235.000425/2011-27	22403370	Arcelormittal Bioflorestas Ltda	MG
71	46235.000450/2011-19	22302441	Arcelormittal Bioflorestas Ltda	MG
72	46235.000427/2011-16	22403272	Arcelormittal Bioflorestas Ltda.	MG
73	46239.003264/2014-36	204924839	Auto Viacao Circulare Pocos de Caldas Ltda	MG
74	46239.003265/2014-81	204924821	Auto Viacao Circulare Pocos de Caldas Ltda	MG
75	46237.000716/2014-48	203269373	DPC Distribuidor Atacadista S/A	MG
76	47747.011502/2014-18	205346545	MRV Engenharia e Participacoes S.A	MG
77	47747.005513/2013-70	201012731	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S/A. Usiminas	MG
78	46653.001127/2014-76	203140192	R. O. Silva - ME	MT
79	46653.001129/2014-65	203140214	R. O. Silva - ME	MT
80	46653.001128/2014-11	203140206	R. O. Silva - ME	MT
81	46653.004977/2013-45	201816873	Soroteca Industrialização de Madeiras Ltda	MT
82	46653.004979/2013-34	201815834	Soroteca Serviços Agropecuários Ltda	MT
83	46653.005384/2013-04	201970961	Soroteca Serviços Agropecuários Ltda	MT
84	46222.012652/2015-78	207966214	Associação Adventista do Norte Brasileira de Prevenção	PA
85	46222.012798/2015-13	208404953	Associação Adventista do Norte Brasileira de Prevenção	PA
86	46222.013019/2015-05	208417265	Associação Adventista do Norte Brasileira de Prevenção	PA
87	46222.013020/2015-21	208417281	Associação Adventista do Norte Brasileira de Prevenção	PA
88	46222.013021/2015-76	208420509	Associação Adventista do Norte Brasileira de Prevenção	PA
89	46222.013036/2015-34	208455574	Associação Adventista do Norte Brasileira de Prevenção	PA
90	46222.013336/2015-13	208417303	Associação Adventista do Norte Brasileira de Prevenção	PA
91	46222.005305/2015-99	207280649	Atlantica Navegacao e Logistica Ltda - ME	PA
92	46222.005307/2015-88	207280720	Atlantica Navegacao e Logistica Ltda - ME	PA
93	46222.005316/2015-79	207280622	Atlantica Navegacao e Logistica Ltda - ME	PA
94	46222.005303/2015-08	207280657	Atlantica Navegacao e Logistica Ltda - ME	PA
95	46222.005310/2015-00	207280789	Atlantica Navegacao e Logistica Ltda - ME	PA
96	46222.005312/2015-91	207280754	Atlantica Navegacao e Logistica Ltda - ME	PA
97	46222.005320/2015-37	207280665	Atlantica Navegacao e Logistica Ltda - ME	PA
98	46222.011080/2014-29	205532951	Rohr S/A Estruturas Tubulares	PA
99	46222.011091/2014-17	205532934	Rohr S/A Estruturas Tubulares	PA
100	46222.011093/2014-06	205532942	Rohr S/A Estruturas Tubulares	PA
101	46222.011372/2014-61	205532969	Rohr S/A Estruturas Tubulares	PA
102	46222.009363/2015-91	206692340	Star - Serviços Especializados de Mão de Obra	PA
103	46222.000269/2016-58	208540792	Viacao Gomes & Gomes Ltda - ME	PA
104	46222.000254/2016-90	208540580	Viacao Gomes & Gomes Ltda - ME	PA
105	46222.000256/2016-89	208540598	Viacao Gomes & Gomes Ltda - ME	PA
106	46222.000257/2016-23	208540849	Viacao Gomes & Gomes Ltda - ME	PA
107	46222.000259/2016-12	208540920	Viacao Gomes & Gomes Ltda - ME	PA
108	46222.000265/2016-70	208540750	Viacao Gomes & Gomes Ltda - ME	PA
109	46222.000267/2016-69	208540865	Viacao Gomes & Gomes Ltda - ME	PA
110	47533.006835/2013-41	201075351	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	PR
111	47533.002608/2013-47	200357131	Diagnosticos da America S.A.	PR
112	47533.002610/2013-16	200357387	Diagnosticos da America S.A.	PR
113	46212.005112/2016-38	209001976	Fieng Construtora de Obras Ltda	PR
114	47533.008139/2013-70	023425628	Kaefer Agro Industrial Ltda.	PR
115	47533.008143/2013-38	023425652	Kaefer Agro Industrial Ltda.	PR
116	47533.008144/2013-82	023425644	Kaefer Agro Industrial Ltda.	PR
117	47533.008146/2013-71	023425636	Kaefer Agro Industrial Ltda.	PR
118	47533.005576/2015-01	206406614	MRV Engenharia e Participacoes S.A	PR
119	46232.003213/2013-93	201425025	Conmedh Convenios Medicos Hospitalares Ltda - ME	RJ
120	46230.009186/2013-82	202244041	Ferraz Netto & Cia Ltda	RJ
121	46231.000262/2012-01	20045654	Friburgo Auto Onibus Ltda	RJ
122	46231.001619/2012-61	20044496	Friburgo Auto Onibus Ltda	RJ
123	46232.002259/2011-23	23101989	MRS Logistica S/A	RJ
124	46230.008735/2013-00	202084973	Otica Cilios Ltda.	RJ
125	46217.000054/2015-25	24386499	MRV Engenharia e Participacoes S.A	RN
126	46217.000056/2015-14	24386502	MRV Engenharia e Participacoes S.A	RN
127	46216.001220/2014-30	203020502	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
128	46216.001221/2014-84	202293769	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
129	46216.001222/2014-29	203020545	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
130	46216.001223/2014-73	203020537	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
131	46216.001224/2014-18	203020529	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
132	46216.001225/2014-62	203020511	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
133	46216.003637/2014-37	204476763	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
134	46216.003638/2014-81	204476925	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
135	46216.003639/2014-26	204473411	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
136	46216.003640/2014-51	204473551	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
137	46216.003641/2014-03	204473438	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
138	46216.003642/2014-40	204486378	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
139	46216.003643/2014-94	204468621	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
140	46216.003644/2014-39	204468761	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
141	46216.003645/2014-83	204469015	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
142	46216.003647/2014-72	204468850	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
143	46216.003648/2014-17	204468345	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
144	46216.003649/2014-61	204468116	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
145	46216.003651/2014-31	204468493	Consorcio Santo Antonio Civil	RO
146	46276.000223/2015-22	208405607	Empresa Gaucha de Rodovias S/A	RS
147	47157.001923/2015-53	208351582	Empresa Gaucha de Rodovias S/A	RS
148	47157.001924/2015-06	208351639	Empresa Gaucha de Rodovias S/A	RS
149	46274.001873/2016-96	210132841	Foto Carmen Art Films Ltda - ME	RS
150	46274.001872/2016-41	210132736	Foto Carmen Art Films Ltda - ME	RS
151	46271.003880/2015-71	208470808	Nella Pietra Pizza Ltda - ME	RS
152	46218.021654/2015-17	208499474	Shelly S Modas Ltda	RS
153	46218.019094/2015-31	208337393	Teens Fashion Comercio de Vestuario Ltda - ME	RS
154	46220.003381/2015-80	207065870	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
155	46220.003922/2015-70	207021261	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	SC
156	46258.005328/2015-96	208485775	Agroindustrial Irmaos Dalla Costa Ltda.	SP
157	46258.005400/2015-85	208553835	Agroindustrial Irmãos Dalla Costa Ltda.	SP
158	46256.003788/2013-38	201434709	Avaf - Instalações Industriais e Comércio Ltda.	SP
159	46254.001819/2016-89	209404094	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Cafelandia	SP
160	46254.001820/2016-11	209404108	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Cafelandia	SP
161	46254.001821/2016-58	209404116	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Cafelandia	SP
162	46254.001822/2016-01	209404124	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Cafelandia	SP
163	46261.005313/2015-79	208121803	Marvin - Seguranca Patrimonial Ltda.	SP
164	47238.001187/2012-91	24642991	Município de Taubate	SP
165	46259.000665/2015-87	205823866	Rio Verde Engenharia e Construcoes Ltda	SP
166	46259.000666/2015-21	205823955	Rio Verde Engenharia e Construcoes Ltda	SP
167	46261.004117/2015-87	207619859	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.	SP
168	46261.004119/2015-76	207619875	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.	SP
169	46261.004120/2015-09	207619832	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.	SP
170	46261.004121/2015-45	207619751	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.	SP
171	46261.004122/2015-90	207624038	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.	SP
172	46261.004123/2015-34	207622515	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

173	46261.004124/2015-89	207621314	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.	SP
174	46261.005156/2015-00	207620229	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.	SP
175	46261.005157/2015-46	208133259	Rumo Logistica Operadora Multimodal S.A.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46551.001191/2013-14	200.147.111	Lanza Vieira Agroindustrial Ltda.	MG
2	47533.008879/2013-14	200.125.435 - TRet. nº 200565.079	Kaefer Agroindustrial Ltda.	PR
3	46736.005488/2003-19	505.267.896	Vip Transportes Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.004339/2013-98	200413112	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
2	47904.004343/2013-56	200413830	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
3	47904.004346/2013-90	200413872	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
4	47904.004341/2013-67	200413759	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
5	47904.004342/2013-10	200413767	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
6	46207.000990/2015-55	205892167	Efraim Martins Andre	ES
7	46207.000992/2015-44	205892108	Efraim Martins Andre	ES
8	46207.000993/2015-99	205891977	Efraim Martins Andre	ES
9	46207.000991/2015-08	205892027	Efraim Martins Andre	ES
10	46208.013401/2015-99	208528164	Heinz Brasil S.A.	GO
11	46300.001557/2014-98	203313038	Engepar - Engenharia e Participações Ltda.	MS

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46254.002898/2012-11	506.645.428	Frigol S.A.	SP

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.004335/2013-18	200412981	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
2	47904.004345/2013-45	200413864	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
3	47904.004338/2013-43	200413091	Araujo & Silva Ltda - ME	BA
4	47904.004337/2013-07	200413066	Araujo & Silva Ltda - ME	BA

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46215.019750/2012-82	506.638.618 - TAD Nº 506.713.458	Organização Brasileira de Cultura e Educação - OBRACE	RJ

1.4 Pelo não conhecimento do recurso, mantendo procedente o auto de infração..

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46224.002815/2014-11	203690613	Dux Comércio de Alimentos Eierli - ME	PB
2	46472.005617/2015-51	207691754	Telcoop Cooperativa de Trabalho e Tecnologia	SP

1.5 -Tornar nula a publicação no DOU de 27/03/2018, pág. 81 do seguinte processo:

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47533.006595/2013-85	200810570	H.L. Industrial Ltda. - EPP	PR

1.6 Pela procedência parcial do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47533.006595/2013-85	200810570	H.L. Industrial Ltda. - EPP	PR

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46273.000431/2016-32	209279451	Enio Waskow Nunes	RS
2	46472.002248/2015-44	206604611	Alphaville Urbanismo S.A.	SP
3	46219.000292/2016-00	208708138	Associação Promotora de Instrução e Trabalho	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46869.003884/2002-15	505.045.842	Vigban Vig Bancária Ltda.	RJ

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46224.003799/2015-57	207392277	Comercial de Alimentos Hora H Ltda. - EPP	PB
2	46218.011912/2016-38	209965843	Cat Dog Produtos e Servicos Veterinarios Ltda - ME	RS
3	46218.009575/2016-19	209637412	Demari & Andre Ltda - EPP	RS
4	47157.001408/2016-54	210139030	Deniz Diniz da Costa - ME	RS
5	46218.011911/2016-93	209966106	Fernanda de Cassia Clara Krolow - ME	RS
6	46274.001874/2016-31	210164450	Foto Carmen Art Films Ltda - ME	RS
7	47157.000007/2016-87	208698817	Gilmar Claudinei Ercego	RS
8	47191.000523/2016-95	209999349	Helio Fernando Quevedo Maciel	RS
9	47157.000003/2016-07	208699546	Jocelia Terezinha Rodigheri	RS
10	46218.014299/2016-19	210299479	Neran Lavagem Ltda. ME	RS
11	46218.011910/2016-49	209973871	Nova Era Pet Shop Ltda - Me	RS
12	46218.020185/2015-19	208450041	Pixy Club Ltda - EPP	RS
13	46272.000161/2016-70	208810200	Supermercado W.P.F. Atacadao Eireli - EPP	RS
14	47157.001495/2016-40	210204061	Vilson Dos Santos	RS
15	46304.001133/2014-93	203353692	Royal Caribbean Cruzeiros (Brasil) Ltda. - ME	SC
16	46304.001131/2014-02	203353919	Royal Caribbean Cruzeiros (Brasil) Ltda. - ME	SC
17	46304.001132/2014-49	203354109	Royal Caribbean Cruzeiros (Brasil) Ltda. - ME	SC
18	46304.001141/2014-30	203353803	Royal Caribbean Cruzeiros (Brasil) Ltda. - ME	SC

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.020589/2013-75	202087735	W & M Serviços Agro Florestais Ltda.	BA
2	46208.009409/2015-51	207538425	JSL S/A.	GO
3	46208.009407/2015-61	207567956	JSL/A.	GO
4	46551.001202/2013-66	201530961	Lanza Vieira Agroindustrial Ltda	MG
5	46551.001203/2013-19	201530996	Lanza Vieira Agroindustrial Ltda	MG

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46216.000144/2015-26
Entidade	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, FUNDAÇÕES E AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE VALE DO ANARI - SINDSMUV
CNPJ	12.047.905/0001-04
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Rondônia*: Vale Do Anari.
Categoria	Servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, Fundações e Autarquias.
Fundamento	NT 285/2018/CGRS/SRT/MTb

MARCUS VINICIUS LAIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 288/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR a seguinte impugnação, nos termos do art. 18, inciso IV, da Portaria 326/2013: Impugnação nº 46000.017661/99-24, apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Fabricantes de Peças e Pré-fabricados em Concreto do Estado de São Paulo - SP, CNPJ 62.263.637/0001-28. E, em ato contínuo, DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE MOGI DAS CRUZES, CNPJ: 52.569.324/0001-49, Processo n° 46000.007244/99-09, para representação da categoria dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário e afins inclusive os Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil (Pedreiros, Carpinteiros, Pintores, Estucadores, Bombeiros Hidráulicos e Trabalhadores em Geral, de Estradas, Pontes, Portos e Canais, Montagens Industriais e Engenharia Consultiva), Olaria, Cimento, Cal e Gesso, Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento, Cerâmica para Construção, Mármores e Granitos, Pintura, Decorações, Estuques e Ornatos, Serraria, Carpintaria, Tanoaria, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomeradas e Chapas de Fibras de Madeira, Oficiais Marceneiros de Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e Móveis de Madeira, Móveis de Junco e Vime e de Vassouras, Cortinados e Estofos, Escovas e Pincéis, Artefatos de Cimento Armado, Oficiais Eletricistas e Trabalhadores na Indústria de Instalações Elétricas, Gás Hidráulicas e Sanitárias, Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagem em Geral (Barragens, Aeroportos, Canais e Engenharia Consultiva), Tratoristas (excetuados os rurais) - diferenciada, Trabalhadores na Indústria de Refratários, EXCETO empregados nos Estudos de Solo, Fundações, Montagens, Fabricações e Acabamento de Peças e Pré-Moldados em Concreto, com abrangência Intermunicipal em: Biritiba-Mirim, Ferraz De Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Santa Isabel e Suzano/SP, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 286/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Apucarana e Região, CNPJ n° 80.922.057/0001-87; Processo n° 46212.014150/2015-09, para representar a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados; de Solado Palmilhado; Oficiais Alfaiates; Costureiros e Costureiras; Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas; Bonés, Bordados, Guarda Chuvas e Bengalas; de Luvas, Bolsas e Peles de Resguardo; Pentes ; Chapéus e Chapéus de Senhoras; Material de segurança e Proteção no Trabalho; Cama, Mesa e Banho; Roupas Infantis e Juvenis; e Confecções Unissex, trabalhadores nas lavanderias de beneficiamento e transformação de produtos do vestuário, lixado e tingimento de artigos do Vestuário, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Apucarana, Arapongas, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambira, Cruzmaltina, Faxinal, Godoy Moreira, Grandes Rios, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Manoel Ribas, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Sabáudia, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, no estado do Paraná, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013."

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RAE 283/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR, processo de impugnação n.º46000.004727/2010-47, de interesse do Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo - SESCON-SP, CNPJ-62.638.168/0001-84 nos termos do inciso V, art. 10 da Portaria 186 de abril de 2008; DEFERIR o Registro de Alteração Estatutária ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento e Para Turismo de São Paulo e Região - TRANSFRETUR - SP, CNPJ: 62.571.435/0001-43 e processo nº. 46000.015673/99-32, para representar a Categoria Econômica das Empresas de Transportes de Passageiros sob a modalidade de fretamento eventual ou contínuo, ou qualquer outro tipo de transporte coletivo de passageiros de caráter privado, ou seja, não aberto ao público, com frota própria, de terceiros ou cooperativos e que seja cadastrada no mínimo em um órgão gestor de transporte coletivo na modalidade de fretamento, nos Municípios de Arujá, Atibaia, Barueri, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mairiporã, Moji das Cruzes, Nazaré Paulista, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra, no Estado de São Paulo, nos termos do inciso II, do artigo 14, da Portaria nº. 186/2008. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo, CNPJ 53.711.313/0001-14, Processo L098 P035 A1985; excluindo da categoria de Transportes de Passageiros por Fretamento, nos Municípios de Arujá, Atibaia, Barueri, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mairiporã, Moji das Cruzes, Nazaré Paulista, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, São Paulo, Suzano e Taboão da Serra, no Estado de São Paulo; nos termos do artigo 25 da Portaria nº. 186 de 2008.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 284/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR a impugnação n° 46000.004697/2017-45, apresentada pelo STICPOEB-PA - SIND.TRAB.IND.CONST.OF. EL TRAB.IND.IEL GAS HID., CNPJ: 00.286.747/0001-58; e a impugnação n°46000.004698/2017-90, interposta pelo SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO DO ESTADO DO PARA, CNPJ: 04.979.068/0001-15, nos termos do art. 18, incisos VI e IX, da Portaria n° 326/2013, respectivamente. E, por conseguinte, DEFERIR o Registro de alteração estatutária ao SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ - SINDELPA, CNPJ: 09.183.066/0001-39, Processo n° 46222.007305/2013-61, para representação da categoria dos Trabalhadores eletricistas, auxiliares e todos que atuam nas empresas terceirizadas, contratadas pela concessionária de distribuição elétrica no Estado do Pará -PA e cujas atividades estejam relacionadas com operação, manutenção de sistema de geração, transmissão, distribuição ou comercialização de energia elétrica; instalação, reparo, reforma e manutenção de equipamentos elétricos; fiscalização, apoio, corte de energia, leitura de medidores e poda de árvores, com abrangência em todo o estado do Pará, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 287/2018/CGRS/SRT/MTb RESOLVE: conhecer do Recurso Administrativo 46210.001717/2017-51 interposto pelo Sindicato da Carreira dos Profissionais do Sistema Socioeducativo do Estado de Mato Grosso - SINDPSS/MT (CNPJ 12.010.268/0001-93) nos autos do Processo 46210.001727/2015-24 para REVOGAR, com respaldo nos art. 53 e 64 da Lei 9.784/1999 e nas Súmulas 346 e 473 do STF, a NT 747/2017/CGRS/SRT/MTb, veiculada em 13/07/2017 no DOU, Seção 1, nº 133, pág. 161 e, por conseguinte, restituir os autos do processo mencionado à Divisão de Análise de Registro Sindical - DARS, visando o prosseguimento regular do aludido pedido de registro sindical."

MARCUS VINICIUS LAIRA

DESPACHO DE 28 DE MARÇO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 282/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: a) ARQUIVAR a impugnação n.º 24000.002372/90-50 nos termos do art. 18, inciso IV da Portaria n.º 326/2013; b) SUSPENDER o registro sindical do STRI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapetininga (impugnante), CNPJ n.º 47.800.628/0001-35, nos termos do art. 33, inciso II da Portaria n.º 326/2013; C) DEFERIR o registro sindical (RES) ao Sindicato dos Empregados Rurais de Itapetininga, Angatuba, Alambari e Campina do Monte Alegre, processo n.º 24000.001384/90-01 (CR01116), CNPJ n.º 58.977.380/0001-07, para representar a categoria profissional dos empregados nas atividades rurais, nos municípios de Itapetininga, Angatuba, Alambari e Campina do Monte Alegre, no estado de São Paulo, nos termos do art. 25, inciso II da Portaria n.º 326/2013.

MARCUS VINICIUS LAIRA

Ministério dos Direitos Humanos

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO N° 206, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Alterar Art. 3º, Inciso I, da Resolução nº 200, de 14 de novembro de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei 8.242, de 12 de julho de 1991, no Regimento Interno, de 10 de setembro de 2004, e

Considerando a Resolução nº 197, de 3 de agosto de 2017, de 14 de novembro de 2017, que dispõe sobre a instituição de Grupo Temático com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para o atendimento e para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

Considerando a Resolução nº 200, de 14 de novembro de 2017, que designa as organizações da sociedade civil e do Poder Executivo para compor os Grupos Temáticos instituídos por meio das Resoluções nº 195, 196 e 197 do ano de 2017, resolve:

Art. 1º Alterar Art. 3º, Inciso I, da Resolução nº 200, de 14 de novembro de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTÔNIO SOARES
Presidente do Conselho

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 235, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Institui a Política Nacional de Transportes e estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para o setor de transportes.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

Considerando a competência privativa da União para legislar sobre as diretrizes da política nacional de transportes, conforme o inciso IX, do art. 22, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Considerando as áreas de competência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, estabelecidas pelo art. 57 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, quanto à política nacional de transportes e;

Considerando a necessidade de institucionalização das diretrizes e dos mecanismos para o exercício da governança pública, conforme os arts. 4° e 5° do Decreto n° 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, resolve:

Art. 1° Fica instituída a Política Nacional de Transportes, com vistas a induzir o desenvolvimento socioeconômico sustentável, ampliar e melhorar a infraestrutura nacional de transportes e promover a integração nacional e internacional, de modo a propiciar o aumento da competitividade e a redução das desigualdades do país.

Art. 2° A Política Nacional de Transportes apresenta os princípios, objetivos, diretrizes fundamentais e instrumentos a serem observados nos processos de planejamento, implementação, gestão, operação e avaliação do Setor de Transportes.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem considerar os princípios, objetivos e diretrizes fundamentais, estabelecidos no âmbito da Política Nacional de Transportes, em seus planejamentos setoriais, planos e programas de logística e transportes de pessoas e bens.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3° São princípios da Política Nacional de Transportes:
I - respeito à vida;
II - excelência institucional;
III - planejamento e integração territorial;
IV - infraestrutura sustentável;
V - eficiência logística;
VI - desenvolvimento econômico, social e regional;
VII - responsabilidade socioambiental; e
VIII - integração e cooperação internacional.

Art. 4° A Política Nacional de Transportes tem por objetivos:
I - prover um sistema acessível, eficiente e confiável para a mobilidade de pessoas e bens;
II - garantir a segurança operacional em todos os modos de transportes;
III - prover uma matriz viária racional e eficiente;
IV - promover a participação intra e interinstitucional, considerando sociedade, governo e mercado, no desenvolvimento de uma política de transporte integrada;
V - planejar os sistemas de logística e transportes a partir de uma visão territorial, integrada e dinâmica;
VI - disciplinar os papéis dos atores do Setor de Transportes do Governo Federal;
VII - dar transparência à sociedade, ao mercado e aos agentes públicos quanto às ações governamentais do Setor de Transportes;
VIII - incorporar a inovação e o desenvolvimento tecnológico para o aperfeiçoamento contínuo das práticas setoriais;
IX - promover a cooperação e a integração física e operacional internacional;
X - considerar as particularidades e potencialidades regionais nos planejamentos setoriais de transportes;
XI - atuar como vetor de desenvolvimento socioeconômico e sustentável do país; e
XII - garantir infraestrutura viária adequada para as operações de segurança e defesa nacional.

Art. 5° São diretrizes fundamentais no âmbito da Política Nacional de Transportes:
I - ofertar um sistema viário integrado, eficiente e seguro, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade;
II - promover e aperfeiçoar a integração e articulação entre os órgãos do Setor de Transportes, bem como entre estes e outros órgãos afins, a partir da visão sistêmica, coordenação e sinergia entre as ações;
III - estimular a articulação interinstitucional para o aprimoramento do planejamento e avaliação das ações setoriais voltadas ao desenvolvimento socioeconômico e regional;
IV - estruturar o arranjo institucional para uma coerente distribuição de competências no âmbito do Ministério e das instituições vinculadas em prol do desenvolvimento e cumprimento das ações setoriais;
V - propor, na esfera intersetorial, substratos jurídicos consistentes e coerentes de modo a proporcionar um ambiente seguro e confiável para a aplicação de recurso nos sistemas de logística e transportes;
VI - estabelecer, na esfera intrassetorial, regramentos consistentes e efetivos, de modo a ensejar segurança jurídica no planejamento e investimentos no Setor de Transportes;
VII - divulgar dados, informações e ações do Setor de Transportes, confiáveis e integrados, de modo amplo, periódico e acessível;
VIII - considerar os aspectos socioeconômicos da não implantação da infraestrutura de transportes;
IX - aprimorar continuamente a gestão das infraestruturas, operações e serviços de transportes;
X - regular e fiscalizar, de modo efetivo, os serviços de transporte prestados à sociedade;
XI - valorizar e qualificar os recursos humanos das instituições governamentais do Setor de Transportes, por meio do desenvolvimento de competências estratégicas, da atração e retenção de talentos, e da criação de ambiente motivacional propício.
XII - incentivar o intercâmbio de conhecimentos e experiências com instituições nacionais e internacionais, para o aperfeiçoamento das práticas setoriais;
XIII - desenvolver estudos e pesquisas voltados à modernização da gestão e à incorporação de inovações no sistema de transportes;
XIV - aprimorar o sistema de transportes com vistas ao fortalecimento de regiões economicamente dinâmicas e consolidadas;
XV - induzir o desenvolvimento de regiões economicamente estagnadas e deprimidas a partir de um sistema viário eficiente;
XVI - planejar as infraestruturas de transportes à luz das particularidades regionais e ambientais;
XVII - alinhar as iniciativas nacionais com as políticas e o planejamento dos países vizinhos em favor da geração de livre trânsito e interoperabilidade setorial;
XVIII - considerar os aspectos socioambientais, econômicos, políticos e culturais no planejamento de transportes;
XIX - promover a expansão e manutenção contínuas, técnica e financeiramente sustentáveis, do sistema viário federal; e
XX - alinhar as ações setoriais à luz das Diretrizes Socioambientais do Ministério.

Art. 6° São instrumentos da Política Nacional de Transportes:
I - o Livro de Estado;
II - o Caderno das Estratégias Governamentais; III - o Planejamento de Transportes;
III - o Planejamento Organizacional;
IV - o Planejamento Orçamentário;
V - os Conselhos, Comitês e Fóruns; e
VI - os Fundos e Programas de Fomento e Financiamento.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.026, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 14 e 18-A da Resolução nº 30, de 30 de maio de 2008, e considerando o que consta dos processos listados abaixo, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Tipo - CT abaixo relacionado, emitido na data respectivamente indicada:

Nº Processo	Nº CT	Detentor do CT	Descrição	Aplicabilidade	Data
00066.029521/2016-50	2009T05	Hartzell Propeller Inc.	Novo modelo de hélice	EH-2009T05-03 Modelo - HC-E5P-3	09.03.2018
00066.029521/2016-50	2018T01	Fliegen Works Inc.	Novo modelo de aeronave	EB-2018T01-00 Modelo - 138S	13.03.2018
00066.516206/2017-49	2018T03	Bell Helicopter Textron Canada Limited	Novo modelo de aeronave	EA-2018T03-00 Modelo - Bell 505	20.03.2018
00066.501784/2017-81	2017T01	Diamond Aircraft Industries Inc.	Alteração do nome do detentor	EA-2017T01-01 Modelo - DA 62	26.03.2018
00066.006098/2018-81	2008T04	Diamond Aircraft Industries Inc.	Alteração do nome do detentor	EA-2008T04-02 Modelos DA 40 DA 40F DA40NG	26.03.2018

Art. 2º O inteiro teor do Certificado citado acima encontram-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores, endereço https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/Produtos/Especificacao.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO TARQUINIO JUNIOR

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 28, DE 23 DE MARÇO DE 2018

Defere pedidos de isenção de cumprimento dos requisitos de que tratam os parágrafos 61.213(a)(2)(ii) e 61.213(a)(3)(ii) do RBAC nº 61.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XVII e XLIII, da mencionada Lei e no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 11 (RBAC nº 11), e considerando o que consta do processo nº 00066.530073/2017-13, deliberado e aprovado na 6ª Reunião Deliberativa da Diretoria, realizada em 20 de março de 2018, decide:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pelos pilotos LUIZ RICARDO COPPINI (CANAC nº 577841), SÉRVIO ANDRÉ MAFFINI (CANAC nº 445155) e PAULO CÉSAR RIVETTI (CANAC nº 147413), os pedidos de isenção de cumprimento dos requisitos de que tratam os parágrafos 61.213(a)(2)(ii) e 61.213(a)(3)(ii) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 61 (RBAC nº 61), para concessão da habilitação de Tipo SF50, tendo em vista a demonstrada impossibilidade fática de cumprimento dos requisitos.

Parágrafo único. Esta decisão fica condicionada:
I - à realização e aprovação em treinamento respeitando na integralidade o Relatório de Avaliação Operacional da Aeronave - Operational Evaluation Report - Cirrus SF50 (Vision Jet); e
II - ao acompanhamento dos treinamentos e à aprovação em voo de avaliação de proficiência conduzido por servidor designado da ANAC.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ
Diretor-Presidente

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 830 de 9 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 15 de março de 2018, Seção 1, página 81, onde se lê: O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA", leia-se: "O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 865 de 12 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União de 15 de março de 2018, Seção 1, página 81, onde se lê: O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA", leia-se: "O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 960, DE 21 DE MARÇO DE 2018

Torna público o Resultado Parcial da Avaliação de Títulos dos candidatos no processo seletivo para credenciamento de examinadores de piloto, convoca candidatos para realização do curso de formação e convoca candidatos para o envio dos documentos comprobatórios.

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, incisos VIII, X e XV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos art. 3º e 4º da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017, e nos itens 2.4.1 a 2.4.9 do Edital nº 48/ANAC/2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.530677/2017-69, resolve:

Art. 1º Tornar público o Resultado Parcial da Avaliação de Títulos dos candidatos no processo seletivo para credenciamento de examinadores de piloto previsto pelo Edital nº 48/ANAC/2017, como avaliado pela Comissão constituída pela Portaria nº 4.035, de 5 de dezembro de 2017, conforme tabela abaixo:

Área(s)	CANAC	Candidato	Resultado
1	129094	ADRIEL CARVALHO DE BARROS	Pontuação modificada para 9,772, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
1	113541	ALAN VINICIUS GARCIA GASPAR	Pontuação mantida.
2, 5, 6, 11	931402	MAURÍCIO ALVES PINTO	Pontuação modificada para 10,935, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
2	116139	RODRIGO ANDRADE DE OLIVEIRA	Pontuação modificada para 16,588, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
3, 13	109309	JULIANO MICHELETTO BERGMANN	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
3	957563	GIACOMO BAZZO NETO	Pontuação modificada para 6,600, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
4, 9, 12	136420	JAMISSON DE LIMA BARRETO	Candidato eliminado. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da eliminação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
4	105033	LUIZ FELIPE DOS TORRES E DELGADO PERDIGÃO	Pontuação mantida.
5	566737	ELDER DOS SANTOS	Pontuação modificada para 11,223, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
6	110260	TIAGO DE HOLANDA WEYNE	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
7	111296	FRANCISCO COSTA NETO MENDANHA	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
7, 8, 12	132392	JAMIL JANNANI	Pontuação mantida.
8	920033	LUIS ALBERTO TEIXEIRA SANCHES	Pontuação modificada para 9,248, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
9	891895	AURELIO REGIS DE OLIVEIRA	Pontuação modificada para 9,235, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
10	966713	MÁRCIO TREVISAN	Pontuação modificada para 9,262, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
10	985705	PAULO ALEXANDRE COELHO BRAGA	Pontuação mantida.
11	719310	JÚLIO CÉSAR CAMPANI	Pontuação modificada para 5,424, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
12	129579	JOAO PAULO AMADO	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
13	118825	LEANDRO DA SILVA REOS	Pontuação modificada para 12,140, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
14	602953	IVENS ALBERTO MEYER	Candidato eliminado. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da eliminação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
14	143939	DANILO BARROCA WERNECK WANDER MAÁS CONTÃO	Pontuação mantida.
15	137964	ISAQUE DA SILVA LOPES	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
15	100964	LEANDRO SILVEIRA LOPARDI	Pontuação modificada para 7,552, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27	123952	SYLVIO MALHEIRO JUNIOR	Pontuação modificada para 7,300, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
16, 18	891275	HELIO HENRIQUE DE FARIA JUNIOR	Pontuação modificada para 6,859, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
17, 21, 23, 24	139692	DENYS MARTINS DE OLIVEIRA	Pontuação modificada para 5,522, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
19, 20	131716	BRUNO RICARDO PEREIRA MARQUES	Pontuação modificada para 13,028, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
20, 21	127817	MAURICIO MULLER CEPPAS	Pontuação mantida.
22, 25	113877	LEONARDO FRANCISCO DE DOMINICIS	Pontuação mantida.
25, 26, 27	140047	WILLIANS MIRANDA COELHO	Pontuação modificada para 9,134, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
25, 27	756676	NILTON CÍCERO ALVES	Candidato desistente nos termos do art. 11 da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: a participação no curso de formação é mandatória.
25	970038	MAURICIO ADRIANO VAN MELIS	Pontuação mantida.
25	907923	PEDRO DE AZEVEDO PENTEADO	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.

Art. 2º O candidato que não concordar com o Resultado Parcial da Avaliação de Títulos exposto no art. 1º desta Portaria, poderá apresentar recurso até o dia 5 de abril de 2018, por meio do e-mail recursocredenciamento61@anac.gov.br.

§ 1º Não serão conhecidos recursos dos candidatos que:

I - não tiverem a sua pontuação modificada; ou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900266

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - que tiveram a sua pontuação modificada, mas a modificação não resultará em preterição de área em favor de outro candidato, nos termos do item 2.4.8 do Edital.

§ 2º O candidato, ao encaminhar o recurso, deverá aguardar o recebimento de um e-mail de confirmação de que seu recurso foi recebido. Caso não receba a confirmação em até 24 (vinte e quatro horas) horas após o envio, o candidato deverá entrar em contato por meio do telefone (61) 3314-4846.

Art. 3º Ficam convocados para o curso de formação a ser realizado no período de 9 a 13 de abril de 2018 em Brasília (DF), os seguintes candidatos:

I - ADRIEL CARVALHO DE BARROS;
II - ALAN VINICIUS GARCIA GASPAR;
III - MAURÍCIO ALVES PINTO;
IV - RODRIGO ANDRADE DE OLIVEIRA;
V - LUIZ FELIPE DOS TORRES E DELGADO PERDIGÃO;
VI - ELDER DOS SANTOS;
VII - TIAGO DE HOLANDA WEYNE;
VIII - FRANCISCO COSTA NETO MENDANHA;
IX - JAMIL JANNANI;
X - AURELIO REGIS DE OLIVEIRA;
XI - MÁRCIO TREVISAN;
XII - PAULO ALEXANDRE COELHO BRAGA;
XIII - DANILO BARROCA WERNECK WANDER MAÁS CONTÃO;
XIV - LEANDRO SILVEIRA LOPARDI;
XV - SYLVIO MALHEIRO JUNIOR;
XVI - HELIO HENRIQUE DE FARIA JUNIOR;
XVII - DENYS MARTINS DE OLIVEIRA;
XVIII - BRUNO RICARDO PEREIRA MARQUES;
XIX - MAURICIO MULLER CEPPAS;
XX - LEONARDO FRANCISCO DE DOMINICIS;
XXI - WILLIANS MIRANDA COELHO; e
XXII - MAURICIO ADRIANO VAN MELIS.

Parágrafo único. Os candidatos acima listados deverão realizar a inscrição para o curso de formação em link e instruções a serem encaminhados para o e-mail do candidato, até o dia 4 de abril de 2018. Caso não receba o e-mail até o dia 2 de abril de 2018, o candidato deverá entrar em contato por meio do telefone (61) 3314-4846 para obter o link.

Art. 4º Para os candidatos não convocados no art. 3º, será realizada nova edição do curso de formação em data a ser determinada para o mês de agosto de 2018.

Art. 5º Ficam convocados os seguintes candidatos para que apresentem à ANAC os documentos que comprovem os títulos declarados:

Área(s)	CANAC	Candidato
3	850743	PEDRO RIZZO DE ANDRADE
3	673772	RICARDO WILLIAM BLASCO STIPP
4	130042	ROLFFE DE LIMA ERBE
6	610113	WELLYTON MONTE BRAGA
7	101419	FREDERICO DA SILVA OLIVEIRA
9	128208	GUNTHER RICARDO FREY
11, 15	780247	LUIZ CLAUDIO FONSECA DE MOURA
12	128377	RAFAEL DE FARIA PAYÃO RODRIGUES
12	142496	VICTOR AUGUSTO DESTRO DE SOUZA
21	106602	FELIPE GONÇALVES VOLCOV
25, 26, 27	102540	RODOLFO LOPES
25	794933	SANDER PAULO PANATO GUEDES

§ 1º Os candidatos listados no caput terão até o dia 5 de abril de 2018 para apresentarem à ANAC os documentos que comprovem os títulos declarados, nos termos do item 2.3.8 do Edital nº 48/ANAC/2017.

§ 2º Tendo em vista o disposto no art. 9º do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, a ANAC aceitará também o envio de documentos por e-mail, para o endereço credenciamento61@anac.gov.br, na forma digitalizada e legível.

§ 3º O candidato que optar por enviar a documentação por e-mail deverá aguardar o recebimento de um e-mail de confirmação de que sua documentação foi recebida. Caso não receba a confirmação em até 24 (vinte e quatro horas) horas após o envio, o candidato deverá entrar em contato por meio do telefone (61) 3314-4846.

§ 4º A convocação para o envio de documentos não garante a convocação para o curso de formação previsto no art. 4º desta Portaria, ainda que todos os documentos estejam regulares, ficando na dependência do resultado da análise dos recursos previstos no art. 2º desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

PORTARIA Nº 991, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, inciso VII, alínea "e", do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 18-A da Resolução nº 30, de 21 de maio de 2008, e considerando o que consta do processo nº 00058.008338/2018-81, resolve:

Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 91-005, Revisão B (IS nº 91-005B), intitulada "Aprovação operacional para operação em espaço aéreo com Separação Vertical Mínima Reduzida (RVSM)".

Parágrafo único. A Instrução de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao) desta Agência, na rede mundial de computadores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 755, DE 5 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.510974/2017-07, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Voo por Instrumentos Avião - IFRA (IS 61-002D) do CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO - CESED, situado à Rua Luiza Bezerra Motta, 200 - Catolé, em Campina Grande - PB, CEP: 58410-410.

Art. 2º Revogar o curso prático de Voo por Instrumentos Avião - IFRA, do CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO - CESED .

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

PORTARIA Nº 1.022, DE 26 DE MARÇO DE 2018

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.536828/2017-01, resolve:

Art. 1 Prorrogar, até 31 de maio de 2018, o vencimento do curso prático de Instrutor de Voo Avião - INVA, da BRASFLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO, situada à Avenida Oscar Laranjeiras Filho nº 4000, Hangar 1,Bairro: Kennedy, Caruaru (PE), CEP55000-000.

Art. 2 Prorrogar, até 31 de maio de 2018, o vencimento do curso prático de Voo por Instrumentos Avião - IFRA, da BRASFLIGHT ESCOLA DE AVIAÇÃO, situada à Avenida Oscar Laranjeiras Filho nº 4000, Hangar 1,Bairro: Kennedy, Caruaru (PE), CEP55000-000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

FELIPE GONZALEZ GONZAGA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS

PORTARIA Nº 1.017, DE 26 DE MARÇO DE 2018

OS SUPERINTENDENTES DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS E DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 41, incisos IV e XVI, e 33, incisos III e XII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 5º, § 3º, 7º, § 3º, e 10, § 4º, da Resolução nº 464, de 22 de fevereiro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00058.504379/2017-13, resolvem:

Art. 1º Estabelecer a estrutura dos dados e os procedimentos de remessa do Compilado de Movimentação Aeroportuária - CMA, do Resumo de Movimentação Aeroportuária - RMA e do Relatório de Informações de Movimentação Aeroportuária - RIMA, previstos na Resolução nº 464, de 22 de fevereiro de 2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO I

DO COMPILADO DE MOVIMENTAÇÃO AEROPORTUÁRIA - CMA

Art. 2º O CMA deverá ser enviado à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC em arquivo eletrônico no formato de planilha, extensão "xls" ou "xlsx", por meio do Sistema Portal de Arquivos da ANAC, acessado pelo endereço eletrônico sistemas.anac.gov.br/portalarquivos, observado o disposto na Resolução nº 464, de 2018.

§ 1º O CMA será composto por um arquivo nomeado "EEEE-CMA-AAAA", onde "EEEE" representa a sigla do aeroporto junto à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, "AAAA" representa os 4 (quatro) dígitos do ano de referência das informações e "CMA" é um rótulo das informações relativas ao Compilado de Movimentação Aeroportuária.

§ 2º A ANAC poderá autorizar outro meio eletrônico de remessa dos dados distinto do previsto no caput deste artigo.

Art. 3º A apresentação dos dados do CMA deverá obedecer à estrutura dos dados constante no Anexo I desta Portaria, observado o disposto na Resolução nº 464, de 2018.

§ 1º Os aeroportos que possuem mais de uma pista de pouso e decolagem deverão enviar uma planilha de "movimentação de aeronaves" para cada pista em operação no aeroporto.

§ 2º Para fins de apresentação do CMA à ANAC, considera-se "pouso realizado no mês de referência dos dados" aquele em que a data de calço da aeronave ocorreu durante o mês de referência.

CAPÍTULO II

DO RESUMO DE MOVIMENTAÇÃO AEROPORTUÁRIA - RMA

Art. 4º O RMA deverá ser enviado à ANAC em arquivo eletrônico no formato de tabela, extensão "xls" ou "xlsx", por meio do Sistema Portal de Arquivos da ANAC, acessado pelo endereço eletrônico sistemas.anac.gov.br/portalarquivos, observado o disposto na Resolução nº 464, de 2018.

§ 1º O RMA será composto por um arquivo nomeado "EEEE-RMA-AAAAMM", onde "EEEE" representa a sigla do aeroporto junto à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, "AAAA" representa os 4 (quatro) dígitos do ano, "MM" representa os 2 (dois) dígitos do mês de referência das informações e "RMA" é um rótulo das informações relativas ao Resumo de Movimentação Aeroportuária.

§ 2º A ANAC poderá autorizar outro meio eletrônico de remessa dos dados distinto do previsto no caput deste artigo.

Art. 5º A apresentação dos dados do RMA deverá obedecer a estrutura dos dados constante no Anexo II desta Portaria, observado o disposto na Resolução nº 464, de 2018.

Parágrafo único. Para fins de apresentação do RMA à ANAC, considera-se:

I - pouso realizado no mês de referência dos dados: pouso em que a data de calço da aeronave ocorreu durante o mês de referência; e

II - decolagem realizada no mês de referência dos dados: decolagem em que a data de descalço da aeronave ocorreu durante o mês de referência.

CAPÍTULO III

DO RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES DE MOVIMENTAÇÃO AEROPORTUÁRIA - RIMA

Art. 6º O RIMA deverá ser enviado à ANAC em arquivo eletrônico no formato de texto, extensão "csv", por meio do Sistema Portal de Arquivos da ANAC, acessado pelo endereço eletrônico sistemas.anac.gov.br/portalarquivos, observado o disposto na Resolução nº 464, de 2018.

Parágrafo único. A ANAC poderá autorizar outro meio eletrônico de remessa dos dados distinto do previsto no caput deste artigo.

Art. 7º O RIMA será composto por um arquivo nomeado "EEEE-RIMA-AAAAMM", onde "EEEE" representa a sigla do aeroporto junto à OACI, "AAAA" representa os 4 (quatro) dígitos do ano, "MM" representa os 2 (dois) dígitos do mês de referência dos dados e "RIMA" é um rótulo das informações relativas ao Relatório de Informações de Movimentação Aeroportuária.

§ 1º A primeira linha do conteúdo do arquivo deve ser preenchida pelos nomes dos campos, tais como descritos na coluna "DADO" da tabela presente no Anexo III desta Portaria, separados por ponto e vírgula (;), de forma a configurar o cabeçalho dos dados do arquivo.

§ 2º As demais linhas do arquivo deverão ser preenchidas pelas informações associadas a cada campo descrito nos incisos do art. 8º desta Portaria, sendo uma linha para cada movimento de pouso ou de decolagem de aeronave, realizado no mês de referência dos dados.

Art. 8º O registro dos dados do RIMA deverá conter os seguintes campos, na exata ordem apresentada e delimitados por ";" (ponto e vírgula):

I - Campo 1 - MOVIMENTO_TIPO: refere-se ao tipo de movimento reportado, pouso ou decolagem. O formato é alfabético de apenas uma letra, com o valor 'P' para pouso ou 'D' para decolagem;

II - Campo 2 - AERONAVE_MARCAS: refere-se à identificação da aeronave. O formato é alfanumérico e é representado pelas marcas de nacionalidade e de matrícula atribuídas pelo Registro Aeronáutico, brasileiro ou estrangeiro, ou pela identificação correspondente de aeronave militar;

III - Campo 3 - AERONAVE_TIPO: refere-se ao modelo da aeronave. O formato é alfanumérico e é representado pelo designador OACI do modelo da aeronave ou equipamento;

IV - Campo 4 - AERONAVE_OPERADOR: refere-se ao operador da aeronave. O formato é alfanumérico e é representado por:

a) designador da empresa de transporte aéreo obtido junto à OACI; ou

b) designação "GERAL", caso não haja o designador OACI.

V - Campo 5 - VOO_OUTRO_AEROPORTO: tem formato alfanumérico e é representado pelo código OACI designado ao aeroporto definido como:

a) em caso de POUSO, refere-se ao aeroporto anterior, onde ocorreu o último processamento de passageiros, cargas ou correio antes do pouso em questão. Não considera parada técnica em aeroporto intermediário; ou

b) em caso de DECOLAGEM, refere-se ao aeroporto posterior, onde ocorreu o primeiro processamento de passageiros, cargas ou correio após a decolagem em questão. Não considera parada técnica em aeroporto intermediário.

VI - Campo 6 - VOO_NUMERO: refere-se à identificação do voo da aeronave que tenha pousado no aeroporto (em caso de movimento de POUSO) ou decolado deste (em caso de movimento de DECOLAGEM). O formato é numérico e é representado pelo número do voo. Caso não se aplique, utilizar "0";

VII - Campo 7 - VOO_TIPO: refere-se ao tipo de voo realizado pela aeronave que pousou ou decolou do aeroporto. O formato é alfanumérico e é representado por:

a) 0 (zero), para voo regular: operações remuneradas, regulares, de transporte de passageiros, carga, correio ou misto;

b) 3 (três), para voo de retorno: operações remuneradas, regulares ou não regulares, de transporte de passageiros, carga, correio ou misto, que não concretizaram o transporte efetivamente, tendo sido obrigadas a retornar ao aeródromo de origem por qualquer motivo;

c) 4 (quatro), para voo alternado: operações remuneradas regulares ou não regulares, de transporte de passageiros, carga, correio ou misto, que tenham sido obrigadas a pousar em um aeroporto de destino diferente do planejado, por qualquer motivo;

d) 6 (seis), para voo de serviço: todas as operações não remuneradas realizadas pela empresa aérea, tais como voos de reposicionamento de aeronaves, traslados, instrução, treinamento, experiência, teste, manutenção etc;

e) 7 (sete), para voo de fretamento: operações remuneradas, não regulares, de transporte de passageiros, carga, correio ou misto, operadas sob a modalidade de fretamento, com vistas à execução de contrato de transporte celebrado com pessoa física ou jurídica em que não se pode tomar passageiros ou carga estranhas ao afretador;

f) 9 (nove), para voo charter: operações remuneradas, não regulares, de transporte de passageiros, carga, correio ou misto, operadas sob a modalidade charter com vistas à execução de contrato de transporte celebrado com pessoa física ou jurídica no qual é permitida a tomada de passageiros ou cargas estranhas ao afretador, mediante comercialização aberta ao público;

g) D, para voo da aviação geral: operações de aviação civil que não configurem transporte aéreo público (remunerado) de passageiros, carga, correio ou misto. Considera apenas as operações de aeronaves do Grupo II, exceto táxi-aéreo;

h) I, para voos de governamentais ou diplomáticos;

i) N, para táxi-aéreo: operação de transporte aéreo público não regular, executado mediante remuneração convencionada entre o usuário e o transportador, visando a proporcionar atendimento imediato, independente de horário, percurso ou escala; ou

j) W, para voo de aeronave militar.

VIII - Campo 8 - VOO_LINHA: refere-se ao tipo de operação realizada pela aeronave. O formato é alfabético e é representado por:

a) N, caso do voo ser doméstico misto, ou seja, para operações de transporte aéreo de passageiros ou mistas, em que todos os aeródromos envolvidos estejam situados em território brasileiro;

b) C, no caso do voo ser doméstico cargueiro, ou seja, para operações de transporte aéreo exclusivo de carga e/ou correio, em que todos os aeródromos envolvidos estejam situados em território brasileiro;

c) I, no caso do voo ser internacional misto, ou seja, para operações de transporte aéreo de passageiros ou mistas, em que ao menos um dos aeródromos envolvidos esteja situado em território estrangeiro; e

d) G, no caso do voo ser internacional cargueiro, ou seja, para operações de transporte aéreo exclusivo de carga e/ou correio, em que ao menos um dos aeródromos envolvidos esteja situado em território estrangeiro.

e) Z, caso as alíneas anteriores não se apliquem.

IX - Campo 9 - PREVISTO_DATA: refere-se à data prevista, conforme o horário local do aeroporto, para a realização do movimento informado (pouso ou decolagem). O formato é data e é representado por DD/MM/AAAA, onde DD representa o dia (01 - 31), MM representa o mês (01 - 12), e AAAA representa o ano (ex. 2010);

X - Campo 10 - PREVISTO_HORARIO: refere-se ao horário local previsto para a realização do movimento informado (pouso ou decolagem). O formato é hora e é representado por HH:MM, onde HH representa a hora (00 - 23) e MM representa os minutos (00 - 59). Ambos devem possuir 2 (dois) caracteres e ser informados no padrão 24 (vinte e quatro) horas;

XI - Campo 11 - CALCO_DATA: refere-se à data em que ocorreu o movimento informado (pouso ou decolagem), conforme o horário local, apurado pelo critério do calço e descalço, conhecido internacionalmente pelo termo em inglês block-to-block. O formato é data e é representado por DD/MM/AAAA, onde DD representa o dia (01 - 31), MM representa o mês (01 - 12), e AAAA representa o ano (ex. 2010);

XII - Campo 12 - CALCO_HORARIO: refere-se ao horário de realização do movimento informado (pouso ou decolagem), conforme o horário local, apurado pelo critério do calço e descalço, conhecido internacionalmente pelo termo em inglês block-to-block. O formato é hora e é representado por HH:MM, onde HH representa a hora (00 - 23) e MM representa os minutos (00 - 59). Ambos devem possuir 2 (dois) caracteres e ser informados no padrão 24 (vinte e quatro) horas;

XIII - Campo 13 - TOQUE_DATA: refere-se à data em que ocorreu o movimento informado (pouso ou decolagem), conforme horário local, apurada pelo critério do contato da aeronave com o solo, conhecido internacionalmente pelos termos em inglês wheels-on e wheels-off. O formato é data e é representado por DD/MM/AAAA, onde DD representa o dia (01 - 31), MM representa o mês (01 - 12), e AAAA representa o ano (ex. 2010);

XIV - Campo 14 - TOQUE_HORARIO: refere-se ao horário em que ocorreu o movimento informado (pouso ou decolagem), conforme horário local, apurado pelo critério do contato da aeronave com o solo, conhecido internacionalmente pelos termos em inglês wheels-on e wheels-off. O formato é hora e é representado por HH:MM, onde HH representa a hora (00 - 23) e MM representa os minutos (00 - 59). Ambos devem possuir 2 (dois) caracteres e ser informados no padrão 24 (vinte e quatro) horas;

XV - Campo 15 - CABECEIRA: refere-se à cabeceira de pista por onde ocorreu o movimento informado (pouso ou decolagem). O formato é alfanumérico e é representado pelo identificador da cabeceira de pista;

XVI - Campo 16 - BOX: refere-se à posição de pátio onde ocorreu o desembarque, em caso de pouso, ou o embarque, em caso de decolagem. O formato é alfanumérico e é representado pelo identificador da posição de pátio cadastrada. Preencher com "N/A" caso o movimento em questão não utilize uma posição de pátio cadastrada pela ANAC;

XVII - Campo 17 - PONTE_CONECTOR_REMOTO: refere-se ao tipo de instrumento utilizado para o desembarque dos passageiros, em caso de pouso, ou o embarque de passageiros, em caso de decolagem. O formato é numérico e é representado por:

a) 1, caso tenha sido utilizado ponte de embarque e desembarque de passageiros;

b) 2, caso tenha sido utilizado o modo conector remoto acessível para embarque e desembarque de passageiros, excluído a opção descrita na alínea 'a'. Conector remoto acessível - equipamento utilizado para o embarque ou desembarque de passageiros, com o fluxo direto dos passageiros entre o terminal e a aeronave, de forma abrigada de sol, chuva, vento, gases, risco de chama, que seja climatizado e sem desníveis ao longo do trajeto, ou com elevador e/ou rampa para superação de desnível junto à aeronave, quando houver;

c) 3, caso tenha sido realizado o modo remoto para o embarque ou desembarque de passageiros, quando o passageiro se desloca entre o terminal e a aeronave andando, sem usufruir de qualquer facilitação, ou por meio de veículo dedicado ao transporte terrestre dos passageiros, tais como ônibus e vans, ou quando não enquadrado nas opções descritas nas alíneas 'a' ou 'b'; ou

d) 4, caso o movimento em questão não apresente pessoas embarcadas ou desembarcadas por meio do terminal de passageiros.

XVIII - Campo 18 - TERMINAL: refere-se ao terminal de passageiros utilizado para o desembarque, em caso de pouso, ou o embarque, em caso de decolagem. O formato é alfanumérico e é representado pelo número ou letra que identifica o terminal utilizado. Preencher com "N/A" caso não se aplique;

XIX - Campo 19 - PAX_LOCAL: tem formato numérico e deve ser entendido como se segue:

a) em caso de POUSO, refere-se ao número de passageiros que desembarcaram de uma aeronave, e finalizaram a sua viagem no aeroporto.

b) em caso de DECOLAGEM, refere-se ao número de passageiros que embarcaram em uma aeronave com a finalidade de iniciar um voo, e que inicia a sua viagem no aeroporto.

c) preencher com caractere 0 (zero) caso o voo não possua passageiros que se enquadrem nas condições das alíneas "a" ou "b" desse inciso.

XX - Campo 20 - PAX_CONEXAO_DOMESTICO: representa a quantidade de passageiros que desembarcaram para reembarcar no mesmo aeroporto, na mesma aeronave ou em outra, em prosseguimento à mesma viagem, independente de mudança de companhia aérea, desde que constante do mesmo contrato de transporte. Tem formato numérico e deve ser entendido como se segue:

a) em caso de POUSO, refere-se à quantidade de passageiros que desembarcaram neste aeroporto para reembarcar em conexão em um voo doméstico;

b) em caso de DECOLAGEM, refere-se à quantidade de passageiros que embarcaram em conexão neste aeroporto, provenientes de um voo doméstico.

c) preencher com caractere 0 (zero) caso o voo não possua passageiros que se enquadrem nas condições das alíneas "a" ou "b" desse inciso.

XXI - Campo 21 - PAX_CONEXAO_INTERNACIONAL: representa a quantidade de passageiros que desembarcaram para reembarcar no mesmo aeroporto, na mesma aeronave ou em outra, em prosseguimento à mesma viagem, independente de mudança de companhia aérea, desde que constante do mesmo contrato de transporte. Tem formato numérico e deve ser entendido como se segue:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) em caso de POUSO, refere-se à quantidade de passageiros que desembarcaram neste aeroporto para reembarcar em conexão em um voo internacional;

b) em caso de DECOLAGEM, refere-se à quantidade de passageiros que embarcaram em conexão neste aeroporto, provenientes de um voo internacional.

c) preencher com caractere 0 (zero) caso o voo não possua passageiros que se enquadrem nas condições das alíneas "a" ou "b" desse inciso.

XXII - Campo 22 - CORREIO: refere-se à quantidade de correspondências e outros objetos confiados pelas administrações postais à empresa aérea, expresso em quilogramas, que tenha desembarcado da aeronave, em caso de pouso, ou embarcado na aeronave, em caso de decolagem. O formato é numérico. Preencher com caractere 0 (zero) caso não tenha desembarcado ou embarcado da aeronave no aeroporto correspondências e outros objetos;

XXIII - Campo 23 - CARGA: refere-se à quantidade de todos bens transportados na aeronave, expressa em quilogramas, que tenha desembarcado da aeronave, em caso de pouso, ou embarcado na aeronave, em caso de decolagem, excluindo correio, provisões de bordo, bagagens de mão e bagagens despachadas. O formato é numérico. Preencher com caractere 0 (zero) caso não tenha embarcado ou desembarcado carga da aeronave no aeroporto;

§ 1º Para fins de apresentação do RIMA à ANAC, considera-se:

I - pouso realizado no mês de referência dos dados: pouso em que a data de calço da aeronave ocorreu durante o mês de referência; e

II - decolagem realizada no mês de referência dos dados: decolagem em que a data de descalço da aeronave ocorreu durante o mês de referência.

§ 2º Quando o pouso ou a decolagem estiver associada à operação de aeronaves do Grupo II, exceto táxi-aéreo, o campo previsto no inciso VII deverá estar preenchido com o código referente à aviação geral e os campos previstos nos incisos XIX a XXIII poderão não ser preenchidos quando as informações não estiverem disponíveis.

§ 3º Quando o pouso ou a decolagem estiver associada à operação de uma aeronave militar, o campo previsto no inciso VII deverá estar preenchido com o código referente à operação militar e os campos definidos nos incisos IV a VI, VIII a XII e XVI a XXIII poderão não ser preenchidos quando as informações não estiverem disponíveis.

Art. 9º As informações do RIMA estão apresentadas resumidamente no Anexo III da presente Portaria.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA DE ENVIO DOS DADOS

Art. 10. O administrador aeroportuário deverá solicitar à ANAC o cadastro dos usuários com permissão de envio do CMA, do RMA e do RIMA no Sistema Portal de Arquivos da ANAC.

§ 1º A designação a que se refere o caput deverá ser realizada por meio de documento devidamente assinado pelo representante legal da empresa, destinado à Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos - SRA, contemplando as seguintes informações de cada usuário:

I - nome completo;

II - número do Cadastro de Pessoa Física - CPF;

III - telefone; e

IV - endereço de correio eletrônico.

§ 2º Alterações das designações deverão seguir os mesmos procedimentos definidos neste artigo.

Art. 11. A ANAC será responsável por cadastrar e enviar ao usuário designado a sua senha inicial de acesso.

Art. 12. A ANAC disponibilizará aos usuários do Sistema Portal de Arquivos o Manual de Usuário, que conterá as instruções para envio e consulta de seus arquivos.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Situações não previstas nesta Portaria deverão ser objeto de consulta à Gerência de Informações e Contabilidade - GEIC da SRA.

Parágrafo único. Quando as situações não previstas tratarem sobre o CMA, deverão ser objeto de consulta à Gerência de Controle e Fiscalização - GFIC da Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária.

Art. 14. Os anexos de que trata esta Portaria encontram-se disponíveis no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico www.anac.gov.br/assuntos/legislacao).

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO SOUSA PEREIRA
Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA
Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO Nº 12, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 50300.007165/2016-71. Fiscalizada: Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG, CNPJ nº 01.039.203/0001-54. Objeto e Fundamento Legal: Por não conhecer o recurso interposto, uma vez que intempestivo, mantendo a penalidade de MULTA no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), pela prática da infração prevista no art. 32 inciso XXXII da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274/2014-ANTAQ.

FLÁVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI
Superintendente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 5, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 50300.007972/2016-94. Fiscalizada: Transhipp Transportes Marítimos Ltda., CNPJ nº 31.667.298/0001-11. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer o recurso interposto, devido a sua tempestividade, e no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de multa aplicada no valor de R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais), considerando confirmada a prática da infração tipificada no inciso IV do artigo 23 da Resolução nº 2.920/2013-ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA

SECRETARIA DE FOMENTO E PARCERIAS

DEPARTAMENTO DE MARINHA MERCANTE

RESOLUÇÃO Nº 163, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Concede, referenda e dá publicidade ao cancelamento de prioridades de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM às empresas brasileiras e seus respectivos projetos.

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VIII e IX do art. 2º e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, tendo em vista o disposto nos artigos 8º e 8º-A da Portaria GM nº 253, de 12 de março de 2009, e as deliberações da 37ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de março de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM às empresas brasileiras e respectivos projetos, pelo prazo de 450 dias:

Apoio à Navegação

I. BARU OFFSHORE NAVEGAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 14.426.327/0001-34): construção de 2 (duas) embarcações do tipo Rebocador Azimutal, cascos ETP-050 e ETP-051, com valor total de R$ 53.224.364,74 (cinquenta e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), que correspondem a US$ 16.895.550,99 (dezesseis milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e cinquenta dólares norte-americanos e noventa e nove centavos), com data-base de 3 de outubro de 2017, processo nº 50000.002405/2018-98.

Apoio Marítimo

II. DOFCON NAVEGAÇÃO LTDA (CNPJ nº 07.925.741/0001-22): suplementação de recursos para a construção de 1 (uma) embarcação do tipo PLSV, casco EP-10, com valor de suplementação de R$ 75.146.932,83 (setenta e cinco milhões, cento e quarenta e seis mil, novecentos e trinta e dois reais e oitenta e três centavos), que correspondem a US$ 22.895.991,05 (vinte e dois milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e noventa e um dólares norte-americanos e cinco centavos), com data-base de 9 de fevereiro de 2018, processo nº 50000.042457/2017-16.

Estaleiro

III. DOCK BRASIL ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A. (CNPJ nº 09.586.433/0001-45): construção de um Estaleiro de Reparos, no município de São Gonçalo - RJ, com valor total de R$ 177.975.939,85 (cento e setenta e sete milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e cinco centavos), que correspondem a US$ 55.070.220,88 (cinquenta e cinco milhões, setenta mil, duzentos e vinte dólares norte-americanos e oitenta e oito centavos), com data-base de 4 de janeiro de 2018, processo nº 50000.002648/2018-26.

Modernização

IV. NORSKAN OFFSHORE LTDA (CNPJ nº 04.023.447/0001-37): modernização de 2 (duas) embarcações do tipo AHTS, denominadas Skandi Angra e Skandi Paraty, de modo a possibilitar sua operação com ROV, com valor total de R$ 11.216.829,78 (onze milhões, duzentos e dezesseis mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), que correspondem a US$ 3.491.185,46 (três milhões, quatrocentos e noventa e um mil, cento e oitenta e cinco dólares norte-americanos e quarenta e seis centavos), com data-base de 18 de janeiro de 2018, processo nº 50000.002617/2018-75.

Art. 2º Conceder prioridade de apoio financeiro do FMM às empresas brasileiras e respectivos projetos, pelo prazo de 180 dias:

Carga

I. PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO (CNPJ nº 02.709.449/0001-59): suplementação de recursos para a construção de 5 (cinco) embarcações do tipo Navio Petroleiro Aframax, cascos EAS-011, EAS-012, EAS-013, EAS-014, EAS-015, anteriormente priorizada conforme o inciso III do art. 1º da Resolução CDFMM nº 156, de 4 de maio de 2017, com valor de suplementação de R$ 697.906.231,27 (seiscentos e noventa e sete milhões, novecentos e seis mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e sete centavos), que correspondem a US$ 381.849.445,00 (trezentos e oitenta e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco dólares norte-americanos), com data-base de 25 de setembro de 2008, processo nº 50000.004943/2017-36.

II. ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S/A (CNPJ nº 07.699.082/0001-53): suplementação de recursos para produção de 5 (cinco) embarcações do tipo Navio Petroleiro Aframax, cascos EAS-011, EAS-012, EAS-013, EAS-014, EAS-015, anteriormente priorizada conforme o inciso I do art. 1º da Resolução CDFMM nº 158, de 4 de maio de 2017, com valor de suplementação de R$ 697.906.231,27 (seiscentos e noventa e sete milhões, novecentos e seis mil, duzentos e trinta e um reais e vinte e sete centavos), que correspondem a US$ 381.849.445,00 (trezentos e oitenta e um milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco dólares norte-americanos), com data-base de 25 de setembro de 2008, processo nº 50000.008237/2017-63.

III. AGEMAR TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ nº 08.745.465/0001-83): construção de 1 (uma) embarcação do tipo Navio para Transporte de Derivados de Petróleo e Carga Geral, anteriormente priorizada conforme o inciso II do art. 2º da Resolução CDFMM nº 161, de 14 de dezembro de 2017, com valor total de R$ 6.939.972,73 (seis milhões, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e setenta e três centavos), que correspondem a US$ 2.137.217,52 (dois milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e dezessete dólares norte-americanos e cinquenta e dois centavos), com data-base de 1º de setembro de 2016, processo nº 50000.119434/2016-26.

IV. SOUTH AMERICAN TANKER COMPANY NAVEGAÇÃO SA (CNPJ nº 08.309.960/0001-40): construção de 5 (cinco) embarcações do tipo Navio Petroleiro, modelo Suezmax DP2 de 157.000 TPB, anteriormente priorizada conforme o inciso III do art. 2º da Resolução CDFMM nº 161, de 14 de dezembro de 2017, com valor de R$ 3.177.370.186,99 (três bilhões, cento e setenta e sete milhões, trezentos e setenta mil, cento e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos), que correspondem a US$ 981.518.036,26 (novecentos e oitenta e um milhões, quinhentos e dezoito mil, trinta e seis dólares norte-americanos e vinte e seis centavos), com data-base de 24 de agosto de 2016, processo nº 50000.118948/2016-64.

Modernização

V. HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA SA (CNPJ nº 84.590.892/0001-18): modernização de 87 (oitenta e sete) embarcações do tipo Barcaça Graneleira, anteriormente priorizada conforme inciso I do art. 2º da Resolução CDFMM nº 160, de 29 de agosto de 2017, com valor total de R$ 57.705.072,90 (cinquenta e sete milhões, setecentos e cinco mil, setenta e dois reais e noventa centavos), que correspondem a US$ 22.030.722,90 (vinte e dois milhões, trinta mil, setecentos e vinte e dois dólares norte-americanos e noventa centavos), com data-base de 16 de janeiro de 2015, processo nº 50000.008400/2017-98.

Art. 3º Referendar a Resolução CDFMM nº 162, de 5 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Dar publicidade ao cancelamento, por decurso do prazo, das prioridades de apoio financeiro do FMM, concedidas aos postulantes e respectivos projetos, conforme a seguinte Resolução:

I. Resolução CDFMM nº 160, de 29 de agosto de 2017:

a) TERMINAL DE GRÃOS PONTA DA MONTANHA S.A.: construção de 1 (uma) embarcação do tipo Terminal Flutuante de apoio à movimentação de grãos, casco EA-200 (art. 2º, inciso II), processo nº 50000.107913/2016-08.

b) HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.: modernização de 87 (oitenta e sete) embarcações do tipo Barcaça Graneleira (art. 2º, inciso I), processo nº 50000.008400/2017-98.

Art. 5º Cancelar, em decorrência do art. 2º desta Resolução, as prioridades de apoio financeiro do FMM concedidas aos postulantes e respectivos projetos, conforme as seguintes Resoluções:

I. Resolução CDFMM nº 156, de 4 de maio de 2017:

a) PETROBRAS TRANSPORTE S.A - TRANSPETRO: suplementação de recursos para construção de 5 (cinco) embarcações do tipo Navio Petroleiro Aframax, cascos EAS-011, EAS-012, EAS-013, EAS-014, EAS-015, (art. 1º, inciso III), processo nº 50000.004943/2017-36.

II. Resolução CDFMM nº 158, de 4 de maio de 2017:

a) ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S/A: suplementação de recursos para produção de 5 (cinco) embarcações do tipo Navio Petroleiro Aframax, cascos EAS-011, EAS-012, EAS-013, EAS-014, EAS-015 (art. 1º, inciso I), processo nº 50000.008237/2017-63.

III. Resolução CDFMM nº 161, de 14 de dezembro de 2017:

a) AGEMAR TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA: construção de 1 (uma) embarcação do tipo Navio para Transporte de Derivados de Petróleo de 482 DWT (art. 2º, inciso II), processo nº 50000.119434/2016-26.

b) SOUTH AMERICAN TANKER COMPANY NAVEGAÇÃO S.A.: construção de 5 (cinco) embarcações do tipo Navio Petroleiro, modelo Suezmax DP2 de 157.000 TPB (art. 2º, inciso III), processo nº 50000.118948/2016-64.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ANTUNES DIAS BATISTA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SE/MTPA nº 898, de 21 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2018, Seção 1, página 184, que versa sobre a 1ª Alteração do Programa de Trabalho do Estado de Sergipe para o exercício 2018, referente à aplicação dos recursos relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, onde se lê: "Portaria nº 898, de 21 de março de 2018", leia-se: "Portaria nº 923, de 21 de março de 2018".

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 41, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado do Ceará.

O MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto na Medida Provisória nº 821, de 26 de fevereiro de 2018, na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e no Convênio de Cooperação Federativa celebrado entre a União e o Estado do Ceará; e

Considerando a manifestação do Governador do Estado do Ceará, contida no Ofício GG nº 43, de 7 de fevereiro de 2018, acerca da necessidade de apoio da Polícia Judiciária da Força Nacional de Segurança Pública no Estado do Ceará, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, em caráter episódico e planejado, em consonância com as corporações envolvidas, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da solicitação supracitada, nas atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, e, de forma complementar, para exercer ações de polícia judiciária, compondo Força Tarefa de Polícia Judiciária, com o objetivo de conter a criminalidade e reduzir o índice de homicídios, em apoio à Polícia Civil do Estado do Ceará.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do solicitante, que deverá dispor de infraestrutura necessária à instalação de base administrativa, bem como permissão de acesso aos sistemas de informações e ocorrências, no âmbito da Segurança Pública, durante a vigência desta Portaria.

Art. 3º Os profissionais a serem disponibilizados pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública obedecerão ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

PORTARIA Nº 42, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio à Polícia Federal no Estado de Roraima.

O MINISTRO DE ESTADO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Medida Provisória nº 821, de 26 de fevereiro de 2018, na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013; e

Considerando a manifestação expressa do Diretor-Executivo da Polícia Federal, no Ofício nº 6 - SAD/DIREX/PF, de 16 de fevereiro de 2018, acerca da necessidade de apoio da Força Nacional de Segurança Pública no Estado de Roraima, resolve:

Art. 1º Autorizar a atuação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), em apoio ao Departamento de Polícia Federal (DPF), no Estado de Roraima, em caráter episódico e planejado, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da solicitação supracitada, nas atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico do órgão demandante, que deverá dispor da infraestrutura necessária à instalação de base administrativa da FNSP.

Art. 3º O número de policiais e as ações a serem desenvolvidas obedecerão ao planejamento conjunto.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.378, DE 6 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/9271 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RONIN VIGILANCIA PRIVADA EIRELI - ME, CNPJ nº 20.537.526/0001-12, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 313/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.534, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4384 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 06.261.891/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 459/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.585, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13492 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING VITORIA, CNPJ nº 39.780.879/0001-77 para atuar no Espírito Santo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.602, DE 16 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8630 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERIDO SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 15.106.948/0001-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 612/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.642, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4740 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONTINUA SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - EPP, CNPJ nº 20.129.914/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 618/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.644, DE 19 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11379 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASP EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 03.130.750/0003-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 499/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.661, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11692 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARINA DE IRACEMA PARK S/A, CNPJ nº 07.334.600/0001-35 para atuar no Ceará.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.662, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13057 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WORLD VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 04.155.247/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 567/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.666, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17563 - DPF/CAC/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIGIVEL SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 10.859.934/0001-37, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
5 (cinco) Revólveres calibre 38
63 (sessenta e três) Munições calibre 38
36 (trinta e seis) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.671, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18211 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BLINGEL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA-EPP, CNPJ nº 22.901.747/0001-53, sediada no Amapá, para adquirir:

Da empresa cedente QUEIROZ & MACIEL SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 13.820.361/0001-26:
10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.680, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19361 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa GUARDA DE ELITE SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 17.570.705/0001-47, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.697, DE 20 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13782 - DPF/CAS/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONDOMINIO ESTANCIA MARAMBAIA , CNPJ nº 52.361.961/0001-25, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0001-04:

15 (quinze) Revólveres calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.715, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/9917 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ATLANTA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.386.102/0001-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 492/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.717, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/11268 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa AMAZONGAS DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA, CNPJ nº 04.957.650/0010-71, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.726, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15336 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa BALÍSTICO SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.548.228/0001-83, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Mato Grosso.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.742, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16469 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CACTUS - CENTRO DE INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 16.151.730/0001-23, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

9853 (nove mil e oitocentas e cinquenta e três) Munições calibre .380

9937 (nove mil e novecentas e trinta e sete) Munições calibre 12

46916 (quarenta e seis mil e novecentas e dezesseis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.743, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16526 - DPF/PHB/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TBFORTE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 09.262.608/0012-11, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Revólveres calibre 38

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

63 (sessenta e três) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.750, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10383 - DPF/XAP/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 11.842.550/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 656/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.760, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17146 - DPF/CCM/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROLINCON VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 95.781.019/0001-29, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Revólveres calibre 38

126 (cento e vinte e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

PORTARIA Nº 34.126, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, Substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada nos Processos nºs 08457.301985/2016-15-DPF/NIG/RJ e 08350.020724/2017-68-DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Cancelar a Autorização do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada concedida por meio da Portaria nº 955, publicada no D.O.U. de 06/06/2017, à empresa COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - CSN, CNPJ/MF nº 33.042.730/0013-48, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 34.128, DE 1º DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada nos Processos nºs 08457.301985/2016-15-DPF/NIG/RJ e 08350.020724/2017-68-DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL - CSN, CNPJ nº 33.042.730/0067-30, para atuar no Estado de MINAS GERAIS.

LICINIO NUNES DE MORES NETTO

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 92, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul para assinar o Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do TC 004.813/2018-9, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao titular da Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, o Acordo de Cooperação com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, que tem por objeto o intercâmbio de bases de dados, experiências, informações e tecnologias, visando ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum.

Art. 2º Fica designado o titular da Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul para zelar pelo acompanhamento da execução do Acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 93, DE 28 DE MARÇO DE 2018

Altera a Portaria-TCU nº 10, de 15 de janeiro de 2018, que aprova o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, nos termos do art. 55 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (LDO).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 28, inciso XXXIX do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no art. 55 da Lei nº 13.473, de 2017 (LDO), combinado com o art. 8º, da Lei Complementar nº 101, 4 de maio de 2000 (LRF), resolve:

Art. 1º O Anexo IV da Portaria-TCU nº 10, de 15 de janeiro de 2018, passa a vigorar conforme especificado no Anexo Único desta Portaria, em decorrência da publicação da Portaria nº 1684, de 16 de fevereiro de 2018, da Secretaria de Orçamento Federal, que efetivou crédito orçamentário com remanejamento de recursos das fontes 956 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e 969 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, da Lei no 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA 2018), para a fonte 100 - Recursos Ordinários, com vistas à execução de despesas com Aposentadorias e Pensões Civis da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do Tribunal

CARLOS ROBERTO CAIXETA
Secretário-Geral de Administração

ANEXO ÚNICO

"Anexo IV da Portaria-TCU nº 10, de 15 de janeiro de 2018.
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Pessoal e Encargos Sociais
Em Reais

	Fonte 0100		Fonte 0156	Fonte 0169
Mês	Pessoal e Encargos Sociais	Encargos Sociais - CP para o RPPS	Pessoal	Pessoal
Janeiro	105.891.230,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Fevereiro	105.891.230,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Março	105.891.230,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Abril	111.284.384,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Maio	111.284.384,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Junho	111.284.384,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Julho	111.284.384,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Agosto	111.284.384,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Setembro	111.284.384,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Outubro	111.284.384,00	17.421.702,00	14.785.705,00	18.092.832,00
Novembro	111.284.384,00	17.421.702,00	2.461.869,00	6.147.472,00
Dezembro	111.284.377,00	17.421.695,00	2.461.868,00	6.147.472,00
Total	1.319.233.139,00	209.060.417,00	152.780.787,00	193.223.264,00

"

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de 1ª Câmara, de 03/04/2018, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.936/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Gabriel Lo Bianco Carvalho; Jonas da Costa Cruz; Joni Jair Ferreira; Kercia Maria Freitas Silva; Keyvila Cristina de Sousa Alves Menezes; Leonardo de Oliveira Dresch
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

000.947/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Amos Barbosa; Gisely Raulino Vieira; Henara Simões Cola Holz; Laudineia Pereira Tonon; Raphael Steinberg da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

000.956/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Fradique Mourão; Mariana Pires; Marilia Gabriela Ribeiro; Poliana Gomes Sabino; Roberto Bernardes Lemes; Silvana Rodrigues Cristino Lopes; Vivian Fontes Moreira Bitencourt
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

000.965/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra de Carvalho Paiva Viveiros; Alex Felipe da Silva Sousa; Aristocrates Carvalho dos Santos; Carla Nayara Batista Feitosa; Felipe Bandeira Rocha; Francisco Kailan Bezerra dos Santos; Gleison Rodolfo Silva Rocha; Janderson José da Silva Santos; Jessyca Cavalcante da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Representação legal: não há

000.971/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Junior de Mattos; José Luis Miranda da Silva; Regina Célia Cappelli D'avila
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

001.017/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ariel de Jesus Silva; Geise Teixeira do Nascimento; Marcela Tavares de Freitas Lima; Reinaldo José Simplício da Silva; Ulisses Pinto Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

001.058/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gisleine Fernanda Franca; Jaqueline Taketsugu Alves da Silva; Jessica Ribeiro Magalhães; Jheferson Guimarães da Silva; João Victor dos Santos; Leandro Lemes Moraes; Lyzyê Inácio Almeida; Murilo de Sousa Cavalcante; Neander Nicanor Alves Rodovalho; Pedro Henrique Pereira de Queiroz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

001.069/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camille Bropp Cardoso; Diego Ramos; Edineia Pavilaki Linhares; Ellie Volanski; Filipe Costa Pessanha; Isabella Florentino Ferreira Bueno; Lucas Martins Sorrentino; Rafaela Paula Schmitz; Samuel Stadnytsky; Valdeci Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

001.079/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Raquel de Oliveira; Annielle Regina da Fonseca Fernandes; Arianne de Freitas Barros Soares; Arnobio Silva de Souza; Danniely Alves Benicio Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

001.084/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Chiara Padilha Costa; Fernanda Ribeiro; Flávio Nunes da Silva; Isabel Rodrigues Lima de Andrade; Isabelle Comegno Gotelipe Castanho
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

001.085/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isadora Pereira Queiroz e Silva; Izadora Menezes da Cunha Barros; Jackellyne Santos Monteiro Macatrão; João Luiz de Vargas Ferreira; Joaquim Bezerra de Carvalho Neto Segundo
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

001.092/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cássia Vanessa Oliveira Cotrim; Eli Santana de Oliveira Rodrigues; Eliane Santos de Carvalho Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

001.096/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Belchior Antonio da Silva; Hélio Aparecido Lima Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

001.102/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denis William Gripa; Edilson Pereira Brito; Eduardo Mathias Cristello; Eduardo da Rocha Bassi; Fabiana Gerusa Leindeker da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

001.107/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Melissa Franceschini; Murillo Pereira Azevedo; Otonio Dutra da Silva; Paula Bianchet; Priscilla Pereira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

001.113/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Rosângela Ferreira Ribeiro; Simone Marília Lisboa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.117/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Andreia Rodrigues da Silva; Antônia Samylla Oliveira Almeida; Antônia de Jesus Sales; Camila Franco; Carla Cristina Biazi Lorenzi
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

001.122/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Herikson Araujo de Freitas; Iacy Maria Pereira de Castro; Isabel Cristina da Silva Araújo; Ismael Keslley Carloto Lopes; Ítalo Jader Loiola Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

001.125/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kamilla Giló Santiago; Leandro Carvalho Ribeiro; Leonardo Rafael Medeiros; Lucas Barreto Dias; Luiza Teixeira de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

001.127/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Regina Santos de Souza; Patrícia Jamile de Oliveira Martins; Paula Figueiredo da Silva; Paulo Anderson Holanda Cavalcante; Pedro Rafael Costa Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

001.130/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Samuel Jó de Mesquita; Samuel Levi Silva de Oliveira; Samuel Nascimento de Araujo; Severino Araujo de Souza; Thayanne Lima Duarte Pontes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

001.187/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daiana Brito dos Santos; Denilson Diniz Pereira; Dmitry Logachev; Eliomara da Costa Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

001.194/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano de Oliveira Gianotto; Alexandre Honig Gonçalves; Aline Gomes da Silva; Alline Lam Orue; Ana Alice Reis Pieretti
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

001.205/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isadora Yule Queiroz de Oliveira; James Venturini; Janaina Rolan Loureiro; Janete Rosa da Fonseca; Jonathan Araujo Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

001.208/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Malson Neilson de Lucena; Marciana Santiago de Oliveira; Marcio José Sorgato; Mario Ney Rodrigues Salvador; Mauros dos Santos de Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

001.213/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Araujo Santos; Thiago Rangel Rodrigues; Valeria Cristina Toledo; Valgleice de Souza Ravaze; Vilson Miliato
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

001.218/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Daniel Pereira Brandi
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

001.225/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tatiana Sena dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

001.228/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Manuela de Mendonça Figueiredo; Marcelo Silva Medeiros Junior; Marcelo Victor de Souza Gomes; Miguel Enéas da Silva Neto; Mário Antônio de Moura Simim
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

001.238/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Agueda Maria Ruiz Zimmer Cavalcante; Alexandre Fabricio Martucci; Carolina Dias de Araújo e Silva; Carolina Rodrigues de Mendonça; Eder Angelo Milani
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

001.244/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabricio Teixeira Barbosa; Jucelia Barbosa da Silva; Juliana de Carvalho da Costa; Junia Carla de Oliveira Alves; Laisa Araujo Cortines Laxe
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

001.248/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Mielezrski; Fabrício Havy Dantas de Andrade; Felipe Nazel Seixas; Felipe Queiroga Sarmento Guerra; Germana Tavares de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

001.259/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Irany Silva de Souza; Joaquim Celestino da Silva Junior; José Alves Neto; José Luiz Pereira de Lima; José Marcos dos Santos; José Tupinanba Ibiapina Parente; José Carlos Freire Murta; José Maria Castro Sousa; Juscelino Oliveira Neves; Leni Lopes de Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há

001.320/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Ana Márcia Aguiar de Matos; Sônia Maria Pessoa Finholdt Valim
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

001.329/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Carmeli Barcelos Ortiz; Célia Maria Barboza Miranda; Gilda Dias Leite de Mattos; Maria Ângela André Tillmann; Maria Antonieta Dall Igna; Rosângela Carvalho Duarte; Rozilane Gonçalves Pires Fagundes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

001.334/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Rogério Márcio Damasceno; Sônia do Carmo Almeida; Wanderley Figueira Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

001.356/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Eurípedes de Oliveira Pereira; Goiandira de Fátima Ortiz de Camargo; Jadir de Morais Pessoa; Katia Menezes de Sousa; Leonice Manrique Faustino Tresvenzol; Maria Henrique de Sousa Alcântara; Maria Hozana Pereira Caixeta; Maria José Oliveira de Faria Almeida; Maria Olinda Oliveira Barroso; Neuza Maria de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

001.358/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aracy Alves Martins; Edinalva Santana Carvalho; Eliane Aparecida Fagundes Martins; Fátima Regina Peixoto; Fausta Olegário de Morais; Hebe Corina de Souza; João Batista Freire; José Martins; José Monteiro da Mata; João Fernandes Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

001.362/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alaíde da Silva Gonzalez; Alfredo Calixto; Claudete Marcelo de Oliveira; Elides Lúcia Cadore; Irene Ermelino Santos; Ivone Terezinha de Lima; Izabel Cristina da Cunha; Jandyra Maria Kondera; Leonice Natividade de Oliveira Franco; Lucilene Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

001.363/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria de Lourdes Zwergel; Marilene Baptista de Oliveira; Noeli Pilz; Pedro Henrique Gonzalez; Sandra Regina Baggio Muzzolon; Zevanil Romoaldo Souza Assunção
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

001.429/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alvina Maria Neves Riker; Bernardo Macedo Pinheiro; Claudia Regina de Souza Leão Antonio; Edith Siza Tribuzy; Josefa de Lima da Silva; Laura Vicuna dos Santos; Luiza Marilac Moreira Alves; Maria José de Araujo Farias; Mariza Alves de Macedo Pinheiro; Melissa Macedo Pinheiro; Noeme Farias Batista; Rosa Suzana da Silva Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

001.435/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Terezinha de Oliveira; Maria das Graças da Paixão Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

001.436/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amélia Cristina Silva Machado Prieto; Ana Luísa Machado Prieto; Carlos César Machado Prieto; Carmen Euripedes Aires da Silva; Euracy Pereira de Sousa; Lucia Maria de Jesus Bertoldo; Marilda Aparecida de Jesus Augusto; Rosa Ferreira da Silva; Silvana Matias de Assis Arantes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

001.437/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Maria Silva Gonzaga Luz; Ana Rita dos Santos de Paula; Conceição Aparecida Vieira Silva; Efigenia Joana da Silva Oliveira; Isabel Maria Vieira; Leci Maria Pedrosa de Oliveira Ribeiro; Leonardo Antonio de Oliveira; Luzia de Castro Oliveira; Maria das Dores Lehner Orozimbo; Rita Liberata de Oliveira; Terezinha do Carmo Martins de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

003.052/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allana Maria de Souza Araujo; Diogo Lago Morbeck; Eder Vinícius Vieira Weiss; Fábio Vieira Vilela; Lúcia Gutheil Gonçalves; Nazilene Maria Reis e Rocha; Pablo Murillo Passos da Silva; Patrícia Pacheco Zanlorenci; Rita de Cássia Walter; Romerito Oliveira Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.056/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andreia Battisti Archer dos Santos; Carolina Radtke Dutra; Danielle Cristina Rodrigues Vieira; Elaine Regina Cardoso Farias; Elisana Patricia da Silva; Gabriela Carpena Talamini; Luzia Rozane de Oliveira Trindade; Maria Aparecida Vieira Guerreiro; Rita de Cassia Sampaio Amaral; Vanessa Reis Krug Canez
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.057/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adilson Sampaio Santos; André Bon Fernandes da Costa; David Alvarenga Nascimento; Eduardo Romeu Freitas; Eliege Crestani; Erika Vanessa de Carvalho Soares; Fernando Sabino Marques Monteiro; Ildete Veloso da Silva; Marinalva Germano; Rayane Pinho do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.058/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Espíndola de Oliveira; Camila Lucas Bandeira; Fabiana Batista da Luz; Hosaías Alves dos Prazeres Silva; Jhony Lopes Lanzza; Priscila de Oliveira Martins; Priscilla Joice de Barros Silva Peixoto; Renan Gomes Bringel; Rosângela de Araujo Monteiro; Sayonara Sousa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.063/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aparecida Sales Fonseca Marins; Cláudia Valéria Fernandes da Silva; Irene Ribeiro Oliveira Moreira; Letícia Karina Rodrigues; Lorena Ribeiro Alcântara de Sá; Marcos Oliveira Pires de Almeida; Maria Elizabeth Saraiva da Costa Macedo; Neander da Silva Rangel; Paulo Cesar Carlos Pinto; Thais Lopes Silva Sampaio
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.067/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Álvaro Wendel Carvalho de Souza; Ana Corina Rego Oliveira; Gabriel Oliveira de Souza; Janduy Vinícius de Souza; Jonas Lucas dos Santos; Keith Froes Orrico; Márcio Vinícius Florêncio Carneiro de Almeida; Maria Lusinete da Costa Ananias da Silva; Paula Arataque Roriz Steckelberg; Viviane Silva Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.140/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Lustoza Griep; Cristiane Lima de Almeida; Eduardo Ferreira de Almeida Lopes; Frederico Gomes e Silva Moreira; Geovania Paula Nogueira da Silva; Jams Gonçalves Soares; Lucas Aguiar de Souza; Marcello Bruno Arruda de Carvalho; Neila Nunes Mateus Ferreira; Paulo Germano da Costa Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

003.476/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Sheila Kaline Leal da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Representação legal: não há

003.479/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Victor Hugo de Paiva Arantes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

003.490/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Aparecida Rodrigues Nery
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - MEC
Representação legal: não há

003.492/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Leone de Morais Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

003.494/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Elvis Ramos Vieira; Maria Aparecida Alves de Carvalho; Micilândia Pereira de Sousa; Roneise Costa Oliveira; Susana Kelly Gomes Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Representação legal: não há

003.496/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Henrique Mauricio da Silva; Maria Dolores dos Santos Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí
Representação legal: não há

003.508/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Mariana Tudor Ulianovschi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

003.510/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dyna Kerlly Ribeiro Mendes; Edite Dias dos Santos; Hélcio Mário Coelho da Silva; Raimundo Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

003.516/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lennon Junior Coelho Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

003.550/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ivonete Lima do Espirito Santo; Jeronete da Silva Bezerra; Luciano Cosme da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

003.719/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiza Maria Neto de Andrade; Maria Alcione Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.723/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Filipe de Menezes Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

003.727/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Elizabeth de Jesus Moreira de Amorim
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

003.729/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Matheus Sousa Dias
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

003.734/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Silvanito Alves Barbosa
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Representação legal: não há

003.761/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristiano Amaro da Matta; Fagner Patricio Lucas; Luciana de Fátima do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

003.763/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luíza Pereira Saramago; Pedro Vitorino Soares Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

003.774/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Agmar Ribeiro dos Santos; Dl Empresa de Construcoes e Planejamento Eireli - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rubiataba - GO
Representação legal: Helvecio Costa de Oliveira (OAB-GO/18.887) e outros, representando Agmar Ribeiro dos Santos e Dl Empresa de Construcoes e Planejamento Eireli - ME

003.797/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliete Lira de Souza Lima; Laís Rodrigues Silva; Leonardo Gomes de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

003.805/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Liliana Borges Cruz; Lohane Suzart Martins; Lorena Augusta de Alcântara Silva Sampaio; Luana Costa Vieira; Luiz Fernando Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

003.808/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alisson Minozzo da Silveira; Clarissa Santos da Silva; Eliane Quincozes Porto; Fábio Novaski; Juliana Félix Gomes Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

003.813/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Araújo Meireles; Anderson Moreira Silva; Anne Caroline Santos Nunes; Antônio Vítor Ribeiro dos Santos; Beatriz da Costa Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

003.818/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Rodrigues Lima; Ana Clara Pessanha Teixeira de Medonça; Ana Cristina Tavares Faria; Ana Paula Deslandes de Almeida Moutinho; Ana Paula Silva dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

003.823/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isabel Silveira da Silva Leite; Isabella Pereira Ferreira; Ivanildo Luís Souza Serejo; Jane Ferreira Quelhas
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

003.831/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Tiago Franco de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

003.835/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fidel Guerreiro Zayas; Hermes Coelho Gomes; Huly Caroline Rios de Souza; Igor Roberto Cabral Oliveira; Içamira Costa Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

003.851/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mirela Carina Rego Duarte; Paulo Euzébio Cabral Filho; Raquel Santos de Oliveira; Rodrigo Azevedo Moreira da Silva; Teresa Bernarda Ludermir
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

003.864/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antônio Martins Cândido
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

003.869/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Luzenira Vitória dos Santos Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

003.874/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jorge Luiz Cunha; José Rodriguez Vizoso Junior; Salete Valgas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

003.926/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roberto Silva Ribeiro; Roseli Souza dos Reis Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

003.928/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Celso Onesimo Nascimento Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

003.992/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Aelson Medeiros Barbosa; Marcos José do Carmo Bahia Barreto Campello; Marta Maria Marques Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

003.996/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Zulmar João Quadro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.022/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Márcia Maria Silva; Márcia Mayumi Marques Suzuki; Márcia Regina Hoff dos Santos Meurer; Márcia Regina de Souza; Márcia Simeria Sousa Freire; Márcia da Silva Pereira; Márcio Charles dos Santos Oliveira; Márcio Nunes Rodrigues; Márcio Vargas da Silva; Márcio dos Santos; Marco Aurelio Vieira Rolim; Marcos Alves Pavione; Marcos Antonio Avelino Soares; Marcos Antonio Nascimento de Azevedo; Marcos Antonio Silva Batista; Marcos Benigno Dantas Vieira; Marcos Cesar de Lima Alves; Marcos Silvestre de Souza Santana; Marcos Tadeu Araujo Piorski; Marcos Teixeira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

004.026/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Fernando Simon; Willian Lucrécio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Representação legal: não há

004.030/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriana Aparecida Andrade da Silva; Bianca Peixoto Gottfried; Bárbara Guasso; Cristiane Sonego Rolim; Gabriela Paim Rosso; Grasiele Gasparetto Zavacki; Guilherme da Silva dos Santos; Joaquim Vinícius Carvalho Assunção; Lucimara Hammes; Luiz Felipe Sausen de Freitas; Magali Rambo Anschau; Márcia Rejane Chitolina; Mariângela Bruch dos Santos; Marília Britto Corra de Oliveira; Morgani Mumbach; Nádia Bolzan Soares; Paulo Henrique de Moraes; Tiarles Rosa dos Santos; Vânia Oliveira Antunes; Viviane Aparecida Figueredo Oliveira Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

004.039/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Jaqueline da Silva Coelho Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

004.044/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda Mello Andrade de Araújo; Ana Beatriz de Sousa Barbosa; Ana Cláudia da Silva Valentim; Ana Maria Gomes Raietparvar; Anderson Machado Barbosa; André Mendes Maske; Ângela de Araujo Cantoni; Bruno Garcia Silva; Bruno Siqueira Fernandes Pereira; Carolina Silva de Alencar; Cláudia Peçanha da Trindade; Cristina Peres Nitto; Daniele de Almeida Simas; Débora Carvalho Bernardino; Jacqueline Lúcia Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

004.048/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Érica Gomes Rocha da Silva; Henrique Dornel da Silva; Istoni da Luz Sant'Ana
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

004.055/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Michelle Rabelo de Souza; Ricardo dos Santos Faria; Sylvia Souza Forsberg
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

004.069/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Vilma Neres Bispo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

004.072/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Carlos Silva Conceição; Paula Sousa da Silva Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

004.076/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ricardo Tadeu Marcílio Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

005.820/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Creuza de Araujo Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

005.861/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Iolanda Borges do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

005.863/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria Auxiliadora Brito Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Representação legal: não há

005.864/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Benedito Rodrigues da Silva; Robert Ângelo Rodrigues da Silva; Valeria Lauana Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

005.866/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Maria de Fatima Machado de Oliveira Bringel
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

005.870/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Soritan Moreira Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

005.871/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Almerinda Castilho Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

005.872/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Conceição da Silva Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

005.873/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Nair de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

005.898/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Celenita Amaral Turchi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Goiás
Representação legal: não há

005.899/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria José Polito
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

005.902/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Alane Lima Lócio Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

005.903/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Joaquim Cabral de Vasconcelos; Thais Nayara de Vasconcelos Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

005.906/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Hilda Josefina Pereira Peres
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

005.907/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Uiara Maria Ferrer Saraiva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

005.927/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Edir Paz de Freitas; Walter Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há

005.933/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Irani Torres Pereira; Shirlaine Farias Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

005.936/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Marcos Antônio Rocha Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

005.942/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria da Conceição Martins de Carvalho; Roberto José Tripodi Marchi
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - MEC
Representação legal: não há

005.943/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Roney Zanandreiz de Mattos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

005.953/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Ilídio Paiva; Ivan José de Albuquerque; Jorge Cesar Campos Masson; João Antonio Santori; Nelly da Silva Barros; Pedro Paulo da Cruz; Sílvia Beatriz Alexandra Becher Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

005.975/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Benedicto Ribeiro da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Itajubá
Representação legal: não há

005.977/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Celia dos Santos Henkels
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

005.978/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Maria Auxiliadora Veras Saldanha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido
Representação legal: não há

005.980/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Carlos Braga de Lima; Maria Raimunda Nunes do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

005.982/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José de Assis França
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Representação legal: não há

005.983/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sebastião Vila Nova
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Joaquim Nabuco
Representação legal: não há

005.985/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria das Dores Pinheiro Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

005.986/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Olga Duate Dovera; Nizan Costa do Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

005.987/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Ireno Dias Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

005.989/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Leite Simplício Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

005.990/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Osvaldo Gonçalves Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

006.034/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Ferreira de Albuquerque
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas
Representação legal: não há

006.038/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Thereza de Jesus Geraldi
Órgão/Entidade/Unidade: Representação do MEC em São Paulo
Representação legal: não há

006.040/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Júnia Maria Campas Passos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.041/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Noemi Ferreira Ribeiro; Maria de Lourdes Arouca Baeta; Nivaldo Gomes de Vasconcelos; Victoria Margarida Brant Ypiranga Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.043/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Vitoria Bech
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.044/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alice Vilar Dantas Pessoa; Ana Teresa Torres Porpino; André Newton do Monte Negreiros; Antônia Maria Liras da Silva; Cícero Soares de Lima; Cleide de Fátima Macedo e Brito; Clovis do Nascimento; Deifilo Gurgel; Francisca Lídia Silva de Oliveira; Francisca dos Santos de Medeiros; Francisco Araujo Neto; Francisco Canindé Xavier; Francisco Canindé de Araújo; Francisco Luiz de Araujo; Francisco Pedro da Silva; Francisco da Chagas Pessoa de Melo; Francisco das Chagas Rodrigues Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.045/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Heriberto Ferreira Bezerra; Jovina Maurício do Nascimento; Manoel Valério Soares; Pedro Paulo Leite; Roosenez de Carvalho Teixeira; Severina da Silva Tavares; Walter Tavares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.047/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: José Figueiredo Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Roraima - MEC
Representação legal: não há

006.048/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Délio Mendes da Fonseca e Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

006.079/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carolina Pereira da Cunha Sousa; Fabiana Camila Guedes Cunha; Sheyenne Porfírio Bezerra de Pontes; Yuri Ferreira de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não há

006.080/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Silvia Honda Takada
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006.082/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariane do Nascimento; Mariany Melo Oliveira; Marilia Matos Pereira Lopes Lemes; Marilia Rosendo Rodrigues Soares; Marina Mesquita de Araujo Alencar; Marina Pereira da Rocha; Mário Eduardo Monteiro Dias; Mário Vinicios Silva Martello; Marisa Aparecida dos Santos; Marismenia Aparecida Pedrosa Tavares; Maristela Barbosa de Figueiredo; Marjorie Uber; Marta Cristina da Silva Gama; Marta Danielle de Almeida Pimenta Cunha; Marta Roberta Santana Coelho; Maruan Raghdan Sarraf; Mary Zanandreia Bassi Bezerra; Matheus Custodio da Silva; Maura Nunes Pimentel de Carvalho; Mauricio Fernando Lima Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

006.084/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mirian Rafaela Carvalho da Assunção; Moisés Cezar Barros Moraes; Monica Diniz Alves Fonseca; Monica Leticia Schuck; Monica Maria de Melo Andrade; Monica Regina Marconi Zago Ribeiro Nochi; Monica Ventura Castiglioni Dornelas; Monique Gabrielli Borges Luna; Monique Hungaro Jobim Santos; Mozart Ney Rolim Teixeira Henderson; Muller Esposito Nunes; Myllane Feitosa Bezerra de Oliveira; Nadja Macedo Caetano; Nara Feitosa Pimentel Costa; Natali Florencio de Souza Barbosa; Natalia Carbonari Barboza; Natalia Costa Arroyo; Natalia da Silva Cabral; Natalia de Andrade Reis; Natalia de Carvalho Trevizoli
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

006.087/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cinthya Santos da Silva; Paulo de Tarso Firmino Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

006.091/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Brust; Camila Carvalho Lago; Fernanda Simonetti; Fhabiana Thieli dos Santos Machado; Francine Rodrigues Ianiski; Henriqueta Alves da Silva; Jeferson Lucio Berguemaier da Silva; Luana Cassol Bortolin; Paola Rafaela Pizoni; Rangel Fernandes Pachego; Sergio Reni Tiecher
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Representação legal: não há

006.093/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Luiz de Araujo; Antonio Francisco de Oliveira Veloso; David Siqueira Fontes Neto; Didiane Vieira de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

006.094/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Elsafan Pereira de Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

006.095/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Francisco de Assis dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

006.096/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Iara Lopes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

006.099/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paula Sabrinne Caldeira Mota Varão; Reginaldo Paiva Silva Serrno Filho; Romeu Aloísio Feix
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Representação legal: não há

006.100/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiano do Amaral; Serjiani Aparecida Mendonça da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.101/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carlos Henrique Lauro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.103/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Lúcia Paula da Conceição; Cleonir Martins Carpes; Diego Tumelero; Genessi Mischel Webber; Jonatan Vinicius Dias; Jones Mendes Correia; Juliana Borges Ferreira Hartwig; Luciana Ceschin; Maria Angela Fantin; Mateus Eugenio Colet; Mauricio Marques Sortica; Michele dos Santos Ferreira; Sherol dos Santos; Wagner Bueno
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.106/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Larissa Cristina Brandão Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

006.107/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ademéia Raquel Maas
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Representação legal: não há

006.109/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Avelange Amorim Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Representação legal: não há

006.111/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Daiane Gomes de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.112/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Geraldo Bull da Silva Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.113/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Jordana Neri
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.115/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Tatiane Alves de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.116/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wither Favalessa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.117/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cleonice dos Santos Pastana; Ana Cristina Von Calmbach; André Loureiro Cavalcante; Arley Amorim de Sales; Auricélia Araújo de Oliveira; Jonildo Ferreira Dias; Nazaré do Socorro Santos da Costa; Ruan Fabricio Gonçalves Moraes; Samir Patrice Batista da Silva; Simone Helenise de Melo Menezes; Suely Barros Galvez; Walker Miranda Alfaia
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Representação legal: não há

006.120/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Gomes da Rocha; André Pereira de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.121/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cláudia de Magalhães Santos Fonseca; Mário Gonçalves de Freitas Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.122/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mohana Zorkot Carvalho; Rafael Cardoso Teixeira; Richard Bertolin de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.124/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thiago Rodrigo Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.125/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Pereira de Lima Jerônimo; Carlos Alexandre Araujo dos Santos; Claudiane Lira da Silva; Diego Santos da Silva; Emanuel Aristides Nascimento Tenorio Cavalcanti; Everton Cristiano da Silva Amorim; Gilberto Machado de Brito; Jessica Melissa Santos Fontes; Lívia Luísa Melo de Carvalho; Marciel Pereira da Silva; Markus Wanders; Thiago Maia Macedo Nogueira; Thiago Pessoa Prudente
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
Representação legal: não há

006.126/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Samira Teixeira Leal de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
Representação legal: não há

006.127/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrezza Aparecida Saraiva Piekas; Angelita Luiza Gullich Scherer; Daiane Cristine Dorigoni; Fernanda Carvalho Ferreira; Juliano Zwaricz; Karina de Oliveira Lima Migliorini; Mara Cristina Fortuna da Silva; Márcia Boell; Ricardo Niquetti; Ronaldo Cesar Daros; Silvana Aparecida da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Representação legal: não há

006.132/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alcyr Silva Lacerda
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.133/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Carla Priscila de Morais Mendes; Christopher Augusto Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.134/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Divane Aparecida de Moraes Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.135/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Fernando Brandão Rodrigues da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.136/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Julianna Maria de Almeida Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.138/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael Otavio Fares Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.140/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Télio Anísio Cravo; Valdete Maria Gonçalves de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.141/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carla Helena Lange
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.154/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Gildeth Merces Alves Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Guanambi Antônio José Teixeira - Mec
Representação legal: não há

006.155/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fernanda Castro Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006.157/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anne Priscila Salvador Baima; Maurício Matos Calacina Ferreira; Nilmara da Silva Salgado
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

006.159/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Raimundo Dejard Vieira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Representação legal: não há

006.162/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Alves Lopes; Daniel Chaplin Rios; Daniel Lima Nunes; Debora Menezes Silva Ferreira; Deise da Fonseca Marques; Diego Guimarães Gontijo; Diego de Moraes Campos; Diogo Aparecido Cavalcante de Lima; Diogo Martins Leão; Donizeth Jacinto de Souza; Dorgival Fidellis de Souza; Edinea de Oliveira Ângelo; Eduardo Carli de Moraes; Eduardo Felipe Felten; Eduardo Junio Ferreira Santos; Elaine Junqueira de Mendonça; Elder Franca de Sousa; Eliana Carla Rodrigues; Elida Gomes Pires; Ellen Cristina de Castro Nogueira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.163/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eloísa Aparecida da Silva Ávila; Ethienne dos Santos Montalvão Fernandes Arruda; Fábio Henrique da Silva; Fernanda Cruvinel Pimentel; Fernanda Rodrigues de Assunção; Fernando Cruvinel Damasceno; Flávia Borges de Mendonça; Flávia Pinheiro da Silva Colombini; Flayson Potenciano e Silva; Flor Murta; Frankslayne Paranista de Oliveira; Frederico de Souza Aleixo; Gabriela Ferreira Nogueira; Geovanne Pereira Furriel; Giselly Rodrigues Pires de Oliveira; Gleucione Gouvêa Vinhadelli; Gustavo Araujo Amui; Gustavo Batista de Castro Souza; Gustavo Louis Henrique Pinto; Haroldo Granjeiro da Silva Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.167/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Maria Izabel Carvalho Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.171/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tacianne Fernandes de Rezende; Tamara Esteves Ferreira; Tatiane Martins Lobo; Tércio Rodrigues Freire; Thiago de Faria Falcão; Ubirajara José Gama de Castro; Vanessa Alexandre de Souza; Vânia Alves Ferreira Soares; Victor Tomaz de Oliveira; Vinícius Galvão Wakui; Vinícius Gomes Ferreira; Vivian Bueno Cardoso; Vivianne dos Santos Resende; Wanessa Moreira dos Santos; Warley Alves Ferreira; Wellington Roriz de Oliveira Junior; Wellington de Souza Borges Junior; Wender Nunes da Silva; Wesley Marques Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.172/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wigvan Junior Pereira dos Santos; William Lindemberg de Faria Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.176/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: André Luiz Fonseca de Souza; Edson Nascimento de Carvalho; João Marques Teixeira de Souza; José Hailton Miguel da Silva; Leonardo Correa de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

006.178/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Leandro Torres; Francisco Medeiros de Azevedo Filho; Francisco das Chagas Nascimento Ferreira; Gibran Medeiros de Souza; Gilberto Cunha de Araujo Junior; Iany Silva de Santana; Igor Bruno Dantas Nunes; Igor Micael Alves Uchoa; Isaac de Medeiros Nogueira; Jairo de Souza Moura; Jefferson Dantas Freire de Morais; Joadson Martins da Silva; Joanilson Kelis do Nascimento; Joelma Tito da Silva; Jonas Rodrigo da Silva Sousa; Joseara Lima de Paula; João Paulo Costa de Araújo; Juliana Maria Schivani Alves; Juliane Karla de Oliveira Ataíde; Ítala Iara Medeiros de Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.181/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Rebeca Miranda Castillo; Fernando Pavan Guido; Gustavo Leme Cezario Garcia; Rosária de Fátima Boldarine
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

006.182/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Débora Evangelista Reis Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Representação legal: não há

006.183/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Francisco Rogério Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - MEC
Representação legal: não há

006.187/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Raquel Annoni
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

006.188/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Denny José Almeida Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

006.189/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Vidal Trapiello Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

006.190/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Laura Elena Sperling; Omar Moreira Bacha
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

006.197/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mirian Lima dos Santos; Patrick Costa Vieira; Silvia Segovia Araujo Freire
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

006.198/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Martins Diniz; Felipe Lopes de Melo Faria; Gustavo Bertoche Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

006.199/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Vanda Maria Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

006.200/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Larissa Pinheiro Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

006.203/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Mariana de Matos Ponte Raimundo; Mônica Sampaio de Carvalho; Thais Fernanda Vicente Rabelo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

006.204/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Diesley Martins da Silva Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

006.205/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pablo Nunes Agra Belmonte
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

006.214/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Filipe Ribeiro Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.215/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcello Stasi
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.217/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Cordeiro da Silveira; Davi Vieira Medeiros; Raphael Maleque Felicio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

006.218/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonas Henrique de Souza Motta; Maria Helena Camargo Peralta Del Valle
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.222/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria Aparecida Ramos da Silva; Maria Emanuela Martins dos Reis; Mariana Queiroga Tabosa; Marke Geisy da Silva Dantas; Marluce Silvino; Monique Macedo Freire Lima; Natália Keila Souza da Silva; Nivian Mirelly Moraes Feliciano; Pedro Augusto Rodrigues Ferreira; Rainelly Cunha de Medeiros; Raquel da Silva Guedes; Renata Pitta Barros; Ricardo Aladim Monteiro; Rodrigo Cardoso da Silva; Rodrigo Valença Cavalcante Frade; Romildo Nascimento de Lima; Ronaldo José Rego de Araujo; Samara Alencar Melo; Sandra Albino Ribeiro; Sergio Luiz Eduardo Ferreira da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.224/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Monteiro de Barros; Alicia Dorneles Dornelles; Anderson Diego da Silva Almeida; Ariane Correa Pacheco; Artur Difini Accioly; Camila Bolzan de Campos; Carlos Henrique Pagno; Clarissa Figueiro Ferreira; Eduardo Cremonese Filippi Chiela; Fabiane Schreiner; Ivana Greice Sandri; Jessica Weiler; José Rafael Yepez Aguirre; Julia Luiza Kroth Kunz; Larisa da Veiga Vieira Bandeira; Leandro Zulian Gallina; Luiza Abrahão Frank; Lysiane Menezes Pacheco; Mariana Pagano Pereira; Mariangela Kraemer Lenz Ziede
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.228/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalberto Teodósio Tabalipa; Alan Kornin; Almir Ribeiro da Silva; Amanda Nunes Assis dos Anjos; Amélia Regina Somensi Zeggio; Ana Cristina Vidor; Ana Kelly Marinoski Ribeiro; Ana Paula Dambros Taschetto; André Luiz de Amorim; Arthur Conelian Gentili; Bernardo Wildi Lins; Bruno Follmer; Bruno Tadeu Costa; Camila Michels; Camila Paraboni; Carla Massignan; Christine Fredel Boos; Cláudio Henrique da Silva; Cristine Saibert; Daiane Sandra Tramontini
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

006.237/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucialine Duarte Silva Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

006.238/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciane Cristina Pedroni Fanhani; Maria Jucineide de Sousa; Marissel Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Tocantins - MEC
Representação legal: não há

006.241/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Osman Batista de Medeiros Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Campina Grande
Representação legal: não

006.243/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Edvan Assis de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

006.246/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Jamesson Silva de Jesus; Bruna Rafaella Xavier Balan; Esdras da Silva Franco; Lycia Maria França da Costa Ribeiro; Ramon Kleyton Ferreira; Terlys de Araujo Silva; Vanessa Pires Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Representação legal: não há

006.251/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Daniela Maria Andrade Santana
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006.252/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Robério Aguiar Galdino
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
Representação legal: não há

006.261/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Aline Aparecida dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

006.262/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Keila Caroline Pacheco da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

006.263/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Gisele Karina Nascimento Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia
Representação legal: não há

006.266/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Klinger dos Reis Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

006.268/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Fátima Praxedes Rabelo Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

006.281/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Pires Martins; Dimitri Moraes Hatscha; Douglas Cesar; Oscar Antônio Corbo Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.300/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Rute Izabel Simões Conceição
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Representação legal: não há

006.301/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Claudino Ortigara
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.304/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Leonardo Cabral Gontijo
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Representação legal: não há

006.355/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Arimathea Bezerra Filho; Manoel Ramos Costa Filho; Onilde Nunes Morais Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

006.357/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Suzana Pavlovic
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

006.358/2018-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Paulo Bretanha Ribeiro; Paulo Roberto Quintana Rodrigues; Rosa Maria Cardoso de Castro Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

006.389/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arlete Medeiros de Lima; Maria Carmelita Lacerda; Ruy Brasileiro Borges; Walter Messias de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

006.391/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Morvan de Mello Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

006.394/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Cesar Augusto Pompeo; José Carlos Oleiniski; Sulamita Duarte Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

006.419/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonio Geraldo da Silva; Elizabeth Alves de Freitas; Gizelia Pereira da Silva; Ideoli Florencio Pereira Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

006.434/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Nathalia de Souza Carvalho; Tatiany Pereira da Silva; Thais de Souza Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

006.438/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Teresa Barros Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

006.447/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cristina Oliveira Vasconcelos Pereira de Andrade; Dalva Altaf da Rocha Lima; Eloywaldo Brito de Paula; Eny Pereira da Silva; Gabriel Barbosa Garcia; Inah Meirelles de Oliveira Camargo; Neuza Fontes Campos; Silvana Mota Barbosa; Sofia Barbosa Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

006.448/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Francisca Gomes Soares; Maria Célia da Silva; Valdecy Monteiro dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Representação legal: não há

006.450/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Sebastiana Inácia da Silva Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco
Representação legal: não há

006.464/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Márcia Taschetto Motta; Marcos Antonio dos Santos; Marcus Glauco Gomes Mendes; Mariana Ubaldo Barbosa Paiva; Marilda Aparecida Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

006.466/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Milena Gottardi Tonini Frasson; Mirna Matsui; Monikelly Sarmento Ferreira Rivelini; Nadja Nara Milhomem Costa; Pâmela Suelen Serra Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

006.468/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Passos Simões de Almeida Tavares; Danilo Carlos Gouveia de Lucena; Luiz de Aquino Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Representação legal: não há

006.472/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Vitorino Pinheiro; Ariane Carla Campos de Melo; Laisa Gouveia Pimentel
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
Representação legal: não há

006.477/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Rodrigues de Sousa Junior; Francisco das Chagas Silva Macedo Junior; Gerson Vieira Albuquerque Neto; Jefferson Calixto Figueiredo; José Roberto Alves Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

006.479/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rilton Bruno Lima da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

006.482/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Simone Parrela Tostes; Simone Teresinha Meurer; Tatielle Menolli Longhini
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.484/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Sílvia Meira; Andrea Nobre Viana; Fernanda Marcon; Juliano Giassi Goulart; Lucas Bergamo Navarro
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul
Representação legal: não há

006.488/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Karla Patrícia da Silveira; Tainá Possas Abreu; Tamyris Teixeira da Cunha; Wellington de Oliveira Avelino
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.489/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Augusto Montor de Freitas Luiz; Eduardo Lopes Paulucio; Elisângela Aparecida da Rocha; Eperson Albino Fellini; Gisele Cristina Voss
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.490/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ivan Moyses Guimarães; Luciana de Souza Moraes; Marcella Cristyanne Comar Gresczyszczyn; Maurício Moreira; Maurício Zardo Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.491/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pamila Eduarda Balsan Colla; Rudiele Aparecida Schankoski; Sidnei Pietrobelli; Thales Eugenio Portes de Almeida; Thiago Cattani Naidon
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.495/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Larissa Silva Douetts; Leonardo Antonio de Carvalho Teixeira; Lia de Fátima Santos Ramos; Liliene Maria Novaes Pereira da Silva; Luana Ediena Câmara Lobato
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

006.500/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Lima Alves de Souza; Raquel Aline e Silva Pereira; Raquel Teixeira de Souza; Rita Helena Miranda Cardia; Roberta Alves Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro Ii
Representação legal: não há

006.585/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Geórgia Pereira Silveira Souza; Lilian Caroline Gonçalves de Oliveira; Maycon Rocha Muniz; Patrícia Martins Goulart; Regiane Machado Bazarin Sena
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo
Representação legal: não há

006.587/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luísa Gomes Mendes; Anderson Assaid Simão; Fernanda Valle Versiani; Flávio de Azevedo Figueiredo; Hudson Silva Borges
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

006.589/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcio Montagnana Vicente Leme; Rafael de Oliveira Faria; Valderi de Castro Alcântara; Vinicius Ottonio Oliveira Gonçalves
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

006.594/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Gomes de Oliveira; André Santos Martorelli; André Vinícius Martinez Gonçalves; Camila Leopoldina Batista dos Santos; Cláudio Barbosa de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.597/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Denise Candido Gonçalves; Eduardo Carli de Moraes; Eduardo Junio Ferreira Santos; Erica de Almeida Bastos Zanon; Erivelton Paulo Vitor
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.598/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ernani Viana de Souza Junior; Fabiano Campos Macedo; Felippe dos Santos e Silva; Fernanda Melo Duarte; Flávio Thihara Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.600/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Henrique Almeida Quirino; Gustavo Jasenovski Onofre da Silva; Harley Fernandes Rodrigues; Hugo Cesar Peixoto; Jessica Azevedo Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006.608/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rosana Alves Simão dos Santos; Rubia Cristina Diogenes Pinheiro; Schneider Pereira Caixeta; Silvia Cristina Dorneles de Morais; Susana Suely Rodrigues Milhomem Paixão
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.611/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elisa Aparecida Alves Paiva; Joyce Araujo Borges; Míriam Araújo de Oliveira; Simone de Oliveira Matos; Tailson Francisco Soares da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - MEC
Representação legal: não há

006.616/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Machado Rosa; Altair Aparecido de Oliveira Filho; Anderson Yassuhiro Afuso; André Santos Luigi; Andrea Cristina Elias Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

006.618/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Djalma Nunes da Silva; Enio Akira Oishi; Erinaldo da Silva Pereira; Fabio Gallo Junior; Fillipe Matos de Vasconcelos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

006.619/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriela Dias da Silva; Greice Kelly de Oliveira; Jairo Giacomini Junior; Josias Falararo Pagotto; Lucas Molez Marin
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Representação legal: não há

006.627/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Ferreira da Cunha; Fernanda Aparecida Lopes Magno; Laís de Souza Redua; Luís Gustavo Fagundes Nunes; Madeleine Rocio Medrano Castillo Albertini
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

006.629/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando Silva Borges de Andrade; Francisco Alessandri Gonçalves de Andrade; Isabel Rodrigues Brandão; Leonardo Jardim Vaz de Mello; Maikson Luiz Passaia Tonatto
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Representação legal: não há

006.631/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bárbara Costa Beber; Luana Duarte Teles
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Representação legal: não há

006.633/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Cândido André da Silva Neto; Jonas da Silva Gomes Junior; Kethleen Guerreiro Rebelo; Leonardo Brandão Freitas do Nascimento; Maiko Ramos Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas
Representação legal: não há

006.638/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tatiana Onofre Gama; Werbeston Douglas de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

006.641/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Heline Maria Furtado Silva; Henrique Pope Guerra; Ivan Hudson Cassimiro Lino; Jean Filippe Gomes Ribeiro; Julianna Santos Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

006.646/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Leonardo Mioto; Camila dos Anjos Fantin; Carlos Alberto Bruno Mendes de Oliveira; Carlos Eduardo Amaral de Paiva; Carlos Eduardo Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

006.650/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gláucia Vanessa Novak; Gustavo Henrique Petroli; Hugo Daniel Hernandez Herrera; Hugo Heleno Camilo Costa; Ingrid Dayane Pedrosa de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

006.653/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luciana Coelho de Moura; Luís Carlos Ona Magalhães; Luís Henrique Cabral Generoso; Luiz Antunes Hachem Neto; Marciel Becker
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Representação legal: não há

006.657/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Izabela Rial Pardo de Barros; Rafaela Azevedo Abrantes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

006.659/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mateus Rocha Menezes; Samuel Moreira Bersan
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Representação legal: não há

006.666/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas de Assis Pereira Cacau; Marco Antonio Brasiel Sampaio; Maria Eduarda Martins Pontes Cunha de Castro; Paulo Ricardo Ramos Santos; Paulo Victor Silva Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
Representação legal: não há

006.668/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Alexandra Caroline Barbosa da Costa Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

006.671/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Natália de Fátima Silva Santos; Vanessa Doriguetto Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Viçosa
Representação legal: não há

006.678/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helena Rachel da Mota Araújo; Hervickton Israel de Oliveira Nascimento; Icaro Vilaça Nunesmaia Cerqueira; Igo Amauri dos Santos Luz; Igor Cristiano Silva Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

006.681/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joyce Souza Lopes; Karine Maria Schibelgs Alvares; Leonardo Cerqueira Ribeiro; Leonardo Lima Gusmão; Leonardo Valverde Susart dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

006.685/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Osvanilton de Jesus Conceição; Paulo Cesar Masiero; Pedro de Souza Rodrigues Neto; Peter Anton Zoettl; Presciliano Padilha Sodré Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

006.692/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Kenio Patricio Lima de Oliveira; Maria Joelma Pereira Peixoto; Nuno Miguel Azevedo Machado de Araújo; Rafael Matielo; Regina Claudia Barroso Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará
Representação legal: não há

006.700/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adalto Acir Althaus Junior; Bruno Gleizer da Silva Rigon; Carla Daniele Straub; Caroline Tomazoni Santos; Cesar Augusto Crovador Siefert
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.702/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Beraldi de Magalhães; Gabriel Ruiz de Oliveira; Guilherme Augusto Stefanelo Franz; Larissa Warnavin; Luciana Casacio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.707/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo José Silva de Lira; Hygor Vinícius Costa Silva; Isabelle Lins Macedo de Oliveira; Juliana Andrade Leitão; Mardonny Bruno de Oliveira Chagas
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Pernambuco
Representação legal: não há

006.712/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Janaina Speglich de Amorim Carrico; Jean François Mathieu Bruneliere; Julianne Dantas de Oliveira Pimentel; Laís Izabel Maia Melo Crisanto; Luiza Falcão Soares Cunha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.713/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maiara Juliana Gonçalves da Silva; Monize Oliveira Moura; Polyanne Nunes de Melo; Rafael Borges Ribeiro dos Santos; Simone Lorena da Silva Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.718/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Karina Soares Modes; Manoela de Leon Nóbrega Reses; Mariana Zamberlan Nedel; Mauro Serapioni; Patricia de Fragas Hinnig
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

006.719/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Peter Johann Mainka
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

006.725/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Racquel Oliveira da Silva Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Cariri
Representação legal: não há

006.727/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Elisandra Cardoso Colares; Francine Anastácio da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Representação legal: não há

006.731/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francieli Padilha Bras Costa; Marcelo Antunes da Silva; Maristela Pacheco
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Representação legal: não há

006.734/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: José Grego Junior; Rui Gustavo Athayde Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.738/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro William Pereira; Leandro de Souza Silva; Leonardo de Sousa Codeço; Liana Sylvestre Linhares Paz Vargas; Linderson de Lima Rangel; Lorran Pires Soares; Luanda Dantas da Cunha Lyra; Luciana Fernandes Moraes; Luiz Paulo Pereira Silva; Luiza Fernandes da Silva Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Pedro II
Representação legal: não há

006.777/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Defátima Aparecida Silva Pessoa; Paulo Henrique Custódio; Vânia Chaves de Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Lavras
Representação legal: não há

006.780/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Mendes Martins; Alexandre Borges Fernandes Camozzi; Alfredo Jardim Portela; Altemi Gleyson Viana Pereira; Ana Carolina de Oliveira Motta; Ana Cristina da Mata Veiga Jardim; Ana Flávia dos Santos Lima; Ana Paula Ferreira Santos; Anapaula de Almeida; Anna Carolline Baião Malaquias
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.788/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maurício Fernandes de Abreu; Maylda Rodrigues da Silva; Murillo Rodrigues Barbosa Pereira; Nando José de Souza Rocha; Nayara Moreira Ribeiro; Neilia Barros Ferreira de Almeida; Nícolas Siqueira da Silva; Nilva Maria dos Santos Rodrigues; Paulo Roberto da Silva; Pedro Henrique Barbosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

006.795/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: João Paulo dos Santos Cardozo; Josiane Caroline Pereira; Leonardo Felipe Gomes de Melo; Lilian Cristina Carvalho Vieira; Lilian dos Santos Figueiredo Araujo; Luana Adria Vieira Monteiro; Luana Cristina Baracho de Moura Andrade de Oliveira; Luciano Pereira da Silva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900279

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

006.800/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Luísa Curado; Bruna Queiroz Assunção; Joilson Meneguci; Marques Ramon Duarte; Renata Pereira de Sant'Ana; Rodolfo Junqueira Tavares; Rosilene Maria Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Representação legal: não há

006.826/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thalita Rafaela Aires Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Amapá
Representação legal: não há

006.827/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Santos Moura Diniz; Cristiane Marques Santos; Lúcio Lago Lopes; Pedro Barbosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

006.833/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Breno Augusto da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
Representação legal: não há

006.850/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Maria de Sousa Brandão; Bruno Faria de Paula; Bruno Goulart Cunha; Carolina Luisa Fonseca Ribeiro; Dayane de Almeida Oliveira Alves; Eneida Lopes de Morais Delfino; Fabiano Lucio Alcântara Bonato; Natalia Maia Silva Moraes de Souza; Thamiris Vilela Pereira Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora
Representação legal: não há

006.854/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanessa Lucas Gonçalves; Wander de Freitas Fonseca
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

006.862/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Savio Samri Luna Paschoal; Semely Clicie Rodrigues Batista Lira; Shaline Elaide de Araujo; Suzara Rayanne de Castro Sena; Talita Viviane Siqueira de Barros; Thiago Renan da Silva Correia; Thiago de Souza Felix; Tiago dos Santos Freire; Ulisses Bueno Marques Neto; Weverson Lima Gonzaga
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Representação legal: não há

006.865/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raphael Wildner Xavier; Ronnis Martins; Tatiane Tramontin da Silva Nunes; Thais Carmes Kruger
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: não há

007.447/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alissia Cardoso da Silva; Francisco da Cas Porto
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

007.757/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lana Catani Ferreira Pinto
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Representação legal: não há

008.084/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emmanuel Marques Ferreira; Francisco Alves Grangeiro Neto; Gláucio Gregori Nunes Bomfa; Jennifer Barbosa da Silva de Andrade Diniz; Joaquim Caetano de Aguirre Neto; Jorge Bezerra Cavalcanti Sette; José Evaldo Leandro Junior; Juliano Coelho de Oliveira Zakir; Julio Cesar Assunção Batista
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

008.780/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anny Mirleni Almeida Silva; Eliane May de Lima; José Felinto Barbosa; Luiz Eduardo Pivovar; Lusivânia Catarina de Oliveira dos Santos; Mara Regina Bacelar Hauschild; Millene Barros Guimarães de Sousa; Nelson Oyama; Regina Breda; Simone Cristina Girardi
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Representação legal: não há

009.711/2016-3
Natureza: Representação
Representante: Conselho Federal de Medicina
Interessado: Conselho Federal de Medicina
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Carmo do Rio Claro/MG
Representação legal: não há

010.106/2015-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação de Assistência À Carência Social; Benilde Maria Botentuit do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Maranhão
Representação legal: não há

013.658/2016-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Clodomir de Oliveira dos Santos; Onacy Vieira Carneiro
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Raposa - MA
Representação legal: não há

020.964/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Robson Marques dos Santos; Suyare Araújo Ramalho; Valmiro Ferreira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

025.745/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Recorrentes: Arivaldo dos Anjos Damião; Janete Santos Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lamarão - BA
Representação legal: Raphael Leal Roldao Lima (37850/OAB-BA) e outros, representando Miucha Pereira Bordoni, Arivaldo dos Anjos Damião e Janete Santos Carvalho

027.558/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ana Carolina Justiniano Melotti
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Representação legal: não há

030.374/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cícera Cileide de Oliveira Lima; Fabio Hirotsugu Hayashi; Josiane Francez Pereira; Jânio de Sá Garcia; Ramatis Jacino; Rodolfo Carlos Dias Mesquita; Valtair Fernandes dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC
Representação legal: não há

030.781/2017-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline dos Santos Fraga; Andressa Girotto Vargas; Caroline Rita Venturi; Charlene Paludo Voos; Cristina da Silva Silveira Fumaco; Diego Canto Macedo; Fatima Liseane Ávila Margarites; Jane Maria Reos Wolff
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

033.305/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Elizete Tarrago Trentin; Márcia Lurdes de Souza Maschio
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Representação legal: não há

033.434/2017-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalto Erdmann de Almeida; Alci Malaquias de Oliveira; Aldenir Abrahão Faiad; Alice Maria Buenano Correia; Allanice Fernandes de Araujo; Ângela Maria Sendeski dos Santos; Antônio Augusto Barbosa Borges de Lima; Antônio Carlos da Silva Machado; Antônio Eurípedes Freitas Gervásio; Carlos Augusto de Sousa Maia
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há

033.517/2017-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Algemiro Silveira; Antonio Carlos Onófrio; Carlos Guilherme Bast; Carmen Regina Bauer Diniz; Claire Tondo Vendruscolo; Cleuza Virgínia Macedo Pires; Derly Geraldo Pavulack; Estevão Brisolara Dias; Hélio da Silva Dutra; João Albino Simões Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

033.552/2017-7
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria do Carmo de Lacerda Peixoto; Marilúcia de Oliveira; Mirian Aparecida Ramos; Mário Lúcio Zavagli; Vera Lúcia Lelis de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Representação legal: não há

033.557/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Dulciclea de Sousa Castro; Maria Heliana Chaves Monteiro da Cunha; Maria Honorina Braga Correa; Maria Ie Ampuero de Noronha; Maria José de Souza Barbosa; Maria Luizete Sampaio Sobral Carliez; Maria da Conceição Gemaque de Matos; Maria de Belem Rolla Vilas Boas Feitosa; Maria de Nazaré Carvalho Bezerra; Maria do Perpetuo Socorro Góes Cruz
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Pará
Representação legal: não há

033.560/2017-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Aurelio Nadal; Clemerson Merlin Cleve; David Edison Blanc; Elide Pereira dos Santos; Marcos Antonio Batista da Silva; Orlando Geraldo Mendes; Viviane do Rocio Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná
Representação legal: não há

033.934/2017-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anna Karolina Assis Nascimento; Aristeu Holanda dos Santos; Bárbara Rezende Martins; Breno Wesley Couto Paz Cardoso; Carlos André Ribeiro Santos; Cíntia Santos Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Representação legal: não há

034.063/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Aline Soares de Lima; Anísia Gonçalves Dias Neta; Caroline Cunha Costa; Daniele dos Santos Barreto; Dilma Souza Ribeiro; Gil César Pereira Franco; Giseli Barros Rocha; Marcelo Leite Pereira; Mariana Mendes Novais de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Representação legal: não há

034.577/2017-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Heliane Braga Coelho; Vânia Cláudia Guimarães
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - MEC
Representação legal: não há

034.807/2017-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Vera Lúcia Bueno Fartes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Representação legal: não há

035.426/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Luiz Carlos Heinze
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

003.274/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Ana Aparecida da Costa; Costa & Costa Drogaria Ltda. - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação legal: José Eduardo Suppioni de Aguirre (OAB/SP 18.357), representando Ana Aparecida da Costa; e Costa & Costa Drogaria Ltda. - ME

005.843/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Oracy de Oliveira Mollar Correa; Walton Vieira Mavignier
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

006.307/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Fatima Lopes de Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Goiás
Representação legal: não há

020.028/2016-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Armenia Acioli Abikian dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

002.892/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leandro da Costa Ferreira; Matheus Falcao de Almeida Seixas
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Representação legal: não há

003.100/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gleidson Nascimento da Anunciacao; Heverton da Franca Sa; Johnathan Toledo Bezerra; Leonardo Falcao de Castro; Ricardo Chagas Santos; Yasmin Almeida Barreto de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Representação legal: não há

003.103/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Carlos Soares de Menezes
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900280

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

003.486/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Maxcylan Malta Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

003.536/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Estrella Bohadana Verissimo da Silveira; Josina Chagas Menezes; Maria Braga Bezerra; Marizete Alves Pereira Ribeiro; Orlandina Carrijo Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.554/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Dilena Custodia de Brito Fernandes; Elenice Rodrigues dos Santos; Izabel dos Santos Souza; Marly de Alencar Menezes; Nathalina Geralda dos Reis Vitoretti
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.617/2018-1
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elvira Dulce Altoé de Souza Vieira; Marcia Barbosa Silva de Souza; Maria Conceição de Souza; Maria Jose Lima de Andrade; Santilina da Silva Américo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.622/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Antonia de Sousa Martins; Esmeralda Barbosa Araujo; Ivone Ferreira da Silva; Maria Salete Alcantara Sa Silva; Rogerio Lima de Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

003.868/2017-6
Natureza: Representação
Representante: Juíza do Trabalho Angelina Moreira de Sousa da 3ª Vara do Trabalho de São Luís/MA
Interessado: Alfredo Eduardo Carneiro de Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

005.810/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Cecilia Rodrigues do Valle; Celecina Rosa da Silva Baraúna; Haydee Rosa da Silva Pessoa; Ilda Santana Candido; Iolanda Terezinha de Avila; Jonas de Avila; Lidelmira Maria Canafístula; Maria Cariolano Vasconcelos Silva; Maria Duarte de Mattos; Maria Julia Ribeiro Salles; Maria Luiza Lopes da Silva; Maria de Lourdes Alves Silva; Marlene Carneiro Almada; Marta Diva Brand de Oliveira; Rita Cardoso da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

005.893/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Alzeni Neto Ribeiro; Sérgio Luiz Alagemovits
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

005.929/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Francisco Rodrigues de Paula; Manoel Joaquim Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

005.938/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alzira Freitas Ferreira; Rita de Cássia Araújo de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit Nos Estados do Amazonas e Roraima - Dnit/MT
Representação legal: não há

005.940/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adilson Domicias Bernardes; Ariovaldo Sabino da Silva; Ednalva Maria Guimarães Farias de David; Francisco Augusto Pessoa; Harry Conrado Schüler; Joanita Albertim da Silva; Jorgete Francisco da Silva; Maria Celina Vergne de Araujo; Maria Celina Vergne de Araujo; Reinaldo Carvalho Brandão; Romualdo Fernandes Arnoldo
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

005.946/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Anita de Oliveira Brandão
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Representação legal: não há

005.947/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geny Abrahão
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Representação legal: não há

005.948/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gilberto Pereira Campos
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Representação legal: não há

005.949/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: João Paulo Esteves Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal
Representação legal: não há

006.007/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Barbosa Morales; Carmelita Gonçalves Ribeiro; Darcy Pedrozo Machado Gaia; Flavio da Costa; Francineti Costa Figueiredo; Geraldo Ferreira de Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

006.009/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Luiz Gonzaga de Aquino Cesar; Manuel Pessôa Mendes; Pedro Aurélio Guabiraba Pereira Cardoso
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

006.010/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Raimundo Luciano Pereira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

008.008/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Valmiro Pereira da Silva Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Representação legal: não há

008.077/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Anisio de Amorim Camacam
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Representação legal: não há

015.077/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sandra Maria Jansen Cutrim Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão
Representação legal: não há

015.150/2016-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antonio Abel Rocha da Silva; Associacao do Verde e Protecao do Meio Ambiente
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

020.561/2016-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Associacao Pinacoteca Arte e Cultura; Carlos Wendel de Magalhaes; Miguel Martin Gutierrez Filho
Representação legal: Jose Guilherme Carneiro Queiroz (OAB/SP 163613) e outros, representando Associação Pinacoteca Arte e Cultura

026.251/2015-9
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2014
Responsáveis: Alvaro Luiz Moreira Hypolito; Antonio Carlos de Freitas Cleff; Denise Marcos Bussoletti; Denise Petrucci Gigante; Ediane Sievers Acunha; Evaldo Tavares Kruger; Gilson Simoes Porciuncula; Luciano Volcan Agostini; Luiz Osorio Rocha dos Santos; Mauro Augusto Burkert Del Pino; Sergio Eloir Teixeira Wotter
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: Pedro Rodrigues Curi Hallal e outros, representando Fundação Universidade Federal de Pelotas

028.021/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antônio Carlos Ribeiro; Ivan Perpetuo da Silva - Me
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Nipoã - SP
Representação legal: Silvio Eduardo Macedo Martins (204.726/OAB-SP) e outros, representando Ivan Perpetuo da Silva - Me

029.389/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Município de Saubara/BA
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Saubara/BA
Representação legal: não há

029.688/2013-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Adriano Meira Ricci; Annibal Varges Conforto Filho; Casimiro Agostinho Pereira Lopes; Cezar Luciano da Fonseca Prux; Claudio Henrique da Silva; Corinto Meffe; Daniel Andre Stieler; Eduardo César Pasa; Francisco Djalma de Oliveira; Geraldo Afonso Dezena da Silva; Gustavo de Faria Barros; Jose Geraldo Loureiro Rodrigues; José Maurício Cardoso Perez; Luis Aniceto Silva Cavicchioli; Luiz Claudio Ligabue; Luiz Cláudio Moraes; Luiz Fernando Alves; Luiz Henrique Guimarães de Freitas; Manoel Carlos de Castro Pires; Marco Antonio Ascoli Mastroeni; Marcos Alberto Joaquim; Miriam Barbuda Fernandes Chaves; Pablo Fonseca Pereira dos Santos; Paulo Eduardo Rangel; Roberto Francisco Casagrande Herdeiro; Sandro José Franco; Sergio Luiz Fornara; Sérgio Rosa; Tereza Raquel Vieira da Costa; Tony Hikari Yoshida
Órgão/Entidade/Unidade: Cobra Tecnologia S.A
Representação legal: Marcelo Alves da Silva (44.861/OAB-DF) e outros, representando Cobra Tecnologia S.A., Claudio Henrique da Silva, Marcos Alberto Joaquim e Cobra Tecnologia S.A

031.783/2017-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Paulo Jose Biacchi; Paulo Luiz Weiss; Paulo Picarelli Ferreira; Paulo Renato de Assis Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

032.606/2016-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José de Filippi Júnior e Município de Diadema-SP
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Diadema-SP
Representação legal: Aguinaldo Ranieri de Almeida Junior (186305/OAB-SP) e outros, representando Município de Diadema-SP

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

003.892/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Maria Paula Garcia Campos de Araujo; Maria do Perpetuo Socorro Oliveira Martins Arantes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Representação legal: não há

006.271/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ester Amaral Cunha Santos; José Marcelino Silva de Medeiros; Juscelino Silva de Lima; Larissa de Oliveira Vieira; Thiago Cavalcante Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus
Representação legal: não há

006.367/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Arnaldo da Silva Ramos; Dijalma Celestino de Oliveira; João Gonzaga dos Anjos; Mario Porcidonio Silva; Marli Borges Siqueira; Rosalina Pereira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Relações Exteriores
Representação legal: não há

006.425/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carmozina Moreira Soares Joaquim; Francisca Elizama Caboclo Duarte Pedreira; Nadir Eiko Miyasaki; Ophélia Santos de Faria; Teresinha Alves da Silva; Thalita Duarte Pedreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego (extinto)
Representação legal: não há

006.871/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Amanda Athayde Linhares Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Representação legal: não há

010.183/2017-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES; Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde; Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus)
Representação legal: não há

021.626/2013-8
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2012
Responsáveis: Aldoney Freire Costa; Alfredo Carlos Orphao Lobo; André Esteves da Silva; Antônio Carlos Godinho Fonseca; Carlos Alberto Achete; Eduardo Coelho Fernandes; Hans Peter Henrik Grieneisen; Humberto Siqueira Brandi; João Alziro Herz da Jornada; João Luiz Hanriot Selasco; Jorge Antônio da Paz Cruz; José Joaquim Vinge; Lia Kortchmar; Luiz Carlos Gomes dos Santos; Marcio Ribeiro Paiva; Marcos Aurélio Lima de Oliveira; Maurício Evangelista da Silva; Omer Pohlmann Filho; Oscar Acselrad; Paulo Roberto Coscarelli de Carvalho Júnior; Paulo Roberto da Fonseca Santos; Paulo Roberto Rodrigues; Roberto Luiz de Lima Guimarães; Rogério da Silva Fernandes; Wanderley de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
Representação legal: não há

022.878/2013-0
Exercício: 2012
Responsáveis: Carlos Alberto Gurgel Veras; Jackson Max Furtunato Maia; Jose Raimundo Braga Coelho; José Iram Mota Barbosa; Marco Antonio Raupp; Nilo Sérgio de Oliveira Andrade; Petrônio Noronha de Souza; Ricardo Douglas Baía Lira; Thyrso Villela Neto; Yu Chi Au
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Espacial Brasileira
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900281

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.951/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danyllo Carlos Silva e Silva; Erick Araujo de Lima; Francisco Ionas da Silva Lima Filho; Glauco Clavel Monero; Iago Falconeri de Oliveira; João Paulo de Oliveira; Luis Felipe Thiel Chagas; Rafael de Freitas Rodrigues; Raul Santos Guimarães; Victor Monteiro de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE
Representação legal: não há

001.311/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Carlos Alberto de Andrade Bomfim; Celeste Maria Orleans Nery; Joel Paiva Teixeira; Jorge Luiz Monte Andrade; Jorge do Espirito Santo Barata; Lindolfo das Neves Filho; Manoel do Nascimento Silva; Maria Laura Andrade Fernandes Rocha; Marta Torrico Taborga Ramos; Nilson Martins da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

001.400/2018-5
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Maria Abadia Clariano Pereira; Maria da Consolação Costa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

001.469/2018-5
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Carmem da Silva Pereira; Lygia Guimarães Guerra Leite; Maria Aparecida de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Sexta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

001.472/2018-6
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessados: Adalgisa Bernardo de Araujo; Adalva Lourenço Sobrinho; Ana Karina de Albuquerque Silva; Evalda Jorge da Silva; Helena Acioli Souto; Idelzuith de Sousa Gomes; Jandira Fernandes Galvão de Oliveira; Maria Isaura da Silva Penha; Maria Quaresma Fernandes de Lima; Maria do Socorro de Medeiros Nóbrega
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

001.481/2018-5
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Cleusa Pires Azevedo; Maria Vicentina Dornelles; Nilva Terezinha Medeiros da Silva; Suzana Pires Azevedo
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

001.807/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Dulce e Silva Evangelista
Órgão/Entidade/Unidade: Quinta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

001.999/2018-4
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Thereza Souza Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Segunda Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.001/2018-7
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Catarina Ávila de Oliveira; Iza Roosevelt Quintão Lúcio
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.005/2018-2
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Talcy Monteiro
Órgão/Entidade/Unidade: Nona Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.006/2018-9
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Gladstone Aguiar Vitoriano; Glaucia Aguiar Vitoriano
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

002.008/2018-1
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Jacintha Ferreira dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

002.019/2018-3
Natureza: Reforma
Interessados: Francisco Avelino da Silva; Francisco Avelino da Silva; João Pegado Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

002.024/2018-7
Natureza: Reforma
Interessados: Nilton Paz do Nascimento; Osmar Cavalcante de Souza; Raimundo Ramos; Waldemar Pincelli; Wanderley Farias
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA
Representação legal: não há

002.032/2018-0
Natureza: Pensão Especial de Ex-combatente
Interessado: Lenita Ribeiro Santos Bergerot
Órgão/Entidade/Unidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA
Representação legal: não há

002.810/2018-2
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Caracaraí/RR
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caracaraí/RR
Representação legal: não há

002.835/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabiola Goulart Figueiredo; Vanderley Nascimento Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

002.836/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Cristina Araujo Dornelles da Costa; Caroline Venzon Thomas; Denise Olsen; Fabiane Jaqueline Martins Santos Alves; Fernanda Alves Neves; Fernanda Von Poser Maffei; Jadson Pereira Alves; Larissa Carline Berger Etchegoyen; Maira Pasin Pozzer; Nina Rosa Mancuso Saudade
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CE
Representação legal: não há

002.838/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Gonçalves; Denilson Fernandes Junior; Fabio Macereau dos Santos; Fatima Nery Ferreira; Janaina Diniz Martins; Jorge de Lima Oliveira; Mario Cesar Moreira; Rafael Moura Marques; Relchman Augusto Silva dos Santos; Thiago Moitrel Pequeno da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - III Comar - MD/CA
Representação legal: não há

002.841/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Silva de Oliveira Santos; Anna Carolina Oliveira Mendes; Arlana Campos Faria Martins; Emiliana Muzzi Oliveira Vale; Flávia Emy Onaga Rezende de Souza; Gleicimara Del Vechio; Isaura Rocha Vilela; Maura Lourenco Fernandes; Samara Rodrigues Teixeira; Tassia Nunes de Albuquerque Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

002.843/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danielli Pinheiro da Cunha de Morais; Patricia Guimaraes Del Cistia
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

002.845/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Pedro da Paixão Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.846/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Guilherme Parreira Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 12º Grupo de Artilharia de Campanha - MD/CE
Representação legal: não há

002.849/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Chandler Guimaraes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.850/2018-4

Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea Araki; Carlos Renato Silva Dutra Junior; Cintia Silva Vidigal; Gabriel Monte Braz; Guilherme Azevedo Reis; João Paulo Nascimento Oliveira; Kallebe Ferreira de Souza; Nicolas de Zorzi; Raphael Ferraiollo da Silva; Thiago Lourenco da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.852/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Guilherme Marques Nunes; Andre Henrique Pereira de Almeida; Danilo Magno Reinozo Richardi; Douglas Herbert de Paula Souza; Douglas de Almeida Santos; Joao Vitor Neri da Costa; Lucas Brener Vieira Moutinho; Marcos Taylor da Silva Tomaz Pinheiro; Matheus Martins de Azevedo; Matheus Valerio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.857/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Aied Polatschek Valadao; Guilherme Toste dos Reis; Joao Victor Lima Freitas Mota; Leonardo Henrique de Almeida Moreira; Lucas Philipi Duarte Rolim; Lucas da Rosa Nunes Paiva; Milena Canestraro; Nalyson Dias Sousa; Neilson Inácio da Silva Junior; Sanderson Alves de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.859/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Weber Ludwig; Felipe Lucio Santos; Gabriel Vieira Araujo; Jesse Augusto Soares da Silva; Jonas Aguinaldo Cantos; Matheus Henrique de Santa Clara; Matheus Pinheiro Alves; Reine Gustavo de Lima Candido Filho; Renan Jose de Araujo Meleiro; Renato Antonio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.867/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Lucas Soares da Silva; Heytor Dantas de Goes Santos; Hugo Lima Nardy Xavier Portugal; Igor Shiroiva Berbereia; Julio Cesar de Oliveira Buonafina Brillantino; Lorenzo Kolinski Vasconcelos; Matheus Lunelli; Pedro Knupp Vieira; Rafael Fernandes Tito; Willian Larruscain da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.871/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Barbosa Fernandes; Daniel de Paula Costa Silva; David Fergon Goncalves Ferraz; Erick Schlotefeldt dos Santos; Leonardo Manzano Maschke; Matheus Pereira da Silva; Matheus Victor Lopes Lemos de Carvalho; Renato Barbosa de Carvalho Junior; Thiago Lopes Piexak; Thomas William do Carmo
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.873/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Martorelli; Henrique de Andrade Marques; Igor de Menezes Dias; Joao Pedro Castro Brum Silva Gomes; Lucas Machado Passos; Lucas dos Santos Oliveira; Marcelo de Oliveira Dias Junior; Matheus Aguiar Sella; Pablo Juan Oliveira Freitas; Salatiel Braga Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.880/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Francisco Alves de Oliveira; Lucas Correa Bueno Pinto dos Santos; Luis Fernando de Souza Seixas; Manoel da Silva Costa Sabrinho; Pedro Vitor Menezes Hoffmann; Phelipe Andre de Carvalho Mendonca; Rafael de Oliveira Aleixo; Rennan Almeida de Albuquerque; Robson Oliveira Junior; Vinicius Silva Cesario
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.885/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda July Goncalves Rodrigues; Gabriel Carvalho da Cruz; Hugo Alves Casado; Leandro Rossetto Coimbra; Lucas Guimaraes Moreira; Marcos Antonio Calza; Rodrigo Gatto Vieira; Thamara Diehl; Thiago Dias Gatti Moreira de Souza; Wilson do Nascimento Matos Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

002.888/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Silva Mendes; Alexsandro Junio Vasconcelos Pacheco Silva; Anderson Soares Righi; Edson Beltrane Junior; Gustavo Teixeira da Silva; Marcos Vinicius Silva Gomes; Maria Luisa Harduim Medella; Nicolas Leone Toledo de Oliveira; Victor Hugo Cardoso Jacintho; Vinicius dos Santos Martinez
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.896/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Josival Soares da Silva; Juliana Ventura Damaceno
Órgão/Entidade/Unidade: Base Aérea de Campo Grande - MD/CA
Representação legal: não há

002.902/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Leonardo Marano Brandao; Davi de Oliveira Almeida; Fernanda Tobias Donato; Juliana Fernandes Vasques; Juliana de Jesus Rodrigues da Silva; Lidiane Rocha Rezende; Liliane Cristina de Melo Oliveira Amaral; Marianna Caruso Mellone Bloise; Marisol Navarro da Rocha; Newton de Freitas Centuriao
Órgão/Entidade/Unidade: Terceiro Comando Aéreo Regional - MD/CA
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900282

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

002.905/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Bernardes de Faria; Deleon Jose Vilaca; Elizabeth Pereira de Souza Silva; Isabela Brandao Magalhaes; Izabela Cristina Bento; Lucas Ribeiro Campos; Marcelo Ribeiro Toledo; Marcelo Soares da Silva; Patricia Santos Loredo Tofani; Thiago Marinho Guimaraes Villela Prado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

002.906/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mariana Dias Cyrino Amaral; Savia Caldeira de Araujo Lopes
Órgão/Entidade/Unidade: Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

002.909/2018-9
Interessados: Adine Alves Pereira Filho; Alan da Silva Gonzaga; Andressa Coelho Pereira; Andressa Soares Braz; Bernardo Cardoso Magdaleno; Bruno Augusto Gordilho Araujo; Bruno Britto da Costa Machado; Camila Mendes Pontes; Carlos Filipe Ferreira de Souza; Carlos Gabriel Oliveira Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército - Instituto Militar de Engenharia - MD/CE
Representação legal: não há

002.911/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francisco Luiz Isael Junyor; Gabriel Bozza; Gabriel Dunai Oliveira; Gabriel Lucas de Sousa Portela; Gabriel Pessoa Paiva; Gabriel Vinicius de Souza Silva; Gustavo Otranto Silva; Henrique Soldi Navarro; Hermes Lins e Nascimento; Iana Costa Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.916/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Lauro de Oliveira Schramm; Pedro Henrique Gois de Castro Saraiva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.917/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Patricia Correa Barbosa Pieroni
Órgão/Entidade/Unidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - MD/CE
Representação legal: não há

002.920/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dryenni Abreu Rosa; Eduarda Fernanda Spala da Silva Souza; Fernanda Federico da Silva; Gabrielli Lopes Maranhao do Couto; Gabrriela Melo da Silva; Jeane Lara Messias Cimino; Kayanne de Barros Altair; Laura Marques Ritta; Leticia da Costa Lima; Leticia de Paula Campos Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.921/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Letycia Jorge Moretto de Souza; Maiana dos Santos Munford Ribeiro; Martina Goi Wender; Mayara Kellen Leite Ferreira; Natalia Jardim Chagas; Nayara Carvalho Murilho; Patricia Pontes de Oliveira Vieira; Renata Christina Roza de Souza; Sandielle Maria Carlos Cruz; Shayane Ferreira Miranda dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 4º Grupo de Artilharia de Campanha Leve - ME/CE
Representação legal: não há

002.924/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caique Goncalves da Silva; Carlos Alves de Faria Filho; Cristiano de Almeida Caxero Junior; Daniel Lima de Souza Medeiros; Daniel Lopes de Oliveira; Daniel Nunes Vasconcelos de Carvalho; Deivisson Ribeiro da Silva; Diego Alves da Silva; Diego de Moraes Ferreira; Edilando Meira Bittencourt Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.926/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Ferreira Malta; Gabriel Filpo Amaral; Gabriel Guilherme Martins Felix Costa; Gabriel Ramos de Oliveira; Guilherme Menezes do Couto; Guilherme de Brito Correa; Guilherme de Souza Figueiredo; Gustavo Carvalho Santiago; Gustavo Pereira Cyrne; Henrique Augusto Cavalcante Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 12º Grupo de Artilharia de Campanha - MD/CE
Representação legal: não há

002.927/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Igor Alexandre Regino Paiani; Igor Camilo Medeiros; Ismael Lima Olimpio Regis; Israel de Andrade Duarte; Jonatas Pacheco de Freitas Lopes; Jonathan Fernando Cardoso Doria; Juan Baptista Machado; Kaio Gomes Rodrigues; Kaio Henrique Costa Prado; Kayo de Simoni Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.929/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lukas Matheus Andrade Feijo; Maanaem Amorim de Souza; Marcello Pinheiro Rodrigues Lima da Costa; Marllon Jorge Moretto de Souza; Marlon Vianna de Sousa; Mateus Benevides dos Santos; Mateus Oliveira Horacio da Costa Freitas; Matheus Mineiro Alves; Matheus Silva da Fonseca; Matheus dos Santos Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.931/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ramon Lodoro Sacramento; Raphael Eduardo Godinho Rezende; Renan Labate Gonsalves; Renato Scavone; Rhamires do Carmo Fernandes; Richard dos Santos Dingo Junior; Robert Gustavo Xavier da Silva; Roberto Borges Reis de Souza; Rogerio Henrique de Siqueira; Roney Ribeiro do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 12º Grupo de Artilharia de Campanha - MD/CE
Representação legal: não há

002.936/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Igor de Freitas Ferreira; Felipe Cipriano Damasio de Sa; Gabriel Severo Guterres; Heitor Vinicius Mattos Soares Cagnin; Jeferson Oliveira Moreira; Miguel Ribeiro de Carvalho Dib Jorge; Nauiter Valerio Flora; Patrick Teke Maia de Araujo; Rafael Nogueira Castilho; Richter Bryan de Melo de Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.937/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alan Farias dos Santos; Joao Vitor Maciel de Araujo; Joel Idelfonso de Oliveira; Juan Rodrigues de Araujo Martins Costa; Lincoln dos Santos Costa; Lucas Andre Beling; Lucas de Souza Chavier; Ruan Rodrigo Oliveira Rocha; Victor Hugo Hanriot Carneiro; Wagner Henrique de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 23º Batalhão de Infantaria - MD/CE
Representação legal: não há

002.939/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Henrique Araujo Correa; Humberto Mauricio Candido de Azevedo; Jhonathan Pedroso de Carvalho; Pedro Henrique Paula Carvalho de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 23º Batalhão de Infantaria - MD/CE
Representação legal: não há

002.941/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Christian Toneti da Cunha; Cleyson Cordeiro de Souza da Silva; Davi Ribeiro Queiroz; Deivid Santos da Silva; Diana Lima Diniz; Douglas da Silva Bandeira; Douglas dos Santos Silva Moraes; Edilson Junior de Mello Santos; Elder Flores Leopoldino; Ellen Parnov Bairros
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.944/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonathan Chaves de Azevedo; Jonathas Davi da Silva; Juliana Brandao da Motta; Juliana Crisostomo da Costa; Karine Cruz de Oliveira; Larissa Gomes dos Santos; Larissa Montenegro Freire de Assis; Lauren Antunes Farias; Leticia Teles da Silva; Leticia de Souza Iglesias Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 1º Grupo de Artilharia Antiaérea - MD/CE
Representação legal: não há

002.946/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Augusto de Oliveira; Rafaela Baptista Gaspar; Rafaela Dutra Ribeiro; Raissa Gabriela Ramos Beltrao Lourenco; Ramon Andre de Almeida Silva; Raquel Mara de Oliveira; Rayssa Pereira de Souza Saruba; Renan Henrique Cardoso; Richard Oliveira Cabral; Rodrigo Luis dos Santos Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.949/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Almyr Danilo Marx Neto; Ana Carolina Melo Mira; Ana Clara Alves Costa; Anna Cristina Silvestri Nobre; Bianca Coelho Furtado; Bruna Caroline Tarsitano; Caroline Mohamad Portela; Diogo Brinati Peixoto; Gisele Grossi Heleno; Juliana Denecke Marinari Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsSEx - MD/CE
Representação legal: não há

002.950/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Deborah Hammem Rocha Lima; Leticia Moreira de Castro; Mariana Barbosa Ribeiro Gomes; Martielo Januario da Mata; Natalia Araujo Lima Rocha Coelho; Renata Teixeira Magalhaes; Samia Daniele Siebra Boucas; Talita Pacheco Dani; Thauan de Oliveira Santos; Thayane dos Santos Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.953/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Soares Brazuna; Cesar Leandro Mumbach; Diego dos Santos Duarte Nogueira; Fabio Henrique Santos da Silva; Fernando Ely Christmann; Francys de Oliveira Guinarte; Guilherme Goncalves dos Santos Diniz; Joao Augusto Daltio Meneghelli; Joao Mares Guia Ribeiro; Lucas Sebastiao de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.954/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Micoski Luz; Marcos Paulo Barros Barreto; Nilo Ayres de Queiroz Junior; Raissa Maria Guedes de Freitas Almeida; Rodrigo Lopes Muniz Santos; Thays Motta de Freitas Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - Escola de Formação Complementar - MD/CE
Representação legal: não há

002.976/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernando de Oliveira; Gustavo de Oliveira Farias; Leonardo do Amaral; Lucas Aurelio Teilo de Freitas; Samuel Rondon Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - MD/CA
Representação legal: não há

002.977/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dagoberto Guilherme; Gabriela Freire Sader; Leonardo Pereira Pantoja; Lincon Santos da Silva; Lucas Bonifacio Lucio; Michele Regina da Silva Braga; Peterson Wilian dos Reis; Renata dos Santos Siqueira; Sara Helena dos Santos Lourenco; Wallace do Prado Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.979/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Conceição dos Santos; Anderson Luis da Silveira Moura; Antonio Valmir de Paula Junior; Ayron Carlos da Silva Santana; Caio Fabio dos Santos Silva; Carlos Antonio da Silva Viana; Carlos Henrique Araujo das Graças; Clinton Andrade do Nascimento; Darlem Marinho Sampaio; David Maciel Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.981/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Pereira Marques; Glaucio Pacifico Macedo Borges; Guilherme Pereira Rodrigues; Gustavo Lima Silveira; Igor Ribeiro Galvão da Silva; Jaime Silva dos Santos; Jameson Coutinho de Araujo; Jean Soares Alves; Joao Henrique Alves de Lima Soares; Jorge Goncalves Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 23º Batalhão de Caçadores
Representação legal: não há

002.984/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcos Vinicius Rodrigues Ribeiro; Marcus Vinicius de Freitas Silva; Mateus Matos Marinho; Matheus Marcelino Alves; Matheus da Silva Ribeiro Abreu; Nayron Nunes Ferreira; Nelson Araujo; Nicholas Jorge Barroso Coelho; Nicolas Marlison Teixeira Figueira; Pedro Henrique de Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 23º Batalhão de Caçadores - MD/CE
Representação legal: não há

002.985/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcus Vinicius Moreira Lima; Pedro Luis Fernandes Ramos; Rafael Alan Fontes Almeida Lima; Rafael Siqueira Marcos; Ramon Ramos da Rocha; Raphael Pontes Ferreira; Raphael Scovinni Leite; Rodrigo Frias de Aguiar Chaves; Rogerio Nunes da Silva Junior; Tiago Luis Mayer
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.989/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Paulo Caldeira Filho; Marlon Pereira da Silva; Matheus Felinto de Souza Machado; Matheus Mauro Lima dos Reis; Matheus Passos de Assis; Matheus Vinicius Soares da Silva; Matheus Werneck Oliveira de Assis; Matheus da Silva Capua; Mauro Ferraz Hansen Junior; Thiago Munhoz Freire

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900283

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado - MD/CE
Representação legal: não há

002.992/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriella Lima Eloy da Silva; Ingrid de Cassia Silva dos Anjos; Larissa Aparecida Otoni de Araujo; Lauren Nathiele Martins de Quadros; Leticia de Moraes Scatolini; Lucilia Souza Aguiar Mendes; Marcela Pereira Alves; Nathalia Dutra Amaral; Nayara Honorato da Silva; Nicole Cristina de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.994/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Bruno Marins Vasconcelos; Alex Souza Ferreira; Alison Patrick Resende; Allan Felipe Rohden; Alyson da Silva Vieira; Andre Felipe Mota Ramires; Antonio Tavares Damasceno Neto; Asaph Valerio Rangel Rocha de Souza; Caio Robson Bessa Soares; Davi Marques da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

002.998/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Matheus Martins Rodrigues de Souza; Matheus Rodrigues Beck; Matheus Teixeira Silva; Maycon Douglas da Silva Souza; Misael de Souza da Silva; Pedro Henrique Silva Leal; Rafael Dias de Carvalho; Ramon Faria Oliveira; Samuel Caio Cardoso de Oliveira; Thiago Augusto Caltran
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 41º Batalhão de Infantaria Motorizado - MD/CE
Representação legal: não há

003.000/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Achilis de Souza Guimaraes; Allan Moreira da Silva; Felipe Ferreira de Oliveira; Jonatas dos Santos Macedo Correa; Lucas da Silva Guimaraes; Lucas de Paula Porceno; Thiago Eduardo Barbosa de Oliveira Sales; Warley da Luz Briel
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

003.002/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo dos Santos; Samuel Francisco Leao Gomes; Thiago Angra Zupo de Carvalho; Thiago Vargas Leite; Victor Carvalho Parreira; Vinicius Augusto Flueti; Wander Lucas Peixoto Ferreira; Wellison Rozalino de Paula; William Benigno Luna Correa; Yago Marinho de Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 23º Batalhão de Infantaria - MD/CE
Representação legal: não há

003.004/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Emmanuel Ribeiro Pinto; Caio Branco Costa; Caio Germano Lourenco da Silva; Cassio Veloso Macedo; Christian Santiago Maia; Daniel de Paula Mello; Dennys Buller Cavalcanti; Deryck Moura da Silva; Diego de Amorim Moreira; Wallace Santos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

003.005/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Braga Conceicao; Eduardo Wolmer Campos; Eduardo da Silva Schnorrenberger; Ermane Andrade Praca; Ernesto Bento Pinheiro Ferreira; Fabiano Diniz Martins; Fabio Moncada dos Santos Pinheiro; Fernando Baptista Max Silva; Francisco Jose Dias da Silva; Matheus Nobre da Camara Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 20º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE
Representação legal: não há

003.010/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ramon de Oliveira Areas; Roberto Fuly de Matos; Rodrigo Rodrigues Lopes; Rooney Marcelo de Oliveira Filho; Salomão Alves de Brito; Silvio Alberto Souza Ferreira Filho; Thalys Morais Garcia; Thiago Alves de Paiva; Thiago Silva Araujo; Vinicius Magalhaes Juchimiuk
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Técnica Militar - 20º Regimento de Cavalaria Blindado - MD/CE
Representação legal: não há

003.015/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Nicolas dos Santos Viegas
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Educação Superior Militar - EsPCEx - MD/CE
Representação legal: não há

003.034/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Laila Lazarini Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

003.038/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Emily Silva Cansado; Erick Effgen
Órgão/Entidade/Unidade: Escola de Especialistas de Aeronáutica - MD/CE
Representação legal: não há

003.039/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vanessa Freitas Volkmer; Xaiane Janes do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

003.045/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Luiz do Nascimento Souto; Bruno Braz Pereira; Bruno Roberto Alonso Rodrigues; Janduy Pereira da Silva; Jarban Rosa Viana; Jorge Luis Cunha de Oliveira; Julio Anderson Milesi Teixeira; Marlon da Silva Martins; Rodrigo Barroso Pimentel Mote; Sirlea Raimunda da Silveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

003.046/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandro Campos dos Santos; Allan da Mata Muniz; Anderson Soares Pereira; Augustinho Arthur Marton Neto; Felipe de Oliveira Henriques; Jean Silva de Carvalho; Luane da Silva Cirino; Rodrigo Jose dos Santos; Welbert da Silva Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Indústria de Material Bélico do Brasil - MD/CE
Representação legal: não há

003.115/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula da Paixão Miranda; Carlos Eduardo de Franca Bezerra; Igor Rocha de Sena Freire; Italo de Souza Malavazi; Joao Victor Gomes da Rocha; Kananda Barros Silva; Rayanne Guimaraes Barra; Ricardo Trindade Vianna; Taycon Henrique Magalhaes Farias; Vinicius Veduato Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar - MD/CA
Representação legal: não há

003.118/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Humberto Cunha Macedo; Erick Henrique Vieira da Silva; Felipe Costa Muzitano; Gabriel Max de Assis Pereira; Giuseppe Garcia Lobianco; Lucas Moreira Barbosa Vasconcelos de Melo; Luis Eduardo da Silva Santos; Marcos Mordechai Previtale Casarini; Phelipe Pereira; Thiago Bento Magalhaes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

003.119/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno de Oliveira Ferreira; Emanuel Gomes Ferreira; Gustavo Monteiro dos Santos Rojas; Joao Vitor Montes Melo; Joao Vitor dos Santos Freitas; Lucas Sampaio Coelho; Matheus Friedrich Ramos; Paulo Jose Duque da Silva; Pietro Soares Motta; Victor Ramponi Antunes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

003.120/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Felix Barbosa; Carlos Eduardo Atayde de Oliveira; Chrystian Lami de Jesus; Enzo Medeiros Zavaroni; Gabriel Gama Baia; Hugo Carreira Rufato; Matheus Vidal Dantas de Oliveira; Quezia Ferreira do Carmo; Samantha Nicolly Tozatto; Thiago Felipe Bombardieri Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar - MD/CA
Representação legal: não há

003.125/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Cunha Marques da Silva; Felipe Augusto Dantas dos Santos; Gabriel Bettencourt de Medeiros; Pedro Antonio Ochoa Stigert de Sa; Thales Gabriel de Sousa Moraes; Vitor Marques Magalhaes de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar - MD/CA
Representação legal: não há

003.566/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Manoela Loures
Órgão/Entidade/Unidade: Quarta Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

005.819/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Lucimar Nascimento da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

007.217/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Abner Henrique Ribeiro; Adriano de Araujo Batista; Ageu Ariston Souza Cassia; Andre Felipe Vicente Silva; Andrei Luan de Oliveira Moreira; Angelo Marcio da Conceicao; Ary Jorge Teixeira Pinto; Atilla Xavier Marques da Luz; Breno Gustavo Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército
Representação legal: não há

007.576/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adrielle Louise Rocha Braz; Aline Bianchi de Mendonca; Aline da Silva Assis Rosa; Carine Ramos Gomes; Carlos Henrique Guerra de Moura; Caroliny de Oliveira Duarte; Cecilia Moura de Sousa; Daiane de Oliveira Kifer Nunes; Yuri Desnade Matos; Zhong Ping Garcia Chen
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

007.581/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pedro Henrique Oliveira da Silva; Priscila Knupp dos Santos; Rebeca Araujo Calixto da Silva; Rebeca Vieira Lins Barros; Rebeca da Silva dos Santos; Renan Rodrigues de Oliveira; Renan Santos Batko; Renata Travassos de Freitas; Ricardo Felippe Ferreira Manhaes; Rodrigo dos Santos Arruda
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.585/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tiago Fingolo Silva; Tiago Profiro da Costa Junior; Tulio Nivan Aguiar Fialho; Valeska Neves Godoy; Victor Gulyas Batatinha Faria dos Santos; Victor Lopes Paiva; Victor Matias Andrade Monteiro; Victor Ribeiro Silva; Victoria Benjamim da Costa; Vinicius de Jesus Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.591/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Henrique Ribeiro Lourenco; Evellyn Martins Bezerra Alcanfor; Jessica Tavares Heffernan; Lucas Alexandre Goncalves Ribeiro; Luiz Eduardo Monteiro Marcelino; Renata Parreiras Bastos; Thais Helena Antoniete Fernandes; Tiago Horstmann Nunes Florencio; Vanessa Ferreira Gomes Rodrigues de Castro; Vitor Borges Coutinho da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.599/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo da Silva Rosas Vieira; Denilson Guimaraes Maciel; Felipe Silva Bier; Gabriel de Aguiar Bastos Ribeiro; Lucas Alexandre da Rocha; Marcelo Santana Ramos; Matheus Elias Leal de Souza; Matheus Souza da Silva; Matheus da Cunha Pinto Soares; Rafael Luiz Balbino da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.604/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriano de Aguiar Cavalcanti; Alex Pimenta Calueto; Alisson Borges Braga; Gabriel da Silva Conceição; Italo de Brito Lacerda; Wellington Costa Tavares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.610/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Oliveira de Souza; Gabriel Wilhelm Borchers; Geanderson do Nascimento Azevedo; Guilherme Bezerra do Amaral; Guilherme Souza de Faria; Gustavo Cesar de Carvalho Bernardo; Gutemberg Lucas da Silva; Hiago de Souza Aniceto; Hugo Pinheiro de Cerqueira; Igor da Silva Correa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.617/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mario Sergio Goulart Jaloto dos Anjos; Mateus Carlos da Costa Gondim; Mateus Magaldi Moura; Mateus de Oliveira Alves; Matheus Coutinho de Araujo Pereira; Matheus Laczynski Duarte Goncalves; Matheus Machado de Miranda; Matheus Madeiros Magalhaes; Matheus da Silva Santana; Matheus dos Santos Britto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.626/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Osmar Antonio da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900284

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

007.632/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leticia Leal Fontes da Silva; Leticia Rebonato Dias Souza; Leticia da Silva Rodrigues; Lino Ferreira Simões Filho; Lisia Mary Santana Barbosa; Maria Claudia de Abreu Braga; Maria Taina dos Santos Cavalcante Maia; Mateus Oliveira da Silva; Michel Herdy dos Santos; Milleid Ribeiro de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.637/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leoni Santos de Oliveira; Tatiane Demarce da Silva; Thomas Romero Cavalheiro; Walace de Oliveira Dornas; Ysabela Santos de Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.642/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gideon Vital da Silva; Hugo Fillipe do Nascimento Albuquerque; Jose Wilson Nery de Gois Junior; Juvenal Souza Silva Junior; Natanael da Silva Vieira Gomes; Pedro Henrique Martins de Paula; Pedro Henrique Sabino Pires; Rafael Ribeiro Silva; Talhesmax Matos Alves; Tiago Souza Paiva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.696/2018-3
Interessados: Ana Carolina Pimentel Correa; Deisi Carneiro da Costa; Diogo Milioli Ferreira; Filipe Jose Americano Albeny; Franciele Daiane Rodrigues Resende; Josiana Maria de Souza Alves; Mariana Arruda de Menezes; Priscila Machado Ramos de Medeiros; Soraia Cerqueira Pereira; Vitor Moreira Alvarenga
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.701/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Guilherme Praca de Medeiros; Lucas Costa Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.706/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Carlos dos Santos Junior; Bruno Moita Nascimento Henriques; Daniel Santana Ferreira; Gabriel da Silva; Irlan Victor da Silva Miranda; Luiz Anderson Pereira da Silva; Luiz Felipe Bispo Morris; Matheus Ferreira Goncalves; Pedro Guimaraes Padilha; Pedro Henrique Teodoro de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.711/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brendon Lorran Souza Maia; Carlos Henrique Nascimento Raimundo; Fernando Henrique da Silva Kelly; Jean Braga da Silva; Jose Moreira Maia Junior; Matheus Alves Mariano; Matheus Batista da Silva Caldas; Max Rodrigues Goncalves; Robert Ruan Nogueira dos Santos; Wesley Felipe Freitas Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.720/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Borges da Conceição; Victor Tavares Vidal
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.725/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcus Vinicius Constanca de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.726/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Acelino Alves de Oliveira Filho; Alberon Mirindiba Bonfim Filho; Aldeirton Silva de Sousa Segundo; Alisson Meireles Giacomelli; Allan Felipe Alves de Oliveira Ebaide; Anderson Luiz Oliveira Damasceno; Andre Luiz Batista de Macedo; Andre Peteino Dambroz; Andre Silva Oliveira; Antonio Roberto Albuquerque Cruz Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.731/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Ricardo Lima da Silva; Leandro Francisco de Souza; Luan Jesus da Conceicao; Luciano Carlos Junior; Luiz Marcelo Santos Siqueira; Matheus Araujo do Nascimento; Matheus Dias Trindade; Matheus Domingos Rebolo; Matheus Vinicius Nobrega Lourenco; Mauricio Miller Ferreira Mamede dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.736/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Lancanova Moreira; Clarissa Maria Frutuoso Rafael da Silva; Indiara da Rosa Velho; Jose Marcos Junqueira Rezek Filho; Laiani Confalonieri Bertoldi; Leonardo da Silva Cardoso; Maria Helena Correia Lessa; Mariana Ferreira Veras; Marlon Cezar Diniz; Silvio Renato do Nascimento Franca
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.753/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Pereira Medeiros; Joao Batista Costa Patrocinio; Lucas Anderson Malaquias Faustino; Luis Felipe Guimaraes da Costa; Matheus Fusco Teixeira Macedo; Richard Lima Garcia Correa; Rodrigo Aquino de Souza; Romulo Vicente Leite; Victor Resende da Silva; Weslley Ramos Goncalves de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.766/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Gomes Nogueira; Caio Loretti Fernandes Tavares; Eduardo Miranda Paraba; Guilherme Valentim Mendes; Leandro Conceição Bereta; Matheus Westfal Stinglin; Paulo Roberto Silva Junior; Vitor Hugo Vieira dos Santos; Yuri Pontes Reis; Yuri dos Santos Peniche
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.771/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Emanoel Texeira Muniz
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.776/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fabio Augusto da Silva Rodrigues; Gustavo Nascimento de Paiva; Hian Silva do Nascimento; Joao Vitor Fragozo Dias; Lucas Gonzaga da Silva Amorim; Lucas dos Santos Silva; Ruan Marinho da Costa; Taua Soares dos Santos; Thiago Borges de Assis; Wander Luiz de Oliveira Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.783/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson do Amaral Ribeiro Filho; Davi Weslley Xisto Cavalcanti; Gustavo Ferreira Figorelli; Ianka Patricio de Andrade; Igor Vianna Carvalho; Isabela Pinheiro Ribeiro; Joao Pedro da Silva Gomes; Leandro Muniz Tavares; Mario Pedro Jader Rodrigues Santos; Ruan Felipe Costa de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.794/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Peixoto Justiniano Correa; Denis Lucindo do Rozario; Erick da Costa Lima; Feliphe Tavares de Santana Mello; Helison Roberto Silva de Almeida; Lucas Nata Sabino da Silva; Lucas Ribeiro Borel; Pedro Henrique Vaz do Nascimento; Victor Koste Pereira; Willian Anderson Lauriano Viana
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.799/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Soares Succar; Ana Jovelina Barcellos Terra; Caroline Mafra de Carvalho Marques; Daniele Maia de Jesus Valviesse; Janina Ferreira Loureiro Huguenin; Juliana Fernandes Iglesias; Kurt Wolfgang Schindler Freire de Farias; Larissa Furbino de Pinho Valentim; Michelle Lima Pereira; Priscila Freitas Lei
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.808/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrei Silva Jardim; Gabriel de Oliveira Barbosa; Lorena da Fonseca Sampaio; Margareth Goldschmidt de Souza; Phillip Haddad Krapienis; Raiff de Melo Vieira; Stella Leal Rodrigues Sayao Lobato; Tulio Marcos Figueiredo Salomão; Wagner Silva Pereira Junior; Willian Rabello dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.813/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Fabregas da Costa Moraes; Carla Cathy Fernandes da Cunha; Caroline Martins de Oliveira; Felipe Mallmann; Gabriel Tavares de Melo; Jozelia Maria da Conceição Cunha Dutra; Leonardo Fernandes Medeiros; Mateus de Melo Campos; Rodrigo Scarabotto Godinho; Ygor Borges de Carvalho Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.819/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adam Richard Oliveira Mendes; Brunno Garcia de Freitas Ribeiro; Denis Mendonca da Silva; Fabricio Caetano Ribeiro; Jonathan de Oliveira Werneck; Lenon Ramon Ferreira de Siqueira; Lucas de Lucena Medina; Robert Fendler Souza; Victor Luiz Santana Figueiredo; Vinicius Gentil da Silva Teixeira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.824/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Arthur Henrique Baldo; Carolina Andrade Silva Freire; Larissa Paz Loureiro; Leandro Jose Silva Filho; Leidiane Pereira Lopes; Luan Filipe dos Santos Colombari; Murilo Dalvi Pitol; Roberio Estephaneli Corty Ribeiro; Wagner Costa Venturini; Yuri Souza Camargos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.828/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Ana Paula da Costa Ramos Carreira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.832/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Luiz Felipe Padilha Barbosa da Mata
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.833/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pablo Meneguci Cavallini; Samuel Batista Santos; Wellerson Novais de Oliveira Melo; Wesley Sousa Santos; William Souza dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.836/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Maicom de Oliveira Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/comando do Exército
Representação legal: não há

007.838/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cristian Ferreira Belmonte; Daniel Roberthy Soares Dias; Dionathan Iarce Tolentino Mendieta; Douglas Felipe Santos Cargnelutti
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.843/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mathaus Leao Pereira Hanke; Matheus Carvalho Riella; Matheus Eduardo Mombach; Matheus Lindemaier de Bittencourt; Matheus Maidano Alves; Nicolas Henrique Richardt da Silva; Pedro Marques da Silva; Rafael Cresseri Goulart; Rafael Rodrigues de Souza; Richard Santos da Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.848/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Luiz Bassoa Lopes Filho; Willian Riechel de Lima; Yan Antunes Macedo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.857/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Dayvison de Jesus Santana; Douglas Soares Miranda de Moraes; Joao Victor Oliveira da Silva; Josafa Santos Silva; Kaique Couto Rocha; Luciano Ferreira Camacho; Luis Henrique Santos Andrade; Sandrinne Silva de Frias; Sergio Carvalho da Silva; Victor Ferreira Marques Baptista
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.873/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Clovis Candido de Oliveira Neto; Danilo Costa de Araujo; Danilo Pereira Barata; Diogo de Aquino Mesquita; Eclesio Alves Tavares; Heloa Silva e Lima; Leandro de Azevedo Sousa; Luciana Fagundes da Silva; Nathalia Diogo de Fatima de Melo; Suellen Nayara Rozeno Campelo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.887/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas de Oliveira Peralta Verli; Lucas de Souza Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.892/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Artur Lourenco Parente de Almeida Marques; Bruno Burgos Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.897/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Lucas Liberato Leal; Lucas Oliveira da Cruz; Luiz Felipe Freitas de Oliveira Andrade; Marcos Amorim da Silva Peixoto; Matheus dos Santos Batista; Maycon Ferreira Goncalves; Moises Honorio Caldas; Paulo Renato Tiburcio Filho; Pedro Augusto de Moura Ribeiro Barbosa; Rhuan de Farias de Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.922/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruna Marzullo; Dayanna de Araujo Santos; Deborha Maira Chaves de Carvalho; Fabiana Caldas Martins; Marcelo Barros Nesimi Junior; Marcos Gabriel Alves da Silva; Matheus Sanchez Pontes; Matheus da Silva de Sousa; Mauricio Antonio de Almeida Junior; Monique Barreto dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.936/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Rodrigues Pereira Junior; Bruno Pereira Balbino; Glauber dos Santos de Oliveira; Inaldo da Silva Araujo Filho; Jonathan Ribeiro Pereira; Kaio Rodrigo Alves de Melo; Livignston Raposo de Souza; Maik Robert Jesus de Azevedo; Matheus Hilario de Paula Carneiro; Matheus Moura de Miranda
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.946/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre Pinto Bastos; Dalton Nascimento Neto; Davi Pereira Tosta da Silva; Gabriel Lima Printes; Gleyson Ranyeudes Barbosa do Nascimento; Jhonathan Andre Teles da Silva; Lucas Lopes Monteiro; Paulo Vitor da Silva Ferreira; Valter Matheus de Oliveira Matos; Wagner de Jesus Medeiros Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.955/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio Lucas de Sousa do Nascimento; Caio Rian Santana de Matos; Cristian William Sacramenta Barbosa; Erisvan Araujo Lisboa; Hirlanylo Rodrigues Soares; Igor Jadelson Santos da Silva; Lucas de Jesus Silva Pereira; Matheus Bastos Caldas; Rodrigo da Silva Lins; Willian Carlos de Sousa Pacheco
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.960/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Artur Rodrigues dos Santos; Deryk Bruno Alves Ferreira; Jose Boris Cruz Marinho; Julia Garcia Bastos; Leonardo Rigotti Ferreira; Marcus Vinicius Azevedo de Abreu; Rafael Alves Luna; Thaysa da Silva Rosario; Thiago Henrique Brasileiro Pedrosa; Wallace Dias de Nazareth
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.966/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caroline do Prado Silva; Daniel Ferreira Pereira; Lucas Gandra de Almeida; Lucas Gustavo Silva dos Santos; Lucas Luiz de Oliveira Francisco; Luiz Alexandre de Brito Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA
Representação legal: não há

007.971/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriel Lucas Barbosa da Silva; Bruno Carloto Rodrigues; Gabriel Costa dos Santos; Heitor Frassetti de Pinho; Hudson Cado do Nascimento; Lucas de Vasconcelos Ferreira; Marlon Sodre Guimaraes; Miguel Angelo Estrela Santos; Rafael Andrade da Silva; Victor dos Santos Lobo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.979/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Adriel da Silva Loureiro; Felipe Ribeiro Brinco; Filipe Alcantara de Miranda; Hiury Ferreira da Silva; Luan Fernandes Silva Netto; Luis Felipe da Silva Rosa; Luiz Alberto Matos Marques; Matheus Sant Anna de Brito Esterque; Ramon Rabelo Moura; Wendell Santos Teles
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

007.986/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Rafael do Bem Neto
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

007.991/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Vieira dos Santos; Bruno dos Santos Soares; Eduardo Carvalho Mendonca Junior; Guilherme Luna Diniz; Halyson Silva Goncalves; Joao Victor Moyses de Cerqueira; Julio Cesar da Silva Pereira; Max Jose Campos Lopes; Tiago Cruz de Souza; Vitor dos Santos Calmon
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

008.009/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson da Rocha Brito de Sousa; Andrew Melo dos Santos; Esddras dos Santos da Silva; Jorge Felipe Silva de Assumpcao; Lucas Vieira da Silva Souza; Lucas da Silva Ferreira; Lucas dos Santos do Nascimento; Marcos Vinicius de Freitas; Natan Felipe Rodrigues da Silva; Thiago Taube Carolo
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

008.014/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Douglas Godofredo de Melo; Gabriel da Silva dos Santos; Joao Filipe Ramos; Jose Correia da Silva Junior; Luiz Thiago Lacce Tatsch Santos; Matheus Jose Vasconcelos da Silva; Nathan Guimares Reis; Pedro Paulo de Souza Castro; Rodrigo Monteiro da Silva Mendes; Vinicius Alves de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

008.019/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Allan Oliveira Souza da Silva; Gabriel Faria de Souza Castilho Pires; Gilmarcio de Oliveira Matos Bispo; Lorran Bonfim Marcelo; Lucas de Souza Valdomiro; Lucas dos Santos; Patrick dos Santos Siqueira; Pedro Lima Magalhaes; Renan Ruan de Matos Lebre; Tauan Rodrigues dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

008.032/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Marcus Dimitrius Aio
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

008.038/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alessandra Elen de Souza Ribeiro; Benedito Izaias de Almeida; Felipe Rodrigues Santa Rosa; Joao Luiz de Oliveira; Marcio Lemos Sampaio; Neilton da Silva Rosa Artico; Paulo Roberto dos Santos; Sergio Augusto Xavier; Thaina da Cunha Falcão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE
Representação legal: não há

008.050/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antonio dos Santos Junior; Caio Henrique Santos de Souza; Mateus Barbosa Gomes de Sousa; Richardson Lopes Fernandes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM
Representação legal: não há

030.057/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Prefeitura Municipal de Catende/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Catende/PE
Representação legal: não há

030.162/2017-3
Natureza: Representação
Representante: Luiz Conceição de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Geral do Rio de Janeiro - HGeRJ
Representação legal: não há

031.518/2017-6
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Isaias Lourenço Marques; Lucas Oliveira de Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

031.520/2017-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Eva de Lima Ribas; Mathilde Maria Aver Chavarria
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

031.616/2017-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Flavio da Rosa Linhares; Iolanda Lucas Ajardo; Mara Teresinha Alves da Rosa de Linhares; Maria Madalena Pinheiro de Linhares; Odete Pereira Tappes; Rosangela Nunes Twardowski; Selaine Stefani Leonardo Barth; Tereza Eloah Trindade dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Terceira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

033.942/2017-0
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Arlete Coelho Borges da Costa; Gloria Fabre
Órgão/Entidade/Unidade: Primeira Região Militar - MD/CE
Representação legal: não há

034.685/2017-0
Natureza: Representação
Representante: Cláudia Gomes de Souza Distribuidora - ME
Órgão/Entidade/Unidade: Grupamento de Apoio da Saúde do Comando da Aeronáutica - GAP - MD/CA
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

000.176/2018-4
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Urucurituba/AM
Representação legal: não há

002.317/2018-4
Natureza: Representação
Interessados: Multicom Comércio Múltiplo de Alimento Ltda; Município de Porto Velho/RO
Representante: Júpiter Comércio e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Porto Velho/RO
Representação legal: não há

003.944/2018-2
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Roberto de Lima Silveira; Rodolfo Norimar Calegari; Rogert Fulginiti Corseuil; Waldomiro Monks Branco
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

004.695/2018-6
Natureza: Representação
Representante: Município de Vista Alegre do Alto/SP
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Vista Alegre do Alto/SP
Representação legal: não há

006.013/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Edsonina Filho Correia Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

006.343/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Leticia Jose Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

010.667/2016-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Acre
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Assis Brasil/AC
Representação legal: não há

021.019/2017-7
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Amazonas
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itacoatiara/AM
Representação legal: não há

034.674/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

020.554/2014-1
Recurso de reconsideração interposto por Manoel Gomes de Freitas contra o Acórdão 7.585/2016-TCU-Primeira Câmara.
Recorrente: Manoel Gomes de Freitas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900286

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Responsáveis: Manoel Gomes de Freitas; Município de Porto da Folha - SE
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Porto da Folha - SE
Representação legal: não há

022.396/2016-0
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cultura contra o Movimento Gay de Minas, Marcos Trajano e Oswaldo Braga Junior, em razão da impugnação parcial das despesas realizadas no âmbito dos convênios 728/2005 e 335/2006.
Órgão/Entidade/Unidade: Movimento Gay de Minas
Interessado: Ministério da Cultura
Responsáveis: Marcos Trajano; Movimento Gay de Minas; Oswaldo Braga Junior
Representação legal: Juliana Lanzoni Azeredo (OAB-MG 133.945) e Pedro Mourao Paiva (OAB-MG 130.141), representando Marcos Trajano e Oswaldo Braga Junior

024.749/2017-6
Representação formulada pelo Senador Roberto Rocha a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na gestão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), cujo agente operador é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
Interessado: Uniesp S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Edivaldo Nilo de Almeida (OAB/DF 29.502), peça 25

025.683/2015-2
Tomada de contas especial instaurada pelo FNDE contra Cláudio Vale de Arruda, ex-prefeito do Município de Formosa da Serra Negra - MA, devido à não comprovação da boa e regular aplicação de recursos transferidos no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar no exercício de 2008.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Formosa da Serra Negra/MA
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsável: Cláudio Vale de Arruda
Representação legal: Joaquim Adriano de Carvalho Adler Freitas (OAB/MA 10004)

035.267/2015-1
Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra José Francisco Costa de Oliveira, ex-prefeito do Município de Maracaçumé - MA, devido à omissão no dever de prestar contas do Convênio 2878/2005.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Maracaçumé/MA
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsável: José Francisco Costa de Oliveira
Representação legal: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

006.442/2018-8
Ato de pensão civil emitido no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo para fins de registro.
Interessado: Toshio Maeuti
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

008.754/2004-9
Embargos de declaração opostos pelo Sr. Humberto Falcão Martins contra decisão que negou provimento ao recurso de reconsideração por ele interposto.
Responsáveis: Dumont Torres Cuoco; Evelyn Levy; Humberto Falcão Martins; Lúcia Mussnich Barreto Alves; Maria Teresa Furtado Craveiro; Pedro Antonio Bertone Ataíde; Valéria Christina Macedo Daruich
Embargante: Humberto Falcão Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Gestão, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Representação legal: Antônio Perilo de Sousa Teixeira Netto (OAB/DF 21.359); Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406); Jéssica de Oliveira Amaral (OAB/DF 48.386) e outros.

015.837/2009-4
Embargos de declaração opostos pelo sr. Rômulo Soares Polari em desfavor de decisão que julgou suas contas irregulares e aplicou-lhe multa.
Embargante: Rômulo Soares Polari
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Paraíba
Interessado: Universidade Federal da Paraíba
Responsáveis: Antônio Borba Guimarães; Eugênio Paccelli Trigueiro Pereira; Francisco Essenine e Silva; Frigorífico Arabaiana; José Fernandes Pimenta Junior; João Flavio Paiva; Marcelo de Figueiredo Lopes; N. Paes de Melo Junior Comercio Eireli - Epp; Rita de Cassia Souza Medeiros Guedes; Rômulo Soares Polari; Sônia Suely Araújo Pessoa Rosas
Representação legal: Fábio Vinícius Maia Trigueiro (OAB/PB 16.027); Adelmar Azevedo Régis (OAB/PB 10.237); Antônio Crisanto Tavares de Melo (OAB/PB 26.682); José Bartolomeu Macedo da Rocha (OAB/PE 25.511-D); Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250); Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652); Maria Abadia Alves (OAB/DF 13.363) e outros.

026.305/2016-0
Embargos de declaração opostos contra deliberação em que negado registro a alterações de aposentadorias de ex-servidores da Justiça Federal de 1ª instância da 2ª Região.
Interessados: Amaro Geraldo dos Santos; Carlos Eraldo Calado; Dora Barbosa da Silva; Eliete Oliveira Leite
Embargantes: Amaro Geraldo dos Santos; Carlos Eraldo Calado; Dora Barbosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau/RJ
Representação legal: Renata de Oliveira Esteves (OAB/RJ 172.192) e outros, representando Amaro Geraldo dos Santos, Carlos Eraldo Calado e Dora Barbosa da Silva.

028.478/2017-7
Apreciação, para fins de registro, de aposentadorias concedidas pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.
Interessados: Denise Gomes Rejes; Edison Sanfelice; Elenara Morais Stumpf; Eli dos Santos Madeira; Gabriel José de Alencastro.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.578/2017-1
Atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro para fins de registro
Interessados: Jose Antonio de Azevedo Athayde Barbosa; Jose Luiz Santos de Almeida; Laura Maria Pellegrino de Carvalho Antonini; Lauro Nogueira Neto; Lilian Maria Bessa Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

033.172/2017-0
Apreciação, para fins de registro, de aposentadoria concedida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso.
Interessado: João Batista Gomes da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso
Representação legal: não há

033.221/2017-0
Atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais para fins de registro.
Interessados: Marli Caixeta Nunes e Souza; Valeria Guerra Mendes; Zelia Albano Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

033.223/2017-3
Atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Sergipe para fins de registro.
Interessados: Getulio Pinto Sampaio; Nazivan Cardoso de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Sergipe
Representação legal: não há

033.234/2017-5
Atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná para fins de registro.
Interessados: Luiz Felipe Bergmann; Luniarane Mary Pires de Angelucci; Sergio Kmetiuk; Sergio Rech; Valdir Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Paraná
Representação legal: não há

033.239/2017-7
Ato de aposentadoria emitido no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Piauí para fins de registro.
Interessado: Jorge Antonio Costa Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Piauí
Representação legal: não há

034.473/2017-3
Ato de aposentadoria emitido no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Piauí para fins de registro.
Interessado: Francisco Luís Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Piauí
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

011.454/2014-8
Embargos de declaração contra deliberação por meio da qual o Tribunal negou provimento a recurso de reconsideração sobre tomada de contas especial que julgou irregulares as contas dos responsáveis em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos transferidos por força de convênio celebrado com o Ministério do Turismo.
Embargante: Xoxoteando Produções Artísticas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santana de Mangueira/PB
Responsáveis: Francisco Umberto Pereira; Xoxoteando Produções Artísticas Ltda.
Representação legal: Johnson Gonçalves de Abrantes (OAB/PB 1.663) e outros, representando Francisco Umberto Pereira; Joanilson Guedes Barbosa (OAB/PB 13.295), representando Xoxoteando Produções Artísticas Ltda.

022.212/2016-7
Tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor da Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros e Luiz Donizeti Sifoleli, presidente da associação, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 1153/2009 (Siafi/Siconv 706529), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "Festa do Peão de Boiadeiro de Sandovalina/SP".
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo (MTur)
Responsáveis: Associação de Rodeio Completo - Os Tropeiros; Luiz Donizete Sifoleli; Silvia Marcela Bossoni Souza Eventos - ME
Representação legal: não há

027.163/2015-6
Recurso de reconsideração interposto por Senai - MT contra o Acórdão 3.975/2016-TCU-1ª Câmara,que dirigiu ao jurisdicionado orientações no formato de ciência das ocorrências encontradas.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso
Recorrente: Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso
Representação legal: Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91152) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai; Keila Souza da Cunha Naujorks (OAB/MT 13837-B) e outros, representando Departamento Regional do Senai no Estado do Mato Grosso

028.010/2015-9
Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor de Cesar Schumaher de Alonso Gil, ex-Prefeito Municipal de Américo de Campos/SP, em razão da impugnação total de despesas do Convênio 1464/2008 (Siafi/Siconv 701746), que tinha por objeto apoio à realização do evento intitulado "Festividades Natalinas".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Américo de Campos - SP
Responsáveis: César Schumaher de Alonso Gil; Paulo Sergio Barbosa Produções - ME
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

027.125/2013-0
Recursos de reconsideração interpostos contra decisão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os, solidária e individualmente, à restituição de valores envolvidos nos Convênios 341/2003 e 4.659/2004, firmados com a Funasa, e aplicou ao gestor multa fundada no art. 57 da Lei 8.443/1992.
Responsáveis: Construtora Tainã Ltda.; Hudson Pinheiro Chaves e Kesser Vieira Reis
Recorrentes: Construtora Tainã Ltda. e Kesser Vieira Reis
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sítio D'abadia - GO
Representação legal: Joerlei Pereira Lima (OAB/GO 30.541), Leoson Carlos Rodrigues (OAB/GO 32.885) e Pedro Celestino Chaves Neto (OAB/GO 32.299)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

003.800/2016-4
Tomada de contas especial de responsabilidade do sr. Clailton Costa Mascarenhas, ex-prefeito de Feira de Santana/BA (gestão de 8/8/1997 a 31/12/2000), instaurada em virtude da não aprovação parcial da prestação de contas, relativa ao exercício de 1998, dos recursos atinentes ao Convênio FNDE 8.154/1997
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Feira de Santana - BA
Responsável: Clailton Costa Mascarenhas
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Representação legal: Celso Ribeiro Daltro (OAB/BA: 4.644), representando Clailton Costa Mascarenhas (peça 13)

009.729/2004-0
Prestação de Contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado de São Paulo/SP - Senac/SP, referente ao exercício de 2003
Exercício: 2003
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo
Responsáveis: Abram Abe Szajman; Amilcar Campana Neto; Cesar Tadeu Fava; Clairton Martins; Darcio Sayad Maia; Euclydes Carli; Gilberto Garcia da Costa Júnior; Gilson Antonio de Almeida; Luiz Carlos Dourado; Luiz Francisco de Assis Salgado; Marco Antonio Câmara Pias; Maria Pilar Toha Farre; Paulo Sergio Naddeo Dias Lopes
Interessado: Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo
Representação legal: Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29760), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo, Amilcar Campana Neto e Luiz Francisco de Assis Salgado; José Roberto Naddeo Dias Lopes (OAB/SP 94.031), representando Paulo Sergio Naddeo Dias Lopes

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

011.923/2015-6
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em desfavor de entidade e de sua então Presidente, em razão da inexecução parcial do convênio que teve por objeto a prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental a famílias de projeto de desenvolvimento sustentável.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900287

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Responsáveis: Grupo de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Amazônia; Francisca Dionéia Ferreira
Representação legal: Maria José da Silva Belém

015.688/2007-6
Embargos de declaração opostos por Cícero de Lucena Filho e Frederico Augusto Guedes Pereira Pitanga contra o Acórdão 10.027/2017-TCU-1ª Câmara, em que o Tribunal apreciou recursos de reconsideração contra o Acórdão 3.121/2015-TCU-1ª Câmara (no qual o Tribunal julgou irregulares suas contas no tocante à aplicação dos recursos federais repassados por força do convênio 91/2000 - Siafi 393638) e concedeu provimento parcial aos apelos, apenas para reduzir o débito e a multa.
Embargantes: Cícero de Lucena Filho; Frederico Augusto Guedes Pereira Pitanga
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB
Representação legal: Fabíola Marques Monteiro (OAB/PB 13.099); e Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14.265), representando Cícero de Lucena Filho; e Anníbal Peixoto Neto (OAB/PB 10.715), e Felipe Gomes de Medeiros (OAB/PB 20.227), representando Frederico Augusto Guedes Pereira Pitanga

023.721/2014-6
Tomada de Contas Especial em decorrência da impugnação total das despesas de convênio, cujo escopo consistia em "apoiar a implementação do projeto intitulado Festividades Juninas em Lagoa do Carro/PE".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Lagoa do Carro/PE
Responsável: Antonio Carlos Guerra Barreto
Representação legal: não há

028.077/2014-8
Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência da inexecução do objeto pactuado mediante convênio para apoiar projeto cultural.
Órgão/Entidade/Unidade: Grupo de Teatro A Bruxa Tá Solta
Responsáveis: Éder Sobral Paiva; Evandro Menezes Lavareda Júnior; Grupo de Teatro A Bruxa Tá Solta
Representantes legais: não há

028.764/2013-7
Tomada de Contas Especial em face das irregularidades verificadas na aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde no exercício de 2004.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de São Benedito do Sul/PE
Responsáveis: Fábio Dantas da Silveira Barros; e Roberta Queiroga da Silveira Barros
Representação legal: Francisco Fabiano Sobral Ferreira, OAB/PE 26.546

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

015.033/2017-1
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Riachão do Jacuípe/BA, na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, no exercício de 2012.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Riachão do Jacuípe/BA
Responsável: Lauro Falcão Carneiro
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: não há

030.736/2015-3
Tomada de Contas Especial instaurada em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com recursos do convênio 701.967/2008 (Siafi 701.967), que teve como objeto apoiar o projeto de capacitação de agricultores familiares em Rondônia.
Órgão/Entidade/Unidade: Cooperativa de Trabalho Agro -Ambiental de Rondônia
Responsáveis: Cooperativa de Trabalho Agro-ambiental de Rondônia; Célia Garcia de Souza; Fabiano do Nascimento Lima
Interessado: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

033.517/2013-4
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação parcial das despesas relacionadas na prestação de contas da aplicação dos recursos federais repassados no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), exercício de 2000.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Cariacica/ES
Responsáveis: Dejair Camata; Jesus dos Passos Vaz; Joscelino Miguel da Silva
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Diego Peixoto Santos Costa (OAB/ES 21.472), representando Joscelino Miguel da Silva

Em 28 de março de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de 2ª Câmara, de 03/04/2018, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AUGUSTO NARDES

001.462/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Ana Angelica Garcia dos Santos; Augusto Pinto Sotero Neto; Beatriz Oliveira dos Santos; Eliete Amorim Oliveira Barberino; Gustavo Lopes Paim; Karla Simony Chaves Lopes; Luiz Silva Pitangueira; Maria Isabel Silva de Jesus; Maria Nice Oliveira Sousa; Maria Regina Mota da Conceição; Philip Cedraz de Melo Paim
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

003.024/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Paula Silva Vargas; Cassiano Moreira de Bitencourt; Eline Ramos de Souza; Fabiano Cichelero; Jefferson de Freitas; Karine Krug de Lima; Paulo Henrique Prates da Silva; Priscila do Carmo Medeiros; Rafael Dias; Shirla de Andrade Leivas
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

003.952/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Simplicio Sobral Gomes; Lana Cristina dos Santos Xavier; Mercês Maria Bastos Pires; Nazareno Jesus Ferreira Magalhães; Odília Bezerra de Queiroz; Raimundo Pereira de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Representação legal: não há

004.009/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Anamar Lucia Brancher; Antonio Laurentino Junior; Edalmira Jordelina Marcelino; Elio Miguel Mattiello; Iraze Clayton Metzker; Luci Maria Sant'ana; Mercedes Machado; Valdemiro Wosniak; Walter Pires; Wolney Carlos Loeff
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

004.269/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Humberto Claudio Rodrigues Mathias Netto; Humberto Ferreira dos Santos; Humberto Viana da Silva; Humberto da Cruz Cardoso; Humberto da Silva; Humberto de Andrade Teixeira; Iacir Ferreira de Sa Junior; Iara de Oliveira Silva; Idanilce Aparecida Torres; Idenir Alves Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.274/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Isabeth Regina Thompson Cavalcante; Isac Alves de Lima; Isac Mauricio Moreira; Isael Oliveira dos Santos; Isamar Maximiano Rocha Fraga; Isaneth Cristina Thompson Cavalcante; Isaura do Espirito Santo Pinto; Isis Oliveira da Cruz; Isis Pontes Khecheh; Ismael da Silva Eduardo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.286/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jaobert Correia Pereira Junior; Jaqueline Moraes de Souza; Jaqueline Ribeiro Sant Anna; Jaqueline Seda Teixeira; Jarbas Evangelista Sousa Fernandes; Jarbas Santos do Rego; Jarbas Thomaz da Cruz; Jasiel Fernardes; Jataniel Fernandes de Araujo; Jayme Borges da Silva Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.296/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joaquim Jose Machado Neto; Joaquim Jose Vicente Rodrigues; Joaquim Salvador Natividade; Jocelina de Almeida Rangel; Jocelito Pereira Soares; Jocelyna Martins de Aguiar Almeida; Jocenir Rodrigues de Medeiros; Jociara Silva de Oliveira Luciano; Jocimar de Oliveira Rosa; Jocimar dos Santos Muniz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.301/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jonilson Jose da Silva; Jorcelei de Oliveira Ferreira; Jordeci Morais do Amaral; Jorge Adriani Pennutt Pina; Jorge Adriano Costa Pedroza; Jorge Alberto Natividade; Jorge Alex de Mello Goncalves; Jorge Alexandre da Silva; Jorge Allan Teles Silva; Jorge Andre Moraes de Mello
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.307/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Luiz Dasilva; Jorge Luiz Ferreira Campos; Jorge Luiz Ferreira da Cruz; Jorge Luiz Fonseca; Jorge Luiz de Albuquerque Silva; Jorge Luiz de Almeida; Jorge Luiz de Alvarenga; Jorge Luiz de Jesus; Jorge Luiz dos Santos Souza; Jorge Luiz dos Santos da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.310/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jorge Pereira da Silva; Jorge Pereira de Miranda; Jorge Pereira de Oliveira; Jorge Ramos da Silva; Jorge Ribeiro Mendes; Jorge Ricardo Correa de Oliveira; Jorge Roberto Andrade de Oliveira; Jorge Roberto da Silva; Jorge Roberto de Sa Santos; Jorge Rodrigues Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.315/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Augusto de Mattos; Jose Bruno dos Santos; Jose Caetano de Lima; Jose Caldas dos Santos; Jose Carlos Andrade; Jose Carlos Andrade Coutinho; Jose Carlos Avellar; Jose Carlos Barcia Barcala; Jose Carlos Capibaribe da Silva; Jose Carlos Cardoso da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.321/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Edmilson da Silva; Jose Eli de Freitas; Jose Eloy Gomes de Almeida; Jose Ernando da Silva; Jose Ernei Costa da Silva; Jose de Fatima de Menezes Cibillo; Jose de Oliveira Ferreira; Jose de Oliveira Mattos Filho; Jose de Paula; Jose do Couto Moreira Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.324/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Jorge Rodrigues da Silva; Jose Jorge Siqueira de Souza; Jose Jorge de Souza Conceicao; Jose Ladislau Motta; Jose Levi Tavares de Campos; Jose Lino da Silva Filho; Jose Luiz Esteves Ventura; Jose Luiz de Castilho Sa; Jose Luiz do Nascimento Cardoso; Jose Luiz dos Santos Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.329/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Ricardo Gomes da Silva; Jose Ricardo Marques Rodrigues; Jose Ricardo Nascimento dos Santos; Jose Ricardo dos Santos; Jose Ricardo dos Santos; Jose Ricardo dos Santos; Jose Roberto Andre Rodrigues; Jose Roberto Branquinho; Jose Roberto Coelho de Sant Anna; Jose Roberto da Silva Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.332/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jose Wilson Bezerra de Morais; Jose Wilson da Silva Lopes; Josefa Francisco Alves; Joseli do Espirito Santo Pessanha; Joselma Cardozo Segundo; Josemar Carneiro de Paiva; Josemar Goes da Costa; Josemar Santos de Oliveira; Josemari de Souza Santos; Josette de Queiroz Barreto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.337/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juciara Delfim Penna; Juliana Celestino de Santana; Juliana Ramalho dos Santos; Julio Carneiro Gomes; Julio Cesar Alves Silva; Julio Cesar Campos; Julio Cesar Cortinovis; Julio Cesar da Costa Campos; Julio Cesar da Silva; Julio Cesar da Silva Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.341/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Katia Regina Pereira da Silva; Katia Regina Santos Gomes de Almeida; Katia Regina Silva de Souza; Katia Rios da Nobrega; Katia Simone de Moura Godois; Kelly Cristina Soares Graudo; Kelly Regina Candido Ramos; Kleber Luiz Gomes; Kleber dos Santos Guimaraes; Lacimar Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.345/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Leni Porto da Silva Miranda; Leni de Almeida da Costa; Lenicio Leandro Rubin; Lenilson Silveira de Souza; Lenir Palheiro; Lenira Moraes de Oliveira; Leny dos Santos Goncalves; Leonardo Costa Lubanco; Leonardo da Rocha Modesto; Leonardo de Freitas Vieira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.350/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Lucia Helena Miranda Faustino; Lucia Helena Rodrigues de Sousa; Lucia Helena Silva; Lucia Helena Zanela do Nascimento; Lucia Helena de Sousa; Lucia Maria Bessa Beirao Santos; Lucia Regina de Souza Baihense; Lucia Santa Rita da Silva; Lucia Solange Henrique; Luciana dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900288

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

004.356/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luis Carlos Delacorte; Luis Carlos Ferreira; Luis Carlos Gomes; Luis Carlos Guimaraes Siqueira; Luis Carlos Machado; Luis Carlos Pedro Barbosa; Luis Carlos Ramalho; Luis Carlos Ribeiro Carneiro; Luis Carlos da Silva Souza; Luis Carlos de Lima Mauricio
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.365/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Claudio Ferreira Xavier; Luiz Claudio Ferreira da Silva; Luiz Claudio Ferreira da Silva; Luiz Claudio Goncalves da Silva; Luiz Claudio Lima; Luiz Claudio Pimentel Lima; Luiz Claudio Ribeiro; Luiz Claudio da Conceicao Luz; Luiz Claudio de Carvalho; Luiz Claudio dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.369/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Luiz Guilherme Duarte Baptista; Luiz Gustavo da Silva; Luiz Henrique Figueiredo da Silva; Luiz Henrique Machado dos Santos; Luiz Henrique Monteiro; Luiz Henrique Pereira Mendes; Luiz Henrique Pontes de Oliveira; Luiz Henrique de Souza e Silva; Luiz Marcelo da Conceicao; Luiz Matos Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.376/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelino Ferreira Leao; Marcelino Francisco Ferreira; Marcello Bahouth de Oliveira; Marcello Viellas Lima; Marcellus Marques Assed; Marcelo Ademar Batista de Oliveira; Marcelo Agenor de Sousa; Marcelo Amendola da Silva; Marcelo Andrade; Marcelo Antunes Machado
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.383/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Pimenta Rios; Marcelo Ramalho Goncalves; Marcelo Reginaldo Bastos; Marcelo Ribeiro Goncalves; Marcelo Rocha de Arruda; Marcelo Rodrigues de Castro; Marcelo Sa Lima; Marcelo Santana Lima; Marcelo Santos da Silva; Marcelo Serpa Galvao
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.384/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Silva de Almeida; Marcelo Simoes da Silva; Marcelo Teixeira; Marcelo Viana Eugenio; Marcelo Vieira Martins; Marcelo Vieira da Silva; Marcia Albino Lima; Marcia Antonia Modesto; Marcia Barros da Costa; Marcia Cristina Jeronimo da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.389/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcio Fernandes Lopes; Marcio Fernandes de Almada; Marcio Fernando Lopes Lemos; Marcio Ferrari Pereira; Marcio Ferreira da Cunha; Marcio Gomes Rosa; Marcio Gomes de Souza; Marcio Henrique Costa; Marcio Jose de Oliveira Sampaio; Marcio dos Santos Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.395/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Maria Aparecida Gomes Pinheiro; Maria Aparecida Goncalves; Maria Aparecida Inacio Bahia Dias; Maria Aparecida Machado da Rocha; Maria Aparecida Rodrigues da Silva; Maria Aparecida de Sousa; Maria Augusta de Almeida dos Santos; Maria Auxiliadora Rocha Silva; Maria Candida dos Santos Ferreira; Maria Cecilia do Nascimento Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.401/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Maria Divina Alves dos Santos; Maria Eliane Pereira da Silva; Maria Elizabeth Marques das Neves; Maria Emilia de Aguiar Santos; Maria de Fatima Ribeiro de Souza Leandro; Maria de Fatima Torres de Moura; Maria de Nazare Alves; Maria de Nazare Thompson Cavalcante; Maria de Nazare de Souza Rocha; Maria do Parto Galvao de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.404/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Maria Jose Xavier Santos; Maria Julia da Silva Martins; Maria Ladjane Gouveia; Maria Lea de Oliveira Feitosa; Maria Leonor dos Santos; Maria Lucia Carneiro do Rosario; Maria Lucia Guilherme de Almeida; Maria Lucia Ribeiro de Sousa; Maria Lucia de Oliveira Padua; Maria Luisa de Azevedo Cerqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.410/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mario Angelo Goncalves de Oliveira; Mario Cezar Ferreira Braga; Mario Coelho; Mario Jorge Carvalho de Paiva; Mario Jorge dos Santos; Mario Jorge dos Santos Miccas; Mario Jose Barboza Neto; Mario Jose de Almeida Paiva; Mario de Azevedo Bastos; Mario de Santana Gouveia de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.413/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marlesson Jose Borges; Marlete Pacheco Reis Alves; Marli Abreu Ramos; Marli das Gracas Valentim; Marli de Franca Brito; Marli de Jesus; Marlice Backer Gomes; Marlon Bianco Martinez Pais; Marlos Sergio Cardoso Santos; Marlos de Castro Castilho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.418/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mauro Cesar Nogueira da Silveira; Mauro Cesar Siqueira da Silva; Mauro Fernandes Gracioli; Mauro Gualter Machado; Mauro da Silva Bastos; Mauro da Silva Caetano; Mauro de Almeida; Mauro de Melo e Silva; Mauro de Oliveira Marins; Mauro de Souza Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.424/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Moises Lameira Ferreira da Silva; Moises Pimenta dos Santos; Moises Quintino Ferreira; Moises Soares de Oliveira; Monica Cardoso da Silva; Monica Coelho da Hora; Monica Cristina Neves Machado Lopes; Monica Cristina Oliveira Coutinho; Monica Cussa Peixoto; Monica de Oliveira Salles
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.427/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Neide Paula da Silva; Neilson Peck Laranjeiras; Neiva Morais Pacheco; Neivaldo de Azevedo Rodrigues; Neivaldo de Oliveira Larsen; Neivan Atilio Santos; Nelio Fernando Nunes Rodrigues; Nelio Jose da Silva; Nelio Jose de Oliveira Filho; Nelio dos Santos Bomfim
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.434/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Niltomar Silva; Nilton Antonio da Silva; Nilton Araujo; Nilton Barcelos da Silva; Nilton Batista de Araujo; Nilton Peixoto de Carvalho; Nilton Pereira de Andrade; Nilton Ricardo Vieira da Costa; Nilton Rodrigues de Souza; Nilton Soares do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.438/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Oldenir Peixoto de Souza; Oldicea Nobre de Oliveira; Olenilde Pinto Ribeiro; Olga Georgios Evangelinelis; Olga Magalhaes de Melo; Olinda Felicio da Silva; Olivan Reina Manhaes; Oliverio da Silva; Olivia dos Santos de Oliveira; Olvinda Teresa Oliveira da Encarnacao
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.444/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Patricia Pereira Cesario; Patricia Souza da Nobrega; Patricia Valeria Barbosa; Patricia do Espirito Santo Nascimento; Patricia do Nascimento; Paulo Acyr Araujo da Silva; Paulo Alberto Ferrari; Paulo Andrada; Paulo Augusto Ramos; Paulo Barbosa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.446/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Cesar Ferreira de Souza; Paulo Cesar Laurindo de Oliveira; Paulo Cesar Machado de Barros Martins; Paulo Cesar Mendes Ribeiro; Paulo Cesar Moreira Medeiros; Paulo Cesar Moreira Pinto; Paulo Cesar Nalin; Paulo Cesar Pereira Barbosa; Paulo Cesar Pessoa Nunes; Paulo Cesar Pires Duarte
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.452/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Paulo Roberto Einert Gil; Paulo Roberto da Silva Jaco; Paulo Roberto da Silva Soares; Paulo Roberto de Aguiar; Paulo Roberto de Albuquerque; Paulo Roberto de Carvalho; Paulo Roberto de Oliveira Albertini; Paulo Roberto de Souza; Paulo Roberto de Souza Neiva; Paulo Roberto do Rosario
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.459/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Pericles Moreira da Silva; Peter Quinta dos Santos; Petronio Valviesse da Motta; Pierre Goncalves Pimenta; Pierri Bocard da Veiga; Placido Emilio Moreira Neto; Placido da Costa Drumond; Rafael Landeira Mota; Rafael Lourenco de Souza; Rafael dos Santos Garcia
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.462/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Regina Lucia Souza da Conceicao; Regina Maria Ramos Ferreira; Reginaldo Albuquerque da Silva; Reginaldo Alves da Silva; Reginaldo Artur da Silva; Reginaldo Borges Saldanha; Reginaldo Calassara; Reginaldo Correa Pires; Reginaldo da Silva Saldanha; Reginaldo de Oliveira Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.466/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Renato Antunes Estrela; Renato Campos de Souza; Renato Carvalho Guimaraes Natal; Renato Carvalho de Andrade; Renato Castro de Almeida; Renato Damiao Ferreira; Renato da Conceicao Soares; Renato da Silva Caldas; Renato da Silva Filho; Renato das Neves Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.472/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ricardo Ribeiro Vianna; Ricardo Sebastiao Barbosa; Ricardo Soares; Ricardo Teixeira Henrique; Ricardo Ventura Machado; Rinaldo Silva de Souza; Rita da Conceicao Carvalho de Paiva; Rita de Cacia Melo Pecanha; Rita de Cassia Carvalho da Silva; Rita de Cassia da Costa Motta
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.476/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberto Dantas da Nobrega; Roberto Farias Pacheco; Roberto Felipe Santiago Junior; Roberto Ferreira de Moraes; Roberto da Silva Pena; Roberto de Castilho Sa; Roberto de Souza Cruz; Roberto de Souza Pinto; Roberto dos Santos Machado; Roberto dos Santos de Jesus
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.481/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Robson Eugenio Diegues Gomes; Robson Francisco Jordino; Robson Gomes dos Santos; Robson Goncalves Fernandes; Robson Jorge dos Santos; Robson Knopp; Robson Luis Silva Araujo; Robson Luis Viana da Fonseca; Robson Marinho Espinola; Robson do Souto Baptista
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.488/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roiorbison Freitas Pinheiro; Rolan Augusto de Lima; Romero do Nascimento; Romeu Martins de Oliveira; Romilda Lacerda de Castro da Silveira; Romildo D Avila Ferreira; Romildo Marques da Silva; Romir David Domiciano Garcia; Romualdo Antonio de Sa Viana; Ronald de Figueiredo Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.491/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ronaldo Fernandes Pimenta; Ronaldo Francisco Goncalves; Ronaldo Freitas Siqueira Filho; Ronaldo Gomes Trindade; Ronaldo Henrique da Silva; Ronaldo Marculino dos Santos; Ronaldo Monteiro de Melo; Ronaldo Rodrigues de Freitas; Ronaldo Vieira Rocha; Ronei de Souza Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900289

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

004.499/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ruben Jose Santos de Araujo; Rubens Fernandes Lacana; Rubens Fernandes da Silva; Rubens Rosa Martellote; Rui Ascar de Abreu Rangel; Rui Celio Nascimento de Oliveira; Rui Marques Soares Filho; Rui Siqueira Ferramenta; Rute Luiz Angelo; Ruver da Costa de Melo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.501/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Samuel Felisnerio de Souza Filho; Samuel Soares Barbosa; Sandoval Soares de Melo; Sandra Aparecida Neves Goncalves da Silva; Sandra Barbara de Souza; Sandra Barboza do Nascimento; Sandra Cardoso Sa; Sandra Carvalho de Matos; Sandra da Silva Alves; Sandra da Silva Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.509/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Selmi Dias Santana; Sergio Albuquerque de Andrade; Sergio Andrade dos Anjos; Sergio Andre Macedo Rosa; Sergio Assis da Costa; Sergio Avelino da Silva; Sergio Barbosa da Silva Lima; Sergio Belem Silva; Sergio da Silva Campos; Sergio da Silva Gonzaga
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.513/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sergio Luis Costa dos Reis; Sergio Luis Ferreira de Souza; Sergio Luis Frinhani; Sergio Luis de Souza; Sergio Luiz Alves Ramalho; Sergio Luiz Bonacio da Silva; Sergio Luiz Braga da Costa; Sergio Luiz da Silva; Sergio Luiz da Silva Ventura; Sergio Luiz de Oliveira Peixoto
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.519/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Shirlei Marques da Silva Cerqueira; Shirley Abreu Oliva da Costa; Shirley Mara Honorio Duarte; Shirley Rosana Mello da Silva; Sidiclei Andrieta da Costa; Sidinea dos Santos; Sidivaldo Cabral de Souza; Sidnei Campos Fernandes; Sidnei Cesar Meneses Silva; Sidnei da Silva Teles
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.522/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Silvana Cirlei da Silva; Silvana Jorge de Souza; Silvana da Rocha Goncalves Marchini; Silvani Batista de Carvalho Soares; Silvanide Ribeiro de Jesus Martins; Silvano de Oliveira; Silvany Mckinley dos Santos Ferreira; Silvia Borges; Silvia Fagundes da Silva; Silvia Teresa do Amaral Chaves
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.530/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sylvio Constantino da Rocha; Sylvio Sergio da Silva Tavares; Tadeu Conceicao de Oliveira; Tadeu Paraguassu Amancio da Silva; Tania Barbara de Jesus Ramos; Tania Ferreira Hermogenes; Tania Jacira do Nascimento; Tania Maria Andrade; Tania da Costa Velho; Tania de Paula Lourenco
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.535/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vagner Ruiz; Valberto Jose Ferreira; Valceir Alves dos Santos; Valceir Fernandes Lopes; Valcenir dos Santos Nascimento; Valcir Goncalves; Valcira Couto da Silva de Azevedo; Valcyr Mendes dos Prazeres; Valdair de Souza Coelho; Valdeci Braz
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.539/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Valeria Rozana Batista Costa; Valeria Souza Firmino; Valeria Teixeira Crestani Carvalho; Valmir Alves Dionisio; Valmir Batista Junior; Valmir da Conceicao Pasco; Valmir da Silva Maia; Valmir de Azevedo Rosa; Valmir do Nascimento Flores Filho; Valmir dos Santos Longo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.554/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Walter Correa de Miranda; Walter Damiao Batista; Walter Elias Pereira; Walter Ferreira Sobrinho; Walter Inacio Berto; Walter Luis Costa; Walter Marins de Azevedo Machado; Walter Nunes Soares; Walter de Carvalho Lucas; Walter dos Santos Amaral
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

004.557/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Washington Luiz dos Santos Ambrosio; Washington Osmundo Franca Leao; Weber Vitalino da Silva; Weder Brandao; Welberson Ferraz de Abreu; Welington Santos Oliveira; Welington Teixeira de Azeredo; Wellington Luis da Silva Elino; Wellington Luiz de Oliveira de Souza; Wellington da Silveira Lisboa
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

005.813/2018-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Amélia Lobo; Jaquelino Macedo Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério das Comunicações (extinto)
Representação legal: não há

005.831/2018-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Denize Jesus Pereira; Doralice Jesus Pereira; Joana Batista Barbosa Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

005.910/2018-8
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Francisco Carlos Vieira da Silva; Jose Elyoni de Patrício Ribeiro; Maria Bezerra Lima; Maria da Conceição Leonardo Silva; Maria de Souza Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

005.995/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Francisco Helio de Sena
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Representação legal: não há

006.054/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Abel Donino de Brito Lira; Ednilce Pinto Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Bahia
Representação legal: não há

006.060/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Elisa Sypniewski
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Paraná
Representação legal: não há

006.064/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Adalberto Alves da Silva; Sergio Simão Matuck
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

006.146/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andrea da Silva Dantas; Andrea de Mesquita Hartke; Anita Vianna Sousa; Arina Fonseca; Bernardo Cacciari Peryassu; Bruno Bohme; Bruno de Oliveira Almeida; Caren Tatiane Santos Denaldi; Carla Gregorio Goncalves; Cecilia Braz Arcanjo; Celia Maria Lisboa de Azevedo; Cesar Alves Gomes de Araujo; Claudia Pereira da Silva; Claudio de Jesus Valença; Cristiane Moreira de Souza; Cristiane Regina Goulart de Oliveira; Danielle Dias Correia da Silva; Darwin Aimore da Silva Prado; Debora Montanez Rocha; Delciene Aparecida Oliveira Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.233/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Ingrid Erica Pereira Arcuri
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Câncer
Representação legal: não há

006.325/2016-5
Natureza: Representação
Representantes: Marisa Isar; Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Distrito Federal
Representação legal: não há

006.326/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antonio Furtado Leite Filho; Maria de Fátima Aroucha Rabelo; Maria de Fátima Japhar Moreno; Nicias Gomes Furtado Leite; Raimunda Áurea da Costa Mota; Raimundo dos Prazeres Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

006.352/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Naiza Bizerra de Sousa; Vera Nise de Oliveira Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

006.362/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Sheila de Souza Coelho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amazonas
Representação legal: não há

006.396/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alcides Barreira Costa; Francisco Batista Rodrigues; Leni Bezerra de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará
Representação legal: não há

006.406/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Cleonice Silva Porto; Maria Denice de Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Representação legal: não há

006.423/2018-3
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Tânia Maria Gonçalves Nunes Moreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais
Representação legal: não há

006.454/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Maria Lucia Cobucci
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

006.510/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andréia Fortini Guimarães; Angelica Varela Rondon; Angelica de Almeida Gil de Castro; Antonina de Oliveira; Antonio Henrique Magalhães Plischke
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.514/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Carla Cristina da Costa Caetano; Carla Machado do Nascimento; Carla Mara Silva de Santana; Carla Mara Silva de Santana; Carla Moreira Vommaro Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.519/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Cristiane Martins Gomes; Cristiane Rodrigues da Silva; Cristiane da Silva Bueno; Cristina Vanni Ribeiro; Cristiny Marangon Cerqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.524/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Elaine Fragoso Pires Pimentel; Elaine Oguro Knofel; Elaine de Oliveira Xavier Salles; Eleonorora Carvalho Coelho de Sá; Eliane Fortuna do Nascimento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.538/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Lidia Pacheco de Carvalho; Lilian Rodrigues Costa da Silva; Lilian Teresa Wanderley de Souza Campos; Liliane Soares de Almeida Gillo; Livia Ferreira Cesar
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.544/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Goncalves Fernandez; Marcelo Pereira da Silva; Marcelo Ribeiro Ferreira; Marcelo Ruiz Santiago; Marcelo Sepeda Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.549/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Maria Alice Cardoso Carvalho Coutinho; Maria Aparecida Marques Silva; Maria Beatriz Costa Silva; Maria Christina da Silva Pimentel; Maria Ciete dos Reis Amora Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.555/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessadas: Monica Guerra de Almeida; Monica Lourenco da Silva; Monica Regina Oliveira dos Santos; Monica Vieira da Silva Vilella; Monica da Gloria Furtado de Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900290

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006.563/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Raphael Serra Cruz; Raquel Martins de Souza Rodrigues de Almeida; Raquel Nascimento Ghidini Stanziola; Raquel Pereira Lavoura; Regina Alves de Mello Gomes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.567/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ricardo César Simões Chaves; Ricardo Eduardo de Almeida Mendonça; Ricardo Junio Garcia; Ricardo Pecoraro Raposo; Ricardo Reiniger Olivero
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

006.573/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rogerio Telles de Freitas; Ronaldo Chagas da Silva; Rosana Ribeiro Costa de Carvalho; Rosane Ataide Macedo; Rosane Costa Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

007.872/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alexandre de Almeida Cunha; Daiane Tigik; Elisandra Rocha de Almeida; Gloria Regina de Oliveira Castro; Julcimar Fernando Vieira; Luciana dos Anjos Soares; Marcelo Messa dos Santos; Maria Luisa Pereira de Oliveira; Marines de Souza; Marisa Ines Pulz
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

007.987/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Camila Abadie de Jesus Souza; Edia Rigo; Ivan Lopes Braga; Karen Ferreira dos Santos; Leda Maria Pedroso da Silva Lukacheski; Luciane Rosa Pereira; Luma Maiara Ruschel; Mara Lucia Silva Rosa; Paula Netto de Souza; Yannick Borges Castagna
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

007.994/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Protas Silveira; Angela Ferreira Leite; Jefferson de Quadros Diniz; Joao Freire Oliveira Rodrigues; Karen Silva de Oliveira; Loide da Silva Viana; Tiago Nonnemacher; Tiany Vanessa Montanari Vidal; Viviane Rosar; Yander Francisco Pohlmann
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

008.000/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cleonir dos Santos; Daniele Canhada Crespo; Debora Maria Garibaldi Costa; Edviges Maria Perassoli Cardoso; Juliano da Silva Lopes; Priscilla Vieira de Souza; Renata Schvartzman; Renata da Silveira Santana; Rubem Domingos Colossi Sanches; Sandra Maria Gamarra Sader
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A
Representação legal: não há

015.806/2010-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Japeri/RJ
Responsável: Carlos Moraes Costa
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

005.918/2018-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elcy Dorothy Bernhard
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.014/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessadas: Maria Helena Ribeiro Gomes; Maria da Glória Braga Horta; Marusia Queiroz Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

006.208/2018-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Paulo Humberto de Moura Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

006.234/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Acua Sol Ewald Martins; Alvaro Veras Castro Melo; Clever Prados Fonseca; Danilo Barbosa Sodre da Mota; Elielson dos Santos Pereira; Eneias Christiano Ceneviva Eler; Joaquim Cabral da Costa Neto; Moyses Lacerda Agapito
Órgão/Entidade/Unidade: Defensoria Pública da União
Representação legal: não há

006.376/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Sergio Marcio Soares Rodrigues
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
Representação legal: não há

007.037/2018-0
Natureza: Representação
Representante: Rosangela Paulo dos Santos Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Rio Largo/AL
Interessado: Rosangela Paulo dos Santos Eireli - EPP
Representação legal: não há

007.402/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ademilson Cimas de Oliveira; Alison Queiroz de Souza Torres; Edson Cleber Machado; Francisco Caninde da Silva; Jose Carlos de Oliveira Filho; Leandro Tabisz; Oneide Silveira da Silva; Thiago Augusto Sielski Marquardt
Órgão/Entidade/Unidade: Liquigás Distribuidora S.A.
Representação legal: não há

008.065/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Andre Teixeira de Sousa; Marcio Aurelio dos Santos Alencar
Órgão/Entidade/Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A
Representação legal: não há

008.086/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Barbara Alves Soares; Bruna Indelicato Zac; Bruno de Oliveira Sa; Carolina Ferreira Cavalcanti; Gabriela de Rezende Ramos Barros; Guilherme Braga Castro; Igro Maia de Souza; Marcus Mota Moreira Lopes; Ricardo Albuquerque Assuncao; Tiago Masson Nossig
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

016.320/2017-4
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Fundo Nacional de Saúde
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Sertânia/PE
Representação legal: não há

018.166/2016-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério da Integração Nacional
Responsável: Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

026.576/2010-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alayde Ramos de Lucena; Alda de Freitas Coutinho; Carmen Vergára; Cheslaine Francisconi; Cheslaine Francisconi; Dina Castelo Branco Ferreira; Dina Castelo Branco Ferreira; Edda Julia Fattini; Edda Julia Fattini; Elízia Cruz Cavalcante; Elízia Cruz Cavalcante; Geraldo Poubel Faria; Geraldo Poubel Faria; Ina Roland Araujo; Ina Roland Araujo; Jair Abrantes; Jairo Therezinho Leal Vianna; João Felisberto Silva; João Felisberto Silva; João Felisberto Silva; João Felisberto Silva; Laís Chaves Novaes; Lília Cambraia Vidal; Lília Cambraia Vidal; Maria Dulce de Mello e Cunha de Souza Guedes; Maria Fernandes Brito; Maria Goretti Damasceno Amorim; Maria de Lourdes Dantas; Maria de Lourdes Dantas; Maria de Lourdes Dantas; Mariá Alves Magalhães; Miguel Arcanjo de Sousa; Miguel Arcanjo de Sousa; Mirian Santos Azevedo; Mirian Santos Azevedo; Mirian dos Reis Coelho Resende; Nilo Sérvio Marques de Freitas; Raimundo Alves da Silva; Regina Esther Werneck de Souza e Silva; Regina Esther Werneck de Souza e Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

034.086/2017-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Erika Mantovani de Paiva Conti; Estevane Carvalho Oliveira; Fabiana Castro Paranhos; Fabiola Sousa Melo; Felicia Bueno Datria Rodrigues; Flavio Andrade de Sa; Francielle Stephanie Pereira de Morais; Gabriel Jose Reis Nunes; Gabriela Dellacasa Stuckert; Gabriela Denser Gulart
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

001.995/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alba Costa Leal; Antônio Ernesto Blois Castro; Flávio Luiz Sieburger Costa; Ioneide Godoi Petroni; Jorge Luiz Carrão; Maria Eleoni Gomes Soares; Paulo Dirceu Oliveira Prestes
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

003.707/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniela Arruda Marchese; Danielle Aparecida Ferreira de Sousa Lima; Danielle Salgado Dantas; Danilo de Lima Capobianco; Davi Gonçalves Pereira; David José Galli Filho; Débora Ariana Brambilla; Débora Jacqueline Pereira dos Reis; Denys Eduardo Jesus Magalhães; Diego César Santana Mendes
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

003.711/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Felipe Souza de Loyola e Silva; Felipe Viana Mendes; Fernanda Alves Noia; Fernanda Basso; Fernanda Correia de Castro; Fernanda Leal Couto; Fernanda Soalheiro Gonçalves; Fernando Souto Seixas; Flávia Cristina Maestu; Flávia de Melo Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

004.016/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Fernanda Pellicer Martins; Fernanda Prudêncio de Moura Sobrinho; Fernanda Ribeiro Pinto; Francisco Thiago Pinheiro Leitão; Gabriel Peixoto Dourado; Gabriela Lima de Oliveira; Guilherme Batista de Paula; Hallisson Costa Glória
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

005.937/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: José Emilio Passos Carvalho Quintas; Lenivaldo Gaia do Nascimento; Maria Valdete Alves Pereira; Marlene Altomare dos Reis; Yara Pereira de Carvalho Salek
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

005.961/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sérgio Pfutze Rodrigues e Yun Suk Han
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.018/2018-1
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Leila Guarçoni Paiva Gonçalves Ribeiro e Sergio Cabral Gaio
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Representação legal: não há

006.023/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Juraci Lopes de Queiroz; Maria Luzia Siqueira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

006.025/2018-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Gelson Antônio Sapia e Maria Zulmira Queiroz de Aguiar
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

006.029/2018-3
Natureza: Aposentadoria
Interessado: João Dias da Silva Pedroza
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Representação legal: não há

006.033/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Geovani Hipólito Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: não há

006.062/2018-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Carlos Alberto Cozzi Mesquita
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

006.379/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Maria Zaira Gouveia
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Seguros Privados
Representação legal: não há

006.968/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Lucas Dutra Dadalto
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

008.052/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bruno Reis Fernandes; Carolina Sanches Valerini; Deborah Thais Lapini; Eliane de Farias Martinez; Guilherme Guerra Murat; Hellen Laís de Sá Araújo Zaloncini; João Donato da Cunha Ferreira; Joelma Vitorino Ferreira; Monique Camila Basso; Rogério Vaz Valério
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900291

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

008.069/2018-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cacana Maloz; Henrique Guebur Araújo; Juliana García Alves; Letícia Almeida de La Rue; Luís Antônio da Silva Junior; Marcus de Freitas Gregório; Maria Valeria Grazziotin Dutra; Mateus Balbinot; Roges Luiz Zanellato; Thiago Alves Duarte Faerman Soares
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Representação legal: não há

008.109/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Carolina Castro Luz Buzato; André Luís Tomadao; Antônio Delfino Pereira Junior; Caroline Gomes de Mello; Fernando André Silva; Jessyca Matthes do Nascimento; José Gustavo Martins Tosta; Marcelly Mancilha Guedes Bacci; Michelle Aparecida Pereira; Osvaldo Antônio de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Representação legal: não há

008.769/2018-4
Interessados: Andreia Aparecida Trevisan Molina; Daniela Montiel Silvera Ferreira; Guilherme Araujo Freire; Guilherme Mombelli Rodrigues de Oliveira; Isaac Matheus Olivatto; Juliana Pereira; Karla Ticianel Jardim; Maura Marcolino; Rafael Rema de Oliveira; Rubens de Mello Gabarron
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.771/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Juliana Blanco Wojtowicz; Rafael Minervino Bispo
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.784/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Nathalia Ribeiro Fagundes; Pedro Henrique Silva dos Santos Martins
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

008.869/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Brandon de Almeida; Bruno Yuity Shimabukuro; Cauã Vieira da Silva; Clezio Alves de Oliveira Junior; Dayana Rosa dos Santos; Jaqueline de Almeida Oliveira; Jawad Mustafa; Larissa Venâncio Calil; Maikon Rudne Ribeiro; Odelita Salles Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Representação legal: não há

008.872/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gabriel Vianna de Castro; Paulo Henrique Caetano Ramos
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

008.875/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ângela Maria de Souza Vieira; Jonas Ferreira Ângelo de Deus; Lívia Zucatelli Salvador
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Representação legal: não há

008.879/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Maira de Souza Sá
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
Representação legal: não há

008.886/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Constance Matos Araújo Pessoa
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
Representação legal: não há

008.887/2018-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: André Bruno Soares Ribeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

008.901/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Amanda de Almeida Gomes; Antônio Demétrio de Morais Rodrigues; Euclides Felipe da Silva Neto; Priscilla Dayane Santos; Tiago Silva Alves
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
Representação legal: não há

008.918/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Elmarene Monteiro Alves de Andrade; Emanuella Regina Mendes dos Santos; Emmirelly Kalliny Silva de Araujo; Erica Dias Argolo; Erica Soares Gusmão; Erica Yokota Martinez; Eucilene Mendes Duarte Rangel; Euripedes de Oliveira Emiliano; Everton Sampaio de Menezes; Fabiana Brolo; Fabiana dos Santos Barros; Fabiane Mendes Ferreira; Fabiano Bastos Carvalho; Fabio Vargas de Andrade; Felipe Cruz Cartaxo da Costa; Felipe Han da Costa; Fernanda Ferreira Costa Carvalho; Fernanda Ferreira Galone Andolphi; Fernanda dos Santos Ramires; Flavia Barbosa Dantas
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.924/2018-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marconi Lins de Albuquerque Lafayette Araújo; Marcos Andre Soares Farias; Marcos Carneiro da Cunha; Marcos de Jesus Medeiros; Marcus Vinicius Duarte Malta; Margareth da Silva Ferreira; Maria Aparecida Cunha; Maria Cristina Correa Mancini; Maria Cristina de Oliveira Ximenez; Maria Inez de Godoy Pelozo; Maria Veronica Souza Nogueira; Mariana Alves Pontes; Mariana Bezerra Nobrega; Mariana Neves da Silveira; Mariana Parizotto Almeida; Mariana Ratzka da Silva; Mariana Soares Abreu; Marina Sponchiado Miura; Marisa Damato Cancio; Mateus de Castro Catão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

008.931/2018-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Sonia Aparecida Biazotto; Soraia Pina Vasconcelos; Soraia Villanova Loretto; Stella Regina Rissi; Suellen Carol da Costa Sousa Moreno; Suiane de Souza Silva Godoi; Tainara Pinheiro Magalhães; Tais Barros de Franca; Talitha Yukiko Ikegami; Tarcísio de Lima Oliveira; Tarik Ferreira El Harim; Tarso Wayhs Tech; Tathiana Capeto dos Santos; Tatiana Inagaki Takahashi; Tayma Batista Rodriguez; Taíza Irene de Haro; Tedea de Abreu Teixeira; Thais Leite Cunha; Thais Santos de Oliveira; Thais Scattolini
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

009.031/2018-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Bianca Rodrigues da Silva; Diogo Junio Barbosa Sousa; Jorge de Oliveira Noronha; Laís Mikeline Crisostomo; Maria Neblina Orrico Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça
Representação legal: não há

009.035/2018-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessada: Daiane do Carmo Mateus
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe
Representação legal: não há

009.040/2018-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Wadler Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Representação legal: não há

009.062/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Anderson Martins Mirabile
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
Representação legal: não há

009.554/2018-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jules Michelet Pereira Queiroz e Silva; Julia Cantanhede Flores; Juliana Carvalho de Oliveira Cei; Julio Cesar Santos; Julio Maria do Carmo Neto; Kamilla Matias da Silva; Kenio Nery Alves do Espirito Santo Gomes; Laís Bezerra Andre; Laís Durval Leite; Laís de Araujo Primo; Larissa Oliveira Carmo; Lediane Saraiva Santos; Lenita de Almeida Nóbrega Carvalho; Leonardo Andrade Lima Vidal de Araujo; Liana Antero de Melo; Ligia Francisco de Deus; Liliane da Silva Machado; Lívia de Mesquita Mentz; Lorena Laís Abner de Lima; Luana Queiroz Focetola
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

009.559/2018-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Saul Emmanuel de Melo Ferreira Pinheiro; Sergio Paulo da Silva; Sheila Nobre Ferreira; Silas Santos Oliveira; Silton Luis de Oliveira; Sophia Nóbrega Câmara Lima; Stefan Espirito Santo Hartmann; Stenio de Oliveira Neto; Sue Ellen Karla Souza Brandão; Talita Barbosa de Carvalho; Talita Gualberto Ribeiro; Talita Lonelli de Lima Costa; Talita Reboucas de Freitas; Talles Mendonça de Lima Paiva; Tatiane Caroto Cano; Tereza Cristina Sales Silva; Thais Alves de Souza; Thalita Cristina Rodrigues Neves; Thallys Gomes de Sousa da Silva; Thaysa Abruceze dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

009.685/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Dário Martins de Oliveira Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

009.726/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Raimundo Nonato Santana Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Maranhão
Representação legal: não há

016.284/2017-8
Natureza: Representação
Representante: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit na Paraíba
Representação legal: não há

017.248/2016-7
Natureza: Embargos de Declaração (Aposentadoria)
Embargante: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Interessado: Oscar Zandavalli Júnior
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: não há

028.193/2017-2
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Cantídia Maria Poli
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

003.888/2018-5
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alceu Rigoni; Estela Regina Komniski Siman; Luci Pereira do Couto; Maria José de Cristo Bakaus; Teresinha Techy Garrett; Tereza Barby e Vilma Simionato Duarte de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Ponta Grossa/PR
Representação legal: não há

005.847/2018-4
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Cecilia Romana Pierini e Maria Ines Selmi
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Campinas/SP
Representação legal: não há

005.951/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Paulo Thiago da Silva Sobrinho e Paulo Thiago da Silva Sobrinho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Blumenau/SC
Representação legal: não há

006.068/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Elza Geruza Barros Leal
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Teresina/PI
Representação legal: não há

006.310/2018-4
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Neiva Luiza Barbosa
Representação legal: não há

006.317/2018-9
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Jose de Sousa Lima+
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Fortaleza/CE
Representação legal: não há

006.338/2018-6
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Symone Aparecida Gervasio
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Uberlândia Minas Gerais
Representação legal: não há

006.416/2018-7
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Antonia Castello Branco Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Teresina/PI
Representação legal: não há

006.431/2018-6
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Irene Teresa Barassa dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Jundiaí/SP
Representação legal: não há

028.572/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Recife/PE
Responsável: Joao Paulo Lima e Silva
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900292

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro AUGUSTO NARDES

007.523/2008-0
Embargos de declaração opostos em face de acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, imputando-lhes débito e multa, em razão de irregularidades na aplicação de recursos de convênio cujo objeto era a capacitação e treinamento de empregadores e trabalhadores acerca de questões referentes à saúde e segurança no trabalho.
Embargante: Enilson Simões de Moura e Associação Nacional dos Sindicatos Social Democrata
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Trabalho e Emprego
Representação Legal: Ana Cláudia Machado (OAB/DF 27.034), Anderson Fonseca Machado (OAB/DF 15.731), Luiz Antônio Muniz Machado (OAB/DF 750-A, OAB/RJ 024.281, OAB/MA 7.736-A e OAB/SP 214.046), Leandro Fonseca Vianna (OAB/RJ 150.216), Nilton Stachissini (OAB/SP 79.671), Renato Lazzarini (OAB/SP 151.439), Sérgio Lazzarini (OAB/SP 18.614) e outros

021.002/2016-9
Representação, com pedido de liminar, noticiando supostas irregularidades em edital visando à contratação de serviços técnicos de advocacia.

Representante: Igor Pereira Chayb
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Estado do Ceará
Responsáveis: Bruna Santana Seabra e Joaquim Florêncio de Souza Nunes
Representação legal: Daniel Ivo Odon (OAB/DF 18.163) e outros, representando o Sr. Lineu Olímpio de Souza; e Felipe Lourenço Mello Silva (OAB/CE 24.387), representando o Sr. Joaquim Florêncio de Souza Nunes

025.343/2017-3
Atos de concessão de aposentadoria a ex-servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado da Paraíba
Interessados: Hosana Santos de Oliveira; Hosana Santos de Oliveira; Iraci da Silva Paiva; João Paiva de Figueiredo Sobrinho
Representação legal: não há

027.936/2017-1
Atos de concessão de aposentadoria a ex -servidores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte.
Órgão/Entidade/Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Rio Grande do Norte
Interessados: Eduardo Coelho Maia; Francisco Luciano Bandeira Barros; Glycia Veiga Lamartine
Representação legal: não há

032.358/2014-8
Recursos de Reconsideração interpostos contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares e os condenou ao pagamento de débito, diante da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos transferidos por meio de convênio que tinha por objeto a construção de espaço coberto para receber a feira na zona urbana de Coari/AM.
Recorrentes: Wuppsichlander de Lima Carvalho, espólio de Roberval Rodrigues da Silva e Alpha Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda-ME
Interessado: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)
Unidade jurisdicionada: Município de Coari/AM
Representação Legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

003.055/2016-7
Tomada de contas especial (TCE) instaurada contra a ex-Prefeita Municipal de Belém do Brejo do Cruz-PB, Sra. Suzana Maria Rabelo Pereira Forte (gestão 2005-2008), em razão da impugnação parcial das despesas, decorrente da execução parcial do objeto do Convênio 663/2005, celebrado em 19/12/2005, tendo por objeto a execução de melhorias sanitárias domiciliares (MSD) no Município de Belém do Brejo do Cruz-PB.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Belém do Brejo do Cruz/PB
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Responsáveis: Construtora Aurorense Ltda. - ME; Suzana Maria Rabelo Pereira Forte
Representação legal: Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB/PB 14.233) e Alysson Cássio Barbosa da Silva (OAB/PB 14.233), representando Suzana Maria Rabelo Pereira Forte.

004.606/2014-0
Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso (Incra/SR/13), em razão da execução parcial do objeto pactuado no Convênio 33/2004, celebrado com a Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA), cujo objetivo era a execução de serviços de assistência técnica, social e ambiental em projetos de assentamento.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso
Interessado: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso
Responsáveis: Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção; Felix Valenzuela Cervera; Rômulo Elias Quedi
Representação legal: não há

010.556/2014-1
TCE. Recurso de reconsideração interposto por Emanuel Clementino Grangeiro, ex-prefeito, contra deliberação que julgou irregulares as suas contas, com condenação em débito e aplicação de multa.
Recorrente: Emanuel Clementino Grangeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Grangeiro/CE
Representação legal: não há

012.013/2012-9
Recurso de recurso de reconsideração interposto por Orlando Oliveira Filho, ex-Prefeito de Buerarema/BA (gestão 2001-2004), contra o Acórdão 5.683/2015-TCU-2ª Câmara, que, em sede de Tomada de Contas Especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), julgou irregulares suas contas e o condenou, solidariamente com a empresa Construnor - Construções do Nordeste Ltda., ao pagamento do débito apurado nos autos, além de aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), diante da inexecução parcial do objeto do Convênio 3260/2001, que previa a construção de sistema de esgotamento sanitário e estação de tratamento, com 65 ligações domiciliares, no Município de Buerarema/BA.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Buerarema/BA
Interessado: Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Construnor Construções do Nordeste Ltda.; Orlando de Oliveira Filho; Prefeitura Municipal de Buerarema/BA
Representação legal: Alvaro Luiz Ferreira Santos (OAB/BA 9465) e outros, representando Orlando de Oliveira Filho

013.642/2015-4
Tomada de Contas Especial pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em razão da impugnação parcial das despesas realizadas com os recursos transferidos por meio do Convênio 1510/2003 (Siafi 504347), no valor de R$ 170.000,00, celebrado entre o então Ministério da Assistência Social e o Município de Bayeux/PB, tendo por objeto a assistência financeira para atender ações sociais e comunitárias, conforme o Plano de Trabalho, com vigência estipulada para o período de 24/12/2003 a 2/7/2005.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bayeux/PB
Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Responsáveis: Sra. Sara Maria Francisca Medeiros Cabral, Prefeita do município de Bayeux/PB no período maio/2002 a dezembro/2004 e Sr. Severino Ramos Guedes, proprietário da empresa Severino Ramos Guedes Material para Escritório
Representação legal: Arielle Silva Vieira (OAB/DF 34.431) e outros, representando o Município de Bayeux (Peça 5) e Defensoria Pública da União, representando o Sr. Severino Ramos Guedes (Peça 39)

014.102/2015-3
Recurso de reconsideração interposto pela Proserma - Projetos, Serviços e Manutenção Ltda. - EPP contra o Acórdão 8.608/2016-TCU-2ª Câmara, que julgou Tomada de Contas Especial instaurada em razão de impugnação parcial de despesas realizadas com recursos do Convênio 281/2005 firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Município de Umari-CE para a implantação do sistema de esgotamento sanitário da cidade.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Umari - CE
Responsáveis: Eduardo Teixeira Soares Lima; Francisco Alexandre Barros Filho; Proserma Projetos e Manutenção Ltda.
Representação legal: Marcius Tarcísio Sales OAB/CE 25.243

014.898/2010-1
Recursos de Reconsideração interpostos por Paulo Elcídio Cleves Nogueira, ex-secretário Executivo de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Pará (Sedurb/PA), ECCIR - Empresa de Construções Civis e Rodoviárias S/A, Geoserv Serviços de Geotecnia e Construção Ltda., Laje Construções Ltda. e Luiz Maia Construções Ltda., contra o Acórdão 10.957/2011-TCU-2ª Câmara.
Recorrentes: Atlantis; Eccir Empresa de Construções Civis e Rodoviárias Sa; Geoserv Serv. de Geotec. e Constr. Ltda.; Laje Construções Ltda.; Luiz Pires Maia Junior; Paulo Elcídio Chaves Nogueira
Interessados: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional - Sedurp-PA; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Pará
Representação legal: Georges Chedid Abdulmassih Júnior (OAB/PA 8.008), Chedid Georges Abdulmassih (OAB/PA 9.678), João da Costa Mendonça (OAB/TO 1128), Vanessa Neris Brasil Monteiro (OAB/PA 13.300) e outros, representando Paulo Elcídio Chaves Nogueira

016.402/2016-2
Pedidos de reexame interpostos por José da Silva Faleiro, Rosita Damásio de Morais, Rubens Fernando Mendes de Campos e Fernando Silva Fernandes contra o Acórdão 2883/2017 - TCU - 2ª Câmara, que apreciou representação sobre irregularidades no edital da Tomada de Preços 12/2014, promovida pela prefeitura municipal de Silvânia-GO, cujo objeto era a contratação de empresa para construção de uma quadra coberta com vestiário, medindo 25,8 m X 38 m, na escola municipal José Eduardo Mendonça, localizada na zona rural do citado município.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Silvânia/GO
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás
Responsáveis: Fernando Silva Fernandes; José da Silva Faleiro; Rosita Damásio de Morais; Rubens Fernando Mendes de Campos
Representação legal: Rubens Fernando Mendes de Campos (OAB/GO 8.198) e outros, representando Fernando Silva Fernandes, Rosita Damásio de Morais e José da Silva Faleiro

022.407/2013-8
Relatório de Auditoria realizada na Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária do Governo do Estado do Paraná - SETS/PR e na Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego de Curitiba - SMTE, com o objetivo de verificar a regularidade da execução das ações relacionadas à orientação profissional, intermediação de mão de obra, habilitação ao seguro-desemprego e qualificação social e profissional de trabalhadores, custeadas com recursos federais (Registro Fiscalis 599/2013).
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Paraná; Prefeitura Municipal de Curitiba / Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego
Responsáveis: Joni Silva Correia Junior; Luciano Ducci; Luiz Claudio Romanelli; Miriam Aparecida Gonçalves; Paulo Afonso Bracarense Costa; Paulo Cesar Rossi
Representação legal: Marlus Heriberto Arns de Oliveira (OAB/PR 19228)

028.265/2011-4
Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Elias Fernandes Neto, ex-Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) (Peças 84-85), contra o Acórdão 10.413/2016 - TCU- 2ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas e imputou-lhe multa no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Recorrente: Elias Fernandes Neto
Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Responsáveis: Albert Brasil Gradvohl; Cristina Gaião Peleteiro; Douglas Augusto Pinto Junior; Elias Fernandes Neto; Francisco Evaldo Braz Azevedo; Francisco Rennys Aguiar Frota; Jose Berlan Silva Cabral; João Fernandes Fontenelle
Representação legal: não há

033.405/2015-8
Tomada de contas especial (TCE) que ora se aprecia foi instaurada pelo do Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Jurandy Araújo da Silva, prefeito do Município de Vista Serrana-PB nas gestões 2009-2012 e 2013-2016, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 737995/2010, que tinha por objeto o apoio ao evento "Festejos Juninos - Festa dos Redeiros", no valor total de R$ 105.000.00, sendo R$ 100.000,00 à conta do concedente e R$ 5.000,00 referentes à contrapartida.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Vista Serrana/PB
Interessado: Ministério do Turismo
Responsável: Jurandy Araújo da Silva
Responsável legal: Não há

034.456/2016-3
Pedido de Reexame interposto pelo Superior Tribunal Militar contra o Acórdão 2000/2017-TCU-2ª Câmara. Ilegalidade de Aposentadoria de Beatriz Iraí Stock. Inclusão indevida de parcela relativa a quintos incorporados, transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).
Interessado: Beatriz Iraí Stock
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal Militar
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

006.763/2016-2
Tomada de Contas Especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em desfavor do Sr. Paulo Roberto Pereira da Silva, ex-prefeito municipal de Tamandaré - PE, diante da impugnação parcial dos dispêndios executados a conta dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no exercício de 2008, na modalidade fundo a fundo, sob o montante de R$ 359.773,25, para aplicação nos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE)
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tamandaré/PE
Responsável: Paulo Romero Pereira da Silva
Representação legal: não há

019.506/2016-3
Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Tocantins (Funasa/SR-TO) em desfavor do Sr. Ronald Correa da Silva, ex-prefeito de Araguatins - TO (gestão: 2001-2004), diante da execução apenas parcial do Convênio 1.113/2000

Órgão/Entidade/Unidade: Município de Araguatins/TO
Responsável: Ronald Correa da Silva
Representação legal: Antônio Carlos Cardoso Pontes

030.650/2015-1
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em desfavor do Sr. Domingos Pereira Coelho, ex-prefeito municipal de Formoso do Araguaia/TO (gestão 1997-2000), em virtude de impugnação total dos dispêndios realizados à conta dos Convênios 457/97 e 177/99, celebrados, respectivamente, sob os montantes de R$ 1.320.651,70 e R$ 1.956.452,44, com os objetivos de implantação e continuidade do Projeto Jaburu, destinado ao assentamento de 136 famílias da região
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Formoso do Araguaia/TO
Responsável: Domingos Pereira Coêlho
Representação legal: Fernando Palma Pimenta Furlan (OAB/TO 1.530) e Marcelo Palma Pimenta Furlan (OAB/TO 1.901), representando Domingos Pereira Coelho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900293

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

033.248/2015-0
Representação autuada a partir de expediente enviado pelo ilustre Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) sobre possíveis irregularidades na execução do Contrato de Repasse no 128.120-49/2001 (Siafi nº 446691) e do Contrato de Repasse no 227.257-90/2007 (Siafi nº 597860), tendo os aludidos ajustes sido celebrados entre a Caixa Econômica Federal, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e o Estado do Tocantins para a construção de 884 moradias, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento/PAC.
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Tocantins
Órgãos/Entidades/Unidades: Governo do Estado de Tocantins e Caixa Econômica Federal
Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros, representando a Caixa Econômica Federal

034.206/2016-7
Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério da Defesa, em desfavor do Sr. Raryson Pedrosa Nakayama, ex-prefeito do município de Iracema - RR (gestão 2009 - 2016), diante da inexecução parcial do Convênio 367/PCN/2011
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Iracema/RR
Responsáveis: Cirqueira e Alves Ltda-me e Raryson Pedrosa Nakayama
Representação legal: Bruno Ayres de A. Rocha (OAB/RR 621), representando Cirqueira e Alves Ltda.- ME

Em 28 de março de 2018.
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Ordinária de Plenário, de 04/04/2018, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

003.232/2017-4
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Presidência da República
Responsáveis: Anaide Vilasboas de Andrade; Antonio Carlos Paiva Futuro; Gabriel Cedeño Vernaza; Gilton Saback Maltez; Ivani dos Santos; Lucia Helena de Godoy; Luiz Antonio Alves de Azevedo; Norberto Temoteo de Queiroz; Renata Cristina Santos Câmara; Valdomiro Luis de Sousa; Álvaro Henrique Baggio
Representação legal: não há

003.959/2015-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Representação legal: não há

021.526/2017-6
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
Representação legal: Ana Beatriz Rodrigues Castro e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres

Ministro BENJAMIN ZYMLER

009.904/2018-2
Natureza: Representação
Representante: OTL Obras Técnicas Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (Cagepa)
Representação legal: João Fernandes Barbosa (OAB-PB 3.284)

011.754/2016-8
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

014.215/2014-4
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Dilmar Santos Ávila
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Maraã/AM
Responsável: Dilmar Santos Ávila
Representação legal: Eurismar Matos da Silva (9.221/OAB-AM) e outros, representando Dilmar Santos Ávila

016.843/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Paraná
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Curitiba/PR
Responsável: Gustavo Bonato Fruet
Representação legal: não há

023.522/2017-8
Natureza: Representação
Representante: JM Terraplanagem e Construções Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Tocantins - DNIT/TO
Representação legal: Augusto Soares Honorato Abreu (OAB/DF 50.170)

032.766/2008-6
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente, dos Rec. Hídricos e da Amazônia Legal - Secretaria de Recurso Hídricos
Recorrente: Wandenkolk Pasteur Goncalves
Responsáveis: Alex Gama de Santana; FNSA; Paulo Brum Ferreira; Roberto Santos de Oliveira; Wandenkolk Pasteur Goncalves
Representação legal: Orlando Barata Miléo Junior (OAB-PA 7.039) e outros, representando Wandenkolk Pasteur Goncalves

Ministro AUGUSTO NARDES

005.015/2016-2
Natureza: Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A
Representação legal: não há

008.145/2018-0
Natureza: Representação
Representante: EMJ Transportes e Logísticas Ltda. EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

028.531/2017-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria do Patrimônio da União
Representação legal: não há

034.376/2016-0
Natureza: Representação
Representante: RCS Tecnologia Ltda.
Interessado: Ricardo Diniz Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A
Representação legal: Anna Tereza Castro Silva Ribeiro (48149/OAB-DF) e outros, representando Rcs Tecnologia Ltda; Hélio Malta Pinto (88141/OAB-MG) e outros, representando Banco do Brasil S.a.; Fernanda Alves Gomes Guerra (43.578/OAB-DF), representando Ricardo Diniz Almeida

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

009.913/2018-1
Natureza: Representação
Representante: JR Filho Construtora Eireli - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência de Filial Logística em Recife (Gilog/RE), da Caixa Econômica Federal
Representação legal: Marino Sérgio Oliveira de Abreu (OAB/PE 35401) e Lucas Gouvêa Valença de Melo (OAB/PE 37014)

033.890/2016-1
Natureza: Acompanhamento
Interessado: Tribunal de Contas da União
1.2.Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A
Representação legal: Tatiana Zuma Pereira (120.831/OAB-RJ) e outros

Ministro BRUNO DANTAS

015.678/2005-3
Natureza: Representação
Responsáveis: Alexandre Silveira de Oliveira; Antonio Mota Filho; Aparecida Ferreira de Almeida; Ariosvaldo Nunes Cavalcante; Aureo Maegaki Ono; C.r.o Construtora Rondoniense de Obras Ltda; Emanuel Leite Borges; Everton Jose dos Santos Filho; Governo do Estado de Rondônia; Guiso Construções e Terraplenagem Ltda - Me; Hideraldo Luiz Caron; Jacques da Silva Albagli; Jk Construções e Terraplenagem Ltda; Júlio Augusto Miranda Filho; M4 Construtora e Terreplenagem Ltda; Pedro Katusyoshi Nakayama; Rondoterra - Construções e Terraplenagem Ltda; Wanderly Lessa Mariaca
Interessados: Departamento de Viação e Obras Públicas do Estado de Rondônia; Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO; Superintendência Regional do Dnit Nos Estados de Rondônia e Acre - Dnit/MT; Superintendência da Zona Franca de Manaus
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Representação legal: Pablo Alves Prado (OAB-DF 43164) e outros, representando Hideraldo Luiz Caron; Marcos Aurélio Assunção (OAB-MG 53708) e outros, representando Alexandre Silveira de Oliveira

019.101/2009-1
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Cosme Jose Salles
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Itaboraí - RJ; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu - RJ; Prefeitura Municipal de Paracambi - RJ; Prefeitura Municipal de Rio Claro - RJ; Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ; Prefeitura Municipal de Seropédica - RJ; Prefeitura Municipal de Tanguá - RJ; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Responsáveis: Carlos Augusto de Abreu Vivas; Cosme Jose Salles; Lucio Henrique Bandeira; Paulo Fernando Rodrigues de Souza; Sheila da Silva Rezende
Representação legal: Nilza Maria Izolani e Oliveira e outros, representando Prefeitura Municipal de Paracambi - RJ; Thalles Guimarães Muniz Carvalho (OAB-RJ 172424) e outros, representando Cosme Jose Salles; Antonio Luiz Soares da Silva (OAB-RJ 179750), representando Carlos Augusto de Abreu Vivas

029.137/2017-9
Natureza: Representação
Interessado: Bravsec - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Representação legal: Marcelo Pereira Primo, representando Bravsec - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.; Alex Zeidan dos Santos (19.546/OAB-DF) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Márcio Cavalcanti (110.541/OAB-RJ) e outros, representando Ares Brasil Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

029.782/2017-1
Natureza: Relatório de Levantamento
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte no município de Vilhena/RO (Senat/Vilhena), Serviço Social do Transporte no município de Vilhena/RO (Sest/Vilhena), Administração Regional do Sesc no Estado de Rondônia (Sesc-AR/RO), Administração Regional do Senac no Estado de Rondônia (Senac-AR/RO), Departamento Regional do Sesi no Estado de Rondônia (Sesi-RO), Departamento Regional do Senai no Estado de Rondônia (Senai-RO), Administração Regional do Senar no Estado de Rondônia (Senar-AR/RO), Serviço Nacional de Aprendizagem e Cooperativismo no Estado de Rondônia (Sescoop/RO)
Responsáveis: Daniely Vale de Souza (Senat/Vilhena e Sest/Vilhena); Waldy Fernando Bastos Ferreira (Sesc-AR/RO); Hilton Gomes Pereira (Senac-AR/RO); Valério Duarte (CPF não identificado) (Sesi-RO e Senai-RO); Elmerson Lira da Cruz (Senar-AR/RO); Salatiel Rodrigues de Souza (Sescoop/RO)
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

025.749/2014-5
Natureza: Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsável: Amauri Sousa Lima
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Mauricio Brito Passos Silva (OAB/BA 20.770) e outros, representando Amauri Sousa Lima

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

010.482/2016-4
Solicitação do Congresso Nacional para examinar a conformidade de contrato de concessão da BR-101/ES/BA, especialmente quanto ao atraso na execução dos investimentos previstos.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres
Interessado: Presidente da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Marcus Vicente
Representantes legais: Edgard Hermelino Leite Júnior (OAB/SP 92.114); Márcia Heloisa Pereira da Silva Buccolo (OAB/SP 36.434)

Interessados em sustentação oral:

- Edgard Hermelino Leite Júnior (OAB/SP 92.114) e Márcia Heloisa Pereira da Silva Buccolo (OAB/SP 36.434), em nome de ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

Ministro AROLDO CEDRAZ

017.710/2013-8
Monitoramento de deliberação, cujas determinações tiveram como objetivo fazer com que seja observado pelo Banco Central do Brasil, em relação aos recursos da Reserva para o Desenvolvimento Institucional daquela autarquia (Redi-BC), o princípio da unidade orçamentária.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Representação legal: não há

Interessado em sustentação oral:

- Rafael Bezerra Ximenes de Vasconcelos (OAB/DF 40.695), em nome do BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

025.204/2017-3
Representação acerca de supostas irregularidades ocorridas em pregão para a contratação de serviços em acervo bibliográfico e arquivístico. Análise de oitiva.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Cultura, Ministério do Trabalho e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: Henrique Gustavo Ribeiro Jácome (OAB/DF 17.354) e outros, representando OTC.DOC Organização, Tecnologia e Custódia de Documentos - Eireli

Interessado em sustentação oral:

- Henrique Gustavo Ribeiro Jácome (OAB/DF 17.354), em nome da empresa OTC. DOC - ORGANIZAÇÃO, TÉCNOLOGIA E CUSTÓDIA DE DOCUMENTOS EIRELI

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro BRUNO DANTAS

012.584/2017-7
Consulta sobre a existência de determinação legal que obrigue os participantes de licitações para a execução de obras públicas e serviços de engenharia a levar em consideração, na formulação de suas propostas, as despesas decorrentes do cumprimento de acordos e convenções coletivas de trabalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900294

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Consulente: Presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados
Representação legal: não há
Revisor: Ministro Benjamin Zymler (33/2017)

Ministro VITAL DO RÊGO

008.265/2015-1
Consulta acerca da possibilidade de as empresas subcontratadas por agências de publicidade, que não estejam prestando serviços de veiculação, emitirem notas fiscais em nome do órgão/entidade da Administração Pública contratante
Consulente: Ministro de Estado do Turismo
Representação legal: Rafael Moraes do Couto
Revisor: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (34/2016)

012.747/2012-2
Representação com o objetivo de apurar a responsabilidade de empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas na Operação Sanguessuga e nas fiscalizações realizadas pelo TCU e pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Lealmaq - Leal Máquinas Ltda.; U.M.S. - Unidade Móvel de Saúde Ltda.; Platina Ônibus Ltda.; Acyr Gomes Leal Filho; Aristóteles Gomes Leal Neto; Susete Leal Ottoni; Alessandra Spínola de Castro; Alfredo Guzella Ramos; Luiz Amaro Dominici; e Guilherme João
Representação legal: não há
Revisor: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (25/2017)

012.919/2012-8
Representação com o objetivo de apurar a responsabilidade de empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas na Operação Sanguessuga e nas fiscalizações realizadas pelo TCU e pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde
Responsáveis: Suprema-Rio Comércio de Equipamentos de Segurança e Representações Ltda.; Ronildo Pereira Medeiros; Luiz Antônio Trevisan Vedoin; Ricardo Waldmann Brasil
Representação legal: Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB/MT 13.731) e outros
Revisor: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti (25/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.627/2018-6
Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico destinado à contratação de serviços de limpeza e conservação, pela metodologia de postos de trabalho e pelo metro quadrado limpo.
Representante: Ágile Empreendimentos e Servicos Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Representação legal: Ricardo Silva das Neves (87075/OAB-MG)

016.107/2016-0
Auditoria operacional com o objetivo de avaliar aspectos referentes à gestão da bacia hidrográfica do rio Doce, especialmente em relação à implementação do modelo de gestão previsto na Lei 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Bioatlântica
Responsável: Ricardo Alcântara Valory
Representação legal: não há

018.121/2017-9
Auditoria realizada na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia com vistas a avaliar o cumprimento das determinações do plenário do TCU, bem como os reflexos das medidas adotadas pela entidade fiscalizada sobre a gravidade das irregularidades classificadas com IGP na fiscalização pretérita.
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Marcelo Carrilho Pessoa; Romulo Maciel Filho
Representação legal: não há

024.609/2013-7
Pedidos de reexame interpostos contra deliberação que aplicou multa aos recorrentes e os inabilitou para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, em razão de irregularidades na execução de convênio para a construção de uma escola na localidade de Tuiuiú, no Município de Aquiraz-CE.
Recorrentes: Edson Sa; Marta Rejane Marques Pinheiro; Diana Carneiro da Cunha Camara; Fabiola Menezes Markan; Ana Tomacia Moreira de Freitas
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Aquiraz - CE
Representação legal : Priscila Frota Carneiro da Cunha (22.907/OAB-CE); Manoel Aurelano Pinheiro (25011/OAB-CE)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

002.026/2014-7
Embargos de declaração opostos em desfavor de decisão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, condenou-os solidariamente ao pagamento de débito e aplicou-lhes multa em razão de irregularidades ocorridas em convênio de cooperação, em regime de incentivos da Lei 8.313/91 (Lei Federal de Incentivo à Cultura), destinado à implantação do Projeto "Pontão de Cultura e Meio Ambiente Tecendo o Saber".
Recorrentes: Daniel Vaz Freire; Opção Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de São Paulo
Representação legal: Rodrigo Kopke Salinas (OAB/SP 146.814); Fábio de Sá Cesnik (OAB/SP 146.717); Fernando Quintino Moraes da Silva (OAB/SP 142.228); Leo Wojdyslawski (OAB/SP 206.971); Melissa de Mendonça Moreira (OAB/SP 186.871); Maira Pires Videira (OAB/SP 166.067); Kátia Regina Camila Catalano (OAB/SP 217.039); André Palmeira Alves (OAB/SP 328.366); Aline Akemi Freitas (OAB/SP 246.891)

003.771/2014-8
Representação, com pedido de cautelar, acerca de possíveis irregularidades quanto à execução do 3º Termo de Ajuste ao 80º Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Governo Brasileiro e a OPAS/OMS, para a implementação do Projeto "Ampliação do Acesso da População Brasileira à Atenção Básica em Saúde", que integra o Programa Mais Médicos.
Representantes: Deputados Federais José Mendonça Bezerra Filho, Luiz Henrique Mandetta e Ronaldo Ramos Caiado
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

003.843/2016-5
Pedido de reexame interposto contra decisão que determinou à Seduc/AL que se abstivesse de aplicar recursos do Fundeb na execução do contrato firmado com a empresa Mindlab do Brasil Comércio de Livros Ltda. destinado à aquisição de kits educacionais.
Recorrente: Mindlab do Brasil Comércio de Livros Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado de Alagoas
Representação legal: Pietro Lemos Figueiredo de Paiva (27.944/OAB-DF) e outros, representando Mindlab do Brasil Comércio de Livros Ltda.

032.135/2017-3
Administrativo. Aprovação de Instrução Normativa para regular a elaboração da prestação de contas do Presidente da República.
Órgão/Entidade/Unidade: não há
Representação legal : não há

033.042/2013-6
Representação em face de possíveis irregularidades no acordo de cooperação técnica que teve como objeto: i) a venda do medicamento à base de "tacrolimo" da Libbs para a Fiocruz; e ii) a transferência de tecnologia, da Libbs para a Fiocruz, para a produção de medicamentos que tenham como princípio ativo o "tacrolimo".
Representantes: Astellas Ireland Co. Limited; Libbs Farmaceutica Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Representação legal: Lara Maria dos Santos Lopes e outros, representando Astellas Ireland Co. Limited.; Maís Moreno (290.881/OAB-SP), representando Luis Justiniano Haiek Fernandes; Viviane Rodrigues Santana (254.042/OAB-SP) e outros, representando Libbs Farmaceutica Ltda

Ministro AUGUSTO NARDES

029.427/2017-7
Auditoria na preparação do governo brasileiro para a implementação da Agenda 2030 e da meta 2.4 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Casa Civil da Presidência da República; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Representação legal: não há

032.625/2017-0
Solicitação do Congresso Nacional para examinar a aplicação de recursos públicos na aquisição da substância eritropoietina humana recombinante, de empresa cubana, por inexigibilidade de licitação.
Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Unidade jurisdicionada: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde
Representação legal: não há

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.267/2018-0
Representação, com pedido de medida cautelar, contra o edital de concorrência pública que objetiva a contratação de empresa especializada para fornecimento de material e mão de obra para execução do sistema de afastamento e tratamento de esgoto - ETE Pombo e ETE Barbosa, no Município de Marília/SP.
Representante: Deputado Estadual José Abelardo Guimarães Camarinha
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Marília - SP
Representação legal: Alysson Alex Souza e Silva (Procurador Geral do Município de Marília - SP - OAB/SP 256.087)

000.885/2018-5
Representação, com pedido de medida cautelar, contra pregão eletrônico que objetivava a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de operação, fornecimento de insumos e gerenciamento de contact center receptivo e ativo.
Representante: Intelecto Contact Center Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT
Representação legal: Ismael Pereira dos Santos

025.457/2009-9
Processo administrativo em que se aprecia questionamento elaborado pela Diretoria de Pagamento de Pessoal do TCU quanto à aplicação aos servidores ativos, inativos, e autoridades do Tribunal de Contas da União da decisão emanada do Mandado de Segurança 24.875/DF, que admitiu a permanência, no caso concreto de Ministros aposentados do STF, da vantagem do inciso III do art. 184 da Lei 1.711, de 28/10/1952, até que a parcela fosse absorvida pelo aumento dos subsídios dos Ministros do STF, com a consequente irredutibilidade das remunerações.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

031.342/2013-2
Representação contra decisão do Poder Executivo emanada no Decreto s/n de 7/10/2013, que teria estipulado a contratação direta da fundação Geap Autogestão em Saúde como plano de saúde dos servidores públicos federais.
Representante: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Responsável: Geap Autogestão em Saúde
Representação legal: Gabriela Schiffler Senna Goncalves (33.347/OAB-DF), Bruno Rangel Avelino da Silva (OAB/DF 23.067), Eduardo da Silva Cavalcante (OAB/DF 24.923), Ana Raquel Japiassú Albuquerque (OAB/DF 9.273), Daniel Rebello Baitello, Eraldo Campos Barbosa (OAB/DF 34.482), Rafael D'Alessandro Calaf (OAB 17.161), Silvio Guimarães da Silva (OAB/DF 38.442), representando Geap Autogestão em Saúde; Daniel Pereira de Franco (114.463/OAB-RJ) e outros, representando AGU; José Rodolfo Alves da Silva (OAB/DF 15.809), representante legal da Geap no âmbito do TC-016.076/2010-0

033.169/2014-4
Embargos de Declaração opostos em face de acórdão por meio do qual o TCU conheceu de Representação e declarou as empresas recorrentes inidôneas para licitar na Administração Pública Federal, pelo prazo de dois anos, ante fraude a licitações destinadas à qualificação de profissionais para atendimento ao público da Copa do Mundo de 2014.
Embargantes: Barros e Pucharelli Ltda. ME e LR Ferreira Barros Locações ME
Órgão/Entidade/Unidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Responsáveis: Instituto de Cidadania Raízes e Marcelo Aguiar dos Santos Sá, Luciano Paixão Costa, Francisca Regina Magalhães Cavalcante, Marcelo Aguiar dos Santos Sá; João Bispo dos Santos, Cesar da Conceição Ribeiro, Eliete Motta de Alcantara; Alexandre Rafael Barbetta, Jorge Luis Kay, Martvs Antonio Alves das Chagas, Rubens de Souza Aroldo de Souza Junior, empresas Deise de Souza Gomes - empresário individual, Barros e Pucharelli Ltda. ME, LR Ferreira Barros Locações ME, Khoury & Rodrigues Ltda., Bravos Transportes e Locação Ltda., Virtude Locadora de Veículos Ltda., Coopertransp, Karisma Impressos e Papelaria Ltda., Marcelo Rodrigues Polastri ME, Comercial de Produtos de Higiene Vip Paper Ltda. e Flash Clean Prestação de Serviços de Limpeza Ltda.
Representação legal: Paulo Ricardo Brinckmann Oliveira (19.415/OAB-DF) e outros, representando Instituto de Cidadania Raízes; Victor Henriques Martins Ferreira (286799/OAB-SP), representando Roberto Cardoso Damasceno, Bravos Transportes e Locação Ltda. e Virtude Locadora de Veículos Ltda.; Lucas Pimenta Bertagnolli (313334/OAB-SP), representando Barros e Pucharelli Ltda.-ME e L. R. Ferreira Barros Locações - ME; Francisco Ferreira Morbeck (46994/OAB-DF), representando Marcelo Aguiar dos Santos Sá

Ministro BRUNO DANTAS

005.839/2016-5
Tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total de despesas de convênio que tinha por objeto apoio à realização do Projeto intitulado " 1ª Canoagem Fest Show".
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Salmorão - SP
Responsáveis: José Luiz Rocha Peres; Thiago Roberto Aparecido Marcelino Ferrarezi; Usina de Promocao de Eventos Ltda - Me
Representação legal: não há

028.004/2017-5
Solicitação do Congresso Nacional em que se requer a realização de fiscalização sobre a aplicação de recursos federais destinados à implantação e ao funcionamento do Hospital Regional do Sertão Central, em Quixeramobim-CE.

Solicitante: Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Wilson Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Estado do Ceará
Representação legal: não há

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

023.485/2017-5
Auditoria piloto realizada no Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais - CRM/MG, trabalho integrante da Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC que tem como objetivo avaliar, em âmbito nacional, a regularidade das despesas e outros aspectos da gestão dos Conselhos de Fiscalização Profissional.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais - CRM/MG
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: não há

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900295

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

001.278/2017-7
Monitoramento acerca do cumprimento das recomendações emanadas em processo auditoria operacional realizada com o objetivo de examinar as condições disponíveis para que os gestores avaliassem os resultados da Lei 8.248/1991 - Lei de Informática.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Secretaria da Receita Federal do Brasil e Secretaria de Política de Informática
Representação legal: não há

008.869/2015-4
Representação formulada por vereadores do Município de Abreulândia - TO acerca de supostas irregularidades na aplicação de recursos federais repassados ao aludido ente federado.
Representantes: Ednaura Alves Costa, Maria Laurinda Inácio de Sousa, Jair Gabino Lopes de Abreu e José Elenilson Moura
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Abreulândia/TO
Responsáveis: Araújo e Nogueira Ltda. - ME; Arlindo Souza Pinheiro; DSC Construtora Ltda. - ME; Edivan Maciel da Silva-EPP; Elieze Venâncio da Silva; Euzeny Venâncio da Silva; Jailene de Aquino Cavalcante Cruz; Maria de Lourdes Pereira Conceição e Osmar Montelo Amaral
Representação legal: Defensoria Pública da União, representando Euzeny Venâncio da Silva; Ricardo Francisco Ribeiro de Deus (OAB/TO 7.705-A), representando Jailene de Aquino Cavalcante Cruz; Thulyo César Severino Barros (OAB/TO 6.057), representando DSC Construtora Ltda. - ME; Sérgio Rodrigues de Mendonça Cosson, representando Arlindo Souza Pinheiro e Osmar Montelo Amaral; e Marcio Oliveira Junior (OAB/TO 5.314), representando Araújo e Nogueira Ltda. - ME

018.546/2014-5
Monitoramento de determinação prolatada no âmbito de denúncia acerca de possíveis irregularidades na execução das obras custeadas com recursos provenientes de convênio celebrado entre o Município de Bom Jesus da Lapa - BA e o Ministério da Integração Nacional.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Responsáveis: Alexandre Navarro Garcia, Irani Braga Ramos, Carlos Antônio Vieira Fernandes, Teócrito Dantas da Silva, Luiz Otávio Oliveira Campos, Emília Maria Silva Ribeiro Curi e Mario Ramos Ribeiro
Representação legal: não há

023.301/2015-5
Embargos de declaração opostos em face de dispositivos específicos em decisão proferida em processo de tomada de contas especial instaurada para apurar os indícios de superfaturamento em contrato para a execução das unidades e sistemas off-sites nas carteiras de gasolina, coque e HDT da Refinaria Presidente Getúlio Vargas no Estado do Paraná (Repar).
Embargantes: Petróleo Brasileiro S.A.; José Sérgio Gabrielli de Azevedo e José Paulo Assis
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Antônio Carneiro Maia Neto (OAB/RJ 138.278) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A. e Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/RJ 20.283) e outros, representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo e José Paulo Assis

031.404/2017-0
Representação, com pedido de cautelar, sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico para contratar a renovação de licenças de uso de software, solução ProofpointTM Messaging Security Gateway (ProofPoint Enterprise Protection), na modalidade Part Number e garantia com suporte especializado (segundo nível) ao produto.
Representante: Sybex Comércio e Serviço em Informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social do Transporte/Conselho Nacional
Representação legal: Lucas Dias Leite Corrêa (OAB/DF 23.706) e outros, representando Serviço Social do Transporte/Conselho Nacional

032.637/2017-9
Monitoramento de determinações e de recomendações contidas em deliberação prolatada em processo de auditoria operacional que teve o objetivo de avaliar os controles internos do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército (SisFPC), além dos meios e das estruturas de suporte aos processos finalísticos, para que considerem os riscos relevantes e assegurem o cumprimento dos resultados esperados, coibindo fraudes, desvios e ineficiências.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando Logístico do Exército
Representação legal: não há

036.141/2016-0
Indisponibilidade de bens. Oitiva prévia do responsável para que se manifestasse sobre a possibilidade de o TCU vir a decretar, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prejuízos indicados em valores históricos.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsável: Ricardo Ribeiro Pessoa
Representação legal: Isaías Leonardo Guimarães de Souza (OAB/DF 36.931)

036.146/2016-1
Indisponibilidade de bens. Oitiva prévia do responsável para que se manifestasse sobre a possibilidade de o TCU vir a decretar, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prejuízos indicados em valores históricos.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsável: Pedro José Barusco Filho
Representação legal: Maria Francisca Sofia Nedeff Santos (OAB/PR 77.507)

036.160/2016-4
Indisponibilidade de bens. Oitiva prévia do responsável para que se manifestasse sobre a possibilidade de o TCU vir a decretar, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prejuízos indicados em valores históricos.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsável: Paulo Roberto Costa
Representação legal: Fernanda Pereira da Silva (OAB/RJ 168.336)

036.162/2016-7
Indisponibilidade de bens. Oitiva prévia do responsável para que se manifestasse sobre a possibilidade de o TCU vir a decretar, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prejuízos indicados em valores históricos.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsável: Alan Kardec Pinto
Representação legal: Priscilla de Souza Pestana Campana (OAB/RJ 162.556)

036.163/2016-3
Indisponibilidade de bens. Oitiva prévia do responsável para que se manifestasse sobre a possibilidade de o TCU vir a decretar, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prejuízos indicados em valores históricos.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsável: Venina Velosa da Fonseca
Representação legal: Mario Marcos Pinto da Cunha (OAB/DF 43.330)

036.166/2016-2
Indisponibilidade de bens. Oitiva prévia do responsável para que se manifestasse sobre a possibilidade de o TCU vir a decretar, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prejuízos indicados em valores históricos.
Responsável: José Carlos Cosenza
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Representação legal: Rafael Barroso Fontelles (OAB/RJ 119910)

036.167/2016-9
Indisponibilidade de bens. Oitiva prévia do responsável para que se manifestasse sobre a possibilidade de o TCU vir a decretar, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prejuízos indicados em valores históricos.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsável: Francisco Pais
Representação legal: Andre Bastos Smilgin (OAB/RJ 93.482)

036.169/2016-1
Indisponibilidade de bens. Oitiva prévia do responsável para que se manifestasse sobre a possibilidade de o TCU vir a decretar, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prejuízos indicados em valores históricos.
Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsável: Maurício de Oliveira Guedes
Representação legal: Fernando Villela de Andrade Vianna (OAB/RJ 134.601)

036.170/2016-0
Indisponibilidade de bens. Oitiva prévia do responsável para que se manifestasse sobre a possibilidade de o TCU vir a decretar, cautelarmente, a indisponibilidade dos bens considerados bastantes para garantir o ressarcimento dos prejuízos indicados em valores históricos.

Órgão/Entidade/Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Responsável: Cláudio Romeo Schlosser
Representação legal: Larissa Scalia Tiago

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

007.410/2017-4
Auditoria realizada nas obras de construção da 2ª etapa do Complexo Trabalhista de Goiânia.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO
Responsável: Breno Medeiros - Desembargador Presidente
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

Em 28 de março de 2018.
DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, de 04/04/2018, às 14h30

Convocada com fundamento nos arts. 55, caput , e 108, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, com o objetivo de apreciar processos em que é necessária a preservação de direitos individuais ou do interesse público.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

005.053/2018-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

005.606/2017-9
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

016.585/2006-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: Daniel Guerreiro Bonfim (OAB/MA 6.554) e outros

Ministro AROLDO CEDRAZ

004.935/2018-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

031.692/2017-6
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

003.236/2018-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

004.195/2018-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

032.599/2017-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

035.334/2015-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro AROLDO CEDRAZ

012.688/2015-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior (OAB/PE 14.265), Saulo Miranda de Moura (OAB/PE 25.013), Renata Celly Carvalho Miranda de Moura (OAB/PE 24.998), Silvia Helena Silva de Miranda (OAB/PE 14.258), Leucio Lemos Filho (OAB/PE 5.807) e outros
Revisor: Ministro Benjamin Zymler (2/2018)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro BENJAMIN ZYMLER

011.701/2015-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: Carlos Venicius Ferreira Ribeiro Junior (OAB/AC 3.851)

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

007.382/2013-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Representação legal: Danielle Capistrano Rolim Mota (OAB/CE 20.015-B); Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (OAB/CE 31566) e outros; Silvia Regia Lopes Melo Mourao (OAB/CE 16615) e outros; Caio Frota Rodrigues (OAB/CE 21933) e outros; Liana Rangel Borges (OAB/CE 19365); Maria Imaculada Gordiano Oliveira Barbosa (OAB/CE 8667) e outros; Eugenio de Araujo e Oliveira Lima (OAB/CE 18264); e Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6854) e outros

012.078/2012-3
Natureza: Embargos de Declaração (Tomadas de Contas Especial)
Representação legal: Augusto Cesar Rodrigues Viana Ponte (OAB/CE 8195) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

008.127/2016-6
Natureza: Levantamento de Auditoria
Representação legal: Alexandre Eliahou Andrade Dancour (OAB/RJ 126.187) e outros; Sofia Alice Spano (OAB/RJ 186.683) e outros; Andrea Vieira Andreis (OAB/DF 25.357), Mariana Félix Gonçalves de Mateus e outros; Rita de Cassia Rocha Amorim; Haroldo Maia Junior e outros; Carlos Fernando Correia da Costa e outros; Silvia Regina Schmitt (OAB/DF 38.717) e outros

008.449/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Representação legal: Rodrigo Roca (OAB/RJ 92.632); Renata Alves de Azevedo Fernandes da Cruz (OAB/RJ 155.595), Luciana Barbosa Pires (OAB/RJ 130.715); Daniel Filipe Siqueira (OAB/RJ 170.588) e Maicon Oliveira de Souza (OAB/RJ 203.352-E); Gilmar Menezes da Silva Júnior; George Alexandre de Almeida Macêdo (OAB/CE 18.113); Livea Cardoso Manrique de Andrade; Leandro Dalbosco Machado (OAB/RS 82.122) e Raphael Ramos D' Aiuto (OAB/RS 94.485ª); Gean Felinto de Sousa (OAB/DF 49.500); e Elias Campos Gonçalves (OAB/RJ 102.003), Rodolpho Capilupi de Oliveira (OAB/RJ 201.309); e Altair Leal Miranda (OAB/RJ 165.189).

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

034.761/2011-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Em 29 de março de 2018.
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900296

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 537, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Administração previsto na Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 7º da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, do Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967 e pelo seu Regimento;

Considerando que o cumprimento das finalidades institucionais do Conselho Federal de Administração inclui o permanente zelo com a conduta dos profissionais inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Administração;

Considerando que o profissional de Administração deve guardar atuação compatível com a elevada função social que exerce, observando os princípios éticos e morais no exercício de sua atividade profissional;

Considerando a deliberação do Plenário do CFA, aprovada por unanimidade, propondo a revisão do Código de Ética vigente;

Considerando o resultado dos trabalhos da Comissão constituída pela Portaria nº 68, de 10 de agosto de 2017 e, finalmente,

Considerando finalmente, a decisão do Plenário do CFA, em sua 9ª reunião, realizada no dia 20 de março de 2018; resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Código de Ética e Disciplina dos Profissionais de Administração, na forma do Anexo Único da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WAGNER SIQUEIRA
Presidente

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 538, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Aprova o Regulamento do Processo Ético Disciplinar dos Profissionais de Administração

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 7º da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, do Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967 e pelo seu Regimento;

Considerando que o cumprimento das finalidades institucionais do Conselho Federal de Administração inclui o permanente zelo com a conduta dos profissionais inscritos nos quadros dos Conselhos Regionais de Administração;

Considerando que o profissional de Administração deve guardar atuação compatível com a elevada função social que exerce, observando os princípios éticos e morais no exercício de sua atividade profissional

Considerando o resultado dos trabalhos da Comissão constituída pela Portaria nº 68, de 10 de agosto de 2017 e, finalmente,

Considerando finalmente, a decisão do Plenário do CFA, em sua 9ª reunião, realizada no dia 20 de março de 2018; resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Processo Ético dos Profissionais de Administração, na forma do Anexo Único da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WAGNER SIQUEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 539, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Aprova o Regimento do Conselho Regional de Administração

O CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da competência que lhe conferem a Lei n° 4.769, de 9 de setembro de 1965, o Regulamento aprovado pelo Decreto n° 61.934, de 22 de dezembro de 1967, e o seu Regimento aprovado pela Resolução Normativa CFA n° 432, de 08 de março de 2013, alterado pela Resolução Normativa CFA nº 437, de 19 de dezembro de 2013,

CONSIDERANDO o disposto nos art. 17, incisos II e V e 42, incisos IV e XV, do supracitado Regimento do CFA,

CONSIDERANDO que ao CFA compete examinar, modificar e aprovar os Regimentos dos Conselhos Regionais, conforme o disposto na alínea "e" do art. 7º, da Lei nº 4.769/1965, e na alínea "e", do art. 20, do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 61.934/1967,

CONSIDERANDO o resultado dos trabalhos da Comissão Permanente de Regimentos do Sistema CFA/CRAs - CPR, e a

DECISÃO do Plenário do CFA, na sua 9ª reunião plenária, realizada em 20/03/2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento do Conselho Regional de Administração de Sergipe.

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente, a Resolução Normativa CFA n° 250, de 29 de dezembro de 2000.

WAGNER SIQUEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO Nº 572, DE 23 DE MARÇO DE 2018

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Cofen), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986 e o Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987, que regulamentam o exercício da Enfermagem no país;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 564/2017, que aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 370/2010, que aprova o Código de Processo Ético Disciplinar dos Conselhos de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 509/2016, que atualiza a norma técnica para Anotação de Responsabilidade Técnica pelo Serviço de Enfermagem e define as atribuições do Enfermeiro Responsável Técnico;

CONSIDERANDO a Portaria GM/MS n° 529/2013, que institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP);

CONSIDERANDO que os integrantes das Comissões de Ética eleitos ou designados na forma estabelecida por esta Resolução devem desempenhar suas atividades em caráter honorífico e prestar serviços de relevância à instituição de saúde a que pertencem e aos Conselhos Regionais de Enfermagem de sua jurisdição;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os critérios de criação, competência, funcionamento e organização das Comissões de Ética de Enfermagem em todo o Território Nacional;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário em sua 498ª Reunião Ordinária e tudo mais que consta nos autos dos Processos Administrativos Cofen nº 691/2017 e 916/2016; resolve:

Art. 1º Normatizar a criação e funcionamento das Comissões de Ética de Enfermagem nas instituições com Serviço de Enfermagem.

Art. 2° As Comissões de Ética de Enfermagem (CEE) são órgãos representativos dos Conselhos Regionais de Enfermagem nas instituições onde existem Serviços de Enfermagem, com funções educativa, consultiva e de orientação ao exercício ético e profissional dos profissionais de enfermagem.

Art. 3º São atribuições específicas da CEE:

I - representar o Coren de sua jurisdição nas instituições de saúde;

II - divulgar e zelar pelo cumprimento da Lei do Exercício Profissional e do seu Decreto Regulamentador, do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, do Código de Processo Ético dos Profissionais de Enfermagem, e demais normatizações emanadas pelo Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem;

III - identificar as ocorrências éticas na instituição de saúde onde atua;

IV - receber denúncias de profissionais da mesma categoria, de outras categorias profissionais, de familiares ou acompanhantes ou de qualquer membro da comunidade, relativas ao exercício profissional da Enfermagem;

V - encaminhar ao Coren documentação relativa a quaisquer indícios de infração ética;

VI - elaborar relatório, encaminhando o resultado das apurações ao Enfermeiro Responsável Técnico (RT) para as providências administrativas, quando houver, e ao Coren, nos casos em que haja indícios de infração ética;

VII - propor e participar, em conjunto com o Enfermeiro RT e com setor de Educação Permanente de Enfermagem, ações preventivas, educativas e orientadoras sobre questão éticas.

VIII - promover e participar de atividades multiprofissionais referentes à ética;

IX - assessorar a diretoria e o órgão de Enfermagem da Instituição, nas questões ligadas à ética profissional; e

X - promover a divulgação dos objetivos da CEE.

Art. 4º Tornar obrigatória a criação de Comissão de Ética de Enfermagem, onde existir Serviço de Enfermagem, a partir de 20 (vinte) Enfermeiros.

Parágrafo único. Para os Serviços de Enfermagem com o limite abaixo de 20 (vinte) Enfermeiros, será facultativa a constituição da CEE.

Art. 5º A constituição das Comissões de Ética de Enfermagem (CEE) serão definidas por meio de eleição ou designação, obedecendo aos critérios específicos de cada instituição:

§1º Nas instituições de saúde militares, a constituição das CEE deverá obedecer aos critérios de designação por autoridade competente, de acordo com as normas destas instituições.

§2º Nas instituições de saúde civis, não havendo chapas inscritas para o processo eleitoral, estes poderão ser designados pelo Enfermeiro Responsável Técnico, desde que os profissionais que forem designados atendam aos critérios estabelecidos nesta Resolução.

§3º A CEE será constituída por 3 (três) profissionais de Enfermagem: Presidente, Secretário e Membro, sendo os dois primeiros cargos privativos de Enfermeiro.

Art. 6º As eleições para constituição da CEE deverão ser convocadas pelo menos 30 (trinta) dias antes do dia da eleição, mediante edital público, firmado pelo Enfermeiro RT, a ser fixado em todos os setores em que sejam prestados serviços de enfermagem na unidade de saúde.

§1º Cabe ao Enfermeiro RT receber os pedidos de inscrição e sobre eles decidir, examinando se os candidatos preenchem os requisitos do art. 7º desta Resolução.

§2º O voto, em cédula, será depositado em urna indevassável.

§3º A eleição se processará preferencialmente das 8h00min as 21h00min, permitindo assim o voto em todos os turnos de trabalho.

§4º A apuração será pública e na presença dos componentes das chapas ou de observadores.

§5º Na hipótese de ocorrência de fatos graves que influenciem o resultado das eleições, poderá o interessado recorrer ao Coren da respectiva jurisdição, a quem caberá decidir sobre a questão.

Art. 7º São critérios para integrar a CEE:

I- vínculo empregatício na instituição de saúde;

II- situação cadastral e financeira regular junto ao Coren de sua jurisdição; e

III- não ter condenação transitada em julgado em processo administrativo e/ou ético nos últimos 5 (cinco) anos.

Art. 8º Cabe aos Conselhos Regionais de Enfermagem apoio, suporte e orientações necessárias para a constituição e funcionamento das CEE, bem como a adoção de medidas necessárias para fazer cumprir esta Resolução.

Art. 9º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Federal de Enfermagem.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Cofen nº 172/1999.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

VENCELAU J. DA C. PANTOJA
Segundo-Secretário

ACÓRDÃO Nº 15/2018

Processo Ético Cofen nº 031/2017
Processo Ético Coren-PR nº 008/2015
Parecer de Relator nº 019/2018
Conselheiro Relator: Dr. Vencelau Jackson da Conceição Pantoja
Denunciante: Coren-PR
Denunciadas/Recorrente: Elaine Lemos Serozini, Coren-PR nº 498.673-TEC; Elinéia Modesto dos Santos Oliveira, Coren-PR nº 784.763-TEC
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 031/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter parcialmente a decisão do Coren-PR. Multa.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 031/2017, originário do COREN-PR, Processo Ético Coren-PR nº 008/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 499ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 20 de março de 2018, por 05 (cinco) votos a favor e 04 (quatro) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento manter parcialmente a Decisão Coren-PR nº 036/2017 e aplicar a pena de multa de 06 (seis) anuidades da categoria profissional às técnicas de enfermagem Sra. Elaine Lemos Serozini, Coren-PR nº 498.673-TEC e Sra. Elinéia Modesto dos Santos Oliveira, Coren-PR nº 784.763-TE, por infração aos artigos 5º, 9º, 12, 21, 35, 42 e 48 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007.

Brasília-DF, 20 de março de 2018.
ANTONIO JOSÉ COUTINHO DE JESUS
Presidente da mesa

VENCELAU JACKSON DA CONCEIÇÃO PANTOJA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 16/2018

Processo Ético Cofen nº 027/2017
Processo Ético Coren-PR nº 013/2012
Parecer de Relator nº 061/2018
Conselheira Relatora: Dra. Dorisdaia Carvalho de Humerez
Denunciante: Paula Regina Jensen, Coren-PR nº 00290-ENF
Denunciada/Recorrente: Maria Josefa Rodrigues Rocha, Coren-PR nº 288.603-TEC
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 027/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-PR. Absolvição.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 027/2017, originário do COREN-PR, Processo Ético Coren-PR nº 013/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 499ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 20 de março de 2018, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-PR nº 017/2017, e absolver a técnica de enfermagem Sra. Maria Josefa Rodrigues Rocha, Coren-PR nº 288.603-TEC.

Brasília-DF, 20 de março de 2018.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

DORISDAIA CARVALHO DE HUMEREZ
Conselheira Relatora

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900297

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 17/2018

Processo Ético Cofen nº 028/2017
Processo Ético Coren-PR nº 016/2012
Parecer de Relator nº 104/2018
Conselheira Relatora: Dra. Eloiza Sales Correia
Denunciante: Coren-PR
Denunciado/Recorrente: André Otto Ramos, Coren-PR nº 503.646-TEC
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 028/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter a decisão do Coren-PR. Multa e censura.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 028/2017, originário do COREN-PR, Processo Ético Coren-PR nº 016/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 499ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 20 de março de 2018, por 05 (cinco) votos a favor e 04 (quatro) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-PR nº 031/2017, e aplicar a pena de multa de 06 (seis) anuidades da categoria profissional e censura ao técnico de enfermagem Sr. André Otto Ramos, Coren-PR nº 503.646-TEC, por infração aos artigos 12, 13, 14, 30, 38 e 48 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

Brasília-DF, 20 de março de 2018.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

ELOIZA SALES CORREIA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 19/2018

Processo Ético Cofen nº 029/2017
Processo Ético Coren-PR nº 036/2012
Parecer de Relator nº 072/2018
Conselheira Relatora: Dra. Francisca Norma Lauria Freire
Denunciante: Coren-PR
Denunciado/Recorrente: Herivelto Weinhardt Zarur, Coren-PR nº 130.440-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 029/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a Decisão do Coren-PR. Absolvição.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 029/2017, originário do COREN-PR, Processo Ético Coren-PR nº 036/2012.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 499ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 21 de março de 2018, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-PR nº 028/2017, e absolver o Enfermeiro Dr. Herivelto Weinhardt Zarur, Coren-PR nº 130.440-ENF.

Brasília-DF, 21 de março de 2018.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

FRANCISCA NORMA LAURIA FREIRE
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 20/2018

Processo Ético Cofen nº 030/2017
Processo Ético Coren-PR nº 045/2012
Parecer de Relator nº 095/2018
Conselheira Relatora: Dra. Márcia Anésia Coelho Marques dos Santos
Conselheiro com voto vencedor: Dr. Leocarlos Cartaxo Moreira
Denunciante: Coren-PR
Denunciada/Recorrente: Pollyana Keiti Milão Santos, Coren-PR nº 669.824-AUX
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 030/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter a decisão do Coren-PR. Multa.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 014/2017, originário do COREN-SP, Processo Ético Coren-SP nº 080/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 499ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 21 de março de 2018, por 06 (seis) votos a favor e 03 (três) contrários, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-PR nº 027/2017, e aplicar a pena de multa de 02 (duas) anuidades da categoria profissional à Auxiliar de Enfermagem Sra. Pollyana Keiti Milão Santos, Coren-PR nº 669.824-AUX, por infração aos artigos 12 e 48 do Código de Ética, Resolução Cofen nº 311/2007.

Brasília-DF, 21 de março de 2018.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

LEOCARLOS CARTAXO MOREIRA
Conselheiro
com voto vencedor

ACÓRDÃO Nº 21/2018

Processo Ético Cofen nº 033/2017
Processo Ético Coren-MS nº 983/2013
Parecer de Relator nº 144/2018
Conselheira Relatora: Dra. Nádia Mattos Ramalho
Denunciante: Coren-MS
Denunciada/Recorrente: Francielle de Paiva Santos, Coren-MS nº 365.106-ENF
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 033/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a Decisão do Coren-MS. Absolvição.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 033/2017, originário do COREN-MS, Processo Ético Coren-MS nº 983/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 499ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 22 de março de 2018, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-MS nº 065/2015, e absolver a Enfermeira Dra. Francielle de Paiva Santos, Coren-MS nº 365.106-ENF.

Brasília-DF, 22 de março de 2018.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

NÁDIA MATTOS RAMALHO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 23/2018

Processo Administrativo Cofen nº 446/2017
Processo Administrativo Coren-SP nº 981/2016
Parecer de Relator nº 105/2017
Conselheira Relatora: Dra. Mirna Albuquerque Frota
Denunciante/Recorrente: Jefferson Alcides Cassolato
Denunciadas: Fernanda Aparecida Silva, Coren-SP nº 757.957-TEC, e Sueli de Oliveira, Coren-SP nº 360.093-TEC
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 446/2017. RECURSO CONTRA ARQUIVAMENTO. Negar provimento ao recurso. Manutenção da decisão do Coren-SP. Não admissibilidade e arquivamento de denúncia.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 446/2017, originário do COREN-SP, Processo Administrativo Coren-SP nº 981/2016.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 499ª Reunião Ordinária do Plenário, realizada no dia 22 de março de 2018, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso interposto, por ser o mesmo tempestivo, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-SP nº 098/2017, não admitir a denúncia e arquivar os autos contra as Técnicas de Enfermagem Sra. Fernanda Aparecida Silva, Coren-SP nº 757.957-TEC, e Sra. Sueli de Oliveira, Coren-SP nº 360.093-TEC

Brasília-DF, 22 de março de 2018.
MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

MIRNA ALBUQUERQUE FROTA
Conselheira Relatora

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃOS DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

035143. Processo nº 003664/2017. Nº Originário:145/2016. Recorrente:MARCO ANTONIO MAIA DA SILVA. Recorrido: CRF-PR. Relator: AMILSON ÁLVARES. Ementa: Processo Ético Disciplinar. Infringência aos dispositivos legais. Conclusão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, em Conhecer do Recurso para no mérito negar-lhe provimento, mantendo-se a penalidade de multa de 2 (dois) salários mínimos no valor de R$1.760,00 (Hum mil, setecentos e sessenta reais) aplicada pelo CRF/PR, por violação aos artigos 6º caput, 12 III; 13 caput, 14 V e XVIII e 18 I, constante do anexo I da Resolução 596/2014.

035144. Processo nº 003669/2017. Nº Originário:70/2016. Recorrente:ROSELE DA SILVEIRA ROCHO. Recorrido: RS. Relator: AMILSON ÁLVARES. DECISÃO: O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e IMPROVEU o RECURSO mantendo-se a penalidade de advertência sem publicidade e multa de três salários mínimos regionais aplicada pelo CRF/RS, por violação aos artigos 7º VI e 8º VIII, X, XX e XXV constante do anexo III da Resolução 596/2014.

035145. Processo nº 002986/2017. Nº Originário:214/2015. Recorrente:NATALIA ALCANTARA RICO. Recorrido: CRF-PR. Relator: FORLAND OLIVEIRA SILVA. DECISÃO: O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO, reduzindo-se a penalidade aplicada pelo CRF/PR, para multa no valor de 1 (um) salário mínimo, conforme previsto para as infrações medianas no artigo 8º do anexo III da resolução 596/2014, combinado com o artigo 3º, II da Lei 3.820/1960.

035146. Processo nº 003628/2017. Nº Originário:81/2015. Recorrente:MARIA JOSÉ NOVELLI DELFINI. Recorrido: CRF-SP. Relator: LÉRIDA MARIA DOS SANTOS VIEIRA. O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e IMPROVEU o RECURSO mantendo-se as penalidades de advertência, multa de 6 (seis) salários mínimo regional e suspensão por 6 (seis) meses do exercício profissional, aplicadas pelo CRF-SP pelas infrações capituladas no artigo 12, III e VII e artigo 14, VI, XV, XXVII e XXXII, do anexo I da Resolução 596/2014, conforme previsto no artigo 7º, inciso VIII, artigo 8º, incisos III, XX e XXVI, artigo 9º, inciso V e XIV do anexo III da Resolução 596/2014, c/c com inciso II do artigo 30 da Lei 3.820/60 com redação que lhe foi dada pelo artigo 1º da Lei 5.724/71.

035147. Processo nº 003197/2016. Nº Originário:136/2015. Recorrente:FABIO GARAVELLO PREZOTTI. Recorrido: CRF-SP. Relator: LUÍS CLAUDIO MAPURUNGA DA FROTA. O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e IMPROVEU o RECURSO mantendo-se as penalidades de advertência, multa de 2 (dois) salários mínimos regional e suspensão por 3 (três) meses do exercício profissional.

035148. Processo nº 002988/2017. Nº Originário:142/2014. Recorrente:VINICIUS SOARES TRINDADE. Recorrido: CRF-ES. Relator: MARCELO POLACOW BISSON. O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO, modificando-se a penalidade aplicada pelo CRF/ES, para multa de 3 (três) salários mínimos.

035149. Processo nº 003660/2017. Nº Originário:114/2016. Recorrente:ANA PAULA FOLLADOR. Recorrido: CRF-PR. Relator: MARCELO POLACOW BISSON. O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO, modificando-se a penalidade aplicada pelo CRF/PR para advertência.

035150. Processo nº 003774/2016. Nº Originário:170/2015-32.752. Recorrente:FABIANO BARRETO FEITOZA. Recorrido: CRF-PR. Relator: MARCELO POLACOW BISSON. O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO, modificando-se a penalidade aplicada pelo CRF/PR, para multa de 1 (um) salário mínimo.

035151. Processo nº 002977/2017. Nº Originário:10E/2016. Recorrente:SANDRO PINHEIRO DA COSTA. Recorrido: CRF-RJ. Relator: MARCELO POLACOW BISSON. O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e PROVEU O RECURSO em sua totalidade, afastando-se integralmente a penalidade aplicada pelo CRF/RJ.

035152. Processo nº 002993/2017. Nº Originário:93/2016. Recorrente:ADRIANA APARECIDA ALVES. Recorrido: CRF-PR. Relator: SUEZA ABADIA DE SOUZA OLIVEIRA. O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO, reduzindo-se a penalidade aplicada pelo CRF/PR, para multa no valor de 1 (um) salário mínimo, conforme previsto para as infrações medianas no artigo 8º X e XI do anexo III da resolução 596/2014.

035153. Processo nº 002980/2017. Nº Originário:20/2016. Recorrente:PRISCILLA HANSAUL. Recorrido: CRF-PR. Relator: VANILDA OLIVEIRA AGUIAR. O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e PROVEU PARCIALMENTE O RECURSO, reduzindo-se a penalidade aplicada pelo CRF/PR, para multa no valor de 1 (um) salário mínimo, conforme previsto para as infrações medianas no artigo 8º X e XI do anexo III da resolução 596/2014.

035154. Processo nº 002981/2017. Nº Originário:39/2016. Recorrente:VITORINO DA COSTA MARTINS. Recorrido: CRF-RS. Relator: VANILDA OLIVEIRA AGUIAR. O Plenário por unanimidade e nos termos do voto do relator conheceu e IMPROVEU o RECURSO mantendo-se a penalidade de advertência sem publicidade e multa de 1 (um) salário mínimo regional, pelas infrações capituladas no artigo 7º I, IV e VIII; artigo 8º incisos III e X do anexo III da resolução 596/2014.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 27 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a inclusão do Nome Social na Carteira de Identidade Profissional da Psicóloga e do Psicólogo e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei n° 5.766, de 20 de dezembro de 1971, e pelo Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977;

CONSIDERANDO o direito à cidadania e o princípio da dignidade da pessoa humana, previstos no Art. 1º, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900298

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSIDERANDO o direito à igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, previsto no Art. 5º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975, que "dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional";

CONSIDERANDO que o documento de identificação da Psicóloga e do Psicólogo é a Carteira de Identidade Profissional (CIP), conforme termos do Art. 14, da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, Art. 47, do Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977, e do Art. 47, da Resolução CFP n.º 003/2007;

CONSIDERANDO que o Art. 47, do Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977, estabelece ainda que, deferida a inscrição, será fornecida à Psicóloga e ao Psicólogo CIP, na qual serão feitas anotações relativas à atividade da portadora e do portador;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do Nome Social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, na 14ª Reunião Plenária, realizada nos dias 26 e 27 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o constante dos autos dos processos nºs 576600003.000083/2018-15 e 576600001.000044/2017-57, resolve:

Art. 1º. Assegurar às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na CIP da Psicóloga e do Psicólogo, por meio da indicação do Nome Social, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), tais como registros dos sistemas de informação, cadastros, programas, serviços, fichas, formulários, boletos de pagamento, informativos, publicidade e congêneres.

§ 1º. As CIP, expedidas após a publicação desta Resolução, serão confeccionadas, contendo campo adequado para a inserção do Nome Social da Psicóloga e do Psicólogo que assim requerem. O Nome Social deverá ser disposto, preferencialmente, próximo à foto, ao RG e ao CPF, em campo principal designado para esta finalidade.

§ 2º. Nos sistemas informatizados de acesso ao público, serão apresentados apenas o Nome Social, seguido do número de registro, conforme solicitado pelo profissional. Nos sistemas internos do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia, em que seja estritamente necessário o cadastramento e visualização do Nome Civil da Psicóloga e do Psicólogo, deverá ser dado destaque ao Nome Social.

§ 3º. Nos processos administrativos, em que seja imprescindível o uso do Nome Civil, deverá constar, primeiramente, o Nome Social, seguido da inscrição "registrada(o) civilmente como".

Art. 2º. A Psicóloga e o Psicólogo solicitarão, por escrito, ao Conselho Regional de Psicologia, a inclusão do pronome que corresponda à forma pela qual se autodetermine.

Parágrafo único. As Conselheiras e os Conselheiros, funcionárias e funcionários, assessoras e assessores, colaboradoras e colaboradores do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais de Psicologia deverão tratar as pessoas transexuais e travestis pelo prenome indicado, que constará dos atos escritos.

Art. 3º. Fica permitida a assinatura nos documentos resultantes do trabalho da Psicóloga e do Psicólogo, bem como nos instrumentos de sua divulgação, o uso do Nome Social, juntamente com o número de registro do profissional, não sendo necessária a inclusão do Nome Civil.

Parágrafo único. Para efeito de tratamento profissional da Psicóloga e do Psicólogo, a exemplo de crachás, dentre outros, deverá ser utilizado somente o Nome Social e o número de registro.

Art. 4º. - É garantido o uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito no Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 1.107/2018 - CONFERE

Dispõe sobre a prorrogação da intervenção do Confere no Core-RN.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por sua Diretoria-Executiva, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no parágrafo único do artigo 47 da Lei n° 4.886/65, de 09/12/1965, com a redação dada pela Lei n° 8.420/92, de 08/05/1992 e no artigo 12, X, do seu Regimento Interno,

Considerando que os Conselhos Federal e Regionais dos Representantes Comerciais constituem o Sistema Confere/Cores, aos quais incumbem a fiscalização do exercício profissional, cabendo ao Conselho Federal adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais previstas em sua lei de criação;

Considerando que o ato que decretou a intervenção no Core-RN foi publicado no Diário Oficial da União, em 16/01/2018, na Seção I, fls 79-80, por meio da Resolução n° 1.105/2018 e que o prazo fixado expira em 01 de abril de 2018;

Considerando a necessidade de conclusão dos trabalhos que vêm sendo realizados pela interventoria, no que se refere aos saneamentos de gestão, financeiros e estruturais, objetivando a estabilidade dos setores da Entidade;

Considerando que os trabalhos relacionados à conclamação da categoria com vistas à realização de nova eleição para a composição do Regional, encontram-se em tramitação, vez que houve necessidade de reestruturação cadastral dos representantes comerciais;

Considerando o fato de que o processo interventivo somente poderá ser encerrado após cessados os motivos que o ensejaram, consoante o disposto no parágrafo único do artigo 47 da lei n° 4.886/65;

Considerando o dever institucional do Confere de garantir a continuidade do regular funcionamento das atividades no Core-RN;

Considerando que o art. 1° da Resolução n° 1.105/2018 - Confere, estabelece que a Intervenção no Core-RN poderá ser prorrogada por iguais períodos de 90 (noventa) dias, constatada a necessidade;

Considerando o que ficou decidido em Reunião de Diretoria convocada para apreciar o assunto, realizada nesta data, resolve:

Art. 1º) Prorrogar a Intervenção no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 02 de abril de 2018.

Art. 2°) A Intervenção poderá ser encerrada em menor prazo, no caso de cessarem os motivos que a determinaram ou prorrogada por iguais períodos, caso necessário para a finalização dos trabalhos de saneamento da Entidade.

Art. 3°) Permanece como interventor o Dr. Werther Luiz Buarque de Paula, com poderes de representação do Core-RN perante às entidades privadas e órgãos públicos federais, estaduais, municipais e instituições financeiras, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira, de forma a garantir o pleno funcionamento da Entidade e adoção das medidas necessárias ao saneamento das irregularidades que ensejaram a intervenção e de outras, porventura, constatadas, podendo admitir e demitir funcionários, celebrar contratos, movimentar e encerrar contas bancárias existentes em nome da Entidade, assinar, requisitar e endossar cheques, depositar, sacar, transferir valores, abrir novas contas em instituição bancária e encerrá-las, nomear e destituir procuradores e prepostos, assinar orçamentos, balancetes e prestações de contas, autorizar despesas necessárias ao funcionamento da Entidade e para cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais.

Art. 4°) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.
MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Diretor-Presidente

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

SOLANGE BARBOSA AZZI
Procuradora-Geral

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO

DECISÃO Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2018

Autorizar, Ad Referendum do Plenário, abertura de PAD para contratação de empresa especializada em impressão de boletos.

O Presidente, em conjunto com a Secretária, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão COREN-MA nº 012/2012, e CONSIDERANDO as necessidades essenciais no âmbito administrativo e operacional do COREN-MA; decide:

Art.1 º - Autorizar, Ad Referendum do Plenário, abertura de PAD para a contratação de empresa especializada em impressão de boletos.

Art. 2º - Esta Decisão entrará em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3° - Dê ciência, publique-se e cumpra-se.

PATRICK JONATHA COSTA GOMES

DECISÃO Nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Decisão COREN-MA nº 194, de 23 de novembro de 2017.

O Presidente, em conjunto com o Secretário, do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno deste Conselho, aprovado pela Decisão Coren-MA nº 012/2012, decide:

Art. 1º - Ficam instituídos para apoio e assessoramento à Presidência e a Diretoria do Coren-MA os empregos em comissão, de livre nomeação e exoneração, de Controlador, Procurador, Secretária Executiva, Gerente Administrativo, Coordenador de Ciência e Tecnologia, Coordenador de Licitação e Contratos, Assessor de Comunicação, Coordenador de Patrimônio, Coordenador do setor de Registro e Cobranças e Coordenador de Fiscalização.

Art. 2º - Fica instituída a Procuradoria Jurídica do Coren-MA, como órgão de assessoramento da Diretoria, composta pelas divisões de Licitação e Contratos, e de Processos Administrativos e Contenciosos.

Art. 3º - Na Procuradoria Jurídica fica extinto o cargo comissionado de Procurador Geral, passando a ser integrada por advogados em cargos comissionados de Procurador da procuradoria jurídica.

Art. 4° - Fica instituída a Controladoria como órgão de assessoria vinculado à Diretoria do Coren-MA, com objetivo de controlar as atividades administrativas, orçamentário-financeiro, contábil e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade , economicidade, eficiência e eficácia, das unidades integrantes do Coren-MA, na forma definida na Resolução nº 373/2011.

Art. 5º - Os empregados públicos do quadro efetivo do Coren-Ma que venham a ocupar emprego em comissão poderão optar pela remuneração integral atribuída ao emprego comissionado ou a remuneração do emprego efetivo, acrescido, a título de gratificação, de cinquenta por cento (50%) do valor atribuído ao emprego comissionado.

Art. 6º - A relação dos cargos e das funções, suas atribuições bem como os valores das remunerações estão dispostas nos Anexos I e II, os quais são parte desta Decisão.

Art. 7° - A descrição dos cargos e funções, assim como o organograma institucional estão dispostos nos anexos III e IV, que é parte integrante desta decisão.

Art. 8° - O Coren-MA destinará 30% (trinta por cento) dos empregos públicos de que trata esta Decisão ao exercício por funcionários ocupantes de empregos públicos de carreira, observada a necessidade do conselho, a peculiaridade do emprego público e as condições técnicas e habilidades do empregado a ser nomeado .

Art. 9° - É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante, dos seus pares ou servidor do mesmo Conselho de Enfermagem investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada no âmbito de sua atividade administrativa jurisdicional, ou decorrente de ajuste recíprocos.

Art. 10 - Os servidores ocupantes de cargos comissionados e funções gratificadas não estão obrigados ao registro eletrônico de ponto.

Art. 11 - Estão dispensados do controle de frequência os funcionários públicos efetivos ocupantes de cargo em comissão e os não efetivos ocupantes de cargo comissionado

Art. 12 - O preenchimento dos empregos públicos em comissão será de livre nomeação e exoneração do Presidente da Autarquia, mediante portaria devidamente homologada pelo Plenário, observado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do quantitativo total estabelecido para os seus quadros efetivos, de acordo com as necessidades do órgão, adequando-se à previsão e recursos orçamentários.

Art. 13 - Na criação dos empregos públicos em comissão, o Coren-MA observará a sua necessidade, respeitando a finalidade institucional da Autarquia Federal e a existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira, não podendo o seu ato comprometer a Administração.

Art. 14 - Os ocupantes de empregos públicos em comissão, bem como os empregados que exercerão função gratificada não receberão gratificações de forma cumulada, prevalecendo a de maior valor.

Art. 15 - Os casos omissos, os reajustes referentes aos valores das remunerações, bem como quaisquer assuntos e/ou mudanças relativas aos cargos e funções tratados nesta Decisão, serão apreciados e definidos pelo Presidente do COREN-MA e homologados pelo Plenário do COREN-MA a qualquer tempo.

Art. 16 -Alterar os valores da remuneração dos cargos dispostos no artigo 1° desta decisão.

Art. 17 - Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário e, em especial, a Decisão nº 0194/2017.

PATRICK JONATHA COSTA GOMES

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 2ª REGIÃO

SECRETARIA ESPECIAL DOS PROCESSOS ÉTICOS E ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

ACÓRDÃO Nº 30, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Processos nºs: 078/2017, 106/2017, 404/2016, 379/2016, 247/2016.

Vistos, relatados e discutidos os processos em que são representados os profissionais (ARC), (MSR), (GMST), (TEMJ), (CSM), adotado o voto do Conselheiro Relator e a motivação constante da ata de julgamento que passam a fazer parte do presente ACORDAM os Conselheiros pela aplicação da pena de Suspensão do exercício profissional.

MARISA BACELLAR
Secretária

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018032900299

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.


CERTIFICAÇÃO DIGITAL
Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.
CONFERE COM O ORIGINAL